



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2563

Sexta-feira - 29 de Junho de 2018

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Descanso	274	Leoberto Leal	512
Agronômica	4	Dionísio Cerqueira	275	Lindóia do Sul	513
Água Doce	5	Doutor Pedrinho	284	Lontras	514
Alfredo Wagner	23	Ermo	311	Luiz Alves	516
Alto Bela Vista	26	Faxinal dos Guedes	312	Luzerna	520
Anchieta	28	Flor do Sertão	317	Mafra	523
Antônio Carlos	29	Forquilha	322	Maracajá	524
Apiuna	34	Fraiburgo	324	Maravilha	529
Arabutã	35	Frei Rogério	343	Massaranduba	530
Arroio Trinta	38	Galvão	346	Matos Costa	533
Arvoredo	46	Garopaba	349	Modelo	534
Atalanta	50	Garuva	350	Mondaí	537
Balneário Piçarras	51	Gaspar	351	Monte Carlo	538
Balneário Rincão	53	Governador Celso Ramos	353	Morro Grande	539
Bandeirante	55	Grão Pará	356	Navegantes	541
Barra Bonita	56	Gravatal	357	Nova Erechim	557
Barra Velha	58	Guaraciaba	358	Nova Itaberaba	558
Bela Vista do Toldo	59	Guaramirim	359	Nova Trento	563
Benedito Novo	60	Guarujá do Sul	361	Nova Veneza	570
Biguaçu	64	Guatambú	362	Novo Horizonte	571
Blumenau	69	Herval d'Oeste	376	Orleans	575
Bom Jardim da Serra	93	Ibiam	377	Ouro	577
Bom Jesus do Oeste	94	Ibicaré	378	Ouro Verde	578
Bom Retiro	98	Ibirama	379	Paial	579
Botuvera	102	Ilhota	380	Palhoça	580
Braço do Trombudo	103	Imarui	385	Palma Sola	590
Brunópolis	176	Imbituba	393	Palmitos	591
Brusque	177	Indaial	397	Papanduva	592
Caçador	185	Iomerê	412	Paraíso	593
Caibi	190	Ipira	413	Passo de Torres	608
Camboriú	192	Iporã do Oeste	414	Passos Maia	609
Campo Alegre	193	Ipuacú	415	Paulo Lopes	614
Campos Novos	199	Ipumirim	421	Penha	616
Canelinha	201	Iraceminha	422	Pescaria Brava	625
Canoinhas	202	Irani	425	Pinhalzinho	626
Capinzal	222	Irineópolis	428	Pinheiro Preto	627
Catanduvas	233	Itá	430	Piratuba	634
Caxambu do Sul	235	Itaiópolis	431	Planalto Alegre	636
Chapadão do Lageado	238	Itapema	432	Pomerode	641
Chapecó	239	Itapiranga	434	Ponte Serrada	645
Cocal do Sul	240	Itapoá	437	Porto Belo	650
Concórdia	243	Ituporanga	441	Porto União	655
Cordilheira Alta	250	Jaborá	442	Praia Grande	727
Coronel Freitas	251	Jaraguá do Sul	443	Presidente Nereu	728
Coronel Martins	252	Joaçaba	458	Princesa	729
Corupá	256	Lages	498	Quilombo	738
Cunha Porã	261	Lajeado Grande	499	Rancho Queimado	766
Cunhataí	262	Lauro Muller	504	Rio das Antas	770
Curitibanos	272	Lebon Regis	507	Rio do Campo	779

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2563

Sexta-feira - 29 de Junho de 2018

Florianópolis/SC

Sumário

Rio do Oeste.....	780	São Joaquim.....	863	Timbé do Sul.....	1014
Rio dos Cedros.....	805	São José.....	867	Timbó.....	1019
Rio do Sul.....	783	São José do Cedro.....	901	Três Barras.....	1049
Salto Veloso.....	808	São Lourenço do Oeste.....	920	Treze Tílias.....	1051
Santa Cecília.....	811	São Miguel da Boa Vista.....	929	Trombudo Central.....	1053
Santa Rosa de Lima.....	812	São Miguel do Oeste.....	934	Tunápolis.....	1059
Santa Rosa do Sul.....	813	São Pedro de Alcântara.....	936	União do Oeste.....	1094
Santa Terezinha do Progresso.....	814	Saudades.....	937	Urubici.....	1099
São Bento do Sul.....	816	Schroeder.....	938	Urupema.....	1106
São Bonifácio.....	823	Seara.....	948	Urussanga.....	1107
São Carlos.....	824	Serra Alta.....	949	Vargeão.....	1108
São Cristóvão do Sul.....	826	Sombrio.....	980	Vargem.....	1110
São Francisco do Sul.....	827	Sul Brasil.....	981	Videira.....	1111
São João Batista.....	850	Tangará.....	984	Xanxerê.....	1168
São João do Oeste.....	861	Tigrinhos.....	987	Xavantina.....	1170
São João do Sul.....	862	Tijucas.....	989	Zortéa.....	1171

Associações

AMAI.....	1174	AMAVI.....	1174	AMERIOS.....	1175
-----------	------	------------	------	--------------	------

Consórcios

CIGA.....	1177
CIMCATARINA.....	1178
CIS/AMMVI.....	1178
CIS/AMURC.....	1185
CIS/AMURES.....	1185
CISAM.....	1186
CIAPS.....	1186
CIS/AMERIOS.....	1190
CIRSURES.....	1190



Abdon Batista

PREFEITURA

PREGAO PRESENCIAL 09/2018

Publicação Nº 1668008

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 09/2018

MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL 09/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE RADIOGRAFIA COMPUTADORIZADA PARA RAIOS-X, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, DESCRIÇÕES COMPLETAS NO ANEXO D DESSE EDITAL.

TIPO : Menor preço por item

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 12 de julho de 2018 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, de 27 junho de 2018

Lucimar Antônio Salmoria

Prefeito Municipal

PREGAO PRESENCIAL 76/2018

Publicação Nº 1668009

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 90/2018

MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL 76/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA IMPLANTAÇÃO DE TUBULAÇÃO PARA AS PISCINAS DO PARQUE AQUATICO DO MUNICIPIO DE ABDON BATISTA

TIPO : Menor preço por item

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 12 de julho de 2018 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 27 de junho de 2018

Lucimar Antônio Salmoria

Prefeito Municipal

PREGAO PRESENCIAL 77/2018

Publicação Nº 1668011

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 91/2018

MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL 77/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REVESTIMENTO DE PISCINAS DO PARQUE AQUATICO DO MUNICIPIO DE ABDON BATISTA.

TIPO : Menor preço por item

Abertura da Sessão: 08:30hs. do dia 13 de julho de 2018 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545

11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 27 de junho de 2018

Lucimar Antônio Salmoria

Prefeito Municipal

PREGAO PRESENCIAL 78/2018

Publicação Nº 1668013

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 92/2018

MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL 78/2018

Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MOTOBOMBA E FILTRO PARA AS PISCINAS DO PARQUE AQUATICO DO MUNICIPIO DE ABDON BATISTA

TIPO : Menor preço por item

Abertura da Sessão: 10:30hs. do dia 13 de julho de 2018 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 27 de junho de 2018

Lucimar Antônio Salmoria

Prefeito Municipal

PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 75/2018

Publicação Nº 1668004

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA

PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 75/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ATOMIZADORES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº. 844222/2017, MAPA/CAIXA, ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO D, DESTE EDITAL..

Prorroga-se do dia 04/07/2018 as 10:00 horas, para o dia 11/07/2018 as 14:00 horas.

Abdon Batista, 27 de junho de 2018.

Agronômica

PREFEITURA

Nº 177/2018

Publicação Nº 1668579

PORTARIA Nº 177/2018 DE 29 DE JUNHO DE 2018.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que o servidor desta municipalidade Sr. VALDEMIRO CANI matrícula nº 812 ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista – TSA-I – 3.02, com lotação no Departamento de Obras, encontra-se com as férias do período aquisitivo 22/04/2016 A 22/04/2017 RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 26/06/2018 a 06/07/2018, (ONZE) dias, que referem-se ao período aquisitivo 22/04/2016 A 22/04/2017, para o servidor municipal Sr. VALDEMIRO CANI matrícula nº 812 ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista – TSA-I – 3.02, com lotação no Departamento de Obras.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 29 de JUNHO de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

222/2018

Publicação Nº 1668272

PORTARIA Nº 222/2018 – DE 28 DE JUNHO DE 2018

“CONFERIR DESISTÊNCIA TÁCITA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014 – VAGA EM CARATER TEMPORÁRIO”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conferir desistência tácita, por não comparecimento no prazo legal, do Concurso Público 015/2014, de CAROLINE RITA TORTELI, referente ao cargo em caráter temporário de Enfermeira, para atuar junto ao CAPS Microregional Luiz Vieceli, conforme convocação em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 28 de junho de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

223/2018

Publicação Nº 1668273

PORTARIA Nº 223/2018 – DE 28 DE JUNHO DE 2018

“CONFERIR DESISTÊNCIA TÁCITA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014 – VAGA EM CARATER TEMPORÁRIO”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conferir desistência tácita, por não comparecimento no prazo legal, do Concurso Público 015/2014, de ANDREIZA HILDA KARCH PEREIRA, referente ao cargo em caráter temporário de Enfermeira, conforme convocação em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 28 de junho de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

CONTRATO Nº 60/2018

Publicação Nº 1667594

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº. 60/2018 DE 28/06/2018

O **MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE**, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **ANTÔNIO JOSÉ BISSANI**, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE**, com sede na Praça João Macagnan, 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ nº 82.939.398/0001-90, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **ECCO'S PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.315.120/0001-52, estabelecida na Rua Presidente Dutra, 3999, Centro, no Município de Chopinzinho – PR, representada por seu procurador **DARCI JOSÉ DEMARCO**, inscrito no CPF nº. 433.983.160-38, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei 8.666/93 e alterações, e o Processo de Licitação nº 69/2018, instaurado pelo edital Pregão Presencial nº 58/2018, homologado no dia 28/06/2018, o qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO**1. DO OBJETO**

Contratação de pessoa jurídica especializada para, locação de infraestrutura (equipamentos de sonorização e iluminação, estrutura de palco, pavilhão, camarins, bilheteria, geradores, fechamento e demais estruturas) compreendendo montagem, manutenção, desmontagem, para Shows em comemoração do aniversário do Município de Água Doce, nos dias 14 e 15 de julho de 2018, conforme descrição constante no Anexo I do edital.

A execução dos serviços licitados será imediatamente após assinatura do contrato nos seguintes termos:

- 1.2.1. Os serviços da presente licitação deverão ser prestados em frente ao Ginásio Municipal de Esportes Walter Roque Cavalet e Estádio Municipal Jorge Ferretti, localizados na Rua Oscar Rodrigues da Nova, centro do município de Água Doce - SC, conforme orientação da Comissão Organizadora.
- 1.2.2. O (s) licitante (s) vencedor (es) deverão atender as seguintes exigências;
 - a. Instalar os equipamentos licitados, bem como desmontar e remover o mesmo **após a realização do evento**;
 - b. Prestar a assistência técnica necessária para a prestação dos serviços;
 - c. Disponibilizar responsável técnico para operação e execução dos serviços, com apresentação de ART no momento da montagem (ART exigida para os lotes 1, 2, 3, 4, 5 e 8);
 - d. **Os itens constantes no Anexo 01 deverão estar montados e em perfeito funcionamento até o dia 10 de julho de 2018, e deverão permanecer até o final do evento.**
- 1.2.3. Serão de total responsabilidade da proponente vencedora, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.
- 1.2.4. Caberá exclusivamente à proponente vencedora, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.
- 1.2.5. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.
- 1.2.6. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos serviços ora licitados.
- 1.2.7. Os serviços deverão ser exercidos por profissionais com comprovada habilitação e experiência, contratados pela licitante vencedora, que deverá garantir a adequada e plena execução de todas as atividades, conforme as necessidades do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO PAGAMENTO

- 2.1. O pagamento ocorrerá, em até 10 dias úteis após a prestação dos serviços, através de crédito em conta corrente indicada pela contratada, mediante a apresentação de documento fiscal devidamente atestado pela Secretaria de Administração.
- 2.2. A empresa contratada deverá apresentar a Secretaria de Administração, até o 5º (quinto) dia após a execução do objeto, as Notas Fiscais referentes aos serviços prestados. Caberá a Secretaria de Administração certificar os serviços prestados e encaminhar as notas para o devido pagamento.
- 2.3. O valor total para a execução do objeto deste contrato é de **R\$ 101.950,00 (cento e um mil novecentos e cinquenta**

reais).

- 2.4. No valor ora contratado já estão incluídos os impostos, taxas, seguros e fretes, todas as despesas que se fizerem necessárias durante o período de execução dos serviços, despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, assim como os relativos a uniformes, crachás e EPI's, bem como os de indenização devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados da qual a contratada der causa, além de quaisquer outras despesas incidentes sobre o contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

3. Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2018:

06 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

05 – DEPTO DE PROGRAMAS CULTURAIS

2.054 – Promoção de Eventos

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/117 – Aplicações Diretas

- 3.1. O custo desta contratação é de R\$ 101.950,00 (cento e um mil novecentos e cinquenta reais), conforme segue:

LOTE 1

Item	Qtde	Un	Descrição	Valor Unitário	Valor Total do Item	Valor Total do Lote 1
1	1	Un	<p>Locação, através da montagem, manutenção e desmontagem de uma ARENA DE SHOWS contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 01 PAVILHÃO estruturado em alumínio P30 e P50 no formato duas águas simétricas medidas totais de 65 (sessenta e cinco) metros x 42 (quarenta e dois) metros, formando uma área total em vão livre de 2.730 (dois mil setecentos e trinta) metros, medindo no ápice da cumeeira 9 (nove) metros, cobertura e fechamento nas laterais em lona branca anti Chamas, devidamente tensionadas com trilhos ajustáveis, cintas de catracas fixadas ao solo com pinos tipo ponta-de-eixo, sendo as cintas aplicadas a cada 5 (cinco) metros em todos os pés. - 01 PALCO, contemplando aterramento e demais elementos de segurança o qual deverá obedecer as seguintes dimensões mínimas: 12 (doze) metros de Frente (boca de cena) x 10 (dez) metros de PROFUNDIDADE (da frente ao fundo do palco 2 (dois) metros de ALTURA (do chão onde foi montado até o piso do palco). O palco deverá ser estruturado para suportar até 2.000 kg (dois mil) de equipamentos de som, iluminação e cenário dos shows contratados. - 01 Área lateral para serviço nas medidas de 8x4m em alumínio, coberta, montada no mesmo nível do piso do palco, para a colocação de equipamentos de monitor tais como: mesa de som, periféricos, racks de Iluminação, chave de energia, cases etc. - 01 House mix instalada a uma distância de 30 (trinta) a 40 (quarenta) metros de frente do palco, centralizada entre os PAS, montada em alumínio Q30 na medida de 5x5m cada piso. - 02 Torres de Fly (asas de PA) em alumínio Q30 para suporte de caixas de som com capacidade para suportar 24 caixas de som tipo line array por lado. - 01 Sistema de Grid em Alumínio P50 e P30 com capacidade para suportar até 2.000 (dois mil) quilos de equipamentos de iluminação e que atenda as necessidades solicitadas pelos artistas contratados. - 01 Passarela estruturada em alumínio P30, piso de chapas navais nas medidas de 2,50m de largura x 6,00m de comprimento, montadas no mesmo nível do piso do palco para uso com extensão da área de shows, especificamente do palco. 	R\$ 47.692,22	R\$ 47.692,22	R\$ 97.000,00

2	1	Un	<p>Locação, através da montagem, manutenção e desmontagem de uma estrutura em alumínio contendo:</p> <p>-01 PAVILHÃO estruturado em alumínio P30 e P50 para a praça de alimentação, formato duas águas simétricas medidas totais de 20 (vinte) metros x 40 (quarenta) metros, formando uma área total em vão livre de 800 (oitocentos) metros quadrado, cobertura e fechamento nas laterais em lona branca anti Chamas, devidamente tensionadas com trilhos ajustáveis, cintas de catracas fixadas ao solo com pinos tipo ponta-de-eixo, sendo as cintas aplicadas a cada 5 (cinco) metros em todos os pés.</p> <p>- 01 PALCO, contemplando aterramento e demais elementos de segurança o qual deverá obedecer as seguintes dimensões mínimas: 8 (oito) metros de Frente (boca de cena) x 6 (seis) metros de PROFUNDIDADE (da frente ao fundo do palco 2 (dois) metros de ALTURA (do chão onde foi montado até o piso do palco). O palco deverá ser estruturado para suportar até 2.000 kg (dois mil) de equipamentos de som, iluminação e cenário dos shows contratados.</p> <p>Obs: Será imprescindível sob pena de punição o acoplamento perfeito entre o pavilhão e o palco, bem como o atendimento de todas as medidas e descrições aqui realizadas, tendo como objetivo a garantia da segurança dos populares presentes ao evento bem como das equipes de trabalho e dos artistas.</p>	R\$ 23.405,42	R\$ 23.405,42	
3	1	Un	<p>Locação, através da montagem, operação, manutenção e desmontagem de um SISTEMA DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO de grande porte que atenda as solicitações de rider técnico do artista contratado:</p> <p>João Bosco e Vinicius</p> <p>- Obs: A empresa vencedora deverá fornecer os técnicos necessários para operação de som e Luz para atender todas as exigências conforme exigência do Rider Técnico dos Shows Nacionais bem como dos shows de abertura e encerramento, não podendo ultrapassar o tempo máximo de 20 minutos para a troca dos artistas no palco.</p>	R\$ 6.499,27	R\$ 6.499,27	
4	2	Un	<p>Locação de camarote interno na medida de 17,5 (dezessete e cinquenta) x 4,20 (quatro e vinte) metros, formando módulos individuais de 3,5m de frente com 3,00m de profundidade, com anexo de um bar com 7(sete) metros de largura por 2,80 (dois e oitenta) de profundidade, montados em um nível com o mínimo de 1,10m de altura em estrutura de alumínio, com piso em chapas navais, revestido com material aprovado pelo corpo de bombeiros, divisória com chapas metálicas, escadas de acesso individual anti derrapante, corrimão, parapeito reforçado em alumínio de alta qualidade, devidamente aprovado pelas normas do corpo de bombeiros.</p>	R\$ 5.386,18	R\$ 10.772,37	
5	1	Un	<p>Locação de um sistema de bilheteria, estruturado com cobertura de 5 x5m em alumínio tipo 2 águas, contendo 3 cabines para venda de ingresso em divisória de TS.</p>	R\$ 2.448,27	R\$ 2.448,27	
6	1	Un	<p>Locação tenda estruturado com cobertura de 5 x 5m em alumínio tipo 2 águas, para controle de entrada para o evento em divisória piso.</p>	R\$ 734,48	R\$ 734,48	
7	70	Mt	<p>Locação de 01 sistema de Barricadas para contenção de pessoas, construídas em alumínio com altura de 1,10m</p>	R\$ 34,97	R\$ 2.447,97	

LOTE 3

Item	Qtde	Un	Descrição	Valor Unitário	Valor Total do Item	Valor Total do Lote 3
9	1	Un	<p>Locação montagem e desmontagem de um sistema de sonorização e iluminação de pequeno porte para o palco alternativo, que atenda o rider técnico dos artistas locais e regionais que estarão se apresentando nos dias do evento conforme a seguinte descrição mínima: Equipamentos de sonorização – 01 console para mixagem com o mínimo de 32 canais de entrada, auxiliares e sub grupos, processadores de efeitos, gates, compressores, PA estéreo com o mínimo de 06 caixas de som line array, 04 caixas de som para graves com 2 alto falantes de 18 polegadas em cada caixa, totalizando 10 caixas divididas em L&R, amplificadores, 01 aparelho de CD play, Pen Driver ou micro computador, 08 microfones sem fio, 02 microfones com fio, 06 monitores, 01 bateria com sistema de microfonação, 01 caixa para sub grave para retorno de bateria, 06 pedestais para microfones, 06 direct box, 01 amplificador para contrabaixo, 01 amplificador para guitarra, sistema de cabeamento para o sistema. Equipamentos de Iluminação – 08 moving head bem 5r, 45 metros de grid em alumínio Q30, 16 refletores Led, máquina de fumaça, cabeamento e demais equipamentos necessários para o funcionamento do sistema.</p> <p>A empresa vencedora deverá disponibilizar 02 técnicos para operar o sistema nos 3 dias do evento.</p>	R\$ 4.950,00	R\$ 4.950,00	R\$ 4.950,00

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 4.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente edital;
- 4.2. Fiscalizar a execução do contrato oriundo do presente processo;
- 4.3. Emitir, através do setor competente, a Autorização de Fornecimento para o início da execução do objeto e disponibilizar, em tempo hábil, todas as instalações, equipamentos e suprimentos necessários à perfeita execução dos serviços;
- 4.4. Facilitar o acesso dos técnicos da proponente vencedora às áreas de trabalho.
- 4.5. Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da proponente vencedora caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;
- 4.6. Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo solicitar sua revisão.
- 4.7. Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei nº 8.666/93;
- 4.8. Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelos serviços executados de acordo com as disposições do presente contrato;
- 4.9. Denunciar as infrações cometidas pela contratada e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei nº 8.666/93;
- 4.10. Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei nº 8.666/93;
- 4.11. Permitir a subcontratação de partes dos serviços desde que seja solicitada pela contratada e que haja conveniência para a contratante.
- 4.12. Responsabilizar-se pela tomada de providências em relação às sugestões e orientações emitidas pelos consultores da contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

- 5.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no subitem 1.2 - da forma de execução - e de acordo com os prazos estipulados no Item 13, deste edital;
- 5.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 5.3. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- 5.4. Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato;

- 5.5. Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do CONTRATANTE;
- 5.6. Suspender, eventual ou definitivamente, os serviços contratados conforme permissivos legais elencados na Lei 8.666/93.
- 5.7. Emitir a nota fiscal da prestação dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

As penalidades contratuais aplicáveis às partes, conforme os casos são:

- 6.1. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, se o Licitante, convocado no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 6.2. O atraso na execução dos serviços, observado o prazo estipulado, sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) por dia de atraso.
- 6.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.
- 6.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo previsto implicará na multa de 10% (dez por cento), do valor do contrato.
- 6.5. Quando comprovados que os serviços não correspondem ao especificado na proposta, fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de exigir a substituição sem qualquer ônus, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, bem como o ressarcimento de eventuais prejuízos que o fato ocasionar.
- 6.6. O não cumprimento do disposto no tópico acima, implica na aplicação, a partir do 6º (sexto) dia, de multa de 0,06%, por dia, calculada sobre o preço proposto, limitado a 30 dias após o pedido de substituição, quando então o Município deverá adotar as providências legais pertinentes.
- 6.7. O Município, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela proponente adjudicada, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.
- 6.8. As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87, da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 6.9. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê o contraditório e a ampla defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Os serviços serão acompanhados e fiscalizados pela Comissão Organizadora do evento alusivo aos 60 Anos e Emancipação Político-Administrativa de Água Doce.

CLÁUSULA OITAVA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

- 8.1. O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:
 - 8.1.1. Por ato unilateral, por escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
 - 8.1.2. Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
 - 8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.
- 8.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.
- 8.3. A rescisão do contrato, com base no item anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula sexta deste contrato.
- 8.4. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce (SC), 26 de junho de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal
Contratante

DARCI JOSÉ DEMARCO

Ecco's Produções e Eventos Ltda
Contratada

TESTEMUNHAS:

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA

CPF: 005.614.419-95

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

MARIA HELENA LUCIETTI

OAB/SC 38261

CONTRATO Nº 61/2017

Publicação Nº 1667598

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº. 61/2018 DE 28/06/2018

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. ANTÔNIO JOSÉ BISSANI, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE, com sede na Praça João Macagnan, 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ nº 82.939.398/0001-90, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa AVAJ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 04.419.138/0001-80, estabelecida na Rua Padre Anchieta, 16, Apto, 106, Bairro Matriz, no Município de Videira - SC, representada por seu sócio ARLY VALIS ALVEZ JUNIOR, inscrito no CPF nº. 749.875.189-53, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei 8.666/93 e alterações, e o Processo de Licitação nº 69/2018, instaurado pelo edital Pregão Presencial nº 58/2018, homologado no dia 28/06/2018, o qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO**1. DO OBJETO**

Contratação de pessoa jurídica especializada para, locação de infraestrutura (equipamentos de sonorização e iluminação, estrutura de palco, pavilhão, camarins, bilheteria, geradores, fechamento e demais estruturas) compreendendo montagem, manutenção, desmontagem, para Shows em comemoração do aniversário do Município de Água Doce, nos dias 14 e 15 de julho de 2018, conforme descrição constante no Anexo I do edital.

A execução dos serviços licitados será imediatamente após assinatura do contrato nos seguintes termos:

1.2.1. Os serviços da presente licitação deverão ser prestados em frente ao Ginásio Municipal de Esportes Walter Roque Cavalet e Estádio Municipal Jorge Ferretti, localizados na Rua Oscar Rodrigues da Nova, centro do município de Água Doce - SC, conforme orientação da Comissão Organizadora.

1.2.2. O (s) licitante (s) vencedor (es) deverão atender as seguintes exigências;

a. Instalar os equipamentos licitados, bem como desmontar e remover o mesmo após a realização do evento;

b. Prestar a assistência técnica necessária para a prestação dos serviços;

c. Disponibilizar responsável técnico para operação e execução dos serviços, com apresentação de ART no momento da montagem (ART exigida para os lotes 1, 2, 3, 4, 5 e 8);

d. Os itens constantes no Anexo 01 deverão estar montados e em perfeito funcionamento até o dia 10 de julho de 2018, e deverão permanecer até o final do evento.

1.2.3. Serão de total responsabilidade da proponente vencedora, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.2.4. Caberá exclusivamente à proponente vencedora, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

1.2.5. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

1.2.6. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos serviços ora licitados.

1.2.7. Os serviços deverão ser exercidos por profissionais com comprovada habilitação e experiência, contratados pela licitante vencedora, que deverá garantir a adequada e plena execução de todas as atividades, conforme as necessidades do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO PAGAMENTO

2.1. O pagamento ocorrerá, em até 10 dias úteis após a prestação dos serviços, através de crédito em conta corrente indicada pela contratada, mediante a apresentação de documento fiscal devidamente atestado pela Secretaria de Administração.

2.2. A empresa contratada deverá apresentar a Secretaria de Administração, até o 5º (quinto) dia após a execução do objeto, as Notas Fiscais referentes aos serviços prestados. Caberá a Secretaria de Administração certificar os serviços prestados e encaminhar as notas para o devido pagamento.

2.3. O valor total para a execução do objeto deste contrato é de R\$ 9.730,00 (nove mil setecentos e trinta reais).

2.4. No valor ora contratado já estão incluídos os impostos, taxas, seguros e fretes, todas as despesas que se fizerem necessárias durante o período de execução dos serviços, despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, assim como os relativos a uniformes, crachás e EPI's, bem como os de indenização devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados da qual a contratada der causa, além de quaisquer outras despesas incidentes sobre o contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

3. Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2018:

06 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

05 – DEPTO DE PROGRAMAS CULTURAIS

2.054 – Promoção de Eventos

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/117 – Aplicações Diretas

3.1. O custo desta contratação é de R\$ 9.730,00 (nove mil setecentos e trinta reais), conforme segue:

LOTE 2

Item	Qtde	Un	Descrição	Valor Unitário	Valor Total do Item	Valor Total do Lote 2
8	2	Un	Locação de um grupo de gerador de energia elétrica trifásico com potência mínima de 260kwa, para uso no sistema de sonorização, iluminação e demais necessidades do evento, silenciado e estabilizado, com caixas de passagens, chave reversora e aterramento de acordo com as normas vigentes, disponibilizando técnico responsável e óleo diesel sem limite de uso para os 2 dias do evento.	R\$ 2.670,00	R\$ 5.340,00	R\$ 5.340,00

LOTE 6

Item	Qtde	Un	Descrição	Valor Unitário	Valor Total do Item	Valor Total do Lote 6
12	160	m²	Tablado modular de madeira, estruturado em sarrafos e chapas de madeirite naval de 15mm, nivelado e elevado a 0,10m. (DEK)	R\$ 24,73	R\$ 4.390,00	R\$ 4.390,00

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 4.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente edital;
- 4.2. Fiscalizar a execução do contrato oriundo do presente processo;
- 4.3. Emitir, através do setor competente, a Autorização de Fornecimento para o início da execução do objeto e disponibilizar, em tempo hábil, todas as instalações, equipamentos e suprimentos necessários à perfeita execução dos serviços;
- 4.4. Facilitar o acesso dos técnicos da proponente vencedora às áreas de trabalho.
- 4.5. Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da proponente vencedora caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;
- 4.6. Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo solicitar sua revisão.
- 4.7. Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei nº 8.666/93;
- 4.8. Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelos serviços executados de acordo com as disposições do presente contrato;
- 4.9. Denunciar as infrações cometidas pela contratada e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei nº 8.666/93;
- 4.10. Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei nº 8.666/93;
- 4.11. Permitir a subcontratação de partes dos serviços desde que seja solicitada pela contratada e que haja conveniência para a contratante.
- 4.12. Responsabilizar-se pela tomada de providências em relação às sugestões e orientações emitidas pelos consultores da contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

- 5.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no subitem 1.2 - da forma de execução - e de acordo com os prazos estipulados no Item 13, deste edital;
- 5.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 5.3. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- 5.4. Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato;
- 5.5. Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do CONTRATANTE;
- 5.6. Suspender, eventual ou definitivamente, os serviços contratados conforme permissivos legais elencados na Lei 8.666/93.
- 5.7. Emitir a nota fiscal da prestação dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

As penalidades contratuais aplicáveis às partes, conforme os casos são:

- 6.1. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, se o Licitante, convocado no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 6.2. O atraso na execução dos serviços, observado o prazo estipulado, sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) por dia de atraso.
- 6.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.
- 6.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo previsto implicará na multa de 10% (dez por cento), do valor do contrato.
- 6.5. Quando comprovados que os serviços não correspondem ao especificado na proposta, fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de

exigir a substituição sem qualquer ônus, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, bem como o ressarcimento de eventuais prejuízos que o fato ocasionar.

6.6. O não cumprimento do disposto no tópico acima, implica na aplicação, a partir do 6º (sexto) dia, de multa de 0,06%, por dia, calculada sobre o preço proposto, limitado a 30 dias após o pedido de substituição, quando então o Município deverá adotar as providências legais pertinentes.

6.7. O Município, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela proponente adjudicada, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

6.8. As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

6.9. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê o contraditório e a ampla defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Os serviços serão acompanhados e fiscalizados pela Comissão Organizadora do evento alusivo aos 60 Anos e Emancipação Político-Administrativa de Água Doce.

CLÁUSULA OITAVA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

8.1.1. Por ato unilateral, por escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

8.1.2. Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

8.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

8.3. A rescisão do contrato, com base no item anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula sexta deste contrato.

8.4. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce (SC), 26 de junho de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI	ARLY VALIS ALVES JUNIOR
Prefeito Municipal	Avaj Produções Artísticas EIRELI
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

MARIA HELENA LUCIETTI

OAB/SC 38261

CONTRATO Nº 62/2017

Publicação Nº 1667601

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº. 62/2018 DE 28/06/2018

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. ANTÔNIO JOSÉ BISSANI, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE, com sede na Praça João Macagnan, 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ nº 82.939.398/0001-90, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa OK EVENTOS E MONTAGEM LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 08.448.072/0001-08, estabelecida na Rua Willy Barth, 1010, Bairro Progresso, no Município de São Miguel D'Oeste – SC, representada por seu sócio ROQUE LUIZ COLLE, inscrito no CPF nº. 526.601.099-15, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei 8.666/93 e alterações, e o Processo de Licitação nº 69/2018, instaurado pelo edital Pregão Presencial nº 58/2018, homologado no dia 28/06/2018, o qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO**1. DO OBJETO**

Contratação de pessoa jurídica especializada para, locação de infraestrutura (equipamentos de sonorização e iluminação, estrutura de palco, pavilhão, camarins, bilheteria, geradores, fechamento e demais estruturas) compreendendo montagem, manutenção, desmontagem, para Shows em comemoração do aniversário do Município de Água Doce, nos dias 14 e 15 de julho de 2018, conforme descrição constante no Anexo I do edital.

A execução dos serviços licitados será imediatamente após assinatura do contrato nos seguintes termos:

1.2.1. Os serviços da presente licitação deverão ser prestados em frente ao Ginásio Municipal de Esportes Walter Roque Cavalet e Estádio Municipal Jorge Ferretti, localizados na Rua Oscar Rodrigues da Nova, centro do município de Água Doce - SC, conforme orientação da Comissão Organizadora.

1.2.2. O (s) licitante (s) vencedor (es) deverão atender as seguintes exigências;

a. Instalar os equipamentos licitados, bem como desmontar e remover o mesmo após a realização do evento;

b. Prestar a assistência técnica necessária para a prestação dos serviços;

c. Disponibilizar responsável técnico para operação e execução dos serviços, com apresentação de ART no momento da montagem (ART exigida para os lotes 1, 2, 3, 4, 5 e 8);

d. Os itens constantes no Anexo 01 deverão estar montados e em perfeito funcionamento até o dia 10 de julho de 2018, e deverão permanecer até o final do evento.

1.2.3. Serão de total responsabilidade da proponente vencedora, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.2.4. Caberá exclusivamente à proponente vencedora, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

1.2.5. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

1.2.6. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos serviços ora licitados.

1.2.7. Os serviços deverão ser exercidos por profissionais com comprovada habilitação e experiência, contratados pela licitante vencedora, que deverá garantir a adequada e plena execução de todas as atividades, conforme as necessidades do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO PAGAMENTO

2.1. O pagamento ocorrerá, em até 10 dias úteis após a prestação dos serviços, através de crédito em conta corrente indicada pela contratada, mediante a apresentação de documento fiscal devidamente atestado pela Secretaria de Administração.

2.2. A empresa contratada deverá apresentar a Secretaria de Administração, até o 5º (quinto) dia após a execução do objeto, as Notas Fiscais referentes aos serviços prestados. Caberá a Secretaria de Administração certificar os serviços prestados e encaminhar as notas para o devido pagamento.

2.3. O valor total para a execução do objeto deste contrato é de R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais).

2.4. No valor ora contratado já estão incluídos os impostos, taxas, seguros e fretes, todas as despesas que se fizerem necessárias durante o período de execução dos serviços, despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, assim como os relativos a uniformes, crachás e EPI's, bem como os de indenização devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados da qual a contratada der causa, além de quaisquer outras despesas incidentes sobre o contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

3. Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2018:

06 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

05 – DEPTO DE PROGRAMAS CULTURAIS

2.054 – Promoção de Eventos

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/117 – Aplicações Diretas

3.1. O custo desta contratação é de R\$ R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais), conforme segue:

LOTE 4

Item	Qtde	Un	Descrição	Valor Unitário	Valor Total do Item	Valor Total do Lote 4
10	200	Metros	Locação de grades de proteção em aço galvanizado com altura mínima de 1,20m, cantos arredondados para contenção de público e isolamento de áreas com lacres nos encaixes entre as mesmas.	R\$ 12,25	R\$ 2.450,00	R\$ 2.450,00

LOTE 5

Item	Qtde	Un	Descrição	Valor Unitário	Valor Total do Item	Valor Total do Lote 5
11	1	Un	Locação através da montagem e manutenção e desmontagem de sistema de camarins com a seguinte descrição: 02 salas em divisória de TS branco brilhante de 4x3m cada, cobertura com lona branca anti chamas devidamente tensionadas com catracas, piso de madeira revestido com material anti chamas, sistema elétrico com tomadas, ponto de luz, salas com chaves, teto coberto e ar condicionado em todas as salas.	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00

LOTE 8

Item	Qtde	Un	Descrição	Valor Unitário	Valor Total do Item	Valor Total do Lote 8
14	7	Un	Estande com dimensões de 3,00m x 3,00m, dotados estrutura Octanorm, placas TS brancas com 2,20m de altura, dois pontos de iluminação com lâmpada de 100W cada estande, 4 tomada com 600W por estande, podendo dependendo da necessidade, ser instalada tomada extra com potência superior, testeira horizontal em TS, com impressão digital da logomarca da empresa, medindo 1m x 0,45m.	R\$ 492,85	R\$ 3.450,00	R\$ 3.450,00

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 4.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente edital;
- 4.2. Fiscalizar a execução do contrato oriundo do presente processo;
- 4.3. Emitir, através do setor competente, a Autorização de Fornecimento para o início da execução do objeto e disponibilizar, em tempo hábil, todas as instalações, equipamentos e suprimentos necessários à perfeita execução dos serviços;
- 4.4. Facilitar o acesso dos técnicos da proponente vencedora às áreas de trabalho.
- 4.5. Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da proponente vencedora caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;
- 4.6. Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo solicitar sua revisão.
- 4.7. Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei nº 8.666/93;
- 4.8. Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelos serviços executados de acordo com as disposições do presente contrato;
- 4.9. Denunciar as infrações cometidas pela contratada e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei nº 8.666/93;
- 4.10. Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei nº 8.666/93;
- 4.11. Permitir a subcontratação de partes dos serviços desde que seja solicitada pela contratada e que haja conveniência para a contratante.
- 4.12. Responsabilizar-se pela tomada de providências em relação às sugestões e orientações emitidas pelos consultores da contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

- 5.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no subitem 1.2 - da forma de execução - e de acordo com os prazos estipulados no Item 13, deste edital;
- 5.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 5.3. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- 5.4. Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato;
- 5.5. Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do CONTRATANTE;
- 5.6. Suspender, eventual ou definitivamente, os serviços contratados conforme permissivos legais elencados na Lei 8.666/93.
- 5.7. Emitir a nota fiscal da prestação dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

As penalidades contratuais aplicáveis às partes, conforme os casos são:

- 6.1. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, se o Licitante, convocado no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 6.2. O atraso na execução dos serviços, observado o prazo estipulado, sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) por dia de atraso.
- 6.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.
- 6.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo previsto implicará na multa de 10% (dez por cento), do valor do contrato.

6.5. Quando comprovados que os serviços não correspondem ao especificado na proposta, fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de exigir a substituição sem qualquer ônus, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, bem como o ressarcimento de eventuais prejuízos que o fato ocasionar.

6.6. O não cumprimento do disposto no tópico acima, implica na aplicação, a partir do 6º (sexto) dia, de multa de 0,06%, por dia, calculada sobre o preço proposto, limitado a 30 dias após o pedido de substituição, quando então o Município deverá adotar as providências legais pertinentes.

6.7. O Município, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela proponente adjudicada, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

6.8. As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

6.9. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê o contraditório e a ampla defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Os serviços serão acompanhados e fiscalizados pela Comissão Organizadora do evento alusivo aos 60 Anos e Emancipação Político-Administrativa de Água Doce.

CLÁUSULA OITAVA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

8.1.1. Por ato unilateral, por escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

8.1.2. Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

8.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

8.3. A rescisão do contrato, com base no item anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula sexta deste contrato.

8.4. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce (SC), 26 de junho de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI	ROQUE LUIZ COLLE
Prefeito Municipal	OK Eventos e Montagem Ltda ME
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

MARIA HELENA LUCIETTI

OAB/SC 38261

CONVOCAÇÃO ADELAR DA SILVA

Publicação Nº 1668082

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) ADELAR DA SILVA, aprovado no Concurso Público 01/2018, no cargo de Motorista, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

Antonio José Bissani

Prefeito

CONVOCAÇÃO ALEFF RODRIGUES DE LIMA

Publicação Nº 1668084

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) ALEFF RODRIGUES DE LIMA, aprovado no Concurso Público 01/2018, no cargo de Auxiliar de Almoxarifado, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

Antonio José Bissani

Prefeito

CONVOCAÇÃO AMANDA GEMELLI ANZOLIN

Publicação Nº 1668102

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) AMANDA GEMELLI ANZOLIN, aprovada no Concurso Público 01/2018, no cargo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

Antonio José Bissani

Prefeito

CONVOCAÇÃO ANA CLÁUDIA RAMOS

Publicação Nº 1668104

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) ANA CLÁUDIA RAMOS, aprovado no Concurso Público 01/2018, no cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

Antonio José Bissani

Prefeito

CONVOCAÇÃO CLARICE APARECIDA DUTRA BERNARDI

Publicação Nº 1668115

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) CLARICE APARECIDA DUTRA BERNARDI, aprovada no Concurso Público 01/2018, no cargo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

Antonio José Bissani

Prefeito

CONVOCAÇÃO CLEVERSON FERRETTI

Publicação Nº 1668118

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) CLEVERSON FERRETTI, aprovado no Concurso Público 01/2018, no cargo de Motorista, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

Antonio José Bissani

Prefeito

CONVOCAÇÃO CRISTIANO RAMOS MESQUITA

Publicação Nº 1668121

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) CRISTIANO RAMOS MESQUITA, aprovado no Concurso Público 01/2018, no cargo de Agente Operacional, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

Antonio José Bissani

Prefeito

CONVOCAÇÃO CÁTIA TORTELLI

Publicação Nº 1668107

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) CÁTIA TORTELLI, aprovada no Concurso Público 01/2018, no cargo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

Antonio José Bissani

Prefeito

CONVOCAÇÃO DARCY ZANINI

Publicação Nº 1668125

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) DARCY ZANINI, aprovado no Concurso Público 01/2018, no cargo de Operador de Máquinas, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

Antonio José Bissani

Prefeito

CONVOCAÇÃO EURICO JOEL DOS SANTOS

Publicação Nº 1668128

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) EURICO JOEL DOS SANTOS, aprovado no Concurso Público 01/2018, no cargo de Motorista, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

Antonio José Bissani

Prefeito

CONVOCAÇÃO FELIPE TOIGO

Publicação Nº 1668131

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) FELIPE TOIGO, aprovado no Concurso Público 01/2018, no cargo de Operador de Máquinas, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

Antonio José Bissani

Prefeito

CONVOCAÇÃO JANAÍNA MOLOZZI ROSSI

Publicação Nº 1668134

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) JANAÍNA MOLOZZI ROSSI, aprovada no Concurso Público 01/2018, no cargo de Fisioterapeuta, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

Antonio José Bissani

Prefeito

CONVOCAÇÃO JANE HELENA DOS PASSOS

Publicação Nº 1668136

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) JANE HELENA DOS PASSOS, aprovado no Concurso Público 01/2018, no cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo. O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

Antonio José Bissani

Prefeito

CONVOCAÇÃO JENIFER APARECIDA GEUSTER

Publicação Nº 1668073

CONVOCAÇÃO

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o (a) Senhor (a), JENIFER APARECIDA GEUSTER aprovada no Concurso Público 015/2014, no cargo de Enfermeira, para apresentar-se em cinco dias, contados a partir desta convocação, para manifestar interesse do cargo em caráter temporário, pelo período de até 1 (um) anos junto ao CAPS Microrregional Luiz Vieceli . O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO JOSÉ VALDIR PADILHA ALVES

Publicação Nº 1668139

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) JOSÉ VALDIR PADILHA ALVES, aprovado no Concurso Público 01/2018, no cargo de Operador de Máquinas, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

Antonio José Bissani

Prefeito

CONVOCAÇÃO MARIA HELENA LUCIETTI

Publicação Nº 1668170

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) MARIA HELENA LUCIETTI, aprovada no Concurso Público 01/2018, no cargo de Controle Interno, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

Antonio José Bissani

Prefeito

CONVOCAÇÃO MILEIDE SOFIA BATISTA

Publicação Nº 1668076

CONVOCAÇÃO

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o (a) Senhor (a), MILEIDE SOFIA BATISTA aprovada no Concurso Público 015/2014, no cargo de Enfermeira, para apresentar-se em cinco dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter temporário.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO NAILE FÁTIMA VERONA TRENTO

Publicação Nº 1668173

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) NAILE FÁTIMA VERONA TRENTO, aprovada no Concurso Público 01/2018, no cargo de Merendeira, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

Antonio José Bissani

Prefeito

CONVOCAÇÃO OSMAR ANTONIO WURMEISTER

Publicação Nº 1668179

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) OSMAR ANTONIO WURMEISTER, aprovado no Concurso Público 01/2018, no cargo de Motorista, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

Antonio José Bissani

Prefeito

CONVOCAÇÃO OZIEL MEIRA SAGAZ

Publicação Nº 1668183

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) OZIEL MEIRA SAGAZ, aprovado no Concurso Público 01/2018, no cargo de Agente Operacional, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

Antonio José Bissani

Prefeito

CONVOCAÇÃO PATRICIA RAMBO

Publicação Nº 1668079

CONVOCAÇÃO

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o (a) Senhor (a), PATRICIA RAMBO aprovada no Concurso Público 015/2014, no cargo de Enfermeira, para apresentar-se em cinco dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter temporário.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PETERSON SETTI

Publicação Nº 1668226

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) PETERSON SETTI, aprovado no Concurso Público 01/2018, no cargo de Motorista, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

Antonio José Bissani

Prefeito

CONVOCAÇÃO REGILENE REGINA DO NASCIMENTO

Publicação Nº 1668186

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) REGILENE REGINA DO NASCIMENTO, aprovada no Concurso Público 01/2018, no cargo de Merendeira, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

Antonio José Bissani

Prefeito

CONVOCAÇÃO RENATO MARCANTE

Publicação Nº 1668190

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) RENATO MARCANTE, aprovado no Concurso Público 01/2018, no cargo de Motorista, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

Antonio José Bissani

Prefeito

CONVOCAÇÃO SAMARA CRISTINA PIMENTEL

Publicação Nº 1668225

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) SAMARA CRISTINA PIMENTEL, aprovada no Concurso Público 01/2018, no cargo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

Antonio José Bissani

Prefeito

CONVOCAÇÃO THIAGO BRANDALISE PEREIRA

Publicação Nº 1668229

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) THIAGO BRANDALISE PEREIRA, aprovado no Concurso Público 01/2018, no cargo de Motorista, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

Antonio José Bissani

Prefeito

CONVOCAÇÃO WILSON TRIBECK

Publicação Nº 1668233

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) WILSON TRIBECK, aprovada no Concurso Público 01/2018, no cargo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo. O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

Antonio José Bissani

Prefeito

DECRETO Nº 079/2018

Publicação Nº 1668533

DECRETO Nº 079/2018 – DE 28 DE JUNHO DE 2018

“FIXA HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE DURANTE O JOGO DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 72, inciso “VIII” da Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º. O horário de expediente das repartições públicas do Município de Água Doce - SC, no jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2018 no dia 02 de julho de 2018 será das 07:30 às 10:30 e das 13:30 às 17:30.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 28 de junho de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

MARCIO JOSÉ DA SILVA

Publicação Nº 1668167

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) MARCIO JOSÉ DA SILVA, aprovado no Concurso Público 01/2018, no cargo de Motorista, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de junho de 2018.

Antonio José Bissani

Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2018

Publicação Nº 1667210

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 80/2018

PREGÃO PRESENCIAL 69/2018

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 80/2018, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 69/2018", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de camisetas para utilização em evento ciclístico integrante das festividades alusivas ao aniversário do município, o qual será processado e julgado no dia 11 de julho de 2018 às 08h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 28 de junho de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2018

Publicação Nº 1667731

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 81/2018

PREGÃO PRESENCIAL 70/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 81/2018, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 70/2018", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", para contratação de animação musical e sonorização para o matiné durante o evento Festa de São Cristóvão, na Comunidade Cocho D'Água, no dia 29 de julho de 2018, que acontecerá durante as festividades do 60º Aniversário do Município de Água Doce, o qual será processado e julgado no dia 11 de julho de 2018 às 14h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 28 de junho de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

Alfredo Wagner**PREFEITURA****4280/2018**

Publicação Nº 1667352

DECRETO Nº 4280/2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA ANULAÇÃO DE SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº. 953/2017 de 28 de Junho de 2018;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Suplementar de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), para reforço da dotação orçamentária abaixo especificada:

09 – Secretaria Municipal da Infraestrutura	
01 – Secretaria Municipal da Infraestrutura	
09.01.15.452.0031.2039 – Manter e Ampliar o Cemitério Público	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas	
..... R\$ 60.000,00	
Total	
..... R\$ 60.000,00	

Art. 2º - O Crédito Suplementar aberto pelo artigo 1º corre por conta por conta da anulação de saldo da dotação orçamentária abaixo especificada:

09 – Secretaria Municipal da Infraestrutura	
01 – Secretaria Municipal da Infraestrutura	
09.01.26.782.0070.2045- Abertura e Conservação de Estradas Vicinais	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas	
..... R\$ 60.000,00	
Total	
..... R\$ 60.000,00	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner,
28 de Junho de 2018.
Naudir Antonio Schmitz
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO NESTA DATA

4281/2018

Publicação Nº 1667359

DECRETO Nº 4281/2018

ESTABELECE HORÁRIO DE EXPEDIENTE NOS DIAS DE JOGOS OFICIAIS DO BRASIL DURANTE A COPA DO MUNDO – 2018.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Itens VIII e XI da Lei Orgânica do Município nº. 170/90 de 05/04/90,

CONSIDERANDO que a disputa do Campeonato Mundial de Futebol atrai a atenção de grande parcela da população brasileira;

CONSIDERANDO que grande parte das atividades econômicas interrompem seus expedientes para que seus colaboradores possam assistir aos jogos;

CONSIDERANDO a possibilidade e oportunidade dos Servidores Públicos Municipais acompanharem a transmissão dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica por este ato estabelecido em caráter excepcional, horário especial de trabalho e atendimento nas Repartições Públicas Municipais, a partir das Quartas de final de Jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 2018.

§ 1º - Nos dias com jogos às 11:00 horas, fica estabelecido o expediente das 08:00 às 10:00 horas e das 14:00 às 17:30 horas.

§ 2º - Nos dias com jogos às 15:00 horas, fica estabelecido o expediente no turno matutino, no horário das 08:00 as 12:00 horas.

§ 3º - O disposto no caput não se aplica nos casos de serviços essenciais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner/SC, 28 de junho de 2018.
Naudir Antonio Schmitz
Prefeito Municipal

951/2018

Publicação Nº 1667366

LEI Nº 951-2018

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E AGENTES POLÍTICOS, NOS TERMOS DO INCISO X DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito do Município de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a revisão geral anual aos vencimentos dos servidores públicos municipais e aos subsídios dos agentes políticos, nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal.

Art. 2º - O percentual da revisão geral anual para os servidores públicos municipais e para os subsídios dos agentes políticos será correspondente ao índice de 2,76% (dois virgula setenta e seis por cento) incidente sobre padrão de vencimentos e demais parcelas que compõem a remuneração dos cargos pertencentes ao quadro do Município de Alfredo Wagner. O índice utilizado IPCA, medido

pelo IBGE, representa unicamente a inflação acumulada no período de maio de 2017 a abril de 2018.

§ 1º - Fica concedido aumento real de 1% (um por cento) sobre o padrão de vencimentos e demais parcelas que compõem a remuneração dos cargos pertencentes ao quadro do Município de Alfredo Wagner a contar de maio de 2018.

§ 2º - Excetuam-se do aumento real os vencimentos do cargo de Prefeito e Vice-Prefeito municipal.

Art. 3º - Não se aplica a presente Lei aos Agentes Comunitários de Saúde, aos membros do Magistério (efetivos e ACT's), os quais serão beneficiados com a atualização do piso das categorias a que pertencem.

Parágrafo Único: A presente Lei não incide sobre a gratificação do PMAQ e a gratificação do NASF.

Art. 4º - O disposto nesta Lei aplica-se aos inativos e pensionistas, com direito a paridade de vencimento de cargo do quadro do Município de Alfredo Wagner.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 16 de maio de 2018.
NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA

952/2018

Publicação Nº 1667367

Lei nº 952/2018

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a conceder Premiação para Campeonato Municipal de Alfredo Wagner de Futsal e Voleibol – 10ª Taça Beppler – 2018, e dá outras providências.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito do Município de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a conceder premiação em dinheiro as equipes participantes do Campeonato Municipal de Alfredo Wagner de Futsal e Voleibol 10ª Taça Beppler – 2018, que se sagrarem colocados entre o primeiro e terceiro lugar, dentro da categoria de inscrição. O campeonato ocorrerá no Ginásio Municipal de Esportes – Rogerão, entre os meses de maio, junho e julho de 2018.

Parágrafo Único – Todas as regras de funcionamento e desenvolvimento do Campeonato serão regulamentados pela Comissão Municipal de Esportes CME.

Art. 2º - A premiação em dinheiro será concedida a pessoa física responsável pelas equipes vencedoras e da seguinte forma:

Categoria Futsal Adulto:

1º Lugar – R\$ 800,00 (oitocentos reais).

2º Lugar – R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

3º Lugar – R\$ 200,00 (duzentos reais).

Categoria Futsal Veteranos:

1º Lugar – R\$ 700,00 (setecentos reais).

2º Lugar – R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

3º Lugar – R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

Categoria Futsal Interior:

1º Lugar – R\$ 700,00 (setecentos reais).

2º Lugar – R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

3º Lugar – R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

Categoria Futsal Feminino:

1º Lugar – R\$ 700,00 (setecentos reais).

2º Lugar – R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

3º Lugar – R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

Categoria Voleibol Feminino:

1º Lugar – R\$ 700,00 (setecentos reais).

2º Lugar – R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

3º Lugar – R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

Art. 3º - Como a premiação a ser concedida é a título de incentivo ao esporte amador, as Equipes premiadas deverão prestar contas nos seguintes termos:

- Apresentar comprovante de inscrição;
- Cópia da RG;
- Cópia do CPF;
- Relação dos atletas que compõem a equipe premiada;
- Cópia sintética da súmula que definiu os vencedores; e
- Recibo de quitação da premiação.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão por contas das dotações vigentes no orçamento do Município.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 05 de junho de 2018.
Naudir Antonio Schmitz
Prefeito Municipal

PUBLICADO NESTA DATA

953/2018

Publicação Nº 1667363

LEI Nº 953/2018

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DA ANULAÇÃO DE SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Suplementar de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), para reforço da dotação orçamentária abaixo especificada:

09 – Secretaria Municipal da Infraestrutura	
01 – Secretaria Municipal da Infraestrutura	
09.01.15.452.0031.2039 – Manter e Ampliar o Cemitério Público	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas	
..... R\$ 60.000,00	
Total	
..... R\$ 60.000,00	

Art. 2º - O Crédito Suplementar aberto pelo artigo 1º corre por conta por conta da anulação de saldo da dotação orçamentária

abaixo especificada:

09 – Secretaria Municipal da Infraestrutura

01 – Secretaria Municipal da Infraestrutura

09.01.26.782.0070.2045- Abertura e Conservação de Estradas Vi-
cinais

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas
..... R\$ 60.000,00

Total

..... R\$ 60.000,00

Art. 3º - Este Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Alfredo Wagner, 28 de Junho de 2018.

Naudir Antonio Schmitz

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.631, DE 26 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1667315

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos do art. 5º, Letra "C", da Lei Municipal nº 746, de 27 de novembro de 2017;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 27.064,010 (vinte sete mil, sessenta e quatro reais, um centavo), nas seguintes ações orçamentárias:

02.00	GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
02.01	Gerência de Administração
04	ADMINISTRAÇÃO
04.122	Administração Geral
04.122.0003	Ações de Administração Geral
04.122.0003.2.008	Manutenção do Centro Administrativo
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.3.0348	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
04.00	GERÊNCIA DE AGRIOCULTURA E MEIO AMBIENTE
04.01	Gerência de Agricultura e Meio Ambiente
20	AGRICULTURA
20.608	Promoção da Produção Agropecuária
20.608.0013	Ações de Promoção da Pecuária
20.608.0013.2.022	Atividades e Serviços de Mecanização Agrícola
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.3.0794	Aplicações Diretas
	R\$ 5.411,01
05.00	GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA
05.01	Gerência de Infraestrutura
26	TRANSPORTES
26.782	Transporte Rodoviário
26.782.0019	Rodovias Municipais Adequadas
26.782.0019.1.011	Aquisição de Máquinas, Caminhões, Veículos e Equipamentos
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.3.0358	Aplicações Diretas
	R\$ 1.653,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do:

Superávit do exercício de 2017, nos vínculos abaixo:

- "0.1.0000" Recursos Ordinários
- R\$ 20.000,00 (cinquenta mil reais),
- "0.1.0.0327" Rec. Vinc.- Conv. c/União – Equipamentos
- R\$ 5.411,01 (cinco mil, quatrocentos e onze reais, um centavo); e,
- "0.1.0101" - Recursos Vinculados - Alien. Bens Adq. c/Rec N/V
- R\$ 1.653,00 (um mil, seiscentos e cinquenta e três reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 26 de junho de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2.632, DE 28 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1667320

ESTABELECE JORNADA ESPECIAL DE TRABALHO NO DIA DE JOGO DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, NO DECORRER DAS DISPUTAS DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei; e

Considerando o interesse geral dos brasileiros e, particularmente, dos belavistenses pelo futebol, com prevalência nas partidas disputadas pela Seleção Brasileira de Futebol e com maior relevância nas disputas da Copa do Mundo de Futebol, no período de 14 de junho a 15 de julho de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Durante as disputas da Copa do Mundo de Futebol, no dia de jogo da Seleção Brasileira, a jornada de trabalho terá os seguintes expedientes; no dia 02 de Julho, os servidores serão dispensados as 10:30h e o expediente recomeçará as 13:30h, exceto os setores da educação que terão calendário próprio e os serviços da balsa que são de essencial interesse público;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 28 de junho de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável pelas Publicações

PORTARIA Nº 099, DE 27 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1667306

ESTABELECE ESCALA DE SOBREAVISO PARA SERVIDORES DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014;

RESOLVE

Art. 1º. Fica estabelecida a Escala, de sobreaviso dos servidores da saúde para o período, conforme segue:

§ 1º Servidores na função de motorista;

- a) Do dia 02/06 a 08/06 – Servidor Marinho Sergio Castro;
- b) Do dia 09/06 a 15/06 – Servidor Adilson Schwingel;
- c) Do dia 16/06 a 22/06 – Servidor Marcos Finger;
- d) Do dia 23/06 a 29/06 – Servidor Marinho Sergio Castro;;
- e) Do dia 30/06 a 06/07 - Servidor Adilson Schwingel;
- f) Do dia 07/07 a 20/07 - Servidor Marcos Finger;
- g) Do dia 21/07 a 27/07 - Servidor Marinho Sergio Castro;
- h) Do dia 28/07 a 03/08 - Servidor Adilson Schwingel;

§ 2º - Servidora na função de Técnica de Enfermagem;

- a) Do dia 02/06 a 08/06 – Servidora Marcia Schneider Nordt;
- b) Do dia 09/06 a 15/06 – Servidora Lisneia Raquel Pallas;
- c) Do dia 16/06 a 22/06 – Servidora Marcia Schneider Nordt;
- d) Do dia 23/06 a 29/06 – Servidora Lisneia Raquel Pallas;
- e) Do dia 30/06 a 06/07 - Servidora Marcia Schneider Nordt;
- f) Do dia 07/07 a 13/07 - Servidora Lisneia Raquel Pallas;
- g) Do dia 14/07 a 20/07 - Servidora Marcia Schneider Nordt;
- h) Do dia 21/07 a 27/07 - Servidora Lisneia Raquel Pallas;
- i) Do dia 28/07 a 03/08 - Servidora Marcia Schneider Nordt;

Art. 2º. Os servidores relacionados na escala acima, na função de motorista perceberão o valor de R\$ 944,95 (Novecentos e quarenta e quatro reais com noventa e cinco centavos), na forma de gratificação, conforme artigo 5º da Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único – As servidoras relacionadas na escala acima na função de Técnica de Enfermagem perceberão o adicional de salário conforme descrito no artigo 6º da Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014 e suas alterações.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor no dia 02 de junho de 2018, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista, 27 de junho de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável pelas publicações

Anchieta

PREFEITURA

CONTRATO 029/2018 - PM

Publicação Nº 1668058

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXT. CONTRATO Nº 029/2018 PP 035/2018
OBJETO: Aquisição de peças e prestação de serviço de mão de obra, para refazer o motor e a bomba injetora (bicos injetores) do Veículo, Micro Ônibus Volare A8 placa MDY 0015, lotado no Ensino Infantil.

VALOR TOTAL R\$: 10.500,00 (Dez Mil e Quinhentos Reais).
CONTRATADO: GL - BOMBAS INJETORAS BELTRÃO EIRELI - EPP.
ASSINATURA: Pelo Município: IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal; e pelo CONTRATADO: DEONI CARLOS DOS SANTOS. Procurador/Responsável.

Anchieta, 28 de Junho de 2018.

com o objetivo de promover ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município de Anchieta e a entidade, mediante a transferência de recursos financeiros, com vistas ao provimento de demanda de vagas para atendimento em Ensino Médio profissionalizante na Agricultura Familiar, aos jovens do município, visando o fortalecimento do vínculo com o campo e consequentemente evitando o êxodo aos grandes centros em busca de oportunidades de trabalho, conforme Plano de Trabalho proposto pela entidade.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar a transferência de recursos financeiros na importância de até R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), sendo este valor repassado em parcelas mensais e sucessivas no valor de até R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), a partir da assinatura do termo de fomento até 31 de dezembro de 2018, objetivando atender ao custeio de 6 alunos matriculados e frequentando o educandário de Ensino Médio com Qualificação em Agricultura Familiar.

Art. 4º. As despesas correrão a conta do orçamento municipal vigente, sob a seguinte dotação:

05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

04 – Ensino Médio

12.362.0010.2.023 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Ensino Medio

(78) 3.3.50.00.00.00.00.131 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Anchieta – SC, 28 de junho de 2018.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Publicado no Mural Municipal e no Diário Oficial dos Municípios
DOM - www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fernanda Cristina Segalin Secretária de Administração e Gestão

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO - PM - PP 035/2018

Publicação Nº 1668056

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO
Processo nº 060/2018 – Pregão Presencial nº 035/2018
A Prefeitura Municipal de Anchieta, por meio de seu Prefeito, torna público que Homologou a Adjudicação do Processo Licitatório nº 060/2018, instaurado sob a modalidade Pregão Presencial para: Aquisição de peças e prestação de serviço de mão de obra, para refazer o motor e a bomba injetora (bicos injetores) do Veículo, Micro Ônibus Volare A8 placa MDY 0015, lotado no Ensino Infantil.
EMPRESA VENCEDORA:

GL - BOMBAS INJETORAS BELTRÃO EIRELI - EPP.

Valor: 10.500,00 Total R\$: (Dez Mil e Quinhentos Reais).

Anchieta, 28 de Junho de 2018.

IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal.

LEI Nº 2.380/2018

Publicação Nº 1668581

LEI Nº 2.380/2018

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL DE GUARACIABA – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhes forem conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal votou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Fomento com a Associação da Casa Familiar Rural de Guaraciaba, entidade sem fins lucrativos, com sede no Município de Guaraciaba/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.795.077/0001-03, com atuação nas áreas social, educacional, de profissionalização, do trabalho e iniciativa, na defesa e garantia de direitos, na cultura, do estudo, da pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

Art. 2º. O Termo de Fomento tem por objetivo a colaboração institucional da Associação da Casa Familiar Rural de Guaraciaba/SC,

Antônio Carlos**PREFEITURA****EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 113/2018**

Publicação Nº 1668593

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 113/2018; Origem: Edital de pregão presencial nº 066/2018 – Processo Licitatório nº 088/2018; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: VERDE VALE GRAMAS E TERRAPLENAGEM LTDA – EPP. Objeto: Prestação de serviços de escavadeira hidráulica, com peso operacional de 17.000kg, com esteira rolante, com concha frontal, com operador, por hora, para o Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do certame para o item 01, com valor total estimado em R\$ 53.400,00. Prazo: 27/06/2018 – 27/06/2019.

Antônio Carlos, 29 de junho de 2018.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

LEI Nº 1581/2018

Publicação Nº 1667207

LEI Nº 1581/2018

Autoriza o Executivo Municipal a alterar ou acrescentar fontes de recursos durante a execução orçamentária para o exercício de 2018.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar ou acrescentar fontes de recursos nas dotações orçamentárias vigentes para o exercício financeiro de 2018 no valor de até R\$ 500.000,00, pois tal fonte não foi prevista na Lei Orçamentária Anual, conforme segue:

CÓDIGO	PROGRAMAÇÃO	NATUREZA	FONTE	VALOR DE ATÉ
04.01.12.361.0006.2005	Manutenção do Ensino Fundamental	3.1.90.00	1.19	R\$ 290.000,00
04.01.12.361.0006.2005	Manutenção do Ensino Fundamental	3.1.91.00	1.19	R\$ 55.000,00
04.01.12.365.0006.2006	Manutenção do Ensino Infantil	3.1.90.00	1.19	R\$ 140.000,00
04.01.12.365.0006.2006	Manutenção do Ensino Infantil	3.1.91.00	1.19	R\$ 15.000,00

Art. 2º Como fonte para a movimentação de alteração ou acréscimo de fontes na execução orçamentária, fica o executivo municipal autorizado a reduzir em igual valor as seguintes dotações orçamentárias:

CÓDIGO	PROGRAMAÇÃO	NATUREZA	FONTE	VALOR DE ATÉ
04.01.12.361.0006.2005	Manutenção do Ensino Fundamental	3.1.90.00.00	1.18	R\$ 290.000,00
04.01.12.361.0006.2005	Manutenção do Ensino Fundamental	3.1.91.00.00	1.18	R\$ 55.000,00
04.01.12.365.0006.2006	Manutenção do Ensino Infantil	3.1.90.00.00	1.18	R\$ 140.000,00
04.01.12.365.0006.2006	Manutenção do Ensino Infantil	3.1.91.00.00	1.18	R\$ 15.000,00

Art. 3º O Poder Executivo poderá, mediante decreto, abrir crédito adicional especial por meio de remanejamento das dotações orçamentárias especificadas nos artigos anteriores e abrir crédito adicional suplementar por conta do excesso de arrecadação - Recurso Fundeb respeitadas as devidas vinculações.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, em 26 de junho de 2018.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

LEI Nº 1582/2018

Publicação Nº 1667211

LEI Nº 1582/2018

"CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E O FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO NO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal do Idoso – órgão permanente, paritário, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para o idoso no âmbito do Município de Antônio Carlos.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal do Idoso:

- I. Zelar pela implantação, implementação, defesa e promoção dos direitos do idoso;
- II. Propor, opinar e acompanhar na criação e elaboração da lei de criação da Política Municipal do Idoso;
- III. Propor, formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas e ações municipais destinadas ao idoso, zelando pela sua execução;
- IV. Cumprir e zelar pelas normas constitucionais e leis referentes à pessoa idosa, sobretudo a Lei Federal nº 8.842/94, a Lei Federal nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso), bem como as leis de caráter municipal;
- V. Receber e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias e reclamações sobre ameaças e violações dos direitos da pessoa idosa e exigir das instâncias competentes medidas efetivas de proteção e reparação;
- VI. Propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas voltados para a promoção, proteção, a defesa dos direitos e melhoria da qualidade do idoso;
- VII. Propor aos poderes e autoridades competentes a criação do fundo especial da pessoa idosa nos termos do Capítulo II desta Lei;
- VIII. Elaborar e aprovar o plano de ação e aplicação dos recursos oriundos do fundo especial Municipal do Idoso, bem como acompanhar e fiscalizar sua utilização e avaliar os resultados;
- IX. Elaborar seu regimento interno;
- X. Participar ativamente da elaboração das peças orçamentárias municipais (Plano Plurianual – PPA -, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – e Lei Orçamentária Anual – LOA), assegurando a inclusão de dotação orçamentária compatível com as necessidades e prioridades estabelecidas, zelando pelo seu efetivo cumprimento;
- XI. Divulgar os direitos dos idosos, bem como os mecanismos que asseguram tais direitos;
- XII. Convocar e promover as conferências de direitos do idoso em conformidade com o Conselho Nacional de Direitos do Idoso (CNDI);
- XIII. Realizar outras ações que considerar necessário a proteção do direito da pessoa idosa.

Art. 3º Aos membros do Conselho Municipal do Idoso será facilitado o acesso aos diversos setores da administração pública, especialmente aos programas prestados à população idosa, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões, propostas e ações, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse da pessoa idosa.

Art. 4º O Conselho Municipal do Idoso é composto de forma paritária entre o poder público estadual/municipal e a sociedade civil, e será constituído:

I – por representantes de cada um dos órgãos setoriais indicados a seguir:

- a) Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;
- b) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- c) Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- d) Secretaria Esporte, Indústria e Comércio;
- e) Secretaria de Administração e Finanças;
- f) Secretaria de Obras e Transporte.

II – por representantes de entidades não governamentais, representantes da sociedade civil atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos ou ao atendimento da pessoa idosa, sendo eleitos para preenchimento das seguintes vagas:

- a) 01 (um) representante do Sindicato dos trabalhadores rurais;
- b) 01 (um) representante de Organização de grupo ou movimento da pessoa idosa, devidamente legalizada e em atividade;
- c) 01 (um) representante da Associação Empresarial de Antônio Carlos – ACIAC;
- d) 01 (um) representante de Credo Religioso com políticas explícitas e regulares de atendimento e promoção da pessoa idosa;
- e) 01 (um) representante da Associação de Pais e Professores do Município de Antônio Carlos;
- f) 01 (um) representante de Associação de Moradores de Bairros do Município de Antônio Carlos.

§ 1º. Cada membro do Conselho Municipal do Idoso terá um suplente.

§ 2º. Todos os membros governamentais do Conselho Municipal do Idoso e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito, respeitando as indicações previstas nesta Lei.

§ 3º. Os membros do Conselho terão um mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por um mandato de igual período, enquanto no

desempenho das funções ou cargo nos quais foram nomeados ou indicados.

§ 4º. O titular de órgão ou entidade governamental indicará seu representante, que poderá ser substituído, a qualquer tempo, mediante nova indicação do representado.

§ 5º. As entidades não governamentais serão eleitas em fórum próprio, especialmente convocado para este fim.

§ 6º. Caberá às entidades eleitas a indicação de seis representantes ao Prefeito, diretamente, no caso da primeira composição do Conselho Municipal, ou por intermédio deste, tratando-se das composições seguintes, para nomeações, no prazo de 20 (vinte) dias após a realização do Fórum que as elegeu, sob pena de substituição por entidade suplente, conforme ordem decrescente de votação.

Art. 5º. O Presidente e o Vice Presidente do Conselho Municipal do Idoso serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros por maioria absoluta, devendo haver, no que tange à Presidência e a Vice-Presidência, uma alternativa entre as entidades governamentais e sociedade civil, a cada novo mandato.

§ 1º. O Vice-Presidente do Conselho Municipal do Idoso substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

§ 2º. O presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias membros dos Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário, além de pessoas de notória especialização em assuntos de interesse do idoso.

Art. 6º. Cada membro do Conselho Municipal terá direito a um único voto na sessão plenária, executando o Presidente que também exercerá o voto de qualidade.

Art. 7º. A função do membro do Conselho Municipal do Idoso não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 8º. As entidades não governamentais representadas no Conselho Municipal do Idoso perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

I – extinção de sua base territorial de atuação no Município;

II – irregularidade no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível sua representação no Conselho;

III – aplicação de penalidade administrativa de natureza grave, devidamente comprovada;

Art. 9º. Perderá o mandato o Conselheiro que:

I – desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;

II – faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;

III – apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;

IV – apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

V – for apresentar em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Art. 10º. Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do Conselho Municipal do Idoso serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

Art. 11. Os órgãos ou entidades representados pelos Conselhos faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 12. O Conselho Municipal do Idoso reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 13. O Conselho Municipal do Idoso instituirá seus atos por meio da resolução aprovadas pela maioria de seus membros.

Art. 14. As sessões do Conselho Municipal do Idoso serão públicas, procedidas de ampla divulgação.

Art. 15. A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social proporcionará o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 16. Os recursos financeiros para implantação e manutenção do Conselho Municipal do Idoso serão previstos nas leis orçamentárias municipais.

CAPÍTULO II

DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

Art. 17. Fica criado o Fundo Municipal do Idoso, instrumento de captação e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos idosos no Município de Antônio Carlos.

Art. 18. Constituirão receitas do Fundo Municipal do Idoso:

I – dotação orçamentária da União, do Estado e Município (quando se tratar de fundo municipal);

II – as resultantes de doações do Setor Privado, pessoa física ou jurídica;

III – os rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

IV – as advindas de acordos e convênios;
V – as provenientes das multas aplicadas com base na Lei nº 10.741/03;
VI – outras.

Art. 19. O Fundo Municipal ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades previstos no plano de ação e aplicação aprovados pelo Conselho Municipal do Idoso.

§ 1º. Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação Fundo Municipal do Idoso para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, sendo elaborado, mensalmente balancete demonstrativo da receita e da despesa, que deverá ser publicado na imprensa oficial, após apresentação e aprovação do Conselho Municipal do Idoso.

§ 2º A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinentes.

§ 3º. Caberá à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social gerir o Fundo Municipal do Idoso, sob a orientação e controle do Conselho Municipal do Idoso, cabendo a pessoa responsável pelo FMI (Fundo municipal do Idoso) titular:

- I – solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal do Idoso;
- II – submeter ao Conselho Municipal do Idoso demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;
- III – assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;
- IV – outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20. Para primeira instalação do Conselho Municipal do Idoso, o Prefeito convocará, por meio de edital, os integrantes da sociedade civil organizada, atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos do idoso, que serão escolhidos em fórum especialmente realizado para este fim, no prazo de trinta dias após a publicação do referido edital, cabendo as convocações seguintes à Presidência do Conselho.

Art. 21. A primeira indicação dos representantes governamentais será feita pelos titulares das respectivas Secretarias, no prazo de trinta dias após a publicação desta Lei.

Art. 22. O Conselho Municipal do Idoso elaborará o seu regimento interno, no prazo máximo de sessenta dias a contar de sua instalação, o qual será aprovado por ato próprio, devotamente publicado pela imprensa oficial.

Parágrafo Único. O regimento interno disporá sobre o funcionamento do Conselho Municipal do Idoso, das atribuições de seus membros, entre outros assuntos.

Art. 23 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal n. 747/1996.

Art. 24 Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 26 de junho de 2018.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 303/2018

Publicação Nº 1668092

PORTARIA Nº 303/2018

Exonera servidor efetivo

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a pedido JÉSSICA SILVEIRA DA CRUZ do cargo efetivo de FARMACÊUTICO, a partir de 01 de julho de 2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 28 de junho de 2018.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 29 de junho de 2018.

PORTARIA N 304/2018

Publicação Nº 1668095

PORTARIA Nº 304/2018

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE por 20 dias a servidora ROSANEA DA CUNHA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, a partir de 21 de junho de 2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 28 de junho de 2018.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 29 de junho de 2018.

PORTARIA N 305/2018

Publicação Nº 1668096

PORTARIA Nº 305/2018

Prorroga contratação de servidor ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar a contratação temporária de ROGERIO ANDRE KASPARY no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, a partir de 21 de junho de 2018 a 10 de julho de 2018, em substituição a servidora efetiva Rosanea da Cunha, de licença para tratamento de saúde.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 28 de junho de 2018.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 29 de junho de 2018.

PORTARIA N 306/2018

Publicação Nº 1668098

PORTARIA Nº 306/2018

Prorrogar licença por motivo de doença em pessoa da família a servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA por mais 90 dias a servidora MARIA ANGELA SCHMITT DA SILVEIRA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS 20H, a partir de 21 de junho de 2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 28 de junho de 2018.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 29 de junho de 2018.

Apiuna

PREFEITURA

AVISO PP 67/2018

Publicação Nº 1667542

Prefeitura de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº 67/2018
Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE HORTIFRUTIS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, 1º andar, sala nº 06, Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, Apiúna/SC

Data/ Hora Protocolo dos envelopes/Autenticação da documentação/Credenciamento dos participantes: 12/07/2018 – Das 09 horas às 09 horas e 20 minutos

Data/Hora da Abertura, lances e julgamento: 12/07/2018 – Após às 09 horas e 20 minutos

Edital disponível no site www.apiuna.sc.gov.br e no Setor de Licitações, localizado junto a Prefeitura de Apiúna, atendimento de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30 às 17h.

Maiores Informações Fone 47 3353 2000

Jose Gerson Goncalves/Prefeito de Apiúna

PORTARIA Nº0224/2018

Publicação Nº 1667237

PORTARIA Nº 0224/2018

De 22 de junho de 2018

CONCEDE LICENÇA PARA A SERVIDORA EFETIVA

LUCEIA MEIER GOCHINSKI DZIEDRICKI PARA CUIDAR DE MEMBRO DA FAMÍLIA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, Art. 130,

RESOLVE

CONCEDER licença de 10 (dez) dias para a servidora LUCEIA MEIER GOCHINSKI DZIEDRICKI, a partir de 14/06/2018 à 23/06/2018, para cuidar de seu marido LUCIO ALEXANDRE DZIEDRICKI, que necessita de cuidados devido doença.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 22 de junho de 2018.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0225/2018

Publicação Nº 1667244

PORTARIA Nº 0225/2018

De 26 de junho de 2018

ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO DIFERENCIADO AO SERVIDOR

JAISON CLEMENTE FERNANDES

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 30 §4º da Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,

RESOLVE

CONCEDER horário de trabalho diferenciado ao servidor efetivo JAISON CLEMENTE FERNANDES, ocupante do cargo de Motorista,

a partir de 26 de junho de 2018, com o seguinte horário:

- Segunda feira à Sexta-feira:

Das 06:00 às 10:00

Das 11:00 às 15:00

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 26 de junho de 2018.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0226/2018

Publicação Nº 1667247

PORTARIA Nº 0226/2018

De 27 de junho de 2018

EXONERA SERVIDOR EFETIVO

ROBSON LUIS DA MARCA ZWIERZIKOWSKI

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, RESOLVE

Exonerar em 30 de junho de 2018, ROBSON LUIS DA MARCA ZWIERZIKOWSKI, servidor efetivo ocupante do cargo de SERVENTE - 40H, sem justa causa, por iniciativa do servidor.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 27 de junho de 2018.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR 210

Publicação Nº 1667859

COMPLEMENTAR Nº 210 DE 28 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e do inciso IX do art. 76, da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARABUTÃ. Faço saber que a Câmara de vereadores de Arabutã decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Administração Pública Municipal poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I - assistência a situações de calamidade pública, estado de emergência, grave comoção ou situação tumultuária no Município;

II - assistência a emergências em saúde pública;

III - admissão de professor para substituir titular afastado temporariamente e para preenchimento de vagas excedentes;

IV - admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão de instituições de ensino, até a realização de concurso público;

V - atendimento de atividades de encargos temporários de obras e serviços de engenharia;

VI - atendimento de programas e ações na área de vigilância e inspeção, para suprir situações emergenciais ligadas a produção de produtos de origem animal ou vegetal ou de iminente risco à saúde animal, vegetal ou humana;

VII - admissão de contingente extraordinário de pessoal para realizar campanhas ou programas de saúde, educação, assistência social, esportes, agricultura ou meio-ambiente e infraestrutura, temporários ou emergenciais, cuja relevância ou premência recomende a admissão de pessoal além dos servidores permanentes do quadro;

VIII - as atividades que decorram do cumprimento do objeto de programas ou projetos de cooperação, convênios, consórcios ou outros ajustes firmados com outros entes da Federação ou suas entidades da Administração Indireta, com prazo determinado;

IX - as atividades de implantação de serviço inadiável ou para suprir novas atribuições decorrentes de aumento transitório do volume de trabalho e/ou que e que não se caracterizem como atividades permanentes, assim como, as que não possam ser atendidas mediante o pagamento de horas extraordinárias ou quando o pagamento destas se apresentar economicamente inviável ou superior ao teto legal;

X - a substituição temporária de servidores efetivos nos casos destes estarem em afastamentos ou licenças para tratamento de saúde, acidente de trabalho, por doença na família, gestante ou adotante, serviço militar, atividade política, desempenho de mandato classista ou eletivo, férias, licença prêmio, assim como, em substituição de titular investido em cargo de provimento em comissão, afastamento para capacitação e afastamento ou licença de cessão obrigatória ou que decorra de direito potestativo exercido pelo titular;

XI - a substituição até o seu provimento mediante concurso público, decorrentes de exoneração, demissão, falecimento, aposentadoria

ou de outros afastamentos similares, de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, assim como, quando a necessidade decorre de não preenchimento da mesma através de concurso público;

§ 1º A contratação temporária será solicitada pelo titular da Secretaria, de modo justificado, demonstrando a necessidade imprescindível da contratação e a impossibilidade de suprir as atividades através dos servidores existentes ou outras formas.

§ 2º Se a contratação através de concurso público ou nos termos desta Lei não se viabilizar, poderão ser terceirizadas as atividades, mediante contrato de prestação de serviços.

§ 3º O contrato administrativo temporário a que se refere esta Lei poderá dar-se com prazo de duração variável, conforme a extensão, o volume e a natureza da demanda, podendo ir até o limite de dois anos.

Art. 3º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado, com os critérios estabelecidos em edital sujeito a divulgação através de extratos e avisos, inclusive através do Diário Oficial do Município, pelo mais breve tempo racionalmente possível.

Art. 4º As contratações temporárias de que trata esta Lei possuem natureza administrativa, não sendo contratual trabalhista ou estatutária, constituindo-se regime especial de servidor público municipal.

Parágrafo único. As contratações de que trata esta Lei não origina e nem constitui qualquer vínculo trabalhista entre o Município e o servidor contratado, apenas as relações de natureza administrativas aqui previstas.

Art. 5º Aplica-se ao servidor temporário contratado com fundamento nesta Lei, além das disposições constitucionais pertinentes e cabíveis, as disposições do Regime Jurídico dos Servidores Municipais e demais disposições da Lei Complementar nº 159/2014.

Art. 6º As contratações efetuadas com base nesta Lei dependem da existência de vaga em cargo ou emprego público da Prefeitura ou Câmara Municipal de Vereadores e o extrato do respectivo contrato deverá ser publicado no Órgão Oficial do Município no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 7º A remuneração do contratado nos termos desta Lei será o do vencimento inicial do cargo percebido por servidor efetivo do Quadro de Pessoal do Município.

1º Para os efeitos deste artigo, não se consideram as vantagens de caráter pessoal, incorporadas ou não, dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

2º O contratado poderá ter carga horária diferente da prevista no cargo paradigma, caso em que a remuneração será calculada proporcionalmente.

Art. 8º Os contratos com fundamento nesta Lei serão filiados ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuições pagas pelo contratado e Município, na forma da lei.

§ 1º Na falta do parâmetro remuneratório a que se refere este artigo, a base para o estabelecimento da remuneração do contratado na forma desta Lei será dada pelos valores correntes do mercado, justificadamente nos expedientes administrativos respectivos.

§ 2º Se a contratação se der em prazo inferior a um mês ou se o contrato iniciar ou terminar em período que não coincida ao início ou final de mês será efetuado o pagamento de forma proporcional ao número de dias do respectivo mês.

Art. 9º O agente contratado nos termos desta Lei não poderá receber qualquer atribuição, tarefa, incumbência ou trabalho diverso do previsto na justificativa da contratação e respectivo contrato.

Art. 10. O contrato firmado com fundamento nesta Lei extingue-se, sem gerar ao contratado direito de indenização, entre outras, em qualquer das seguintes hipóteses:

I – cumprimento integral do ajustado;

II – término do prazo contratual;

III – por iniciativa do contratado;

IV – pelo término do convênio ou programa em que estiver atuando;

V – com o retorno do titular, que estiver substituindo, às atribuições do cargo efetivo;

VI – por penalidade disciplinar;

VII – por iniciativa da Administração Pública Municipal, decorrente de conveniência administrativa.

Parágrafo único: A extinção do contrato, nos casos do inciso III, IV e V será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Art. 11. As infrações disciplinares cometidas por servidores contratados na forma desta Lei serão apuradas na forma da Lei Complementar nº 159/2014, no qual se assegure previamente a qualquer penalidade a ser aplicada, ampla defesa ao acusado.

Art. 12. Os recursos necessários à execução desta Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente do Município.

Art. 13. Fica revogada a Lei Municipal N. 218, de 23 de abril de 2002.

Art. 14. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Arabutã - SC, 28 de junho de 2018.
LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.
Em, 28 de Junho de 2018.

Cléo Fernando Morche
Responsável pelas Publicações

PREGAO 53.2018

Publicação Nº 1668158

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 071/2018.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 053/2018

Objeto: Fornecimento e instalação de elevador, destinado a Unidade Básica de Saúde, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "E" do Edital.

Recebimento das Propostas: até 08h45 do dia 13/07/2018.
Abertura: às 09h00 do dia 13/07/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.arabuta.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 28 de junho de 2018.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita.

PREGÃO 52.2018

Publicação Nº 1668029

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 070/2018.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 052/2018

Objeto: Registro de Preços para possível AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE DEMARCAÇÃO VIARIA (TINTA, SOLVENTE E MICRO-ESFERA), em conformidade com as especificações constantes do Anexo "E" do Edital.

Recebimento das Propostas: até 08h45 do dia 10/07/2018.

Abertura: às 09h00 do dia 10/07/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.arabuta.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 27 de junho de 2018.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita.

PREGÃO 54.2018

Publicação Nº 1668162

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 072/2018.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 054/2018

Objeto: Contratação de empresa para EXECUÇÃO dos serviços descritos no Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC dos sistemas de climatização dos ambientes instalados na Prefeitura Municipal de Arabutã.

Recebimento das Propostas: até 13h45 do dia 13/07/2018.

Abertura: às 14h00 do dia 13/07/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.arabuta.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 28 de junho de 2018.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita.

TP 05/2018

Publicação Nº 1668294

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2018

Objeto: Contratação de empresa para execução do Projeto "Educação Para Todos", através de profissional com formação em Programação Neurolinguística.

Julgamento: Melhor Técnica e Preço

Recebimento das propostas: até às 13h45 do dia 08/08/2018.

Abertura: dia 08/08/2018, às 14h.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.arabuta.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Administração deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 28 de junho de 2018.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Arroio Trinta

PREFEITURA

PORTARIA Nº 224

Publicação Nº 1668176

PORTARIA Nº 224, de 06/06/2018.

Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

ILDEFONSO CIVIDINI, Prefeito Municipal em exercício de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1.713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias a servidora municipal, DAIANE CRISTINA PEDROSO, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, relativas ao período aquisitivo de 01/06/20167 à 01/06/2018, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 06 de julho de 2018.

ILDEFONSO CIVIDINI

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 225

Publicação Nº 1668180

PORTARIA Nº 225, de 06/06/2018.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ILDEFONSO CIVIDINI, Prefeito Municipal em exercício de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, JOSE DA SOLER, brasileiro, casado, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, relativas ao período aquisitivo de 03/04/2017 à 03/04/2018 e gozo das mesmas no período de 07/06/2018 a 26/06/2018.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 06 de julho de 2018.

ILDEFONSO CIVIDINI

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 226

Publicação Nº 1668184

PORTARIA Nº 226, de 06/06/2018.

Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

ILDEFONSO CIVIDINI, Prefeito Municipal em exercício de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1.713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias ao servidor municipal, LIDIO AUGUSTINHO DALAZEM, brasileiro, casado, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, relativas ao período aquisitivo de 03/06/2017 à 03/06/2018, e solicita o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 06 de junho de 2018.

ILDEFONSO CIVIDINI

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 227

Publicação Nº 1668188

PORTARIA Nº 227, de 06/06/2018.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ILDEFONSO CIVIDINI, Prefeito Municipal em exercício de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1.713/2014 e Decreto nº 1.674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia a servidora municipal, MARILIA BORGIA FERRONATO, admitido por concurso público para o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÃO, através da Portaria de Nomeação nº 084 de 13/02/2013 relativas ao período aquisitivo de 13/02/2013 à 13/02/2018, conforme previsto na Lei Complementar nº 1.713/2014 e Decreto nº 1.674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 06 de julho de 2018.

ILDEFONSO CIVIDINI

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 228

Publicação Nº 1668192

PORTARIA Nº 228, de 06/06/2018.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ILDEFONSO CIVIDINI, Prefeito Municipal em exercício de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1.713/2014 e Decreto nº 1.674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia a servidora municipal, ADRIANA APARECIDA PIROLA ANSILIERO, admitido por concurso público para o cargo de PROFESSOR, através da Portaria de Nomeação nº 163 de 01/08/2012 relativas ao período aquisitivo de 01/08/2012 à 01/08/2017, conforme previsto na Lei Complementar nº 1.713/2014 e Decreto nº 1.674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 06 de julho de 2018.
ILDEFONSO CIVIDINI
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 229

Publicação Nº 1668194

PORTARIA Nº 229, de 06/06/2018.
Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

ILDEFONSO CIVIDINI, Prefeito Municipal em exercício de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1.713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias ao servidor municipal, GILSON FRIEBEL, brasileiro, casado, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, relativas ao período aquisitivo de 03/06/2017 à 03/06/2018, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 06 de junho de 2018.
ILDEFONSO CIVIDINI
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 230

Publicação Nº 1668197

PORTARIA Nº 230, de 06/06/2018.
Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

ILDEFONSO CIVIDINI, Prefeito Municipal em exercício de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1.713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias a servidora municipal, TACIANE NESI, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, relativas ao período aquisitivo de 15/06/2017 à 15/06/2018, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 06 de junho de 2018.
ILDEFONSO CIVIDINI
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 231

Publicação Nº 1668201

PORTARIA Nº 231 de 06/06/2018.

Exonera Conselheiro Tutelar que Menciona.

ILDEFONSO CIVIDINI, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1.º - EXONERAR, a senhora JULIANA APARECIDA LEONARDELI DEVALIERI, brasileira, casada, inscrita sob CPF 060.732.949-13, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta, Trinta – SC, ocupante da função de o CONSELHEIRO TUTELAR, a partir de 04 de junho de 2018.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04/06/2018.

Arroio Trinta – SC, 05 de junho de 2018.
ILDEFONSO CIVIDINI
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 232

Publicação Nº 1668202

PORTARIA Nº 232, de 11/06/2018.
Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1.713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias ao servidor municipal, BRUNO BERTHA, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2017 à 01/06/2018 e o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 11 de junho de 2018.
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 233

Publicação Nº 1668232

PORTARIA Nº 233, de 11/06/2018.
Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1.713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente de 1/3 (um terço) de férias a servidora municipal, TAISE MARTA PAZIN, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2017

à 01/06/2018, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 11 de junho de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 234

Publicação Nº 1668235

PORTARIA Nº 234, de 11/06/2018.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, HELIO RENATO MARTINS FOGLIATTO, brasileiro, casado, ocupante do cargo efetivo de MÉDICO, relativas ao período aquisitivo de 02/03/2017 à 02/03/2018 cujo gozo das mesmas no período de 11/06/2018 a 25/06/2018, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 11 de junho de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 235

Publicação Nº 1668238

PORTARIA Nº 235, de 11/06/2018.

Concede Licença Para Tratamento de Saúde

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 96 da Lei Complementar Municipal nº 1.713/2014 – Estatuto dos Servidores Municipais.

CONSIDERANDO: A existência de comprovação documental, por meio de atestado médico e laudo comprovando a necessidade de afastamento para fins de tratamento médico.

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder licença para tratamento de saúde, ao servidor GILSON FRIEBEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, na forma do art. 96 da Lei Complementar Municipal nº 1.713/2014, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 21 de maio de 2018.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de maio de 2018.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 11 de junho de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 237

Publicação Nº 1668240

PORTARIA Nº 237, de 13/06/2018.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1.713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, ZELIR ANTONIO ABATI, brasileiro, casado, ocupante do cargo em Comissão de DIRETOR DE URBANISMO, relativas ao período aquisitivo de 02/01/2017 à 02/01/2018, e gozo das mesmas no período de 14/06/2018 a 13/06/2018, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 13 de junho de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 238

Publicação Nº 1668242

PORTARIA Nº 238, DE 15/07/2018.

Amplia Carga horaria de agente de educação infantil para substituição de professor na Creche municipal e da outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art 76 § 1 da Lei 1.713 – Estatuto dos Servidores Municipais de Arroio Trinta e; CONSIDERANDO que a professora de educação física, de caráter efetivo, Joice Liane Nava, na data de 17 de abril de 2018, apresentou atestado médico solicitando afastamento das atividades pelo período de 06 (seis) meses, por motivo de doença (CID: J38), comprovado por laudo emitido por junta medica nomeada pela Prefeitura municipal na data de 20/04/2018.

CONSIDERANDO que face a ausência da Servidora, as aulas de educação física das Escolas PROJAF e PROFAB ficam vagas e por consequência os alunos sem atividades esportivas, obrigando as escolas a promover alterações em sua estrutura funcional.

CONSIDERANDO que não há nenhum concurso valido onde constem candidatos na lista de espera, nem tão pouco teste seletivo para que o município possa promover a contratação.

CONSIDERANDO que na escola PROJAF a falta de professor de Educação Física foi suprida com o deslocamento do Servidor Vinicius Paulo Gomes com atribuições constantes na Portaria nº 206/2018, solucionando o problema.

CONSIDERANDO que a escola PROFAB contratou uma Estagiaria para suprir a falta do profissional, porém a mesma desistiu da função no dia 04 de junho de 2018.

CONSIDERANDO que o setor de Recursos Humanos, buscou contatos com vários outros possíveis profissionais para atender a carga horaria de 12 (doze) horas semanais de aula na creche PROFAB, sem êxito.

CONSIDERANDO a urgência na solução do problema, face a falta de professor, sob pena de a escola e os alunos terem prejuízos no desenvolvimento educacional.

CONSIDERANDO que o município está munido de legislação que permite a alteração de carga horaria de servidores quando necessário, conforme Art. 76 da Lei Municipal 1.713 de 2014.

CONSIDERANDO que no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, no setor da Educação apenas um servidor está enquadrado na

hipótese de ampliação da carga horaria.

RESOLVE:

Artigo 1.º - Ampliar carga horaria do servidor GIOVANI JUCIMAR NAVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL, em 12 (doze) horas semanais, para assumir temporariamente as atividades físicas da Escola Municipal PROFAB, no período compreendido de 15/06/2018 à 17/10/2018.

Artigo 2.º As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 14 de junho de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 239

Publicação Nº 1668245

PORTARIA Nº 239, DE 18/06/2018.

Altera o Art. 1º da Portaria nº 250/2017, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. O Art. 1º da Portaria nº 250/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo. 1º. Designar o funcionário JEFERSON VERONA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, Lei Complementar nº 1.711/2014, para realizar serviços extraordinários junto a Secretaria de Saúde e Saneamento, permanecendo em sobre aviso nos finais de semana, feriados e período noturno, para eventual manutenção da Rede Coletora de Esgoto Urbano. ”

Art. 2º. Os demais artigos da Portaria nº 250/2017, permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 18 de junho de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 240

Publicação Nº 1668247

PORTARIA Nº 240, DE 18/06/2018.

Altera o Art. 1º da Portaria nº 159/2018, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. O Art. 1º da Portaria nº 159/2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo. 1º. Designar o funcionário LODOMIR ROBERTO WARTHA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, Lei

Complementar nº 1.711/2014, para realizar serviços extraordinários junto a Secretaria de Saúde e Saneamento, permanecendo em sobre aviso nos finais de semana, feriados e período noturno, para eventual manutenção da Rede Coletora de Esgoto Urbano. ”

Art. 2º. Os demais artigos da Portaria nº 159/2018, permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 18 de junho de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 241

Publicação Nº 1668253

PORTARIA Nº 241, DE 18/06/2018.

Altera o Art. 1º da Portaria nº 249/2017, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. O Art. 1º da Portaria nº 249/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo. 1º. Designar o funcionário FERNANDO ANDRÉ MANENTI, ocupante do cargo efetivo de Fiscal da Vigilância Sanitária, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, Lei Complementar nº 1.711/2014, para realizar serviços extraordinários junto a Secretaria de Saúde e Saneamento, na coordenação da equipe de manutenção do sistema de tratamento de esgoto urbano. ”

Art. 2º. Os demais artigos da Portaria nº 249/2017, permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 18 de junho de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 242

Publicação Nº 1668254

PORTARIA Nº 242, DE 18/06/2018.

Altera o Art. 1º da Portaria nº 008/2017, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. O Art. 1º da Portaria nº 008/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo. 1º. Designar o funcionário CESAR LUIZ ALTENHOFEN, ocupante do cargo efetivo de Assistente de Esportes, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, Lei Complementar nº 1.711/2014, para coordenação do setor de Cultura e Turismo e na articulação de Imprensa. ”

Art. 2º. Os demais artigos da Portaria nº 008/2017, permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 18 de junho de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 243

Publicação Nº 1668255

PORTARIA Nº 243, DE 18/06/2018.

Altera o Art. 1º da Portaria nº 010/2017, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. O Art. 1º da Portaria nº 010/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo. 1º. Designar o funcionário RONIVAN BRANDALISE, ocupante do cargo efetivo de Contador, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, Lei Complementar nº 1.711/2014, pela responsabilidade da Contabilidade do IPREARROIO, elaboração de Leis Orçamentárias e por ser Presidente da Comissão Permanente de Licitações. ”

Art. 2º. Os demais artigos da Portaria nº 010/2017, permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 18 de junho de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 244

Publicação Nº 1668257

PORTARIA Nº 244, DE 18/06/2018.

Altera o Art. 1º da Portaria nº 006/2017, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. O Art. 1º da Portaria nº 006/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo. 1º. Designar a funcionária MARILIA BORG FERRONATO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo e de Comunicações, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, Lei Complementar nº 1.711/2014, para coordenação do setor de Almoxarifado, responsável pela liquidação dos empenhos da prefeitura, fundo municipal de saúde, IPREARROIO e FASM. ”

Art. 2º. Os demais artigos da Portaria nº 006/2017, permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 18 de junho de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 245

Publicação Nº 1668259

PORTARIA Nº 245, DE 18/06/2018.

Altera o Art. 1º da Portaria nº 076/2017, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. O Art. 1º da Portaria nº 076/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo. 1º. Designar a funcionária DENISE ZIMMERMANN SCHULLER, ocupante do cargo efetivo de Professora – Pós Graduação, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, Lei Complementar nº 1.711/2014, para assessoramento pedagógico nas Escolas Municipais (PROJAF e PROFAB). ”

Art. 2º. Os demais artigos da Portaria nº 076/2017, permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 18 de junho de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 246

Publicação Nº 1668261

PORTARIA Nº 246, DE 18/06/2018.

Altera o Art. 1º da Portaria nº 079/2017, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. O Art. 1º da Portaria nº 079/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo. 1º. Designar a funcionária CLAUDETE APARECIDA MANENTI MAGRO, ocupante do cargo efetivo de Professor, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, Lei Complementar nº 1.711/2014, para desempenhar assessoramento nas atividades administrativas junto a Secretaria Municipal de Educação. ”

Art. 2º. Os demais artigos da Portaria nº 079/2017, permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 18 de junho de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 247

Publicação Nº 1668262

PORTARIA Nº 247, DE 18/06/2018.

Altera o Art. 1º da Portaria nº 251/2017, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. O Art. 1º da Portaria nº 251/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo. 1º. Designar o funcionário ÂNGELO ARALDI, ocupante do cargo efetivo de Mecânico, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, Lei Complementar nº 1711/2014, para realizar a manutenção preventiva dos veículos, caminhões e máquinas pesadas, controlando para que as trocas de óleos e filtros sejam efetuadas nos prazos corretos.”

Art. 2º. Os demais artigos da Portaria nº 251/2017, permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 18 de junho de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 248

Publicação Nº 1668263

PORTARIA Nº 248, de 18/06/2018.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de Férias ao servidor municipal, CLAUDIO DA SOLER, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, relativas ao período aquisitivo de 02/03/2017 à 02/03/2018, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 18 de julho de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 249

Publicação Nº 1668265

PORTARIA Nº 249, de 18/06/2018.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos

Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, OSMARINA DE FATIMA ALMEIDA, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2017 à 01/06/2018, e gozo das mesmas no período de 02/07/2018 a 21/07/2018, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 18 de junho de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 250

Publicação Nº 1668266

PORTARIA Nº 250, de 18/06/2018.

Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias ao servidor municipal, LODOMIR ROBERTO WARTHA, brasileiro, divorciado, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2017 à 01/06/2018, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 18 de junho de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 251

Publicação Nº 1668267

PORTARIA Nº 251, de 18/06/2018.

Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias ao servidor municipal, MANOEL WANDERLEI DE MORAIS, brasileiro, casado, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2017 à 01/06/2018, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 18 de junho de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 252

Publicação Nº 1668268

PORTARIA Nº 252, de 18/06/2018.

Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias ao servidor municipal, CLAUDIO DA SOLER, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, relativas ao período aquisitivo de 02/03/2017 à 02/03/2018, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 18 de junho de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 253

Publicação Nº 1668269

PORTARIA Nº 283, de 18/06/2018.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1.713/2014 e Decreto nº 1.674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia a servidora Municipal SILVANA BOLZON, admitida por concurso público para o cargo efetivo de PROFESSOR através da Portaria nº 051 de 07/02/2008, relativas ao período aquisitivo de 07/02/2013 à 06/02/2018 conforme previsto na Lei Complementar nº 1.713/2014 e Decreto nº 1.674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 18 de junho de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 254

Publicação Nº 1668274

PORTARIA Nº 254, de 18/06/2018.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1.713/2014 e Decreto nº 1.674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia a servidora municipal, KELI MANENTI, admitida por concurso público para o cargo de PROFESSOR, através da Portaria de Nomeação nº 054 de 07/02/2008 relativas ao período aquisitivo de 07/02/2013 à

06/02/2018, conforme previsto na Lei Complementar nº 1.713/2014 e Decreto nº 1.674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 18 de junho de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 255

Publicação Nº 1668275

PORTARIA Nº 255, de 18/06/2018.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1.713/2014 e Decreto nº 1.674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia a servidora municipal FERNANDA CONSONI, admitida por concurso público para o cargo efetivo de PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), através da Portaria nº 056 de 07/02/2008, relativas aos períodos aquisitivos de 07/02/2013 à 06/02/2018, conforme previsto na Lei Complementar nº 1.713/2014 e Decreto nº 1.674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 18 de junho de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 256

Publicação Nº 1668276

PORTARIA Nº 256, de 18/06/2018.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal em exercício de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 6º da Lei nº 1.636/2013,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, ELIS RAQUEL PIRES FERRAZ, brasileira, solteira, ocupante do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2017 à 02/05/2018 e gozo das mesmas no período de 09/07/2018 à 08/08/2018, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 18 de junho 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 257

Publicação Nº 1668278

PORTARIA Nº 257, de 18/06/2018.

Prorroga a Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, Processo Seletivo, Edital nº 001/2017, combinado com a Lei nº 1.713/2014 de 03/11/2014 e por excepcional interesse público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a Prorrogação da Contratação Temporária por Prazo Determinado, nos termos da Lei nº 1.713 de 03 de novembro de 2014, a Servidora Municipal, a Senhora SILVANE CORDEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 037.868.249-08 e Identidade nº 4.784.198, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, para exercer a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, por 40:00 (quarenta) horas semanais, no horário compreendido entre 08:30hs as 12:30hs e 14:30hs as 18:30hs de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 19/06/2018 à 31/12/2018.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 18 de junho de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 258

Publicação Nº 1668280

PORTARIA Nº 258, de 19/06/2018.

Prorroga a Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a Prorrogação da Contratação Temporária por Prazo Determinado, nos termos da Lei nº 1.713 de 03 de novembro de 2014, a Servidora Municipal RENATA OLIVEIRA DE BORTOLI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 088.387.189-03 e Identidade nº 6.115.946, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante da função de ODONTÓLOGA, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, por 40:00 (quarenta) horas semanais, no horário compreendido entre 07:45 as 11:45 horas e das 13:30 às 17:30, de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, por mais 6 (seis) meses, pelo período de 20/06/2018 à 28/12/2018.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 19 de junho de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Arvoredo

PREFEITURA

DECRETO 2.229

Publicação Nº 1667239

Decreto nº 2.229, de 15 de junho de 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art, 43, § 1º, I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

Considerando a verificação de superávit financeiro, verificado no Balanço Patrimonial consolidado do exercício de 2017, em vínculos diversos que adiante se especifica, nos termos deste Decreto;

Considerando às disposições previstas no inciso III do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.129, de 22 de novembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ R\$ R\$ 129.988,21 (cento e vinte e nove mil novecentos e oitenta e oito reais e vinte e um centavos):

07.00	GERÊNCIA DE URB. E DESENV. ECONÔMICO
07.01	Ações e Atividades de Urbanismo
15	Urbanismo
15.451	Infra-Estrutura Urbana
15.451.0018	Cidade com Qualidade de Vida
15.451.0018.1.020	Obras de Pavimentação Urbana e Passeios Públicos
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.03.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 129.988,21

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial, nos termos do artigo anterior têm origem na utilização de recursos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2017, no vínculo Recursos Ordinários (01.0000), no valor de R\$ 129.988,21 (cento e vinte e nove mil novecentos e oitenta e oito reais e vinte e um centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo (SC), 15 de junho de 2018.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
Prefeita Municipal

Publicado em data supra.
Jacir Nardi
Gerente Administração e Gestão

DECRETO 2.230

Publicação Nº 1667243

Decreto nº 2.230, de 20 de junho de 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.129, de 22 de novembro de 2017;

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para atender a seguinte ação orçamentária:

05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.01	Programa de Alimentação Escolar
12	Educação
12.306	Alimentação e Nutrição
12.306.0012	Programa de Alimentação Escolar
12.306.0012.2.022	Atividades de Alimentação Escolar
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado em 30 de maio, no vínculo - (01.0000) - Rec. Ordinários, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 20 de junho de 2018.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
Prefeita Municipal

Publicado em data supra.
Jacir Nardi
Gerente de Administração e Gestão

DECRETO 2.231

Publicação Nº 1667248

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO – COMTUR - ARVOREDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

Considerando as disposições da Lei Municipal Nº 1.143, de 12 de junho de 2018, que institui e disciplina o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR - Arvoredo

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR – Arvoredo, instituído pela Lei Municipal Nº 1.143, de 12 de junho de 2.018, com a seguinte composição:

I - Representante da Gerência Municipal de Desenvolvimento Econômico;

Titular: Celso Giachin

Suplente: Julio Cesar Zanuzzo

II - Representante da Gerência Municipal de Educação, Cultura e Esporte;

Titular: Edivane da Silva

Suplente: Gracieli Caovilla

III - Representante da Gerência Municipal de Agricultura;

Titular: Diego Picoli

Suplente: Gilberto Bedendo

IV - Representante da Gerência Municipal de Assistência Social;

Titular: Camila Lorenzetti

Suplente: Idineia Regina Caovilla

V - Representante da Gerência Municipal de Administração e Gestão;

Titular: Mirian Meneguzzi Padova

Suplente: Edson Ezequiel Batiston

VI - Representante da Câmara de Dirigentes Logistas de Arvoredo – CDL;

Titular: Marilene Piccoli

Suplente: Sandra Bianchin

VII - Representante da Câmara de Vereadores;

Titular: Ivanir Araldi

Suplente: Ademir Bavaresco

VIII - Representante do Grupo de Idosos;

Titular: Antonio Bianchin

Suplente: Maria Viecelli Dalla Beta

IX - Representante da Associação Ecológica Arvoredo;

Titular: Cleto Meneguzzi

Suplente: Idevan Luiz Caovilla

X - Representante do Conselho Comunitário de Arvoredo;

Titular: Pedro Meneguzzi

Suplente: Flavio Spagnolo

Art. 2º A Presidência do COMTUR será exercida pelo responsável do órgão Responsável pelo Turismo no Poder Executivo, devendo o vice-presidente e o secretário ser eleitos entre os membros efetivos, conforme Lei Municipal Nº 1.143, de 12 de junho de 2.018.

Art. 3º O mandato dos membros designados do Conselho Municipal de Turismo é de 02(dois) anos, podendo ser reconduzidos ao cargo por igual período, conforme Lei Municipal Nº 1.143, de 12 de junho de 2018.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo/SC, 21 de junho de 2018.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicado em data supra.

Jacir Nardi

Gerente de Administração e Gestão

DECRETO 2.232

Publicação Nº 1667251

DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando as disposições da Lei Municipal Nº 1.144, de 12 de junho de 2.018, que institui e disciplina o Conselho Municipal de Cultura.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Membros do Conselho Municipal da Cultura, instituído pela Lei Municipal Nº 1.144, de 12 de junho de 2.018, nos termos seguintes:

I – Representantes de órgãos do Governo Municipal:

a) Representante do órgão Municipal da Gerência de Educação e Cultura;

Titular: Gracieli Caovila

Suplente: Julvane Bianchin

b) Representante do órgão Municipal Gerência de Administração e Gestão;

Titular: Marciane Angela Giaretta

Suplente: Danrlei Pozzer

c) Representante do órgão municipal da Gerência de Assistência Social;

Titular: Idinéia Regina Caovilla

Suplente: Renata Gandolfi

d) Representante do órgão municipal do Esporte e Lazer;

Titular: Giovani Rodrigo Conte

Suplente: Jones Zanco

d) Representante do órgão Municipal da Gerência de Agricultura;

Titular: Diego Picoli

Suplente: Rafael Somensi

II – Representantes das seguintes entidades, indicados em fórum próprio, como segue:

a) Representante de Grupo de Idosos;

Titular: Lorena Burin

Suplente: Irma Caovilla

b) Representante de Grupo de Jovens;

Titular: Ramires Conte

Suplente: Luciano Cavignon

c) Representante do Legislativo;

Titular: Vicente Gandolfi

Suplente: Alcindo Conte

d) Representante de Conselhos Comunitários:

Titular: Flavio Spagnolo

Suplente: Antonio Cavignon

e) Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, com sede a abrangência no Município.

Titular: Salete Giachin

Suplente: Vilson Nardi

Art. 2º Na sessão de instalação do mandato serão eleitos o

presidente, o vice-presidente e o secretário, cujas atribuições serão regulamentadas no respectivo Regimento Interno, na forma do art. 2º da Lei Municipal Nº 1.144, de 12 de junho de 2018.

Art. 3º O mandato dos membros designados do Conselho Municipal da Cultura é de 02(dois) anos, podendo ser reconduzidos ao cargo por igual período, conforme art. 4º da Lei Municipal Nº 1.144, de 12 de junho de 2018.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo/SC, 21 de junho de 2018.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta data.

Jacir Nardi
Responsável pelas Publicações

DECRETO 2.233

Publicação Nº 1667253

Decreto nº 2.233, de 25 de junho de 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art, 43, § 1º, I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

Considerando a verificação de superávit financeiro, verificado no Balanço Patrimonial consolidado do exercício de 2017, em vínculos diversos que adiante se especifica, nos termos deste Decreto;

Considerando às disposições previstas no inciso III do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.129, de 22 de novembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional especial no valor de R\$ 3.140,21 (três mil cento e quarenta reais e vinte e um centavos), na seguinte ação orçamentária:

02.00	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
02.01	Gerência de Administração e Gestão
4	Administração
4.122	Administração Geral
4.122.0003	Gestão Administrativa, Patrimonial e Operacional
4.122.0003.2.004	Atividades Administrativas e Patrimoniais
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.03.0309	Aplicações Diretas
	R\$ 3.140,21

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial, nos termos do artigo anterior têm origem na utilização de recursos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2017, no vínculo Recursos Vinc. Gov. Fed. Aquisição Maquinas (01.0309), no valor de R\$ 3.140,21 (três mil cento e quarenta reais e vinte e um centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo (SC), 25 de junho de 2018.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicado em data supra.

Jacir Nardi

Gerente de Administração e Gestão

DECRETO 2.234

Publicação Nº 1667254

Decreto nº 2.234, de 26 de junho de 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições, da Lei Municipal nº 1.129, de 22 de novembro de 2017 e Lei Municipal nº 1.149 de 26 de junho de 2018:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional especial, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), para atender às seguintes novas ações orçamentárias:

04.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
06.01	Fundo Municipal de Saúde - FMS
10	Saúde
301	Atenção Básica
00.31	Atenção, Equitativa e Universalizada.
10.301.0031.1.039	Equipamentos e Mobiliário para a Saúde
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.01.0764	Aplicações Diretas
	R\$ 25.000,00
4.4.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional especial aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação exclusivamente nos Vínculos;

I - REC. VINCULADO FMS INVESTIMENTO - (01.0764), no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

II – REC. VINCULADOS À SAÚDE – ASPS - (01.0123), no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, 26 de junho de 2018.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data supra

JACIR NARDI

Gerente de Administração e Gestão

DECRETO 2.235

Publicação Nº 1667258

Decreto nº 2.235, de 26 de junho de 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições, da Lei Municipal nº 1.129, de 22 de novembro de 2017 e Lei Municipal nº 1.149 de 26 de junho de 2018:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional especial, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para atender à seguinte nova ação orçamentária:

04.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
06.01	Fundo Municipal de Saúde - FMS
10	Saúde
301	Atenção Básica
00.31	Atenção, Equitativa e Universalizada.
10.301.0031.1.039	Equipamentos e Mobiliário para a Saúde
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.01.0707	Aplicações Diretas
	R\$ 25.000,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional especial aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da redução de saldo da seguinte dotação orçamentária;

06.00	GERÊNCIA DE SAÚDE / FMS
06.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Programa de Saúde Bucal
10.301.0034.2.074	Atividades de Saúde Bucal
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0707	Aplicações Diretas
	R\$ 25.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, 26 de junho de 2018.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data supra
JACIR NARDI
Gerente de Administração e Gestão

DECRETO 2.236

Publicação Nº 1667260

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 031/2018, MODALIDADE PREGÃO Nº 024/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal do município de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das Atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando o parecer saneador emitido pelo Controle Interno, datado de 27 de junho de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. Fica ANULADO o Processo Licitatório nº 031/2018, modalidade Pregão nº 024/2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo (SC), em 28 de junho de 2018.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

JACIR NARDI
Gerente de Administração e Gestão
Responsável pela publicação

LICITAÇÃO 033/2018

Publicação Nº 1667335

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARVOREDO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2018
MODALIDADE: PREGÃO Nº 025/2018

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita Municipal do Município de Arvoredo(SC), torna público que estará adquirindo equipamentos agrícolas, conforme especificações contidas no edital e anexos. A sessão de processamento do Pregão de forma presencial será realizada à Rua do Comércio, nº 183, na sala da Gerencia de Administração e Gestão, com o protocolo dos envelopes da documentação e proposta preço e credenciamento dos licitantes presentes até as 08h30min do dia 11 de julho de 2018. Na mesma data e horário, ocorrerá a abertura dos envelopes da habilitação e propostas em caso de ausência de recursos na fase de habilitação. Cópias na íntegra do presente Edital e esclarecimentos poderão ser obtidas junto a Comissão de Licitações de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas, ou pelo fone (49) 3356 3000 na Gerência Municipal de Administração e Gestão situado junto a Prefeitura Municipal de Arvoredo.

Arvoredo, 28 de junho de 2018.
Janete Paravizi Bianchin
Prefeita Municipal.

Atalanta

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2018 – EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2018

Publicação Nº 1668210

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/2018
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2018
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 02/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA, Estado de Santa Catarina, com sede na Avenida XV de Novembro, 1.030, CNPJ sob nº 83.102.616/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor JUAREZ MIGUEL RODERMEL, juntamente com Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n. 11.211.260/0001-22, representado pelo Secretário de Saúde o Senhor OSNI WALZBURGER, torna público, para conhecimento dos interessados, conforme preceitua da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993, que realizará inscrições para credenciamento de prestadores de serviços especializados na área da saúde, para o seguinte objeto: CREDENCIAMENTO DE FARMÁCIAS E/OU DROGARIAS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES, COM DESCONTOS PREDEFINIDOS SOBRE OS PREÇOS DA TABELA ABCFARMA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E VALORES ESTABELECIDOS NO ANEXO I DO PRESENTE EDITAL. Entrega dos envelopes a partir do dia 02 de julho de 2018, às 08:00. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital junto ao departamento de Licitações, no horário normal de expediente, à Avenida XV de novembro, nº 1030, na cidade de Atalanta, pelo e-mail licitacao@atalanta.sc.gov.br ou pelo fone (47)3535-0015.

Atalanta, 28 de junho de 2018.
JUAREZ MIGUEL RODERMEL – Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

CONTRATO 021/2018 FMT

Publicação Nº 1667343

PUBLICAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Processo Licitatório nº 023/2018-FMT

Inexigibilidade nº 019/2018-FMT

Contrato 021/2018 - FMT

O Fundo Municipal de Turismo, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que fará realizar a Inexigibilidade de Licitação para contratação da MURUCA EDIÇÃO E GRAVAÇÃO MUSICAL LTDA, empresa devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.962.663/0001-15, para realização do evento SHOW DE STAND UP DARCI, no dia 14 de julho de 2018, no Piçarraí 2018. Valor do Contrato: R\$ 3.396,00 (Três mil e trezentos e noventa e seis reais). Vigência: 11/09/2018.

Balneário Piçarras/SC, 22 de junho de 2018.

Susan Corrêa – Gestora do Fundo Municipal de Turismo.

CONTRATO 022/2018 FMT

Publicação Nº 1667378

PUBLICAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Processo Licitatório nº 024/2018-FMT

Inexigibilidade nº 020/2018-FMT

Contrato 022/2018 - FMT

O Fundo Municipal de Turismo, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que fará realizar a Inexigibilidade de Licitação para contratação da RAFAEL MARCIAL VIEIRA NETO 06831593992, empresa devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.963.650/0001-84, para realização do evento SHOW BANDA FORRÓBODÓ, no dia 14 de julho de 2018, no Piçarraí 2018. Valor do Contrato: R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais). Vigência: 11/09/2018. Balneário Piçarras/SC, 25 de junho de 2018.

Susan Corrêa – Gestora do Fundo Municipal de Turismo.

CONTRATO 031/2018 PMBP

Publicação Nº 1667294

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS - SC

CONTRATO Nº 031/20018 /PMBP DE 26/06/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2018 - PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2018 – PMBP

HOMOLOGADO EM 25/06/2018

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 037/2018, Pregão Presencial nº 024/2018, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a fornecer máquina limpadora e saneadora de praias, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, atendendo solicitações anexa ao Processo. O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais), a ser(em) pago(s) em até 30 (trinta) dias após o fornecimentos dos itens/ prestação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal. Os preços serão fixos e irrevogáveis. O presente contrato terá vigência até o dia 31/12/2018, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

MKL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

Balneário Piçarras (SC), 26 de junho de 2018

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2018 – FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018 – FMS SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1667730

PUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2018 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018 – FMS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde, através da Secretaria de Administração e Fazenda, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, suas alterações e demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por Item, Contratação de empresa para locação de veículos automotores para transporte de pessoas e para o atendimento as necessidades da Rede Municipal de Saúde de Balneário Piçarras. Recebimento dos Envelopes até: 11/07/2018 às 14h. Data da Sessão Pública: 11/07/2018 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda no endereço acima citado, no horário das 8 às 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 28 de junho de 2018. Vinício José dos Santos –Secretário Municipal de Saúde.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2018 – FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018 – FMS SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1667512

PUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2018 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018 – FMS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde, através da Secretaria de Administração e Fazenda, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, suas alterações e demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por Item, Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos para manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças, dos equipamentos médicos, das Unidades de Saúde da Rede Municipal de Balneário Piçarras, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, para o exercício de 2018, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. Recebimento dos Envelopes até: 11/07/2018 às 09h. Data da Sessão Pública: 11/07/2018 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda no endereço acima citado, no horário das 8 às 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 28 de junho de 2018. Vinício José dos Santos –Secretário Municipal de Saúde.

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO Nº 09/2018 /CMV DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**

Publicação Nº 1668030

EXTRATO DE CONTRATO 09/2018

Estado de Santa Catarina	
Município de Balneário Piçarras	
CÂMARA MUNICIPAL DE PIÇARRAS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato nº:	09/2018
Contratante:	Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras
Contratado:	LUJOE MODAS LTDA
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA ESTA CASA LEGISLATIVA.
Valor:	R\$ 3.774,60 (três mil setecentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)
Vigência:	Início: 21/06/2018 Término: 31/12/2018
Licitação:	COMPRA DIRETA Nº 61/2018
Balneário Piçarras/SC, 19/06/2018	
JOÃO BENTO MORAES	
Presidente	

DECRETO LEGISLATIVO Nº 25/2018

Publicação Nº 1667920

DECRETO LEGISLATIVO Nº 025/2018**Dispensa de Expediente**

JOÃO BENTO MORAES, Presidente da Câmara Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições Legais Promulga o Seguinte Decreto:

Art 1º Em razão dos Jogos da Copa, o poder Legislativo Municipal terá horário diferenciado durante os jogos do Brasil, segunda-feira (02 de julho de 2018), o horário de expediente será das 08h às 10h e das 14h às 17h30.

Art 2º Em caso de especial necessidade, visando atender o interesse público esta disposição poderá ser revogada.

Art 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2018.

João Bento Moraes

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 001/2018

Publicação Nº 1667923

RESOLUÇÃO Nº 001/2018**REGULAMENTA O USO DE TELEFONE CELULAR, DISPONIBILIZADOS PELA CÂMARA DE VEREADORES.**

JOÃO BENTO MORAES, Presidente da Câmara Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais que lhe confere a legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º Disponibilizar aparelhos celulares:

I - Aos onze vereadores;

II - Ao Departamento Administrativo;

III - Outro que determinado pela Presidência via Portaria.

§ 1º O aparelho celular será de uso exclusivo do vereador durante o exercício do mandato, devendo devolvê-lo ao departamento responsável pelo controle de patrimônio até o dia 25 de dezembro, no último ano da legislatura, não podendo ser cedido ou transferido à terceiros.

§ 2º O aparelho celular disponibilizado ao Departamento Administrativo será de uso exclusivo do mesmo, para assuntos da Câmara Municipal, e ficará em seu poder enquanto estiver no exercício do cargo.

§ 3º O uso por outro que a Presidência determinar, será de uso exclusivo daquele, e ficará em seu poder enquanto for de interesse do mandatário do Legislativo, ou até que se finde o mandato da Presidência que o concedeu.

Art. 2º A Câmara Municipal disponibilizará linhas telefônicas e arcará com os custos dos respectivos planos para sua utilização.

§ 1º Os serviços que importem em custo adicional àqueles arcados pela Câmara serão de inteira responsabilidade do usuário.

§ 2º Constitui obrigação do usuário zelar pelo aparelho celular recebido, de modo a mantê-lo sob sua guarda e segurança e em perfeitas condições de funcionamento, sem danos ao aparelho e nos demais acessórios.

§ 3º Em caso de danos ao aparelho e acessórios ficará, sua recuperação, ao encargo do usuário, sem ônus para o Legislativo.

Art. 3º No caso de extravio, furto ou roubo do aparelho celular ou de seus acessórios, o usuário deverá:

I - Comunicar imediatamente o departamento responsável pelo controle de patrimônio da Câmara Municipal para providenciar junto à Empresa de telefonia Celular, o bloqueio provisório;

II - Apresentar ao departamento responsável pelo controle de patrimônio da Câmara Municipal, em até 24 (vinte e quatro) horas, o Boletim de Ocorrência Policial, para que seja remetido à Empresa de Telefonia Celular, para bloqueio das chamadas, como condição para a continuidade do bloqueio das ligações telefônicas;

III - O usuário será responsável por todas as taxas e tarifas que incorrerem sobre o aparelho celular extraviado, furtado ou roubado até o momento em que a Empresa seja comprovadamente comunicada a respeito do evento, pela Câmara de Vereadores.

Art. 4º O usuário do aparelho celular poderá, a qualquer momento, dispensar o seu uso, devolvendo-o ao departamento responsável pelo controle de patrimônio da Câmara de Vereadores.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2018.

João Bento Moraes

Presidente

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº. 042/PMBR/2018

Publicação Nº 1667661

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 042/PMBR/2018

O Município de Balneário Rincão – SC, torna público para conhecimento dos interessados, que a Publicação do Edital de Tomada de Preços Nº. 042/PMBR/2018, que tem como objeto: contratação de empresa do ramo pertinente para execução das "Obras de Pavimentação a base de lajotas de concreto sextavadas, passeios com acessibilidade, drenagem e sinalização, nos trechos entre as Ruas Laguna e Hercílio Luz", conforme Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentaria e Cronograma anexo ao Edital, de acordo com o Contrato de Repasse Nº. 829596/2016/MCIDADES/CAIXA-Processo Nº. 2624.1029722-09/2016, firmado entre o Ministério das Cidades e o Município de Balneário Rincão/SC, publicado na Edição Nº. 2538, em 29/05/2018 do Diário Oficial dos Municípios – DOM, na Pagina 231, da Seção 03 do dia 29/05/2018 do Diário Oficial da União- DOU, na Pagina 56, da Edição Nº. 20.779 do dia 29/05/2018 do Diário Oficial do Estado- DOE, na Pagina 14 do dia 29/05/2018 do Diário Catarinense e na Pagina 2 do dia 29/05/2018 do Diário de Notícias, fica retificado em sua publicação conforme segue:

Onde se lê:

Pavimentação a base de lajotas de concreto sextavadas

Leia-se:

Pavimentação Asfáltica.

Feito a retificação da Publicação, por interesse público e conveniência administrativa, conforme previsto na Lei Nº. 8.666/93 ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Rafael Motta Custodio

Presidente da Comissão de Licitação

LEI Nº 359/2018

Publicação Nº 1668338

L EI Nº 359, DE 05 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a obrigatoriedade da limpeza de terrenos baldios como também pela construção de calçadas em imóveis que menciona e dá outras providências.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

DA OBRIGATORIEDADE DE LIMPEZA NOS TERRENOS BALDIOS

Art.1º Os proprietários ou possuidores, a qualquer título, de terrenos baldios ou não, são obrigados a mantê-los limpos, roçados e drenados, nos termos desta lei.

Parágrafo único. VETADO

Art.2º Estando o terreno em desconformidade com o disposto no parágrafo único do artigo anterior, o proprietário ou possuidor de terreno será notificado para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, efetue a limpeza do seu terreno.

Art.3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por limpeza de terrenos:

I - A capinagem mecânica e/ou roçagem do mato eventualmente crescido no terreno;

II - Remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados no terreno baldio.

Art.4º O proprietário ou possuidor de terreno de que trata esta Lei, será considerado regularmente notificado mediante as seguintes providências, alternativamente:

I – Simples entrega da notificação no endereço de correspondência constante no Cadastro Imobiliário Municipal, indicado pelo proprietário e/ou possuidor ou por seu representante;

II – Por edital, caso o proprietário não seja encontrado no endereço existente no cadastro do município, publicado na Imprensa Oficial utilizada pelo Município para suas publicações legais;

III – Por edital publicado em jornal de circulação local.

Parágrafo único. A entrega das intimações poderá ser efetuada diretamente pela Administração Pública Municipal, por via postal ou por empresa regularmente contratada para tal fim.

Art.5º Qualquer munícipe, poderá reclamar por escrito, através de requerimento endereçado ao setor municipal de Fiscalização de Obras e Posturas, a existência de terrenos baldios que necessitem de limpeza e calçada a ser pavimentada.

Art.6º Após a notificação realizada de acordo com uma das formas previstas no art. 4º desta lei, e ultrapassado o prazo do art. 2º, a fiscalização do Município retornará ao local para verificar o cumprimento da notificação.

Art.7º A fiscalização será exercida através dos Fiscais de Obras e Posturas, que ficarão incumbidos de realizar inspeções, lavrar notificações, autuar e multar, além de outros procedimentos administrativos que se tornarem necessários.

Art.8º VETADO

§1º A Defesa deverá ser instruída com a comprovação da regularização da situação do lote, sem prejuízo da verificação pela fiscalização do Município.

§2º Comprovado pela fiscalização que o lote foi limpo, roçado e/ou drenado, após a aplicação do Auto de Infração e até o julgamento final da defesa, a multa poderá sofrer redução de 30% (trinta por cento), ficando o imóvel sujeito a novas fiscalizações durante o exercício, para comprovação do cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da presente Lei.

§3º Em caso de reincidência, será aplicada multa em dobro.

Art.9º Nos casos em que a situação do imóvel ofereça riscos à saúde ou à segurança pública, fica autorizado o Município de Balneário Rincão a efetuar sua limpeza, através do setor competente, independente de intimação do proprietário ou aplicação de multa que se fará somente após a realização dos serviços.

Parágrafo único: O proprietário será notificado para pagar, em até 30 dias, o valor correspondente a 30 UFM's (Unidade Fiscal do

Município) em razão dos serviços de limpeza realizados pelo Município.

DA OBRIGATORIEDADE CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VIAS PAVIMENTADAS

Art. 10º Considera-se responsável pelas obras ou serviços previstos neste título, o proprietário, o titular do domínio útil ou da propriedade, ou o possuidor do imóvel, a qualquer título.

Art. 11º Os responsáveis por imóveis, edificados ou não, situados em vias ou logradouros públicos dotados de pavimentação, são obrigados a construir as respectivas calçadas na extensão correspondente a sua testada e mantê-las em perfeito estado de conservação.

§ 1º. Após a notificação, realizada de acordo com uma das formas previstas no art. 4º desta lei, e ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, sem que se realizasse o início das obras, a fiscalização do Município retornará ao local para verificar o cumprimento da notificação.

§ 2º Não ocorrendo o cumprimento da notificação, será lavrado Auto de Infração correspondente a 12 (doze) vezes o valor da UFM - Unidade fiscal do Município, deferindo-se o prazo de 30 (trinta) dias, para que o proprietário ou possuidor do terreno apresente defesa.

§ 3º Comprovado o início das obras, o valor aplicado a título de multa sofrerá uma redução de 30% (trinta por cento).

§ 4º O prazo para conclusão da construção da calçada ou reforma deverá ser de 30 (trinta) dias a partir da data da notificação.

§ 5º As obras constantes no caput deste artigo serão realizadas de acordo com as orientações da Secretaria de Infraestrutura, devendo ser entregue pelo respectivo órgão modelo a ser realizado com suas especificações.

Art. 12º Nas situações em que as calçadas estiverem executadas em desacordo com a legislação vigente, o Poder Executivo, por intermédio do órgão competente, notificará o proprietário da desconformidade, assinalando prazo de 03 (três) meses para a regularização.

§ 1º No caso da notificação não ser atendida no prazo estabelecido no caput deste artigo, será aplicada multa no valor de 12 UFM's.

§ 2º Após a aplicação da multa, se a irregularidade persistir por mais 30 (trinta) dias, nova multa poderá ser aplicada em dobro.

§ 3º Quando a notificação preliminar retornar por não localizar o destinatário, por qualquer motivo, a Prefeitura fará notificação por edital no órgão de Imprensa utilizado para as publicações legais.

§ 4º Considera-se também em desacordo com a legislação, a existência de rampas de acesso às garagens que invadem a via pública ultrapassando os limites das calçadas, sendo que nestes casos será adotado o mesmo procedimento descrito no art. 11 com a aplicação de multa no valor de 06 (seis) UFM's.

Art. 13º A construção de novas calçadas deverá ser aprovada pela Secretaria de Infraestrutura, na qual estabelecerá um padrão a ser realizado em todo território do Município seguindo as normas brasileiras correlatas.

Art. 14º Ficam também sujeitos aos ditames da presente lei, os proprietários e possuidores a qualquer título que depositam entulhos em vias públicas e em área de dunas à beira mar.

§1º. Serão notificados para que no prazo de 05 (cinco) dias retirem os entulhos depositados irregularmente nas vias públicas, sob pena de aplicação de Auto de Infração no valor de 12 (doze) UFM's

§2º No caso de depósito em dunas à beira mar o prazo para retirada dos entulhos será de 03 (três) dias e o valor do Auto de Infração, caso não cumprida a notificação preliminar, será de 40 (trinta) UFM's.

Art. 15º No caso de depósito de esgoto em arroios ou na rede pluvial, os proprietários ou possuidores dos imóveis ficam sujeitos à multa de 30 (trinta) UFM's.

Art. 16º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Balneário Rincão, 05 de junho de 2018.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 05 de junho de 2018.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças Designado

Bandeirante

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 34/2018 PMB

Publicação Nº 1668069

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNET 50 MBPS FULL PARA O PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, E DE 12 LINKS DE INTRANET PARA DISTRIBUIÇÃO DA INTERNET AOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, conforme informações contidas no Edital e em seus Anexos.

Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h20min do dia 12/07/2018 no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Santo Antônio, iniciando a fase de lances às 08h30min do mesmo dia.

O Edital pode ser obtido no endereço www.bandeirante.sc.gov.br ou solicitado pelo e-mail licitacao@bandeirante.sc.gov.br.
Maiores informações pelo fone (049) 3626 0012.

Bandeirante/SC, 28 de junho de 2018.
Celso Biegelmeier- Prefeito municipal.

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº1035/2018

Publicação Nº 1668065

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.035/2018

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar até a importância de R\$. 209.241,17 (Duzentos e Nove Mil, Duzentos e Quarenta e Um Reais e Dezessete Centavos), com recursos oriundos do superávit financeiro apurado no balanço anual do exercício de 2017, bem como através de redução de dotações e das outras providências.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei Municipal nº. 810/2017 de 19 de dezembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$. 126.000,00 (Cento e Vinte e Seis Mil Reais), em conformidade com os prescritos da Lei Municipal nº. 810/2017, no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, nos projetos e atividades abaixo:

ÓRGÃO: 11.000 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
UNID/ORÇ: 11.001 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJ/ATIV: 020.602.0026.2202– Manut. Coord. Ativ. de Prod. Animal e Vegetal
CAT.ECON.: 4490000000000 – Aplicações Diversas - Investimentos
FONTE/REC: 000000 – Recursos Ordinários R\$. 50.000,00
FONTE/REC: 030000 – Recursos Ordinários R\$. 76.000,00
Total R\$. 126.000,00

Art. 2º Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício financeiro de 2017 na fonte abaixo discriminada, bem como a redução de dotação na dotação abaixo:

Superávit
FONTE/REC: 030000 – Recursos Ordinários R\$. 76.000,00

ÓRGÃO: 11.000 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
UNID/ORÇ: 11.001 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJ/ATIV: 020.602.0026.2202– Manut. Coord. Ativ. de Prod. Animal e Vegetal
CAT.ECON.: 4590000000000 – Aplicações Diversas
FONTE/REC: 000000 – Recursos Ordinários R\$. 50.000,00
Total R\$. 126.000,00

Art. 3º - Fica também aberto Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$. 23.241,17 (Vinte e Três Mil Duzentos e Quarenta e Um Reais e Dezessete Centavos), em conformidade com os

prescritos da Lei Municipal nº. 810/2017, no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, nos projetos e atividades abaixo:

ÓRGÃO: 10.000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNID/ORÇ: 10.001 – ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ/ATIV: 008.244.0006.2.0101– Manut. das Ativ.do Fundo Munic. Assistência Social.
CAT.ECON: 3390000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
FONTE/REC: 030000 – Recursos Ordinários R\$. 13.241,17
PROJ/ATIV: 008.244.0006.2102– Manut. das Ativ. e Programas de Assistência Social.
CAT.ECON: 3390000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
FONTE/REC: 030000 – Recursos Ordinários R\$. 10.000,00
Total R\$. 23.241,17

Art. 4º Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício financeiro de 2017 na fonte abaixo discriminada:

Superavit

FONTE/REC: 030000 – Recursos Ordinários R\$. 23.241,17
Total R\$. 23.241,17

Art. 5º - Procede também aberto Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$. 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), em conformidade com os prescritos da Lei Municipal nº. 810/2017, no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, nos projetos e atividades abaixo:

ÓRGÃO: 12.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNID/ORÇ: 12.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV: 010.301.0009.2302 – Manut.das Ativid. de Assist. Médica e Sanitária
CAT.ECON: 4490000000000 – Aplicações Diretas
FONTE/REC: 000200 – Recursos Ordinário R\$. 60.000,00
Total R\$. 60.000,00

Art. 6º Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar como fonte de recurso a redução de dotação abaixo:

ÓRGÃO: 12.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNID/ORÇ: 12.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV: 010.301.0009.2302 – Manut.das Ativid. de Assist. Médica e Sanitária
CAT.ECON: 3190000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos
FONTE/REC: 000200 – Recursos Ordinário R\$. 60.000,00
Total R\$. 60.000,00

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revoga-se as disposições em contrário.

GABINETE PREFEITO DE BARRA BONITA, SC em 27 de junho de 2018.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

EDITAL PREGÃO Nº11/2018 FMAS

Publicação Nº 1667202

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2018

EDITAL DE PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº 011/2018

O MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço, objetivando a Aquisição de agasalhos para crianças e adolescentes do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, conforme descrição anexa. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 12 de julho de 2018. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras.Ou no site Oficial da Prefeitura.Barra Bonita, em 28 de junho de 2018.

JOSIANE DE FÁTIMA KORNOWSKI

Gestora FMAS

EDITAL PREGÃO RP Nº24/2018 FMS

Publicação Nº 1666944

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2018

EDITAL DE PREGÃO RP Nº 24/2018

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão para Registro de Preço, objetivando Aquisição de veículo 0KM, motorização mínima de 100 CV, sete (7) lugares, bi-combustível com direção hidráulica, câmbio automático, no mínimo 04 portas, ar condicionado, trio elétrico (trava, vidro, alarme), ano 2018. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 11 de julho de 2018. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras.Ou no site Oficial da Prefeitura.Barra Bonita, em 28 de junho de 2018.

NILVA BAU BOSS

Gestora FMS

PORTARIA Nº 184, DE 27 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1667521

PORTARIA Nº 184, de 27 de junho de 2018.

Concede adiantamento e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997,

Resolve.

Art.1º. Conceder Adiantamento a Sra. Nilva Bau Boss matrícula nº142211, ocupante do cargo de Secretária Municipal da Saúde, do Quadro de Geral da Prefeitura Municipal, na importância de R\$1000,00 (Um mil reais), conforme Memorando nº034/2018 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. A aplicação do referido adiantamento far-se-á em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 009/97, de 22 de janeiro de 1997.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 27 de junho de 2018.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 43/2018

Publicação Nº 1667626

Portaria Nº 43/2018

CONCEDE 30 dias de férias ao servidor LUCIANO DA SILVA; CONVERTE 1/3 em pecúnia e AUTORIZA o servidor a gozar o saldo restante de 20 dias a partir do dia 2 de julho de 2018.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Resolução nº 41/2017, em seu artigo 48, inciso XXIII,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao servidor LUCIANO DA SILVA, matrícula nº 428701, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018.

Art. 2º CONVERTER 1/3 (um terço) das férias em pecúnia, na conformidade com o que dispõe o art. 67 da Lei Complementar Municipal nº 120/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Barra Velha.

Art. 3º AUTORIZAR o servidor a gozar o saldo restante de 20 (vinte) dias a partir do dia 2 de julho de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 28 de junho de 2018.

ALEX SANDRO CORREIA DOS SANTOS

Presidente

Câmara de Vereadores de Barra Velha

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO 02/2018 - FMS

Publicação Nº 1667963

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2018 - FMS

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 04/06/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO E EQUIPAMENTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2018/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

CONTRATADO: L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP

VALOR: R\$ 79.954,06 (Setenta e nove mil, novecentos e cinquenta e quatro reais, e seis centavos).

CONTRATADO: METROMED COM. MATS MEDICO HOSPITALAR LTDA

VALOR: R\$ 114.970,87 (Cento e quatorze mil, novecentos e setenta reais e oitenta e sete centavos).

Bela Vista do Toldo, (SC) 04 de Junho de 2.018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Benedito Novo**PREFEITURA****ERRATA - EXTRATO DO 8º ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2017**

Publicação Nº 1667816

PUBLICAÇÕES LEGAIS - MURAL
ERRATA

Onde se lê:

“PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DO OITAVO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2017
ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS.
FORNECEDOR: ZUMMCAR EIRELI EPP
FINALIDADE DO ADITIVO: Reequilíbrio de valor, conforme a seguir:

Item	Descrição	Preço Anterior	Preço Atual
4	OLEO DIESEL S10 - BANDEIRA BRANCA	3,716	3,349
5	OLEO DIESEL COMUM - BANDEIRA BRANCA	3,617	3,279
6	GASOLINA COMUM - BANDEIRA BRANCA	4,147	4,339

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 14 de junho de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Benedito Novo (SC), 14 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal”

Leia-se:

“PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DO OITAVO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2017
ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS.
FORNECEDOR: ZUMMCAR EIRELI EPP
FINALIDADE DO ADITIVO: Reequilíbrio de valor, conforme a seguir:

Item	Descrição	Preço Anterior	Preço Atual
4	OLEO DIESEL S10 - BANDEIRA BRANCA	3,716	3,319
5	OLEO DIESEL COMUM - BANDEIRA BRANCA	3,617	3,279
6	GASOLINA COMUM - BANDEIRA BRANCA	4,147	4,339

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 14 de junho de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Benedito Novo (SC), 14 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal”

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2018

Publicação Nº 1666920

PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2018
ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS DE COPA E COZINHA PARA CONSUMO NAS DIVERSAS SECRETARIAS

FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP			
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
2	CHA DE CAMOMILA EMBALAGEM COM 10 SACHES	LEAO	2,50
3	CHA DE MACA EMBALAGEM COM 10 SACHES/SAQUINHOS	LEAO	2,50

5	CAFE TORRADO E MOIDO, TRADICIONAL, EM PO, PORTANDO SELO DE PUREZA DA ASSOCIACAO BRASILEIRA DA INDUSTRIA DO CAFE (ABIC), EMBALAGEM A VACUO, COM 500 G.	OURO	8,05
6	FILTRO DE PAPEL PARA CAFE Nº 103, COM 30 UNIDADES	BRIGITTA	2,45
7	LEITE UHT INTEGRAL, CONTENDO 3% DE GORDURA, EMBALAGEM TETRAPAK COM 1 L	TIROL	2,84
8	ACUCAR REFINADO EMBALAGEM COM 1KG	ALTO ALEGRE	2,00
9	ACUCAR REFINADO EMBALAGEM COM 5KG	ALTO ALEGRE	9,55

CESTA MIX COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	CHA DE LARANJA EMBALAGEM COM 10 SACHES/SAQUINHOS	NEILAR	2,58
4	CHA DE MORANGO EMBALAGEM COM 10 SACHES/SAQUINHOS	NEILAR	2,58

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 19 de junho de 2018 a 19 de junho de 2019.

Benedito Novo (SC), 19 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2018

Publicação Nº 1668114

PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2018

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, PINTOR E ELETRICISTA PREDIAL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES

JONAS JOAOZINHO KROENKE 90468112987

Item	Produto	Valor Unit.
2	SERVIÇOS DE PINTOR CONSIDERANDO DUAS PESSOAS (PINTOR E AJUDANTE): - EXECUTAR TRABALHOS DE ACABAMENTO EM SUPERFÍCIES INTERNAS E EXTERNAS QUE REQUEIRAM PINTURA DE DIFERENTES FORMAS COM DIFERENTES MATÉRIAS-PRIMAS; - PREPARAR TINTAS, MASSAS, PIGMENTOS E SOLVENTES, MISTURANDO-OS NAS QUANTIDADES ADEQUADAS; - EFETUAR PINTURA À MÃO, A REVOLVER OU COM OUTRAS TÉCNICAS. - LEVANTAR OS MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS NOS DIVERSOS SERVIÇOS SOLICITANDO OS ITENS FALTANTES, DE FORMA A EVITAR ATRASOS E INTERRUPÇÕES NOS SERVIÇOS; - TER CONHECIMENTO DAS DIVERSAS TÉCNICAS EMPREGADAS PARA A PINTURA DE PAREDES; - REMOVER MATERIAIS E RESÍDUOS PROVENIENTES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS; - ZELAR PELA SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVA, UTILIZANDO EQUIPAMENTOS APROPRIADOS; - ZELAR PELA GUARDA, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DOS EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E MATERIAIS DE SEU TRABALHO; - EXECUTAR TRATAMENTO E DESCARTE DE RESÍDUOS PROVENIENTES DO SEU LOCAL DE TRABALHO; - EXECUTAR OUTRAS TAREFAS CORRELATAS, CONFORME NECESSIDADE OU A CRITÉRIO DE SEU SUPERIOR.	22,50

ERCIO EVANDRO ZICKUHR - ME

Item	Produto	Valor Unit.
------	---------	-------------

3	<p>SERVIÇOS DE ELETRICISTA PREDIAL CONSIDERANDO DUAS PESSOAS (ELETRICISTA E AJUDANTE):</p> <ul style="list-style-type: none"> - INSTALAR E REPARAR CONDUTORES, ACESSÓRIOS E PEQUENOS EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS, TAIS COMO VENTILADORES, FOGÕES, QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO, CAIXA DE FUSÍVEIS, PONTOS DE LUZ, TOMADAS, INTERRUPTORES, EXAUSTORES, LUSTRES, BEM COMO FIXA DISPOSITIVOS ISOLADORES; - LIGAR OS FIOS A FONTE FORNECEDORA DE ENERGIA, UTILIZANDO ALICATES, CHAVES, CONECTORES E MATERIAL ISOLANTE PARA COMPLETAR A TAREFA DE INSTALAÇÃO; - TESTAR A INSTALAÇÃO, REPETIDAS VEZES, PARA COMPROVAR A EXATIDÃO DO TRABALHO EXECUTADO; - TESTAR OS CIRCUITOS DA INSTALAÇÃO, UTILIZANDO APARELHOS DE COMPARAÇÃO E VERIFICAÇÃO, ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS PARA DETECTAR AS PEÇAS DEFEITUOSAS; - SUBSTITUIR OU REPARAR FIOS OU UNIDADES DANIFICADAS, UTILIZANDO FERRAMENTAS MANUAIS COMUNS E ESPECIAIS, MATERIAIS ISOLANTES E SOLDAS, DEVOLVENDO A INSTALAÇÃO ELÉTRICA CONDIÇÕES NORMAIS DE FUNCIONAMENTO; - FAZER A MANUTENÇÃO DA REDE ELÉTRICA DE ESCOLAS E DEMAIS PRÉDIOS MUNICIPAIS; - INSTALAR E LIGAR MOTORES MONOFÁSICOS, TRIFÁSICOS, CHAVES MAGNÉTICAS E SOLDA TERMINAIS; - LEVANTAR OS MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS NOS DIVERSOS SERVIÇOS SOLICITANDO OS ITENS FALTANTES, DE FORMA A EVITAR ATRASOS E INTERRUPÇÕES NOS SERVIÇOS; - COLABORAR COM A LIMPEZA E ORGANIZAÇÃO DO LOCAL DE TRABALHO; - EXECUTAR OUTRAS ATIVIDADES CORRELATAS E/OU DETERMINADAS PELO SUPERIOR IMEDIATO. 	38,00
---	---	-------

ALCIDES THUROW 63140527934

Item	Produto	Valor Unit.
1	<p>SERVIÇOS DE PEDREIRO CONSIDERANDO DUAS PESSOAS (PEDREIRO E SERVENTE):</p> <ul style="list-style-type: none"> - REALIZAR TRABALHOS DE ALVENARIA, CONCRETO E OUTROS MATERIAIS SIMILARES, GUIANDO-SE POR DESENHOS, ESQUEMAS E ESPECIFICAÇÕES, UTILIZANDO PROCESSOS E INSTRUMENTOS PERTINENTES AO OFÍCIO, PARA CONSTRUIR, REFORMAR OU REPARAR PRÉDIOS E OBRAS SIMILARES. - ASSENTAR TIJOLOS E OUTROS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA EDIFICAR MUROS, PAREDES, ABÓBADAS, CHAMINÉS E OUTRAS OBRAS, ASSENTAR TIJOLOS DE MATERIAL REFRAATÓRIO, PARA CONSTRUIR E FAZER REPAROS; - CONSTRUIR E CONSERTAR PASSEIOS NAS RUAS E MEIOS FIOS; - CONSTRUIR E CONSERTAR BOCAS DE LOBO; - REVESTIR AS PAREDES, MUROS E FACHADAS DOS EDIFÍCIOS COM ARGAMASSA DE CIMENTO, GESSO OU MATERIAL SIMILAR; - VERIFICAR AS CARACTERÍSTICAS DA OBRA EXAMINANDO A PLANTA, ESTUDANDO QUAL É A MELHOR MANEIRA DE FAZER O TRABALHO; - MISTURAR AS QUANTIDADES ADEQUADAS DE CIMENTO, AREIA E ÁGUA PARA OBTER ARGAMASSA A SER EMPREGADA NO ASSENTO DE ALVEJARIAS, TIJOLOS, LADRILHOS E MATERIAIS AFINS; - CONSTRUIR ALICERES, MUROS E DEMAIS CONSTRUÇÕES SIMILARES, ASSENTANDO TIJOLOS OU PEDRAS EM FILEIRAS OU SEGUINDO O DESENHO E FORMA INDICADOS E UNINDO-OS COM ARGAMASSA; - REBOCAR AS ESTRUTURAS CONSTRUÍDAS, ATENTANDO PARA O PRUMO E O NIVELAMENTO DAS MESMAS; - FAZER AS CONSTRUÇÕES DE "BOCA DE LOBO", CALHAS COM GRADES PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS DAS RUAS, COM O AUXÍLIO DO MESTRE DE OBRAS (QUANDO HOVER); - REALIZAR TRABALHOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE PRÉDIOS, CALÇADAS E ESTRUTURAS SEMELHANTES, REPARANDO PAREDES E PISOS, TROCANDO TELHAS, APARELHOS SANITÁRIOS, MANILHAS E OUTROS; - PROVIDENCIAR E ACOMPANHAR TODOS OS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E REPARO EM PRÉDIOS DA ADMINISTRAÇÃO E OUTROS LOCAIS INDICADOS; - RECUPERAR ACABAMENTOS, MANTENDO O PADRÃO ORIGINAL EXISTENTE (SUBSTITUIÇÃO DE PISOS, CERÂMICAS, AZULEJOS, FORROS) E OUTROS; - EFETUAR PEQUENOS REPAROS E CONSERTOS EMERGENCIAIS E/OU PREVENTIVOS VISANDO MANTER A ESTRUTURA ORIGINAL SEMPRE EM PERFEITA CONDIÇÃO DE UTILIZAÇÃO; - DEMOLIR PAREDES E PISOS PARA TROCA DE INSTALAÇÕES, TUBULAÇÕES ELÉTRICAS E HIDROS SANITÁRIAS EMBUTIDAS, E RECUPERAÇÃO EM GERAL, MANTENDO O PADRÃO ORIGINAL; - EXECUTAR SERVIÇOS DE ASSENTAMENTOS, RECOMPOSIÇÃO E REJUNTE DE LOUÇAS, CERÂMICAS, AZULEJOS E METAIS SANITÁRIOS; - EXECUTAR OUTRAS TAREFAS DA MESMA NATUREZA E COMPLEXIDADE; - LEVANTAR OS MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS NOS DIVERSOS SERVIÇOS SOLICITANDO OS ITENS FALTANTES, DE FORMA A EVITAR ATRASOS E INTERRUPÇÕES NOS SERVIÇOS; - ATENDER AS NORMAS LEGAIS DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE PARA O DEVIDO CUMPRIMENTO DE SUAS ATIVIDADES. - COLABORAR COM A LIMPEZA E ORGANIZAÇÃO DO LOCAL QUE ESTÁ TRABALHANDO; - EXECUTAR OUTRAS ATIVIDADES CORRELATAS AO CARGO E/OU DETERMINADAS PELO SUPERIOR IMEDIATO. 	36,80

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 21 de junho de 2018 a 21 de junho de 2019.

Benedito Novo (SC), 21 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 57/2018

Publicação Nº 1667799

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 41/2018

EXTRATO DE CONTRATO Nº 57/2018

Contratada: J. J. R. CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA EIRELI ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DO TELHADO DO GINÁSIO DE ESPORTES JOÃO ALBERTO PIZZOLATTI, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E DE-MAIS ANEXOS DO EDITAL

Valor do Contrato: R\$ 107.626,97

Vigência: 20/06/2018 a 31/12/2018

Data Assinatura: 20/06/2018

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 192/2018 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Publicação Nº 1668141

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 192/2018, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e art. 227 da Lei Complementar nº 04, de 22-12-95;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde a servidora MARLITA DAHLKE, ocupante do cargo de Telefonista/Recepcionista, Símbolo TR, Anexo I, subanexo III, do Quadro dos Servidores Público de Benedito Novo, de 15 (quinze) dias, a contar de 06-06-2018 a 20-06-2018.

Art.2º - Fica igualmente prorrogado até 06 de agosto de 2018, o prazo da licença para tratamento de saúde concedida a servidora MARLITA DAHLKE pelo Art. 1º desta Portaria, conforme a Comunicação de Decisão, Requerimento nº 189512133, Benefício nº 6236439846, de 25-06-2018 do INSS.

Art.3º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 26 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Biguaçu

PREFEITURA

COMUNICADO 02 PP 80/2018-PMB

Publicação Nº 1667487

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

COMUNICADO nº 02 REFERENTE À PP80/2018-PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PP 80/2018-PMB, que tem como objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE NOVOS ABRIGOS DE PASSAGEIROS, nos termos e condições constantes no Edital e seus Anexos", o seguinte exposto:

Conforme Decreto 99/2018 da Prefeitura Municipal de Biguaçu, o expediente será das 14:30hs às 19:00hs. Deste modo, altera-se a hora de recebimento dos documentos da presente Licitação:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS

Até às 15:45 horas, do dia 02 de julho de 2018, na Diretoria de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:
Às 16:00 horas, do dia 02 de julho de 2018, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Biguaçu, 28 de junho de 2018.

Mirella da Conceição
Pregoeira

DECRETO Nº 108/2018

Publicação Nº 1668470

DECRETO Nº 108/2018 DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3797/2017 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3828/2017 - Lei Orçamentária para 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2018, Lei Municipal nº 3828/2017:

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1001.10.302.0004.2034	Manutenção da UPA	95.000,00
	ANULA:	

3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais / Aplicação Direta	95.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais / Aplicação Direta Intra	95.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, em 28 de junho de 2018.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

DECRETO Nº 109/2018

Publicação Nº 1668454

DECRETO Nº 109/2018 DE 29 DE JUNHO DE 2018.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 40, §5º da Constituição Federal/88, declara a vacância do cargo público da SILVANA NEIVA DA SILVA CRESCENCIO, a partir de 01/07/2018, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 40, §5º da Constituição Federal/88, à servidora SILVANA NEIVA DA SILVA CRESCENCIO, detentora da matrícula funcional nº 7589-01, portadora do CPF nº 660.775.919-04, inscrita no RG nº 2.080.744, no PASEP nº 1228608669-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I - 30h - Educação Infantil lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 3.715,15 (três mil setecentos e quinze reais e quinze centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV, da Lei Complementar municipal nº 54/2012 - Estatuto dos Profissionais do Magistério do Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação, e estabelece seus efeitos a partir de 01/07/2018, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, em 29 de junho de 2018.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

DECRETO Nº 110/2018

Publicação Nº 1668455

DECRETO Nº 110/2018 DE 29 DE JUNHO DE 2018.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2006, declara a vacância do cargo público do servidor OSVALDO SILVA, a partir de 01/07/2018, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 ao servidor OSVALDO SILVA, detentor da matrícula funcional nº 121-01, portador do CPF nº 246.326.199-49, inscrito no PASEP nº 1059209024-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista Geral, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total R\$ 2.721.72 (dois mil setecentos e vinte e um reais e setenta e dois centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV da Lei Complementar Municipal nº 53/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos aplicam-se a partir de 01/07/2018, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, em 29 de junho de 2018.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

DECRETO Nº 111/2018

Publicação Nº 1668456

DECRETO Nº 111/2018 DE 29 DE JUNHO DE 2018.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 40, §5º da Constituição Federal/88, declara a vacância do cargo público da servidora DORACI HELENA PRIM PAULI, a partir de 01/07/2018, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 40, §5º da Constituição Federal/88, à servidora DORACI HELENA PRIM

PAULI, detentora da matrícula funcional nº 356-01, portadora do CPF nº 710.813.999-53, inscrita no RG nº 2.081.008, no PIS/PASEP nº 1801322347-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I - 20hs - Ensino Fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 3.295,29 (três mil duzentos e noventa e cinco reais e vinte e nove centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV, da Lei Complementar municipal nº 54/2012 - Estatuto dos Profissionais do Magistério do Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação, e estabelece seus efeitos a partir de 01/07/2018, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, em 29 de junho de 2018.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

DECRETO Nº 112/2018

Publicação Nº 1668457

DECRETO Nº 112/2018 DE 29 DE JUNHO DE 2018.

Concede aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40º, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III, da Lei Municipal nº 1.619/2001, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida na Lei Federal nº 10.887/2004, declara a vacância do cargo público da servidora VERA LUCIA CIPRIANI, a partir de 30/06/2018, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40º, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III, da Lei Municipal nº 1.619/2001, à servidora VERA LUCIA CIPRIANI, detentora da matrícula funcional nº 10700-01, portadora do CPF nº 798.347.959-04, inscrita no RG nº 2.082.708-3, PASEP nº 1245206350-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Magistério Auxiliar de Sala - 30h, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, correspondente a 22,98% (vinte e dois vírgula noventa e oito por cento) de sua remuneração-de-contribuição, nos termos da metodologia de cálculo da Lei Federal nº 10.887/2004, perfazendo o total de R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV, da Lei Complementar municipal nº 54/2012 - Estatuto dos Profissionais do Magistério do Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir na data de sua

publicação com efeitos a partir de 30/06/2018, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, em 29 de junho de 2018.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS EDITAL Nº 02/2018

Publicação Nº 1668420

Edital de Ciência de Eliminação de Documentos
Edital nº 02/2018

A Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo designados através da portaria nº1629/2017 de 19 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios- DOM, edição 2236 de 20 de abril de 2017, aqui representado pelo servidor Sinésio Wolf, Escriturário, de acordo com a listagem de eliminação de documentos nº 02/2018, autorizada pela empresa contratada ACERVO Comércio e Serviços LTDA, CNPJ: 72.317.266/0001-73, por intermédio do termo de eliminação de documentos nº 02/2018, faz saber a quem possa interessar que a partir do 30º(trigésimo) dia subsequente a data de publicação deste edital no Diário Oficial dos Municípios, eliminará 472 caixas de documentos relativos a plano de ensino Professor, controle entrega de vale-transporte, comunicação interna, controle e distribuição de merenda escolar, ordem cronológica de pagamento, processo registro cadastral de fornecedores, processos de contratos de locação e manutenção de equipamentos, autorização de fornecimento, registro analítico de empenhos, boletim diário de fluxo de caixa da tesouraria, processos de cancelamento de dívida ativa, notificações de débitos ISS, certidão negativa de débitos municipais, processos de emissão/renovação de alvará, planilha de controle de pagamento de insalubridade e periculosidade, processos de diversas modalidades de licitação, processos de pedido de isenção de taxas do concurso, os documentos são referente ao período de 1994 a 2012, das Secretarias Municipais de Administração e Finanças, Saúde, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Receita, Agricultura, Transporte.

Os interessados no prazo citado, poderão requerer às suas expensas, mediante a petição dirigida a comissão de avaliação de documentos de arquivo, através do setor de Gestão Documental (Pró-Cidadão), localizado na rua Lúcio Born, nº 12, Centro, Biguaçu, a retirada ou cópias de documentos, avulsos ou processos, bem como desentranhamento ou cópias de folhas de um processo.

A listagem completa se encontra a disposição no sítio eletrônico www.bigua.atende.net.
Biguaçu, 29/06/2018

Sinésio Wolf Ramon Wollinger
Escriturário Prefeito Municipal de Biguaçu
Secretaria Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Biguaçu

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115 DO PP 42/2018 PMB

Publicação Nº 1667663

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115 DO PP 42/2018 PMB.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TINTA PARA DEMARCAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DO MUNICÍPIO.
VENCEDOR: ROSALEN CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE TINTAS E FERRAMENTAS LTDA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 111.695,00
VIGÊNCIA: 29/06/2018 A 29/06/2019.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 28 de junho de 2018.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 3867/2018

Publicação Nº 1668478

LEI Nº 3867/2018 DE 28 DE JUNHO DE 2018.

REAJUSTA OS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, OS PROVENTOS DOS SERVIDORES INATIVOS, A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES COMISSIONADOS E TEMPORÁRIOS, ALTERA O VALOR DO VALE ALIMENTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Os vencimentos dos servidores públicos municipais ativos do Poder Executivo, de sua Administração Direta e Indireta, os proventos dos inativos e pensionistas com paridade, a remuneração dos servidores comissionados e temporários, a remuneração dos membros do Conselho Tutelar, dos Agentes de Endemias, dos Agentes Comunitários de Saúde, ficam reajustados em 2% (dois por cento) parcelado, observado o seguinte cronograma:

I – 1,00% (um por cento), a partir do dia 1º de junho de 2018, incidente sobre a base remuneratória percebida em maio de 2018;

II – 0,98% (zero virgula noventa e oito por cento), a partir do dia 1º do mês de outubro de 2018, incidente sobre a base remuneratória percebida em setembro de 2018.

§ 1º Os servidores públicos municipais ativos do Poder Executivo, de sua Administração Direta e Indireta, que forem aposentados, em qualquer modalidade, no intervalo de 01/06/2018 a 30/09/2018, fica autorizada a antecipação do pagamento do reajuste fixado no art. 1º no mês imediatamente anterior à concessão do benefício.

§ 2º Ao servidor ativo que perceber a antecipação do reajuste fica vedada a percepção do pagamento da reposição na condição de servidor inativo no exercício de 2018.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a reajustar em 10% (dez por cento) o valor pago a título de Vale-Alimentação, nos termos fixados pela Lei municipal nº 2968/2010 e pela alteração conferida pela Lei nº 3727/2017, a partir do mês-referência maio de 2018, fixando os valores nos seguintes termos:

I - R\$ 374,77 (trezentos e setenta e quatro reais e setenta e sete centavos) para os servidores que tiverem carga horária de 40 horas

semanais;

II - R\$ 281,07 (duzentos e oitenta e um reais e sete centavos) para os servidores que tiverem carga horária de 30 horas semanais;

III - R\$ 187,38 (cento e oitenta e sete reais e trinta e oito centavos) para os servidores que tiverem carga horária de 20 horas semanais;

IV - R\$ 93,69 (noventa e três reais e sessenta e nove centavos) para os servidores que tiverem carga horária de 10 horas semanais.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de verba específica do orçamento do Município, o qual fica autorizado a fazer os devidos decretos de suplementação.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 28 de junho de 2018.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Lei nº 3867/2018, de 28/06/2018.

Sancionada em 28/06/2018

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Secretária Executiva de

Legislação e Expediente

LEI Nº 3868/2018

Publicação Nº 1668480

LEI Nº 3868/2018 DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Institui o Fundo Municipal de Desenvolvimento da Educação Básica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de Desenvolvimento da Educação Básica do Município de Biguaçu – FME, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de ampliar e melhorar as condições financeiras e gerenciais dos recursos vinculados ao ensino básico municipal, oriundo da União, do Estado, do Município ou de outras fontes, a ser executado, controlado e coordenado pela Secretaria Municipal de Educação – SME.

§1º O FME será administrado pela Secretaria Municipal de Educação, tendo o Secretário de Educação como ordenador das despesas.

§2º O FME integrará a Lei Orçamentária Anual como uma Unidade Orçamentária do Órgão: Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º São atribuições do administrador do FME:

I – Registrar o ingresso dos recursos em contas de receita correspondente, conforme previsto na Lei Orçamentária Anual, observando o código contábil da origem e destinação vinculada dos recursos;

II – Requisitar a Diretoria de Licitações, Contratos e Compras, a contratação das necessidades do FME, ordenar o empenho das despesas com indicação da fonte de financiamento;

III – Autorizar o pagamento das despesas do FME depois da sua regular liquidação;

IV – Assinar em conjunto com o tesoureiro, cheque ou ordem de transferência financeira em favor de fornecedores de bens e serviços para o FME;

V – Com o apoio do tesoureiro, realizar a aplicação das disponibilidades de caixa no mercado financeiro;

VI – Firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito Municipal, referente a recursos que serão

administrados pelo FME;

VII – Controlar a execução orçamentária e financeira de forma a preservar o equilíbrio de caixa em todas as fontes de recursos;

VIII – Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, desdobrar a receita prevista em cada uma das fontes de recursos em metas mensais de arrecadação e ao final de cada bimestre avaliar o cumprimento dessas metas para, se for o caso, propor ao Prefeito a edição de decreto de limitação de empenho para as dotações financiadas com recursos cuja meta de arrecadação não foi alcançada;

IX – No mesmo prazo indicado no inciso VIII deste artigo, apresentar ao Prefeito a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso dos recursos do FME;

X – Propor ao Prefeito a abertura de créditos adicionais com indicação das fontes de recursos a serem utilizadas;

XI – Com base nos dados da execução orçamentária elaborar demonstrativo bimestral do cumprimento dos gastos mínimos de: 25% das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino; 60% das receitas do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício; e aplicação no exercício de pelo menos 95% das receitas do FUNDEB, com o propósito de monitorar o cumprimento dessas exigências legais e dar conhecimento ao Conselho Municipal de Educação.

XII – Submeter ao Conselho Municipal de Educação as demonstrações de receita e despesa e a prestação de contas do FME;

XIII – Manter a contabilidade do FME organizada, observando as disposições legais constantes da Lei Federal nº 4320/64, Lei Complementar Federal nº 101/2000, Lei Federal nº 9394/96, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e normas editadas pelo Tribunal de Contas;

XIV – Manter os controles necessários sobre convênios ou contratos e dos empréstimos feitos para a educação.

Art. 3º São recursos do FME:

I – Transferências de recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e outros Órgãos do Governo Federal;

II – Transferências de recursos oriundos do Orçamento do Estado de Santa Catarina destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino básico do Município de Biguaçu;

III – Os recursos oriundos da aplicação mínima de 25% das receitas resultantes de impostos de que trata o artigo 212 da Constituição Federal;

IV – O produto de convênios, acordos ou ajustes firmados com outras entidades financiadoras;

V – O produto da alienação de bens adquiridos com recursos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico;

VI – Doações em espécie feitas diretamente ao FME;

VII - Os rendimentos e os juros de aplicações das disponibilidades de caixa dos recursos vinculados ao FME.

Art. 4º As despesas do FME é constituída de:

I – Financiamento total ou parcial de programas e ações relacionadas à manutenção e desenvolvimento do ensino básico municipal;

II – Gastos com pessoal vinculados a programas e ações relacionadas à manutenção e desenvolvimento do ensino básico municipal;

III – Serviços prestados por pessoas físicas ou jurídicas na execução de programas e ações relacionadas à manutenção e desenvolvimento do ensino básico municipal;

IV – Aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários à execução de programas e ações relacionadas à manutenção e desenvolvimento do ensino básico municipal;

V – Construção, ampliação, reforma e aquisição ou locação de imóveis para adequação da rede física de ensino básico;

VI – Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de ensino básico;

VII – Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos relacionados ao ensino básico;
VIII – Outras despesas relacionadas à manutenção e desenvolvimento do ensino básico.

Art. 5º Constituem ativos do FME:

- I – As disponibilidades de caixa de recursos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico;
- II – Direitos que por ventura vier a constituir;
- III – Bens móveis e imóveis que forem destinados ao FME;
- IV – Bens móveis e imóveis recebidos em doação, com ou sem ônus, destinados ao FME.

Parágrafo Único – Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos vinculados ao FME.

Art. 6º Constituem passivos do FME as obrigações com fornecedores, recursos de terceiros em poder do FME na forma de consignações, empréstimos por antecipação de receita do FME, dívida fundada oriunda de financiamento de obras e serviços da educação e obrigações de qualquer natureza que porventura venha assumir para a manutenção do FME.

Art. 7º O orçamento do FME integrará o orçamento do Município, em obediência ao princípio da unidade orçamentária.

Art. 8º A contabilidade do FME será organizada de forma a permitir o exercício de suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente, produzir informações fidedignas para orientar as tomadas de decisões, interpretar, analisar os resultados obtidos e alcançar o seu objetivo de evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária.

Art. 9º O FME terá vigência ilimitada.

Art. 10 As ações de governo constante da Lei Orçamentária Anual para 2018 relacionadas à manutenção e desenvolvimento do ensino básico e já em execução, permanecerão durante o exercício de 2018 vinculadas à Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, mas entendido como se Fundo Municipal de Desenvolvimento do Ensino Básico fosse.

Art. 11 Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação

Biguaçu, 28 de junho de 2018.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Lei nº 3868/2018, de 28/06/2018.
Sancionada em 28/06/2018
Reg. e publ.n/data
Marivalde Inez Kons
Secretária Executiva de
Legislação e Expediente

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 02/2018

Publicação Nº 1667722

TERMO DE CESSÃO DE USO PRECÁRIO Nº 02/2018

TERMO DE CESSÃO DE USO PRECÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU E O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – 002ª ZONA ELEITORAL - BIGUAÇU.

Aos 22 dias do mês de junho de 2018, o MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, doravante denominado – CEDENTE, situado na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu, SC, CEP 88.160-116, inscrito no CNPJ nº 82.892.308/0001-53, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Ramon Wollinger, Prefeito Municipal, e o TRIBUNAL

REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – 002ª ZONA ELEITORAL - BIGUAÇU, – doravante denominado – CESSIONÁRIO, situado na Rua Hermógenes Prazeres, n.º 277, Centro, Biguaçu – SC, neste ato representado pelo Excelentíssimo Doutor Yannick Caubet - Juiz Eleitoral, respectivamente, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso Precário, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Cedente fornecerá ao Cessionário, sem ônus e livre de qualquer embarço, uma sala do Centro de Ensino Profissionalizante, onde são ministradas as aulas de corte e costura, localizado na Rua Hermógenes Prazeres, n.º 180, Centro, Biguaçu.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO

O objeto deste Termo de Cessão de Uso Precário é a utilização da sala descrita na cláusula primeira, a fim de que alocar as urnas eletrônicas que serão utilizadas no pleito eleitoral do ano de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

Não poderá o Cessionário transferir, locar, ou sublocar a sala, objeto deste Termo de Cessão de Uso Precário, sem prévia e expressa autorização da Cedente, obrigando-se a zelar pela mesma e não utilizá-la nem permitir sua utilização para outros fins que não o outorgado por este instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ENCARGOS

Os custos necessários para a manutenção da sala cedida será de responsabilidade do Cessionário, ficando, ainda, responsável pela conservação e limpeza da sala cedida, sem que haja custo ao Erário Público Municipal.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso Precário vigorará do dia 01 de agosto de 2018 ao dia 30 de novembro de 2018, podendo ser renunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o foro da Comarca de Biguaçu – SC, renunciando as partes qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Biguaçu/SC, 22 de junho de 2018.

RAMON WOLLINGER Prefeito Municipal de Biguaçu	YANNICK CAUBET Juiz Eleitoral – 002ª Zona Eleitoral - Biguaçu

Testemunhas:

Marivalde Inêz Kons
CPF – 493.371.149-68

Alexandre Martins de Souza
CPF – 000.080.379-06

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.811/2018

Publicação Nº 1668067

DECRETO Nº 11.811, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.540, de 15 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 45.869,21 (quarenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e nove reais e vinte e um centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO

1006 – Fundo Municipal de Defesa Civil

Atividade 10.06.06.182.0090.2285 – Man. Ativ. Fundo Municipal Defesa Civil

Modalidade 3.3.90 (804) Aplicações Diretas R\$ 35.963,61

Fonte de Recursos 0606.00000

Modalidade 4.4.90 (805) Aplicações Diretas R\$ 9.905,60

Fonte de Recursos 0689.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de junho de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.954/2018

Publicação Nº 1668070

PORTARIA Nº 21.954, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

EXONERA, A PEDIDO, RÉGIS EVALOIR DA SILVA, DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA - SEINFRA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/ 2007, combinado com o art. 47 da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017 e com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

EXONERAR, a pedido, no dia 27 de junho de 2018, RÉGIS EVALOIR DA SILVA, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana - SEINFRA, símbolo CC-1, nomeado pela Portaria nº 20.477, de 01/03/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de junho de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.955/2018

Publicação Nº 1668072

PORTARIA Nº 21.955, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

NOMEIA WINNETOU KRAMBECK PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE AÇÕES EM SAÚDE, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 47, da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR, no dia 28 de junho de 2018:

WINNETOU KRAMBECK para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor de Ações em Saúde, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de junho de 2018.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.957/2018

Publicação Nº 1668074

PORTARIA Nº 21.957, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

DESIGNA DARI DIEHL PARA ATUAR COMO INTERVENTOR JUNTO À ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE ACOLHIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE – ABAM.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “c”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo a solicitação constante no Memorando GAB SEMUDES nº 075/2018, de 28 de junho de 2018, e de conformidade com a decisão liminar proferida nos autos nº 0021546-30.2012.8.24.0008, resolve:

Art. 1º Designar, o servidor público municipal DARI DIEHL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES, para atuar como interventor, pelo período de 06 (seis) meses, junto à Associação Blumenauense de Acolhimento à Criança e ao Adolescente – ABAM, em substituição a EDSON CARLOS DE JESUS, nomeado pela Portaria nº 21.464, de 20 de dezembro de 2017.

Art. 2º Fica prorrogada, por mais 06 (seis) meses, a nomeação das servidoras públicas municipais EDINEIA ALESSANDRA MARCHETTI, JULIANE FLAVIANA HABIZTREUTER e MARIA AUGUSTA CALDEIRA KOCH BUTTENDORF, efetuada por meio da Portaria nº 21.464, de 20 de dezembro de 2017.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 21.948, de 25 de junho de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de junho de 2018.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 093/2018

Publicação Nº 1668080

MUNICÍPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 093/2018

Objeto: Contratação de empresa para locação de 39 (trinta e nove) tendas, conforme especificações no edital, com montagem e desmontagem, para a 35ª OKTOBEFEST. - PROEB. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 12 de julho de 2018, até às 09h00min. Início da sessão: dia 12 de julho de 2018, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: lene@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do Município: <http://www.blumenau.sc.gov.br/portaltransparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 29/06/2018 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

INTIMAÇÃO POR EDITAL Nº 06/2018

Publicação Nº 1668083

INTIMAÇÃO POR EDITAL Nº 06/2018

Recurso Ordinário
Recorrente: Aliança Tecnologia Sistema Ltda
Assunto: Notificação Fiscal nº. 344/2011
Processo nº. 1083/2012

Com fundamento no art. 153, inciso III da Lei Complementar n. 632/2007, intima-se a representante Legal da recorrente Daniela Guedes de Bassi., que se encontra em local incerto ou não sabido, para que no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, se manifeste a respeito da conclusão da diligência realizada pelo Auditor Fiscal Tributário no referido processo. E, para o conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido este edital e publicado 1 (uma) vez.

Blumenau, 18 de junho de 2018

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 23/2018 - SEGEFI

Publicação Nº 1668088

Instrução Normativa nº 23, de 28 de Junho de 2018.

Dispõe sobre os procedimentos de lançamento e exigência do Imposto sobre a Transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos à sua aquisição - ITBI.

O SECRETÁRIO DA GESTÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, no uso de suas atribuições e,

Considerando a introdução de novos procedimentos e exigências na rotina administrativa referente à apuração e determinação do fato gerador do Imposto sobre a Transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos à sua aquisição – ITBI; e

Considerando ainda a necessidade de atualização e uniformização dos procedimentos operacionais relacionados à exigência do referido imposto;

Resolve aprovar a seguinte INSTRUÇÃO NORMATIVA:

Art. 1º O procedimento de apuração e lançamento do ITBI inicia-se com a apresentação do Requerimento de Apuração / Declaração Fato Gerador do ITBI constante do Anexo I desta Instrução Normativa onde o contribuinte declara:

I – a qualificação completa do requerente;

II – a natureza da transação;

III – o imóvel objeto da transação, identificando-o através do número da matrícula no Registro de Imóveis e do número da inscrição cadastral municipal;

IV – o transmitente, o cedente ou o permutante;

V - valor da transação;

VI - valor do imóvel;

VII – cópia do documento do contribuinte, e no caso de representação por procurador legal, também da procuração.

§ 1º O requerimento deverá vir acompanhado de cópia da matrícula do imóvel objeto da transação expedida a menos de 90 dias pelo Registro de Imóveis competente.

§ 2º Não se aplica a regra prevista no § 1º aos processos que:

I - versem sobre restituição e/ou compensação, os quais deverão vir acompanhados de matrícula expedida a menos de 30 dias pelo Registro de Imóveis competente;

II – apurem a ocorrência do fato gerador e de seus elementos, referentes à venda de imóveis vendidos via Sistema Financeiro de Habitação – SFH, desde conste no contrato de financiamento bancário a transcrição do trecho com a identificação completa do imóvel.

§ 3º Em caso de matrícula com mais de 30 dias de expedição, a mesma deverá vir acompanhada do Termo de Responsabilidade de Teor constante do Anexo VII desta Instrução Normativa.

§ 4º Tratando-se de imóvel rural e inexistindo inscrição cadastral municipal, para a identificação do imóvel nos termos do inciso III, deverá ser apresentado o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) expedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), válido para o exercício.

§ 5º. Referindo-se a operação a mais de um imóvel, deverá ser apresentado o Requerimento de Apuração / Declaração Fato Gerador do ITBI / Declaração Complementar de Imóveis constante do Anexo II desta Instrução Normativa.

Art. 2º A apresentação do requerimento que dá início à apuração e lançamento do ITBI dar-se-á:

I – presencialmente:

a) na Praça do Cidadão em formulário assinado pelo contribuinte ou procurador;

b) nos cartórios de serviços notariais e de registros públicos, apresentando as informações e documentos;

II – remotamente, através do sistema disponibilizado pelo sítio do Município.

Art. 3º Além da cópia do inteiro teor da matrícula do imóvel, o requerimento interposto pelo contribuinte deverá ser acompanhado dos

seguintes documentos, de acordo com a natureza da transação:

I – na compra e venda, o contrato, se houver;

II – na compra e venda com financiamento com prazo mínimo de 60 (sessenta) meses, o contrato;

III – na transmissão de terreno destinado à construção de conjuntos residenciais de interesse social em que os adquirentes sejam cooperativas habitacionais autogestionárias:

a) comprovante de rendimento dos cooperados;

b) credenciamento da cooperativa habitacional pelo Município;

c) ata de posse da atual diretoria da cooperativa;

d) documento que autoriza a aquisição do imóvel;

IV - na transmissão compreendida em programa da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB:

a) o instrumento de aquisição original com a COHAB;

b) documento de identificação do comprador original;

c) instrumentos de cessão do contrato original se houver;

V - na transmissão de terrenos ocupados por pessoas consideradas do grupo de baixa renda e regularizados com a orientação do Município, documento do órgão responsável conferindo direito ao adquirente;

VI - na transmissão de imóvel objeto de parcelamento de solo pelo Município ou coordenados pelo Conselho Municipal de Habitação, para atender famílias consideradas do grupo de baixa renda, documento do órgão responsável conferindo direito ao adquirente;

VII – na dação em pagamento e na permuta, o instrumento particular ou decisão judicial;

VIII – na aquisição por ente público:

a) contrato, se houver;

b) ato administrativo, normativo ou judicial que autoriza a aquisição;

IX – na aquisição por entidades imunes:

a) contrato se houver;

b) ata de fundação da entidade;

c) estatuto atualizado;

d) ata de posse da atual diretoria;

e) ata da reunião autorizativa da aquisição do imóvel;

f) balanço patrimonial dos últimos três exercícios, quando se tratar de instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos;

X - na aquisição parcial de imóvel, decorrente de dissolução da sociedade conjugal, o documento comprobatório do quantum adquirido;

XI - na arrematação, na adjudicação, na consolidação da propriedade decorrente de inadimplemento de financiamento imobiliário, na alienação extrajudicial e na venda com autorização judicial, o documento comprobatório do valor da aquisição;

XII - na cessão onerosa de direitos hereditários formalizada no curso do inventário, o instrumento de cessão;

XIII - na aquisição de terreno ou fração ideal edificado total ou parcialmente ao tempo da transmissão da propriedade, para fins de prova do ônus da construção por conta própria ou de terceiros:

a) projeto de construção aprovado e licenciado;

b) notas fiscais de aquisição de material e serviços relativos à obra;

c) outros documentos que, a critério do contribuinte, auxiliem na formação da prova;

XIV - na aquisição de terreno ou fração ideal com previsão de construção de unidade imobiliária para entrega futura, para fins de prova do

ônus da construção por conta própria ou de terceiros:

- a) projeto de construção aprovado e licenciado, acompanhado do alvará da obra;
- b) contrato de prestação de serviços de construção civil, celebrado entre o adquirente e o incorporador ou construtor;
- c) documentos fiscais e registros contábeis de compra de serviços e de materiais de construção;
- d) ata da assembléia inscrita no Registro de Títulos e Documentos que constitui a Comissão de Representantes de que trata o art. 50 da Lei 4.591/64;
- e) Requerimento de Apuração / Declaração de Fato Gerador do ITBI – Empreendimentos de Construção por Administração constante do Anexo VIII desta Instrução Normativa;
- f) Relação de Adquirentes de Empreendimentos de Construção por Administração constante do Anexo IX desta Instrução Normativa;
- g) outros documentos que auxiliem na formação da prova;

XV - na incorporação de bens ou direitos ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, o documento societário em que conste a promessa ou a efetivação da integralização de capital;

XVI - na transmissão decorrente de fusão, incorporação, desincorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, o documento societário em que conste a destinação do bem ou direito objeto da operação;

XVII – no pedido de restituição ou compensação do valor pago à título de ITBI o comprovante original de pagamento do imposto;

XVIII – nos pedidos de divisão amigável de condomínio geral uma declaração assinada pelos requerentes ou por procurador informando como será feita a divisão, contendo a relação dos condôminos e a fração ou o imóvel ou imóveis ao qual ou aos quais cada um terá direito.

§ 1º As situações previstas neste artigo não excluem outras modalidades de transmissão de bens ou cessão de direitos, cuja ocorrência demande documentos próprios.

§ 2º A Declaração prevista no inciso XIV, alínea e deve informar as unidades habitacionais, a data de ingresso na sociedade e o percentual de construção da incorporação referente a todos os adquirentes do empreendimento.

§ 3º Nas hipóteses dos incisos VIII, IX, XV e XVI, será exigida a Declaração de Uso Futuro do Imóvel, conforme modelo constante no Anexo III desta Instrução Normativa.

§ 4º A declaração de que trata o § 2º deverá ser apresentada de forma individual para cada imóvel que componha a mesma transação, ainda que o uso futuro seja idêntico.

Art. 4º Após a abertura do processo, a autoridade fazendária deverá verificar se estão presentes todos os documentos e elementos necessários para a apuração da incidência ou para a exoneração tributária, determinando as diligências que forem necessárias.

§ 1º As diligências poderão ser cumpridas mediante o sistema eletrônico de protocolo do Município, e na sua ausência, mediante intimação por escrito do requerente ou de seu representante legal.

§ 2º Os documentos deverão ser anexados eletronicamente no prazo determinado, sob pena de indeferimento.

Art. 5º Apresentados o requerimento e documentos exigidos, terá início a análise do pedido formulado pelo requerente.

Parágrafo único. Concluída a análise, a autoridade fazendária elaborará, sempre que necessária, a estimativa do valor venal do imóvel objeto da transação, e emitirá:

I - documento de arrecadação (DAM-ITBI) do valor do imposto devido com prazo de pagamento ou impugnação, conforme Anexo IV, nas operações tributadas;

II - termo reconhecendo a exoneração, nas operações não tributadas;

III - despacho reconhecendo a exoneração sob condição resolutória, nas operações sujeitas à verificação futura;

IV – despacho reconhecendo o direito de restituição e/ou compensação do imposto, contendo a apuração do valor a ser restituído/compensado;

V – parecer fiscal fundamentando, sempre que necessário, a incidência ou exoneração tributária de fato submetido à apreciação do Fisco.

§ 1º O processo será encaminhado preliminarmente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano quando tratar de estimativa de base de cálculo, para verificação e atualização dos dados cadastrais do imóvel.

§ 2º O resultado do processo ficará disponível ao contribuinte enquanto válido o documento de arrecadação ou o despacho que reconhecer a exoneração, nos termos da lei.

Art. 6º Discordando da estimativa do valor venal o contribuinte poderá apresentar o requerimento constante do Anexo V oferecendo as razões do seu inconformismo.

§ 1º A reapresentação da matrícula do imóvel fica dispensada, caso seja informado o número do processo administrativo que deu origem à estimativa de base de cálculo contestada, que contenha cópia emitida pelo Registro de Imóveis competente com data de expedição inferior a 90 dias.

§ 2º A autoridade fiscal analisará o pedido e emitirá parecer conclusivo, mantendo ou alterando a estimativa original.

§ 3º Quando da estimativa resultar lançamento tributário, documentado pela DAM-ITBI, o requerimento de que trata este artigo será recebido como pedido de revisão.

§ 4º O pedido de que trata o caput poderá vir acompanhado de avaliações do imóvel, emitidas por imobiliárias, por corretores imobiliários devidamente habilitados pelo órgão competente e inscritos no Município ou por laudo de avaliação assinado por engenheiro credenciado por instituição financeira.

§ 5º A apresentação de avaliação imobiliária flagrantemente inverídica, com dados muito abaixo dos praticados no mercado, caracteriza falsidade de informações visando reduzir ou suprimir o valor do tributo, e estará sujeita às penalidades previstas em lei.

Art. 6º O parcelamento do ITBI nas modalidades previstas nos §§ 2º e 3º do Art. 254 da LC 632/2007 requer assinatura do Termo de Parcelamento constante do Anexo VI desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Expirado o prazo de validade da estimativa da base de cálculo e não quitadas as parcelas acordadas até o último vencimento do parcelamento, não será permitida a renovação das parcelas inadimplidas sem nova estimativa de valor venal.

Art. 7º Todos os processos deverão ser tramitados na forma eletrônica, exceto aqueles que versarem sobre compensação e/ou restituição do imposto, que deverão tramitar de forma física.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Gestão Financeira disponibilizará O Manual de Procedimentos do ITBI, que informará os procedimentos e os documentos necessários para a abertura e tramitação dos processos relativos ao imposto.

Art. 9º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Instrução Normativa nº 17, de 15 de maio de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 23/2018 - ANEXO I

Publicação Nº 1668099

REQUERIMENTO	DE	APURAÇÃO	/	DECLARAÇÃO	FATO	GERADOR	DO	ITBI
DADOS DO REQUERENTE / DECLARANTE:								
Nome:								
CPF/CNPJ:								
Endereço Físico:								
End. Eletrônico:								
Telefone:								
DADOS DO(S) TRANSMITENTE(S) / CEDENTE(S) / PERMUTANTE(S)*:								
Nome:								
CPF/CNPJ:								
Endereço Físico:								
End. Eletrônico:								
Telefone:								
DADOS DO IMÓVEL*:								
Descrição:								
Inscrição Municipal:								
Matrícula Reg. Imóveis:								
Valor R\$:								
DADOS DA OPERAÇÃO:								
Natureza:								
Valor R\$:								
Intermediada por: (identificação imobiliária / corretor)								
Elementos adicionais: (quaisquer outras informações relevantes, se houver)								

* Quando mais de um imóvel for objeto do requerimento, informar dados em Declaração Complementar.

DECLARAÇÃO:

O requerente declara a operação e dados a ela relativos, estando ciente de que a omissão de informações ou a falsidade delas constitui infração à legislação tributária municipal, punida com as multas previstas nos artigos 258 e 258-A da LC 632/2007; e tipifica crime de Falsidade Ideológica (Art. 299 Código Penal), além de crime contra a ordem tributária se resultar em supressão ou redução de tributo (Art. 1º da Lei 8.137/1990).

REQUERIMENTO:

A partir das informações prestadas, requer:

() a apuração do valor do ITBI e a emissão do documento de recolhimento;

() o reconhecimento da exoneração tributária, por tratar-se de operação não tributada.

Em anexo, cópia da matrícula do imóvel expedida a menos de 90 dias e os seguintes documentos:

Blumenau, ____ de _____ de ____.

Assinatura do Requerente/Declarante

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 23/2018 - ANEXO II

Publicação Nº 1668106

**REQUERIMENTO DE APURAÇÃO / DECLARAÇÃO FATO GERADOR DO ITBI
DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR DE IMÓVEIS****DADOS DO IMÓVEL:**

Descrição:

Inscrição Municipal:

Matrícula Reg. Imóveis:

Valor R\$:

DADOS DO IMÓVEL:

Descrição:

Inscrição Municipal:

Matrícula Reg. Imóveis:

Valor R\$:

DADOS DO IMÓVEL:

Descrição:

Inscrição Municipal:

Matrícula Reg. Imóveis:

Valor R\$:

DADOS DO IMÓVEL:

Descrição:

Inscrição Municipal:

Matrícula Reg. Imóveis:

Valor R\$:

DADOS DO IMÓVEL:

Descrição:

Inscrição Municipal:

Matrícula Reg. Imóveis:

Valor R\$:

DADOS DO IMÓVEL:

Descrição:

Inscrição Municipal:

Matrícula Reg. Imóveis:

Valor R\$:

DADOS DO IMÓVEL:

Descrição:

Inscrição Municipal:

Matrícula Reg. Imóveis:

Valor R\$:

DADOS DO IMÓVEL:

Descrição:

Inscrição Municipal:

Matrícula Reg. Imóveis:

Valor R\$:



DADOS DO IMÓVEL:

Descrição:	
Inscrição Municipal:	
Matrícula Reg. Imóveis:	
Valor R\$:	

Assinatura do Requerente/Declarante

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 023/2018 - ANEXO III

Publicação Nº 1668110

DECLARAÇÃO DE USO FUTURO

DECLARANTE:

Nome:	
CPF/CNPJ:	
IMÓVEL:	
Inscrição Municipal:	
Matrícula Reg. Imóveis:	

DECLARO, sob as penas da lei e para fins de RECONHECIMENTO DA EXONERAÇÃO DO ITBI prevista nos artigos 245 e 246 da LC 632/2007 e Art. 68, parágrafo único do Decreto 8.664/2008, que o imóvel identificado será usado, após a transferência, com a(s) seguinte(s) finalidade(s) (apontar uma ou mais das opções):

- ☐ Templo religioso.
- ☐ Instalação de sede/unidade de partidos políticos ou de suas fundações.
- ☐ Instalação de sede/unidade de entidades sindicais de trabalhadores.
- ☐ Instalação de sede/unidade de instituição de educação, sem fins lucrativos.
- ☐ Instalação de sede/unidade de instituição de assistência social, sem fins lucrativos.
- ☐ Instalação de órgão da União, Estado ou Município, suas fundações ou autarquias.
- ☐ Exploração da seguinte atividade econômica:
- ☐ Operações de venda, locação ou arrendamento mercantil.
- ☐ Outra (especificar) : _____

☐ Simples incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.

☐ Finalidade não indicada acima (especificar): _____

Declaro ainda estar ciente que:

1. Todas as informações prestadas estão sujeitas à verificação por parte da fiscalização fazendária que poderá, dentro do prazo decadencial de 05 (cinco) anos, lançar o imposto indevidamente reduzido ou suprimido por força desta declaração.

2. A omissão de informações ou a falsidade delas constitui infração à legislação tributária municipal, punida com as multas previstas nos artigos 258 e 258-A da LC 632/2007; e tipifica crime de Falsidade Ideológica (Art. 299 Código Penal), além de crime contra a ordem tributária se resultar em supressão ou redução de tributo (Art. 1º da Lei 8.137/1990).

Blumenau, ____ de _____ de ____ .

Assinatura do Requerente/Declarante

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 23/2018 - ANEXO IV

Publicação Nº 1668113

DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL – DAM-ITBI

Data da emissão: ____/____/____		Nº DAM-ITBI:	Nº Processo PMB:
Adquirentes / Cessionários			
Nome	CPF/CNPJ	Participação (%)	Principal (S/N)
Transmitentes / Cedentes			
Nome	CPF/CNPJ	Participação (%)	Principal (S/N)
Imóvel			
Zona:	Nº Cad. Municipal:	Matr Reg. Imóveis:	Cad. Incra
Logradouro:			Complem.:

Bairro:	Loteamento:
Observações:	

DADOS DA OPERAÇÃO / CÁLCULO DO ITBI			
VALOR VENAL / BASE DE CÁLCULO		ALÍQUOTA	ITBI
Recursos Próprios	R\$	2,0%	R\$
Financiado / FGTS	R\$	1,0%	R\$
Art. 252, III	R\$	0,1%	R\$
TOTAL	R\$		R\$

Notificação de Lançamento: Fica o adquirente/cessionário notificado do lançamento do ITBI – Imposto sobre Transmissão Onerosa de Bens Imóveis. Não concordando com o lançamento, poderá, oferecendo suas razões, apresentar:

1. dentro do mesmo processo e no prazo de validade da estimativa, requerimento de reavaliação do imóvel;
2. Pedido de Revisão, no prazo de trinta (30) dias contados da ciência do lançamento. Espaço destinado para Ficha de Compensação Bancária

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 23/2018 - ANEXO V

Publicação Nº 1668117

REQUERIMENTO	DE	REAVALIAÇÃO	-	ITBI
PROCESSO ORIGINAL Nº:				
DADOS DO REQUERENTE:				
Nome:				
CPF/CNPJ:				
DADOS DO IMÓVEL 1:				
Inscrição Municipal:				
Matrícula Reg. Imóveis:				
DADOS DO IMÓVEL 2:				
Inscrição Municipal:				
Matrícula Reg. Imóveis:				
Elementos adicionais: (quaisquer outras informações relevantes, se houver)				

REQUERIMENTO:

Conforme previsão do Art. 67 do Decreto nº 8.664/2008, por discordar da estimativa fiscal constante do processo, requer-se a reavaliação do valor venal declarando os seguintes fatos e fundamentos:

DOCUMENTOS ANEXOS:

Obs.: Poderão ser apresentadas até três avaliações de cada imóvel, desde que emitidas por imobiliárias ou por corretores imobiliários devidamente habilitados pelo órgão competente e inscritos no Município OU por engenheiro ou perito avaliador credenciado por instituição financeira, sendo que a apresentação de avaliação flagrantemente inverídica, com dados muito abaixo dos praticados no mercado, caracteriza falsidade de informações visando reduzir ou suprimir o valor do tributo.

DECLARAÇÃO:

O requerente declara-se ciente de que a omissão de informações ou a falsidade delas constitui infração à legislação tributária municipal punida com as multas previstas nos artigos 258 e 258-A da LC 632/2007; e tipifica crime de Falsidade Ideológica (Art. 299 Código Penal), além de crime contra a ordem tributária se resultar em supressão ou redução de tributo (Art. 1º da Lei 8.137/1990).

Blumenau, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Requerente/Declarante

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 23/2018 - ANEXO VI

Publicação Nº 1668119

TERMO DE PARCELAMENTO - ITBI

PROCESSO/ITBI Nº:	
CONTRIBUINTE:	
Nome:	
CPF/CNPJ:	
IMÓVEL:	
Inscrição Municipal:	

Matrícula Reg. Imóveis:	
VALOR VENAL R\$	
VALOR DO ITBI R\$	

Com fundamento no Art. 254 da LC 632/2007, defere-se o parcelamento do valor do ITBI solicitado pelo contribuinte, que se compromete a efetuar o recolhimento de acordo com o número de parcelas, valores e prazos a seguir:

Parcela	Valor R\$	Vencimento
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		

Declara o contribuinte estar ciente de que:

1. todas as parcelas deverão estar quitadas antes da inscrição do ato no Registro de Imóveis competente (LC 632/2007 Art. 254, §4º);
2. o pagamento parcelado não interrompe nem suspende o prazo de validade da estimativa fiscal, findo o qual deverá ser refeita, sujeitando o contribuinte ao recolhimento de eventuais diferenças;
3. o atraso no pagamento das parcelas implica em juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento), sem prejuízo da atualização monetária quando cabível, nos termos da legislação municipal (LC 632/2007, Arts. 82 e 258, II).

Blumenau, ____ de _____ de ____ .

Contribuinte

INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 23/2018 - ANEXO VII

Publicação N° 1668122

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE TEOR

DECLARANTE:	
Nome:	
CPF/CNPJ:	
IMÓVEL:	
Inscrição Municipal:	
Matrícula Reg. Imóveis:	
Data de emissão da Matrícula:	

DECLARO, sob as penas da lei e para fins de VALIDAÇÃO DA MATRÍCULA SUPRA que as informações contidas na Matrícula supra estão atualizadas, não tendo sofrido nenhuma alteração após a data de validade até o presente momento.

Declaro ainda estar ciente que:

1. Todas as informações prestadas estão sujeitas à verificação por parte da fiscalização fazendária e de que o lançamento do ITBI poderá ser feito com base nelas.
2. A omissão de informações ou a falsidade delas constitui infração à legislação tributária municipal, punida com as multas previstas nos artigos 258 e 258-A da LC 632/2007; e tipifica crime de Falsidade Ideológica (Art. 299 Código Penal), além de crime contra a ordem tributária se resultar em supressão ou redução de tributo (Art. 1º da Lei 8.137/1990).

Blumenau, ____ de _____ de ____ .

Assinatura do Declarante

Publicação Nº 1668127

DADOS DO(s) TRANSMITENTE(s) / CEDENTE(s) / PERMUTANTE(s):	
Nome:	
CPF/CNPJ:	
Endereço Físico:	
End. Eletrônico:	
Telefone:	
DADOS DO IMÓVEL*:	
Descrição Completa:	
Inscrição Municipal:	
Matrícula Reg. Imóveis:	

1) DADOS DO REQUERENTE / DECLARANTE:	
Nome:	
CPF/CNPJ:	
Endereço Físico:	
End. Eletrônico:	
Telefone:	
Unidade Habitacional:	
Vaga:	

Assinatura do Requerente/Declarante

Publicação Nº 1668594

RELAÇÃO DE ADQUIRENTES DE EMPREENDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO POR ADMINISTRAÇÃO

[illegible]

RESOLUÇÃO CMAS Nº 16/2018

Publicação Nº 1668154

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 16/2018

ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS ÀS DENÚNCIAS RECEBIDAS NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 10.598 de 30 de março de 2015, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária realizada em 27 de junho 2018,

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar nº 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações pela Lei Complementar Municipal nº 945, de 11 de novembro de 2014;
- a Resolução CNAS nº 04, de 09 de fevereiro de 2011 que estabelece os procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS alterada pela Resolução CNAS nº 08, de 04 de agosto de 2015;
- o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social, aprovado pelo Decreto Municipal nº 10.598 de 30 de março de 2015;
- A deliberação da Plenária realizada em 27 junho de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer os procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art. 2º Entende-se por denúncia a comunicação de ato ou fato que enseje a apuração de eventuais irregularidades, praticadas:

- I – nas Organizações da Sociedade Civil inscritas e/ou financiadas pelo CMAS;
- II – na execução de serviços, programas, projetos, ações e benefícios socioassistenciais governamentais.

Art. 3º A denúncia deverá conter:

- I – identificação do ato ou fato, contendo os elementos indicadores de eventuais indícios de irregularidades;
- II – os dados do denunciado.

Parágrafo Único: A denúncia anônima, sem identificação e/ou contato do denunciante, será recebida e processada nos termos desta Resolução.

Art. 4º As denúncias podem ser recebidas via:

- I – correspondência protocolada junto à Assessoria do CMAS;
- II – e-mail ao endereço cmas@blumenau.sc.gov.br;
- III – verbal e que serão convertidas a termo (Anexo I desta Resolução);
- IV – Serviço de Atendimento ao Cidadão, através da Ouvidoria Municipal – 156.

Parágrafo Único: Constatada a existência de mais de uma denúncia tratando do mesmo denunciado, as mesmas deverão ser apensadas à denúncia mais antiga.

Art. 5º Ao receberem as denúncias, a Mesa Diretora do Conselho remeterá a Comissão Permanente de Normas e Regulamentação que emitirá juízo sobre a caracterização do conteúdo dos documentos e indicação do procedimento a ser adotado:

- I - arquivamento;
- II – remessa para discussão na Comissão afeta ao assunto;
- III – remessa ao órgão competente;
- IV – instauração de procedimento no âmbito do Conselho.

Art. 6º Para indicação do procedimento a ser adotado a Comissão de Normas utilizará o formulário de análise inicial de denúncia, conforme Anexo II desta Resolução, considerando os seguintes critérios:

- I - será indicado o arquivamento caso a denúncia não esteja acompanhada de elementos suficientes que justifiquem a apuração por parte do Conselho;
- II – a comunicação de ato ou fato que não caracterize denúncia, mas que contenha questões que devem ser discutidas pelo Conselho, será

remetida à Comissão afeta ao assunto;

III - a denúncia cujo objeto não é afeto às competências do CMAS deverá ser encaminhada para o órgão competente indicado pela Comissão de Normas;

IV - a denúncia acompanhada de elementos que justifiquem a apuração pelo Conselho será objeto de instauração de procedimento.

Art. 7º Instaurado o procedimento, a Comissão de Normas poderá notificar, para manifestação e/ou esclarecimentos:

I - o denunciado;

II - os gestores públicos;

III - outras pessoas, físicas ou jurídicas, que possam esclarecer sobre o objeto de denúncia;

IV - os demais conselhos de políticas públicas e de direito, quando necessário;

V - outros órgãos.

§ 1º A notificação ater-se-á apenas ao ato ou fato objeto da denúncia.

§ 2º De acordo com a natureza da denúncia, as notificações poderão ser emitidas em momentos distintos.

§ 3º O prazo para manifestação será estabelecido pela Comissão de Normas.

§ 4º Após o recebimento das manifestações, a Comissão de Normas poderá solicitar esclarecimentos complementares.

Art. 8º A Comissão de Normas poderá ainda realizar verificação in loco, devendo elaborar relatório de visita a ser anexado ao processo.

Art. 9º Terminada a fase prevista no artigo 7º, o processo será remetido à Plenária, acompanhado de relatório fundamentado e conclusivo que constate ou não indício de ocorrência do objeto da denúncia e que contenha a sugestão da Comissão quanto aos procedimentos a serem adotados pelo Conselho.

Art. 10 Não constatado o indício de ocorrência do objeto da denúncia, esta deverá ser arquivada, mediante homologação da Plenária.

Art. 11 Constatado o indício de ocorrência do objeto da denúncia, a Plenária poderá aplicar:

I - advertência escrita, com estabelecimento de prazo para correção da irregularidade;

II - cancelamento de inscrição e comunicação ao CNAS, no caso de Organizações da Sociedade Civil;

III - comunicação ao MDS, no caso de serviços, programas, projetos, ações e benefícios socioassistenciais governamentais.

Art. 12 As partes envolvidas deverão ser notificadas acerca da decisão.

Ar. 13 As Comissões Permanentes afetas à matéria da denúncia receberão cópia do processo para acompanhamento de seu andamento e para possíveis orientações futuras em sua área de competência.

Blumenau, 27 de junho de 2018.

Patrícia Morastoni Sasse

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA DENÚNCIA

() Denúncia com Identificação do Denunciante

() Denúncia anônima

Dados do Denunciante:

Nome: _____

CPF ou RG: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Endereço: _____

Dados do Denunciado:

() Organização da Sociedade Civil

() Serviços, programas, projetos, ações e benefícios socioassistenciais governamentais

Nome do local: _____

Nomes dos envolvidos e qualificação: _____

Endereço do local: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Outras informações: _____

HISTÓRICO DOS FATOS (detalhar ao máximo as informações dos fatos, data, horário, envolvidos, testemunhas, se houver, frequência, entre outros):

Data: ____/____/____

Profissional que recebeu o relato: _____

ANEXO II
FORMULÁRIO DE ANÁLISE INICIAL DA DENÚNCIA

Dados do Denunciado:

() Organização da Sociedade Civil

() Serviços, programas, projetos, ações e benefícios socioassistenciais governamentais

Nome do local: _____

CONTEÚDO DA DENÚNCIA:

CONSIDERAÇÕES:

<input type="checkbox"/>	denúncia não acompanhada de elementos suficientes que justifiquem a apuração por parte do Conselho
<input type="checkbox"/>	a comunicação de ato ou fato não caracteriza denúncia, mas contém questões que devem ser discutidas pelo Conselho
<input type="checkbox"/>	denúncia cujo objeto não é afeto às competências do CMAS
<input type="checkbox"/>	denúncia acompanhada de elementos que justifiquem a apuração pelo Conselho

INDICAÇÃO DE PROCEDIMENTO:

<input type="checkbox"/>	arquivamento
<input type="checkbox"/>	remessa para discussão na Comissão afeta ao assunto () CPNARS () CPPAS () CPFAS
<input type="checkbox"/>	remessa ao órgão competente
<input type="checkbox"/>	instauração de procedimento no âmbito do Conselho

Outras considerações da Comissão de Normas e Registros:

Data: ____/____/____

Conselheiros:

RESOLUÇÃO CMAS Nº 17/2018

Publicação Nº 1668159

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 17/2018

APROVA A DECLARAÇÃO QUE APROVOU A PROPOSTA SICONV nº. 092807/2017, ELABORADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU/SC, VINCULADA À AÇÃO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e de acordo com a deliberação em Plenária Ordinária realizada no dia 27 de junho de 2018,

CONSIDERANDO:

- o Art. 2º, inciso XIII do Regimento Interno do CMAS que define entre outras atribuições a competência do referido Conselho, em acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS;

- a notificação emitida por Analista Técnico da Coordenação-Geral de Apoio a Projetos (CGAP), do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal – SICONV;

- a explanação em Plenária realizada em 07/02/2018, da profissional de serviço social, da Gerência de Gestão do SUAS/Semudes, responsável pela captação de recursos, sobre a destinação de recursos através de Emenda Parlamentar direcionada, via Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv), uma ferramenta online que agrega e processa informações sobre as transferências de Recursos Federais para órgãos Públicos e Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos;

- a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em Plenária datada de 07 de fevereiro de 2018, da declaração que aprovou a Proposta Siconv nº. 092807/2017, elaborada pela Prefeitura Municipal de Blumenau/SC, vinculada à Ação de Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade,

- o equívoco na digitação da Resolução 08/2017 de 28 de fevereiro de 2018, na qual a redação correta seria, Resolução 08/2018 de 28 de fevereiro de 2018;

- Aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social realizada em 27 de junho de 2018

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a declaração apresentada ao CMAS referente a Proposta SICONV nº. 092807/2017 elaborada pela Prefeitura Municipal de Blumenau/SC, vinculada à Ação de Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade;

Art. 2º A proposta destina-se a aquisição de veículo, no Valor do concedente de R\$100.000,00, proveniente de Emenda Parlamentar com recursos federais, com valor de contrapartida de recursos municipais no valor máximo de até 20% do bem comprado, tendo por unidade

beneficiária a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, localizada no endereço: Rua Casemiro de Abreu nº. 216- Vila Nova/ Blumenau, estando o endereço em conformidade com o CadSUAS;

Art. 3º Revoga-se a Resolução nº 08/2017 de 28 de fevereiro de 2018;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 27 de junho de 2018.

Patrícia Morastoni Sasse

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 19/2018

Publicação Nº 1668161

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 19/2017

APROVA DESPESA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA, PARA REALIZAÇÃO DO I SEMINÁRIO DE FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS, ALUSIVO AOS 28 ANOS DO ECA E DIA MUNICIPAL DO CONSELHEIRO TUTELAR

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no art. 7º da Lei Complementar Nº. 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações; no Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal Nº. 7.556, de 24 de novembro de 2003; no Decreto Nº. 9.823, de 11 de Outubro de 2012, que regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA e de acordo com a Plenária Ordinária realizada em 22 de junho de 2018, conforme consta na Ata CMDCA Nº. 06/2018 e;

CONSIDERANDO:

- que compete ao CMDCA promover e apoiar o aperfeiçoamento e a atualização permanente dos representantes das organizações governamentais e não governamentais envolvidas no atendimento à família, à criança e ao adolescente, respeitando a descentralização político-administrativa contemplada na Constituição Federal;

- que compete ao CMDCA deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;

- a necessidade de transparência do processo de transferência de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;

- o parecer favorável da Comissão de Finanças e Captação – CFC, conforme consta no relatório da Reunião realizada em 21 de junho de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Aprova o valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, para realização do I Seminário de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, alusivo aos 28 Anos do ECA e ao Dia Municipal Do Conselheiro Tutelar.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 28 de junho de 2018.

Givanildo Trindade

Coordenador Geral do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 20/2018

Publicação Nº 1668168

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 20/2018

DISPÕE SOBRE O REPASSE DE RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA PARA PARTICIPAÇÃO EM CAPACITAÇÕES E EVENTOS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no art. 7º da Lei Complementar Nº. 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações e de acordo com a Plenária Ordinária realizada em 28 de Junho de 2018, conforme consta na Ata CMDCA Nº. 07/2018 e;

CONSIDERANDO:

- o Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal Nº. 7.556, de 24 de novembro de 2003; no Decreto Nº. 9.823, de 11 de Outubro de 2012, que regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA e

- que compete ao CMDCA promover e apoiar o aperfeiçoamento e a atualização permanente dos representantes das organizações governamentais e não governamentais envolvidas no atendimento à família, à criança e ao adolescente, respeitando a descentralização político-administrativa contemplada na Constituição Federal;

- a necessidade de transparência do processo de transferência de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

– o parecer da Comissão de Finanças e Captação – CFC, conforme consta no relatório CFC nº. 09/2018 da reunião realizada em 21 de junho de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Dispor sobre o repasse de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA para participação em capacitações e eventos.

§ 1º Fica estabelecido que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Blumenau – CMDCA deverá ser comunicado oficialmente com a informação dos nomes indicados para participação de capacitações e eventos custeados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA.

§ 2º Fica estabelecido que os participantes das capacitações e eventos devem realizar a devolutiva em Plenária do CMDCA, no prazo máximo de sessenta (60) dias após a participação no evento ou capacitação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 28 de junho de 2018.

Givanildo Trindade
Coordenador Geral do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

PORTARIA Nº 412/2018 - FUNDAÇÃO CULTURAL

Publicação Nº 1668174

PORTARIA Nº. 412/2018

REVOGA A PORTARIA Nº 411/2018, DE 14 DE JUNHO DE 2018, TORNANDO SEM EFEITO OS ATOS NELA CONTIDOS, A PARTIR DE SUA PUBLICAÇÃO.

RODRIGO ROGÉRIO RAMOS, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº. 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº. 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº. 704, de 29 de janeiro de 2009, acrescido pela LC nº. 710, de 06 de abril de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº. 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

REVOGAR

Os atos contidos na Portaria nº 411/2018, de 14 de junho de 2018, tornando-a sem efeito, a partir da data de sua publicação no Boletim Oficial do Município de Blumenau, a qual retificou o Enquadramento dos servidores públicos municipais estáveis desta Fundação Cultural de Blumenau, integrantes do Grupo Ocupacional Funcional, dos Quadros Permanente e Suplementar de Pessoal.

Blumenau, 28 de junho de 2018
RODRIGO ROGÉRIO RAMOS
Presidente

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2222/18 - SAMAE

Publicação Nº 1668182

SUSPENSÃO DATA DE ABERTURA
PREGÃO PRESENCIAL 06-2222/2018

OBJETO: Aquisição de materiais hidráulicos (tubos e conexões) destinados às obras de Implantação dos Reservatórios Caçadores (R3-B) e Fortaleza (R1-B), Adutora de Água Tratada de Interligação ao Reservatório Caçadores (R3-B), Adutora de Água Tratada (R1-B), Macro-distribuição do Reservatório Fortaleza e Booster Fortaleza - Contrato de Financiamento n.º 0425532/2014 - CEF - Programa Saneamento para Todos - Operações com Estados, Municípios e Distrito Federal. Informamos que resta suspensa a abertura para alterações no Edital. Blumenau (SC), 28/06/2018.
Alexandro Eduardo Fernandes
Diretor Presidente

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2220/18 - SAMAE

Publicação Nº 1668193

PREGÃO PRESENCIAL 06-2220/2018

Objeto: Registro de Preços para aquisição de café, açúcar, filtro de papel, copos descartáveis e garrafas térmicas, conforme especificações constantes neste Edital, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

HOMOLOGAÇÃO

De acordo com o julgamento de preços realizado e Adjudicado pelo Pregoeiro, homologo o objeto licitado tendo como critério de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Empresas:

DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA EPP

CNPJ: 80.413.479/000127

Valor total R\$ 19.144,00

BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME

CNPJ: 14.534.916/0001-36

Valor total R\$ 4.820,00

PERFORMANCE COMERCIO & SERVICOS EIRELI ME

CNPJ: 26.682.219/0001-01

Valor total R\$ 2.465,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Data da homologação: 28/06/2018.

Blumenau (SC), 29/06/2018.

Alexandro Eduardo Fernandes

Diretor Presidente

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2209/2018 - SAMAE

Publicação Nº 1668205

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2209/2018 - Processo Licitação Pregão Presencial 2204/2018

OBJETO: Registro de preços para para aquisição de café, açúcar, filtro de papel, copos descartáveis e garrafas térmicas, conforme especificações constantes neste Edital, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE

Empresa: DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA EPP - CNPJ: 80.413.479/0001-27

Item 01: Valor unitário R\$ 10,30 (dez reais e trinta centavos) e valor total R\$ 13.390,00 (treze mil, trezentos e noventa reais).

Item 02: Valor unitário R\$ 13,00 (treze reais) e valor total R\$ 3.380,00 (três mil, trezentos e oitenta reais).

Item 03: Valor unitário R\$ 2,32 (dois reais e trinta e dois centavos) e valor total R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais).

Item 05: Valor unitário R\$ 2,99 (dois reais e noventa e nove centavos) e valor total R\$ 1.794,00 (hum mil, setecentos e noventa e quatro reais).

Empresa: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME - CNPJ: 14.534.916/0001-36

Item 04: Valor unitário R\$ 2,41 (dois reais e quarenta e um centavos) e valor total R\$ 4.820,00 (quatro mil, oitocentos e vinte reais).

Empresa: PERFORMANCE COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI ME - CNPJ: 26.682.217/0001-01

Item 06: Valor unitário R\$ 1,06 (hum real e seis centavos) e valor total R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais).

Item 07: Valor unitário R\$ 49,00 (quarenta e nove reais) e valor total R\$ 735,00 (setecentos e trinta e cinco reais).

Item 08: Valor unitário R\$ 80,00 (oitenta reais) e valor total R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 28 de junho de 2018.

Alexandro Eduardo Fernandes - Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6544/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1668213

PORTARIA N.º 6544/2018
CONCEDE O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

Nos termos dos artigos 9.º, parágrafo único, e 10, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve,

Conceder o benefício de auxílio doença, aos servidores públicos municipais relacionados no quadro abaixo:

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
230754	ALEXANDRA SAIONARA DIONISIO	29/05/2018	29/06/2018
225193	ANA CINTIA MUELLER	01/05/2018	27/08/2018
131970	ANA CLAUDIA ENGELS SCHMITT	19/05/2018	18/06/2018
231151	ANA CLAUDIA KOGLIN STORBEL	24/05/2018	22/06/2018
204935	ANA CRISTINA BLANCO SOARES CRUZ DE OLIVEIRA	30/05/2018	08/06/2018
185000	ANESIA CLARICE GEBIEN SCHMITT	29/05/2018	13/06/2018
009380	CAMILA TEICHRIEB	24/05/2018	08/07/2018
009840	CAROLINA KREBS DE SOUZA	31/05/2018	04/06/2018
230635	DANIEL WEBER DA SILVA	17/05/2018	29/06/2018
224197	DANIELA TORRES DE SOUZA	27/05/2018	08/06/2018
230977	DARLENE RODRIGUES	23/05/2018	05/08/2018
194174	EDEMILSON FLORIANO PEDRINI	29/05/2018	17/06/2018
005263	ERWIN HUGO RESSEL FILHO	27/05/2018	12/05/2019
000672	FRED LUDWIG	15/05/2018	29/06/2018
230659	GABRIEL HENRIQUE DE NASCIMENTO PRIMO	27/05/2018	27/06/2018
228762	GILBERTO CHIROLLI	22/05/2018	08/06/2018
145920	GILVANE MATILDE HOENICKE	24/05/2018	13/06/2018
211486	JANETE SAVI	17/05/2018	07/12/2018
211087	KATIA CILENE CUNHA	25/05/2018	30/06/2018
228599	KENIA REGINA SCHMITZ	17/05/2018	08/06/2018
229277	LAURITA PROCHNOW DA SILVA	29/05/2018	12/06/2018
231093	MARCIA ROSANE MUGGE	30/05/2018	04/07/2018
003235	MARCOS ALEXANDRE TAMBOSI	25/05/2018	11/06/2018
225126	MARIA JOSE DA SILVA BRANDI	25/05/2018	25/07/2018
229901	MAYTE ALVES DE ANDRADE POSSAMAI	22/05/2018	07/06/2018
193364	NAIR WESTPHAL	30/05/2018	11/06/2018
229684	NATHALYE HORA MELO	31/05/2018	22/06/2018
231429	NOELI MULLER BRUGNAGO	25/05/2018	09/07/2018
218294	PAULO CLAUDINEI ZANCHETT	24/05/2018	07/07/2018
230609	RAQUEL ALINE DE BARROS	29/05/2018	14/09/2018
231480	RAQUEL GIRÃO	30/05/2018	25/06/2018
230459	RIAN LUCAS CUSTODIO DA LUZ CASTELLAIN	25/04/2018	06/09/2018
229239	ROSANGELA CRISTIANE GESSNER BERNARDINO	24/05/2018	05/08/2018
229484	RUTH DE SOUZA	31/05/2018	16/07/2018
217530	SHEILA PRATIS HUSCHER	22/05/2018	27/06/2018
214515	SOLANGE APARECIDA SIMÕES	23/03/2018	30/11/2018
199320	ZILENE CARDOSO PEREIRA	30/05/2018	15/07/2018

Blumenau, 24 de maio de 2018.

ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6545/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1668215

PORTARIA N.º 6545/2018

PRORROGA O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA CONCEDIDO PELAS PORTARIAS N.os 6508/2018 6509/2018 e 6453/2018.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve,

PRORROGAR O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA, concedido através das Portarias N.os 6508/2018, 6509/2018, 6453/2018, aos servidores públicos municipais relacionados no quadro abaixo:

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
183628	ANA CRISTINA DA SILVA	26/05/2018	24/06/2018
146978	AURORA DURIGON	19/05/2018	20/06/2018
145408	CANUTA APARECIDA DO NASCIMENTO	30/05/2018	30/05/2018
205176	CLAUDIO DE SOUZA	26/05/2018	24/07/2018
231463	DAVY SCHMOELLER	19/05/2018	12/06/2018
187860	DILMEIA DIAS DOS SANTOS	31/05/2018	14/09/2018
211265	DOLORES REGINA ALVES PADILHA	26/05/2018	03/07/2018
229360	EDNA TERESINHA SPECK MATEUS	27/05/2018	21/07/2018
225339	ELCI APARECIDA DOMINGUES DE SOUZA	16/05/2018	12/06/2018
198161	ESTER MAES CANZIANI	21/05/2018	13/07/2018
018864	FERNANDA GEISA MICHEL BROLLO	16/05/2018	11/06/2018
231442	GLAUSIANI ERBS DA COSTA SCABURRI	18/05/2018	16/07/2018
229298	HELGA FABIANA GUBER	31/05/2018	29/06/2018
230480	IOLANDA BIEL	31/05/2018	30/06/2018
211338	ISILDA APARECIDA KRAUS GONÇALVES	29/05/2018	27/08/2018
000086	JUCELI TEREZINHA COSTA ZUNINO	01/03/2018	08/06/2018
231417	JULIANA DE OLIVEIRA	19/05/2018	19/06/2018
218243	KARIN MARIANNE SCHILDWACHTER	27/05/2018	29/06/2018
231092	KATLYN CRISTINA JAQUES DE ANDRADE	31/05/2018	28/09/2018
229615	MARCOS ANDERSON LANA	26/05/2018	10/09/2018
188514	MARIA ALICE BARRETO DE AZEREDO	19/05/2018	18/06/2018
180831	MARIA GORETI VANDRESSEN	19/05/2018	17/08/2018
185345	MARIZA AMARAL DE OLIVEIRA	30/05/2018	17/09/2018
194115	MERCEDES CLAUDIANA DA ROSA ZEN	27/05/2018	22/09/2018
019410	MERCEDES CLAUDIANA DA ROSA ZEN	27/05/2018	22/09/2018
207721	ODAIR COUTO	19/05/2018	14/07/2018
002127	RENATO WENDHAUSEN JUNIOR	26/05/2018	03/08/2018
229020	ROSANA GIACOMELLI	31/05/2018	28/09/2018
000132	ROSANE ELISA BEIMS	21/05/2018	24/10/2018
211877	ROSEMARI TERESINHA HOFSCHEIDER	23/05/2018	06/09/2018
174211	ROSEMERI FARIAS DE SOUZA	26/05/2018	09/06/2018
216453	SILVIA SCHMITT REIS	26/05/2018	20/06/2018
228405	SIMONE RAQUEL MERINI SANTOS	26/05/2018	08/06/2018
148490	SIRLEI DE FATIMA DIAS DOS SANTOS	29/05/2018	28/09/2018
217560	SOLANGE MACHADO	26/05/2018	20/07/2018
230335	SOLANGE SCHWARTZ	15/05/2018	09/07/2018
194336	TANIA TERESINHA DO CARMO VIEIRA	30/05/2018	31/08/2018
196916	WALKIRIA MADALENA SEDREZ SCABURRI	20/05/2018	20/08/2018

Blumenau, 24 de maio de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6546/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1668218

PORTARIA N.º 6546/2018

CONCEDE O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

Nos termos dos artigos 14.º, inciso I, e 15, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve,

CONCEDER O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE, às servidoras públicas municipais relacionadas no quadro abaixo:

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
229881	CRISTINA BEATRIZ DIAS JULIO COSTA	14/05/2018	10/09/2018
220990	FABIANA CORREA	23/05/2018	19/09/2018
230046	JOSLAINE MARTINS	24/05/2018	20/09/2018
221511	TATIANE MOEBACH DA CUNHA	19/05/2018	15/09/2018

Blumenau, 24 de maio de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6592/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1668220

PORTARIA N.º 6592/2018

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ARISTHEU JOSE FORMIGA DE OLIVEIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 18, 19, e 20, da Lei Complementar nº 744, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar nº 746, de 19 de março de 2010, e artigo 3º, seus incisos, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a

ARISTHEU JOSE FORMIGA DE OLIVEIRA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Jornalista, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 11.691,64 (Onze mil, seiscentos e noventa e um reais e sessenta e quatro centavos), a partir de 18 de junho de 2018, conforme Processo n.º 04190/06/2018.

Blumenau, 18 de junho de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6593/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1668223

PORTARIA N.º 6593/2018

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DOMINGOS ALVES FERNANDES CIQUEIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de DOMINGOS ALVES FERNANDES CIQUEIRA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, lotado no SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021050.1.00056/18-2, em 04/06/2018,

prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Empresa Construtora Brasil S.A.	09/03/1982 a 09/09/1982
Engenharia Representações e Comércio Erco S.A.	15/09/1982 a 18/06/1983 14/03/1984 a 16/11/1985 02/01/1986 a 02/03/1987
Construtora Carpizza Eireli	16/02/1987 a 30/10/1990
Construtora Santa Catarina Ltda.	07/11/1990 a 28/08/1991
Construtora Sultepa S.A.	24/10/1991 a 27/03/1992
TEC Técnica de Engenharia Catarinense Ltda.	06/05/1992 a 29/01/1993
Momento Construção Civil Ltda.	01/07/1993 a 04/08/1994
Apis Projetos e Construções Ltda.	11/08/1994 a 06/02/1995
Pedreira Vale do Selke Ltda.	23/02/1995 a 20/07/1995
Tork Serviços de Mão de Obra Ltda.	01/02/1996 a 13/06/1996 03/03/1997 a 04/08/1998
ATP Comércio e Representações Ltda.	01/04/1999 a 10/04/2000

Totaliza o tempo de 5310 (cinco mil, trezentos e dez) dias, correspondente a 14 (catorze) anos, 6 (seis) meses, e 20 (vinte) dias, conforme Processo n.º 04199/06/2018.

Blumenau, 18 de junho de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6594/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1668224

PORTARIA N.º 6594/2018

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ADELINA MULLER REINHOLD.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ADELINA MULLER REINHOLD, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00014/17-0, em 18/01/2017, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Escritório de Contabilidade Progresso Ltda. – ME	08/08/1988 a 28/04/1989
Construtora Hahne Ltda.	08/05/1989 a 14/05/1990
Prefeitura Municipal de Blumenau	13/05/1990 a 31/12/1990 06/06/1991 a 31/12/1991 17/02/1992 a 21/10/1992 03/05/1993 a 31/12/1993 09/08/1994 a 31/12/1994 07/02/1995 a 06/03/1995

Totaliza o tempo de 1734 (mil, setecentos e trinta e quatro) dias, correspondente a 4 (quatro) anos, 9 (nove) meses, e 4 (quatro) dias, conforme Processo n.º 04195/06/2018.

Blumenau, 18 de junho de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6595/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1668228

PORTARIA N.º 6595/2018

RETIFICAR A PORTARIA N.º 6477/2018 QUE CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RALF KLEIN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

RETIFICAR,

a Portaria n.º 6477/2018, de 24 de abril de 2018, que concedeu aposentadoria por tempo de contribuição a RALF KLEIN, servidor público municipal, aposentado no cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, passando seus proventos para R\$ 5.015,23 (Cinco mil, quinze reais e vinte e três centavos), a contar de 2 de maio de 2018, conforme Processo n.º 03656/03/2018.

Blumenau, 18 de junho de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

EXTRATO Nº 340/2018 - FURB

Publicação Nº 1668234

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato n.º. 340/2018

Dispensa de Licitação n.º. 273/2018

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensa o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 24, IV da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 313/2018/PROGEF e demais alterações, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO DE UMA AUTOCLAVE (PATRIMÔNIO 41275) EM USO NO HOSPITAL ESCOLA VETERINÁRIO - HEV. Contratada: TECHMED MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO MEDICOS LTDA (CNPJ Nº 14.346.682/0001-01). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 24, Inciso IV, da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 313/2018/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 30(trinta) dias a contar do recebimento do material e da NF. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/ Rubrica: R\$ 395,00 (trezentos e noventa e cinco reais) / 01.09.12.364.0076.2009 (Pró Reitoria de Administração) / 3.3.90 (Outras Despesas Correntes) / 3.3.90.30.25 (Material para Manutenção de Bens Móveis)/ 3.3.90.39.17.03 (Manutenção de Máquinas e Equipamentos Diversos).

Blumenau, 28 de junho de 2018.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

EXTRATO Nº 341/2018 - FURB

Publicação Nº 1668239

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato n.º. 341/2018

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

ZFM Administradora e Incorporadora Ltda

ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 048/2015

OBJETO DO CONTRATO: contratação de Empresa de Engenharia para Construção do Centro de Inovação, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos, Cronograma Físico-Financeiro e Planilha de Quantitativos/Orcamentária.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 168/2014 e contrato nº.048/2015, de 25 de junho de 2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica registrado que o valor global contratado passa a ser R\$ 7.886.799,40 (sete milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, setecentos e noventa

e nove reais e quarenta centavos), decorrente da suplementação quantitativa do objeto, no valor de R\$ 85.332,26 (oitenta e cinco mil, trezentos e trinta e dois reais e vinte e seis centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 048/2015 que não colidirem com o presente Termo e aditivos nº 01 a 04.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, firmam o presente Termo Aditivo em três (03) vias de igual teor e forma, para os efeitos de direito e de justiça.

DATA: 25/06/2018.

EXTRATO Nº 342/2018 - FURB

Publicação Nº 1668241

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 342/2018

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

ZFM Administradora e Incorporadora LTDA.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZOS, COM RETIFICAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO.

TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 048/2015

OBJETO DO CONTRATO: contratação de Empresa de Engenharia para Construção do Centro de Inovação, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos, Cronograma Físico-Financeiro e Planilha de Quantitativos/Orcamentária.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 168/2014 e Contrato nº.048/2015, de 25 de junho de 2015.

ALTERAÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Da Retificação do Termo Aditivo nº 03.

Retifica-se a Cláusula Primeira do Termo aditivo nº 03 ao Contrato nº 048/2015, conforme a seguir especificado:

Onde se lê [...] "Vigência da execução contratual por mais 12 (doze) meses a contar de 02 de setembro de 2016 até 1º de setembro de 2018, totalizando 33 (trinta e três) meses.", LEIA-SE: Vigência da execução contratual por mais 12 (doze) meses a contar de 02 de julho de 2017 até 1º de julho de 2018, totalizando 33 (trinta e três) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Prorrogação dos prazos.

Os prazos de vigências previsto na Cláusula Segunda do Contrato nº 048/2015 e aditivos nº 01 e 03, que tratam da vigência contratual e vigência da execução contratual, ficam prorrogados da seguinte forma:

a) Vigência do prazo contratual por mais 06 (seis) meses e 06 (seis) dias, a partir de 26 de junho de 2018 até 31 de dezembro de 2018, totalizando 42 (quarenta e dois) meses e 06 (seis) dias.

b) Vigência da execução contratual por mais 05 (cinco) meses a contar de 02 de julho de 2018 até 1º de dezembro de 2018, totalizando 38 (trinta e oito) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da manutenção das demais Cláusulas Contratuais e aditivos.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 048/2015 e aditivos nºs 01 a 005, que não colidirem com o presente Termo.

DATA: 25/06/2018.

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 264/2018 - FURB

Publicação Nº 1668243

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial (SRP) nº. 264/2018

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras de Peixes e Frutos do Mar frescos para uso no Curso de Gastronomia da Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 19 de julho de 2017, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial,

em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 28 de junho de 2018.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

DECRETO N°65/2018

Publicação N° 1667805

DECRETO N° 65/2018

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO DIA 02 DE JULHO DE 2018, PARA CUMPRIMENTO PELAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, incisos VII da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo nas Secretarias da Administração Pública Municipal no dia:

I – 02 de julho de 2018, segunda-feira, no período das 08h00 às 13h30 em virtude dos Jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo.

Art. 2º - Este decreto abrange todas as Secretarias, exceto as unidades com serviços essenciais:

I – HOSPITAL MUNICIPAL AMÉRICO CAETANO DO AMARAL;

II – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jardim da Serra - SC, 28 de junho de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 52/2018

Publicação Nº 1667870

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2018

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO PERIÓDICA DE FOSSAS SÉPTICAS PARA O PERIMETRO URBANO DO MUNICÍPIO

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 33/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1247/2018

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

As 08:30 horas do dia 27 de junho de 2018, no Centro Administrativo Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto Municipal nº. 5120/2018 de 02 de janeiro de 2018 do Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

O Pregoeiro em conformidade nos termos das Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 33/2018, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial do Município e homologado pelo Sr. Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO PERIÓDICA DE FOSSAS SÉPTICAS PARA O PERIMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, conforme consta no ANEXO I, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa Reobotte Engenharia EIRELI EPP, com sede na Rua José Totorá, nº. 641, Bloco 4ª, Apto 37, Central Parque, Município de Sorocaba/SP, inscrita no CGC/MF sob o nº. 29.507.388/0001-01, neste ato representada por seu representante legal Senhor Cleiber Marques de Oliveira, portador do CPF nº. 202.622.238-05 e RG nº. 27.856.807-5, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado acima numerado, como segue:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO PERIÓDICA DE FOSSAS SÉPTICAS PARA O PERIMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, constantes do Anexo I.

CLÁUSULA II - DA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Comissão de Licitação para a devida alteração do valor registrado em Ata.
- 5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, Comissão de Licitação não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

- 1). Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - a) advertência;
 - b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:
 - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
 - 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.
 - c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.
- 3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".
- 4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei Federal nº. 8.666/93.

5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1), Poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1), alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela Comissão de Licitações.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 033/2018.

3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 33/2018, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 33/2018, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pela Secretário responsável pela pasta.

2). Os serviços deverão ser executados em todo o perímetro urbano do município de Bom Jesus do Oeste/SC.

3) A Ata de Registro de Preços do certame terá validade de 12 meses após sua assinatura.

CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com as devidas especificações;

2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora até o 10º (décimo) dia útil após o previsto no item "11", da cláusula 11.1 do Edital de Licitação nº. 1247/2018, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº. 01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fatima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.

3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, do Município de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.

2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

CLÁUSULA IX - DA GARANTIA

1). A garantia dos serviços cotados é de no mínimo 90 dias a partir do recebimento definitivo dos serviços, se maior deverá declarar na proposta;

CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1). Fornecer os Serviços, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;

2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

3). Substituir ou recuperar o material que, após a entrega e aceite, dentro do prazo de garantia, apresente defeitos de fabricação, no prazo máximo de até 3 dias corridos, a partir da ciência da rejeição.

4). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1). Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 33/2018 e seus anexos, a propostas da empresa:

• Empresa Reobotte Engenharia EIRELI EPP, com sede na Rua José Totorá, nº. 641, Bloco 4ª, Apto 37, Central Parque, Município de Sorocaba/SP, inscrita no CGC/MF sob o nº. 29.507.388/0001-01, neste ato representada por seu representante legal Senhor Cleiber Marques de Oliveira, portador do CPF nº. 202.622.238-05 e RG nº. 27.856.807-5.

2). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC 27 de junho de 2018.

Jeferson Persch Reobotte Engenharia EIRELI EPP
Pregoeiro Empresa

Testemunhas:

Márcio José Storck José Roberto Morandini
CPF nº. 065.997.499-17 CPF nº. 042.342.379-73

Cesar Luiz Majolo
OAB/SC 32.022
Assessoria Jurídica

ANEXO I
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 33/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1247/2018
EMPRESA VENCEDORA:

Empresa Reobotte Engenharia EIRELI EPP, com sede na Rua José Totora, nº. 641, Bloco 4ª, Apto 37, Central Parque, Município de Sorocaba/SP, inscrita no CGC/MF sob o nº. 29.507.388/0001-01, neste ato representada por seu representante legal Senhor Cleiber Marques de Oliveira, portador do CPF nº. 202.622.238-05 e RG nº. 27.856.807-5.

Item	Quant	Unid	DESCRIÇÃO	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
1	400	Unit.	Serviço de limpeza de fossas sépticas com caminhão tanque e destinação corretas dos resíduos	120,00	48.000,00

DECRETO MUNICIPAL Nº. 5193/2018

Publicação Nº 1667766

=====

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

=====

Decreto Municipal nº. 5193/2018 de 27 de junho de 2018.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº. 01247/2018, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Federais nº. 10.520/02, 8.666/93 e suas atualizações;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto Municipal nº. 5120/2018 de 02 de Janeiro de 2.018, sob o Processo de Licitação nº 01247/2018, que tem por objeto Contratação de empresa para prestação de serviço de limpeza e manutenção periódica de Fossas Sépticas para o perímetro urbano do município.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Reobotte Engenharia EIRELI EPP	Serviço de limpeza de fossas sépticas com caminhão tanque e destinação corretas dos resíduos	400,00	48.000,00

Quarenta e oito mil reais	48.000,00
---------------------------	-----------

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto Municipal nº. 4450/2013, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,
aos 27/06/18.
Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 5194/2018

Publicação Nº 1668248

=====

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

=====

Decreto Municipal nº. 5194/2018 de 28 de junho de 2018.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº. 01245/2018, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Federais nº. 10.520/02, 8.666/93 e suas atualizações;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto Municipal nº. 5120/2018 de 02 de Janeiro de 2.018, sob o Processo de Licitação nº. 01245/2018, que tem por objeto Eventual aquisição de brinquedos, almofadas, estantes e computadores para a Biblioteca Municipal.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
2	CB Com. de Livros e Brinq. Boff LTDA	Brinquedo gangorra de plástico rígido no modelo cavalinho de 80,5 cmx28cmx52,5 cm colorido	3	438,00
6	CB Com. de Livros e Brinq. Boff LTDA	Conjunto escolar 1 mesa redonda 1mt de diâmetro x 58 cm de altura, com 6 cadeiras infantis coloridas	1	352,00
4	Vimóveis Comercio de Moveis Ltda	Estante/Prateleira de aço biblioteca dupla face, sem base. Dimensões: 2000 mmx1020 mmx550 mm, estrutura em chapas de 16,18,20 e 22. Com 10 prateleiras reguláveis (5 em cada lado). Capacidade de 60 kg por prateleira. Reforço da estrutura em X com sapatas reguláveis. Pintura eletrostática a pó (tinta híbrida), colorida.	7	4.480,00
5	Vimóveis Comercio de Moveis Ltda	Estante/Prateleira de aço bibliotecária simples, sem base. Dimensões: 2000 mmx1020 mmx550 mm, estrutura em chapas de 16,18,20 e 22. Com 5 prateleiras reguláveis. Capacidade de 60 kg por prateleira. Reforço da estrutura em X com sapatas reguláveis. Pintura eletrostática a pó (tinta híbrida), colorida.	8	2.920,00
3	Ineide Kerkhoff - MEI	Almofadas tamanho 50cmx50cm, tecido 100% poliéster frente e verso com enchimento tecido 100% polipropileno (TNT), fibra siliconada e abertura de zíper	11	313,50
7	Atual Informática e Assistência Técnica LTDA ME	Computador com características mínimas de 08 GB de memória RAM DDR 3 HD de 500 GB processador com 6 MB cache com portas USB frontais (mínimo 2), memória de vídeo de 01 GB mínimo, confecções traseiras HDMI, USB e áudio acompanha teclado USB e mouse optico, com monitor LED com tamanho mínimo de 19 polegadas, resolução máxima 1366x768, brilho 200 cd/m2, contraste 5.000.0001;1, angulo de visão 90°, 65 voltagem bivolt	2	3.160,00
1	Gesul Comercial Ltda EPP	Tatame (tapetes) de E.V.A. de 1mtx1mtx 1,50 Mts, coloridos	5	160,00

Setecentos e noventa reais	790,00
Sete mil e quatrocentos reais	7.400,00
Trezentos e treze reais e cinquenta centavos	313,50
Três mil cento e sessenta reais	3.160,00
Cento e sessenta reais	160,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto Municipal nº. 4450/2013, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,
aos 28/06/18.

Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

55.18 - DEC. CME

Publicação Nº 1667682

Decreto n.º 55/18 de 28.06.2018.

Nomeia Novos Membros para Compor o Conselho Municipal de Educação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro-SC no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº Lei Nº 2364/17 de 12 de dezembro de 2017;

Decreta:

Art. 1. Ficam nomeados os novos membros para compor o Conselho Municipal de Educação, de acordo com a indicação descrita:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:

Titular: Joelma Menegaz

Suplente: Maria Eduarda Muniz Nascimento

Titular: Angelita Aparecida de Souza Vieira

Suplente: Marcele Aparecida Becker Laatsch

II – Representantes dos Professores da rede municipal: Educação Infantil:

Titular: Lucrécia Barbara Heinz da Rosa

Suplente: Adriana Zapelini Capistrano

Ensino Fundamental:

Titular: Schirley Aparecida da Cunha Cabral

Suplente: Ana Carina Broering Gorges

III – Representante dos pais ou responsáveis:

Titular: Bruna Furlan

Suplente: Iara Deucher

IV – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social de Bom Retiro:

Titular: Dulceara Faustino

Suplente: Márcia Denize Schiestl Grudtner

V – Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Bom Retiro:

Titular: Maria Anita Deucher

Suplente: Maria Otilia Kuntze Eger

VI – Representante as Secretaria Municipal de Saúde de Bom Retiro:

Titular: Daniela Mateus

Suplente: Mariza Barbosa

VII – Representante dos Diretores das Unidades Educacionais de Bom Retiro:

Titular: Elisiane de Lins Nabarr

Suplente: Andréa Nascimento Kuhnen

VIII – Representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda de Bom Retiro:

Titular: Marilu de Almeida

Suplente: Ana Paula Chini

IX – Representante do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bom Retiro:

Titular: Fernanda Bollmann Oleskovicz Nunes

Suplente: Sérgio Valdir Hemkmaier

X – Representante das Escolas Privadas de Educação Infantil de Bom Retiro:

Titular: Neide Schiestl Kumm

Suplente: Michelli Paula Polmann Boell

Art. 2. O referido Conselho terá a seguinte diretoria:

PRESIDENTE: Schirley Aparecida da Cunha Cabral

VICE-PRESIDENTE: Lucrécia Barbara Heinz da Rosa

SECRETÁRIA: Joelma Menegaz

Art. 3. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4. Ficam revogadas as disposições em contrário especialmente os Decretos nº 16/2018 de 12 de março de 2018 e Decreto nº 21/2018 de 21 de junho de 2018.

Bom Retiro, 28 de junho de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

MARIA MADALENA SILVEIRA

Resp. Sec. Mun. Administração e Fazenda

56.18 - DEC. NOMEIA MEMBROS C.M. S

Publicação Nº 1667684

DECRETO Nº 56/18 de 28.06.18.

Nomeia Novos Membros para Compor o Conselho Municipal de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro - SC no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 3º da Lei nº 1410/97 de 19 de dezembro de 1997 e Lei 1645/02 de 05 de junho de 2002;

Resolve:

Art. 1º Ficam nomeados os novos membros para compor o Conselho Municipal de Saúde de acordo com a indicação abaixo descrita:

I) Representante do Governo:

Representante da Secretaria de Saúde

Titular: Hiede Maria Carbonera;

Suplente: Sandra Aparecida Coelho de Souza;

Representante da Secretaria de Administração e Fazenda

Titular: Maria Madalena Silveira;

Suplente: Renan Andrigo Bernieri;

II) Representante dos Prestadores de Serviços:

Representante do Hospital Nossa Senhora das Graças

Titular: Edilene Aparecida Rossi;

Suplente: Terezinha Chini;

Representante da Unidade Sanitária de Bom Retiro

Titular: Ana Maria Vendramini Kauling;

Suplente: Daniela Mateus;

III) Representantes dos Profissionais de Saúde:
Titular: Franciele da Cruz Schutz
Suplente: Leonardo Valdoni Boell Junior
Titular: Maria Margarete da Silva Gorges
Suplente: Claudete Aparecida Ribeiro Custódio

IV) Representantes dos Usuários:
Representante da APAE
Titular: Simone Gloriana Marques;
Suplente: Edineia da Cruz Silva;
Representante da APP
Titular: Rosani Cabral Simiano;
Suplente: Rosicleia Rodrigues Schlisting Appel;
Representante do Núcleo de Aprendizagem e Produção Maria Mariano
Titular: Lucia de Fatina Boeira Machado Scotti;
Suplente: Adenir Terezinha Berling;
Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Titular: Verginio Moretti;
Suplente: Pâmela da Cruz Moretti;
Representante do Sindicato Rural
Titular: Milton Graciano Peron;
Suplente: Luiz Fernando Kumm;
Representante da Pastoral da Saúde
Titular: Neide Schiestl Kumm;
Suplente: Enia Mara Moretti Massuchetti;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário especialmente o Decreto n.º 27/17 de 31 de março de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
28 junho de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado
Na data supra.

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Adm. e Fazenda

668.06.18 - P. EXON. FABIANA D. SILVA

Publicação Nº 1667666

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 668/18 de 26.06.18

Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 36 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder Exoneração a servidora Fabiana Duarte da Silva, do Cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, 20 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 602/18 de 23.05.18, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Pré Escolar Capistrano, a contar do dia 25 de junho de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de junho de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

669.06.18 - P. DES. PROF. LARIANE PICKLER

Publicação Nº 1667668

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 669/18 de 26.06.18

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Lariane Pickler, para atuar como Professora 20 horas semanais no Pré Escolar Capistrano, no período de 26 de junho com término no dia 20 de agosto de 2018, em virtude de sua classificação em 2º lugar no Processo Seletivo nº 02/2017 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil – Não Habilitada, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Daniela Meurer Goulart que encontra-se em Licença Prêmio.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de junho de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

670.06.18 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIZABETE W. MATEUS

Publicação Nº 1667670

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 670/18 de 28.06.18

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 20 de junho de 2018, a Funcionária Elizabete Werlich Mateus, ocupante do cargo de Diretor de Departamento – Nível 32, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
28 de junho de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

671.06.18 - P.LIC. MOT. P. FAM. NEIVA R. D. MORETTI
Publicação Nº 1667673

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 671/18 de 28.06.18
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar Lucas Deinani Moretti em consulta médica, no dia 25 de junho de 2018, a funcionária Neiva Regina Deinani Moretti, Ocupante do cargo de Contadora - Padrão I – Nível 09, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
28 de junho de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

672.06.18 - P. LIC. TRAT. SAÚDE NAIARA DEINANI
Publicação Nº 1667676

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 672/18 de 28.06.18
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 25 de junho de 2018, a funcionária Naiara Luci Deinani, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
28 de junho de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

673.06.18 - P.LIC. MOT. P. FAM. PATRICIA M. HOFFMANN

Publicação Nº 1667677

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 673/18 de 28.06.18
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar Pamela Lucia Michels Hoffmann na realização de consulta médica, no dia 25 de junho de 2018, a funcionária Patrícia Michels Hoffmann, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Patrícia Deucher.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
28 de junho de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

EXTRATO CONTRATO 147/2018 E 3º TA CONTRATO 162/2017

Publicação Nº 1667780

Extrato Terceiro Termo Aditivo do Contrato 162/2017

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: Construtora Branger Ltda. ME

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 162/2017, nos termos da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2018. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 30 de junho de 2018. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº162/2017, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Contrato 147/2018 Pregão Presencial 44/2018

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Jose Alvício Melo

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de refeições prontas, tipo “marmiteix”, para atendimento da demanda das Secretarias Municipais.

Valor Total: R\$ 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais).

Bom Retiro, 29 de junho de 2018.

Vilmar Jose Neckel
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL PP 46/2018

Publicação N° 1667985

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N° 46/2018

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 46/2018 para Aquisição de veículo tipo Van, adaptada com rampa hidráulica, 0 km, ano/modelo 2018, com capacidade mínima de 9 lugares. Abertura: 11/07/18 às 14h00min, na Prefeitura de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19. Edital disponível no website: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 29 de junho de 2018.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

EXTRATO DA A.R.P. 30/2018 - MATERIAIS ESCOLARES DIVERSOS

Publicação Nº 1667257

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2018

Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96
Contratada:

MERCADO KMP LTDA ME - CNPJ Nº 22.468.860/0001-97, Situada na Rua 09 de Junho, nº 460, CEP: 88.295-000, bairro centro, cidade de Botuverá/SC, Fone (47)3359-1328, E-mail: mercadoribeirao@hotmail.com

VALOR: R\$ 42.981,95 (Quarenta e Dois Mil e Novecentos e Oitenta e Um reais e Noventa e Cinco Centavos)
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES DIVERSOS
Fundamento Legal: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2018-SRP -SRP.

EXTRATO DE A.R.P. 31/2018 - FILTROS DIVERSOS

Publicação Nº 1667919

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2018

Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96
Contratada:

RISTOW COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, Inscrita no CNPJ: 76.591.858/0001-30, Situada na Av. Dom Joaquim, nº 775, sala 01, bairro Jardim Maluche, CEP: 88.354-026, cidade de Brusque/SC - Fone: (47)3355-9642 – vendas@rcddistribuidora.com

JÚLIO SILVESTRI FILHO ME, CNPJ: 15.608.150/0001-50, Situada na Rua Luiz Magalhães de Medeiros, 1050, sala 01, Humaitá, CEP-88.708-250, Tubarão/SC, fone: (48)3628-0962, e-mail: jslaminas@yahoo.com.br.

TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA, CNPJ-79.905.071/0001-93, Situada na Rua Nossa Senhora do Guadalupe, 122, BR101, Km 201, Barreiros, CEP-88.113-130, São José/SC, fone: (48)3258-2024, e-mail: tratorcomercial@gmail.com

VALOR: R\$ 35.697,00 (Trinta e Cinco Mil e Seiscentos e Noventa e Sete Reais)
Objeto: AQUISIÇÃO DE FILTROS DIVERSOS
Fundamento Legal: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2018-SRP -SRP.

EXTRATO DO CONTRATO 34/2018 MUNICIPIO DIA A DIA EDITORA LTDA

Publicação Nº 1667153

EXTRATO DO CONTRATO 34/2018-MÍDIA IMPRESSA.

Contratante: Município de Botuverá, CNPJ; 83.102.350/0001-96

Contratada: MUNICIPIO DIA A DIA EDITORA LTDA, estabelecida à Rua Felipe Schmidt, 31, Bairro Centro, Brusque- SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 05.700.383/0001-24, CEP: 88350-075, com valor estimado anual de: R\$ 36.250,00 (Trinta e seis mil, duzentos e cinquenta reais)

Objeto: Contratação de Serviços de Mídia Impressa, divulgação em Jornal Local de publicidade institucional oficial.
Fundamentação Legal: Processo Licitatório nº 59/2018, Pregão Presencial nº 42/2018.

Braço do Trombudo

PREFEITURA

PORTARIA 045 2018

Publicação Nº 1667863

PORTARIA Nº 045/2018
Concede Progressão Vertical

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 86, inciso V, da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Progressão Vertical, nos termos do artigo 86 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, aos seguintes profissionais em educação, detentor de cargo efetivo.

Nº	Nome	Carga Horária	Admissão	Cargo e Refer. Anterior	Cargo e Refer. Atual
01	NEZI KOERICH BRUCH	40 hrs	04.05.2015	Professor 01-A	Professor 02-A

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 01.06.2018.

Braço do Trombudo, em 28 de Junho de 2018.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

PORTARIA 046 2018

Publicação Nº 1667879

PORTARIA Nº 046/2018

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 11 da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, e suas alterações, etc....

RESOLVE:

Art.1º- Conceder Função Gratificada, com denominação de FG-06, ao servidor JEAN CARLOS CORREA DA COSTA SCHARF, para responder pela movimentação financeira da Prefeitura, conforme Decreto de nº 040/2018 e Decreto 041/2018.

Art. 2º - Fica revogada a Portaria 040/2018.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 01.06.2018.

Braço do Trombudo, em 28 de Junho de 2018.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

PORTARIA 047 2018

Publicação Nº 1667885

PORTARIA Nº 047/2018

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora MARINA HEIDRICH, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de 23.05.2018 a 15.06.2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 23.05.2018.

Braço do Trombudo, em 28 de Junho de 2018.
Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

PORTARIA 048 2018

Publicação Nº 1667901

PORTARIA Nº 048/2018

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora JOSIANE FATIMA GEMBRO LANG, ocupante do cargo de Professora, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, pelo período de quinze dias a partir de 19/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 19.06.2018.

Braço do Trombudo, em 28 de Junho de 2018.
Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

PORTARIA 049 2018

Publicação Nº 1667891

PORTARIA Nº 049/2018

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, ao servidor JOÃO MEURER, ocupante do cargo de Operador de Trator Agrícola, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, pelo período de quinze dias a partir de 22/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 22.06.2018.

Braço do Trombudo, em 28 de Junho de 2018.
Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

ATA COMISSÃO 49 TP 4 2018

Publicação Nº 1667447

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 4/2018 - TP
	Processo Administrativo: 29/2018 Processo de Licitação: 29/2018 Data do Processo: 08/06/2018
Folha: 1/1	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa para Pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, pavimentação dos passeios em paver e sinalização viária do Beco Júlieos Kanappmann e Beco Primavera, no município de Braço do Trombudo SC, conforme edital e anexos.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 49/2018 (Sequência: 1)

Ao(s) 28 de Junho de 2018, às 08:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 003/2017, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 29/2018, Licitação nº. 4/2018 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI, LZK CONSTRUTORA LTDA, SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- Em seguida ao credenciamento das empresas iniciaram-se os trabalhos, a empresa CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA não tinha representante presente. Considerando que a Empresa Terraplanagem Azza Eireli apresentou decisão judicial que lhe deferiu a recuperação judicial, estando impossibilitada de apresentar as certidões exigidas de acordo com o edital, todos os presentes deliberaram e concordaram em suspender o presente certame até o dia 02/07, às 8h30min, para análise das exigências contidas no parecer jurídico emitido.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Braço do Trombudo, 28 de Junho de 2018

COMISSÃO:

Alair Franz Hein - - Presidente da Comissão de Licitação
Jean Carlos Correa da Costa Scharf - - membro
Daniel Bueno Kurzlop - - membro
Fabio Dalmarco - - membro

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

FLAVIA POLLI - - REP. TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI
CRISTIANE PEIXER - - REP. LZK CONSTRUTORA LTDA
SUZANA BOSSY - - REP. SETEP CONSTRUÇÕES S.A

ATA REGISTRO DE PREÇOS 14 2018

Publicação Nº 1640846

Página: 1/59

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Cordão paralelo 2x4mm (8981)	MTS	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSPAR	0	2,2036	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	3,1983	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELIME (9696)	Megatron	0	4,5000	3
2	Cordão paralelo 2x1,5 (6779)	M	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSPAR	0	1,4059	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	1,4112	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELIME (9696)	Megatron	0	2,0000	3
3	Cordão paralelo 2x2,5 (6780)	M	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSPAR	0	1,6794	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	1,7248	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELIME (9696)	Megatron	0	2,4000	3
4	Cabo de rede RJ 45 (6781)	M	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	FURUKAWA	0	1,9530	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ULTRA CABOX	0	2,1952	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELIME (9696)	Cat5e	0	2,8000	3
5	conector para cabo de rede (14633)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	FURUKAWA	0	3,4577	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ENERBRAS	0	3,1361	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 2/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019							
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Emenda para cabo de rede (12432)		CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Evology	0	5,0000	3
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	FURUKAWA	0	5,4715	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ENERBRAS	0	2,3520	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Megatron	0	7,9000	3
7	Cabo HDMI 10 mts (21905)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ELG	0	65,3159	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ENERBRAS	0	66,6411	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Sanzhe	0	95,0000	3
8	Plafon com soquete de porcelana (14652)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	DECORLUX	0	4,5140	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX FOX	0	4,7041	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	6,1000	3
9	Lâmpada econômica 15 wts (19192)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	G-LIGHT	0	8,3820	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	9,4082	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	11,9000	3
	Lâmpada econômica 20 wts (14640)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	G-LIGHT	0	8,3820	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 3/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	LÂMPADA ECONOMICA 25 W (11351)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	9,4082	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	12,0000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	G-LIGHT	0	9,7499	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	10,9762	2
12	Lâmpada econ. espiral 30 wts (19193)	UND	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	13,9000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	G-LIGHT	0	12,4856	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	14,1122	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	17,9000	3
13	Lâmpada econ. espiral 45 wts (19194)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	G-LIGHT	0	37,9584	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	41,5527	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	55,0000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	G-LIGHT	0	5,6463	1
14	Lâmpada fluorescente 20 wts (6782)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	5,4881	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	7,9000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	G-LIGHT	0	5,6463	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	5,4881	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 4/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Lâmpada fluorescente 40 wts (6783)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	G-LIGHT	0	5,6463	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	5,4881	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	7,9000	3
16	Lâmpada mista 160 wts (6788)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	EMPALUX	0	17,4404	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	10,9762	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	25,0000	3
17	Lâmpada mista 250 wts (6789)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	EMPALUX	0	22,0607	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	12,5442	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	31,8000	3
18	Lâmpada vapor mercúrio 400 wts (6790)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	EMPALUX	0	51,4700	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	58,8009	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	74,9000	3
19	Lâmpada vapor metálica 400 wts (19195)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	EMPALUX	0	51,4700	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	29,7925	2

Página: 5/59

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 28/03/2018		Válido até: 28/03/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

20	Lâmpada econômica cores 26 wts (19196)		CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	74,8000	3
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	G-LIGHT	0	12,6528	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	10,9762	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	18,0000	3
21	Lâmpada tubo led 9 wts (19197)		QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	BRILIA	0	22,5699	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	25,8724	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	32,8000	3
22	Lâmpada tubo led 12 wts (21906)		QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	BRILIA	0	32,1450	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	25,8724	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	46,0000	3
23	Lâmpada bulbo led 30 wts (21923)		QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	BRILIA	0	46,8496	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	53,3129	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	67,8000	3
24	Lâmpada bulbo led40 wts (21924)		QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	BRILIA	0	52,6631	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 6/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Lâmpada bulbo led E 27 10 wts (19199)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	29,7925	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	76,0000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	BRILIA	0	12,6528	1
26	Lâmpada bulbo led E 27 15 wts (19200)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	14,5042	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	17,0000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	BRILIA	0	19,4922	1
27	Lâmpada econômica cores 16 wts (19201)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	20,3843	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	27,9000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	G-LIGHT	0	17,4404	1
28	Lâmpada econ espiral 55 wts (19202)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	11,7602	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	24,9000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	G-LIGHT	0	44,4558	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	50,9608	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	64,0000	3

Página: 7/59

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Lâmpada econ espiral 65 wts (19203)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	G-LIGHT	0	57,7926	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	50,9608	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	83,9000	3
30	Tomada Sobrepor x 20 apm (14642)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ENERBRAS	0	7,8653	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	9,0161	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Tramontina	0	10,8000	3
31	Tomada Sobrepor x 10 apm (19204)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ENERBRAS	0	7,1813	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	8,2321	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Tramontina	0	10,0000	3
32	Tomada embutir 10 apm (14643)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ENERBRAS	0	5,8135	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	6,6641	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Tramontina	0	7,9000	3
33	Tomada embutir 20 amp (14644)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ENERBRAS	0	6,1554	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	7,0561	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 8/59

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 28/03/2018		Válido até: 28/03/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	Interruptor 1 fecla sistema X (6816)	UND	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Tramontina	0	8,0000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ENERBRAS	0	5,4715	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	6,2721	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Tramontina	0	7,0000	3
35	Interruptor + tomada sobrepor x 10 amp (14645)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ENERBRAS	0	5,4715	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	6,2721	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Tramontina	0	7,7400	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ENERBRAS	0	9,0432	1
36	Interruptor + tomada embutir 10 amp (14646)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	10,1922	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Tramontina	0	12,6500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ENERBRAS	0	9,0432	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	10,1922	2
37	Tomada dupla sobrepor x 10 amp (14647)	UND	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Tramontina	0	12,8500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ENERBRAS	0	9,0432	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	10,1922	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Tramontina	0	12,8500	3
38	Tomada dupla embutir 10 amp (14648)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ENERBRAS	0	9,0432	1

Página: 9/59

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
39	Interruptor duplo sobrepor x (14649)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	10,1922	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Tramontina	0	13,1000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ENERBRAS	0	9,0432	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	10,1922	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Tramontina	0	12,7800	3
40	Interruptor duplo embutir (14650)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ENERBRAS	0	9,0432	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	10,1922	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Tramontina	0	12,6500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ENERBRAS	0	2,2038	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	2,3520	2
41	Placa modular 4x2 (14691)	UND	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Tramontina	0	3,2500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ENERBRAS	0	5,2435	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	6,2721	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Safira	0	7,9500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ENERBRAS	0	7,9500	3
42	Tomada modular 10 amp (14692)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	7,9500	3
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Tramontina	0	7,9500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ENERBRAS	0	7,9500	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	7,9500	3
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Tramontina	0	7,9500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 10/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019						
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
43	Tomada modular 20 amp (14693)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ENERBRAS	0	5,2815
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	6,2721
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Tramontina	0	7,9200
44	Interruptor modular (14694)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ENERBRAS	0	5,2435
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	6,2721
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Tramontina	0	8,1100
45	Canaleta 20x10 com fita adesiva (14651)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ENERBRAS	0	4,4836
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	5,4881
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Tramontina	0	6,7000
46	Conexão para canaleta (11793)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ENERBRAS	0	1,1399
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	1,7248
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Tramontina	0	2,2000
47	Canaleta ventilada 30x30 (14670)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	DUTOPLAST	0	21,5440
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	19,6003

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 11/59

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 28/03/2018		Válido até: 28/03/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
48	Canaleta 20x40 2,20mts (6799)	UND	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Tramontina	0	31,2500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ENERBRAS	0	19,4922	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	11,7602	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Tramontina	0	27,9400	3
49	Pino para extensão 2p + t 20 amp (14654)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	F.C	0	4,2784	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ME TRONIC	0	4,8609	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Fame	0	5,9500	3
50	Pino adaptador (T) (7939)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	F.C	0	5,6463	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	6,2721	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Fame	0	8,2000	3
51	Pino para extensão 2p+t 10 amp (14655)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	F.C	0	4,2784	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	4,7041	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Fame	0	6,2000	3
52	Pino fema para extensão 2p + t 20amp (14656)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	F.C	0	4,2784	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	4,7041	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Fame	0	6,2000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 12/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	Pino fêmea para extensão 2p + t 10 amp (14657)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	4,7041	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Fame	0	6,1500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	F.C	0	4,1036	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	4,7041	2
54	Pino para extensão 2p (19205)	UND	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Fame	0	5,7000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	F.C	0	4,1036	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	3,9201	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Fame	0	6,8500	3
55	Pino fêmea para extensão 2p (19206)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	F.C	0	4,1036	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	4,7041	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Fame	0	6,9000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CIMFLEX	0	1,0259	1
56	Mangueira corrugada 1 (8988)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	1,1760	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Tigre	0	1,4000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 13/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
57	Mangueria corrugada ¾ reforçada (14659)	M	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CIMFLEX	0	0,6839	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	0,7840	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Tigre	0	0,9500	3
58	Mangueria trançada multiuso (6831)	M	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	MANTAC	0	3,0777	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	2,3520	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Tigre	0	3,9500	3
59	Conector de porcelana 2 polos 10 mm (14660)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	GERMER	0	4,1036	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ENERBRAS	0	4,7041	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	ELETROAQUI	0	5,9200	3
60	Roldana de porcelana (14661)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	GERMER	0	4,1036	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ENERBRAS	0	3,1361	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CELSUS	0	5,8800	3
61	ISOLADOR OLHAL (428)	PC	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	GERMER	0	4,1036	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ENERBRAS	0	3,1361	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 14/59

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 28/03/2018		Válido até: 28/03/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
62	Abraçadeira tipo U ¾ (14662)	UND	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	PEPA	0	5,7600	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	INBRAPE	0	0,8207	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	0	0,7840	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	ZAMAR	0	1,1500	3
63	Abraçadeira tipo cunha ¾ (14663)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	INBRAPE	0	0,6839	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	0	0,7840	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	ZAMAR	0	0,9500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	HELLERMAN	0	8,8912	1
64	Abraçadeira de nylon 20x2,5mm (14658)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	10,1922	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	ZAMAR	0	12,5500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	DECORLUX	0	4,1036	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ENERBRAS	0	4,7041	2
65	Soquete de porcelana (14664)	UND	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	LEROK MERIN	0	5,8500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ILUMI	0	25,9886	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ENERBRAS	0	4,7041	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	LEROK MERIN	0	5,8500	3
66	Cx montada c/ tomada e disjuntor (14665)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ILUMI	0	25,9886	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ENERBRAS	0	4,7041	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	LEROK MERIN	0	5,8500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	HELLERMAN	0	8,8912	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 15/59

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 28/03/2018		Válido até: 28/03/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
67	Cx provisória padrão (14666)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	28,2245	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TIGRE	0	37,0000	3
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	TAF	0	26,1643	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TAF	0	27,4404	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TIGRE	0	37,5000	3
68	Campainha cigarra embutir (14667)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	FAME	0	21,8860	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	14,1122	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	FAME	0	31,0000	3
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	FAME	0	22,0607	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	14,1122	2
69	Campainha cigarra sobrepor (14668)		CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	FAME	0	31,0000	3
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	FAME	0	22,0607	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	14,1122	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	FAME	0	31,2000	3
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	FAME	0	5,8135	1
70	Interruptor de campainha (17200)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	4,7041	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	FAME	0	7,9800	3
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	FAME	0	5,8135	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	4,7041	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	FAME	0	7,9800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 16/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019						
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
71	Placa oega 4x2 (14676)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ENERBRAS	0	1,7098
72	Exaustor residencial 25 cm (14676)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	1,5680
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	LUX2	0	2,1000
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	VENTISOL	0	119,6888
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TRON	0	121,5219
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Ventisol	0	174,2000
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	VENTISOL	0	123,1085
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TRON	0	129,3621
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TROM	0	179,6000
73	Exaustor industrial 30 cm (14677)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	VENTISOL	0	133,3675
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TRON	0	137,2022
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TROM	0	194,3000
74	Exaustor industrial 40 cm (8967)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	VENTISOL	0	12,3108
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TRON	0	14,1122
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TROM	0	
75	Resistência para chuveiro 7.700 wts (14695)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	HYDRA	0	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HYDRA	0	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 17/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019							
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
76	Torneira elétrica de bancada (14678)		CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	LORENZETTI	0	17,4000	3
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	HYDRA	0	133,3675	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HYDRA	0	152,8824	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	LORENZETTI	0	193,6000	3
77	Ventilador de teto c/ lâmpada (14679)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	VENTISOL	0	111,1396	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VENTISOL	0	125,4420	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	VENTISOL	0	161,4000	3
78	Ventilador teto c/ luz (8966)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	VENTISOL	0	110,1137	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TRON	0	94,0815	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	VENTISOL	0	160,2000	3
79	Ventilador de parede 60cm (14680)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	VENTISOL	0	170,9840	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TRON	0	188,1630	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	VENTISOL	0	249,1500	3
80	Chave para ventilador embutir 3 velocidades (19207)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	VENTISOL	0	24,9637	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 18/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
81	Chave para ventilador embutir deslizante (14672)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VENTISOL	0	28,2245	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	VENTISOL	0	36,3000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	TRIO	0	24,9637	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VENTISOL	0	20,3843	2
82	Spot aletado nylon c/01 lâmpada (14681)	UND	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	VENTISOL	0	36,1000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	LUZON	0	11,9689	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MANPLEX	0	6,6641	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	STARTEC	0	17,3000	3
83	Spot aletado nylon c/ 02 lâmpada (14682)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	LUZON	0	18,4663	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MANPLEX	0	9,8002	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	STARTEC	0	26,8500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	REITZ	0	19,1502	1
84	Cantoneira 6x8 (14683)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	6,2721	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	GERDAO	0	27,6500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 19/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	Cantoneira 8x10 (14684)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	REITZ	0	6,1554	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	5,4881	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	GERDAO	0	8,4500	3
86	Luminária de emergência 2x6wts (7942)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	AVANT	0	27,3574	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SEGURIMAX	0	31,3605	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	39,1000	3
87	Placa de saída luminosa (14685)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ZEUS DO BRZ	0	56,4247	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SEGURIMAX	0	64,6810	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Segurimax	0	81,8000	3
88	Luminária de emergência 2x55 (14686)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	AVANT	0	241,0874	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SEGURIMAX	0	274,4044	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	351,4000	3
89	Caixa de luz universal 4x2 (14687)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	AMANCO	0	1,3679	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	0	1,5680	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 20/59

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 28/03/2018		Válido até: 28/03/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
90	Parafuso chip 4,0 x50 (14688)	UND	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TRAMONTINA	0	1,9500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CISER	0	0,0684	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	REX	0	0,0784	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	PHILIPS	0	0,0900	3
91	Parafuso chip 3,0 x30 (14689)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CISER	0	0,1368	1
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	PHILIPS	0	0,1500	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	REX	0	0,1568	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CISER	0	0,2052	1
92	Parafuso chip 5,0 x 70 (16779)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CISER	0	0,2052	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	REX	0	0,2352	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	PHILIPS	0	0,2600	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	SODIAL	0	8,8912	1
93	Silicone 280 gramas (7231)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	SODIAL	0	8,8912	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	AFX	0	10,1922	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TYTAN	0	12,7500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	AMANCO	0	1,3679	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 21/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019						
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
95	Eletroduto ¾ (14698)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	0	1,5880
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TRAMONTINA	0	1,9400
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	MASSTER	0	4,1036
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORTUBOS	0	4,7041
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TIGRE	0	5,8000
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	MASSTER	0	5,4715
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORTUBOS	0	6,2721
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TIGRE	0	7,8800
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	MASSTER	0	1,3679
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORTUBOS	0	1,5680
96	Eletroduto 1 (14699)		CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TIGRE	0	1,9200
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	MASSTER	0	1,7098
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORTUBOS	0	1,9600
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TIGRE	0	2,4500
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	MASSTER	0	1,3679
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORTUBOS	0	1,5680
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TIGRE	0	1,9200
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	MASSTER	0	1,7098
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORTUBOS	0	1,9600
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TIGRE	0	2,4500
97	Curva eletroduto ¾ 180 graus (14700)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	0	1,5880
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TRAMONTINA	0	1,9400
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	MASSTER	0	4,1036
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORTUBOS	0	4,7041
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TIGRE	0	5,8000
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	MASSTER	0	5,4715
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORTUBOS	0	6,2721
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TIGRE	0	7,8800
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	MASSTER	0	1,3679
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORTUBOS	0	1,5680
98	Curva eletroduto 1 - 180 graus (14701)		CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TIGRE	0	1,9200
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	MASSTER	0	1,7098
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORTUBOS	0	1,9600
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TIGRE	0	2,4500
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	MASSTER	0	1,7098
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORTUBOS	0	1,9600
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TIGRE	0	2,4500
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	MASSTER	0	1,7098
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORTUBOS	0	1,9600
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TIGRE	0	2,4500

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 22/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
99	Cordão de led 200 leds (14702)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	G-LIGHT	0	54.7149	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGHT	0	58.8009	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	MEGRATON	0	79.3000	3
100	Cordão de led 100 leds (14703)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	G-LIGHT	0	30.0932	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGHT	0	34.4966	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	MEGRATON	0	43.2000	3
101	Cordão de micro lâmpada 100 lâmpada (14704)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	G-LIGHT	0	18.4663	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGHT	0	13.3282	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TASCHIBRA	0	26.1500	3
102	Paraf+armação plástica (14705)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	TECNOPLAST	0	8.3820	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TAF	0	6.2721	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	PHILIPS	0	12.1000	3
103	Ducha eletrônica 7.700 wts (14706)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	HYDRA	0	76.9428	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HYDRA	0	82.3213	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 23/59

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 28/03/2018		Válido até: 28/03/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Brago do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

104	Chuveiro 4 temperaturas (11678)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	HYDRA	0	111,6000	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	43,1207	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Lorenzetti	0	54,8000	3
105	Haste para chuveiro (14709)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	HYDRA	0	5,8135	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	6,2721	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	LORENTINA	0	8,3000	3
106	Fita veda rosca 10x18 (14710)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	AMANCO	0	1,7098	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	1,9600	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TIGRE	0	2,4500	3
107	Fita isolante 10 metros branca (14711)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	VONDER	0	2,7357	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	3,1361	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TIGRE	0	3,8500	3
108	Cabo multiplexado duplex 10mm (7950)	M	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSPAR	0	2,2266	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 24/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
109	Cabo multiplexado quadripex 10mm (14696)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORFIO	0	2.5088	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	SAMZHE	0	3.1300	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSOAR	0	5.1295	1
110	Cabo multiplexado quadripex 16mm (14697)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORFIO	0	4.3121	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	SAMZHE	0	7.3300	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSPAR	0	11.6269	1
111	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORFIO	0	10.1922	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	SAMZHE	0	16.5500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSPAR	0	5.1295	1
112	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	4.3121	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	SAMZHE	0	6.5700	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSPAR	0	10.6010	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	9.0161	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	SAMZHE	0	14.9500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 25/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
113	Cabo P.P 2x1,5mm (7967)	M	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSPAR	0	1,6110	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	1,8032	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	SANZHE	0	2,2000	3
114	Cabo P.P 2x2,5mm (7968)	M	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSPAR	0	2,2950	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	2,5872	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	SANZHE	0	3,1500	3
115	Cabo P.P 3x2,5mm (7969)	M	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSPAR	0	4,2784	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	2,7440	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	SANZHE	0	5,9700	3
116	Fio flexível 1,5mm (6774)	M	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSPAR	0	0,5168	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORFIO	0	0,5880	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	COBRECOM	0	0,6000	3
117	Fio flexível 2,5mm (6775)	M	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSPAR	0	0,7903	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORFIO	0	0,9016	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 26/59

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 28/03/2018		Válido até: 28/03/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
118	Fio flexível 4,0mm (6776)		CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	COBRECOM	0	1,0800	3
		M	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSPAR	0	1,2311	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORFIO	0	1,4112	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	COBRECOM	0	1,7000	3
119	Fio flexível 6,0mm (6777)		QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSPAR	0	1,9150	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORFIO	0	2,1952	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	COBRECOM	0	2,6000	3
		M	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSPAR	0	1,9150	1
120	Fio flexível 10,0mm (6778)		QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSPAR	0	3,2829	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORFIO	0	3,7633	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	COBRECOM	0	4,6500	3
		M	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSPAR	0	3,2829	1
121	Fio sólido 1,5mm (8976)		QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSPAR	0	0,5168	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORFIO	0	0,5880	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	COBRECOM	0	0,6800	3
		MTS	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSPAR	0	0,5168	1
122	Fio sólido 2,5mm (8977)		QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSPAR	0	0,7903	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORFIO	0	0,5880	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	COBRECOM	0	0,6800	3
		MTS	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSPAR	0	0,7903	1

Página: 27/59

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
123	Fio sólido 4mm (8978)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORFIO	0	0,9016	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	COBRECOM	0	1,0500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSPAR	0	1,2311	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORFIO	0	1,4112	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	COBRECOM	0	1,7000	3
124	Fio sólido 6mm (8979)	M	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSPAR	0	1,9150	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORFIO	0	2,1952	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	COBRECOM	0	2,7000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSPAR	0	3,2829	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORFIO	0	3,5281	2
125	Fio sólido 10mm (8980)	MTS	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	COBRECOM	0	4,6500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSPAR	0	1,0259	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORFIO	0	1,1760	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	COBRECOM	0	1,3300	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	TASCHIBRA	0	1,0259	1
126	Starter 20 wts (6784)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TASCHIBRA	0	1,1760	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	1,3300	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	TASCHIBRA	0	1,0259	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 28/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
127	Starter 40 wts (6785)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	TASCHIBRA	0	1,0259	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TASCHIBRA	0	1,1760	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	1,4000	3
128	Reator eletrônico 20wts (6793)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	INTRAL	0	17,7823	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROG	0	17,2483	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	25,8000	3
129	Reator eletrônico 40wts (6794)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	INTRAL	0	17,7823	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROG	0	17,2483	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	25,9500	3
130	Reator eletrônico 2x20 wts (6796)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	INTRAL	0	24,6217	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROG	0	17,2483	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	35,8500	3
131	Reator eletrônico 2x40 wts (6796)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	INTRAL	0	28,7253	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROG	0	21,9524	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 29/59

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 28/03/2018		Válido até: 28/03/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
132	Disjuntor Trifásico 40 amp (19208)	UND	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	41,7500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	STECK	0	65,9998	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	75,6572	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	DIN	0	96,2500	3
133	Disjuntor Trifásico 50 amp (19209)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	STECK	0	65,9998	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	75,6572	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	DIN	0	96,3500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	STECK	0	31,1191	1
134	Disjuntor Din tripolar 32 amp (14673)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	33,7125	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	DIN	0	45,1500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	STECK	0	31,1191	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	75,6572	2
135	Disjuntor Din tripolar 25 amp (14674)	UND	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	DIN	0	45,1500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	STECK	0	31,1191	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	29,7925	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	DIN	0	45,2500	3
136	Disjuntor nema 15/20/30 amp (6800)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	SOPRANO	0	8,5492	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 30/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
137	Disjuntor din 10/16/32 amp (14712)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	9,4082	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	DIN	0	12,3000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	STECK	0	8,2072	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	9,4082	2
138	Disjuntor nema 35/40/50 amp (6802)	UND	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	DIN	0	11,4500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	SOPRANO	0	12,3108	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	14,1122	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	DIN	0	17,6500	3
139	Soquete fixo (6803)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	DECORLUX	0	2,7357	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX FUX	0	3,1361	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TRAMONTINA	0	3,7500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	DECORLUX	0	2,7357	1
140	Soquete pendente (6804)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX FUX	0	3,1361	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TRAMONTINA	0	3,9500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 31/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
141	Torneira elétrica articulada (6811)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	SINTEX	0	126.5282	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HYDRA	0	113.6818	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	HYDRA	0	183.9000	3
142	Abraçadeira de pressão (6812)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	METALMATR0	0	1.3679	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	0	1.5680	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	ZAMAR	0	1.8000	3
143	Caixa para 01 disjuntor sobrepor (6813)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	FAME	0	5.4715	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	6.2721	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	DIN	0	7.5000	3
144	Caixa para 03 disjuntor sobrepor (6814)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	FAME	0	15.0466	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	17.2483	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	DIN	0	21.8500	3
145	FITA ISOLANTE 10 M (2020)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	VONDER	0	9.4079	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	3.9201	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 32/59

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 28/03/2018		Válido até: 28/03/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Brago do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

146	Luminária 2x40 completa (6817)	UND	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TIGRE	0	13,2500	3
				G-LIGHT	0	45,4817	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TASCHIBRA	0	32,1445	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TASCHIBRA	0	66,1000	3
147	Luminária 2x20 completa (6818)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	G-LIGHT	0	38,6424	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TASCHIBRA	0	29,0085	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	56,3200	3
148	Luminária 1x40 completa (6819)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	G-LIGHT	0	38,6424	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TASCHIBRA	0	27,4404	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	56,4000	3
149	Luminária 1x20 completa (6820)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	G-LIGHT	0	31,8030	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TASCHIBRA	0	24,3044	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Taschibra	0	45,9500	3
150	Pino para extensão (6821)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	F.C	0	2,7357	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 33/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
151	Pino fêmea para extensão (6822)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	3,1361	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	FAME	0	3,8000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	F.C	0	4,1036	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	4,7041	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	FAME	0	5,5500	3
152	Tomada fone sobrepor (6823)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	F.C	0	4,4456	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	5,0961	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Leroy Merlin	0	6,3000	3
153	Luminária para poste com braço (6825)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	OLIVO	0	42,7460	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	OLUPE	0	25,0884	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	OLIVO	0	62,1500	3
154	Refletor led 50 wts RGB (21907)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	OLIVO	0	172,6938	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MUNDILUX	0	156,0185	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	BLUMENAU	0	251,3000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 34/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
155	Refletor led 50 wts (21908)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	OLIVO	0	131,6577	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MUNDILUX	0	125,4420	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	BLUMENAU	0	191,2000	3
156	Refletor led 30 wts RGB (21909)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	OLIVO	0	113,8753	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MUNDILUX	0	98,7856	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	BLUMENAU	0	165,8000	3
157	Refletor 250 wts (6626)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	OLIVO	0	28,3833	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MUNDILUX	0	24,3044	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	BLUMENAU	0	40,8500	3
158	Refletor 10 amp led verde (19210)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	TASCHIBRA	0	53,1798	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MUNDILUX	0	37,6326	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	BLUMENAU	0	77,4500	3
159	Refletor 10 amp led branco (19211)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	TASCHIBRA	0	49,7601	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MUNDILUX	0	37,6326	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 35/59

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 28/03/2018		Válido até: 28/03/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Brago do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

160	Filtro de linha 5 saídas (6827)	UND	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	BLUMENAU	0	71,4900	3
				F.C	0	21,5440	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROG	0	21,1683	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	Força Line	0	31,3000	3
161	Bomba submersa 975 wts 1 pol. (6828)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	JS BOMBAS	0	202,7870	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PR	0	232,0677	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	AGROTAMA	0	295,3000	3
162	Resistência para torneira elétrica 4400 wts (6829)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	HYDRA	0	11,6269	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	YHDRA	0	13,3282	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	HYDRA	0	16,8000	3
163	Resistência para chuveiro 5400 wts (6830)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	HYDRA	0	11,6269	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LORENZETTI	0	13,3282	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	LORENZETTI	0	16,8500	3
164	Base para rele (14707)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	DREIK	0	7,5233	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 36/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
165	Foto célula (11108)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ILUMATIC	0	8,6241	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	ILUMATEC	0	10,8500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	EXATRON	0	51,2952	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ILUMATIC	0	58,8009	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	QUALITRONIX	0	74,3000	3
166	Rele fotodétrico com base (6832)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	DREIK	0	57,1087	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	EXATRON	0	26,2644	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	EXATRON	0	82,1500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	INTELI	0	8,5492	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INTELI	0	7,8401	2
167	Haste terra 1 metro (7210)	UND	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	INTELI	0	12,3500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	INTELI	0	2,9105	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INTELI	0	2,3520	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	INTELI	0	4,1500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	INTELI	0		
168	Pressão p/ haste terra (7941)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INTELI	0		
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	INTELI	0		
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	INTELI	0		
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INTELI	0		
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	INTELI	0		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 37/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019						
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
169	Chuveiro elétrico 700W (7943)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	LORENZETTI	0	75,2330
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	YHDRA	0	82,3213
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	LORENZETTI	0	108,9000
170	Roldana PVC 3øx36 (7944)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	MAVEL	0	0,3420
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX FUX	0	0,3920
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CELSUS	0	0,4200
171	Filtro de linha ADSL (7945)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	F.C	0	8,2072
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX FUX	0	9,4082
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	PEDABLE	0	11,8000
172	Fita crepe 50x50 (7208)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	3M	0	6,4974
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ADERE	0	7,4481
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	3M	0	9,3500
173	FIO TELEFONE FE 100 (424)	M	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	F.C	0	0,6839
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	0,7840

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 38/59

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 28/03/2018		Válido até: 28/03/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
174	Caixa Luz PVC 2x4 (7948)	UND	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	MULTITOC	0	0,9000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	AMANCO	0	1,3679	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	0	1,5680	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TUBOLINE	0	1,8600	3
175	Cabo Coaxial (7949)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	MACROCABO	0	1,3679	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	0,7840	2
176	Sensor de presença (7951)	UND	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	MEGATRON	0	1,9400	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	EXATRON	0	32,4870	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX FOX	0	32,9285	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	FORCI LINE	0	47,1000	3
177	Reator vapor mercúrio 400wts (7952)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	DEMAPE	0	63,6060	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROG	0	69,7771	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	INTRAL	0	92,1500	3
178	Eleto-bola 15 amperes (7953)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	SCHNEIDER	0	29,7512	1

Página: 39/59

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
179	Temporizador digital (7954)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KITS BRASIL	0	33,7125	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	INTECH	0	42,7500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	EXATRON	0	46,5076	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX LUX	0	53,3129	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	FOX LUX	0	67,1000	3
180	Grampo fixa fio (7955)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	MAVEL	0	1,3679	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	RIBEIRO	0	1,1760	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CRUZE	0	1,8500	3
181	Mangueira luminosa led (7957)	M	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	G-LIGHT	0	7,5233	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGHT	0	8,6241	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	INDUSPAR	0	11,3600	3
182	Cabo de força para mangueira luminosa led. (14713)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	G-LIGHT	0	12,6528	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGHT	0	14,1122	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	INDUSPAR	0	18,1200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 40/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
183	Guirlanda elétrica rena de led 67x58 (21910)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	LUZ E FORMA	0	58,1346	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGHT	0	66,6411	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TASCHIBRA	0	84,0000	3
184	Guirlanda elétrica estrela cadente 67x58 (21911)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	LUZ E FORMA	0	58,1346	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGHT	0	66,6411	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TASCHIBRA	0	84,2500	3
185	Guirlanda elétrica estrela 61x51 (21912)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	LUZ E FORMA	0	58,1346	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGHT	0	66,6411	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TASCHIBRA	0	90,2500	3
186	Conjunto tipo cortina 200 leds (21913)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	G-LIGHT	0	62,2382	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGHT	0	71,3451	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TASCHIBRA	0	90,2300	3
187	Conjunto tipo cortina 400 leds (21914)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	G-LIGHT	0	84,1241	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGHT	0	96,4335	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 41/59

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 28/03/2018		Válido até: 28/03/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
188	Conjunto de 100 leds com cerca de folhagem 40cmx2metros (21915)	UND	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TASCHIBRA	0	122,6000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	LUZ E FORMA	0	56,7667	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGHT	0	65,0730	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TASCHIBRA	0	82,6000	3
189	Conjunto de 200 leds com cerca de folhagem 1,2x2 metros (21916)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	LUZ E FORMA	0	80,0205	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGHT	0	91,7295	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TASCHIBRA	0	116,4000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	SODAL	0	12,6528	1
190	Espuma expansiva 400gr (7182)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	AFIX	0	12,5442	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	HAUSER	0	18,1500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	MASSTER	0	4,4456	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORTUBOS	0	3,1361	2
191	ELETRODUTO PVC 3/4 (419)	PC	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TIGRE	0	6,3200	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	MASSTER	0	5,8135	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MASSTER	0	5,8135	1
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	MASSTER	0	5,8135	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 42/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
193	Caixa para medidor trifásico (7963)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORTUBOS	0	4,7041	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TIGRE	0	8,2000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	TAF	0	68,3936	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	OLUPE	0	43,1207	2
194	Conector porcelana 10mm (7965)	UND	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	97,0000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	GERMER	0	3,9364	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ENERBRAS	0	3,1361	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	5,6800	3
195	Extensão cabo P.P. 2x1mm 10mt (7966)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	F.C	0	18,4663	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROG	0	19,6003	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	26,5000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	GERMER	0	3,9364	1
196	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ENERBRAS	0	3,1361	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	5,6000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 43/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
197	Cinta inox 1mt (14714)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	NEOFER	0	2.8041	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCESA	0	3.1361	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	3.9000	3
198	Presilha para cinta inox (7974)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	NEOFER	0	0,9043	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCESA	0	0,7840	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	1,1500	3
199	Tubo galvanizado NBR 5598 6mt (14715)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ZETONE	0	169,6161	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	USMINAS	0	117,6019	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	247,0000	3
200	Fita auto fusão 10 mts (7478)	PC	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	PRYSMAN	0	11,6269	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0	13,3282	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	16,8000	3
201	Abracadreira de nylon 200x3,6 (19247)	SC	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	HELLERMAN	0	9,9171	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	11,3682	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 44/59

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 28/03/2018		Válido até: 28/03/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
202	Lâmpada par 20 colorida 50 wts (8959)		CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	14,2000	3
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	TASCHIBRA	0	18,4663	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TASCHIBRA	0	11,7602	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	26,3000	3
203	Alça pré-formada (8961)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ONIX	0	3,9668	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOA	0	3,1361	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	5,2500	3
204	Bucha plástica 6mm (8963)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	TECNOPLAST	0	0,0380	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ENERBLU	0	0,0392	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	0,0400	3
205	Bucha plástica 8mm (8964)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	TECNOPLAST	0	0,0532	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ENERBLU	0	0,0627	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	0,0750	3
206	Bucha plástica 10mm (8965)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	TECNOPLAST	0	0,0684	1

Página: 45/59

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
207	Extensão cabo pp 3 metros (8968)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ENERBLU	0	0,0784	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	0,0900	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	F.C	0	9,5751	1
208	Extensão cabo pp 5 metros (8969)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROG	0	10,9762	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	13,1000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	F.C	0	15,0466	1
209	Isolador olhal de porcelana (8971)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROG	0	14,1122	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	21,1500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	GERMER	0	4,1036	1
210	Soquete fixo de porcelana curvo (8972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERMER	0	3,1361	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	5,4500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	GERMER	0	4,6204	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERMER	0	3,1361	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	6,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 46/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
211	Caixa de alternamento pequena (8973)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	TIGRE	0	5,8135	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CEMAR	0	6,2721	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	8,3000	3
212	Haste terra padrão celeesc (8974)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	INTELI	0	46,8496	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCESA	0	53,3129	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	68,1500	3
213	Conector para haste padrão celeesc (8975)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	INTELI	0	9,9171	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCESA	0	10,1922	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	14,2500	3
214	Rele termico JRS 12,5z (21918)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	WEG	0	81,0464	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	JNG	0	92,5135	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	117,0000	3
215	Rele termico JRS 25z (21919)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	WEG	0	81,0464	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	JNG	0	92,5135	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 47/59

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 28/03/2018		Válido até: 28/03/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
216	Rele falta de fase com neutro 380v (21920)		CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	117,1500	3
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	WEG	0	81,0464	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	JNG	0	92,5135	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	117,2500	3
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	WEG	0	2.291,1854	1
217	Inversor de frequência 2 cv 380 ttrf (21921)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	WEG	0	2.508,8401	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	3.320,0000	3
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	WEG	0	2.906,7278	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	WEG	0	3.057,6489	2
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CLIMAR	0	4.222,0000	3
218	Inversor de frequência 3 cv 380 ttrf (21922)		CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	81,0464	1
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	WEG	0	92,5135	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CLIMAR	0	116,3000	3
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	WEG	0	99,1707	1
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)				
219	Contador de potência 1-16A (8982)		CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	81,0464	1
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	JNG	0	92,5135	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CLIMAR	0	116,3000	3
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	WEG	0	99,1707	1
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)				
220	Disjuntor motor 6-10 amp (19212)		CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	81,0464	1
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	JNG	0	92,5135	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CLIMAR	0	116,3000	3
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	WEG	0	99,1707	1
		UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)				

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 48/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
221	Contador de potencia 1-12A (19213)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	JNG	0	113,6818	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	142,0000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	WEG	0	81,0464	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	JNG	0	92,9055	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	117,2000	3
222	Chave estrela triangula 40 amp (19214)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	MARGIRIUS	0	79,3366	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	JNG	0	90,9455	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	115,6000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	MARGIRIUS	0	79,3366	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	JNG	0	90,9455	2
223	Chave de reversão (19215)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	MARGIRIUS	0	79,3366	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	JNG	0	90,9455	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	115,7500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	MARGIRIUS	0	83,7822	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	JNG	0	95,6495	2
224	Chave de reversão rotativa 40 amp (19216)	UND	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	121,2000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 49/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
225	Chave Interruptora 30amp (19217)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	MARGIRIUS	0	83,7822	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	JNG	0	95,6495	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	121,2500	3
226	Chave estrela triângula 30 amp (19218)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	MARGIRIUS	0	83,7822	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	JNG	0	76,8332	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	121,3000	3
227	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	MARGIRIUS	0	83,7822	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	JNG	0	76,8332	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	121,4500	3
228	Chave bipolar liga e desliga 10 amp (8970)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	MARGIRIUS	0	59,5024	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	JNG	0	68,2091	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	86,2500	3
229	Capacitor para ventilador 2 fios (8987)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	VENTISOL	0	6,8394	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	JNG	0	7,8401	2

Página: 50/59

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 28/03/2018		Válido até: 28/03/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

230	Poste padronizado 6 metros (14653)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CLIMAR	0	9.9000	3
				CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)			
				POSTES IND ^A	0	222.2792	1
				FRONZA	0	250.8840	2
				GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			
				CLIMAR	0	324.8000	3
				CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)			
231	Poste padronizado 7 mts (6805)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	POSTES IND ^A	0	256.4760	1
				FRONZA	0	290.0846	2
				GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			
				CLIMAR	0	374.0000	3
				CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)			
232	Poste padronizado 8 mts (6806)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	POSTES IND ^A	0	307.7712	1
				FRONZA	0	329.2853	2
				GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			
				CLIMAR	0	449.6000	3
				CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)			
233	Poste com 1caixa, monofásica 7m/100DAN. (17194)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	JOWARTE	0	1.299.4783	1
				FRONZA	0	1.489.6238	2
				GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			
				CLIMAR	0	1.898.0000	3
				CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)			
234	Poste com 1caixa, polifásica 8m/150DAN. (17195)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	JOWARTE	0	1.436.2655	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 51/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
235	Serviço de mão-de-obra elétrica para manutenção de edificações (19219)	HORA	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FRONZA	0	1.646,4263	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	2.097,0000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	QUARK	0	30,3972	1
236	Instalação ar cond. Split 9000 btus (19220)	Serv	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILLO INST.E	0	31,3605	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	39,2000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	QUARK	0	239,3776	1
237	Instalação ar cond. Split 12000 btus (19221)	Serv	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILLO INST.E	0	235,2038	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	344,0000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	QUARK	0	288,7730	1
238	Instalação ar cond. Split 18000 btus (19222)	Serv	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILLO INST.E	0	274,4044	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	377,0000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	QUARK	0	303,9715	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILLO INST.E	0	313,6050	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	494,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 52/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
239	Instalação ar cond. Split 24000 btus (19223)	Serv	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	QUARK	0	384,7658	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILO INST.E	0	352,8056	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	477,0000	3
240	Recarga de gás para ar cond Split 9000 btus (19224)	Serv	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	QUARK	0	151,9858	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILO INST.E	0	141,1223	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	199,0000	3
241	Recarga de gás para ar cond Split 12000 btus (19225)	Serv	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	QUARK	0	151,9858	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILO INST.E	0	141,1223	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	199,0000	3
242	Recarga de gás para ar cond Split 18000 btus (19226)	Serv	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	QUARK	0	189,9822	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILO INST.E	0	196,0031	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	248,0000	3
243	Recarga de gás para ar cond Split 24000 btus (19227)	Serv	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	QUARK	0	227,9787	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILO INST.E	0	196,0031	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 53/59

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 28/03/2018		Válido até: 28/03/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
244	Retirada limpeza e reinstalação ar cond Split 9000 btus no mesmo local (19228)	Serv	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	397,0000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	QUARK	0	246,9769	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILLO INST.E	0	235,2038	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	322,0000	3
245	Retirada limpeza e reinstalação ar cond Split 12000 btus no mesmo local (19229)	Serv	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	QUARK	0	246,9769	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILLO INST.E	0	235,2038	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	322,0000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	QUARK	0	303,9715	1
246	Retirada limpeza e reinstalação ar cond Split 18000 btus no mesmo local (19230)	Serv	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILLO INST.E	0	297,9248	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	397,0000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	QUARK	0	303,9715	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILLO INST.E	0	297,9248	2
247	Retirada limpeza e reinstalação ar cond Split 24000 btus no mesmo local (19231)	Serv	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	397,0000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	QUARK	0	303,9715	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILLO INST.E	0	297,9248	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	397,0000	3
248	Suporte para ar cond Split 9000 btus (19232)	Serv	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	METÁVILLA	0	28,4973	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 54/59

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
249	Suporte para ar cond Split 12000 btus (19233)	Serv	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CEA DO BRAÇ	0	32,9285	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	39,0000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	METÁVILLA	0	27,7374	1
250	Suporte para ar cond Split 18000 btus (19234)	Serv	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CEA DO BRAÇ	0	31,3605	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	39,0000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	METÁVILLA	0	37,9204	1
251	Suporte para ar cond Split 24000 btus (19235)	Serv	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CEA DO BRAÇ	0	39,2006	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	49,0000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	METÁVILLA	0	37,9204	1
252	Tubo esonjpo 1/2 (19236)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CEA DO BRAÇ	0	37,6326	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	49,0000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	POLIPEX	0	4,7876	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROA	0	5,4881	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	6,8000	3

Página: 55/59

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Número do Registro de Preços: 14/2018 Data do Registro: 28/03/2018 Válido até: 28/03/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
253	Tubo esponjoso 3/8 (19237)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	POLIPEX	0	4,7876	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROA	0	5,4881	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	6,8000	3
254	Tubo esponjoso 1/4 (19238)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	POLIPEX	0	4,7876	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROA	0	5,4881	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	6,8000	3
255	Tubo de cobre 1/2 (19239)	MTS	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ELUMA	0	13,6787	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROA	0	14,8962	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	19,0000	3
256	Tubo de cobre 3/8 (19240)	MTS	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ELUMA	0	10,6010	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROA	0	11,7602	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	15,4000	3
257	Tubo de cobre 1/4 (19241)	MTS	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ELUMA	0	8,8912	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROA	0	10,1922	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 56/59

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 28/03/2018		Válido até: 28/03/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
258	Mangueira Transparente 1/2 (8837)		CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	23,8000	3
		MTS	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ALUMASA	0	2,0518	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	2,3520	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	2,8000	3
259	Fita pvc branca 10 mx0,10mm (19242)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	UNIC PARTS	0	5,8135	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ADERE	0	4,7041	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	8,3000	3
260	Soquete para fluorescente (par) (14639)	PAR	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	DECORLUX	0	4,7876	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	2,3520	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	6,8500	3
261	Lâmpada econômica 55 Wts. (16777)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	G-LIGHT	0	45,4817	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	L LIGTH	0	50,9608	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	65,6000	3
262	Conexão para canalleta (19243)	UND	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	ENERBRAS	0	1,5427	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 57/59

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 28/03/2018		Válido até: 28/03/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

263	Calha montada c/ tomada e disjuntor (19244)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	1,5680	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	TRAMONTINA	0	2,1500	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CENAR	0	25,3056	1
264	Luminária de emergência (11699)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	27,4404	2
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	CLIMAR	0	36,7000	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	G-LIGHT	0	241,0874	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SEGURIMAX	0	274,4044	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Página: 58/59

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 28/03/2018		Válido até: 28/03/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (9696)	VENTISOL	0	349,0000	3

Página: 59/59

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2018

Número do Registro de Preços: 14/2018		Data do Registro: 28/03/2018		Válido até: 28/03/2019			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2018
PROCESSO Nº 15/2018

- (8293) - GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME
- (8956) - QUARK ENGENHARIA EIRELI
- (9696) - CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME

Braço do Trombudo, 28 de Março de 2018.

ATA REGISTRO DE PREÇOS 23 2018

Publicação Nº 1666556

Página: 1/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2018

Número do Registro de Preços: 23/2018 **Data do Registro: 28/06/2018** **Válido até: 28/06/2019**
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios para coffee break, para atender os cursos com grupos, assessoramentos, palestras, reuniões e outros eventos organizados pelas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pão caseiro alpinim fatiado, com peso aproximado 500gr, fresco dia entrega (22578)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	3,7543	1
2	Orelha de gato, doce polvilhado no açúcar e canela, madro fresco, feito no dia da entrega. (22579)	KG	ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	3,3472	2
3	Bolacha tipo caseira, nos sabores de polvilho e coco. Sendo fresco dia entrega. (22580)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	13,1434	1
4	Rosca de polvilho redonda, peso aproximado de 400gr à 500gr. Fresco, madro, feito no dia da entrega. (22581)	UND	ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	11,3831	2
5	Bolo de bolacha tipo wafer, polvilhado no açúcar e canela. Fresco, madro, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (13479)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	16,9404	1
6	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande no sabor de chocolate ou laranja, fresco dia entrega. (22582)	KG	ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	14,9245	2
7	Pão francês, unidade de 50gr. Sendo fresco, madro, feito no (22583)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	5,9917	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	5,1893	2
			ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	0,8345	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	1,1781	2
			ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	10,9737	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	10,3568	2
			ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	6,5091	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2018

Página: 2/11

Número do Registro de Preços: 23/2018 Data do Registro: 28/06/2018 Válido até: 28/06/2019

Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios para coffee break, para atender os cursos com grupos, assessoramentos, palestras, reuniões e outros eventos organizados pelas Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	5,9843	2
8	Sanduíche com pão francês (50gr), queijo, presunto cozido e malinesse. Feitos no dia da entrega. Embalado com plástico atóxico individualmente. (22584)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	1,8776	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	2,0815	2
9	Sonho com recheio de brigadeiro, com peso aproximado de 100gr à 120gr, frito no dia da entrega, macio, polvilhado no açúcar e canela, feito dia entrega. (22585)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	1,5021	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	1,6478	2
10	Massinha com recheio creme e farofa, peso aproximado de 100gr, sendo fresco, macio, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. (22586)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	1,2935	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	1,2865	2
11	Mini cachorro quente (mini pão francês (25gr), com molho de tomate, salsicha picada, milho e ervilha. Embalado com plástico atóxico individualmente. (22587)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	1,2100	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	1,1564	2
12	Pão integral fatiado, sendo fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (22588)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	4,5888	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	4,3364	2
13	Cuca integral, macia, fresca, sem sujidades, nos sabores (farofa, banana com farofa, maçã c/farofa, abacaxi com farofa, uva passas com farofa). (22589)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	13,4355	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2018

Página: 3/11

Número do Registro de Preços: 23/2018 Data do Registro: 28/06/2018 Válido até: 28/06/2019

Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios para coffee break, para atender os cursos com grupos, assessoramentos, palestras, reuniões e outros eventos organizados pelas Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	13,0454	2
14	Cuca caseira de banana com farofa, madia, fresca, sem sujidade, peso aproximado de 1kg. (22590)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	9,3881	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	9,0342	2
15	Cuca caseira de queijinho branco, fresca, peso aproximado de 1kg (22591)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	9,3881	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	9,0342	2
16	Cuca caseira de amendoim e nata, madia, fresca, peso aproximado de 1 kg. (22592)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	9,3881	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	9,0342	2
17	Cuca caseira de nata e coco, madia, fresca, peso aproximado de 1 kg. (22593)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	9,3881	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	9,0342	2
18	Pão de queijo, peso aproximado 50 a 60 gr, fresco, sem presença de sujidade, feitos no dia da entrega. (22594)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	15,8555	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	15,1775	2
19	Mini pastel, recheado de frango, massa sequinha, sem sujidade. Feitos 1 hora antes da entrega. (22595)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	0,7761	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	0,8817	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2018

Página: 4/11

Número do Registro de Preços: 23/2018		Data do Registro: 28/06/2018		Válido até: 28/06/2019		Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios para coffee break, para atender os cursos com grupos, assessoramentos, palestras, reuniões e outros eventos organizados pelas Secretarias do Município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
20	Mini pastel, recheado de carne, massa sequinha, sem sujidade. Feitos 1 hora antes da entrega. (22596)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	0,7761	1
21	Sanduíche de pão francês (50gr) fresco, (queijo prato, presunto, alface, tomate, maionese industrializada). Embalado com plástico atóxico individualmente. (22597)	UND	ORLANDO STRAMOSK (6669)	KL-SABOR	0	0,8817	2
22	Sanduíche com pão pulman com pickles (duas fatias de pão, presunto, queijo, maionese, pepino e cenoura), fresco no dia entrega. Embalado com plástico atóxico individualmente. (22598)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	1,8359	1
23	Enrolado misto (salsicha) (22599)	UND	ORLANDO STRAMOSK (6669)	KL-SABOR	0	2,2405	2
24	Enrolado misto (queijo e presunto) (22600)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	1,5021	1
25	Salada de fruta (banana, mamão, morango, maçã e uva), peso aproximado de 125 a 150 gr, servido em pote plástico descartável e acompanhado de colher descartável. (22601)	UND	ORLANDO STRAMOSK (6669)	KL-SABOR	0	1,7346	2
		UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	2,2949	1
		UND	ORLANDO STRAMOSK (6669)	KL-SABOR	0	2,2622	2
		UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	2,2949	1
		UND	ORLANDO STRAMOSK (6669)	KL-SABOR	0	2,2622	2
		UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	1,5438	1
		UND	ORLANDO STRAMOSK (6669)	KL-SABOR	0	1,3949	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2018

Página: 5/11

Número do Registro de Preços: 23/2018 Data do Registro: 28/06/2018 Válido até: 28/06/2019						
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios para coffee break, para atender os cursos com grupos, assessoramentos, palestras, reuniões e outros eventos organizados pelas Secretarias do Município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
26	Mini risoles recheado com carne moída, fresco dia entrega (22602)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	0,7427
27	Mini risoles recheado com carne frango, fresco dia entrega (22603)	UND	ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	0,6432
28	Mini risoles recheado com queijo e palmito, fresco dia entrega (22604)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	0,7427
29	Sanduíches em mini pão francês (25gn) fresco, com queijo, presunto, tomate, alface, Fatos no dia da entrega e embalados individualmente. (22605)	UND	ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	0,6432
30	Bolo nega maluca, com cobertura de chocolate, fresco (22606)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	12,1837
31	Bolo de cenoura com cobertura de chocolate, fresco (22607)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	12,1837
32	Fatia de pão de sanduíche, cortada diagonal, com cobertura de patê frango (22608)	fata	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	1,0849

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2018

Página: 6/11

Número do Registro de Preços: 23/2018 Data do Registro: 28/06/2018 Válido até: 28/06/2019

Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios para coffee break, para atender os cursos com grupos, assessoramentos, palestras, reuniões e outros eventos organizados pelas Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	1,0118	2
33	Fatia de pão de sanduíche, cortada diagonal, com cobertura de pickles (22609)	fatia	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	1,0849	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	1,1058	2
34	Garrafas de refrigerante embalagem pet 2 litros, diversos sabores: cola, limão, guaraná e laranja. (22610)	LT	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	4,5898	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	4,1557	2
35	Suco néctar de frutas pronto para beber diversos sabores (uva, morango, laranja, maracujá e abacaxi) (22611)	LT	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	5,5912	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	4,8423	2
36	Café pronto adoçado com açúcar e com leite (22612)	LT	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	7,0933	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	6,6853	2
37	Café pronto sem açúcar com leite (22613)	LT	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	6,0084	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	5,8542	2
38	Café pronto com açúcar preto (22614)	LT	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	6,0084	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	5,8542	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2018

Página: 7/11

Número do Registro de Preços: 23/2018 Data do Registro: 28/06/2018 Válido até: 28/06/2019

Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios para coffee break, para atender os cursos com grupos, assessoramentos, palestras, reuniões e outros eventos organizados pelas Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
39	Café pronto sem açúcar preto (22615)	LT	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	6,0084	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	5,8542	2
40	Bolo mámore, fresco com aproximadamente 1 kg (22616)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	10,9737	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	10,3568	2
41	Bolo formigueiro, fresco com peso aproximado de 1 kg (22617)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	10,9737	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	10,3568	2
42	Sanduíche com 2 fatias de pão (pão pullmann, queijo prato, alface, tomate e maionese). (22618)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	2,1697	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	1,9369	2
43	Sanduíche natural com 2 fatias de pão (pão pullmann, frango desfiado, queijo prato, alface, tomate e maionese). (22619)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	2,1697	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	2,3850	2
44	Empada palmito com requeijão assado, peso aproximado de 60 a 80 gr. (22620)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	0,9180	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	1,3949	2
45	Empada carne moída assada, peso aproximado de 60 a 80 gr. (22621)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	0,9180	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2018

Página: 8/11

Número do Registro de Preços: 23/2018 Data do Registro: 28/06/2018 Válido até: 28/06/2019						
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios para coffee break, para atender os cursos com grupos, assessoramentos, palestras, reuniões e outros eventos organizados pelas Secretarias do Município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	1,3949
46	Empada carne frango esfolado com azeitonas assada, peso aproximado de 60 a 80 gr. (22622)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	0,9180
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	1,4310
47	Mini pizza sabores (frango, calabresa, bacon e carne), peso aproximado de 60 a 80 gr (22623)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	0,9180
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	1,1202
48	Touchinho do céu fresco, peso aproximado de 1 kg. (22624)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	9,5968
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	9,0342
49	Biscoito finos sabor amantigados (22625)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	21,2798
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	18,4298
50	Biscoitos finos sabor coco clarauta (22626)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	21,2798
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	18,4298
51	Biscoitos finos com recheio de goiabada (22627)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	21,2798
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	18,4298

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2018

Página: 9/11

Número do Registro de Preços: 23/2018		Data do Registro: 28/06/2018		Válido até: 28/06/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios para coffee break, para atender os cursos com grupos, assessoramentos, palestras, reuniões e outros eventos organizados pelas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
52	Bolacha de natal pintada (22628)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	18,3590	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	17,3457	2
53	Torta de frango estufado, com queijo mussarela e requeijão, fresco feito no dia entrega, com peso aproximado de 4 a 4,5 kg (22629)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	57,5806	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	63,9623	2
54	Torta de carne, com queijo mussarela e requeijão, fresco no dia da entrega, com peso aproximado de 4 a 4,5 kg. (22630)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	57,5806	1
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KI-SABOR	0	63,9623	2
55	Torta de legumes, com queijo mussarela e requeijão, fresco no dia da entrega com peso aproximado de 4 a 4,5 gr. (22631)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	ELZITA	0	57,5806	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2018

Página: 10/11

Número do Registro de Preços: 23/2018		Data do Registro: 28/06/2018		Válido até: 28/06/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios para coffee break, para atender os cursos com grupos, assessoramentos, palestras, reuniões e outros eventos organizados pelas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ORLANDO STRAMOSK (6669)	KL-SABOR	0	63.9623	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2018

Página: 11/11

Número do Registro de Preços: 23/2018		Data do Registro: 28/06/2018		Válido até: 28/06/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios para coffee break, para atender os cursos com grupos, assessoramentos, palestras, reuniões e outros eventos organizados pelas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2018

PROCESSO Nº 30/2018

(6669) - ORLANDO STRAMOSK

(9108) - ELZITA BAADE - 75302730944

Braço do Trombudo, 28 de Junho de 2018.

Brunópolis

PREFEITURA

DECRETO 035/2018

Publicação Nº 1667726

DECRETO EXECUTIVO Nº 35/2018
ESTABELECE HORÁRIO DE EXPEDIENTE ESPECIAL

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis; e Considerando a Copa do Mundo sediada na Rússia, na qual o Brasil, cuja seleção brasileira é um dos times participantes, a fim de proporcionar aos servidores públicos municipais assistirem os jogos em que nossa seleção estará jogando,

DECRETA

Art. 1º. O horário de expediente nas repartições públicas municipais, no dia 02/07/2018, será das 08:00 (oito) horas às 10:00 (dez) horas; retornando no período da tarde às 14:00(quatorze) horas até às 17:00(dezessete)horas.

Art. 2º. O disposto no artigo 1º é extensível a todos os setores da administração pública municipal, onde com relação à saúde, a Secretária Municipal da respectiva pasta, ficará com um celular de sobreaviso, cujo numero será afixado nos Postos de Saúde do Município e Distrito de Marombas, de forma adequadamente visível, para atendimento e encaminhamento de alguma eventual situação de urgência e ou emergência que possam ocorrer.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brunópolis, 29 de junho de 2018.

Ademil Antonio da Rosa
Prefeito Municipal

Maria Gorete do Nascimento Kern
Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda
Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO N. 8.172 -2018

Publicação Nº 1668427

DECRETO N. 8.172, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre o horário de funcionamento no dia 02 de julho de 2018.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

Considerando a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018, no período de 14 de junho a 15 de julho de 2018,

Considerando que a Seleção Brasileira disputará o jogo no dia 02 de julho de 2018, às 11h, e objetivando proporcionar que os servidores públicos municipais acompanhem o referido jogo sem prejuízo do atendimento dos serviços públicos municipais,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o horário de expediente na sede da Prefeitura Municipal de Brusque no dia 02 de julho de 2018 (segunda-feira), que será das 14h às 19h.

Art. 2º O expediente no dia 02 de julho de 2018 (segunda-feira) nas Unidades e Órgãos abaixo nominados será da seguinte forma:

I – nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental: no período matutino terão seu término às 10h30min, e no período vespertino iniciarão às 14h;

II – nas Creches Municipais o expediente será normal;

III – na Secretaria de Saúde: das 8h às 10h e das 14h às 18h;

IV – demais Unidades Administrativas, Autarquias e Fundações: das 8h às 10h e das 14h às 18h.

Art. 3º Os serviços públicos essenciais serão organizados em conformidade com as atribuições e competências de cada Secretaria Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de junho de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO CONTRATO Nº 100-2018

Publicação Nº 1668399

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 100/2018

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
ANA PATRICIA DA SILVA COSTA	04/06/2018 - 14/12/2018	40 HORAS
ANA PAULA DE SOUZA	04/06/2018 - 14/12/2018	30 HORAS
EDIANE IZABEL CAPPELLARO FRANCISCO	04/06/2018 - 14/12/2018	40 HORAS
FABIANA BATISTA FROESCHLIN	04/06/2018 - 14/12/2018	40 HORAS
NEILA BECKER ALBERTON	04/06/2018 - 14/12/2018	40 HORAS
SAMARA DO SOCORRO FERREIRA ATAIDE	04/06/2018 - 14/12/2018	20 HORAS
PATRICIA QUINDOTA	07/06/2018 – 14/12/2018	40 HORAS
LUCINEA BARBOSA DE OLIVEIRA	14/06/2018 – 14/12/2018	40 HORAS

ORIGEM: Processo Seletivo nº12/2017

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de PROFESSOR, dentro da natureza do seu cargo.

Brusque, 26/06/2018

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 101-2018

Publicação Nº 1668400

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 101/2018

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
RODRIGO BUOSI MONTEIRO	18/06/2018 - 14/12/2018

ORIGEM: Processo Seletivo nº 03/2018

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de PROFESSOR, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 26/06/2018.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 81-2018

Publicação Nº 1668369

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 81/2018

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
ALISON ANDRE SONZA	04/06/2018 - 03/06/2019
MARIO DA SILVA SANTOS	04/06/2018 - 03/06/2019
OSMAR LOFY	04/06/2018 - 03/06/2019
ROBERTO LUIZ QUINDOTA	04/06/2018 - 03/06/2019
KLEBERTON MATOS DA SILVA	05/06/2018 - 04/06/2019
JOAO JOSE DA SILVA	08/06/2018 - 07/06/2019
VALDECI PAULINO DOS SANTOS	11/06/2018 - 10/06/2019

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2018

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de AGENTE DE OBRAS, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 26/06/2018.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 82-2018

Publicação Nº 1668370

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 82/2018

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
LEILA PRIN	04/06/2018 - 03/06/2019
LUIS DARLI BENVENUTTI	04/06/2018 - 03/06/2019
VILMAR BALONI	04/06/2018 - 03/06/2019
ROBSON LORENCETTI	18/06/2018 - 17/06/2019

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2018

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de AGENTE DEFESA CIVIL, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 26/06/2018.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 83-2018

Publicação Nº 1668372

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 83/2018

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
GILSON ROBERTO BONRRUQUE	04/06/2018 - 03/06/2019
JACKSON DOGNINI	04/06/2018 - 03/06/2019
MARIA GLORIA PEREIRA SANTOS	04/06/2018 - 03/06/2019
AMILTON HORNER	05/06/2018 - 04/06/2019
ARMANDO PINHEIRO SOBRINHO	05/06/2018 - 04/06/2019

CLAUDIONICE LIMA DOS SANTOS	05/06/2018 - 04/06/2019
ELIOMAR PAULO GOMES DAS NEVES	05/06/2018 - 04/06/2019
LUIS ALBERTO KOHLER	05/06/2018 - 04/06/2019
ROQUE ROBALDO DOS SANTOS	05/06/2018 - 04/06/2019
ROSANE HUTH GONCALVES	05/06/2018 - 04/06/2019
VALDIR JOSE DELL AGNOLO	05/06/2018 - 04/06/2019
WERNO LANGER	05/06/2018 - 04/06/2019
GLORIA MIRIAM ELVIRA ZEN SCHLINDWEIN	07/06/2018 - 06/06/2019
VERA LUCIA SILVA MIGUEL	07/06/2018 - 06/06/2019
JOAO RIBEIRO DOS SANTOS	08/06/2018 - 07/06/2019
VALDECIR CARLOS OTTO	11/06/2018 - 10/06/2019
BRUNO HUBER PEREIRA	13/06/2018 - 12/06/2019
JUAREZ FERREIRA XAVIER	13/06/2018 - 12/06/2019
PEDRO JACO PROVESI	14/06/2018 - 13/06/2019
ELIZANI VIEIRA DOS SANTOS	19/06/2018 - 18/06/2019
CASSEMIRO SANTOS TAVARES	21/06/2018 - 20/06/2019
FREDSON MASCARENHAS DA SILVA	22/06/2018 - 21/06/2019
NELSON NERIS PEREIRA	22/06/2018 - 21/06/2019
LUCIANA PINHEIRO	25/06/2018 - 24/06/2019

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2018

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de AGENTE SERVIÇOS ESPECIAIS, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 26/06/2018.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 84-2018

Publicação Nº 1668373

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 84/2018

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
CARLOS EDUARDO FERREIRA BONIFACIO	04/06/2018 - 03/06/2019

ORIGEM: Processo Seletivo nº 05/2017

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de AGENTE SERVIÇOS ESPECIAIS, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 26/06/2018.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 85-2018

Publicação Nº 1668374

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 85/2018

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
ANDRESSA CARLA DA SILVA SCHONS	04/06/2018 - 03/06/2019

ERLITANIA BEATRIZ DOS SANTOS ALEIXO	05/06/2018 - 04/06/2019
--	-------------------------

ORIGEM: Processo Seletivo nº 05/2017

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de AUXILIAR CONSULT ODONTOLO, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 26/06/2018.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 86-2018

Publicação Nº 1668375

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 86/2018

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
FERNANDA RAISER BORK	04/06/2018 - 14/12/2018

ORIGEM: Processo Seletivo nº 03/2018

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de COORDENADOR PEDAGÓGICO, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 26/06/2018.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 87-2018

Publicação Nº 1668377

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 87/2018

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
APARECIDA DE FATIMA DA SILVA	04/06/2018 - 14/12/2018
MARIA BERNADETE VALIATI SCHROEDER	04/06/2018 - 14/12/2018
EVELINE MARIA FACHINI ORSO	11/06/2018 - 14/12/2018
TAMI TEIXEIRA SILVA	14/06/2018 - 14/12/2018
FRANCIELE PAULO CARVALHO	25/06/2018 - 14/12/2018

ORIGEM: Processo Seletivo nº 12/2017

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de EDUCADOR SOCIAL, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 26/06/2018.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 88-2018

Publicação Nº 1668378

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 88/2018

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
ESLI OLIVEIRA SOUZA	04/06/2018 - 03/06/2019
JANIR DOS SANTOS FUCK	04/06/2018 - 03/06/2019
VALMIR FERREIRA DE OLIVEIRA	11/06/2018 - 10/06/2019

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2018

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de ELETRICISTA, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 26/06/2018.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 89-2018

Publicação Nº 1668381

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 89/2018

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
DINAMAR DE SOUZA FRONER	04/06/2018 - 03/06/2019
ROSANGELA BRUNS	19/06/2018 - 18/06/2019

ORIGEM: Processo Seletivo nº 05/2017

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de ENFERMEIRO, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 26/06/2018.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 90-2018

Publicação Nº 1668382

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 90/2018

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
CARLOS RONALDO HAAS	18/06/2018 - 17/06/2019
ALF RODRIGUES NOGUEIRA	21/06/2018 - 20/06/2019

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2018

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MEDICO, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 26/06/2018.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 91-2018

Publicação Nº 1668383

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 91/2018

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
DIOGO EDELE DOS SANTOS	04/06/2018 - 03/06/2019

ORIGEM: Processo Seletivo nº 05/2018

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MEDICO ESPECIALISTA, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 20 horas semanais.

Brusque, 26/06/2018.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 92-2018

Publicação Nº 1668387

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 92/2018

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
NANCY TAZIOLI ZANTUT	18/06/2018 - 17/06/2019

ORIGEM: Processo Seletivo nº 14/2017

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MEDICO ESPECIALISTA, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 20 horas semanais.

Brusque, 26/06/2018.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 93-2018

Publicação Nº 1668390

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 93/2018

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
SARAH TIEMI KUMOTO	18/06/2018 - 17/06/2019

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2018

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MEDICO ESPECIALISTA, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 20 horas semanais.

Brusque, 26/06/2018.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 94-2018

Publicação Nº 1668392

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 94/2018

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
SILVANIA LEAL DE SOUZA SILVA	05/06/2018 - 14/12/2018
ARIANI SILVA AMARAL SALVADOR	07/06/2018 - 14/12/2018

RAFAELLA BRITO DOS SANTOS NASCIMENTO	07/06/2018 - 14/12/2018
NATALIA BOHN DE SOUZA SOEIRA	11/06/2018 - 14/12/2018
SUZANA BEATRIZ SANTI SOARES	14/06/2018 - 14/12/2018

ORIGEM: Processo Seletivo nº 12/2017

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MONITOR ESCOLAR II 40, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 26/06/2018.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 95-2018

Publicação Nº 1668393

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 95/2018

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
SANDRO LUIS GARDINI	11/06/2018 - 10/06/2019
GILBERTO HILLESHEIN	14/06/2018 - 13/06/2019

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2018

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MOTORISTA VEIC. PESADOS, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 26/06/2018.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 96-2018

Publicação Nº 1668395

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 96/2018

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
GABRIELA LOOS DUARTE	11/06/2018 - 10/06/2019

ORIGEM: Processo Seletivo nº 05/2017

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de PSICOLOGO, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 26/06/2018.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 97-2018

Publicação Nº 1668396

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 97/2018

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
CELIA LOPES FERRANTE	04/06/2018 - 14/12/2018
IARA APARECIDA BATISTA POSSI-DONIO	04/06/2018 - 14/12/2018
CELI DOS SANTOS	05/06/2018 - 14/12/2018
ELISEMAR JACOB PERING	05/06/2018 - 14/12/2018
JUCIANE SILVEIRO HELLMANN	05/06/2018 - 04/06/2019
SONIA GARCIA DE MELO	05/06/2018 - 14/12/2018
JANETE PLOTGCKER	06/06/2018 - 14/12/2018
MARCELA MARIA BARBOSA	06/06/2018 - 14/12/2018
JOSILAINE CRISTIN RIBEIRO	08/06/2018 - 07/06/2019

ORIGEM: Processo Seletivo nº 11/2017

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.
Brusque, 26/06/2018.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 98-2018

Publicação Nº 1668397

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 98/2018

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
VENDELINO VICENTINI	04/06/2018 - 03/06/2019

ORIGEM: Processo Seletivo nº 01/2018

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.
Brusque, 26/06/2018.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 99-2018

Publicação Nº 1668398

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 99/2018

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
JOZIANE HEIL	04/06/2018 - 03/06/2019
LEILA FLORES	13/06/2018 - 12/06/2019

ORIGEM: Processo Seletivo nº 05/2017

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções

de TECNICO EM ENFERMAGEM, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.
Brusque, 26/06/2018.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 024-2018-SAMAE

Publicação Nº 1668401

PROCESSO LICITATÓRIO 024/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

REGISTRO DE PREÇOS

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 024/2018, na modalidade de Pregão Presencial, para Registro de Preços, para aquisição de materiais de construção. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 17 de julho de 2018, às 13:00 horas. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br
Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 025-2018-SAMAE

Publicação Nº 1668402

PROCESSO LICITATÓRIO 025/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 025/2018, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de material de higiene e limpeza. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 19 de julho de 2018, às 13:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

PORTARIA Nº 12591-2018

Publicação Nº 1668404

PORTARIA N. 12.591, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Ordinária Municipal n. 2.582/02 e suas alterações, e Portaria n. 12.349/2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Ademilson Gamba para ocupar a função de Secretário da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI de Brusque.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria n. 12.452, de 25 de abril de 2018.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de junho de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

VALÉRIO DE MORAIS KOSEL

Respondendo pela Secretaria de Trânsito e Mobilidade

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA Nº 1646-2018

Publicação Nº 1668405

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1646/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
3310	1	MARCOS NEVES QUIRINO	Procuradoria Geral do Município	02/07/2018	12/07/2018	11

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/07/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

DR. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1669-2018

Publicação Nº 1668407

Portaria nº 1669/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) JOSÉ BRILHANTE DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Turismo, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 02/07/2018 a 29/09/2018, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/04/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 02/07/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 28 de junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

JOÃO ROBERTO BEUTING
Secretaria Municipal de Turismo
Designado Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1670-2018

Publicação Nº 1668409

Portaria nº 1670/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) MARIA CLARICE HUPALO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 02/07/2018 a 31/07/2018, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/03/2011.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 02/07/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 28 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1671-2018

Publicação Nº 1668411

Portaria nº 1671/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) MARISE MOTTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Consult. Odontológico, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 02/07/2018 a 31/07/2018, referente ao período aquisitivo iniciado em 07/05/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 02/07/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 28 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1672-2018

Publicação Nº 1668412

Portaria nº 1672/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) LUIZ MOSER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 02/07/2018 a 30/08/2018, referente ao período aquisitivo iniciado em 02/04/2012.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 02/07/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 28 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1673-2018

Publicação Nº 1668413

Portaria nº 1673/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) PAULA REGINA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 02/07/2018 a 31/07/2018, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/03/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 02/07/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 28 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1674-2018

Publicação Nº 1668415

Portaria nº 1674/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) CRISTIANY TEIXEIRA DE SOUZA CHIUFFA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Instrutor, lotado(a) na Fundação Cultural de Brusque, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 02/07/2018 a 31/07/2018, referente ao período aquisitivo iniciado em 08/09/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

com efeitos a contar a partir de 02/07/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 28 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Fundação Cultural de Brusque
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2018

Publicação Nº 1667983

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2018 - REPUBLICAÇÃO
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E/OU EPP – LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2016

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2018

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ACADEMIA PARA ATLETAS QUE REPRESENTAM CAÇADOR EM COMPETIÇÕES OFICIAIS REALIZADAS PELA FESPORTE
ENTREGA DOS ENVELOPES: 18/07/2018 às 16h.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 18/07/2018 às 16h10min. Maiores Informações poderão ser obtidas pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito na Av. Santa Catarina, 195, no horário de expediente em vigor. O edital completo encontra-se disponível no site cacador.sc.gov.br, no ícone transparência – licitações.

Caçador, 28 de junho de 2018.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO

AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO 114/2018 – PREGÃO – 74/2018 –

Publicação Nº 1668363

AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO 114/2018 – PREGÃO – 74/2018 – TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO DE CENÁRIOS, ADEREÇOS, ALEGORIAS E OUTROS ARTEFATOS EM MADEIRA DESTINADOS AO ESPETÁCULO DE ABERTURA DOS 58º JOGOS ABERTOS DE SANTA CATARINA – JASC 2018 – ENTREGA DOS ENVELOPES: 12/07/2018 às 16h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES: 12/07/2018 às 16h20min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, no horário de expediente em vigor e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone Transparência - licitações.

Caçador, 28 de junho de 2018.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipa

DECRETO Nº 7.614

Publicação Nº 1668305

DECRETO Nº 7.614, de 28 de junho de 2018.

Designa fiscal de contrato administrativo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Maxsurre França, portador do CPF 056.965.139-56, para exercer a fiscalização do Contrato

Administrativo vinculado ao Processo Licitatório nº 110/2018 – Inexigibilidade nº 10/2018, cujo objeto é a contratação de empresa produtora de atração artística musical, que detenha contrato de exclusividade com o Grupo Carlos Magrão e Banda.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 28 de junho de 2018.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

DECRETO Nº 7.615

Publicação Nº 1668306

DECRETO Nº 7.615, de 28 de junho de 2018.

Designa fiscal de contrato administrativo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Servidora Mara Célis I. A. Pagnussatt, portadora do CPF 048.457.389-61, para exercer a fiscalização do Contrato Administrativo nº 46/2018, vinculado ao Processo Licitatório nº 83/2018 – Tomada de Preços nº 07/2018, cujo objeto é a contratação de empresa habilitada para construção de arquibancadas e portal; e reforma de banheiros na Pista Olímpica.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 28 de junho de 2018.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 29.264

Publicação Nº 1668443

PORTARIA Nº 29.264, de 22 de junho de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e, em conformidade com o art. 113 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a Servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme atestado médico apresentado, especificando código, nome, cargo, familiar, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Familiar	Total de dias/meses	Período - a contar de
4999	Marisa Aparecida Goes	Auxiliar de Serviços Gerais	Mãe	90 dias	17/04/2018

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Caçador, em 22 de junho de 2018.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 29.266

Publicação Nº 1668444

PORTARIA Nº 29.266, de 25 de junho de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria nº 29.113, de 27 de abril de 2018, no que se refere ao nome e matrícula do Servidor abaixo relacionado, passando a vigorar da seguinte forma:

Onde se lê:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
15139	Acir Pereira dos Santos	04/01/2016 a 03/01/2017	02/05/2018 a 16/05/2018
15139	Acir Pereira dos Santos	04/01/2017 a 03/01/2018	17/05/2018 a 15/06/2018

Leia-se:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
14100	Acir dos Santos	04/01/2016 a 03/01/2017	02/05/2018 a 16/05/2018
14100	Acir dos Santos	04/01/2017 a 03/01/2018	17/05/2018 a 15/06/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Caçador, em 25 de junho de 2018.

Ricardo de Moraes Barbosa – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 29.268

Publicação Nº 1668445

PORTARIA Nº 29.268, de 26 de junho de 2018.

OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com os arts. 124 e 128, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVEM:

Art. 1º. CONCEDER licença prêmio aos Servidores abaixo relacionados, conforme o local em que estão lotados, especificando código, nome, cargo, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

I – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Código	Nome	Cargo	Período De Aquisição	Período De Gozo
1279	João José do Prado	Operador de Máquinas	24/03/2013 a 24/03/2018	07/06/2018 a 04/09/2018
3282	Angelo Edair Fantin	Operador de Manutenção de Edificações Públicas	12/08/2012 a 12/08/2017	18/06/2018 a 15/09/2018

II – SECRETARIA DA SAÚDE

Código	Nome	Cargo	Período De Aquisição	Período De Gozo
8549	Carmem Silvia Batistella	Assistente Social	12/06/2008 a 12/06/2013	27/07/2018 a 26/10/2018
7735	Rosane Boff	Auxiliar De Serviços Gerais	01/08/2012 a 01/08/2017	18/06/2018 a 17/07/2018
10961	Renata Cristina da Silva Favarão	Assistente Administrativo	03/05/2011 a 03/05/2016	16/07/2018 a 14/08/2018
10461	Mirian Ficagna	Auxiliar Em Saúde Bucal	06/01/2011 a 06/01/2016	05/07/2018 a 03/08/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete dos Secretários Municipais de Caçador, em 26 de junho de 2018.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

Ricardo de Moraes Barbosa – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 29.269

Publicação Nº 1668446

PORTARIA Nº 29.269, de 26 de junho de 2018.

OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 31 da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVEM:

Art. 1º COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Secretaria Municipal da Saúde, a Servidora SOLANGE VIEIRA DA SILVA, matrícula 9464, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais e lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 18 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete dos Secretários Municipais de Caçador, em 26 de junho de 2018.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

Ricardo de Moraes Barbosa – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 29.271

Publicação Nº 1668447

PORTARIA Nº 29.271, de 26 de junho de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 124 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Memorando 8215/2018,

CONSIDERANDO a Portaria nº 1.214 de 16/05/2018 do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Caçador – IPASC, que aposenta a Servidora Catarina Stankevicz,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença prêmio a Servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, especificando código, nome, cargo, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de aquisição	Período de gozo
1992	Catarina Stankevicz	Servente Educação	17/02/2010 a 17/02/2015	09/05/2018 a 19/05/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal, em 26 de junho de 2018.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 29.283

Publicação Nº 1668449

PORTARIA Nº 29.283, de 27 de junho de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 73, inciso III, alínea "a" da Lei Complementar nº 56/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora a seguir relacionada, lotada na Secretaria de Administração, licença para ausentar-se do serviço em virtude de casamento, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias de afastamento	Período
1293	Rosani de Fatima Sabini	Auxiliar de Serviços Gerais	08 dias	23/06/2018 a 30/06/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Caçador, em 27 de junho de 2018.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

PROCESSO DE LICITAÇÃO 90/2018 – PREGÃO PRESENCIAL – 54-2018-PREFEITURA

Publicação Nº 1668024

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 90/2018 – PREGÃO PRESENCIAL – 54/2018-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2018

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO (LANCHES E ALMOÇOS), DESTINADOS AOS 58º

JASC - JOGOS ABERTOS DE SANTA CATARINA DE CAÇADOR-SC 2018.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 13/07/2018 às 14hrs00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 13/07/2018 às 14h30min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 28 de junho de 2018.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

Caibi

PREFEITURA

ATO CONVOCATÓRIO LEILÃO Nº 002/2018

Publicação Nº 1666923

ATO CONVOCATÓRIO PARA REUNIÃO DE JULGAMENTO

A Leiloeira do Município de Caibi – SC nomeada pelo Decreto 232/2017 de 21 de Dezembro de 2017 no uso de suas atribuições legais, faz saber aos membros da comissão de leilão e aos demais interessados que foi designado por este ato o dia 16/07/2018 às 10:00 horas, como prazo limite para o início do Leilão nº 002/2018 do tipo Maior Lance, com julgamento por lote, na modalidade de leilão público oficial on-line e presencial referente a VENDA DE ATIVOS INSERVÍVEIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAIBI-SC. O Leilão será devidamente assessorado pela empresa MaisAtivo Intermediação de Ativos Ltda. (SUPERBID), os bens a serem leiloados estão disponíveis no portal <http://www.superbid.net> o Leilão será realizado dia 16/07/2018 a partir das 10:00 horas, junto a Prefeitura Municipal de Caibi, sito à Rua dos Imigrantes nº 499 -centro, Município de Caibi -SC. Os interessados, pessoas físicas ou jurídicas, poderão retirar o instrumento convocatório e obter maiores informações no Departamento de Compras e Licitações, pelo Fone: 49 3648.0211 ou pelo portal <http://www.superbid.net>. O edital esta disponível no endereço eletrônico www.caibi.sc.gov.br

Afixe-se no local de costume.

Caibi – SC, 28 de Junho de 2018.

CASSIANE PIGNAT BEILKE
Leiloeira

ATO CONVOCATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2018

Publicação Nº 1667939

ATO CONVOCATÓRIO PARA REUNIÃO DE JULGAMENTO

A Pregoeira do Município de Caibi - SC, nomeada pelo Decreto nº 233/2017 de 21 de Dezembro de 2017 no uso de suas atribuições legais, faz saber a sua Equipe de Apoio e aos demais interessados que foi designado por este ato o dia 11/07/2018 às 08:30 horas, como prazo limite para credenciamento, entrega dos envelopes e início do julgamento das propostas de preços e habilitação relativos ao Processo Licitatório Nº 062/2018, do tipo Menor Preço –Unitário na modalidade Pregão Presencial Nº 042/2018 que tem por objeto Aquisição de Veiculo Novo (ambulância) para Atender as Necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Caibi –SC onde se realizará na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi, conforme de costume.

Afixe-se no local de costume.

Caibi –SC, 28 de Junho de 2018.

CASSIANE PIGNAT BEILKE
Pregoeira

AVISO DE LEILÃO Nº 002/2018

Publicação Nº 1666921

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO
O Fundo Municipal de Saúde de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 061/2018 na modalidade Leilão Nº 002/2018 para venda de ativos inservíveis com julgamento por lote, na modalidade de leilão público oficial on-line e presencial sob nº 002/2018, cujo objeto é Venda de ativos inservíveis do Fundo Municipal de Saúde de Caibi –SC. O Leilão será devidamente assessorado pela empresa MaisAtivo Intermediação de Ativos Ltda. (SUPERBID), os bens a serem leiloados estão disponíveis no portal <http://www.superbid.net> o Leilão será realizado dia 16/07/2018 a partir das 10:00 horas, junto a Prefeitura Municipal de Caibi, sito à Rua dos Imigrantes nº 499 Centro, Município de Caibi /SC. Os interessados, pessoas físicas ou jurídicas, poderão retirar o instrumento convocatório e obter maiores informações no Departamento de Compras e Licitações, pelo Fone: 49 3648.0211 ou pelo portal <http://www.superbid.net> o edital esta disponível no endereço eletrônico www.caibi.sc.gov.br. Caibi/SC 28 de Junho de 2018. Sidnei Bellé. Secretário de Saúde.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2018

Publicação Nº 1667931

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO
O Fundo Municipal de Saúde de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 062/2018 na modalidade Pregão Presencial Nº 042/2018 que tem por objeto Aquisição de Veiculo Novo (ambulância) para Atender as Necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Caibi –SC do tipo menor preço – Unitário cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 08:30 horas do dia 11 de Julho de 2018 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Compras e Licitações, fone (49)3648-0211. Caibi-SC 28 de Junho de 2018. Sidnei Belé. Secretário de Saúde

DECRETO 108/2018

Publicação Nº 1668292

DECRETO Nº. 108/2018 DE 22 DE JUNHO DE 2018
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o inciso I do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2520/2017, de 13 de dezembro de 2017, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 43.805,32 (quarente e três mil, oitocentos e cinco reais e trinta e dois centavos) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2018, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

QUADRO I
ÓRGÃO 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
123610011.2.021 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas (1529) Fonte: 1437 FNDE/AFM–Apoio Financ. aos Municípios Educação R\$ 43.805,32

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2018 da fonte de recursos 1437 FNDE / AFM – Apoio Financeiro aos Municípios parte Educação no valor de R\$ 43.805,32.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 22 de junho de 2018.
ELOI JOSE LIBANO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO 112/2018

Publicação Nº 1668284

DECRETO Nº. 112/2018 DE 27 DE JUNHO DE 2018
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o inciso I do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2520/2017, de 13 de dezembro de 2017, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 132.884,00 (cento e trinta e dois mil oitocentos e oitenta e quatro reais) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2018, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

QUADRO I
ÓRGÃO 07 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
103010008.1.043 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULO - SAÚDE
4.4.90 – Investimentos – Aplicações Diretas (1538) Fonte: 2238 SUS Estruturação Unidades de Atenção Especializada R\$ 80.000,00
4.4.90 – Investimentos – Aplicações Diretas (1540) Fonte: 1088 Alienação de Bens Destinados a Programas de Saúde R\$ 52.884,00

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2018 das fontes de recursos 1088 Alienação de Bens Destinados a Programas de Saúde no valor de R\$ 52.884,00 e 2238 SUS Estruturação de Unidades de Atenção Especializada no valor de R\$ 80.000,00, totalizando o valor de R\$ 132.884,00.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 27 de junho de 2018.

ELOI JOSE LIBANO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 273/18

Publicação Nº 1668005

PORTARIA Nº 273/18

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE , a Servidora JOCINARA EIN-LOFT ALBERTI ,matricula Nº 9063-8, ocupante do cargo de CHEFE DE GABINETE CC 07 , com lotação junto ao Departamento de Saúde , com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, com início dia 28/06/2018 à 24/12/2018, como lhe assegura a lei.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de Junho de 2018 .

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de Administração

Camboriú

PREFEITURA

ANULAÇÃO TP 005/2018 PMC

Publicação Nº 1667837

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
ANULAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº. 005/2018 – PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº 092/2018 cujo objeto é: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA RESTAURAÇÃO DE CALÇADA AVARIADA NA RUA RIO AMAZONAS, TRECHO II - ESTACA 0+00 PP E ESTACA 12 +10,00 MPF NO BAIRRO RIO PEQUENO, NESTE MUNICÍPIO. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO".
RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 28 de Junho de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018 - FME

Publicação Nº 1668035

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Eletrônico nº 006/2018 - FME - Ata do Sistema de Registro de Preços 018/2018 – FME - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ESTANTES DE AÇO PARA MOBILIAR AS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIÚ.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 28/06/2018

1ª Publicação.

DECRETO N.º 3.359/2018

Publicação Nº 1668101

DECRETO N.º 3.359 /2018

Dispõe sobre o horário de funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal durante os jogos do Brasil na fase eliminatória da Copa do Mundo FIFA de 2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º O horário de funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, nos dias dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol, durante a fase eliminatória da Copa do Mundo FIFA de 2018, será o seguinte:

I - nos dias em que os jogos forem realizados às 11h (onze horas) e houver coincidência com o horário regular de expediente, o expediente será das 14h30m (quatorze horas e trinta minutos) às 19h (dezenove horas);

II - nos dias em que os jogos forem realizados às 15h (quinze horas) e houver coincidência com o horário regular de expediente, o expediente será das 8h (oito horas) às 14h (quatorze horas).

Parágrafo único. Não se aplicam os horários diferenciados acima descritos: às atividades consideradas de natureza essencial, as realizadas pelas concessionárias de serviço público em regime de plantão, pelo Consórcio Eco-Camboriú quanto aos serviços de coleta de lixo e pela Secretaria Municipal de Saúde, que deverá manter em funcionamento os serviços junto ao Pronto Socorro do Hospital Cirúrgico Camboriú Edwirges Bernardes - HCC, localizado na Rua José Francisco Bernardes, nº 787, Bairro Areias, Camboriú/SC, e na Unidade de Pronto Atendimento do Tabuleiro, localizada na Rua Massaranduba, s/nº, Bairro Tabuleiro, Camboriú/SC, bem como o plantão de ambulância e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU em sistema de plantão de 24h.

Art. 2º Fica instituído, em caráter excepcional, horário de expediente para as Unidades Escolares Municipais, nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol durante a fase eliminatória da Copa do Mundo FIFA de 2018, conforme expresse abaixo:

I - dia 02 de julho de 2018 (segunda-feira) não haverá aulas pois será realizada a reunião pedagógica que acontecerá no dia 03 de julho;

II - nos dias úteis em que houver jogo da Seleção Brasileira com início agendado para as 15h (quinze horas) o expediente/aulas ocorrerá somente no período matutino e nos Centros de Educação Infantil o expediente/aulas ocorrerá no período das 7h30m (sete horas e trinta minutos) às 14h (quatorze horas).

Parágrafo Único. A alteração da data da reunião pedagógica descrita no inciso I deste artigo evitará que as atividades sejam interrompidas por dois dias, mantendo-se horário normal de aulas no dia 03 de julho de 2018 (terça-feira).

Art. 3º Os serviços de atendimento ao público, burocráticos e afins observarão medidas internas determinadas pelos respectivos secretários, que organizarão regime de plantão ou sobreaviso para eventual atendimento ao público.

Art. 4º A jornada de trabalho que, por força deste Decreto foi suspensa, poderá ser compensada posteriormente, ficando cada Secretaria com a atribuição de fazê-la de acordo com sua necessidade e conveniência.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 27 de junho de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Paula Piccoli Merico

Secretário M. de Administração

Campo Alegre

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº 156/2018

Publicação Nº 1668300

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2016
CONVOCAÇÃO Nº 156/2018

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. VANESSA MARIA MORAES inscrita no CPF/MF sob nº 080.978.089-51, aprovada em 5º lugar no Concurso Público nº 002/2016, para o Cargo Público de PROFESSOR I na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 03 de julho de 2018, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 28 de junho de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretário Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 157/2018

Publicação Nº 1668302

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015
CONVOCAÇÃO Nº 157/2018

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. LUCAS EDUARDO CAMPOLINO, inscrito no CPF/MF sob nº 095.434.839-73, aprovado em 2º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015/PMCA, para o Cargo Público e na Função de AGENTE ADMINISTRATIVO II, para assumir o respectivo cargo. O convocado

deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 03 de julho de 2018, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 28 de junho de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH
Secretária Municipal de Assistência Social

CONVOCAÇÃO Nº 158/2018

Publicação Nº 1668303

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015
CONVOCAÇÃO Nº 158/2018

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA, inscrito no CPF/MF sob nº 042.587.719-10, aprovado em 17º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015/PMCA, para o Cargo Público e na Função de ATENDENTE DE SALA, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 03 de julho de 2018, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 28 de junho de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 11.346 DE 28 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1667372

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.346 DE 28 DE JUNHO DE 2018
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso I do artigo 11 da Lei Municipal nº 4.711 de 12 de dezembro de 2017; Decreta:

Art. 1º Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0045.1.017 -	Pavimentação Asfáltica e Calçamento de Vias Urbanas	
400000.00.0896 -	Despesas de Capital	
440000.00.0896 -	Investimentos	

449000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
449051.00.0896 -	Obras e Instalações	R\$ 430.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 28 de junho de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/06/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 11.347 DE 28 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1668075

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.347 DE 28 DE JUNHO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial inciso II do art. 11 da Lei Municipal nº 4.711 de 12 de dezembro de 2017; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

16.00 -	Secretaria Municipal de Assistência Social	
16.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
08.243.0024.2.036 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Conselho Tutelar.	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente:

16.00 -	Secretaria Municipal de Assistência Social	
16.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
08.243.0024.2.036 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Conselho Tutelar.	
400000.00.0896 -	Despesas de Capital	
440000.00.0896 -	Investimentos	
449000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
449052.00.0896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
28 de junho de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/06/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 11.348 DE 28 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1668090

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.348 DE 28 DE JUNHO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso II do art. 11 da Lei Municipal nº 4.711 de 12 de dezembro de 2017; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social		
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais		
08.244.0023.2.050 -	Pessoal do Serviço de Assistência Social		
300000.00.0102 -	Despesas Correntes		
310000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes		
319000.00.0102 -	Aplicações Diretas		
319004.00.0102 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 2.500,00	

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social		
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais		
08.244.0023.2.050 -	Pessoal do Serviço de Assistência Social		
300000.00.0102 -	Despesas Correntes		
310000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes		
319000.00.0102 -	Aplicações Diretas		
319011.00.0102 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 2.500,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
28 de junho de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/06/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 11.349 DE 29 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1668094

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.349 DE 29 DE JUNHO DE 2018

PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL Nº 02/2016.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso III do art. 37 da Constituição Federal, inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 02 (zero dois) anos o prazo de validade do PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL Nº 02/2016, a partir de 01 de julho de 2018, expirando o prazo em 01 de julho de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de julho de 2018.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
29 de junho de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/06/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 11.350 DE 29 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1668290

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.350 DE 29 DE JUNHO DE 2018

PRORROGA PRAZO DE VALIDADE CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2016.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso III do art. 37 da Constituição Federal, inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 02 (zero dois) anos o prazo de validade do CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2016, a partir de 01 de julho de 2018, expirando o prazo em 01 de julho de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de julho de 2018.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
29 de junho de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/06/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.561 DE 28 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1667330

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.561 DE 28 DE JUNHO DE 2018

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 15.547 DE 26 DE JUNHO DE 2018.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art. 1º Alterar a redação do Art. 2º da Portaria nº 15.547 de 26 de junho de 2018, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Servidor gozará a Licença Prêmio no período de 25 de junho de 2018 a 24 de julho de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, requerimento devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 20 de junho de 2018 sob nº 004111”.

Art. 2º A alteração de que trata o artigo 1º desta Portaria, se dá em razão de engano de digitação do período da referida Licença Prêmio do Servidor Público Municipal.

Art. 3º As demais disposições previstas na Portaria nº 15.547 de 26 de junho de 2018, permanecem vigentes na íntegra.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de junho de 2018.

Art. 5º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
28 de junho de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/06/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.562 DE 28 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1668217

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 15.562 DE 28 DE JUNHO DE 2018
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, NILDA VIEIRA DE LIMA, matrícula funcional nº 000605, registro no sistema sob nº 954847, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal, gozará as férias no período de 02 de julho de 2018 a 11 de julho de 2018, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 11 de junho de 2018 sob nº 003733.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
28 de junho de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/06/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.563 DE 28 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1668231

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 15.563 DE 28 DE JUNHO DE 2018
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Concede 20 (vinte) dias de Férias a Servidora Pública Municipal ELIZETE TEREZINHA FOLETTO FLORENCIO, matrícula funcional nº 000738, registro no sistema sob nº 955265, ocupante Cargo Público e exercendo a Função de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste artigo, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 = 10 (dez) dias e 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 = 10 (dez) dias.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 03 de julho de 2018 á 22 de julho de 2018, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 18 de junho de 2018 sob nº 003992.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
28 de junho de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/06/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO PP 19/2018 - UNIFORMES UNIDADE BASICA-SAÚDE

Publicação Nº 1667975

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2018

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 16/07/2018 às 09:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA SERVIDORES DA UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRAL E DAS ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 29 de junho de 2.018.

SANDRA MARIA ROSAR BRESOLA
Secretaria Municipal de Saúde

AVISO PP 20/2018 - UNIFORMES CAPS E SAMU-SAÚDE

Publicação Nº 1667978

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2018

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 16/07/2018 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA SERVIDORES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL E DO SAMU DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 29 de junho de 2.018.

SANDRA MARIA ROSAR BRESOLA
Secretaria Municipal de Saúde

EDITAL 06/2018-SMEC

Publicação Nº 1667957

EDITAL Nº 06/2018- SMEC

ABRE PRAZO DE INSCRIÇÃO PARA O PREENCHIMENTO DE VAGAS PARA PROFESSORES EM ATENDIMENTO AO PROJETO "CRECHE 12 MESES" NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal de Educação e Cultura, através do Senhor Prefeito Municipal Gilmar Marco Pereira em Exercício, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do Art. 100, da Lei Orgânica do Município de Campos Novos/SC.

RESOLVE:

Tornar público a quem possa interessar a inscrição para o preenchimento de vagas de Professores para atuar na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, no Projeto "Creche 12 Meses".

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1 – Período e Horário:

As inscrições estarão abertas aos Professores para concorrerem às vagas do Projeto "Creche 12 Meses" da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Campos Novos – SC, de 29 de junho a 03 de julho, no horário das 8h às 11h e das 13h às 16h.

1.2 – Local de Inscrição:

Os interessados deverão se inscrever no CEIM Padre Armando de Costa, localizado a Rua Avenida Belincanta Neto, nº 10, Bairro Santo Antonio, Campos Novos/SC, Telefone (49) 3541 0408.

1.3 – Local de Funcionamento, Horário, Vagas e Carga Horária

O Projeto Creche 12 Meses será realizado no CEIM Padre Armando de Costa, no horário das 07h 30 min. às 18h, de segunda-feira a sexta-feira e de acordo com as vagas especificadas no quadro abaixo:

Centro de Educação Infantil Municipal	VAGAS/Professores	CARGA HORÁRIA
CEIM Padre Armando de Costa	16	40 HORAS

Parágrafo único – O Projeto "Creche 12 Meses" funcionará somente em um Centro de Educação Infantil por comportar o número de crianças inscritas, assim como a proporcionalidade de professores para atendimento ao Projeto. Tendo como Gestora a Professora Elizabete Aparecida De Lima.

2. DOS REQUISITOS DOS PROFESSORES

2.1 Não ser membro do quadro efetivo dos Profissionais da Educação do Município e não ter qualquer outro vínculo empregatício.

2.2 Possuir Curso de Pós-graduação (Especialização, Mestrado, Doutorado) na Área da Educação Infantil.

2.3 Graduação de Licenciatura em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil.

2.4 Possuir no mínimo 01 (um) ano de experiência na Educação Infantil.

3. DO REQUERIMENTO E DOCUMENTOS

No ato de realização da inscrição, o interessado deverá entregar os seguintes documentos autenticados:

2.1 Requerimento (Anexo I) devidamente preenchido e assinado pelo requerente;

2.2 O requerimento deverá estar acompanhado dos seguintes documentos autenticados:

I - Cópia do Diploma da Graduação em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil.

II - Cópia do Curso de Pós-graduação (Especialização, Mestrado,

Doutorado) na Área da Educação Infantil.

III - Certidão comprobatória de tempo de serviço público ou privado devendo ser considerada até a data de 01 de junho de 2018.

IV- Cópia da Carteira de identidade do requerente.

4. CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO:

4.1 Serão adotados pela ordem os seguintes critérios, para efeito de classificação:

I – Profissional com maior habilitação na área de Educação Infantil – Pós-graduação (Especialização, Mestrado, Doutorado).

II – Profissional com Diploma de Graduação Licenciatura em Pedagogia com Habilitação na área de Educação Infantil.

III–Profissional com maior tempo de serviço na Educação Infantil.

IV–Profissional com maior idade.

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 O contrato dos Professores será de 16/07/2018 a 27/07/2018*, numa carga horária de 40 horas/semanal. A remuneração será referente aos dias trabalhados de R\$ 960,00 (PROF II M 03)sem gratificações e/ou vantagens.

5.2 Os professores não terão hora/atividade, nem professor específico para Recreação e Cobre folga.

5.3 Havendo Atestado Médico neste período, o contrato será encerrado, abrindo vaga para o próximo professor da ordem de classificação.

5.4 Até 06/07/18 a Secretaria Municipal de Educação e Cultura publicará Edital de homologação ou indeferimento do requerimento das inscrições apresentadas na forma prevista no item 2.

5.5 A contar da data prevista no item 5.4, os professores inscritos terão 02 (dois) dias úteis para encaminhar eventual pedido de reconsideração.

5.6 Os casos omissos serão resolvidos pela Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Campos Novos.

5.7 Maiores informações pelo telefone (49) 3541-2737ou (49)3541 – 2738 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura com a Professora Solange Aparecida Souza Andrade, Superintendente da Educação Infantil.

5.8 O Edital encontra-se no site: www.camposnovos.sc.gov.br.

Campos Novos, 28 de junho de 2018.

Gilmar Marco Pereira

Prefeito Municipal de Campos Novos/SC Em Exercício

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Ilma. Sra.

Evanilda Corrêa

DD. Secretária Municipal de Educação e Cultura.

REQUERIMENTO

Eu _____

venho através deste requerer junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a inscrição para o preenchimento de vaga para Professor em atendimento ao Projeto "Creche 12 meses" na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino com vistas a obter, prestando as seguintes informações:

1 - Data de Nascimento: ____/____/____

2 - Idade: _____ Anos _____ Meses e _____ Dias

3 - Habilitação:

Pós - graduação: _____

Graduação: _____

4 - Tempo de Serviço – Educação Infantil:

Rede Municipal: _____ Anos _____ Meses _____ Dias

Rede Privada: _____ Anos _____ Meses _____ Dias

Declaro conhecer as disposições contidas no Edital 06/2018 – SMEC.

Nestes Termos

Pede Deferimento

Campos Novos, _____, julho de 2018.

Requerente

Canelinha

PREFEITURA

RESULTADO JULGAMENTO DOCUMENTAÇÃO TP 009/SEMAIS/2018

Publicação Nº 1668596

ATA DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 009/SEMAIS/2018

A Comissão Permanente de Licitação informa que após analisar os documentações referentes a Tomada de Preços 009/SEMAIS/2018:

A empresa RECICLAGEM GARICIA EIRELI, única empresa participante, deixou de apresentar o item 6.3.4.2 do edital.

A CPL concedera o prazo de até 8 dias úteis para que a empresa possa se adequar, conforme previsto no Art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93.

Observados os devidos procedimentos de publicidade e legalidade, o resultado do Julgamento dos Documentos de Habilitação das empresas participantes, será publicado no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br), no site www.canelinha.sc.gov.br e no Mural Público do Município, no dia 29/06/2018.

A ATA será encaminhada via e-mail para a empresa participante e seu inteiro teor estará ainda, disponível no site do Município de Canelinha (www.canelinha.sc.gov.br) e pode ser solicitada no email licitacoes@canelinha.sc.gov.br.

Nada mais havendo a declarar, o Presidente encerra a sessão.

Publique-se para os fins e efeitos legais.

Canelinha, 28 de maio de 2018.

SUSPENÇÃO PREGAO PRESENCIAL 012/SEMAIS/2018

Publicação Nº 1668595

ESTADO DE SANTA CATARINA
SEMAIS - Serviço Municipal de Água, Infraestrutura e Saneamento de Canelinha SC.

AVISO SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 012/SEMAIS/2018

Fica o Pregão 012/SEMAIS/2018, suspenso para análise de pedido de impugnação ao Edital. A nova data de abertura será publicada no Diário Oficial dos Municípios. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 28 de junho de 2018. EDUARDO FURTADO - Diretor Administrativo do SEMAIS.

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº 619/2018

Publicação Nº 1667518

PORTARIA Nº. 619/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora LILI NIZER, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 15/06/2018 a 13/08/2018, conforme Comunicação Interna nº 227/DP/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECISÃO RECURSAL NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 29/2018

Publicação Nº 1667889

ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2018
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº. 27/2018

Recorrente: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 14.534.916/0001-36, com sede estabelecida na Rua Amsterdam, nº. 891, fundos, bairro Itoupavazinha, na cidade de Blumenau/SC, CEP 89.070-490.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela recorrente BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELE ME, contra a decisão administrativa que, reconhecendo o descumprimento contratual por parte da recorrente, impôs a aplicação da penalidade de multa administrativa no patamar de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da aquisição e de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Canoinhas pelo prazo de 1 (um) ano.

A recorrente objetiva a reforma da decisão, argumentando, para tanto, que a empresa recebeu o e-mail encaminhando a autorização de fornecimento em questão, porém não foi possível abrir o arquivo recebido. Alegou que respondeu o referido e-mail informando o problema, mas não recebeu qual quer resposta. Por isso, não entregou os produtos. Disse também que a aplicação das penalidades é desproporcional, pois se tratava de produto de baixo valor e de pequena quantidade.

DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

A decisão recorrida foi proferida em 08 de junho de 2018, sendo a recorrente notificada em 15 de junho de 2018, consoante AR anexado ao presente processo administrativo.

O art. 109, inciso I, alíneas "e" e "f", da Lei Federal nº. 8.666/93, dispõe que, dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei de Licitações cabe recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

O presente recurso foi recebido em 21 de junho de 2018, portanto, dentro do prazo legal, evidenciando-se a sua tempestividade.

DO MÉRITO

Analisando o processo, percebe-se que recorrente comprovou que não foi possível visualizar a autorização de fornecimento encaminhada via e-mail no dia 8 de março de 2018. Também se percebe que a recorrente respondeu o e-mail encaminhado dizendo "Anexo não abre". Tal e-mail não foi respondido por esta municipalidade.

No entanto, tal fato não é capaz de afastar a aplicabilidade das penalidades impostas, pois a empresa estava ciente dos materiais que deveria entregar. Vejamos.

Em que pese o encaminhamento de e-mail com o anexo corrompido, a Secretaria Municipal de Habitação, por meio de seus servidores, entrou em contato, via telefone, solicitando a entrega dos materiais, conforme se denota dos registros telefônicos do município. Além disso, ainda que a Administração Pública não tivesse contatado com a empresa via telefone, mesmo assim se configura o descumprimento das obrigações assumidas, pois, precedentemente à decisão recorrida (que aplicou penalidades à empresa), a recorrente foi devidamente notificada do ocorrido, através da Notificação Extrajudicial recebida em 18 de maio de 2018, conforme aviso de recebimento anexado aos autos. Nesta ocasião foi solicitada a entrega de 30 pastas plásticas para arquivo morto, no prazo assinalado, sob pena do cancelamento do registro de preços e da aplicação de penalidades legais e contratuais. Logo, a empresa tinha pleno conhecimento dos materiais que deveria entregar.

No entanto, como já mencionado na decisão recorrida, a empresa ignorou todos os pedidos realizados pelo Município de Canoinhas (por meio de telefone e carta registrada) e não entregou os materiais.

Esses fatos demonstram que, não obstante a recorrente não ter obtido a resposta da Administração Pública via e-mail, atos posteriores, como contato telefônico e notificação extrajudicial, cientificaram a empresa de que deveria entregar os materiais. A empresa recorrente estava ciente, portanto, da solicitação de fornecimento dos materiais, não havendo qualquer justificativa para a não entrega.

Essa conduta, ao contrário do que sustenta a recorrente, trouxe incômodos e transtornos ao exercício de atividades internas administrativas, prejudicando a eficiência dos serviços da Secretaria Municipal de Habitação, diante da impossibilidade de arquivo, separação de documentos e liberação de espaço para a organização dos expedientes e novos documentos.

Em relação à proporcionalidade das penalidades previstas, observo que razão não assiste à recorrente. Isso porque, conforme restou indicado na decisão recorrida, a ata de registro de preços foi cancelada, nos termos previstos no edital de concorrência, não apenas pela não entrega dos materiais objeto da Autorização de Fornecimento nº. 809/2018, mas também porque esta Administração Pública verificou que a não entrega e/ou o atraso excessivo no fornecimento de diversos materiais rotineiramente solicitados é prática reiterada da recorrente, tanto que também foram instaurados os processos administrativos nº. 25/2018 e 32/2018.

Logo, se mostra razoável e adequado o cancelamento da Ata de Registro de Preço em questão, tal como já fundamentado na decisão recorrida.

Do mesmo modo, razoável a aplicação da pena de suspensão do direito licitar e contratar com o Município de Canoinhas e da multa previamente estipulada, pois a empresa ignorou em diversas oportunidades a autorização e notificações encaminhadas, configurando-se sua conduta prática reiterada. Neste ponto, importa consignar que a suspensão se restringiu apenas ao Município de Canoinhas e ao prazo de um ano, quando o edital de concorrência previa a possibilidade de aplicação da penalidade pelo período de até dois anos e também declaração de inidoneidade, o que não foi aplicado, havendo nítida proporcionalidade no caso em apreço.

DECISÃO

Diante do exposto, conheço do recurso interposto por BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELE ME e o nego provimento.

Canoinhas, 27 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

DECRETO Nº 179/2018

Publicação Nº 1667748

DECRETO Nº. 179/2018

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei 6.242 de 27/06/2018, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2018, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Orgão 08: Secretaria Munic. de Desenvolvimento Econômico

Unidade 08.01: Secretaria Munic. de Desenvolvimento Econômico

Função 23: Comércio e Serviços

Subfunção 691: Promoção Comercial

Programa 4: Desenvolvimento Sustentável

Proj./Ativ. 2.017 – Realização de Festas e Eventos

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

..... 180.000,00

Recursos 30000 – Recursos Ordinários - Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar até o valor R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2017, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

10000	Recursos Ordinários	180.000,00
TOTAL		180.000,00

Fonte: SMAFO/2018

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 28 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 28/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 6.241 DE 26/06/2018

Publicação Nº 1667143

LEI Nº. 6.241 DE 26/06/2018

"INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO E INCENTIVO À PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte
LEI

Art. 1º Fica instituída no Calendário Oficial de Eventos do Município de Canoinhas, a Semana de Conscientização e Incentivo à Preservação do Patrimônio Público, a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de novembro, com a finalidade de instruir a população sobre gastos extras que o Município tem com ações de vandalismo e alertar e conscientizar sobre a importância da proteção e preservação do patrimônio público.

Art. 2º Na Semana de Conscientização e Incentivo à Preservação do Patrimônio Público serão desenvolvidas ações educativas por meio de palestras, seminários, conferências e atividades culturais e de lazer, no intuito de demonstrar à população os gastos que o ente público tem para reparar atos de vandalismo.

Parágrafo único. Havendo compatibilidade com o Sistema Municipal de Ensino disposto na Lei Municipal nº 4.851/2011, o Executivo através da Secretaria Municipal de Educação fica autorizada a realizar campanhas educativas e atividades didáticas e práticas, com ênfase para a importância da proteção e preservação do patrimônio escolar.

Art. 3º A Semana de Conscientização e Incentivo à Preservação do Patrimônio Público poderá incluir, entre outras, as seguintes atividades:

I – Campanhas institucionais com mensagens sobre os gastos públicos com a pintura, a reforma, o conserto e a compra de móveis e equipamentos públicos ou depredados, bem como as consequências legais previstas por danos ao patrimônio público;

II – Concursos, exposições e premiações de trabalhos estudantis sobre o tema "preservação e proteção do patrimônio público"

III – Mutirões de limpeza, pintura e conserto de imóveis e equipamentos públicos;

IV – Parcerias com associações de pais e mestres, grêmios estudantis, associações de moradores, organizações não-governamentais, sindicatos e sociedades civis para a realização de campanhas educativas;

V – Incentivos ao trabalho voluntário nas escolas, com ações direcionadas à recuperação do patrimônio público escolar depredado e/ou pichado;

Parágrafo único. A Administração Municipal poderá procurar parcerias com os órgãos estaduais e federais, instituições de ensino, bem como empresas e entidades prestadoras de serviços, com o intuito de ampliar as informações e desenvolver as atividades relacionadas à Semana de Conscientização e Incentivo à Preservação do Patrimônio Público

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 6.242 DE 27/06/2018

Publicação Nº 1666901

LEI Nº. 6.242 DE 27/06/2018

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018 (Lei nº. 6.148/2017) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2018 (Lei nº. 6.149/2017) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de até R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 08: Secretaria Munic. de Desenvolvimento Econômico

Unidade 08.01: Secretaria Munic. de Desenvolvimento Econômico

Função 23: Comércio e Serviços

Subfunção 691: Promoção Comercial

Programa 4: Desenvolvimento Sustentável

Proj./Ativ. 2.017 – Realização de Festas e Eventos

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

... 180.000,00

Recursos 30000 – Recursos Ordinários - Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar até

o valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2017, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

10000	Recursos Ordinários	180.000,00
TOTAL		180.000,00

Fonte: SMAFO/2018

Art. 3º - As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 6.243 DE 27/06/2018

Publicação Nº 1667139

LEI Nº. 6.243 DE 27/06/2018

“AUTORIZA PERMISSÃO DE USO DE BENS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Município de Canoinhas autorizado, por meio de ato do Poder Executivo, a permitir a utilização temporária e precária, pelo prazo de 1 (um) ano, dos seguintes bens públicos:

I – 01 (um) distribuidor de calcário (patrimônio nº. 71420), 01 (uma) concha carregadeira (patrimônio nº. 71329) e 01 (uma) plaina agrícola (patrimônio nº. 71325), em favor da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LOCALIDADE RIO DO PINHO, inscrita no CNPJ nº. 01.341.185/0001-60;

II – 01 (um) distribuidor de calcário (patrimônio nº. 71417), 01 (uma) concha carregadeira (patrimônio nº. 71332), 01 (uma) plaina agrícola (patrimônio nº. 71327), em favor da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LOCALIDADE DE ANTA GORDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.690.655/0001-00;

III – 01 (um) distribuidor de calcário (patrimônio nº. 71419), 01 (uma) concha carregadeira (patrimônio nº. 71330) e 01 (uma) plaina agrícola (patrimônio nº. 71326), em favor da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CERRITO, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.081.758/0001-27;

IV – 01 (um) distribuidor de calcário (patrimônio nº. 71418), 01 (uma) concha carregadeira (patrimônio nº. 71331) e 01 (uma) plaina agrícola (patrimônio nº. 71324), em favor da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SALTO D'ÁGUA VERDE, inscrita no

CNPJ sob o nº. 01.663.717/0001-86;

V – 01 (um) distribuidor de calcário (patrimônio nº. 71421), 01 (uma) concha carregadeira (patrimônio nº. 71328) e 01 (uma) plaina agrícola (patrimônio nº. 71323), em favor da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ARROIOS, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.700.647/0001-99.

VI – 01 (uma) grade aradora (patrimônio nº. 71322), em favor da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SERRA DAS MORTES, inscrita no CNPJ nº. 03.194.609/0001-37.

Parágrafo único. O prazo de vigência da permissão de uso de bem público de que trata esta lei poderá ser prorrogado uma única vez por igual período.

Art. 2º - A permissão de uso de bem público de que trata esta lei se destina exclusivamente para uso das associações descritas no art. 1º desta lei e de seus filiados em atividades agrícolas desenvolvidas no Município de Canoinhas, sendo vedada a utilização do bem para finalidade diversa e sua transferência a terceiros.

Art. 3º - As despesas decorrentes da manutenção, conservação e utilização dos bens públicos objeto desta lei ficarão a cargo das entidades permissionárias descritas no art. 1ª desta lei, cabendo às referidas entidades a adoção de medidas preventivas de conservação e também reparadoras dos bens públicos objeto desta lei.

Art. 4º - Havendo algum dano ao bem público durante o prazo da permissão de uso autorizada por esta lei, deverá a entidade permissionária promover o ressarcimento integral ao Município de Canoinhas.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 27 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 06/2018 FMEL

Publicação Nº 1666897

PORTARIA Nº. 06/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município. CONSIDERANDO, o disposto na Lei nº 4.138 de 21/03/2007, resolve:

AUTORIZAR

Art. 1º. Fica autorizado o servidor Jocimar Jubanski, gestor de esportes, à disposição da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, a perceber adiantamento conforme o disposto na Lei nº 6.238 de 12/06/2018, visando atender a realização de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Art. 2º. Ao servidor citado no caput do artigo anterior, cabe à responsabilidade da conferência das solicitações de ajudas de custo, cujos valores das despesas serão transferidos a uma conta específica para esse fim, e o servidor será responsável pela movimentação

com o valor pecuniário a ser despendido e a exigência da comprovação, pelo favorecido, da realização da despesa.

Art. 3º. Ao Controle Interno cabe, no mês subsequente, à verificação da legalidade do processo e a emissão de parecer conclusivo.

Art. 4º. A autorização objeto deste instrumento far-se-á vigente pelo período compreendido de 13/06/2018

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 12 de Junho de 2018.

Francisco de Assis Ferreira da Silva

Presidente Honorífico

Fundação Municipal de Esportes e Lazer

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes e Lazer em 12/06/2018.

PORTARIA Nº 540/2018

Publicação Nº 1667625

PORTARIA Nº. 540/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação de THALITA CRISTINA POKRYVIECKI, que exerce o cargo de Médico, junto a Secretaria Municipal de Saúde, no período de 31/05/2018 a 14/05/2019, conforme comunicação interna nº 397/SMS/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de maio de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/05/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 611/2018

Publicação Nº 1667653

PORTARIA Nº. 611/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR APROVADOS PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Enfermeiro, a profissional EMANUELLE LILLER DA SILVA, aprovada em hábil e competente concurso público Edital nº 001/2017, e convocada conforme Edital nº 17/2018, para atuar na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h, junto a Secretaria Municipal de Saúde, iniciando

suas atividades a partir de 19/06/2018, conforme Comunicação Interna nº 390/SMS/2018.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 18/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 612/2018

Publicação Nº 1667648

PORTARIA Nº. 612/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias ao servidor HAMILTON CHAMBERG, efetivo no cargo de Auxiliar de Contabilidade, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 13/07/2018 a 27/07/2018, conforme Comunicação Interna nº 223/DP/2018.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora MARIA ALICE MACHADO, efetiva no cargo de Monitor, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 20/06/2018 a 19/07/2018, conforme Comunicação Interna nº 223/DP/2018.

Art. 3º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora SANDRA NUNES, efetiva no cargo de Técnico de Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 02/07/2018 a 31/07/2018, conforme Comunicação Interna nº 223/DP/2018.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 18/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 613/2018

Publicação Nº 1667647

PORTARIA Nº. 613/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Fica concedido 90 (noventa) dias de Licença Prêmio à servidora LUIZA WENDT, efetiva no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Educação, no exercício de 2013/2018, a desfrutar no período de 02/07/2018 a 29/09/2018, conforme Comunicação Interna nº 223/DP/2018.

Art. 2º - Fica concedido 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio à servidora TEREZINHA SOUZA DE PAULA, efetiva no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Educação, sendo 30 dias no exercício de 2007/2012 e 30 dias no exercício de 2012/2017, a desfrutar no período de 18/06/2018 a 16/08/2018, conforme Comunicação Interna nº 223/DP/2018.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 614/2018

Publicação Nº 1667652

PORTARIA Nº. 614/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

INTERROMPER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam interrompidas as férias concedidas ao servidor CÉLIO PEREIRA, que exerce o cargo de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 20 de junho de 2018, conforme Comunicação Interna nº 169/2018 do Departamento de Supervisão e Controle de Frota.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 615/2018

Publicação Nº 1667636

PORTARIA Nº. 615/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas,

Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o art. 1º da Portaria nº. 086/2018, passando a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica concedida à servidora LUCIMARA SALOMON MACHADO MASSANEIRO, efetiva no cargo de professor de anos iniciais, 40 horas, sendo 20 horas na EBM Presidente Castelo Branco e 20 horas no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, a realização do processo de habilitação para remoção temporária de 20 horas do GEM Ney Pacheco de Miranda Lima (período matutino) para a EBM Presidente Castelo Branco (período matutino) na vaga vinculada da professora Rosane Wunch Bail o qual esta em processo de readaptação, totalizando 40 horas na EBM Presidente Castelo Branco (período matutino/vespertino), no período de 06/02/2018 a 14/12/2018, conforme Comunicação Interna nº 170/SME/2018."

Art. 2º - Fica retificado o art. 2º da Portaria nº. 086/2018, passando a vigor com a seguinte redação:

"Art. 2º - Fica concedida à servidora VANESSA GISELI TREML, efetiva no cargo de professor de anos iniciais, 40 horas, sendo 20 horas na EBM Severo de Andrade e 20 horas no GEM Xeila Elisabete Cornelsen, a realização do processo de habilitação para remoção temporária de 20 horas da EBM Severo de Andrade (período matutino) para o GEM Xeila Elisabete Cornelsen (período matutino), na vaga vinculada da professora Marilda Aparecida Dranka a qual ocupa o cargo de diretora da EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa totalizando 40 horas na GEM Xeila Elisabete Cornelsen, no período de 06/02/2018 a 14/12/2018, conforme Comunicação Interna nº 170/SME/2018."

Art. 3º - Fica retificado o art. 3º da Portaria nº. 086/2018, passando a vigor com a seguinte redação:

"Art. 3º - Fica concedida à servidora DINAZELI TISCHLER FERNANDES CORRÊA, efetiva no cargo de professor de anos iniciais, 40 horas na EBM Severo de Andrade, a realização do Processo de Habilitação para Remoção Temporária de 20 horas da EBM Severo de Andrade (período vespertino) para a EBM José Grosskopf (período vespertino) vaga vinculada da professora Elenice Carvalho Wolff a qual está em processo de readaptação, totalizando 40 horas sendo 20 horas EBM Severo de Andrade (período matutino) e 20 horas na EBM José Grosskopf (período vespertino), no período de 06/02/2018 a 14/12/2018, conforme Comunicação Interna nº 170/SME/2018."

Art. 4º - Fica retificado o art. 4º da Portaria nº. 086/2018, passando a vigor com a seguinte redação:

"Art. 4º - Fica concedida à servidora ERLI FINTA, efetiva no cargo de professor de anos iniciais, 40 horas sendo 20 horas EBM Presidente Castelo Branco e 20 horas EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, a realização do processo de habilitação para remoção temporária de 20 horas da EBM Presidente Castelo Branco (período matutino) para a EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho (período matutino) vaga vinculada da professora Siomara Voigt Machado, a qual está em processo de readaptação, totalizando 40 horas na EBM Dr. Aroldo Carneiro e Carvalho (período matutino/vespertino), no período de 06/02/2018 a 14/12/2018, conforme Comunicação Interna nº 170/SME/2018."

Art. 5º - Fica retificado o art. 5º da Portaria nº. 086/2018, passando a vigor com a seguinte redação:

"Art. 5º - Fica concedida à servidora CACIANE HENNING MEIRELES, efetivo no cargo de professor de geografia, 20 horas, sendo 10 horas na EBM Maria Izabel de Lima Cubas e 10 horas EBM Evaldo Dranka, a realização do processo de habilitação para remoção temporária de 10 horas do EBM Evaldo Dranka (período matutino) para a EBM Maria Izabel de Lima Cubas na vaga vinculada do professor Edson Luiz Hacker, o qual está em processo de readaptação, no período de 06/02/2018 a 14/12/2018, conforme Comunicação Interna nº 170/SME/2018."

Art. 6º - Fica retificado o art. 6º da Portaria nº. 086/2018, passando a vigor com a seguinte redação:

"Art. 6º - Fica concedida à servidora CACIANE HENNING MEIRELES, efetiva no cargo de professor de geografia, 20 horas na EBM Maria Izabel de Lima Cubas e EBM Evaldo Dranka, a realização do processo de habilitação para alteração temporária de mais 10 horas na EBM Maria Izabel de Lima Cubas (período matutino) na vaga vinculada do professor Edson Luiz Hacker, o qual está em processo de readaptação, totalizando 30 horas na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, no período de 06/02/2018 a 14/12/2018, conforme Comunicação Interna nº 170/SME/2018."

Art. 7º - Fica retificado o art. 7º da Portaria nº. 086/2018, passando a vigor com a seguinte redação:

"Art. 7º - Fica concedido ao servidor LAERCIO BOBROVICZ, efetivo no cargo de professor de geografia, 10 horas na EBM Benedito Therézio de Carvalho, a realização do processo de habilitação para alteração temporária de mais 10 horas na EBM Benedito Therézio de Carvalho (período matutino), totalizando 20 horas na EBM Benedito Therézio de Carvalho (período matutino), no período de 06/02/2018 a 14/12/2018, conforme Comunicação Interna nº 170/SME/2018."

Art. 8º - Fica retificado o art. 8º da Portaria nº. 086/2018, passando a vigor com a seguinte redação:

"Art. 8º - Fica concedido ao servidor MARIO KRICZINSKI, efetivo no cargo de professor de história, 30 horas, sendo de 10 horas da EBM Alberto Wardenski e 20 horas na EBM Gerturdes Müller, a realização do processo de habilitação para remoção temporária de 20 horas da EBM Gertrudes Müller para a EBM Presidente Castelo Branco e 10 horas da EBM Alberto Wardenski para a EBM José Grosskopf totalizando 30 horas sendo 20 horas na EBM Presidente Castelo Branco (período matutino/vespertino) na vaga vinculada da professora Nair Aparecida Vieira, a qual está em processo de readaptação e 10 horas na EBM José Grosskopf (período matutino/vespertino) na vaga vinculada da professora Ana Helena Dobrychtop Stein a qual está em Processo de Habilitação para Remoção Temporária na EBM Severo de Andrade, no período de 06/02/2018 a 14/12/2018, conforme Comunicação Interna nº 170/SME/2018."

Art. 9º - Fica retificado o art. 9º da Portaria nº. 086/2018, passando a vigor com a seguinte redação:

"Art. 9º - Fica concedido ao servidor ALCEU GOESTEMEIER - professor de história, 10 horas na EBM Maria Lovatel Pires, a realização do processo de habilitação para alteração temporária de mais 10 horas na EBM Maria Lovatel Pires (período matutino), totalizando 20 horas na EBM Maria Lovatel Pires (período matutino), no período de 06/02/2018 a 14/12/2018, conforme Comunicação Interna nº 170/SME/2018."

Art. 10 - Fica retificado o art. 10 da Portaria nº. 086/2018, passando a vigor com a seguinte redação:

"Art. 10 - Fica concedida à servidora ANA HELENA DOBRYCHTOP STEIN, efetiva no cargo de professor de história, 30 horas sendo 10

horas na EBM Severo de Andrade e 20 horas EBM José Grosskopf, a realização do processo de habilitação para remoção temporária de 20 horas da EBM José Grosskopf para a EBM Severo de Andrade (período matutino/vespertino) vaga vinculada da professora Sandra da Silva Haag a qual ocupa o cargo de diretora de Ensino Fundamental 1ª a 4ª série juto a Secretaria Municipal de Educação, totalizando 30 horas na EBM Severo de Andrade, no período de 06/02/2018 a 14/12/2018, conforme Comunicação Interna nº 170/SME/2018."

Art. 11 - Fica retificado o art. 11 da Portaria nº. 086/2018, passando a vigor com a seguinte redação:

"Art. 11 - Fica concedida à servidora CECÍLIA APARECIDA DA SILVA LUDKA, efetiva no cargo de professor de matemática, 10 horas na EBM Benedito Therézio de Carvalho e 30 horas na EBM Presidente Castelo Branco, a realização do processo de habilitação para remoção temporária de mais 10 horas da EBM Presidente Castelo Branco para a EBM Benedito Therézio de Carvalho (período matutino) vaga vinculada do professor Mauro Edson Jungles, o qual ocupa o cargo de diretor administrativo junto a Secretaria Municipal de Educação, totalizando 40 horas sendo 20 horas na EBM Presidente Castelo Branco e 20 horas EBM Benedito Therézio de Carvalho (período matutino), no período de 06/02/2018 a 14/12/2018, conforme Comunicação Interna nº 170/SME/2018."

Art. 12 - Fica retificado o art. 12 da Portaria nº. 086/2018, passando a vigor com a seguinte redação:

"Art. 12 - Fica concedida à servidora JOELMA ZIELINSKI, efetiva no cargo de professor de matemática, 40 horas, sendo 10 horas na EBM José Grosskopf, 20 horas na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho e 10 horas na EBM Maria Lovatel Pires, a realização do processo de habilitação para remoção temporária de 10 horas da EBM José Grosskopf para a EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho (período matutino) vaga vinculada do professor Osmar Oleskovicz o qual ocupa o cargo de Secretário Municipal de Educação, totalizando 40 horas sendo 10 horas na EBM Maria Lovatel Pires (período matutino) e 30 horas na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho (período matutino/vespertino), no período de 06/02/2018 a 14/12/2018, conforme Comunicação Interna nº 170/SME/2018."

Art. 13 - Fica retificado o art. 13 da Portaria nº. 086/2018, passando a vigor com a seguinte redação:

"Art. 13 - Fica concedida à servidora TÂNIA MARIA WOICHIKOSKY, efetiva no cargo de pedagogo, 40 horas na EBM Presidente Castelo Branco, a realização do processo de habilitação para remoção temporária da EBM Presidente Castelo Branco para a EBM Severo de Andrade (período matutino/vespertino) vaga vinculada da pedagoga Maria de Lourdes Kaminski Falkewicz a qual está em processo de readaptação, totalizando 40 horas na EBM Severo de Andrade (período matutino/vespertino), no período de 06/02/2018 a 14/12/2018, conforme Comunicação Interna nº 170/SME/2018."

Art. 14 - Fica retificado o art. 14 da Portaria nº. 086/2018, passando a vigor com a seguinte redação:

"Art. 14 - Fica concedida à servidora CLEIDE REGINA MELECHENCO CUJA, efetiva no cargo de professor de educação infantil, 40 horas, sendo 20 horas na EBM Evaldo Dranka e 20 horas na Rede Municipal de Ensino, a realização do processo de habilitação para remoção temporária da EBM Evaldo Dranka para o CEIR Santa Bárbara (período vespertino) vaga transitória, totalizando 40 horas no CEIR Santa Bárbara (período matutino/vespertino), no período de 06/02/2018 a 14/12/2018, conforme Comunicação Interna nº 170/SME/2018."

Art. 15 - Fica retificado o art. 15 da Portaria nº. 086/2018, passando

a vigor com a seguinte redação:

"Art. 15 - Fica concedida à servidora ANA CLÁUDIA ADUR, efetiva no cargo de professor de Educação Infantil, 40 horas, sendo 20 horas no CEI Rodolfo Linzmeier e 20 horas no CEI Fernando Pessoa, a realização do processo de habilitação para remoção temporária do CEI Rodolfo Linzmeier (período matutino) para o CEI Fernando Pessoa (período matutino) vaga vinculada da professora Angelita Knorek Koch, a qual ocupa o cargo de diretora do CEI Fernando Pessoa, totalizando 40 horas no CEI Fernando Pessoa (período matutino/vespertino), no período de 06/02/2018 a 14/12/2018, conforme Comunicação Interna nº 170/SME/2018."

Art. 16 - Fica retificado o art. 16 da Portaria nº. 086/2018, passando a vigor com a seguinte redação:

"Art. 16 - Fica concedida à servidora CRISTIANE APARECIDA DE PAULA GRAVI, efetiva no cargo de professor de Educação Infantil, 40 horas, sendo 20 horas na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho (período matutino) e GEM Reinaldo Krüger (período vespertino), a realização do processo de habilitação para remoção temporária da EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho e GEM Reinaldo Krüger para o CEI Vinicius de Moraes vaga vinculada da professora Sidmeia Dias dos Santos, a qual está em processo de readaptação, totalizando 40 horas no CEI Vinicius de Moraes (período matutino/vespertino), no período de 06/02/2018 a 14/12/2018, conforme Comunicação Interna nº 170/SME/2018."

Art. 17 - Fica retificado o art. 17 da Portaria nº. 086/2018, passando a vigor com a seguinte redação:

"Art. 17 - Fica concedida à servidora MARCELANE MUNHOZ ERHARDT, efetiva no cargo de professor de Educação Infantil, 40 horas, sendo 20 horas no CEI Monteiro Lobato e 20 horas no CEI Vinicius de Moraes, a realização do processo de habilitação para remoção temporária do CEI Monteiro Lobato (período matutino) para o CEI Vinicius de Moraes (período matutino) vaga vinculada da professora Selma Franz, a qual está em processo de readaptação, totalizando 40 horas no CEI Vinicius de Moraes (período matutino/vespertino), no período de 06/02/2018 a 14/12/2018, conforme Comunicação Interna nº 170/SME/2018."

Art. 18 - Fica retificado o art. 18 da Portaria nº. 086/2018, passando a vigor com a seguinte redação:

"Art. 18 - Fica concedida à servidora ELIANE MARIA SCREPEC, efetiva no cargo professor de Educação Infantil, 40 horas, sendo 20 horas no CEI Cecília Meirelles e 20 horas no CEI Mario Edson de Aguiar, a realização do processo de habilitação para remoção temporária de 20 horas do CEI Cecília Meirelles para o CEI Mário Edson de Aguiar (período matutino) na vaga vinculada da professora Marisa Bernadete Salai Voigt a qual ocupa o cargo de diretora do CEI Mario Edson de Aguiar, totalizando 40 horas no CEI Mário Edson de Aguiar (período matutino/vespertino), no período de 06/02/2018 a 14/12/2018, conforme Comunicação Interna nº 170/SME/2018."

Art. 19 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20 - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 616/2018

Publicação Nº 1667597

PORTARIA Nº. 616/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora ELIZETE APARECIDA RIBEIRO, efetiva no cargo de Técnico de Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 01/07/2018 a 30/07/2018, conforme Comunicação Interna nº 225/DP/2018.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora ELISETE SIMONE VOOS, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 27/06/2018 a 26/07/2018, conforme Comunicação Interna nº 225/DP/2018.

Art. 3º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor GERALDO LUIZ CARDOSO CHAVES, efetivo no cargo de Médico Pediatra, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 20/06/2018 a 29/06/2018, conforme Comunicação Interna nº 225/DP/2018.

Art. 4º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora MARLI TABORDA DRANKA, efetiva no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 02/07/2018 a 31/07/2018, conforme Comunicação Interna nº 225/DP/2018.

Art. 5º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias à servidora MARILIN ROSANA MUNHOZ DA SILVA WERKA, efetiva no cargo de Assistente Social, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 09/07/2018 a 28/07/2018, conforme Comunicação Interna nº 225/DP/2018.

Art. 6º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora TELMA APARECIDA PEIXER, efetiva no cargo de Professor de Matemática, junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 21/06/2018 a 20/07/2018, conforme Comunicação Interna nº 225/DP/2018.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de junho de 2018.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 617/2018

Publicação Nº 1667644

PORTARIA Nº. 617/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a servidora MARIA GORETI BAUER SELEME, efetiva no cargo de Assistente Técnico Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 18/06/2018 a 18/07/2018, conforme comunicação interna nº 226/DP/2018.

Art. 2º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a servidora JUSSARA RIBAS PINTO, efetiva no cargo de Professor - 2, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 04/06/2018 a 10/07/2018, conforme comunicação interna nº 224/DP/2018.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de junho de 2018.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 621/2018

Publicação Nº 1667658

PORTARIA Nº. 621/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a servidora NEUSELI APARECIDA NOGATH DOBRYCHTOP, efetiva no cargo de Professor - 3, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 19/06/2018 a 18/07/2018, conforme comunicação interna nº 228/DP/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de junho de 2018.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 622/2018

Publicação Nº 1667657

PORTARIA Nº. 622/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias a servidora MARIA HELOISA KOHLER, efetiva no cargo de Técnico de Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 16/07/2018 a 30/07/2018, conforme Comunicação Interna nº 229/DP/2018.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora NELVA MERIELE EGUES SOSA, contratada no cargo de Médico Generalista, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 23/07/2018 a 01/08/2018, conforme Comunicação Interna nº 229DP/2018.

Art. 3º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias a servidora VIVIANE ERZINGER, efetiva no cargo de Auxiliar de Suporte, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 01/07/2018 a 30/07/2018, conforme Comunicação Interna nº 229/DP/2018.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 20/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 623/2018

Publicação Nº 1667654

PORTARIA Nº. 623/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009, resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação à servidora PRESCILA FRIEDRICH DE ALMEIDA, efetiva no cargo de Psicólogo, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, cuja licença será gozada no período de 16/06/2018 a 12/12/2018, conforme Comunicação Interna nº 229/DP/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 624/2018

Publicação Nº 1667643

PORTARIA Nº. 624/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Fica concedido 10 (dez) dias de Licença Prêmio ao servidor LUIZ ANTONIO RISKE, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Saúde, no exercício de 2004/2009, a desfrutar no período de 25/06/2018 a 04/07/2018, conforme Comunicação Interna nº 229/DP/2018.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 625/2018

Publicação Nº 1667624

PORTARIA Nº. 625/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a servidora ALINE APARECIDA MENDES, efetiva no cargo de Professor - 2, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 18/06/2018 a 25/09/2018, conforme comunicação interna nº 230/DP/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 626/2018

Publicação Nº 1667609

PORTARIA Nº. 626/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora CARINE BATISTA MOREIRA DOS ANJOS (matrícula 14669), contratada no cargo de Professor ACT - Geografia, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/06/2018, sendo que após o 16º dia de afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

Art. 2º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora CARINE BATISTA MOREIRA DOS ANJOS (matrícula 14953), contratada no cargo de Professor ACT - Geografia, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/06/2018, sendo que após o 16º dia de afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 627/2018

Publicação Nº 1667621

PORTARIA Nº. 627/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Fica concedido 01 (um) dia de Férias à servidora ELAINE CRISTINA DA SILVA, efetiva no cargo de Contador, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, tendo em vista a interrupção das férias prevista na Portaria nº 191/2018, a desfrutar no dia 25/06/2018, conforme Comunicação Interna nº 234/SMAFO/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 628/2018

Publicação Nº 1667584

PORTARIA Nº. 628/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, as Leis Municipais 5.528 de 25/03/2015 e Lei nº 4.851 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/SME/2017, Edital nº 006/SME/2017 de 08/12/2017, resolve:

CONTRATAR PROFISSIONAL PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO DE 2018

Art. 1º - Fica contratado ELIAS PADILHA, para exercer o cargo de Professor de Geografia, MAG I, 40 horas semanais e sem regência para atuar na EBM Gertrudes Müller, no período de 21/06/2018 a 14/12/2018, na vaga da professora Carine Batista Moreira dos Anjos, a qual está em Licença Tratamento de Saúde, contrato que poderá ser encerrado a qualquer momento com o retorno do titular, conforme Comunicação Interna nº 172/SME/2018.

Art. 2º - Fica contratado THOMAS FELIPE BIANEK BARBOSA, para exercer o cargo de Professor de Ensino Religioso, MAG I, 20 horas semanais, 20 aulas ministradas, 04 aulas excedentes e 15% regência para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro Carvalho e EBM Presidente Castelo Branco, no período de 21/06/2018 a 14/12/2018, na vaga da professora Jussara Ribas Pinto, a qual está em Licença Tratamento de Saúde, contrato que poderá ser encerrado a qualquer momento no retorno do titular, conforme Comunicação Interna nº 172/SME/2018.

Art. 3º - Fica contratada CLEUSA MARIA MORAES ROCHA FUCK, para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, no período de 25/06/2018 a 14/12/2018, conforme Comunicação Interna nº 172/SME/2018.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 629/2018

Publicação Nº 1667638

PORTARIA Nº. 629/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o art. 1º da Portaria nº. 595/2018, passando a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Agente Administrativo, a profissional CRYSTIANE LARSEN, aprovado em hábil e competente concurso público Edital nº 001/2017, e convocado

conforme Edital nº 20/2018, iniciando suas atividades, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 13/06/2018, conforme Comunicação Interna nº 228/SMAFO/2018.

Art. 2º - Fica retificado o art. 1º da Portaria nº. 585/2018, passando a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º – Fica nomeado para exercer o cargo de Contador, o profissional RAFAEL VERKA SORG, aprovado em hábil e competente concurso público Edital nº 001/2017, e convocado conforme Edital nº 18/2018, iniciando suas atividades, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 12/06/2018, conforme Comunicação Interna nº 227/SMAFO/2018.”

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de junho de 2018.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 630/2018

Publicação Nº 1667639

PORTARIA Nº. 630/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor CARLOS EDUARDO TAVARES, efetivo no cargo de Servente Masculino, junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 02/07/2018 a 31/07/2018, conforme Comunicação Interna nº 232/DP/2018.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora FABIA SAGAZ DIAS, efetiva no cargo de Enfermeiro, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 23/07/2018 a 01/08/2018, conforme Comunicação Interna nº 232/DP/2018.

Art. 3º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora THAIS LUANA KOHLER, que exerce o cargo comissionado de Coordenador da Casa de Passagem Santa Clara, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 22/06/2018 a 01/07/2018, conforme Comunicação Interna nº 232/DP/2018.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de junho de 2018.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 21/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 631/2018

Publicação Nº 1667641

PORTARIA Nº. 631/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009, resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação à servidora PRISCILA NOERNBERG, que exerce o cargo de comissionado de Assessor de Comunicação, junto ao Gabinete do Prefeito, cuja licença será gozada no período de 18/06/2018 a 15/10/2018, conforme Comunicação Interna nº 233/DP/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de junho de 2018.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 632/2018

Publicação Nº 1667602

PORTARIA Nº. 632/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora CIRLEI TE-REZINHA RODRIGUES, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, no período de 25/06/2018 a 19/09/2018, conforme Comunicação Interna nº 234/DP/2018.

Art. 2º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora DEBORA ALVES DA CRUZ, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, no período de 18/06/2018 a 22/06/2018, conforme Comunicação Interna nº 234/DP/2018.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de junho de 2018.
GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 633/2018

Publicação Nº 1667606

PORTARIA Nº. 633/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, Processo Seletivo 001/SMDR/2018, resolve:

CONTRATAR

Art. 1º - Fica contratada GEISA COSTA, para exercer o cargo de Engenheiro Agrônomo, iniciará suas atividades junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, no período de 25/06/2018 a 24/12/2018, conforme Comunicação Interna nº 080/SMDR/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de junho de 2018.

GILBERTO DO PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 634/2018

Publicação Nº 1667612

PORTARIA Nº. 634/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação de LUCIANE KAMINSKI, que exerce o cargo de Servente Feminino, 40 horas semanais, para atuar no EBM Pedro Bandeira, no período de 30/06/2018 a 29/09/2018, na vaga vinculada da Servente Luiza Wendt, a qual permanece em Licença Prêmio, conforme comunicação interna nº 176/SME-RH/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 635/2018

Publicação Nº 1667629

PORTARIA Nº. 635/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho da servidora AMABILE CAROLINE KRULL CALADO, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, passando a desempenhar suas funções junto a EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa, a partir de 25/06/2018, conforme Comunicação Interna nº 175/SME/2018.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 636/2018

Publicação Nº 1667547

PORTARIA Nº. 636/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora PETRONILA GURZYNSKI OLISKOWSKI, efetiva no cargo de Professor - 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 22/06/2018 a 18/12/2018, conforme Comunicação Interna nº 235/DP/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 637/2018

Publicação Nº 1667572

PORTARIA Nº. 637/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias a servidora SIRLEI GRACIANO LEITE BOREK, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto a Secretaria Municipal de Planejamento, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 28/06/2018 a 12/07/2018, conforme Comunicação Interna nº 236/DP/2018.

Art. 2º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias à servidora ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 02/07/2018 a 16/07/2018, conforme Comunicação Interna nº 236/DP/2018.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de junho de 2018.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 638/2018

Publicação Nº 1667548

PORTARIA Nº. 638/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Fica concedido 81 (oitenta e um) dias de Licença Prêmio a servidora RAQUEL APARECIDA DAMBROSKI, efetiva no cargo de Administrador Escolar, junto a Secretaria Municipal de Educação, no exercício de 2009/2014, a desfrutar no período de 27/06/2018 a 15/09/2018, conforme Comunicação Interna nº 236/DP/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de junho de 2018.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 639/2018

Publicação Nº 1667576

PORTARIA Nº. 639/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, THOMAS FELIPE BIANEK BARBOSA, contratado no cargo de Professor, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25/06/2018, conforme Comunicação Interna nº 236/DP/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de junho de 2018.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 640/2018

Publicação Nº 1667162

PORTARIA Nº. 640/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 161, inciso I da Lei 2.305/1990 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Municipais, bem como o julgamento do Processo Administrativo Disciplinar deflagrado pela Portaria nº 221/2018, resolve:

DEMITIR

Art. 1º - Fica demitida SANDRA MATHIAS, efetiva no cargo de Cuidador de Idosos, na Casa Lar de Idosos Stellita Pacheco, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 25/06/2018, conforme Comunicação Interna nº 157/DJ/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de junho de 2018.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 641/2018

Publicação Nº 1667586

PORTARIA Nº. 641/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho do servidor VALDECIR PEREIRA, efetivo no cargo de Servente Masculino, passando a desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Planejamento, a partir de 26/06/2018, conforme Comunicação Interna nº 070/SMODU/2018.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 642/2018

Publicação Nº 1667167

PORTARIA Nº. 642/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 161, inciso I da Lei 2.305/1990 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Municipais, bem como o julgamento do Processo Administrativo Disciplinar deflagrado pela Portaria nº 576/2017, resolve:

DEMITIR

Art. 1º - Fica demitida THALITA DAIANE PEREIRA BOSSE, efetiva no cargo de Pedagogo, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 26/06/2018, conforme Comunicação Interna nº 160/DJ/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 643/2018

Publicação Nº 1667590

PORTARIA Nº. 643/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Art. 1º - Fica autorizada a averbação nos assentamentos funcionais, de ANA MARIA KASCHUK, detentora da matrícula nº 1312, e do cargo efetivo de Professor, da Certidão de Tempo de Serviço/ Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20024010.1.00027/15-2, da qual se extraiu o período de 16 (dezesesseis) anos, 04 (quatro) meses e 0 (zero) dia, no período de 01/04/2000 a 31/07/2016, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 644/2018

Publicação Nº 1667592

PORTARIA Nº. 644/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor MARCIANO FERNANDES CORREA, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 11/07/2018 a 20/07/2018, conforme Comunicação Interna nº 237/DP/2018.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora PATRICIA MARQUES WEIL, que exerce o cargo comissionado de Supervisor II, junto a Secretaria Municipal de Planejamento, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 09/07/2018 a 18/07/2018, conforme Comunicação Interna nº 237/DP/2018.

Art. 3º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora SANDRA FRANCISCA ARAUJO PEDROSA, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 02/07/2018 a 31/07/2018, conforme Comunicação Interna nº 237/DP/2018.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2018.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 645/2018

Publicação Nº 1667593

PORTARIA Nº. 645/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o artigo 103 da Lei n.º 2.305/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Art. 1º - Fica concedido Licença Sem Vencimento para Tratar de Interesses Particulares a servidora CLEONICE DA SILVEIRA VOGT, efetiva no cargo de Auditor Fiscal, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, a partir de 04/07/2018, conforme Comunicação Interna nº 237/DP/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2018.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 647/2018

Publicação Nº 1667615

PORTARIA Nº. 647/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o art. 1º da Portaria nº. 476/2018, passando a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias a servidora CLEONICE DA SILVEIRA VOGT, efetiva no cargo de Auditor Fiscal, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 04/06/2018 a 03/07/2018, conforme Comunicação Interna nº 239/DP/2018.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de junho de 2018.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DE AVISO DE ALTERAÇÃO DE HORARIO DE ABERTURA E RECEBIMENTOS DE PROPOSTAS DO PREGÃO Nº. PMC 117/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1667339

MUNICÍPIO DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 117/2018

PREGAO PRESENCIAL Nº. PMC 88/2018

AVISO DE ALTERAÇÃO DE HORÁRIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO

O Município de Canoinhas - SC, CNPJ 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, comunica aos interessados que a licitação referente ao Processo de Licitação Nº PMC 117/2018, Pregão Presencial Nº PMC 88/2018, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LOCAÇÃO, MONTAGEM, ASSISTÊNCIA E DESMONTAGEM DE CAMA ELÁSTICA, PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS COM DURAÇÃO ENTRE 04 (QUATRO) E 08 (OITO) HORAS, PROMOVIDOS PELA PREFEITURA, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR terá seu horário de recebimento de propostas no setor de protocolos da Prefeitura alterado para as 15h00min do dia 02/07/2018, sendo o início da sessão as 15h05min do mesmo dia, em virtude do Decreto Municipal nº 172/2018 que dispõe sobre o expediente do serviço público municipal nos dias de jogo do Brasil na Copa do Mundo de Futebol. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N. FMS 6-06/2018

Publicação Nº 1667552

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 06/2016
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
TERMO DE SUPRESSÃO DE VALOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº FMS 223/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 137/2015

O Prefeito do Município de Canoinhas torna público o aditivo descrito acima:

Data de assinatura termo aditivo: 06/06/2018.

Contratada: KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ sob o nº 04.629.488/0001-71.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE RASTREAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS TERRESTRES, EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS, EM USO PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POR MEIO DE EQUIPAMENTO GPS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE RASTREAMENTO E SISTEMA DE GESTÃO, INCLUINDO AINDA, O TREINAMENTO DE USO E A HOSPEDAGEM DE SISTEMA DE GESTÃO EM EQUIPAMENTOS INSTALADOS NA SEDE DA CONTRATADA.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ sob n.º 11.206.680/0001-10.

Do valor suprimido: R\$ 632,00 (seiscentos e trinta e dois reais).

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N. FMS 7-20/2016

Publicação Nº 1667556

EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 20/2016
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
TERMO DE ACRESCIMO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório n.º PMC 87/2016

Pregão Presencial n.º PMC 61/2016

O Prefeito do Município de Canoinhas torna público o aditivo descrito acima.

Data de assinatura termo aditivo: 25/05/2018.

Contratada: GENTE SEGURADORA S.A., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 90.180.605/0001-02.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR DESTINADO À FROTA DE VEÍCULOS/CAMINHÕES DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ sob n.º 11.206.680/0001-10.

Do valor: R\$ 19.515,05 (dezenove mil quinhentos e quinze reais e cinco centavos).

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N. PMC 1-53/2018

Publicação Nº 1667582

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º PMC 53/2018
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo nº PMC 109/2017

Pregão Presencial nº PMC 79/2017

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC torna público o aditivo descrito acima.

Data de assinatura do Termo: 15/06/2018.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO PARCELADA DE 50 HORAS DE SERVIÇO DE ROLO COMPACTADOR, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.

Contratada: VOLPESA CONSTRUÇÕES LTDA ME, CNPJ sob n.º 08828928000170.

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80.

Do Prazo: DE 15/06/2018 até 15/07/2018.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N. PMC 12-57/2013

Publicação Nº 1667573

EXTRATO DO 12º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º PMC 57/2013

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E ACRESCIMO DE VALOR

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório n.º PMC 38/2013

Concorrência Pública n.º PMC 04/2013

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o aditivo descrito acima.

Data de assinatura do Termo: 29/05/2018.

Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DA ÁREA FÍSICA INTERNA (SALAS, COZINHA, BANHEIROS, ESCADARIA, CORREDORES E AFINS) E EXTERNA (CALÇADAS, ESCADARIAS E AFINS) DO PAÇO MUNICIPAL, TERMINAL RODOVIÁRIO, E.B.M. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, E.B.M. DR. AROLD CARNEIRO DE CARVALHO E E.B.M. SEVERO DE ANDRADE, BENEDITO T. DE CARVALHO, EVALDO DRANKA, MARIA ISABEL DE LIMA CUBAS E PORTAL TURÍSTICO, TOTALIZANDO 14.449,00 M², (SALAS, COZINHA, BANHEIROS, ESCADARIA, CORREDORES E AFINS) E EXTERNA (CALÇADAS, ESCADARIAS E AFINS), COMPREENDENDO AS ATIVIDADES DESCRITAS NO ANEXO III DO EDITAL. Contratada: Adeplan Prestadora de Serviços Indústria e Comércio Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 04.639.608/0001-11.

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80.

Do valor acrescido: R\$ 51.299,76 (cinquenta e um mil duzentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos).

Da prorrogação: De 28/06/2018 até 29/07/2018.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N. PMC 9-101/2016

Publicação Nº 1667577

EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º PMC 101/2016

TERMO DE RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo nº PMC 87/2016

Pregão Presencial nº PMC 61/2016

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o seguinte aditivo:

Data de assinatura do Termo: 13/06/2018.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR DESTINADO À FROTA DE VEÍCULOS/CAMINHÕES DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

Contratada: GENTE SEGURADORA S.A, CNPJ sob n.º 90.180.605/0001-02.

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80.

Da retificação: Fica prorrogado o seguro veicular do Gol City, placas MHY 8632, vinculado à secretaria de obras, até 02/06/2019.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N. FMS 31/2018

Publicação Nº 1667564

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 31/2018

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo de Licitação n.º FMS 34/2018

Inexigibilidade de Licitação n.º 09/2018

O Prefeito do Município de Canoinhas/SC torna público o contrato citado acima.

Data do contrato: 07/06/2018.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE 7.700 VALES-TRANSPORTE, PELO PERÍODO DE 07 (SETE) MESES, DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO CAPS.

Contratada: COLETIVO SANTA CRUZ LTDA - EPP, CNPJ nº 83.109.308/0001-54.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, inscrita no CNPJ: 11.206.680/0001-10.

Valor do contrato R\$ 22.330,00 (vinte e dois mil trezentos e trinta

reais) sendo R\$ 2,90 o valor de cada vale transporte.
Da vigência contratual: a partir da assinatura até 31/12/2018.
A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.
Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N. FMS 32/2018

Publicação Nº 1667567

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 32/2018
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
Chamada Pública n. FMS 01/2018
Processo Licitatório n.º FMS 31/2018
Inexigibilidade de Licitação n. 07/2018
O Prefeito do Município de Canoinhas/SC torna público o contrato citado acima.
Data do contrato: 26/06/2018.
Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE 223 EXAMES DE TOMOGRAFIA (TAC).
Contratada: HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n.º 83.192.096/0001-64.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, inscrita no CNPJ: 11.206.680/0001-10.
Valor do contrato: R\$ 35.680,00 (trinta e cinco mil seiscentos e oitenta reais), valor unitário do exame R\$ 160,00 (cento e sessenta reais).
Da vigência contratual: a partir da assinatura até 23/09/2018.
A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.
Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N. FMS 33/2018

Publicação Nº 1667569

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 33/2018
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório n.º FMS 30/2018
Pregão Eletrônico n.º FMS 25/2018
O Prefeito do Município de Canoinhas/SC torna público o contrato citado acima:
Data do contrato: 27/06/2018.
Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) RELOGIOS PONTO A SEREM USADOS NA IMPLANTAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE SAÚDE E PARA SUBSTITUIÇÃO DOS RELOGIOS DEPRECIADOS NAS UNIDADES JÁ EM FUNCIONAMENTO.
Contratada: SMART POINT LTDA ME, CNPJ sob n.º 09213371000126.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, inscrita no CNPJ: 11.206.680/0001-10.
Valor do contrato: R\$ 7.643,50 (sete mil seiscentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos), ao valor unitário de R\$ 1.528,70 (mil quinhentos e vinte e oito reais e setenta centavos).
Da vigência contratual: a partir da assinatura até 31/07/2018.
A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.
Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N. PMC 62/2018

Publicação Nº 1667595

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 62/2018
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo licitatório n. 97/2018
Tomada de Preços nº PMC 06/2018
O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o contrato descrito acima:
Data de assinatura: 11/06/2018.
Contratada: CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.403.261/0001-88.
Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À REFORMA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LANDI AMA NEPPEL, ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SEVERO DE ANDRADE E ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PRESIDENTE CASTELO BRANCO, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, NESTA CIDADE DE CANOINHAS.
Valor total do Contrato: R\$ 131.112,43 (cento e trinta e um mil cento e doze reais e quarenta e três centavos).
Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80.
Da vigência contratual: a partir 11/06/2018 até 13/09/2018.
A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.
Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N. PMC 63/2018

Publicação Nº 1667599

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 63/2018
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo licitatório n. PMC 50/2018
Concorrência Pública nº PMC 06/2018
O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o contrato descrito acima.
Data de assinatura: 20/06/2018.
Contratada: QUANTUM ENGENHARIA LTDA, CNPJ sob n.º 82.094.640/0001-72.
Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO, MELHORIA E AMPLIAÇÃO, COM GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES VIA SISTEMA INFORMATIZADO DE I.P., CADASTRO E IDENTIFICAÇÃO DE UNIDADES, PARA O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANOINHAS.
Valor total do Contrato: R\$ 1.967.368,61 (um milhão novecentos e sessenta e sete mil trezentos e sessenta e oito reais e sessenta e um centavos), sendo:
- Gerenciamento via sistema informatizado e manutenção da Iluminação Pública ---- Valor para 12 meses: R\$ 302.390,76;
- Melhoria e ampliação do sistema de Iluminação Pública ---- Valor para 12 meses: R\$ 189.978,80;
- Materiais para manutenção, melhoria e ampliação do sistema de Iluminação ---- Valor para 12 meses: R\$ 1.208.294,57;
- Serviços e materiais para cadastramento inicial da rede de iluminação ---- Valor para 12 meses: R\$ 266.704,48
Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80.
Da vigência contratual: a partir 20/06/2018 até 29/06/2019.
A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.
Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N. PMC 64/2018

Publicação Nº 1667631

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 64/2018

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório n.º 109/2017

PREGÃO PRESENCIAL n.º 79/2017

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o contrato descrito acima.

Data de assinatura: 21/06/2018.

Contratada: TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME, CNPJ sob n.º 23161589000105.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO PARCELADA DE 200 HORAS DE SERVIÇO DE RETROESCAVADEIRA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.

Valor total do Contrato: R\$ 18.360,00 (dezoito mil trezentos e sessenta reais), ao valor unitário de R\$ R\$ 91,80/hora.

Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80.

Da vigência contratual: a partir 21/06/2018 até 03/08/2018.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N. PMC 65/2018

Publicação Nº 1667633

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 65/2018

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório n. PMC 124/2018

Dispensa de Licitação nº PMC 06/2018

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o contrato descrito acima.

Data de assinatura: 25/06/2018.

Contratada: CLERCIO ODIR TREML, inscrito no CPF nº 286.141.946-68.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO PARCELADA DE 200 HORAS DE SERVIÇO DE RETROESCAVADEIRA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.

Valor total do Contrato: 5.000,00 (cinco mil reais), totalizando o valor de R\$ 30.833,35 (trinta mil oitocentos e trinta e três reais e trinta e cinco centavos).

Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80.

Da vigência contratual: a partir 25/06/2018 até 31/12/2018.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

Gilberto dos Passos

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 29/2018 - HORÁRIO EXCEPCIONAL DURANTE OS JOGOS DA COPA RETIFICADA**

Publicação Nº 1667540

PORTARIA Nº 29/2018

“DISPÕE SOBRE HORÁRIO EXCEPCIONAL DE EXPEDIENTE DO PODER LEGISLATIVO NOS DIAS DOS JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO 2018”

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

RESOLVE

Art. 1º - Conforme Decreto Municipal de número 172/2018, o horário de expediente do Legislativo Municipal, durante a Copa do Mundo de 2018, excepcionalmente, será:

I- das 08h00 às 13h30min nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira com início agendado para as 15h00;

II- das 13h30 às 17h30, nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira com início agendado para as 11h00; e

III- das 12h30 às 17h30, nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira com início agendado para as 9h00.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de junho de 2018.

REGISTRA-SE.
PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

Coronel Mario
Presidente

Paulinho Basílio Telma Bley
1º Secretário 2º Secretária

INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº12

Publicação Nº 1667116

PORTARIA N º 012/2018

DIOGO CARLOS SEIDEL, Diretor Executivo do Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 054 de 29/04/2016, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias ao servidor LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, junto ao Instituto Canoinhense de Previdência, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 22/06/2018 a 11/07/2018, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas (SC), 22 de junho de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Diretor Executivo do ICPREV

PORTARIA Nº13/2018

Publicação Nº 1667149

PORTARIA N º 13/2018

DIOGO CARLOS SEIDEL, Diretor Executivo do Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 054 de 29/04/2016, e

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, § 1º, III, "a" da CF/88 com redação da EC nº. 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal n.º 054/2016, que instituiu o Regime, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Fica concedido o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, conforme art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 a segurada ENEIDA CLARICE REINERT DA SILVA, portadora da cédula de identidade n.º1.455.968, inscrita no CPF sob o n.º714.491.919-91 e PIS/PASEP nº1.702.394.549-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, sob a matrícula nº1203, do quadro de pessoal da Prefeitura do Município de Canoinhas, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo ICPREV.

Parágrafo Único: A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, cujos efeitos dar-se-ão a contar de 01/07/2018.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas (SC), 27 de junho de 2018.

REGISTRE-SE; PUBLIQUE-SE; CUMPRA-SE.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Diretor Executivo do ICPREV

PORTARIA Nº14/2018

Publicação Nº 1667152

PORTARIA N º 14/2018

DIOGO CARLOS SEIDEL, Diretor Executivo do Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 054 de 29/04/2016, e

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, § 1º, III, “a” da CF/88 com redação da EC nº. 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal n.º 054/2016, que instituiu o Regime, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art.1º. Fica concedido o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, conforme art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 a segurada ROSALBA MÜLLER NOGATZ, portadora da cédula de identidade n.º1.793.199, inscrita no CPF sob o n.º623.501.109-15 e PIS/PASEP nº1.203.938.642-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, sob a matrícula nº473, do quadro de pessoal da Prefeitura do Município de Canoinhas, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo ICPREV.

Parágrafo Único: A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, cujos efeitos dar-se-ão a contar de 02/07/2018.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas (SC), 27 de junho de 2018.

REGISTRE-SE; PUBLIQUE-SE; CUMPRA-SE.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Diretor Executivo do ICPREV

Capinzal

PREFEITURA

Decreto nº 067/2018

Publicação Nº 1667613

DECRETO No 067, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre horário especial de funcionamento nas Repartições Públicas Municipais, por ocasião da Copa do Mundo de 2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a realização do Campeonato Mundial de Futebol – Copa do Mundo 2018, evento que representa um fenômeno de alcance mundial, com forte repercussão no território nacional;

CONSIDERANDO que a Seleção Brasileira de Futebol se classificou para as oitavas de final da Copa do Mundo Rússia 2018 e o jogo ocorrerá no mesmo horário do expediente da Prefeitura Municipal de Capinzal;

CONSIDERANDO ainda, que a modificação antecipada do horário de expediente especial, com pequena variação da respectiva carga horária diária, não acarretará prejuízos aos munícipes;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido horário especial de funcionamento nas Repartições Públicas Municipais, no dia 02 de julho (segunda-feira), durante o jogo da Seleção Brasileira de Futebol, que iniciará às 11 horas e o expediente será das 07 horas às 10h 30min. e das 14 horas às 17h 30min.

§ 1º Excetuam-se deste horário especial as Escolas e as Creches da Rede Municipal de Ensino, que terão seus horários da seguinte forma:

I – Haverá aula normal até às 10 horas para os alunos do Pré-Escolar, Séries Iniciais e Séries Finais;

II – Não haverá aula nas Creches Municipais tendo em vista que os Professores estarão em trabalho interno;

III – Haverá aula normal no período vespertino e para os alunos que necessitam de Transporte, o mesmo passará às 13 horas.

§ 2º O atendimento emergencial à saúde, será prestado através do Sistema de Plantão 24 Horas junto ao Hospital Nossa Senhora das Dores.

Art. 2º As audiências e reuniões designadas para os dias a que se refere o art. 1º poderão ser remanejadas, observando-se a conveniência da Administração Pública.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação.

Capinzal, em 28 de junho de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0691/2018

Publicação Nº 1667225

PORTARIA Nº 0691, DE 25 DE ABRIL DE 2018

Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Derci Schmidt Soares Machado de Mello, matrícula nº 322369/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência E, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretária da Saúde

PORTARIA 0692/2018

Publicação Nº 1667228

PORTARIA Nº 0692, DE 25 DE ABRIL DE 2018

Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Dircilei Terezinha Leal da Silva Souza, matrícula nº 322369/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, nível 65, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 65, referência E, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretária da Saúde

PORTARIA 0694/2018

Publicação Nº 1667280

PORTARIA Nº 0694, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Elaine Fatima Gotardo, matrícula nº 327999/02.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 153, referência F, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 153, referência G, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0696/2018

Publicação Nº 1667287

PORTARIA Nº 0696, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Eliane Fatima Rietter, matrícula nº 309052/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, nível 65, referência H, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 65, referência I, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0697/2018

Publicação Nº 1667321

PORTARIA Nº 0697, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Eliane Lasta de Lima Cordeiro, matrícula nº 328065/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência E, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0699/2018

Publicação Nº 1667322

PORTARIA Nº 0699, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Elisângela de Fatima Fachin, matrícula nº 328146/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência F, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência G, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0701/2018

Publicação Nº 1667325

PORTARIA Nº 0701, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Fabio Antonio da Silva, matrícula nº 328545/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência F, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0702/2018

Publicação Nº 1667329

PORTARIA Nº 0702, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Fabio Cesar Mangolt Delfino, matrícula nº 328553/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência F, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0714/2018

Publicação Nº 1667711

PORTARIA Nº 0714, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Ilda Maria Schmidt, matrícula nº 310697/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Zelador, nível 309, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 309, referência H, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0760/2018

Publicação Nº 1667737

PORTARIA Nº 0760, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Monica Lopes Duarte, matrícula nº 332097/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência H, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 372, referência I, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0761/2018

Publicação Nº 1667752

PORTARIA Nº 0761, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Naiara Maria Faccin, matrícula nº 138568/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, nível 147, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 147, referência E, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0762/2018

Publicação Nº 1667773

PORTARIA Nº 0762, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Nalva Sutil de Oliveira, matrícula nº 332160/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 372, referência E, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.
MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0763/2018

Publicação Nº 1667783

PORTARIA Nº 0763, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Neiva Cristina Mecabô, matrícula nº 332208/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Secretário de Escola, nível 261, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 261, referência E, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0764/2018

Publicação Nº 1667800

PORTARIA Nº 0764, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Neiva Salete de Vargas Betin, matrícula nº 332224/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência C, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0765/2018

Publicação Nº 1667807

PORTARIA Nº 0765, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Nelson Nordt, matrícula nº 316512/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Zelador, nível 309, referência H, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 309, referência I, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0767/2018

Publicação Nº 1667829

PORTARIA Nº 0767, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Odete Rodrigues, matrícula nº 324809/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência E, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0770/2018

Publicação Nº 1667850

PORTARIA Nº 0770, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Omar Francisco Varela, matrícula nº 317101/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência I, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência J, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.
MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0774/2018

Publicação Nº 1667858

PORTARIA Nº 0774, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Paulo Cesar Ignacio, matrícula nº 332623/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência E do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0776/2018

Publicação Nº 1667865

PORTARIA Nº 0776, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Rejane Lourdes Bevilaqua Durigon, matrícula nº 332747/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 153, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 153, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0777/2018

Publicação Nº 1667887

PORTARIA Nº 0777, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Rejane Mirian Bortoli Giongo, matrícula nº 317721/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, nível 246, referência H, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 246, referência I do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0778/2018

Publicação Nº 1667905

PORTARIA Nº 0778, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Rocyana Brandão, matrícula nº 332828/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 372, referência F do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0781/2018

Publicação Nº 1667913

PORTARIA Nº 0781, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Roselaine Bevilaqua, matrícula nº 332984/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, nível 246, referência F, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 246, referência G do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

THIAGO CASARA
Secretário da Assistência Social

PORTARIA 0782/2018

Publicação Nº 1667934

PORTARIA Nº 0782, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Roseli Vieira Lopes, matrícula nº 333034/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência E do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0784/2018

Publicação Nº 1667948

PORTARIA Nº 0784, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Rosimeri Aparecida Mantovani Batista, matrícula nº 333115/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Zelador, nível 309, referência I, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 98, referência J do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretária da Administração e Finanças

PORTARIA 0785/2018

Publicação Nº 1667951

PORTARIA Nº 0785, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Rosinês Goronzi, matrícula nº 318370/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, nível 785, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 785, referência H do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0786/2018

Publicação Nº 1667958

PORTARIA Nº 0786, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Salete Leal dos Santos, matrícula nº 318493/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência H do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0787/2018

Publicação Nº 1667962

PORTARIA Nº 0787, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Salete Maria Frigo, matrícula nº 318523/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, nível 65, referência F, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 65, referência G do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0788/2018

Publicação Nº 1667965

PORTARIA Nº 0788, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Sara Cristiane dos Santos, matrícula nº 333220/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência C do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0789/2018

Publicação Nº 1667976

PORTARIA Nº 0789, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Sebastiana Antunes da Costa Dorini, matrícula nº 318787/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Zelador, nível 309, referência H, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 309, referência I do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0791/2018

Publicação Nº 1668028

PORTARIA Nº 0791, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Sergio Girioli, matrícula nº 333310/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência F, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência G do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0792/2018

Publicação Nº 1668033

PORTARIA Nº 0792, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Serli Tezrinha Rodrigues de Freitas, matrícula nº 318973/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Zelador, nível 309, referência I, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 309, referência J do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

THIAGO CASARA
Secretário da Assistência Social

PORTARIA 0794/2018

Publicação Nº 1668042

PORTARIA Nº 0794, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Sidnei Lazarotto, matrícula nº 333336/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0795/2018

Publicação Nº 1668146

PORTARIA Nº 0795, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Sidnei Pereira, matrícula nº 333344/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência F, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência G do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0796/2018

Publicação Nº 1668153

PORTARIA Nº 0796, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Silvana Aparecida Antunes, matrícula nº 333352/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência E do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0797/2018

Publicação Nº 1668209

PORTARIA Nº 0797, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Tailane Nara Faccin, matrícula nº 333700/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 372, referência E do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0798/2018

Publicação Nº 1668221

PORTARIA Nº 0798, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Tania Celia da Costa dos Reis, matrícula nº 333778/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência E do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0799/2018

Publicação Nº 1668236

PORTARIA Nº 0799, DE 25 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Tatiane Aparecida Durigon Toaldo, matrícula nº 325368/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência F, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 372, referência G do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

CÂMARA MUNICIPAL**PROJETO DE LEI NO 016, DE 22 DE JUNHO DE 2018**

Publicação Nº 1667177

PROJETO DE LEI No 016, DE 22 DE JUNHO DE 2018

Autoriza a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar a abertura de um crédito adicional especial no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, na forma da dotação orçamentária descrita no quadro a seguir.

0801	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FTE	DR	R\$	0,00
0801.10	SAÚDE	FTE	DR	R\$	0,00
0801.10.301	ATENÇÃO BÁSICA	FTE	DR	R\$	0,00
0801.10.301.0150	VIDA E SAÚDE	FTE	DR	R\$	0,00
0801.10.301.0150.2100	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
31710000-040	Transferências a Consórcios Públicos 1.875,00	1002	00	R\$	15.000,00
33710000-041	Transferências a Consórcios Públicos 625,00	1002	00	R\$	5.000,00
	Total	1002	00	R\$	20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata o art. 1º da presente Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na forma do quadro a seguir.

0801	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FTE	DR	R\$	0,00
0801.10	SAÚDE	FTE	DR	R\$	0,00
0801.10.301	ATENÇÃO BÁSICA	FTE	DR	R\$	0,00
0801.10.301.0150	VIDA E SAÚDE	FTE	DR	R\$	0,00
0801.10.301.0150.2100	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-008	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	20.000,00
	Total	1002	00	R\$	20.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 22 de junho de 2018
NOLVO DORINI
Prefeito Municipal

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI No 016/2018

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E SENHORES VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL.

Submeto para análise e deliberação de Vossas Excelências o Projeto de Lei no 016/2018, de 22 de junho de 2018, que "abre crédito adicional especial".

O presente projeto autoriza a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, com a inclusão dos elementos de despesa na modalidade de aplicação 3.1.71.00.00.00, 3.3.71.00.00.00 e 4.4.7.1.00.00.00 "Transferências a Consórcios Públicos", na ação no 2100 "Manutenção da Saúde Pública" constante do orçamento vigente, para cobertura

de despesas com a manutenção de contrato de rateio celebrado entre o Município de Capinzal, através do Fundo Municipal de Saúde e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CIS-AMARP, autorizado pela Lei Municipal no 3.286, de 6 (seis) de abril de 2018.

Justificativa.

Os recursos previstos no presente Projeto de Lei tem por finalidade a manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CIS-AMARP para que este possa desenvolver em prol dos municípios consorciados, os seguintes objetivos:

Representar o conjunto dos municípios que o integram, em especial o Município de Capinzal, em assuntos de saúde de interesse comum, perante outras esferas de Governo e perante quaisquer entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

Assegurar a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar à população dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e de maneira eficiente e eficaz, sempre que tais serviços não possam ser prestados diretamente pelo município;

Fomentar o fortalecimento das especialidades de saúde existentes nos municípios consorciados ou que neles vierem a se estabelecer;

Estimular a integração das diversas instituições públicas e privadas para melhor operacionalização das atividades de saúde;

Criar instrumentos de controle, acompanhamento e avaliação dos serviços de saúde prestados à população;

Planejar, adotar e executar programas e medidas destinados à promoção da saúde dos habitantes dos municípios consorciados, em especial apoiar serviços e campanhas do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde;

Desenvolver e executar serviços e atividades de interesse dos municípios consorciados de acordo com os projetos e programas de trabalho aprovados pelo CIS-AMARP;

Desenvolver de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas de vigilância em saúde, tanto sanitária quanto epidemiológica;

Realizar estudos de caráter permanente sobre as condições epidemiológicas da região oferecendo alternativas de ações que modifiquem tais condições;

Viabilizar ações conjuntas na área da compra e ou produção de equipamentos, materiais, medicamentos e outros insumos;

Incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde nos municípios consorciados, objetivando a uniformidade de atendimento médico e de auxílio diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidos através do Consórcio;

Prestar assessoria na implantação de programas e medidas destinadas à promoção da saúde da população dos municípios consorciados;

Estabelecer relações cooperativas com outros consórcios regionais que venham a ser criados e que por sua localização, no âmbito macro-regional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas.

Os valores previstos no projeto em referência correspondem aos repasses a serem efetuados no exercício de 2018, por ficar adstrito a vigência do atual orçamento.

A ação que suportará as despesas previstas no projeto em pauta está prevista na lei orçamentária anual vigente e está adequada e compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias e se coaduna com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstas nesses instrumentos e não infringe a qualquer de suas disposições. No caso presente está se incluindo somente os elementos de despesa que não constava no orçamento original e transferindo recursos orçamentários de um outro elemento, que não está sendo utilizado, dentro da mesma dotação.

É importante ressaltar que o objeto em questão é de interesse público quanto à melhora significativa no atendimento à população principalmente em se tratando de especialidades de saúde não existentes no município. Os maiores beneficiados serão os pacientes que buscam atendimento à saúde, que serão atendidos com maior comodidade, dentro dos padrões estabelecidos pela legislação vigente.

A título de subsídio, para a análise, segue, em anexo, planilha com valores atualizados, demonstrando o projeto/atividade com seus respectivos elementos, que sofrerão alterações por conta do projeto e tela.

Ante ao exposto, o Poder Executivo requer a tramitação da presente matéria em regime de urgência, nos termos do art. 41, § 10, da Lei Orgânica do Município.

A presente solicitação de urgência justifica-se pela relevância da matéria tratada na proposição em pauta, demandando uma deliberação mais rápida para afastar o risco de perecimento do seu objeto e visto a premente necessidade na celebração do convênio e da transferência dos citados recursos ao Consórcio CIS-AMARP, para o perfeito cumprimento das finalidades já descritas. A execução da ação prevista no presente projeto demanda “esforços conjuntos dos Poderes Executivo e Legislativo”, pois além de estar em consonância com o interesse público, visa garantir o atendimento à saúde da população, dentro dos princípios constitucionais garantidores do direito à saúde, estabelecidos na Constituição Federal e nas Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Saúde, SUS.

Contando com o apoio dos representantes desta Egrégia Casa Legislativa para a sua aprovação.

Capinzal, SC 22 de junho de 2018
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/36/2018

Publicação Nº 1668525

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/36/2018
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: BANCO DO BRASIL S.A.
CNPJ DO CONTRATADO: 00.000.000/0644-08
OBJETO: RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA/ESGOTO.
VALOR: R\$ 1,44 (UM REAL E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS)
POR RECEBIMENTO DE CADA FATURA.
DATA DA ASSINATURA: 27/06/2018
VIGÊNCIA: 01/07/2018 A 30/06/2019

PELA CONTRATANTE: SIDNEI PENZO - DIRETOR GERAL PELA
CONTRATADA: FABIO VINICIUS MOREIRA - GERENTE GERAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/37/2018

Publicação Nº 1668526

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/37/2018
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO
DE ASSOCIADOS CAMPOS NOVOS – SICOOB CREDICAMPOS SC
CNPJ DO CONTRATADO: 78.862.083/0002-04
OBJETO: RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA/ESGOTO.
VALOR: R\$ 1,44 (UM REAL E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS)
POR RECEBIMENTO DE CADA FATURA.
DATA DA ASSINATURA: 27/06/2018
VIGÊNCIA: 01/07/2018 A 30/06/2019

PELA CONTRATANTE: SIDNEI PENZO - DIRETOR GERAL PELA
CONTRATADA: ÍNEA WAGNER DA ROSA – GERENTE GERAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/38/2018

Publicação Nº 1668528

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/38/2018
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO
DE ASSOCIADOS VALE DO RIO DO PEIXE - CREDIRIO.
CNPJ DO CONTRATADO: 78.865.995/0001-40
OBJETO: RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA/ESGOTO.
VALOR: R\$ 1,44 (UM REAL E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS)
POR RECEBIMENTO DE CADA FATURA.
DATA DA ASSINATURA: 27/06/2018
VIGÊNCIA: 01/07/2018 A 30/06/2019
CONTRATANTE: SIDNEI PENZO - DIRETOR GERAL
CONTRATADA: MARCIA M. Z. PEROTTO E GUSTAVO CARAMORI - DIRETORES

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/39/2018

Publicação Nº 1668530

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/39/2018
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL S.A.
CNPJ DO CONTRATADO: 00.360.305/1071-70
OBJETO: RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA/ESGOTO.
VALOR: R\$ 1,44 (UM REAL E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS)
POR RECEBIMENTO DE CADA FATURA.
DATA DA ASSINATURA: 27/06/2018
VIGÊNCIA: 01/07/2018 A 30/06/2019

PELA CONTRATANTE: SIDNEI PENZO - DIRETOR GERAL PELA
CONTRATADA: MILTON ARNALDO SCHMIDT – GERENTE GERAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/40/2018

Publicação Nº 1668532

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/40/2018
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: BANCO BRADESCO S.A.
CNPJ DO CONTRATADO: 60.746.948/0001-12
OBJETO: RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA/ESGOTO.
VALOR: R\$ 1,44 (UM REAL E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS)
POR RECEBIMENTO DE CADA FATURA.
DATA DA ASSINATURA: 27/06/2018
VIGÊNCIA: 01/07/2018 A 30/06/2019

PELA CONTRATANTE: SIDNEI PENZO - DIRETOR GERAL PELA
CONTRATADA: JORGE LUIS CARDOUZO E ELIETE MARIA MARTINS
DE SOUZA – REPRESENTANTES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/41/2018

Publicação Nº 1668536

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/41/2018
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.
CNPJ DO CONTRATADO: 01.181.521/0001-55
OBJETO: RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA/ESGOTO.
VALOR: R\$ 1,44 (UM REAL E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS)
POR RECEBIMENTO DE CADA FATURA.
DATA DA ASSINATURA: 27/06/2018
VIGÊNCIA: 01/07/2018 A 30/06/2019

PELA CONTRATANTE: SIDNEI PENZO - DIRETOR GERAL

PELA CONTRATADA: MILTON CESAR DE GOES E FELIPE DE OLIVEIRA AZEVEDO - PROCURADORES

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0066/2018 - TOMADA DE PREÇO Nº 0004/2018

Publicação Nº 1668439

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0066/2018

TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA Nº 004/2018

Objeto: Contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura para elaboração de todos os projetos necessários e que visam a revitalização, paisagismo e criação de espaços públicos nos canteiros centrais da Avenida Coronel Rupp, conforme levantamento topográfico em anexo, bem como espaço em frente a Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, além da elaboração e criação de projetos e layout dos portais para os bairros Centro, Regina, Sayonara, Sebaldo Kunz, Centro-Oeste, e Cidade Jardim, no Município.

O recebimento dos envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuado da seguinte forma:

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS ATÉ AS 17:00 HORAS DO DIA 16/07/2018;

INTERESSADOS CADASTRADOS ATÉ AS 13H30MIN DO DIA 20/07/2018.

O recebimento do envelope 02 – PROPOSTA, deverá ser efetuado da seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS ATÉ AS 13H30MIN DO DIA 20/07/2018.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 20 de julho de 2018.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 28 de junho de 2018, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 28 de junho de 2018.

Pedro Albino Scapini

Secretário Municipal de Infraestrutura

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0067/2018 - PREGÃO Nº 0049/2018

Publicação Nº 1668440

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0067/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0049/2018

Objeto: Contratação de Serviços de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria presencial (mínimo de uma vez por semana) e continuada para Elaboração de Projetos e Gestão de Contratos e Convênios com os Governos Federal e Estadual.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 17 de julho de 2018.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 28 de junho de 2018, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 28 de junho de 2018.

LUCIMARI SPADER

Secretária Municipal de Administração

ADENDO AO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº013/2018

Publicação Nº 1667736

ADENDO AO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA

Nº013/2018, de 30 de maio de 2018.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/SC, Sra. ELENIR FÁTIMA CHINATO, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto na Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010, e posteriores alterações com a Lei nº 2.347, de 8 de fevereiro de 2012,

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer a ordem de classificação, em lista única de espera, dos candidatos que compareceram à Chamada Pública do dia 08 de junho de 2018, para as novas contratações que se fizerem necessárias;

TORNA PÚBLICA nova data para apresentação de documentos obrigatórios, que possibilitem a classificação e eventual contratação dos candidatos:

A nova data para apresentação de documentos está prevista para o dia 04 de julho de 2018, às 13h30min, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, localizada na Avenida Coronel Rupp, Praça Prefeito Ângelo José Grotto, nº 2580, Centro, Catanduvas/SC, CEP 89670-000.

Os documentos necessários para que se estabeleça a ordem de classificação são:

- Histórico Escolar e/ou outro documento público que ateste que a(o) candidata(o) possui o Ensino Fundamental COMPLETO;
- Certidão de tempo de serviço, mediante apresentação do respectivo comprovante e/ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Os candidatos que não apresentarem os documentos listados acima, não integrarão a lista única de espera para eventual contratação.

Catanduvas/SC, 27 de junho de 2018.

ELENIR FÁTIMA CHINATO

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto
Registrado e publicado nesta data.

**ADENDO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0059/2018 -
PREGÃO Nº 0043/2018**

Publicação Nº 1667692

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2018
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2018

Objeto: Registro de Preços para possível e eventual Contratação de Serviços de horas máquinas para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura, visando atendimento aos produtores rurais, auxílio ao programa de instalação de empresas, auxiliando nos desastre naturais.

ADENDO Nº 001 ÀO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2018
O Município de Catanduvas, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, neste município de Catanduvas, SC, representado pelo Sr. Pedro Albino Scapini, Secretário Municipal de Infraestrutura, TORNA PÚBLICO a ocorrência de ALTERAÇÃO no EDITAL da licitação modalidade Pregão Presencial 0043/2018, na seguinte conformidade:

1. Alteração do descritivo do item 1.2: a entrega dos envelopes das Propostas e Documentação dar-se-á até as 15h00min, junto ao Setor de Licitações do Município.
2. Alteração do descritivo do item 1.3: a abertura dos envelopes dar-se-á a partir das 15h15min, junto ao Setor de Licitações do Município.
3. Ficam mantidos todos os itens do presente edital;
4. Face ao acima exposto, e em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93, fica INALTERADO, a data da sessão pública do dia 02/07/2018, cuja sessão pública de abertura e julgamento terá início a partir das 15h15min da mesma data.

Catanduvas, 28 de junho de 2018.

PEDRO ALBINO SCAPINI
Secretário Municipal de Infraestrutura

Caxambu do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 058/2018

Publicação Nº 1667261

DECRETO MUNICIPAL N.º 058/2018, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

"Autoriza abertura de credito adicional suplementar no orçamento programa de 2018, proveniente do Provável Excesso de arrecadação por fonte de recurso do município de Caxambu do Sul e dá outras providências."

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Autorizativa Municipal n.º 1.416 de 01 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do Município de Caxambu do Sul o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) a serem distribuídos nas dotações orçamentárias constantes do Anexo I do Presente Decreto.

Art. 2º. Para fazer as dotações de que trata o Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do **PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO** apurado no vínculo 01.000019, conforme Anexo I do presente Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, em 25 de junho de 2018.

Glauber Burtet
Prefeito



ANEXO I – DECRETO Nº 058/2018

Entidade: MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL									
Lei: 1416/2017			Decreto: 58/2018		Data Lançamento: 25/06/2018				
Data Lei: 01/12/2017			Data Decreto: 25/06/2018		Código da Suplementação: 14				
Lote	Tipo	Ref.	Crédito Adicional		Valor	Origem de Recursos			
			Dotação	Vínculo		Valor	Dotação/Receta	Ref.	Valor
1	Suplementar	23	04.001.0012.0361.0003.2005.3319000000000000	01190019	60.000,00	Excesso	417580111000000		60.000,00
Total do Lote					60.000,00	Anulação:	0,00	Excesso:	60.000,00
Total					60.000,00	Superávit:	0,00	Op. de Crédito:	0,00
						Convênio:	0,00		0,00
Total Geral									
Anulação :					0,00	Transposição Incremento:		0,00	0,00
Superávit:					0,00	Transposição Decremento:		0,00	
Resumo por Vínculos									
Vínculo	Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Incremento	Transp. Decremento	Convênio		
1190019	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Total	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
							0,00		
							0,00		

. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.

Portaria nº 082/2018

Publicação Nº 1667323

PORTARIA Nº 082/2018

“Dispõe sobre designação de Servidor Publico Municipal que especifica e dá outras providencias”.

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 71, IV e V da Lei Orgânica Municipal e art. 3º da Lei Municipal nº 1.345/2015.

Considerando a necessidade de adequação, organização administrativa e a formalização dos serviços prestados pelo servidor que especifica. Considerando a necessidade de nomeação de gestor da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes – CNPJ nº 83.021.816/0002-.00.

RESOLVE

Art. 1º - Fica designado, conforme determina a Lei Complementar nº 001/2005, o Sr. Glauber Burtet, prefeito municipal, como gestor da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, e, como tesoureira, designa-se a Sra. Sabrina Burtet, ocupante do cargo de Tesoureira do município.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 28 de junho de 2018.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

Portaria nº 083/2018

Publicação Nº 1667324

PORTARIA Nº 083/2018

“Dispõe sobre designação de Servidor Publico Municipal que especifica e dá outras providencias”.

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 71, IV e V da Lei Orgânica Municipal e art. 3º da Lei Municipal nº 1.345/2015.

Considerando a necessidade de adequação, organização administrativa e a formalização dos serviços prestados pelo servidor que especifica. Considerando a necessidade de nomeação de gestor do Fundo Municipal do Idoso – CNPJ nº 30.755.876/0001-09,.

RESOLVE

Art. 1º - Fica designado, conforme determina a Lei Municipal nº 1418/2017, o Sr. Glauber Burtet, prefeito municipal, como gestor do Fundo Municipal do Idoso - FMI, e, como tesoureira, designa-se a Sra. Sabrina Burtet, ocupante do cargo de Tesoureira do município.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 28 de junho de 2018.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2018

Publicação Nº 1666946

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2018
TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 02/2018

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 17 de julho de 2018, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto selecionar a proposta mais vantajosa à fabricação e montagem de uma ponte pré-fabricada em Laje PII de concreto – classe TB30t - com as dimensões de 4,00 x 2,70 m, tendo uma área total de 10,80 m² a ser instalada na Estrada Geral Figueiredo, Município de Chapadão do Lageado – SC (Ponto GPS 27°33'00.4"S 49°33'38.5"W), conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.

As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 29 de junho de 2018.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Chapecó

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 80 DE 2018

Publicação Nº 1667525

Portaria Nº 80/18

Concede adicional de qualificação a servidora efetiva do Poder Legislativo Municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

CONSIDERANDO, o que dispõe os artigos da Lei Complementar nº 414 de 28 de junho de 2010 e,

RESOLVE:

Art 1º. Conceder a Servidora do Poder Legislativo NADIA CRISTINE GIRALDI MATTOS, ocupante do cargo efetivo de Assistente de Legislação e Administração, o adicional de qualificação de 5% (cinco por cento) da habilitação de nível de Pós-Graduação.

Art 3º. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Gabinete do Presidente, em 25 de junho de 2018

ITAMAR ANTONIO AGNOLETTI

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/PMCS/2018

Publicação Nº 1668020

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 241/PMCS/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/PMCS/2018

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO e fornecimento de serviços que compreenda a instalação de impressoras multifuncionais, software para gerenciamento, monitoramento e controle de processos envolvidos com a impressão de documentos além de todos os consumíveis, toda a manutenção e reparo necessário para o pleno funcionamento dos equipamentos e serviços, exceto papel, nas unidades de atendimento da Prefeitura de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento dos envelopes: Até às 13h15min do dia 12/07/2018.

Abertura: Dia 12/07/2018, às 13h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 29 de junho de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/PMCS/2018

Publicação Nº 1667949

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 242/PMCS/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/PMCS/2018 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços para contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de assessoria em licitações, para auxílio ao setor administrativo do município de Cocal do Sul

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento dos envelopes: Até às 09h15min do dia 11/07/2018.

Abertura: Dia 11/07/2018, às 09h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 29 de junho de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 95/PMCS/2018

Publicação Nº 1667349

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 95/2018.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: BRUNA MASIERO DISTRIBUIDORA.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 229/PMCS/2018.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/PMCS/2018.

Objeto: Registro de preços de material para manutenção de bens imóveis (material elétrico e afins), para uso no município de Cocal do Sul.

Assinatura: 21/06/2018.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 7.680,90 (sete mil e seiscentos e oitenta reais e noventa centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 99/PMCS/2018

Publicação Nº 1667442

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 99/2018.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: ROLAMENTOS LTDA.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 229/PMCS/2018.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/PMCS/2018.

Objeto: Registro de preços de material para manutenção de bens imóveis (material elétrico e afins), para uso no município de Cocal do Sul.

Assinatura: 21/06/2018.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 305,00 (trezentos e cinco reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO DO CONTRATO 37/PMCS/2018

Publicação Nº 1667989

CONTRATO Nº: 37/2018.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: INSTITUTO EXCELÊNCIA LTDA.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 224/PMCS/2018.
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 41/PMCS/2018.

Objeto: Contratação de empresa para execução de toda assessoria técnica para realização de processo seletivo, estando aí incluídos a preparação e elaboração de 02 editais (1. Prefeitura; 2. ESF'S) do processo seletivo, bem como toda a preparação, elaboração, e confecção, aplicação e correção das provas, processamento de resultados de todo o processo (inclusive respostas, recursos e outros).

Assinatura: 13/06/2018.

Vigência: Início: 13/06/2018 Término: 31/12/2018.

Valor: R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)

Dotação Orçamentária:

Dotação	Descrição da Atividade
05.001.04.122.1100.2006.3.3.90.00.00	Manutenção dos Serviços Administrativos

LEI N. 1.418

Publicação Nº 1667969

LEI Nº. 1.418, de 28 de junho de 2018.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE COCAL DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de Educação de Cocal do Sul – FME Cocal do Sul, destinado à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica e a valorização dos servidores da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º Constituirão receitas do Fundo Municipal de Educação de Cocal do Sul – FME Cocal do Sul:

- I – Recursos provenientes das transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
- II – Dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;
- III – Produto de convênios firmados com outras entidades financeiras.

Parágrafo único. Os recursos que compõem o Fundo, serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta específica sob a denominação – Fundo Municipal de Educação de Cocal do Sul.

Art. 3º O Fundo Municipal de Educação de Cocal do Sul será gerido pelo Secretário de Educação juntamente com o Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. O orçamento do Fundo Municipal de Educação de Cocal do Sul integrará o orçamento geral do município.

Art. 4º São atribuições do (a) Secretário (a) de Educação de Cocal do Sul:

- I - Gerir o Fundo Municipal de Educação de Cocal do Sul e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos em conjunto com o Chefe do Poder Executivo;
- II - Encaminhar ao Conselho Municipal de Educação para conhecimento o plano de aplicação do Fundo Municipal de Educação de Cocal do Sul, em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;
- III - Apresentar anualmente ao Conselho Municipal de Educação as demonstrações de receita e despesa do Fundo Municipal de Educação de Cocal do Sul;
- IV - Assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas com os recursos de responsabilidades do Fundo Municipal de Educação de Cocal do Sul, juntamente com o Chefe do Poder Executivo;
- V - Firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com o Chefe do Poder Executivo Municipal, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo Municipal de Educação de Cocal do Sul.

Art. 5º Os recursos que compõem o Fundo Municipal de Educação do Município de Cocal do Sul serão aplicados na Rede Municipal de Ensino em:

- I – Remuneração e respectivos encargos sociais dos servidores da educação básica;
- II – Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações da educação básica;
- III – Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis;
- IV – Apoio e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações;
- V – Apoio e desenvolvimento de programas de estudos, pesquisa, capacitação e aperfeiçoamento dos servidores da educação básica.

Art. 6º A contabilidade do Fundo obedecerá às normas gerais da contabilidade pública e todos os relatórios gerados para sua gestão deverão ser devidamente submetidos à apreciação pelo Conselho Municipal de Educação e arquivados pela contabilidade geral do Município.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a promover a alteração dos Demonstrativos da Lei Orçamentária Anual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual, vigentes, em relação à Secretaria Municipal de Educação, para inclusão do Fundo Municipal de Educação, que passa a integrar o orçamento do Município, de acordo com a classificação institucional (órgão e unidade), projeto, atividade ou operação especial e nomenclatura mais adequada, de forma a adaptá-los aos dispositivos da presente Lei.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 28 de junho de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

LEI N. 1.419

Publicação Nº 1667970

LEI Nº. 1.419, de 28 de junho de 2018.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO AMIGAS DO PEITO DE COCAL DO SUL - AAPCS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a AAPCS Associação Amigas do Peito de Cocal do Sul, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ Nº. 27.336.531/0001-06, fundada em 08 de dezembro de 2016, com sede na Rua Professor Paulo Galli nº 42 Centro, Cidade de Cocal do Sul - SC.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da Legislação Vigente.

Art. 3º A entidade referida no artigo 1º fica obrigada a apresentar todos os anos, exceto por motivo de ordem superior reconhecido, relação circunstanciada dos serviços que houverem prestado à coletividade.

Parágrafo único. Será cassada a Declaração de Utilidade Pública se a Entidade não prestar contas de suas atividades em 3 (três) anos consecutivos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 28 de junho de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

LEI N. 1.420

Publicação Nº 1667972

LEI N. 1.420, de 28 de junho de 2018.

DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO NO BAIRRO VILA NOVA NES-
TE MUNICÍPIO.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço
saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Munici-
pal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Passa a denominar-se:

RUA RAQUEL CRISTINA PAGNAN PADOIN, que parte do loteamen-
to Santino Candiotto, cruza a Av. Felisberto, passa em frente ao
loteamento Zanatta, cruza a Av. Colina e finaliza ao encontrar o
terreno da Escola José Peruchi e terreno do Sr. Pedrinho Cauduro
e Enor Consoni, com uma extensão de 223,00 metros, com uma
largura de 12,00 metros.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por
conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 28 de junho de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL - TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2018 – PMC OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Publicação Nº 1667197

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2018 – PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria em engenharia geotécnica e elaboração de anteprojeto de contenção de taludes, a serem realizados no Município de Concórdia, de acordo com o Anexo "A" do Edital.

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e, posteriores alterações, comunicamos à licitante: FGS – ENGENHARIA GEOTÉCNICA E AMBIENTAL LTDA EPP, que a licitante RMS PROJETOS, CONSULTORIA E OBRAS DE GEOTECNIA, interpôs, na data de 28 de junho de 2018, recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de análise da Proposta Técnica do certame. Desejando, V. Sª poderá impugná-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.

Concórdia, SC, 28 de junho de 2018.
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente CPL

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 13/2014 - PMC

Publicação Nº 1667587

Contrato Nº : 13 CC/2014
Aditivo Nº : Resci. CC 13/14/2018
Tipo Aditivo : Rescisão Contratual
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : FAROL INDUSTRIA E COMERCIO S.A
Licitação : Concorrência para Concessões 6/2014
Objeto : A presente licitação tem por objeto a seleção de empresa para outorga de Concessão de Direito Real de Uso de parte dos lotes rural nº 59 e 60, com área de 31.033,61 (trinta e um mil, trinta e três metros e sessenta e um décimos), conforme previsão expressa nas Leis Complementares Municipais no 477, de 18/12/06 e nº 253, de 27/11/2002 sendo localizado em Presidente Juscelino, Distrito de Engenho Velho, neste Município, com a finalidade exclusiva de implantação e operacionalização de empreendimento do ramo de reciclagem, reutilização, industrialização ou transformação de resíduos sólidos, semissólidos, gasosos e líquidos, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital e com o Anexo "D"
Vigência : Início: 04/12/2014 Término: 22/06/2018
Assinatura : 22/06/2018

EXTRATO PUBLICAÇÃO TERMO 13/2108 LAGEADO DO PINTOS

Publicação Nº 1666941

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 13/2018

ESPÉCIE: Termo de Colaboração firmado entre a FUNDAÇÃO

MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, neste ato representado pelo seu Superintendente, senhor GIL ARTIFON, doravante denominada FMEC e a ESPORTE CLUBE BANGU, inscrita no CNPJ sob nº 75.319.749/0001-03, com sede na comunidade de Lageado do Pintos, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor WILLIAN ELOIR GUARESI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 092.378.639-26, RG nº 5.664.888, residente e domiciliado nesta cidade.

OBJETO: O Termo de colaboração terá por objeto a concessão de apoio financeiro da Fundação Municipal de Esportes – FMEC para a execução de projeto/programa/atividades voltados a fomentar o esporte amador nas comunidades localizadas no interior do Município de Concórdia, através do repasse financeiro, para a PARTÍCIPE, na forma do Plano de trabalho apresentado, conforme art. 42, parágrafo único, I, da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações.

VALOR: R\$ 6.000,00

PRAZO: Até 31.12.2018, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 25 de junho de 2018.

EXTRATO PUBLICAÇÃO TERMO 14/2108 NACIONAL F. C.

Publicação Nº 1666945

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 14/2018

ESPÉCIE: Termo de Colaboração firmado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, neste ato representado pelo seu Superintendente, senhor GIL ARTIFON, doravante denominada FMEC e o NACIONAL FUTEBOL CLUBE inscrito no CNPJ sob nº 78.479.201/0001-00, com sede na comunidade de Linha Barra Fria neste ato representada pelo seu Presidente, senhor ZULMIR JOSÉ GIRALDI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 296.895.599-72, RG nº 515.312, residente e domiciliado nesta cidade.

OBJETO: O Termo de colaboração terá por objeto a concessão de apoio financeiro da Fundação Municipal de Esportes – FMEC para a execução de projeto/programa/atividades voltados a fomentar o esporte amador nas comunidades localizadas no interior do Município de Concórdia, através do repasse financeiro, para a PARTÍCIPE, na forma do Plano de trabalho apresentado, conforme art. 42, parágrafo único, I, da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações.

VALOR: R\$ 6.000,00

PRAZO: Até 31.12.2018, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 25 de junho de 2018.

EXTRATO PUBLICAÇÃO TERMO 15/2108 IPIRANGA

Publicação Nº 1666949

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 15/2018

ESPÉCIE: Termo de Colaboração firmado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, neste ato representado pelo seu Superintendente, senhor GIL ARTIFON, doravante denominada FMEC e a SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA IPIRANGA, inscrita no CNPJ sob nº 01.377.797/0001-03, com sede na comunidade de Linha Ipiranga, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor ELÍDIO CESCO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 029.136.509-45, RG nº 3.188.989, residente e domiciliado nesta cidade.

OBJETO: O Termo de colaboração terá por objeto a concessão de apoio financeiro da Fundação Municipal de Esportes – FMEC para a execução de projeto/programa/atividades voltados a fomentar o esporte amador nas comunidades localizadas no interior do Município de Concórdia, através do repasse financeiro, para a PARTÍCIPE, na forma do Plano de trabalho apresentado, conforme art. 42, parágrafo único, I, da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações.

VALOR: R\$ 6.000,00

PRAZO: Até 31.12.2018, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 25 de junho de 2018.

EXTRATO PUBLICAÇÃO TERMO 16/2108 ALTO BOA ESPERANÇA

Publicação Nº 1666953

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 15/2018

ESPÉCIE: Termo de Colaboração firmado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, neste ato representado pelo seu Superintendente, senhor GIL ARTIFON, doravante denominada FMEC e a SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA IPIRANGA, inscrita no CNPJ sob nº 01.377.797/0001-03, com sede na comunidade de Linha Ipiranga, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor ELÍDIO CESCO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 029.136.509-45, RG nº 3.188.989, residente e domiciliado nesta cidade.

OBJETO: O Termo de colaboração terá por objeto a concessão de apoio financeiro da Fundação Municipal de Esportes – FMEC para a execução de projeto/programa/atividades voltados a fomentar o esporte amador nas comunidades localizadas no interior do Município de Concórdia, através do repasse financeiro, para a PARTÍCIPE, na forma do Plano de trabalho apresentado, conforme art. 42, parágrafo único, I, da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações.

VALOR: R\$ 6.000,00

PRAZO: Até 31.12.2018, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 25 de junho de 2018.

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E PUBLICAÇÃO DO LOCAL DA PROVA - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 2/2018

Publicação Nº 1667715

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 2/2018
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E PUBLICAÇÃO DO LOCAL DA PROVA

Enfermeiro Comunitário		
Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	1016623	Adriane Eisele
2	1040296	Camilla Paula Olchovi Favaretto
3	1040953	Debora Cristina Funghetto
4	1032404	Debora Uberty Anater Pedrotti
5	1040933	Edione Guarnieri Renostro
6	1033889	Elisandra Erig Cruz
7	1040652	Ely Ane Carneiro Martins
8	1014687	Fabiane Forcelini Trento
9	1040770	Fabiane Franceschi
10	1013592	Fatima Kosmann
11	1040271	Joselita Silva De Moraes
12	1016577	Julia Germiniani
13	998996	Luciana Dezzanetti
14	1039558	Luisa Helena Da Silva Schmidt
15	998948	Mariana Da Silva De Aguiar
16	1034889	Marines Fatima Vosnhak Gnoatto
17	1032495	Marisa Schoulten Franzen
18	993505	Pamela Schwingel
19	1039909	Rita De Cassia Oliveira Franceschina
20	1035675	Rosalba Schmidt Campana Kessler
21	1017114	Rosane Lopes Duarte
22	1035440	Vera Silvia Dartora
Médico Comunitário - Clínico Geral		
Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	1040472	Alberto Antonio Biazussi
2	1012336	Ana Caroline Chevtchuk Zocche
3	1039348	Ana Isabel Weber
4	1039056	Augusto Zimmer Amaral Da Silva
5	996416	Beatriz Ritter Kirst

6	990600	Bruna Batistone Bertachi
7	1037485	Bruna Bervian Candido
8	1001197	Bruno Brunetto
9	1039592	Carlos Eduardo Alves Garcia
10	1030764	Charles Rafael Schwambach
11	1025408	Cintia Simone Fett
12	992635	Daniel Assis Borba Grings
13	1031691	Danillo Dos Santos Francisco
14	997155	Diogo Luiz Wendhausen
15	1034444	Elzio Luiz Putzel
16	1040973	Felipe Augusto Quirino De Farias
17	998866	Fernanda Dalla Lana
18	1034842	Fernando Pinotti Scariot
19	1012384	Francielle Sordi Veiga
20	1032800	Gabriel Calixto Barbosa Alves
21	1024999	Gabriela Spessatto
22	1015687	Geisson Toseto Zanotto
23	1026282	Guilherme Afonso Fabiani Campos Soares
24	1040732	Hudson Peres Dorigao Belisario De Souza
25	1039826	Iana Mabel De Marco Fazzioni
26	1001371	Isabel Ruaro Colombo
27	1018094	Joao Luiz Salomao Da Cunha Peixoto
28	1041034	Junia Ruaro
29	1002057	Kadija Spada Sampaio
30	998762	Louise Macagnan Warnava
31	1041187	Luciano Andre Gargioni
32	1023254	Marcelo Oliveira Falcao
33	1038944	Marcio Leal
34	1040371	Marco Antonio Nass
35	1021707	Mariana Kreutz Dotto
36	1040510	Marilia Simon Ecco
37	1035506	Marina Afinovetch
38	1024733	Mateus Anderson Aguiar
39	1040245	Mateus Demetrio Torres
40	1034087	Neudy Juliano Quadros
41	1034041	Nilton Ferraz Junior
42	1040826	Orlando Carlos Fleith Sobrinho

43	1034055	Poliani Camila Karpinski Bazei
44	1040448	Rafael Hofmann
45	993272	Rayana Wastner Pereira
46	1027505	Roberta Goldmeier
47	1039141	Roberto Andrade Lima
48	1014236	Rodolfo Oliveira Silvano
49	1017677	Rodrigo Juan Basse
50	1040569	Sarah Michelin Alves
51	1040425	Saulo Camacho Rojas
52	1035224	Sergio Gomes Maciel
53	1032604	Simone Solange Lech
54	1039336	Taisa Follador
55	1033349	Talison Henrique Sander
56	1029243	Tarciso Melez Martins
57	1002822	Thomaz Adolfo Rutzen Da Silva
58	1014034	Vagner Borges De Aquino
59	1004027	Vanderlei Menegatti
60	1033362	Vitor Bastos Brandalise
61	1029618	Wagner Pedrotti
Motorista Socorrista - SAMU		
Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	1041026	Adeilson Goncalves Dos Santos
2	1004360	Alcivani Paulo De Cezaro
3	999191	Andrew Alan Duarte
4	1025692	Claudio Testolin Araujo
5	998548	Darlan Jorge Duarte
6	1040275	Douglas Nardino
7	1039262	Eder Gedoz
8	1004239	Edson Domingos Mezacasa De Mattos
9	990280	Filipe Vargas
10	1035189	Genesio Bachi Da Silva
11	1040479	Itanei Luciano Da Silva
12	1005849	Joseano De Alencar Carvalho
13	1000476	Luis Fernando Da Silva
14	1015144	Marcelo Paim
15	1040579	Mauricio Peruzin Serafin

16	1031983	Patrick Giovani Stingler
17	1021599	Paulo Cesar De Souza Soares Junior
18	998495	Paulo Sergio De Castro Leao
19	1040310	Rogério Favaretto
20	1002887	Samuel Antonio Broetto
21	1013191	Vanessa Remor
22	1040342	Vicente Maciel Da Silva Junior

Técnico em Enfermagem Comunitário

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	1033042	Adriana Mandeliche
2	1005999	Alessandra Lima Silva
3	1022623	Danielle Maria Sulenta
4	1032399	Elsi Lourdes Da Silva
5	1041219	Julia Paula Berno De Souza
6	1016644	Luis Fernando Borges Dos Santos
7	1015641	Roselei Swib Miglioretto
8	1018048	Salete Levandoski Bastian
9	1022904	Sandra Mara Camillo
10	1040916	Silvana Resmini

Conforme item 6 do Edital, a prova escrita será realizada no dia 08 de Julho de 2018, com início às 08h e término às 11h, na Escola de Educação Básica Deodoro, situada na Rua Dr. Maruri, Nº 911, Centro – Concórdia – SC.

Os portões serão fechados às 07h45min, conforme consta no Anexo IV.

Concórdia – SC, 28 de Junho de 2018.

Rogério Luciano Pacheco

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS NO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 1/2018, DE 8 DE MAIO DE 2018 E ALTERAÇÃO

Publicação Nº 1668018

HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS NO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

Nº 1/2018, DE 8 DE MAIO DE 2018 E ALTERAÇÃO.

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, com sede na Rua Leonel Mosele, 62, Centro,

TORNA PÚBLICA

a Homologação dos Inscritos no Edital de Processo Seletivo Público nº 1/2018, de 8 de maio de 2018 e alteração, para contratação de Estagiários, conforme Anexo Único deste Edital.

A prova escrita objetiva será realizada na Escola de Educação Básica Deodoro, situada na Rua Dr. Maruri, 911, Centro, Concórdia, SC, no dia 15 de julho de 2018, no horário das 8h às 10h30min.

O candidato deverá comparecer no local da prova, preferencialmente, 1 (uma) hora antes do início da mesma, considerando que os portões serão fechados às 7h45min, portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica de tubo transparente, com tinta azul ou preta.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia, aos 28 dias do mês de junho de 2018.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ANEXO ÚNICO

HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS NO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 1/2018, DE 8 DE MAIO DE 2018

ADMINISTRAÇÃO

Caroline Cristina Ribeiro dos Santos
Emanuele Resmini
Fernanda Longo Bavaresco
Gabriela Turmena de Oliveira
Gian Ritter de Moura
Janaína Eliza Marmitt Biesek
Marcos César dos Santos Pereira
Patrícia Marcuzzo Lorenzetti
Raquel Pinkoski Finger
Siana Rodrigues Fernandes
Thainá Pamela da Silva

ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Alexandre Henrique da Silva ARQUITETURA E URBANISMO

Alan Pinheiro Alflen
Fernanda Fossatti
Francis Zanella
Jenifer Ribeiro Antunes Ebert
Josieli Franco Bernardi
Larissa Bolsoni
Maria Inês Tecchio Vogt
Naiana Cristina Caus

ARTES VISUAIS

Keila da Silva Ferraz
Tamires Aparecida da Silva

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Araceli de Oliveira
Debora Wolf Althaus
Franciele Engel
Lidiane Regina Bet
Marciana Secco

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Aline Perondi
Karine Busnello
Mariany Cristina Nascimento Rodrigues
Rosane Fátima Kostasneski
Sinara Dal Bello

DIREITO

Abigail Dominique Dall Zott
 Alexsandra Gugel
 Ana Laura Gioto Pille
 Bruna Gabriela Masiero
 Bruno Mateus da Silva Schverz
 Carla do Prado
 Caroline Dal Prá Lazzarin
 Daiane Paula Silva
 Débora Hoeckler
 Gabriela Cavalli Munaretto
 Gabrielle Petter
 Kaio Henrique Paz de Oliveira Nunes Paludo
 Liara Ribeiro
 Luana Zagonel Rubini
 Luane Trentin Niero
 Matheus Daniel Moraes
 Paulo Cesar de Souza Soares Junior
 Paulo Cesar Martins de Oliveira
 Rafael Nerling
 Taís Cristina Manarov
 Valéria Cristina Koop
 Vitória Cristina Ravanelli

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Valter de Pinho Júnior EDUCAÇÃO FÍSICA

Adrieli Marla Schneider
 Andressa Kleemann
 Eduardo Túlio Piovesan
 Emanuelle Aparecida Nunes
 Gabriela Perondi
 Jaciela Cristina Pasinato
 Jéderson Weslei de Moura
 Jonatan Camargo Rocha
 Mayara C. Burnier
 Sandra Gugel
 Simone Quirino
 Vanderlei Ivani Rögelin Júnior

ENFERMAGEM

Apolline Parise Mass
 Gabriele Capeletti
 Larissa Aparecida dos Santos Caixeta
 Lucas Daniel Laux
 Suelen Tonello Mior

ENGENHARIA CIVIL

Ana Paula Gasperin
 Ariel Caetano Harnisch
 Bruna Rogovski
 Carlos Roberto Spielmann
 Daniele Espedita Dagort Burnier
 Tanaísa Baranowski dos Santos
 Weslei Felipe Finger
 William da Silva
 Yaskara Vitto Ramos

ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO

Daniel Veiga Broch

ENGENHARIA DE SOFTWARE

Gabriel Fernando Stringhini
 Igor Fracasso

ENGENHARIA ELÉTRICA

Fabricio Konogray
 Kethleen Silva
 Rodrigo Leodi Sperandio

ENGENHARIA MECÂNICA

Rogério Carlos Ravanelli Junior ENSINO MÉDIO

Adriele Carine Nicacio
 Alan Marcos Gross
 Aline Cristina Wille
 Aline de Abreu Einsfeld
 Amanda Cristina Thomé
 Amanda da Silva Brunes de Camargo
 Amanda Picinato Schio
 Amanda Turatto Delpubel
 Ana Carolina da Silva Schwarz
 Ana Júlia Bortolotto
 Ana Karina Zandonai
 Ana Laura de Lima Willrich
 Ana Luiza Favaretto Urbanski
 Ana Paula Barão
 Ana Paula Soares Venite
 Ana Paula Spielmann
 André Almir da Silva
 Andrei Einsfeld dos Santos
 Andréia Caroline da Silva
 Andressa Nicole Sacon
 Andressa Roberto Heirt
 Andressa Siqueira Hebert
 Andriessa Telles dos Santos Cardozo
 Angelica da Silva
 Ariel Carlos Urbanski Albring
 Bianca Cantelli Rodrigues
 Bruna Anastasie Pasquali
 Bruna Eduarda da Silva de Oliveira
 Bruna Eduarda Lotti
 Carlos Augusto Maciel
 Caroline Cristina Kronbauer Casemiro
 Caroline D'Avila Benetti
 Cauana de Lima Zamarchi
 Cauana Perondi Dias
 Danúbia de Oliveira Prudente
 David Rigo Ramos
 Dienifer Tainá Chagas
 Douglas Dias de Matia
 Douglas Felipe Farias Benini
 Eduarda Alvieri Grosso
 Eduardo Soares Duarte
 Eliana dos Santos Siqueira
 Emanuele Cristina Duarte
 Emanuele Vitória de Freitas Zanon
 Emili Nicoli Agostini
 Fernanda Pocidonio da Silva
 Fernando Datsch Bison
 Gabriel dos Santos de Souza
 Gabriela Elisa Maestri Tressino
 Geovani Roberto Urbano
 Grazielle Machado

Guilherme Brusco Hoeckler
Guilherme Pedro Gaio
Ingrid Karolyne da Silva Bento
Jaine Stefanie Foscharini
Jean Carlos Urbano
Jéssica Jaqueline Müller
João Henrique Bohrer
Joise Xavier Siqueira
Júlia Maria Martinazzo da Rosa
Julia Ruviaro de Moraes
Julio Cesar Lovera Manorov
Karin Dalla Corte Silveira
Kathleen Zainer
Kelly dos Santos Kruger
Kevilin Aparecida de Oliveira Trindade
Luana Penaforte
Lucas Luan Pereira Soares
Luis Fernando de Santi
Maicon Luiz Appel
Maikelly Letícia de Lima Hirt Hermann
Maria Eduarda Dick
Maria Eduarda Ribeiro Detoni
Mariana Salete Pavan
Marta Eloiza Mendes Castanha da Silva
Maurício Damião Stallbaum
Maurício Willi Tesche
Michele Küster da Costa
Michele Paixão
Milena Menegotto
Natalia Cristina Bonassi
Natália Negretti
Natália Olchovi
Nathalia Helen Dahmer
Nathalia Koefender Dendena
Nathalie Borges Almeida
Náthaly Bracero dos Santos
Pamela Fernanda Jora
Pedro Henrique Girardi Rumke
Pedro Henrique Simon Dametto
Rachele Cristine Calza
Rafaela Aparecida Onetta P. Menegheti
Raquel dos Santos Nunes
Rayana Camilla Veronese Rossi
Roselene Borges
Sabrina Esposito Rodrigues
Samara Mendes dos Santos Müller
Samara Ster Machado
Sandra Raquel Palaoro
Simone Westhauser
Solange Maria da Motta Tamanho
Taiane Francischetti
Tainara Capitani Pereira dos Santos
Tainara Fernanda Rigotti
Thais Cristina Senger
Tiago Davi Fazzioni de Luca
Tiago Mezacasa
Vanessa Fornari Hack
Vanessa Titon Magarinos
Vinícius da Silva Dutra

ENSINO MÉDIO/ADMINISTRAÇÃO

Andriele Gondorek
Bruna Bárbara Boiani

Elivelto Gustavo Braier
João Pedro Dias da Silva
Marlize Marli Buriner

ENSINO MÉDIO/INFORMÁTICA

Ana Lara Santana Gomes
Andressa Soares Machado
Daniel Eduardo Hertal
Eduardo Fruhwirth
Fernanda Grebinsky Goetz
Gabriel Mafessoni
Hellen Cristina Vieira
João Victor Fernandes Alves da Silva
Kaléu Rueckert Moraes
Nathalia Ferrão Port
Pedro Henrique Stedile Martins
Stefano Filipe Klassmann
Wellington Luan Leria
Wesley Zamarchi

ENSINO MÉDIO/MAGISTÉRIO

Adriele Joana Marmitt Dalposso
Aline dos Santos Laux
Carine Fátima Kolb
Ester Madalena Vemescoski dos Santos
Fernanda Bison
Graciele Maria França
Janice Cristina Ribeiro
Juçara Lazarin do Prado Scortegagna
Jussara Aguiar Vieira Westhauser
Laura Letícia Marchesan Costa
Letícia Paixão das Neves
Rafaella da Graça Rodrigues
Taísa Rosilda Cousseau

FARMÁCIA

Cleidiane Vedoy Ferraz
Ester Rampao
Júlia Scortegagna Grigolo
Lucas Arthur de Bona Lazzari

FÍSICA

Iogo Maciel Fontes Monteiro FISIOTERAPIA

Cristiane Gasperini Galante
Laura Eloisa Ferri
Talita Piola

GESTÃO FINANCEIRA

Lucas Kowacic Sandi HISTÓRIA

Marlon Renan Vendruscolo INFORMÁTICA

Simara Beatriz Machado LETRAS

Aline da Silva Roza MATEMÁTICA

Ágata Gabriela Saiba Kussler
Cleusa Zanela Lorenssetti
Gabriela Wanlar

Gabriele Trevisol
Marsieli Dalla Corte Prezotto
Renata Sachet
Stephani Brunes de Camargo
Tainá Stumpf Schwingel
Thomas Petry

PEDAGOGIA

Alana Regina Schuck Blanck
Amanda Ebertz
Ana Rita de Souza
Andressa Sandra Gross
Arthur Felipe Gartner Ferreira
Brenda Tais Cerutti
Denise Presotto
Elisangela Mello
Evandissa Medeiros da Conceição Bussmann
Fernanda Veruck Tilton
Luciane Valcarenghi
Michele Muller Moura Debetio
Neldi Maria Boscatto
Raquel Daiane Lohmann Franceschini
Rosana Baranowski dos Santos
Simone Galvão
Tailaine Lemes Soares
Talia Cristina da Silva
Vanusa Cristiane Martello Pilger

PROCESSAMENTO DE DADOS

Talita Eduarda de Brito PROCESSOS GERENCIAIS

Idiele Sandy Cristani Vial PSICOLOGIA

Gabriela Camila Chiamenti
Gabriela Pedó
Kátia Beber Savoldi
Larissa Pedrotti
Roberta Goulart Ferreira

SERVIÇO SOCIAL

Gerusa Detoni SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Alex Anderson Klidzio
Analice Hack
Lucas da Silva Parisotto
Renata Salvinski
Rubia Prudente
Suzana Cristina Dutra Mendes Moreira
Vicente Alexandre Agostinho de Sousa Júnior

Cordilheira Alta

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2018

Publicação Nº 1667855

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis, conforme informações abaixo:

Processo Administrativo n.55/2018
Pregão Presencial Registro de preços n.23/2018
Tipo: Menor preço por Item

Objeto: A presente licitação tem por objeto a REGISTRO DE PREÇO para possível CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA de acordo com as especificações constantes no anexo "A" deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 11/07/2018.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 11/07/2018.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 28 de Junho de 2018.
CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 08/2018/CDE

Publicação Nº 1666875

RESOLUÇÃO Nº 08/2018/CDE
"DELIBERA SOBRE A REVOGAÇÃO DE INCENTIVO DE ORDEM ESTRUTURAL E COBRANÇA DE VALORES DE SERVIÇOS EXECUTADOS FRENTE AO NÃO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS PRETENDIDOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

CONSIDERANDO os termos previstos na Lei Municipal 1190 de 2015 que estabelece normas referentes à política de desenvolvimento econômico, concessão de incentivos e estímulos estruturais para a expansão de empreendimentos e a geração de condições ocupacionais do Município;
CONSIDERANDO a Lei Complementar Federal 101 de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;
CONSIDERANDO a vistoria in loco junto à obra de terraplenagem executada em parte pelo Município através de lei de incentivo;
CONSIDERANDO o prazo decadencial do lançamento administrativo para cobrança de saldo devedor;
CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária do dia 27 de

junho de 2018 conforme ata nº 02/2018.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, o benefício de ordem estrutural concedido pela Lei Municipal 1024/2013 à empresa CARGA OESTE IMPLEMENTOS RODoviÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.567.023/0001-36, tendo em vista o não cumprimento dos objetivos propostos na solicitação e contidos no projeto à época da concessão do benefício.

Parágrafo Único O benefício a que se refere este artigo consiste na disponibilização de máquinas para auxiliar no serviço de terraplenagem do terreno matrícula 72.683, parte dos lotes 03, 05, localizado na Linha Primeira, as margens da Rodovia BR 282, Km 527.

Art. 2º Encaminha-se o presente ato ao Executivo Municipal para apreciação e devidas providências, especialmente no que se refere ao lançamento e cobrança dos valores atualizados referentes aos serviços executados à época.

§ 1º Os valores atualizados a que se refere este artigo, conforme documentos contidos nos autos correspondem ao montante de R\$ 286.175,07.

§ 2º Para atualização dos valores aplicados à época utilizou-se o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), índice de correção oficial do município, no período entre o mês de execução do serviço ao mês de maio do ano corrente.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta – SC, 27 de junho de 2018.
MARCELO PAULO GRACIANI
Presidente

Coronel Freitas

PREFEITURA

CONTRATO Nº 75/2018

Publicação Nº 1668515

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº75/2018

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº75/2018

Contratado: NATIVA PROJETOS E CONSTRUÇÃO EIRELI EPP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR EMPREITADA GLOBAL, PARA CONSTRUÇÃO DE COBERTURA PARA ESPERA DE ÔNIBUS E COLOCAÇÃO DE PAVER NA ESCOLA CORONELZINHO, CONFORME PROJETO, CRONOGRAMA E ORÇAMENTO.

Valor: R\$ 19.831,16 (dezenove mil oitocentos e trinta e um reais e dezesseis centavos).

Vigência: 31/12/2018.

CONTRATO Nº 76/2018

Publicação Nº 1668516

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº76/2018

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº76/2018

Contratado: CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR EMPREITADA GLOBAL PARA PAVIMENTAÇÃO ALFÁLTICA DE RUAS DO PERÍMETRO URBANO, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMAS E ORÇAMENTOS.

Valor: R\$ 399.876,92 (trezentos e noventa e nove reais oitocentos e setenta e seis reais e noventa e dois centavos).

Vigência: 31/12/2018.

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 104/2018

Publicação Nº 1667040

DECRETO Nº. 104, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A abertura de crédito adicional SUPLEMENTAR - originário do orçamento geral no orçamento programa 2018 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em Exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, Lei Federal nº. 4.320/64 Lei do Plano Plurianual 2018/2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2018 e Lei Orçamentária Anual nº. 700 de 07/11/2017;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 102.400,00 (cento e dois mil e quatrocentos reais) na seguinte Programação de despesa:

04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
12.361.1201	2.006	Manut. das Ativ. Do Ensino Fundamental		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplic. Diretas	01.1018	23	102.400,00
Total				102.400,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos pela anulação parcial de dotação orçamentária na seguinte programação de despesas:

04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
12.361.1201	2.006	Manut. das Ativ. Do Ensino Fundamental		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.3.90.00.00.00	Aplic. Diretas	01.1019	25	102.400,00
Total				102.400,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 25 de junho de 2018.

FABIANO JOTON

Prefeito Municipal em exercício

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. de Adm. Planej. E Finanças

PORTARIA Nº 094/2018

Publicação Nº 1667035

PORTARIA Nº. 094 DE 25 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABIANO JOTON, Prefeito Municipal em exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período de referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (Trinta) dias no período de 02 de Julho de 2018 á 31 de Julho de 2018.

NOME	CARGO	REFERENCIA
Volnei Bottega	Agente Comunitário de Saúde	01/09/2015 á 31/08/2016

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 a 30 de cada mês podendo ser alterado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 25 de Junho de 2018.
FABIANO JOTON
Prefeito Municipal em exercício

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secretário de Administração Planejamento e Finanças

PORTARIA Nº 095/2018

Publicação Nº 1667037

PORTARIA Nº. 095, DE 25 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

FABIANO JOTON, Prefeito Municipal em exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando Lei complementar nº 040 de 29 de abril de 2014 Art. 113; após cada triênio de efetivo exercício o servidor ocupante do cargo de provimento efetivo fará jus a 30(trinta) dias de Licença Prêmio;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade e da economicidade; Resolve:

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade a servidora abaixo relacionada, no período e referências que especifica:
01- Pelo período de 30 (Trinta) dias, com gozo a partir do dia 02 de Julho de 2018 á 31 de Julho de 2018.

FUNCIONÁRIO	CARGO	REFERÊNCIAS
Jucelia Mara Girardi Pinheiro	Servente	06/2014 á 06/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, em 25 de Junho de 2018.
FABIANO JOTON
Prefeito Municipal em exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

PORTARIA Nº 096/2018

Publicação Nº 1667038

PORTARIA Nº 096, DE 26 DE JUNHO DE 2018
CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABIANO JOTON, Prefeito Municipal em exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Afastamento ao Servidor Público Municipal, Sr. Gefson Antonio de Carli, ocupante do Cargo de Operador de Maquinas, por um período de 08 (Oito) dias, conforme Art. 120 da Lei Complementar nº 040 de 29 de Abril de 2014, a partir do dia 24/06/2018 a 01/07/2018, por motivo de falecimento de seu Pai, Sr. Leozir Antonio de Carli, ocorrido no dia 24/06/2018, conforme cópia da Certidão de Óbito em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 24 de Junho de 2018
FABIANO JOTON
Prefeito Municipal em exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. Munic.de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA Nº 097/2018

Publicação Nº 1667444

PORTARIA Nº. 097 DE 28 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABIANO JOTON, Prefeito Municipal em exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias a Servidora abaixo relacionada, no período de referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (Trinta) dias no período de 17 de Julho de 2018 á 15 de Agosto de 2018.

NOME	CARGO	REFERENCIA
Raquel Sbabo Fabris	Psicóloga	15/09/2016 á 14/09/2017

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 a 30 de cada mês podendo ser alterado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 28 de Junho de 2018.
FABIANO JOTON
Prefeito Municipal em exercício

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secretário de Administração Planejamento e Finanças

PORTARIA Nº 098/2018

Publicação Nº 1667458

PORTARIA Nº. 098, DE 28 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

FABIANO JOTON, Prefeito Municipal em exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando Lei complementar nº 040 de 29 de abril de 2014 Art. 113; após cada triênio de efetivo exercício o servidor ocupante do cargo de provimento efetivo fará jus a 30(trinta) dias de Licença Prêmio;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade e da economicidade; Resolve:

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade a servidora abaixo relacionada, no período e referências que especifica:

01- Pelo período de 30 (Trinta) dias, com gozo a partir do dia 16 de Agosto de 2018 á 15 de Setembro de 2018.

FUNCIONÁRIO	CARGO	REFERÊNCIAS
Raquel Sbabo Fabris	Psicóloga	09/2014 á 09/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 28 de Junho de 2018.
FABIANO JOTON
Prefeito Municipal em exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

PORTARIA Nº 099/2018

Publicação Nº 1667460

PORTARIA Nº. 099, DE 28 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

FABIANO JOTON, Prefeito Municipal em exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando Lei complementar nº 040 de 29 de abril de 2014 Art. 113; após cada triênio de efetivo exercício o servidor ocupante do cargo de provimento efetivo fará jus a 30(trinta) dias de Licença Prêmio;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade e da economicidade; Resolve:

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor abaixo relacionado, no período e referências que especifica:
01- Pelo período de 15 (Quinze) dias, com gozo a partir do dia 16 de Julho de 2018 á 30 de Julho de 2018.

FUNCIONÁRIO	CARGO	REFERÊNCIAS
Ramon Castilho Ravarena	Pedreiro	12/2014 á 12/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 28 de Junho de 2018.
FABIANO JOTON
Prefeito Municipal em exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

PORTARIA Nº 100/2018

Publicação Nº 1667463

PORTARIA Nº. 100 DE 28 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABIANO JOTON, Prefeito Municipal em exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade

pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

GIUVANI SCHUSTER

Secretário de Administração Planejamento e Finanças

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período de referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (Trinta) dias no período de 02 de Julho de 2018 á 31 de Julho de 2018.

NOME	CARGO	REFERENCIA
Adelar José Pinheiro	Auxiliar de Manutenção e Conservação	01/08/2016 á 31/07/2018

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 a 30 de cada mês podendo ser alterado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 28 de Junho de 2018.

FABIANO JOTON

Prefeito Municipal em exercício

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Secretário de Administração Planejamento e Finanças

PORTARIA Nº 101/2018

Publicação Nº 1667466

PORTARIA Nº. 101 DE 28 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABIANO JOTON, Prefeito Municipal em exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias a Servidora abaixo relacionada, no período de referência que especifica:

01 – Para gozo de 15 (Quinze) dias no período de 28 de Junho de 2018 á 12 de Julho de 2018.

NOME	CARGO	REFERENCIA
Cleusa Menegat Belatto	Agente de Combate a Endemias	02/06/2016 á 01/06/2017

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 a 30 de cada mês podendo ser alterado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 28 de Junho de 2018.

FABIANO JOTON

Prefeito Municipal em exercício

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1489/18

Publicação Nº 1668435

DECRETO Nº 1489/18

AUTORIZA O FECHAMENTO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS PARA A REALIZAÇÃO DO DESFILE FESTIVO EM COMEMORAÇÃO AOS 121 ANOS DO MUNICÍPIO.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do artigo 66, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado, no dia 01 de julho de 2018, no período das 07:00 horas às 12:00 horas, o fechamento do logradouro público dá avenida Getúlio Vargas do Auto Posto Corupá até na loja Ghunter, e as laterais, Rua Vidal Ramos, Rua Hercílio Luz, Rua Vicente Brugnetti, Rua Nereu Ramos e a Rua Duque de Caxias, para a realização do Desfile Festivo em Comemoração aos 121 anos do município.

Art. 2º - A Polícia Militar deverá ser informada do referido fechamento do logradouro público a fim de promover a segurança pública do local.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 29 de junho de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1490/18

Publicação Nº 1668436

DECRETO Nº 1490/18

DISPÕE SOBRE O FERIADO MUNICIPAL EM COMEMORAÇÃO A 121 ANOS DE FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no inciso VII, do art. 66 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que o Município de Corupá completará no dia 7 de julho de 2018 (sábado), 121 anos de Fundação do Município;

CONSIDERANDO que a ACIAC – Associação Empresarial de Corupá solicitou ao Prefeito Municipal a alteração da data do feriado municipal para o dia 14 de julho (sábado) para que o comércio local possa no dia 7 de julho (sábado) atender o público visitante do evento BANANALAMA que acontecerá nos dias 5 a 8 de julho de 2018;

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferida a data do feriado municipal do dia 7 de julho de 2018 em comemoração a 121 anos de Fundação do Município de Corupá, para o dia 14 de julho de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 29 de junho de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1491/18

Publicação Nº 1668438

DECRETO Nº 1491/18

AUTORIZA A SCRCRED, A FAZER USO DO ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do artigo 66, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a SCRCRED a fazer uso do espaço público da Praça Municipal Artur Müller, no dia 30 de julho de 2018, com início às 08:00 horas e término às 18:00 horas.

Art. 2º - Em paralelo ao evento promovido pela SCRCRED também ocorrerá no espaço da Praça Municipal Arthur Müller o evento "Festejando na Praça", com início às 08:00 horas e término às 18:00 horas, promovido pela Prefeitura Municipal em comemoração aos 121 anos de fundação do município de Corupá.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos e vedação ao embarço a fluidez regular do trânsito.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 29 de julho de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1492/18

Publicação Nº 1668487

DECRETO Nº 1492/18

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO EXCEPCIONAL DE EXPEDIENTE, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, A SER OBSERVADO PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA, NO DIA DO JOGO DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no inciso VII, do art. 66, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que, a cada quatro anos, a disputa do Campeonato Mundial de Futebol atrai a atenção de grande parcela da população brasileira;

CONSIDERANDO que, a Seleção Brasileira de Futebol se classificou para o jogo da fase Oitavas de Final da Copa do Mundo 2018;

CONSIDERANDO que, já há uma tradição nacional para que nos dias de jogos do Brasil ocorram alterações no expediente de órgãos públicos, de modo a compatibilizar a adequada prestação do serviço público, permitindo a todos os servidores públicos a oportunidade de assistirem as partidas da Seleção Brasileira de Futebol;

DECRETA:

Art. 1º - O funcionamento dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo durante o jogo do dia 02 de julho de 2018 da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo 2018, será das 7:30hs às 10:30hs e das 14:00hs às 17:00hs.

Art. 2º - O disposto neste Decreto não será aplicado aos Centros de Educação Infantil – CEI's, Escolas Municipais, Postos de Saúde e à prestação dos serviços julgados indispensáveis e essenciais.

Art. 3º - O serviço de atendimento ao público no setor administrativo da Autarquia Águas de Corupá funcionará em horário normal de expediente.

Parágrafo único: Não haverá interrupção dos serviços prestados pela empresa EBS (Empresa Brasileira de Saneamento Ltda) na operação e manutenção do sistema de abastecimento de água do Município.

Art. 4º - Desde que justificado, qualquer servidor público poderá ser convocado ao trabalho por seus superiores hierárquicos.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 1482/18.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de junho de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicado e registrado na forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 028/2018 PROCESSO SELETIVO 002/2017

Publicação Nº 1666997

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443- Fone 375-6500 - 89.278-000 - -SC www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 028/2018

PROCESSO SELETIVO 002/2017

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei complementar nº 014/09, de 15 de novembro de 2009, resolve tornar publico:

Ficam convocados os candidatos aprovados do Processo Seletivo Edital Nº 002/2017 para que se dirijam a Prefeitura Municipal de Corupá no setor de Recursos Humanos, conforme tabela abaixo, para tratarem de assunto(s) referente(s) à(s) Contratação(es) Temporária(s) do ano de 2018.

Informamos que o(s) candidato(s) convocado(s) por este Edital que não comparecerem serão considerados desistentes e eliminados, sendo substituídos pelo próximo aprovado, obedecendo à ordem de classificação.

Conforme o EDITAL Nº 002/2017 DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, nos itens:

16.6. O candidato, após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 05 (cinco) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

16.7. O candidato aprovado no seletivo, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

16.8. O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Corupá, até a data estabelecida conforme item 16.6, será excluído da vaga deste Processo Seletivo.

16.10. A inobservância do subitem 16.8, implicará na desclassificação da vaga do Processo Seletivo.

Serão contratados apenas os candidatos habilitados conforme as vagas disponibilizadas na tabela abaixo. Os demais classificados continuarão no aguardo de nova publicação de edital de chamamento.

A apresentação dos candidatos para cada área obedecerá rigorosamente à classificação e será de acordo com a data e horário abaixo.

CARGO	VAGAS DISPONÍVEIS	DIA	HORÁRIO	CONVOCADOS
Auxiliar de serviços gerais	1	02/07/2018	08:30	Classificado nº 08

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, Santa Catarina, aos 26 dias do mês de junho de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4903/18

Publicação Nº 1668441

PORTARIA Nº 4903/18

CONCEDE ACESSO AO SERVIDOR SENHOR PAULO HENRIQUE DE SOUSA COSTA WOLODOZELIK.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009 e com a Lei Complementar 046/2014, artigo 1º,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder acesso ao servidor Sr. PAULO HENRIQUE DE SOUSA COSTA WOLODOZELIK, com diferenciação salarial por ter concluído curso superior em sua área de atuação, deixando de perceber o fator 15 de remuneração, passando a perceber o fator 25 de remuneração, conforme Anexo I da Lei Complementar 046/2014.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de maio de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 29 de junho de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

RESOLUÇÃO Nº. 005, DE 19 DE JUNHO DE 2018 - CMAS

Publicação Nº 1667002

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORUPÁ -SC

Rua: Otto Hillbrecht, 370/Bomplant

Cep: 89278-000 / Telefone: 47-3375-2483

e-mail: cmas@corupa.sc.gov.br

Resolução nº. 005, de 19 de Junho de 2018.

Dispõe sobre aprovação da retificação do demonstrativo sintético de execução física e financeira do Governo Federal referente ao exercício de 2016.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Corupá (CMAS), no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.240/2017, e,

Considerando a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, realizada no dia 19 de Junho, às 08h30min, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, sob a Ata 03/2018;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a retificação do demonstrativo sintético de execução física e financeira do Governo Federal - Sistema Único de Assistência Social - SUAS, do exercício do ano 2016, referente aos Serviços/Programas do Governo Federal - Sistema Único da Assistência Social, conforme segue:

I. Saldo financeiro na conta-corrente da Proteção Social Básica em 31/12/2016 no valor de R\$ 27.490,82 (vinte sete mil, quatrocentos e noventa reais e oitenta e dois centavos).

II. Saldo financeiro na conta-corrente do BPC na Escola no valor de R\$ 771,15 (setecentos e setenta e um reais e quinze centavos), com 100% da execução dos questionários.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 19 de Junho de 2018.

DANIELA NEVES DE SOUZA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 006, DE 19 DE JUNHO DE 2018 - CMAS

Publicação Nº 1667003

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORUPÁ -SC

Rua: Otto Hillbrecht, 370/Bomplant

Cep: 89278-000 / Telefone: 47-3375-2483

e-mail: cmas@corupa.sc.gov.br

Resolução nº. 006, de 19 de Junho de 2018.

Dispõe sobre aprovação do plano de ação, para uso dos recursos repassados ao Fundo Municipal de Assistência Social, como co-financiamento do governo federal dos serviços e programas, gestão do SUAS, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Programa Bolsa Família, referentes ao exercício de 2018.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Corupá (CMAS), em reunião ordinária realizada no dia 19 de Junho de 2018, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º - Aprovar o plano de ação, para uso dos recursos repassados ao Fundo Municipal de Assistência Social – CMAS, como co-financiamento do governo federal dos serviços e programas na Atenção Básica, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, gestão do SUAS e do Programa Bolsa Família, referentes ao exercício de 2018.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELA NEVES DE SOUZA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL PROCESSO SELETIVO 001/2018

Publicação Nº 1667008

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018.

A CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ – SC, torna público que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo, e baixa normas para abertura e seleção de vagas para os cargos abaixo relacionados:

1 - DOS REQUISITOS PARA O CARGO

- 1.1 - Nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da lei;
- 1.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 1.3 - Estar em dia com as obrigações militar e eleitoral;
- 1.4 - Ter capacidade física para a função e sanidade mental;
- 1.5 - Não possuir acumulação proibida de cargo ou função pública.

2 – DAS INSCRIÇÕES E PUBLICAÇÃO DO RESULTADO

2.1 - As inscrições serão efetuadas na Câmara de Vereadores de Corupá-SC., sito a Rua Padre Vicente Schmitz, 45, Centro, Corupá – SC, CEP: 89.278.000, pessoalmente, no período de 29/06/2018 à 10/07/2018, das 08h às 12h e das 14h às 17h.

2.2 – Para inscrever-se o candidato deverá apresentar:

- a) Fotocópia da Carteira de Identidade e do CPF;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (caso de empate);
- c) Certificado de cursos de especialização e aperfeiçoamento nas áreas de interesse para atuação (original e fotocópia) se tiver;
- d) Endereço e telefone para contato.

2.3 – O candidato é responsável pelas informações prestadas na Ficha de Inscrição prevista do ANEXO I, responsabilizando-se pelas consequências de eventuais erros/e ou de não preenchimento de qualquer campo daquele documento;

2.4 – Será cancelada a inscrição do candidato que prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfazer integralmente a todas as condições estabelecidas neste edital;

2.5 – O candidato, ao preencher a Ficha de Inscrição, declara estar ciente das exigências e normas estabelecidas para este Processo Seletivo, em plena concordância das mesmas;

2.6 – Todos os candidatos que fizerem a inscrição receberão o protocolo da entrega de inscrição prevista no ANEXO II do presente Edital.

3 – DAS VAGAS, FUNÇÃO, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E GRAU DE ESCOLARIDADE:

Nº DE VAGAS	FUNÇÃO	SALÁRIO	CARGA/HORÁRIA SEMANAL	GRAU DE ESCOLARIDADE
1	CONTADOR	3.607,48	35 H	Registro CRC

4 – DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO / DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

CONTADOR: Responsável pela Execução dos Serviços de natureza econômica, financeira e contábil, elaboração da proposta orçamentária, efetuar empenho, registros contábeis, balancetes, balanços, acompanhamento da execução do orçamento, das dotações orçamentárias, através do controle interno avaliar o cumprimento das metas e o cumprimento dos programas da Câmara, organização e manutenção atualizada dos registros e controles do patrimônio da Câmara, classificando, numerando e codificando o material permanente, realizar anualmente o inventário dos bens patrimoniais da Câmara Municipal e outras atividades correlatas ao cargo.

Nível de escolaridade: Registro CRC (Técnico Profissionalizante/Superior).

5 – DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

a) – Os candidatos serão selecionados por meio de apresentação de currículo e entrevista, que será realizada pela Agência Recruta Recursos Humanos Ltda – EPP.

b) A apresentação do currículo será realizada no dia 13/07/2018, das 8h da manhã às 12h da manhã, na Câmara de Vereadores de Corupá, sito a Rua Padre Vicente Schmitz, 45, centro, Corupá-SC, CEP : 89.278.000;

5.1 – Da Entrevista:

a) A entrevistas serão realizadas no dia 18/07/2018, das 14 horas às 16 horas na Câmara de Vereadores de Corupá – SC, sito a Rua Padre Vicente Schmitz, 45, centro, Corupá – SC, CEP: 89.278.000, de caráter meramente classificatório e não eliminatório. Tem por objetivo identificar se o candidato apresenta perfil compatível com a função necessária ao trabalho relacionado com as atividades desenvolvidas no local de trabalho.

- b) No desenvolvimento da entrevista, o candidato será avaliado através de itens constantes no currículo e entrevista elaborada pela empresa contratada especializada para esta finalidade.
- c) Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada para a realização da entrevista. O candidato não poderá alegar desconhecimento sobre a realização da mesma, como justificativa de sua ausência ou atraso.
- d) Não será feita entrevista fora do dia, horário e local designados por este Edital.

6 – DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO E DO PRAZO PARA RECURSO

- 6.1 O resultado dos aprovados será divulgado no mural e sítio da Câmara de Vereadores no dia 24/07/2018, a partir das 10 horas.
- 6.2 Os candidatos terão 02 (dois) dias úteis a contar da publicação do resultado, para solicitar recurso, devidamente fundamentado, por escrito, endereçado a Câmara de Vereadores de Corupá – SC;
- 6.3 Findo o prazo do recurso, o resultado será homologado e os candidatos serão convocados, por ordem de classificação, conforme disponibilidade das vagas;
- 6.4 Não serão reconhecidos os recursos interpostos fora do prazo disposto no item 5.1.

7 – DA ADMISSÃO

- 7.1 A admissão prevista neste edital tem caráter temporário de excepcional interesse público, e que perdurará enquanto houver a necessidade temporária de excepcional interesse público, ou demais previstas em lei;
- 7.2 Previamente à admissão, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados os seguintes documentos: Fotocópia legível:
- a) CPF válido;
 - b) Carteira de Identidade;
 - c) Carteira de reservista (se homem);
 - d) Comprovante Inscrição PIS/PASEP;
 - e) Certidão nascimento ou casamento;
 - f) Certidão nascimento filhos (menores de 21 anos);
 - g) Título eleitoral e comprovante de quitação com as obrigações eleitorais;
 - h) 01 foto 3x4 atualizada;
 - i) Comprovante da escolaridade exigido para o cargo;
 - j) Endereço completo e telefone para contato;
 - k) Declaração Acúmulo cargo (preenchida no RH);

7.3 A contratação será efetuada com base no regime celetista;

7.4 A contribuição previdenciária do contratado (a) por este processo seletivo, será vinculada ao regime geral de Previdência Social (INSS).

8 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1 O prazo de validade deste processo seletivo será de 1 (um) ano, contado a partir da data de publicação da homologação de seu resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a teor do Parágrafo 2º, do artigo 1º da Lei nº2.217/16.
- 8.2 Para o candidato que não aceitar a vaga apresentada ou dela desistir, não será apresentada outra.
- 8.3 A aprovação do candidato, todavia, não gera direito de contratação, visto que esta será realizada de acordo com a necessidade de vaga, seguindo rigorosamente a ordem de classificação.
- 8.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Diretora da Câmara de Vereadores.
- 8.5 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá (SC), 29 de Junho de 2018.

WILSON JEAN GESSNER

Presidente da Câmara de Vereadores de Corupá/SC

Cunha Porã

PREFEITURA

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº96/2017

Publicação Nº 1667705

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Quinto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 96/2017.

Partes: Município de Cunha Porã e a empresa GP SINALIZAÇÃO IND. E COM. LTDA EPP.

Processo Licitatório: 0868/2017,

Modalidade: Tomada de Preços 02/2017.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o aditamento no valor de R\$ 46.721,82 (quarenta e seis mil, setecentos e vinte e um reais e oitenta e dois centavos), e decorrem da instalação de novas placas de sinalização para ampliação da meta do projeto de sinalização turística, conforme contrato de repasse nº 1.027.188-46/2015-MTUR.

Data: 28/06/2018.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal

DECRETO Nº 069, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1668108

DECRETO Nº 069, de 27 de junho de 2018.

APROVA DESDOBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº (01), DA QUADRA Nº (04), LOTEAMENTO RODRIGUES, LOCALIZADO NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE CUNHA PORÃ.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Decreto nº 064 de 21 de junho de 2018 que regulamenta o § 2º do Art. nº 38 da Lei 1.059, de 23 de maio de 1982, com a redação dada pela Lei 2.558, de 12 de dezembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o DESDOBRAMENTO do lote urbano nº (01), quadra nº (04), Loteamento Rodrigues, Bairro Rodrigues, com área superficial de (450,00m²), situado no lado par da Rua Castelo Branco esquina formada por esta com a Rua Johan Salfner, objeto da matrícula 444 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cunha Porã, em duas partes: a) a primeira denominada Lote "A", parte do lote urbano nº (01), quadra nº (04), com área superficial de (186,00m²); b) a segunda denominada Lote "B" parte do lote urbano nº (01), quadra nº (04), com área superficial de 264,00m², cuja descrição passa a ser:

I - LOTE "A", parte do lote urbano nº 01, com a área de 186,00 m² (cento e oitenta e seis metros quadrados) contendo uma edificação em alvenaria, com uma área construída de 73,20 m² (setenta e três metros e vinte decímetros quadrados), com 01 pavimento, coberto com telhas de fibrocimento, para uso residencial, de Venilda Wollmann, confrontando: NORTE – com a Rua Johan Salfner, na extensão de 12,40 metros; SUL - com o Lote Urbano nº 02, de Olgemar Arthur Dahlke e Alma Selvina Drescher Dahlke, Mat. 3493, na extensão de 12,40 metros; LESTE - com o lote "B", parte do lote Urbano nº 01, de Venilda Wollmann, na extensão de 15,00 metros; OESTE - com o Lote Urbano nº 08, de Loinir Benedix, Mat. 5083, na extensão de 15,00 metros. Localizado no lado "ÍMPAR" da Rua Johan Salfner, distando 17,60 metros da esquina formada por esta com a Rua Castelo Branco. Conforme Cadastro Municipal de Cunha Porã sob nº 6050780-0.

II - LOTE "B", parte do lote urbano nº 01, com a área de 264,00 m²

(duzentos e sessenta e quatro metros quadrados) de Venilda Wollmann, sem edificações, confrontando: NORTE – com a Rua Johan Salfner, na extensão de 17,60 metros; SUL - com o lote urbano nº 02, de Olgemar Arthur Dahlke e Alma Selvina Drescher Dahlke, mat. 3493, na extensão de 17,60 metros; LESTE - com a Rua Castelo Branco, na extensão de 15,00 metros; OESTE - com o lote "A", parte do lote urbano nº 01, de Venilda Wollmann, na extensão de 15,00 metros. Localizado no lado "PAR" da Rua Castelo Branco, esquina formada por esta com a Rua Johan Salfner. Conforme Cadastro Municipal de Cunha Porã sob nº 6050781-0.

Art. 2º. Ficam revogados o Decreto nº 112, de 06 de novembro de 2017 e o Decreto nº 049, de 13 de abril de 2018.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gabinete do Prefeito, 27 de junho de 2018.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

RUDINEI PEDRO KAHER

Secretário de Administração e Fazenda

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2018

Publicação Nº 1667017

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Ata de Registro de Preços nº 33/2018

Partes: Município de Cunha Porã e a Empresa Neusa Griebel MEI.

Processo Licitatório: n. 773/2018

Pregão Presencial: n. 35/2018.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE EVENTOS ATRAVÉS DE CARRO DE SOM; E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANIMAÇÃO E RECREAÇÃO PARA AS FESTAS DOS GRUPOS DE IDOSOS DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC.

Valor Total: R\$ 62.000,00.

Vigência: 26/06/2018 a 26/06/2019.

Jairo Rivelino Ebeling- Prefeito Municipal

Cunhataí

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2018

Publicação Nº 1666876

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 35/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2018

Aos 21 dias de maio de 2018, o MUNICÍPIO DE CUNHATAI, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.116/0001-44, Inscr. Est. ISENTA, estabelecido a Avenida 29 de Setembro, nº 450, Centro, Cunhataí - SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Exmo. Senhor Luciano Franz, no uso de suas atribuições nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, de 18 de julho de 2002, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 27/2018 Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Público e homologada pela autoridade competente deste Município, resolve registrar os preços registro de preço para contratação de empresa para prestação de serviço de recapagem, vulcanização em pneus de caminhões, máquinas e equipamentos para manutenção das atividades das secretarias solicitantes, conforme consta do anexo I, desta ata que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços, oferecido pela empresa cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame acima numerado.

Cláusula Primeira – Do objeto

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível e futura contratação entre o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 27/2018, cujos objetos estão descritos no Anexo I da referida ata, que passa a fazer parte, para todos os efeitos desta ata.

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano a contar da assinatura da ata.

Subcláusula única. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Cláusula Terceira – Da utilização da Ata de Registro de Preços

A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por todos os órgãos da Administração Pública Municipal, desde que autorizados pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ.

Subcláusula primeira. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no Anexo I.

Subcláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Subcláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

Cláusula quarta – Do local e prazo de entrega

Os serviços, cujos fornecimentos vierem a ser contratados, deverão ser prestados em estabelecimento próprio do proponente vencedor, após a emissão da Autorização de Fornecimento, sendo este também responsável pela coleta e transporte dos pneus sendo que o serviço deverá ser realizado em até 05 dias da coleta dos pneus.

Cláusula quinta – Do pagamento

O pagamento será efetuado em até 30 dias após a execução dos serviços, condicionado à apresentação da Nota Fiscal, através de depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor.

Cláusula sexta - Das condições de fornecimento

A efetivação dos serviços só estará caracterizada mediante o recebimento da ordem de serviço pelo Município de CUNHATAÍ.

Sub cláusula primeira. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

Cláusula sétima – Das penalidades

A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução desta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, e será descredenciada do MUNICÍPIO, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

Sub cláusula primeira. A Contratada ficará sujeita, ainda, às seguintes penalidades:

7.1 O município aplicará Multa na ordem de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitado este a 05 (cinco) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

7.2 Aplicará o Contratante, Multa na ordem de 8 % (oito por cento), no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);

7.3 Aplicará o município, Multa na ordem de 10% (dez por cento), no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos).

7.4 As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

7.5. Rescisão contratual, nos casos dos itens 7.1 e 7.2, respeitado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Cláusula oitava – Dos reajustamentos de preços

Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula II da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislação, é vedado qualquer reajustamento de preços, exceto casos previstos na alínea "d" inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula única. O Município procederá o reajuste ou reequilíbrio financeiro, somente para aqueles bens tabelados por órgãos oficiais competentes, mediante comprovação do aumento.

Cláusula nona – Do cancelamento da Ata de Registro de Preços

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

a - A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

b - A detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

c - A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

d - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

e - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f - Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

g - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste Edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

h - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

a - À solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste Contrato, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula décima – Da autorização para aquisição e emissão das ordens de fornecimento

As solicitações do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Ordenador de Despesas do MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ.

Sub cláusula primeira. A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo Prefeito Municipal.

Cláusula Décima Primeira – Dos Preços Registrados

O Fornecedor, os preços, as quantidades, as especificações e a classificação registrados na presente Ata, encontram-se indicados no anexo I desta Ata, o qual passa integrar a presente como se transcrito fosse.

Cláusula Décima Primeira – Das disposições finais e do foro
Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 27/2018 e as propostas das empresas acima relacionadas.

Fica eleito o foro da Comarca de SÃO CARLOS-SC, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

Cunhataí, em 25 de maio de 2018.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal de Cunhataí

N.G PNEUS LTDA

CNPJ Nº 29.667.841/0001-39

VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA

CNPJ Nº 24.018.340/0001-08

RENATO PERSCH EIRELI

CNPJ Nº 11.663.195/0001-76

A.R. PNEUS LTDA

CNPJ Nº 09.243.567/0001-63

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2018

Publicação Nº 1666877

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 36/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 28/2018

Aos 22 dias do mês de maio de 2018, o Município de Cunhataí, Estado De Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.116/0001-44, Inscr. Est. ISENTA, estabelecido a Avenida 29 de Setembro, nº 450, Centro, Cunhataí - SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Exmo. Senhor LUCIANO FRANZ, no uso de suas atribuições nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, de 18 de julho de 2002 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 28/2018 Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Público e homologada pela autoridade competente deste Município, RESOLVE registrar os preços para aquisição de plantas ornamentais para embelezamento de canteiros públicos do município de Cunhataí.

Cláusula Primeira – Do objeto

A presente Ata de registro de preço tem por AQUISIÇÃO DE PLANTAS ORNAMENTAIS PARA EMBELEZAMENTO DE CANTEIROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	400,00	M²	GRAMA SEMPRE VERDE - AYONOPUS COMPRESSUS, COM FOLHAS LONGAS, LISAS, COR VERDE INTENSO, TAMANHO EM LEIVA DE NO MÍNIMO 60CM DE LARGURA E 40CM DE COMPRIMENTO, ALTURA DE NO MÍNIMO 05 CM.	9,30	3720,00
2	50,00	UND	PLANTA BUXINHO - BUXUS SEMPERVIRENS, NA COR VERDE ESCURO, RESISTENTE E FÁCIL DE MOLDURAR, COM NO MÍNIMO 25 CM DE ALTURA.	26,00	1300,00
3	50,00	UND	PLANTA CYCUS REVOLUTA - ARBUSTO SEMI-LENHOSO, COM TRONCO GROSSO, COM VÁRIAS RAMIFICAÇÕES, PLANTA MÉDIA COM NO MÍNIMO 20CM DE FOLHA E ALTURA MÍNIMA DE 30 CM.	50,00	2500,00
4	50,00	UND	PLANTA STRELITZIA REGIONAL - PLANTA HERBÁCEA, ENTOUCEIRADA, APRESENTANDO FOLHAS RIJAS E COREACEOS DE COLORAÇÃO VERDE AZULADA, PLANTA MÉDIA DE NO MÍNIMO 30 CM.	25,00	1250,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A ata terá vigência de 01 ano a contar da sua assinatura.

Sub cláusula única. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Cláusula Terceira – Da utilização da Ata de Registro de Preços

A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por todos os órgãos da Administração Pública Municipal, desde que autorizados pelo

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ.

Sub cláusula primeira. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no Anexo I.

Sub cláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Sub cláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

Cláusula quarta – Do local e prazo de entrega

Os materiais adquiridos, deverão ser entregues nas secretarias solicitantes, conforme autorização de fornecimento encaminhada pelo setor de compras e Licitações, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes de sua execução.

A entrega dos materiais deverá ser efetivada no prazo de até 10 dias, contados da homologação/adjudicação do processo licitatório e mediante recebimento da Autorização de Compra.

Cláusula Quinta – Do pagamento

O pagamento será efetivado na Tesouraria da Secretaria de Finanças da CONTRATANTE ou por Ordem Bancária, sendo pago até o 5º dia útil do mês subsequente à entrega do material mediante apresentação de nota fiscal, devidamente recebida pelo Departamento Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento e mediante recebimento da regularidade fiscal da empresa e comprovação de que o veículo está segurado.

Não haverá reajuste, nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

Cláusula Sexta - Das condições de fornecimento

A entrega do material deverá ser feita após o recebimento da autorização de fornecimento encaminhada pelo setor de compras e licitações.

Sub cláusula primeira. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

Cláusula sétima – Das penalidades

A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução desta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, e será descredenciada do MUNICÍPIO, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

Sub cláusula primeira. A Contratada ficará sujeita, ainda, às seguintes penalidades:

O município aplicará Multa na ordem de 0,5 % (meio por Cento) por dia de atraso, limitado este a 05 (cinco) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

Aplicará o Contratante, Multa na ordem de 8 % (oito por cento), no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);

Aplicará o município, Multa na ordem de 10% (dez por cento), no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos).

As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

Cláusula oitava – Dos reajustamentos de preços

Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula II da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislação, é vedado qualquer reajustamento de preços, exceto casos previstos na alínea "d" inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Sub cláusula única. O Município procederá o reajuste ou reequilíbrio financeiro, somente para aqueles bens tabelados por órgãos oficiais competentes, mediante comprovação do aumento.

Cláusula nona – Do cancelamento da Ata de Registro de Preços

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

a - A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

b - A detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

c - A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

d - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

e - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f - Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

g - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste Edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

h - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do município, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

a - À solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste Contrato, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula décima – Da autorização para aquisição e emissão das ordens de fornecimento

Cabe a cada Secretaria solicitante efetuar o acompanhamento da entrega dos materiais, devendo eles estar de acordo com o exigido em edital.

Sub cláusula primeira. A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo Prefeito Municipal.

Cláusula Décima Primeira – Dos Preços Registrados

O Fornecedor, os preços, as quantidades, as especificações e a classificação registrados na presente Ata, encontram-se indicados no anexo I desta Ata, o qual passa integrar a presente como se transcrito fosse.

Cláusula décima Segunda – Das obrigações da empresa vencedora do certame

Caberá ao licitante vencedor, a partir da assinatura do contrato, o cumprimento das seguintes obrigações, além daquelas descritas no Edital de Pregão Presencial nº 28/2018 e anexos:

- a) Executar o objeto desta licitação conforme condições estipuladas no edital e anexos;
- b) Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações e outras que por ventura venham a ser criadas pelo Poder Público.
- c) Responder pelos danos causados à Administração e a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços.
- d) Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei.

Ao licitante vencedor caberá assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração Pública.

É vedado ao Licitante Vencedor subcontratar outra Empresa para execução do objeto deste Pregão Presencial.

É obrigação do Licitante vencedor:

- a) Estar devidamente organizada e registrada na Prefeitura e demais órgãos competentes.
- b) Arquivar no registro comercial todas as alterações de seus atos constitutivos ou estatutários.
- c) Cumprir as disposições da Legislação Federal, Estadual e Municipal a que estiver sujeita.
- d) Cumprir as disposições dos contratos coletivos de trabalhos e as demais disposições a que estiver sujeita.
- e) Manter atualizadas as estatísticas de oferta e demanda atendidas, bem como remeter, dentro dos prazos estabelecidos, as informações estatísticas exigidas pelo Município de Cunhataí, ao Departamento competente.
- f) Observar itinerários e programas de horários aprovados pelo Município de Cunhataí;
- g) Cumprir todas as obrigações e deveres deste regulamento e de instruções pertinentes.
- h) Manter seguro contra riscos de responsabilidade civil para passageiros e terceiros.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 28/2018 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.

Fica eleito o foro da Comarca de SÃO CARLOS-SC, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

Cunhataí, em 25 de maio de 2018.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal de Cunhataí

Suelin Wendt Both 0579885940

CNPJ Nº 24.763.449/0001-70

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2018

Publicação Nº 1667086

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGITRO DE PREÇOS Nº 30/2018

VALIDADE: 01 (um) ano a contar da homologação.

Aos vinte e oito dias do mês de junho de 2018, o MUNICÍPIO DE CUNHATAI, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.116/0001-44, Inscr. Est. ISENTA, estabelecido a Avenida 29 de Setembro, nº 450, Centro, Cunhataí - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. LUCIANO FRANZ, através do Fundo Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, de 18 de julho de 2002 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 30/2018, Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Público e homologada pela autoridade competente deste Município, RESOLVE registrar os preços referente CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E ULTRASSONOGRAFIA, conforme consta do anexo I, desta ata que passa a fazer parte desta,

tendo sido, os referidos preços, oferecido pela empresa cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame acima numerado.

Cláusula Primeira – Do objeto

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível e futura contratação entre o MUNICÍPIO DE CUNHATAI e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 30/2018, cujos objetos estão descritos a seguir, que passa a fazer parte, para todos os efeitos desta ata:

Item	ESPECIFICAÇÃO	Unid.	Quant.	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	ULTRASSONOGRAFIA -US PRÓSTATA (VIA ABDOMINAL).	UND	15,00	80,00	1.200,00
2	ULTRASSONOGRAFIA -US PRÓSTATA (VIA TRANSRETAL).	UND	15,00	110,00	1.650,00
3	ULTRASSONOGRAFIA -US TIREOIDE.	UND	15,00	90,00	1.350,00
4	ULTRASSONOGRAFIA -US ARTICULAÇÃO.	UND	30,00	90,00	2.700,00
5	ULTRASSONOGRAFIA - US BOLSA ESCROTAL.	UND	15,00	90,00	1.350,00
6	ULTRASSONOGRAFIA -US TÓRAX (EXTRA CARDÍACO).	UND	15,00	90,00	1.350,00
7	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA MEMBROS INFERIORES (UNILATERAL).	UND	10,00	268,75	2.687,50
8	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA COLUNA CERVICAL, DORSAL OU LOMBAR.	UND	10,00	268,75	2.687,50
9	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA COLUNA LOMBO-SACRA.	UND	10,00	268,75	2.687,50
10	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA COLUNA TORÁCICA.	UND	10,00	268,75	2.687,50
12	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE BACIA/PELVE.	UND	10,00	268,75	2.687,50
13	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA MEMBROS SUPERIORES (UNILATERAL).	UND	10,00	268,75	2.687,50
14	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA SELA TÚRCICA.	UND	10,00	268,75	2.687,50
18	CONTRASTE PARA REALIZAÇÃO DE EXAME DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA.	UND	50,00	75,00	3.750,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá de um ano a contar da homologação.

Sub cláusula única. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o MUNICÍPIO DE CUNHATAI não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Cláusula Terceira – Da utilização da Ata de Registro de Preços

A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por todos os órgãos da Administração Pública Municipal, desde que autorizados pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAI.

Sub cláusula primeira. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado acima.

Sub cláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

Sub cláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

Cláusula quarta – Do local e prazo de entrega

Os serviços deverão ser prestados na sede da empresa contratada, conforme agendamento prévio a ser feito pela Secretária de Saúde.

Cláusula quinta – Do pagamento

O pagamento será efetuado em até 15 dias após o recebimento e inspeção do objeto licitado pelo Responsável de cada Secretaria ou do órgão requisitante, condicionado à apresentação da Nota Fiscal, através de depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor.

Cláusula Sexta - Das condições de fornecimento

A execução do serviço só estará caracterizada mediante o recebimento da ordem de fornecimento pelo Município de Cunhaí.

Sub cláusula primeira. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

Cláusula sétima – Das penalidades

A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE CUNHATAI, e será descredenciada do MUNICÍPIO, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

Sub cláusula primeira. A Contratada ficará sujeita, ainda, às seguintes penalidades:

Os serviços, cujos prestados vierem a ser contratados, deverão ser realizados no local previsto no presente edital para cada item, responsabilizando-se a Contratada pelas normas de segurança, após a emissão da Autorização de Fornecimento;

O município aplicará Multa na ordem de 0,5 % (meio por Cento) por dia de atraso, limitado este a 05 (cinco) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

Aplicará o Contratante, Multa na ordem de 8 % (oito por cento), no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);

Aplicará o município, Multa na ordem de 10% (dez por cento), no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos).

As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

Rescisão contratual, nos casos dos itens 7.4 e 7.5, respeitado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Cláusula oitava – Dos reajustamentos de preços

Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula II da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei Federal 9.069, de

29.6.1995 e demais legislação, é vedado qualquer reajustamento de preços, exceto casos previstos na alínea "d" inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Sub cláusula única. O Município procederá o reajuste ou reequilíbrio financeiro, somente para aqueles bens tabelados por órgãos oficiais competentes, mediante comprovação do aumento.

Cláusula nona – Do cancelamento da Ata de Registro de Preços

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

- a - A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b - A detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c - A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- d - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
- e - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f - Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- g - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste Edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.
- h - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

- a - À solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste Contrato, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula décima – Da autorização para aquisição e emissão das ordens de fornecimento

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Ordenador de Despesas do MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ.

Sub cláusula primeira. A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo Prefeito Municipal.

Cláusula Décima Primeira – Dos Preços Registrados

O Fornecedor, os preços, as quantidades, as especificações e a classificação registrados na presente Ata, encontram-se indicados no anexo I desta Ata, o qual passa integrar a presente como se transcrito fosse.

Cláusula Décima Primeira – Das disposições finais e do foro

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 30/2018 e as propostas das empresas acima relacionadas.

Fica eleito o foro da Comarca de São Carlos/SC, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

Cunhataí/SC, em 28 de junho de 2018.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal de Cunhataí

RAIMED CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM MARAVILHA LTDA

CNPJ Nº 27.308.072/0001-57

Testemunhas:

1 _____ 2 _____

DECRETO Nº 050/2018

Publicação Nº 1668246

DECRETO N.º 050/2018, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

APROVA PROJETO DE LOTEAMENTO DENOMINADO LOTEAMENTO SEHNEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal, de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 37, inciso IX da Constituição Federal, e no art. 90, IX, da Lei Orgânica do Município e noutra legislação aplicável; de conformidade com o disposto na Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e demais disposições legais, e;

CONSIDERANDO que o loteador, cumpriu as exigências do órgão que realiza as análises dos processos de loteamento no Município de Cunhataí (Amerios), com emissão de parecer de APROVAÇÃO nº 01379/2017, emitido em data de 06/10/2017;

CONSIDERANDO que a aprovação do loteamento não desonera o loteador do cumprimento das suas obrigações legais, nem do preenchimento dos requisitos legalmente estatuídos para a regularidade do loteamento, mesmo subsequente ao ato de aprovação;

CONSIDERANDO ainda que, mesmo posteriormente à aprovação e registro do loteamento, as eventuais omissões ou irregularidades do loteamento são passíveis de notificação para a devida regularização, a qual se não executada ensejará a Administração Pública efetuar as obras necessárias e exigir o respectivo pagamento do responsável;

CONSIDERANDO que já foi emitido termo de compromisso de Caução para realização de obras de infraestrutura remanescentes do projeto do Loteamento Sehnem;

CONSIDERANDO que fora emitido parecer técnico favorável a seguir transcrito neste Decreto, dando parecer favorável ao Loteamento

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o projeto de loteamento de Sehnem Empreendimentos Imobiliários LTDA, denominado Loteamento Sehnem, com área total loteada de 50.299,16m², Área de Lotes 32.694,00m², Área Verde 3.053,64m² (Lote 05, da quadra 08), Área Pública de Uso Institucional 2.021,19m² (Lote 04 da Quadra 08), Área de Ruas 12.530,95m², matriculado no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Carlos/SC, sob nº 14.004.

Art. 2º. Faz parte integrante deste Decreto Municipal, descrição de motivação dando suporte ao ato administrativo, aqui transcrita:

[...]

PROJETO DE LOTEAMENTO (Art. 70. Lei 744/2012)

1- APRESENTAÇÃO

Este Parecer Técnico refere-se à análise da viabilidade do LOTEAMENTO SEHNEM, apresentado, ao Município de Cunhataí/SC, em face da necessidade de apresentação de ato motivado para aprovação de projetos de parcelamento do solo, segue abaixo as justificativas pertinentes a aprovação do empreendimento.

O imóvel objeto do empreendimento é de propriedade de SEHNEM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS EIRELI, inscrita no CNPJ 26.431.341/0001-05, com sede na Travessa das Hortênsias, nº 57, Bairro Centro, na Cidade de Cunhataí/SC, e está Matriculado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de São Carlos/SC, sob nº 14.004.

Salientamos que previamente ao parecer técnico de aprovação de Loteamento, o processo foi submetido à uma análise da AMERIOS, a qual externou seu parecer favorável em data 06/10/17, pelo Engenheiro Rafael Cassol Basso (documento este constante do processo anexo).

O empreendimento objeto de análise contempla avaliação minuciosa das diretrizes municipais que fixam as normas a serem obedecidas em relação à destinação e implantação das áreas de uso particular e de uso público em loteamentos residenciais ou mistos a seguir identificada por este Departamento de Engenharia.

2. ANÁLISE PORMENORIZADA DAS DIRETRIZES RELACIONAS AO PARCELAMENTO DO SOLO

- Da apresentação do projeto prévio para fixação de diretrizes (Art. 68 e 69 da Lei Municipal 744/2012 c/c Art. 6º, 7º e 9º da Lei Federal 6.766/77).

Não foi exigida na época da apresentação do projeto, a análise prévia e fixação de diretrizes para o Loteamento SEHNEM, pois se trata de loteamento antigo, consolidado antes mesmo da elaboração do plano diretor e da lei atual de parcelamento do solo.

Assim como o loteamento está parcialmente implantado, fora dispensado a apresentação da fixação das diretrizes, pela situação fática específica e pelo projeto final não apresentar nenhuma afronta a legislação municipal, conforme se verificará a seguir.

- Em relação a Localização do empreendimento, condições ambientais e topográficas (Art. 41 e 42 - Lei 744/12 - c/c Art. 3º da Lei 6.766/79). Conforme vistoria realizada pelo setor de engenharia o empreendimento, não está localizado em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações; nas nascentes, mesmo os chamados "olhos d'água"; em terreno que tenham sido aterrado com material nocivo à saúde pública; em terreno com declividade igual ou superior a 30% ; em terreno onde as condições geológicas não aconselham a edificação; em terreno situados em fundos de vale essenciais para o escoamento das águas e abastecimento público; em terrenos situados em áreas consideradas reservas ecológicas; em terreno onde exista degradação da qualidade ambiental; em áreas próximas às redes de alta tensão, das ferrovias e dutos; em terreno onde for necessária a sua preservação para o sistema de controle da erosão urbana; em terrenos situado fora do alcance dos equipamentos urbanos, especialmente das redes públicas de abastecimento de água potável e de energia elétrica; em imóvel do qual resultem terrenos encravados ou lotes em desacordo com os padrões estabelecidos em lei; em imóvel que não possuam frente para logradouros públicos oficiais; em distância mínima de 50,00m (cinquenta metros) das estações de tratamento de esgoto.

- Em relação ao Projeto de Loteamento apresentado (Art. 70, da Lei Municipal 744/12 c/c Art. 2º, § 5º e 6º da Lei 6.766/79).

a) Projeto de Loteamento

O loteador apresentou o projeto de loteamento juntamente com título de propriedade do imóvel e planta de situação contendo todas as especificações contidas no Art. 70 da Lei Municipal 744/12, c/c Art. 9º da Lei Federal 6.766/79), dentre eles, a localização dos cursos d'água; as divisas, dados de medição e confrontações dos lotes; as curvas de níveis, o sistema de arruamento e sua hierarquia, e toda estrutura viária; a divisão e demarcação dos lotes; a localização dos terrenos destinados ao uso público e às áreas verdes.

O referido projeto de loteamento conta ainda com orçamento e cronograma dos equipamentos urbanos a serem executados, bem como planta com os perfis longitudinais e transversais de todas as vias do empreendimento.

Foi apresentado memorial descritivo contendo as características, destinação do uso da área, características dos lotes, medidas e confrontações, bem como descrição do empreendimento.

O projeto de energia elétrica e o projeto da rede de distribuição de água apresentados, estão devidamente aprovados pelo órgão competente.

Consta ainda no projeto a devida Anotação de Responsabilidade técnica do(s) profissional(is) responsável(is).

O empreendimento situa-se na MACROZONA URBANA (MU), neste Município de Cunhataí/SC, sendo que não há fixação de zonas de uso predominante do solo para a respectiva área, por parte desta Municipalidade.

Não há limitações impostas pelo loteador em relação aos lotes e construções objetos deste parcelamento.

Diante do exposto, concluímos que os requisitos do projeto de Loteamento foram observados em sua integralidade.

b) Vias de Circulação (Art. 44 a 58 da Lei Municipal 744/12)

As vias de circulação do Loteamento SEHNEM, tem integração com o sistema viário da cidade e harmonizam-se com a topografia, com exceção da Rua C, que pela situação fática que se encontra o empreendimento, não possibilita outra forma, senão aquela.

A rampa máxima das vias também foi observada e atende aos critérios estabelecidos no Art. 52, da lei em comento, bem como a declividade transversal das mesmas (02 a 04%), conforme planta constante no projeto de loteamento.

A denominação e largura das Vias, estão de acordo com a norma vigente, vez que não há redução de largura nos prolongamentos, e a abertura das novas, está em conformidade com o exigido pela municipalidade.

Assim, as vias de circulação estão de acordo com o exigido pela legislação pertinente.

c) Quadras e Lotes (Art. 59 e 61 da Lei Municipal 744/12).

Todas as quadras estão de acordo com a legislação municipal, vez que nenhuma delas tem área linear superior a 250,00 metros (comprimento), e sua numeração foi efetuada de acordo com as orientações fornecidas pela municipalidade.

De acordo com a situação do imóvel, e em relação a zona que está localizado o empreendimento, (Macrozona Urbana-MU), o tamanho dos lotes, suas medidas e testadas, estão em conformidade com os requisitos elencados no Anexo III, da lei 744/12

d) Áreas públicas (Art. 43 da Lei 744/2012, alterado pela Lei 818/2016).

O loteamento possui área total de 50.299,16m², destes serão transferidas ao poder público sem qualquer ônus, as vias de circulação compreendidas 12.573,24m², as áreas de equipamentos públicos, a saber Lote 04, da quadra 43, com a área de 2.002,90m², e a área verde Lote 05, da quadra 43, com a área de 3.053,34m².

A porcentagem transferida ao poder público, está em conformidade com o Art. 43 da lei 744/2012, sendo que a área transferida representa 35,04%, do total loteado, sendo 10,05% para equipamentos públicos e áreas verdes, e 24,99% em vias de circulação.

e) Inexistência das Faixas Non Aedificandi (Art. 43§ 1º da Lei 744/2012, alterado pela Lei 818/2016).

Em análise ao projeto de Loteamento, este setor de Engenharia, dispensa a exigência de faixas não edificantes para equipamentos públicos, nos termos Art. 43§ 1º da Lei 744/2012.

• Em relação as Obras de Infraestrutura básica (Art. 66 da Lei 744/2012 e § 5º e 6º da Lei 6.766/79).

Conforme Termo de Vistoria de Obras, constante no processo, e em análise ao projeto de o parcelamento objeto deste parecer técnico, o mesmo prevê a seguinte infraestrutura:

a) implantação do sistema coletivo de abastecimento de água potável; b) instalação de meio-fio em todas as vias; c) implantação da rede de energia elétrica e iluminação pública das vias; d) implantação de sistema de captação, condução e disposição das águas pluviais; e) demarcação das quadras e lotes; h) abertura e pavimentação das vias através de pedras irregulares; f) soluções em relação à rede de esgoto sanitário em conformidade com as normas da ABNT, em razão do município de Cunhataí/SC não dispor de rede pública de esgoto.

Desta infraestrutura básica constante no projeto, já encontram-se instalados os itens: abertura das vias de circulação, rede de energia elétrica e iluminação pública das vias e demarcação das quadras e lotes, sendo que os demais equipamentos serão implantados conforme cronograma de infraestrutura constante do processo de loteamento.

• Em relação às garantias da execução dos equipamentos urbanos (Art. 81 da Lei 744/2012).

Para garantir o cumprimento da execução dos equipamentos o loteador ofereceu os em caução mediante Hipoteca, conforme escritura pública constante no processo, os Lotes os Lotes 06, 07, 08, 09 e 10, da quadra 44-A. A avaliação foi realizada por comissão competente.

3 - CONCLUSÃO

Com base na análise pormenorizada elencada, e demais documentos constantes do processo, bem como parecer favorável da AMERIOS, este Departamento De Engenharia CONCLUI pela VIABILIDADE e PELA APROVAÇÃO do projeto de Loteamento SEHNEM, sendo que o mesmo atende as diretrizes de uso do solo do Município de Cunhataí/SC, bem como a Legislação Estadual e Federal.

[...]

Art. 3º. A aprovação do loteamento não exime o responsável pelo cumprimento de todas e quaisquer exigências legais que eventualmente se comprove não terem sido integralmente cumpridas, de conformidade com as Leis nº 6.766/79 e Lei Municipal nº 744/2012 e suas alterações (Lei. 848/2016) Lei Municipal n. 741/2012, e demais disposições legais.

Parágrafo Único - O loteador deverá apresentar no Cartório de Registro de Imóveis competente, a respectiva escritura pública de Caução mediante Hipoteca, para devido registro.

Art. 4º. A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 5º. Para devida caução das obras de infraestrutura remanescentes, foram oferecidos em caução mediante hipoteca, os Lotes 06, 07, 08, 09 e 10, da quadra 44-A.

Art. 6º. A ressalva da aprovação da Amerios foi suprida com projeto complementar já arquivado no processo de loteamento.

Art. 7º. O prazo para a execução das obras de infraestrutura remanescentes é de 02 anos.

Art. 8º. A partir dessa data passam a integrar o patrimônio público do Município de Cunhataí/SC, o sistema viário, as áreas verdes e as áreas de uso institucional.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cunhataí – SC, 28 de Junho de 2018.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

Publique-se e Registre-se

LUCIARA CRISTINA SCHNEIDER

Coordenadora de Gestão em Administração e Planejamento

TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI FAZEM MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ/SC E SEHNEM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS EIRELI

MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 01.612.116/00001-44, com sede Av. 29 de Setembro, n. 450, Centro, Cunhataí/SC, neste ato representado por seu prefeito municipal o Sr. Luciano Franz, inscrito no CPF sob n. 031.472.969-03, adiante denominado MUNICÍPIO ou COMPROMITENTE, e SEHNEM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS EIRELI, inscrita no CNPJ 26.431.341/0001-05, com sede na Travessa das Hortências, nº 57, Bairro Centro, na Cidade de Cunhataí/SC, representada neste ato por PAULO SEHNEM, brasileiro, solteiro, maior, motorista, residente e domiciliado na Travessa das Hortências, nº 57, na Cidade de Cunhataí/SC, RG 12R 508.145-SESP-SC, CPF 178.970.761-72, doravante denominada simplesmente SEHNEM EMPREENDIMENTOS ou COMPROMISSÁRIA, celebram entre si presente TERMO DE COMPROMISSO que se regerá pelas seguintes cláusulas condições:

CONSIDERANDO que Compromissária desenvolve finalização da execução do Loteamento Sehnem, localizado na Av. Santa Catarina, Bairro Centro, nesta Cidade de Cunhataí/SC;

CONSIDERANDO que a execução das obras de urbanização ainda faltantes deverá ser objeto de garantia por parte da Compromissária, as partes resolvem firmar o presente compromisso, conforme cláusulas condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Compromisso execução das obras de urbanização faltantes do Loteamento Sehnem, os seguintes equipamentos públicos, constantes no projeto de loteamento, já aprovado pela Amerios, conforme parecer técnico nº 01379/2017, emitido na data de 06/10/2017;

- REDE DE ÁGUA,
- DRENAGEM PLUVIAL,
- PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS

CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

A compromissária obriga-se executar as obras faltantes descritas na cláusula anterior, num prazo de 02 (dois anos), a partir da aprovação do loteamento, ou da aprovação do Ministério Público.

CLÁUSULA TERCEIRA DA GARANTIA

A compromissária ofertará como garantia do cumprimento das obrigações descritas nas cláusulas anteriores, oferece em caução (mediante hipoteca) os lotes urbanos nº 06, 07, 08, 09 e 10, da quadra 44-A, objetos do loteamento em questão, avaliados na sua totalidade em 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), conforme avaliação realizada por comissão de avaliação permanente (anexa).

CLÁUSULA QUARTA DO RECEBIMENTO DA OBRA

Recebimento das obras objeto do presente Termo de Compromisso dependerá de prévia vistoria expressa aceitação pelo Município.

CLÁUSULA QUINTA DA EXECUTORIEDADE

O presente Termo de Compromisso firmado com base no disposto no artigo 784, do Código de Processo Civil, constituindo-se em título executivo extrajudicial, produzindo seus efeitos legais partir da sua celebração, elegendo as partes foro da Comarca de São Carlos/SC, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento.

E, estando o Município e a Compromissária devidamente acordados, firmam presente termo de compromisso em 04 vias de igual forma teor, que serão encaminhadas ao setor de registro do Município para os devidos assentamentos, e após, as vias do Município serão anexadas ao processo de Loteamento Sehnem.

Cunhataí/SC, 28 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ

SEHNEM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS EIRELI

Testemunhas:

CPF:

CPF:

DECRETO N° 051/2018

Publicação N° 1668569

DECRETO N.º 051/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 5º, § 1º, Inciso I da Lei Municipal n.º 898 de 27 de novembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam abertos um Créditos Adicionais Suplementares no orçamento da Entidade n.º 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CUNHATAÍ, no valor de R\$- 26.000,00(Vinte e Seis Mil Reais), na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO	3
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	SAÚDE COM A ATENÇÃO QUE VOCÊ MERECE	17
Atividade	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Mobiliário	1.044
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.238.000000- (57)
		Valor
		26.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do Provável Excesso de Arrecadação para o Exercício Financeiro de 2018 na destinação de Recursos DR nº 12.38 – Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS União no valor de R\$ - 26.000,00(Vinte e Seis Mil Reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí – SC, 29 de junho de 2018.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

Publique-se e Registre-se

LUCIARA CRISTINA SCHNEIDER
Coordenadora de Gestão em Administração e Planejamento

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31/2018.

Publicação Nº 1665219

Extrato DO CONTRATO ADM Nº 31/2018
Processo Administrativo nº 38/2018
TOMADA DE PREÇO Nº 04/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CUNHATAI – SC.
CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO TOTAL E CONTRA TERCEIROS DE VEÍCULOS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato se iniciará na data de assinatura deste termo e se findará em 28/06/2019.

VALOR: R\$ 15.300,00 (Quinze mil e trezentos reais).

Signatários: Luciano Franz e Neide Oliveira Souza.

Cunhataí/SC, 29/06/2018.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2018

Publicação Nº 1668531

Estado de Santa Catarina
Município de Cunhataí
Aviso de Licitação

O Município de Cunhataí, SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇO, de acordo com a Lei 10.520/2002 e demais normas aplicáveis. Processo Administrativo nº 43/2018.

Pregão Presencial nº 33/2018.

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS CAMINHÃO CAÇAMBA PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

Entrega dos Envelopes: até às 14:00 horas do dia 11/07/2018.

Abertura dos Envelopes: 14:20 horas do dia 11/07/2018.

O Edital poderá ser obtido no site www.cunhatai.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Avenida 29 de Setembro, nº 450, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone nº (49) 3338-0010.

Cunhataí, SC, em 29 de junho de 2018.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal de Cunhataí

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 09/2018

Publicação Nº 1667620

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Edital de Notificação de Dívida Ativa nº 09/2018

Ficam os contribuintes abaixo relacionados notificados a comparecer ao Departamento de Tributação da Prefeitura para, no prazo de 30 (trinta) dias promover a regularização dos débitos inscritos em Dívida Ativa na forma do Artigo 180 da Lei Complementar 184/2017. Os débitos poderão ser pagos à vista ou em até 36 parcelas mensais com juro de 1% (um) ao mês. Na eventualidade de não ocorrer o pagamento espontâneo do débito tributário, o município de Curitibanos não hesitará em submeter o seu crédito ao Poder Judiciário para cobrança coercitiva, através da Ação de Execução Fiscal, onde serão exigidos multa, juros, correção monetária, e todos os demais encargos originados pela demanda civil fiscal (despesas processuais e honorários advocatícios), com a possibilidade, inclusive, de arresto, penhora e leilão de bens, visto que o bem comum exige que os tributos sejam rigorosamente arrecadados.

NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA EDITAL

Número	Nome	CPF/CNPJ	Receita	Valor
586/2018	SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A	61.186.888/0173-20	300	R\$ 674,34
586/2018	SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A	61.186.888/0173-20	1000	R\$ 26,94
524/2018	PAULO ROBERTO FONTANA-ESPOLIO	423.540.649-34	100	R\$ 817,03
524/2018	PAULO ROBERTO FONTANA-ESPOLIO	423.540.649-34	900	R\$ 515,82
508/2018	BRAZ COLMAN JOSE MARIA DA PENHA NERI	não cadastrado	100	R\$ 1.117,81
441/2018	CLEVERSON FORQUIMBA	024.541.349-93	100	R\$ 3.332,78
443/2018	JESSICA TERESINHA DE OLIVERA	080.246.129-84	100	R\$ 1.165,50
543/2018	LUIZ ANTONIO MUNIZ	não cadastrado	100	R\$ 1.653,45
575/2018	BERNADETE FELIPE	423.573.909-30	300	R\$ 2.849,70
575/2018	BERNADETE FELIPE	423.573.909-30	400	R\$ 1.470,74
484/2018	TATIANE RODRIGUES CARNEIRO	08.317.911/0001-59	300	R\$ 1.218,01
517/2018	NEIVA DE FATIMA CORREIA	não cadastrado	100	R\$ 964,87
433/2018	NELSON ANTONIO DE MORAES	538.673.519-53	900	R\$ 150,25
491/2018	GILBERTO RIBEIRO COLES	não cadastrado	100	R\$ 983,79
519/2018	ANTONIO MARTINS BEGA ME	15.708.321/0001-12	300	R\$ 2.036,00
519/2018	ANTONIO MARTINS BEGA ME	15.708.321/0001-12	3600	R\$ 186,46

Legenda Receitas:

Imposto Predial e Territorial: 100
Taxas do Econômico: 300
Imposto Sobre Serviço 400
Receitas Diversas: 1000
Taxas Corpo de Bombeiros Militar 3800
Taxas de Bombeiros 3400
Taxas Vigilância Sanitária 3600
Taxa Protocolo 5000

Curitibanos (SC), 28 de junho de 2018

Francisco B. Pereira Jr
Fiscal de Tributos

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2018

Publicação Nº 1668453

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2018

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DO CONSERTO DAS ROÇADEIRA EM USO DO SETOR SE LIMPEZA PÚBLICA. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 09:00 horas do dia 11/07/2018, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 11:00 horas do dia 11/07/2018, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitiba, 28 de Junho de 2018.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Descanso

PREFEITURA

DECRETA HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE DESCANSO DURANTE O JOGO DA SELEÇÃO BRASILEIRA NA COPA DO MUNDO DE 2018

Publicação Nº 1667812

DECRETO Nº 1958/2018, de 28 de junho de 2018.

Decreta Horário Especial de Funcionamento nas repartições públicas do Município de Descanso durante o jogo da seleção brasileira na copa do mundo de 2018, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONSIDERANDO que a cada quatro anos, a disputa do Campeonato Mundial de Futebol atrai a atenção de grande parcela da população brasileira;

CONSIDERANDO que o futebol é o principal esporte em nosso país, sendo, ainda, representativo maior do direito ao lazer (artigo 6, da CF), bem como símbolo de manifestação cultural (artigo 216, da CF);

CONSIDERANDO que há uma tradição nacional para que nos dias de jogos do Brasil ocorram alterações no expediente de órgãos públicos, de modo a compatibilizar a adequada prestação do serviço público, permitindo a todos os servidores públicos a oportunidade de assistirem as partidas da seleção brasileira;

CONSIDERANDO que as instituições bancárias e demais órgãos públicos nos dias dos jogos do Brasil efetuarão horário de expediente diferenciado.

DECRETA:

Art. 1º No dia 02.07.2018, em que vai ocorrer a participação da Seleção Brasileira na "Copa do Mundo – Rússia 2018", o expediente nas repartições públicas municipais da Administração do Município de Descanso, Estado de Santa Catarina será da seguinte forma:

I – 07h30min - 10h30min (horário de Brasília), o expediente no período matutino.

II – 13h30min – 17h00min (horário de Brasília), o expediente no período vespertino.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste ato, correrão por conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Descanso (SC), em 28 de junho de 2018.

Registre-se e publique-se

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

ROSELI BONATTO
Agente de Secretaria
Mat: 2945

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2018, CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ROMPEDOR HIDRÁULICO, ACOPLADO A ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, E SERVIÇOS COM MOTONIVELADORA PARA MANUTENÇÃO E MELHORIAS DE ESTRADAS E VIAS DO MUNICÍPIO, DO INTERIOR E PARTE URBANA.

Publicação Nº 1668586

MUNICIPIO DE DESCANSO-PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2018

Objeto Contratação de empresas para prestação de serviços com rompedor hidráulico, acoplado a escavadeira hidráulica, e serviços com motoniveladora para manutenção e melhorias de estradas e vias do Município, do interior e parte urbana, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08:00 horas do dia 12/07/2018, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 08:00 horas do mesmo dia. A íntegra do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 29 de Junho de 2018.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

DECRETO Nº 5806/2018

Publicação Nº 1668287

DECRETO Nº 5808/2018

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 128.000,00 (CENTO E VINTE E OITO MIL REAIS) NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Thyago Wanderlan Gnoatto Gonçalves, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos legais e constitucionais vigentes,

DECRETA:
TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º. Fica alterada a Lei nº. 4.599, de 20 de dezembro de 2017 - Lei do PPA - Plano Plurianual para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais), objetivando instituir dotação orçamentária para custear despesas administrativas da Secretaria Municipal de Educação, em especial a folha de pagamento.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º. Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.600, de 20 de dezembro de 2017 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais), objetivando instituir dotação orçamentária para custear despesas administrativas da Secretaria Municipal de Educação, em especial a folha de pagamento.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º. Fica alterada a Lei nº. 4.601, de 08 de janeiro de 2018 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais), objetivando instituir dotação orçamentária para custear despesas administrativas da Secretaria Municipal de Educação, em especial a folha de pagamento.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

04. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
02. DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.365.0185.2.016 – Administração Geral dos Bens e Serviços da Educação Infantil

64-3.1.90.00.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas. R\$ 128.000,00

Art. 5º. Para cobertura do crédito autorizado neste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar a anulação de dotações do orçamento em execução, importância de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

04. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
02. DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.365.0185.2.016 – Administração Geral dos Bens e Serviços da Educação Infantil

66-3.3.90.00.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas. R\$ 128.000,00

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, aos 14 dias do mês de junho de 2018.

Thyago Wanderlan Gnoatto Gonçalves
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da lei. 14/06/2018.

Normélio Pércio

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 5808/2018

Publicação Nº 1668297

DECRETO Nº 5808/2018

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 128.000,00 (CENTO E VINTE E OITO MIL REAIS) NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Thyago Wanderlan Gnoatto Gonçalves, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos legais e constitucionais vigentes,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º. Fica alterada a Lei nº. 4.599, de 20 de dezembro de 2017 - Lei do PPA - Plano Plurianual para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais), objetivando instituir dotação orçamentária para custear despesas administrativas da Secretaria Municipal de Educação, em especial a folha de pagamento.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º. Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.600, de 20 de dezembro de 2017 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais), objetivando instituir dotação orçamentária para custear

despesas administrativas da Secretaria Municipal de Educação, em especial a folha de pagamento.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º. Fica alterada a Lei nº. 4.601, de 08 de janeiro de 2018 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais), objetivando instituir dotação orçamentária para custear despesas administrativas da Secretaria Municipal de Educação, em especial a folha de pagamento.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

04. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02. DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.365.0185.2.016 – Administração Geral dos Bens e Serviços da Educação Infantil

64-3.1.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas. R\$ 128.000,00

Art. 5º. Para cobertura do crédito autorizado neste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar a anulação de dotações do orçamento em execução, importância de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

04. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02. DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.365.0185.2.016 – Administração Geral dos Bens e Serviços da Educação Infantil

66-3.3.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas. R\$ 128.000,00

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, aos 14 dias do mês de junho de 2018.

Thyago Wanderlan Gnoatto Gonçalves

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da lei. 14/06/2018.

Normélio Pércio

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 5809/2018

Publicação Nº 1668291

DECRETO Nº 5809/2018

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS) NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Thyago Wanderlan Gnoatto Gonçalves, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos legais e constitucionais vigentes,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.599, de 20 de dezembro de 2017 - Lei do PPA - Plano Plurianual para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), objetivando instituir dotação orçamentária para custear despesas com a aquisição de combustível, óleos lubrificantes e pneus para máquinas e caminhões utilizados nos serviços de recuperação das estradas gerais, acesso a propriedades e estradas de roça, despesas estas que serão realizadas com recursos provenientes de transferências da Agência de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.600, de 20 de dezembro de 2017 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), objetivando instituir dotação orçamentária para custear despesas com a aquisição de combustível, óleos lubrificantes e pneus para máquinas e caminhões utilizados nos serviços de recuperação das estradas gerais, acesso a propriedades e estradas de roça, despesas estas que serão realizadas com recursos provenientes de transferências da Agência de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.601, de 08 de janeiro de 2018 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), objetivando instituir dotação orçamentária para custear despesas com a aquisição de combustível, óleos lubrificantes e pneus para máquinas e caminhões utilizados nos serviços de recuperação das estradas gerais, acesso a propriedades e estradas de roça, despesas estas que serão realizadas com recursos provenientes de transferências da Agência de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

01 - ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS

26.782.0021.2.034 – Adm Geral dos Bens e Serviços da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras - Rod.

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0328 – Aplicações Diretas ... R\$ 500.000,00

Art. 5º Para a cobertura total do crédito autorizado neste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do provável excesso de arrecadação dos recursos provenientes da AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, na importância de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), conforme dispõe o programa de Transferência nº. 2018007481, em consonância com os prescritos na Lei Federal 4.320/64, art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, bem como as demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, aos 14 dias do mês de junho de 2018.

Thyago Wanderlan Gnoatto Gonçalves

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da lei. 14/06/2018.

Normélio Pércio
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 5810/2018

Publicação Nº 1668298

DECRETO Nº 5810/2018

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 13.347,61 (TREZE MIL, TREZENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS) NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Thyago Wanderlan Gnoatto Gonçalves, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos legais e constitucionais vigentes,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º. Fica alterada a Lei nº. 4.599, de 20 de dezembro de 2017 - Lei do PPA - Plano Plurianual para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 13.347,61 (treze mil, trezentos e quarenta e sete reais e sessenta e um centavos), objetivando instituir dotação orçamentária para fins de cobertura do custeio da manutenção e recomposição de asfalto em locais onde houve a necessidade, por parte da CASAN, de executar obras de ajustes e manutenção da rede.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º. Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.600, de 20 de dezembro de 2017 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 13.347,61 (treze mil, trezentos e quarenta e sete reais e sessenta e um centavos), objetivando instituir dotação orçamentária para fins de cobertura do custeio da manutenção e recomposição de asfalto em locais onde houve a necessidade, por parte da CASAN, de executar obras de ajustes e manutenção da rede.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º. Fica alterada a Lei nº. 4.601, de 08 de janeiro de 2018 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 13.347,61 (treze mil, trezentos e quarenta e sete reais e sessenta e um centavos), objetivando instituir dotação orçamentária para fins de cobertura do custeio da manutenção e recomposição de asfalto em locais onde houve a necessidade, por parte da CASAN, de executar obras de ajustes e manutenção da rede.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância R\$ 13.347,61 (treze mil, trezentos e quarenta e sete reais e sessenta e um centavos), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

14. SECRETARIA MUN. DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO URBANO

02. SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO

15.451.0537.1.076- Implantação e Recomposição de Obras com Pavimentação Asfáltica e Polidétrica, Drenagem e Sinalização
106-3.3.90.00.00.00.0.1.0333 – Aplicações Diretas
..... R\$ 13.347,61

Art. 5º. Para a cobertura total do crédito autorizado neste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do excesso de arrecadação dos recursos, na importância de R\$ 13.347,61 (treze mil, trezentos e quarenta e sete reais e sessenta e um centavos), em consonância com os prescritos na Lei Federal 4.320/64, art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, bem como as demais constitucionais e legais vigentes, conforme tabela a seguir:

Fonte de Recurso	CONTA CORRENTE	Origem do Recurso	Valor (R\$)
333	145-4	Ressarcimento da CASAN	13.347,61

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, aos 14 dias do mês de junho de 2018.

Thyago Wanderlan Gnoatto Gonçalves
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da lei. 14/06/2018.

Normélio Pércio
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 5811/2018

Publicação Nº 1668299

DECRETO Nº 5811/2018

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 189.346,00 (CENTO E OITENTA E NOVE MIL, TREZENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS) NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Thyago Wanderlan Gnoatto Gonçalves, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos legais e constitucionais vigentes,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º. Fica alterada a Lei nº. 4.599, de 20 de dezembro de 2017 - Lei do PPA - Plano Plurianual para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 189.346,00 (cento e oitenta e nove mil, trezentos e quarenta e seis reais), objetivando instituir dotação orçamentária para custear despesas administrativas dos diversos setores da Administração Municipal.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º. Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.600, de 20 de dezembro de 2017 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 189.346,00 (cento e oitenta e nove mil, trezentos e quarenta e seis reais), objetivando instituir dotação orçamentária para custear despesas administrativas dos diversos setores da Administração Municipal.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º. Fica alterada a Lei nº. 4.601, de 08 de janeiro de 2018 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 189.346,00 (cento e oitenta e nove mil, trezentos e quarenta e seis reais), objetivando instituir dotação orçamentária para custear despesas administrativas dos diversos setores da Administração Municipal.

CAPÍTULO IV DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância R\$ 189.346,00 (cento e oitenta e nove mil, trezentos e quarenta e seis reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

09. FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA
01. FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA
08.243.0021.2.253 – Adm. Geral dos Bens e Serv. do Programa Resgatando Vidas
04-3.3.90.00.00.00.00.00.3280 – Aplicações Diretas
..... R\$ 77.000,00

11. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
01. ADMINISTRAÇÃO
08.243.0483.2.074 - Admin Geral dos Bens e Serv. do Abrigo Inf. Beija Flor
22-3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 38.000,00
23-3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

08.244.0487.2.048 - Admin. Geral dos Bens e Serv. de Assist. Comunitária Geral
27-3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 24.346,00

10. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01. ADMINISTRAÇÃO
10.301.0428.2.062-Adm. Geral dos Bens e Serv. de Assistência Médica e Sanitária
13-3.1.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00 3.1.90.00.00.00.00.00.3340 – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

Art. 5º. Para cobertura do crédito autorizado neste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar a anulação de dotações do orçamento em execução, importância de R\$ 189.346,00 (cento e oitenta e nove mil, trezentos e quarenta e seis reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

09. FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA
01. FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA
08.243.0021.1.017 – Aquis. De Equip. e Mat. Perman. p/ Serv. Administrativos do FIA
02-4.4.90.00.00.00.00.00.3280 – Aplicações Diretas
..... R\$ 77.000,00

11. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

01. ADMINISTRAÇÃO

08.243.0483.1.024-Aquisi. de Equip. e Material Permanente P/ Melhor Desenv. as Ativ. dos Programas Sociais
01-4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 24.346,00

08.244.0021.1.018 - Aquisição de Equip. e Material Permanente para a Administração da Assistência Social
24-4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

08.244.0487.2.053 - Manut. e Desenvolv. das Atividades da Política Pública p/Mulheres
28-3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 38.000,00
29-3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

10. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. ADMINISTRAÇÃO

10.301.0428.2.062-Adm. Geral dos Bens e Serv. de Assistência Médica e Sanitária
66-3.3.90.00.00.00.00.00.3340 – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

02. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.1.028- Aquisição de Equip. e Mat. Permanente para Assistência Médica e Sanitária
57-4.4.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, aos 14 dias do mês de junho de 2018.

Thyago Wanderlan Gnoatto Gonçalves
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da lei. 14/06/2018.

Normélio Pércio
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 5812/2018

Publicação Nº 1667836

DECRETO Nº 5812/2018

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 16.500,00 (DEZESSEIS MIL E QUINHENTOS REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Thyago Wanderlan Gnoatto Gonçalves, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos legais e constitucionais vigentes,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º. Fica alterada a Lei nº. 4.599, de 20 de dezembro de 2017 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais), objetivando instituir dotação orçamentária para fins de aquisição de veículo com utilização de recursos oriundos da alienação de outro veículo que não atendia as necessidades da corporação.

CAPÍTULO II DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º. Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.600, de 20 de dezembro de 2017 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais), objetivando instituir dotação orçamentária para fins de aquisição de veículo com utilização de recursos oriundos da alienação de outro veículo que não atendia as necessidades da corporação.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º. Fica alterada a Lei nº. 4.601, de 08 de janeiro de 2018 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais), objetivando instituir dotação orçamentária para fins de aquisição de veículo com utilização de recursos oriundos da alienação de outro veículo que não atendia as necessidades da corporação.

CAPÍTULO IV DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância R\$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

99. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

01. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

06.182.0178.1.014- Aquisição de Equip.e Mat Perman.p/Corpo de Bombeiros de Dionísio Cerqueira
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 16.500,00

Art. 5º. Para a cobertura total do crédito autorizado neste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do excesso de arrecadação dos recursos, na importância de R\$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais), em consonância com os prescritos na Lei Federal 4.320/64, art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, bem como as demais constitucionais e legais vigentes, conforme tabela a seguir:

Fonte de Recurso	CONTA CORRENTE	Origem do Recurso	Valor (R\$)
80	77-6	Alienação de Veículo Montana	16.500,00

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, aos 28 dias do mês de junho de 2018.
Thyago Wanderlan Gnoatto Gonçalves
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da lei. 28/06/2018.

Normélio Pércio
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 5813/2018

Publicação Nº 1667831

DECRETO Nº 5812/2018

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 16.500,00 (DEZESSEIS MIL E QUINHENTOS REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Thyago Wanderlan Gnoatto Gonçalves, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos legais e constitucionais vigentes,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º. Fica alterada a Lei nº. 4.599, de 20 de dezembro de 2017 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais), objetivando instituir dotação orçamentária para fins de aquisição de veículo com utilização de recursos oriundos da alienação de outro veículo que não atendia as necessidades da corporação.

CAPÍTULO II DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º. Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.600, de 20 de dezembro de 2017 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais), objetivando instituir dotação orçamentária para fins de aquisição de veículo com utilização de recursos oriundos da alienação de outro veículo que não atendia as necessidades da corporação.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º. Fica alterada a Lei nº. 4.601, de 08 de janeiro de 2018 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais), objetivando instituir dotação orçamentária para fins de aquisição de veículo com utilização de recursos oriundos da alienação de outro veículo que não atendia as necessidades da corporação.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância R\$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

99. ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
01. ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

06.182.0178.1.014- Aquisição de Equip.e Mat Perman.p/Corpo de Bombeiros de Dionísio Cerqueira
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 16.500,00

Art. 5º. Para a cobertura total do crédito autorizado neste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do excesso de arrecadação dos recursos, na importância de R\$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais), em consonância com os prescritos na Lei Federal 4.320/64, art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, bem como as demais constitucionais e legais vigentes, conforme tabela a seguir:

Fonte de Recurso	CONTA CORRENTE	Origem do Recurso	Valor (R\$)
80	77-6	Alienação de Veículo Montana	16.500,00

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, aos 28 dias do mês de junho de 2018.

Thyago Wanderlan Gnoatto Gonçalves
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da lei. 28/06/2018.

Normélio Pércio
Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 4646/2018

Publicação Nº 1667814

LEI Nº 4646/2018.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 798.300,00(SETECENTOS E NOVENTA E OITO MIL E TREZENTOS REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira/SC, no uso de suas atribuições legais, e com amparo na Lei Orgânica Municipal (art. 84, III) faço saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º. Fica alterada a Lei nº. 4.599, de 20 de dezembro de 2017 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 798.300,00 (Setecentos e noventa e oito mil e trezentos reais), objetivando instituir dotação orçamentária para fins de aquisição de veículos e equipamentos e mobiliário para as unidades de saúde e despesas administrativas e folha de pagamento das equipes de saúde, para tanto serão utilizados recursos provenientes de repasses fundo a fundo, recebidos através de proposta nº 112659190001188003 e proposta nº 36000181495201800, cadastradas junto ao Fundo nacional de Saúde, bem como superávit

apurado no exercício anterior.

CAPÍTULO II DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º. Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.600, de 20 de dezembro de 2017 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 798.300,00 (Setecentos e noventa e oito mil e trezentos reais), objetivando instituir dotação orçamentária para fins de aquisição de veículos e equipamentos e mobiliário para as unidades de saúde e despesas administrativas e folha de pagamento das equipes de saúde, para tanto serão utilizados recursos provenientes de repasses fundo a fundo, recebidos através de proposta nº 112659190001188003 e proposta nº 36000181495201800, cadastradas junto ao Fundo nacional de Saúde, bem como superávitapurado no exercício anterior.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º. Fica alterada a Lei nº. 4.601, de 08 de janeiro de 2018 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 798.300,00(Setecentos e noventa e oito mil e trezentos reais), objetivando instituir dotação orçamentária para fins de aquisição de veículos e equipamentos e mobiliário para as unidades de saúde e despesas administrativas e folha de pagamento das equipes de saúde, para tanto serão utilizados recursos provenientes de repasses fundo a fundo, recebidos através de proposta nº 112659190001188003 e proposta nº 36000181495201800, cadastradas junto ao Fundo nacional de Saúde, bem como superávitapurado no exercício anterior.

CAPÍTULO IV DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância R\$ 798.300,00(Setecentos e noventa e oito mil e trezentos reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

02. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.062 - Adm. Geral dos Bens e Serv. de Assistência Médica e Sanitária

3.1.90.00.00.00.00.0.1.0241 - Aplicações Diretas
..... R\$ 400.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.3.3378 - Aplicações Diretas
..... R\$ 8.300,00

10.301.0428.1.028 - Aquisição de Equip.e Mat.Permanente para Assistência Médica e Sanitária

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0397 – Aplicações Diretas
..... R\$ 390.000,00

Art. 5º. Para a cobertura parcial do crédito autorizado neste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do excesso de arrecadação dos recursos, na importância de R\$ 790.000,00(Setecentos e noventa mil reais), em consonância com os prescritos na Lei Federal 4.320/64, art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, bem como as demais constitucionais e legais vigentes, conforme tabela a seguir:

Fonte de Recurso	Nº do Processo	Origem do Recurso	Valor (R\$)
241	25000.096173/2018-83	FNS – Incremento Temporário do Piso da Atenção Básica	400.000,00

397	25000.097270/2018-93	FNS – Estruturação da Atenção Básica de Saúde	390.000,00
-----	----------------------	---	------------

Art. 6º Para o atendimento complementar do crédito aberto no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o produto do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2017, no valor de R\$ 8.300,00 (Oito mil e trezentos reais), em conformidade com o disposto no Artigo 43, §1º, inciso I e §2º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes, conforme abaixo especificado, oriundos dos recursos provenientes do Contrato de Repasse e plano de trabalho aprovado pelas partes ajustadas.

Nº. CONTA BANCO	BANCO	Nº DO RECURSO	NOME DO RECURSO	VALOR
71.003-0	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	243	TRANSF. DE RECURSOS INCREMENTO RECURSOS SAÚDE PAB	8.300,00

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE JUNHO DE 2018.
 THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
 Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.www.diariomunicipal.sc.gov.br

NORMELIO PERCIO
 Secretário Municipal da Administração

LEI Nº 4647/2018

Publicação Nº 1667819

LEI Nº 4647/2018.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 16.500,00 (DEZESSEIS MIL E QUINHENTOS REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira/SC, no uso de suas atribuições legais, e com amparo na Lei Orgânica Municipal (art. 84, III) faço saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º. Fica alterada a Lei nº. 4.599, de 20 de dezembro de 2017 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais), objetivando instituir dotação orçamentária para fins de aquisição de veículo com utilização de recursos oriundos da alienação de outro veículo que não atendia as necessidades da corporação.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º. Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.600, de 20 de dezembro

de 2017 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais), objetivando instituir dotação orçamentária para fins de aquisição de veículo com utilização de recursos oriundos da alienação de outro veículo que não atendia as necessidades da corporação.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º. Fica alterada a Lei nº. 4.601, de 08 de janeiro de 2018 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais), objetivando instituir dotação orçamentária para fins de aquisição de veículo com utilização de recursos oriundos da alienação de outro veículo que não atendia as necessidades da corporação.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância R\$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

99. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

01. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

06.182.0178.1.014- Aquisição de Equip.e Mat Perman.p/Corpo de Bombeiros de Dionísio Cerqueira

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0080 – Aplicações Diretas R\$ 16.500,00

Art. 5º. Para a cobertura total do crédito autorizado neste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do excesso de arrecadação dos recursos, na importância de R\$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais), em consonância com os prescritos na Lei Federal 4.320/64, art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, bem como as demais constitucionais e legais vigentes, conforme tabela a seguir:

Fonte de Recurso	CONTA CORRENTE	Origem do Recurso	Valor (R\$)
80	77-6	Alienação de Veículo Montana	16.500,00

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE JUNHO DE 2018.
 THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
 Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.www.diariomunicipal.sc.gov.br

NORMELIO PERCIO

Secretário Municipal da Administração

LEI Nº 4648/2018

Publicação Nº 1667824

LEI Nº 4648/2018.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA A EFETUAR A DESAFETAÇÃO DE BEM PÚBLICO IMÓVEL, AUTORIZAÇÃO PARA ALIENAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal

de Dionísio Cerqueira/SC, no uso de suas atribuições legais, e com amparo na Lei Orgânica Municipal (art. 84, III) faço saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a promover a desafetação do seguinte imóvel afetado ao patrimônio do município de Dionísio Cerqueira:

“Lote urbano nº 06 da quadra nº 93 (noventa e três), com área de 450m², dentro dos seguintes limites e confrontações: NORTE e LESTE, com a Rua nº Almirante Barroso medindo 53 metros; SUL, com a Rua Santos Dumont, medindo 53 metros e, ao OESTE com o lote nº 5 50 metros, objeto da matrícula perante o CRI da comarca sob nº R-03/382”.

Art. 2º. Fica, também, autorizada a alienação do imóvel de que trata a desafetação, para o fim da consecução das obras conforme exposto na Justificativa anexa.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário,

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE JUNHO DE 2018.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.www.diariomunicipal.sc.gov.br

NORMELIO PERCIO
Secretario Municipal da Administração

LEI Nº 4649/2018

Publicação Nº 1668301

LEI Nº 4649/2018.

ALTERA O ART. 5º DA LEI Nº 4555/2017 QUE INSTITUIU PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO EM BOVINOS NO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira/SC, no uso de suas atribuições legais, e com amparo na Lei Orgânica Municipal (art. 84, III) faço saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica alterado o Art. 5º da Lei nº 4555/2017 no tocante ao “ranking” do animal e à litragem, sendo que a tabela passará a ter a seguinte composição:

RANKING DO TOURO	LITRAGEM	DOSE
1º	12.000	UMA
2ª	11.000	UMA
3º	10.000	UMA
4º	9.000	UMA
5º	8.000	UMA
6º	7.000	UMA
7º	6.000	UMA
8º	5.000	UMA
9º	4.000	UMA
10º	3.000	UMA

Art. 2º. Os demais dispositivos da respectiva Lei permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE JUNHO DE 2018.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.www.diariomunicipal.sc.gov.br

NORMELIO PERCIO
Secretario Municipal da Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10-2018 - CONTRATOS - FMAS

Publicação Nº 1667356

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 042-2018 FMAS
Contratante.: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada...: COMERCIO DE MOVEIS BIANCHINI LTDA
Valor : 3.434,00 (três mil quatrocentos e trinta e quatro reais)
Vigência : Início: 27/06/2018 Término: 26/06/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS PARA USO NO CREAS (CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL) DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA SC.
Dionísio Cerqueira, 28 de Junho de 2018

Contrato Nº.: 043-2018 FMAS
Contratante.: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada...: COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS SA SYSTEM CL
Valor : 8.150,00 (oito mil cento e cinquenta reais)
Vigência : Início: 27/06/2018 Término: 26/06/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS PARA USO NO CREAS (CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL) DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA SC.
Dionísio Cerqueira, 28 de Junho de 2018

Contrato Nº.: 044-2018 FMAS
Contratante.: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada...: SALLA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA
Valor : 7.734,00 (sete mil setecentos e trinta e quatro reais)
Vigência : Início: 27/06/2018 Término: 26/06/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS PARA USO NO CREAS (CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL) DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA SC.
Dionísio Cerqueira, 28 de Junho de 2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10-2018 - HOMOLOGAÇÃO - FMAS

Publicação Nº 1667231

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/18
HOMOLOGAÇÃO: 27/06/18
CONTRATADO: COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS SA SYSTEM CL
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS PARA USO NO CREAS (CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL) DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.150,00 (oito mil cento e cinquenta reais)
DATA: 28/06/18 - SALETE T. GNOATTO GONÇALVES - Prefeita Municipal.

-----PREGÃO

PRESENCIAL Nº 10/18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/18
HOMOLOGAÇÃO: 27/06/18
CONTRATADO: SALLA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS PARA USO NO CREAS (CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL) DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.734,00 (sete mil setecentos e trinta e quatro reais)
DATA: 28/06/18 - SALETE T. GNOATTO GONÇALVES - Prefeita Municipal.

-----PREGÃO

PRESENCIAL Nº 10/18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/18
HOMOLOGAÇÃO: 27/06/18
CONTRATADO: COMERCIO DE MOVEIS BIANCHINI LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS PARA USO NO CREAS (CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL) DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.434,00 (três mil quatrocentos e trinta e quatro reais)
DATA: 28/06/18 - SALETE T. GNOATTO GONÇALVES - Prefeita Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73-2018 - HOMOLOGAÇÃO - PMDC

Publicação Nº 1667841

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/18
HOMOLOGAÇÃO: 28/06/18
CONTRATADO: SALLA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR, TABLET E IMPRESSORA PORTATIL, PARA ATENDER A DEMANDA JUNTO A POLICIA MILITAR DA 2ªCPM/11ºBPM/FRON DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.706,00 (cinco mil setecentos e seis reais)
DATA: 28/06/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9-2018 - CONTRATO - FMAS

Publicação Nº 1667136

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 040-2018 FMAS
Contratante.: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada...: COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS SA SYSTEM CL
Valor : 6.566,00 (seis mil quinhentos e sessenta e seis reais)
Vigência : Início: 26/06/2018 Término: 25/06/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MOBILIARIO PARA USO NO CREAS (CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL) DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.
Dionísio Cerqueira, 28 de Junho de 2018

Contrato Nº.: 039-2018 FMAS
Contratante.: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada...: COMERCIO DE MOVEIS BIANCHINI LTDA
Valor : 12.761,00 (doze mil setecentos e sessenta e um reais)
Vigência : Início: 26/06/2018 Término: 25/06/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MOBILIARIO PARA USO NO CREAS (CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL) DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.
Dionísio Cerqueira, 28 de Junho de 2018

Contrato Nº.: 041-2018 fmas
Contratante.: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada...: SALLA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA
Valor : 10.974,00 (dez mil novecentos e setenta e quatro reais)
Vigência : Início: 26/06/2018 Término: 25/06/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MOBILIARIO PARA USO NO CREAS (CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL) DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.
Dionísio Cerqueira, 28 de Junho de 2018

Doutor Pedrinho**PREFEITURA****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 36/2018**

Publicação Nº 1667005

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 36/2018

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada por sua Prefeita Municipal SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa MODELO PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 94.510.682/0001-26, situado à Avenida Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, 56 – Bairro: Licorsul – CEP: 95.705-880 cidade de Bento Gonçalves/RS, neste ato representado pelo IGELSON LUDOVICO CECON, CPF sob nº 102.757.970-15 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 23/2018, e disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato a aquisição e/ou fornecimento de PNEUS NOVOS EM DIVERSAS CARACTERÍSTICAS, durante o exercício de 2018, como segue:

41696 - MODELO PNEUS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
13	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO,BOR-RACHUDO UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	UNID	BRIDGES-TONE	10	R\$1.598,00	R\$15.980,00
14	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO LISO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID	BRIDGES-TONE	4	R\$1.555,00	R\$6.220,00
				Total do Fornecedor:		R\$22.200,00

1.1.1 - Para atendimento da Resolução Conama nº 416, de 30/09/2009, e melhor sustentabilidade da contratação, será responsabilidade da CONTRATADA receber do MUNICÍPIO e dar destinação ambientalmente adequada de tantos pneus inservíveis quantos pneus novos forem entregues.

1.1.2 - A aquisição do objeto descrito deverá assegurar a manutenção das condições de trafegabilidade e segurança dos veículos, máquinas e caminhões da municipalidade, essenciais para continuidade dos serviços públicos prestados à população, razão pela qual os produtos entregues devem ser de boa qualidade e eficiência.

1.2 – Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 18/2018, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2018 do MUNICÍPIO, como segue:

04 – SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
01- SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
2006 – MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL
33903099 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

04 – SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
01- SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
2013 – MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO
33903099 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL
01- FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
2024 – MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
33903099 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
1020000 – Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde

05 – SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO E PROMOCAO SOCIAL

01- DIVISAO DE EDUCACAO

2009 – MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR

33903099 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

1010000 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ

1620000 – TRANSPORTE ESCOLAR DO ESTADO

03- SEC MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01- ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2003- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO

33903099 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

1000000- RECURSOS ORDINÁRIOS

07- SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO

01- SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO

2026- MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL

33903099 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

1000000- RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O preço unitário e o valor total deste contrato é aquele previsto no quadro de preços por item da Cláusula Primeira (1.1).

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, fretes e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.2 - O pagamento dar-se-á da seguinte forma: ATÉ O 15º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA ENTREGA DOS OBJETOS, mediante apresentação do respectivo documento fiscal (emitido de acordo com as orientações do TCE/SC), acompanhado do comprovante de entrega assinado pelos responsáveis pelo recebimento.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO:

4.1 A Contratada disporá do prazo de 10 (dez) dias úteis para entrega do produto licitado, contados da data da respectiva solicitação, sendo que a entrega se dará na sede da SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, conforme necessidade do município, independente da quantidade solicitada.

4.1.1 – A cada entrega de pneus novos, os fornecedores contratados deverão receber da municipalidade e dar destinação ambientalmente adequada de tantos pneus inservíveis quantos pneus novos foram entregues.

4.1.2 - A Empresa contratada deverá entregar os produtos no horário das 08:00 h às 12:00 h e das 14:00 h às 17:00 h, de segunda a sexta-feira, sob quaisquer pretextos, não serão recebidos os produtos fora do expediente de trabalho.

4.2 - Caso os produtos não sejam entregues no prazo estabelecido acima, o gestor do Contrato iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pelo município;

4.3 - Os produtos serão recusados quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório;

4.4 - Os materiais que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o município;

4.5 - Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital e no Contrato;

4.6 - O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato;

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1 - O prazo de execução e vigência deste instrumento se inicia na data de sua assinatura e se estende até 31/18/2018.

5.2 - O início dos fornecimentos deve se dar a partir da assinatura deste instrumento, através da emissão da respectiva ordem.

5.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto

quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.4 - No caso da execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

5.5 – O MUNICÍPIO não será obrigado a utilizar ou autorizar a execução de todo quantitativo licitado, sendo este estimativo para o período de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 – Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação nº 18/2018, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- a) Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, bem como receber e dar destinação ambientalmente adequada de tantos pneus inservíveis quantos pneus novos forem entregues;
- e) Fornecer o objeto com boa qualidade e durabilidade, dentro dos padrões exigidos, inclusive fornecendo amostra para teste de qualidade/durabilidade e/ou apresentando laudo técnico, acaso solicitado pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará à CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

8.1.2 - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

8.1.3 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.4 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designado o Secretário de Obras do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 08 de JUNHO de 2018.

MUNICÍPIO
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES – Prefeita

Igelso Ludovico Cecon
MODELO PNEUS LTDA

MARCEO SCHUSTER BUENO
Advogado

Testemunhas:

ELIZEU RODRIGUES TAVARES

JOSÉ MARCOS CLAUDINO DOS SANTOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 37/2018

Publicação N° 1667009

CONTRATO ADMINISTRATIVO n° 37/2018

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob n° 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, n° 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada por sua Prefeita Municipal SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa BELLENZIER PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n° 73.730.129/0016-05, situado à Rua RAYMUNDO RAMOS DA COSTA ALMEIDA, QD I, BAIRRO: BREJARU, cidade de PALHOÇA/SC, CEP: 88.133-514, neste ato representado pelo HERLON RICARDO SATO, CPF sob n° 000.407.550-10 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial n° 23/2018, e disposições da Lei Federal n° 8.666/1993 e alterações, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato a aquisição e/ou fornecimento de PNEUS NOVOS EM DIVERSAS CARACTERÍSTICAS, durante o exercício de 2018, como segue:

76961 - BELLENZIER PNEUS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	PNEU 165/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID	FORMULA	28	R\$170,00	R\$4.760,00
2	PNEU 175/70R14 TIPO A PARA AUTOMOVÉL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID	PIRELLI	28	R\$236,00	R\$6.608,00
3	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID	PIRELLI	28	R\$172,00	R\$4.816,00
4	PNEU 185/60R14 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID	FORMULA	8	R\$209,00	R\$1.672,00
5	PNEU 185/70R14 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID	PIRELLI	24	R\$228,00	R\$5.472,00
6	PNEU 195/55R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 85 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID	PIRELLI	8	R\$269,00	R\$2.152,00
7	PNEU 195/60R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID	PIRELLI	12	R\$258,00	R\$3.096,00
8	PNEU 205/70R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTES ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID	PIRELLI	12	R\$385,00	R\$4.620,00

10	PNEU 215/75R17.5 TIPO A 12 LONAS, DIRECIONAL, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13,00 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID	PIRELLI	8	R\$769,00	R\$6.152,00
12	PNEU 225/70R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID	PIRELLI	12	R\$469,00	R\$5.628,00
15	PNEU 750-16 TIPO A 12 LONAS BORRACHUDO, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID	PIRELLI	4	R\$498,00	R\$1.992,00
16	PNEU 1000R20 RADIAL COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, BORRACHUDO UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146/143K, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID	PIRELLI	38	R\$1.454,00	R\$55.252,00
18	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID	PIRELLI	10	R\$2.030,00	R\$20.300,00
19	PNEU 19,5/24 TIPO A, PARA RETROESCAVADEIRA, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3.200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UNID	PIRELLI	4	R\$2.330,00	R\$9.320,00
20	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300 kg, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID	PIRELLI	8	R\$2.700,00	R\$21.600,00
21	PNEU 12,5/80 TIPO A PARA RETROESCAVADEIRA, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID	PIRELLI	6	R\$1.036,00	R\$6.216,00
22	PNEU 10/16.5 - 10 LONAS (BOB CAT)	UNID	PIRELLI	4	R\$715,00	R\$2.860,00
23	PNEU 23.1-26 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3250KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (ARROZEIRO GARRA ALTA)	UNID	PIRELLI	2	R\$3.590,00	R\$7.180,00
24	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, GARRA ALTA/ARROZEIRO, ÍNDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID	PIRELLI	2	R\$2.088,00	R\$4.176,00
26	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, GARRA ALTA, ÍNDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR VALTRA VALMET).	UNID	PIRELLI	2	R\$2.767,00	R\$5.534,00
					Total do Fornecedor:	R\$179.406,00

1.1.1 - Para atendimento da Resolução Conama nº 416, de 30/09/2009, e melhor sustentabilidade da contratação, será responsabilidade da CONTRATADA receber do MUNICÍPIO e dar destinação ambientalmente adequada de tantos pneus inservíveis quantos pneus novos forem entregues.

1.1.2 - A aquisição do objeto descrito deverá assegurar a manutenção das condições de trafegabilidade e segurança dos veículos, máquinas e caminhões da municipalidade, essenciais para continuidade dos serviços públicos prestados à população, razão pela qual os produtos entregues devem ser de boa qualidade e eficiência.

1.2 - Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 18/2018, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2018 do MUNICÍPIO, como segue:

04 – SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
01- SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
2006 – MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL
33903099 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

04 – SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
01- SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
2013 – MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO
33903099 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
01- FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
2024 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
33903099 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
1020000 – Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde

05 – SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO E PROMOCAO SOCIAL**01- DIVISAO DE EDUCACAO****2009 – MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR****33903099 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO****1010000 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ****1620000 – TRANSPORTE ESCOLAR DO ESTADO****03- SEC MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****01- ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****2003- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO****33903099 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO****1000000- RECURSOS ORDINÁRIOS****07- SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO****01- SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO****2026- MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL****33903099 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO****1000000- RECURSOS ORDINÁRIOS****CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

3.1 - O preço unitário e o valor total deste contrato é aquele previsto no quadro de preços por item da Cláusula Primeira (1.1).

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, fretes e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.2 - O pagamento dar-se-á da seguinte forma: ATÉ O 15º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA ENTREGA DOS OBJETOS, mediante apresentação do respectivo documento fiscal (emitido de acordo com as orientações do TCE/SC), acompanhado do comprovante de entrega assinado pelos responsáveis pelo recebimento.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO:

4.1 A Contratada disporá do prazo de 10 (dez) dias úteis para entrega do produto licitado, contados da data da respectiva solicitação, sendo que a entrega se dará na sede da SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, conforme necessidade do município, independente da quantidade solicitada.

4.1.1 – A cada entrega de pneus novos, os fornecedores contratados deverão receber da municipalidade e dar destinação ambientalmente adequada de tantos pneus inservíveis quantos pneus novos foram entregues.

4.1.2 - A Empresa contratada deverá entregar os produtos no horário das 08:00 h às 12:00 h e das 14:00 h às 17:00 h, de segunda a sexta-feira, sob quaisquer pretextos, não serão recebidos os produtos fora do expediente de trabalho.

4.2 - Caso os produtos não sejam entregues no prazo estabelecido acima, o gestor do Contrato iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pelo município;

4.3 - Os produtos serão recusados quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório;

4.4 - Os materiais que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o município;

4.5 - Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital e no Contrato;

4.6 - O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato;

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1 - O prazo de execução e vigência deste instrumento se inicia na data de sua assinatura e se estende até 31/18/2018.

5.2 - O início dos fornecimentos deve se dar a partir da assinatura deste instrumento, através da emissão da respectiva ordem.

5.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto

quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.4 - No caso da execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

5.5 – O MUNICÍPIO não será obrigado a utilizar ou autorizar a execução de todo quantitativo licitado, sendo este estimativo para o período de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 – Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação nº 18/2018, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- a) Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, bem como receber e dar destinação ambientalmente adequada de tantos pneus inservíveis quantos pneus novos forem entregues;
- e) Fornecer o objeto com boa qualidade e durabilidade, dentro dos padrões exigidos, inclusive fornecendo amostra para teste de qualidade/durabilidade e/ou apresentando laudo técnico, acaso solicitado pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará à CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

8.1.2 - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

8.1.3 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.4 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designado o Secretário de Obras do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 08 DE JUNHO de 2018.

MUNICÍPIO HERLON
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES – Prefeita

RICARDO SATO
CPF : 000.407.550-10

MARCEO SCHUSTER BUENO
Advogado

Testemunhas:

ELIZEU RODRIGUES TAVARES

JOSÉ MARCOS CLAUDINO DOS SANTOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 38/2018

Publicação N° 1667012

CONTRATO ADMINISTRATIVO n° 38/2018

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob n° 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, n° 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada por sua Prefeita Municipal SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa PNEUS COMÉRCIO DE PNEUS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob n° 06.880.642/0001-09 situado à Avenida Marginal Paraguai, n° 469, Bairro Rio Verde, CEP: 83.405-280, cidade de Colombo/PR neste ato representado pelo Sr. Tercio Gustavo Senff, CPF sob n° 064.038.449-89, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial n° 23/2018, e disposições da Lei Federal n° 8.666/1993 e alterações, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato a aquisição e/ou fornecimento de PNEUS NOVOS EM DIVERSAS CARACTERÍSTICAS, durante o exercício de 2018, como segue:

792403 - PNEUS COMÉRCIO DE PNEUS EIRELI ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
9	PNEU 215/75R17.5 TIPO A 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, MISTO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13,00 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID	GOODYEAR	12	R\$1.040,00	R\$12.480,00
11	PNEU 225/65 R16 C-ÍNDICE DE CARGA 112R-CARGA; GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID	GOODYEAR	12	R\$645,00	R\$7.740,00
17	PNEU 1000R20 RADIAL DIANTEIRO COM 16 LONAS, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO LISO, ÍNDICE DE CARGA146/143K, PROFUNDIDADE SULCO 17MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID	GOODYEAR	20	R\$1.680,00	R\$33.600,00
25	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS,/GARRA ALTA, ÍNDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (TRATOR VALTRA VALMET)	UNID	GOODYEAR	2	R\$1.245,00	R\$2.490,00
				Total do Fornecedor:		R\$56.310,00

1.1.1 - Para atendimento da Resolução Conama n° 416, de 30/09/2009, e melhor sustentabilidade da contratação, será responsabilidade da CONTRATADA receber do MUNICÍPIO e dar destinação ambientalmente adequada de tantos pneus inservíveis quantos pneus novos forem entregues.

1.1.2 - A aquisição do objeto descrito deverá assegurar a manutenção das condições de trafegabilidade e segurança dos veículos, máquinas e caminhões da municipalidade, essenciais para continuidade dos serviços públicos prestados à população, razão pela qual os produtos entregues devem ser de boa qualidade e eficiência.

1.2 – Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 18/2018, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2018 do MUNICÍPIO, como segue:

04 – SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS

01- SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS

2006 – MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL

33903099 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

04 – SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS

01- SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS

2013 – MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO

33903099 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

01- FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

2024 – MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

33903099 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

1020000 – Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde

05 – SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO E PROMOCAO SOCIAL

01- DIVISAO DE EDUCACAO

2009 – MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR

33903099 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

1010000 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ

1620000 – TRANSPORTE ESCOLAR DO ESTADO

03- SEC MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01- ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2003- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO

33903099 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

1000000- RECURSOS ORDINÁRIOS

07- SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO

01- SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO

2026- MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL

33903099 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

1000000- RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O preço unitário e o valor total deste contrato é aquele previsto no quadro de preços por item da Cláusula Primeira (1.1).

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, fretes e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.2 - O pagamento dar-se-á da seguinte forma: ATÉ O 15º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA ENTREGA DOS OBJETOS, mediante apresentação do respectivo documento fiscal (emitido de acordo com as orientações do TCE/SC), acompanhado do comprovante de entrega assinado pelos responsáveis pelo recebimento.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO:

4.1 A Contratada disporá do prazo de 10 (dez) dias úteis para entrega do produto licitado, contados da data da respectiva solicitação, sendo que a entrega se dará na sede da SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, conforme necessidade do município, independente da quantidade solicitada.

4.1.1 – A cada entrega de pneus novos, os fornecedores contratados deverão receber da municipalidade e dar destinação ambientalmente adequada de tantos pneus inservíveis quantos pneus novos foram entregues.

4.1.2 - A Empresa contratada deverá entregar os produtos no horário das 08:00 h às 12:00 h e das 14:00 h às 17:00 h, de segunda a sexta-feira, sob quaisquer pretextos, não serão recebidos os produtos fora do expediente de trabalho.

4.2 - Caso os produtos não sejam entregues no prazo estabelecido acima, o gestor do Contrato iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pelo município;

4.3 - Os produtos serão recusados quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório;

4.4 - Os materiais que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o município;

4.5 - Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital e no Contrato;

4.6 - O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato;

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1 - O prazo de execução e vigência deste instrumento se inicia na data de sua assinatura e se estende até 31/12/2018.

5.2 - O início dos fornecimentos deve se dar a partir da assinatura deste instrumento, através da emissão da respectiva ordem.

5.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.4 - No caso da execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

5.5 - O MUNICÍPIO não será obrigado a utilizar ou autorizar a execução de todo quantitativo licitado, sendo este estimativo para o período de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação nº 18/2018, a CONTRATADA obriga-se a:

a) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;

b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

a) Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, bem como receber e dar destinação ambientalmente adequada de tantos pneus inservíveis quantos pneus novos forem entregues;

e) Fornecer o objeto com boa qualidade e durabilidade, dentro dos padrões exigidos, inclusive fornecendo amostra para teste de qualidade/durabilidade e/ou apresentando laudo técnico, acaso solicitado pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará à CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

8.1.2 - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

8.1.3 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.4 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designado o Secretário de Obras do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 08 de junho de 2018.

MUNICÍPIO TERCIO
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES – Prefeita

GUSTAVO SENFF
PNEUS COMÉRCIO DE PNEUS EIRELI

MARCEO SCHUSTER BUENO
Advogado

Testemunhas:

ELIZEU RODRIGUES TAVARES

JOSÉ MARCOS CLAUDINO DOS SANTOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 39/2018

Publicação Nº 1667016

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 39/2018

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada por sua Prefeita Municipal SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa A C S PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 22.056.948/0001-82, situado à Rua PEDRO GRAF, 23 – BAIRRO: AVAI, CEP: 89.270-000 cidade de GUARAMIRIM, SC neste ato representado pelo SR. VILMAR RENSI, CPF sob nº 304.513.889-68 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 23/2018, e disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato a aquisição e/ou fornecimento de PNEUS NOVOS EM DIVERSAS CARACTERÍSTICAS, durante o exercício de 2018, como segue:

793345 - ACS PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
27	CAMARA DE AR 1000X20	UNID	Flexen	20	R\$87,00	R\$1.740,00
28	COLARINHO PNEU 1000X20	UNID	SBN	10	R\$24,50	R\$245,00
				Total do Fornecedor:		R\$1.985,00

1.1.1 - Para atendimento da Resolução Conama nº 416, de 30/09/2009, e melhor sustentabilidade da contratação, será responsabilidade da

CONTRATADA receber do MUNICÍPIO e dar destinação ambientalmente adequada de tantos pneus inservíveis quantos pneus novos forem entregues.

1.1.2 - A aquisição do objeto descrito deverá assegurar a manutenção das condições de trafegabilidade e segurança dos veículos, máquinas e caminhões da municipalidade, essenciais para continuidade dos serviços públicos prestados à população, razão pela qual os produtos entregues devem ser de boa qualidade e eficiência.

1.2 – Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 18/2018, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2018 do MUNICÍPIO, como segue:

04 – SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
01- SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
2006 – MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL
33903099 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

04 – SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
01- SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
2013 – MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO
33903099 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL
01- FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
2024 – MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
33903099 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
1020000 – Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde

05 – SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO E PROMOCao SOCIAL
01- DIVISAO DE EDUCACAO
2009 – MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR
33903099 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
1010000 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
1620000 – TRANSPORTE ESCOLAR DO ESTADO

03- SEC MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
01- ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2003- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO
33903099 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
1000000- RECURSOS ORDINÁRIOS

07- SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO
01- SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO
2026- MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL
33903099 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
1000000- RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O preço unitário e o valor total deste contrato é aquele previsto no quadro de preços por item da Cláusula Primeira (1.1).

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, fretes e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.2 - O pagamento dar-se-á da seguinte forma: ATÉ O 15º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA ENTREGA DOS OBJETOS, mediante apresentação do respectivo documento fiscal (emitido de acordo com as orientações do TCE/SC), acompanhado do comprovante de entrega assinado pelos responsáveis pelo recebimento.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO:

4.1 A Contratada disporá do prazo de 10 (dez) dias úteis para entrega do produto licitado, contados da data da respectiva solicitação, sendo que a entrega se dará na sede da SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, conforme necessidade do município,

independente da quantidade solicitada.

4.1.1 – A cada entrega de pneus novos, os fornecedores contratados deverão receber da municipalidade e dar destinação ambientalmente adequada de tantos pneus inservíveis quantos pneus novos foram entregues.

4.1.2 - A Empresa contratada deverá entregar os produtos no horário das 08:00 h às 12:00 h e das 14:00 h às 17:00 h, de segunda a sexta-feira, sob quaisquer pretextos, não serão recebidos os produtos fora do expediente de trabalho.

4.2 - Caso os produtos não sejam entregues no prazo estabelecido acima, o gestor do Contrato iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pelo município;

4.3 - Os produtos serão recusados quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório;

4.4 - Os materiais que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o município;

4.5 - Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital e no Contrato;

4.6 - O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato;

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1 - O prazo de execução e vigência deste instrumento se inicia na data de sua assinatura e se estende até 31/18/2018.

5.2 - O início dos fornecimentos deve se dar a partir da assinatura deste instrumento, através da emissão da respectiva ordem.

5.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.4 - No caso da execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

5.5 – O MUNICÍPIO não será obrigado a utilizar ou autorizar a execução de todo quantitativo licitado, sendo este estimativo para o período de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 – Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação nº 18/2018, a CONTRATADA obriga-se a:

a) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;

b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

a) Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, bem como receber e dar destinação ambientalmente adequada de tantos pneus inservíveis quantos pneus novos forem entregues;

e) Fornecer o objeto com boa qualidade e durabilidade, dentro dos padrões exigidos, inclusive fornecendo amostra para teste de qualidade/durabilidade e/ou apresentando laudo técnico, acaso solicitado pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará à CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

8.1.2 - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

8.1.3 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.4 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designado o Secretário de Obras do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 08 de junho de 2018.

MUNICÍPIO
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES – Prefeita

VILMAR RENSI
A C S PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA

MARCEO SCHUSTER BUENO
Advogado

Testemunhas:

ELIZEU RODRIGUES TAVARES

JOSÉ MARCOS CLAUDINO DOS SANTOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 40/2018

Publicação Nº 1667019

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 40/2018

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada por sua Prefeita Municipal SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa TRATORVALE COMERCIO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.089.536/0001-74 situado à ROD. BR.470, Nº 7005 – KM 141 – CEP: 89.160-000 – BAIRRO CANTA GALO, RIO DO SUL/SC neste ato representado pelo Sr. Dirceu Antônio Dresch JR, CPF sob nº 533.823.159-04 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 22/2018, e disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de 01 TRATOR AGRÍCOLA NOVO, ZERO KM, DE TRAÇÃO 4X4, ANO 2018 OU SUPERIOR, COM PNEUS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS APRESENTADAS NA PROPOSTA, como segue:

40665 - TRATORVALE COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca/Modelo	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Trator Agrícola, de tração 4x4, novo, ano 2018 ou superior, zero km, com pneus, plataformado com estrutura e proteção contra capotamento, com potência de 115cv e torque de 432N.m a 1500 rpm conforme norma 5AEJ1995; Motor de 4 cilindros turbo intercooler, com 4.400 cilindradas, sistema de injeção de acordo com as normas de emissão de poluentes vigente, combustível Diesel S 500, biodiesel ou Diesel S-10; Embreagem tipo multidiscos úmidos de acionamento eletro-hidráulico; Tomada de potência independente com acionamento eletro-hidráulico, velocidade na tdp de 540 rpm com alcance de 96cv; Transmissão sincronizada com reversor eletro-hidráulico, 12 marchas a frente e 12 marchas a ré; Freios tipo multidiscos úmidos banhados a óleo e de acionamento hidráulico, freio de estacionamento acionado por alavanca, direção hidrostática ou similar; Tanque de combustível com capacidade de 170 lts; Distância entre eixos de 2500mm, vão livre da barra de tração mínimo de 470mm, peso mínimo permitido de 6325kg; Sistema hidráulico de bomba de engrenagens, com 2 válvulas de dupla ação, com pressão de 200 kgf/cm2; Categoria do levante tipo CAT II, barra de tração e terceiro ponto, capacidade de levante: no olhal de no mínimo 4950 kg e a 610mm do olhal de no mínimo 4.260 kg; Rodagem Arrozeira mínima 14.9-28R2 e 23.1-30R2; Proteção inferior do tanque, mangueiras e dutos de óleo; Para-brisa dianteiro, iluminação diurna e noturna, alerta, espelhos retrovisores; Garantia de 12 meses contra defeitos de fabricação e/ou montagem; Revisões: a vencedora deve fornecer as revisões no período da garantia sem custo de serviço (mão-de-obra), deslocamento, hospedagens, testes e análises, sendo executadas na sede do município, salvo os casos que em comum acordo julgarem necessária a remoção para a concessionária.	UNID	VALTRA/A114L	1	R\$169.000,00	R\$169.000,00
					Total do Fornecedor:	R\$169.000,00

1.2 – Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 22/2018, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2018 do MUNICÍPIO, como segue:

07- SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO
 01- SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO
 1030MELHORAMENTO DA PETRULHA AGRICOLA
 44905240 – MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS
 3000000- RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O preço unitário e o valor total deste contrato é aquele previsto no quadro de preços por item da Cláusula Primeira (1.1).

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, fretes e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.2 - O pagamento dar-se-á da seguinte forma: ATÉ O 15º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA ENTREGA DOS OBJETOS, mediante apresentação do respectivo documento fiscal (emitido de acordo com as orientações do TCE/SC), acompanhado do comprovante de entrega assinado pelos responsáveis pelo recebimento.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO:

4.1- A Contratada disporá do prazo de 30 (trinta) dias para entrega do produto licitado, contados da data da respectiva solicitação, sendo

que a entrega se dará na sede da SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO.

4.2 - O pagamento dar-se-á da seguinte forma: ATÉ O 15º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA ENTREGA DOS OBJETOS, mediante apresentação do respectivo documento fiscal (emitido de acordo com as orientações do TCE/SC), acompanhado do comprovante de entrega assinado pelos responsáveis pelo recebimento.

4.3 - Não haverá reajuste dos valores das propostas.

4.4 - Caso o produto não seja entregue no prazo estabelecido acima, o gestor do Contrato iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pelo município;

4.5 - O produto será recusado quando entregue com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório;

4.6 - O item recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o município;

10.7 - Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital e no Contrato;

10.8 - O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato;

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1 - O prazo de execução e vigência deste instrumento se inicia na data de sua assinatura e se estende até 31/12/2018.

5.2 - O início dos fornecimentos deve se dar a partir da assinatura deste instrumento, através da emissão da respectiva ordem.

5.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.4 - No caso da execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 – Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação nº 22/2018, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- b) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- c) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- d) Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- e) Fornecer o objeto com boa qualidade e durabilidade, dentro dos padrões exigidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará à CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

8.1.2 - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

8.1.3 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.4 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade

de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designado o Secretário de Agricultura do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 13 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

MARCELO SCHUSTER BUENO
Advogado

Testemunhas:

ELIZEU RODRIGUES TAVARES

TRATORVALE COMERCIO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA
DIRCEU ANTÔNIO DRESCH JR

JOSÉ MARCOS CLAUDINO DOS SANTOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41/2018

Publicação Nº 1667020

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 41/2018

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representado pela Prefeita Sra. Simoni Mércia Mesh Nones, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa INDÚSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS COLORADO LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.254.896/0001-60, situado à LOCALIDADE DE COLÔNIA RUTHES, S/N – RIO DA ANTA cidade de SANTA TEREZINHA-SC – CEP: 89.199-000 neste ato representado pelo SR. PAULO CESAR FRARE CPF sob nº 681.425.440-91 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 25/2018, e disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - O objeto do presente contrato é AQUISIÇÃO DE PRANCHAS DE MADEIRA PARA RECUPERAÇÃO DE PONTES DIVERSAS DO MUNICÍPIO PARA O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO – SC, conforme segue:

ITEM	Qtde	Unid.	Descrição	Preço Cotado R\$	
				Unit	Total
01	50	M³	PRANCHA MADEIRA DE EUCALIPTO (ESPÉCIE EUCALYPTOS DUNNII, UROPHYLLA, SALIGNA OU CITRIODORA), SERRADA, DURA, COM IDADE MINIMA DE 18 ANOS , OBTIDA DO PRIMEIRO TERÇO DA ÁRVORE, NA ESPESSURA MINIMA DE 0,06CM, LARGURA MINIMA DE 18CM E COMPRIMENTO DE 3,5MT	645,00	32.250,00

01	30	M³	PRANCHA MADEIRA DE EUCALIPTO (ESPÉCIE EUCALYPTOS DUNNII, UROPHYLLA, SALIGNA OU CITRIODORA), SERRADA, DURA, COM IDADE MINIMA DE 18 ANOS , OBTIDA DO PRIMEIRO TERÇO DA ÁRVORE, NA ESPESSURA MINIMA DE 0,06CM, LARGURA MINIMA DE 18CM E COMPRIMENTO DE 4 MT	665,00	19.950,00
TOTAL					52.200,00

1.2 – Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 25/2018, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2018 do MUNICÍPIO, como segue:

04 – SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
01- SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
2006 – MANUTENCAO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL
33903099 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O valor total deste contrato é conforme lista de preços acima citada (1.1).

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, frete/transporte e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.1.3 - O pagamento será efetuado até o 15º dia do mês subsequente ao da entrega dos produtos licitados, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente aceita pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO:

4.1 - A CONTRATADA disporá do prazo de até 05 (cinco) dias úteis para entrega dos materiais solicitados, contados da data da respectiva ordem de compra, sendo que a entrega se dará na Secretaria de Obras do MUNICÍPIO, conforme solicitação e necessidade deste, independente da quantidade solicitada.

4.1.1 - Excepcionalmente, em caso de urgência em algum dos itens (uso imediato), poderá o MUNICÍPIO retirar o item diretamente na sede da CONTRATADA, mediante desconto correspondente no preço.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1 - O prazo de execução e vigência se inicia na assinatura deste instrumento e se estende até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo, de conformidade com o estabelecido na Lei nº 8666/93.

5.2 - O início do fornecimento deve se dar em até 05 (cinco) dias úteis a partir da assinatura deste instrumento, através da emissão da respectiva ordem de fornecimento.

5.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.4 - No caso de execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

5.5 – O MUNICÍPIO não será obrigado a utilizar ou autorizar a execução de todo quantitativo licitado, sendo este estimativo para o período de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação, a CONTRATADA obriga-se a:

- Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

- e) Fornecer o objeto contratado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos, comprometendo-se pela garantia do mesmo e/ou substituindo os produtos entregues que apresentar defeito ou má qualidade;
- g) Aceitar que sejam entregues os produtos de forma parcial, conforme necessidade do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

8.1.2 - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

8.1.3 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.4 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designado o Secretário de Obras do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 13 de JUNHO de 2018.

MUNICÍPIO
SIMONI MÉRCIA MESH NONES
Prefeita

CONTRATADA
PAULO CESAR FRARE
INDÚSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS COLORADO LTDA-ME

MARCEO SCHUSTER BUENO
Advogado

Testemunhas:

ELIZEU RODRIGUES TAVARES

JOSÉ MARCOS CLAUDINO DOS SANTOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 43/2018

Publicação Nº 1667023

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 43/2018

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho - SC, através do Fundo Municipal de Saúde – CNPJ nº 11.257.200/0001-40, neste ato representado pela Prefeita Simoni Mércia Mesch Nones, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a empresa EFETIVA CONSTRUÇÕES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 25.526.024/0001-00, com endereço à Rod. BR 470, nº 600 - Bairro Diamante, cidade de Rodeio / SC, CEP: 89.136-000, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, LOCALIZADA NA RUA SANTA CATARINA – BAIRRO CENTRO, CIDADE DOUTOR PEDRINHO – SC de conformidade com a Licitação de Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 12/2018, com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e com os demais diplomas legais aplicáveis, e nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto:

O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, LOCALIZADA NA RUA SANTA CATARINA – BAIRRO CENTRO, CIDADE DOUTOR PEDRINHO – SC, tudo de conformidade com o Processo Licitatório nº 12/2018, Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do prazo e regime de execução:

O início da obra dar-se-á em até 10 (dez) dias após a emissão da ordem de serviço pelo MUNICÍPIO, e deverá obedecer o cronograma físico financeiro.

O contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31/12/2018, prazo este prorrogável justificadamente, por meio de termo aditivo, na forma da Lei nº 8.666/93.

O presente contrato rege-se quanto ao regime de execução, pelas cláusulas constantes na Licitação Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 12/2018, adotando-se o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Preço:

O valor total deste Contrato, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, será de R\$ 104.620,05 (cento e quatro mil, seiscentos e vinte reais e cinco centavos), de conformidade com a proposta vencedora da Licitação de Tomada de Preços p/Obras e Serviços de Engenharia nº 12/2018.

Os quantitativos e itens apresentados no Projeto Básico e demais anexos do Edital são estimados, ficando a encargo da CONTRATADA sua conferência, bem como seu complemento para integral execução do objeto licitado, sem aditivo de preços. O valor deste contrato não poderá sofrer nenhuma correção/atualização, mantidas as condições originais da proposta vencedora, para execução integral da obra/serviço licitado.

É de responsabilidade da CONTRATADA, por meio de seu Responsável Técnico, tomar conhecimento prévio de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e deste contrato, não podendo alegar desconhecimento destas na execução da obra ou pleitear qualquer aditivo de preço em razão disso.

CLÁUSULA QUARTA – Das Condições de Pagamento:

O pagamento de cada etapa será efetuado de acordo com a execução físico-financeira, após a aprovação de cada Boletim de Medição, mediante apresentação da relação de empregados e das guias de recolhimento de INSS e do FGTS devidamente quitadas, bem como, dos documentos fiscais, no Setor de Contabilidade do MUNICÍPIO. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentar a proposta vencedora da licitação.

Será retido na fonte o imposto sobre serviços (ISS) incidente sobre o valor total da Nota Fiscal, de acordo com a legislação local, bem como, se for o caso, a contribuição social relativa a seguridade social.

CLÁUSULA QUINTA – Dos Recursos para Atender as Despesas:

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento-Programa 2018 do MUNICÍPIO:

Código Dotação	Descrição
06	Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
0601	Fundo Municipal de Saúde
1029	Ampliação e Reforma da Unidade
44905199	Outras obras e instalações
1020000	Receita de Imp. Transf. Saúde

CLÁUSULA SEXTA – Do Direito de Fiscalização:

O MUNICÍPIO exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, conforme previsto no Edital da licitação, sendo que isto em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das suas responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas, fiscais ou penais.

A fiscalização a ser efetuada pelo MUNICÍPIO será por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Responsabilidade da CONTRATADA:

Sem prejuízo das demais responsabilidades previstas no Edital de licitação ou neste instrumento, a CONTRATADA responsabilizar-se-á, ainda:

a) pela aceitação dos acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO realizar por escrito, em até o limite legal do valor inicial do contrato;

b) pela contratação do pessoal, fornecimento de todos os materiais, transporte, ferramental e equipamentos necessários para execução dos serviços nos locais indicados no memorial descritivo anexo ao Edital da licitação;

c) em refazer, às suas expensas, todo e qualquer serviço reprovado por má execução, trabalho defeituoso, ou com acabamento insatisfatório, bem como por execução fora das especificações técnicas, além de responder, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo;

d) em fornecer e obrigar os empregados a utilizarem os equipamentos de proteção individual, bem como as demais normas constantes da legislação de segurança, medicina e higiene do trabalho;

e) em apresentar as guias de encargos sociais devidamente pagas, inclusive a relação de empregados do FGTS e a guia de recolhimento da Previdência Social (INSS);

f) em prestar as garantias contratuais estabelecidas no edital de licitação, e em fornecer Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos serviços objeto da licitação, e da execução da obra, estes na ocasião da assinatura do presente instrumento contratual;

g) em providenciar o certificado de matrícula da obra junto ao INSS, e pela entrega da respectiva CND na conclusão da obra, se for o caso;

h) em confeccionar e instalar as placas indicativas, sinalizadores, as barreiras, os sinais vermelhos, os sinais de perigo, os sinais de desvio dentre outros, sendo que estes materiais deverão ser quantitativamente suficientes para garantir a segurança das pessoas e da execução da obra;

i) atender todas as orientações e cumprir as recomendações e notificações do agente designado pelo MUNICÍPIO ou da Comissão responsável pela fiscalização, acompanhamento da obra, recebimento das etapas e definitivo da obra;

j) manter o Diário de Obras sempre em dia e apresentá-lo a cada semana para os agentes do MUNICÍPIO; e

k) guardar e disponibilizar, para eventuais fiscalizações futuras dos Órgãos de Controle da Administração Pública, todos os documentos fiscais e jurídicos da empresa e das obras executadas na forma deste instrumento contratual.

CLÁUSULA OITAVA – Das Penalidades:

Ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados), e aqueles que por ventura possam ser apresentados pelo MUNICÍPIO, a CONTRATADA incorrerá nas seguintes penalidades:

I – o pagamento de 5% (cinco por cento) do valor da proposta pela recusa injustificada de assinar o instrumento contratual, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO;

II – o pagamento de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início e/ou na entrega da obra;

III – o pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, pela rescisão sem justo motivo, por culpa ou iniciativa da CONTRATADA.

A multa deverá ser paga junto à Tesouraria da Fazenda Pública Municipal (podendo ser cobrada judicialmente após a notificação), e caso a CONTRATADA não efetive o pagamento da multa até a data dos pagamentos que tenha direito, poderá ser retido o valor da multa dos valores devidos pelo MUNICÍPIO, retenção esta que a CONTRATADA autoriza neste ato de maneira expressa e irrevogável.

CLÁUSULA NONA – Da Rescisão:

A rescisão contratual poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO, nos casos enumerados nos Incisos I à XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93; e

b) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no Processo Licitatório, desde que haja conveniência para o MUNICÍPIO.

A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pelo MUNICÍPIO, com as consequências previstas na cláusula oitava.

Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78, acarretará as consequências previstas no art. 80, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

Constituem também motivos para rescisão do Contrato, aqueles previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do MUNICÍPIO, a rescisão por culpa da CONTRATADA importará em:

a) aplicação da pena de suspensão de direito de licitar com o MUNICÍPIO, e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

b) declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé (a juízo do MUNICÍPIO). A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

CLÁUSULA DÉCIMA – Do Acompanhamento Do Contrato:

Será designado, pelo MUNICÍPIO, uma comissão para acompanhar e fiscalizar o presente contrato, dela fazendo parte o titular da Secretaria Municipal de Educação, ressalvado a aplicação do disposto no Edital da Licitação nº 12/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Do Foro:

Para dirimir questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Timbó/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo em 3(três) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo, para que surta os devidos fins e efeitos legais.

Município de Doutor Pedrinho (SC), 18 de junho de 2018.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
PREFEITA MUNICIPAL

LUIZ CARLOS FERREIRA
EFETIVA CONSTRUÇÕES EIRELI

MARCELO SCHUSTER BUENO
Advogado

Testemunhas:

Nome: Ticiane Eugênia Lenzi

Nome: Arnaldo Vicente

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2018

Publicação Nº 1667024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 044/2018.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR QUE ENTRE SÍ CELEBRAM MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO E LUCAS ALTAIR MARCARINI.

Os que este subscrevem, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, inscrito no CNPJ – 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, 02, neste ato representado pela Sra. SIMONI MÉRCIA MESCH NONES – Prefeita Municipal, doravante denominado

simplesmente LOCATÁRIO, e de outro LUCAS ALTAIR MARCARINI, brasileiro, solteiro, menor impúbere, portador da carteira de identidade nº 5.589.973/SSP/SC e CPF nº 069.607.059-67, residente e domiciliado, na Rua Marechal Castelo Branco, n.º 11 – Centro - nesta cidade de Doutor Pedrinho/SC, neste ato, representado por sua mãe, Rosane Kroenke Marcarini, brasileira, casada, portadora da identidade nº 1.847.747/SSP/SC e CPF nº 631.434.539-15 residente e domiciliado, na Rua Marechal Castelo Branco, n.º 11 – Centro - nesta cidade de Doutor Pedrinho/SC, doravante denominado simplesmente LOCADOR, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira:

O presente contrato tem por objeto a locação, pelo LOCADOR ao LOCATÁRIO, de uma sala comercial, em um imóvel localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº 11, Centro, neste Município, para funcionamento do Conselho Tutelar do Município de Doutor Pedrinho, para o exercício de 2018.

Cláusula Segunda:

Pela locação deste imóvel o LOCATÁRIO pagará ao LOCADOR, O valor total de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) para o exercício de 2018. O pagamento será efetuado até o final da vigência deste contrato, em 04 parcelas iguais de R\$ 1.650,00 (hum mil, seiscentos e cinquenta reais) através de depósito bancário na Conta Poupança nº 5.508-5, agência nº 5441-0, de titularidade do LOCADOR, servindo o comprovante de depósito como recibo guardando conformidade com o preço praticado em outros exercícios e com os valores praticados pelo mercado.

Cláusula Terceira:

A locação do imóvel acima descrito tem por finalidade o funcionamento dos serviços do Conselho Tutelar de Doutor Pedrinho, executados por preposto designado.

Cláusula Quarta:

A despesa com a execução do presente contrato correrá a conta de dotação própria na unidade orçamentária:
03 - SEC MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
01 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
33903615 - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS
100000- RECURSOS ORDINÁRIOS

Cláusula Quinta:

Fica desde já o LOCADOR obrigado:

- a disponibilizar ao LOCATÁRIO as áreas objeto do presente instrumento, sem qualquer tipo de restrição, permitindo a sublocação do imóvel ou o uso deste por proponente designado;
- a permitir que o LOCATÁRIO execute as obras necessárias ao cumprimento das finalidades constantes deste instrumento.

Cláusula Sexta:

Fica desde já o LOCATÁRIO fica obrigado a:

- utilizar os imóveis, objeto deste contrato, exclusivamente para os fins de funcionamento do Conselho Tutelar de Doutor Pedrinho;
- assumir os custos e responsabilidades quanto a manutenção do objeto do presente instrumento;
- cumprir o disposto na Clausula Segunda, ou seja, efetivar o pagamento do preço decorrente da locação.

Cláusula Sétima:

A presente contratação fundamenta-se no artigo 24, X, da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, observando-se as disposições próprias estabelecidas no artigo 54 e seguintes do mesmo dispositivo legal.

Cláusula Oitava:

O prazo de vigência do presente instrumento terá seu início na data de assinatura deste e seu término na data de 31 de dezembro de 2018.

Cláusula Nona:

O LOCADOR nada poderá exigir, no presente ou no futuro, relativamente a direitos de ressarcimento ou qualquer outro tipo de indenização.

As benfeitorias e equipamentos que o LOCATÁRIO vier a edificar ou instalar, poderão ser todos retirados assim que deixar de vigorar o presente instrumento.

O LOCADOR não se responsabiliza pelos prejuízos que o LOCATÁRIO venha a sofrer durante a vigência deste instrumento, apenas com relação ao imóvel objeto deste instrumento.

Constituem motivos para rescisão do presente contrato o não cumprimento de quaisquer cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

O LOCADOR reconhece desde já os direitos do LOCATÁRIO em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Este Contrato poderá ser rescindido por ambas as partes, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias.

Cláusula Décima:

Fica eleito o Foro da Comarca de Timbó, para dirimir qualquer dúvida referente ao presente Contrato.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 03 vias, na presença de duas testemunhas.

DOUTOR PEDRINHO, 22 de junho de 2018.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita Municipal
CONTRATANTE

LUCAS ALTAIR MARCARINI
CPF: 069.607.059-67
CONTRATADO

MARCELO SCHUSTER BUENO
Advogado

TESTEMUNHAS:

JANAINA LENZI DE CASTILHO

ARNALDO VICENTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45/2018

Publicação Nº 1667051

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 45/2018

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada por sua prefeita Municipal Sra. Simoni Mércia Mesch Nones, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa CEDRO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.649.903/0001-06, situado à Rua DOM PEDRO II, Nº 700 - CENTRO, cidade de DOUTOR PEDRINHO-SC, neste ato representado pelo Sr. OSNI TAMANINI, CPF sob nº 350.939.869-68 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 26/2018, e disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - O objeto do presente contrato é aquisição de tubos em medidas diversas para serem utilizados em diversas obras do MUNICÍPIO, conforme segue:

Item	Descrição Produto	Unid.	Quantidade	Preço Cotado Unitário R\$	Preço Cotado total R\$
1	TUBO DE CONCRETO DIÂMETRO 0,20 X 1,00 MT	UNID	200	12,30	2.460,00
2	TUBO DE CONCRETO DIÂMETRO 0,30 X 1,00 MT	UNID	350	16,80	5.880,00
3	TUBO DE CONCRETO DIÂMETRO 0,40 X 1,00 MT	UNID	400	24,30	9.720,00
4	TUBO DE CONCRETO DIÂMETRO 0,50 X 100 MT	UNID	100	35,80	3.580,00
5	TUBO DE CONCRETO DIÂMETRO 0,60 X 1,00 MT COM TELA PA 1	UNID	400	77,60	31.040,00
6	TUBO DE CONCRETO DIÂMETRO 0,80 X 1,00 MT COM TELA PA 1	UNID	300	136,50	40.950,00
7	TUBO DE CONCRETO DIÂMETRO 1,00 X 1,00 MT COM 1 TELAS PA 1	UNID	150	185,00	27.750,00

1.2 – Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 26/2018, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2018 do MUNICÍPIO, como segue:

04 – SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
01- SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
2006 – MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL
33903999 – MATERIAL DE CONSUMO-OUTROS
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O valor total deste contrato é conforme lista de preços por item acima citada (1.1).

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, frete/transporte e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.1.3 - O pagamento será efetuado até o 15º dia do mês subsequente ao da entrega dos produtos contratados, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente aceita pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO:

4.1 - O fornecimento se dará no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da respectiva ordem de compra, sendo que a entrega se dará na SECRETARIA DE OBRAS do MUNICÍPIO, conforme necessidade e independentemente da quantidade solicitada.

4.1.1 - Excepcionalmente, em caso de urgência em algum dos itens (uso imediato), poderá o MUNICÍPIO retirar o item diretamente na sede da CONTRATADA, mediante desconto correspondente no preço.

4.2 - O MUNICÍPIO se reserva ao direito de exigir relatórios de ensaio destrutivos e não destrutivos dos produtos a serem adquiridos, em caso de dúvidas quanto à conformidade do produto ao Edital, podendo providenciar análise do mesmo, a expensas da CONTRATADA, condicionando seu recebimento ao atendimento das especificações mínimas de qualidade.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1 - O prazo de execução e vigência do contrato será de 12 meses, ou quando terminar a quantidade listada, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo, de conformidade com o estabelecido na Lei nº 8666/93.

5.2 – Cada fornecimento solicitado deve se dar em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da respectiva ordem de compra, nos termos

deste contrato.

5.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.4 - No caso de execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

5.5 – O MUNICÍPIO não será obrigado a utilizar ou autorizar a execução de todo quantitativo licitado, sendo este estimativo para o período de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Ressarcir o MUNICÍPIO do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- e) Fornecer o objeto contratado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos, comprometendo-se pela garantia do mesmo e/ou substituindo os produtos entregues que apresentar defeito ou má qualidade;
- g) Aceitar que sejam entregues os produtos de forma parcial, conforme necessidade do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa oficial, conforme Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

8.1.2 - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

8.1.3 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.4 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designado o Secretário de Obras do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 25 de junho de 2018.

MUNICÍPIO
Simoni Mércia Mesch Nones
Prefeita de Doutor Pedrinho

CONTRATADA
Osni Tamanini
CEDRO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

MARCELO SCHUSTER BUENO
Advogado

Testemunhas:

ELIZEU RODRIGUES TAVARES

JOSÉ MARCOS CLAUDINO DOS SANTOS

DECRETO Nº 028/2018

Publicação Nº 1667610

DECRETO Nº 028, de 20 de junho de 2018.
Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 173.541,10

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, Prefeita de Doutor Pedrinho/SC, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 890, de 12 de dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 173.541,10 (cento e setenta e três mil e quinhentos e quarenta e um reais e dez centavos) do Superávit Financeiro, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2018 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 890, de 12/12/2017):

07.001.20.606.0110.1030	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO		
07.001.20.606.0110.1030	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO		
07.001.20.606.0110.1030	MELHORAMENTO PATRULHA AGRÍCOLA		
400000	DESPESAS DE CAPITAL		
440000	INVESTIMENTOS		
449000	APLICAÇÕES DIRETAS		
3000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	173.541,10	
TOTAL		173.541,10	

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Superávit Financeiro:

3000000 _____ R\$ 173.541,10

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 20 de junho de 2018; 30º ano de Fundação; 29º ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 20 de junho de 2018.

TARCÍSIO LENZI
Chefe de Gabinete

EXTRATO DE EDITAL Nº 30/2018

Publicação Nº 1667861

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC
Extrato do Edital de Tomada de Preços nº 30/2018

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, torna público que está aberto a LICITAÇÃO, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo "Menor Preço Global", objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA), PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA PIONEIROS, conforme edital e projetos, atendendo a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 17/07/2018. Hora: 08h45min. Início da Sessão Pública e abertura do envelope de habilitação: Data: 17/07/2018, Hora: 09h15min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 28 de junho de 2018.
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho

EXTRATO DE EDITAL Nº 31/2018

Publicação Nº 1667871

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC
Extrato do Edital de Pregão Presencial nº.31/2018

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO/SC, torna público que está aberto a LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço" Global, objetivando a Aquisição de um ônibus usado para transporte de passageiros para uso na Secretaria Municipal de Desporto e Cultura, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 56/2015, Decreto Municipal 10/2018, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 12/07/2018, Hora: 08h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 12/07/2018, Hora: 09h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 28 de junho de 2018.
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho/SC

EXTRATO DE EDITAL Nº 32/2018

Publicação Nº 1667882

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC
Extrato do Edital de Pregão Presencial nº. 32/2018

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto o PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço" POR ITEM, para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL "FREI BRUNO LINDEN", "FREI ANTÔNIO RECHIA" E "CHAPEUZINHO VERMELHO", NÚCLEO EDUCACIONAL "FRITZ DONNER" E PRÉ ESCOLAR, DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O 2º SEMETRE DE 2018, conforme especificado no Objeto e demais condições do Edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº 56/2015, Decreto Municipal nº 10/2018, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 13/07/2018, Hora: 09h45min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 13/07/2018, Hora: 10h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade, durante o expediente normal, ou através do e-mail: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 28 de junho de 2018.
SIMONI MÉRCIA MESH NONES
Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

CÂMARA MUNICIPAL**PARECER COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Publicação Nº 1667166

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**PROJETO DE LEI Nº 08/2018**

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente do Município de Doutor Pedrinho (COMDERMA), criação do Fundo Municipal do Meio Ambiente, fiscalização ambiental no âmbito da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo, e dá outras disposições.

A proposição de autoria do Poder Executivo vem a esta Comissão Permanente para manifestação quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental e redacional, estando em regime de tramitação comum.

De início, registra-se que o Projeto não deve obediência a nenhuma especificidade regimental, e, tratando-se de espécie legislativa ordinária, encontra-se redigido em razoável conformidade com a técnica legislativa.

Por outro lado, a matéria contemplada na proposição encontra fundamento nos artigos 30, I e II, 187 e 225 da Constituição Federal, bem como nos artigos 10, 122 e 128 da Lei Orgânica Municipal.

No mérito, vê-se que se trata de proposição tendente a substituir e readequar o ordenamento contemplado na Lei Ordinária Municipal nº 340, de 14 de maio de 1998, que trata de ações da área de agricultura e meio ambiente no Município.

Segundo informa a Exposição de Motivos, a iniciativa visa a adequação da legislação municipal as novas disposições da Resolução CONSE-MA nº 117, de 01 de dezembro de 2017, assim como nas recomendações do Ministério do Meio Ambiente (<http://www.mma.gov.br/port/conama/conselhos/conselhos.cfm>), além de trazer disposições sobre paridade, competência e fiscalização, ampliando o âmbito de atuação do Conselho que passa a ter caráter normativo, deliberativo e consultivo.

No caso, trata-se de ação regular decorrente da avaliação de conveniência, necessidade e oportunidade de adequação da legislação local pela Administração, fato que não interromperá a continuidade e melhoria das políticas públicas voltadas a área de agricultura e meio ambiente.

Deste modo, estão atendidas as premissas de constitucionalidade e legalidade para apreciação da matéria, e, diante da situação exposta, entendemos que o presente Projeto de Lei pode ser submetido à apreciação, discussão e votação pelo Plenário desta Câmara, com parecer favorável desta Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Publique-se.

Registre-se.

Doutor Pedrinho - SC, 26 de junho de 2018.

Jackson Rodrigo de Castilho
Presidente

Américo Nones
Vice-Presidente

Joel Mazzi
Membro

Ermo

PREFEITURA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR PE Nº. 006/2018

Publicação Nº 1667288

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR PE Nº. 006/2018.

Altera Dispositivos da Lei Complementar nº 036/2017 que Institui os Cargos de Provimento em Comissão na Organização Administrativa do Poder Executivo Municipal de Ermo e dá Outras Providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais que lhes conferem a Lei Orgânica do Município em seu Art. 62, Inciso I, apresenta à Câmara de Vereadores para análise e deliberação o seguinte Projeto de Lei Complementar:

Art. 1º Fica revogado o Artigo 3º da Lei Complementar nº 036/2017 que Institui os Cargos de Provimento em Comissão na Organização Administrativa do Poder Executivo Municipal de Ermo e dá Outras Providências.

Art. 2º os vencimentos dos Cargos de Direção e Chefia constantes no Anexo I da Lei Complementar nº 036/2017 que Institui os Cargos de Provimento em Comissão na Organização Administrativa do Poder Executivo Municipal de Ermo e dá Outras Providências, ficam fixados conforme segue:

Direção nível DASU-2 - R\$ 2.350,00

Chefia nível DASU-1 - R\$ 1.530,00

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 21 de junho de 2018.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA

Projeto de Lei Complementar PE nº 006/2018, que Altera dispositivos da Lei Complementar nº 36/2017 que Institui os Cargos de Provimento em Comissão na Organização Administrativa do Poder Executivo Municipal de Ermo e dá Outras Providências.

O presente projeto de lei visa a supressão do Art. 3º da Lei Complementar nº 036/2017 onde concede gratificação aos ocupantes de cargos comissionados, haja vista a orientação repassada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Prefeitura Municipal de Ermo – SC, em 21 de junho de 2018.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

LEI 2452/2018

Publicação Nº 1668055

LEI Nº. 2452/2018.

"DISPÕE SOBRE A abertura de crédito adicional especial e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais; faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do exercício de 2018 do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 15.333,32 (quinze mil trezentos e trinta e três reais e trinta e dois centavos), na seguinte programação:

07-01 – Secretaria Municipal de Assistência Social			
Funcional/Prog.	Projeto/Atividade	Descrição	
08.244.801	2023	Manutenção das Ativ. da Secret. De Assist. Social	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
33400000	Transferências a Municípios	1100 - Ordinários	15.333,32
Total			15.333,32

Art. 2º - Para satisfazer a cobertura do crédito especial citado no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Município de Faxinal dos Guedes:

07-01 – Secretaria Municipal de Assistência Social			
Funcional/Prog.	Projeto/Atividade	Descrição	
08.244.801	2023	Manutenção das Ativ. da Secret. De Assist. Social	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	1100 - Ordinários	15.333,32
Total			15.333,32

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Faxinal dos Guedes - SC, 27 de Junho de 2018.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

LEI 2453/2018

Publicação Nº 1668046

LEI Nº. 2453/2018.

DISPÕE SOBRE TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA PARA A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Faxinal dos Guedes a efetuar transferência Financeira no valor de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais) a Associação dos Municípios do Alto Irani – AMAI, inscrita no CNPJ: 83.678.086/0001-33.

Art. 2º O Valor acima nominado servirá como auxílio para que a Associação dos Municípios do Alto Irani – AMAI adquira um veículo zero quilometro.

Art. 3o.As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4o. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5o. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita em Exercício Faxinal dos Guedes - SC, 27 de Junho de 2018.

GEILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

LEI 2454/2018

Publicação Nº 1667478

LEI Nº. 2454/2018.

AUTORIZA A BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta Lei, autorizado a proceder a baixa do patrimônio do Município dos bens da Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social, que por sua natureza, utilidade e estado de conservação foram considerados inservíveis, conforme listagem anexa a presente Lei (anexo I), resultante da realização de inventário completo dos bens patrimoniais.

Parágrafo único: Os bens inservíveis fazem parte do patrimônio da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado nos termos da Lei, a doar tais bens a entidades sem fins lucrativos, a qual realizará o aproveitamento ou comercialização de tais bens.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 27 de Junho de 2018.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

LEI 2455/2018

Publicação Nº 1667483

LEI Nº. 2455/2018.

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO E CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS CIRCUNSTANCIAIS PARA AQUISIÇÃO DE ÓCULOS SEM COBERTURA DO SUS E OUTROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei

Art. 1º. Fica instituído no âmbito do Município de Faxinal dos Guedes, o seguinte:

Parágrafo Único - Auxílio para a aquisição ou confecção de óculos, no valor de até R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por pessoa;

Art. 2º. O benefício visa ao pagamento de AUXÍLIO ÓCULOS, às famílias cuja renda familiar mensal seja inferior até 2 (dois) salários mínimo, através de estudo sócio econômico, no valor fixado nesta Lei.

Art. 3º. Os valores dos benefícios serão suportados pelas rubricas do orçamento municipal constantes do Fundo Municipal da Saúde.

Art. 4º. Os beneficiários poderão ser cadastrados pelo Município para os fins da presente Lei.

Art. 5º. As despesas decorrentes com a execução da presente lei, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Faxinal dos Guedes, SC, 27 de junho de 2018.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

LEI 2456/2018

Publicação Nº 1667484

LEI 2456/2018.

DISPÕE SOBRE À PERMUTA DE ÁREA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei

Art. 1º. Esta lei trata da permuta dos imóveis de propriedade do Município de Faxinal dos Guedes por imóveis de propriedade da J. Magarinos Empreendimentos Imobiliários Ltda ME.

Art. 2º. Os imóveis de propriedade do Município a serem permutados compreendem parte do lote 01 com área de 1.080,00m2, e parte do lote 01 com área de 1.440,00m2, ambos da Quadra 204 pertencente a matrícula 29.022 do CRI de Xanxerê; e o lote 07 da quadra 205 com área de 2.127,20m2, pertencente a matrícula 29.031 do CRI de Xanxerê:

I – o perímetro de parte do lote 01 da Quadra 204, com área de 1.080,00m2, é descrito da seguinte maneira: Localizado no lado de numeração par da Rua Lydia Magarinos distante 30,00 metros da esquina com a Rua Affonso Magarinos, confrontando ao Nordeste com parte do lote 01 remanescente ao Município de Faxinal dos Guedes em 38,99 metros; ao Sudoeste com a Rua Lydia Magarinos em 38,16 metros; ao Sudeste com parte do lote 01 remanescente ao Município de Faxinal dos Guedes em 28,00 metros; e ao Noroeste com parte do lote 02 em 28,01 metros.

II – o perímetro de parte do lote 01 da Quadra 204, com área de 1.440,00m2, é descrito da seguinte maneira: Localizado no lado de numeração par da Rua Maria Luiza Bassani distante 30,00 metros da esquina com a Rua Affonso Magarinos, confrontando ao Nordeste com a Rua Maria Luiza Bassani em 51,43 metros; ao Sudoeste com parte do lote 01 remanescente ao Município de Faxinal dos Guedes em 51,43 metros; ao Sudeste com parte do lote 01 remanescente ao Município de Faxinal dos Guedes em 28,00 metros; e ao Noroeste com parte do lote 03 em 28,00 metros.

III – o perímetro do lote 07 da quadra 205, com área de 2.127,20m2, é descrito da seguinte maneira: Localizado no lado de numeração par da Rua Arcizo Bassani e distante 92,55 metros da esquina com a Rua Affonso Magarinos, confrontando ao Nordeste com a Rua Arcizo Bassani em 31,03 metros; ao Sudoeste, com a rua Maria Luiza Bassano em 15,96 metros; ao Sudeste com parte da área de terras de propriedade de Santo Picoloto em 94,29 metros; ao Noroeste com parte do lote nº 01 em 42,00 metros e com parte do lote nº 06 em 47,74 metros.

Art. 3º. Os imóveis de propriedade da J. Magarinos Empreendimentos Imobiliários Ltda ME, a serem permutados com o Município de Faxinal dos Guedes, compreende os seguintes: da quadra 208, lote 15 com área de 406,00m2 objeto da matrícula 29.084; lote 16 com área de 406,00m2 objeto da matrícula 29.085; lote 17 com área de 406,00m2 objeto da matrícula 29.086; lote 18 com área de 406,00m2 objeto da matrícula 29.087; lote 19 com área de 406,00m2 objeto da matrícula 29.088; também compreende os seguintes lotes da quadra 209: lote 08 com área de 456,40m2 objeto da matrícula 29.100; lote 09 com área de 456,40m2 objeto da matrícula 29.101; lote 10 com área de 456,40m2 objeto da matrícula 29.102; lote 11 com área de 456,40m2 objeto da matrícula 29.103; lote 12 com área de 456,40m2 objeto da matrícula 29.104; lote 13 com área de 364,00m2 objeto da matrícula 29.105.

Art. 4º. Os imóveis a serem permutados estão conforme mapa e

parecer técnico de avaliação os quais fazem parte integrante do presente projeto de lei.

Art. 5º. A permuta de que trata esta Lei, se processará de igual para igual, com base na avaliação dos imóveis, sendo que não caberá a qualquer das partes o pagamento de qualquer diferença ou ônus, em virtude do interesse de ambas as partes na referida permuta.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Faxinal dos Guedes, SC, 27 de junho de 2018.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

LEI 2457/2018

Publicação Nº 1667485

LEI 2457/2018.

DISPÕES SOBRE DESAFETAÇÃO DE ÁREA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, E DA AFETAÇÃO DE OUTROS IMÓVEIS NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei

Art. 1º. Esta Lei trata da desafetação de imóveis de propriedade do Município de Faxinal dos Guedes localizados no Loteamento de propriedade da J. Magarinos Empreendimentos Imobiliários Ltda ME.

Art. 2º. Os imóveis de propriedade do Município a serem DESAFETADOS compreendem parte do lote 01 com área de 1.080,00m², e parte do lote 01 com área de 1.440,00m², ambos da Quadra 204 pertencente a matrícula 29.022 do CRI de Xanxerê; e o lote 07 da quadra 205 com área de 2.127,20m², pertencente a matrícula 29.031 do CRI de Xanxerê:

I – o perímetro de parte do lote 01 da Quadra 204, com área de 1.080,00m², é descrito da seguinte maneira: Localizado no lado de numeração par da rua Lydia Magarinos distante 30,00 metros da esquina com a rua Affonso Magarinos, confrontando ao Nordeste com parte do lote 01 remanescente ao Município de Faxinal dos Guedes em 38,99 metros; ao Sudoeste com a rua Lydia Magarinos em 38,16 metros; ao Sudeste com parte do lote 01 remanescente

ao Município de Faxinal dos Guedes em 28,00 metros; e ao Noroeste com parte do lote 02 em 28,01 metros.

II – o perímetro de parte do lote 01 da Quadra 204, com área de 1.440,00m², é descrito da seguinte maneira: Localizado no lado de numeração par da rua Maria Luiza Bassani distante 30,00 metros da esquina com a rua Affonso Magarinos, confrontando ao Nordeste com a rua Maria Luiza Bassani em 51,43 metros; ao Sudoeste com parte do lote 01 remanescente ao Município de Faxinal dos Guedes em 51,43 metros; ao Sudeste com parte do lote 01 remanescente ao Município de Faxinal dos Guedes em 28,00 metros; e ao Noroeste com parte do lote 03 em 28,00 metros.

III – o perímetro do lote 07 da quadra 205, com área de 2.127,20m², é descrito da seguinte maneira: Localizado no lado de numeração par da Rua Arcizo Bassani e distante 92,55 metros da esquina com a Rua Affonso Magarinos, confrontando ao Nordeste com a Rua Arcizo Bassani em 31,03 metros; ao Sudoeste, com a rua Maria Luiza Bassano em 15,96 metros; ao Sudeste com parte da área de terras de propriedade de Santo Picoloto em 94,29 metros; ao Noroeste com parte do lote nº 01 em 42,00 metros e com parte do lote nº 06 em 47m,74 metros.

Art. 3º. Os imóveis a serem AFETADOS após permuta com J. Magarinos Empreendimentos Imobiliários Ltda ME, compreende os seguintes: da quadra 208, lote 15 com área de 406,00m² objeto da matrícula 29.084; lote 16 com área de 406,00m² objeto da matrícula 29.085; lote 17 com área de 406,00m² objeto da matrícula 29.086; lote 18 com área de 406,00m² objeto da matrícula 29.087; lote 19 com área de 406,00m² objeto da matrícula 29.088; também compreende os seguintes lotes da quadra 209: lote 08 com área de 456,40m² objeto da matrícula 29.100; lote 09 com área de 456,40m² objeto da matrícula 29.101; lote 10 com área de 456,40m² objeto da matrícula 29.102; lote 11 com área de 456,40m² objeto da matrícula 29.103; lote 12 com área de 456,40m² objeto da matrícula 29.104; lote 13 com área de 364,00m² objeto da matrícula 29.105;

Art. 4º. Os imóveis a serem desafetados e afetados estão conforme mapa o qual fazem parte integrante deste projeto de lei.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Faxinal dos Guedes, SC, 27 de junho de 2018.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 137/2018

Publicação Nº 1667465

LEI COMPLEMENTAR Nº 137/2018.

“CRIA, E EXTINGUE CARGOS E HORÁRIOS, DE SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Câmara Municipal de Faxinal dos Guedes-SC, por meio de sua Mesa Diretora com fulcro no Inciso II do Art.38, Art.43, e inciso VII do Art.47, todos da Lei Orgânica Municipal, cumulado com Inciso IX do art.11 d RI, apresentou, votou, aprovou a seguinte Lei Complementar: Art. 1º Fica extinto no Quadro de Cargo Efetivo constante no anexo II – Analista de informática da Câmara Municipal de Faxinal dos Guedes/SC, constante na Lei Complementar 50/2006.

Art. 2º Fica criado cargo no Quadro de Provimento de Comissão anexo III de Assessor de Informática, cujas atribuições e remuneração será descrito no anexo III.

Art. 3º Essa Lei Complementar entra em vigor, ficando revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º As despesas decorrentes para o fiel cumprimento desta Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias do corrente exercício financeiro.

MARITÂNIA ANTÔNIA ROSA DA SILVA SANDI
PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Faxinal dos Guedes – SC, 09 de Maio de 2018.

Anexo III – da Lei Complementar n.050/2006
CARGOS COMISSIONADOS

DENOMINAÇÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	QUANTIDADE	FORMA REMUNERATÓRIA	VALOR (R\$)
Assessor Parlamentar	Assessoria Parlamentar	1	Remuneração	2.475,25
Assessor Legislativo	Assessoria Parlamentar	1	Remuneração	2.284,82
Assessor Imprensa	Assessoria Parlamentar	1	Remuneração	2.094,44
Assessor Informática	Assessoria Parlamentar	1	Remuneração	2.094,44

4.0

CARGO: Assessor Informática

Órgão - Departamento Assessoria Legislativa

DESCRIÇÃO: Internet, Áudio e Imagem

- Definir estratégias de valorização das ações dos vereadores e das vereadoras;
- Definir o planejamento do site juntamente com os demais setores da assessoria de comunicação;
- Definir a operacionalização dos sistemas de informações digitais para os públicos interno e externo, em parceria com o departamento de informática;
- Encaminhar pautas por correio eletrônico aos usuários cadastrados por meio do website;
- Propor, juntamente com os demais setores da assessoria de comunicação, novos serviços digitais aos internautas;
- Coordenar os serviços de transmissão de áudio e vídeo que tratam das atividades legislativas;
- Promover a atualização permanente, e sempre que solicitado, das informações dos vereadores no site da câmara;
- Coordenar e supervisionar o envio de informações para o sistema interlegis;
- Receber e dar encaminhamento às solicitações dos internautas por meio de correio eletrônico;
- Coordenar as atividades do sistema de som.
- Identificar as necessidades dos setores com relação à sistematização de processos de trabalho, e proceder à instalação, à manutenção e à modificação, quando necessário, dos sistemas.
- Elaborar e implantar o Plano Diretor de Informática com base nas diretrizes do Diretor Geral.
- Coordenar as atividades nas diferentes fases da análise do programa, nas definições e no detalhamento de soluções, na codificação dos problemas, nos testes de programas e eliminação de erros.
- Dirigir a execução, preparação, manutenção e/ou atualização de programas.
- Executar outras atividades correlatas às acima descritas, a critério do superior imediato.

REGIME DE TRABALHO: Estatutário

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Cargo Comissionado de Livre Nomeação e Exoneração

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Portador de Certificado de conclusão de ensino superior em informática.

LEI COMPLEMENTAR Nº 138/2018

Publicação Nº 1667468

LEI COMPLEMENTAR Nº 138 /2018.

AUTORIZA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, ATRAVÉS DO PROJETO "LAR LEGAL" E/OU ATRAVÉS DA LEI FEDERAL 13.465/2017 DAS OCUPAÇÕES INCIDENTES EM TERRAS DO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regularizar, mediante doação aos beneficiários, às áreas de terras abaixo especificadas, na hipótese de imóveis públicos ou submetidos à intervenção do Poder Público, através de regularização fundiária no âmbito do Programa Estadual de Regularização Fundiária - Projeto "Lar Legal", de conformidade com as orientações da Resolução CM nº 8, de 9 de junho de 2014, do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina ou da Lei 13.465/2017 e Decreto Federal de Regularização Fundiária 9.310/2018:

I – LOTEAMENTO DO BAIRRO JOÃO JOSÉ GEHLEN, localizado no Bairro João José Gehlen, matrículas 18.046 com área de 23.216,13m² e 15.948 com área de 14.883,87m². do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê/SC, confrontantes, conforme Mapa e Memorial apresentado em anexo e incluindo as áreas públicas que reverterão ao domínio público conforme mapa em anexo.

Art. 2º Fica, ainda, autorizado a conceder isenção do imposto sobre a transmissão "inter-vivos" de bens imóveis - ITBI, que tenha como fato gerador as operações de registro ou averbamento de imóveis provenientes de sentença judicial no âmbito do Projeto "Lar Legal", para os imóveis dos beneficiários que possuírem apenas um imóvel e que se enquadrem nesse programa.

Art. 3º Os Cartórios de Registro de Imóveis localizados neste município, serão informados da publicação desta Lei.

Art. 4º Ficam as áreas descritas no art. 1º, desafetadas na forma da Lei.

Art. 5º Fica autorizado ao Município, proceder aos registros de baixas no setor patrimonial e contábil.

Art. 6º Fica autorizado o Município a fazer as atualizações necessárias nos mapas e memoriais descritivos, para fins de regularização do mesmo, através dos instrumentos legais cabíveis.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, no que couber, serão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 09 de Maio de 2018.

MARITÂNIA ANTÔNIA ROSA DA SILVA SANDI

PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

LEI COMPLEMENTAR Nº 139/2018

Publicação Nº 1667470

LEI COMPLEMENTAR Nº. 139/2018

DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS PARA EMISSÃO DE ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO E HABITE-SE PARA EDIFICAÇÕES NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a emitir Alvará de Construção e Habite-se para edificações em meio rural do município de Faxinal dos Guedes de acordo com os critérios definidos nesta Lei Complementar.

Art. 2º Para a obtenção de Alvará de Construção e Habite-se em área rural o proprietário deverá apresentar ao Departamento de Engenharia os seguintes documentos:

Requerimento solicitando aprovação de projeto e/ou expedição de Habite-se;

Projeto Arquitetônico completo da edificação;

Cópia atualizada da matrícula do imóvel em nome do requerente;

Projeto Hidro-sanitário com detalhamento do destino do esgoto sanitário (sistema de fossa, filtro, sumidouro).

Anotação de Responsabilidade Técnica do Projeto e Execução, ou Laudo Técnico de Vistoria para casos de regularização;

Declaração do profissional responsável de que a Edificação não se encontra em área de APP;

Planta de Locação da edificação para a qual pretende obter o Alvará de Habite-se;

Plantas de Locação de todas as edificações existentes no entorno (galpões, depósitos, armazéns, aviários, pocilgas e similares) com todas as distâncias entre elas cotadas de forma clara e de fácil leitura; (Caso alguma das edificações existente na propriedade esteja próxima de qualquer tipo de curso d'água, nascentes, lagos ou açudes, a distância entre as edificações e estes cursos d'água também deverão estar devidamente cotados).

Art. 3º Para a emissão do Alvará de Construção e/ou de Regularização, e Habite-se, o departamento de engenharia da Prefeitura realizará vistoria na edificação para análise do que está sendo solicitado para a liberação da documentação.

§ 1º Qualquer edificação que não esteja em consonância com a Lei Federal 12.651 (Novo Código Florestal), apenas receberá os documentos solicitados através de Termo de Ajuste de Conduta. Em caso da existência do mesmo desconsidera-se o disposto.

§ 2º Caso o proprietário tenha necessidade de "Habite-se" de outras edificações existentes no imóvel, para cada uma delas deverão ser apresentados os documentos relacionados no art. 2º, ou um projeto único reunindo todas as edificações existentes e/ou à construir.

Art. 4º O Alvará de Construção e/ou de Regularização e o Habite-se somente serão expedidos após a comprovação dos pagamentos de todas as taxas e impostos devidas referentes à edificação em questão, além da apresentação de certidão negativa de tributos municipais relativa ao imóvel em que esteja locada a referida edificação.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 25 de Junho de 2018.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 60/2018

Publicação Nº 1667134

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 60/2018

Processo Licitatório nº. 1029/2018

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 21/2018

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 04/05/2018

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.958.284/0001-11, estabelecida na Rua Almirante Barroso, nº. 684, na cidade de São Miguel do Oeste - SC, neste ato representada pelo Sr. Cleyton R. Lazarotto, inscrito no CPF sob nº. 884.567.571-87 e Identidade nº. 5333421, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 1029/2018 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 21/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, pelo motivo da rescisão da Ata de Registro de Preços nº. 47/2018 e a empresa POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA – EPP esta como o segundo melhor preço, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	VALOR UNIT
2	4	UND	TV SMARTV DE NO MINIMO 55 POLEGADAS LED ULTRA HD 4K, UHD TV, COM COVERSOR DIGITAL, WI-FI INTEGRADO, COM NO MINIMO 3 ENTRADAS HDMI E 2 ENTRADAS USB, 220 VOLTS	Philips 55Pug6102/78	3.485,00

II - As quantidades descritas acima são a titulo estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III - Os Produtos deverão ser entregues em embalagem lacrada, original da Fabricante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 1029/2018.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - Todos os produtos deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

VII - Os produtos deverão ser entregues na parte da manhã das 07:30 ate 11:00 horas e na parte da tarde das 13:00 ate 16:30 horas de Segunda – Feira á Sexta – Feira. Os produtos entregues fora dos horários estipulados não serão aceito na hora da entrega.

VIII - Os itens relacionados acima, deverão ser entregues (carga, descarga, instalação/montagem e configuração) sem custo adicional a administração, no prazo Maximo de 10 dias contados a partir da emissão da Autorização de Compra, e sem nenhum defeito de fabricação, de boa qualidade e com garantia mínima de 03 meses contados data de entrega, exceto os equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos (itens 24, 25) que deverão ter garantia mínima de 12 meses.

IX - No caso do equipamento apresentar defeito ou problema de funcionamento durante o prazo de garantia, a empresa vencedora devera resolver o problema imediatamente ou disponibilizar outro equipamento similar para funcionamento pleno das atividades do Município em quanto o equipamento comprado estiver em concerto.

XI - Todo o material ou serviço que seja necessário para a instalação/montagem/configuração dos produtos descritos na clausula primeira,

é de responsabilidade da empresa vencedora, sem custo adicional ao Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretario de Administração – Leandro Neuhaus
Secretario da Educação – Valmir de Jesus Pinto
Secretaria da Saúde – Maristela Valer
Secretaria de Assistência Social – Sirlane Maria Palinski
Secretaria de Agricultura – Rudimar Jair Rott

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado ate o dia 15 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2018 e 2019.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto lícitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 28 dias do mês de junho de 2018.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER		CLEYTON R. LAZAROTTO
CPF: 503.319.819-04		CPF: 884.567.571-87
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 47/2018

Publicação Nº 1667042

TERMO DE RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 47/2018

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve RESCINDIR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em epígrafe, a qual foi firmada com a empresa ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 04.326.894/0001-65, estabelecida na Avenida Araucária, nº. 541, na cidade de Maravilha - SC, neste ato representada pelo Sr. Jacson Eichstaedt, inscrito no CPF sob nº. 011.090.619-51 e Identidade nº. 5657859, de acordo com as seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente termo visa rescindir a Ata de Registro de Preços de todos os itens constantes da Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº. 47/2018, do Processo Licitatório nº. 1029/2018 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 21/2018.

CLAUSULA SEGUNDA - DA MOTIVAÇÃO

2.2.1 – Descumprimento da Clausula Segunda, inciso VIII da Ata de Registro de Preços, referente ao atraso na entrega dos itens registrados:

“CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

VIII - Os itens relacionados acima, deverão ser entregues (carga, descarga, instalação/montagem e configuração) sem custo adicional a administração, no prazo Máximo de 10 dias contados a partir da emissão da Autorização de Compra, e sem nenhum defeito de fabricação, de boa qualidade e com garantia mínima de 03 meses contados data de entrega, exceto os equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos (itens 01, 02, 03, 04, 11, 13, 14, 15, 16, 23, 24, 25, 28, 49, e 51) que deverão ter garantia mínima de 12 meses.

O Município de Flor do Sertão encaminhou para empresa ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA – ME, por e-mail a Autorização de Compra nº. 1058/2018 no dia 05/06/2018, sendo que no mesmo dia o Município recebeu a confirmação de recebimento da Autorização de Compra por e-mail. Transcorrido o prazo Máximo para a entrega o representante da empresa solicitou no dia 18/06/2018 por e-mail a troca de marca, pelo motivo de que o produto solicitado não estava disponível junto ao fornecedor, com isso a Administração Municipal analisou o prospecto da marca solicitada para troca, onde constatou que a marca e modelo apresentados eram compatíveis com a marca cotada no dia do certame, com isso a administração decidiu aceitar a troca pelo fato da urgência e necessidade do produto.

No dia 19/06/2018 o Município encaminhou uma Notificação Extrajudicial comunicando o atraso na entrega e aceitando a troca de marca, concedendo até o dia 21/06/2018, para que a empresa entregasse o produto solicitado. Passado o último prazo de entrega estipulado pela administração municipal, onde a empresa não efetuou a entrega do produto, contrariando o contrato firmado, situação que não pode ser aceita pela Administração Municipal.

Levando em consideração que o representante da empresa foi

comunicado e não compareceu no Departamento de Compras e Licitações para assinar a presente a Ata de Registro de Preços.

A Prefeitura Municipal de Flor do Sertão resolve rescindir a Ata de Registro de Preço com a Empresa levando em conta o interesse público e a legalidade dos contratos administrativos.

CLAUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 – A presente rescisão está fundamentada na Clausula Nona, inciso I da Ata de Registro de Preços nº. 08/2018.

“CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito”.

O presente Termo entrará em vigor na data de sua assinatura.

O presente termo de RESCISÃO, será impresso em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Flor do Sertão (SC), aos 26 dias do mês de junho de 2018.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER
CPF: 503.319.819-04
Prefeito Municipal

DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

TERMO DE SUPRESSÃO Nº. 01/2018 - CONTRATO Nº. 35/2018

Publicação Nº 1667686

TERMO DE SUPRESSÃO Nº. 001

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 35/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado CAIBI EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.496.099/0001-27, com sede na Avenida Progresso, nº. 653, na cidade de Caibi - SC, neste ato representada pelo Sr. Fabio Luiz Silveira, inscrito no CPF sob o nº 678.555.399-72 e Cédula de Identidade nº. 2431110, doravante denominada CONTRATADA, resolvem suprimir o contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo de Supressão tem o objetivo de suprimir o valor de R\$ 7.420,63 do valor total contrato conforme planilhas em anexo referente ao processo Licitatório nº. 523/2018 na modalidade de Tomada de Preço nº. 03/2018 que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 27 dias do mês de junho de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	FABIO LUIZ SILVEIRA
CPF: 503.319.819-04	CPF: 678.555.399-72
CONTRATANTE	CONTRATADA

DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

TERMO DE SUPRESSÃO Nº. 02/2018 - CONTRATO Nº. 35/2018

Publicação Nº 1667687

TERMO ADITIVO Nº. 002

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 35/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado CAIBI EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.496.099/0001-27, com sede na Avenida Progresso, nº. 653, na cidade de Caibi - SC, neste ato representada pelo Sr. Fabio Luiz Silveira, inscrito no CPF sob o nº 678.555.399-72 e Cédula de Identidade nº. 2431110, doravante denominada CONTRATADA, resolvem aditar o contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo de Aditivo tem o objetivo de aditar o valor de R\$ 23.149,81 do valor total do contrato conforme planilhas em anexo referente ao processo Licitatório nº. 523/2018 na modalidade de Tomada de Preço nº. 03/2018 que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 27 dias do mês de junho de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	FABIO LUIZ SILVEIRA
CPF: 503.319.819-04	CPF: 678.555.399-72
CONTRATANTE	CONTRATADA

DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
--------------	-----------------

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 95/PMF/2018

Publicação Nº 1667382

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 95/PMF/2018

OBJETIVO: PERMISSÃO PÚBLICA ONEROSA, A PESSOA JURÍDICA, DE USO DE BENS PÚBLICOS PARA FINS COMERCIAIS, DESTINADOS A INSTALAÇÃO DE PRAÇA GASTRONÔMICA DA FESTA DO COLONO E MOTORISTA, QUE SERÁ REALIZADA DURANTE OS DIAS 27 À 29 DE JULHO DE 2018.

DATA DE ABERTURA: Dia 13 de julho de 2018 às 11:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 28 de junho de 2018.
ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

DECRETO Nº 119, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667374

DECRETO Nº 119, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

FICA REVOGADO O DECRETO Nº 111, DE 14 DE JUNHO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE O HORÁRIO EXCEPCIONAL DE EXPEDIENTE NOS ÓRGÃOS E NAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL NOS DIAS DOS JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I, XXII e XXIII do art. 51 da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista a realização dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 111, de 14 de junho de 2018, que dispõe sobre horário excepcional de expediente nos órgãos e nas entidades da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional nos dias dos jogos da seleção brasileira de futebol na copa do mundo de 2018.

Art. 2º Com a revogação do Decreto nº 111, de 14 de junho de 2018, todos os servidores, sem exceção, deverão cumprir o horário normal de expediente fixado para a sua repartição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e em especial o Decreto nº 111, de 14 de junho de 2018.

Forquilha/SC, 26 de junho de 2018.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 26 de junho de 2018.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração

DECRETO Nº. 118, DE 26 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1667407

DECRETO Nº. 118, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPORER CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE FORQUILHA – COMTURFOR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.313, de 26 de junho de 2018, combinado o art. 51, incisos I, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Turismo de Forquilha - COMTURFOR, os seguintes membros:

I - Representantes do Poder Público:

a) Representantes do Poder Executivo;

- Geovane Westrup;

- Isabela Nieheus dos Santos;

- Daniel Nascimento Jaeger;

- Silvana Goulart Padoin.

b) Representantes do Poder Legislativo:

- Maciel da Soler;

- Celio Alves Elias.

II – Representantes da Sociedade Civil:

a) Representantes da ACIF:

- Danny Cesar Warmling;

- Claudio Tiscoski.

b) Representante da CDL:

- Claver Donato Steiner.

c) Representante da CONAFOR:

- Jairo Luiz Vitali;

d) Representante da COOPERA:

- Rogerio Braz Feller.

e) Representante da Associação Rural:

- Adalto Spilere.

Art. 2º O exercício do cargo no Conselho Municipal de Turismo de Forquilha - COMTURFOR será considerado serviço público relevante sem ônus para o Município.

Art. 3º A vigência deste Decreto é de 02 (dois) anos, nos termos do § 2º art. 4º da Lei Municipal nº. 2.313, de 26 de junho de 2018.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 26 de junho de 2018.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 26 de junho de 2018.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO PMF 57/2018

Publicação Nº 1667403

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 57/2018
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – TECLINET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI ME.

OBJETO – Contratação de empresa especializada para aquisição de câmeras de monitoramento e demais equipamentos necessários, em parceria com a ACIF (Associação Comercial e Industrial de Forquilha) a fim de atender as necessidades do sistema de vide monitoramento do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 1.864,80 (um mil oitocentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA – 31/12/2018.

DOTAÇÃO – 0401.2010.4490 (37); 0401.2010.4490 (249).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 81/PMF/2018.

DATA DA ASSINATURA – 20 de junho de 2018.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 04 DO TERMO DE FOMENTO 03/2018

Publicação Nº 1667408

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 04 DO TERMO DE FOMETO 03/2018

REFERÊNCIA: Termo de Fomento Nº 03/2018.

OSC PROPONENTE: Associação Forquilhaense dos Grupos de Terceira Idade.

OBJETO: Alteração do Plano de Trabalho em seu plano mensal de aplicação de recursos.

VALOR: R\$ 161.421,20 (cento e sessenta e um reais, quatrocentos e vinte e um reais, vinte centavos)

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO
1 Fica alterado o Plano Mensal de Aplicação dos recursos no mês de junho, conforme abaixo:

- FGTS/INSS/PIS/IRRF: R\$ 2.510,90 (Dois mil, quinhentos e dez reais e noventa centavos);
- Material elétrico: R\$ 517,40 (quinhentos e dezessete reais e quarenta centavos).

2 Fica autorizado o reajuste de 2,5% no salário dos funcionários da entidade a partir de junho de 2018.

VIGENCIA: 31/12/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 38-0401.210 Fonte de recurso 3350 100

FUNDAMENTO LEGAL: Leis Federais 13.019/2014 e 13.204/2015, Decreto Municipal 199/2017.

DATA DA ASSINATURA: 28 de junho de 2018.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AP18FMS01

Publicação Nº 1667987

EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Contrato nº...: CT18FMS01
 Processo nº...: 23/2017
 Contratada...: LABORATÓRIO BIOCLÍNICO FLEMING LTDA – EPP.
 CNPJ/CPF.....: 76.874.858/0001-47
 Objeto do Apostilamento: REAJUSTE INPC
 Descrição...: REAJUSTE COM BASE NO INPC ACUMULADO DE 1,7620% NO PERÍODO DE REFRÊNCIA JUNHO DE 2017.

Fraiburgo, 27 de Junho de 2018.
 IDIONE FANTINEL

AP18PMF41

Publicação Nº 1667990

EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
 Contrato nº...: CT18PMF05
 Processo nº...: 04/2018
 Contratada...: SANTA TERESINHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
 CNPJ/CPF.....: 82.988.858/0003-32
 Objeto do Apostilamento: INCLUSÃO DE DOTAÇÃO.
 Descrição...: INCLUIR COMPLEMENTO DE DOTAÇÃO REFERENTE AO AUMENTO DA TARIFA DO TRANSPORTE PÚBLICO EM R\$ 0,10 CENTAVOS.

Fraiburgo, 27 de Junho de 2018.
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA

AVISO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0005-2018 DOM

Publicação Nº 1667991

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
 AVISO DE LICITAÇÃO
 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0005/2018 – PMF
 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0162/2018-PMF
 Objeto: Concorrência pública visando a concessão pelo período de 60 (sessenta) meses, da exploração do serviço de remoção, guarda e depósito de veículos apreendidos em decorrência de infração de trânsito neste Município de Fraiburgo-SC, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, e legislação correlata. Modalidade: Concorrência Pública; Tipo: MAIOR OFERTA. Protocolo dos Envelopes: Os Envelopes de “HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA DE PREÇOS”, deverão ser protocolados junto ao Departamento de Compras e Licitações, localizada na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC até as 14:00 horas do dia 01 de agosto de 2018 para abertura no mesmo dia às 14:15 horas. Credenciamento: até as 14:15 do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.
 Fraiburgo(SC), 28 de junho de 2018.
 Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0093_2018 RP 0069- PMF-DOM

Publicação Nº 1667994

Aviso do Pregão Presencial nº 0093/2018– PMF
 Registro De Preços 0069/2018
 MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
 Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futuras aquisições de grama sintética e instalação, com todos os materiais necessários, para serem instalados em parques infantis e também em outras áreas escolares da Secretaria Municipal de Educação, do município de Fraiburgo – SC. Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega/ Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 12.07.2018, deverão ser entregues junto ao setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.
 Fraiburgo (SC), 28 de junho de 2018.
 Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

Decreto nº 139 - 2018

Publicação Nº 1668285

DECRETO Nº 139, DE 28 DE JUNHO DE 2018.
 DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2392 de 06 de Dezembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo, para o exercício de 2018, no valor de até R\$ 40.200,00 (quarenta mil e duzentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

13.00 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
13.01 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
27.812.0034.2.074 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0800 (4)	R\$	40.200,00
TOTAL	R\$	40.200,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

13.00 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
13.01 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
27.812.0034.2.074 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0800 (3)	R\$	30.000,00
3.3.93.00.00 – Aplicações Diretas Decorrente de Operações Entre Órgãos – Recurso 0.1.0800 (5)	R\$	10.200,00
TOTAL	R\$	40.200,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 28 DE JUNHO DE 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

Decreto nº 140 - 2018

Publicação Nº 1668288

DECRETO Nº 140, DE 28 DE JUNHO DE 2018
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os Artigos 14 e 16 da Lei 2392 de 06 de Dezembro de 2017;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2018 no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), nas seguintes dotações:

04.00 – Secretaria de Administração, Planejamento e Inovação		
04.01 – Secretaria de Administração, Planejamento e Inovação		
04.122.0001.2.007 – Manutenção da Secretaria de Administração, Planejamento e inovação		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (30)	R\$	160.0000,00
		.
06.00 – Secretaria da Fazenda		
06.01 – Secretaria da Fazenda		
04.123.0003.2.011 – Manutenção da Secretaria da Fazenda		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200(36)	R\$	30.000,00
08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.302.0008.2.032 – Atenção de Média e Alta complexidade Ambulatorial e Hospitalar		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.1.0462(147)	R\$	590.000,00
09.00 – Secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade		
09.01 – Secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade		
26.782.0015.2.047 – Manutenção da Malha Rodoviária Municipal		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200(132)	R\$	70.000,00
10.00 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
15.451.0016.2.052 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200(146)	R\$	50.000,00
TOTAL	R\$	900.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41728011100 – Cota-Parte do ICMS	R\$	310.000,00
417180311200 - Transf. Recursos do SUS - Incremento ao MAC	R\$	590.000,00
TOTAL	R\$	900.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 28 DE JUNHO DE 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento e Inovação

Decreto nº 141 - 2018

Publicação Nº 1668293

DECRETO Nº 141, DE 28 DE JUNHO DE 2018.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os artigos 14 e 17 da Lei 2392 de 06 de Dezembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2018 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Secretaria de Educação		
12.306.0004.2.014 – Alimentação Escolar da Educação Infantil		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (326)	R\$	100.000,00
12.306.0004.2.017 – Alimentação Escolar do Ensino Fundamental e Integral		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (327)	R\$	150.000,00
TOTAL	R\$	250.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2017, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 28 DE JUNHO DE 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PAL 0049-2018 - GUMBOWSKY

Publicação Nº 1667995

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0049/2018 – PMF
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0021/2018
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0015/2018
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA O FORNECIMENTO DE PAVER E LAJOTAS DE CONCRETO, E SERVIÇO DE ASSENTAMENTO DE PISO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0036/2018 (AT18PMF36)

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.947.979/0001-74, NOTIFICA a empresa GUMBOWSKY ARMAÇÕES E DOBRA DE FERRO LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Linha Santa Catarina, s/nº, interior da cidade de Tangará/SC (89.642-000), inscrita no CNPJ sob o nº 21.285.605/0001-46, neste ato representada pelo sócio administrador, Sr. Adenilso Engel Gumbowsky, a tomar ciência acerca da Notificação constante dos autos do Processo Administrativo em epígrafe. O inteiro teor da Notificação foi encaminhado por correspondência eletrônica (e-mail). Será assegurada ainda, caso entenda necessário, a vista dos autos.

Eventual manifestação deve ser protocolada dentro do prazo estabelecido e em horário de expediente, no Protocolo junto ao Departamento de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município: Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, CEP 89.580-000, ou então remetida via postal com aviso de recebimento, mediante comprovação do seu envio com o código rastreador para o e-mail: contratos@fraiburgo.sc.gov.br.

Não serão consideradas manifestações através de fac-símile (FAX) ou e-mail. Caso a correspondência seja enviada fora do prazo acima estipulado, ela será considerada intempestiva.

Fraiburgo(SC), 28 de junho de 2018.
Sílvia Vargas Glaner
Fiscal de Contrato
Portaria 1312/2018

EDITAL INTIMAÇÃO_CONSELHO_2018_1

Publicação Nº 1667999

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SESSÃO DE JULGAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima as empresas e seus procuradores para a sessão de julgamento de recursos, a qual acontecerá na data de 17/07/2018 às 09:00 horas, no auditório da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, situado na Av. Rio das Antas, nº 185, Bairro Centro, na cidade de Fraiburgo/SC, a saber:

Processo Administrativo nº 3193/2014.
Recorrente: PORTAL DE FRAIBURGO LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3284/2014.
Recorrente: JANDIR LUCAS ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 2975/2014.
Recorrente: AD-ANÁLISES CLÍNICAS LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3066/2014.
Recorrente: CLÍNICA ODONTOLÓGICA REFERENCIADA CAMPINAS S/S ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3018/2014.
Recorrente: APOIO CAPACITAÇÃO LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3001/2014.
Recorrente: AMARILDO MENDES ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3027/2014.
Recorrente: AUTO MECÂNICA MOOLI LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3043/2014.
Recorrente: CAETANO E MARCON ADVOGADOS ASSOCIADOS.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3060/2014.
Recorrente: CLEI WIL COMÉRCIO DE CHAVES LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3063/2014.
Recorrente: CLÍNICA ODONTOLÓGICA ADRIANA/UGO LTDA – EIRELI.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3071/2014.
Recorrente: COLÉGIO POSIFRAI LTDA – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3097/2014.
Recorrente: S & B SERVIÇOS RADIOLÓGICOS LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3216/2014.
Recorrente: RAIMUNDO ADÃO SAVIAN ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3305/2014.
Recorrente: TYNO FOTOGRAFIAS LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3192/2014.
Recorrente: DN FADANI COMÉRCIO DE COSMÉTICOS E SALÃO DE BELEZA LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3207/2014.
Recorrente: PROJEAGREEN TREINAMENTOS LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3182/2014.
Recorrente: PLANTARE AGROCONSULTORIA LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3072/2014.
Recorrente: COMAQ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3050/2014.
Recorrente: CASA NOVA CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3005/2014.
Recorrente: ANA CARLA CIPRIANI ME.

Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 2984/2014.
Recorrente: ADILSON DE SOUZA SERVIÇOS EIRELI.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3310/2014.
Recorrente: VALDEMAR FURTADO – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3296/2014.
Recorrente: PADRÃO REPRESENTAÇÕES E IMÓVEIS LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3265/2014.
Recorrente: ACC LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3256/2014.
Recorrente: GOMES & GOLIN ADVOGADOS ASSOCIADOS.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3255/2014.
Recorrente: GLAUCO R. R. MOTA E CIA LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3230/2014.
Recorrente: SOARMED ENGENHARIA E SAÚDE OCUPACIONAL LTDA – S/S – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3224/2014.
Recorrente: SIRLEI OLIVEIRA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3422/2014.
Recorrente: WILMA DOS ANJOS SCALABRIN – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3350/2014.
Recorrente: VANDERLEI ELIAS FURTADO ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3344/2014.
Recorrente: SEBASTIÃO GONÇALVES – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3319/2014.
Recorrente: VALMOR FURTADO ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3127/2014.
Recorrente: JUNG MONTAGENS E EQUIPAMENTOS LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3104/2014.
Recorrente: CRC CASTELO REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3106/2014.
Recorrente: C.R.G. TRANSPORTES EIRELI – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3111/2014.
Recorrente: ASTECA - ASSESSORIA TECNICA AGRICOLA LORENZONI EIRELI – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3126/2014.
Recorrente: RENOVA VEÍCULOS CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3160/2014.
Recorrente: SERVIÇOS MÉDICOS KURITA EIRELI – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3177/2014.
Recorrente: IMOBILIÁRIA SUELLEN LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3183/2014.
Recorrente: DELLATORRE, TRAESEL & CIA LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3184/2014.
Recorrente: PLIN LAVAÇÃO AUTOMOTIVA LTDA – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3186/2014.
Recorrente: POLENTA AUTO CENTER EIRELI – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3243/2014.
Recorrente: TERRASOLO TERRAPLANAGEM TRANSPORTES E COMÉRCIO EIRELI ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3247/2014.
Recorrente: T.A.G.A TRANSPORTES - LTDA – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3251/2014.
Recorrente: TRANS NZ TRANSPORTES EIRELI – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3276/2014.
Recorrente: IVANI CANDIDO DA SILVA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3294/2014.
Recorrente: JJC SERVIÇOS LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3297/2014.
Recorrente: VIP-CAR ELETRONICO LTDA.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3301/2014.
Recorrente: VIVIANE APARECIDA VICENTE E CIA LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3330/2014.
Recorrente: WEBER COMÉRCIO DE MOTORES ELÉTRICOS LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3339/2014.
Recorrente: JR MACHADO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3203/2014.
Recorrente: PRESTADORA SERVIÇOS JAV LTDA – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3021/2014.
Recorrente: ARTEFRAY ARTESANATO LTDA ME.

Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3038/2014.
Recorrente: BORRACHARIA MARCONDES LTDA ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3119/2014.
Recorrente: COMERCIAL DE MOTOSSERRAS FRAIBURGO LTDA – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3137/2014.
Recorrente: ELPIDIO MOTTA ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3149/2014.
Recorrente: FERRELLES - PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. - EPP.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3153/2014.
Recorrente: SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE VEÍCULOS GAJAO LTDA – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3154/2014.
Recorrente: SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS PORTAL LTDA – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3156/2014.
Recorrente: SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MAQUINAS TELI LTDA.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3158/2014.
Recorrente: SERVICOS ELÉTRICOS VALDIR LTDA ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3317/2014.
Recorrente: VALERIO CHEROBIN ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3199/2014.
Recorrente: PRÉ-MOLDADOS FRAIBURGUENSE LTDA ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3217/2014.
Recorrente: EDEMILSON FATTORI ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3322/2014.
Recorrente: VOLPATO COBRANCAS LTDA – EPP.
Procurador: ADENILSON NEGRETE.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3290/2014.
Recorrente: VICTORIA TRANSPORTES LTDA – EPP.
Procurador: ADENILSON NEGRETE.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3022/2014.
Recorrente: ATENAS COMÉRCIO ATACADISTA DE BOMBAS E COM-PRESSORES EIRELI – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3026/2014.
Recorrente: AUTO ELÉTRICA THOMAZONI LTDA ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3172/2014.

Recorrente: SIMONE POSANSKE SARTOREL ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3430/2014.
Recorrente: SARTOREL SOM AUTOMOTIVO LTDA – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3434/2014.
Recorrente: SMART INFORMÁTICA LTDA – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3025/2014.
Recorrente: AUTO ELÉTRICA ANEAUTO LTDA – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3345/2014.
Recorrente: SERGIO LUIZ VICENTE – ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3327/2014.
Recorrente: JOMIN DECORAÇÕES LTDA – ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3318/2014.
Recorrente: GIOVANA CORTINAS EIRELI – ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3164/2014.
Recorrente: FREITAS FRETES E MUDANÇAS LTDA – ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3151/2014.
Recorrente: FLAVIO MARTINS ADVOGADOS ASSOCIADOS.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3144/2014.
Recorrente: FABIANO MARTINELLO & CIA LTDA – ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3114/2014.
Recorrente: PAULO CAMPAGNARO ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3113/2014.
Recorrente: BOGO & SOLIGO ADVOGADOS ASSOCIADOS.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3110/2014.
Recorrente: ASSOCIAÇÃO VITAL FRAIBURGO DE KARATE.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3047/2014.
Recorrente: JANETE RIBEIRO MARQUES & CIA.LTDA. ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3044/2014.
Recorrente: CALIXTO MAINARDES SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPI-TALARES EIRELI – ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3036/2014.
Recorrente: BLV EMPREENDIMENTOS LTDA.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 2985/214.
Recorrente: ADILSON RIBEIRO & CIA LTDA ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 2991/2014.
Recorrente: AGROPECUÁRIA COMINETTI LTDA – ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3004/2014.
Recorrente: AMILTON PEREIRA DE MATOS – ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 2992/2014.
Recorrente: ÁGUA DOCE REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA – ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3019/2014.
Recorrente: ARGEMIRO SOUZA & CIA LTDA ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3008/2014.
Recorrente: ANDRE FULMANN – ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3397/2014.
Recorrente: MECÂNICA ESJ LTDA – ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3377/2014.
Recorrente: LOTÉRICA MEDEIROS LTDA ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3213/2014.
Recorrente: ECOVERDE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3214/2014.
Recorrente: RAFAMED REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA – ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3341/2014.
Recorrente: OSNI DE OLIVEIRA ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3070/2014.
Recorrente: CLOVIS ANTUNES RIBEIRO & CIA LTDA.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3253/2014.
Recorrente: BERNARD BONETTI – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3419/2014.
Recorrente: ORELIO L. BEAL & CIA LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3354/2014.
Recorrente: LAS VEGAS LANCHES LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3347/2014.
Recorrente: AGROCOMERCIAL VALE DO SARON LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3159/2014.
Recorrente: FRANCISCO LOURENCO DA SILVA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3198/2014.
Recorrente: POZZER E CIA LTDA ME.

Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3370/2014.
Recorrente: M. INNOVARE AMBIENTES LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3115/2014.
Recorrente: CLINICA MEDICA DRA. CLEIDIMAR COSTENARO BRANDES S/S – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3311/2014.
Recorrente: VALDEMAR FURTADO & CIA LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3205/2014.
Recorrente: PROJEAGREEN COMÉRCIO DE ADUBOS LTDA – EPP.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3218/2014.
Recorrente: ESQUADRIAS SANTA MONICA EIRELI – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3246/2014.
Recorrente: TRANSCASALI – CORTE DE MADEIRA LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3270/2014.
Recorrente: INSTITUTO EDUCACIONAL PARTHENON LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3307/2014.
Recorrente: PAULO FILM 'S SOM E ACESSÓRIOS LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3248/2014.
Recorrente: TRANSCOELHO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 2994/2014.
Recorrente: ALAERCIO TRANSPORTES EIRELI – ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 2976/2014.
Recorrente: ADEGA COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3157/2014.
Recorrente: FRAISOL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI – ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3163/2014.
Recorrente: SG COMÉRCIO DE FRUTAS EIRELI – EPP.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3171/2014.
Recorrente: FUNILARIA AVENIDA EIRELI ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3210/2014.
Recorrente: ECOVERDE AMBIENTAL LTDA. - EPP.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3208/2014.
Recorrente: CRYSTAL PRESENTES EIRELI – ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3223/2014.
Recorrente: G.A.J. TOP - SERVIÇOS TOPOGRAFICOS EIRELI – ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3225/2014.
Recorrente: SÓ DA TERRA CEREAIS LTDA – EPP.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3234/2014.
Recorrente: STUDIO 3 VISUAL ART FILMES LTDA – ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3239/2014.
Recorrente: TARCISIO ANTONIO ETGES ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3252/2014.
Recorrente: GILBERTO BECKER E CIA LTDA – ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3258/2014.
Recorrente: GUILHERME CELLARIUS EIRELI – ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3273/2014.
Recorrente: IRMAOS PRIGULI LTDA ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3291/2014.
Recorrente: JBRE TRANSPORTES LTDA – ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3298/2014.
Recorrente: JM ESTOFARIA LTDA ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3428/2014.
Recorrente: ODONTOFRAI SERVICOS LTDA.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3415/2014.
Recorrente: N. B. M. FABRICAÇÃO DE MÓVEIS EIRELI.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3413/2014.
Recorrente: MYCONST ESQUADRIAS EIRELI – EPP.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3412/2014.
Recorrente: MOTOR 3 VEICULOS EIRELI – ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 2066/2015.
Recorrente: VIVIANE MAXIMIANO – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3288/2014.
Recorrente: VB TRANSPORTES LTDA EPP.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3387/2014.
Recorrente: MARCIA APARECIDA MATHIAS – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3390/2014.
Recorrente: MARILENE BERNADETE CORDEIRO DANA – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3417/2014.

Recorrente: NATALIA RIBEIRO FIGUEIREDO & CIA LTDA ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3219/2014.
Recorrente: EDEZIO MOREIRA DOS SANTOS & CIA LTDA – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3249/2014.
Recorrente: TIAGO RODRIGUES DE MORAES – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3254/2014.
Recorrente: GIVANILDO DOS SANTOS & CIA LTDA. - ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3280/2014.
Recorrente: J.E.J. TRANSPORTES LTDA. - ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3282/2014.
Recorrente: TRANSGIVAN TRANSPORTES LTDA – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3309/2014.
Recorrente: JOAO ANTONIO PIROLA – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3312/2014.
Recorrente: JOAO GUILHERME MATHIAS – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 2987/2014.
Recorrente: AGA-TE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL LT-DA-ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 2988/2014.
Recorrente: AGRO MATHIAS LTDA – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3002/2014.
Recorrente: AMBIENTAL CASA VERDE LTDA ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3011/2014.
Recorrente: ANGELO LUIZ DA SILVA & CIA LTDA ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3055/2014.
Recorrente: CENTRO DE TREINAMENTO FUTSAL FRAIBURGO – CETREFF.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3059/2014.
Recorrente: CLAVE DE SOL ARTE E MUSICA LTDA ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3068/2014.
Recorrente: CLINIDENT SERVICOS ODONTOLOGICOS S/S – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3076/2014.
Recorrente: COMERCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3426/2014.
Recorrente: EMPREITEIRA ARAUCARIA LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3315/2014.
Recorrente: VALDIR DIDOMENICO – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3034/2014.
Recorrente: BIANCHI & KURITA SERVICOS LTDA. - ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3287/2014.
Recorrente: FOTO MALDANER EIRELI – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3244/2014.
Recorrente: THOMAS BIERHALS ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3233/2014.
Recorrente: SP TREINAMENTOS LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3165/2014.
Recorrente: SILMOC TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3089/2014.
Recorrente: RM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARNES LTDA.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3191/2014.
Recorrente: PONTES % VIDIGAL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3179/2014.
Recorrente: PLACIDO FRANCISCO CESCO – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3406/2014.
Recorrente: MK PECAS E EQUIPAMENTOS EIRELI - ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3376/2014.
Recorrente: MADEIREIRA MATHIAS LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3340/2014.
Recorrente: JURANDIR JOSE WISCHNESKI – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3262/2014.
Recorrente: HOTEL E RESTAURANTE SCALABRIN LTDA.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3259/2014.
Recorrente: HENRI SIRO EVRARD AGENTE AUTÔNOMO DE INVESTIMENTOS.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3148/2014.
Recorrente: FERDEC COMERCIO DE FRUTAS LTDA.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3221/2014.
Recorrente: EDGAR RAMOS RIEG – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3087/2014.
Recorrente: CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO DR. FRANZ SHIMOYA LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3057/2014.
Recorrente: CLAUDIO CASTURINO – 04600942973.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3051/2014.
Recorrente: CICERO MACHADO RAMOS ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3056/2014.
Recorrente: CESCO CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3211/2014.
Recorrente: QUATRO REPRESENTAÇÃO COMERCIALEINCORPORADORA LTDA.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3403/2014.
Recorrente: MELOTTO AUTO CENTER LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3402/2014.
Recorrente: MEIRELES LAVAÇÃO EIRELI – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3401/2014.
Recorrente: MECÂNICA JUNIOR AUTO DIESEL EIRELI ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3400/2014.
Recorrente: MECÂNICA INDUSTRIAL XANDE LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3399/2014.
Recorrente: MECÂNICA INDUSTRIAL SCHALY LTDA EPP.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3398/2014.
Recorrente: MECÂNICA EVANDRO AUTO CAR EIRELI – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3394/2014.
Recorrente: MASTEL TRANSPORTES LTDA – EPP.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3386/2014.
Recorrente: MARCENARIA FRAIBURGO LTDA – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3384/2014.
Recorrente: MAQUIFRAI INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA EPP.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3380/2014.
Recorrente: LUCIO AUTOMOVEIS EIRELI – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3378/2014.
Recorrente: LUCIO AUTOMOVEIS EIRELI.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3364/2014.
Recorrente: LUIZ HENRIQUE GRANEMANN RIBEIRO EIRELI ME – FILIAL.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3360/2014.
Recorrente: LUIZ HENRIQUE GRANEMANN RIBEIRO EIRELI ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3359/2014.
Recorrente: LIDER AMBIENTAL LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3351/2014.
Recorrente: LABORATÓRIO NUTRI REAL LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3349/2014.
Recorrente: LABORATÓRIO DE MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS APÍ-
COLAS LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3328/2014.
Recorrente: WE MOTOS EIRELI – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3321/2014.
Recorrente: JOÃO VEIGA MECÂNICA GERAL LTDA – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3304/2014.
Recorrente: JO FLORICULTURA LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3086/2014.
Recorrente: OXFORD VEICULOS EIRELI – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3035/2014.
Recorrente: BISA DECORAÇÕES EIRELI – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3030/2014.
Recorrente: BELA VISTA – COMÉRCIO DE ALIMENTOS E TRANS-
PORTES LTDA.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3028/2014.
Recorrente: AUTO POSTO JJ EIRELI – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3024/2014.
Recorrente: AUTO CAR SOM AUTOMOTIVO EIRELI ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3082/2014.
Recorrente: OSCAR PADILHA DOS SANTOS E CIA LTDA EPP.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3084/2014.
Recorrente: CONSTRUTORA E INCORPORADORA CAETANO EIRELI
– ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3431/2014.
Recorrente: OFICINA MECÂNICA CELTON LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3152/2014.
Recorrente: SERRARIA RIO VERDE LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3286/2014.
Recorrente: TRANSPORTES CLASSE LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3222/2014.
Recorrente: RELIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA

– ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3236/2014.
Recorrente: SUL TRANSPORTES, SERVIÇOS E TERRAPLENAGEM
LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3101/2014.
Recorrente: SANCHES COMÉRCIO DE FRUTAS E TRANSPORTES
LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3414/2014.
Recorrente: N C GATTI REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3407/2014.
Recorrente: MMB COMÉRCIO E ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA
ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3416/2014.
Recorrente: N.S IMÓVEIS LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3346/2014.
Recorrente: SERGIO MURILO GONÇALVES DA SILVA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3371/2014.
Recorrente: LOCADORA TIRADENTES LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3342/2014.
Recorrente: KATHLEN LUIZA DOS SANTOS ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3278/2014.
Recorrente: J. SOARES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3279/2014.
Recorrente: J.A COMERCIO DE CONFECÇÕES E SERVIÇOS DE ES-
TÉTICA LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3169/2014.
Recorrente: FRUTÍCOLA SANCHES LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3195/2014.
Recorrente: DUCONT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3204/2014.
Recorrente: DUCONT CONTADORES ASSOCIADOS S/S LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3108/2014.
Recorrente: PACK MAN REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3421/2014.
Recorrente: IMS SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3130/2014.
Recorrente: EDILBERTO PEDRO CANEI – ME.

Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3107/2014.
Recorrente: CONSULTÓRIO VETERINÁRIO TORTATO LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3374/2014.
Recorrente: LOJA SERENA LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3382/2014.
Recorrente: MAKE UNIFORMES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO VESTUÁRIO EIRELI – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3393/2014.
Recorrente: MARTINS COMÉRCIO DE CORTINAS E PERSIANAS LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3409/2014.
Recorrente: MONTAGENS DE CABINES AJ LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3289/2014.
Recorrente: JANIR FADANI ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3197/2014.
Recorrente: IRI'S FOMENTO MERCANTIL LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3040/2014.
Recorrente: BRANDT & CIA LTDA – EPP.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3067/2014.
Recorrente: CLÍNICA VETERINÁRIA BICHO DA MAÇÃ LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3041/2014.
Recorrente: BRANDT FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO E DROGARIA LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3385/2014.
Recorrente: MARA ANGELA MOREIRA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3196/2014.
Recorrente: POSTO DE LAVAÇÃO SÃO MIGUEL LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3080/2014.
Recorrente: ORTOPHISYS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E ESTÉTICA SC LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3090/2014.
Recorrente: RM VOLLE COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3099/2014.
Recorrente: SALVIO SINEVAN DE SOUZA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3010/2014.
Recorrente: ANDREA DE ANDRADE FADANI – ME
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3250/2014.
Recorrente: GIDE TRANSPORTES LTDA.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3362/2014.
Recorrente: LINDAMIR BELLOZUPKO - ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3235/2014.
Recorrente: STUDIO ML12 SERVIÇOS DE ARQUITETURA LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3300/2014.
Recorrente: JM PINTURA JATEAMENTO E LOCAÇÃO DE MUNCK LTDA – ME
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3343/2014.
Recorrente: RECARTUCHO SERVIÇOS LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3187/2014.
Recorrente: DIRLENE DA COSTA DE OLIVEIRA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3185/2014.
Recorrente: DILCEU PETRY - ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3175/2014.
Recorrente: DEBORA PRESCILA RIBEIRO – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3048/2014.
Recorrente: CARLOS EDUARDO SAVIAN – EPP.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3332/2014.
Recorrente: ZANITUR TURISMO LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3146/2014
Recorrente: FÁBRICA DE MÓVEIS REGALIN LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3147/2014.
Recorrente: FÁBRICA DE MÓVEIS REGALIN LTDA FILIAL.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3209/2014
Recorrente: QUALITA ODONTOLOGIA LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3065/2014.
Recorrente: CLINICA ODONTOFISIO SERVIÇOS DA SAÚDE LTDA
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

JOÃO CARLOS PADILHA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL INTIMAÇÃO_CONSELHO_2018_2

Publicação Nº 1668000

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SESSÃO DE JULGAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima as empresas e seus procuradores para a sessão de julgamento de recursos, a qual acontecerá na data de 17/07/2018 às 10:00 horas, no auditório da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, situado na Av. Rio das Antas, nº 185, Bairro Centro, na cidade de Fraiburgo/SC, a saber:

Processo Administrativo nº 3193/2014.
Recorrente: PORTAL DE FRAIBURGO LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3284/2014.
Recorrente: JANDIR LUCAS ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 2975/2014.
Recorrente: AD-ANÁLISES CLÍNICAS LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3066/2014.
Recorrente: CLÍNICA ODONTOLÓGICA REFERENCIADA CAMPINAS S/S ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3018/2014.
Recorrente: APOIO CAPACITAÇÃO LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3001/2014.
Recorrente: AMARILDO MENDES ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3027/2014.
Recorrente: AUTO MECÂNICA MOOLI LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3043/2014.
Recorrente: CAETANO E MARCON ADVOGADOS ASSOCIADOS.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3060/2014.
Recorrente: CLEI WIL COMÉRCIO DE CHAVES LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3063/2014.
Recorrente: CLÍNICA ODONTOLÓGICA ADRIANA/UGO LTDA – EIRELI.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3071/2014.
Recorrente: COLÉGIO POSIFRAI LTDA – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3097/2014.
Recorrente: S & B SERVIÇOS RADIOLÓGICOS LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3216/2014.
Recorrente: RAIMUNDO ADÃO SAVIAN ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3305/2014.

Recorrente: TYNO FOTOGRAFIAS LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3192/2014.
Recorrente: DN FADANI COMÉRCIO DE COSMÉTICOS E SALÃO DE BELEZA LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3207/2014.
Recorrente: PROJEAGREEN TREINAMENTOS LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3182/2014.
Recorrente: PLANTARE AGROCONSULTORIA LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3072/2014.
Recorrente: COMAQ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3050/2014.
Recorrente: CASA NOVA CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3005/2014.
Recorrente: ANA CARLA CIPRIANI ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 2984/2014.
Recorrente: ADILSON DE SOUZA SERVIÇOS EIRELI.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3310/2014.
Recorrente: VALDEMAR FURTADO – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3296/2014.
Recorrente: PADRÃO REPRESENTAÇÕES E IMÓVEIS LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3265/2014.
Recorrente: ACC LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3256/2014.
Recorrente: GOMES & GOLIN ADVOGADOS ASSOCIADOS.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3255/2014.
Recorrente: GLAUCO R. R. MOTA E CIA LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3230/2014.
Recorrente: SOARMED ENGENHARIA E SAÚDE OCUPACIONAL LTDA – S/S – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3224/2014.
Recorrente: SIRLEI OLIVEIRA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3422/2014.
Recorrente: WILMA DOS ANJOS SCALABRIN – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3350/2014.
Recorrente: VANDERLEI ELIAS FURTADO ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3344/2014.
Recorrente: SEBASTIÃO GONÇALVES – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3319/2014.
Recorrente: VALMOR FURTADO ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3127/2014.
Recorrente: JUNG MONTAGENS E EQUIPAMENTOS LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3104/2014.
Recorrente: CRC CASTELO REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3106/2014.
Recorrente: C.R.G. TRANSPORTES EIRELI – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3111/2014.
Recorrente: ASTECA - ASSESSORIA TECNICA AGRICOLA LORENZ-
ZONI EIRELI – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3126/2014.
Recorrente: RENOVA VEÍCULOS CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA –
ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3160/2014.
Recorrente: SERVIÇOS MÉDICOS KURITA EIRELI – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3177/2014.
Recorrente: IMOBILIÁRIA SUELLEN LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3183/2014.
Recorrente: DELLATORRE, TRAESEL & CIA LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3184/2014.
Recorrente: PLIN LAVAÇÃO AUTOMOTIVA LTDA – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3186/2014.
Recorrente: POLENTA AUTO CENTER EIRELI – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3243/2014.
Recorrente: TERRASOLO TERRAPLANAGEM TRANSPORTES E CO-
MÉRCIO EIRELI ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3247/2014.
Recorrente: T.A.G.A TRANSPORTES - LTDA – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3251/2014.
Recorrente: TRANS NZ TRANSPORTES EIRELI – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3276/2014.
Recorrente: IVANI CANDIDO DA SILVA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3294/2014.
Recorrente: JJC SERVIÇOS LTDA ME.

Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3297/2014.
Recorrente: VIP-CAR ELETRONICO LTDA.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3301/2014.
Recorrente: VIVIANE APARECIDA VICENTE E CIA LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3330/2014.
Recorrente: WEBER COMÉRCIO DE MOTORES ELÉTRICOS LTDA
ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3339/2014.
Recorrente: JR MACHADO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3203/2014.
Recorrente: PRESTADORA SERVIÇOS JAV LTDA – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3021/2014.
Recorrente: ARTEFRAY ARTESANATO LTDA ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3038/2014.
Recorrente: BORRACHARIA MARCONDES LTDA ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3119/2014.
Recorrente: COMERCIAL DE MOTOSERRAS FRAIBURGO LTDA –
ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3137/2014.
Recorrente: ELPIDIO MOTTA ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3149/2014.
Recorrente: FERRELLES - PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. - EPP.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3153/2014.
Recorrente: SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE VEÍCULOS GAJAO LTDA
– ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3154/2014.
Recorrente: SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS PORTAL LTDA
– ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3156/2014.
Recorrente: SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MAQUINAS TELI LTDA.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3158/2014.
Recorrente: SERVICOS ELÉTRICOS VALDIR LTDA ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3317/2014.
Recorrente: VALERIO CHEROBIN ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3199/2014.
Recorrente: PRÉ-MOLDADOS FRAIBURGUENSE LTDA ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3217/2014.
Recorrente: EDEMILSON FATTORI ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3322/2014.
Recorrente: VOLPATO COBRANCAS LTDA – EPP.
Procurador: ADENILSON NEGRETE.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3290/2014.
Recorrente: VICTORIA TRANSPORTES LTDA – EPP.
Procurador: ADENILSON NEGRETE.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3022/2014.
Recorrente: ATENAS COMÉRCIO ATACADISTA DE BOMBAS E COM-
PRESSORES EIRELI – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3026/2014.
Recorrente: AUTO ELÉTRICA THOMAZONI LTDA ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3172/2014.
Recorrente: SIMONE POSANSKE SARTOREL ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3430/2014.
Recorrente: SARTOREL SOM AUTOMOTIVO LTDA – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3434/2014.
Recorrente: SMART INFORMÁTICA LTDA – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3025/2014.
Recorrente: AUTO ELÉTRICA ANEAUTO LTDA – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3345/2014.
Recorrente: SERGIO LUIZ VICENTE – ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3327/2014.
Recorrente: JOMIN DECORAÇÕES LTDA – ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3318/2014.
Recorrente: GIOVANA CORTINAS EIRELI – ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3164/2014.
Recorrente: FREITAS FRETES E MUDANÇAS LTDA – ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3151/2014.
Recorrente: FLAVIO MARTINS ADVOGADOS ASSOCIADOS.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3144/2014.
Recorrente: FABIANO MARTINELLO & CIA LTDA – ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3114/2014.
Recorrente: PAULO CAMPAGNARO ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3113/2014.
Recorrente: BOGO & SOLIGO ADVOGADOS ASSOCIADOS.

Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3110/2014.
Recorrente: ASSOCIAÇÃO VITAL FRAIBURGO DE KARATE.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3047/2014.
Recorrente: JANETE RIBEIRO MARQUES & CIA.LTDA. ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3044/2014.
Recorrente: CALIXTO MAINARDES SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPI-
TALARES EIRELI – ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3036/2014.
Recorrente: BLV EMPREENDIMENTOS LTDA.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 2985/214.
Recorrente: ADILSON RIBEIRO & CIA LTDA ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 2991/2014.
Recorrente: AGROPECUÁRIA COMINETTI LTDA – ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3004/2014.
Recorrente: AMILTON PEREIRA DE MATOS – ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 2992/2014.
Recorrente: ÁGUA DOCE REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA –
ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3019/2014.
Recorrente: ARGEMIRO SOUZA & CIA LTDA ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3008/2014.
Recorrente: ANDRE FULMANN – ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3397/2014.
Recorrente: MECÂNICA ESJ LTDA – ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3377/2014.
Recorrente: LOTÉRICA MEDEIROS LTDA ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3213/2014.
Recorrente: ECOVERDE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA –
ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3214/2014.
Recorrente: RAFAMED REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA – ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3341/2014.
Recorrente: OSNI DE OLIVEIRA ME.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3070/2014.
Recorrente: CLOVIS ANTUNES RIBEIRO & CIA LTDA.
Relator: LUCAS DALAGNOLI.

Processo Administrativo nº 3253/2014.
Recorrente: BERNARD BONETTI – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3419/2014.
Recorrente: ORELIO L. BEAL & CIA LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3354/2014.
Recorrente: LAS VEGAS LANCHES LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3347/2014.
Recorrente: AGROCOMERCIAL VALE DO SARON LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3159/2014.
Recorrente: FRANCISCO LOURENÇO DA SILVA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3198/2014.
Recorrente: POZZER E CIA LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3370/2014.
Recorrente: M. INNOVARE AMBIENTES LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3115/2014.
Recorrente: CLINICA MEDICA DRA. CLEIDIMAR COSTENARO
BRANDES S/S – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3311/2014.
Recorrente: VALDEMAR FURTADO & CIA LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3205/2014.
Recorrente: PROJEAGREEN COMÉRCIO DE ADUBOS LTDA – EPP.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3218/2014.
Recorrente: ESQUADRIAS SANTA MONICA EIRELI – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3246/2014.
Recorrente: TRANSCASALI – CORTE DE MADEIRA LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3270/2014.
Recorrente: INSTITUTO EDUCACIONAL PARTHENON LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3307/2014.
Recorrente: PAULO FILM 'S SOM E ACESSÓRIOS LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3248/2014.
Recorrente: TRANSCOELHO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO
LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 2994/2014.
Recorrente: ALAERCIO TRANSPORTES EIRELI – ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 2976/2014.
Recorrente: ADEGA COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3157/2014.
Recorrente: FRAISOL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI –
ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3163/2014.
Recorrente: SG COMÉRCIO DE FRUTAS EIRELI – EPP.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3171/2014.
Recorrente: FUNILARIA AVENIDA EIRELI ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3210/2014.
Recorrente: ECOVERDE AMBIENTAL LTDA. - EPP.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3208/2014.
Recorrente: CRYSTAL PRESENTES EIRELI – ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3223/2014.
Recorrente: G.A.J. TOP - SERVIÇOS TOPOGRAFICOS EIRELI – ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3225/2014.
Recorrente: SÓ DA TERRA CEREAIS LTDA – EPP.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3234/2014.
Recorrente: STUDIO 3 VISUAL ART FILMES LTDA – ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3239/2014.
Recorrente: TARCISIO ANTONIO ETGES ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3252/2014.
Recorrente: GILBERTO BECKER E CIA LTDA – ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3258/2014.
Recorrente: GUILHERME CELLARIUS EIRELI – ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3273/2014.
Recorrente: IRMAOS PRIGULI LTDA ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3291/2014.
Recorrente: JBRE TRANSPORTES LTDA – ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3298/2014.
Recorrente: JM ESTOFARIA LTDA ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3428/2014.
Recorrente: ODONTOFRAI SERVICOS LTDA.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3415/2014.
Recorrente: N. B. M. FABRICAÇÃO DE MÓVEIS EIRELI.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3413/2014.
Recorrente: MYCONST ESQUADRIAS EIRELI – EPP.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 3412/2014.
Recorrente: MOTOR 3 VEICULOS EIRELI – ME.
Relator: ISMAEL CONTE.

Processo Administrativo nº 2066/2015.
Recorrente: VIVIANE MAXIMIANO – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3288/2014.
Recorrente: VB TRANSPORTES LTDA EPP.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3387/2014.
Recorrente: MARCIA APARECIDA MATHIAS – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3390/2014.
Recorrente: MARILENE BERNADETE CORDEIRO DANA – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3417/2014.
Recorrente: NATALIA RIBEIRO FIGUEIREDO & CIA LTDA ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3219/2014.
Recorrente: EDEZIO MOREIRA DOS SANTOS & CIA LTDA – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3249/2014.
Recorrente: TIAGO RODRIGUES DE MORAES – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3254/2014.
Recorrente: GIVANILDO DOS SANTOS & CIA LTDA. - ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3280/2014.
Recorrente: J.E.J. TRANSPORTES LTDA. - ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3282/2014.
Recorrente: TRANSGIVAN TRANSPORTES LTDA – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3309/2014.
Recorrente: JOAO ANTONIO PIROLA – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3312/2014.
Recorrente: JOAO GUILHERME MATHIAS – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 2987/2014.
Recorrente: AGA-TE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL LT-
DA-ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 2988/2014.
Recorrente: AGRO MATHIAS LTDA – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3002/2014.
Recorrente: AMBIENTAL CASA VERDE LTDA ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3011/2014.
Recorrente: ANGELO LUIZ DA SILVA & CIA LTDA ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3055/2014.
Recorrente: CENTRO DE TREINAMENTO FUTSAL FRAIBURGO –
CETREFF.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3059/2014.
Recorrente: CLAVE DE SOL ARTE E MUSICA LTDA ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3068/2014.
Recorrente: CLINIDENT SERVICOS ODONTOLOGICOS S/S – ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3076/2014.
Recorrente: COMERCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA
– ME.
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO.

Processo Administrativo nº 3426/2014.
Recorrente: EMPREITEIRA ARAUCARIA LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3315/2014.
Recorrente: VALDIR DIDOMENICO – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3034/2014.
Recorrente: BIANCHI & KURITA SERVICOS LTDA. - ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3287/2014.
Recorrente: FOTO MALDANER EIRELI – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3244/2014.
Recorrente: THOMAS BIERHALS ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3233/2014.
Recorrente: SP TREINAMENTOS LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3165/2014.
Recorrente: SILMOC TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3089/2014.
Recorrente: RM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARNES LTDA.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3191/2014.
Recorrente: PONTES % VIDIGAL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3179/2014.
Recorrente: PLACIDO FRANCISCO CESCO – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3406/2014.
Recorrente: MK PECAS E EQUIPAMENTOS EIRELI - ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3376/2014.
Recorrente: MADEIREIRA MATHIAS LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3340/2014.
Recorrente: JURANDIR JOSE WISCHNESKI – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3262/2014.
Recorrente: HOTEL E RESTAURANTE SCALABRIN LTDA.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3259/2014.
Recorrente: HENRI SIRO EVRARD AGENTE AUTÔNOMO DE INVESTIMENTOS.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3148/2014.
Recorrente: FERDEC COMERCIO DE FRUTAS LTDA.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3221/2014.
Recorrente: EDGAR RAMOS RIEG – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3087/2014.
Recorrente: CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO DR. FRANZ SHIMOYA LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3057/2014.
Recorrente: CLAUDIO CASTURINO – 04600942973.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3051/2014.
Recorrente: CÍCERO MACHADO RAMOS ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3056/2014.
Recorrente: CESCO CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3211/2014.
Recorrente: QUATRO REPRESENTAÇÃO COMERCIALEINCORPORADORA LTDA.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3403/2014.
Recorrente: MELOTTO AUTO CENTER LTDA ME.
Relator: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3402/2014.
Recorrente: MEIRELES LAVAÇÃO EIRELI – ME.
Relator: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3401/2014.
Recorrente: MECÂNICA JUNIOR AUTO DIESEL EIRELI ME.
Relator: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3400/2014.
Recorrente: MECÂNICA INDUSTRIAL XANDE LTDA ME.
Relator: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3399/2014.
Recorrente: MECÂNICA INDUSTRIAL SCHALY LTDA EPP.
Relator: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3398/2014.
Recorrente: MECÂNICA EVANDRO AUTO CAR EIRELI – ME.
Relator: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3394/2014.
Recorrente: MASTEL TRANSPORTES LTDA – EPP.
Relator: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3386/2014.
Recorrente: MARCENARIA FRAIBURGO LTDA – ME.

Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3384/2014.
Recorrente: MAQUIFRAI INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA EPP.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3380/2014.
Recorrente: LUCIO AUTOMOVEIS EIRELI – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3378/2014.
Recorrente: LUCIO AUTOMOVEIS EIRELI.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3364/2014.
Recorrente: LUIZ HENRIQUE GRANEMANN RIBEIRO EIRELI ME – FILIAL.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3360/2014.
Recorrente: LUIZ HENRIQUE GRANEMANN RIBEIRO EIRELI ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3359/2014.
Recorrente: LIDER AMBIENTAL LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3351/2014.
Recorrente: LABORATÓRIO NUTRI REAL LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3349/2014.
Recorrente: LABORATÓRIO DE MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS APLICOLAS LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3328/2014.
Recorrente: WE MOTOS EIRELI – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3321/2014.
Recorrente: JOÃO VEIGA MECÂNICA GERAL LTDA – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3304/2014.
Recorrente: JO FLORICULTURA LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3086/2014.
Recorrente: OXFORD VEICULOS EIRELI – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3035/2014.
Recorrente: BISA DECORAÇÕES EIRELI – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3030/2014.
Recorrente: BELA VISTA – COMÉRCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3028/2014.
Recorrente: AUTO POSTO JJ EIRELI – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3024/2014.
Recorrente: AUTO CAR SOM AUTOMOTIVO EIRELI ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3082/2014.
Recorrente: OSCAR PADILHA DOS SANTOS E CIA LTDA EPP.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3084/2014.
Recorrente: CONSTRUTORA E INCORPORADORA CAETANO EIRELI – ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3431/2014.
Recorrente: OFICINA MECÂNICA CELTON LTDA ME.
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI.

Processo Administrativo nº 3152/2014.
Recorrente: SERRARIA RIO VERDE LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3286/2014.
Recorrente: TRANSPORTES CLASSE LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3222/2014.
Recorrente: RELIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3236/2014.
Recorrente: SUL TRANSPORTES, SERVIÇOS E TERRAPLENAGEM LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3101/2014.
Recorrente: SANCHES COMÉRCIO DE FRUTAS E TRANSPORTES LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3414/2014.
Recorrente: N C GATTI REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3407/2014.
Recorrente: MMB COMÉRCIO E ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3416/2014.
Recorrente: N.S IMÓVEIS LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3346/2014.
Recorrente: SERGIO MURILO GONÇALVES DA SILVA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3371/2014.
Recorrente: LOCADORA TIRADENTES LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3342/2014.
Recorrente: KATHLEN LUIZA DOS SANTOS ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3278/2014.
Recorrente: J. SOARES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3279/2014.
Recorrente: J.A COMERCIO DE CONFECCÕES E SERVIÇOS DE ESTÉTICA LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3169/2014.
Recorrente: FRUTÍCOLA SANCHES LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3195/2014.
Recorrente: DUCONT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3204/2014.
Recorrente: DUCONT CONTADORES ASSOCIADOS S/S LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3108/2014.
Recorrente: PACK MAN REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3421/2014.
Recorrente: IMS SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3130/2014.
Recorrente: EDILBERTO PEDRO CANEI – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3107/2014.
Recorrente: CONSULTÓRIO VETERINÁRIO TORTATO LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3374/2014.
Recorrente: LOJA SERENA LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3382/2014.
Recorrente: MAKE UNIFORMES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO VESTUÁRIO EIRELI – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3393/2014.
Recorrente: MARTINS COMÉRCIO DE CORTINAS E PERSIANAS LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3409/2014.
Recorrente: MONTAGENS DE CABINES AJ LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3289/2014.
Recorrente: JANIR FADANI ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3197/2014.
Recorrente: IRI'S FOMENTO MERCANTIL LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3040/2014.
Recorrente: BRANDT & CIA LTDA – EPP.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3067/2014.
Recorrente: CLÍNICA VETERINÁRIA BICHO DA MAÇÃ LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3041/2014.
Recorrente: BRANDT FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO E DROGARIA LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3385/2014.
Recorrente: MARA ANGELA MOREIRA ME.

Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Recorrente: RECATUCHO SERVIÇOS LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3196/2014.
Recorrente: POSTO DE LAVAÇÃO SÃO MIGUEL LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3187/2014.
Recorrente: DIRLENE DA COSTA DE OLIVEIRA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3080/2014.
Recorrente: ORTOPHYSIS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E ESTÉTICA SC LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3185/2014.
Recorrente: DILCEU PETRY - ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3090/2014.
Recorrente: RM VOLLE COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3175/2014.
Recorrente: DEBORA PRESCILA RIBEIRO – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3099/2014.
Recorrente: SALVIO SINEVAN DE SOUZA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3048/2014.
Recorrente: CARLOS EDUARDO SAVIAN – EPP.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3010/2014.
Recorrente: ANDREA DE ANDRADE FADANI – ME
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3332/2014.
Recorrente: ZANITUR TURISMO LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3250/2014.
Recorrente: GIDE TRANSPORTES LTDA.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3146/2014
Recorrente: FÁBRICA DE MÓVEIS REGALIN LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3362/2014.
Recorrente: LINDAMIR BELLOZUPKO - ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3147/2014.
Recorrente: FÁBRICA DE MÓVEIS REGALIN LTDA FILIAL.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3235/2014.
Recorrente: STUDIO ML12 SERVIÇOS DE ARQUITETURA LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3209/2014
Recorrente: QUALITA ODONTOLOGIA LTDA – ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3300/2014.
Recorrente: JM PINTURA JATEAMENTO E LOCAÇÃO DE MUNCK LTDA – ME
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3065/2014.
Recorrente: CLINICA ODONTOFISIO SERVIÇOS DA SAÚDE LTDA
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO.

Processo Administrativo nº 3343/2014.

JOÃO CARLOS PADILHA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

RECURSOS FEDERAIS 2018

Publicação Nº 1668001

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
14.06.2018	FNS	SAÚDE BUCAL	7.500,00
14.06.2018	FNS	PAB VARIÁVEL	136.251,00
14.06.2018	FNS	PACS	51.714,00
13.06.2018	FNDE	SALÁRIO-EDUCAÇÃO	206.577,92
23.06.2018	FNS	ACADÊMIA DE SAÚDE	3.000,00
23.06.2018	FNS	VIG. EM SAÚDE	101,40
23.06.2018	FNS	VIG. EM SAÚDE	1.926,60
25.06.2018	FNS	INCREMENTO DO MAC	590.000,00

Secretaria de Finanças

RESOLUÇÃO 008- 2018

Publicação Nº 1668002

RESOLUÇÃO Nº 08/2018

O Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Fraiburgo, no uso das atribuições que lhe conferem a lei municipal 2297, de 23 de junho de 2015, em assembleia ordinária realizada no dia 12 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art 1º – Realizar capacitação para instrutores do Projeto Escolha Consciente, no dia 10 de julho de 2018, das 8 h às 12 h e das 13 h às 18 h, na UNIARP – Campus Fraiburgo.

Art 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Adir Koggi Marcondes
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 13/2018

Publicação Nº 1668304

PORTARIA Nº 13/2018

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO PODER LEGISLATIVO NOS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA NA COPA DO MUNDO FIFA 2018 NA RÚSSIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELAR RIBEIRO DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 34, inciso II, do Regimento Interno, considerando a Copa do Mundo FIFA 2018:

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer, em caráter excepcional, que nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol, na Copa do Mundo FIFA 2018, a partir das oitavas de final, o expediente dar-se-á da seguinte forma:

I - nos dias em que os jogos se realizarem pela manhã, o expediente terá início a partir das 14h00min (horário de Brasília);

II - nos dias em que os jogos se realizarem à tarde, o expediente se encerrará às 14h50min (horário de Brasília).

Art. 2º - Os dias não trabalhados, em razão do horário especial definido nesta Portaria não serão prejudicados, mediante atualização dos serviços.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de junho de 2018.

ADELAR RIBEIRO DA SILVA
Presidente da Mesa

ADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

Frei Rogério

PREFEITURA

CAMARA DE VEREADORES - SEGUNDO TERMO DE ADITIVO CONTRATO 003-2017 BETHA SISTEMAS

Publicação Nº 1667115

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 003/2017

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 003/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE FREI ROGÉRIO A E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE FREI ROGÉRIO, inscrita no CNPJ sob o nº 07.167.096/0001-26, neste ato representado por seu Presidente Sr. André Da Rold e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67 representada pela Srª. Daniela Ramos Silva Guollo, considerando o disposto no inciso I do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de alteração contratual "quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos", considerando entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU no sentido de que "É permitido à Administração ultrapassar os aludidos limites [art. 65, I, 'b' da Lei 8.666/1993], na hipótese de alterações contratuais consensuais, qualitativas e excepcionais, no sentido de que só seriam aceitáveis quando, no caso específico, a outra alternativa - a rescisão do contrato por interesse público, seguida de nova licitação e contratação - significar sacrifício insuportável ao interesse coletivo primário a ser atendido, pela obra ou serviço; ou seja, a revisão contratual qualitativa e consensual, que ultrapasse os limites preestabelecidos no art. 65, § 1.º, da Lei 8.666/93, somente seria justificável, no caso concreto, quando as consequências da outra alternativa - a rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação - forem gravíssimas ao interesse público primário" (Decisão TCU nº 215/1999 - Processo nº 930.039/1998-0), considerando que seria anti-econômico, diante do custo de novas conversões, implantações e treinamentos, realizar-se licitação neste momento para readequação do objeto do contrato às supervenientes necessidades de interesse público derivadas de novas imposições legais, caracterizando sacrifício insuportável ao erário nas circunstâncias, considerando que seria contrário ao princípio constitucional da eficiência administrativa promover novo certame licitatório com a readequação parcial do objeto contratado, uma vez que ocorreria paralisação parcial de serviços essenciais e também a inevitável retirada de servidores da frente de serviço visando novas e custosas capacitações individuais, considerando que se demonstra imperiosa a contratação de serviços para disponibilização de rotinas para atendimento das exigências legais do Decreto Federal nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, que Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências, considerando que a Resolução do Comitê Diretor do E-Social nº 03, de 29 de novembro de 2017, alterou a redação do artigo 2º da Resolução do Comitê Diretivo do E-Social nº 2, de 30 de agosto de 2016, cujo inciso II passou a estabelecer prazo até janeiro de 2019 para o 3º grupo de entidades da Resolução (que compreende os entes públicos, integrantes do "Grupo 1 - Administração Pública" do anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 2016) aderirem ao E-Social, e considerando que a implantação do E-Social demanda uma série de ajustes, parametrizações, modificações de procedimentos, treinamentos e reestruturação de workflows, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o contrato nº 03/2017, para dele constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fica acrescido ao objeto originário do contrato o licenciamento de uso sistema de Gestão do E-Social não customizável, no valor mensal de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), e o licenciamento do sistema Recursos Humanos com 01 usuário, no valor mensal de R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais).

Parágrafo primeiro: Pela preparação do banco de dados, ajustes de lançamentos, parametrização, treinamento e implantação dos sistemas sistema será pago o valor de R\$ 1.830,40 (Hum mil oitocentos e trinta reais e quarenta centavos).

Parágrafo segundo: Os serviços pagos em parcelas, mediante apresentação do relatório de execução de serviços devidamente aceito pela autoridade competente, em consonância com o cronograma de trabalho previamente aprovado por ambas as partes nos termos do artigo 7º, § 1º, in fine da Lei Federal nº 8.666/1993, observado o prazo final de conclusão de 20.12.2018.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

O módulo E-Social deverá atender aos seguintes requisitos técnicos:

1 - Atender às exigências do Decreto nº 8373/2014 instituiu o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

2 - O sistema deverá atender às especificações do Decreto possuir as rotinas necessárias ao gerenciamento e eventual substituição de GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social, CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados para controlar as admissões e demissões de empregados sob o regime da CLT, RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho, CD - Comunicação de Dispensa, PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário, DIRF - Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte, DCTF - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais, QHT - Quadro de Horário de Trabalho, MANAD - Manual Normativo de Arquivos Digitais, GRF - Guia de Recolhimento do FGTS e GPS - Guia da Previdência Social.

3 - Permitir o cadastro e manutenção de Schemas, que representam os layouts de cada projeto.

4 - Permitir o cadastro e manutenção de scripts de validação, vinculando ao layout, que por sua vez estará vinculado a um projeto.

5 - Permitir a definição da URL que faz a comunicação da estrutura de dados com o serviço disponibilizado em outros sistemas da contratada, para importar os dados para WEB.

6 - Permitir a consulta de dependências entre layouts, apresentando a hierarquia de geração dos arquivos.

7 - Permitir a vinculação da API (Interface de Programação de Aplicativos) com um layout do projeto.

- Permitir a configuração de dependência entre layouts para geração de informações.

9 - Permitir a configuração de dependência entre layouts para geração de informações.

10 - Permitir a consulta dos dados integrados entre o sistema proprietário e o sistema eSocial para ajustes posteriores.

11 - Permitir a edição de registros integrados do sistema proprietário a partir da consulta das integrações.

12 - Permitir a inserção de registros manualmente não integrados do sistema proprietário.

O módulo Recursos Humanos deverá atender aos seguintes requisitos técnicos:

1.1. O Recursos Humanos deverá possuir integração com o sistema de folha de pagamento, utilizando os mesmos cadastros.

1.2. Permitir informar as avaliações dos servidores com

configurações dos fatores (notas/pesos para cada fator e média da avaliação).

1.3. Possuir cadastro para registrar dados de acidentes de trabalho, entrevista com o servidor e testemunhas do acidente.

1.4. Possuir cadastro e emissão de Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT para o INSS.

1.5. Possuir cadastro de grupos de prevenção de acidentes de trabalho, em conformidade com a Portaria nº 1.121/1995.

1.6. Possuir cadastro de atestados com informações CID (Código Internacional de Doenças).

1.7. Possuir cadastro de juntas médicas por data de vigência com identificação dos médicos que a compõem.

1.8. Permitir controle dos atestados através de laudos médicos, informando se o servidor já se encontra em readaptação pelo mesmo CID (Código Internacional de Doenças) do atestado.

1.9. Permitir geração automática de afastamentos no deferimento do laudo médico.

1.10. Permitir agendamento de consultas e exames ocupacionais com controle da emissão das autorizações de exames em laboratórios conveniados

1.11. Permitir controle da emissão de autorizações de diárias.

1.12. Permitir lançamento de faltas com possibilidade de desconto em folha de pagamento ou de folgas para compensação nas férias.

1.13. Permitir configuração dos períodos aquisitivos e cálculos de férias de acordo com as especificações de cada cargo.

1.14. Possibilitar informar os cursos exigidos para ocupar o cargo, assim como suas atribuições, as áreas de atuação e os planos previdenciários do cargo.

1.15. Permitir reestruturação da classificação institucional de um exercício para outro.

1.16. Permitir inserção de novos campos para classificação institucional.

1.17. Permitir planejamento (definindo cronograma, ministrante, carga horária e data da emissão de certificado) e execução de cursos de aperfeiçoamento, por iniciativa do órgão e por solicitação dos próprios servidores, com emissão de relatório desse planejamento.

1.18. Permitir realização e/ou o acompanhamento de concursos públicos e processos seletivos para provimento de vagas.

1.19. Efetuar avaliação dos candidatos do concurso ou processo seletivo, indicando automaticamente a aprovação/reprovação e a classificação.

1.20. Possibilitar cadastro de bolsas de estudos, informando, instituição de ensino, matrícula do bolsista, período da bolsa, serviço comunitário o qual o bolsista irá desempenhar em troca da bolsa.

1.21. Permitir controle da bolsa de estudo em cada fase, informando a aprovação ou não do bolsista.

1.22. Permitir controle de estagiários vinculados com a entidade, bem como sua escolaridade e outros aspectos para acompanhamento do andamento do estágio.

1.23. Permitir lançamento histórico de períodos aquisitivos e de gozo de férias.

1.24. Possibilitar cadastro de períodos para aquisição e de gozo de licença-prêmio

1.25. Permitir diferentes configurações de férias e de licença-prêmio por cargo.

1.26. Permitir informar os dados referentes a períodos aquisitivos anteriores a data de admissão do servidor, tais como, período de gozo, cancelamentos e suspensões.

1.27. Permitir cadastro de tempo de serviço anterior e de licença prêmio não gozada com possibilidade de averbação do tempo de serviço para cálculo de adicionais, licença-prêmio e/ou aposentadoria, possibilitando informação de fator de conversão do tempo.

1.28. Permitir informar os tipos de aposentadoria por tempo de serviço, idade, invalidez, compulsória, Especial (Professor).

1.29. Permitir parametrização dos tempos mínimos necessários para o cálculo da aposentadoria em cada tipo de aposentadoria.

1.30. Efetuar cálculo de benefícios de aposentadorias com base na média dos 80% maiores salários de acordo com o tipo de

aposentadoria.

1.31. Permitir emissão da ficha cadastral com foto do servidor.

1.32. Permitir controle da escolaridade do servidor, incluindo ensino superior, cursos, treinamentos e experiências anteriores.

1.33. Permitir registro de elogios, advertências e punições.

1.34. Permitir informar os atos publicados para cada servidor ao longo de sua carreira registrando automaticamente a respectiva movimentação de pessoal.

1.35. Permitir controle das funções dos servidores com possibilidade de geração automática da gratificação por exercício da função.

1.36. Possuir relatório configurado da ficha funcional do servidor, selecionando-se as seguintes informações:

a) Ficha cadastral.

b) Acidentes de trabalho.

c) Adicionais.

d) Afastamentos.

e) Aposentadorias e pensões.

f) Atestados.

g) Atos.

h) Avaliações.

i) Beneficiários de pensão do servidor.

j) Dependentes.

k) Diárias.

l) Empréstimos.

m) Faltas.

n) Substituições a outros servidores.

o) Contratos de vínculos temporários com a entidade.

p) Funções.

q) Alterações de cargos.

r) Alterações salariais.

s) Licenças-prêmio.

t) Locais de trabalho.

u) Ocorrências (atos de elogio, advertência ou suspensão).

v) Períodos aquisitivos.

w) Transferências.

x) Utilização de vales-mercado.

y) Utilização de vales-transportes.

z) Averbações.

aa) Cursos.

bb) Compensação de horas.

1.37. Possuir controle de empréstimos concedidos a servidores com desconto automático das parcelas na folha mensal e no saldo remanescente da rescisão.

1.38. Possibilitar configuração automática destes empréstimos através da leitura do arquivo enviado pelo banco.

1.39. Controlar transferência de servidor identificando o tipo (cedido/recebido) e se foi realizada com ou sem ônus para a entidade.

1.40. Possuir relatórios agrupados por tipo de afastamento.

1.41. Gerar cadastro automático para avaliações de estágio probatório conforme configuração de fatores de avaliação, afastamento e faltas.

1.42. Permitir importação dos candidatos aprovados em concurso público desta entidade.

Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Frei Rogério, 28 de Junho de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE FREI

André Da Rold Daniela Ramos Silva Guollo

CONTRATANTE

ROGÉRIO BETHA SISTEMAS LTDA.

CONTRATADA

EDUARDO KENJI TALAMINI ICHIKAWA
OAB/SC 42.431
ASSESSOR JURÍDICO

TESTEMUNHAS:

DIOGO HENRIQUE BOGO CPF: 063.525.699-19	MÁRIO MAZZUCO CPF: 592.029.209-15

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2018 - 117 A 126

Publicação Nº 1667064

DECRETO Nº 117/2018

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência, para o servidor Ademir Faitta, ocupante do cargo de Vigia, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, pelo período de 03 (três) meses, com efeitos a partir do dia 03 de junho de 2018 e término previsto para o dia 02 de setembro de 2018, relativo ao período aquisitivo compreendido entre 20/02/2011 a 19/02/2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 13 de junho de 2018.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 118/2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 518/2005 de 03/11/2005 e Lei Municipal nº 824/2015 de 28/07/2015;

Considerando que a servidora abaixo está desempenhando função de direção, chefia e/ou assessoramento em seu local de trabalho, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Função Gratificada - Nível III, para a servidora Alessandra Paula Querino Bernardo, ocupante de cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, tendo em vista o desempenho de direção, chefia e/ou assessoramento, especificamente Chefia de Equipes de Execução e Avaliação de Programas Específicos, com efeitos a partir da competência junho/2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 13 de junho de 2018.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 119/2018

ALTERA HABILITAÇÃO FUNCIONAL DE PROFESSOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2017, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a habilitação da servidora Ivone Marta Trento Borges, contratada através do Decreto nº 089/2018 de 30/04/2018, por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, junto ao Município de Galvão-SC, passando a mesma a ter habilitação funcional de especialização, com efeitos a partir da competência junho/2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 13 de junho de 2018.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 120/2018

CONCEDE LICENÇA AUXILIO MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 520/2005;

Considerando o atestado médico relativo a servidora, resolve e;

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido licença auxílio maternidade, para a servidora Cristina Scopel de Lima, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 150 dias, com efeitos a partir do dia 18 de junho de 2018 e término previsto para o dia 15 de outubro de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 18 de junho de 2018.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 121/2018

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 518/2005 de 03/11/2005 e nº 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Lidimara Cunico Cenci, ocupante do Cargo em Comissão de Diretor Geral, nomeada através do Decreto Municipal nº 094/2018 de 10/05/2018, exonerada de seu cargo junto ao Município de Galvão-SC, com efeitos a partir do dia 25 de junho de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de junho de 2018.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 122/2018

DISPÕE SOBRE A VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO POR MOTIVO DE APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a servidora Idicélia Maria Gabriel Querino, ocupante do Cargo de Agente de Copa e Limpeza, nomeada através do Decreto Municipal nº 058/2008 de 01/04/2008, obteve a concessão de aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS;

CONSIDERANDO o disposto da Lei Complementar nº 520/2005 (Estatuto dos Servidores Municipais), que explicita que a aposentadoria é uma forma de vacância do cargo público;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 37, II da Constituição Federal que veda a investidura em cargo público sem a aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, sendo que a permanência deste servidor público no cargo, após a concessão de aposentadoria, implica em nova admissão, admissível somente mediante prévio concurso público, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado vago 01 (um) Cargo Público de Agente de Copa e Limpeza, integrante do Plano de Cargos do Município de Galvão-SC, em função da concessão de aposentadoria para a servidora Idicélia Maria Gabriel Querino, ocupante do Cargo de Agente de Copa e Limpeza, com a extinção do vínculo de trabalho respectivo com o Município, com efeitos a partir do dia 30 de junho de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de junho de 2018.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 123/2018

DISPÕE SOBRE A VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO POR MOTIVO DE APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de

Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que o servidor Samuel Afonso Bitner, ocupante do Cargo de Vigia, nomeada através do Decreto Municipal nº 032/1992 de 15/04/1992, obteve a concessão de aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS;

CONSIDERANDO o disposto da Lei Complementar nº 520/2005 (Estatuto dos Servidores Municipais), que explicita que a aposentadoria é uma forma de vacância do cargo público;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 37, II da Constituição Federal que veda a investidura em cargo público sem a aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, sendo que a permanência deste servidor público no cargo, após a concessão de aposentadoria, implica em nova admissão, admissível somente mediante prévio concurso público, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado vago 01 (um) Cargo Público de Vigia, integrante do Plano de Cargos do Município de Galvão-SC, em função da concessão de aposentadoria para o servidor Samuel Afonso Bitner, ocupante do Cargo de Vigia, com a extinção do vínculo de trabalho respectivo com o Município, com efeitos a partir do dia 30 de junho de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de junho de 2018.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 124/2018

DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE LOTE URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 5º da Lei Municipal nº 284/83 e Artigo 1º da Lei Municipal nº 730/2012, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica desmembrado o Lote Urbano nº 01, da quadra nº 51 sem benfeitorias, com área total de 1.000,00m², situado no loteamento Manuel Lustosa Martins, na cidade de Galvão-SC, descrito e matriculado no CRI de São Domingos-SC sob o número 7.821, de propriedade da pessoa jurídica Garbin Materiais de Construção, inscrito no CNPJ nº 07.323.948/0001-27, representada pelo seu administrador Luiz Garbin, portador do CPF 894.252.279-34, com as seguintes confrontações:

- AO NORTE: com parte do Lote urbano nº 08, na extensão de 20,00mts;
- AO SUL: com a Rua nº 06, atualmente Rua Nelson Hungria, na extensão de 20,00mts;
- AO LESTE: com a Rua nº 17, atualmente Rua Manoel Lustosa Martins, na extensão de 50,00 mts;
- AO OESTE: com o Lote nº 02, na extensão de 50,00mts.

Art. 2º. Fica determinado que o respectivo imóvel, objeto do presente desmembramento passará a denominar-se: LOTE nº 01 A da Quadra nº 51 e LOTE nº 01 B da Quadra nº 51, com as seguintes metragens e descrições:

I - LOTE nº 01 A da Quadra nº 51, com área de 500,00m²:

- AO NORTE: com parte do Lote nº 01 B, na extensão de 20,00mts;
- AO SUL: com a Rua Nelson Hungria, na extensão de 20,00mts;
- AO LESTE: com Rua Manuel Lustosa Martins, na extensão de 25,00 mts;
- AO OESTE: com parte do Lote Urbano nº 02, na extensão de 25,00mts.

II - LOTE nº 01 B da Quadra nº 51, com área de 500,00m²:
- AO NORTE: com parte do Lote nº 08, na extensão de 20,00mts;
- AO SUL: com o Lote nº 01 A, na extensão de 20,00mts;
- AO LESTE: com Rua Manuel Lustosa Martins, na extensão de 25,00 mts;
- AO OESTE: com parte do Lote Urbano nº 02, na extensão de 25,00mts.

Art. 3º. Fazem parte deste Decreto todo o memorial descritivo, mapas e ARTs, os quais devem ficar arquivados junto ao setor de tributos do município.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de junho de 2018.
Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 125/2018
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE EXONERAÇÃO A PEDIDO E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais 519/2005 e 520/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida exoneração para a servidora Fernanda da Rocha, ocupante do cargo de provimento temporário de Professor, nomeada através do Decreto Municipal nº 048/2018 de 26/02/2018, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com efeitos a partir do dia 25 de junho de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de junho de 2018.
Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 126/2018
DISPÕE SOBRE HORÁRIO EXCEPCIONAL DE EXPEDIENTE, EM RA-
ZÃO DO JOGO DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA
DO MUNDO FIFA 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica no dia 27 de junho de 2018, fixado em caráter excepcional horário de expediente para os órgãos da Administração Pública Municipal, sendo trabalhado no período matutino normalmente

e no período vespertino até às 15h00min, onde será facultativo o trabalho deste horário em diante, em razão do jogo da seleção brasileira de futebol na copa do mundo FIFA 2018.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Educação terá seu expediente de atendimento normal, sendo que será instalado "telão" nas repartições pertencentes à respectiva secretaria.

Art. 2º. Determina-se que a Secretaria Municipal de Saúde realize escalas de plantões entre os funcionários para o atendimento de eventuais urgências/emergências.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de junho de 2018.
Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO N.º 107/2018

Publicação Nº 1668486

DECRETO N.º 107, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE HORÁRIO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado horário especial de expediente, das 14:00 às 20:00 horas, com atendimento ao público das 14:00 às 19:00 horas, nas repartições públicas municipais, no dia 02 de julho de 2018, em virtude do jogo do Brasil na Copa do Mundo.

§ 1º. As escolas da Rede Municipal terão expediente conforme programação da Secretaria de Educação.

§ 2º. A Rede Municipal de Saúde não terá alteração no seu horário de atendimento.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de junho de 2018.

PAULO SERGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 29/06/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

PORTARIA N.º 729/2018.

Publicação Nº 1667604

PORTARIA N.º 729, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

CONSIDERANDO que a extinção do vínculo precário estabelecido pelo contrato temporário quando decorrente de interesse público ou da superação da causa excepcional e temporária que motivou a contratação, independe da instauração de processo administrativo;

CONSIDERANDO que "o contrato temporário não confere direito de estabilidade aos seus ocupantes, dada sua natureza precária, admitindo, como mencionado, a exoneração ad nutum, de acordo com a discricionariedade do ente público, e antes mesmo do término do prazo estabelecido" (TJSC, Apelação Cível n. 2012.025554-7, de Brusque, rel. Des. Carlos Adilson Silva, j. 29-9-2015);

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Municipal nº 1.000/2005, na parte que regula contratação temporária de servidores para

atender necessidade de excepcional interesse público, prevê em seu artigo 216, III, a extinção do contrato firmado por conveniência e oportunidade do serviço público;

CONSIDERANDO que o recebimento de vencimentos sem a correspondente contraprestação atenta contra os princípios da legalidade e da moralidade administrativa, insculpido no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal "fixou entendimento no sentido de que o fato de o servidor público estar preso preventivamente não legitima a Administração a proceder a descontos em seus provimentos"(AI 723284 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 27/08/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-210 DIVULG 22-10-2013 PUBLIC 23-10-2013; ARE 969447, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, julgado em 30/05/2016, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-113 DIVULG 02/06/2016 PUBLIC 03/06/2016).

CONSIDERANDO que a extinção do contrato de trabalho temporário, nos moldes do artigo 216, III, §2º, LCM nº 1.000/2005, garante ao contratado indenização correspondente à metade do que lhe caberia, referente ao restante do contrato, e evita que o erário público arque com o pagamento integral da remuneração do servidor recluso relativamente a todo período contratado sem a correspondente contraprestação.

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, nos termos do art. 216, III, §2º, da Lei Complementar Municipal n.º 1000/2005, o contratado CLEMIR ZANELATO, CPF nº 076.797.559-65, com a extinção do Contrato n.º 330/2017, em 01/06/2018.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 01/06/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de junho de 2018

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

Garuva

PREFEITURA

DECRETO N° 147/2018

Publicação N° 1667650

DECRETO N° 147 DE 28 DE JUNHO DE 2018

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso II da Lei nº 2019, de 05/12/2017.

DECRETA:

Art. 1º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), no orçamento do Município de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

15.001.0008.0244.1017.2040 Manutenção do CRAS	4490	01.00.00	R\$	400,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. será utilizado recurso proveniente da anulação da seguinte dotação orçamentária:

15.001.0008.0244.1017.2040 Manutenção do CRAS	3390	01.00.00	R\$	400,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2018

Publicação Nº 1667043

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 160/2018

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2018

OBJETO: Aquisição de Materiais de Expediente, Materiais Gráficos, Lanche Pronto (Coffee Break), Gêneros Alimentícios, Uniformes e Equipamentos a serem adquiridos pela Superintendência de Defesa Civil, do Município de Gaspar, através do Projeto FUNASA – O Que Faremos Na Hora “H”. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9 horas do dia 11/07/2018, no Departamento de Compras e Licitações, Rua São Pedro, nº 128, 2º Andar – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 28/06/2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.211, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1668597

DECRETO Nº 8.211, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

ESTABELECE HORÁRIO DIFERENCIADO DE EXPEDIENTE NOS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DA FIFA RÚSSIA 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pelos incisos IV e V do artigo 72 da Lei Orgânica do Município de Gaspar; e CONSIDERANDO que a cada quatro anos, a disputa do Campeonato Mundial de Futebol atrai a atenção de grande parcela da população brasileira;

CONSIDERANDO que o futebol é o principal esporte no nosso país, sendo, ainda, representativo maior do direito ao lazer (artigo 6º, da Constituição Federal), bem como símbolo de manifestação cultural brasileira (artigo 216, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que há uma tradição nacional para que nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol em Copas do Mundo ocorram alterações no expediente de órgãos públicos, de modo a compatibilizar a adequada prestação do serviço público, permitindo aos servidores públicos a oportunidade de assistirem as partidas da seleção brasileira;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios de funcionamento da Administração Pública Municipal durante a participação do Brasil no referido mundial,

DECRETA:

Art. 1º O expediente dos servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Gaspar, que não trabalharem em regime de plantão nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo da FIFA Rússia 2018, será realizado da seguinte forma:

I – no dia 2 de julho de 2018, expediente com início às 8h (oito horas) até às 10h30min (dez horas e trinta minutos), retorno às 13h30min (treze horas e trinta minutos) até às 18h (dezoito horas);

II - no dia 6 de julho de 2018, caso a Seleção Brasileira de Futebol se classifique para as quartas de finais, expediente com início às 8h (oito horas) e término às 14h (quatorze horas).

Parágrafo único. As horas não trabalhadas em decorrência do disposto no caput serão objeto de compensação até o dia 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Aos setores de órgãos cujas atividades constituam serviços essenciais à comunidade, não se aplicam às disposições do presente Decreto.

Art. 3º O expediente das Unidades Escolares e Centros de Desenvolvimento Infantil do Município observará, nos dias dos jogos, as disposições do calendário escolar estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. As Unidades Escolares e Centros de Desenvolvimento Infantil do Município poderão estabelecer atividades diferenciadas e alternativas nestes dias, para que os alunos possam assistir aos jogos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 28 de julho de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS 3/2016

Publicação Nº 1666919

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS 3/2016 INÍCIO DA VIGÊNCIA: 31/01/2018. VENCTO.: 31/01/2019. Pregão Presencial nº 194/2015. OBJETO: Renovação do contrato para aquisição do software de gestão municipal da saúde (sgms), incluindo o fornecimento de licenças perpétuas de software, consultoria, implantação, instalação, treinamento, serviços de pós-implantação, manutenção, atualização, suporte e assessoria operacional para o Fundo Municipal de Saúde de Gaspar. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (11.436.906/0001-70). CONTRATADA: CONSULFORMA – INFORMÁTICA E ASSESSORIA EM SAÚDE LTDA (03.191.328/0001-20). VALOR TOTAL: R\$ 100.351,20 (cem mil trezentos e cinquenta e um reais e vinte centavos).

Gaspar/SC, 31 de janeiro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL | Prefeito

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO SAF Nº 07/2017

Publicação Nº 1667267

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO SAF Nº 07/2017 INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/01/2018. VENCTO.: 28/06/2018. Pregão Presencial nº 247/2016. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de vigilância patrimonial desarmada, para o Terminal Urbano Vereador Norberto Willy Schosland. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: JOVIL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI (21.375.891/0001-30). VALOR TOTAL: R\$ 106.800,00 (Cento e seis mil e oitocentos reais).

Gaspar/SC, 29 de Janeiro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL | Prefeito

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO SAF Nº 07/2017

Publicação Nº 1667146

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO SAF Nº 07/2017
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/06/2018. VENCTO.: 26/12/2018. Pregão Presencial nº 247/2016. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de vigilância patrimonial desarmada, para o Terminal Urbano Vereador Norberto Willy Schosland. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: JOVIL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI (21.375.891/0001-30). VALOR TOTAL: R\$ 112.342,92 (cento e doze mil trezentos e quarenta e dois reais e noventa e dois centavos).

Gaspar/SC, 28 de Junho de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL| Prefeito

LEI Nº 3.881, DE 12 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1666917

LEI Nº 3.881, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

ISENTA DE IMPOSTOS MUNICIPAIS E TRIBUTOS MUNICIPAIS AS INSTITUIÇÕES QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam isentos de impostos municipais os Clubes Esportivos e Recreativos, Associações e Entidades, desde que sejam declaradas de utilidade pública mediante legislação municipal, estadual ou federal, e que estejam devidamente legalizados no município.

§ 1º Poderá ser suspensa a isenção de que trata o caput quando verificado que a entidade, clube ou associação não atenda aos requisitos de utilidade pública.

§ 2º A suspensão da isenção somente ocorrerá após instauração o devido processo administrativo, respeitando o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 2º Ficam isentas de tributos municipais as Associações de Pais e Professores, constituídas regularmente perante os órgãos federais, estaduais e municipais, de qualquer instituição pública de ensino estabelecida no município de Gaspar.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei Municipal nº 1.402, de 16 de dezembro de 1992.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 12 de junho de 2018.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

PORTARIA Nº 5.522, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1668507

PORTARIA Nº 5.522, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR ANILDO RODRIGUES FRANÇA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar o servidor ANILDO RODRIGUES FRANÇA, inscrito no CPF sob o nº 413.909.110-04, ocupante do cargo efetivo de Zelador, lotado com 40 horas semanais na Secretaria de Educação, à disposição na Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa, especificamente na Superintendência de Trânsito, a partir de 1º de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 1º de junho de 2018.

Gaspar, 20 de junho de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 047/2016 - 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 47/2016 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA LTDA-ME, REFERENTE À CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 02/2016, PROCESSO Nº 65/2016

Publicação Nº 1667959

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 047/2016

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 47/2016 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA LTDA-ME, REFERENTE À CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 02/2016, PROCESSO Nº 65/2016.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, com sede na Praça 6 de Novembro, n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, SR. JULIANO DUARTE CAMPOS e a empresa FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA LTDA-ME, estabelecida à Rua Nadja Carone Goedert, 27, Sala 911, bairro Pagani, Palhoça/SC, CEP 88.132-150, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº. 23.155389/0001-40, daqui por diante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio Sr. Veríssimo Pedro da Silva Junior, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 3571646 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 023.112.079-62, resolvem, de comum acordo, READEQUAR O VALOR DO (5º) QUINTO TERMO ADITIVO, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, TERRAPLENAGEM E OUTROS DE RUAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC ATRAVÉS DO FINANCIAMENTO BADESC CIDADES, art. 57, parágrafo 1º, inciso V, e art 65 ambos da Lei nº. 8666/93, e a Cláusula Sétima do Contrato nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto readequar o valor do 5º termo aditivo, conforme Planilha de Readequação (em anexo) solicitada pela Administração deste Município e autorizada pelo Setor de Planejamento do mesmo.

Conforme consta na Planilha de readequação deverá ser suprimido o valor de R\$ 4.375,31 (quatro mil trezentos e setenta e cinco reais e trinta e um centavos), restando assim um total de R\$ 29.685,35 (vinte e nove mil seiscentos e oitenta e cinco reais e trinta e cinco centavos).

CLAUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1. Faz-se indispensável o aditamento ocorrendo a supressão do valor de R\$ 4.375,31 (quatro mil trezentos e setenta e cinco reais e trinta e um centavos) totalizando assim R\$ 29.685,35 (vinte e nove mil seiscentos e oitenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), uma vez que no decorrer da execução dos serviços, verificou-se equívoco na planilha e para melhor atender a finalidade da Administração e da população, a empresa contratada juntamente com o Setor de Planejamento do Município de Governador Celso Ramos, órgão fiscalizador, verificaram a necessidade de readequar o 5º termo aditivo, para perfeita execução contratual e melhor adequação

técnica aos objetivos da Administração. A planilha de quantidades foi remetida à equipe técnica da Prefeitura municipal.

Neste tocante, há artigo específico na lei que rege as licitações e contratos administrativos protegendo este tipo de alteração contratual, qual seja o art. 65, inciso I alíneas “a” e “b” da Lei 8.666/93, in verbis:

“Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;”

Cite-se, ainda, Adilson Abreu Dalari, que consigna a seguinte exceção:

“Em síntese, o contrato administrativo celebrado em decorrência de uma licitação está por ela condicionado, mas tem vida própria. Ele pode ser alterado, sim, por razões de interesse público, até o ponto em que esse vínculo ou esse condicionamento não se rompa”. (cf. Limites à alterabilidade do contrato de obra pública, RDA n. 201, p. 61).]

Observados estes pressupostos, mostrou-se plenamente hábil para esta administração que este termo aditivo fosse realizado pelas partes.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor total a ser suprimido do 5º termo aditivo é de R\$ 4.375,31 (quatro mil trezentos e setenta e cinco reais e trinta e um centavos) atualizando o valor para R\$ 29.685,35 (vinte e nove mil seiscentos e oitenta e cinco reais e trinta e cinco centavos) estando em conformidade com o que preconiza o art. 65 da Lei 8.666/93, e se sujeita as mesmas condições de pagamento do referido contrato.

3.2. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 28 de junho de 2018.

JULIANO DUARTE CAMPOS	FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA LTDA-ME
Prefeito Municipal Contratante	Contratada

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS**ERRATA PREGÃO RP 09/2018 PROCESSO 15/2018**

Publicação Nº 1667346

ERRATA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL RP 09/2018
PROCESSO 15/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA UTILIZAÇÃO DAS SETORES INTEGRANTES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

PRORROGAÇÃO DE PRAZO

POR MOTIVO DE QUESTIONAMENTOS REFERENTE A DATA DO PREGÃO SER NA MESMA DATA E HORÁRIO DO JOGO DA SELEÇÃO PRORROGA-SE O PRAZO DA LICITAÇÃO PARA O DIA 09/07/2018

CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTA ATÉ ÀS 15:30 DO DIA 09/07/2018 E ARBETURA DIA 09/07/2018, INICIANDO AS 16:00 HS LOGO APÓS O TÉRMINO DO CREDENCIAMENTO.

ERRATA

Onde se lê:

LOCAÇÃO DE 01(UM) VEÍCULO AUTOMOTOR COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICA MÍNIMAS:

UTILITÁRIO MINIVAN, (TIPO DOBLO);

MOTOR: INSTALAÇÃO DIANTEIRO

-DISPOSIÇÃO TRANSVERSAL

-CILINDROS:4 EM LINHA – TUCHOS: HIDRAULICOS

-VALVULAS POR CILINDRO:4

-TAXA DE COMPRESSÃO:11,2:1

-CILINDRANDA:1747CM³

-COMBUSTÍVEL:FLEX

-PESO PONTÊNCIA:11,08 KG/CV

-PESO/TORQUE:77,41 KG/KGFM

-CÓDIGO DO MOTOR:E.TORQ

-ASPIRAÇÃO: NATURAL

- ALIMENTAÇÃO:INJEÇÃO MULTIPONTO

-COMANDO DE VÁLVULAS:SIMPLES NO CABEÇOTE, CORRENTE

DIÂMETRO DOS CILINDROS:80,5 MM

-CURSO DOS PISTÕES: 85,8 MM

- POTÊNCIA GRÁFICO: 132 CV (A) 130 CV (G) A 5250 RPM

- TORQUE GRÁFICO:18,9 KGFM (A) 18,4 KGFM (G) A 4500 RPM

- TORQUE ESPECÍFICO: 10,82 KGFM/LITRO

-POTÊNCIA ESPECÍFICA: 75,56 CV/LITRO

- DIMENSÕES: COMPRIMENTO : 4478 MM

- LARGURA 1768 MM

- ENTRE-EIXOS: 2583 MM

- ALTURA: 1957 MM

- BITOLA DIANTERIA: 1523 MM

- BITOLA TRASEIRA: 1520 MM

- PESO: 1463 KG

- CARGA ÚTIL: 490 KG

- VÃO LIVRE DO SOLO: 223 MM.

Leia-se;

LOCAÇÃO DE 01(UM) VEÍCULO AUTOMOTOR COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICA MÍNIMAS:

UTILITÁRIO MINIVAN, (TIPO DOBLO);

MOTOR: INSTALAÇÃO DIANTEIRO

-DISPOSIÇÃO TRANSVERSAL

-CILINDROS:4 EM LINHA – TUCHOS: HIDRAULICOS

-VALVULAS POR CILINDRO:4

-TAXA DE COMPRESSÃO:11,2:1

-COMBUSTÍVEL:FLEX

KG/KGFM

-ASPIRAÇÃO: NATURAL

- ALIMENTAÇÃO:INJEÇÃO MULTIPONTO

-COMANDO DE VÁLVULAS:SIMPLES NO CABEÇOTE,

- PESO: 1463 KG

- CARGA ÚTIL: 490 KG

Onde se lê;

LOCAÇÃO DE 1(UM) VEÍCULO AUTOMOTOR COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICA MÍNIMAS:

CARRO POPULAR (TIPO SANDERO).

MOTORIZAÇÃO 1.0

-COMBUSTÍVEL: FLEX

-COMPLETO

-4(QUATRO) PORTASMAIS PORTA-MALAS.

-CAPACIDADE PARA 5(CINCO)PASSAGEIROS

-ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO MULTI-PONTO

- POTÊNCIA: 76.0CV

-CILINDRADAS (CM³): 999

-CÂMBIO MANUAL DE 5(CINCO) MARCHAS

-TRAÇÃO DIANTEIRA

-DIREÇÃO HIDRÁULICA

-2 AIRBAGS, UM PARA PASSAGEIRO E OUTRO PARA MOTORISTA;

-VIDROS ELÉTRICOS NA DIANTEIRA

-AR CONDICIONADO

-VOLANTE DE DIREÇÃO COM AJUSTE DE ALTURA

-REVESTIMENTO DOS BANCOS EM TECIDO

-PANEUS DIANTEIROS E TRASEIROS: 185 X 70 T E 88

-FARÓIS DE NEBLINA DIANTEIROS

-CONTA GIROS

-HODÔMETRO PARCIAL

-ABS

-02 FREIOS A DISCO

-TOMADA DE SAÍDA DIANTEIRA DE 12V

-PROTEÇÃO INFERIOR DE MOTOR

- DIMENSÕES:

COMPRIMENTO : 4021 MM

- LARGURA: 1746 MM

- ALTURA: 1528 MM

- PESO: 1025 KG

-TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE PARA 50 LITROS

- PORTA-MALAS COM CAPACIDADE DE 320 LITROS

Leia-se;

LOCAÇÃO DE 1(UM) VEÍCULO AUTOMOTOR COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICA MÍNIMAS:

CARRO POPULAR (TIPO SANDERO).

MOTORIZAÇÃO 1.0

-COMBUSTÍVEL: FLEX

-COMPLETO

-4(QUATRO) PORTASMAIS PORTA-MALAS.

-CAPACIDADE PARA 5(CINCO)PASSAGEIROS

-ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO MULTI-PONTO

- POTÊNCIA: 76.0CV

-CILINDRADAS (CM³): 999

-CÂMBIO MANUAL DE 5(CINCO) MARCHAS

-TRAÇÃO DIANTEIRA

-DIREÇÃO HIDRÁULICA

-2 AIRBAGS, UM PARA PASSAGEIRO E OUTRO PARA MOTORISTA;

-VIDROS ELÉTRICOS NA DIANTEIRA

-AR CONDICIONADO

-VOLANTE DE DIREÇÃO COM AJUSTE DE ALTURA

-REVESTIMENTO DOS BANCOS EM TECIDO

- FARÓIS DE NEBLINA DIANTEIROS
- CONTA GIROS
- HODÔMETRO PARCIAL
- ABS
- 02 FREIOS A DISCO
- TOMADA DE SAÍDA DIANTEIRA DE 12V
- PROTEÇÃO INFERIOR DE MOTOR
- PORTA-MALAS COM CAPACIDADE DE 320 LITROS

Demais informações permanecem inalteradas.

Os interessados deverão retirar o edital no site do SAMAE de Governador Celso Ramos – www.samaegcr.com.br, presencialmente na sede do SAMAE de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitasamaegcr@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 26 de Junho de 2018.
NEDISON NILDO MARTINS
Diretor Geral

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO 15/2018

Publicação Nº 1668380

DECRETO Nº 15/2018, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

"DEFINE HORÁRIO DE EXPEDIENTE PARA OS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DA COPA DO MUNDO DE 2018"

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso das atribuições e considerando o horário especial que está sendo adotado para os dias de jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 2018,

DECRETA

Artigo 1º. Nos dias em que houver jogos da Seleção Brasileira de Futebol, na Copa do Mundo, o expediente nas repartições públicas municipais terá o seguinte horário:

- I – Quando os jogos ocorrerem às 9 h, o expediente, no período matutino, será somente até as 8h30min;
- II – Quando os jogos ocorrerem às 11 h, o expediente, no período matutino, será somente até as 10h30min, e, no período vespertino, o expediente ocorrerá a partir das 13h30min; e
- III – Quando os jogos ocorrerem às 15 h, o expediente, no período vespertino, será somente até as 14h30min.

Parágrafo único. Com relação às aulas da Rede Municipal de Ensino, estas serão suspensas nos dias e nos respectivos períodos, matutino ou vespertino, em que houver jogos da Seleção Brasileira de Futebol, com exceção aos dias em que, porventura, a Seleção Brasileira de Futebol participar de partida, cujo início esteja marcado para as 11 h, ocasião em que serão suspensas as aulas da Rede Municipal de Ensino, em ambos os períodos, matutino e vespertino.

Artigo 2º. As horas em débito do expediente a que se refere o artigo anterior serão compensadas nos dias subsequentes à Copa do Mundo.

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 12 de junho de 2018.
MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 12 de junho de 2018.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

DECRETO 16/2018

Publicação Nº 1668384

DECRETO Nº 16/2018, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

"ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 15/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso das atribuições e considerando o horário especial que está sendo adotado para os dias de jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 2018,

DECRETA

Artigo 1º. Altera o Parágrafo único do Artigo 1º, do Decreto nº 15/2018, consoante redação abaixo descrita:

"Artigo 1º. [...]"

Parágrafo único. Com relação às aulas da Rede Municipal de Ensino, quando os jogos da Seleção Brasileira de Futebol ocorrerem às 11 h, as aulas ocorrerão, no período matutino, das 7h30min às 10 h, e, no período vespertino, das 14 às 17 h, sendo que o início dos atendimentos nas Creches Municipais e nos Centros de Educação Infantil ocorrerá, no período matutino, a partir das 6 h."

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 28 de junho de 2018.
MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 28 de junho de 2018.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 1668385

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa DISTRIMEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA possui valores em haver do Município de Grão-Pará, dentro dos valores de que trata o dispositivo supracitado; considerando que o Município está em mora com os referidos pagamentos e que isso pode acarretar prejuízos financeiros futuros para o Município; considerando que os produtos fornecidos atendem ao interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desses débitos fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: DISTRIMEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA
Restos a Pagar: 0924
Valor: R\$ 2.414,73

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 28 de junho de 2018.

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

Gravatal

PREFEITURA

DECRETO 34/2018

Publicação Nº 1666956

DECRETO N.º 34 DE 28 DE JUNHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE VALORES ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2018 DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas, especialmente as disposições do art. 46 da Lei Orgânica do Município, e com base no art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964 e em conformidade com o art. 10 da Lei Municipal nº 1916 de 27 de junho de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação, no valor de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais) existente nas seguintes Dotações:

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	
Projeto/Atividade:	2.039 – MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	
Despesa:	(121) 3.3.90.00.00.00.00.0000 -	R\$ 40.000,00
Projeto/Atividade:	2.003 – MANUTENÇÃO DA SECRET. DE ADMIN, PLANEJAMENTO, E FAZENDA	
Despesa:	(11) 3.3.50.00.00.00.00.0000 -	R\$ 110.000,00
Unidade:	08 – ENCARGOS ESPECIAIS	
Projeto/Atividade:	0.000 – ENCARGOS ESPECIAIS/PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA	
Despesa:	(153) 3.3.20.00.00.00.00.0000 -	R\$ 50.000,00
Despesa:	(152) 3.2.90.00.00.00.00.0000 -	R\$ 400.000,00
Órgão:	03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade:	01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Projeto/Atividade:	2.018 – CONST. REF. AMP. MELHOR. ACESSIB. E MANUT. DAS UNID. DE SAÚDE	
Despesa:	(1) 3.3.90.00.00.00.00.00002 -	R\$ 50.000,00
Despesa:	(2) 4.4.90.00.00.00.00.00002 -	R\$ 150.000,00
Total do Projeto/atividade: R\$ 800.000,00		

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a Suplementar no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), por conta das anulações previstas no artigo anterior, obedecendo as seguintes distribuições:

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	02 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA	
Projeto/Atividade:	2.003 – MANUTENÇÃO DA SECRET. DE ADMIN, PLANEJAMENTO, E FAZENDA	
Despesa:	(10) 3.1.90.00.00.00.00.0000 -	R\$ 100.000,00
Despesa:	(12) 3.3.90.00.00.00.00.0000 -	R\$ 170.000,00
Unidade:	01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE	
Projeto/Atividade:	2.052 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
Despesa:	(3) 3.3.90.00.00.00.00.0000 -	R\$ 50.000,00
Unidade:	08 – ENCARGOS ESPECIAIS	

Projeto/Atividade:	0.000 – ENCARGOS ESPECIAIS/ PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA	
Despesa:	(154) 3.3.90.00.00.00.00.0000 -	R\$ 280.000,00
Órgão:	03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade:	01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Projeto/Atividade:	2.018 – CONST. REF. AMP. MELHOR. ACESSIB. E MANUT. DAS UNID. DE SAÚDE	
Despesa:	(6) 3.1.90.00.00.00.00.00002 -	R\$ 200.000,00
Total do Projeto/atividade: R\$ 800.000,00		

Art. 5º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de junho de 2018.

Edvaldo Bez de Oliveira
Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 16.18 CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FISICA.DOC

Publicação Nº 1667192

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC,/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2018.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Assistência Social, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 20/18, Edital de Pregão Presencial Nº 16/18. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM PROFISSIONAL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO FÍSICA para ministrar aulas aos idosos; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 11/07/18; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 11/07/18, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br Guaraciaba em 28 de junho de 2018.

IDIONE FABBI KROTH,
Ordenador do FMAS

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 86.18 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LEI 3.067.2017.DOC

Publicação Nº 1668140

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº86/2018.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 107/18, Edital de Pregão Presencial Nº 86/18, Objeto: Aquisição de Materiais de Construção (incentivo ao Comércio nos termos da Lei Municipal 3.067/2017; recebimento de propostas até às 08:00 horas do dia 11/07/18; a abertura do Edital será às 08:00 horas do dia 11/07/18, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 28 de junho de 2018.
Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2018 - PMG

Publicação Nº 1666993

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial nº 111/2018 – PMG

Processo Licitatório: 111/2018 – PMG

Tipo: Menor preço por item

Objeto: Registro de preços para aquisição de pneus para a Administração Direta e Indireta do município de Guaramirim (SC).

Entrega dos Envelopes: até 16/07/2018 às 9h

Abertura dos Envelopes: 16/07/2018 às 9h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 26 de junho de 2018.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 80/2018 PMG

Publicação Nº 1667279

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 80/2018– PMG

PREGÃO PRESENCIAL N.º 107/2018- PMG

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E BOMBEAMENTO DO CONCRETO USINADO FCK/Mpa 30- BRITA 0 e 1, NECESSÁRIO AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO SETOR DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 107/2018 PMG.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Fornecedor: PREMIX CONCRETO LTDA, com sede na Avenida Prefeito Waldemar Grubba, n.º 1425, bairro Vila Lalau, em Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.124.678/0001-28.

Vigência: Início: 21/06/2018 Término: 20/06/2019

Fornecedor: 363405 - PREMIX CONCRETO LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	1000	M3	CONCRETO USINADO FCK/MPa 30,0 MPA - BRITA 0 E 1 , BOMBEADO	288,0000	288.000,00
Total				R\$288.000,00	

Guaramirim (SC), 28 de junho de 2018.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 89/2018

Publicação Nº 1667034

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2018 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2018 – PMG

Objeto: AQUISIÇÃO DE ADUBO PARA ATENDIMENTO DO PROGRAMA GUARAMIRENSE PALMEIRA REAL, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 828198 MAPA.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: COOPERATIVA JURITI – MATRIZ, com sede na rua patrimônio nº 1 e 2, conj Cooper juriti., em massaranduba (SC), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 84.093.137/0001-28., neste ato representada pelo presidente Orlando Giovanella ., portador da Carteira de Identidade n.º 1.583.385-2, CPF n.º 545.566.949-49.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
01 -02	Adubo formulado com no mínimo 18% de nitrogenio, 10% de fosforo e 10% de potássio, com registro nos órgãos competentes.	UN	FERTIPAR	2000	78,00	156.000,00

Vigência: Início: 27/06/2018 Término: 26/06/2019.

Guaramirim (SC), 28 de junho de 2018.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 25/2017

Publicação Nº 1667338

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO CONTRATO 25/2017- PMG

Processo de Licitação: 209/2016 - PMG

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA OSVALDO BEBER, COM EXTENSÃO DE 330 METROS, ATRAVÉS DE REPASSE DO MINISTÉRIO DAS CIDADES.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: Empreiteira de Mão de Obra Adrimar, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.574.370/0001-20, estabelecida na Rodovia SC 495, 2.034.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) a alteração da Cláusula Sexta do Contrato Original.

a.1) O prazo do contrato se estende até o dia 17 de agosto de 2018, conforme justificativa do parecer técnico da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, à folha 271 e 272.

Data da Assinatura: 26/06/2018 Vigência 17/08/2018.

GUARAMIRIM (SC), 26/06/2018

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

88/2018

Publicação Nº 1668036

DECRETO Nº 88/2018

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.564/17 de 17 de novembro de 2017.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.204,00 (cinco mil, duzentos e quatro reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2018, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

Órgão 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

Unidade 02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:

Atividade: 0502.12.306.0017.2.008

3.3.90.00-00.00. 233- Aplicações Diretas R\$ 2.231,40

Atividade: 0502.12.306.0017.2.073

3.3.90.00-00.00. 233- Aplicações Diretas R\$ 853,83

Atividade: 0502.12.306.0017.2.074

3.3.90.00-00.00. 233- Aplicações Diretas R\$ 2.118,77

Soma R\$ 5.204,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica utilizado o Excesso de Arrecadação do Exercício de 2018, referente aos recursos FNDE/PNAE/Fundamental o valor de R\$ 2.231,40, Excesso de Arrecadação do Exercício de 2018, referente aos recursos FNDE/PNAE/Creche o valor de R\$ 853,83 e Excesso de Arrecadação do Exercício de 2018, referente aos recursos FNDE/PNAE/Pré o valor de R\$ 2.118,77.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, 28 de junho de 2018.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário Administração e Fazenda

Guatambú

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 77/2018

Publicação Nº 1668361

Estado de Santa Catarina
Município de Guatambu
Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo nº.77/2018.

Pregão Presencial nº. 36/2018.

Tipo: Menor preço unitário Por Item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO MUNICIPAL, INTERMUNICIPALEINTERESTADUAL DE PESSOAS EM VEÍCULOS TIPO VAN, MICROÔNIBUS E ÔNIBUS PARA ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 11/07/2018.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 11/07/2018.

O Edital poderá ser obtido no site www.guatambu.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Manuel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33360102. Guatambu, SC, 28 de junho de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA - Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 78/2018

Publicação Nº 1668364

Estado de Santa Catarina
Município de Guatambu
Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo nº.78/2018.

Pregão Presencial nº. 37/2018.

Tipo: Menor preço unitário Por Item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSIVEL AQUISIÇÃO DE BATERIAS NOVAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, CAMINHÕES, ÔNIBUS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, DA FROTA MUNICIPAL.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 12/07/2018.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 12/07/2018.

O Edital poderá ser obtido no site www.guatambu.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Manuel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33360102. Guatambu, SC, 28 de junho de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA - Prefeito Municipal

DECRETO 100/2018

Publicação Nº 1666958

DECRETO Nº 100/2018.

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 5º, parágrafo 1º, inciso II da Lei Municipal 1.065 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de crédito suplementar, no orçamento do Município, no valor de R\$ 185.000,00 (Cento e oitenta e cinco mil reais), nas contas abaixo relacionadas:

Órgão: 05.00 – Secretaria de Saúde

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo de saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 – Atenção básica

Programa: 0007 – Saúde para todos

Projeto/Atividade: 2.278 – Investimento do bloco atenção básica

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicação Direta DR 2138 – Investimento saúde, com o valor de R\$ 185.000,00 (Cento e oitenta e cinco mil reais).

Art. 2º - Para suplementação das contas de que trata o artigo 1º, serão utilizados recursos do excesso de arrecadação da fonte 2138 Investimento saúde, através de Transferência do Fundo Nacional de Saúde - FNS.

Art. 3º -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guatambu em 26 de junho de 2018.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

DECRETO 101/2018

Publicação Nº 1666959

DECRETO N. 101/2018

“DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DE CARGO TEMPORÁRIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e, de conformidade com o disposto no artigo 72, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Considerando o resultado do Processo Seletivo N. 05/2016, ficam admitidos os cargos temporários, abaixo relacionado:

NOME	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	DATA
LUCIANE LURDETE SCHNEIDER DE CASTRO	PROFESSORA	20 H	18/06/2018

Art. 2º A Contratação decorrente deste Decreto, será efetuada individualmente, mediante Contrato de Prestação de Trabalho Temporário, lavrado e assinado a termo pela Contratante e o Contratado.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 18 de junho de 2018.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guatambu - SC, 28 de junho de 2018.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

DECRETO 102/2018

Publicação Nº 1666961

DECRETO N. 102/2018

REGULAMENTA A LEI 1081/2018 QUE DISPÕE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 5º, parágrafo 1º, inciso II da Lei Municipal 1.065 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Geral, do corrente exercício, no valor de R\$ 436.200,00 (Quatrocentos e trinta e seis mil e duzentos reais), na conta abaixo relacionada.

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	07
Unidade	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	07.01
Função	Agricultura	20
Sub-função	Abastecimento	605
Programa	Progr. de racionalização das atividades agrícolas e apoio agropecuário	0013
Projeto	Aquisição de patrulha agrícola e veículos	1.251
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR
	4.4.90	1034
		Valor
		436.200,00

Art. 2º. Para suplementar as contas de que trata o art. 1º, serão deduzidos os valores das seguintes contas:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	Secretária de Administração e Fazenda		03
Unidade	Departamento de administração, fazenda		03.01
Função	Administração		04
Sub-função	Administração geral		122
Programa	Administração Geral		0003
Projeto	Construção de Centro Administrativo		1.296
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR	Valor
	4.4.90	1034	1.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	Secretária de Educação, Cultura e Esporte		04
Unidade	Departamento de educação		04.02
Função	Cultura		13
Sub-função	Difusão cultural		392
Programa	Educação de qualidade para todos		0004
Projeto	Aquisição de instrumentos, máquinas, equipamentos e mobiliário em geral		1301
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR	Valor
	4.4.90	1034	1.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	Secretária de Educação, Cultura e Esporte		04
Unidade	Departamento de educação		04.02
Função	Cultura		13
Sub-função	Difusão cultural		392
Programa	Educação de qualidade para todos		0004
Projeto	Construção da Casa da Cultura		1302
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR	Valor
	4.4.90	1034	1.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	Secretária de Educação, Cultura e Esporte		04
Unidade	Departamento de esportes		04.03
Função	Desporto e lazer		27
Sub-função	Desporto comunitário		812
Programa	Educação de qualidade para todos		0004
Projeto	Ampliação, reforma e manutenção de espaços esportivos		1.110
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR	Valor
	4.4.90	1034	1.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	Secretária do Transp., Obras e Serv. Urbanos		06
Unidade	Trans., Obras e Serviços Urbanos		06.01
Função	Urbanismo		15
Sub-função	Infraestrutura urbana		451
Programa	Transp. Obras e serviços urbanos		0008
Projeto	Programa de pavimentação asfáltica		1231
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR	Valor
	4.4.90	1034	1.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	Secretária do Transp., Obras e Serv. Urbanos		06
Unidade	Trans., Obras e Serviços Urbanos		06.01
Função	Urbanismo		15
Sub-função	Infraestrutura urbana		451
Programa	Obras e serviços de utilidade pública		0009
Projeto	Construção de praças públicas		1.274
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR	Valor
	4.4.90	1034	1.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	Secretária do Transp., Obras e Serv. Urbanos		06
Unidade	Trans., Obras e Serviços Urbanos		06.01
Função	Transporte		26
Sub-função	Transporte rodoviário		782
Programa	Transp. Obras e serviços urbanos		0008
Projeto	Aquis. De veículos, máquinas e equip. rod.		1.220
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR	Valor
	4.4.90	1034	1.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	Secretária do Transp., Obras e Serv. Urbanos		06
Unidade	Trans., Obras e Serviços Urbanos		06.01
Função	Transporte		26
Sub-função	Transporte rodoviário		782
Programa	Transp. Obras e serviços urbanos		0008
Projeto	Paviment. de Pedras irregul. estradas vicinais		1.285
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR	Valor
	4.4.90	1034	100.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	Secretária do Transp., Obras e Serv. Urbanos		06
Unidade	Obras e Serviços Urbanos		06.02
Função	Urbanismo		15
Sub-função	Infraestrutura urbana		451
Programa	Obras e serviços de utilidade pública		0009
Projeto	Construção de abrigos de passageiros		1.273
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR	Valor
	4.4.90	1034	1.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	Secretária do Transp., Obras e Serv. Urbanos		06
Unidade	Obras e Serviços Urbanos		06.02
Função	Urbanismo		15
Sub-função	Infraestrutura urbana		451
Programa	Obras e serviços de utilidade pública		0009
Projeto	Construção de Centro multi uso		1.287
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR	Valor
	4.4.90	1034	1.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	Secretária do Transp., Obras e Serv. Urbanos		06
Unidade	Obras e Serviços Urbanos		06.02
Função	Urbanismo		15
Sub-função	Infraestrutura urbana		451
Programa	Obras e serviços de utilidade pública		0009
Projeto	Construção de passeios públicos		1.304
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR	Valor
	4.4.90	1034	50.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	Secretária do Transp., Obras e Serv. Urbanos		06
Unidade	Obras e Serviços Urbanos		06.02
Função	Saneamento		17
Sub-função	Saneamento básico urbano		512
Programa	Obras e serviços de utilidade pública		0009
Projeto	Investimento em saneamento básico		1.240
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR	Valor
	4.4.90	1034	40.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
---------------	---------------	--	--------

Órgão	Secretária do Transp., Obras e Serv. Urbanos	06
Unidade	Obras e Serviços Urbanos	06.02
Função	Industria	22
Sub-função	Produção industrial	662
Programa	Incentivo ao comercio, indústria e serviços	0010
Projeto	Construção de barracão	1.305
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR
	4.4.90	1034
		Valor
		1.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretária do Transp., Obras e Serv. Urbanos	06
Unidade	Obras e Serviços Urbanos	06.02
Função	Comércio e serviços	23
Sub-função	Produção industrial	662
Programa	Incentivo ao comercio, indústria e serviços	0010
Projeto	Aquis. de área para distrito industrial	1.245
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR
	4.4.90	1034
		Valor
		1.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretária do Transp., Obras e Serv. Urbanos	06
Unidade	Obras e Serviços Urbanos	06.02
Função	Comunicação	24
Sub-função	Telecomunicações	722
Programa	Obras e serviços de utilidade pública	0009
Projeto	Sistema de tecnologia da comunicação	2.245
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR
	4.4.90	1034
		Valor
		1.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretária de Agricultura e Meio Ambiente	07
Unidade	Secretária de Agricultura e Meio Ambiente	07.01
Função	Agricultura	20
Sub-função	Abastecimento	605
Programa	Meio Ambiente e progr. de conserv. e manut. de água	0011
Projeto	Programa de incentivo a fontes de água superficial	1.276
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR
	4.4.90	1034
		Valor
		1.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretária de Agricultura e Meio Ambiente	07
Unidade	Secretária de Agricultura e Meio Ambiente	07.01
Função	Agricultura	20
Sub-função	Abastecimento	605
Programa	Meio Ambiente e progr. de conserv. e manut. de água	0011
Projeto	Implantação de rede de abastecimento	1.306
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR
	4.4.90	1034
		Valor
		50.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretária de Agricultura e Meio Ambiente	07
Unidade	Secretária de Agricultura e Meio Ambiente	07.01
Função	Agricultura	20
Sub-função	Abastecimento	605
Programa	Progr. de racionalização das atividades agrícolas e apoio agropecuário	0013
Projeto	Aquisição de bens móveis e imóveis	1.309
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR
	4.4.90	1034
		Valor
		1.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
---------------	---------------	--------

Órgão	Secretária de Agricultura e Meio Ambiente		07
Unidade	Secretária de Agricultura e Meio Ambiente		07.01
Função	Agricultura		20
Sub-função	Abastecimento		605
Programa	Progr. de racionalização das atividades agrícolas e apoio agropecuário		0013
Projeto	Manutenção das atividades agrícolas		2.250
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR	Valor
	3.3.90	1034	1.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	Secretária de Agricultura e Meio Ambiente		07
Unidade	Secretária de Agricultura e Meio Ambiente		07.01
Função	Comercio e serviços		23
Sub-função	Turismo		695
Programa	Turismo e lazer		0012
Projeto	Manutenção das atividades de turismo e lazer		2.275
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR	Valor
	3.3.90	1034	1.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	Secretária da Assistência Social		08
Unidade	Fundo de Assistência Social		08.01
Função	Assistência Social		08
Sub-função	Assistência comunitária		244
Programa	Acesso a direitos sociais		0014
Projeto	Constr. e/ou reforma do prédio da secretária Municipal de Assistência Social		1.280
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR	Valor
	4.4.90	1034	2.200,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	Secretária da Assistência Social		08
Unidade	Fundo de Assistência Social		08.01
Função	Assistência Social		08
Sub-função	Assistência comunitária		244
Programa	Acesso a direitos sociais		0014
Projeto	Constr. Da sede do conselho tutelar		1.311
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR	Valor
	4.4.90	1034	1.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	Secretária da Assistência Social		08
Unidade	Fundo de Assistência Social		08.01
Função	Assistência Social		08
Sub-função	Assistência comunitária		244
Programa	Acesso a direitos sociais		0014
Projeto	Constr. de centro de convivência		1.312
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR	Valor
	4.4.90	1034	175.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	Secretária da Assistência Social		08
Unidade	Fundo de Assistência Social		08.01
Função	Habitação		16
Sub-função	Habitação Rural		481
Programa	Habitar Guatambu		0015
Projeto	Programa de habitação rural		1.200
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR	Valor
	4.4.90	1034	1.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretária da Assistência Social	08
Unidade	Fundo de Assistência Social	08.01
Função	Habitação	16
Sub-função	Habitação Rural	481
Programa	Habitar Guatambu	0015
Projeto	Programa de habitação urbana	1.210
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR
	4.4.90	1034
		Valor
		1.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guatambu, 27 de junho de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

DECRETO 103/2018

Publicação Nº 1666963

DECRETO N. 103/2018

REGULAMENTA A LEI 1080/2018 QUE DISPÕE A ALTERAÇÃO DO PPA – PLANO PLURIANUAL 2018/2021 DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 5º, parágrafo 1º, inciso II da Lei Municipal 1.065 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alteração do PPA para alterar o nome do projeto/atividade: De:1.310 – Feira Expo Leite e Festa do Agricultor; Para:1.310 - Feira Expo Guatambu e Festa do Agricultor.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alteração do PPA para inclusão na modalidade de aplicação 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas, no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), destinado R\$ 20.000,00 para cada ano que refere-se o PPA 2018/2021, conforme segue classificação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria de Assistência Social	08
Unidade	Fundo de Assistência Social	08.01
Função	Assistência Social	08
Sub-função	Assistência Comunitária	244
Programa	Acesso a direitos sociais	0014
Projeto	Manutenção das Ações dos Idosos	
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
	3.3.90	1000
		Valor
		80.000,00

Art. 3º. A fonte de recurso para atender a alteração do Art. 2º, é recursos de anulação de dotação no valor de R\$ 80.000,00, sendo R\$ 20.000,00 de cada ano que refere-se o PPA, conforme classificação a seguir:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria de Assistência Social	08
Unidade	Fundo de Assistência Social	08.01
Função	Assistência Social	08
Sub-função	Assistência Comunitária	244
Programa	Acesso a direitos sociais	0014
Projeto	Manutenção da Sec. de Assistência Social	2160
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
109	3.3.90	1000
		Valor
		80.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guatambu, 27 de junho de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

DECRETO 104/2018

Publicação Nº 1666965

DECRETO N. 104/2018

REGULAMENTA A LEI 1082/2018 QUE DISPÕE A AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 5º, parágrafo 1º, inciso II da Lei Municipal 1.065 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Geral, do corrente exercício, no valor de R\$ 83.518,00 (Oitenta e três mil quinhentos e dezoito reais), nas contas abaixo relacionadas.

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria de Saúde	05
Unidade	Fundo de Saúde	05.01
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção básica	301
Programa	Saúde para todos	0007
Projeto	Manut. bloco da atenção básica	2127
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR Valor
	3.1.90	1038 40.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria de Saúde	05
Unidade	Fundo de Saúde	05.01
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção básica	301
Programa	Saúde para todos	0007
Projeto	Manut. bloco da atenção básica	2127
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR Valor
	3.1.90	1338 43.518,00

Art. 2º. Para suplementar as contas de que trata o art. 1º, serão deduzidos os valores das seguintes contas:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria de Saúde	05
Unidade	Fundo de Saúde	05.01
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção básica	301
Programa	Saúde para todos	0007
Projeto	Investimento do bloco de atenção básica	2278
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR Valor
	4.4.90	1338 73.518,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria de Saúde	05
Unidade	Fundo de Saúde	05.01
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção básica	301
Programa	Saúde para todos	0007
Projeto	Investimento do bloco da atenção básica	2278
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR Valor
	4.4.90	1938 10.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guatambu, 27 de junho de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

DECRETO 105/2018

Publicação Nº 1666967

DECRETO N. 105/2018

REGULAMENTA A LEI 1083/2018 QUE DISPÕE A AUTORIZAÇÃO A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 5º, parágrafo 1º, inciso II da Lei Municipal 1.065 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Geral, do corrente exercício, no valor de R\$ 320.000,00 (Trezentos e vinte mil reais), nas contas abaixo relacionadas.

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria de educação, cultura e esportes	04
Unidade	Departamento de educação	04.01
Função	Educação	12
Sub-função	Ensino Fundamental	361
Programa	Educação de qualidade para todos	0004
Projeto	Manut. do departamento de educação	2.052
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR
	3.1.90	1019
		Valor
		320.000,00

Art. 2º. Para suplementar as contas de que trata o art. 1º, serão deduzidos os valores das seguintes contas:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria de trans., obras e serviços urbanos	06
Unidade	Obras e serviços urbanos	06.02
Função	Comércio e serviços	23
Sub-função	Produção industrial	662
Programa	Incentivo ao comércio, indústria e serviços	0010
Projeto	Aquisição de área p/ distrito industrial	1.245
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR
	4.4.90	1039
		Valor
		300.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria de educação, cultura e esportes	04
Unidade	Departamento de educação	04.01
Função	Educação	12
Sub-função	Ensino Fundamental	361
Programa	Educação de qualidade para todos	0004
Projeto	Manut. do ensino fundamental	2.329
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR
	3.3.90	1019
		Valor
		20.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guatambu, 27 de junho de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

DECRETO 98/2018

Publicação Nº 1666954

DECRETO N. 098 /2018 DE 22 DE JUNHO DE 2018 - INSTITUI TURNO ÚNICO NA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, PREFEITO MUNICIPAL DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a jornada única de trabalho reduz despesas sem prejuízo administrativo à população, uma vez que permanecem mantidos a prestação e atendimento dos serviços desta Secretaria;

CONSIDERANDO que o Município necessita urgentemente reduzir gastos, procedendo os ajustes necessários;

CONSIDERANDO estarmos em período de inverno, no qual as atividades restam prejudicadas em face do curto período de iluminação natural;

CONSIDERANDO que as atividades desta Secretaria restarão mais eficientes sem a descontinuidade de período;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Turno Único contínuo de seis horas diárias no serviço público municipal, em específico, para a Secretaria Municipal de Transportes e Obras, a ser cumprido no horário compreendido entre às 07h e 13h, de segunda a sexta-feira, a partir de 01 de julho de 2018 até o dia 31 de agosto de 2018.

Art. 2º As demais Secretarias Municipais, considerando a essencialidade à população, continuarão a prestar seus serviços em dois turnos conforme já estabelecido.

Art. 3º Fica vedada, na vigência do Turno Único, a convocação de servidor para cumprimento de serviço extraordinário, exceto em casos de situação de emergência ou calamidade pública.

Parágrafo único – No caso excepcional expresso neste artigo, serão pagas somente as horas que excederem a carga horária mensal fixada para seus cargos.

Art. 4º Cessado o Turno Único, os servidores retornarão ao cumprimento da jornada de trabalho especificada em lei para seus cargos, cujo cumprimento ficará apenas suspenso temporariamente em decorrência deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre e Publique-se.

Guatambu –SC em 22 de junho de 2018.

Luiz Clóvis Dal Piva
Prefeito Municipal

DECRETO 99/2018

Publicação Nº 1666957

DECRETO Nº. 99/2018

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e, de conformidade com o disposto no artigo 72, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a servidora:

Nome	Função	Data
ANDRESSA DEFFAVERI	Professor	25/06/2018

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guatambu, SC, 25 de junho de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 117/2018

Publicação Nº 1666873

LEI COMPLEMENTAR N. 117/2018 DE 27 DE JUNHO DE 2018

INTRODUZ ALTERAÇÕES NA LEI COMPLEMENTAR N. 33/2008 QUE TRATA SOBRE O QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GUATAMBU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1.º O Cargo de Contador da Câmara Municipal de Vereadores de Guatambu, passa a integrar o Anexo II da Lei Complementar n. 33/2008, que se refere aos Cargos de Provimento Efetivo.

Parágrafo único: A remuneração do Contador da Câmara Municipal de Vereadores de Guatambu, é de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

Art. 2º A Descrição das condições para ingresso, regime de trabalho e carga horária para o Contador da Câmara de Vereadores, constante na Lei Complementar n. 33/2008 passa a compor o Anexo V da referida Lei, da seguinte forma:

10. CONTADOR

1. Planejar e conduzir plano e programa de análise sobre o funcionamento correto dos controles financeiros e contábeis, transações, normas, rotinas e procedimentos no sentido de salvaguardar os interesses, bens e recursos da Câmara Municipal;
2. Corrigir a escrituração dos livros contábeis, atentando para transcrição correta dos dados contidos nos documentos originais, utilizando sistema manual e mecanizado, a fim de cumprir as exigências legais;
3. Elaborar balancetes, balanços e outras demonstrações contábeis, aplicar técnica apropriada, apresentar resultado parcial e total da situação patrimonial da Câmara;
4. Efetuar conciliação de contas, detectar erros para assegurar a correção da operação contábil;
5. Examinar o fluxo de caixa durante o exercício considerado, verificar documentos quanto a correção dos lançamentos;
6. Organizar relatório contábil referente a situação global do órgão, transcrever dados estatísticos;
7. Orientar, supervisionar e efetuar cálculo de reavaliação do ativo e de depreciação de veículos, máquinas, móveis e instalações, baseando-se por índices adequados a cada caso;
8. Coordenar e participar da elaboração de programa contábil, calculando e especificando receitas e custos durante o período considerado;
9. Assessorar os órgãos em assuntos de sua competência;
10. Emitir parecer sobre assunto de sua especialidade;
11. Assessorar a Presidência, a Mesa, os Vereadores, as comissões especiais, inclusive nas atividades de Controle externo a ser realizado junto ao Executivo Municipal;
12. Inteirar-se e contribuir com seu conhecimento em todos os trabalhos realizados que tenham a ver, em alguma etapa, com sua área de atuação, especialmente, recursos humanos, tesouraria, e-social, contratos, licitações;
14. Alimentar o site oficial da Câmara com as matérias de sua competência, especialmente o Portal de Transparência;
15. Responder aos questionamentos feitos através do site oficial da Câmara de Vereadores com fundamento na Lei de Acesso a informações, com relação assuntos da sua área de atuação;
16. Não havendo outro profissional específico para fazê-lo, realizar o empenhamento das despesas da Câmara;
17. Alimentar diariamente o eSocial no que lhe couber e em auxílio ao Responsável pelo Recursos Humanos, ou ainda, na inexistência, falta, licença ou afastamento deste;
18. Gerar as folhas de pagamento na inexistência, falta, licença ou afastamento do responsável por esta atribuição;
19. Elaborar as minutas de projeto de lei com relação ao planejamento orçamentário da Câmara de Vereadores, sendo: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA, inclusive suplementação, créditos adicionais, complementares, remanejamento e outros, observando a Lei Complementar Federal 95/98, no que se refere à redação de leis.
20. Redigir ofícios referentes a sua área de atuação, dentro das normas de Redação Oficial.
21. Arquivar e manter organizado os arquivos físicos referentes à Contabilidade da Câmara.
22. Colher a assinatura do Presidente em todos os documentos contábeis necessários.
23. Desempenhar outras atividades afins determinadas pelo Presidente da Câmara ou pela Secretária Geral.

10.1 CONDIÇÕES PARA O INGRESSO

Concurso Público de Provas ou de provas e títulos

10.2 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Curso Superior de Contabilidade e Registro no Conselho da Categoria.

10.3 REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA

Estatutário/20 horas semanais

Art. 3º Fica criado no quadro permanente de pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Guatambu, Lei Complementar 33/2008, o cargo de Técnico em Recursos Humanos, com Remuneração de R\$ 1.656,01 (um mil e seiscentos reais), Grupo 4 (Técnico Científico), Código 7.1, Nível 16, e a seguinte descrição, que passará a integrar o Anexo VI da mesma Lei Complementar:

11. TECNICO EM RECURSOS HUMANOS

1. Elaborar, desenvolver, viabilizar, acompanhar, controlar e executar, tarefas e atividades, relativas à área de Remuneração, descrevendo, avaliando, acompanhando e tratando da estrutura de cargos e salários;
2. Efetuar pesquisas salariais; tabular, elaborar, emitir e montar os cadernos de pesquisa salarial, bem como dos relatórios estatísticos decorrentes; controlar e manter o quadro de pessoal e vagas;
3. Elaborar e analisar relatórios de folha de pagamento, horas extras, faltas e outros à consistência das informações, tais como: frequência, salários, adicionais, gratificações e outros, detectando e corrigindo desvios;
4. Preparar relatórios para subsidiar informações emitidas pela folha de pagamento, realizar a manutenção e processar alteração no sistema de folha gerado por alteração de normas e legislação;
5. Elaborar relatórios de vale-transporte, vale-alimentação, auxílio de capacitação profissional, adicionais e acompanhar a execução;
6. Controlar e encaminhar processos de avaliação de desempenho, gerando informações dos servidores;
7. Auxiliar na elaboração de normas, quadro de pessoal, rotinas e procedimentos, cronogramas, gráficos, fluxogramas, manuais e outros afins à sua área de atuação;
8. Executar outras atividades/tarefas, inerentes a sua área de atuação, sempre que solicitado ou necessário;
9. Auxiliar na realização de reuniões sempre que necessário para comunicar aos Servidores sobre os procedimentos do seu setor;
10. Elaborar os atos de nomeação, posse, exoneração, demissão e outros referentes a vida funcional dos Servidores Municipais, submetendo-os à assinatura do Presidente e a publicação em órgãos oficiais;
11. Elaborar e enviar as obrigações fiscais mensais e anuais tais como SEFIP, INSS, IR, RAIS e DIRF dentre outros legalmente previstos;
12. Cumprir as exigências dos atos de pessoal, conforme legislação vigente e Instruções Normativas do TCE-SC;
13. Acompanhar os índices econômicos e revisões gerais/ajustes anuais;

14. Elaborar e acompanhar a execução de plano de treinamento e desenvolvimento dos servidores;
16. Elaborar e supervisionar a aplicação de processo seletivo e concurso público para o ingresso de pessoal;
17. Realizar as publicações de interesse do Setor de Recursos Humanos em órgãos oficiais;
18. Propor normas, instruções e regulamentos para a seleção de candidatos aos cargos existentes, de acordo com a legislação em vigor;
19. Efetuar a política de gestão de pessoas no Poder Legislativo Municipal;
20. Promover estudos para aperfeiçoar os instrumentos de avaliação de desempenho;
21. Supervisionar o controle dos servidores em estágio probatório, providenciando a avaliação de acordo com a legislação em vigor;
22. Coordenar, promover e executar as atividades relativas à segurança e saúde ocupacional de acordo com a legislação vigente;
23. Recrutar, selecionar, admitir e treinar o pessoal do Quadro do Poder Legislativo Municipal;
24. Registrar a movimentação de pessoal, com o registro de admissão ou demissão e demais anotações funcionais pertinentes;
25. Providenciar o cumprimento das obrigações e encargos sociais, na forma estabelecida;
26. Providenciar o enquadramento, reenquadramento, transposição, progressão funcional, transferência e demais atos pertinentes à vida funcional do servidor, procedendo o respectivo registro;
27. Controlar a carga horária e o ponto dos servidores municipais do Poder Legislativo Municipal;
28. Elaborar as folhas de pagamento dos servidores ativos e inativos do Poder Legislativo Municipal;
29. Elaborar os documentos relativos as férias e licenças regulares;
30. Elaborar levantamento das necessidades de recursos humanos, com base em dados fornecidos pelas demais áreas;
31. Colaborar no processo de socialização de novos servidores;
32. Propor e desenvolver plano de treinamentos e demais atos visando a qualificação do serviço público;
33. Coordenar as ações de implementação de planos, projetos e ações voltadas aos servidores públicos municipais;
34. Elaborar as declarações e certidões de tempo de serviço exigidos por lei, bem como outros documentos solicitados pelos funcionários, submetendo-os a assinatura do Presidente;
35. Elaborar, colher assinatura do Presidente e publicar os atos administrativos próprios do setor;
36. Acompanhar a gestão dos contratos das empresas prestadoras de serviço e fornecer orientação técnica, quando solicitada;
37. Acompanhar e se necessário, organizar as reuniões para comunicar aos Servidores sobre os procedimentos do seu setor;
38. Atualizar diariamente as informações referentes ao eSocial;
39. Elaborar a Consolidação das Leis relativas aos servidores públicos da Câmara de Vereadores;
40. Desempenhar outras atividades afins determinadas pelo Presidente da Câmara e/ou pela Secretária Geral, sob pena de enquadramento nas proibições capituladas no Estatuto do Servidor Municipal e respectivas penalidades.

11.1 CONDIÇÕES PARA O INGRESSO

Concurso Público de Provas ou de provas e títulos

11.2 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Curso Superior de Tecnólogo em Recursos Humanos ou Curso Superior de Tecnólogo em Processos Gerenciais ou Curso Superior em Administração ou Curso Superior em Ciências Contábeis. Inscrição no Conselho da Categoria.

11.3 REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA

Estatutário/20 horas semanais

Art. 4º. Devido ao relevante interesse administrativo, tendo em vista que a Contabilidade da Câmara não pode atrasar ou deixar de ser feita, o que poderia acarretar sérios prejuízos não só para a Câmara, mas também para o Município que poderia não conseguir emitir negativas fiscais para habilitação em convênios de outras esferas governamentais, o cargo de Contador de que tratam os artigos 1º e 2º continuará de provimento comissionado, enquanto não for nomeado o profissional aprovado no Concurso Público.

Art. 5º. O item 1.1 do Anexo VI da Lei Complementar 33/2008, passa a vigorar com a seguinte Redação:

1.1 REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA
Estatutário/Comissionado/20 horas semanais.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 7º Esta lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Guatambu – SC em 27 de junho de 2018

Luiz Clóvis Dal Piva

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 1.082/2018

Publicação Nº 1666871

LEI N. 1082/2018, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela lei Orgânica Municipal FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Geral, do corrente exercício, no valor de R\$ 83.518,00 (Oitenta e três mil quinhentos e dezoito reais), nas contas abaixo relacionadas.

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria de Saúde	05
Unidade	Fundo de Saúde	05.01
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção básica	301
Programa	Saúde para todos	0007
Projeto	Manut. bloco da atenção básica	2127
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR
	3.1.90	1038
		Valor
		40.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria de Saúde	05
Unidade	Fundo de Saúde	05.01
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção básica	301
Programa	Saúde para todos	0007
Projeto	Manut. bloco da atenção básica	2127
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR
	3.1.90	1338
		Valor
		43.518,00

Art. 2º. Para suplementar as contas de que trata o art. 1º, serão deduzidos os valores das seguintes contas:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria de Saúde	05
Unidade	Fundo de Saúde	05.01
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção básica	301
Programa	Saúde para todos	0007
Projeto	Investimento do bloco de atenção básica	2278
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR
	4.4.90	1338
		Valor
		73.518,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria de Saúde	05
Unidade	Fundo de Saúde	05.01
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção básica	301
Programa	Saúde para todos	0007
Projeto	Investimento do bloco da atenção básica	2278
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR
	4.4.90	1938
		Valor
		10.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guatambu – SC em 27 de junho de 2018.

Luiz Clovis Dal Piva

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.083/2018

Publicação Nº 1666872

LEI N. 1083/2018 DE 27 DE JUNHO DE 2018.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela lei Orgânica Municipal FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Geral, do corrente exercício, no valor de R\$ 320.000,00 (Trezentos e vinte mil reais), nas contas abaixo relacionadas.

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria de educação, cultura e esportes	04

Unidade	Departamento de educação	04.01
Função	Educação	12
Sub-função	Ensino Fundamental	361
Programa	Educação de qualidade para todos	0004
Projeto	Manut. do departamento de educação	2.052
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR
	3.1.90	1019
		Valor
		320.000,00

Art. 2º. Para suplementar as contas de que trata o art. 1º, serão deduzidos os valores das seguintes contas:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria de trans., obras e serviços urbanos	06
Unidade	Obras e serviços urbanos	06.02
Função	Comércio e serviços	23
Sub-função	Produção industrial	662
Programa	Incentivo ao comércio, indústria e serviços	0010
Projeto	Aquisição de área p/ distrito industrial	1.245
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR
	4.4.90	1039
		Valor
		300.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria de educação, cultura e esportes	04
Unidade	Departamento de educação	04.01
Função	Educação	12
Sub-função	Ensino Fundamental	361
Programa	Educação de qualidade para todos	0004
Projeto	Manut. do ensino fundamental	2.329
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR
	3.3.90	1019
		Valor
		20.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guatambu – SC em 27 de junho de 2018.

Luiz Clovis Dal Piva
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO 029/2018

Publicação Nº 1667877

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2018

Retifica-se a Data de Abertura da Presente licitação conforme abaixo, ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Edital, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2018

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO

Registro de Preços para a eventual e futura aquisição de agregados provenientes do britamento de rochas e mineração de pedras, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, pelo período de 12 meses

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 09:00 horas do dia 23/07/2018.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 20,75 (vinte reais e setenta e cinco centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 28] de junho de 2018.

AMÉRICO LORINI

PREFEITO

DECRETO Nº 3.868/2018.

Publicação Nº 1667782

DECRETO Nº 3.868/2018.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 10, inciso II e III da Lei Municipal 3.230 de 06/12/2017 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), proveniente de anulação de dotação, destinada a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2060 – Manutenção de serviços administrativos - SIMAE

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000- 9

Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º. O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recurso proveniente da anulação da dotação abaixo descrita:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2060 – Manutenção de serviços administrativos - SIMAE

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000-8

Valor: R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste, 28 de junho de 2018.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

Ibiam

PREFEITURA

PORTARIA Nº 186/2018

Publicação Nº 1667291

PORTARIA Nº 186, DE 19 DE JUNHO DE 2018

“NOMEIA MEMBROS INTEGRANTES DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO PARA PARCERIAS A SEREM CELEBRADAS COM AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS CIVIS A QUE SE REFERE A LEI FEDERAL Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014 E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, a necessidade de instaurar procedimento administrativo para realizar a análise, seleção e julgamento de Projetos para a celebração de parcerias com as Organizações Sociais Civis a que se refere à Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros da Comissão de Seleção e Julgamento, incumbidos de realizar a análise, seleção e julgamento de Projetos para a celebração de parcerias entre o Município de Ibiam e as Organizações Sociais Civis a que se refere à Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, conforme segue:

- I – Alcindo Perosa, Secretário Municipal da Administração e da Fazenda – Presidente;
- II – Flávia Lenita Pelentir, Agente Administrativo – Secretária;
- III - Maria Ivete Gomes de Oliveira, Secretária Municipal da Saúde e da Assistência Social – Membro;
- IV – Leila Aparecida Ramos Araldi, Pedagoga – Membro;
- V – Carmelita Chiesa Tragancin, Diretora do Departamento de Recursos Humanos – Membro.

Art. 2º. São atribuições da Comissão de Seleção processar e julgar chamamentos públicos realizados pelo regime da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 3º. Os serviços da Comissão são considerados de caráter público relevante, sendo vedado qualquer remuneração.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 19 DE JUNHO DE 2018.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ibicaré**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO 01/2018**

Publicação Nº 1668048

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE IBICARÉ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2018
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018
Extrato do Contrato nº 001/2018

Objeto: Serviço de publicação dos atos oficiais, informativos, educativos e de orientação social da Câmara de Vereadores de Ibicaré, em órgão de imprensa escrita (jornal de circulação regional), que circule semanalmente, considerando-se: Letra: tamanho 8,0 - Entrelinha: normal; Espaçamento de caracteres: normal. Contratado: Luciano Justi – ME. Valor total: R\$ 22.400,00

Ibicaré-SC, 21 de março de 2018.
Adriano Sartori
PRESIDENTE

Ibirama

PREFEITURA

CONTRATO Nº : 97/2015 ADITIVO Nº : 6/2018

Publicação Nº 1667674

Contrato Nº : 97/2015

Aditivo Nº : 6/2018

Tipo Aditivo : Objeto/Valor

Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada : CONSTRUTORA F & F EIRELI

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 95/2015

Objeto : EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA COM ÁREA DE 867,79 M2 - ESPAÇO EDUCATIVO URBANO II - 06 SALAS DE AULA / FNDE, NO BAIRRO NOVA STETTIN, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME RESPECTIVO PROJETO DE ENGENHARIA

Vigência : Início: 28/06/2018 Término: 17/12/2018

Assinatura : 28/06/2018

Valor R\$: 16.786,48 (Dezesseis Mil, Setecentos e Oitenta e Seis Reais e Quarenta e Oito Centavos)

Dotação : 113 - 07.001.1042.344905191000000.01010000

DECRETO Nº 4.237, DE 22 DE JUNHO DE 2018 - SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1667680

DECRETO nº 4.237, de 22 de junho de 2018.

"SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e fundamentado no artigo 5º, inciso II, da Lei nº 3.313 de 12 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do Provável Excesso de Arrecadação do exercício de 2018 na fonte de recursos 01380100 – PAB FIXO, 01380600 – SAÚDE BUCAL fica suplementado a seguinte dotação orçamentária a seguir especificada.

09 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

001 – Funcionamento e manutenção do Fundo Municipal da Saúde

0010.0301.0060.2057 – Manutenção das Ações do Fundo da Saúde

01380100 – PAB FIXO

3319000 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

0010.0301.0060.2076 – Manutenção das Ações do Progr. Saúde Bucal e Ceo.

01380600 – SAÚDE BUCAL

331900 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 210.000,00

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 22 de junho de 2018.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

TOMADA DE PREÇOS Nº 69/2018

Publicação Nº 1667667

MUNICIPIO DE IBIRAMA

TOMADA DE PREÇOS Nº 69/2018.

Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de obras e serviços de engenharia, objetivando a pavimentação asfáltica, terraplenagem, drenagem pluvial e sinalização viária da Rua Blumenau incluso trevo de acesso, município de Ibirama – SC. Entrega dos envelopes até o dia 16 de julho de 2018 as 09h00min. Sessão de abertura às 09h15min da mesma data. Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357 8523, na página do município na Internet www.ibirama.sc.gov.br ou ainda pelo e-mail compras@ibirama.sc.gov.br - Ibirama, 28 de junho de 2018. Adriano Poffo - Prefeito Municipal.

Ilhota

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PRG 051 - 2018 MUL - REGISTRO DE PREÇO - COPA E CANTINA

Publicação Nº 1667698

PROCESSO Nº. 251/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2018 - MUL REGISTRO DE PREÇO	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJETO	DO OBJETO – REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA DA PREFEITURA E DEMAIS FUNDOS, E PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE FUNCIONAMENTO DOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, conforme Anexo I do Edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 16/07/2018 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 16/07/2018 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.	

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 25 de Junho de 2018.

DECRETO 252/2018

Publicação Nº 1668177

DECRETO Nº 252/2018, 11 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a alteração da Lei Ordinária nº 1.899/2017 do Plano Plurianual 2018 - 2021, da Lei Ordinária nº 1.900/2017 de Diretrizes Orçamentárias de 2018 e da Lei Ordinária nº 1.901/17 Orçamentária Anual de 2018, através remanejamento de dotação orçamentária, por conta a anulação parcial ou total das dotações previstas no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação, de conformidade com o art. 17º, II, art.18º, art. 19 e art.20, da LOA/2018, na importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), e da outras providências.

TÍTULO – I

CAPÍTULO – I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º - Fica alterado a Lei Ordinária nº.1.899, de 18 de Dezembro de 2017 – 2018/2021 -PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), na 11

– Fundo Municipal da Educação, 11.02 – Departamento de Ensino Infantil, Atividade:1236500401.023 – Reforma e Ampliação de Unidades Escolares de Ensino Infantil, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (36), código reduzido (360) valor 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), instituindo-se para tal junto a matéria orçamentária em execução

CAPÍTULO – II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º - Fica igualmente alterada a Lei nº. 1.900, de 18 de Dezembro de 2017 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o art. 28º, IV, relativo ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.02 – Departamento de Ensino Infantil, Atividade:1236500401.023 – Reforma e Ampliação de Unidades Escolares de Ensino Infantil, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (36), código reduzido (360) valor 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO – III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º - Fica alterada a Lei nº. 1.901, de 18 de Dezembro de 2017 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o art. 17º, e art.19º, mais precisamente no Orçamento da Prefeitura Municipal de Ilhota, através do remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.02 – Departamento de Ensino Infantil, Atividade:1236500401.023 – Reforma e Ampliação de Unidades Escolares de Ensino Infantil, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (36), código reduzido (360) valor 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO – IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder, o remanejamento de dotação orçamentária do seguinte item do orçamento vigente na importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), em conformidade com o art. 17º, II e art.19º da Lei Ordinária nº 1.901/2017 – LOA, a seguir:

11 – Fundo Municipal da Educação	
11.02 – Departamento de Ensino Infantil	
Atividade:1236500401.023 – Reforma e Ampliação de Unidades Escolares de Ensino Infantil	
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (36), código reduzido (360)	valor 25.000,00
Total	valor 25.000,00

Art. 5º - Para o atendimento do Crédito autorizado neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a proceder às seguintes reduções orçamentária no valor total de R\$ 25.000,00 (oitenta mil reais), conforme especificado abaixo:

11 – Fundo Municipal da Educação	
11.02 – Departamento de Ensino Infantil	
Atividade:1236500401.021 – Construção de Unidades Escolares Ensino Infantil	

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (36), código reduzido (356) valor 25.000,00
 Total valor 25.000,00

Art. 6º - Com objetivo de atendimento dos prescritos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, relativamente no que tange a compensação das despesas ora instituídas com o advento deste ato, ficam compensadas pela redução parcial das previsões constantes na matéria orçamentária em execução na Prefeitura Municipal, mais propriamente consignadas nas Leis PPA, LDO E LOA, na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.02 – Departamento de Ensino Infantil, Atividade:1236500401.021 – Construção de Unidades Escolares Ensino Infantil, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (36), código reduzido (356) valor 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Ilhota,
 Em 11 de Junho de 2018.
 Erico de Oliveira
 Prefeito Municipal

DECRETO 254/2018

Publicação Nº 1668189

DECRETO Nº 254/2018, 12 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a alteração da Lei Ordinária nº 1.899/2017 do Plano Plurianual 2018 - 2021, da Lei Ordinária nº 1.900/2017 de Diretrizes Orçamentárias de 2018 e da Lei Ordinária nº 1.901/17 Orçamentária Anual de 2018, através remanejamento de dotação orçamentária, por conta a anulação parcial ou total das dotações previstas no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação, de conformidade com o art. 17º, II, art.18º, art. 19 e art.20, da LOA/2018, na importância de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), e da outras providências.

TÍTULO – I

CAPÍTULO – I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º - Fica alterado a Lei Ordinária nº.1.899, de 18 de Dezembro de 2017 – 2018/2021 -PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.01 – Departamento de Ensino Fundamental, Atividade:1236100402.045 – Manutenção da Merenda Escolar - Fundamental, 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (332) valor 80.000,00 (oitenta mil reais), Atividade:1236100402.046 – Manutenção do Ensino Fundamental, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (36), código reduzido (12577) valor 100.000,00 (cem mil reais), instituindo-se para tal junto a matéria orçamentária em execução.

CAPÍTULO – II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º - Fica igualmente alterada a Lei nº. 1.900, de 18 de Dezembro de 2017 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o art. 28º, IV, relativo ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.01 – Departamento de Ensino

Fundamental, Atividade:1236100402.045 – Manutenção da Merenda Escolar - Fundamental, 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (332) valor 80.000,00 (oitenta mil reais), Atividade:1236100402.046 – Manutenção do Ensino Fundamental, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (36), código reduzido (12577) valor 100.000,00 (cem mil reais), objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO – III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º - Fica alterada a Lei nº. 1.901, de 18 de Dezembro de 2017 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o art. 17º, e art.19º, mais precisamente no Orçamento da Prefeitura Municipal de Ilhota, através do remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.01 – Departamento de Ensino Fundamental, Atividade:1236100402.045 – Manutenção da Merenda Escolar - Fundamental, 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (332) valor 80.000,00 (oitenta mil reais), Atividade:1236100402.046 – Manutenção do Ensino Fundamental, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (36), código reduzido (12577) valor 100.000,00 (cem mil reais), em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO – IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder, o remanejamento de dotação orçamentária do seguinte item do orçamento vigente na importância de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), em conformidade com o art. 17º, II e art.19º da Lei Ordinária nº 1.901/2017 – LOA, a seguir:

11 – Fundo Municipal da Educação

11.01 – Departamento de Ensino Fundamental

Atividade:1236100402.045 – Manutenção da Merenda Escolar - Fundamental

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (332)valor 80.000,00

Atividade:1236100402.046 – Manutenção do Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (36), código reduzido (12577)valor 100.000,00

Total valor 180.000,00

Art. 5º - Para o atendimento do Crédito autorizado neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a proceder às seguintes reduções orçamentária no valor total de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), conforme especificado abaixo:

11 – Fundo Municipal da Educação

11.01 – Departamento de Ensino Fundamental

Projeto:1236100401.053 – Aquisição de Lousas Digitais

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (36), código reduzido (318)R\$ 50.000,00

11.02 – Departamento de Ensino Infantil

Projeto:1236500401.021 – Construção de Unidades Escolares Ensino Infantil

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (36), código reduzido (356)R\$ 50.000,00

Atividade: 1236500402.043 – Manutenção da Merenda Escolar - Infantil

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (373) R\$ 80.000,00

Total R\$ 180.000,00

Art. 6º - Com objetivo de atendimento dos prescritos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, relativamente no que tange a compensação das despesas ora instituídas com o advento

deste ato, ficam compensadas pela redução parcial das previsões constantes na matéria orçamentária em execução na Prefeitura Municipal, mais propriamente consignadas nas Leis PPA, LDO E LOA, na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.01 – Departamento de Ensino Fundamental, Projeto:1236100401.053 – Aquisição de Lousas Digitais, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (36), código reduzido (318) R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), 11.02 – Departamento de Ensino Infantil, Projeto:1236500401.021 – Construção de Unidades Escolares Ensino Infantil, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (36), código reduzido (356) R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), Atividade: 1236500402.043 – Manutenção da Merenda Escolar – Infantil, 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (373) R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Ilhota,
Em 12 de Junho de 2018.
Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

DECRETO 256/2018

Publicação Nº 1668195

DECRETO Nº 256/2018, 20 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a alteração da Lei Ordinária nº 1.899/2017 do Plano Plurianual 2018 - 2021, da Lei Ordinária nº 1.900/2017 de Diretrizes Orçamentárias de 2018 e da Lei Ordinária nº 1.901/17 Orçamentária Anual de 2018, através remanejamento de dotação orçamentária, por conta a anulação parcial ou total das dotações previstas no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação, de conformidade com o art. 17º, II, art.18º, art. 19 e art.20, da LOA/2018, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais),e da outras providências.

TÍTULO – I

CAPÍTULO – I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º - Fica alterado a Lei Ordinária nº.1.899, de 18 de Dezembro de 2017 – 2018/2021 -PPA- Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.01 – Departamento de Ensino Fundamental, Atividade:1236100402.046 – Manutenção do Ensino Fundamental, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (342) valor 100.000,00 (cem mil reais), instituindo-se para tal junto a matéria orçamentária em execução.

CAPÍTULO – II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º - Fica igualmente alterada a Lei nº. 1.900, de 18 de Dezembro de 2017 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o art. 28º, IV, relativo ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.01 – Departamento de Ensino Fundamental, Atividade:1236100402.046 – Manutenção do Ensino Fundamental, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (342) valor 100.000,00 (cem mil reais), objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO – III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º - Fica alterada a Lei nº. 1.901, de 18 de Dezembro de 2017 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018,

em conformidade com o art. 17º, e art.19º, mais precisamente no Orçamento da Prefeitura Municipal de Ilhota, através do remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.01 – Departamento de Ensino Fundamental, Atividade:1236100402.046 – Manutenção do Ensino Fundamental, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (342) valor 100.000,00 (cem mil reais), em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO – IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder, o remanejamento de dotação orçamentária do seguinte item do orçamento vigente na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em conformidade com o art. 17º, II e art.19º da Lei Ordinária nº 1.901/2017 – LOA, a seguir:

11 – Fundo Municipal da Educação

11.01 – Departamento de Ensino Fundamental

Atividade:1236100402.046 – Manutenção do Ensino Fundamental
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (342)valor 100.000,00

Total valor 100.000,00

Art. 5º - Para o atendimento do Crédito autorizado neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a proceder às seguintes reduções orçamentária no valor total de R\$ 100.000,00 (cento mil reais), conforme especificado abaixo:

11 – Fundo Municipal da Educação

11.01 – Departamento de Ensino Fundamental

Atividade:1236100402.046 – Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (340)valor 100.000,00

Total valor 100.000,00

Art. 6º - Com objetivo de atendimento dos prescritos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, relativamente no que tange a compensação das despesas ora instituídas com o advento deste ato, ficam compensadas pela redução parcial das previsões constantes na matéria orçamentária em execução na Prefeitura Municipal, mais propriamente consignadas nas Leis PPA, LDO E LOA, na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.01 – Departamento de Ensino Fundamental Atividade:1236100402.046 – Manutenção do Ensino Fundamental, 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (340) valor 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Ilhota,
Em 20 de Junho de 2018.
Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

DECRETO 259/2018

Publicação Nº 1668199

DECRETO Nº 259/2018, 27 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a alteração da Lei Ordinária nº 1.899/2017 do Plano Plurianual 2018 - 2021, da Lei Ordinária nº 1.900/2017 de Diretrizes Orçamentárias de 2018 e da Lei Ordinária nº 1.901/17 Orçamentária Anual de 2018, através remanejamento de dotação orçamentária, por conta a anulação parcial ou total das dotações previstas no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação, de conformidade com o art. 17º, II, art.18º, art. 19 e art.20, da LOA/2018, na importância de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais),e da outras providências.

TÍTULO – I**CAPÍTULO – I****DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 1º - Fica alterado a Lei Ordinária nº.1.899, de 18 de Dezembro de 2017 – 2018/2021 -PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais), na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.01 – Departamento de Ensino Fundamental, Projeto:1236100401.008 – Aquisição de Veículo Transporte Escolar, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (19102) valor 97.000,00 (noventa e sete mil reais), instituindo-se para tal junto a matéria orçamentária em execução.

CAPÍTULO – II**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 2º - Fica igualmente alterada a Lei nº. 1.900, de 18 de Dezembro de 2017 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o art. 28º, IV, relativo ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais), na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.01 – Departamento de Ensino Fundamental, Projeto:1236100401.008 – Aquisição de Veículo Transporte Escolar, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (19102) valor 97.000,00 (noventa e sete mil reais), objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO – III**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 3º - Fica alterada a Lei nº. 1.901, de 18 de Dezembro de 2017 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o art. 17º, e art.19º, mais precisamente no Orçamento da Prefeitura Municipal de Ilhota, através do remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais), na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.01 – Departamento de Ensino Fundamental, Projeto:1236100401.008 – Aquisição de Veículo Transporte Escolar, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (19102) valor 97.000,00 (noventa e sete mil reais), em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO – IV**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder, o remanejamento de dotação orçamentária do seguinte item do orçamento vigente na importância de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais), em conformidade com o art. 17º, II e art.19º da Lei Ordinária nº 1.901/2017 – LOA, a seguir:
11 – Fundo Municipal da Educação
11.01 – Departamento de Ensino Fundamental
Projeto:1236100401.008 – Aquisição de Veículo Transporte Escolar
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (19102)valor 97.000,00
Total valor 97.000,00

Art. 5º - Para o atendimento do Crédito autorizado neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a proceder às seguintes reduções orçamentária no valor total de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais), conforme especificado abaixo:

11 – Fundo Municipal da Educação
11.02 – Departamento de Ensino Infantil
Projeto: 1236500401.016– Aquisição de Brinquedos de |Plygrounds
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (350)valor 97.000,00
Total valor 97.000,00

Art. 6º - Com objetivo de atendimento dos prescritos na Lei

Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, relativamente no que tange a compensação das despesas ora instituídas com o advento deste ato, ficam compensadas pela redução parcial das previsões constantes na matéria orçamentária em execução na Prefeitura Municipal, mais propriamente consignadas nas Leis PPA, LDO E LOA, na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.02 – Departamento de Ensino Infantil, Projeto: 1236500401.016– Aquisição de Brinquedos de |Plygrounds, 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (350) valor 97.000,00 (noventa e sete mil reais)

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Ilhota,

Em 27 de Junho de 2018.

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal

DECRETO 260/2018

Publicação Nº 1668207

Decreto nº 260/2018

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar – Provável Excesso de Arrecadação no decorrer do exercício de 2018, para atender a dotação constante do orçamento do corrente exercício.

Erico de Oliveira, Prefeito do Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, IV da lei Orgânica do Município e conforme autorização prevista na Lei Ordinária nº. 1.901 (LOA) de 18 de Dezembro de 2017:

Decreta:

Artigo 1º. – Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar – Provável Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 58.100,00 (cinquenta e oito mil e cem reais), no orçamento vigente, distribuído com a seguinte classificação:

02 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Projeto:0412200021.062 – Aquisição de Moveis e Veículos

4.4.90.00.00.00.00 – FR(89) Aplicações Diretas - código reduzido(18930) R\$ 58.100,00

TotalR\$ 58.100,00

Artigo 2º - Para efetuar a despesa decorrente do Artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados os recursos provenientes das receitas do Provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recurso: 89 – Recursos de alienação de bens destinados a outros programas.

Destinados a outros programas, apurada em conformidade com a Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, Art. 43 - §3º.

Fonte de Recursos: 89 – Recursos de alienação de bens destinados a outros programas.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Ilhota (SC), 27 de Junho de 2018.

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal de Ilhota

DECRETO 261/2018

Publicação Nº 1668492

DECRETO Nº 261, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Fixa o horário de funcionamento das repartições públicas da Administração direta e indireta do Município de Ilhota no dia 02/07/2018

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito de Ilhota/SC, com fundamento no art. 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município e considerando o jogo do Brasil X México no dia 02/07/2018 na Copa do Mundo de Futebol da Rússia,

DECRETA:

Art. 1º No dia 02/07/2018, o expediente das repartições públicas da administração direta e indireta do Município será das 08h00min às 10h30min e das 13h30min às 17h00min.

Art. 2º No dia referido no artigo anterior o Posto de Saúde Central funcionará em seu horário normal, ou seja, das 08h00min às 22h00min.

Parágrafo único. Os demais postos de saúde atenderão no mesmo horário previsto no artigo 1º.

Art. 3º Os alunos da rede pública municipal de ensino matriculados no período matutino serão dispensados às 10h00min.

§ 1º Os ônibus que atendem os alunos do período vespertino começarão a rodar após o término do jogo e as aulas deverão iniciar, a princípio, às 13h30min.

§ 2º Os Centros de Educação Infantil não terão horário de funcionamento diferenciado em virtude do jogo do dia 02/07.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Ilhota, 28 de junho de 2018.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO DE MESA 16/2018

Publicação Nº 1667953

RESOLUÇÃO DE MESA Nº 16/2018

ALTERA O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA, EM VIRTUDE DOS JOGOS DO BRASIL NA COPA DO MUNDO.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA, com fundamento no artigo 39, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Ilhota, bem como no artigo 27, inciso I do Regimento Interno, faz saber,

CONSIDERANDO a necessidade de ordenar e disciplinar os trabalhos e as rotinas de trabalho deste Poder Legislativo;

CONSIDERANDO que a disciplina dos trabalhos e das rotinas desta Casa de Leis exige regulamentação acerca dos dias de funcionamento e dos dias em que não haverá expediente, notadamente em decorrência do jogo do Brasil na copa do mundo no dia 02/07/2018 às 11h00min;

RESOLVE:

Art. 1º. Não haverá expediente na Câmara Municipal de Ilhota no período da manhã a partir das 10h00min no dia 02/07/2018;

Art. 2º. O expediente da Câmara Municipal de Ilhota no período da tarde será a partir das 14h00min no dia 02/07/2018;

Art. 3º. A presente resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Câmara Municipal de Ilhota, 28 de junho de 2018.

Jonatas de Oliveira Jacó

Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Juarez Antônio da Cunha

Vice-presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Luiz Gustavo dos Santos Fidel

1º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Arnoldo Adriano

2º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 021/2018

Publicação Nº 1667130

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 021/2018

O Município de Imaruí/SC torna público aos interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial para contratação de empresa de engenharia elétrica, devidamente estabelecida para este fim, para executar serviços na rede de iluminação pública do município de Imaruí/SC. Entrega dos envelopes: até às 07h45min do dia 12/07/2018 no Setor de Protocolo. Sessão Pública para abertura dos envelopes: às 08h do dia 12/07/2018 no Setor de Licitação. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109 □ Centro □ Imaruí/SC. O edital ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação, ou pelo e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br. Informações no fone 48 3643-0213.

Imaruí, 28 de Junho de 2018.

Rui José Candemil Junior

Prefeito de Imaruí

LEI Nº. 2.039, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1668512

LEI Nº. 2.039, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

ReVOGA E ALTERA dispositivos DA LEI Nº 1.914, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito Municipal de Imaruí, faz saber a todos os habitantes do Município de IMARUÍ – SC, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a alínea "f" do inciso II do art. 1º da Lei nº 1.914, de 22 de dezembro de 2015.

Art. 2º A alínea "g" do inciso II do art. 1º da Lei nº 1.914, de 22 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

g) 02 (dois) titulares e 02 (dois) suplentes do Núcleo Gestor que participaram da elaboração do atual Plano Diretor do Município de Imaruí."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, 28 de junho de 2018.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

PORTARIA Nº 248

Publicação Nº 1668524

PORTARIA GP Nº 248/2018, DE 17 DE ABRIL DE 2018.

Remoção de Servidor Público Municipal

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. JUACI DO AMARAL, usando de suas atribuições, resolve:

REMOVER:

A servidora JANAINA TOMÉ LIBERATO, ocupante do cargo de Assistente, da Secretaria de Saúde para a Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude de acordo com a CI nº 023/2018 da Secretaria de Administração e Finanças:

Imaruí, 17 de abril de 2018.

JUACI DO AMARAL

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA

Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 249

Publicação Nº 1668527

PORTARIA GP Nº 249/2018, DE 17 DE ABRIL DE 2018.

Remoção de Servidor Público Municipal

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. JUACI DO AMARAL, usando de suas atribuições, resolve:

REMOVER:

A servidora JOICE BITTENCOURT FELIPE, ocupante do cargo de Assistente, da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude para a Secretaria de Promoção Social de acordo com a CI nº 023/2018 da Secretaria de Administração e Finanças:

Imaruí, 17 de abril de 2018.

JUACI DO AMARAL

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA

Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 251

Publicação Nº 1668538

PORTARIA GP Nº 251/2018, DE 23 DE ABRIL DE 2018.

Exoneração de Coordenador de Serviços de Manutenção de Iluminação Pública

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

JOÃO INES NETO do cargo de Coordenador de Serviços de Manutenção de Iluminação Pública, de acordo com a CI nº 027/2018 da Secretaria de Administração e Finanças.

Imaruí, 23 de abril de 2018.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 252

Publicação Nº 1668539

PORTARIA GP Nº 252/2018 DE 23 DE ABRIL DE 2018.
Nomeação para o cargo de Coordenador de Defesa Civil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

JUACI DO AMARAL com CPF 712.246.109-20 para exercer o cargo de Coordenador de Defesa Civil, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 23 de abril de 2018.
RUI JOSE CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 253

Publicação Nº 1668544

PORTARIA GP Nº 253/2018, DE 02 DE MAIO DE 2018.
Exoneração de Motorista

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

LOURIVAL FERNANDO MARTINS do cargo de Motorista, de acordo com a CI nº 090/2018 da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 02 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 254

Publicação Nº 1668546

PORTARIA GP Nº 254/2018, DE 02 DE MAIO DE 2018.
Exoneração de Professor de Educação Física

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

FERNANDA DA ROSA do cargo de Professor de Educação Física, com carga horária de 20h semanais de acordo com a CI nº 090/2018 da

Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 02 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 255

Publicação Nº 1668550

PORTARIA GP Nº 255/2018 DE 02 DE MAIO DE 2018.
Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP nº 405/2017, que concede Licença sem Vencimentos a funcionária TEREZINHA MARQUES DE FIGUEREDO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Imaruí, 02 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 256

Publicação Nº 1668551

PORTARIA GP Nº 256/2018, DE 02 DE MAIO DE 2018.
Exoneração de Professor Artes

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

CAMILA VITÓRIO MORAES SELHORST do cargo de Professor Artes, com carga horária de 20h semanais de acordo com a CI nº 091/2018 da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 02 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 257

Publicação Nº 1668552

PORTARIA GP Nº 257/2018, DE 02 DE MAIO DE 2018.
Exoneração de Professor de Língua Inglesa

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

BRUNO CONSTANTINO TEIXEIRA do cargo de Professor de Língua Inglesa, com carga horária de 10h semanais de acordo com a CI nº 091/2018 da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 02 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 258

Publicação Nº 1668553

PORTARIA GP Nº 258/2018, DE 02 DE MAIO DE 2018.

Exoneração de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

ELISETTE MACHADO RODRIGUES do cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 10h semanais de acordo com a CI nº 092/2018 da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 02 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 259

Publicação Nº 1668555

PORTARIA GP Nº 259/2018, DE 02 DE MAIO DE 2018.
Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2016 de 16 de janeiro de 2018 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2018, resolve:

NOMEAR:

DANIELY FAUST FLORIANO com CPF 107.288.919-64, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 10h na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 095/2018 da

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 02 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 260

Publicação Nº 1668556

PORTARIA GP Nº 260/2018, DE 03 DE MAIO DE 2018.
Ampliação de Carga Horária de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 005 de 04 de abril de 2008 e de acordo com o Processo Seletivo 002/2018, resolve:

AMPLIAR:

A carga horária do (a) Professor (a) ELISETTE MACHADO RODRIGUES de 20 horas para 40 horas semanais, de acordo com a CI nº 092/2018 da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 03 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 261

Publicação Nº 1668557

PORTARIA GP Nº 261/2018, DE 04 DE MAIO DE 2018.
Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2016 de 16 de janeiro de 2018 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2018, resolve:

NOMEAR:

LUCIANA DEOLINDO MACHADO com CPF 728.393.250-04, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 10h na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 095/2018 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 04 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 262

Publicação Nº 1668559

PORTARIA GP Nº 262/2018, DE 07 DE MAIO DE 2018.
Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2016 de 16 de janeiro de 2018 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2018, resolve:

NOMEAR:

DANIELY FAUST FLORIANO com CPF 107.288.919-64, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 10h na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 095/2018 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 07 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 263

Publicação Nº 1668558

PORTARIA GP Nº 263/2018, DE 07 DE MAIO DE 2018.
Remoção de Servidor Público Municipal

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 34 da Lei Complementar nº 003/2007, de 26 de dezembro de 2007, resolve:

REMOVER:

ELIGIA DA ROSA NEVES da Secretaria Municipal de Saúde para a Secretaria Municipal de Administração e Finanças a partir do dia 02 de maio de 2018, de acordo com a CI nº 026/2018 da Secretaria de Administração e Finanças.

Imaruí, 07 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 264

Publicação Nº 1668562

PORTARIA GP Nº 264/2018, DE 10 DE MAIO DE 2018.
Nomeação para o cargo de Professor Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2016 de 16 de janeiro de 2018 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2018, resolve:

NOMEAR:

TAINARA DELFINO FERNANDES com CPF 098.644.789-74, para exercer o cargo de Professor Educação Infantil, com carga horária de 20h na NAE- Núcleo de Apoio aos Estudantes, de acordo com a CI nº 098/2018 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura,

Desporto e Juventude.

Imaruí, 10 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 265

Publicação Nº 1668564

PORTARIA GP Nº 265/2018, DE 14 DE MAIO DE 2018.
Redução de Carga Horária de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

REDUZIR:

Para 10h semanais a carga horária do(a) Professor(a) MATEUS PINHO BERNARDES, de acordo com a CI nº 099/2018 da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude:

Imaruí, 14 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 266

Publicação Nº 1668565

PORTARIA GP Nº 266/2018, DE 14 DE MAIO DE 2018.
Exoneração de Funcionário Público Municipal

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve, a pedido:

EXONERAR:

MATEUS PINHO BERNARDES do cargo de Professor História-10h.

Imaruí, 14 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 267

Publicação Nº 1668566

PORTARIA GP Nº 267/2018 DE 14 DE MAIO DE 2018.
Nomeação para o cargo de Diretor Geral

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

CLAUDINEI VALTER ALEXANDRE com CPF 915.477.929-49 para exercer o cargo de Diretor Geral, de acordo com a CI nº 101/2018 da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 14 de maio de 2018.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 268

Publicação Nº 1668568

PORTARIA GP Nº 268/2018, DE 14 DE MAIO DE 2018.

Exoneração de Professor Artes

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

HELAINÉ CRISTINA VICENTE CARDOSO do cargo de Professor Artes, com carga horária de 10h semanais de acordo com a CI nº 103/2018 da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 14 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 269

Publicação Nº 1668570

PORTARIA GP Nº 269/2018 DE 15 DE MAIO DE 2018.
Nomeação para o cargo de Diretor Geral

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

EDUARDA LINO DE OLIVEIRA com CPF 085.931.579-71 para exercer o cargo de Diretor Geral, de acordo com a CI nº 087/2018 da Secretaria de Saúde.

Imaruí, 15 de maio de 2018.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 270

Publicação Nº 1668572

PORTARIA GP Nº 270/2018, DE 17 DE MAIO DE 2018.
Nomeação para o cargo de Professor Anos Iniciais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2016 de 16 de janeiro de 2018 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2018, resolve:

NOMEAR:

MARIA SALETE ROSA DA SILVA com CPF 398.371.499-49, para exercer o cargo de Professor Anos Iniciais, com carga horária de 40h na E.E.F.M. Osvaldo de Sousa Siqueira, de acordo com a CI nº 103/2018 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 17 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 271

Publicação Nº 1668573

PORTARIA GP Nº 271/2018, DE 17 DE MAIO DE 2018.
Nomeação para o cargo de Professor Artes

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2016 de 16 de janeiro de 2018 e de acordo com a Chamada Pública 003/2018, resolve:

NOMEAR:

MAURICIO DANIELSKI VICENTE com CPF 047.523.909-14, para exercer o cargo de Professor Artes, com carga horária de 10h na E.E.F.M. Pref. Portinho Bittencourt, de acordo com a CI nº 103/2018 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 17 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 272

Publicação Nº 1668574

PORTARIA GP Nº 272/2018, DE 18 DE MAIO DE 2018.
Exoneração de Professor Geografia

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

GREICE DE DEOS VIEIRA do cargo de Professor Geografia, com carga horária de 20h semanais de acordo com a CI nº 106/2018 da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 273

Publicação Nº 1668576

PORTARIA GP Nº 273/2018, DE 21 DE MAIO DE 2018.
Designação de Servidor Municipal

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar 004/2007, resolve:

DESIGNAR:

HALINE DE MENDONÇA JACQUES DIAS responsável pela declaração de uso do solo.

Imaruí, 21 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 274

Publicação Nº 1668577

PORTARIA GP Nº 274/2018, DE 21 DE MAIO DE 2018.

Redução de Carga Horária de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

REDUZIR:

Para 20h semanais a carga horária do(a) Professor(a) MIRIAM VALMIRIA VIEIRA, de acordo com a CI nº 106/2018 da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude:

Imaruí, 21 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 275

Publicação Nº 1668578

PORTARIA GP Nº 275/2018, DE 21 DE MAIO DE 2018.
Ampliação de Carga Horária de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 005 de 04 de abril de 2008 e de acordo com o Processo Seletivo 002/2018, resolve:

AMPLIAR:

A carga horária do (a) Professor (a) ROSICLEIA TEIXEIRA de 30 horas para 40 horas semanais, de acordo com a CI nº 106/2018 da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 21 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 276

Publicação Nº 1668580

PORTARIA GP Nº 276/2018, DE 21 DE MAIO DE 2018.
Nomeação para o cargo de Professor Auxiliar de Educação Especial

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2016 de 16 de janeiro de 2018 e de acordo com o Processo Seletivo 003/2018, resolve:

NOMEAR:

MIRIAM VALMIRIA VIEIRA com CPF 578.469.019-15, para exercer o cargo de Professor Auxiliar de Educação Especial, com carga horária de 20h na E.E.F.M. José Tomas Ribeiro, de acordo com a CI nº 106/2018 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 21 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 277

Publicação Nº 1668582

PORTARIA GP Nº 277/2018, DE 21 DE MAIO DE 2018.
Nomeação para o cargo de Professor Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2016 de 16 de janeiro de 2018 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2018, resolve:

NOMEAR:

HICLA SUELLEN MATIAS DE BITTENCOURT com CPF 100.797.579-28, para exercer o cargo de Professor Educação Infantil, com carga horária de 10h na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 106/2018 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto

e Juventude.

Imaruí, 21 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 278

Publicação Nº 1668583

PORTARIA GP Nº 278/2018, DE 21 DE MAIO DE 2018.
Nomeação para o cargo de Professor Anos Iniciais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2016 de 16 de janeiro de 2018 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2018, resolve:

NOMEAR:
DAYANE DE OLIVEIRA CARDOSO com CPF 095.924.989-38, para exercer o cargo de Professor Anos Iniciais, com carga horária de 20h na E.E.F.M. José Tomas Ribeiro, de acordo com a CI nº 106/2018 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 21 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 279

Publicação Nº 1668585

PORTARIA GP Nº 279/2018, DE 21 DE MAIO DE 2018.
Nomeação para o cargo de Professor Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2016 de 16 de janeiro de 2018 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2018, resolve:

NOMEAR:
INDIANARA DE OLIVEIRA FERMINO com CPF 064.203139-88, para exercer o cargo de Professor Educação Infantil, com carga horária de 20h na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 106/2018 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 21 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 279

Publicação Nº 1668587

PORTARIA GP Nº 279/2018, DE 21 DE MAIO DE 2018.
Nomeação para o cargo de Professor Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2016 de 16 de janeiro de 2018 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2018, resolve:

NOMEAR:
INDIANARA DE OLIVEIRA FERMINO com CPF 064.203139-88, para exercer o cargo de Professor Educação Infantil, com carga horária de 20h na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 106/2018 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 21 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 280

Publicação Nº 1668588

PORTARIA GP Nº 280/2018, DE 21 DE MAIO DE 2018.
Nomeação para o cargo de Professor de Geografia

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2016 de 16 de janeiro de 2018 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2018, resolve:

NOMEAR:
GREICE DE DEOS VIEIRA com CPF 018.308.090-40, para exercer o cargo de Professor de Geografia, com carga horária de 30h semanais na E.E.F.M. Osvaldo de Sousa Siqueira, de acordo com a CI nº 106/2018 da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 21 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 281

Publicação Nº 1668589

PORTARIA GP Nº 281/2018, DE 30 DE MAIO DE 2018.
Exoneração de Servidor Público Municipal

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve, a pedido:

EXONERAR:
FERNANDO FAUST do cargo de Operador de Equipamentos II.

Imaruí, 30 de maio de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 282

Publicação Nº 1668591

PORTARIA GP Nº 282/2018, DE 04 DE JUNHO DE 2018.
Nomeação para o cargo de Fonoaudiólogo

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:
LETICIA DEIVID DE AMORIM com CPF 066.282.249-88 para exercer o cargo efetivo de Fonoaudiólogo, com carga horária de 20h semanais, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 04 de junho de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 250

Publicação Nº 1668535

PORTARIA GP Nº 250/2018, DE 17 DE ABRIL DE 2018.
Remoção de Servidor Público Municipal

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. JUACI DO AMARAL, usando de suas atribuições, resolve:

REMOVER:

A servidora THAISE NUNES COSTA, ocupante do cargo de Assistente, da Secretaria de Administração e Finanças para a Secretaria de Saúde de acordo com a CI nº 023/2018 da Secretaria de Administração e Finanças:

Imaruí, 17 de abril de 2018.
JUACI DO AMARAL
Prefeito em Exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL SEAD Nº 049/2018

Publicação Nº 1667857

EDITAL SEAD Nº 049/2018

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
Nº 22/2017.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 22/2017, divulgado através do Edital nº 22/2017, de 20 de outubro de 2017, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 22/2017, de 26 de Janeiro de 2018, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 22/2017, para comparecer a Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração- DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 29 de Junho a 28 de Julho de 2018, no horário das 13:30 às 19:00, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 28 de junho de 2018.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAD Nº 049/2018

Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira
Raquel Silva de Maria

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REABERTURA PROCESSO Nº 61/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2018 (PMI - MULTIENTIDADES)

Publicação Nº 1667616

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 61/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2018

O Pregoeiro Oficial do Município de Imbituba, torna público, o fim da Suspensão do Processo Licitatório nº 61/2018, que tem como objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE MEDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL – PCMSO; ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS – PPRA E A ELABORAÇÃO E EMISSÃO DO LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO – LTCAT, LAUDO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE".

A sessão pública para recebimento dos envelopes, referente ao objeto supracitado realizar-se-á em 11 de Julho de 2018, às 14:00 horas, na Diretoria de Licitações e Atos contratuais.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 29 de junho de 2018.

Fernando Melo da Silva
Pregoeiro Oficial

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 70/2018 CREDENCIAMENTO 18/2018 (SEDUCE)

Publicação Nº 1668160

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEDUCE

PROCESSO Nº 70/2018

INEXIGIBILIDADE Nº 18/2018

CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Presidente da Comissão de Licitação e através da SEDUCE – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e esportes, torna público o edital de Chamamento Público, visando "CREDENCIAMENTO PARA CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇOS DESTINADOS A EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PARA PUBLICIDADE E PROPAGANDA, NA CAMISETA DO PROJETO COMUNIDADE ATIVA" que realizará às inscrições a partir do dia 16/07/2018, às 13:00 horas, poderão ser feitas por pessoas jurídicas de direito privado, na Diretoria de Licitações, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações. O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 29 de junho de 2018

Filipe Dias Antônio
Secretário da SEDUCE

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 72/2018
CREDENCIAMENTO 19/2018 (SEDUCE)**

Publicação Nº 1668424

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEDUCE
PROCESSO Nº 72/2018
INEXIGIBILIDADE Nº 19/2018
CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Presidente da Comissão de Licitação e através da SEDUCE – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e esportes, torna público o edital de Chamamento Público, visando “CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇOS FÍSICOS DESTINADOS A EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PARA PUBLICIDADE E PROPAGANDA, NAS DEPENDÊNCIAS INTERNAS DO GINÁSIO DE ESPORTES OLIVAR FRANCISCO” que realizará às inscrições a partir do dia 16/07/2018, às 13:30 horas, poderão ser feitas por pessoas jurídicas de direito privado, na Diretoria de Licitações, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações. O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 29 de junho de 2018
Filipe Dias Antônio
Secretário da SEDUCE

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 71/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2018 (PMI - SEDUCE)**

Publicação Nº 1668281

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 71/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2018

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEDUCE – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 12 de Julho de 2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por LOTE, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTOS DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS E LIVROS DE LITERATURA INFANTIL/INFANTO-JUVENIL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES ESTIMADAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DESTA MUNICÍPIO”.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na diretoria de licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, centro, das 13:00 às 19:00 horas, de segunda à sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link portal da transparência.

Imbituba, 29 de junho de 2018.
Filipe Dias Antônio
Secretário da SEDUCE

PORTARIA PMI/SEAD Nº 413/2018

Publicação Nº 1667896

PORTARIA PMI/SEAD Nº 413, de 28 de junho de 2018.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. JAQUELINE FERNANDES, Servente Merendeira, inscrita no CPF sob o nº 066.332.519-63, admitida em 17 de junho de 2013, contrato nº 7329, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2013 a 2018	27.06.2018 a 24.09.2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de junho de 2018.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 414/2018

Publicação Nº 1667954

PORTARIA PMI/SEAD Nº 414, de 28 de junho de 2018.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. SHIRLEY NASCIMENTO DOS PASSOS, Professora, inscrita no CPF sob o nº 037.822.599-55, admitida em 06 de fevereiro de 2012, matrícula nº 6023, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2012 a 2017	16.07.2018 a 14.08.2018 01.08.2019 a 30.08.2019	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de julho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de junho de 2018.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 415/2018

Publicação Nº 1667993

PORTARIA PMI/SEAD Nº 415, de 28 de junho de 2018.

Dispõe sobre a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical, da servidora municipal de carreira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014, ainda, Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991 e Lei Complementar n.º 1.984, de 16 de dezembro de 1999, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

Considerando, que a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical, se dá através da apresentação através de protocolo, do diploma ou certificado devidamente registrado na respectiva Instituição de Ensino e reconhecido pelo Ministério de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a servidora municipal de carreira abaixo relacionada, através do instituto da Evolução Funcional mediante PROMOÇÃO VERTICAL, conforme estabelecido na tabela a seguir:

Matr.	Nome	CPF	Cargo	Nível/ Subnível Anterior	Nível/ Subnível Posterior	Proc./Adm.
4836	Cristina Fidélis	000.045.389-78	Servente Merendeira	1.1 - B	1.2 - B	14510/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de junho de 2018.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 027/2018**

Publicação Nº 1668473

Ato da Presidência nº 027/2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 21ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, a realizar-se no dia 02 de julho de 2018 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
032	PLC nº 429/2018 CCJ: Parecer Favorável CFO: Parecer Favorável	21/05/2018	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Institui o Alvará de Funcionamento vinculado para o exercício de atividade econômica no município de Imbituba, e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
037	PL nº 5.029/2018 CCJ: Parecer Favorável CFO: Parecer Favorável Emenda Aditiva nº 001 CCJ: Parecer Favorável CFO: Parecer Favorável	18/06/2018	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Dispõe sobre alteração da LDO 2018 e abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
039	PL nº 5.030/2018 CCJ: Parecer Favorável CFO: Parecer Favorável Emenda Aditiva nº 001 CCJ: Parecer Favorável CFO: Parecer Favorável	18/06/2018	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Dispõe sobre alteração da LDO 2018 e abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª

042	PL nº 5.032/2018	25/06/2018	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Institui a Comissão Técnica para Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba e demais legislações municipais correlatas, e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	REQ nº 018/2018	25/06/2018	Legislativo Municipal	Luís Antônio Dutra	Requer que seja oficiado o Delegado da Polícia Civil de Imbituba, Senhor Raphael Rampinelli, para que forneça cópias dos vídeos da manifestação tida como "movimento grevista dos caminhoneiros", em especial, àquelas noticiadas em âmbito nacional, em que aparecem ônibus da Prefeitura Municipal de Imbituba, que, supostamente, estariam transportando pessoas para a referida manifestação.	Ordinário	Única	Única
	REQ nº 019/2018	25/06/2018	Legislativo Municipal	Luís Antônio Dutra	Requer a realização de Audiência Pública, envolvendo representantes do Poder Executivo Municipal, empresas concessionárias, Ministério Público e da Sociedade Civil Organizada, objetivando discutir questões relativas ao direito ao acesso à energia elétrica e fornecimento de água, no município de Imbituba.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 28 de junho de 2018.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza	Gilberto Pereira
Presidente	Vice-Presidente
Humberto Carlos dos Santos	Roberto Luiz Rodrigues
Primeiro-Secretário	Segundo-Secretário

Indaial

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2018

Publicação Nº 1668086

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.28/2018

FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- INDAGAS COM. E TRANSP. DE GAS LTDA

OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: aquisição de carga de gás p13 / p45.

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R\$ 503.900,00

PRAZO: 12 (doze) meses da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 21/06/2018.

- A RESOLUÇÃO Nº 27/2013, que trata sobre o novo Regimento Interno do CMAS/Indaial, em 15 de Agosto de 2013;

- A Gestão deste Conselho que compreende o período de Abril de 2017 até Abril de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a seguinte composição da mesa diretora vigente até Abril de 2019:

Presidente: Adriana Regina Bacil Santos

Vice Presidente: Sueli Martins Correia

Primeiro Secretário: Valeria Cristina Stolf Bortoluzzi

Segundo Secretário: vago

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 18 de Abril de 2018.

ADRIANA REGINA BACIL SANTOS

PRESIDENTE DO CMAS- INDAIAL/SC

DECRETO Nº 328/18

Publicação Nº 1667235

. DECRETO Nº 328/18

. De 20 de junho de 2018

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 07/2018 CMAS / REVOGA RESOLUÇÃO Nº 01 DE 2018 / APROVA COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA ATÉ ABRIL DE 2019

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº8742 de 07 de dezembro de 1993, da Lei Municipal nº 4660 de 15 de junho de 2012, cria o CMAS de Indaial, na Lei Municipal nº 2563 de 10 de dezembro de 1996, cria o FMAS de Indaial, Decreto nº 439/2015 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 07/2018, que aprova a composição da mesa Diretora até Abril de 2019, a resolução nº 07/2018, é parte integrante deste decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 20 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RESOLUÇÃO Nº 07/2018	REVOGA RESOLUÇÃO N 01/2018 E APROVA A NOVA COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA.
-------------------------	--

O Conselho Municipal de Assistência Social de Indaial, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e suas alterações através da Lei nº 12.435/2011, conferidas pela Lei Municipal nº 2386, de 31 de outubro de 1994 e suas alterações através das Leis nº 2.563, de 10 de Dezembro de 1996, 2.848/00, 3.081/02 e na Lei Municipal vigente nº 4.660/2012; no Decreto nº 439/2017 e suas alterações e na Plenária do dia 18 de Abril de 2018.

Considerando:

- As diretrizes dispostas através da Lei 12.435/2011 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social, que complementa a Lei Orgânica de Assistência Social – Lei 8.742/1993;

- A NOB/SUAS-2012: Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, no que se refere à composição e atribuições dos Conselhos de Assistência Social;

- A alteração da lei municipal que regulamenta o CMAS: Lei nº4660, de 15 de julho de 2012;

DECRETO Nº 333/18

Publicação Nº 1667238

. DECRETO Nº 333/18

. De 25 de junho de 2018

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 08/2018 CMAS / ENTIDADE CASA DO CAMINHO DE INDAIAL

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº8742 de 07 de dezembro de 1993, da Lei Municipal nº 4660 de 15 de junho de 2012, cria o CMAS de Indaial, na Lei Municipal nº 2563 de 10 de dezembro de 1996, cria o FMAS de Indaial, Decreto nº 439/2015 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 08/2018, Entidade Casa do Caminho de Indaial, a resolução nº 08/2018, é parte integrante deste decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RESOLUÇÃO Nº 08/2018	ENTIDADE CASA DO CAMINHO DE INDAIAL.
-------------------------	--------------------------------------

O Conselho Municipal de Assistência Social de Indaial, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e suas alterações através da Lei nº 12.435/2011, conferidas pela Lei Municipal nº 2386, de 31 de outubro de 1994 e suas alterações através das Leis nº 2.563, de 10 de Dezembro de 1996, 2.848/00, 3.081/02 e na Lei Municipal vigente nº 4.660/2012; no Decreto nº 439/2017 e suas alterações e na Plenária do dia 18 de Abril de 2018.

Considerando:

- As diretrizes dispostas através da Lei 12.435/2011 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social, que complementa a Lei Orgânica de Assistência Social – Lei 8.742/1993;

- A NOB/SUAS-2012: Norma Operacional Básica do Sistema Único

de Assistência Social, no que se refere à composição e atribuições dos Conselhos de Assistência Social;

- A alteração da lei municipal que regulamenta o CMAS: Lei nº 4660, de 15 de julho de 2012;
- A RESOLUÇÃO Nº 27/2013, que trata sobre o novo Regimento Interno do CMAS/Indaial, em 15 de Agosto de 2013;
- A Gestão deste Conselho que compreende o período de Abril de 2017 até Abril de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º – Realizamos visita técnica na Entidade Casa do Caminho, localizada no Endereço: Rua Antonio Dickmann, nº 3626, Bairro Polaquia, Sede Propria, em Indaial, Santa Catarina. Trata-se de uma Comunidade Terapeutica, Anexo relatório da visita deste Conselho. Sugerimos que o Conselho Municipal de Saúde, acompanhe, fiscalize esta Entidade e que lhes de algum suporte informativo/explicativo. Esta Entidade gostaria de constituir uma parceria com o Poder Publico, para a compra de vagas para o tratamento de homens com dependencia quimica/drogas.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 18 de Abril de 2018.

ADRIANA REGINA BACIL SANTOS
PRESIDENTE DO CMAS- INDAIAL/SC

SUAS – SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EQUIPE TÉCNICA SUAS INDAIAL

RELATÓRIO DE VISITA
ENTIDADE CASA DO CAMINHO

Indaial, 16 de Abril de 2018.

Cumprimentando cordialmente, informamos que realizamos uma visita técnica in loco na data de 16 de Abril do corrente ano, com a participação das profissionais da Gestão do SUAS Indaial e membros do CMAS Indaial, à Entidade Casa do Caminho de Indaial, situada a Rua Antonio Dickmann, nº 3626, Bairro Polaquia, Sede Propria, em Indaial, Santa Catarina.

A Entidade solicita inscrição no CMAS. O objetivo de nossa visita foi averiguar quais são as atividades desenvolvidas e como estão organizados.

A Entidade Casa do Caminho de Indaial, desenvolve trabalhos de Comunidade Terapeutica. Conversamos com a proprietária, que fala que precisam de uma parceria com o Poder Publico para a manutenção da Entidade e para acessar o Programa Mesa Brasil. Orientamos como acessar a Rede de Atendimentos de Indaial. Após, realizamos a visita nas outras dependências da Entidade, que possui um belíssimo espaço físico, adequado para o atendimento. Em geral, tudo muito organizado e em funcionamento, esta localizada na area mais rural da cidade de Indaial.

Ressaltamos que a Entidade Casa do Caminho de Indaial, vem desenvolvendo um ótimo trabalho com a comunidade prestando um serviço de utilidade pública relevante.

Sendo o que tínhamos a informar até o presente momento, subcrevemos-nos:

Atenciosamente,

Dayse Dinorá da Silva	Adriana K. Tridapalli
Secretaria Executiva do CMAS/Indaial	Assessoria Técnica
Anelise K Brignoli	Gerson Geraldo Ladevig
Conselheira do CMAS Indaial	Conselheiro CMAS Indaial

DECRETO Nº 335/18

Publicação Nº 1667240

. DECRETO Nº 335/18

. De 27 de junho de 2018

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 09/2018 CMAS /
APROVA A PARTICIPAÇÃO NO III SEMINÁRIO CATARINENSE DE
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E FAMILIAR

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº 8742 de 07 de dezembro de 1993, da Lei Municipal nº 4660 de 15 de junho de 2012, cria o CMAS de Indaial, na Lei Municipal nº 2563 de 10 de dezembro de 1996, cria o FMAS de Indaial, Decreto nº 439/2015 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 09/2018, Aprovar o pagamento de diária, no valor de R\$ 360,00 cada uma (Mara Salvador Petris e de Valéria Cristina Stolf Bortoluzzi), totalizando R\$ 720,00 no Evento III Seminário Catarinense de Acolhimento Institucional e Familiar, que ocorreu nos dias 26 e 27 de Abril, em Florianópolis/S.C, a resolução nº 09/2018, é parte integrante deste decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 27 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 09/2018	APROVA A PARTICIPAÇÃO NO III SEMINÁRIO CATARINENSE DE ACOLHIMENTO INSTITUCIO- NAL E FAMILIAR.
--	---

O Conselho Municipal de Assistência Social de Indaial, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, conferidas pela Lei Municipal nº 4660, de 15 de junho de 2012, cria o CMAS Indaial; na Lei Municipal nº 2.563, de 10 de Dezembro de 1996, cria o FMAS Indaial; no Decreto nº 439/2017 e suas alterações e a Plenaria de 22 de Maio de 2018.

CONSIDERANDO:

- As diretrizes dispostas através da Lei 12.435/2011 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social, que altera a Lei Orgânica de Assistência Social – Lei 8.742/1993;
- A NOB-RH/SUAS- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social;
- A NOB/SUAS- Norma Operacional Básica da Política de Assistência Social;
- A Resolução CNAS nº 109 que tipifica nacionalmente os serviços socioassistenciais;
- As portarias, guias e instruções normativas do governo federal que dispõem sobre a aplicação dos recursos repassados aos municípios;
- A capacidade instalada do município e as demandas expressas;
- Os compromissos assumidos pelo município na adesão à Gestão Plena da Política de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o pagamento de diária, no valor de R\$ 360,00 cada uma (Mara Salvador Petris e de Valéria Cristina Stolf Bortoluzzi), totalizando R\$ 720,00 no Evento III Seminário Catarinense de Acolhimento Institucional e Familiar, que ocorreu nos dias 26 e 27 de Abril, em Florianópolis/S.C.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 22 de Maio de 2018.

ADRIANA REGINA BACIL SANTOS
PRESIDENTE DO CMAS- INDAIAL/SC

DECRETO Nº 336/18

Publicação Nº 1667241

. DECRETO Nº 336/18

. De 27 de junho de 2018

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 10/2018 CMAS / APROVA A PARTICIPAÇÃO DAS COORDENAÇÕES DE CRAS EM CURSO/CAPACITAÇÃO

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº8742 de 07 de dezembro de 1993, da Lei Municipal nº 4660 de 15 de junho de 2012, cria o CMAS de Indaial, na Lei Municipal nº 2563 de 10 de dezembro de 1996, cria o FMAS de Indaial, Decreto nº 439/2015 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 10/2018, Aprovar o pagamento de diárias, no valor de R\$ 1.100,00 cada uma (Adriana Knopp Tridapalli, Marli Gazaniga, Fernanda da Cunha, Leticia da Silva Glória Grisolia), totalizando R\$ 4.400,00, na Capacitação CRASs, que ocorreu nos dias 02, 03 e 04 de Maio, em Curitiba/PR, organizado pelo Instituto Santos Brasil, a resolução nº 10/2018, é parte integrante deste decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 27 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 10/2018	APROVA A PARTICIPAÇÃO DAS COORDENAÇÕES DE CRASs EM CURSO/CAPACITAÇÃO.
---------------------------------------	---

O Conselho Municipal de Assistência Social de Indaial, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, conferidas pela Lei Municipal nº 4660, de 15 de junho de 2012, cria o CMAS Indaial; na Lei Municipal nº 2.563, de 10 de Dezembro de 1996, cria o FMAS Indaial; no Decreto nº 439/2017 e suas alterações e a Plenaria de 22 de Maio de 2018.

CONSIDERANDO:

· As diretrizes dispostas através da Lei 12.435/2011 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social, que altera a Lei Orgânica de Assistência Social – Lei 8.742/1993;

· A NOB-RH/SUAS- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social;

· A NOB/SUAS- Norma Operacional Básica da Política de Assistência Social;

· A Resolução CNAS nº109 que tipifica nacionalmente os serviços socioassistenciais;

· As portarias, guias e instruções normativas do governo federal que dispõem sobre a aplicação dos recursos repassados aos municípios;

· A capacidade instalada do município e as demandas expressas;

· Os compromissos assumidos pelo município na adesão à Gestão Plena da Política de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o pagamento de diárias, no valor de R\$ 1.100,00 cada uma (Adriana Knopp Tridapalli, Marli Gazaniga, Fernanda da Cunha, Leticia da Silva Glória Grisolia), totalizando R\$ 4.400,00, na Capacitação CRASs, que ocorreu nos dias 02, 03 e 04 de Maio, em Curitiba/PR, organizado pelo Instituto Santos Brasil.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 22 de Maio de 2018.

ADRIANA REGINA BACIL SANTOS

PRESIDENTE DO CMAS- INDAIAL/SC

DECRETO Nº 337/18

Publicação Nº 1667246

. DECRETO Nº 337/18

. De 27 de junho de 2018

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 11/2018 CMAS / APROVA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS ESTADUAIS / PROTEÇÃO SOCIAL MÉDIA COMPLEXIDADE E PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº8742 de 07 de dezembro de 1993, da Lei Municipal nº 4660 de 15 de junho de 2012, cria o CMAS de Indaial, na Lei Municipal nº 2563 de 10 de dezembro de 1996, cria o FMAS de Indaial, Decreto nº 439/2015 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 11/2018, Aprovar a utilização dos Recursos do Estado: Proteção Social de Média Complexidade e Proteção Social Básica. Sendo: para a Proteção Social de Média Complexidade, o valor total de R\$ 39.587,73 em construção de banheiros adaptados para moradores de/na rua e para a Proteção Social Básica, o valor total de R\$ 53.948,65 em construção de sala de reuniões para o CRAS Carijós e a compra de parque infantil para o Serviço de PAIF do CRAS Estrada das Areias, a resolução nº 11/2018, é parte integrante deste decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 27 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

RESOLUÇÃO Nº 11/2018	APROVA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS ESTADUAIS: PROTEÇÃO SOCIAL MÉDIA COMPLEXIDADE E PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.
-------------------------	--

O Conselho Municipal de Assistência Social de Indaial, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e suas alterações através da Lei nº 12.435/2011, conferidas pela Lei Municipal nº 2386, de 31 de outubro de 1994 e suas alterações através das Leis nº 2.563, de 10 de Dezembro de 1996, 2.848/00, 3.081/02 e na Lei Municipal vigente nº 4.660/2012; no Decreto nº 439/2017 e suas alterações e na Plenária do dia 22 de Maio de 2018.

Considerando:

- As diretrizes dispostas através da Lei 12.435/2011 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social, que complementa a Lei Orgânica de Assistência Social – Lei 8.742/1993;

- A NOB/SUAS-2012: Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, no que se refere à composição e atribuições dos Conselhos de Assistência Social;

- A alteração da lei municipal que regulamenta o CMAS: Lei nº4660, de 15 de julho de 2012;

- A RESOLUÇÃO Nº 27/2013, que trata sobre o novo Regimento Interno do CMAS/Indaial, em 15 de Agosto de 2013;

- A Gestão deste Conselho que compreende o período de Abril de 2017 até Abril de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a utilização dos Recursos do Estado: Proteção Social de Média Complexidade e Proteção Social Básica. Sendo: para a Proteção Social de Média Complexidade, o valor total de R\$ 39.587,73 em construção de banheiros adaptados para moradores de/na rua e para a Proteção Social Básica, o valor total de R\$ 53.948,65 em construção de sala de reuniões para o CRAS Carijós e a compra de parque infantil para o Serviço de PAIF do CRAS Estrada das Areias.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 22 de Maio de 2018.
ADRIANA REGINA BACIL SANTOS
PRESIDENTE DO CMAS- INDAIAL/SC

DECRETO Nº 338/18

Publicação Nº 1667249

. DECRETO Nº 338/18
. De 27 de junho de 2018
HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 12/2018 CMAS / APROVA A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº8742 de 07 de dezembro de 1993, da Lei Municipal nº 4660 de 15 de junho de 2012, cria o CMAS de Indaial, na Lei Municipal nº 2563 de 10 de dezembro de 1996, cria o FMAS de Indaial, Decreto nº 439/2015 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 12/2018, Aprovar a prestação de serviços na área de informática: CESAR ANTONIO NEGRI MEI, no valor total de R\$ 1.995,00, a resolução nº 12/2018, é parte integrante deste decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 27 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

RESOLUÇÃO Nº 12/2018	APROVA A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.
-------------------------	--

O Conselho Municipal de Assistência Social de Indaial, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e suas alterações através da Lei nº 12.435/2011, conferidas pela Lei Municipal nº 2386, de 31 de outubro de 1994 e suas alterações através das Leis nº 2.563, de 10 de Dezembro de 1996, 2.848/00, 3.081/02 e na Lei Municipal vigente nº 4.660/2012; no Decreto nº 439/2017 e suas alterações e na Plenária do dia 27 de Junho de 2018.

Considerando:

- As diretrizes dispostas através da Lei 12.435/2011 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social, que complementa a Lei Orgânica de Assistência Social – Lei 8.742/1993;
- A NOB/SUAS-2012: Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, no que se refere à composição e atribuições dos Conselhos de Assistência Social;
- A alteração da lei municipal que regulamenta o CMAS: Lei nº4660, de 15 de julho de 2012;
- A RESOLUÇÃO Nº 27/2013, que trata sobre o novo Regimento Interno do CMAS/Indaial, em 15 de Agosto de 2013;
- A Gestão deste Conselho que compreende o período de Abril de 2017 até Abril de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a prestação de serviços na área de informática: CESAR ANTONIO NEGRI MEI, no valor total de R\$ 1.995,00.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 27 de Junho de 2018.
ADRIANA REGINA BACIL SANTOS
PRESIDENTE DO CMAS- INDAIAL/SC

DECRETO Nº 339/18

Publicação Nº 1667252

. DECRETO Nº 339/18
. De 27 de junho de 2018
HOMOLOGA RESOLUÇÃO 001 de 2018 / CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO / APROVA CALENDÁRIO DAS PLENÁRIAS PARA 2018.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 5082 de 2014 e Decreto nº 585/2017 de 2017 e nas deliberações ocorridas nas Plenárias Ordinárias e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 001/18 do Conselho Municipal de Habitação de Indaial, que aprova o calendário das Plenárias do CMH Indaial para o ano de 2018, a Resolução nº 001/2018 do Conselho Municipal de Habitação é parte integrante deste Decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 27 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 340/18

Publicação Nº 1667256

. DECRETO Nº 340/18
. De 27 de junho de 2018
HOMOLOGA RESOLUÇÃO 002 de 2018 / CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO / APROVA A COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 5082 de 2014 e Decreto nº 585/2017 de 2017 e nas deliberações ocorridas nas Plenárias Ordinárias e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 002/18 do Conselho Municipal de Habitação de Indaial, que aprova a composição da Mesa Diretora vigente até abril de 2018, a Resolução nº 002/2018 do Conselho Municipal de Habitação é parte integrante deste Decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 27 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 341/18

Publicação Nº 1667259

. DECRETO Nº 341/18

. De 27 de junho de 2018

HOMOLOGA RESOLUÇÃO 003 de 2018 / CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO / APROVA PAGAMENTO DE GASTOS DOS LOTEAMENTOS RESSOAR E PANINI COM RECURSOS FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 5082 de 2014 e Decreto nº 585/2017 de 2017 e nas deliberações ocorridas nas Plenárias Ordinárias e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 003/18 do Conselho Municipal de Habitação de Indaial, que aprova o pagamento de gastos dos loteamentos Panini e Ressoar com recursos do F.M.H., a Resolução nº 001/2018 do Conselho Municipal de Habitação é parte integrante deste Decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 27 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 342/18

Publicação Nº 1667262

. DECRETO Nº 342/18

. De 27 de junho de 2018

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – COMED GESTÃO 2018-2020

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal 3.656/07, considerando o Decreto 880/17 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica nomeado os membros do Conselho Municipal de Educação - COMED, a composição é parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 27 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

Membros do Conselho Municipal de Educação (2018-2020)

I. Representante da Secretaria da Educação:

Titular: Marineusa da Cunha de Sá

Suplente: Priscila Elaine Ehrat Cardozo

II. Representante da Secretaria de Assistência Social:

Titular: Marli Bonezzi (MANA)

Suplente: Marli Gazaniga

III. Representante da Secretaria de Saúde:

Titular: Larissa Poletto

Suplente: Rosangela de Souza Saucedo Marques

IV. Representante dos Clubes de Serviço:

Titular: Maria Helena Guimarães Prade

Suplente: Rogério André Uller

V. Representante das Escolas Estaduais/GERED:

Titular: Anacleto Cordeiro Pinto Júnior

Suplente: Rosangela Kempner

VI. Representante das APP's Municipais:

Titular: Márcia Tonett Lopes de Oliveira

Suplente: Cinira Simone Althoff França

VII. Representante do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Indaial:

Titular: Patrícia Fey

Suplente: Nara Benta Lyra de Souza

VIII. Representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Indaial/ SINSERPI:

Titular: Margarete Pisa Bazzanella

Suplente: Márcia Magred Lindner Cipriani

IX. Representante da Indústria e Comércio locais:

Titular: Anilse Maria de Freitas Jacobsen

Suplente: Sheila Wanke

X. Representante da Polícia Militar:

Titular: Sd. PM Daniel Bambinetti

Suplente: Sd. PM Diogo Cristiano Pinto

XI. Representante da Educação Superior local – área Licenciaturas:

Titular: Janete Pedrinha Fink dos Santos

Suplente: Ana Clarisse Alencar Barbosa

XII. Representante do Ensino Privado:

Titular: Shirley Janine Miranda

Suplente: Luiza Finardi de Souza e Silva

XIII. Representante dos professores Admitidos em Caráter Temporário/ACTs Municipais:

Titular: Vítor Artur Dietrich

Suplente: Claudia Leitchele Imme Atanzio

XIV. Representante dos(as) Diretores(as) da Educação Infantil das Instituições Municipais:

Titular: Sandra Mara Merini Seibt

Suplente: Sandra Regina da Silva Schulz

XV. Representante dos(as) Diretores(as) do Ensino Fundamental das Instituições Municipais:

Titular: Leila Tafner Mannes

Suplente: Raquel Zimmermann de Faveri

XVI. Representante dos(as) Auxiliares de Creche:

Titular: Iraci Mazzi Huebes

Suplente: Roberta Regina Coelho Lopes

XVII. Representante dos(as) Agentes Educacionais das Instituições Municipais:

Titular: Elza da Silva

Suplente: Mirtes Terezinha Dalfovo Merini

XVIII. Representante da Educação Infantil (0 a 3 anos):

Titular: Angela Ferrari

Suplente: Keila Josimara Beilke

XIX. Representante da Educação Infantil (4 a 6 anos):

Titular: Andreia Vieira de Jesus Ribeiro

Suplente: Sandra Kurth Velter

XX. Representante do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais (1º ao 5º ano):

Titular: Jaqueline Andressa Kroeger Schmitz

Suplente: Eliana Krieser Wollinger

XXI. Representante do Ensino Fundamental dos Anos Finais (6º ao 9º ano):

Titular: Alcides Bedin

Suplente: Neide de Fátima Vargas

XXII. Representante da Educação Especial/APAE:

Titular: Orentina Rita Barth de Andrade

Suplente: Inez Salvi Vailatti

XXIII. Representante do Centro Educação de Jovens e Adultos/EJA:

Titular: Zilda Maria Garcia de Garcia

Suplente: Patrícia Lamin Batista

XXIV. Representante dos Estudantes (maiores de idade/emancipados):

XX

DECRETO Nº 343/18

Publicação Nº 1667264

. DECRETO Nº 343/18

. De 27 de junho de 2018

Homologa Inscrições Processo Seletivo 001/2018/ Secretaria de Obras.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Ficam homologadas as Inscrições do Processo Seletivo 001/2018 da Secretaria Municipal Obras, para o cargo de Operador de Máquina Moto niveladora, conforme abaixo:

RELAÇÃO DE CANDIDATOS INSCRITOS

Nº Inscrição	CANDIDATO	CARGO
001	ADELINO BRACIANI	OPERADOR DE MÁQUINA NIVELADORA
002	DOMINGOS MANOEL NUNES	OPERADOR DE MÁQUINA NIVELADORA
003	GLAUCO BERNARDI	OPERADOR DE MÁQUINA NIVELADORA

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 27 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

LEI COMPLEMENTAR Nº 213/2018

Publicação Nº 1667266

. LEI COMPLEMENTAR Nº 213

. de 27 de junho de 2018

Institui a unidade monetária ambiental (UMA) para efeito de cálculo de atualização monetária e unidade de referência de valores expressos na legislação ambiental municipal e dá outras providências.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º – Fica instituída a Unidade Monetária Ambiental (UMA), para efeito de cálculo de atualização monetária dos créditos pertencentes ao Município, bem como os relativos a multas e penalidades de qualquer natureza, e unidade de referência de valores expressos na legislação ambiental municipal.

Art. 2º – A UMA terá sua expressão monetária fixada anualmente por Decreto do Chefe do Poder Executivo, segundo a variação acumulada do INPC/IBGE ou outro indexador que vier a substituí-lo, medida entre os meses de janeiro a dezembro de cada exercício imediatamente anterior.

§ 1º – Interrompida a apuração ou divulgação do INPC/IBGE, a expressão monetária da UMA será estabelecida com base nos indicadores disponíveis que vierem a substituí-lo, ou, em caso de não substituição, por outro indexador oficial.

§ 2º – No caso do parágrafo anterior, o Poder Executivo divulgará, previamente à sua vigência, a metodologia empregada para a determinação da expressão monetária da UMA.

§ 3º – A expressão monetária da UMA referente ao ano de 2018 é de R\$102,06 (cento e dois reais e seis centavos).

Art. 3º – As guias, carnês e demais documentos impressos de arrecadação, cujos valores estejam expressos em quantidades de UFM, referentes a taxas, penalidades e outros valores ligados à legislação ambiental terão seus valores atualizados, já a partir de 1º de janeiro de 2019, segundo os critérios estabelecidos na presente lei complementar.

Art. 4º. – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, 27 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França

Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura

Chefe de Gabinete

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2018

Publicação Nº 1667268

. LEI COMPLEMENTAR Nº 214
 . de 27 de junho de 2018

Altera a Lei Complementar nº 180/2016 que dispõe sobre as taxas municipais por serviços ambientais executados pelo órgão ambiental do município e dá outras providências.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. – Ficam alterados:

§ 1º - O inciso II do artigo 3º da Lei Complementar Municipal nº 180, de 22 de dezembro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º - (...)

II - As Licenças Ambientais terão prazo de validade em conformidade com o que dispuser a legislação federal, estadual e/ou regulamentação. Caberá ao CIMVI a regulamentação dos procedimentos de licenciamento ambiental e de mitigação dos prazos das licenças ambientais, inclusive simplificadas, e das certidões de conformidade ambiental.

§ 2º - O parágrafo 1º do artigo 4º da Lei Complementar Municipal nº 180, de 22 de dezembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.4º - [...]

§1º - Estão dispensados do pagamento das taxas de serviços ambientais previstos na presente lei, exceto quando o serviço prestado demandar análise técnica do CIMVI:

I - os órgãos e entidades integrantes da União e o Estado, inclusive suas fundações e autarquias;

II – os órgãos da Administração Direta, as fundações e autarquias municipais;

III - as associações de pais e professores - APP, as associações de moradores de bairro, as associações de classe, centros comunitários e associações de pais e funcionários - APF, devidamente constituídos e sem fins lucrativos;

IV - os clubes de caça e tiro e as associações culturais, as sociedades desportivas, recreativas e os clubes, devidamente constituídos, reconhecidos de utilidade pública por lei municipal e sem fins lucrativos;

V - as instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos. ”

§ 3º - O artigo 8º da Lei Complementar Municipal nº 180, de 22 de dezembro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º - Os valores constantes do Anexo Único estão expressos em Unidade Monetária Ambiental (UMA) e serão atualizados anualmente por Decreto do Chefe do Poder Executivo, segundo a variação acumulada do INPC/IBGE ou outro indexador que vier a substituí-lo, medida entre os meses de janeiro a dezembro de cada exercício imediatamente anterior, na forma da legislação municipal de regência.”

§4º - A expressão monetária da UMA referente ao ano de 2018 é de R\$102,06 (cento e dois reais e seis centavos).

Art. 2º - Ficam mantidos os valores reais das taxas previstas no Anexo Único da Lei Complementar Municipal nº 180, de 22 de dezembro de 2016, os quais são convertidos de UFM (Unidades Fiscais do Município) para UMA (Unidade Monetária Ambiental), passando o Anexo Único da Lei Complementar Municipal nº 180, de 22 de dezembro de 2016 a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO ÚNICO**TAXA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS****1. NORMAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO:**

1.1 - A cobrança dos serviços será realizada no momento do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado/realizado sem a comprovação do pagamento.

1.2 - Os valores arrecadados serão integralmente destinados ao órgão ambiental municipal.

1.3 - As Licenças Ambientais de Operação terão prazo de validade em conformidade com o que dispuser a legislação federal, estadual e/ou regulamentação. Caberá ao CIMVI a regulamentação dos procedimentos de licenciamento ambiental e de mitigação dos prazos das licenças ambientais, inclusive simplificadas, e das certidões de conformidade ambiental.

1.4 - A cobrança pela Análise dos Pedidos de Licenças Ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento ou de forma simultânea em caso de licenciamento de regularização.

1.5 - Nos casos de pedidos de renovação de Licenças será cobrado o valor referente à classificação da atividade.

2. APURAÇÃO DO VALOR PELA ANÁLISE DE LICENÇAS AMBIENTAIS:

Para a apuração do valor a ser cobrado pelas análises dos pedidos de Licenças Ambientais de que trata a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e alterações, Resoluções do CONSEMA nº 98/2017, nº 99/2017 e suas alterações, as atividades são enquadradas nos níveis I, II, III, em função do porte e do potencial poluidor/degradador, conforme Tabela nº 01.

Tabela nº 01

Enquadramentos das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental

		POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL		
		P	M	G
PORTE DO EMPREENDIMENTO	P	P,P	P,M	P,G
	M	M,P	M,M	M,G
	G	G,P	G,M	G,G

2.1 - O potencial poluidor/degradador da atividade é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função dos efeitos causados sobre o solo, ar e água. O potencial poluidor/degradador geral é o maior dentre os potenciais considerados sobre cada um dos recursos ambientais analisados.

2.2 - O porte do empreendimento também é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função de critérios estabelecidos na Resolução CONSEMA nº 98/2017, Resolução CONSEMA nº 99/2017 e suas alterações, que define por listagem as atividades potencialmente causadoras de Degradação Ambiental.

2.3 - O potencial poluidor/degradador e o porte do empreendimento estão definidos nas Resoluções acima mencionadas.

Tabela nº 02

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais em UMA

LICENÇAS	NÍVEL								
	P,P	M,P	P,M	M,M	G,P	P,G	M,G	G,M	G,G
LAP	1,7516	3,0801	5,3607	9,3813	14,0954	16,4114	23,4767	28,7199	50,2216
LAI	4,3262	7,6296	13,3666	23,3239	35,0211	40,8403	58,3450	71,4177	124,9428
LAO	8,6642	15,3063	26,7449	46,6831	70,0070	81,6689	116,6901	142,8354	249,8738
Total	14,7420	26,0160	45,4722	79,3883	119,1235	138,9206	198,5118	242,9730	425,0382

Tabela nº 03

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais anual em UMA para as atividades agrícola e pecuária.

LICENÇAS	NÍVEL					
	P,P ou M,P	P,M	M,M ou G,P	P,G	M,G ou G,M	G,G
LAP	1,7046	1,9750	3,1506	3,7972	6,3482	7,5944
LAI	4,7494	5,7017	9,4988	11,4386	8,6642	22,8302
LAO	3,1506	3,7972	6,3482	7,5944	12,6847	15,2358
Total	9,6046	11,4739	18,9976	22,8302	27,6971	45,6604

3. DETERMINAÇÃO DA ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA E RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA:

Quando o licenciamento se fizer mediante apresentação de Estudos de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, conforme determina a legislação ambiental em vigor, a determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados, conforme fórmula abaixo:

3.1. Custo total das análises

CT = TT + VT + CE + CA, onde:

a) Trabalho Técnico

TT = T x H (UMA 0,6078/hora)

b) Vistoria Técnica

VT = T x D (UMA 1,4055/dia) + V x R (UMA0,0083/Km)

c) Consultoria Externa

CE = Cc x H

d) Custo Administrativo

CA = (TT + VT + CE) x 0,0015UMA

Legenda:

CT	Custo Total
TT	Trabalho Técnico
VT	Vistoria Técnica
CE	Consultoria Externa
CA	Custo Administrativo
H	Número de Horas Trabalhadas
D	Número de Dias Trabalhados
R	Total de Km Rodados
T	Número de Técnicos
V	Número de Veículos
Cc	Custo de Consultoria por Hora (UMA 1,4055)
Q(I)	Vazão de bombeamento (m³/h)

4. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL SIMPLIFICADA DE CORTE DE ÁRVORES, INCLUSIVE ARVORES DE RISCO; AUTORIZAÇÃO DE CORTE/SUPRESSÃO OU EXPLORAÇÃO DE VEGETAÇÃO; E REPOSIÇÃO FLORESTAL:

UMA 0,8357 para corte isolado de até 10 árvores em zona urbana ou rural.

UMA 0,8357 para corte isolado de até 30 árvores em zona urbana ou rural + apresentação de projeto e doação de mudas quando necessário.

UMA 1,7474 + 0,0003 x AM para corte/supressão de vegetação em zona urbana, com área de corte.

UMA 1,7474 + 0,0006 x U para manejo de Palmito limitado em 2.000 unidades.

UMA 0,9876 para aproveitamento de árvores mortas ou caídas em propriedades rurais.

UMA 1,7474 para análise de projeto de corte de vegetação – AUC para florestas plantadas em áreas protegidas (Área de Preservação Permanente - APP, Unidade de Conservação - UC, etc.), com recomposição vegetal.

UMA 0,9876 para corte eventual em zona rural (20m³ ou 20 unidades).

UMA 1,7474 para supressão ou exploração de vegetação secundária em estágio inicial cujo proprietário se caracterize como pequeno produtor rural, para fins agrosilvopastoris no limite de até 2,0ha/ano.

UMA 1,7474 para supressão ou exploração de vegetação secundária em estágio inicial cujo proprietário não se caracterize como pequeno produtor rural, no limite de até 3,0ha, uma única vez.

Isento = autorização municipal para transporte de produtos e subprodutos florestais no caso de pequenos produtores rurais ou posse rural familiar.

5. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE TERRAPLENAGEM EM ÁREA URBANA:

UMA 0,8357 para AM <= 500

UMA 0,8357 + 0,0010 x AM para AM > 500 e <= 2.000

UMA 0,8357 + 0,0010 x AM para AM > 2.000 e <= 5.000

UMA 0,8357 + 0,0013 x AM para AM > 5.000

6. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE TERRAPLENAGEM EM ÁREA RURAL:

UMA 0,8357 para AM <= 500

UMA 0,8357 + 0,0003 x AM para AM > 500 e <= 2.000

UMA 0,8357 + 0,0003 x AM para AM > 2.000 e <= 5.000

UMA 0,8357 + 0,0006 x AM para AM > 5.000

7. CERTIDÕES E DECLARAÇÕES DIVERSAS:

Pr = UMA 0,8357

8. AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA

Pr = UMA 0,8357

8.1 - AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA para a suinocultura

Pr = UMA 0,8357

Conforme consta nas Resoluções do CONSEMA nº 98/2017 e nº 99/2017, entenda-se porte Único = Autorização Ambiental – AuA.

9. PARECER TÉCNICO EM GERAL, EXCLUINDO-SE A ANÁLISE DO EIA/RIMA:

Pr = UMA 1,9374

10. LISTAGEM DE VALORES PARA A ATIVIDADE DA SUINOCULTURA:

Granja de suínos – terminação

UMA 0,3039 + 0,0010 x NC

Unidade de Produção de Leito – UPL

UMA 0,3039 + 0,0016 x NM

Granja de suínos – Creche

UMA 0,3039 + 0,0003 x NC

Granja de suínos - Ciclo Completo

UMA 0,3039 + 0,0052 x NM

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 0,0380 UMA para Licença Ambiental Prévia - LAP, de 0,0570 UMA para Licença Ambiental de Instalação - LAI e de 0,0475 UMA para Licença Ambiental de Operação - LAO.

Legenda:

Pr	Preço Básico da Licença
AU	Área Útil em Hectare
AM	Área em m²
NC	Nº de Cabeças
NM	Nº de Matrizes
LAP	Licença Ambiental Prévia
LAI	Licença Ambiental de Instalação
LAO	Licença Ambiental de Operação
AuA	Autorização Ambiental
AuC	Autorização de Corte de Vegetação
U	Unidades

Art. 3º. – O Anexo Único da Lei Complementar Municipal nº 180, de 22 de dezembro de 2016, passa a vigorar acrescido dos seguintes itens:

2.4. Licença Ambiental de Operação de Regularização

Remuneração do processo correspondente aos três níveis de licenciamento correspondentes (LAP, LAI e LAO), conforme tabelas anteriores.

[...]

7.1. Certidão de Conformidade Ambiental

UMA 1,0

7.2. Declaração de atividade não constante

UMA 1,0

[...]

11. Análise de Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) (quando não licenciável por AuA, situação na qual recolherá o valor correspondente a esta)

UMA´s 1,5

12. Licença de Adesão ou Compromisso – LAC

		POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL	
		M	Valor (UMA)
PORTE DO EMPREENDIMENTO	P	P,M	3,00
	M	M,M	4,00
	G	G/M	5,00

13. Alteração da Razão Social (ALRS)

UMA´s 1,0

14. Transferência de Titularidade

UMA´s 1,0

15. Emissão 2º via do certificado da licença ambiental, certidão de conformidade ambiental ou AuA

UMA 1,0

16. Análise de revisão ou prorrogação de prazo de validade de condicionante

UMA 1,0

17. Prorrogação de prazo de validade de licença ou AuA

30% (trinta por cento) da remuneração básica da respectiva licença ou autorização

18. Renovação da licença ou autorização ambiental

Remuneração do processo correspondente

19. Programa de educação ambiental

UMA 01,00 por hora.

Art. 4º. – O item 8 do Anexo Único da Lei Complementar Municipal nº 180, de 22 de dezembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação, após o prazo previsto no art. 150, inciso III, alíneas "b" e "c", da Constituição Federal:

8. AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL – AuA

TAXA DE VISTORIA NO VALOR DE 1,0 UMA +:

		POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL			
		P	Valor (UMA)	M	Valor (UMA)
PORTE DO EMPREENDIMENTO	inferior a P	P,P	3,00	P,M	3,50
	inferior a M	M,P	4,00	M,M	5,00

Art. 5º. – Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, observado, quanto aos artigos 3º e 4º que somente surtirão efeitos após o período previsto no art. 150, inciso III, alíneas "b" e "c", da Constituição Federal.

Art. 6º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Indaial, 27 de junho de 2018

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Chefe de Gabinete

LEI COMPLEMENTAR Nº 215/2018

Publicação Nº 1667269

. LEI COMPLEMENTAR Nº 215

. de 27 de junho de 2018

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar, e adota outras providências

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar, visando à execução dos serviços previstos no Art. 108 da Constituição Estadual de Santa Catarina.

Art. 2º O Convênio será celebrado nos termos do Anexo Único desta Lei, vigorando pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado de acordo com a conveniência das partes.

Art. 3º Para cobrir as despesas decorrentes da presente Lei, serão usados recursos financeiros do orçamento municipal;

Art. 4º Os bens adquiridos através dos recursos oriundos deste Convênio serão doados ao patrimônio do Estado através Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar, CNPJ 14.186.135/0001-06.

Art. 5º Com fundamento no artigo 7º da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, o Município fará a arrecadação da Taxa de Prevenção Contra Sinistros - TPCS, prevista no Anexo IV, Tabela VII, da Lei Estadual nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, atualizada pela Lei n. 14.957 de 25 de novembro de 2009 ou por alterações posteriores.

§ 1º A Taxa que se refere o caput deste artigo, substituirá a Taxa prevista no Capítulo XVI, da Lei Complementar 79/2007.

§ 2º O não pagamento das taxas previstas no caput deste artigo serão acrescidas de multa e juros conforme o que estabelece o Código Tributário Municipal, e lançadas em dívida ativa para a competente cobrança.

Art. 5º Ficam revogados os Artigos nº 387, 388, 389, 390 e 391 da Lei Complementar nº 79/2007.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 27 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5554/2018

Publicação Nº 1667271

. LEI Nº 5554

. de 27 de junho de 2018

Autoriza Executivo Municipal a custear despesas com Exames Veterinários e vacina em Bovinos e Equídeos que serão expostos na 50ª Festa do Colono.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Executivo Municipal a custear as despesas para realização de exames veterinários e aplicação de vacina, a serem realizados em bovinos e equídeos, que irão participar da exposição de animais junto da 50ª Festa do Colono de Indaial.

Parágrafo Único – Os procedimentos abrangem exames de tuberculose e brucelose para os bovinos e de anemia, mormo para os equídeos, e ainda, a aplicação de vacina contra influenza nos equídeos.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 27 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5555/2018

Publicação Nº 1667272

. LEI Nº 5555

. de 27 de junho de 2018

Altera as Leis Municipais Nº 2.317/94 e 5436/2017- Altera número de vagas do cargo de Enfermeiro IV.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o número de vagas constantes no QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA - ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL SUPERIOR, da Lei Municipal nº 2.317/1994, o cargo de Enfermeiro(a) IV, conforme quadro abaixo:

DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS	CARGA HORÁRIA	SÍMBOLO	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO
Enfermeiro(a) IV	30	40 horas	ENF	R\$3.887,17	Portador de Diploma em curso Superior Enfermagem com registro no Órgão de Classe.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Compete ao Enfermeiro(a) IV:

- Executar, coordenar e executar atividades de enfermagem desenvolvidas nas unidades de atendimento sob sua responsabilidade, obedecendo as normas vigentes e levando os demais elementos de equipe;
- Selecionar e executar ações de enfermagem de acordo com prioridades;
- Efetuar visitas domiciliares em pacientes com dificuldade de locomoção e/ou outros, a fim de oferecer atendimento básico e/ou acompanhamento;

- Fazer encaminhamento de pacientes conforme referência e recursos existentes;

Assegurar condições adequadas de limpeza, preparo, esterilização e manuseio de material a ser utilizado nos procedimentos médicos, evitando contaminações;

- Participar de campanhas de vacinação;
- Participar na elaboração e execução de treinamento da área de enfermagem, planejados pelo setor competente;
- Executar exames ginecológicos e de mama, assim como controlar o desenvolvimento e o crescimento de crianças para agilizar as consultas médicas;
- Elaborar relatórios diários dos enfermos, anotando em fichas individualizadas visando o controle médico;
- Supervisionar e avaliar sistematicamente os registros e relatórios das atividades realizadas pelo pessoal de enfermagem para elaboração de relatórios mensal de atividades;
- Participar, juntamente com a equipe da unidade, do planejamento da assistência à população, visando atender as diretrizes gerais de saúde;
- Realizar atividades de enfermagem relacionadas com a prevenção e recuperação da saúde individual e coletiva;
- Cumprir os protocolos do Sistema Único de Saúde;
- Executar demais tarefas correlatas segundo determinação superior;

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 27 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5556/2018

Publicação Nº 1667273

. LEI Nº 5556

. de 27 de junho de 2018

. Altera as Leis Municipais Nº 2.317/94 - altera número de vagas do cargo de Eletricista Manutenção

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o número de vagas constantes no QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA – SERVIÇO DE APOIO E OBRAS EM GERAL, da Lei Municipal nº 2.317/1994, o cargo de Eletricista Manutenção, conforme quadro abaixo:

DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS	CARGA HORÁRIA	SÍMBOLO	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO
Eletricista Manutenção	15	40 horas	EMA	R\$ 1.513,63	1º grau incompleto, 1 ano de experiência.

Art. 2º Compete ao Eletricista Manutenção:

- Assegurar as condições de funcionamentos regulares e eficientes de máquinas, instalações e equipamentos elétricos-eletrônicos bem como da rede elétrica interna, identificando defeitos, executando a manutenção preventiva e corretiva dos mesmos, ajustando, reparando ou substituindo peças ou conjuntos e testando e fazendo os reajustes e regulagens convenientes, utilizando métodos e ferramentas

apropriados;

- Limpar e lubrificar motores, transformadores, disjuntores e outros instrumentos, visando a conservação e melhoria dos mesmos;
- Efetuar ligações elétricas em equipamentos portáteis, aparelhos de testes e solda e máquinas diversas, instalando fios e demais componentes, com a ajuda de ferramentas apropriadas, testando-os com instrumentos adequados, possibilitando a utilização dos mesmos.
- Atender as necessidades de consumo de energia elétrica, procedendo a instalação e reparo/manutenção de quadros de distribuição, caixas de fusíveis, tomadas, fios, lâmpadas, painéis, interruptores, luminárias nas praças, pontos de ônibus e outros equipamentos urbanos, motores, bombas de chafarizes, entre outros, testando a instalação para comprovar a exatidão do trabalho realizado.
- Realizar serviços de montagem e desmontagem de aparelhos de som, imagem e telefone nos locais de realização de eventos.
- Consultar plantas, esquemas, especificações e outras informações, para montar e reparar instalações de baixa e alta tensão.
- Efetuar manutenção da rede de iluminação pública.
- Solicitar peças para manutenção junto ao almoxarifado ou outro órgão ou mediante pedido à chefia imediata.
- Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e solicitação de seu superior imediato.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 27 de junho de 2018

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 49/18

Publicação Nº 1667234

. PORTARIA Nº 49/18

. De 27 de junho de 2018

Regulamenta horário de Trabalho e Altera Carga Horária / Samanta Farias da Silva / FIC

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE,

Alterar a carga horária para 40 horas semanais, voltando a carga horária conforme concurso prestado e regulamentar o horário de expediente da Servidora, Professora de Dança, Samanta Farias da Silva, lotada na Fundação Indaialense de Cultura.

Irá cumprir a carga horária de 40 hrs/semanais, no seguinte horário:

Segunda-Feira: 10h00 – 12h00 / 13h45 – 19h45

Terça-Feira: 09h30 – 12h00 / 13h30 – 18h30

Quarta-Feira: 9h00 – 12h00 / 13h30 – 20h00

Quinta-Feira: 09h00 – 12h00 / 13h00 – 17h30

Sexta-Feira: 12h00 – 16h00 / 17h00 – 21h00

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de Julho de 2018.

Gabinete do Prefeito, em 27 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Cumpre-se

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2018

Publicação Nº 1668289

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE INDAIAL

FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 081/2018

Edital de Inexigibilidade nº 001/2018-25331

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Contratação de capacitação para os conselheiros municipais ds direitos da criança e do adolescente.

Entrega dos envelopes: 28/06/2018

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 31/2018**

Publicação Nº 1668489

Portaria Nº 31/18

Nomeia Pregoeiro e Equipe de Apoio para realização Processos Licitatórios na modalidade de Pregão.

Oswaldo Metzner, Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara, com fundamento no artigo 3º, inciso IV da Lei Federal 10.520/2002, e demais dispositivos legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado o Pregoeiro e a Equipe de Apoio para as licitações na modalidade Pregão, conforme abaixo discriminado:

PREGOEIRO:

Jefferson José Carlini

EQUIPE DE APOIO:

Fabiane de Oliveira Borges;

Lucas Nathaniel da Silva;

Luiz Fernando Surdi.

Art. 2º O Pregoeiro e a Equipe de Apoio terão a incumbência de receber, examinar, apreciar e julgar as propostas, lances, documentos e procedimentos relativos às licitações na modalidade de Pregão, desta Câmara, bem como receber, examinar, apreciar e julgar todos os documentos relativos ao cadastramento de licitantes, tudo em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a portaria 42/2017.

Indaial, 28 de Junho de 2018.

Oswaldo Metzner			
Presidente da Mesa			
Valentim Blasius		Antônio Carlos Fink	
Vice-Presidente		1º Secretário	
Diego Pandini			
2º Secretário			

PORTARIA 32/2018

Publicação Nº 1668490

Portaria Nº 32/18

Altera composição da comissão permanente pró-avaliação e julgamento de licitações e dá outras providências.

Vereador Oswaldo Metzner, Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, e, de acordo com artigo 36, inciso II, da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e demais dispositivos legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada a Portaria 65/2017 (Comissão Permanente para Avaliação e Julgamento de Licitações), passando a vigorar:

- Luiz Fernando Surdi – Presidente;
- Lucas Nathaniel da Silva – Membro
- Fabiane de Oliveira Borges – Membro;
- Roger Michel Knipers – Membro.

Art. 2º - Ficam inalterados os demais atos previstos na Portaria 65/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 28 de Junho de 2018.

Oswaldo Metzner			
Presidente da Mesa			
Valentim Blasius		Antônio Carlos Fink	
Vice-Presidente		1º Secretário	
Diego Pandini			
2º Secretário			

PORTARIA 33/2018

Publicação Nº 1668491

Portaria Nº 33/18

Exoneração / Maria Helena Theiss.

Osvaldo Metzner, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, baseado no inciso VII, do artigo 50 da Lei Orgânica do Município, inciso VII, do artigo 21 do Regimento Interno, Lei Complementar 167/2015, e demais dispositivos legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 29 de junho de 2018, a servidora MARIA HELENA THEISS, ocupante do cargo em Comissão de Diretora da Escola do Legislativo, símbolo CC2-DEL, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Indaial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 28 de Junho de 2018.

Osvaldo Metzner	
Presidente da Mesa	
Valentim Blasius	Antônio Carlos Fink
Vice-Presidente	1º Secretário
Diego Pandini	
2º Secretário	

Iomerê

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA Nº 02/2018

Publicação Nº 1668023

Município de Iomerê
Edital de Concorrência nº 02/2018

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Concorrência Pública visando a Contratação de empresa para execução de pavimentação. A abertura das propostas se dará no dia 31/07/2018 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.
Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 27 de junho de 2018.
Luciano Paganini
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2018

Publicação Nº 1667493

Município de Iomerê
Dispensa de Licitação Nº 0006/2018

O Município de Iomerê torna público a dispensa de licitação para serviços em avaliação desempenho no município.
Contratado: Liderança Pesquisas e Marketing Ltda
Valor: 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)

Iomerê, 19 de junho de 2018.
Luciano Paganini
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 06/2018

Publicação Nº 1667494

Prefeitura Municipal de Iomerê
Inexigibilidade de Licitação nº 06/2018

O Município de Iomerê torna pública a Inexigibilidade de Licitação para contratação de show musical para Festa de Aniversário Político-administrativo do Município.
Fornecedor: GRUPO MUSICAL TCHE CHALEIRA LTDA.
Valor: R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais).

Iomerê, 18 de junho de 2018.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Ipira

PREFEITURA

1TAC103/2017-PMI

Publicação Nº 1667642

28/06/2018 05/09/2018 28/06/2018 2017 40 2256 1TAC103/2017 103/2017 2 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar os serviços de concerto e montagem de pneus de veículos e máquinas para a Frota da Prefeitura Municipal de Ipira. 4390,00 6401 Luis Carlos Casagrande Pneus - ME J 1 0 0 0 34 C 0 0 13 PR 31 2017 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

1TAC36/2018-FMS

Publicação Nº 1668368

28/06/2018 28/07/2018 28/06/2018 2018 3 724 1TAC36/2018 36/2018 3 Readequação e ampliação da Unidade Básica de Saúde - Ministério da Saúde - com área de 171,30 m2 (cento e setenta e um metros e trinta decímetros quadrados) de readequação e ampliação e observância dos demais itens constantes da planilha orçamentária, na localidade de Linha Filadélfia, Interior. 0 102583 JOCIMAR RODRIGO FONTANA J 1 0 0 0 34 C 0 0 4 TP 1 2018 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

CONTRATO 063/2018-PMI

Publicação Nº 1667821

28/06/2018 28/10/2018 28/06/2018 2257 63/2018 0 1 "REF: SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO E ABERTURA DE VIA PÚBLICA NO PERÍMETRO URBANO, LOCALIZADO NO DIRECIONAMENTO E PROLONGAMENTO DA RUA "A", CENTRO, DE IPIRA.

CONFORME CONTRATO Nº 063/2018-PMI." 7500,00 10554 GPS Consultoria, Projetos e Obras Ltda - ME J 1 0 0 725 34 C 24 8 8 DL 0 0 0 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

CONTRATO 064/2018-PMI

Publicação Nº 1667856

28/06/2018 28/06/2019 28/06/2018 2018 25 2258 64/2018 0 1 A presente licitação tem por objeto a aquisição de 01 (um) Caminhão Tratorado 6x4 equipado com Caçamba, zero Km, em atenção ao Convênio nº 2018TR650 - Processo nº AR06932183 - Governo do Estado de Santa Catarina - ADR - Concórdia SC. 293000,00 102601 CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA J 1 48 2018 0 36 C 0 0 13 PR 19 2018 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

Iporã do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 071/2018

Publicação Nº 1667835

Contrato nº 071/2018

Partes: Município de Iporã do Oeste e Lider Terraplanagens Ltda

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS DE IPORÃ DO OESTE

Processo Administrativo: 101/2018

Pregão Presencial: 043/2018

Valor Total R\$ 397.500,00

Vigência: 28.06.2018 a 31.12.2018

Data: 28.06.2018

Lucio Mallmann – Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO 106/2018

Publicação Nº 1667557

PROCESSO ADMINISTRATIVO 106/2018

RDC PRESENCIAL Nº001/2018

O Município de Iporã do Oeste, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.485.554/0001-13, com sede na Rua Santo Antônio, 100, Centro, Iporã do Oeste – SC, CEP: 89899-000, representada pelo Prefeito Municipal Sr. Lucio Mallmann, torna público aos interessados, que estará aberta procedimento licitatório na modalidade de RDC, com abertura prevista para o dia 23.07.2018, a partir das 08:00hr, a fim de receber, abrir e examinar propostas e documentações de empresas que pretendam participar do REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO – RDC Nº 001/2018, Forma de Execução da Licitação Presencial, Modo de Disputa Combinado (Fechado até a apresentação das propostas e aberto na fase de lances), Regime de Empreitada Integral, Critério de Julgamento Menor Preço Global, esclarecendo que a presente licitação e consequente contratação serão regidas pelas normas estabelecidas na Lei 12.983, de 02 de junho de 2.014, Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011 e alterações posteriores, Decreto Federal n. 7.581, de 11 de outubro de 2011, e alterações posteriores, e também no Decreto Municipal n. 043/2018, aplicando se, subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666/1993 com suas alterações e demais exigências deste Edital.

Objeto: Contratação Integrada de empresa de engenharia especializada para elaboração de projetos básicos/executivo e execução de obra de uma ponte em concreto, com longarinas protendidas, sobre o Rio Macaco Branco na Linha Letras no Município de Iporã do Oeste, sendo a edificação da ponte, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no anteprojeto e demais anexos deste Edital. RECURSOS FEDERAIS - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL/SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL.

INTERESSADO O Edital e seus Anexos poderão ser retirados no Departamento de Licitações, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, sito a Rua Santo Antônio, 100, Centro, Iporã do Oeste – SC, CEP 89899-000 ou ser retirado no site de licitações do Município de Iporã do Oeste - SC, no endereço: site www.ipora.sc.gov.br. Informações adicionais podem ser obtidas junto ao Departamento de Licitações Municipal de Iporã do Oeste - SC, pelo telefone (49) 3634-1210, e-mail: licitacao@ipora.sc.gov.br.

Iporã do Oeste – SC, 22 de junho de 2018.

Lucio Mallmann

Prefeito Municipal

Ipuacú

PREFEITURA

ARP FMS 07.2018 -A

Publicação Nº 1667534

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS n. 07/2018 - A

PROCESSO LICITATÓRIO FMS n. 08/2018

PREGÃO PRESENCIAL FMS n. 07/2018

VALIDADE: 25/06/2018 – 25/06/2019

OBJETO: aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

Proponente:

• A.G. KIENEN & CIA LTDA CNPJ n. 82.225.947/0001-65

O total vencido pela proponente perfaz o montante de até R\$ 74.885,96 (setenta e quatro mil oitocentos e oitenta e cinco reais com noventa e seis centavos).

ARP FMS 07.2018 -B

Publicação Nº 1667537

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS n. 07/2018 - B

PROCESSO LICITATÓRIO FMS n. 08/2018

PREGÃO PRESENCIAL FMS n. 07/2018

VALIDADE: 25/06/2018 – 25/06/2019

OBJETO: aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

Proponente:

• ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ sob n.º 20.590.555/0001-48

O total vencido pela proponente perfaz o montante de até R\$ 68.556,00 (sessenta e oito mil quinhentos e cinquenta e seis reais).

ARP FMS 07.2018 -C

Publicação Nº 1667539

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS n. 07/2018 - C

PROCESSO LICITATÓRIO FMS n. 08/2018

PREGÃO PRESENCIAL FMS n. 07/2018

VALIDADE: 25/06/2018 – 25/06/2019

OBJETO: aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

Proponente:

• ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ n. 00.802.002/0001-02

O total vencido pela proponente perfaz o montante de até R\$ 133.667,60 (cento e trinta e três mil seiscentos e sessenta e seis reais com sessenta centavos);

ARP FMS 07.2018 -D

Publicação Nº 1667545

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS n. 07/2018 - D

PROCESSO LICITATÓRIO FMS n. 08/2018

PREGÃO PRESENCIAL FMS n. 07/2018

VALIDADE: 25/06/2018 – 25/06/2019

OBJETO: aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

Proponente:

• ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR EIRELI, CNPJ sob n.º 02.607.959/0001-81

O total vencido pela proponente perfaz o montante de até R\$ 19.056,00 (dezenove mil e cinquenta e seis reais).

ARP FMS 07.2018 -E

Publicação Nº 1667551

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS n. 07/2018 - E

PROCESSO LICITATÓRIO FMS n. 08/2018

PREGÃO PRESENCIAL FMS n. 07/2018

VALIDADE: 25/06/2018 – 25/06/2019

OBJETO: aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

Proponente:

• AR FIOREZZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ n. 10.869.890/0001-26

O total vencido pela proponente perfaz o montante de até R\$ 170.340,50 (cento e setenta mil trezentos e quarenta reais com cinquenta centavos).

ARP FMS 07.2018 -F

Publicação Nº 1667554

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS n. 07/2018 - F

PROCESSO LICITATÓRIO FMS n. 08/2018

PREGÃO PRESENCIAL FMS n. 07/2018

VALIDADE: 25/06/2018 – 25/06/2019

OBJETO: aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

Proponente:

• CENTERMEDI – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ n. 03.652.030/0001-70

O total vencido pela proponente perfaz o montante de até R\$ 43.496,00 (quarenta e três mil quatrocentos e noventa e seis reais).

ARP FMS 07.2018 -G

Publicação Nº 1667559

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS n. 07/2018 - G

PROCESSO LICITATÓRIO FMS n. 08/2018

PREGÃO PRESENCIAL FMS n. 07/2018

VALIDADE: 25/06/2018 – 25/06/2019

OBJETO: aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

Proponente:

• CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ 05.782.733/0001-49

O total vencido pela proponente perfaz o montante de até R\$ 14.975,00 (quatorze mil novecentos e setenta e cinco reais).

ARP FMS 07.2018 -H

Publicação Nº 1667571

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS n. 07/2018 - H

PROCESSO LICITATÓRIO FMS n. 08/2018

PREGÃO PRESENCIAL FMS n. 07/2018

VALIDADE: 25/06/2018 – 25/06/2019

OBJETO: aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

Proponente:

• CIRURGICA ONIX EIRELI CNPJ 20.419.709/0001-33

O total vencido pela proponente perfaz o montante de até R\$ 9.288,90 (nove mil duzentos e noventa e oito reais com noventa centavos).

ARP FMS 07.2018 -I

Publicação Nº 1667622

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS n. 07/2018 - I

PROCESSO LICITATÓRIO FMS n. 08/2018

PREGÃO PRESENCIAL FMS n. 07/2018

VALIDADE: 25/06/2018 – 25/06/2019

OBJETO: aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

Proponente:

• DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ n. 95.368.320/0001-05

O total vencido pela proponente perfaz o montante de até R\$ 20.967,20 (vinte mil novecentos e sessenta e sete reais com vinte centavos).

ARP FMS 07.2018 -J

Publicação Nº 1667628

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS n. 07/2018 - J

PROCESSO LICITATÓRIO FMS n. 08/2018

PREGÃO PRESENCIAL FMS n. 07/2018

VALIDADE: 25/06/2018 – 25/06/2019

OBJETO: aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

Proponente:

• DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ n. 02.520.829/0001-40

O total vencido pela proponente perfaz o montante de até R\$ 74.012,50 (setenta e quatro mil dozes reais com cinquenta centavos).

ARP FMS 07.2018 -K

Publicação Nº 1667632

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS n. 07/2018 - K

PROCESSO LICITATÓRIO FMS n. 08/2018

PREGÃO PRESENCIAL FMS n. 07/2018

VALIDADE: 25/06/2018 – 25/06/2019

OBJETO: aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

Proponente:

• DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP CNPJ n. 76.386.283/0001-13

O total vencido pela proponente perfaz o montante de até R\$ 98.539,80 (noventa e oito mil quinhentos e trinta e nove reais com oitenta centavos)

ARP FMS 07.2018 -L

Publicação Nº 1667645

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS n. 07/2018 - L

PROCESSO LICITATÓRIO FMS n. 08/2018

PREGÃO PRESENCIAL FMS n. 07/2018

VALIDADE: 25/06/2018 – 25/06/2019

OBJETO: aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

Proponente:

• F & F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ n. 28.093.678/0001-85

O total vencido pela proponente perfaz o montante de até R\$ 18.528,00 (dezoito mil quinhentos e vinte e oito reais).

ARP FMS 07.2018 -M

Publicação Nº 1667651

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS n. 07/2018 - M

PROCESSO LICITATÓRIO FMS n. 08/2018

PREGÃO PRESENCIAL FMS n. 07/2018

VALIDADE: 25/06/2018 – 25/06/2019

OBJETO: aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

Proponente:

• FARMÁCIA XANXERÊ LTDA ME, inscrita no CNPJ sob Nº 08.950.647/0001-96

O total vencido pela proponente perfaz o montante de até R\$ 6.547,60 (seis mil quinhentos e quarenta e sete reais com sessenta centavos).

ARP FMS 07.2018 -N

Publicação Nº 1667655

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS n. 07/2018 - N

PROCESSO LICITATÓRIO FMS n. 08/2018

PREGÃO PRESENCIAL FMS n. 07/2018

VALIDADE: 25/06/2018 – 25/06/2019

OBJETO: aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

Proponente:

• MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ n. 94.894.169/0001-86

O total vencido pela proponente perfaz o montante de até R\$ 101.799,48 (cento e um mil setecentos e noventa e nove reais com quarenta e oito centavos).

ARP FMS 07.2018 -O

Publicação Nº 1667660

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS n. 07/2018 - O

PROCESSO LICITATÓRIO FMS n. 08/2018

PREGÃO PRESENCIAL FMS n. 07/2018

VALIDADE: 25/06/2018 – 25/06/2019

OBJETO: aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

Proponente:

• S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME, CNPJ sob Nº 04.889.315/0001-92

O total vencido pela proponente perfaz o montante de até R\$ 28.141,10 (vinte e oito mil cento e quarenta e um reais com dez centavos)

ARP FMS 07.2018 -P

Publicação Nº 1667665

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS n. 07/2018 - P

PROCESSO LICITATÓRIO FMS n. 08/2018

PREGÃO PRESENCIAL FMS n. 07/2018

VALIDADE: 25/06/2018 – 25/06/2019

OBJETO: aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

Proponente:

• SOMA SC PRODUTOS HOSPITALAR LTDA, CNPJ sob Nº 05.531.725/0001-20

O total vencido pela proponente perfaz o montante de até R\$ 82.863,00 (oitenta e dois mil oitocentos e sessenta e três reais).

ARP FMS 07.2018 -Q

Publicação Nº 1667678

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS n. 07/2018 - Q

PROCESSO LICITATÓRIO FMS n. 08/2018

PREGÃO PRESENCIAL FMS n. 07/2018

VALIDADE: 25/06/2018 – 25/06/2019

OBJETO: aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

Proponente:

• VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - EIRELI, CNPJ sob Nº 27.860.256/0001-25

O total vencido pela proponente perfaz o montante de até R\$ 9.210,00 (nove mil duzentos e dez reais).

CT FMS 21.2018

Publicação Nº 1667690

CONTRATO FMS N.º 21 DE 25 DE JUNHO DE 2018.

CONTRATADA: A.G. KIENEN & CIA LTDA CNPJ n. 82.225.947/0001-65.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório FMS 08/2018, Pregão Presencial FMS 07/2018 e Ata de Registro de Preços FMS n.º07/A datada de 25/06/2018.

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para a aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

VALOR: de até R\$ 74.885,96 (setenta e quatro mil oitocentos e oitenta e cinco reais com noventa e seis centavos)

VIGÊNCIA: 25/06/2018 -25/06/2019

CT FMS 22.2018

Publicação Nº 1667701

CONTRATO FMS N.º 22 DE 25 DE JUNHO DE 2018.

CONTRATADA: ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n.º 20.590.555/0001-48

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório FMS 08/2018, Pregão Presencial FMS 07/2018 e Ata de Registro de Preços FMS n.º07/B datada de 25/06/2018.

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para a aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

VALOR: de até R\$ 68.556,00 (sessenta e oito mil quinhentos e cinquenta e seis reais)

VIGÊNCIA: 25 de junho de 2018 e perdurará até a data de 25 de junho de 2019

CT FMS 23.2018

Publicação Nº 1667709

CONTRATO FMS N.º 23 DE 25 DE JUNHO DE 2018.

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ n. 00.802.002/0001-02

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório FMS 08/2018, Pregão Presencial FMS 07/2018 e Ata de Registro de Preços FMS n.º07/C datada de 25/06/2018.

OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para a aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

VALOR: de até R\$ 133.667,60 (cento e trinta e três mil seiscentos e sessenta e sete reais com sessenta centavos)

VIGÊNCIA: 25/06/2018 -25/06/2019

CT FMS 24.2018

Publicação Nº 1667713

CONTRATO FMS N.º 24 DE 25 DE JUNHO DE 2018.

CONTRATADA: ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR EIRELI, CNPJ sob n.º 02.607.959/0001-81

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório FMS 08/2018, Pregão Presencial FMS 07/2018 e Ata de Registro de Preços FMS n.º07/D datada de 25/06/2018.

OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para a aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

VALOR: de até R\$ 19.056,00 (dezenove mil e cinquenta e seis reais)

VIGÊNCIA: 25/06/2018 -25/06/2019

CT FMS 25.2018

Publicação Nº 1667716

CONTRATO FMS N.º 25 DE 25 DE JUNHO DE 2018.

CONTRATADA: AR FIOREZZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ n. 10.869.890/0001-26

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório FMS 08/2018, Pregão Presencial FMS 07/2018 e Ata de Registro de Preços FMS n.º07/E datada de 25/06/2018.

OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para a aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

VALOR: de até R\$ 170.340,50 (cento e setenta mil trezentos e quarenta reais com cinquenta centavos)

VIGÊNCIA: 25/06/2018 -25/06/2019

CT FMS 26.2018

Publicação Nº 1667725

CONTRATO FMS N.º 26 DE 25 DE JUNHO DE 2018.

CONTRATADA: CENTERMEDI – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ n. 03.652.030/0001-70

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório FMS 08/2018, Pregão Presencial FMS 07/2018 e Ata de Registro de Preços FMS n.º07/F datada de 25/06/2018.

OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para a aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde. VALOR: de até R\$ R\$ 43.496,00 (quarenta e três mil quatrocentos e noventa e seis reais)
VIGÊNCIA: 25/06/2018 -25/06/2019

CT FMS 27.2018

Publicação Nº 1667728

CONTRATO FMS N.º 27 DE 25 DE JUNHO DE 2018.
CONTRATADA: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ 05.782.733/0001-49

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório FMS 08/2018, Pregão Presencial FMS 07/2018 e Ata de Registro de Preços FMS n.º07/G datada de 25/06/2018.

OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para a aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

VALOR: de até R\$ 14.975,00 (quatorze mil novecentos e setenta e cinco reais)

Vigência: 25/06/2018 – 25/06-2019

CT FMS 28.2018

Publicação Nº 1667738

CONTRATO FMS N.º 28 DE 25 DE JUNHO DE 2018.
CONTRATADA: CIRURGICA ONIX EIRELI CNPJ 20.419.709/0001-33

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório FMS 08/2018, Pregão Presencial FMS 07/2018 e Ata de Registro de Preços FMS n.º07/H datada de 25/06/2018.

OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para a aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

VALOR: de até R\$ 9.288,90 (nove mil duzentos e noventa e oito reais com noventa centavos)

Vigência: 25/06/2018 – 25/06-2019

CT FMS 29.2018

Publicação Nº 1667746

CONTRATO FMS N.º 29 DE 25 DE JUNHO DE 2018.
CONTRATADA: DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ n. 95.368.320/0001-05.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório FMS 08/2018, Pregão Presencial FMS 07/2018 e Ata de Registro de Preços FMS n.º07/I datada de 25/06/2018.

OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para a aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.:

VALOR: de até R\$ 20.967,20 (vinte mil novecentos e sessenta e sete reais com vinte centavos)

Vigência: 25/06/2018 – 25/06-2019

CT FMS 30.2018

Publicação Nº 1667759

CONTRATO FMS N.º 30 DE 25 DE JUNHO DE 2018.

CONTRATADA: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ n. 02.520.829/0001-40

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório FMS 08/2018, Pregão Presencial FMS 07/2018 e Ata de Registro de Preços FMS n.º07/J datada de 25/06/2018.

OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para a aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

VALOR: de até R\$ 20.967,20 (vinte mil novecentos e sessenta e sete reais com vinte centavos)

Vigência: 25/06/2018 – 25/06-2019

CT FMS 31.2018

Publicação Nº 1667771

CONTRATO FMS N.º 31 DE 25 DE JUNHO DE 2018.

CONTRATADA: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP CNPJ n. 76.386.283/0001-13

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório FMS 08/2018, Pregão Presencial FMS 07/2018 e Ata de Registro de Preços FMS n.º07/K datada de 25/06/2018.

OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para a aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

VALOR: de até R\$ 98.539,80 (noventa e oito mil quinhentos e trinta e nove reais com oitenta centavos) Vigência: 25/06/2018 – 25/06/2019

CT FMS 32.2018

Publicação Nº 1667784

CONTRATO FMS N.º 32 DE 25 DE JUNHO DE 2018.

CONTRATADA: F & F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ n. 28.093.678/0001-85

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório FMS 08/2018, Pregão Presencial FMS 07/2018 e Ata de Registro de Preços FMS n.º07/L datada de 25/06/2018.

OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para a aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

VALOR: até R\$ 18.528,00 (dezoito mil quinhentos e vinte e oito reais)

Vigência: 25/06/2018 – 25/06/2019

CT FMS 33.2018

Publicação Nº 1667793

CONTRATO FMS N.º 33 DE 25 DE JUNHO DE 2018.

CONTRATADA: FARMÁCIA XANXERÊ LTDA ME, CNPJ sob Nº 08.950.647/0001-96

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório FMS 08/2018, Pregão Presencial FMS 07/2018 e Ata de Registro de Preços FMS n.º07/M datada de 25/06/2018.

OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para a aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

VALOR: de até R\$ 6.547,60 (seis mil quinhentos e quarenta e sete reais com sessenta centavos)

Vigência: 25/06/2018 – 25/06/2019

CT FMS 34.2018

Publicação Nº 1667804

CONTRATO FMS N.º 34 DE 25 DE JUNHO DE 2018.

CONTRATADA: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ n.º 94.894.169/0001-86

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório FMS 08/2018, Pregão Presencial FMS 07/2018 e Ata de Registro de Preços FMS n.º07/N datada de 25/06/2018.

OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para a aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

VALOR: de até R\$ 101.799,48 (cento e um mil setecentos e noventa e nove reais com quarenta e oito centavos)

Vigência: 25/06/2018 – 25/06/2019

CT FMS 35.2018

Publicação Nº 1667818

CONTRATO FMS N.º 35 DE 25 DE JUNHO DE 2018.

CONTRATADA: S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME, CNPJ sob Nº 04.889.315/0001-92

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório FMS 08/2018, Pregão Presencial FMS 07/2018 e Ata de Registro de Preços FMS n.º07/O datada de 25/06/2018.

OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para a aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede

municipal de saúde.

VALOR: de até R\$ 28.141,10 (vinte e oito mil cento e quarenta e um reais com dez centavos)

Vigência: 25/06/2018 – 25/06/2019

CT FMS 36.2018

Publicação Nº 1667833

CONTRATO FMS N.º 36 DE 25 DE JUNHO DE 2018.

CONTRATADA: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALAR LTDA, CNPJ sob Nº 05.531.725/0001-20

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório FMS 08/2018, Pregão Presencial FMS 07/2018 e Ata de Registro de Preços FMS n.º07/P datada de 25/06/2018.

OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para a aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

VALOR: de até R\$ 82.863,00 (oitenta e dois mil oitocentos e sessenta e três reais)

Vigência: 25/06/2018 – 25/06/2019

CT FMS 37.2018

Publicação Nº 1667843

CONTRATO FMS N.º 37 DE 25 DE JUNHO DE 2018.

CONTRATADA: VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - EIRELI, CNPJ sob Nº 27.860.256/0001-25

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório FMS 08/2018, Pregão Presencial FMS 07/2018 e Ata de Registro de Preços FMS n.º07/P datada de 25/06/2018.

OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para a aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde. VALOR: de até R\$ 9.210,00 (nove mil duzentos e dez reais)

Vigência: 25/06/2018 – 25/06/2019

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO 07/2018 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU**

Publicação Nº 1667892

DECRETO LEGISLATIVO Nº 07, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

PONTO FACULTATIVO

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, promulga e publica o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º. Fica estabelecido que no dia de jogo do Brasil na Copa do Mundo de 2018, dia 27 de junho de 2018, o expediente no Poder Legislativo será reduzido, das 13:00 horas às 14:00 horas, devendo retornar as atividades normais na Câmara Municipal de Vereadores no dia 28 de junho de 2018.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal Vereadores de Ipuacu – SC, em 27 de 2018.

Wanderlei Ramilo

Presidente

Este Decreto Legislativo foi registrado e publicado em data supra.

Leonir Tedesco

1º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 018/2018 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU

Publicação Nº 1668423

DECRETO LEGISLATIVO Nº 018/2018

Aprova as contas do Prefeito Municipal de Ipuacu, relativo ao exercício financeiro de 2016.

WANDERLEI RAMILO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos que o plenário da Câmara aprovou e fica promulgado o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Ficam aprovadas as contas do Prefeito Municipal de Ipuacu, relativas ao exercício financeiro de 2016, tendo como responsáveis o Senhor Denilso Casal e o Sr. Leonir José Macetti, acatando o Parecer prévio exarado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Este Projeto de Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Ipuacu - SC, 26 de junho de 2018.

Wanderlei Ramilo
Presidente

Ipumirim

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 65/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2018/PM

Publicação Nº 1667646

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM
Estado de Santa Catarina
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2018
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 65/2018

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 16:30:00 horas do dia 10/07/2018, e abertura prevista para às 08:30:00 do dia 11/07/2018. Objeto da licitação: aquisição de pneus novos, câmaras e protetores com a Certificação do Inmetro, para utilização na frota municipal, conforme anexo III do edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 28/06/2018
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 08 PLANO DE AÇÃO 2018/CMAS

Publicação Nº 1668081

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

RESOLUÇÃO Nº 08/2018 de 28 de junho de 2018
Dispõe aprovação do Plano de Ação 2018 que se encontra disponível no sistema SUASWEB.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições, em consonância com a Lei nº. 1745 de 18 de setembro de 2014 resolve:

ART. 1º - Realiza a análise do Plano de Ação 2018 preenchido pelo órgão Gestor de Assistência Social no sistema SUASWEB.

ART. 2º- Este conselho é de parecer favorável ao Plano de Ação 2018.

ART. 3º. - A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim /SC, 28 de junho de 2018
Claudia Andreia Kammers Costa
Presidente do CMAS de Ipumirim

RESOLUÇÃO Nº. 03/2018/CMDCA

Publicação Nº 1668078

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

RESOLUÇÃO nº. 03/2018
Dispõe sobre a convocação da IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ipumirim, no uso das atribuições que lhe confere a lei municipal 0895/1992;

Considerando a deliberação da plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ipumirim, tomada em Reunião Ordinária, realizada em 25 de junho de 2018.

RESOLVE:

Artigo 1º. Convocar a IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o tema: "Proteção integral, Diversidade e Enfrentamento as Violências", a se realizar na data de 11 de setembro de 2018 às 13h30min, tendo como local o Centro de Convivência dos Idosos, situado na Rua Sete de Setembro, 126, centro de Ipumirim/SC.

Art. 2º. A Pré- Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada na data de 10 de julho de 2018 às 13h30min, tendo como local o Centro de Convivência dos Idosos, situado na Rua Sete de Setembro, 126, centro de Ipumirim/SC.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Ipumirim/SC, 25 de junho de 2018.
Maira Comboski Schneider
Presidente do CMDCA

Iraceminha

PREFEITURA

DECRETO 060/2018

Publicação Nº 1667563

DECRETO Nº 060/2018, de 27 de Junho de 2018.

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB do município de Iraceminha e dá outras providências.

JEAN CARLOS NYLAND, Prefeito municipal de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Municipal n.º 951/2007 de 04 de Outubro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB do município de Iraceminha (SC), para a gestão 2018/2020, conforme segue:

I) Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Odete Marlene Bertotti Pasqualotto
Suplente: Claudécir Parisoto

II) Representantes das Escolas Públicas Municipais:

Titular: Inacio Luiz Saling
Suplente: Adriana Paula Seifert

III) Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais:

Titular: Silvane Elenir Shubert Pasqualotto
Suplente: Solange Maria Bertoldo Bulegon

IV) Representantes dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais:

Titular: Elaine Maria Lorenzini Rauber
Suplente: Gelci Decosta Balbinot

V) Representantes das Associações de Pais de Alunos das escolas públicas municipais:

Titular: Luciane Ines Gentilini Filipin
Suplente: Cleide Machado Vieira

Titula: Margarida Bohn
Suplente: Fabricio Farias
Marlei Puntel Tumelero

VI) Representantes dos estudantes da educação básica pública;

Titular: Josemar Wagner
Suplente: Bianca Althaus

Titular: Tailine Balbinot
Suplente: Fernanda Zanivan

VII) Representantes do Conselho Municipal de Educação

Titular: Elisangela Ghisleri Dal Magro
Suplente: Ivana Emke Becker

VIII) Representantes do Conselho Tutelar.

Titular: Rosani Diel

Suplente: Marilita Mezzomo

VIV) Representantes da educação básica Pública indicada pela entidade de estudantes secundaristas.

Titular: Mairiki Geraldo Tecchio

Suplente: Karine da Rosa

X) Representantes do Poder executivo.

Titular: Evandro João Rauber

Suplente: Daniela Assoni Bolfe

Art. 2º - O exercício do mandato dos membros nomeados no artigo anterior é considerado de relevante interesse público, de forma que não caberá remuneração de nenhuma espécie nem gerará vínculo empregatício.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Iraceminha (SC), 27 de junho de 2018.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

TERMO DE FOMENTO LIONS 01/2018

Publicação Nº 1667578

TERMO DE FOMENTO 001/2018 DE 18 DE ABRIL DE 2018.

O Município de Iraceminha/SC, pessoa jurídica de publico interno, inscrita no CNPJ nº 80.623.606/0001-12, com sede administrativa situada a Rua Dona Paulina, 780, Centro de Iraceminha/SC, representado por seu Prefeito Municipal em Exercício JEAN CARLOS NYLAND, e o LIONS CLUBE DE IRACEMINHA, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 28.052.543/0001-71, com sede na Rua Ricardo Vivian junto a praça Municipal, representado pelo Sr. DIONIR VICENTE ZANELLA, brasileiro, casado, do comercio, residente e domiciliado em Iraceminha, com amparo legal na Lei Federal nº 13.019/2014 e Lei Municipal nº 1380/2018, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este Termo de Fomento, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO

1.1. O presente termo de fomento, decorrente de processo de inexistência de chamamento que tem por objeto repasse financeiro para custear despesas para realização do Baile de escolha das soberanas, com o pagamento de despesas com locação de estrutura, segurança para o evento, show musical, taxas e serviços, divulgação em emissoras de rádio, jornais, confecção de folders, filmagens e fotos, decoração, locação de vestidos, maquiagem para as candidatas e demais necessidades para o bom desempenho na realização deste evento.

2. DO REPASSE FINANCEIRO

2.1. O Município de Iraceminha repassará ao Lions Clube de Iraceminha o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), em parcela única

para o fim especificado no item 1.1.

2.2. A despesa correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

1.033	Organização e Realização de Festas, Feiras e Exposições	
3.3.50.00.00.00.1000	Transf.a Instituições Privadas s/Fins Lucrativos(XX) R\$	

3. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. Compete à Administração Pública:

I - Transferir os recursos ao lions clube, no prazo de até 05 dias após a pactuação;

II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade do Lions clube pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

III - Comunicar formalmente ao lions clube qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Fomento prazo para corrigi-la;

IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando ao Lions clube para as devidas regularizações;

V - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento;

VI - Apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo e condições estipulados na Lei 13.019/2014 ;

VII – Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Fomento na imprensa oficial do Município.

3.2. Compete ao Lions Clube:

I – Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública, observadas as disposições deste Termo de Fomento relativas à aplicação dos recursos;

II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;

IV - Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

VI - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Fomento;

X – Garantir o livre acesso dos agentes públicos, em especial aos designados para a comissão de monitoramento e avaliação, ao gestor da parceria, do controle interno e do Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;

XI – Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldos financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas;

XII – Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que o Lions poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

XIII– a responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos.

4. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

4.1. A prestação de contas deverá ser efetuada no prazo de até 60 (sessenta) dias, após a realização do evento, acompanhada dos seguintes relatórios:

I - Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações;

II - Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;

III - Original ou cópias reprográficas dos comprovantes da despesa devidamente autenticadas em cartório ou por servidor da administração, podendo ser devolvidos os originais após autenticação das cópias;

IV - Extrato bancário de conta específica e/ou de aplicação financeira, no qual deverá estar evidenciado o ingresso e a saída dos recursos, devidamente acompanhado da Conciliação Bancária, quando for o caso;

V - Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro do Lions Clube;

VI - Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 30 (trinta) dias após o término do evento;

VII - Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pelo Lions Clube.

5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura até 60 dias após a realização do evento, podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto.

6. DAS ALTERAÇÕES

6.1. Este Termo de Fomento poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a celebração de Termos Aditivos, desde que acordados entre os parceiros e firmados antes do término de sua vigência.

6.2. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original.

7. DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

7.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

7.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Fomento através de seu gestor, que tem por obrigações:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

7.3. A execução também será acompanhada por Comissão de Monitoramento e Avaliação, especialmente designada.

7.4. A Administração Pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pelo Lions Clube.

7.5. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação poderão realizar visita in

loco, da qual será emitido relatório.

7.6. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública correspondente.

8. DA RESCISÃO

8.1. É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 5 (cinco) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

8.2. A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Fomento quando da constatação das seguintes situações:

I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;

II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Fomento;

9. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

9.1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao Lions Clube as seguintes sanções, de acordo com a gravidade ato ilegal/irregular:

I – advertência,

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs da esfera de governo da Administração Pública de dois anos.

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, nos casos tidos como de maior gravidade.

10. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS

10.1. O foro da Comarca de Maravilha é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Fomento o plano de trabalho anexo.

E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Fomento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Iraceminha/ SC, 18 de Abril de 2018.

JEAN CARLOS NYLAND	DIONIR VICENTE ZANELLA
Prefeito Municipal	Lions Clube de Iraceminha

Irani

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2018 - AGRICULTURA FAMILIAR

Publicação Nº 1668481

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2018
OUTRAS MODALIDADES Nº 002/2018
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2018

O Município de Irani torna público, que se encontra aberta CHAMADA PÚBLICA para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar rural e do empreendedor rural familiar, destinados a compor a alimentação das unidades de ensino (escolas e creches) da rede municipal.

Recebimento de Envelopes: até às 08h30min do dia 23/07/2018.

Abertura: às 09h00min do dia 23/07/2018.

Informações complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani – Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, no site www.irani.sc.gov.br, ou pelo telefone: (0xx49) 3432-3214.

Irani, SC, 29 de junho de 2018.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 020/2018 - FMS

Publicação Nº 1666557

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo Licitatório nº 021/2018 – FMS

Edital de Pregão Presencial nº 010/2018 – FMS

Contrato Administrativo nº 020/2018 – FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRANI

Contratada: CLÍNICA MÉDICA CORTEZ S/S LTDA, inscrita no CNPJ -MF sob o nº 26.123.386/0001-12.

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços médicos hospitalares na especialidade de Clínica Médica, para trabalhar em regime de plantão presencial e sobreaviso no Pronto Atendimento Municipal, em escalas de 56 horas semanais, distribuídas nas 24 horas diárias, sendo em todos os dias da semana e finais de semana, inclusive nos feriados e pontos facultativos, respeitando a legislação vigente quanto às leis trabalhistas.

Valor estimado: R\$ 185.088,00 (Cento e oitenta e cinco mil oitenta e oito reais).

Vigência: 01/07/2018 a 31/12/2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 021/2018 - FMS

Publicação Nº 1666558

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo Licitatório nº 021/2018 – FMS

Edital de Pregão Presencial nº 010/2018 – FMS

Contrato Administrativo nº 021/2018 – FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRANI

Contratada: ROCHA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 18.983.754/0001-74.

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços médicos hospitalares na especialidade de Clínica Médica, para trabalhar em regime de plantão presencial e sobreaviso no Pronto Atendimento Municipal, em escalas de 56 horas semanais, distribuídas nas 24 horas diárias, sendo em todos os dias da semana e finais de semana, inclusive nos feriados e pontos facultativos, respeitando a legislação vigente quanto às leis trabalhistas.

Valor estimado: R\$ 191.088,00 (Cento e noventa e um mil oitenta e oito reais).

Vigência: 01/07/2018 a 31/12/2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/2018 - FMS

Publicação Nº 1666559

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo Licitatório nº 021/2018 – FMS

Edital de Pregão Presencial nº 010/2018 – FMS

Contrato Administrativo nº 022/2018 – FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRANI

Contratada: CLÍNICA MÉDICA VIDALI LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.853.148/0001-50.

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços médicos hospitalares na especialidade de Clínica Médica, para trabalhar em regime de plantão presencial e sobreaviso no Pronto Atendimento Municipal, em escalas de 56 horas semanais, distribuídas nas 24 horas diárias, sendo em todos os dias da semana e finais de semana, inclusive nos feriados e pontos facultativos, respeitando a legislação vigente quanto às leis trabalhistas.

Valor estimado: R\$ 185.088,00 (Cento e oitenta e cinco mil oitenta e oito reais).

Vigência: 01/07/2018 a 31/12/2018.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2018

Publicação Nº 1667406

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 067/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2018

OBJETO: Celebrar Termo de Colaboração para Repasse de recursos financeiros as Associações de Agricultores do Município Irani (SC) e dá outras providências, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 1.870/2018 e Lei Federal nº 13.019/2014.

JUSTIFICATIVA: conforme autorizado pela Lei Municipal nº 1.870/2018 e Lei Federal nº 13.019/2014.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

CONTRATADOS: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES MICROBACIA BR 153; ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO MORRO DO CERRO AGUDO; ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE SÃO VICENTE; ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE AGRICULTORES DE ALTO CASCALHO; ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE PINGADOR; ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES MICROBACIA RIO ENGANO; ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES MICROBACIA LAGEADO DO MEIO; ASSOCIAÇÃO

DE DESENVOLVIMENTO DA MICROBACIA DE ALTO LAJEADO DO MEIO E ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE LAGEADO DA ANTA. VALOR TOTAL: R\$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Atendimento aos pressupostos da Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no art. 31. VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2018. Irani, SC, 28 de junho de 2018. SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 006/2017- FMS

Publicação Nº 1668514

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2018/FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2018/FMS
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços médicos, para atender a Estratégia de Saúde da Família - ESF, em regime de 8 horas diárias, de segunda a sexta-feira quando úteis, no horário das 07h30m às 11h30m e das 13h30 às 17h30.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IRANI
CONTRATADO: ROCHA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 18.983.754/0001-74.
VALOR TOTAL: R\$ 68.539,08 (sessenta e oito mil quinhentos e trinta e nove reais e oito centavos).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: inciso IV do artigo 24, da Lei Federal nº 8666/93.
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2018.
Irani, SC, 28 de junho de 2018.
DILCE SALETE ZENARO – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 003/2018

Publicação Nº 1668459

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo Licitatório nº 067/2018
Inexigibilidade de Licitação nº 008/2018
Termo de colaboração nº 003/2018
Concedente: MUNICÍPIO DE IRANI
Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO MORRO DO CERRO AGUDO, inscrito no CNPJ sob o nº 02.870.645/0001-00.
Objeto: Termo de Colaboração para Repasse de recursos financeiros as Associações de Agricultores do Município Irani (SC), conforme autorizado pela Lei Municipal nº 1.870/2018 e Lei Federal nº 13.019/2014.
Valor Total: R\$ 3.000,00 (Três mil reais)
Vigência: 28/06/2018 a 31/12/2018.

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2018

Publicação Nº 1668460

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo Licitatório nº 067/2018
Inexigibilidade de Licitação nº 008/2018
Termo de colaboração nº 004/2018

Concedente: MUNICÍPIO DE IRANI
Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE SÃO VICENTE, inscrito no CNPJ sob o nº 14.957.890/0001-39.
Objeto: Termo de Colaboração para Repasse de recursos financeiros as Associações de Agricultores do Município Irani (SC), conforme autorizado pela Lei Municipal nº 1.870/2018 e Lei Federal nº 13.019/2014.
Valor Total: R\$ 3.000,00 (Três mil reais)
Vigência: 28/06/2018 a 31/12/2018.

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 005/2018

Publicação Nº 1668461

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo Licitatório nº 067/2018
Inexigibilidade de Licitação nº 008/2018
Termo de colaboração nº 005/2018
Concedente: MUNICÍPIO DE IRANI
Conveniente: ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE AGRICULTORES DE ALTO CASALHO, inscrito no CNPJ sob o nº 02.481.666/0001-34.
Objeto: Termo de Colaboração para Repasse de recursos financeiros as Associações de Agricultores do Município Irani (SC), conforme autorizado pela Lei Municipal nº 1.870/2018 e Lei Federal nº 13.019/2014.
Valor Total: R\$ 3.000,00 (Três mil reais)
Vigência: 28/06/2018 a 31/12/2018.

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 006/2018

Publicação Nº 1668462

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo Licitatório nº 067/2018
Inexigibilidade de Licitação nº 008/2018
Termo de colaboração nº 006/2018
Concedente: MUNICÍPIO DE IRANI
Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES MICROBACIA RIO ENGANO, inscrito no CNPJ sob o nº 02.906.610/0001-84.
Objeto: Termo de Colaboração para Repasse de recursos financeiros as Associações de Agricultores do Município Irani (SC), conforme autorizado pela Lei Municipal nº 1.870/2018 e Lei Federal nº 13.019/2014.
Valor Total: R\$ 3.000,00 (Três mil reais)
Vigência: 28/06/2018 a 31/12/2018.

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 007/2018

Publicação Nº 1668463

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo Licitatório nº 067/2018
Inexigibilidade de Licitação nº 008/2018
Termo de colaboração nº 007/2018
Concedente: MUNICÍPIO DE IRANI
Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES MICROBACIA LAJEADO DO MEIO, inscrito no CNPJ sob o nº 02.906.599/0001-52.
Objeto: Termo de Colaboração para Repasse de recursos financeiros as Associações de Agricultores do Município Irani (SC), conforme autorizado pela Lei Municipal nº 1.870/2018 e Lei Federal nº 13.019/2014.

Valor Total: R\$ 3.000,00 (Três mil reais)
Vigência: 28/06/2018 a 31/12/2018.

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 008/2018

Publicação Nº 1668464

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo Licitatório nº 067/2018
Inexigibilidade de Licitação nº 008/2018
Termo de colaboração nº 008/2018
Concedente: MUNICÍPIO DE IRANI
Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA MICRO-BACIA DE ALTO LAJEADO DO MEIO, inscrito no CNPJ sob o nº 07.300.644/0001-44.
Objeto: Termo de Colaboração para Repasse de recursos financeiros as Associações de Agricultores do Município Irani (SC), conforme autorizado pela Lei Municipal nº 1.870/2018 e Lei Federal nº 13.019/2014.
Valor Total: R\$ 3.000,00 (Três mil reais)
Vigência: 28/06/2018 a 31/12/2018.

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 009/2018

Publicação Nº 1668466

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo Licitatório nº 067/2018
Inexigibilidade de Licitação nº 008/2018
Termo de colaboração nº 009/2018
Concedente: MUNICÍPIO DE IRANI
Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE LAGEADO DA ANTA, inscrito no CNPJ sob o nº 26.763.929/0001-66.
Objeto: Termo de Colaboração para Repasse de recursos financeiros as Associações de Agricultores do Município Irani (SC), conforme autorizado pela Lei Municipal nº 1.870/2018 e Lei Federal nº 13.019/2014.
Valor Total: R\$ 3.000,00 (Três mil reais)
Vigência: 28/06/2018 a 31/12/2018.

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 010/2018

Publicação Nº 1668467

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo Licitatório nº 067/2018
Inexigibilidade de Licitação nº 008/2018
Termo de colaboração nº 010/2018
Concedente: MUNICÍPIO DE IRANI
Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE PINGADOR, inscrito no CNPJ sob o nº 13.709.247/0001-23,
Objeto: Termo de Colaboração para Repasse de recursos financeiros as Associações de Agricultores do Município Irani (SC), conforme autorizado pela Lei Municipal nº 1.870/2018 e Lei Federal nº 13.019/2014.
Valor Total: R\$ 3.000,00 (Três mil reais)
Vigência: 28/06/2018 a 31/12/2018.

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3434/2018

Publicação Nº 1667304

DECRETO Nº 3.434/2018.

DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS EM DIA DE JOGO DO BRASIL NA COPA DO MUNDO FIFA 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Irineópolis (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que nos horários de jogo da Seleção Brasileira de Futebol nas Copas do Mundo, as atividades em todo o país ficaram paralisadas ou modificadas;

Considerando que o jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA de 2018 está marcado para o dia de 02 de julho de 2018, segunda-feira, no horário das 11h00m no horário de Brasília;

Considerando a necessidade de estabelecer critérios de funcionamento das repartições públicas municipais durante a participação do Brasil no referido mundial;

DECRETA:

Art. 1º No dia 02 de Julho de 2018, segunda feira, o expediente dos órgãos da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, terá funcionamento normal, com interrupção no horário das 10h30m às 13h30m.

Parágrafo único. Fica a critério de cada Secretaria, a adoção ou não da interrupção estipulada por este Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 28 de Junho de 2018.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2018

Publicação Nº 1666912

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 43/2018
PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/2018

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 01 de agosto de 2018, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para registro de preços, com critério de adjudicação Menor Preço global de acordo com a Lei nº 10.520/02, visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELETRICOS, HIDRÁULICOS, FERRAGENS/FERRAMENTAS, PINTURA E DE LIMPEZA, PARA MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES JUNTO AOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, COM ENTREGA PARCELADA. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 20 de junho de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 215/2018

Publicação Nº 1667310

PORTARIA Nº 215/2018.

CONSTITUI COMISSÃO DE TESTE SELETIVO, DESIGNA MEMBROS PARA A SUA COMPOSIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o artigo 105, inciso II da Lei Complementar nº 007/2001, de 15/10/2001 e amparado nas disposições da Lei Complementar nº 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão para acompanhar e coordenar todas as etapas relativas ao Teste Seletivo Edital nº 001/2018/PMI, para a seleção de servidores a serem admitidos em estrita observância a Lei Complementar nº 064/2013 e TAC nº 06/2017, para desenvolverem atividades em caráter temporário, em funções da Administração Direta Municipal.

Art. 2º - Designar os (as) servidores (as) Daniela Aparecida Fritzen Randig, Giozani Regina Crestani, Jean Pedro Marques, Scheila Patrícia Kielb e Virlei da Silva, para comporem a referida comissão.

Art. 3º - Os membros ora designados são responsáveis pela elaboração, acompanhamento, coordenação e supervisão de todos os atos relativos ao Teste Seletivo para Contratação Temporária, inclusive pela seleção e classificação dos candidatos.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Irineópolis (SC), 28 de Junho de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

HOSPITAL Bom Jesus**RESOLUÇÃO 028/2018**

Publicação Nº 1667979

RESOLUÇÃO Nº 028/2018

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001, e, amparada no que dispõe o Art. 4º da Lei Complementar nº 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR até a data de 31.08.18, os efeitos da Resolução nº 018/2017, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário da servidora JACIRA JUSAK KRUGER, para exercer as atividades de Auxiliar de Serviços Gerais (40h/sem), junto ao Hospital Municipal Bom Jesus, visando suprir necessidades temporárias e emergenciais, em substituição a servidores no período.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01.07.2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis, 28 de junho de 2018.

WIANEY DE CASSIA O. G. TELES DOS SANTOS
Presidente.**RESOLUÇÃO 029/2018**

Publicação Nº 1667984

RESOLUÇÃO Nº 029/2018

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001, e, amparada no que dispõe o Art. 4º da Lei Complementar nº 064/2013, de 26/02/2013,

CONSIDERANDO a necessidade de dar cumprimento a sentença judicial nos autos de Ação Civil Pública nº 5002802-12.2012.4.04.7211/SC a qual condenou o Hospital Municipal Bom Jesus a contratar ou manter, caso já tenham sido contratados, enfermeiros em número suficiente a sua necessidade, de modo que exista pelo menos um profissional enfermeiro para atuar presencialmente em suas dependências durante todo o período de funcionamento;

CONSIDERANDO o disposto no Termo de Ajustamento de Conduta –TAC nº 06/2017;

CONSIDERANDO que o artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal veda apenas a acumulação remunerada de cargos públicos;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR até a data de 31.08.2018, os efeitos da Resolução nº 40/2017, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário da servidora ROSANE ÁPARECIDA DE OLIVEIRA, para exercer as atividades de Enfermeira (40 horas semanais) junto ao Hospital Municipal Bom Jesus, visando suprir necessidades temporárias e emergenciais, em substituição a servidores no período.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01.07.2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis, 28 de junho de 2018.

WIANEY DE CASSIA O. G. TELES DOS SANTOS
Presidente**RESOLUÇÃO 030/2018**

Publicação Nº 1667997

RESOLUÇÃO Nº 030/2018

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001, e, amparada no que dispõe o Art. 4º da Lei Complementar nº 064/2013, de 26/02/2013,

CONSIDERANDO a necessidade de dar cumprimento a sentença judicial nos autos de Ação Civil Pública nº 5002802-12.2012.4.04.7211/SC a qual condenou o Hospital Municipal Bom Jesus a contratar ou manter, caso já tenham sido contratados, enfermeiros em número suficiente a sua necessidade, de modo que exista pelo menos um profissional enfermeiro para atuar presencialmente em suas dependências durante todo o período de funcionamento;

CONSIDERANDO o disposto no Termo de Ajustamento de Conduta –TAC nº 06/2017;

CONSIDERANDO que o artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal veda apenas a acumulação remunerada de cargos públicos;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR até a data de 31.08.2018, os efeitos da Resolução nº 17/2018, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário da servidora CAROLINE HOLUB, para exercer as atividades de Enfermeira (40 horas semanais) junto ao Hospital Municipal Bom Jesus, visando suprir necessidades temporárias e emergenciais, em substituição a servidores no período.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01.07.2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis, 28 de junho de 2018.

WIANEY DE CASSIA O. G. TELES DOS SANTOS
Presidente

Itá

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 018 - PROCESSO SELETIVO 002/2017

Publicação Nº 1668132

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 018 - PS 002/2017

Ficam convocados os classificados no Processo Seletivo 002/2017, homologado pelo Decreto 091/2017, conforme lista abaixo, para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação no dia 02/07/2018 às 9:00.

AUXILIARES DE CLASSE

1	708804	Ivonete Denis Wollmann Bunier
2	711000	Roseclei Ilha
3	704012	Arian Luis Zeni
4	710860	Gisiane Seibel
5	713801	Roseli Celia Jung Decezare

Itá – SC, 28 de junho de 2018.
Domingos Rodrigues dos Santos
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 019 - PROCESSO SELETIVO 002/2017

Publicação Nº 1668282

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 019 - PS 002/2017

Ficam convocados os classificados no Processo Seletivo 002/2017, homologado pelo Decreto 091/2017, conforme lista abaixo, para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação no dia 02/07/2018 às 13:00.

ESTAGIÁRIO

1	724750	Leonardo Filipe Burnier
---	--------	-------------------------

Itá – SC, 28 de junho de 2018.
Domingos Rodrigues dos Santos
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

Publicação Nº 1667001

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O MUNICIPIO DE ITÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.240/0001-53, com sede administrativa na praça Dr. Aldo Ivo Stumpf nº 100, Centro, nesta cidade de Itá, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores, entidades empresariais, demais interessados o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, em 27/06/2018, no valor de R\$ 73.755,00 (setenta e três mil, setecentos e cinquenta e cinco reais), na conta vinculada ao contrato de Repasse nº 819892/2015-operação 1024638-70, firmado com o Município de Itá, assinado em 04/11/2015, sob a gestão do Ministério das Cidades, que tem por objeto "Pavimentação Asfáltica de Via Inserida na Malha Urbana do Município de Itá-SC".

Itá-SC, 28 de Junho de 2018
JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

NOVA DATA DE ABERTURA DO PR 13/2018

Publicação Nº 1666929

NOVA DATA DE ABERTURA

Pregão Presencial nº 13/2018; Objeto: Registro de Preços para contratação de veículo para viagem com trajeto de Itaiópolis com saída da Secretaria Municipal da Saúde com destino a Campo Alegre/SC e retorno após o atendimento de todos os pacientes transportados para exames ou consultas. Lotação mínima de 48 (quarenta e oito) passageiros. Entrega dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 09 de julho de 2018; Abertura dos Envelopes: as 14:15 horas do dia 09 de julho de 2018. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Av. Getúlio Vargas, 308, 3º andar, de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas ou no site www.itaioplis.sc.gov.br - Fone 047 3652 2211. Itaiópolis, 28 de junho de 2018. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

NOVA DATA PARA O PR 14/2018

Publicação Nº 1667839

NOVA DATA DE ABERTURA

Pregão Presencial nº 14/2018; Objeto: Aquisição de Materiais e Equipamentos Odontológicos para uso dos profissionais das equipes da Saúde da Família-ESF's da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis/SC. Entrega dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 12 de julho de 2018; Abertura dos Envelopes: as 14:15 horas do dia 12 de julho de 2018. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Av. Getúlio Vargas, 308, 3º andar, de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas ou no site www.itaioplis.sc.gov.br - Fone 047 3652 2211. Itaiópolis, 29 de junho de 2018. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

Itapema

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA – 03.004.2018

Publicação Nº 1668016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Concorrência Pública – 03.004.2018

Tipo de licitação: Melhor Técnica e Preço;

Objeto: Contratação de serviços de agência de publicidade, compreendendo o planejamento, a criação, a distribuição, a veiculação e o controle de campanhas publicitárias e demais serviços descritos no § 1º do art. 2º da Lei nº 12.232/2010, objetivando promover a divulgação da Prefeitura Municipal de Itapema na atividade institucional.

Entrega dos Envelopes: Até 14:00 horas do dia 14/08/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Itapema.

Abertura dos Envelopes: às 14:01 horas do dia 14/08/2018, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Itapema.

O Edital e seus anexos poderão ser baixados pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, ícone "licitações – modalidades – concorrência pública – pasta 03.004.2018" ou pessoalmente na Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro, Itapema/SC. Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Itapema, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3268-8000 ou pelo e-mail licitacao@itapema.sc.gov.br

Itapema, 27 de Junho de 2018.

Ronaldo Paulino

Secretário de Administração

TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2018

Publicação Nº 1668408

TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2018

Partes: MUNICÍPIO DE ITAPEMA - SC e a POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Objeto: O presente convênio tem por objeto o controle de construções irregulares em áreas públicas, áreas de preservação permanente, áreas consideradas de risco, bem como construções e atividades ilegais em desconformidade com a legislação urbanística e ambiental vigente no município, através de doações de polícia ostensiva pela Polícia Militar, em cumprimento as ordens contidas na Lei Orgânica do Município de Itapema, Lei de Proteção e Defesa Civil, Legislação Ambiental Municipal FAACI, Legislação Ambiental Vigente e Lei Municipal nº 3.744/2018 com a finalidade de preservar a ordem pública no Município de Itapema. Vigência: 26.06.2018 à 26.06.2023. Valor: O valor mensado presente convênio é de R\$ 10.000, 00 (dez mil reais). Assinam: Nilza Nilda Simas – Prefeita Municipal - Carlos Alberto de Araújo Gomes Jr - Cel. PM do Comandante Geral da PMSC

ERRATA Nº 01 - 28.06.2018 - 04.053.2018

Publicação Nº 1668414

**Prefeitura Municipal de Itapema****ERRATA N. 1**
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.053.2018

Objeto: Registro de Preços para aquisição de Pneus conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.053.2018.

Onde se lê:

4.7.4 - A garantia dos produtos deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento ou possíveis falhas que possam surgir com o uso.

Leia-se:

4.7.4 - Garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os pneus, contra defeitos de fabricação e apresentação de qualidade inadequada.

Onde se lê:

4.7.8 - Se constatado o não cumprimento da garantia mínima de quilometragem, a licitante vencedora deverá substituir o produto defeituoso em, no máximo, **72 (setenta e duas) horas**, sem ônus para o Município.

Leia-se:

4.7.8 - Se constatado o não cumprimento da garantia mínima exigida no subitem 4.7.4, a licitante vencedora deverá substituir o produto defeituoso em, no máximo, **72 (setenta e duas) horas**, sem ônus para o Município, após recebimento de notificação.

Onde se lê:

Anexo I

Termo de Referência

56	PNEU 23.1-26 248-11-0008	UN	8	5.516,67	44.133,33
57	PNEU 18.4-30R2 248-11-0127	UN	8	4.041,67	32.333,33
59	PNEU 7.50-18 248-11-0013	UN	8	845,00	6.760,00

Leia-se:

Anexo I

Termo de Referência

56	PNEU 23.1-26 - 12 LONAS	UN	8	5.516,67	44.133,33
57	PNEU 18.4-30R2 - 12 LONAS	UN	8	4.041,67	32.333,33
59	PNEU 7.50-18 - 12 LONAS	UN	8	845,00	6.760,00

A data e hora de entrega dos envelopes e abertura do Pregão Presencial 04.053.2018 fica ALTERADA para o dia 11/07/2018, às 13:00hrs (treze) horas.

Itapema, 28 de junho de 2018.

RONALDO PAULINO
Secretário Municipal de Administração

Itapiranga

PREFEITURA

2º TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 321/2017

Publicação Nº 1666934

2º TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 321/2017

O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.821.208/0001-36, com sede na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, na cidade de Itapiranga - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JORGE WELTER, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Itapiranga - SC, portador do CPF nº 423.045.559-34, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve celebrar o 2º Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços nº 321/2017, celebrado com a AUTO POSTO FRONTEIRA ITAPIRANGA TUNÁPOLIS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 02.539.791/0001-58, com sede na Estrada Geral da Fronteira, nº s/n, Linha Santo Antônio, município de Itapiranga - SC, CEP nº 89.896-000, neste ato representado pelo Sócio Administrador Sr. NEILOR GABRIEL MULLER, brasileiro, empresário, portador do CPF nº 726.108.839-00 e RG nº 13/R 2.643.548 SSP/SC, vencedor do Processo Licitatório nº 238/2017, de conformidade com o que preceitua o art. 65, § 8º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

1 - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1.1 - Com fundamento na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada e de acordo com Parecer Jurídico nº 077/2018, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços, a partir desta data, altera-se o valor do item 5 da Ata de Registro de Preços nº 321/2017 que passa a ser pago conforme descrito a seguir:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit. Anterior	Preço Unit. Atual	Preço Total Suprimido
5	7.473,661	LT	OLEO DIESEL S10	CIAPETRO	3,78	3,29	3.662,09
Total							3.662,09

2 – DA RATIFICAÇÃO

2.1 - As demais cláusulas constantes na Ata de Registro de Preços nº 321/2017 permanecem inalteradas. O disposto no presente termo de Apostilamento passa a ser parte integrante do contrato.

Itapiranga – SC, 21 de junho de 2018.

JORGE WELTER
Prefeito Municipal

Nodivar Carati
Adv. Assessor Geral do Município
OAB/SC Nº 30.520-A

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 010/2018 - FMS

Publicação Nº 1667830

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 010/2018 - FMS

Inexigibilidade de Licitação nº 010/2018 - FMS

Contratante: Município de Itapiranga

Objeto: Contratação de empresa para manutenção preventiva do equipamento Mini Vidas Blue, à disposição do laboratório de análises clínicas da Secretaria Municipal de Saúde.

Fundamentação Legal: Art. 25, Inciso I da Lei 8.666/93.

Contratado: Sullab Distrib de Prod Diagnosticos Hosp e Farm Ltda.

Valor Total: R\$ 2.469,31

Itapiranga - SC, 27 de junho de 2018.

Davino Rauber – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2018

Publicação Nº 1668271

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 137/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS E LUBRIFICANTES PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DESTA MUNICIPALIDADE

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até as 08h30 do dia 11/07/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 28 de junho de 2018.

Paulo José Theobald

Secretaria de Transportes e Obras

DECRETO Nº 115, DE 28 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1668237

DECRETO Nº 115, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

DISPOE SOBRE O HORÁRIO EXCEPCIONAL DE EXPEDIENTE NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO DIA DO JOGO DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VII do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista a realização do jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2018,

D e c r e t a:

Art. 1º Fica estabelecido horário especial de expediente das atividades dos servidores municipais, no dia 02 de julho de 2018, no período matutino das 07h15min às 10h45min e no período vespertino das 13h30min às 17h30min.

Art. 2º Cabe aos titulares das secretarias, nas respectivas áreas de competência, a integral preservação e o pleno funcionamento dos serviços considerados essenciais no dia 02 de julho de 2018, jogo da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, SC, 28 de junho de 2018.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretário de Administração.

PORTARIA Nº 128/2018

Publicação Nº 1667724

Portaria nº 128 de 27 de junho de 2018.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde à servidora municipal Dinéia Ferreira Mendes matrícula nº 15130/01, a partir do dia 27/6/2018, conforme Atestado Médico apresentado.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra nesta data.

Itapiranga SC, 27 de junho de 2018.

Jorge Welter

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria 17/2018**

Publicação Nº 1667904

PORTARIA N.º 17, DE 29 DE JUNHO DE 2018

Concede férias ao Secretário Executivo da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga - SC.

Fábio Hahn, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor:

RESOLVE:

Art.1.º CONCEDER férias ao Secretário Executivo da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, Senhor Daniel Melz, no período de 02/07/2018 a 31/07/2018, referente ao período aquisitivo de 01/02/2017 a 31/01/2018, retornando aos trabalhos normais no dia 01/08/2018.

Art.2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário

Itapiranga SC, 29 de junho de 2018.

Fábio Hahn

Presidente da Câmara

Itapoá

PREFEITURA

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2018 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 025/2018 - MÉDICO 20 HORAS.

Publicação Nº 1668144

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2018
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 025/2018
MÉDICO 20 HORAS

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato MARCIO GONÇALVES VIEIRA DA CUNHA para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados (cópia).

- Cédula de Identidade (RG) ;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente ;
- Comprovante de residência;
- Diploma;
- Registro no CRM/SC;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
- Certidão de Regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;

Itapoá, 28 de junho de 2018.

Sandra Regina Medeiros da Silva
Secretária Municipal de Saúde

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2018 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 025/2018 - MÉDICO 20 HORAS.

Publicação Nº 1668450

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2018
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 025/2018
MÉDICO 20 HORAS

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata VANESSA CRISTINA DE OLIVEIRA para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados (cópia).

- Cédula de Identidade (RG) ;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
- Certidão de nascimento ou casamento;

- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente ;
- Comprovante de residência;
- Diploma;
- Registro no CRM/SC;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
- Certidão de Regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;

Itapoá, 28 de junho de 2018.

Sandra Regina Medeiros da Silva
Secretária Municipal de Saúde

CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 025/2018 – MÉDICO 20HORAS.

Publicação Nº 1668138

CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO –
EDITAL Nº 025/2018 – MÉDICO 20HORAS

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais, torna público a Classificação Final do Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Médico 20hs:

CLASS.	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1º	Marcio Gonçalves Vieira da Cunha	383
2º	Greice Dionnes Santos Fortes	48
3º	Vanessa Cristina de Oliveira	0

Itapoá, 28 de junho de 2018.

Marciane Rech
Enfermeira III

Joseane Maria Soares de Lima
Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

TERMO ADITIVO Nº 58/2018 (5º ADITIVO)

Publicação Nº 1667950

TERMO ADITIVO Nº 58/2018 DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2018. (5º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretaria de Administração, Secretário de Obras e Serviços Públicos, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Secretaria da Assistência Social, aqui denominadas, ÓRGÃOS GERENCIADORES, representado pela Secretária de Administração, a Sra. JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, brasileira, casada, portadora do CI.RG nº 3.1486070/SSP-SC e CNPF/MF nº 987.496.849-49, residente e domiciliada à Rua Theodoro Klaumann, nº 775, Bairro: Centro, neste Município, Secretário

de Obras e Serviços Públicos, o Sr. WANTUIL JOSÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador do CNPF/MF nº 447.780.239-00 e CI.RG nº 3390340-SSP/PR, residente e domiciliado à Rua do Peixe, nº 812, Bairro Samambaia, neste Município, Secretária de Saúde, a Sra. SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA, brasileira, casada, portadora do CNPF/MF nº 378.350.339-68 e CI.RG nº 771.538-2 SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Ceará, nº 884, Bairro Barra do Saí, neste Município, Secretária de Educação, a Sra. LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO, brasileira, casada, portadora do CNPF/MF nº 794.072.939-04 e CI.RG nº 5.227.976-3 SESP/PR, residente e domiciliada à Rua Adalcino José Rosa, nº 396, Bairro Jardim Pérola do Atlântico, neste Município, Secretária de Assistência Social, a Sra. ELISIANE DE SOUZA MARTINS, brasileira, casada, portadora do CNPF/MF nº 036.030.539-31 e CI.RG nº 4.250.288 SESP/PR, residente e domiciliada à Rua Guaianazes, nº 416, Bairro Barra do Saí, neste Município, e de outro lado a Empresa MIRANDA BUDAZ & CIA LTDA, com sede à Rua Avenida André Rodrigues de Freitas, nº155, Bairro: Itapema do Norte, na cidade de Itapoá/SC, CEP: 89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.868.777/0001-60, e Inscrição Estadual nº 254058558, representada neste ato pela Sócia gerente, Sra. ANDRESA MIRANDA BUDAZ, portadora do CNPF/MF nº 014.432.209-90, e do CI.RG nº 3.318.252, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo visando o reequilíbrio econômico financeiro a Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis, contínuo e fracionado por demanda, (gasolina e diesel), para uso exclusivo da Frota Municipal de veículos leves e pesados e equipamentos do Município de Itapoá/SC, a serem fornecidos mediante abastecimento diretamente nas bombas localizadas nas dependências da empresa vencedora, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus Anexos, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO Nº 17/2018 - REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2018 - PROCESSO Nº 21/2018, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PREÇO E DO REAJUSTE

Altera cláusula primeira visando o reequilíbrio econômico financeiro com fulcro no Art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, reajustando o preço unitário do item 1, Gasolina Comum, acrescentando o

valor de R\$ 0,13 (treze centavos), passando o valor unitário do litro da gasolina comum à R\$ 4,31 (quatro reais e trinta e um centavos) e reajustando o preço unitário do item 2, Diesel B-S10, diminuindo o valor de R\$ 0,9 (nove centavos), passando o valor unitário do litro Do Diesel B-S10 à R\$ 3,54 (três reais e cinquenta e quatro centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O presente termo aditivo passa a vigorar a partir da data 28/06/2018, com vigência condicionada à Ata de Registro de Preço nº 20/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço nº 20/2018, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo à Ata de Registro de Preço nº 20/2018, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 28 de junho de 2018.

JOSELENE G. DO NASCIMENTO CUNHA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	MIRANDA BUDAZ & CIA LTDA ANDRESA MIRANDA BUDAZ
WANTUIL JOSÉ DE OLIVEIRA SECRETARIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA SECRETARIA DE SAÚDE
LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ELISIANE DE SOUZA MARTINS SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Testemunhas:	
NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

TERMO ADITIVO Nº 59/2018 (6º ADITIVO)

Publicação Nº 1667952

TERMO ADITIVO Nº 59/2018 QUE VISA ADITIVAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITAPOÁ E A MIRANDA BUDAZ & CIA LTDA. (6º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Saúde, a Sra. SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA, brasileira, casada, portadora do CNPF/MF nº 378.350.339-68 e CI.RG nº 771.538-2 SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Ceará, nº 884, Bairro Barra do Saí, neste Município, neste Município, de outro lado a Empresa MIRANDA BUDAZ & CIA LTDA, com sede à Avenida André Rodrigues de Freitas, nº 1155, Bairro: Itapema do Norte, na cidade de Itapoá/SC, CEP: 89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.868.777/0001-60 e Inscrição Estadual nº 254058558, representada neste ato pela sócia, Sra. ANDRESA MIRANDA BUDAZ, portadora do CNPF/MF nº 014.432.209-90 e do CI.RG nº 3.318.252-3-SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, CONTÍNUO E FRACIONADO POR DEMANDA, (GASOLINA E DIESEL), PARA USO EXCLUSIVO DA FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC, A SEREM FORNECIDOS MEDIANTE ABASTECIMENTO DIRETAMENTE NAS BOMBAS LOCALIZADAS NAS DEPENDÊNCIAS DA EMPRESA VENCEDORA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, e em conformidade com o processo de licitação tipo Pregão nº 17/2018 – Registro de Preço nº 07/2018 - Processo nº 21/2018, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PREÇO

Altera cláusula primeira, aditando a respectiva Ata de Registro de Preço em um percentual de 1,36 %, totalizando o valor de R\$ 12.106,00 (doze mil cento e seis reais), com vigência condicionada à Ata de Registro de Preço nº 20/2018.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Diesel B-S10	LITRO	3.420	R\$ 3,54	R\$ 12.106,80

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO:

Acresce-se ao Anexo VI-quantitativos de veículo da frota e equipamentos na Secretaria Municipal de Saúde o seguinte veículo:

VEICULO	PLACA	RENAVAN	MARCA	ANO	COMBUSTÍVEL
ESP/CAMINHONETE/AMBULÂNCIA	QIY8275	1154347424	RENAULT MASTER REVES	2018/2019	Diesel

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço nº 20/2018, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Ata de Registro de Preço nº 20/2018, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 28 de junho de 2018.

SECRETÁRIA DE SAÚDE SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA	MIRANDA BUDAZ & CIA LTDA ANDRESA MIRANDA BUDAZ
Fiscal do Contrato: GERSON DOS SANTOS CHAVES CHEFE DO SETOR DE COMPRAS	
Testemunhas: NOME: CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2018 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 025/2018 - MÉDICO 20 HORAS.

Publicação Nº 1668148

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2018
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 025/2018
MÉDICO 20 HORAS

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata GREICE DIONNES SANTOS FORTES para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados (cópia).

- Cédula de Identidade (RG) ;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente ;
- Comprovante de residência;
- Diploma;
- Registro no CRM/SC;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
- Certidão de Regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;

Itapoá, 28 de junho de 2018.

Sandra Regina Medeiros da Silva
Secretária Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 82/2018 - DISPÕE SOBRE A RATIFICAÇÃO DO TERMO DE BAIXA DEFINITIVO Nº. 01/2018 DA COMISSÃO DE PATRIMÔNIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ.**

Publicação Nº 1667213

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 82, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A RATIFICAÇÃO DO TERMO DE BAIXA DEFINITIVO Nº. 01/2018 DA COMISSÃO DE PATRIMÔNIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

José Antonio Stoklosa, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 44, Inciso IV e Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Art. 39, Inciso XXX, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapoá-SC

DECRETA:

Art. 1º Fica ratificado o Termo de Baixa Definitivo nº. 01/2018 da Comissão de Patrimônio da Câmara Municipal de Itapoá, para fins de baixa patrimonial dos bens descritos, objetivando a aplicação dos princípios da economicidade e eficiência, evitando assim que os gastos com controle superem os valores dos bens.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 26 de junho de 2018.

JOSÉ ANTONIO STOKLOSA

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

PORTARIA Nº 59/2018 (RETIFICAÇÃO) - CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA LEONICE MARLI RISKOWSKI.

Publicação Nº 1667205

PORTARIA Nº59, DE 25 DE JUNHO DE 2018

Concede Férias À Servidora Leonice Marli Riskowski.

José Antonio Stoklosa, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º Concede férias, no período de 04 de julho de 2018 a 03 de agosto de 2018, à servidora LEONICE MARLI RISKOWSKI, matrícula 50849-01, investida no cargo de Agente Administrativo I, conforme disposto na Lei Complementar nº44/2014 nos artigos nº60 e seguintes.

Art. 2º Serão convertidas 1/3 das férias em pecúnia de acordo com ao artigo nº60, § 1º.

Art. 3º Tais férias referem-se ao período aquisitivo de 01/08/2017 à 31/07/2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itapoá, 25 de junho de 2018.

José Antonio Stoklosa

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 053, DE 28 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1667745

DECRETO Nº 053, DE 28 DE JUNHO DE 2018

"Decreta horário especial nas repartições Públicas Municipais, nos dias dos jogos na Copa do Mundo de Futebol 2018"

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VII, artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e

- considerando a participação do Brasil na Copa do Mundo 2018 na partida das oitavas de final;

DECRETA

Art. 1º - O horário de expediente nas repartições Públicas Municipais no dia 02 de julho de 2018 será das 07h30min às 10h e das 14h30min às 17h.

Parágrafo Único - A forma e modo de funcionamento dos setores da Administração Pública que prestam os serviços essenciais a que se refere o caput desse artigo serão definidos pelos Secretários Municipais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Ituporanga, SC, 28 de junho de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito do Município

BRUNA RUDOLFO
Secretária da Administração

Jaborá

PREFEITURA

DECRETO 1.736/2018A

Publicação Nº 1667788

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA."

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito de Jaborá(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 5º, da Lei nº 1.602 de 27 de novembro de 2017, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais) nas seguintes dotações do orçamento vigente da Município de Jaborá:

08.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
08.02 - COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0009.2.025 - MANUTENÇÃO DO CRAS
3.1.90.00.00.00.00 - 0.1.0035.000000 (172) - Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00
3.3.90.00.00.00.00 - 0.1.0035.000000 (152) - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Recursos do Transf. do FNAS - 0.1.0035.000000 - R\$ 70.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 70.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação nas seguintes Fontes de Recursos:

FONTES DE RECURSOS:

Recursos do Transf. do FNAS - 0.1.0035.000000 - R\$ 70.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 70.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC,
em 26/junho/2018
KLEBER MÉRCIO NORA
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 29/06/2018

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária De Administração

DECRETO 1.737/2018

Publicação Nº 1667791

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA."

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito de Jaborá(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 5º, da Lei nº 1.602 de 27 de novembro de 2017, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 58.000,00 (Cinquenta e oito mil reais) nas seguintes dotações do orçamento vigente da Município de Jaborá:

05.00 - SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
05.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
26.782.0008.1.003 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - DMER
4.4.90.00.00.00.00 - 0.1.0088.000000 (33) - Aplicações Diretas
..... R\$ 58.000,00

Recursos da Alienação de Bens - 0.1.0088.000000 - R\$ 58.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 58.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação nas seguintes Fontes de Recursos:

FONTES DE RECURSOS:

Recursos da Alienação de Bens - 0.1.0088.000000 - R\$ 58.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 58.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC,
em 28/junho/2018
KLEBER MÉRCIO NORA
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 29/06/2018

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária De Administração

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.173/2018

Publicação Nº 1668498

DECRETO Nº 12.173/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto na Lei Federal Nº 11.947/2009; e
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 019/2018/Semed/DAF, de 22/06/2018, da Secretaria Municipal de Educação;

DECRETA :

Art.1º Ficam designados CLEUZA TEREZINHA SABBAGH FINTA, matrícula 81936; DANIEL PEACH, matrícula 9124; ELZA MARIA SIEMS VIEIRA, matrícula 9163; e IONARA LAIZ VERDIN CAMARGO, matrícula 9681, para, sob a presidência da primeira, comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO para realizar a CHAMADA PÚBLICA, no exercício de 2018, de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural, para atender os alunos matriculados nas Escolas e Centros Municipais da Rede Pública Municipal no Município de Jaraguá do Sul, em conformidade com a Lei Federal Nº 11.947/2009.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 12.174/2018

Publicação Nº 1668499

DECRETO Nº 12.174/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto na Lei Federal Nº 11.947/2009; e
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 020/2018/Semed/DAF, de 22/06/2018, da Secretaria Municipal de Educação;

DECRETA :

Art.1º Ficam designados ELZA MARIA SIEMS VIEIRA, matrícula 9163; IONARA LAIZ VERDIN CAMARGO, matrícula 9681; e TIAGO ANDRÉ DA CUNHA, matrícula 10777, para, sob a presidência da primeira, comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DAS AMOSTRAS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA do Pregão Presencial do exercício de 2018, referente à aquisição de gêneros alimentícios para atender os alunos matriculados nas Escolas e Centros Municipais da Rede Pública Municipal no Município de Jaraguá do Sul, em conformidade com a Lei Federal Nº 11.947/2009.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito

em Exercício

DECRETO Nº 12.175/2018

Publicação Nº 1668500

DECRETO Nº 12.175/2018

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30/11/2017, e Alterações Posteriores, Mediante Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30 de novembro de 2017, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 2.300,00 (Dois mil e trezentos reais), para readequação orçamentária das ações abaixo discriminadas, constantes do Orçamento vigente do Gabinete do Prefeito (Gabpref); e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento (Semdra), a saber:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.02 - CONSELHO TUTELAR

02.02.08.122.03022.822 - Pagamento de Despesas Fixas - Conselho Tutelar

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

02.02.13 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos R\$ 1.300,00

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO

12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO

12.01.20.122.03022.409 - Pagamento de Despesas Fixas - Agricultura

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

12.01.345 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 2.300,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias das ações abaixo discriminadas, constantes do Orçamento vigente do Gabinete do Prefeito (Gabpref); e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento (Semdra), a saber:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.02 - CONSELHO TUTELAR

02.02.08.122.03022.822 - Pagamento de Despesas Fixas - Conselho Tutelar

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

02.02.12 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.300,00

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO

12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO

12.01.20.122.03022.409 - Pagamento de Despesas Fixas - Agricultura

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

12.01.344 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 2.300,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 12.176/2018

Publicação Nº 1668501

D E C R E T O Nº 12.176/2018

Substitui Conselheiro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 021/2018/CMDCA/JS, de 26/06/2018, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca);

DECRETA :

Art.1º Fica designado ALEXSANDRO LEAL, como conselheiro suplente, em substituição à Daniela Cristina Marquioro, para representar a Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul, na qualidade de Representante Não Governamental, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogado o artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 12.082/2018, de 24/05/2018, no que se refere a designação de Daniela Cristina Marquioro.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 28 de maio de 2020.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 12.177/2018

Publicação Nº 1668502

D E C R E T O Nº 12.177/2018

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30/11/2017, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30 de novembro de 2017,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 393.600,00 (Trezentos e noventa e três mil e seiscentos reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Administração (Semad); da Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz); e da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.01.04.122.03002.057 - Manutenção das atividades do Patrimônio

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

05.01.830 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 175.000,00

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

06.01.04.122.03002.076 - Manutenção das atividades administrativas - Tributação

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

06.01.831 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

33.02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.02.15.452.04102.259 - Manutenção e terceirização das atividades de segurança no trânsito

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.02.829 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 58.600,00

TOTAL R\$ 393.600,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2017, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 335.000,00 (Trezentos e trinta e cinco mil reais); e proveniente dos recursos vinculados Convênio SSP PMJS 12640, no valor de R\$ 58.600,00 (Cinquenta e oito mil e seiscentos reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 28 de junho de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 12.178/2018

Publicação Nº 1668503

D E C R E T O Nº 12.178/2018

Designa Membro para a Comissão Especial para Elaboração do Edital de Licitação do Serviço de Transporte Coletivo Urbano do Município de Jaraguá do Sul, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO que compete ao Município de Jaraguá do Sul garantir o bem-estar de sua população e o pleno desenvolvimento de suas funções sociais, cabendo-lhe, privativamente, organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo urbano de passageiros, que tem caráter essencial, inclusive fixando o itinerário, frequência, os pontos de parada e as respectivas tarifas;

CONSIDERANDO que tramita pela Diretoria de Trânsito e Transporte, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, o processo conduzido pela "Comissão Especial para Elaboração do Edital de Licitação do Serviço de Transporte Coletivo Urbano do Município de Jaraguá do Sul", designada pelo Decreto Municipal Nº 11.216/2017, de 08 de fevereiro de 2017, para promover os atos necessários à correlata licitação;

CONSIDERANDO que, na dicção da Instrução Normativa Nº 22/2015, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a minuta do Edital para a concessão do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros foi submetida à análise pela equipe técnica de referido Tribunal;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, após análise da documentação obrigatória referente à etapa de planejamento, verificou a necessidade de ajustes, com proposta de adoção das orientações técnicas e medidas cabíveis (Relatório Nº DLC - 127/2018), conferindo ao Município, ainda, a possibilidade de esclarecimentos sobre os apontamentos realizados;

CONSIDERANDO, por outro lado, que tramita pelo Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, a "Ação Indenizatória c/c Pedido de Tutela Provisória de Urgência e de Evidência", Processo Nº 0302416-52-2016.8.24.0036, questionando o desequilíbrio financeiro do contrato de concessão, cujo feito encontra-se na fase de perícia judicial;

CONSIDERANDO, também, que tramita pelo Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, a Ação Ordinária com Pedido de Tutela Provisória de Urgência, Processo Nº 0301411-24.2018.8.24.0036, pleiteando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do IV Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, com o objetivo de

que o Poder Público subsidie a tarifa até o lançamento do Edital de Concorrência do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros;

CONSIDERANDO que a "Comissão Especial para Elaboração do Edital de Licitação do Serviço de Transporte Coletivo Urbano do Município de Jaraguá do Sul", responsável pela condução do processo licitatório, bem como, em conjunto com a Diretoria de Trânsito e Transporte, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, pelas informações para subsidiar a Procuradoria-Geral do Município no tocante às ações judiciais acima informadas, não dispõe de profissional da área de Administração para auxiliar nos trabalhos; CONSIDERANDO que, em que pese, na Diretoria de Trânsito e Transporte não estejam lotados no seu quadro efetivo contador ou advogado; na Comissão para a elaboração do Edital de Concorrência do Transporte Coletivo de Passageiros há técnicos destas áreas auxiliando nos trabalhos;

CONSIDERANDO a complexidade dos trabalhos, além dos servidores engenheiros, advogados e contador, também há necessidade de um administrador para auxiliar na elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, assessoria em geral, aplicando conhecimentos inerentes às técnicas de organização, bem como na realização de pesquisas, inclusive tarifárias e de preços;

CONSIDERANDO que dentre as atividades do administrador, constante na Lei Complementar Municipal Nº 122/2012, nas atribuições deste profissional estão elencadas a elaboração do planejamento organizacional do Município, participação na definição da visão e missão da instituição, analisando a organização do contexto externo e interno, identificando oportunidades e problemas, definindo estratégias, apresentando propostas de programas e projetos, estabelecendo metas gerais e específicas, bem como avaliação da viabilidade de execução, identificando fontes de recursos e reestruturando atividades administrativas;

CONSIDERANDO, ainda, que ao servidor lotado no cargo de administrador compete o controle do desempenho organizacional, estabelecimento de metodologia de avaliação, definição de indicadores e padrões de desempenho, avaliação de resultados, com a elaboração de análises e projeções do orçamento, custos, produção e recursos humanos dentro da metodologia aplicada ao setor público, além de prestar auxílio e consultoria, quando solicitado, aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, cujas atribuições envolvam, principalmente, a aplicação de conhecimentos inerentes às técnicas de Administração; e

CONSIDERANDO a necessidade de profissional com qualificação na área de Administração para o auxílio da pretensão do Poder Público nas questões afetas ao Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, bem como o disposto no artigo 173, inciso XI, alíneas "a", "b" e "c", da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 - Estatuto do Servidor Público Municipal;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal MARCOS DELLA-GIUSTINA, matrícula 11022, Administrador, lotado na Diretoria Financeira e Contábil, da Secretaria Municipal da Fazenda, até a conclusão dos trabalhos abaixo elencados, para:

I - compor a Comissão Especial para Elaboração do Edital de Licitação do Serviço de Transporte Coletivo Urbano do Município de Jaraguá do Sul, constituída pelo Decreto Municipal Nº 11.216/2017, de 08/02/2017;

II - auxiliar a equipe técnica da Diretoria de Trânsito e Transporte para subsidiar a Administração Pública na "Ação Indenizatória c/c Pedido de Tutela Provisória de Urgência e de Evidência", Processo Nº 0302416-52-2016.8.24.0036, questionando o desequilíbrio financeiro do contrato de concessão, cujo feito encontra-se na fase

de perícia judicial;

III - auxiliar a equipe técnica da Diretoria de Trânsito e Transporte para subsidiar a Administração Pública na Ação Ordinária com Pedido de Tutela Provisória de Urgência, Processo Nº 0301411-24.2018.8.24.0036, onde a Concessionária pleiteia o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do IV Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, para que o Poder Público subsidie a tarifa até o lançamento do Edital de Concorrência do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros.

Art.2º Referido servidor público municipal permanecerá executando as atribuições do cargo efetivo na Secretaria de origem, sem prejuízo do seu estágio probatório, podendo, por outro lado, de forma transitória e para o fim específico para o qual é designado, realizar as tarefas que ora lhe são atribuídas na Diretoria de Trânsito e Transporte em virtude dos equipamentos de informática lá existentes.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 28 de junho de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 12.179/2018

Publicação Nº 1668504

D E C R E T O Nº 12.179/2018

Designa Membro para a Comissão Especial para Elaboração do Edital de Licitação do Serviço de Transporte Coletivo Urbano do Município de Jaraguá do Sul.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA :

Art.1º Fica designado, a partir de 10/04/2017, o servidor público municipal DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO, matrícula 81863, Diretor de Compras, Licitações e Suprimentos, representante da Secretaria Municipal da Administração, para compor a Comissão Especial para Elaboração do Edital de Licitação do Serviço de Transporte Coletivo Urbano do Município de Jaraguá do Sul, constituída pelo Decreto Municipal Nº 11.216/2017, de 08/02/2017, alterado pelo Decreto Municipal Nº 12.178/2018, de 28/06/2018.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/04/2017.

Jaraguá do Sul, 28 de junho de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 12.180/2018

Publicação Nº 1668505

D E C R E T O Nº 12.180/2018

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30/11/2017, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.694/2018, de 28 de junho de 2018,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 285.000,00 (Duzentos e oitenta e cinco mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da

Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:
 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 08.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 08.01.12.361.03002.100 - Manutenção das Atividades Administrativas - Educação
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 08.01.816 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 285.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:
 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL
 08.03.12.122.03012.128 - Pagamento dos Servidores da Educação Infantil
 3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 08.03.142 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 285.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 28 de junho de 2018.
 UDO WAGNER
 Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 12.181/2018

Publicação Nº 1668506

D E C R E T O Nº 12.181/2018
 Dispõe Sobre o Horário de Expediente nas Repartições Públicas Municipais da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Poder Executivo, nos Dias dos Jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2018.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso de suas atribuições e de conformidade com o inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município; e
 CONSIDERANDO a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de Futebol de 2018, e visando ao acompanhamento, pelos servidores do Poder Executivo Municipal, das partidas;

DECRETA :

Art.1º Fica estabelecido, em caráter excepcional, que o horário de expediente nas repartições públicas municipais da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Poder Executivo, nos dias em que houver jogo da Seleção Brasileira de Futebol será:

I - das 07h30min às 10h15min e das 13h45min às 17h30min, quando os jogos iniciarem às 11 horas.

§1º Em caso de empate no tempo normal de partida, logo, ocorrendo prorrogação ou pênaltis, o horário de expediente vespertino iniciar-se-á às 14h45min até 17h30min.

§2º O servidor impedido, por motivo justificado junto à chefia imediata, de cumprir os horários fixados no inciso I, deverá cumprir o seu horário normal de expediente.

Art.2º Ficam ressalvadas as necessidades de serviço de cada Secretaria, Autarquia ou Fundação Municipal e os serviços essenciais que deverão ser mantidos, além de calendário de cancelamento de aulas e/ou período de plantão nos Centros Municipais de Educação Infantil, previamente estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 28 de junho de 2018.
 UDO WAGNER
 Prefeito em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 243/2018

Publicação Nº 1668497

EXTRATO DO CONTRATO Nº 243/2018

DO PROCESSO – origem: Inexigibilidade nº 113/2018
 DO FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, Artigo 25, da Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores.
 DA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Associação de Bandas de Jaraguá do Sul e Região - ABAJAS
 CNPJ 05.023.026/0001-79 - Rua: Geraldino Julio Vieira, 151, São Luis - 89253-682 - Jaraguá do Sul/SC.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato visa a contratação de apresentações musicais da Banda In Natura, nos dias 07 de julho das 9 às 11 horas e das 13 às 16 horas no evento Estação Cultural e no dia 25 de julho de 2018, das 16h às 19h30 em comemoração ao aniversário de Jaraguá do Sul. Os eventos acontecerão na Avenida Getúlio Vargas nº 405, na Praça Combatentes de Suez, cujo representante exclusivo é a ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO – ABAJAS. Evento gratuito e aberto ao público. OBS: A banda se apresentará com equipamentos e instrumentos próprios.

VALOR E PAGAMENTO: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 13.100,00 (treze mil e cem reais) pelas apresentações musicais da banda. No valor estão incluídas despesas com alimentação, hospedagem, deslocamento, estruturas, equipamentos e materiais, se houverem. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a realização das apresentações, com a finalização do evento, mediante apresentação da nota fiscal na SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER.

As despesas provenientes do objeto desta Inexigibilidade correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2018, a saber:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.01.13.392.1100.4.103	Realização e apoio as iniciativas culturais, festivas, feiras e festas culturais.	3.3.90 - Aplicações Diretas	529	80 R.Próprios

PRazo DE EXECUÇÃO: O prazo de execução desta contratação ocorrerá nos dias 07 de julho e 25 de julho de 2018.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 25/06/2018

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Argos Jose Burgardt e Enéias Raasch

Argos Jose Burgardt
 Secretário Municipal da Administração

LEI Nº 7.693/2018

Publicação Nº 1668509

LEI Nº 7.693/2018

Institui o Programa de Incentivo à Emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) no Âmbito do Município de Jaraguá do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir, no âmbito do Município de Jaraguá do Sul, o Programa de Incentivo à Emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e conscientizar os cidadãos tomadores de serviços quanto à importância socioeconômica dos tributos e o direito à exigência da Nota Fiscal de Serviços.

Art.2º O Programa, instituído na forma do artigo 1º, da presente Lei, poderá contemplar a concessão de prêmios, bônus, realização de sorteios e outros instrumentos promocionais e de motivação, de acordo com o que dispuser o Regulamento.

Art.3º As despesas decorrentes da execução do referido Programa correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal da Fazenda, suplementadas, se necessário.

Art.4º A presente Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo Municipal, no que couber.

Art.5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 28 de junho de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito em Exercício

LEI Nº 7.694/2018

Publicação Nº 1668510

LEI Nº 7.694/2018

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30/11/2017, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 285.000,00 (Duzentos e oitenta e cinco mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.03002.100 - Manutenção das Atividades Administrativas

- Educação

4.4.00 - INVESTIMENTOS

08.01.816 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 285.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e

verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.122.03012.128 - Pagamento dos Servidores da Educação Infantil

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

08.03.142 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 285.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 28 de junho de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito em Exercício

LEI Nº 7.695/2018

Publicação Nº 1668511

LEI Nº 7.695/2018

Extingue Cargos em Comissão da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Instituídos pela Lei Municipal Nº 7.340/2017, de 31 de Janeiro de 2017.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica extinto 1 (um) cargo em Comissão de Gerente de Administração e Serviços.

Art.2º Ficam extintos 2 (dois) cargos em Comissão de Assessor das Comissões.

Art.3º Ficam suprimidas as disposições concernentes aos cargos extintos por esta Lei dos anexos, tabelas e títulos abaixo descritos:

I - Anexo I, tabela II, quadro de cargos comissionados;

II - Anexo II, atribuições dos cargos comissionados;

III - Anexo IV, tabela III – vencimentos dos cargos comissionados.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 28 de junho de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 100/2018/COGEM

Publicação Nº 1667785

PORTARIANº 100/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 136/2018/3ª CPPAD, de 27/06/2018, da 3ª Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 14/06/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão

Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 012/2018, instaurado pela Portaria Nº 0172/2018, de 16/03/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2018.
VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 101/2018/COGEM

Publicação Nº 1667786

PORTARIANº 101/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 135/2018/3ª CPPAD, de 27/06/2018, da 3ª Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 10/06/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 010/2018, instaurado pela Portaria Nº 0143/2018, de 12/03/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2018.
VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 102/2018/COGEM

Publicação Nº 1667787

PORTARIANº 102/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 134/2018/3ª CPPAD, de 27/06/2018, da 3ª Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 15/06/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 006/2018, instaurado

pela Portaria Nº 0033/2018, de 15/02/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2018.
VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 103/2018/COGEM

Publicação Nº 1667789

PORTARIANº 103/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 133/2018/3ª CPPAD, de 27/06/2018, da 3ª Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 14/06/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 002/2018, instaurado pela Portaria Nº 0024/2018, de 14/02/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2018.
VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 104/2018/COGEM

Publicação Nº 1667792

PORTARIANº 104/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 132/2018/3ª CPPAD, de 27/06/2018, da 3ª Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 05/06/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 038/2017, instaurado pela Portaria Nº 1201/2017, de 04/12/17.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2018.
VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 105/2018/COGEM

Publicação Nº 1667794

PORTARIANº 105/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 131/2018/3ª CPPAD, de 27/06/2018, da 3ª Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 23/06/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 032/2017, instaurado pela Portaria Nº 1132/2017, de 22/11/17.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2018.
VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 106/2018/COGEM

Publicação Nº 1667795

PORTARIANº 106/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 130/2018/3ª CPPAD, de 27/06/2018, da 3ª Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 06/06/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 018/2017, instaurado pela Portaria Nº 760/2017, de 27/07/17.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2018.
VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 107/2018/COGEM

Publicação Nº 1667797

PORTARIANº 107/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 129/2018/3ªCPPAD, de 27/06/2018, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 31/05/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 025/2016, instaurado pela Portaria Nº 1187/2016, de 19/12/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/05/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2018.
VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 108/2018/COGEM

Publicação Nº 1667798

PORTARIANº 108/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício Nº 128/2018/3ª CPPAD, de 27/06/2018, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 18/06/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 022/2016, instaurado pela Portaria Nº 1118/2016, de 06/12/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 109/2018/COGEM

Publicação Nº 1667801

PORTARIANº 109/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 127/2018/3ªCPAD, de 27/06/2018, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 01/06/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 019/2016, instaurado pela Portaria Nº 799/2016, de 16/09/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 110/2018/COGEM

Publicação Nº 1667802

PORTARIANº 110/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do ofício nº 126/2018/3ªCPPAD da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo , datado de 27/06/2018,

RESOLVE:

Art.1º SUSPENDER os trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Administrativo Disciplinar Nº 016/2018, instaurado pela Portaria Nº 219/2018, até o término do benefício de Auxílio Doença concedido pelo Issem.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 111/2018/COGEM

Publicação Nº 1667803

PORTARIANº 111/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor da Decisão Administrativa Nº 003/2018/GA-PREF, de 03/01/2018, do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE:

Art.1º REABRIR o prazo até 31/08/2018 para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de Processo Administrativo, concernentes ao PAG Nº 015/2016, instaurado pela Portaria Nº 717/2016/Gapref, a fim de cumprir decisão administrativa para que seja reinstituído o processo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora-Geral do Município

PORTARIA Nº 112/2018/COGEM

Publicação Nº 1667806

PORTARIANº 112/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 073/2018/2ª CPPAD, de 28/06/2018, da 2ª Comissão de Permanente de Processos Administrativos Disciplinares;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 28/06/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 007/2018, instaurado pela Portaria Nº 068/2018, de 28/02/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de junho de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 378/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1666971

PORTARIA Nº 378/2018 – ISSEM

De 19.06.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. JOSÉ ALVÍSIO PELLENSSE, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 15.06.2018 a 14.07.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15.06.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 379/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1666973

PORTARIA Nº 379/2018 – ISSEM

De 19.06.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. ALAAN JOSÉ KRUK, lotado na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 16.06.2018 a 01.07.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16.06.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 380/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1666974

PORTARIA Nº 380/2018 – ISSEM

De 19.06.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e

de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARIA DOS ANJOS HONÓRIO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 16.06.2018 a 10.08.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16.06.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 381/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1666977

PORTARIA Nº 381/2018 – ISSEM

De 19.06.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. DENISE CRISTINA N. SALVES MOREIRA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 17.06.2018 a 05.07.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17.06.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 382/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1666978

PORTARIA Nº 382/2018 – ISSEM

De 19.06.2018.

Suspende proventos de pensionista

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003, de 23.12.2003 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER os proventos do pensionista, SR. GABRIEL BENTHIEN DOS SANTOS, inscrito no CPF sob nº 128.888.929-10, a partir da competência de junho de 2018, considerando o descumprimento do disposto no art. 8º da Portaria nº 200/2011-ISSEM.

Art. 2º O restabelecimento do pagamento dependerá da efetivação da atualização cadastral.

Parágrafo Único. Restabelecido o pagamento dos proventos, revoga-se esta Portaria automaticamente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01.06.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 383/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1666979

PORTARIA Nº 383/2018-ISSEM

De 25.06.2018.

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 990,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ao Sr. JOSE ELIO SEBASTIANA, inscrito no CPF sob nº 292.187.809-72, servidor da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Zelador, matriculado sob o nº 7685-6, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 01, Letra "F", triênios equivalentes a 36% (trinta e seis por cento) e carga horária de 200 (duzentas horas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 17.07.2018.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 384/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1666980

PORTARIA Nº 384/2018-ISSEM

De 25.06.2018.

Concede Aposentadoria Voluntária por Implemento de Idade

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações; Art. 40, § 1º Inciso III "b" da Constituição Federal c/c Art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003 e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 873,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IMPLEMENTO DE IDADE a Sra. ARLETE MARTINS ALVES DE LIMA, inscrita no CPF sob nº 882.245.709-91, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Agente de Alimentação e Nutrição - Referência Salarial: Classe 2, Letra "H", triênios equivalentes a 42% (quarenta e dois por cento), carga horária de 200 (duzentas) horas mensais, matriculada sob nº 7368-7, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição na ordem de 94,64% (noventa e quatro vírgula sessenta e quatro por cento) sobre o resultado da média aritmética simples.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "d", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar de 09.07.2018.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 385/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1666981

PORTARIA Nº 385/2018-ISSEM

De 25.06.2018.

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c Art. 40, § 5º da Constituição Federal/88 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 1041,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – REGRA ESPECÍFICA DE MAGISTÉRIO à Sra. SIRLEY MARIA SCHAPPO, inscrita no CPF sob nº 579.868.279-04, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental – Licenciatura Plena, matriculada sob o nº 2354-0, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 07, Letra "K", triênios equivalentes a 60% (sessenta por cento) e carga horária de 200 (duzentas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 17.07.2018.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 386/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1666983

PORTARIA Nº 386/2018-ISSEM

De 25.06.2018

Concede Benefício de Pensão por Morte

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - Issem, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 40, § 7º Inc. I da Constituição Federal de 1988 c/c Art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003; Art. 35, Inc. I, e Artigos 56, 57 e 58, todos da Lei Complementar nº 33/2003 e ainda tendo em vista o contido no processo de Pensão por Morte nº 1108, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE à Sra. CECILIA DE LUCA, inscrita no CPF sob o nº 762.882.939-20, cônjuge do Ex-servidor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Sr. GRACIANO DE LUCA, inscrito no CPF sob nº 162.955.449-91, aposentado por Invalidez na data de 22.09.2014, conforme Portaria nº 492/2014-Issem de 15.09.2014.

Art. 2º A Cota do benefício de pensão por morte devida a beneficiária corresponderá a 100% (cem por cento) sobre os proventos da aposentadoria do ex-segurado.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente do Fundo Municipal de Previdência Social - FMPS, à conta do Issem, nos termos do art. 45, II, "a" da Lei Complementar Municipal nº 33/2003.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data do falecimento do servidor, ou seja: 28.05.2018.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 387/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1666984

PORTARIA Nº 387/2018 – ISSEM

De 25.06.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. MARCIO MARIO DA SILVA MACHADO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 16.06.2018 a 16.07.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16.06.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 388/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1666985

PORTARIA Nº 388/2018 – ISSEM

De 25.06.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. DANIELLE CRISTINA MAIA ALBUQUERQUE, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 16.06.2018 a 20.07.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16.06.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 389/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1666987

PORTARIA Nº 389/2018 – ISSEM

De 25.06.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. FABIA PEREIRA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 19.06.2018 a 03.07.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19.06.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 390/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1666989

PORTARIA Nº 390/2018 – ISSEM

De 25.06.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. VANDEISA PEREIRA BEZERRA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 19.06.2018 a 18.07.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19.06.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 391/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1666990

PORTARIA Nº 391/2018 – ISSEM

De 25.06.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ANGELA MARIA BOF, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 20.06.2018 a 02.09.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 20.06.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 392/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1666992

PORTARIA Nº 392/2018 – ISSEM

De 25.06.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SUSANA DE OLIVEIRA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de

21.06.2018 a 27.06.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21.06.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 393/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1666994

PORTARIA Nº 393/2018-ISSEM

De 25.06.2018

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 1040,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO a Sra. MARINEI VILELA BERBEL OSTETTO, inscrita no CPF sob nº 645.560.429-68, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, matriculada sob o nº 4594-2, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 09, Letra "I", triênios equivalentes a 48% (quarenta e oito por cento) e carga horária de 200 (duzentas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 12.07.2018.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 480/2018

Publicação Nº 1667809

PORTARIANº 480/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso I, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, e 211/2017, de 20/12/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 237/2018/Semad-DGP, de 25/06/2018, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 14/06/2018, FRANCYELLI VEZENTAINER do cargo efetivo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - LICENCIATURA PLENA, da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 425/2012, de 28/02/2012.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 481/2018

Publicação Nº 1667810

PORTARIANº 481/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso V, do artigo 38, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, e 211/2017, de 20/12/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 237/2018/Semad-DGP, de 25/06/2018, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR vago um cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, retroativo a 20/06/2018, em razão do falecimento de REGIANE BUSARELLO.

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 367/2003, de 23/06/2003.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 482/2018

Publicação Nº 1667811

PORTARIANº 482/2018

Substitui Conselheiros do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício/CMSB Nº 007/2018, de 21/06/2018, do Conselho Municipal de Saneamento Básico;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR CLÉCIO ZUCCO, como conselheiro titular, em substituição a Hilton Leonetti; e ITALO MAYER, como conselheiro suplente, em substituição a Giuliano Donini, para representarem o Centro Empresarial de Jaraguá do Sul (CEJAS), na qualidade de Representantes dos Órgãos Não Governamentais, no Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº

804/2017, de 03/08/2017, no que se refere a designação de Hilton Leonetti e Giuliano Donini.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 10/06/2019.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito em Exercício

PORTARIA SAMAE JSU Nº 295/2018

Publicação Nº 1667056

PORTARIA SAMAE JSU Nº 295/2018

Decisão de Processo Administrativo para fins de ressarcimento ao erário em face do servidor Giovani Marcial Franco da Silva

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012 e suas alterações.

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 003/2018 instaurado em face do servidor Giovani Marcial Franco da Silva, para fins de ressarcimento ao erário referente danos causados no veículo do Samae, patrimônio nº 3731;

CONSIDERANDO que a Comissão Permanente de Processo Administrativo, nomeada pela Portaria SAMAEJSU nº 272/2017 de 29 de junho de 2017 observou adequadamente o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa;

CONSIDERANDO o teor do Relatório Final da Comissão Permanente de Processo Administrativo, bem como a decisão administrativa exarada no bojo do referido processo;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 57, §1º e §4º, II da Lei Complementar Municipal nº 154/2014.

RESOLVE:

Art.1º DETERMINAR que o servidor GIOVANI MARCIAL FRANCO DA SILVA matrícula 366, proceda à indenização integral dos valores apurados no bojo do Processo Administrativo nº 003/2018, nos termos do artigo 57, §1º e §4º, II da Lei Complementar Municipal nº 154/2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2018.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE JSU Nº 296/2018

Publicação Nº 1667059

PORTARIA SAMAE JSU Nº 296/2018

Decisão de Processo Administrativo para fins de ressarcimento ao erário em face do servidor Derli Gonçalves Ribeiro

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012 e suas alterações.

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 002/2018 instaurado em face do servidor Derli Gonçalves

Ribeiro, para fins de ressarcimento ao erário referente danos causados no veículo do Samae, patrimônio nº 3733;

CONSIDERANDO que a Comissão Permanente de Processo Administrativo, nomeada pela Portaria SAMAIEJSU nº 272/2017 de 29 de junho de 2017 observou adequadamente o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa;

CONSIDERANDO o teor do Relatório Final da Comissão Permanente de Processo Administrativo, bem como a decisão administrativa exarada no bojo do referido processo;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 57, §1º e §4º, II da Lei Complementar Municipal nº 154/2014.

RESOLVE:

Art.1º DETERMINAR que o servidor DERLI GONÇALVES RIBEIRO matrícula 386, proceda à indenização integral dos valores apurados no bojo do Processo Administrativo nº 002/2018, nos termos do artigo 57, §1º e §4º, II da Lei Complementar Municipal nº 154/2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2018.

ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAIEJSU Nº. 306/2018

Publicação Nº 1667937

PORTARIA SAMAIEJSU Nº. 306/2018

Concede gozo de Licença Prêmio

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Licença Prêmio, período de 13 de fevereiro de 2006 a 10 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a partir do dia 23 de julho de 2018, 15 (quinze) dias de gozo de Licença Prêmio, ao servidor público municipal ANDREI MARCOS PIAVA, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula 415.

Art. 2º Deverá o servidor retornar as suas funções no dia 08 de agosto de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2018.

ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAIEJSU Nº. 307/2018

Publicação Nº 1667940

PORTARIA SAMAIEJSU Nº 307/2018

Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 0607/2018 de 26 de junho de 2018, da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 005/2018:

CONSIDERANDO a Portaria SAMAIEJSU Nº 089/2018 de 28 de fevereiro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 29 de junho de 2018, os trabalhos da Portaria SAMAIEJSU Nº 089/2018 de 28 de fevereiro de 2018.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 29 de junho de 2018.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2018.

ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAIEJSU Nº. 308/2018

Publicação Nº 1667942

PORTARIA SAMAIEJSU Nº 308/2018

Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 0607/2018 de 26 de junho de 2018, da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 006/2018:

CONSIDERANDO a Portaria SAMAIEJSU Nº 090/2018 de 28 de fevereiro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 29 de junho de 2018, os trabalhos da Portaria SAMAIEJSU Nº 090/2018 de 28 de fevereiro de 2018.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 29 de junho de 2018.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2018.

ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 113/2018 - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

Publicação Nº 1668496

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 113/2018
Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações anteriores, de 21 de junho de 1993

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO -ABAJAS- CNPJ 05.2023.026/0001-79

OBJETO: Contratação de apresentações musicais da Banda In Natura, nos dias 07 de julho das 9 às 11 horas e das 13 às 16 horas no evento Estação Cultural e no dia 25 de julho de 2018, das 16h às 19h30 em comemoração ao aniversário de Jaraguá do Sul. Os eventos acontecerão na Avenida Getúlio Vargas nº 405, na Praça Combatentes de Suez, cujo representante exclusivo é a ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO – ABAJAS. Evento gratuito e aberto ao público.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 13.100,00 (treze mil e cem reais) pela contratação.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal na Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

PRazo DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá nos dias 07 e 25 de julho de 2018 e o prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2018, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.01.13.392.1100.4.103	Realização e apoio as iniciativas culturais, festivais, feiras e festas culturais	3.3.90 Aplicações Diretas	529	80 R. Próprios

Jaraguá do Sul (SC), 25 de junho de 2018.

Antônio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Douglas Antônio Conceição

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO Nº 5/2018**

Publicação Nº 1668518

DECRETO Nº 5/2018

Dispõe sobre o horário de expediente do Poder Legislativo Jaraguaense, no dia 02 de julho de 2018 durante o jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2018.

O Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em consonância com a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara Municipal e,

Considerando a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de Futebol de 2018, e visando ao acompanhamento pelos servidores do Poder Legislativo Municipal das partidas,

DECRETA:

Art. 1º Alterar, na forma abaixo, o horário do expediente do Poder Legislativo Jaraguaense, no dia 02 de julho de 2018 durante o jogo da Seleção Brasileira no mundial:

I) Das 8h00 às 10h30min e das 13h30min às 17h00;

Parágrafo Único. Em caso de empate no tempo normal de partida, logo, ocorrendo prorrogação ou pênaltis o horário de expediente vespertino iniciar-se-á as 14h30min até 17h00min.

Art. 2º Os servidores que, por qualquer motivo, estejam impedidos de cumprir os horários excepcionais estabelecidos no art. 1º deste decreto, deverão observar o expediente normal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, 28 de junho de 2018.

ANDERSON KASSNER

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.424 DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1668482

DECRETO Nº 5.424 DE 28 DE JUNHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o seguinte horário de expediente no âmbito dos órgãos públicos municipais para o dia 02 de julho de 2018, dia de jogo da Seleção Brasileira de futebol:

I – O horário de expediente no âmbito da Prefeitura será das 13h30 às 19h, sendo que em caso de prorrogação deverá ser das 14h às 19h;

II – O horário de expediente no âmbito dos órgãos públicos municipais, compreendendo Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura e SIMAE será das 07h às 10h30 – 13h30 às 17h, sendo que em caso de prorrogação deverá ser das 14h às 17h30;

III – As Escolas de Tempo Integral e os Centros de Educação Infantil Municipais seguirão calendário e horário normais pré-estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação;

IV – As Escolas Municipais de Ensino Fundamental que não trabalham em Tempo Integral finalizarão as atividades às 10h30 e retornarão às 14h.

Art. 2º Ficam excluídos do horário estabelecido por este Decreto os serviços considerados essenciais ao interesse público e aqueles que, por sua natureza, já obedecem a turno especial de trabalho.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 28 de junho de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

DECRETO Nº 5.425 DE 29 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1668426

DECRETO Nº 5.425 DE 29 DE JUNHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO Nº 5.382 DE 26 DE ABRIL DE 2018, QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica Revogado em sua integralidade o Decreto nº 5.382 de 26 de abril de 2018 que dispõe dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário - SIMAE.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 29 de junho de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

ESCALA PLANTÃO JULHO

Publicação Nº 1667522

Obedecendo ao disposto na Lei nº 4.085/2011 e suas alterações, de acordo com o art. 3º, § 2º segue a escala de plantão mensal da Central de Óbitos de Joaçaba – SC:

ESCALA PLANTÃO - MÊS DE JULHO/2018

FUNERÁRIA	INÍCIO PLANTÃO	FIM DO PLANTÃO
FREI BRUNO	02/07/2018 AS 7:30H	09/07/2018 AS 7:30H
SÃO RAFAEL	09/07/2018 AS 7:30H	16/07/2018 AS 7:30H
SÃO JOÃO BATISTA	16/07/2018 AS 7:30H	23/07/2018 AS 7:30H
FREI BRUNO	23/07/2018 AS 7:30H	30/07/2018 AS 7:30H
SÃO RAFAEL	30/07/2018 AS 7:30H	06/08/2018 AS 7:30H

Telefone de plantão: (49) 99808-9747

Inês Maria Picoli

Presidente Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA- SC

COMISSÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS- CMSF

EXTRATO DO CONTRATO 40/2018/FMS

Publicação Nº 1668211

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2018/FMS

PROVENIENTE DO PL28/2018/FMS-IN 11/2018/FMS

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

CONTRATADA: AUDI PRÓTESS APARELHOS AUDITIVOS LTDA - ME

OBJETO: a realização pela CREDENCIADA de consultas em Fonoaudiologia / Terapia Ocupacional, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$50,00 por unidade.

VIGÊNCIA: 12 meses a contar da assinatura.

DOTAÇÃO: 2.124 – BLMAC – BLOCO DE ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0614 – Aplicações diretas DATA DE ASSINATURA: 28/06/2018

Joaçaba – SC, 28 de junho de 2018.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Celso Vilmar Brancher

HOMOLOG PL 78/2018 PMJ

Publicação Nº 1667579

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 98/2017/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2017/PMJ

O Prefeito do Município de Joaçaba, Sr. Dioclésio Ragnini, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 98/2017/PMJ.

- Modalidade: Pregão Presencial 65/2017.

Objeto: o Registro de Preços visando contratação de empresa especializada para a execução de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas off-set, impressão digital e/ou serigrafia, de forma eventual e parcelada, destinados a atender as demandas da Prefeitura Municipal bem como suas secretarias.

-Empresa Vencedora:

POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA-ME

VALOR R\$ 79.000,00

FISCAIS: ALEXANDRE SANTOS

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 26 de janeiro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

DIOCLÉSIO RAGNINI - PREFEITO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 11/2018/FMS

Publicação Nº 1668198

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 28/2018– FMS

INEXIGIBILIDADE Nº 11/2018 – FMS

1 – DO OBJETO

CREDENCIAMENTO da empresa AUDI PRÓTESE'S APARELHOS AUDITIVOS LTDA - ME, para a realização de consultas em Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 3/2018/FMS, o qual, pelas suas características enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

3 – DA CREDENCIADA

§ AUDI PRÓTESE'S APARELHOS AUDITIVOS LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Santa Terezi-
nha, nº 243, sala 101, centro, Joaçaba, SC, inscrita no CNPJ/MJ sob nº 14.055.452/0002-66, representada neste ato por Cristiane
Moreira Santos Souza, portadora do documento de identidade nº RG 3588410, e inscrita no CPF/MF sob o nº 025.328.349-35.

4 – DO VALOR

O custo total estimado para as contratações é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), considerando a vigência do Termo de Credenciamento por 12 (doze) meses, cujo valor encontra-se devidamente bloqueado na dotação específica para este fim, constante no item 5 deste instrumento.

Havendo prorrogação do Termo de Credenciamento, o Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

5 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação serão custeadas pela seguinte Dotação Orçamentária:

2.124 – BLMAC – BLOCO DE ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0614 – Aplicações diretas

6 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25.

Joaçaba (SC), em 28 de junho de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CELSO VILMAR BRANCHER

Secretário

PORTARIA N.º 2.922

Publicação Nº 1668458

PORTARIA Nº 2.922 DE 27 DE JUNHO DE 2018

“AFASTA PREVENTIVAMENTE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 142 da Lei Complementar 76/2003,

RESOLVE:

Art. 1º. – AFASTAR PREVENTIVAMENTE das atividades funcionais, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a servidora LIANA RUSSOWSKI BRAGAGNOLO, conforme art. 142, parágrafo único da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 e art. 147 da Lei n.º 8.112/1990, e a pedido da Comissão Permanente de Processo Administrativo designada pela portaria nº 2.684/2018.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 27 de junho de 2018

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

36/2018 PMJ

Publicação Nº 1667588

Página: 1/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018 Data do Registro: 26/06/2018 Válido até: 26/06/2019

Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	FLYER 1 - A4FV (panfletão) Impressão offset, 4 x 4 cores (F/V), papel couchê brilho 180 g/m², tamanho 21 x 30 cm, folheto ou CTP. ❑ Considerar até 10 layouts diferentes ❑ Mínimo por pedido: 500 unidades (01-01-18307)	UN	EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)	EGB	0	0,2200	1
2	FLYER 2 - A4F (panfletão) Impressão offset, 4 x 0 cores, papel couchê brilho 180 g/m², tamanho 21 x 30 cm, folheto ou CTP. ❑ Considerar até 10 layouts diferentes ❑ Mínimo por pedido: 500 unidades (01-01-18308)	UN	EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)	EGB	0	0,2200	1
3	FLYER 5 - A5PB/F (panfletão) Impressão offset, 1 x 0 cores, papel couchê brilho 180 g/m², tamanho 15 x 21 cm, folheto ou CTP. ❑ Considerar até 10 layouts diferentes ❑ Mínimo por pedido: 500 unidades (01-01-18309)	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,2900	2
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)		0	0,3300	3
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,1000	1
			EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	0,1200	2
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (3368)		0	0,1500	3

Página: 2/26

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018		Data do Registro: 26/06/2018		Válido até: 26/06/2019			
Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

4 FOLDER SIMPLES 1 - A4FV
Impressão offset 4 x 4 cores (F/V) - papel couchê brilho 210 g/m² - tamanho 21,00 x 30,00 cm.
Acabamento: uma ou duas dobras.

☐ Considerar até 10 layouts diferentes
☐ Mínimo por pedido: 300 unidades (01-01-18310)

UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,3000	1
	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)		0	0,3400	2
	EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	0,3500	3
UN	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	1,1000	1

7 CARTAZ - OF/A3
Impressão offset 4 x 0 cores - papel couchê brilho 180 g/m² - tamanho 30,00 x 42,00 cm.

☐ Considerar até 10 layouts diferentes
☐ Mínimo por pedido: 200 unidades (01-01-18313)

UN	EDITORIA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	1,2500	2
	GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (3368)		0	1,4000	3

10 CERTIFICADO - COF7F
Impressão offset 4 x 0 cores, papel offset 180 g/m², tamanho 21,00 x 29,70 cm, fotolito ou CTP

☐ Considerar até 05 layouts diferentes
☐ Mínimo por pedido: 100 unidades (01-01-18316)

UN	EDITORIA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)	EGB	0	0,4400	1
	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,4500	2
	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	0,8500	3

Página: 3/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018 Data do Registro: 26/06/2018 Válido até: 26/06/2019

Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	CERTIFICADO - COF/EV Impressão offset 4 x 1 cores, papel offset 180 g/m², tamanho 21,00 x 29,70 cm, folheto ou CTP ☐ Considerar até 05 layouts diferentes ☐ Mínimo por pedido: 100 unidades (01-01-18317)	UN	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	0,4600	1
12	INFORMATIVO 04 PÁGINAS Impressão offset de 01 lâmina (04 páginas 01 folha), 4 x 4 cores, papel couchê brilho 170 g/m², tamanho 30,00 x 42,00 cm, folheto ou CTP, dobra mecanizada. ☐ Considerar até 05 layouts diferentes ☐ Mínimo por pedido: 500 unidades (01-01-18318)	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949) EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427) EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)	POLIMPRESS Ks Import	0 0	0,4700 0,5300	2 3
13	INFORMATIVO 08 PÁGINAS Impressão offset de 02 lâminas (08 páginas /02 folhas), 4 x 4 cores, papel couchê brilho 170 g/m², tamanho 30,00 x 42,00 cm, folheto ou CTP, dobra mecanizada, intercalação manual. ☐ Considerar até 05 layouts diferentes ☐ Mínimo por pedido: 500 unidades (01-01-18319)	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949) GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (3368) KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	POLIMPRESS Ks Import	0 0	0,5500 0,8500	2 3
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,7500	1
			EDITORIA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)	Ks Import	0	0,7800	2
			KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	1,1000	3

Página: 4/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018 Data do Registro: 26/06/2018 Válido até: 26/06/2019

Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	CARTILHA - 08 PÁGINAS Impressão offset de 02 lâminas (08 páginas /02 folhas), 4 x 4 cores, papel couchê brilho 170 g/m², tamanho 21,00 x 30,00 cm, folcinto ou CTP, dobra mecanizada, intercalação manual, grampo. ☐ Considerar até 05 layouts diferentes ☐ Mínimo por pedido: 500 unidades (01-01-18320)	UN	EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)	EGB	0	0,3900	1
15	CARTILHA - 12 PÁGINAS Impressão offset de 03 lâminas (12 páginas /03 folhas), 4 x 4 cores, papel couchê brilho 170 g/m², tamanho 21,00 x 30,00 cm, folcinto ou CTP, dobra mecanizada, intercalação manual, grampo. ☐ Considerar até 05 layouts diferentes ☐ Mínimo por pedido: 500 unidades (01-01-18321)	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,4000	2
			KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	1,0000	3
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,5000	1
16	CARTILHA - 16 PÁGINAS Impressão offset de 04 lâminas (16 páginas /04 folhas), 4 x 4 cores, papel couchê brilho 170 g/m², tamanho 21,00 x 30,00 cm, folcinto ou CTP, dobra mecanizada, intercalação manual, grampo. ☐ Considerar até 05 layouts diferentes ☐ Mínimo por pedido: 500 unidades (01-01-18322)	UN	EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	0,5200	2
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)		0	1,4400	3
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,7000	1
			EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	0,7200	2
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)		0	1,8700	3

Página: 5/26

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018 Data do Registro: 26/06/2018 Válido até: 26/06/2019

Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	CARTILHA - 20 PÁGINAS Impressão offset de 05 lâminas (20 páginas /04 folhas), 4 x 4 cores, papel couchê brilho 170 g/m², tamanho 21,00 x 30,00 cm, fotocolor ou CTP, dobra mecanizada, intercalação manual, grampo. <div> <div>☒ Considerar até 03 layouts diferentes</div> <div>☒ Mínimo por pedido: 1.000 unidades (01-01-18323)</div> </div>	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	1,6500	1
18	CONVITE SIMPLES Impressão offset 4 x 0 cores, papel couchê brilho 230 g/m², tamanho 10,00 x 21,00 cm, fotocolor ou CTP <div> <div>☒ Considerar até 05 layouts diferentes</div> <div>☒ Mínimo por pedido: 200 unidades (01-01-18324)</div> </div>	UN	<div>EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)</div> <div>GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)</div> <div>EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)</div>	EGB	0	0,2300	1
19	FOLHA OFÍCIO Impressão offset 4 x 0 cores, papel offset alcalino 75 g/m², tamanho 21,00 x 28,70 cm (L x A) <div> <div>☒ Mínimo por pedido: 200 unidades (01-01-18325)</div> </div>	UN	<div>POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)</div> <div>EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)</div> <div>EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)</div>	POLIMPRESS EGB	0	0,0400	1
					0	0,3500	2
					0	0,6800	3
					0	0,0500	2
					0	0,1200	3

Página: 6/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018 Data do Registro: 26/06/2018 Válido até: 26/06/2019

Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
20	ENVELOPE OFÍCIO Impressão offset 4 x 0 cores, papel offset alcalino 110 g/m², tamanho 11,40 x 22,90 cm (A x L) ☐ Mínimo por pedido: 300 unidades (01-01-18326)	UN	EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)	EGB	0	0,2500	1
21	ENVELOPE SACO 26x36 Impressão offset 4 x 0 cores, papel offset alcalino 110 g/m² - tamanho 26,00 x 36,00 cm (A x L) ☐ Mínimo por pedido: 300 unidades (01-01-18327)	UN	EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)	EGB	0	0,7900	1
22	PASTA PLASTIFICADA Impressão offset 4 x 0 cores, papel Triplex 350 g/m², tamanho 46,00 x 32,00 cm (L x A), plastificação brilho, folheto ou CTP, Acabamento: com bolsa, corte para cartão, vinco, duas orelhas (para grampo). ☐ Considerar até 04 layouts diferentes ☐ Mínimo por pedido: 300 unidades (01-01-18328)	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,8000	2
			KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	ks import	0	1,0000	3
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	1,2300	1
			EDITORIA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	1,2400	2
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (3368)		0	1,5000	3

Página: 7/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018 Data do Registro: 26/06/2018 Válido até: 26/06/2019

Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	PASTA - CAPA DE PROCESSO CONTABILIDADE / PROTOCOLO Impressão offset 1 x 0 cores, papel offset alcalino 180 g/m², tamanho 45,00 x 31,00 cm (L x A) Acabamento: vincar φ: Considerar até 02 layouts diferentes (01-01-18329)	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)	EGCL	0	0,2600	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	0,2700	2
			GRÁFICA GUARANIRIM LTDA (3380)		0	0,2800	3
24	PASTA - CAPA DE PROCESSO - COM BOLSA Impressão offset 1 x 0 cores, papel offset alcalino 180 g/m², tamanho 45,00 x 31,00 cm (L x A), com bolsa. Acabamento: vincar φ: Considerar até 02 layouts diferentes (01-01-18330)	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)	EGCL	0	1,2900	1
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	1,3000	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	1,4400	3
25	CAPA PROCESSO DE LICITAÇÃO Impressão offset 1 x 0 cores, papel triplex 420 g/m², tamanho 23,50 x 34,00 cm - Acabamento: vinco, furos. (01-01-18331)	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)	EGCL	0	1,1700	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	1,1800	2
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	1,1900	3
26	CONTRACAPA PROCESSO DE LICITAÇÃO Sem impressão, 0 x 0 cores, papel triplex 420 g/m², tamanho 23,50 x 34,00 cm (L x A) Acabamento: furos. (01-01-18332)	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)	EGCL	0	0,6100	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	0,6200	2

Página: 8/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018		Data do Registro: 26/06/2018		Válido até: 26/06/2019			
Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,6500	3
27	CARTERINHA ESTUDANTE / LEITOR Impressão offset 4 x 4 cores, papel couchê 180 g/m², tamanho 8,00 x 20,00 cm. Acabamento: dobra mecanizada. Serviços: arte final ☐ Considerar até 02 layouts diferentes (01-01-18333)	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,1700	1
			EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	0,1800	2
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	0,3200	3
28	CAPA PARA BLOCOS DE NOTAS DE PRODUTOR RURAL Impressão offset 1 x 1 cores, papel duplex 250 g/m², tamanho 25,00 x 46,00 cm (L x A) - Acabamento: vinco mecanizado (01-01-18334)	UN	EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)	EGB	0	0,2800	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	0,2900	2
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	0,4800	3
29	NOTA FISCAL DE PRODUTOR RURAL - em formulário contínuo - 04 vias - 1ª via em papel autocopiativo CB 53 g/m² branco - 2ª via em papel autocopiativo CFB 53 g/m² carvão - 3ª via em papel autocopiativo CF 53 g/m² verde - 4ª via em papel autocopiativo CB 53 g/m² branco - impressão em 2 x 0 cores - tamanho 21,50 x 21,00 cm (L x A) - (padrão da Secretaria de Estado da Fazenda) (01-01-18335)	JG	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA (253)	ALBGRAF	0	0,2400	1
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,2500	2
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	0,4300	3

Página: 9/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018		Data do Registro: 26/06/2018		Válido até: 26/06/2019			
Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	BLOCO TERMO DE SOLICITAÇÃO E RECEBIMENTO DE SERVIÇOS 50 g/s x 3 vias - 1ª via em papel autocopiativo CB 53 g/m² branco - 2ª via em papel autocopiativo CFB 53 g/m² canário - 3ª via em papel autocopiativo CF 53 g/m² rosa, impressão offset 1 x 0 cores, tamanho 22,50 x 21,00 cm (L x A), capa em papel cartolina 180 g/m² sem impressão - Acabamento: vinco mecanizado, grampo, cola, numeração e picote (01-01-18336)	UN	MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	7,5000	1
31	BLOCO DE REQUISICAO AO ALMOXARIFADO 50 g/s x 2 vias com carbono - 1ª via em papel offset 56 gr - 2ª via em papel jornal 45 gr impressão offset 1 x 0 cores - tamanho 15,70 x 15,70 cm Acabamento: vinco mecanizado, grampo, cola, numeração e picote (01-01-18337)	UN	GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (3368)		0	7,9500	2
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	9,8000	3
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA (253)	ALBGRAF	0	4,1500	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	4,2000	2
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (3368)		0	4,8000	3
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	4,9500	4
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	5,1800	5
32	BLOCO DE NOTIFICAÇÃO (CONSELHO TUTELAR) 50 g/s x 2 vias - 1ª via em papel autocopiativo CB 53 g/m² branco - 2ª via em papel 53 g/m² - impressão em 1 x 0 cores - tamanho 15,00 x 20,00 cm (L x A). Capa em papel cartolina 180 g/m², sem impressão. Acabamento: vinco mecanizado, grampo, cola e picote (01-01-18338)	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)	EGCL	0	4,8400	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	4,8500	2
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	4,9500	3

Página: 10/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018		Data do Registro: 26/06/2018		Válido até: 26/06/2019			
Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
33	BLOCO DE INTIMAÇÃO 50 g/s x 2 vias - 1ª via em papel autocopiativo CB 53 g/m² branco - 2ª via em papel 53 g/m² - impressão offset 2 x 0 cores - tamanho: 15,00 x 20,00 cm (L x A). Capa em papel Triplex 300 g/m², sem impressão. Acabamento: vinco mecanizado, grampo, cola, numeração e picote (01-01-18339)	UN	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA (253)	ALBGRAF	0	4,9500	1
34	PASTA ARQUIVO PLANEJAMENTO Impressão offset 1 x 0 cores, papel triplex, tamanho 32,5 x 51,5 cm (aberto). Acabamento: vinco mecanizado, cola (01-01-18340)		POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	5,0000	2
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (3368)		0	7,5000	3
		UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)	EGCL	0	0,6300	1
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,6400	2
35	BLOCO DE TERMO DE APREENSÃO 50 g/s x 2 vias - 1ª via em papel autocopiativo CB 53 g/m² branco - 2ª via em papel 53 g/m² verde - impressão em 1 x 0 cores - tamanho: 16,00 x 23,00 cm (L x A). Capa em papel cartolina 180 g/m², sem impressão. Acabamento: cola (01-01-18341)		GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)		0	0,7000	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	0,8800	4
		UN	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA (253)	ALBGRAF	0	25,0000	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	25,9000	2
			EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	28,7800	3
			MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	28,9000	4

Página: 11/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018 Data do Registro: 26/06/2018 Válido até: 26/06/2019

Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	31,6200	5
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (3368)		0	32,0000	6
36	FICHA DE REGISTRO DE EMPREGADOS Impressão offset 1 x 1 cores (frente/verso) - papel cartolina 180 g/m² (branco) - tamanho 32,00 x 50,00 cm (L x A) - Acabamento: dobrar (01-01-18342)	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	1,0000	1
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (3368)		0	1,1000	2
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA (253)	ALBGRAF	0	1,2000	3
37	FICHA FUNCIONAL INDIVIDUAL Impressão offset 1 x 1 cores, papel cartolina 180 g/m² (azul), tamanho 32,00 x 22,50 cm (01-01-18343)	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	1,2000	1
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (3368)		0	1,5000	2
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (3380)		0	1,5500	3
38	CARTAZ IDA3 Impressão digital, 4 x 0 cores, papel couchê brilho 180 g/m², tamanho 30 x 42 cm ☐ Por se tratar de impressão digital, não há pedido mínimo (01-01-18344)	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)	EGCL	0	2,7600	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	2,7700	2
			EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	3,0600	3

Página: 12/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018		Data do Registro: 26/06/2018		Válido até: 26/06/2019			
Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

39	FOLHA ADESIVA IDAA3 Impressão digital, 4 x 0 cores, papel adesivo fosco 180 g/m², tamanho 30 x 42 cm. Acabamento: meio corte ❑ Por se tratar de impressão digital, não há pedido mínimo (01-01-18346)	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)	EGCL	0	3,4500	1
40	CARTÃO DE VISITA 1 - CVIDFV Impressão digital 4 x 0 cores, papel couchê 270 g/m², tamanho 9 x 5 cm ❑ Mínimo por pedido: 10 cartões (01 folha A4) ❑ Orçar por unidade de cartão e não por folha (01-01-18346)	UN	EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)	EGCL	0	3,4500	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	3,6800	3
			EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)	EGB	0	0,2000	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	0,4800	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	0,4500	3
41	CARTÃO DE VISITA 2 - CVIDFV Impressão digital 4 x 4 cores (F/V), papel couchê 270 g/m², tamanho 9 x 5 cm ❑ Mínimo por pedido: 10 cartões (01 folha A4) ❑ Orçar por unidade de cartão e não por folha (01-01-18347)	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)	EGCL	0	0,3700	1
			EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	0,3800	2
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,5000	3

Página: 13/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018 Data do Registro: 26/06/2018 Válido até: 26/06/2019

Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
42	CRACHÁ / CREDENCIAL Impressão digital 4 x 0 cores, papel duplex, tamanho 10 x 15 cm. Acabamento: cordão, furos. ❑ Por se tratar de impressão digital, não há pedido mínimo ❑ Orçar por unidade de cracha e não por folha (01-01-18348)	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	0,8500	1
			EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	0,8500	2
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	1,4800	3
43	CERTIFICADO CDFV Impressão digital 4 x 0 cores, papel offset 180 g/m², tamanho 21, 00 x 29,70 cm. ❑ Por se tratar de impressão digital, não há pedido mínimo (01-01-18349)	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	1,3500	1
			EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	1,5100	2
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	1,9000	3
44	CERTIFICADO CDFV Impressão digital 4 x 1 cores, papel offset 180 g/m², tamanho 21, 00 x 29,70 cm. ❑ Por se tratar de impressão digital, não há pedido mínimo (01-01-18350)	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	1,3500	1
			EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	2,3100	2
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	2,4800	3
45	BANNER I Impressão 4 x 0 cores, em lona, tamanho 0,90 x 1,20 m Acabamento: vareta, cordão, ilhós (01-01-18351)	UN	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	37,5000	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	38,0000	2

Página: 14/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018 Data do Registro: 26/06/2018 Válido até: 26/06/2019

Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	39,9500	3
46	BANNER II Impressão 4 x 0 cores - em lona - tamanho 1,20 x 1,80 m Acabamento: varelas, vareta de reforço no meio, cordão, ilhós (01-01-18352)	UN	EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)	EGB	0	46,0000	1
			KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	46,5000	2
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA (253)	ALBGRAF	0	90,0000	3
47	BANNER III Impressão 4 x 0 cores - em lona - tamanho 1,80 x 2,40 m Acabamento: varelas, vareta de reforço no meio, cordão, ilhós (01-01-18353)	UN	EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)	EGB	0	80,6000	1
			KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	150,0000	2
			MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	159,0000	3
48	BANNER IV Impressão 4 x 0 cores - em lona - tamanho 3,50 x 2,50 m Acabamento: varelas, vareta de reforço no meio, cordão, ilhós (01-01-18354)	UN	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	250,0000	1
			EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	255,0000	2
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	389,6000	3
49	FAIXA I Impressão 4 x 0 cores - tamanho 0,90 x 2,00 m Acabamento: varelas, ilhós (01-01-18355)	UN	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	38,0000	1
			EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	38,9000	2

Página: 15/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018 Data do Registro: 26/06/2018 Válido até: 26/06/2019

Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	88.6000	3
50	FAIXA II Impressão 4 x 0 cores - em lona - tamanho 0,90 x 3,00 m Acabamento: varelas, varela de reforço no meio, ilhós (01-01-18356)	UN	EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)	EGB	0	56.0000	1
			KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	110.0000	2
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	116.0000	3
51	FAIXA III Impressão 4 x 0 cores - em lona - tamanho 1,20 x 2,00 m Acabamento: varelas, varela de reforço no meio, ilhós (01-01-18357)	UN	EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)	EGB	0	54.4000	1
			KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	55.0000	2
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	105.8000	3
52	FAIXA IV Impressão 4 x 0 cores - em lona - tamanho 1,20 x 3,00 m Acabamento: varelas, varela de reforço no meio, ilhós (01-01-18358)	UN	EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)	EGB	0	78.0000	1
			KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	135.0000	2
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	158.4000	3
53	FAIXA V Impressão 4 x 0 cores - em lona - tamanho 1,50 x 0,50 m Acabamento: varelas, varela de reforço no meio, ilhós (01-01-18359)	UN	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	30.0000	1
			EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	40.0000	2

Página: 16/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018		Data do Registro: 26/06/2018		Válido até: 26/06/2019			
Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	43,8000	3
54	ENVELOPAMENTO DE VEÍCULO Lateral e traseiro (considerar 15% destas áreas) - impressão digital (01-01-18360)	UN	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	150,0000	1
			EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	337,0000	2
			VISUAL CN MATERIAIS PUBLICITARIOS EIRELI (8214)		0	355,0000	3
			MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	355,0000	4
55	ADESIVO IDENTIFICAÇÃO FROTA Impressão digital, 4 x 0 cores, tamanho 10,00 x 45,00 cm (01-01-18361)	UN	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	2,0000	1
			MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	2,0500	2
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	2,8400	3
56	ADESIVO DEFESA CIVIL - GRANDE Impressão digital, 4 x 0 cores, tamanho 50,00 x 40,00 cm (01-01-18362)	UN	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	8,0000	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	8,9000	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	14,8500	3
57	ADESIVO DEFESA CIVIL - PEQUENO Impressão digital, 4 x 0 cores, tamanho 15,00 x 25,00 cm (01-01-18363)	UN	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	1,4000	1
			MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	1,4500	2

Página: 17/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018 Data do Registro: 26/06/2018 Válido até: 26/06/2019

Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	2,3000	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	2,3800	4
58	ADESIVO RECORTADO Letras brancas - tamanho 4,00 x 37,50 cm Serviço: aplicação (01-01-18364)	UN	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	7,0000	1
			VISUAL CN MATERIAIS PUBLICITARIOS EIRELI (8214)		0	7,5000	2
			EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	8,5000	3
59	ADESIVO I Impressão digital 4 x 0 cores, papel adesivo, tamanho 1,50 x 0,45 m Serviço: aplicação (01-01-18365)	UN	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	40,0000	1
			VISUAL CN MATERIAIS PUBLICITARIOS EIRELI (8214)		0	45,0000	2
			MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	55,0000	3
60	ADESIVO II Impressão digital 4 x 0 cores, papel adesivo, tamanho 0,70 x 0,35 m Serviço: aplicação (01-01-18366)	UN	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	ks Import	0	27,0000	1
			VISUAL CN MATERIAIS PUBLICITARIOS EIRELI (8214)		0	28,0000	2
			MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	34,0000	3
61	ADESIVO III Impressão digital 4 x 0 cores, papel adesivo, tamanho 0,25 x 0,40 m Serviço: aplicação (01-01-18367)	UN	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	23,5000	1

Página: 18/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018 Data do Registro: 26/06/2018 Válido até: 26/06/2019

Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	23.9000	2
			VISUAL CN MATERIAIS PUBLICITARIOS EIRELI (8214)		0	24.0000	3
			MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	24.0000	4
62	ADESIVO IV Impressão digital 4 x 0 cores, papel adesivo, tamanho 21,00 x 29,70 cm (01-01-18368)	UN	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	1.8000	1
			MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	1.9000	2
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	2.9000	3
63	ADESIVO V Impressão digital 4 x 0 cores, papel adesivo, tamanho 29,70 x 42,00 cm (01-01-18369)	UN	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	3.4500	1
			MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	3.4900	2
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	4.6000	3
64	ADESIVO PARA PORTA DE VIDRO Aplicação externa, tamanho 70,00 x 8,50 cm (01-01-18370)	UN	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	18.0000	1
			EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	18.8000	2
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	24.3000	3
65	PLACA "ÁREA INTERDITADA" Confecionada em PVC expandido 2 mm, tamanho 1,00 x 0,50 m Acabamento: perfuração nos cantos superiores (01-01-18371)	UN	MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	46.0000	1

Página: 19/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018		Data do Registro: 26/06/2018		Válido até: 26/06/2019			
Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
66	PLACA "SOMENTE PESSOAL AUTORIZADO" Confeccionada em PVC expandido 2 mm, tamanho 0,60 x 0,40 m (01-01-18372)	UN	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	47,0000	2
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	75,0000	3
			MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	25,0000	1
			KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	25,5000	2
67	PLACA TIPO CAVALETE DOBRÁVEL "HOMENS TRABALHANDO NA PISTA" Confeccionada em vinil, tamanho 1,00 x 0,80 m. Cavalete em tubo galvanizado (01-01-18373)	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	27,9000	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	32,8500	4
			KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	140,0000	1
			MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	149,0000	2
68	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO I Em acrílico, espessura 2 mm, impressão serigráfica 1 cor, fundo em tinta automotiva, polida, com acabamento, tamanho 34,00 x 10,00 cm Textos a definir (01-01-18374)	UN	EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	240,0000	3
			MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	37,0000	1
			EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	40,5000	2
			VISUAL CN MATERIAIS PUBLICITARIOS EIRELI (8214)		0	40,8500	3

Página: 20/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018 Data do Registro: 26/06/2018 Válido até: 26/06/2019

Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
69	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO II Em acrílico, espessura 2 mm, impressão serigráfica 1 cor, fundo em tinta automotiva, polida, com acabamento, tamanho 0,60 x 0,20 m Textos a definir (01-01-18375)	UN	MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	69,9000	1
			EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	73,0000	2
			VISUAL CN MATERIAIS PUBLICITARIOS EIRELI (8214)		0	75,0000	3
70	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO III Em PVC, espessura 2 mm, impressão digital, tamanho 15,00 x 21,00 cm (01-01-18376)	UN	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	4,0000	1
			MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	4,2000	2
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	4,9500	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (2186)		0	8,7500	4
71	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO IV Em PVC, espessura 2 mm, impressão digital, tamanho 21,00 x 30,00 cm (01-01-18377)	UN	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	8,2000	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	8,4000	2
			EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	13,5000	3
72	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO V Em PVC, espessura 2 mm, impressão digital, tamanho 30,00 x 45,00 cm (01-01-18378)	UN	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	16,0000	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	16,8000	2

Página: 21/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018			Data do Registro: 26/06/2018		Válido até: 26/06/2019		
Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	21,9000	3
73	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO VI Em PVC, espessura 2 mm, impressão digital, tamanho 50,00 x 50,00 cm (01-01-18379)	UN	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	27,0000	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	27,9000	2
			MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	30,0000	3
74	MAPA TÁTIL Em acrílico, espessura 3 mm, tamanho 0,45 x 0,60 m, detalhes em relevo, base em tubo galvanizado com 0,90 m de altura. De acordo com as normas da NBR 9050 (01-01-18380)	UN	EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - IME (2427)	EGB	0	145,0000	1
			VISUAL CN MATERIAIS PUBLICITARIOS EIRELI (8214)		0	154,0000	2
			MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	154,2300	3
75	PLACA RODOVIÁRIA Em poliéster, espessura 3 mm, tamanho 4,50 x 1,30 m, fundo adesivado na cor azul, com 12 placas menores, em poliéster 3 mm, tamanho 1,40 x 0,17 m, adesivadas em fundo branco com letras azuis e fixadas (coladas) na placa maior. (01-01-18381)	UN	VISUAL CN MATERIAIS PUBLICITARIOS EIRELI (8214)	VISUAL	0	3,000,0000	1
			EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - IME (2427)		0	3,100,0000	2
			MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	3,176,7500	3
76	PLACA RODOVIÁRIA - CONSERTO Substituição de placas em poliéster, espessura 3 mm, tamanho 1,40 x 0,17 m, adesivadas em fundo branco com letras azuis e fixadas (coladas) na placa maior. (01-01-18382)	SERV	VISUAL CN MATERIAIS PUBLICITARIOS EIRELI (8214)	VISUAL	0	145,0000	1

Página: 22/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018 Data do Registro: 26/06/2018 Válido até: 26/06/2019						
Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	146,7500
77	TOTEM PARA INFORMAÇÕES Em poliéster, espessura 3 mm, tamanho 1,10 x 0,80 m, adesivado frente e verso. Base para fixação em estrutura metálica tubular, tamanho final 1,80 (alt) x 0,30 m. Fixação: parafusado ao chão. (01-01-18383)	UN	VISUAL CN MATERIAIS PUBLICITARIOS EIRELI (8214)	VISUAL	0	2.050,0000
78	PLACA PARA WC Em PVC, espessura 2 mm, impressão digital, tamanho 1,00 x 0,30 x 0,50 m. A placa terá um formato de "T", sendo a base fixa na parede de 1,00 x 0,30 m e, a partir do centro, perpendicular à parede; outra placa de 0,50 x 0,30 cm. (01-01-18384)	UN	MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	2.073,7500
		UN	VISUAL CN MATERIAIS PUBLICITARIOS EIRELI (8214)	VISUAL	0	200,0000
			EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	211,0000
			MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	214,7500
79	LETREIRO EM RELEVO I Letras em caixa alta com 2,5 cm de espessura, espolhada, com área total de 3,10 x 1,10 m, com iluminação atrás. O padrão seguirá o do modelo existente atualmente no Terminal Rodoviário de Joacaba. Deverá ser instalado no muro de entrada (na altura do chão) (01-01-18385)	UN	VISUAL CN MATERIAIS PUBLICITARIOS EIRELI (8214)	VISUAL	0	3.450,0000
80	LETREIRO EM RELEVO II Letras em caixa alta com 2,5 cm de espessura, espolhada, com área total de 3,10 x 1,10 m, com iluminação atrás. O padrão seguirá o do modelo existente atualmente no Terminal Rodoviário de Joacaba. Deverá ser instalado na torre da caixa d'água, incluindo a retrada da placa antiga. (01-01-18386)	UN	MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	3.459,2500
		UN	VISUAL CN MATERIAIS PUBLICITARIOS EIRELI (8214)	VISUAL	0	4.100,0000

Página: 23/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018 Data do Registro: 26/06/2018 Válido até: 26/06/2019

Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	4.110,7500	2
81	CANETA PERSONALIZADA Caneta esferográfica, escrita azul, com impressão serigráfica 1 cor. ☐ Considerar até 04 layouts diferentes ☐ Mínimo por pedido: 500 unidades (01-01-18387)	UN	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	0,9000	1
			EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	0,9400	2
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	1,3900	3
82	RÉGUA PERSONALIZADA Régua branca com impressão serigráfica 1 cor. ☐ Considerar até 04 layouts diferentes ☐ Mínimo por pedido: 500 unidades (01-01-18388)	UN	MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	0,7800	1
			EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	0,8000	2
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	1,4400	3
83	PULSEIRA PARA EVENTOS Modelo simples, impressão em 1 cor. ☐ Considerar até 10 layouts diferentes ☐ Mínimo por pedido: 300 unidades (01-01-18389)	UN	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	0,2700	1
			EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	0,2800	2
			MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	0,2900	3

Página: 24/26

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018 Data do Registro: 26/06/2018 Válido até: 26/06/2019

Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
84	CRACHÁ EM ACRÍLICO Impressão 4 x 4 cores, acrílico, tamanho 8 x 5,5 cm. Acabamento: cordão azul, presilha e arte final (01-01-18390)	UN	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	8,5500	1
			MARCELO SIMONI (8215)	simoni	0	8,6000	2
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	12,4800	3
85	PLASTIFICAÇÃO Folha tamanho 21,00 x 29,7 cm (A4) (01-01-18391)	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (5949)	POLIMPRESS	0	1,6000	1
			KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA (8213)	Ks Import	0	1,6500	2
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (2637)		0	1,7800	3

Página: 25/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018		Data do Registro: 26/06/2018		Válido até: 26/06/2019			
Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EDITORIA GRAFICA BRINDES LTDA - ME (2427)		0	2.6500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018		Data do Registro: 26/06/2018		Válido até: 26/06/2019			
Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

- REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2018
PROCESSO Nº 78/2018
- (253) - ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA
 - (2186) - DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME
 - (2427) - EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA - ME
 - (2637) - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA
 - (3368) - GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP
 - (3380) - GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA
 - (5949) - POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME
 - (8213) - KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA
 - (8214) - VISUAL CN MATERIAIS PUBLICITARIOS EIRELI
 - (8215) - MARCELO SIMONI

Joaçaba, 26 de Junho de 2018.

BALANCETE FINANCEIRO 05-2018

Publicação Nº 1668452

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA
 Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Maio
 Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	26.534,82	ORÇAMENTÁRIAS	333.850,10
Receita Patrimonial	1.797,97	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	304.241,27
Transferências Correntes	24.736,85	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	175.925,57
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	99.846,70
		INVESTIMENTOS	28.469,00
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	29.608,83
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.347,63
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.261,20
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	350.000,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	350.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	387.440,93	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	389.147,40
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	31,71	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	31,71
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	48.916,38	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	50.132,92
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	338.492,84	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	338.982,77
SALDOS ANTERIORES	1.637.386,82	SALDOS ATUAIS	1.678.365,07
BANCO C/ MOVIMENTO	1.285.798,75	BANCO C/ MOVIMENTO	1.428.048,72
BANCOS C/ VINCULADAS	351.588,07	BANCOS C/ VINCULADAS	250.316,35
TOTAL	2.401.362,57	TOTAL	2.401.362,57

JOACABA, 28/06/2018

ADONES MARCIANO
 Contador CRC SC 028953/O-4

JUCELINO JORGE FERRAZ
 Ordenador de Despesas

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESC.

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Maio

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	345,54	ORÇAMENTÁRIAS	23.918,00
Receita Patrimonial	345,54	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	23.918,00
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.918,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	23.918,00	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	23.918,00
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	23.918,00	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	23.918,00
SALDOS ANTERIORES	202.649,44	SALDOS ATUAIS	179.076,98
BANCO C/ MOVIMENTO	202.649,44	BANCO C/ MOVIMENTO	179.076,98
TOTAL	226.912,98	TOTAL	226.912,98

JOACABA, 28/06/2018

JORGE LUIZ DRESCH	ADONES MARCIANO	FRANCIANI ALICE RIZZI
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINAN	Contador CRCSC 028953/O-4	TÉC DE ADMINISTRAÇÃO

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Maio

Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE REEQUIPAMENTO BOMBEIROS DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	57.886,60	ORÇAMENTÁRIAS	27.613,17
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	56.136,80	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	27.511,17
Receita Patrimonial	1.749,80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.589,68
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.921,49
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	102,00
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	102,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	445,14		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	445,14		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	27.938,71	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	27.938,71
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	325,54	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	325,54
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	27.613,17	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	27.613,17
SALDOS ANTERIORES	579.763,75	SALDOS ATUAIS	610.482,32
BANCO C/ MOVIMENTO	579.672,21	BANCO C/ MOVIMENTO	610.390,62
BANCOS C/ VINCULADAS	91,54	BANCOS C/ VINCULADAS	91,70
TOTAL	666.034,20	TOTAL	666.034,20

JOACABA, 28/06/2018

DIOCLÉSIO RAGNINI	ADONES MARCIANO	JORGE LUIZ DRESCH
Prefeito Municipal	Contador CRC.028953/0-4	Secretário de Gestão Financeira

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Maio
 Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	8.137.783,55	ORÇAMENTÁRIAS	5.938.671,27
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.733.720,11	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.317.274,56
Contribuições	221.775,47	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.561.119,78
Receita Patrimonial	66.905,24	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	9.786,42
Receita de Serviços	35.898,44	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.151.164,97
Transferências Correntes	5.522.252,28	INVESTIMENTOS	532.085,10
Outras Receitas Correntes	26.910,81	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	63.118,29
Operações de Crédito	359.379,20	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	621.396,71
Alienação de Bens	12.237,27	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	397.553,78
Amortização de Empréstimos	9.795,80	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	223.842,93
Transferências de Capital	34.076,25		
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.580,37		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇA	10.988,20		
(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE ME	-96.802,16		
(R)DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORF	-800.933,73		
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.139.238,14
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.139.238,14
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.922.882,62	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	7.438.306,49
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	3.258,65	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	3.258,65
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	745.188,95	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	731.564,93
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	6.027.025,27	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	6.023.235,41
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	147.409,75	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	680.247,50
SALDOS ANTERIORES	23.882.242,43	SALDOS ATUAIS	23.426.692,70
BANCO C/ MOVIMENTO	19.048.407,48	BANCO C/ MOVIMENTO	17.062.072,23
BANCOS C/ VINCULADAS	4.682.458,71	BANCOS C/ VINCULADAS	4.348.435,99
POUPANÇA	151.376,24	POUPANÇA	2.016.184,48
TOTAL	38.942.908,60	TOTAL	38.942.908,60

JOACABA, 28/06/2018

JOHNNY G. O. DE CARVALHO
 TEC ADMINISTRAÇÃO

DIOCLÉSIO RAGNINI
 PREFEITO DE JOACABA

JORGE LUIZ DRESCH
 SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

FERNANDA BRAGA
 Contadora CRC SC 038262/O-9

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUCAÇÃO IN 11/2018/FMS

Publicação Nº 1668222

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 11/2018 - IL
CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVENBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 28/2018 Processo de Licitação: 28/2018 Data do Processo: 21/06/2018
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Dioclésio Ragnini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 28/2018
b) Licitação Nr.: 11/2018-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 28/06/2018
e) Data da Adjudicação: 28/06/2018 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CREDENCIAMENTO da empresa AUDI PRÓTESE'S APARELHOS AUDITIVOS LTDA - ME, para a realização de consultas em Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

AUDI PROTESE'S APARELHOS AUDITIVOS LTDA ME (7902)

1 CONSULTA EM FONOAUDIOLOGIA	UN	1,00	0,0000	50,00	50,00
2 CONSULTA EM TERAPIA OCUPACIONAL	UN	1,00	0,0000	50,00	50,00
Total do Fornecedor:					100,00
Total Geral:					100,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Joaçaba, 28 de Junho de 2018.

GESTOR FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

CNPJ: 10.594.533/0001-00
AV. XV DE NOVENBRO, 223
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**Nr.: 11/2018 - IL**

Processo Administrativo: 28/2018
Processo de Licitação: 28/2018
Data do Processo: 21/06/2018

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Joaçaba, 28 de Junho de 2018.

GESTOR FMS

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 208/2018**

Publicação Nº 1667902

PORTARIA SIMAE JHL – Nº 208/2018 DE 28.06.2018

Paulo Cesar Lamin Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar: a servidora Fabiola Fritzen Pellizzaro, Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref. G-2, para responder pela Função de Encarregado de Serviço da Tesouraria, no período de 02.07.2018 à 21.07.2018, por motivo de Férias da titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-5 de acordo com Art.16, parágrafo 3º, da Lei Complementar 193 de 06/09/10, com a redação dada pela Lei Complementar 221/2012 de 03/04/2012.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de julho de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de junho de 2018.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 209/2018

Publicação Nº 1668038

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 209/2018 DE 28.06.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Vilmar de Souza e Oliveira (Matr. 159), ocupante do Cargo de Auxiliar de Operações, P-2, N-1, Ref. E-1, referente ao período aquisitivo de 15.01.2017 à 14.01.2018, para serem fruídas no período de 12.07.2018 à 10.08.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 12 de julho de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de junho de 2018.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 210/2018

Publicação Nº 1668045

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 210/2018 DE 28.06.2018

Paulo César Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Helton Lúcio da Cunha Mattos (Matr. 105), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, P-3, N-2, Ref F-5, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07.02.2017 à 06.02.2018, para serem fruídas no período de 02.07.2018 à 31.07.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de julho de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de junho de 2018.

Paulo César Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 211/2018

Publicação Nº 1668053

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 211/2018 DE 28.06.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Edson Rodrigo Besbati (Matr. 149), ocupante do Cargo de Mecânico de Manutenção, P-4, N-1, Ref.F-1, referente ao período aquisitivo de 04.02.2017 à 03.02.2018, para serem fruídas no período de 02.07.2018 à 31.07.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de julho de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de junho de 2018.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 212/2018

Publicação Nº 1668060

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 212/2018 DE 28.06.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Jairo Camilo Alberti (Matr. 139), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Operações, P-2, N-1, Ref.H-2, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07.02.2017 à 06.02.2018, para serem fruídas no período de 12.07.2018 à 31.07.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 12 de julho de

2018, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de junho de 2018.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 213/2018

Publicação Nº 1668077

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 213/2018 DE 28.06.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter-municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Silvana Maier (Matr.104), ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-3, Ref. F-5, referente ao período aquisitivo de 15.01.2017 à 14.01.2018, para serem fruídas no período de 02.07.2018 à 21.07.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de julho de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de junho de 2018.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 214/2018

Publicação Nº 1668089

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 214/2018 DE 28.06.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter-municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Roberto da Camara (Matr. 191), ocupante do Cargo de Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref. C, referente ao período aquisitivo de 01.06.2017 à 31.05.2018, para serem fruídas no período de 09.07.2018 à 28.07.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 09 de junho de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de junho de 2018.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 215/2018

Publicação Nº 1668100

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 215/2018 DE 28.06.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter-municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10(dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Raimundo Kerschbaumer (Matr. 164), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Informática, P-4, N-1, Ref.E-1, referente ao período aquisitivo compreendido entre 09.06.2017 a 08.06.2018, para serem fruídas no período de 09.07.2018 à 18.07.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 09 de julho de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de junho de 2018.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 216/2018

Publicação Nº 1668112

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 216/2018 DE 28.06.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter-municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Patricia Callegari Warken (Matr. 143), ocupante do Cargo de Contador, P-8, N-1, Ref.G-3, referente ao período aquisitivo de 13.01.2017 a 12.01.2018, para serem fruídas no período de 16.07.2018 à 25.07.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 16 de julho de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de junho de 2018.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 217/2018

Publicação Nº 1668124

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 217/2018 DE 28.06.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter-municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Jonas da Silva (Matr. 112), ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, P-4, N-2, Ref.C-4, referente ao período aquisitivo

de 01.08.2016 a 31.07.2017, para serem fruídas no período de 19.07.2018 à 28.07.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 19 de julho de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de junho de 2018.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 218/2018

Publicação Nº 1668133

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 218/2018 DE 28.06.2018

Paulo César Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Vanderlei Nunes Ferreira (Matr. 190), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Pedreiro, P-4, N-1, Ref.C, referente ao período aquisitivo compreendido entre 11.01.2017 a 10.01.2018, para serem fruídas no período de 09.07.2018 à 18.07.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003. .

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 09 de julho de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de junho de 2018.

Paulo César Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 219/2018

Publicação Nº 1668142

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 219/2018 DE 28.06.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Maurício Ricardo Dahmer (Matr. 174), ocupante do Cargo de Oficial de Informática, P-7, N-1, Ref.D-1, referente ao período aquisitivo de 01.10.2016 à 30.09.2017, para serem fruídas no período de 23.07.2018 à 01.08.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 23 de julho de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de junho de 2018.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 220/2018

Publicação Nº 1668150

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 220/2018 DE 28.06.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Graciela Pratto Bordin da Rosa (Matr. 128), ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref.J-3, referente ao período aquisitivo de 18.08.2016 a 17.08.2017, para serem fruídas no período de 23.07.2018 à 01.08.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 23 de julho de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de junho de 2018.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 221/2018

Publicação Nº 1668156

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 221/2018 DE 28.06.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Washington Luiz Rui Provencsi Papini (Matr. 167), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Operador de ETA, P-6, N-1, Ref. D-1, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06.08.2016 à 05.08.2017, para serem fruídas no período de 16.07.2018 à 25.07.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 16 de julho de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de junho de 2018.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 222/2018

Publicação Nº 1668163

PORTARIA SIMAE. JHL Nº 222/2018 DE 28.06.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10(dez) dias de Férias Regulamentares, ao

Servidor Richard de Barros Nascimento (Matr. 178), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref. B, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03.07.2017 à 02.07.2017, para serem fruídas no período de 23.07.2018 à 01.08.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 23 de julho de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de junho de 2018.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 223/2018

Publicação Nº 1668175

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 223/2018 DE 28.06.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Leandro Sartori (Matr. 155), ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, P-4, N-1, Ref. E-2, referente ao período aquisitivo de 02.01.2017 à 01.01.2018, para serem fruídas no período de 09.07.2018 à 18.07.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 09 de julho de 2018, obedecido o disposto do parágrafo único do Art 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de junho de 2018.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 224/2018

Publicação Nº 1668026

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 224/2018 DE 28.06.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Jean Ribeiro (Matr. 174), ocupante do Cargo de Oficial de Auxiliar de Controle de Operação, P-5, N-1, Ref.B, referente ao período aquisitivo de 06.09.2016 à 05.09.2017, para serem fruídas no período de 25.07.2018 à 03.08.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 25 de julho de 2018, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de junho de 2018.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 225/2018

Publicação Nº 1668012

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 225/2018 DE 28.06.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor João Carlos Ungericht (Matr. 73), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro, P-8, N-3, Ref.J-9, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03.03.2017 à 02.03.2018, para serem fruídas no período de 11.07.2018 à 20.07.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 11 de julho de 2018, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de junho de 2018.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 226/2018

Publicação Nº 1667996

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 226/2018 DE 28.06.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Valdesir Spier (Matr.103), ocupante do Cargo de Auxiliar Técnico, P-5, N-3, Ref. A-8, referente ao período aquisitivo de 10.01.2017 à 09.01.2018, para serem fruídas no período de 30.07.2018 à 08.08.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 30 de junho de 2018, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de junho de 2018.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PR 40/2018 - SIMAE

Publicação Nº 1667708

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 40/2018 - PR Processo Administrativo: 47/2018 Processo de Licitação: 47/2018 Data do Processo: 22/05/2018
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Paulo Cesar Lamin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 47/2018
b) Licitação Nr.: 40/2018-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 27/06/2018
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEL DA SEDE ADMINISTRATIVA E ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1**S. M. BUDNIAK & CIA LTDA (8647)**

1	SERVIÇO DE LIMPEZA DIÁRIA SEDE ADMINISTRATIVA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: S.M.BUDNIAK	SV	12,00	0,0000	4.090,5172	49.086,21
3	SERVIÇOS DE LIMPEZA DIÁRIA ETA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: S.M.BUDNIAK	SV	12,00	0,0000	1.992,8161	23.913,79
Total do Fornecedor:						73.000,00

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTOCNPJ: 84.591.890/0001-43
Rua Tiradentes, 123
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 40/2018 - PR**Processo Administrativo: 47/2018
Processo de Licitação: 47/2018
Data do Processo: 22/05/2018

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LOTE: 2****S. M. BUDNIAK & CIA LTDA (8647)**

2	SERVIÇO DE LIMPEZA QUADRIMESTRAL SEDE ADMINISTRATIVA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: S.M.BUDNIAK	SV	3,00	0,0000	762,8673	2.288,60
4	SERVIÇOS DE LIMPEZA SEMESTRAL NA ETA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: S.M.BUDNIAK	SV	2,00	0,0000	755,699	1.511,40
Total do Fornecedor:						3.800,00
Total Geral:						76.800,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (13)

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

Lages

PREFEITURA

PP 30/2018 SMS

Publicação Nº 1667387

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial 30/2018 SMS

Objeto: Registro de Preços destinado à Aquisição Produtos de Higiene e Bazar para uso nos Centros de Atenção Psicossociais – CAPS i, CAPS II, CAPS AD e Residencial Terapêutico.

Abertura: 23/07/2018 às 13h30min

Valor Estimado: R\$ 88.641,40

Da retirada dos Editais: www.lages.sc.gov.br

Lages, 29 de junho de 2018.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL

CANCELAMENTO DA TOMADA DE PREÇO 01/2018 PROCESSO 09/2018

Publicação Nº 1668157

CANCELAMENTO DA TOMADA DE PREÇO 01/2018 PROCESSO 09/2018

OBJETO: Contratação de empresa do ramo especializada em adequações e prevenções contra incêndio no prédio sede da câmara municipal – área 200.622,83 metros quadrados, com o fornecimento de material e mão-de-obra, de acordo com o Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária anexa no Edital.

Por interesse público, a Câmara Municipal de Lages vem por meio deste aviso, comunicar o cancelamento da licitação acima descrita, aprazada para o dia 03/07/2018.

Lages (SC), 28 de junho de 2018.

LUIZ MARIN - PRESIDENTE

Lajeado Grande

PREFEITURA

PORTARIA Nº 108/2018 DE 14/06/2018 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO POR FALECIMENTO, DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALCIDES DOS SANTOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1667874

PORTARIA Nº 108/2018
DE 14/06/2018

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO POR FALECIMENTO, DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALCIDES DOS SANTOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra "a" da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 33º inciso VI da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001.

CONSIDERANDO o falecimento do Servidor ocorrido na data de 12/06/2018.

DECEDE:

Art. 1º - Exonerar, por falecimento, o Servidor Público Municipal ALCIDES DOS SANTOS, e em consequência do Serviço Público Municipal em 12/06/2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria correrão a conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 14 de junho de 2018.

Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora Designada

PORTARIA Nº 109/2018 DE 15/06/2018 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL WILLIAN DOS REIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1667883

PORTARIA Nº 109/2018
DE 15/06/2018

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL WILLIAN DOS REIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal WILLIAN DOS REIS pelo prazo de 30 dias, de 18 de junho de 2018 a 17 de julho de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 06 de março de 2017 a 05 de março de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 15 de junho de 2018.

Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº 110/2018 DE 25/06/2018 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL THIAGO GABRIELLI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1667886

PORTARIA Nº 110/2018
DE 25/06/2018

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL THIAGO GABRIELLI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal THIAGO GABRIELLI pelo prazo de 30 dias, de 02 de julho de 2018 a 31 de julho de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 20 de fevereiro de 2017 a 19 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 25 de junho de 2018.
Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº 111/2018 DE 25/06/2018 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALDECIR DOS SANTOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1667890

PORTARIA Nº 111/2018
DE 25/06/2018

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALDECIR DOS SANTOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal VALDECIR DOS SANTOS pelo prazo de 30 dias, de 02 de julho de 2018 a 31 de julho de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 09 de março de 2017 a 08 de março de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 25 de junho de 2018.
Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº 112/2018 DE 25/06/2018 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ROBERTO CANSIAN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1667895

PORTARIA Nº 112/2018
DE 25/06/2018

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ROBERTO CANSIAN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal ROBERTO CANSIAN pelo prazo de 15 dias, de 16 de julho de 2018 a 30 de julho de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de dezembro de 2016 a 30 de novembro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 25 de junho de 2018.

Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº 113/2018 DE 25/06/2018 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DILSEN TEREZA ZMIJEVSKI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1667900

PORTARIA Nº 113/2018
DE 25/06/2018

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DILSEN TEREZA ZMIJEVSKI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal DILSEN TEREZA ZMIJEVSKI pelo prazo de 15 dias, de 16 de julho de 2018 a 30 de julho de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de janeiro de 2017 a 01 de janeiro de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 25 de junho de 2018.

Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº 114/2018 DE 25/06/2018 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EZEQUIEL ANTONIO DE OLIVEIRA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1667908

PORTARIA Nº 114/2018
DE 25/06/2018

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EZEQUIEL ANTONIO DE OLIVEIRA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal EZEQUIEL ANTONIO DE OLIVEIRA pelo prazo de 15 dias, de 16 de julho de 2018 a 30 de julho de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 11 de maio de 2017 a 10 de maio de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 25 de junho de 2018.

Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº 115/2018 DE 25/06/2018 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EMERSON BETTU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1667912

PORTARIA Nº 115/2018
DE 25/06/2018

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EMERSON BETTU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal EMERSON BETTU, sendo que 10 dias serão convertidos em abono pecuniário no mês de junho de 2018 e 20 dias de gozo de 09/07/2018 a 28/07/2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de maio de 2016 a 01 de maio de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 25 de junho de 2018.

Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº 116/2018 DE 25/06/2018 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EVANDRA MARCHETTI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1667917

PORTARIA Nº 116/2018
DE 25/06/2018

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EVANDRA MARCHETTI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal EVANDRA MARCHETTI pelo prazo de 15 dias, de 16 de julho de 2018 a 30 de julho de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 03 de maio de 2016 a 02 de maio de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 25 de junho de 2018.

Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora designada

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 070/2018**

Publicação Nº 1666889

DECRETO Nº 070/2018.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.562/2009, de 09/04/2009

DECRETA:

Art. 1º - NOMEAR, na forma do art. 34, da Lei Municipal nº. 1.944/2017, com redação dada pela Lei Municipal nº. 2.019/2017, e por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, CLEIR ESTEVAN para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, para exercê-lo junto à Fundação de Saúde de Lauro Müller.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 01/06/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 25 DE JUNHO DE 2018.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

DECRETO Nº 071/2018

Publicação Nº 1666890

DECRETO Nº 071/2018.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.562/2009, de 09/04/2009

DECRETA:

Art. 1º - NOMEAR, na forma do art. 34, da Lei Municipal nº. 1.944/2017, com redação dada pela Lei Municipal nº. 2.019/2017, e por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, ANA PAULA VIEIRA RONCHI para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Supervisora de Departamento, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, para exercê-lo junto à Fundação de Saúde de Lauro Müller.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 01/06/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 25 DE JUNHO DE 2018.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

DECRETO Nº 072/2018

Publicação Nº 1666892

DECRETO Nº 072/2018.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.562/2009, de 09/04/2009

DECRETA:

Art. 1º - NOMEAR, na forma do art. 34, da Lei Municipal nº. 1.944/2017, com redação dada pela Lei Municipal nº. 2.019/2017, e por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, ALAIR GOULART para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Setor, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, para exercê-lo junto à Fundação de Saúde de Lauro Müller.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 01/06/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 25 DE JUNHO DE 2018.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

DECRETO Nº 073/2018

Publicação Nº 1666894

DECRETO Nº 073/2018.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.562/2009, de 09/04/2009

DECRETA:

Art. 1º - NOMEAR, na forma do art. 34, da Lei Municipal nº. 1.944/2017, com redação dada pela Lei Municipal nº. 2.019/2017, e por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, VALDIR WESSLER para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Setor, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, para exercê-lo junto à Fundação de Saúde de Lauro Müller.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 01/06/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 25 DE JUNHO DE 2018.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

DECRETO Nº 074/2018

Publicação Nº 1666895

DECRETO Nº 074/2018.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.016/2017, de 19 de Dezembro de 2017 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 73.150,00 (Setenta e três mil cento e cinquenta reais) para reforço dos seguintes itens orçamentários:

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E ESPORTE

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.007 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.5037 Aplicação DiretaR\$ 73.150,00

TOTAL R\$ 73.150,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do Excesso de Arrecadação da fonte 5037 – Outras Transferências do FNDE, verificada até 31.12.2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 27 DE JUNHO DE 2018.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fina. e Planej.

Lebon Régis

PREFEITURA

PROJETO DE LEI 016-2018 CRIA FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO FME

Publicação Nº 1667553

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº. 016/2018

“CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FME), DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Presidente da Câmara Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou a seguinte Lei:

Capítulo I DOS OBJETIVOS

Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de Educação do Município de Lebon Régis (FME), instrumento de captação e aplicação de recursos, o qual tem como objetivo criar condições financeiras e gerenciais dos recursos destinados à implantação e ao desenvolvimento das ações de educação executadas ou coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação, no atendimento de despesa, total ou parcial com:

I - execução de projetos, programas e ações voltadas ao:

- a) desenvolvimento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração, controle e desenvolvimento da educação;
- b) investimento na formação continuada de professores e servidores da Secretaria Municipal de Educação;
- c) construção, manutenção, aquisição, locação de imóveis que venham a integrar a rede municipal de ensino ou unidades administrativas da Secretaria Municipal de Educação;
- d) aquisição de materiais didáticos e equipamentos para melhoria do ensino;
- e) aquisição de uniformes escolares para atendimento dos estudantes da rede municipal de ensino;
- f) provimento de alimentação escolar;
- g) pagamento de vencimentos e gratificações dos professores e do grupo ocupacional de apoio administrativo ao magistério;
- h) aquisição, desenvolvimento, criação e aplicação de novas tecnologias e metodologias voltadas ao ensino e à modernização da gestão da educação;
- i) melhoria tecnológica na área de administração de recursos humanos ligados à área da educação;
- j) prestação de serviços de terceiros na elaboração ou execução de projetos específicos na área de educação.

Capítulo II DA GESTÃO

Seção I DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 2º O Fundo Municipal de Educação será gerido pelo Secretário Municipal de Educação, o qual terá as seguintes atribuições:

- I - gerir o Fundo Municipal de Educação, estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos e exercer o controle da execução orçamentário-financeira;
- II - acompanhar, avaliar e decidir sobre as ações previstas no Plano Municipal de Educação;
- III - manter os controles necessários à execução orçamentária dos recursos destinados ao Fundo Municipal de Educação, referente a empenhos, liquidação, pagamento das despesas e recebimento das receitas;
- IV - prestar contas, no prazo legal, da aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Educação;
- V - firmar convênios, contratos e parcerias referentes a recursos geridos pelo Fundo Municipal de Educação;
- VI - coordenar e controlar os convênios e contratos relacionados às ações e serviços realizados com recursos do Fundo Municipal de Educação;
- VII - gerenciar os bens patrimoniais adquiridos com recursos do Fundo Municipal de Educação.

Seção II DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Art. 3º A fiscalização e o acompanhamento da gestão do Fundo Municipal de Educação poderá ser realizada pelo Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal do FUNDEB e Conselho Municipal de Alimentação Escolar, sem prejuízo de outros órgãos que possuam competência para tanto.

Seção III DAS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHOS

Art. 4º Compete aos Conselhos:

- I - sugerir normas operacionais para o Fundo;
- II - sugerir critérios e prioridades para aplicação dos recursos;
- III - propor alocação de recursos em projetos e programas, guardando observância à viabilidade econômico-financeira e ao Plano Municipal de Educação;

- IV - acompanhar, avaliar e fiscalizar a aplicação dos recursos referentes às ações e serviços financiados pelo Fundo, sem prejuízo do controle interno e externo exercido pelos órgãos competentes;
- V - fiscalizar os demonstrativos de contabilidade, de escrituração fiscal e a prestação de contas do fundo;
- VI - manter arquivo com informações e toda a documentação relativa aos programas e projetos desenvolvidos com recursos do fundo;
- VII - participar da proposta anual de orçamento do Fundo Municipal de Educação.

Capítulo III

DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Seção I

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 5º Constituem receitas do Fundo Municipal de Educação:

- I - as transferências oriundas do disposto no art. 212 da Constituição Federal, que exige aplicação de 25% (vinte e cinco) por cento das receitas resultantes dos impostos e transferências na manutenção e no desenvolvimento do ensino;
- II - as transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;
- III - as transferências do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, ou outro que o venha substituir;
- IV - recursos próprios do Município;
- V - recursos provenientes de entidades públicas ou privadas e de convênios;
- VI - rendimentos de aplicações financeiras;
- VII - arrecadação proveniente da alienação de bens móveis ou imóveis adquiridos com recursos do Fundo de Educação;
- VIII - doações recebidas;
- IX - outras fontes de recursos não previstas acima.

Parágrafo único. Os recursos do Fundo Municipal de Educação serão obrigatoriamente depositados em conta bancária específica do Fundo Municipal de Educação.

Seção II

DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

Ar. 6º O orçamento do Fundo Municipal de Educação integrará o orçamento do Governo Municipal, em obediência ao princípio da unidade.

Art. 7º O orçamento do Fundo observará, na sua elaboração e execução, os padrões e as normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 8º O Fundo Municipal de Educação terá prestação de contas própria, que obedecerá às normas da contabilidade pública.

§1º A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, entendidos como balancetes de receita e de despesa do Fundo Municipal de Educação e relação dos pagamentos efetuados com recursos do Fundo.

§2º As demonstrações e os relatórios gerados pela contabilidade do Fundo Municipal de Educação passarão a integrar a contabilidade geral do Município.

Seção III

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DAS DESPESAS

Art. 9º Os recursos do Fundo Municipal de Educação serão aplicados em:

- I - programas e projetos de melhoria da qualidade de ensino e aumento do nível de escolaridade da população;
- II - democratização da gestão da educação pública.

Art. 10. Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Parágrafo único. Para os casos de insuficiência e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais, suplementares e especiais, autorizados por lei e abertos por decreto do Poder Executivo.

Capítulo IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. O Fundo Municipal de Educação terá vigência ilimitada.

Art. 12. Poderão ser regulamentados via decreto as demais disposições necessárias para cumprimento desta lei.

Art. 13. Fica mantido autorizada a criação de um CNPJ específico, o qual passará a ser nominado e vinculado ao Fundo Municipal de Educação.

Art. 14. O Município deverá promover as alterações nas Leis Orçamentárias (PPA, LDO e LOA) para ajusta-las a criação do Fundo.

Art. 15. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis, 27 de junho de 2018.

OSMAR COMPER
Presidente

DIRCEU DOS SANTOS MAIBERG
1º Secretário

PROJETO DE LEI 017-2018 RATIFICA PARTICIPAÇÃO COINCO

Publicação Nº 1667555

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº. 017/2018

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO RENOVAR SUA PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EFETIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO – COINCO – ACRESCE E ALTERA DISPOSITIVOS DO ESTATUTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente da Câmara Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a renovar sua participação como membro efetivo do "Consórcio Intermunicipal Contestado", associação de caráter público, que tem por objetivo pugnar pela solução dos problemas relacionados com os resíduos sólidos e outros que degradam o meio ambiente, além das formas de educação socioambiental para uma eficaz e verdadeira preservação do meio ambiente, visando um desenvolvimento sustentável, em atendimento às prerrogativas legais emanadas pelo art. 225, da Constituição Federal do Brasil.

Art. 2º Fica através do presente Projeto de Lei, ratificada a alteração do ANEXO I do Plano de Cargos e Salários do COINCO, para acrescentar no item "b" de Atividades Operacionais de Administração, o cargo de Auxiliar Administrativo.

Art. 3º Fica através do Projeto de Lei, ratificada a alteração do ANEXO I do Plano de Cargos e Salários do COINCO, para acrescentar nas Disposições Gerais, os artigos 5.3 e 5.4., que possibilita o pagamento de gratificação quando da realização de tarefa especial por servidor efetivo.

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias previstas e consignadas no orçamento em vigor de cada Município, permanecendo os demais artigos inalterados.

Art. 5º Ficam mantidas as demais disposições e alterações inseridas no Estatuto do "Consórcio Intermunicipal do Contestado"- COINCO.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis, 27 de junho de 2018.

OSMAR COMPER

Presidente

DIRCEU DOS SANTOS MAIBERG

1º Secretário

PROJETO DE LEI 018-2018 CRIA CONSELHO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO

Publicação Nº 1667558

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 018/2018

"CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente da Câmara Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS, órgão vinculado à Administração Municipal, de caráter deliberativo, consultivo, normativo e fiscalizador das políticas públicas, planos, programas e recursos destinados a moradia e habitação de interesse social, a quem cabe acompanhar, avaliar e discutir a Política Municipal de Habitação.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Habitação é órgão da Administração Pública responsável pela execução da Política Habitacional do Município. Na inexistência ou vacância da referida secretaria, a responsabilidade será atribuída a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda.

Art. 2º O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social será constituído por 08 (oito) membros titulares e 08 (oito) suplentes, distribuídos da seguinte forma:

I - 04 (quatro) representantes de Entidades Não Governamentais da Sociedade Civil Organizada ou Movimentos Populares, sendo:

a) 02 (dois) representantes dos Movimentos Populares, das Organizações da Sociedade Civil, das Entidades Religiosas e outras afins.

b) 01 (um) representante da Associação Comercial ou da Câmara dos Diretores Lojistas de Lebon Régis;

c) 01 (um) representante de Sindicato, com sede no município;

II – 04 (quatro) representantes da Administração Municipal sendo:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda;

b) 01 (um) representante da Secretaria de Governo, Planejamento e Habitação ou Secretaria de Desenvolvimento Econômico;

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura ou Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Piscicultura e Meio Ambiente;

d) 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal.

§ 1º O mandato dos membros será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 2º Os membros exercerão seus mandatos de forma gratuita, ficando vedada a concessão de qualquer remuneração, vantagem ou

benefício de natureza pecuniária.

Art. 3º Os representantes da Sociedade Civil serão indicados pelas respectivas entidades. Os representantes da Poder Executivo Municipal serão designados pelo Prefeito e do Poder Legislativo pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 4º O Presidente e o Secretário do CMHIS serão eleitos entre seus pares, sendo que a primeira reunião, o membro mais velho deverá presidir e indicar o Secretário para a referida Sessão.

§ 1º Cada membro do CMHIS deverá ter 01 (um) suplente, indicado pelo respectivo órgão de representação do titular;

§ 2º O suplente substituirá o membro titular do Conselho em seu impedimento, afastamento ou ausência;

§ 3º Os conselheiros titulares e seus respectivos suplentes terão seus nomes homologados por decreto;

§ 4º as reuniões do CMHIS somente poderão ser instaladas com a presença de, no mínimo, 05 (cinco) de seus membros e, as decisões deverão ser tomadas por maioria simples cabendo ao Presidente o voto de desempate;

§ 5º os assuntos e deliberações, fruto das reuniões do Conselho, serão registrados em ata que será lida e aprovada em cada reunião posterior e, quanto às deliberações serão publicadas por instrumento administrativos denominadas resoluções.

§ 6º as reuniões terão convocação por escrito, com antecedência mínima de 03 (três) dias para as reuniões ordinárias, e 24 (vinte e quatro) horas para as extraordinárias.

§ 7º Ficará extinto o mandato do conselheiro titular que deixar de comparecer sem justificativa em 03 (três) reuniões consecutivas e/ou 05 (cinco) reuniões alternadas, no período de 01 (um) ano.

Art. 5º O CMHIS reunir-se-á ordinariamente a cada 04 (quatro) meses e extraordinariamente na forma que dispuser seu Regimento Interno.

Art. 6º O Regimento Interno do Conselho Municipal de Habitação de Interesse social deverá conter, no mínimo:

I - a forma de convocação das reuniões extraordinárias;

II - quorum de instalação das reuniões e de votação;

III - quorum de instalação das reuniões e de votação;

Art. 7º Compete ao CMHIS:

I - analisar, discutir e aprovar:

a) os objetivos, as diretrizes e o estabelecimento de prioridades da Política Municipal de Habitação;

b) a Política de Captação e Aplicação de Recursos para a produção de moradia;

c) os Planos, anuais e plurianuais, de Ação e Metas;

d) os Planos, anuais e plurianuais, de Captação e Aplicação de Recursos;

e) liberação de recursos para os programas decorrentes do Plano de Ação e Metas;

II - acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos e a execução dos programas, projetos e ações, cabendo-lhe a suspensão de desembolsos caso constatadas irregularidades;

III - propor reformulação ou revisão de Planos e programas à luz de avaliações periódicas;

IV - analisar e aprovar, anualmente, relatórios contábeis referentes à aplicação dos recursos para a Habitação no Município, inclusive aqueles referentes ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

V - elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

VI - definir os parâmetros para a concessão dos subsídios, obedecendo, observada a capacidade de pagamento da família, levando em consideração as seguintes diretrizes:

a) Os valores dos benefícios devem guardar relação inversa com a capacidade de pagamento das famílias beneficiárias;

b) A concessão do benefício deve estar condicionada ao acesso a imóveis em condições de habitabilidade definidas pelas posturas municipais, com base em padrões referenciais estabelecidos a partir da realidade local;

c) Identificação dos beneficiários das políticas de subsídios, em cadastro municipal, de modo a controlar a concessão dos benefícios;

d) Utilização de metodologia aprovada pelo CMHIS, para o estabelecimento dos parâmetros relativos aos valores dos benefícios, capacidade de pagamento da família e valores máximos dos imóveis, que expresse as diferenças regionais;

e) Concepção do subsídio como benefício pessoal e intransferível, concedido com a finalidade de complementar a capacidade de pagamento do beneficiário para o acesso à moradia, ajustando-a ao valor de venda do imóvel ou ao custo do serviço de moradia, compreendido como retribuição de uso, aluguel, arrendamento ou outra forma de pagamento pelo direito de acesso à habitação;

f) Suspensão ou revisão do benefício, no caso de alterações nas condições que lhe deram causa ou inadimplemento contratual.

VII - Acompanhar a implementação das Resoluções das Conferências Municipais de Habitação;

VIII - deliberar sobre convênios destinados à execução dos projetos habitacionais, urbanização e regularização fundiária;

IX - estimular a participação e o controle popular sobre a implementação das políticas públicas habitacionais e de desenvolvimento urbano;

X - possibilitar a ampla informação à população e às instituições públicas e privadas sobre temas e questões atinentes à política habitacional;

XI - acompanhar, avaliar e modificar, as condições operacionais da política municipal de habitação, estabelecendo os instrumentos para o seu controle e fiscalização;

XII - propor ao Executivo legislação relativa a Habitação e ao uso do solo urbano, bem como obras complementares de saneamento, infraestrutura e equipamentos urbanos;

XIII - constituir grupos técnicos, comissões especiais, temporárias ou permanentes, quando julgar necessário para o desempenho de suas funções;

Parágrafo Único. O CMHIS fará as publicações das deliberações as quais são competências estabelecidas por esta Lei, através de ato administrativo denominado resoluções os quais deverão ter ampla divulgação e transparência.

Art. 8º Além de outras atribuições definidas em lei, compete à Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Habitação ou Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Renda sem prejuízo da iniciativa dos membros do CMHIS e do Executivo:

I - elaborar e submeter ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social:

a) a Política Municipal de Habitação e a Política de Captação e Aplicação de Recursos, contendo objetivos, diretrizes e prioridades das ações municipais para o setor;

b) o Plano de Ação e Metas, anual e plurianual, em consonância com o Plano de Captação e Aplicação de Recursos, contendo, inclusive, as

linhas de financiamento à população;

c) o Plano de Captação e Aplicação de recursos, anual e plurianual, contendo previsão orçamentária e de outras receitas, além de operações interligadas, operações de crédito e condições de retorno, política de subsídios, aplicações financeiras, inclusive com receitas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

d) relatórios semestrais de atividades e financeiros;

II - gerir os recursos destinados à habitação, inclusive aqueles constantes do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

III - submeter à aprovação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social os seguintes programas para a produção de moradia:

a) aquisição e regularização de imóveis;

b) urbanização e reurbanização de áreas;

c) construção e recuperação de conjuntos habitacionais ou de moradias isoladas;

d) ações emergenciais;

e) solicitar ao Executivo Municipal, sempre que necessário, a contratação de assessoria técnica jurídica e urbanística;

IV - implementar programas decorrentes do Plano de Ação e Metas aprovado, elaborando ou executando os projetos que deles decorrem, da seguinte forma:

a) diretamente ou através de outro órgão de entidade de Administração Pública;

b) mediante a celebração de contratos com os Agentes de Execução ou de Agentes de Assessoria Técnica;

V - propor critérios de credenciamento e de remuneração dos Agentes de Execução e dos Agentes de Assessoria Técnica;

VI - realizar a movimentação financeira dos recursos destinados à habitação.

Art. 9º O CMHIS elaborará seu Regimento Interno no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua instalação.

Art. 10. As despesas necessárias para funcionamento do Conselho correrão por conta do orçamento da Secretaria de Governo, Planejamento e Habitação ou orçamento geral do município.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário especialmente as Leis Municipais nº 1289/2009 e 1301/2009.

Lebon Régis, 27 de junho de 2018.

OSMAR COMPER

Presidente

DIRCEU DOS SANTOS MAIBERG

1º Secretário

Leoberto Leal

PREFEITURA

LEI N.º 1.369/2018

Publicação N° 1667815

LEI N.º 1.369 DE 28 DE JUNHO DE 2018.

"DENOMINA A TAÇA DO 22º CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO DE LEOBERTO LEAL."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, SC, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a denominar a taça do 22º Campeonato Municipal de Futebol de Campo do Município de Leoberto Leal como TAÇA VEREADOR ALDIR DE SOUZA HOFFMANN.

Art. 2º Justifica-se esta denominação, em virtude da sua atuação política como Vereador na Câmara Municipal de Vereadores de Leoberto Leal (2013-2016), pela dedicação à população, às comunidades e incentivo ao esporte de nosso município.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 28 de junho de 2018.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PE 03/2018 FMS

Publicação N° 1667776

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2018 FMS

Flávio Luiz Benini – Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, na forma da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal 2817/2016, para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, odontológicos, médico hospitalar, de enfermagem, de informática, eletrodomésticos, climatizadores, de refrigeração, móveis para escritório e 01 veículo zero km para o Fundo Municipal de Saúde, com recebimento das propostas até as 08:15 horas do dia 23 de julho de 2018, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Lindóia do Sul - SC, 28 de junho de 2018.

Flávio Luiz Benini

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social.

Lontras

PREFEITURA

DECRETO 85/2018

Publicação Nº 1666885

DECRETO Nº 85/2018

HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIN, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão Registro de Preço nº 47/2018 em 27 de Junho de 2018, pela Pregoeira e Equipe de Apoio, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 47/2018, na modalidade de Pregão Registro de Preço para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM PROCESSOS DE SELEÇÃO DE PESSOAL, EM ESPECIAL PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROFESSORES, COM VISTA AO PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS.

Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 27 de junho de 2018.

MARCIONEI HILLESHEIN

PREFEITO

DECRETO 86/2018

Publicação Nº 1666950

DECRETO Nº 86/2018

REVOGA LICITAÇÃO

MARCIONEI HILLESHEIN, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogado o Pregão Presencial nº 45/2018 em 28 de junho de 2018, pela Pregoeira e Equipe de Apoio, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 45/2018, na modalidade de Pregão Presencial para AQUISIÇÃO DE DOIS CARROS NOVOS, CONFORME DESCRIÇÃO DO ANEXO I, por não haver interessados em participar do certame.

Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 28 de junho de 2018.

MARCIONEI HILLESHEIN

PREFEITO

DECRETO 87/2018

Publicação Nº 1667888

DECRETO Nº 87/2018

HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIN, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão Registro de Preço nº 50/2018 em 13 de Junho de 2018, pela Pregoeira e Equipe de Apoio, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 50/2018, na modalidade de Pregão Registro de Preço para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 28 de junho de 2018.
MARCIONEI HILLESHEIN
PREFEITO

EDITAL 78/2018

Publicação Nº 1666948

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LONTRAS
CONCORRÊNCIA N. 78 /2018

OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA CONCESSÃO ONEROSA DE USO DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES OSNY MENDES, COMPREENDENDO O BAR E A LANCHONETE, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: 2.720 M², CONTENDO 3 VESTIÁRIOS, 2 BANHEIROS, 1 BAR E UMA QUADRA. Entrega dos Envelopes: até às 08 horas e 30 minutos do dia 30/07/2018. Abertura dos Envelopes: 09 horas do dia 30/07/2018. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 28 de junho de 2018. MARCIONEI HILLESHEIN. Prefeito.

EDITAL 84/2018

Publicação Nº 1667277

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LONTRAS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 84/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOIS CARROS NOVOS, CONFORME DESCRIÇÃO DO ANEXO I. Entrega dos Envelopes: até às 14 horas e 30 minutos do dia 13/07/2018; Abertura dos Envelopes: 14 horas e 45 minutos do dia 13/07/2018. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 28 de junho de 2018. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

Luiz Alves**PREFEITURA****PORTARIA 306/2018**

Publicação Nº 1667314

PORTARIA N.º 306/2018

Concede férias à servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora efetiva Sr.ª ITAMARA KURECK, nutricionista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, com início no dia 01 de junho de 2018 e término no dia 10 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 25 de junho de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

ERRATA DO ATO N.º 1666305

Publicação Nº 1668007

ERRATA DO ATO N.º 1666305

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, torna pública a RETIFICAÇÃO DO ATO N.º 1666305, de 27 de junho de 2018, "DO TÍTULO" onde se lê: "LEI N.º 1733/2018." leia-se: "LEI N.º 1.731/2018.", permanecendo inalterados os demais termos do referido ato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 28 de junho de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DA 2ª ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2018 (PREFEITURA)

Publicação Nº 1667373

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

2º EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2018

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS PARA 29ª FESTA NACIONAL DA CACHAÇA E 27ª FESTA DA BANANA.

Em relação ao Anexo V do Edital (Termo de Referência), exclui-se a numeração referente a LAO/FATMA, portanto, onde se lê: "LAO Fatma: 7397/2016", leia-se: "LAO Fatma". Fica incluída, no entanto, a obrigatoriedade de apresentação do comprovante de entrega de resíduos

após o evento, à Secretaria de Turismo. Inclui-se nas exigências editalícias o cadastro técnico federal (CTF) do IBAMA. Neste sentido, fica mantida a data de abertura dos envelopes, para o dia 03 de julho de 2018, às 14h: 00min.

Luiz Alves, 28 de junho de 2018.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2018 (PREFEITURA)

Publicação Nº 1666881

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2018

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E MONTAGEM DE ESTANDES.

Por motivos inerentes à Administração, altera-se a data de abertura dos envelopes, para o dia 13 de julho de 2018, às 14h: 00min, sendo que o protocolo será aceito até às 13h: 45min.

Luiz Alves, 28 de junho de 2018.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N.º 49/2018

Publicação Nº 1668047

EXTRATO DO CONTRATO N.º 49/2018

Contratante: MUNICIPIO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 83.102.319/0001-55.

Contratado: LEANDRO MARCELO MELLIES 05309195912. – CNPJ: 23.631.840/0001-58.

DO OBJETO: O presente Contrato tem como objetivo a Contratação da banda Som Baileiro, para apresentação artística a ser realizada no dia 21 de julho de 2018, durante a 29ª Edição da Festa Nacional da Cachaça – FENACA e 27ª Festa da Banana, em Luiz Alves/SC.

Luiz Alves, 27 de junho de 2018.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N.º 50/2018

Publicação Nº 1668091

EXTRATO DO CONTRATO N.º 50/2018

Contratante: MUNICIPIO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 83.102.319/0001-55.

Contratado: LINQ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. – CNPJ: 30.313.632/0001-76.

DO OBJETO: O presente Contrato tem como objetivo a Contratação do cantor Edu Gueda, para apresentação artística a ser realizada no dia 22 de julho de 2018, durante a 29ª Edição da Festa Nacional da Cachaça – FENACA e 27ª Festa da Banana, em Luiz Alves/SC.

Luiz Alves, 27 de junho de 2018.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

NOTA DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO - CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2018 (PREFEITURA)

Publicação Nº 1667617

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

NOTA DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2018

Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO VISANDO CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, PARA A OFERTA DE COTAS DE PATROCÍNIO PARA A REALIZAÇÃO DA "29ª FESTA NACIONAL DA CACHAÇA", NOS TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS EM EDITAL.

A Prefeitura Municipal de Luiz Alves torna público que, fica estabelecida a prorrogação de prazo para a entrega do (s) envelope (s) até às 14h:45min do dia 02 de julho, com a abertura deste (s) para às 15h:00min.

Encontram-se à disposição dos interessados o Edital de Credenciamento e Anexos.

Informações: Rua Erich Gielow, nº 35, Centro ou através dos telefones: (47) 3377-8614/ 3377-8600.

Luiz Alves, 28 de junho de 2018.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

PORTARIA 307/2018

Publicação Nº 1667316

PORTARIA N.º 307/2018

Concede férias à servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor efetivo Sr. RAFAEL VIEIRA, engenheiro civil, junto à Secretaria Municipal de Obras e Planejamento, com início no dia 25 de junho de 2018 e término no dia 04 de julho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 25 de junho de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 308/2018

Publicação Nº 1667318

PORTARIA N.º 308/2018

Atribui função a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 40 da Lei Complementar n.º 06, de 15 de dezembro de 2017, que institui o quadro das funções gratificadas do Poder Executivo Municipal, devidos em razão do desempenho de função ou outros encargos de especial responsabilidade;

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir ao servidor efetivo Sr. VANDRIGO AGLIBERTO WUST, além de suas atribuições inerentes ao seu cargo de Diretor de Departamento, a função de coordenador de turismo, junto à Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º Fica concedida, em decorrência da função acima atribuída, a gratificação "FG-1", conforme anexo XIV da Lei Complementar n.º 06/2017.

Parágrafo único. Em razão da função gratificada concedida, fica vedado o adicional pela prestação de serviço extraordinário, conforme previsto no § 2º do artigo 40 da Lei Complementar n.º 06/2017.

Art. 3º Fica revogada a Portaria n.º 64/2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de junho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 28 de junho de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 92A/2018

Publicação Nº 1667491

PORTARIA N.º 92-A/2018

Revoga Portarias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar as Portarias n.º 094/2008, n.º 020/2009, n.º 028/2009, n.º 037/2009, n.º 056/2009, n.º 058/2009, n.º 059/2009, n.º 062/2009, n.º 063/2009, n.º 064/2009, n.º 065/2009, n.º 096/2009, n.º 097A/2009, n.º 100/2009, n.º 014/2010, 015/2010, n.º 16/2010, n.º 019/2010, n.º 020/2010, n.º 027/2010, n.º 041/2010, n.º 042/2010, n.º 052/2010, n.º 054/2010, n.º 070/2010, , n.º 017/2011, n.º 020/2011, n.º 021/2011, n.º 023/2011, n.º 024/2011, n.º 025/2011, n.º 026/2011, n.º 027/2011, n.º 033/2011, n.º 034/2011, n.º 049/2011, n.º 065/2011, n.º 013/2012, n.º 012A/2012, n.º 048/2012, n.º 049/2012, n.º 151/2013, n.º 161/2013, n.º 162/2013, n.º 163/2013, n.º 164/2013, n.º 165/2013, n.º 176/2013, n.º 177/2013, n.º 178/2013, n.º 179/2013, n.º 180/2013, n.º 181/2013, n.º 186/2013, n.º 187/2013, n.º 188/2013, n.º 209/2013, n.º 210/2013, n.º 09/2014, n.º 32/2014, n.º 33/2014, n.º 34/2014, n.º 82/2014, n.º 83/2014, n.º 84/2014, n.º 85/2014, n.º 86/2014, n.º 87/2014, n.º 102/2014, n.º 118/2014, n.º 119/2014, n.º 129/2014, n.º 130/2014, n.º 133/2014, , n.º 134/2014, n.º 12/2015, n.º 51/2015, n.º 52/2015, n.º 54/2015, n.º 26/2016, n.º 30/2016, n.º 53/2016, n.º 56/2016 e n.º 56A/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 01 de fevereiro de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2603

Publicação N° 1668308

DECRETO N° 2603 de 28 de junho de 2018.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo caput do art. 4º e inciso II do art. 5º da Lei nº 1.547 de 14/11/17,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), proveniente de anulação de dotação orçamentária constante do orçamento vigente, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SIMAE:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE
Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE
Proj./Atividade: 2060 - Manutenção dos serviços administrativos - SIMAE
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-9
Valor: R\$ 100.000,00

Art.2º- O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recurso proveniente da anulação da dotação abaixo descrita:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE
Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE
Proj./Atividade: Manutenção dos serviços administrativos - SIMAE
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000-8
Valor: R\$ 100.000,00

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 28 de junho de 2018.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

DECRETO 2604

Publicação N° 1668365

DECRETO N° 2604 de 28 de junho de 2018.

“DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, QUE ESPECIFICA.”

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO, que a Seleção Brasileira de futebol jogará pela Copa do Mundo da FIFA na Rússia, e na data dos jogos, por tradição, todos os setores públicos, de todas as esferas de governo, trabalham em horário especial de atendimento, nestes dias;

CONSIDERANDO que não haverá prejuízo nas atividades, já que a procura de serviços públicos municipais se reduzirá no horário dos jogos disputados pela Seleção Brasileira, tendo as atenções voltadas para esse grande evento;

DECRETA:

Art.1º- Fica fixado o horário de expediente das 7h30 às 10h30 e das 14h00 às 18h00, no âmbito dos órgãos públicos municipais para o dia 02 de julho de 2018, segunda-feira, dia de jogo da Seleção Brasileira de Futebol.

Art.2º- A Escola Municipal São Francisco em todas as suas Unidades seguirá o calendário e horário normais.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 28 de junho de 2018.
MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO - EDITAL 0052018

Publicação Nº 1668351

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGAS TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2018 de 19 de junho de 2018.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVULGA o RESULTADO do Processo Seletivo destinado a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Luzerna(SC):
MÉDICO GENERALISTA 40 H

Inscr.	Candidato	Curso completo de Medicina e Registro no CRM/SC	Especialização em Saúde da Família, Saúde Coletiva, Saúde Pública ou Saúde da Família e Comunidade	Cursos de Aperfeiçoamento em Saúde da Família ou Saúde Pública	Tempo de serviço de Médico Generalista	Pontuação Final	Colocação
027	Franciele Lucas Lucio	50,0	-	-	0,5	50,5	1º
005	Fernanda Dalla Lana	-	-	-	-	-	Indeferida
021	Beatriz Simas Silva	-	-	-	-	-	Indeferida

MÉDICO GENERALISTA 20 H

Inscr.	Candidato	Curso completo de Medicina e Registro no CRM/SC	Especialização em Saúde da Família, Saúde Coletiva, Saúde Pública ou Saúde da Família e Comunidade	Cursos de Aperfeiçoamento em Saúde da Família ou Saúde Pública	Tempo de serviço de Médico Generalista	Pontuação Final	Colocação
017	Mirian Pissaia	50,0	-	11,0	1,5	62,5	1º
020	Maria Julia Neves Cavalcanti Bezerra	50,0	-	4,5	0,5	55,0	2º
022	Mariana Fossati	50,0	-	-	2,0	52,0	3º
021	Beatriz Simas Silva	-	-	-	-	-	Indeferida

ENFERMEIRO 40 H

Inscr.	Candidato	Curso completo de Enfermagem e Registro no COREN/SC	Especialização em Saúde da Família, Saúde Coletiva, Saúde Pública ou Saúde da Família e Comunidade	Cursos de Aperfeiçoamento em Saúde da Família ou Saúde Pública	Tempo de serviço na área	Pontuação Final	Colocação
018	Patricia Rambo	50,0	50,0	22,0	1,0	123,0	1º
006	Cleci Carmem da Rosa	50,0	50,0	-	18,5	118,5	2º
002	Michele Cristina Diesel	50,0	50,0	-	-	100,0	3º *
007	Marcos Antonio Padilha	50,0	50,0	-	-	100,0	4º *
010	Andrieli Savi	50,0	-	30,5	-	80,5	5º
011	Sheila Coreia Mendes	50,0	-	9,5	-	59,5	6º
023	Priscila Hoffelder Corradi	50,0	-	2,5	6,0	58,5	7º **
014	Ely Ane Carneiro Martins	50,0	-	4,5	4,0	58,5	8º **
026	Anne Cristine Letti	50,0	-	3,5	-	53,5	9º
009	Fernanda Dresch Spier	50,0	-	-	2,0	52,0	10º
004	Patricia Celzlein Nunes Vieira	50,0	-	0,5	-	50,5	11º
019	Claucia Regina Baretta Savaris	50,0	-	-	-	50,0	12º
024	Édina Simone da Rosa Ludvig	50,0	-	-	-	50,0	13º
028	Karla Vanessa Simas	50,0	-	-	-	50,0	14º

**Desempate por tempo de serviço conforme item 5.2. alínea "a"

* Desempate por maior idade conforme item 5.2. alínea "b"

TÉCNICO EM ENFERMAGEM 40 H

Inscr.	Candidato	Curso completo de Técnico em Enfermagem e Registro no COREN/SC	Especialização em Saúde da Família, Saúde Coletiva, Saúde Pública ou Saúde da Família e Comunidade	Cursos de Aperfeiçoamento em Saúde da Família ou Saúde Pública	Tempo de serviço na área	Pontuação Final	Colocação
012	Marcia Terezinha Holek	50,0	-	17,5	5,0	72,5	1º
001	Marcia Maria Bonotto	50,0	-	8,0	6,5	64,5	2º
013	Joceli de Oliveira Novaes	50,0	-	2,5	1,5	54,0	3º
003	Marilu Angela Mardula	50,0	-	2,0	1,5	53,5	4º
016	Maria Gesovina dos Santos	50,0	-	3,0	-	53,0	5º
008	Ivanir Alves Muller	50,0	-	-	-	50,0	6º *
025	Inês Schroeder Schneider	50,0	-	-	-	50,0	7º *

* Desempate por maior idade conforme item 5.2. alínea "b"

O prazo de recurso conforme ANEXO III - DO CRONOGRAMA de Edital é nos dias 29 de junho a 02 de julho de 2018, até as 17h00, nos termos do item 6.2 do Edital em formulário próprio anexo ao Edital do Processo Seletivo.

Luzerna(SC), 29 de junho de 2018.

LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI
Secretário de Saúde e Assistência Social

Mafra**PREFEITURA****EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 039/2018 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 039/2018**

Publicação Nº 1668465

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 039/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 039/2018

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: CLEUDENICE ANDIARA MARTINS-ME

CNPJ nº 24.032.565/0001-19

Objeto: Aquisição de cargas de gás (GLP) de 13 Kg e (GLP) de 45 Kg, casco/vasilhame de gás de cozinha GLP 13 Kg com carga completa, destinados aos Centros de Educação Infantil e Escolas do Ensino Fundamental e aos serviços e programas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Unidades de Saúde, através da Secretaria Municipal de Educação Fundo Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde.

Modalidade Processo Licitatório n.º 082/2018. Pregão Presencial – RP Nº 025/2018.

Data Assinatura do termo aditivo: 28 de junho de 2018.

Valor do Termo Aditivo:

Item	Descrição	Valor Unit. R\$	Valor Unit. Atual com Reequilíbrio Econômico Financeiro R\$
3	52263 - Carga de gás de cozinha de GLP 45 Kg - COPA-GAZ	R\$ 275,00	R\$ 287,00

Foro: Comarca de Mafra.

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/2018**

Publicação Nº 1667357

DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/2018, de 28 de junho de 2018.

ESTABELECE HORÁRIO DE EXPEDIENTE NOS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA NA COPA DO MUNDO DE 2018.

O Vereador ADILSON SABATKE, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 32, inciso XIII da Lei Orgânica do Município de Mafra e demais atribuições regimentais,

CONSIDERANDO que a Copa do Mundo de Seleções teve início no dia 14 de junho de 2018 a ser disputada da Rússia;

CONSIDERANDO a intenção de permitir que os servidores possam assistir a estes jogos, sem prejuízo do trabalho realizado;

CONSIDERANDO que a Seleção Brasileira em se classificando para as oitavas de final, independentemente da colocação jogará às 11h, no dia 02 de julho;

CONSIDERANDO que avançando para as quartas de final poderá ter que jogar no dia 06 de julho às 15h;

CONSIDERANDO que se chegar às semifinais da Copa do Mundo a Seleção Brasileira jogará ou no dia 10 ou no dia 11 de julho, às 15h;

CONSIDERANDO, portanto, que haverá jogos da Seleção Brasileira nos seguintes horários: 11h e 15h,

DECRETA:

Art. 1º Nos dias de jogos realizados pela Seleção Brasileira às 11h, o expediente será das 8h às 10h e das 14h às 17h.

Art. 2º Nos dias de jogos realizados pela Seleção Brasileira às 15h, o expediente será das 08h às 12h.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário, sujeito a reavaliação de acordo com a classificação da Seleção Brasileira para as fases seguintes da competição.

Mafra/SC, 28 de junho de 2018.

VER. ADILSON SABATKE

Presidente

Maracajá

PREFEITURA

CONTRATO 057/2018

Publicação Nº 1668116

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 057/2018.

Contrato administrativo de serviço temporário que entre si celebram o Município de Maracajá e LIZ REGINA ALEXANDRINO FERNANDES DA SILVA com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88) e o teor do disposto na Lei COMPLEMENTAR nº 02 de 07 DE OUTUBRO de 1997 e, em concordância com o processo seletivo simplificado nº 001/2018.

Pelo presente instrumento, o Município de Maracajá, com sede à Av. Getúlio Vargas, nº 530, neste município, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.915.026/0001-24, representado por seu Prefeito, Arlindo Rocha, CPF nº 594.699.279-15, Carteira de identidade nº 1.975.650, a seguir denominado CONTRATANTE e LIZ REGINA ALEXANDRINO FERNANDES DA SILVA, brasileiro(a), casado(a), portador(a) do CPF nº 046.061.909-81, Carteira de Identidade nº 4.098.860, residente e domiciliado(a) no Município de Araranguá, doravante identificado simplesmente por CONTRATADO, resolvem firmar o presente contrato mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, especificamente na prestação de serviços no cargo de Professor, nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, com carga horária de 40 horas semanais, devidamente comprovada pelos meios utilizados para apuração e controle de frequência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

As despesas decorrentes da contratação de pessoal de que trata o presente Contrato, correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento municipal, respeitando o limite de gastos com pessoal estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará a partir de 27 de junho de 2018 à 14 de dezembro de 2018, devido ao pedido de exoneração da Professora efetiva Danieli Rocha de Oliveira.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ATRIBUIÇÕES

O Contratado exercerá as atribuições inerentes a função, comprometendo-se a executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata, conforme normas e regulamentos estabelecidos pela Administração Municipal, conforme autorização contida na Lei Complementar nº 02/1997.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DEVERES

O Contratado se compromete a desempenhar suas atribuições com atenção aos seguintes deveres:

- a) Ter conduta ilibada;
- b) Cultivar assiduidade e pontualidade no trabalho;
- c) Cumprir as ordens superiores, salvo se ilegais;
- d) Haver-se, em relação aos companheiros de trabalho, com espírito de cooperação e solidariedade;
- e) Tratar os administrados com urbanidade e sem preferências;
- f) Frequentar os cursos legalmente instituídos para seu aprimoramento;
- g) Aplicar, com constantes atualizações, os processos de educação e aprendizagem que lhe forem transmitidos em decorrência de suas funções;
- h) Apresentar-se decentemente trajado;
- i) Comparecer às comemorações cívicas e participar das atividades extracurriculares;
- j) Levar ao conhecimento da autoridade superior competente as irregularidades de que tiver conhecimento em razão da função;
- k) Atender prontamente as requisições de documentos, informações ou providências que lhe forem formuladas pela autoridade e pelo público.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

Pelo serviço acima mencionado e prestado, o Contratado do Contratante, como retribuição pelos serviços prestados, receberá a quantia de R\$ 2.280,26 (dois mil, duzentos e oitenta reais e vinte e seis centavos) mensais, pagos em moeda corrente nacional, até o 5º dia útil de cada mês subsequente, acrescido das vantagens e adicionais que sejam inerentes a função exercida.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DISCIPLINAR

O Contratado se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do Contratante, respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao Contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO

O presente contrato extinguir-se-á na data prevista para o seu término, ou de sua prorrogação, sem qualquer indenização, podendo ser

rescindido a qualquer tempo nas seguintes condições:

I - Qualquer das partes que desejar, antes de seu término previsto na cláusula anterior, mediante comunicação a outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

II - sumariamente pelo Contratante, sem que ao Contratado caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o Contratado incidir em qualquer das faltas arroladas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar nº 02/1997) puníveis com a pena de demissão.

III – pelo Contratado, com direito à indenização no valor equivalente a um mês de remuneração a que teria direito, quando não cumprir o Contratante as obrigações do contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

É lícito ao CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência e suspensão ao Contratado, nos casos e termos previstos na Lei Municipal que disciplina o regime jurídico dos servidores municipais – Lei Complementar nº 02/1997.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Araranguá para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelos meios administrativos.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Maracajá/SC, 27 de junho de 2018.

ARLINDO ROCHA Prefeito Municipal	LIZ REGINA ALEXANDRINO FERNANDES DA SILVA
-------------------------------------	---

Testemunhas:

Andréia Marques CPF 767.414.199-34	Marcelo Martinelli CPF 812.053.509-00
---------------------------------------	--

DECRETO 68/2018

Publicação Nº 1668071

DECRETO Nº 68 DE 22 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do art. 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1105 de 29 de Novembro de 2017 - LOA 2018 e nos termos do inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por provável Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para suplementar no Orçamento Geral do município, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	03	Secretaria de Administração e Finanças
UNIDADE	01	Secretaria de Administração e Finanças
PROJETO/ATIVIDADE	0.001	Amortização do Principal, Encargos da Dívida e PASEP
ELEMENTO	4.6.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	30	R\$ 50.000,00
VALOR: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)		
TOTAL		R\$ 50.000,00

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos ordinários, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme o artigo 5º, da Lei nº 1105 de 29 de novembro de 2017 - Lei Orçamentária Anual 2018 (LOA) e de acordo com o inciso II, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 22 de Junho de 2018.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 22 de Junho de 2018.

Marluci Freitas Bitencourt Vitali
Secretária de Administração

PORTARIA 086/2018

Publicação Nº 1668051

Portaria nº 086 de 18 de junho de 2018.

ALTERA PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO DE SERVIDOR COMISSIONADO.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o Art. 8 da Lei nº 1039 de 15 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o percentual de gratificação do servidor comissionado como segue:

Matr.	Nome	Cargo	Gratificação	
			De	Para
2405	Jeverson Cleston Luiz	Diretor do Depto. de Esportes	50%	100%

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de junho de 2018.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 18 de junho de 2018.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 18 de junho de 2018.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI
Secretária de Administração

PORTARIA 087/2018

Publicação Nº 1668054

PORTARIA Nº 087 DE 25 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA JANAINA RAMOS.

O Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do Art. 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, a partir do dia 25 de junho de 2018, a servidora JANAINA RAMOS, ocupante do cargo de Professor, a contar de 25/6/2018 a 21/12/2018, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 25 de junho de 2018.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 25 de junho de 2018.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI
Secretária de Administração

PORTARIA 088/2018

Publicação Nº 1668059

PORTARIA Nº. 088 DE 25 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 121 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/15,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao servidor Gilberto Pedro Ramos, matrícula nº 2023, referente ao período aquisitivo de 8/9/2016 à 7/9/2017, com gozo em 2/7/2018 e término em 21/7/2018.

Art. 2º Nos termos do art. 121 da Lei Complementar nº 46, de 26 de agosto de 2015, fica convertido 10 (dez) dias de férias do servidor supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 25 de junho de 2018.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 25 de junho de 2018.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI

Secretária de Administração

PORTARIA 089/2018

Publicação Nº 1668061

PORTARIA Nº. 089 DE 25 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município o artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97 e o artigo 142 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/2015,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias aos servidores que se relacionam:

Ana Maria Martins Farias, ocupante do Cargo de Faxineira/Copeira, referente ao período aquisitivo de 4/3/2017 a 3/3/2018, com gozo em 2/7/2018 e término em 31/7/2018.

Luciane Lemos Mondardo, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 10/4/2015 a 9/4/2016, com gozo em 3/7/2018 e término em 1º/8/2018.

Sandré da Silva, ocupante do Cargo de Agente de Saúde - ESF, referente ao período aquisitivo de 4/3/2017 a 3/3/2018, com gozo em 2/7/2018 e término em 31/7/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,
em 25 de junho de 2018.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 25 de junho de 2018.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI

Secretária de Administração

PORTARIA 090/2018

Publicação Nº 1668062

PORTARIA Nº. 090 DE 25 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 121 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/15,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao servidor Marcio Wessler Roque, matrícula nº 2020, referente ao período aquisitivo de 8/9/2016 à 7/9/2017, com gozo em 2/7/2018 e término em 21/7/2018.

Art. 2º Nos termos do art. 121 da Lei Complementar nº 46, de 26 de agosto de 2015, fica convertido 10 (dez) dias de férias do servidor supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 25 de junho de 2018.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 25 de junho de 2018.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI

Secretária de Administração

PORTARIA 091/2018

Publicação Nº 1668064

PORTARIA Nº. 091 DE 26 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 121 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/15,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao servidor João Bento de Souza Neto, matrícula nº 571, referente ao período aquisitivo de 2/6/2017 à 1º/6/2018, com gozo em 2/7/2018 e término em 21/7/2018.

Art. 2º Nos termos do art. 121 da Lei Complementar nº 46, de 26 de agosto de 2015, fica convertido 10 (dez) dias de férias do servidor supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 26 de junho de 2018.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 26 de junho de 2018.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI

Secretária de Administração

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 505/2018

Publicação Nº 1667496

DECRETO Nº 505, DE 25 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 200/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

A licença maternidade da servidora Franciele Kutzlieb, vinculada a vaga da professora Marisete Perondi, em vaga de coordenação,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 25 de junho a 21 de dezembro de 2018, ANA EMÍLIA GIGLIOLI CAMPANA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 099.441.199-50, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 25 de junho de 2018.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº 3621 DE 28 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1667607

DECRETO Nº 3621 DE 28 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre o horário de expediente da Administração Pública do Município de Massaranduba no dia 02 de Julho de 2018, durante a Copa do Mundo, e dá outras providências.

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e:

CONSIDERANDO a classificação da Seleção Brasileira de Futebol para as oitavas de final da Copa do Mundo;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios de funcionamento da Administração Pública Municipal no dia 02 de Julho de 2018 (segunda-feira), quando o jogo acontecerá às 11h, DECRETA:

Art. 1º O expediente nas repartições públicas municipais será: 7h30min às 10h e das 14h às 17h.

Art. 2º O disposto neste Decreto não será aplicado aos Centros de Educação Infantil e aos serviços julgados indispensáveis, de acordo com a organização de cada secretaria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 28 de Junho de 2018

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

ERRATA 04 - PROCESSO LICITATÓRIO 102.2018 PP 102.2018 (PMM)

Publicação Nº 1667229

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2018

ERRATA 04

ONDE SE LÊ:		LEIA-SE:	
SUB ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SUB ITEM	ESPECIFICAÇÃO
2.1	SENSOR INFRAVERMELHO PASSIVO COM FIO INSTALADO	2.1	SENSOR INFRAVERMELHO PASSIVO COM FIO
ONDE SE LÊ:		LEIA-SE:	
SUB ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SUB ITEM	ESPECIFICAÇÃO
2.2	SENSOR INFRAVERMELHO PASSIVO SEM FIO INSTALADO	2.2	SENSOR INFRAVERMELHO PASSIVO SEM FIO

PÁGINAS 21 e 22

E, POR CONSEQUINTE, ALTERA-SE A DATA DE ABERTURA DA REFERIDA LICITAÇÃO:

ONDE SE LÊ:

DATA DE ABERTURA:	04 DE JULHO DE 2018
LOCAL:	Setor de Licitações: Prefeitura de Massaranduba - SC Rua 11 de Novembro, 2765, Centro – Massaranduba (SC)
ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:	até 08h00min
ABERTURA DO CERTAME:	08h30min

QUE SE LEIA:

DATA DE ABERTURA:	11 DE JULHO DE 2018
LOCAL:	Setor de Licitações: Prefeitura de Massaranduba - SC Rua 11 de Novembro, 2765, Centro – Massaranduba (SC)
ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:	até 08h00min
ABERTURA DO CERTAME:	08h30min

Massaranduba (SC), 28 de junho de 2018.

CIRIO MARTINI
PREGOEIRO

PROCESSO LICITATÓRIO 25.2018 PP 25.2018 - MANUTENÇÃO DE TABLETS DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Publicação Nº 1667960

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2018

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DE TABLETS DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).
CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 16/07/2018.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 16/07/2018.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 26 de junho de 2018.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 26.2018 PP 26.2018 - SERVIÇOS E PEÇAS PARA RETÍFICA DE MOTOR - VEÍCULO AMB 18

Publicação Nº 1668031

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2018

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇO DE RETIFICA DO MOTOR VEÍCULO AMB 18 (AMBULÂNCIA).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 16/07/2018.

ABERTURA DA SESSÃO: 13h45min do dia 16/07/2018.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 27 de junho de 2018.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**6º ADITIVO AGEMED**

Publicação Nº 1659988

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Contrato Superior Nº: 10/2015 - 6º Termo Aditivo

Processo Licitatório: Chamada Pública nº 002/2015

Objeto: Reajuste de 14,55% (catorze vírgula cinquenta e cinco por cento) no valor das contraprestações mensais do Plano de Saúde Ambulatorial + Hospitalar com Obstetrícia com co-participação 30%.

Fornecedor: AGEMED SAÚDE S/A

Data de Assinatura: 20/06/2018.

PROCESSO LICITATÓRIO 9/2018 - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018

Publicação Nº 1665986

CÂMARA DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018

A Câmara de Vereadores de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, objetivando a contratação de empresa para EXECUÇÃO DE REFORMA E ADAPTAÇÃO DE ESPAÇOS PARA DAR ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária quantitativa, cronograma físico-financeiro e projetos anexos.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h00min do dia 18/07/2018. ABERTURA DA SESSÃO: 09h30min do dia 18/07/2018.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital, anexos e outras informações poderão ser obtidas no site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br. Massaranduba, 26 de junho de 2018.

DJONATHAN CISZ – Presidente do Poder Legislativo Municipal

Matos Costa

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PROCESSO 42/2018

Publicação Nº 1668145

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
PROCESSO Nº 42/2018 – PREGÃO Nº 19/2018

O Município de Matos Costa, através da Pregoeira Oficial nomeada pelo Decreto nº 009/2018, torna público para conhecimento, que a licitação na modalidade Pregão Presencial, objetivando a Aquisição futura e eventual de um veículo (caminhão rodado simples/furgão) destinado para a secretaria de viação, obras e urbanismo do município de Matos Costa, recursos através do FUNDO SOCIAL, realizada em 28 de maio de 2018, às 14:15 horas foi considerada DESERTA. Matos Costa, 28 de junho de 2018 – Eliane Aparecida Castilho – Pregoeira Oficial.

EXTRATO ATA 11/2018

Publicação Nº 1668360

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE PEDRA BRITA Nº 2 E PEDRA BICA CORRIDA, VISANDO A RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, VINCULADO A PROPOSTA DO FUNDO SOCIAL Nº 0000021128.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

CONTRATADO: KERBER E CIA. LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 78.408.960/0001-82

VALOR DA DESPESA: R\$ 196.103,06 (cento e noventa e seis mil, cento e três reais e seis centavos).

DATA: 27/06/2018 - RAUL RIBAS NETO - Prefeito Municipal

Modelo

PREFEITURA

CONTRATO 052-2017 - TERMO ADITIVO 02-2018 - CLINICA CAMARGO - PRAZO

Publicação Nº 1666927

TERMO ADITIVO Nº 002/2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2017

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 052/2017, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA CLÍNICA CAMARGO E SCHLOTTFELDT LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CPNJ/MF sob nº 11.511.812/0001-18, com sua sede à Rua do Comércio, 1304, neste ato representado pela Gestora, Sra. MÁRCIA TERESINHA JACOBY, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa CLÍNICA CAMARGO E SCHLOTTFELDT LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 12.975.931/0001-94, neste ato representada pelo sócio administrador, Senhor PAULO SAMPAIO CAMARGO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitatório Nº 016/2017 – Pregão Presencial nº 006/2017, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO

Fica aditado o contrato nº 052/2017 de 09/02/2017, constante da Cláusula Quarta, com a PRORROGAÇÃO da vigência. O prazo de vigência deste Contrato Administrativo será de mais 06 (seis) meses, contados a partir do dia 1º de julho de 2018 e terminando em 31/12/2018, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de acordo com o estabelecido em Lei (Art. 57, incisos II e IV da 8.666/93), a critério e conveniência administrativa,

Que inicialmente, o término estava previsto para o dia 31 de dezembro de 2017; porém, com o Termo Aditivo nº 001/2017 de 20 de dezembro de 2017, o prazo foi prorrogado por 06 (seis) meses, e o prazo terminaria em 30 de junho de 2018; mas, com este aditivo de 06 (seis) meses o prazo terminará em 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo decorre de autorização da administração municipal, que faz parte integrante do presente do presente contrato, e encontra amparo legal nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas inicialmente no Contrato Administrativo Nº 052/2017 de 09/02/2017.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 26 de junho de 2018.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Márcia Teresinha Jacoby Gestora - Contratante	CLÍNICA CAMARGO E SCHLOTTFELDT LTDA Paulo Sampaio Camargo Sócio Administrador - Contratada
--	--

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283 - Assessor Jurídico	
--	--

DECRETO Nº 0157/2018

Publicação Nº 1668283

DECRETO Nº 157/2018 DE 28 DE JUNHO DE 2018

DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 02 DE JULHO DE 2018, JOGOS DO BRASIL NA COPA DO MUNDO FIFA 2018, PARA O MUNICÍPIO DE MODELO SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito do Município de Modelo SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas da Lei Orgânica;

Considerando AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO MUNICIPAL Nº 150/2018;

Considerando que o jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA de 2018 marcados para o dia 02 de julho de 2018, que será realizado, às 11h no horário de Brasília;

Considerando a necessidade de estabelecer critérios de funcionamento das repartições públicas municipais durante a participação do Brasil no referido mundial, DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido jornada de trabalho especial, atendendo as disposições, considerando o jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018, no dia 02 de julho de 2018, a realizar-se às 11h00, no horário de Brasília, excetuando-se no Departamento Municipal da Educação, o expediente das repartições públicas municipais, do Município de Modelo SC, observará o disposto a seguir:

1. PERÍODO MATUTINO (Todos departamentos, excetuando-se o Departamento Municipal da educação):

1.1 - no dia 02 de julho de 2018, será das 07h00min às 10h45 min;

2. PERÍODO VESPERTINO:

2.1 - Administração/Fazenda/Agricultura/Obras/DMER/ Esporte e Cultura:

I - no dia 02 de julho de 2018, será das 13h45min às 18h00min.

2.2. – Departamento Municipal de Saúde e Assistência Social:

I - no dia 02 de julho de 2018, será das 13h30min às 17h45min.

§ 1º - O Servidor que cumpre jornada de 04 horas diárias no turno vespertino, o expediente será das 13h30min às 17h30min, e para os servidores que possuem jornada de 04 horas diárias no turno matutino, os quinze minutos, poderão ser compensados, conforme orientação do Diretor do Departamento Municipal e Servidor.

Art. 2º. Será mantido o horário normal de atendimento da rede Municipal da Educação, ensino fundamental, educação infantil e creche, podendo ser realizadas atividades especiais com os alunos, professores e servidores, para acompanhamento e assistir aos jogos da Seleção Brasileira de Futebol, Copa 2018.

Art. 3º - Poderá o Poder Executivo Municipal, os Secretários e Diretores do Município, no atendimento na necessidade, conveniência e interesse público, designar servidores para a execução dos serviços de apoio técnico, administrativo e ou operacional, e /ou de caráter emergencial, além do horário estabelecido nos dias de que trata este Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 28 de junho de 2018.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO

Registrado e Publicado na data supra:

Janice Martini Muller
Sec. Administração

PORTARIA Nº 0106/2018

Publicação Nº 1667462

PORTARIA Nº 0106/2018 DE 28 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.356/2018 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria, Considerando em especial a programação de férias dos Departamentos e requerimentos dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Adriana Frozza Rauber	05.02.2016 a 04.02.2017	18.07.2018 a 27.07.2018 (10 dias)
Micheli Luana Utzig	07.03.2017 a 06.03.2018	16.07.2018 a 25.07.2018 (10 dias) + 10 dias Abono Pecuniário

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),

aos 28 de junho de 2018.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 033/2018 - PMM

Publicação Nº 1667909

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 033/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC. EMPRESAS REGISTRADAS: A.E.M. OESTE COMERCIAL LTDA – ME, VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 16.241,00 (dezesesseis mil duzentos e quarenta e um reais); ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA – EPP, VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 9.932,24 (nove mil novecentos e trinta e dois reais e vinte e quatro centavos); AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 10.016,10 (dez mil dezesseis reais e dez centavos); CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 10.969,90 (dez mil novecentos e sessenta e nove reais e noventa centavos); GT LIMP SERVIÇOS E PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI, VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 116,95 (cento e dezesseis reais e noventa e cinco centavos); NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 17.250,00 (dezesete mil duzentos e cinquenta reais); SCS COMÉRCIO LTDA – ME, VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 14.084,26 (catorze mil oitenta e quatro reais e vinte e seis centavos); SUPERMERCADO GERMÂNICO LTDA - EPP, VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 6.497,35 (seis mil quatrocentos e noventa e sete reais e trinta e cinco centavos).

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de produtos de higiene, limpeza, copa/cozinha e outros materiais de custeio, destinados à manutenção das atividades das Secretarias da Administração Municipal, com entrega parcelada, pelo período de 12 (dozes) meses após a data de homologação, de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I, e demais condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos. ORIGEM: Pregão Presencial nº. 045/2018. VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de Junho de 2019. Mondaí – SC, 27 de Junho de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

EXTRATO TERMO APOSTILAMENTO CT Nº 028/2014 - FMS

Publicação Nº 1667133

MUNICIPIO DE MONDAÍ

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DE APOSTILAMENTO

Processo Licitatório nº. 026/2014. Edital: Tomada de Preços nº. 007/2014. Contrato: 028/2014 – Apostilamento 001/2018. Objeto: Contratação de serviços médicos profissionais especializados na área de pediatria, para atuar junto a Unidade Sanitária da Sede do Município, com carga horária de 40 horas semanais, para atendimento de pacientes do Município de Mondaí. Finalidade: Reajuste do IGP-M acumulado dos últimos 12 (doze) meses (Junho de 2017 a Maio de 2018), num percentual de 4,27%, conforme cláusula 8º do contrato retro mencionado e art. 40, XI e Art. 65, inc. II, alínea "d" da Lei nº 8.666/1993. Fornecedor: CLÍNICA MÉDICA SAÚDE LTDA – 00.626.840/0001-64. Vigência: até 31/12/2018. Mondaí/SC, 15 de junho de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

EXTRATO TERMO APOSTILAMENTO CT Nº 041/2016 - FMS

Publicação Nº 1667135

MUNICIPIO DE MONDAÍ

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DE APOSTILAMENTO

Processo Licitatório nº. 029/2016. Edital: Tomada de Preços nº. 004/2016. Contrato: 041/2016 – Apostilamento 001/2018. Objeto: Contrato tem por objeto a contratação, de Pessoas Jurídicas ou físicas para prestação de serviços profissionais na área de psicologia, para atendimento do Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF e na Secretaria Municipal de Saúde. Finalidade: Reajuste do IGP-M acumulado dos últimos 12 (doze) meses (Junho de 2017 a Maio de 2018), num percentual de 4,27%, conforme cláusula 8º do contrato retro mencionado e art. 40, XI e Art. 65, inc. II, alínea "d" da Lei nº 8.666/1993. Fornecedor: JÉSSICA SCHNEIDER – CPF nº 076.514.729-77. Vigência: até 31/12/2018. Mondaí/SC, 15 de junho de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 046/2018, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667409

DECRETO Nº 046/2018, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a Prefeita Municipal de Monte Carlo, autorizada a promover a abertura de um crédito adicional suplementar no orçamento do município no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte Cinco mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 07 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto
Unidade Orçamentária 01 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto
Projeto/Atividade 2.009 – Manutenção da Educação - Creches
Elemento Despesa 89– 3.3.90.00.00.00.00.0001
Valor: R\$ 25.000,00 (Vinte cinco mil reais)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, fica anulado o valor das dotações abaixo discriminada:

Órgão 07 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto
Unidade Orçamentária 01 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto
Projeto/Atividade 2.009 – Manutenção da Educação - Creches
Elemento Despesa 87 – 3.1.90.00.00.00.00.0001
Valor: R\$ 25.000,00 (Vinte cinco mil reais)

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 28 de junho de 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 346/2018

Publicação Nº 1666962

PORTARIA Nº 346/2018

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) servidor(a) APARECIDA SILVANA DIAS RIBEIRO RG 1.514.750/SESP/SC, para exercer o cargo de PROFESSOR III do quadro de pessoal com provimento TEMPORÁRIO, EMERGENCIAL E EXCEPCIONAL, pelo prazo de 60(sessenta dias); nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO com remuneração correspondente ao nível salarial simbologia “128-VIII-M” e jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais”.

Art. 2º- Justifica-se a presente contratação pela falta de aprovados habilitados para o cargo de PROFESSOR III no Processo Seletivo 01/2017, e pela necessidade de dispor de profissional na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 25 de Junho de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 25 de Junho de 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

Morro Grande

PREFEITURA

DECRETO 59

Publicação Nº 1667679

DECRETO Nº 59/2018

TRATA DO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 9 da Lei Municipal nº 896/2017 de 29 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º As dotações orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor abaixo com a seguinte classificação:

1200 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1202 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.050 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

3.3.90.00.00.00.00.0100 (132) – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos financeiros para suplementação das dotações orçamentárias previstas no artigo 1º correrá por conta da anulação das dotações orçamentárias abaixo especificada.

1200 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1202 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.050 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

3.3.50.00.00.00.00.0100 (127) – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 28 de junho de 2018.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

DECRETO 60

Publicação Nº 1667662

DECRETO Nº 60/2018

DISPÕE SOBRE HORÁRIO DE EXPEDIENTE DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

O Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece o inciso VI do artigo 52 da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando o jogo da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo a ser realizado no dia 02/07/2018 às 11h00min.

DECRETA:

Art. 1º O expediente das repartições públicas do Município de Morro Grande no dia 02 de julho de 2018 (segunda feira) será das 07h30min às 10h30min e das 14h00min. às 17h00min.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande/SC, 28 de junho de 2018.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

DECRETO 61

Publicação Nº 1667664

DECRETO Nº 61/2018

TRATA DO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 9 da Lei Municipal nº 896/2017 de 27 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º As dotações orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor abaixo com a seguinte classificação:

10 – SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO

01 – DEPARTAMENTO EXECUTIVO DE AUTARQUIA

2.036 – MANUT. SIST. CAPTAÇÃO, FILTRAGEM, TRAT. E DISTRIBUIÇÃO DE AGUA

3.3.90.00.00.00.00.0201 (17) – Aplicações Diretas 5.374,07

Art. 2º Os recursos financeiros para suplementação das dotações orçamentárias previstas no artigo 1º correrá por conta da anulação das dotações orçamentárias abaixo especificada.

10 – SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO

01 – DEPARTAMENTO EXECUTIVO DE AUTARQUIA

2.036 – MANUT. SIST. CAPTAÇÃO, FILTRAGEM, TRAT. E DISTRIBUIÇÃO DE AGUA

4.4.90.00.00.00.00.0201 (13) – Aplicações Diretas 5.374,07

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 28 de junho de 2018.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO 89/2018 PMN

Publicação Nº 1667881

ATA 89/2018 PMN

ABERTO O CERTAME NO DIA 27 DE JUNHO DE 2018 COM A PRESENÇA DA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 1852/2018 PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DO PREGÃO PRESENCIAL 89/2018 PMN, COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES BARKI INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA E PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI QUE SE ENQUADRAM COMO ME/EPP E L&E COMÉRCIO VAREJISTA LTDA QUE NÃO SE ENQUADRA COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO.

PRESENTE NO CERTAME PARA ANÁLISE DAS AMOSTRAS A NUTRICIONISTA BRUNA TAUFENBACH.

APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE RELATIVO A PROPOSTA VERIFICOU-SE QUE AS EMPRESAS CREDENCIADAS CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL, PASSANDO PARA A ETAPA DE LANCES;

ITEM 01 EMPRESA VENCEDORA PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI COM O VALOR DE R\$ 18,80.

ITEM 02 EMPRESA VENCEDORA L&E COMÉRCIO VAREJISTA LTDA COM O VALOR DE R\$ 3,70.

ITEM 03 EMPRESA VENCEDORA BARKI INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA COM O VALOR DE R\$ 16,80, MAS FOI DESCLASSIFICADO PORQUE NÃO APRESENTOU NA HABILITAÇÃO A CND DO FGTS. VOLTANDO A ETAPA DE LANCE A EMPRESA PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI FOI VENCEDORA DO ITEM 03 COM O VALOR DE R\$ 16,75.

ITEM 04 EMPRESA VENCEDORA L&E COMÉRCIO VAREJISTA LTDA COM O VALOR DE R\$ 11,85.

FORAM ANALISADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL VERIFICOU-SE QUE AS EMPRESAS VENCEDORAS CUMPRIRAM COM TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL.

NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS ENCERRA-SE O PRESENTE CERTAME, E ENCAMINHA-SE PARA AUTORIDADE COMPETENTE.

ATA II DA SESSÃO 44/2018 PMN

Publicação Nº 1668052

ATA PREGÃO PRESENCIAL N º 44/2018 PMN

AS NOVE HORAS DO DIA VINTE E SETE DO MÊS DE JUNHO DO ANO DOIS MIL DE DEZOITO, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO, JOSEZITE DOS SANTOS, VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA E PABLO ROMERO COSTA PEREIRA DIAS, NOMEADOS PELA PORTARIA Nº 565 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018, REUNIRAM-SE PARA ABERTURA DE HABILITAÇÃO DA SEGUNDA COLOCADA, DO EDITAL A LICITAÇÃO PROCESSO NÚMERO QUARENTA E QUATRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO, TIPO MENOS PREÇO POR LOTE, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS 1.0, ANO/ MODELO 2017 OU SUPERIOR, 4 PORTAS (SEM MOTORISTA), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS EXISTENTES NO PAÇO MUNICIPAL E DEMAIS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. EMPRESAS PARTICIPANTES: CONTINENTE RENT A CAR LTDA - EPP, REPRESENTADA POR JEAN CARLOS RIOS COELHO. NA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA CONTINENTE RENT A CAR LTDA - EPP E VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA FOI DESABILITADA POR APRESENTAR ATESTADO COMPROVANDO 17 VEÍCULOS E ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DOS 17 VEÍCULOS, MAS DOCUMENTAÇÃO DE APENAS 7 VEÍCULOS, FICANDO INCOMPATÍVEL A EDITAL. NA SEQUÊNCIA FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA TERCEIRA COLOCADA A EMPRESA RAFAEL AVILA SILVA ME, ONDE TAMBÉM FOI DESABILITADA POR APRESENTAR UM ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DE 5 VEÍCULOS E OUTRO DE 8 VEÍCULOS, COM DATA ANTERIOR AS NOTAS FISCAIS APRESENTADAS. RESTANDO O LOTE 1 FRACASSADO. FORAM DISPONIBILIZADOS AO PRESENTES OS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. A EMPRESA CONTINENTE RENT A CAR LTDA - EPP, MENCIONOU INTENÇÃO DE APRESENTAR RECURSO QUANTO Á CLAUSULA 5.5.1. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 9H E 40MIM. EU VERA LUCIA LUCOLLI DA COSTA LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

AVISO DE SUSPENSÃO 20/2018 FMS

Publicação Nº 1668416

Setor de Compras e Licitações

AVISO DE SUSPENSÃO – PREGÃO PRESENCIAL 20/2018 FMS

A Prefeitura Municipal de Navegantes torna público que está SUSPENSO para Alterações do edital do Pregão Presencial 20/2018-FMS, do objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (COM FORNECIMENTO DE PEÇAS) PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTROS DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Maiores informações poderão ser sanadas pelo telefone (47)

3342-9541.
Navegantes, 28 de junho de 2018.

DECRETO 107/2018 ESTABELECE HORÁRIO DE EXPEDIENTE ESPECIAL NA PREFEITURA DE NAVEGANTES NOS DIAS QUE ESPECIFICA

Publicação Nº 1668126

DECRETO Nº 107, DE 28 DE JUNHO DE 2018

ESTABELECE HORÁRIO DE EXPEDIENTE ESPECIAL NA PREFEITURA DE NAVEGANTES NOS DIAS QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III,

CONSIDERANDO a realização da Copa do Mundo de Futebol na Rússia;
CONSIDERANDO a participação da Seleção Brasileira de Futebol nas oitavas de final do referido campeonato,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido horário especial de funcionamento nos órgãos e entidades da Administração Direta, autárquica e fundacional do Poder executivo Municipal, nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol, conforme segue:

I – Dia 02/07/2018 (segunda feira) quando a seleção jogará às 11:00h, fica estabelecida a jornada especial das 07:00h às 10h30m e das 14:00h às 18:00h;

II – Caso a Seleção Brasileira de Futebol passe para as quartas-de-final (dia 06/07/2018, sexta feira) e/ou semifinais (dia 10/07/2018, terça feira), quando jogar às 15:00h, fica estabelecida a jornada especial das 07:00 h às 13:00h;

Art. 2º Os atendimentos na Policlínica de Machados ocorrerão:

I - Das 07:00h às 10h30m e das 14:00h às 24:00h no dia 02/07/2018;

II - Das 07:00h às 13:00h e das 19:00h às 24:00h, caso a Seleção Brasileira de Futebol passe para as quartas-de-final (dia 06/07/2018, sexta feira) e/ou semifinais (dia 10/07/2018, terça feira), quando jogar às 15:00h.

Parágrafo Único. Os atendimentos no Hospital Nossa Senhora dos Navegantes nos horários dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol continuam sem alterações.

Art. 3º A Secretaria de Educação funcionará em horário normal (das 08:00h às 12:00h e das 13h30m às 17h30m) no dia 02/07/2018, e das 07:00 h às 13:00h caso a Seleção Brasileira de Futebol passe para as quartas-de-final (dia 06/07/2018, sexta feira) e/ou semifinais (dia 10/07/2018, terça feira), quando jogar às 15:00h, sendo que as creches e escolas funcionarão:

I – Dia 02/07/2018:

- a) Creche, horário normal;
- b) Escola, horário normal.

II – Caso a Seleção Brasileira de Futebol passe para as quartas-de-final (dia 06/07/2018, sexta feira) e/ou semifinais (dia 10/07/2018, terça feira), quando jogar às 15:00h:

- a) Creche, das 6h e 30m às 12h e 30m
- b) Escola, das 7h e 30m às 11h e 30m.
- c) EJA, funcionará normalmente.

Art. 4º Deverão ser fixados avisos nas portas de acesso das repartições públicas com o referido horário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JUNHO DE 2018.

Emílio Vieira
PREFEITO

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº 108 DE 28 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1667943

DECRETO Nº 108 DE 28 DE JUNHO DE 2018

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3251 de 12/12/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos com a especificação: 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde, a importância de 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais) para a seguinte dotação:

ÓRGÃO: 25 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 63 – Saúde, nosso bem maior

2.083 – Manutenção e Funcionamento do Fundo de Saúde

Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde

02 - 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

T O T A L R\$ 250.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JUNHO DE 2018.

Emílio Vieira

PREFEITO

ERRATA DA TOMADA DE PREÇO 73/2018 PMN

Publicação Nº 1668358

ERRATA – TOMADA DE PREÇOS Nº 73/2018 – P.M.N

OBJETO: "TOMADA DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA QUADRA ESCOLAR POLIESPORTIVA COBERTA, COM VESTIÁRIOS (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS), DA ESCOLA MUNICIPAL PROFª ROSA MARIA XAVIER DE ARAÚJO, LOCALIZADA NO BAIRRO MEIA-PRAIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC."

EXCLUI-SE : "COM VESTIÁRIOS" NA DESCRIÇÃO DO OBJETO.

LEIA-SE: TOMADA DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA QUADRA ESCOLAR POLIESPORTIVA COBERTA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS), DA ESCOLA MUNICIPAL PROFª ROSA MARIA XAVIER DE ARAÚJO, LOCALIZADA NO BAIRRO MEIA-PRAIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC."

Navegantes, 28 de junho de 2018.

Depto. de Compras e Licitações

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO 17/2017 FMV

Publicação Nº 1666931

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2017 F.M.V

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 17/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 17/2017 FMV - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA, COM INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, LICENÇA DO SOFTWARE E EXECUÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CÂMERAS, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 17/2017 FMV.

Fornecedor: INFORSEG – COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 08.174.249/0001-25

PROPRIETÁRIOS: THIAGO MULLER MEDEIROS E JULIANE MULLER MEDEIROS

Valor: R\$ 168.000,00

Vigência: 27/06/2018 a 27/06/2019
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.
Navegantes, 27 de junho de 2018.

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO 67/2018 PMN

Publicação Nº 1667341

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2018 P.M.N

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 67/2018, relativa ao Pregão Presencial nº 67/2018 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO, SUPORTE E TREINAMENTO PARA SOFTWARE DE GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS (GED) SMARTSHARE, INCLUSO SERVIÇOS DE CONSULTORIA, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO EVOLUTIVA, TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PARA O MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 67/2018 PMN.

Fornecedor: SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S.A

CNPJ: 83.483.230/0001-86

PROPRIETÁRIOS: Luiz Antônio Selbach e José Nauro Selbach Junior

Valor: R\$ 515.000,00

Vigência: 28/06/2018 a 28/06/2019

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 28 de junho de 2018.

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO 74/2018 PMN

Publicação Nº 1668279

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2018 P.M.N

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 74/2018, relativa ao Pregão Presencial nº 74/2018 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS (TRATOR AGRÍCOLA 4X4 COM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS), COM OPERADOR/MOTORISTA PARA AUXILIAR NAS ATIVIDADES DIÁRIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 74/2018 PMN.

Fornecedor: Mauriceia Aragão Ferreira Dias

CPF: 924.265.909-63

Valor: R\$ 262.800,00

Vigência: 28/06/2018 a 28/06/2019

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 28 de junho de 2018.

LAUDO DAS AMOSTRAS 14/2018 PMN

Publicação Nº 1668389

Navegantes, 28/06/2018.

LAUDO AMOSTRA MATERIAL DE LIMPEZA

Este é um laudo referente ao recebimento de amostra de material recebido pela Fundação Cultural de Navegantes. Na amostra foi recebido:

- 3 Pacotes pequenos de papel higiênicos =. Aprovado.
- 1 Espanador de pó =. Aprovado.
- 1 Galão de Sabonete Líquido =. Aprovado
- 1 Tira de copos descartáveis, 50 ml, marca coposul =. Aprovado.
- 1 Spray Desodorizador =. Aprovado.

Atenciosamente.

Luciane Chagas Bittencourt Pereira
SUPERINTENDENTE FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES

LAUDO DAS AMOSTRAS 68/2018 PMN

Publicação N° 1668422

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Rua João Emílio, 100, Centro – Navegantes CEP 88375-000.
Fone: (47) 3342 9500.

C.I. SECOM nº 059/2018 Navegantes, 25 de Junho de 2018.

A
COPELI - Comissão Permanente de Licitação
Secretaria de Administração

Com relação a análise das amostras das Placas de Inauguração fornecidas pela empresa RCW Fotogravação Ltda. atestamos que os itens fornecidos estão de acordo com os exigidos no contrato.

Sem mais para o momento,

Cordialmente,

Fernando C. de Souza
Fiscal de contrato

LAUDO DAS AMOSTRAS 89/2018 PMN

Publicação N° 1668149

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CNPJ /MF 83.102.855/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Navegantes, 27 de junho de 2018.

LAUDO DAS AMOSTRAS DO PREGÃO DE NÚMERO 89/2018 – REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS, PARA COMPOSIÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES PARA O ANO LETIVO DE 2018.

EMPRESA LICITANTE: PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI

Item 01 – Achocolatado diet

De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Item 03 – Fermento químico

De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

EMPRESA LICITANTE: L&E COMÉRCIO VAREJISTA LTDA

Item 02 – Farinha de trigo integral

De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Item 04 – Leite à base de soja sabor natural

De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

PARECER TÉCNICO:

Bruna Taufenbach - Nutricionista – CRN 10 4868

Fabiele Schlickmann - Nutricionista – CRN 10 2920

Matheus Camargo Martins - Nutricionista – CRN 10 1106

Sandra Maria Pereira - Nutricionista – CRN 10 0275

Suzana Tiemi Moraes - Nutricionista – CRN 10 5247

LAUDO FINAL 14/2018 PMN

Publicação N° 1668403

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Navegantes

Navegantes, 28 de junho de 2018.

Administração prefeitura
Assunto: Final Análise de Amostras PP 14/2018 – PMN

Vimos por meio desta comunicar que referente, ao pregão 14/2018 registro de preços visando a aquisição de registro de preços visando aquisição de materiais de higiene e produtos de limpeza para atendimento à Secretaria de Educação e respectivas unidades de ensino infantil e fundamental, Secretaria de Administração e Logística e a Fundação Municipal de Cultura de Navegantes/SC, foi dado por encerrado a fase das amostras.

Pregoeiro e equipe de apoio

Sem mais, agradecemos cordialmente,

LEI COMPLEMENTAR 340/2018 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE REMISSÃO

Publicação N° 1668388

LEI COMPLEMENTAR N° 340, DE 27 DE JUNHO DE 2018

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE REMISSÃO DE DÍVIDAS ORIUNDAS DOS TRIBUTOS RELATIVOS AO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO –IPTU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Prefeito do Município de Navegantes em exercício, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder remissão segundo os critérios estabelecidos nesta Lei Complementar.

Art. 2º. Para os efeitos desta Lei Complementar, a remissão total ou parcial atinge os débitos oriundos de tributos relativos ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, e seus acessórios, cujos lançamentos tenham ocorrido até 31.12.2017.

Art. 3º. Poder-se-á conceder remissão total ou parcial do tributo previsto no art. 2º desta Lei Complementar, considerando as condições socioeconômicas do requerente e será compreendido nos seguintes percentuais:

I – 100% (cem por cento), para aqueles cuja a renda familiar mensal não seja superior a 1,5 (um e meio) salário mínimo, vigente na data do fato gerador, e seja proprietário de um único imóvel e nele resida com a família;

II - 70% (setenta por cento), para aqueles cuja renda familiar mensal se encontre entre 1,5 (um e meio) e 2,5 (dois e meio) salários mínimos vigentes na data da ocorrência do fato gerador e seja proprietário de um único imóvel e nele resida com a família;

III – 50% (cinquenta por cento), para aqueles cuja renda familiar mensal se encontre entre 2,5 (dois e meio) e 3 (três) salários-mínimos vigentes na data de ocorrência do fato gerador e seja proprietário de um único imóvel e nele resida com a família.

Parágrafo único. A concessão dos percentuais previstos nos incisos II e III deste artigo, fica condicionado ao pagamento ou parcelamento do valor remanescente, devendo ser comprovado no prazo de 30 (trinta) dias da concessão provisória, sob pena de indeferimento.

Art.4º. O procedimento para análise do benefício fiscal previsto nesta Lei Complementar será instaurado por requerimento administrativo realizado pelo interessado e encerrará após regular processamento com a decisão fundamentada da autoridade competente.

Art. 5º. Apenas os sujeitos passivos da obrigação tributária poderão realizar o pedido de remissão de que trata esta Lei Complementar, excetuando-se o caso dos mesmos se fazer representar por procurador legalmente habilitado, com firma reconhecida e com poderes específicos para a realização do ato e desde que juntado o competente instrumento de procuração com o requerimento.

Art. 6º. O requerimento indicará:

I – o nome e qualificação pessoal, com endereço, do requerente e seu procurador, se for o caso;

II – Indicação específica de qual tributo pretende receber a remissão e a que período de apuração se refere;

III – identificar sobre qual imóvel incide o tributo;

IV – Instruir o pedido com os seguintes documentos:

a) Contracheque da pensão ou proventos do mês imediatamente anterior, ou, ainda, carteira de trabalho de todos dos integrantes da família residentes no imóvel;

b) Comprovante de residência, sendo especificamente a conta de luz em nome do titular do cadastro de IPTU ou em nome de um dos residentes do imóvel;

c) Cópia do Registro Geral (carteira de Identidade) e do Cadastro de Pessoas Físicas (C.P.F.) de todos dos integrantes da família residentes no imóvel;

d) De acordo com o estado civil do contribuinte, deverá ser apresentado;

1. Viúvo(a): Certidão de Óbito do cônjuge;

2. Casado(a): Certidão de Casamento, Cópia do Registro Geral (carteira de Identidade) e do Cadastro de Pessoas Físicas (C.P.F.) do cônjuge;

3. Divorciado(a)/Separado (a): Certidão de Casamento averbada;

4. União Estável: Declaração de União Estável, Cópia do Registro Geral (carteira de Identidade) e do Cadastro de Pessoas Físicas (C.P.F.) do companheiro (a);

e) Declaração explícita de posse/propriedade de um único imóvel.

Parágrafo Único. Havendo dúvidas acerca das informações e documentos apresentados, poderá, o servidor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita que realizar a abertura do requerimento de remissão que trata esta Lei, encaminhar os autos à Secretaria de

Assistência Social, à qual competirá emitir estudo social a fim de possibilitar a caracterização da condição econômica de que trata o artigo 3º desta Lei, que deferirá ou não o benefício.

Art. 7º. Após a concessão da remissão que trata esta Lei, e caso seja verificado que o requerente recebeu indevidamente o benefício fiscal, após processo administrativo em que lhe seja garantido o contraditório e ampla defesa, baseado em simulação, falsas alegações e documentos que não expressam a verdade, ser-lhe-á aplicado uma multa de 100% (cem por cento) do valor da dívida remida, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo único. A concessão da remissão disposta nesta Lei, não gera direito adquirido e em até 5 (cinco) anos o ato concessivo poderá ser revisto, revogado ou anulado por fraude, erro, simulação ou vícios, contados da data do recebimento do benefício fiscal.

Art. 8º. A concessão do benefício previsto nesta Lei não implica no direito à restituição ou compensação das quantias pagas.

Art. 9º. Fica a Administração autorizada a requerer a extinção das execuções fiscais ajuizadas e que tenham como objeto os débitos a que se refere a presente Lei, isentando-se os beneficiados do pagamento de honorários advocatícios, incidentes.

Art. 10. Fica autorizado o Poder Executivo a regulamentar a presente Lei Complementar no que couber.

Art. 11. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE JUNHO DE 2018.

Emílio Vieira

PREFEITO

Márcio da Rosa

Secretário de Administração e Logística

PORTARIA 2369 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO

Publicação Nº 1667758

PORTARIA Nº 2369 DE 27 DE JUNHO DE 2018

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço nº 17/2017 FMV do processo licitatório 17/2017 FMV, cujo objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA, COM INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, LICENÇA DO SOFTWARE E EXECUÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CÂMERAS, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES/SC. Pregão Presencial Para Registro de Preço nº 17/2017 FMV.

Fiscal: WILSON ANTÔNIO KUSTER - (titular)

EDEMIR DE SOUZA - (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE JUNHO DE 2018.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2370 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO

Publicação Nº 1667476

PORTARIA Nº 2370 DE 28 DE JUNHO DE 2018

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço nº 67/2017 PMN do processo licitatório 67/2018 PMN, cujo objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO, SUPORTE E

TREINAMENTO PARA SOFTWARE DE GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS (GED) SMARTSHARE, INCLUSO SERVIÇOS DE CONSULTORIA, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO EVOLUTIVA, TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PARA O MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Pregão Presencial Para Registro de Preço nº 67/2017 PMN.

Fiscal: DANIEL SEIBERT ROCHA - (titular)
RICARDO JOSE FELISBINO - (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JUNHO DE 2018.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

RESULTADO PROGRESSÕES HORIZONTAIS E VERTICAIS , PROTOCOLADAS EM MAIO DE 2018

Publicação Nº 1668027

RESULTADO PROGRESSÕES HORIZONTAIS E VERTICAIS , PROTOCOLADAS EM MAIO DE 2018

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	PROGRESSÃO REQUERIDA	PARECER FINAL	ANÁLISE DO PARECER FINAL
491806	ADAINA TAMIREZ PACHECO	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
461003	ADRIANA DO COUTO NOBRE FEIER	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o Art. 1º do Decreto Nº 135/2016
6217301	ADRIANO DO PRADO CORDEIRO	Progressão Vertical	Indeferido	de acordo com o Art. 1º do Decreto Nº 135/2016
6300604	ALEXANDRA ARLINDA DA SIVA	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
40301	ALEXSANDRO ADEMAR BORBA	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "II"
1976304	ANA MARIA OKER	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
6260006	ANA PAULA DE OLIVEIRA	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
6308801	ANA PAULA DOS ANJOS	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "C"
63298901	ANA PAULA LICHESKI MAFRA	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "A"
63298901	ANA PAULA LICHESKI MAFRA	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
63264502	ANA PAULA SILVA RODRIGUES	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o parágrafo 1º, Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003
446901	LUANA PAULA WESCHENFELDER	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
6314301	ANDREZA CARLA FRAGA TAVARES	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
6326503	ANTONIO MARCOS GOMES DA COSTA	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o inciso I do parágrafo 2º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003
365207	ARACELLE SABRINA ROEPCKE	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
6287504	ARIANE SOARES ALVES DOS SANTOS	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "A"
212302	BELMIRA MARIA MARTINS OTTO-BONI	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003
453901	CAMILA SOARES DUTRA	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
453901	CAMILA SOARES DUTRA	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "D"
6249806	CARLA CHRISTIANE PEREIRA DA SILVA DE LIMA	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "A"

275902	CARLOS EDUARDO DE THALES GAYA MULLER	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "II"
1843710	CAROLINE SOUZA SANTOS	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "A"
63299201	CHRISTOPHER BERWIG	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
2065607	CINANDRA LUIZA PAVI RICOBOM	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
6208405	CLAUDETE ALVES BARBOSA MAFRA	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com a alínea (C) do inciso II do parágrafo 3º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
6221301	CLAUDIA TEREZINHA MORAES PINHEIRO DELGADO	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o inciso V do parágrafo 3º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
6221301	CLAUDIA TEREZINHA MORAES PINHEIRO DELGADO	Progressão Vertical	Indeferido	de acordo com o parágrafo 8º do Art. 11º da Lei Complementar Nº 11/2003.
6221301	CLAUDIA TEREZINHA MORAES PINHEIRO DELGADO	Progressão Vertical	Indeferido	de acordo com o parágrafo 8º do Art. 11º da Lei Complementar Nº 11/2003.
492101	CLAUDINEIA PEDRO	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
492101	CLAUDINEIA PEDRO	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "II"
6236401	CLEDILETE GONZAGA	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
482601	CLEONICE MARIA DA SILVA DO NASCIMENTO	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
6298803	CRISTIANA PEREIRA DE SOUZA	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003
6310201	DAIANA PENTEADO FALK	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o Art. 1º do Decreto Nº 135/2016
6305003	DEYSE DAIANE MARTINS DE OLIVEIRA	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
63289901	EDELZIA VILELA GUIMARAES	Progressão Vertical	Indeferido	de acordo com o parágrafo 8º do Art. 11º da Lei Complementar Nº 11/2003.
6304802	EDILAMAR APARECIDA DA SILVA THONI	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003
6206706	EDINA DE MIRANDA	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "A"
330502	EDUARDO LEAL NETO	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o inciso III do parágrafo 3º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003
26701	ELENITA HELENA RODRIGUES	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "O"
224603	ELISANDRA PINHEIRO VARGAS	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "II"
364907	ELISSANDRA ROSA ALBUQUERQUE	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o parágrafo 3º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003
6311501	EVERRON CORDEIRO MAZZOLENI	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "C"
6199001	FERNANDA HASSMANN CONSTANCIO	Progressão Vertical	Indeferido	de acordo com o parágrafo 8º do Art. 11º, da Lei Complementar Nº 11/2003
6285203	FERNANDA LOPES SARAIVA	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"

229805	FRANCELINA MARIA PEREIRA	Progressão Vertical	Indeferido	de acordo com o parágrafo 8º do Art. 11º da Lei Complementar Nº 11/2003.
5984405	FRANCIANE REGINA DA SILVA	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "A"
418304	FRANCIELE JUSTINO	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o Art. 1º do Decreto Nº 135/2016
6331201	FRANCIELLE GONÇALVES MATOS BISPO	Progressão Vertical	Indeferido	de acordo com o parágrafo 8º do Art. 11º da Lei Complementar Nº 11/2003
6331201	FRANCIELLE GONÇALVES MATOS BISPO	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "A"
6281103	GABRIELA AUACHE CORTES PEREIRA	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
6184003	GILIANE PRESTES DA SILVA DE BARBA	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "II"
6184003	GILIANE PRESTES DA SILVA DE BARBA	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003
6272505	GILMARA FATIMA DOS SANTOS	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "A"
11	GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "A"
11	GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
1669803	GISELE STOEBERL TODESCO	Progressão Vertical	Indeferido	de acordo com o parágrafo 8º do Art. 11º da Lei Complementar Nº 11/2003
347601	GUILHERME ALBERTO LUIZ	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "II"
443401	IVANIR ZEFERINO DOS SANTOS	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "F"
6324002	IVONETE IRACEMA DA SILVA	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
6324002	IVONETE IRACEMA DA SILVA	Progressão Vertical	Indeferido	de acordo com o Art. 1º do Decreto Nº 135/2016
6292604	JANAINA MUNIZ LIMA	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "A"
6318402	JANECLEIA ARTINI	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003
6331401	JANETE LUSIA SCHNEIDER BODELON	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "A"
6250903	JOANA CORREA	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "II"
6187102	JOAO RAFAEL DA SILVA NETTO DELGADO	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o inciso V do parágrafo 3º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003
6187102	JOAO RAFAEL DA SILVA NETTO DELGADO	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
44002	JOEL VIEIRA	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o Art. 1º do Decreto Nº 135/2016
6218101	JORGE ROBERTO REBELLO	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com a alínea (C) do inciso II do parágrafo 3º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003
6218101	JORGE ROBERTO REBELLO	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
6197101	JOSE FERNANDO VIEIRA	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o inciso III do parágrafo 3º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003

6337301	JOSEMARA DO AMARAL	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o Art. 3º do Decreto Nº 135/2016
63299801	JOSIANE ALVES DE MIRANDA	Progressão Vertical	Indeferido	de acordo com o parágrafo 8º do Art. 11º da Lei Complementar Nº 11/2003
6251703	JOSIANE FRANCIERE FRANCEZ	Progressão Vertical	Indeferido	de acordo com o Art. 1º do Decreto Nº 135/2016
6182903	JULIANE WAGNER PACHECO	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "D"
6186902	JULIANO DE AMORIM BUSANA	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "II"
6298203	KAREN SUZANE RODRIGUES JERONIMO	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o Art. 3º do Decreto Nº 135/2016
6242003	KATIA CORDEIRO DE OLIVEIRA	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003
63293701	LUCIANO CLEBER FURLAN	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
6279001	MAIKOL LABA DA COSTA DOMIT	Progressão Vertical	Indeferido	de acordo com o caput do Art. 11º da Lei Complementar Nº 11/2003
6279001	MAIKOL LABA DA COSTA DOMIT	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o parágrafo 1º Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003
6278901	MARCOS ANTONIO MULLER NETO	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003
12	MARGARETE BERLINCK DA COSTA	Progressão Vertical	Indeferido	de acordo com parágrafo 8º do Art. 11º, da Lei Complementar Nº 11/2003
12	MARGARETE BERLINCK DA COSTA	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "A"
6253206	MARIA CECILIA PIOLLA SEARA	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
6334801	MARIA NAZARÉ DA SILVA	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "A"
63278601	MARIANA DOS SANTOS	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o parágrafo 1º Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003
1206003	MARINALVA CLEUSA DA SILVA MACHADO	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
1206003	MARINALVA CLEUSA DA SILVA MACHADO	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "II"
1206003	MARINALVA CLEUSA DA SILVA MACHADO	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "A"
427905	MARINETE DA SILVA PEREIRA DE MORAIS	Progressão Vertical	Indeferido	de acordo com o parágrafo 2º do Art. 11º, da Lei Complementar Nº 11/2003
63269402	MARISE SABRINA DA SILVA	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003
63269402	MARISE SABRINA DA SILVA	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
1706410	MARLI DOMINGUES DE ARAUJO MARTINS	Progressão Vertical	Indeferido	de acordo com o parágrafo 3º do Art. 11º da Lei Complementar Nº 11/2003. E Lei 72/2010
10	MICHAEL RICARDO BECK	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
10	MICHAEL RICARDO BECK	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "A"
6188601	MICHEL KISCHNER HERBST	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "C"
6204306	MIRIAN MARIA GESSER DE MATTOS	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
6204306	MIRIAN MARIA GESSER DE MATTOS	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "A"

361317	MONICA EVELYN WEIRS	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
444503	MURILO REISER BENTO	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
63263403	PAMELA OHANA RAMOS	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com a alínea (C) do inciso II do parágrafo 3º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003
63263403	PAMELA OHANA RAMOS	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
6332001	PATRICIA COLIM DA SILVA GONÇALVES	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
6233804	PATRICIA RODRIGUES TAVARES	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
360805	PEDRO JOSÉ DA SILVA	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "F"
465307	PRISCILA FATIMA GOMES DE MEIRA	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003
63275902	PRISCILA MERLCHERT VIEIRA	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
63275902	PRISCILA MERLCHERT VIEIRA	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "A"
133805	REGIANE RODRIGUES	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o Art. 3º do Decreto Nº 135
1640703	RIETE DOS SANTOS	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "D"
227003	ROBERTA DA SILVA FLORES FLO-RISBELO	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003
6230801	ROBERTA RICARDO DE SOUZA	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o Art. 3º do Decreto Nº 135
1987602	ROSIMAR APARECIDA DA SILVA VICENTE	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "C"
6266601	SALETE DE FATIMA DOS SANTOS	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "C"
6253905	SAMARA DE OLIVEIRA PEREIRA SANTOS	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
295801	SANDRA BARILLI CIPRIANO	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "E"
138102	SHEILA MARIA SAGAS MACHADO	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "II"
63307801	SHIRLENE DE OLIVEIRA SILVA	Progressão Vertical	Indeferido	de acordo com o caput do Art. 11º da Lei Complementar Nº 11/2003
1645403	SILVIANE CRISTINA DA COSTA DE MARIA	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
63280801	SISIANE RIBEIRO DA SILVA	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003
6299503	SOLANGE KOLLN	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
6026905	SUENIR EMILIO	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "C"
6335901	SUZANA TIEMI MORAIS	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
63290701	TALITA RODRIGUES HEUSI	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "A"
63297601	THAYSE CRISTINE VIEIRA	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "A"
63275101	VALDA LOPES MACIEL FURLAN	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003
6336701	VALERIA ELIS FRITZ FELISBINO	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "A"
6332301	VALÉRIA INÊS DE LIMA E SILVA	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "A"
1734605	VANESSA JURACI SILVA	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"

6216301	VERA DE CASSIA VANZUITA	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "B"
1801602	VERONICE APARECIDA THONI	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar N° 11/2003
370505	VILMA APARECIDA SOARES	Progressão Horizontal	Deferido	progredindo para a referência "D"
364907	ELISSANDRA ROSA ALBUQUERQUE	Progressão Vertical	Deferido	progredindo para o nível "I"
5026103	NELIR MOSER	Progressão Horizontal	Indeferido	de acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar N° 11/2003

NAVEGANTES, 28 DE JUNHO DE 2018

COMISSÃO:

GISLENE RODRIGUES,

JULIANO DE AMORIM BUSANA,

LEONARDO SILVA VIANNA

CÂMARA MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO N° 02-2018 - PLACAS DE HOMENAGEM - ATA DA SESSÃO PÚBLICA

Publicação N° 1668469

ATA DA SESSÃO PÚBLICA

PREGÃO PRESENCIAL n° 002/2018

Processo licitatório n° 002/2018

Aos dias 26 de junho de 2018, às 10:00 horas, no Plenário da Câmara de Vereadores de Navegantes/SC., na Rua Ezequiel Antero Rocha, nº 315, Navegantes/SC., o Pregoeiro e a equipe de apoio, todos designados pelas Portarias n° 002/2018, para inaugurar a sessão pública de pregão 002/2018, com objetivo de contratação de empresa para fornecimento de placas em aço inox para homenagens, mesas e portas, instalado no Plenário da Câmara, conforme as condições e especificações constantes deste Edital e de seus Anexos, tipo Pregão Presencial na modalidade de Menor Preço por item. Assim, na data e horário acima designados para a sessão pública compareceram as empresas: A.G.R. COMÉRCIO E SERVIÇOS DE BRINDES, MAQUINAS E PLASTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.640.239/0001-05, representado por SIEGLEDSON CORDEIRO BEULKE inscrito no CPF sob o nº 021.097.689-67; TECNOPLACAS COMÉRCIO DE PLACAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.092.435/0001-92, representado por GIOVANIA BAGGIO inscrita no CPF sob o nº 767.306.709-91; HB COMÉRCIO DE BRINDES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.483.154/0001-56, representado por CARLOS CELIO PITTA inscrito no CPF sob o nº 475.802.919-91; RCW FOTOGRAVAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.145.654/0001-20, representado por RUI BARBOSA AGUIAR inscrito no CPF sob o nº 016.618.699-63; METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº , representado por MAXWELL DO CANTO PERFEITO JUNIOR; PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.092.430/0001-13, representado por 045.602.469-71, KELLY GRACIANE MENDES HACKBARTH inscrito no CPF sob o nº 014.836.329-62. Na fase de credenciamento, constatou-se que as empresas PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA e A.G.R. COMÉRCIO E SERVIÇOS DE BRINDES, MAQUINAS E PLASTICOS LTDA, não atenderam a exigência do edital no que refere-se a compatibilidade do objeto social, sendo desclassificadas. Na sequência foi dada continuidade a sessão com a abertura dos envelopes das empresas restantes, com as seguintes propostas: TECNOPLACAS COMÉRCIO DE PLACAS LTDA, HB COMÉRCIO DE BRINDES LTDA, RCW FOTOGRAVAÇÃO LTDA, METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA.:

Na fase de lances, permaneceram apenas as empresas HB COMÉRCIO DE BRINDES LTDA e RCW FOTOGRAVAÇÃO LTDA, com as seguintes propostas de lances:

Assim, restou vencedora a empresa RCW FOTOGRAVAÇÃO LTDA com os valores conforme descritos no quadro acima. Aberto o envelope de habilitação e documento e verificadas as amostras, a empresa RCW FOTOGRAVAÇÃO LTDA satisfaz todos os requisitos do edital, sendo declarada vencedora da licitação. Assim, foi declarada pelo pregoeiro e pela equipe de apoio encerrada a sessão. A sessão foi registrada em vídeo e áudio, transmitida ao vivo. Navegantes, 26 de junho de 2018.

ANDRÉ DE FREITAS CHAVES PACHECO – PREGOEIRO

OLON MANOEL COSTA - APOIO

VANILDO TELLES – APOIO

VILSEMAR OLÍMPIO DUARTE - APOIO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03-2018 - MATERIAL DE CONSUMO LIMPEZA E EXPEDIENTE - ATA DA SESSÃO PÚBLICA

Publicação Nº 1668471

ATA DA SESSÃO PÚBLICA

PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2018

Processo licitatório nº 003/2018

Aos dias 28 de junho de 2018, às 10:00 horas, no Plenário da Câmara de Vereadores de Navegantes/SC., na Rua Ezequiel Antero Rocha, nº 315, Navegantes/SC., o Pregoeiro e a equipe de apoio, todos designados pelas Portarias nº 002/2018, para inaugurar a sessão pública de pregão 003/2018, com objeto de registro de preços visando a contratação de empresa para fornecimento de material de consumo, limpeza e expediente, conforme as condições e especificações constantes deste Edital e de seus Anexos, tipo Pregão Presencial na modalidade de Menor Preço por item. Assim, na data e horário acima designados para a sessão pública compareceram as empresas: Linear Ind. e Comercio LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 17.253.233/0001-07, representada por Gláucia Hostim Barbosa da Silva, inscrita no CPF sob o nº 065.189.799/84; Barki Industria e Distribuidora LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 10.213.886/0001-05, representada por José Arilton Gemin de Almeida inscrito no CPF sob o nº 535.827.809-53. Na sequência foi dada continuidade a sessão com a abertura dos envelopes das empresas, com as seguintes propostas:

Tabela referência proposta financeira		Propostas	
Item	Descrição	Barki	Linear
1	AÇÚCAR BRANCO REFINADO 5 KG		
2	AGUA MINERAL - 20 LITROS	8,35	
3	AGUA MINERAL SEM GÁS - GARRAFA 500 ML, FARDOS COM 12 UND	15,23	
4	BISCOITO DOCE TIPO WAFER 140G	1,84	
5	BOLACHA SALGADA TIPO ÁGUA E SAL PACOTE 200 G	3,98	
6	CAFÉ EM PÓ - 500 GRAMAS		
7	COADOR DE CAFÉ DE PANO GRANDE	9,34	
8	COPO DE VIDRO 200 ML	4,19	
9	COPO DESCARTÁVEL 180 ML CX COM 25 TIRAS COM 100 COPOS	82,3	
10	COPO DESCARTÁVEL 50 ML CX COM 25 TIRAS COM 100 COPOS	46,24	
11	FACA SERRA INOX PARA PÃO	16,56	
12	FAQUEIRO 24 PEÇAS INOX (6 FACAS DE CHURRASCO, 6 GARFOS DE MESA, 6 COLHERES DE MESA, 6 COLHERES DE CHÁ)	50,89	
13	GARRAFA TÉRMICA INOX - 1 LITRO	85,89	
14	GARRAFA TÉRMICA INOX - 1.8 LITROS	103,22	
15	GÁS EM BUTIJOÃO - 13KG		
16	JARRA PLÁSTICA - 02 LITROS COM TAMPAS	17,62	
17	LEITE INTEGRAL - 01 LITRO - CAIXA COM 12 UND		
18	TORRADA INTEGRAL 150 g	2,71	
19	TORRADA TRADICIONAL 150 GRAMAS	2,71	
20	AGUA SANITÁRIA 5 LITROS		
21	ALCOOL EM GEL ETÍLICO HIDRATADO 70º INPM - 480G	6,54	
22	ALCOOL ETÍLICO HIDRATADO 92,8 INPM - 1L	6,53	
23	AROMATIZANTE DE AMBIENTE 360 ML	10,19	
24	BALDE PARA LIMPEZA - 20 LITROS	14,95	
25	CERA LÍQUIDA/LIMPEZA DE ASSOALHO - 750 ML	8,84	
26	DESINFETANTE PERFUMADO - 5 LITROS		
27	DETERGENTE PARA LOUÇA - 5 LITROS		
28	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO	7,26	
29	ESPONJA DE AÇO PARA LIMPEZA - PACOTE	2,07	
30	ESPONJA DUPLA FACE - PACOTE COM 3 UNIDADES	3,01	
31	FLANELA DE ALGODÃO 28 X 38 CM	1,96	
32	LIMPA VIDRO - 500 ML COM BICO SQUEEZE	3,96	
33	LUSTRA MÓVEIS 200 ML - ÓLEO DE PEROBA	4,72	
34	LUVA DE BORRACHA PARA LIMPEZA EM GERAL (TAM. P.M.G)	3,73	

35	PÁ DE LIXO COM CABO DE MADEIRA	7,02	
36	PANO DE CHÃO 40 X 65 CM	4,34	
37	PANO DE PRATO 50 X 70 CM - PACOTE COM 10 UNIDADES	35,28	
38	PAPEL HIGIÊNICO FARDO COM 64 ROLOS 30 MT - FOLHA SIMPLES	46,07	
39	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO COM 1000 FOLHAS	11,47	
40	PEDRA SANITÁRIA 25G	1,24	
41	SABÃO EM LÍQUIDO -5 LITROS		
42	SABONETE LÍQUIDO ANTISEPTICO - 05 LITROS	30,43	
43	SACO PLASTICO PARA COLETA LIXO 100 LITROS (PCT 100 UNID) - 0,5 MICRAS	45,32	
44	SACO PLASTICO PARA COLETA LIXO 30 LITROS (PCT 100 UNID) - 0,5 MICRAS	16,97	
45	SACO PLASTICO PARA COLETA LIXO 50 LITROS (PCT 25 UNID) - 0,5 MICRAS	25,49	
46	SAPONÁCEO LÍQUIDO - 300 GRAMAS		
47	VASSOURA CERDAS DE NYLON	8,67	
48	AGENDA ANUAL TIPO EXECUTIVA, COSTURADA, CAPA E CONTRACAPA REVESTIDA EM MATERIAL SENTÉTICO CORVAMA, MEDIDAS: 138 X 200 MM	18,42	R\$ 18,40
49	APONTADOR PLÁSTICO LÂMINA DE AÇO	1,14	R\$ 1,10
50	BLOCO CUBO LEMBRETE 85 X 85 MM 50 GR	13,99	R\$ 13,95
51	BLOCOS AUTO ADESIVO 38 X 50 MM 100 FOLHAS AMARELO	R\$ 4,90	R\$ 4,90
52	BOBINA TÉRMICA 57MM X 40M AMARELA	3,94	R\$ 3,90
53	BORRACHA BRANCA CAIXA 40 UNIDADES	27,26	R\$ 27,20
54	CAIXA ARQUIVO MORTO PLÁSTICO - 25 UND	R\$ 128,40	R\$ 128,40
55	CAIXA ARQUIVO ORGANIZADORA	28,29	R\$ 28,20
56	CAIXA CORRESPONDENCIA TRIPLA ARTICULAVEL	R\$ 48,50	R\$ 48,50
57	CANETA ESFEROGRÁFICA - DIVERSAS CORES CX COM 50 UND	38,4	R\$ 38,40
58	CANETA MARCA TEXTO - TIPO FLORESCENTE	1,95	R\$ 1,95
59	CANETA PARA ESCREVER EM CD	3,55	R\$ 3,55
60	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO - PRETA E BRANCA - PACOTE COM 100 UND	48,5	R\$ 48,50
61	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO - TRANSPARENTE - PACOTE COM 100 UND	36,57	R\$ 36,55
62	CD-R GRAVÁVEL 80M EM TUBO COM 100 UNIDADES	74,1	
63	CLIPS GALVANIZADOS Nº 02,03 E 04 COM 500 GRAMAS	11,25	R\$ 11,25
64	CLIPS GALVANIZADOS Nº 08 CX COM 500 GRAMAS	11,25	R\$ 11,25
65	CLIPS TRANÇADO Nº2 - CAIXA COM 50 UND	5,98	R\$ 5,95
66	COLA BASTÃO 40G	4,52	R\$ 4,50
67	COLA INSTANTÂNEA - TIPO SUPER BONDER	4,7	R\$ 4,70
68	CORRETIVO LÍQUIDO BASE DAGUA - 20 ML	2,03	R\$ 2,00
69	DVD - RW 120M - TUBO COM 50 UNIDADES	162,33	
70	ENCADERNADORA 54 FUROS PARA 15 FOLHAS	622,38	R\$ 622,30
71	ENVELOPE 24X34 KRAFT TIMBRADO - BRANCO	0,53	R\$ 0,50
72	ENVELOPE 25X17 KRAFT TIMBRADO - BRANCO	0,14	
73	Envelope saco kraft natural 80g 229x324 40skn Celucat CX 250 UND	52,45	R\$ 52,45
74	ESTILETE LARGO	2,16	R\$ 2,15
75	ETIQUETA ADESIVA - 38X99 CAIXA	62,23	R\$ 62,20
76	EXTRATOR DE GRAMPO	1,93	R\$ 1,90
77	FITA ADESIVA PLASTICA TRANSPARENTE 12X40MM	1,23	R\$ 1,20
78	FITA ADESIVA PLASTICA TRANSPARENTE 45X50 ROLO	2,86	
79	GRAMPEADOR CAPACIDADE PARA 60 FOLHAS	65,18	R\$ 65,15
80	GRAMPEADOR MÉDIO CAPACIDADE PARA 25 FOLHAS	21,1	R\$ 21,15
81	GRAMPO PARA GRAMPEADOR EM AÇO 23/13 COM 5000 UND	11,7	
82	GRAMPO PARA GRAMPEADOR EM AÇO 26/06 COM 5000 UND	5,25	R\$ 5,20
83	HD EXTERNO - 1TB	305,48	

84	LÁPIS DE ESCREVER Nº 02, CAIXA COM 144 UNIDADES - PRETO	56,38	R\$ 56,30
85	LIVRO ATA	14,34	R\$ 14,30
86	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO 9MM PRETO, PCT COM 100 UNIDADES	12,73	R\$ 12,70
87	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO 14MM PRETO, PCT COM 100 UNIDADES	22,88	R\$ 22,85
88	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO 20MM PRETO, PCT COM 80 UNIDADES	30,28	R\$ 30,25
89	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO 33MM PRETO, PCT COM 27 UNIDADES	30,28	R\$ 30,25
90	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO 40MM PRETO, PCT COM 18 UNIDADES	30,28	R\$ 30,25
91	MOUSE USB	17,38	R\$ 17,30
92	PAPEL A4 (CX COM 10 RESMAS DE 500 FOLHAS 75g/m², 210 x 297 mm)	212,32	R\$ 195,00
93	Papel furta cor 120g Branco Pérola (c\ 30 Folhas)	47,21	R\$ 47,20
94	Pasta Aba Elástico Ofício Line	1,8	R\$ 1,80
95	Pasta Aba Elástico Ofício Line 40 MM	5,18	R\$ 5,15
96	Pasta catálogo c/50 env. ofício 0,06 pebd c/visor 104 Plastpark PT	11,86	R\$ 11,80
97	PASTA CONTRATO PRETA	3,89	R\$ 3,80
98	PASTA EM "L" A4 - 10 UNIDADES	7,79	R\$ 7,75
99	PASTA REGISTRADORA A-Z, CAIXA COM 20	314,47	R\$ 314,40
100	PASTA SANFONADA COM 12 DIVISÓRIAS	15,17	R\$ 15,10
101	PASTA SUSPensa PLASTIFICADA	2,57	R\$ 2,50
102	PEN DRIVE 16 GB	34,07	R\$ 34,00
103	PERFURADOR COM 02 FUROS PARA 10 FOLHAS	15,21	R\$ 15,20
104	PILHA A23 ALCALINA EMBALAGEM 1 UNIDADE	6,38	R\$ 6,35
105	PILHA AA ALCALINA EMBALAGEM 4 UNIDADES	7,77	R\$ 7,75
106	PILHA AAA ALCALINA EMBALAGEM 4 UNIDADES	8,71	R\$ 8,70
107	PINCEL ATÔMICO - DIVERSAS CORES	3,85	R\$ 3,85
108	PORTA LÁPIS/CLIPS/LEMBRETES ACRÍLICO	16,66	R\$ 16,60
109	TECLADO PADRÃO CONEXÃO USB	25,26	
110	TESOURA MÉDIA 17 CM	3,26	

Na fase seguinte as duas empresas ofertaram os lances conforme discriminados abaixo:

Assim, restaram vencedoras as duas empresas, cada uma com o menor preço por item conforme tabelas acima. Aberto os envelopes de habilitação e documentos ambas empresas satisfizeram todos os requisitos do edital, sendo declaradas vencedoras da licitação cada uma para item que ofereceu o menor preço. Assim, foi declarada pelo pregoeiro e pela equipe de apoio encerrada a sessão. A sessão foi registrada em vídeo e áudio, transmitida ao vivo.

Navegantes, 28 de junho de 2018.

ANDRÉ DE FREITAS CHAVES PACHECO – PREGOEIRO
SOLON MANOEL COSTA - APOIO
VANILDO TELLES – APOIO
VILSEMAR OLÍMPIO DUARTE - APOIO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 05/2018

Publicação Nº 1667605

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 05/2018

HOMOLOGAÇÃO: 22/06/2018

CONTRATADO: RCW FOTOGRAFAÇÃO LTDA.

CONTRATANTE: O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES – NAVEGANTESPREV

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PLACAS DE AÇO ESCOVADO PARA HOMENAGEM AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO NAVEGANTESPREV.

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais)

DATA: 22/06/2018 – JAN ULLRICH – Diretor Presidente

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO 129/2018 COMISSÃO PROCESSO SELETIVO 03/2018

Publicação Nº 1667188

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ERECHIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA ERECHIM
RUA SÃO CRISTÓVÃO, 174 - CENTRO - CEP 89865-000
CGC/MF 11.299.994/0001-05
49 3333 0228/ 49 3333 0661/ 49 3333 0257

DECRETO Nº 129, de 28 de junho de 2018.

O Prefeito Municipal Nédio Antônio Cassol de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e conforme dispõe o artigo 61 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica Constituída a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo Nº 03/2018, designando os seguintes membros para sua composição:

Presidente: IARA CRISTINA PERIN
Secretário: LUIZ ALVACIR DE SOUZA
Membro: DAMDARA LUANA SCHUCK
Membro: SOLANGE PIRES MORAES
Membro: MARILICE LETICIA BARATTO

Art. 2º Os membros designados nos termos anteriores, não receberão remuneração extra para o exercício do presente mandato, podendo ausentar-se das atribuições normais dos respectivos cargos para dedicar-se ao acompanhamento do Processo Seletivo Nº 03/2018.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 28 de junho de 2018.
NÉDIO ANTÔNIO CASSOL
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 036/2018 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MÃO DE OBRA DE ASSENTAMENTO DE PEDRAS IRREGULARES

Publicação Nº 1666951

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2018

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 036/2018

Nédio Antônio Cassol, Prefeito Municipal de Nova Erechim/SC, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MÃO DE OBRA DE ASSENTAMENTO DE PEDRAS IRREGULARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC. A abertura dos envelopes acontecerá às 09h15min do dia 12 de julho de 2018, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3100, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 28 de junho de 2018.
NÉDIO ANTÔNIO CASSOL
Prefeito Municipal

Município de Nova Erechim
Publicado no Mural Público
em __/__/__ a __/__/__

Nova Itaberaba

PREFEITURA

DC 211-2018 CONCEDE INSALUBRIDADE DANILO

Publicação Nº 1667450

	Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO de Nova Itaberaba Administrativo
--	---

DECRETO Nº 211/2018 DE 15 DE JUNHO DE 2018.

"CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 1.154/2017 de 27 de Novembro de 2017, Lei 1.140/2017 de 15 de Agosto de 2017.

CONSIDERANDO: que o servidor exerce funções consideradas insalubres e que lhe deram o direito de recebimento do adicional, conforme LTCAT.

DECRETA:

Art. 1º - FICA concedido o adicional de Insalubridade ao servidor DANILO GABRIEL, Técnico em Agropecuária, atuando na Secretaria Municipal de Agricultura, no percentual de 40% quarenta por cento) sobre o salário mínimo nacional vigente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 15 DE JUNHO DE 2018.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DC 212-2018 COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 006 2018

Publicação Nº 1667471

DECRETO N.º 212/2018 DE 18 DE JUNHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO Nº 006/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os incisos I, II, III, IV, do artigo 15 da Lei Orgânica Municipal:

CONSIDERANDO: a abertura do Edital para o Processo Seletivo nº 006/2018, o qual tem como objeto a seleção de pessoal para atuar junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, para substituição de Motorista em Tratamento de Saúde e Agente Administrativo em Licença Maternidade e em atendimento as disposições legais, faz-se necessário a nomeação de comissão para acompanhamento do referido Edital, em homenagem ao princípio da transparência.

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os membros da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo nº 006/2018 conforme segue:

I – LUAN MACIEL – Presidente;

II – FRANCIELI CAMPAGNARO RIGON – Secretária;

III – TAINARA SKIERZINSKI, GILBERTO SOUZA DOS SANTOS E FERNANDA FIOREZE - Membros;

Art. 2º - Os membros desta Comissão não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestarão serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – SC, EM 18 DE JUNHO DE 2018.
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secret. Munic. De Adm. E Finanças

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DC 213-2018 REVOGA PARCIALMENTE O DECRETO Nº 253-2014

Publicação Nº 1667474

DECRETO Nº 213/2018 DE 27 DE JUNHO DE 2018.

“REVOGA DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL DO IMÓVEL LOTE URBANO Nº 194, MATRÍCULA 47.874, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições que lhe são conferidas no artigo 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, e do previsto no Artigo 1275, inciso V, do Código Civil Brasileiro e Art. 182, § 2º, da Constituição Federal, combinada com os artigos 1º e 2º da Lei 6.602/78 de 07/12/78, que introduzem modificações no artigo 5º do Decreto Lei nº 3365/41 de 21/06/41, com a nova redação dada pela Lei nº 2.786/56 de 21/05/73 de 31/12/73, e demais legislações aplicadas à espécie;

CONSIDERANDO: que o Decreto nº 253/2014, declarou de utilidade publica para fins de desapropriação imóveis particular, entre estes o imóvel urbano lote 194, matrícula 47.874;

CONSIDERANDO: que referido imóvel não mais interessa ao Poder Publico, eis que não mais é prioridade do Poder Publico sua aquisição;

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogada a Declaração de Utilidade gravada sobre o imóvel: MATRÍCULA Nº 47.874, Lote Urbano nº 194, com área superficial de 520,00m²(quinhentos e vinte metros quadrados), da Quadra nº 38, do Loteamento Nova Itaberaba, localizado na rua José Marocco, sn, Centro Nova Itaberaba, SC.

Art. 2º O imóvel, lote urbano 193, mencionado no Decreto 253/2014, permanece com sendo de utilidade publica para todos os efeitos legais, vigendo o gravame imposto pelo decreto original.

Art. 3º - Determino a Secretaria Municipal de Administração que oficie ao proprietário do imóvel, comunicando-lhe, o levantamento do gravame imposto pelo Decreto 253/2014, para que o mesmo possa novamente usufruir do bem da melhor maneira que lhe convier, inclusive podendo a aliená-lo a terceiro.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 253/2014, no que couber.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – SC, EM 27 DE JUNHO DE 2018.
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secret. Munic. De Adm. E Finanças

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DC 214-2018 CREDITO SUPLEMENTAR SAÚDE

Publicação Nº 1666898

DECRETO Nº. 214/2018 DE 27 DE JUNHO DE 2018

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ”

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba - SC, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.171/2017, de 15 dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento no Fundo Municipal de Saude de Nova Itaberaba, no exercício 2018, no valor de R\$ 17.444,00 (Dezessete mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais), no Projeto Atividade 2.018 – Manutenção das atividades da

Saude Pública, na modalidade de aplicação 3.1.90 Aplicação Direta – na fonte 01.38 – Transferência Sistema Único de Saude SUS/União, conforme programação a seguir.

Órgão: 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária:01 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Sub-Função: 301 Atenção Básica

Programa: 0013 MAIS SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PUBLICA

Fonte: 0.1.38 - Transferência Sistema Único de Saude SUS/União

Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta

Detalhamento: 0010 – E. S. F. Médicos R\$ 17.444,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 17.444,00 (Dezesse sete mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais), provenientes da anulação de dotação do Fundo Municipal de Saude de Nova Itaberaba, conforme descriminação a seguir.

Órgão: 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária:01 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Sub-Função: 301 Atenção Básica

Programa: 0013 MAIS SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PUBLICA

Fonte: 0.1.38 - Transferência Sistema Único de Saude SUS/União

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 5.574,00

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Detalhamento: 0010 – E. S. F. Médicos R\$ 11.870,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 27 DE JUNHO DE 2018.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

EXTRATO DE CONTRATO 124-20118

Publicação Nº 1666896

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 124/2018, de 27/06/18

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: NKO INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TREINAMENTO NOS PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE: CNES, SIA, BPA, FPO e TRANSMISSOR, PELO PERÍODO DE 30 DIAS, SENDO 02 ATENDIMENTOS PRESENCIAIS E ATENDIMENTOS ON LINE (ACESSO REMOTO, E-MAIL E TELEFONE).

VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.252,00 (dois mil duzentos e cinquenta e dois reais)

AMPARO LEGAL Dispensa por Limite nº 107/2018, Lei nº 10.520/02 e

Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

ELIZETE ESPOSITO VORTMANN

SECRETÁRIA DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO 125-2018

Publicação Nº 1667480

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 125/2018, de 28/06/18

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: LACUA - SISTEMA DE TRATAMENTO DE AGUA E SANEAMENTO LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviços especializados de assessoria, consultoria e assistência técnica para operação e manutenção de sistemas de tratamento, reservação e distribuição de água potável no Município de Nova Itaberaba/SC.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

AMPARO LEGAL Dispensa por Limite nº 108/2018, Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 126-2018

Publicação Nº 1668561

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 126/2018, de 28/06/18

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: PIPPI MÁQUINAS AGRÍCOLAS

OBJETO: Aquisição de Trator Agrícola Novo de Pneus com tração 4x4, ano 2018 ou posterior, com comando hidráulico duplo com 4 tomadas na traseira, com motor diesel de 4 cilindros, com potência mínima de 84 CV, sistema de levante hidráulico original de no mínimo 2.650 Kg, Transmissão sincronizada, sistema de bloqueio de diferencial, Marchas a frente de no mínimo 10, marchas a ré de no mínimo 4 velocidades (originais), peso da máquina de no mínimo 4500 kg, refrigeração a água, freio de estacionamento, direção hidráulica ou hidrostática, Painel de instrumentos com conta-giros, com horímetro, luzes indicadoras de direção, indicador de pressão de óleo, indicador do nível de combustível, indicador de temperatura, Tomada de força de 2 velocidades, contrapesos frontal e traseiros, Capota protetora, Arco de segurança, Faróis dianteiros e lanternas traseiras, alarme de marcha ré. Garantia mínima de 1 ano. Recursos do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, convênio Siconv 871.172/2018, Contrato de Repasse nº 1055015-46/2018.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais)

AMPARO LEGAL Pregão nº 102/2018, Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA- 081 PROGRESSÃO MÉRITO LEOCIR-18

Publicação Nº 1667440

PORTARIA N.º 081/2018 DE 04 DE JUNHO DE 2018.

“CONCEDE ADICIONAL DE PROGRESSÃO POR MÉRITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA- SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.154/2017 de 27 de Novembro de 2017;

CONSIDERANDO: o disposto no Art. 14 da Lei Complementar nº 1.154/2017;

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, Adicional de Progressão por Mérito aos Servidores Municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, de acordo com o previsto na Lei Municipal nº 1.154/2017 de 27 de Novembro de 2017, no percentual de 1% (um por cento).

Leocir Mendes de Medeiros

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Maio de 2018, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 04 DE JUNHO DE 2018.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

Nova Trento

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 383/2018

Publicação Nº 1666966

Retifica Portaria nº 383/2018

Fica retificada a Portaria nº 383/2018, de 11 de junho de 2018, publicada em 14 de junho de 2018 no DOM/SC – edição nº 2.550, página 439, passando a vigorar a Portaria nº 383/2018, devidamente retificada, publicada na data de 29/06/2018, por motivo de equívoco na digitação do prazo da Licença do Servidor.

Nova Trento, 29 de junho de 2018.

Ivana Regina Cadore

Diretora Recursos Humanos

DECRETO Nº 121/2018 - CONVOCA APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017

Publicação Nº 1667174

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 121/2018

convoca aprovadoS no PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, MAXILIANO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA: Art. 1º – Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, do dia 02 de julho de 2018 a 05 de julho de 2018 (exceto no dia 03 de julho de 2018), no período compreendido entre 07horas e 13horas, munido da documentação abaixo relacionada (original e cópia):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atualizado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral, custeado pelo convocado;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);

XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 28 de junho de 2018.

MAXILIANO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I
(Decreto nº 121/2018)**CARGO: ENFERMEIRO**

Classificação	Nome completo
6º	GISELE MEROLLI MIRANDA

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Classificação	Nome completo
16º	MARIA ROSA DA SILVA MAZZOLLI
17º	MARIA ORDINA MORAES
18º	MARIA CAMILA CONACO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

(Decreto nº 121/2018)

Exmo. Senhor
Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário
Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,, portador (a) do
RG nº e CPF nº, Candidato(a) naª posição do Processo Seletivo - Edital
nº, inscrição nº, para o cargo de, pela Prefeitura Municipal de Nova Trento,
venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº,
publicado no Diário Oficial dos Municípios de/ /..... .

Nova Trento, de de 2018.

Assinatura

DECRETO Nº 122/2018 - CONVOCA APROVADA NO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2018

Publicação Nº 1667400

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO**DECRETO Nº 122/2018**

convoca aprovada no PROCESSO SELETIVO Nº 002/2018, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO
SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, MAXILIANO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais,
conferidas pelo Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA: Art. 1º – Fica convocada a candidata classificada nominada no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Re-
cursos Humanos, do dia 29 de junho de 2018 a 04 de julho de 2018 (exceto no dia 03 de julho de 2018), no período compreendido entre
07horas e 13horas, munido da documentação abaixo relacionada (original e cópia):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atualizado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral, custeado pelo convocado;
XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;
XIII – Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);
XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);
XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);
XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;
XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);
Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 28 de junho de 2018.

MAXILIANO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I
(Decreto nº 122/2018)

CARGO: ESTAGIÁRIO DE PSICOLOGIA

Classificação	Nome completo
1º	BÁRBARA CIPRIANI

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

(Decreto nº 122/2018)

Exmo. Senhor
Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário
Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,, portador (a) do
RG nº e CPF nº, Candidato(a) naª posição do Processo Seletivo - Edital
nº, inscrição nº, para o cargo de, pela Prefeitura Municipal de Nova Trento,
venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº,
publicado no Diário Oficial dos Municípios de/ /..... .

Nova Trento, de de 2018.

Assinatura

EDITAL Nº 06/2018

Publicação Nº 1667360

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL NOVA TRENTO-CMDUR/NT

Edital nº: 06/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Desenvolvimento Rural e Urbano de Nova Trento-CMDRU/NT, Criado pela Lei Municipal nº 266/2009, no qual instituiu o Plano Diretor Municipal, vem por meio deste convocar toda a população de Nova Trento para participar de importante Reunião Extraordinária, que se realizara no dia 28 de junho de 2018, as 19:00 em chamada unica, na Câmara de Vereadores Municipal de Nova Trento, localizada na rua Ida Orsi Feller , bairro Bezenelo para deliberar sobre as seguintes Assuntos:

- Leitura da ata da reunião anterior;
- Revisão de 10 anos do Plano Diretor Municipal;

- Assuntos Gerais;
- Palavra Aberta;
- Encerramento.

Por se tratar de importante reunião de debate e deliberações relacionadas ao desenvolvimento urbano e rural sustentável, a participação popular é de fundamental importância para democratização do país.

Nova Trento, 27 de junho de 2018.

Victor Alisson Gomes

Presidente do CMDUR/NT

PORTARIA Nº 339/2018 "A"

Publicação Nº 1667369

PORTARIA Nº 339/2018 "A"

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Jucelino Marino Chini, Secretário Municipal de Administração e Finanças, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de Férias em dinheiro no mês de MAIO do corrente ano à Servidora Pública Municipal IVANA REGINA CADORE, matrícula nº 81, concursada, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Recursos Humanos, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 02/05/2017 a 01/05/2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de maio de 2018.

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

PORTARIA Nº 376/2018 "A"

Publicação Nº 1667365

PORTARIA Nº 376/2018 "A"

Concede Licença Prêmio

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095, de 18 de abril de 2017, e de acordo com o art. 102, da Lei Municipal nº 1.207/92, de 30/08/1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio à Servidora Pública Municipal DEJANILA CIPRIANI MOTTA, matrícula nº 223, concursado no cargo de Agente de Saúde Pública, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade Sanitária Madre Paulina, centro, Município de Nova Trento, pelo período de 02 (dois) meses, relativo ao período aquisitivo de 01/03/2008 a 13/11/2013, a contar de 01 de junho de 2018 a 30 de julho de 2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de junho de 2018.

Maxiliano de Oliveira

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 383/2018

Publicação Nº 1666968

PORTARIA Nº 383/2018

Concede Licença Tratamento de Saúde em Pessoa da Família

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde em Pessoa da Família à Servidora Pública Municipal IVANILDE RAISER MAFFEZOLI, matrícula nº 151, no cargo de provimento efetivo de Auxiliar de manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Creche Municipal Santo Antonin, Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 12 (doze) dias, a contar de 24 de maio de 2018 a 04 de junho de 2018, conforme resultado pericial, datado de 11 de junho.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de junho de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 396/2018 "A"

Publicação Nº 1667361

PORTARIA Nº 396/2018 "A"

Concede Licença Prêmio

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095, de 18 de abril de 2017, e de acordo com o art. 102, da Lei Municipal nº 1.207/92, de 30/08/1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio à Servidora Pública Municipal IVONE ARMELINI TOMASI, matrícula nº 422, concursado no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, pertencente a Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, centro, Município de Nova Trento, pelo período de 02 (dois) meses, relativo ao período aquisitivo de 03/05/1999 a 02/05/2004, com efeitos a contar de 20 de junho de 2018 a 18 de agosto de 2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de junho de 2018.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 402/2018

Publicação Nº 1666911

PORTARIA Nº 402/2018

Concede Licença Tratamento Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal MICHELLE KETRIN DE MELO, matrícula nº 270 ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicopedagogo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação, Centro, pertencente ao Quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias,

com efeitos a contar de 14/06/2018 a 12/08/2018, conforme atestado médico, datado de 14 de junho de 2018, conforme resultado pericial, datado de 27 de junho de 2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 27 de junho de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 403/2018

Publicação Nº 1667353

PORTARIA Nº 403/2018

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de Férias em dinheiro no mês de JUNHO do corrente ano à Servidora Pública Municipal ELICE BOTTAMEDI, matrícula nº 7395, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal Comissionado da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 01/03/2017 a 28/02/2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 27 de junho de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal Administração e Finanças

PORTARIA Nº 404/2018

Publicação Nº 1667358

PORTARIA Nº 404/2018

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de Férias em dinheiro no mês de JUNHO do corrente ano à Servidora Pública Municipal ANGELITA MURARO MAFEZZOLLI, matrícula nº 6746, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 03/08/2016 a 02/08/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 27 de junho de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal Administração e Finanças

PORTARIA Nº 405/2018

Publicação Nº 1667370

PORTARIA Nº 405/2018

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de Férias em dinheiro no mês de JUNHO do corrente ano ao Servidor Público Municipal ROBSON ALMEIDA, matrícula nº 6834, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor do Hospital, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, do Quadro de Pessoal Comissionado da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 17/08/2015 a 16/08/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 27 de junho de 2018.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal Administração e Finanças

PORTARIA Nº 406/2018

Publicação Nº 1668590

PORTARIA Nº 406/2018

Dispõe sobre a Cessão de Servidor Municipal

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, de acordo com a Lei nº 2.457, de 29 de março de 2012 e o Convênio 004/2018, firmado com a Delegacia de Polcia Civil de Nova Trento,

RESOLVE:

Art. 1º Fica disposto a cessão da Servidora Pública Municipal Maria Cristina Adami, matrícula nº 262, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Assistente Administrativo, nomeada através da Portaria 198/2004 de 27/04/2004, para a Delegacia de Polícia Civil de Nova Trento, com efeitos a contar de 17 de maio de 2018, com ônus para o cedente.

Art. 2º A cessão será pelo prazo de 17 de maio de 2018 a 31 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 29 de junho de 2018.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO N.º 256, DE 25 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1668085

DECRETO N.º 256, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

"HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1.030, de 10 de setembro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução n.º 009/CMS/2018, do Conselho Municipal de Saúde, datada de 23 de março de 2018, anexa a este Decreto, que aprova o demonstrativo dos recursos financeiros aplicados na saúde até o terceiro quadrimestre de 2017.

Art. 2º - Fica homologada a Resolução n.º 010/CMS/2018, do Conselho Municipal de Saúde, datada de 25 de maio de 2018, anexa a este Decreto, que aprova o demonstrativo dos recursos financeiros aplicados na saúde no primeiro quadrimestre de 2018.

Art. 3º - Fica homologada a Resolução n.º 011/CMS/2018, do Conselho Municipal de Saúde, datada de 25 de maio de 2018, anexa a este Decreto, que aprova a transferência do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para a aquisição de instrumentais de vídeo cirurgia que serão cedidos para o Instituto Civitas – Hospital São Marcos, através do Termo de Cessão e Uso.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 25 de junho de 2018.

ROGERIO JOSE FRIGO
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 25 de junho de 2018.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

LEI 574 DE 28 DE JUNHO 2018

Publicação Nº 1667862

PROJETO DE LEI Nº 574 de 28 de Junho de 2018

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CEDER MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL AOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA QUE DECLAREM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA.

LUIZ DARCI ZAFFARI, Prefeito Municipal em Exercício de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e com fundamento no artigo 23 da Lei Complementar Nº 025/2013;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder máquinas, equipamentos e pessoal aos municípios do Estado de Santa Catarina e municípios limítrofes do Estado do Paraná que declararem “SE-Situação de Emergência ou ECP-Estado de Calamidade Pública.”

Parágrafo único: As máquinas, equipamentos e pessoal serão cedidos para a normalização dos serviços públicos essenciais, tais como desobstrução e recuperação de estradas, ruas etc., se estendendo também aos setores de saúde, trânsito e segurança, a juízo do município cedente.

Art. 2º – O controle das máquinas, equipamentos e pessoal cedidos, serão de competência do Poder Executivo Municipal cedente, que deverá atuar em conjuntamente com o órgão competente do município beneficiado com a presente lei.

Art. 3º - As despesas de locomoção das máquinas, equipamentos e pessoal, até o municípios atingidos, correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 4º – O Executivo Municipal expedirá decreto especificando as máquinas, os equipamentos e pessoal cedidos, estipulando um prazo determinado pela cessão.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte/SC,
em 28 de Junho de 2018.

LUIZ DARCI ZAFFARI

Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se

Publique-se

LEI 575 DE 28 DE JUNHO 2018

Publicação Nº 1667868

Lei 575 de 28 de junho de 2018.

DISPÕE SOBRE OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Luiz Darci Zaffari Prefeito em exercício de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, consolidada pela Lei nº 12.435, de 06 Julho de 2011.

Art. 2º O benefício eventual é uma modalidade de provisão de Proteção Social de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, prestados aos cidadãos em razão de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade e de calamidade pública.

§ 1º O Benefício Eventual deve integrar à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social.

§ 2º O município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do Benefício Eventual;

§ 3º Na comprovação das necessidades para a concessão do Benefício Eventual são vedadas quaisquer situações de constrangimento ou

vexatórias.

§ 4º A prioridade na concessão dos Benefícios Eventuais será para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e os casos de calamidade pública.

Art. 3º O Benefício Eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Art. 4º É imprescindível à concessão de qualquer Benefício Eventual de que trata esta Lei, a realização de estudo Socioeconômico ou documento técnico emitido pelas equipes de referência que atuam na Política de Assistência Social.

Art. 5º Os Benefícios Eventuais poderão ser concedidos:

I – Pecúnia

II – Bens de consumo

III - Através de prestação de serviços, por intermédio de empresas especializadas e habilitadas;

Parágrafo Único: A concessão dos Benefícios Eventuais poderá ser cumulada, conforme o caso dentre as formas prestativas neste Artigo.

Art. 6º São formas de Benefício Eventuais no Âmbito do Município de Novo Horizonte-SC:

I - auxílio natalidade;

II - auxílio funeral;

III- Auxílio em situações de vulnerabilidade temporária;

IV – Auxílio em situações de desastre e/ou calamidade Pública;

V –Auxílio Aluguel Social.

Art. 7º O Auxílio Natalidade atenderá, aos seguintes aspectos:

I –necessidades do nascituro;

II - apoio à família nos casos de natimorto e morte do recém nascido;

III–apoio à família no caso de morte da mãe.

§ 1º São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

I – Se o benefício for solicitado antes do nascimento o responsável deverá apresentar declaração médica comprovando o tempo gestacional;

II – Se for após o nascimento o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;

III – Comprovante de residência;

IV – Comprovante de renda de todos os membros da família, sendo que a renda familiar per capita mensal deverá ser igual ou inferior a 1/4 (um quarto), de salário mínimo Nacional vigente na data do requerimento;

V – Documentos pessoais.

§2º O requerimento do auxílio natalidade poderá ser solicitado a partir do 7º mês de gestação até o 30º dia após o nascimento.

§3º O valor conferido ao auxilio natalidade será limitado de no máximo um salário mínimo vigente.

Art. 8º O auxilio funeral atenderá:

I – despesas com urna funerária, velório, sepultamento e traslado;

II – necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros; e

III – ressarcimento, no caso de ausência do Benefício Eventual no momento em que este se fizer necessário.

Parágrafo Único: Para a concessão deste Benefício não ultrapassará o valor de um salário mínimo Nacional vigente.

§ 1º São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I – Atestado de óbito;

II – Comprovante de residência;

III – Comprovante de renda de todos os membros da família;

IV – Documentos pessoais.

§ 2º O auxílio funeral será concedido até 30 dias após o óbito.

§ 3º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de Alta Complexidade o responsável pela entidade poderá solicitar o auxilio funeral.

§ 4º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua a Secretaria de Assistência Social será responsável pela concessão do benefício em nome do falecido, uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer e o pagamento do auxílio será realizado diretamente à funerária.

Art. 9º. Os benefícios natalidade e funeral podem ser concedidos diretamente a um integrante da família beneficiária sendo familiar de primeiro grau.

Art. 10º - O auxílio alimentação será fornecido a famílias em situação de vulnerabilidade social mediante cadastro socioeconômico na Secretaria Municipal de Assistência Social não ultrapassando o período máximo de 03 (três) meses.

Parágrafo Único: A concessão deste Benefício será em forma de produtos alimentícios entregues na residência da família beneficiada.

Art. 11. Entende-se por outros benefícios eventuais as ações emergenciais de caráter transitório em forma de pecúnia ou de bem material para reposição de perdas com a finalidade de atender as vítimas de calamidades e enfrentar contingências, de modo a reconstruir a autonomia através de redução de vulnerabilidade e impactos decorrentes de riscos sociais.

Art. 12. Para atendimento de vítimas de calamidade pública, o Benefício Eventual deve assegurar-lhes a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia, nos termos do § 2º do art. 22 da Lei nº 8.742, de 1993.

Parágrafo único. Para os fins desta lei, entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, podendo ser advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Art. 13. Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município identificar as vítimas e trabalhar em conjunto com os demais órgãos competentes realizando todos os procedimentos necessários a concessão e operacionalização dos Benefícios dispostos nesta Lei, de modo a evitar sobreposição de itens de ajuda humanitária e Benefícios Eventuais, haja visto o trabalho integrado da defesa Civil e Assistência Social.

Art. 14. O Conselho Municipal de Assistência Social deverá ser comunicado em situação de calamidade Pública, regulamentando sob resolução específica, dispondo dos técnicos da Política de Assistência Social para averiguação e identificação destas famílias para serem beneficiadas nesta concessão.

Art. 15. O auxílio Aluguel Social consiste em subsidiar as despesas com o pagamento de aluguel de imóvel residencial a família que:

§ 1º Tenha sido vítima de situação de emergência e calamidade pública;

§ 2º Encontre-se em condição de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, em acompanhamento pela Assistência Social do Município, e não possuir imóvel no Município e/ou externo ao Município.

Parágrafo único: Para efeito deste auxílio, considera-se família, um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo e que se julgam unidas por laços consanguíneos ou afetivos, e que tenha como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulados com a estrutura social na qual está inserida, bem como:

I - Ter rendimento familiar igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo nacional vigente. Na composição familiar deverá ser levada em consideração a totalidade do rendimento bruto dos membros da família, oriundos do trabalho e/ou outras fontes de qualquer natureza, incluindo benefícios sociais.

II - O período de vigência do referido Benefício será de no máximo 03 (três) meses, não ultrapassando o valor mensal de ¼ (um quarto) do salário mínimo Nacional vigente.

Em caso de necessidade de permanência da família por período superior a 03 (três) meses, far-se-á novo Estudo Social e caberá a secretária de Habitação arcar com as despesas subsequentes de tal Benefício, não ultrapassando o prazo máximo total de 06 (seis) meses.

Art. 15. Os casos omissos serão encaminhados para parecer do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 16. As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas pela dotação orçamentária prevista na Lei Orçamentária anual da Assistência Social.

Art. 17. As provisões relacionadas a programas, projetos, serviços e benefícios afetos ao campo da saúde, educação, integração nacional e demais políticas setoriais, não se incluem na condição de Benefícios Eventuais da Assistência Social conforme prevê Resolução CNAS nº 39/2010.

Art. 18. Decreto do Poder Executivo regulamentará a aplicação da presente Lei.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Lei Municipal nº 473 de 20 de junho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte/SC em 28 de junho de 2018

LUIZ DARCI ZAFFARI

Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se

Publique-se

PORTARIA 057

Publicação Nº 1667049

PORTARIA Nº 057, de 27 de Junho de 2018.

Concede licença para tratamento de saúde e dá outras providências.

LUIZ DARCI ZAFFARI, Prefeito Municipal em Exercício de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso VII, do artigo 71 da Lei Complementar nº 024/2003:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora pública municipal JANETE RAQUEL DE OLIVEIRA CRISTANI, Matrícula 221/01, ocupante do cargo de Orientadora Educacional pelo período de 20 dias (vinte) dias, conforme atestado em anexo, iniciando-se no 16º dia a cargo do IPAM a partir 12 de Julho de 2.018.

Art. 2o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC,

Em 27 de Junho de 2018.

LUIZ DARCI ZAFFARI

Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e

Publique-se

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 05, DE 22 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1667763

DECRETO LEGISLATIVO Nº 05, DE 22 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE O PARECER DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, REFERENTE AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE/SC.

CLEONIR JOSÉ DE LIMA, Presidente de Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC,

FAÇO SABER, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica aprovado o Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que recomenda a aprovação das contas do exercício de 2016 da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC, constante no Processo nº. PCP-17/00161021.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC, em 22 de junho de 2018.

Cleonir José de Lima

Presidente da Câmara de Vereadores

Orleans

PREFEITURA

PROCESSO Nº 115/2018 PREFEITURA

Publicação Nº 1668323

PROCESSO Nº 115/2018

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 66/2018

Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE CARROCERIA PARA VEÍCULO URBANO DE CARGA (CAMINHÃO LEVE) PARA USO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ORLEANS

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 12/07/2018 às 08h:30min.

Abertura das Propostas: dia 12/07/2018, às 09h00min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 28 de Junho de 2018.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 35/2018 FMS

Publicação Nº 1668318

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 35/2018 FMS

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 19/2018 REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETRO-ELETRÔNICOS E DEMAIS UTENSÍLIOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE E SUAS DEPENDÊNCIAS.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 12/07/2018 às 14h00min. Abertura das Propostas: dia 12/07/2018, às 14h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 28 de Junho de 2018.

Luana Debiasi Mattei de Oliveira

Secretária de Saúde.

REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO - PROCESSO 33/2018 PREFEITURA

Publicação Nº 1667781

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2018

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2018

EMPRESA: TEVIAN COMERCIAL LTDA

Visando manter a margem de lucro anteriormente pactuada, fica alterado o preço do seguinte item:

Item 1 – LEITE UHT INTEGRAL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMÁRIA, TIPO TETRA PAK, CONTENDO NESTA 01 LITRO DE VOLUME LÍQUIDO, E EM EMBALAGEM SECUNDÁRIA DE PAPELÃO, TIPO CAIXA, CONTENDO NESTA 12 LITROS. DEVE APRESENTAR VALIDADE SUPERIOR A 8 SEMANAS NO ATO DA ENTREGA.– R\$ 3,34

Orleans, 28 de Junho de 2018

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO - PROCESSO Nº 165/2017 PREFEITURA

Publicação Nº 1668256

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2017

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2017

EMPRESA: FRANCISCO PEDRO CARDOZO & CIA LTDA

Visando manter a margem de lucro anteriormente pactuada, fica alterado o preço do seguinte item (redução do valor):

Item 3 – Diesel S-10 – R\$ 3,095

Orleans, 28 de Junho de 2018

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO - PROCESSO Nº 88/2017 PREFEITURA

Publicação Nº 1668166

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2017

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2017

EMPRESA: DIFafa TRANSPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

Visando manter a margem de lucro anteriormente pactuada, fica alterado o preço do seguinte item:

Item 53 – LEITE LONGA VIDA INTEGRAL, LEITE INTEGRAL UHT. EMBALAGENS – O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM EMBALAGENS TETRA PACK DE 1 LITRO. PRAZO DE VALIDADE - MÍNIMO DE 90 DIAS. DATA DE FABRICAÇÃO - MÁXIMO DE 30 DIAS. – R\$ 3,34

Orleans, 28 de Junho de 2018

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

PR 043/2018

Publicação Nº 1666960

MUNICÍPIO DE OURO / SC
PREGÃO PRESENCIAL N. 0043/2018

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 17/07/2018, às 14:00 hs, o Processo Licitatório nº. 0060/2018, na modalidade Pregão Presencial N. 0043/2018, tipo menor preço por item, com entrega parcelada. Objeto: A presente licitação pelo sistema de Registro de preços, tem por objeto a aquisição de materiais e insumos hospitalares para as unidades básicas de saúde do Município. Obtenção do edital: licitacao2@ouro.sc.gov.br; www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 28/06/2018. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

Ouro Verde

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 033/2018

Publicação Nº 1668006

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 033/2018
PROCESSO LICITATÓRIO 044/2018

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Aquisição de camisetas, gêmeos alimentícios e consumo destinadas ao torneio dos agricultores do Município de Ouro Verde. Entrega dos Envelopes: Até as 13h30min dia 12/07/2018. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 13:45min dia 12/07/2018. Obt. informações e Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), Ouro Verde (SC), 28 de junho de 2018. Amelio Remor Junior Prefeito Municipal.

Paial

PREFEITURA

DECRETO Nº 041/2018,

Publicação Nº 1668296

“Designa Comissão Permanente de Licitações e dá outras providências”.

NEVIO ANTONIO MORTARI, Prefeito Municipal de Paial-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e de conformidade com o Art. 51 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Municipal Permanente de Licitações, com a incumbência de realizar a habilitação preliminar e o processamento e julgamento das propostas pertinentes aos processos licitatórios.

Art. 2º. Ficam nomeados para comporem a Comissão Municipal Permanente de Licitações os servidores públicos municipais a seguir relacionados:

AMAURI JOSÉ AUZILIERO	Presidente
RENAN VIZZOTO	Presidente
JONATANS BENDER	Membro
MAICON POGANSKI	Membro
ADELMO LUIS BRAATZ	Membro
TANIA AULER	Membro
ANA PAULA ALVES DA SILVA	Membro
TALITA FACHINELLO	Membro

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 07/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina,
em 19 de Junho de 2018.

NEVIO ANTONIO MORTARI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Paial, 19 de Junho de 2018.

Adelmo Luis Braatz
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Palhoça

PREFEITURA

ERRATA 001 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2018

Publicação Nº 1667760

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
ERRATA Nº 001
PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2018

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Edital Convocatório, ficando aprazado para o dia 13/07/2018, às 14h00min, o recebimento e abertura dos envelopes de proposta e habilitação do Pregão Presencial nº 070/2018. O edital, que está embasado na lei de licitações, e as respectivas alterações encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, das 13h00min às 19h00min, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 28 de junho de 2018. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

ERRATA PREGÃO 68/2018

Publicação Nº 1667825

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
ERRATA Nº 001
PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2018

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Termo de Referência, Termo de Referência Técnico e Modelo da Proposta do Edital Convocatório, ficando aprazado para o dia 12/07/2018, às 09:00hs, o recebimento dos envelopes e a sessão de lances do Pregão Presencial nº 68/2018. O edital, que está embasado na lei de licitações, e as respectivas alterações encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 28 de junho de 2018. O PREGOEIRO.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 111/2018

Publicação Nº 1667932

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO Nº 111/2018. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AGROINDUSTRIAL FREITAS EIRELLI. OBJETO: aquisição de equipamentos agrícolas para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura de Palhoça. VALOR: R\$ 27.280,00 (vinte e sete mil duzentos e oitenta reais). Data: 04/06/2018.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 112/2018

Publicação Nº 1668120

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO Nº 112/2018. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DELBA VICENTINI CREMASCO. OBJETO: aquisição de equipamentos agrícolas para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura de Palhoça. VALOR: R\$ 18.400,00 (dezoito mil e quatrocentos reais). Data: 04/06/2018.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 114/2018

Publicação Nº 1668129

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 114/2018. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTAIR FABRO & CIA. OBJETO: aquisição de equipamentos agrícolas para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura de Palhoça. VALOR: R\$ 13.390,00 (treze mil trezentos e noventa reais). Data: 04/06/2018.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 116/2018

Publicação Nº 1668172

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 116/2018. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JOHNY FABRICIO CAMPOS BRUCKHOFF. OBJETO: aquisição de equipamentos agrícolas para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura de Palhoça. VALOR: R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais). Data: 05/06/2018.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 122/2018

Publicação Nº 1668181

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 122/2018. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TUBOS E CONEXÕES SUNS DO BRASIL EIRELLI. OBJETO: aquisição de TUBO FOFO PONTA BOLSA JGS DN 300mm para dar continuidade na execução da obra de implantação de rede de abastecimento de água,praia da Pinheira e Guarda do Embaú (Adutora de Água Bruta – AAB)deste Município. VALOR: R\$ 28.242,50 (vinte e oito mil duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos). Data: 15/06/2018.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 124/2018

Publicação Nº 1668187

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 124/2018. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RODRIGUES & RODRIGUES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA – ME. OBJETO: contratação de empresa execução da Praça Conselho Comunitária Vida Melhor, localizada no bairro Ponte do Imaruim no município de Palhoça/SC, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. VALOR: R\$ 66.050,61 (sessenta e seis mil e cinquenta reais e sessenta e um centavos). Data: 19/06/2018.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 125/2018

Publicação Nº 1668196

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 125/2018. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA. OBJETO: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, gerados pelos serviços de saúde da Administração Pública Municipal. VALOR: R\$ 235.008,00 (duzentos e trinta e cinco mil e oito reais) referente a 12 (doze) meses. Data: 22/06/2018.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 129/2018

Publicação Nº 1667922

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 129/2018. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SOLIDA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EIRELI – ME. OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de Drenagem, Pavimentação a Paver, Sinalização e execução de Passeio Público com acessibilidade da Rua Palmira Rosa e Silva (LOTE 1), e Drenagem, Pavimentação a Paver, Sinalização e execução de passeio público com acessibilidade da Rua José Pedro Correia Filho (LOTE 2), localizadas no bairro Pontal, no município de Palhoça/SC, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. VALOR: R\$ 675.315,83 (seiscentos e setenta e cinco mil trezentos e quinze reais e oitenta e três centavos). Data: 28/06/2018.

JULGAMENTO EM 1º GRAU AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL (AIA) - AUTO 200

Publicação Nº 1668309

	Prefeitura Municipal de Palhoça – Santa Catarina Fundação Cambirela de Meio Ambiente Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC CEP: 88130-600 FONES / FAX: (48) 3279-1796 - CGC 06.139.152/0001-56 www.fcarn.sc.gov.br
--	--

JULGAMENTO EM 1º GRAU AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL (AIA)	DO AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 000200
---	--

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:	19636/2017	DATA:	03/10/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:	17352/2017	DATA:	24/08/2017

QUALIFICAÇÃO DO AUTUADO

NOME:	Dulcinea Fatima da Silva	CNPJ/CPF:	888.334.379-45	RG:	3.096.857-
ENDEREÇO CORRESP.:	Rua Valdemar Joaquim. da Silva, s/nº – Pinheira - Palhoça/SC				
COMPLEMENTO:		CEP:	88.130.000		

LOCALIZAÇÃO E DATA DA INFRAÇÃO AMBIENTAL

LOCAL DA INFRAÇÃO:	Rua Valdemar Joaquim. da Silva, s/nº – Pinheira - Palhoça/SC				
COMPLEMENTO:		INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:			
DATA DA LAVRATURA DO AIA:	28/08/2017	HORA DA LAVRATURA DO AIA:	15h55		

DESCRIÇÃO SUMÁRIA CONSTANTE NO AIA

"Edificação em madeira, telhado de amianto com A= 40,m², no peste, sem licença/autorização"

DISPOSITIVOS LEGAIS VIOLADOS CONSTANTES DO AIA

Lei Federal nº 9.605/98, art.(s). 40 II; Decreto Federal nº 6.514/08, art.(s). 91, 3º, II

JULGAMENTO EM 1º GRAU

Vistos e analisados os autos do processo administrativo, verificou-se que o autuado cometeu infração ambiental MÉDIO I e foi enquadrado no(s) artigo(s) 91 do Decreto Federal nº6.514/08.

Houve dano ambiental, qual seja, edificação em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL sem licença/autorização. Assim, conclui-se: Pela manutenção do auto de infração ambiental nº00200, ajustando o valor da multa simples em R\$ 900,00 (novecentos reais), a ser recolhido no prazo de 5 dias, a partir do recebimento desta notificação, sob pena de inscrição na dívida ativa do município, ou para apresentar recurso, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, conforme estabelecido no Decreto Federal nº 6.514/08, arts.127 a 130.

Deverá o autuado, efetuar, IMEDIATAMENTE, o DESFAZIMENTO CONSENSUAL DAS EDIFICAÇÕES OBJETO DO AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 000200/B e apresentar Projeto de Recuperação de Área Degradada PRAD para apreciação técnica, para tanto o(a) autuado(a) deverá protocolar o estudo ambiental adequado junto ao Setor de Protocolo da FCAM - Fundação Cambirela de Meio Ambiente.

Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE E CONFIRMO AS PENALIDADES APLICADAS.

Expeça-se o competente Ofício, encaminhe-se ao infrator para tomar ciência das obrigações a ele aqui determinadas.

Palhoça, 12 de junho de 2018.

AUTORIDADE JULGADORA EM 1ºGRAU

ANESTOR PEDRO DENONI
Presidente
Fundação Cambirela de Meio Ambiente

JULGAMENTO EM 1º GRAU AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL (AIA) - AUTO 142

Publicação Nº 1668328

	Prefeitura Municipal de Palhoça – Santa Catarina Fundação Cambirela de Meio Ambiente Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC CEP: 88130-600 FONES / FAX: (48) 3279-1796 - CGC 06.139.152/0001-56 www.fcarn.sc.gov.br
--	--

JULGAMENTO EM 1º GRAU AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL (AIA)	DO AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 000142
---	--

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:	574/2007	DATA:	Não Consta		
QUALIFICAÇÃO DO AUTUADO					
NOME:	Viviane Gercina da Silva Tavares	CNPJ/CPF:	548.765.129-53	RG:	157.7459
ENDEREÇO CORRESP.:	Servidão Valdemir Joaquim da Silva, nº1267 – Pinheira - Palhoça/SC				
COMPLEMENTO:		CEP:	88.130.000		

LOCALIZAÇÃO E DATA DA INFRAÇÃO AMBIENTAL			
LOCAL DA INFRAÇÃO:	Servidão Valdemir Joaquim da Silva, (final) – Pinheira - Palhoça/SC		
COMPLEMENTO:		INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:	
DATA DA LAVRATURA DO AIA:	04/10/2007	HORA DA LAVRATURA DO AIA:	15h50

DESCRIÇÃO SUMÁRIA CONSTANTE NO AIA
‘Abertura de rua e edificação em APP (restinga) e no interior da PEST (Parque Estadual da Serra do Tabuleiro)’

DISPOSITIVOS LEGAIS VIOLADOS CONSTANTES DO AIA
Lei Federal nº 9.605/98, art(s). 64, 40 e 38 II; Decreto Federal nº 6.514/08, art(s). 3º, II E 51

JULGAMENTO EM 1º GRAU
Vistos e analisados os autos do processo administrativo, verificou-se que o autuado cometeu infração ambiental e foi enquadrado no(s) artigo(s) e foi enquadrado no(s) artigo(s) 43 e 66 do Decreto Federal nº6.514/08. Houve dano ambiental, qual seja, abertura de rua e edificação em APP sem licença/autorização. O que impossibilitou o órgão licenciador de efetuar uma análise previa, bem como definir as condicionantes adequadas a execução da atividade e onde restou o responsável autuado pela fiscalização ambiental/FCAM. Assim, conclui-se: Pela manutenção do auto de infração ambiental nº00142, ajustando o valor da multa simples em R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais), a ser recolhido no prazo de 5 dias, a partir do recebimento desta notificação, sob pena de inscrição na dívida ativa do município, ou para apresentar recurso, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, conforme estabelecido no Decreto Federal nº 6.514/08, arts.127 a 130. Deverá a autuada, apresentar, IMEDIATAMENTE, Projeto de Recuperação de Área Degradada PRAD para apreciação técnica, para tanto o(a) autuado(a) deverá protocolar o estudo ambiental adequado junto ao Setor de Protocolo da FCAM - Fundação Cambirela de Meio Ambiente. Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE E CONFIRMO AS PENALIDADES APLICADAS. Expeça-se o competente Ofício, encaminhe-se ao infrator para tomar ciência das obrigações a ele aqui determinadas. Palhoça, 03 de maio de 2018.

AUTORIDADE JULGADORA EM 1ºGRAU
ANESTOR PEDRO DENONI Presidente Fundação Cambirela de Meio Ambiente

JULGAMENTO EM 1º GRAU AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL (AIA) - AUTO 197

Publicação Nº 1668317

Prefeitura Municipal de Palhoça – Santa Catarina Fundação Cambirela de Meio Ambiente Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC CEP: 88130-600 FONES / FAX: (48) 3279-1796 - CGC 06.139.152/0001-56 www.fcaml.sc.gov.br
--

JULGAMENTO EM 1º GRAU AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL (AIA)	DO AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 000197
---	--

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:	19636/2017	DATA:	03/10/2017		
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:	17352/2017	DATA:	24/08/2017		
QUALIFICAÇÃO DO AUTUADO					
NOME:	Glaudemir Pacheco Carvalho	CNPJ/CPF:	463.554.100-53	RG:	-
ENDEREÇO CORRESP.:	Rua Valdemar Joaquim. da Silva, s/nº – Pinheira - Palhoça/SC				
COMPLEMENTO:		CEP:	88.130.000		

LOCALIZAÇÃO E DATA DA INFRAÇÃO AMBIENTAL			
LOCAL DA INFRAÇÃO:	Rua Valdemar Joaquim. da Silva, s/nº – Pinheira - Palhoça/SC		
COMPLEMENTO:		INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:	
DATA DA LAVRATURA DO AIA:	28/08/2017	HORA DA LAVRATURA DO AIA:	15h30

DESCRIÇÃO SUMÁRIA CONSTANTE NO AIA

“Edificação em madeira, telhado de amianto com A= 30,00m, edificação em madeira, telhado de amianto, com A= 18,00m² e 01 edificação em madeira, telhado de amianto, com A= 24,00m², no Pest, sem licença/autorização”

DISPOSITIVOS LEGAIS VIOLADOS CONSTANTES DO AIA

Lei Federal nº 9.605/98, art.(s). 40 II; Decreto Federal nº 6.514/08, art.(s). 91, 3º, II

JULGAMENTO EM 1º GRAU

Vistos e analisados os autos do processo administrativo, verificou-se que o autuado cometeu infração ambiental MÉDIO I e foi enquadrado no(s) artigo(s) 91 do Decreto Federal nº6.514/08.

Houve dano ambiental, qual seja, edificação em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL sem licença/autorização. Assim, conclui-se: Pela manutenção do auto de infração ambiental nº00197, ajustando o valor da multa simples em R\$ 900,00 (novecentos reais), a ser recolhido no prazo de 5 dias, a partir do recebimento desta notificação, sob pena de inscrição na dívida ativa do município, ou para apresentar recurso, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, conforme estabelecido no Decreto Federal nº 6.514/08, arts.127 a 130.

Deverá o autuado, efetuar, IMEDIATAMENTE, o DESFAZIMENTO CONSENSUAL DAS EDIFICAÇÕES OBJETO DO AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 000197/B e apresentar Projeto de Recuperação de Área Degradada PRAD para apreciação técnica, para tanto o(a) autuado(a) deverá protocolar o estudo ambiental adequado junto ao Setor de Protocolo da FCAM - Fundação Cambirela de Meio Ambiente.

Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE E CONFIRMO AS PENALIDADES APLICADAS.

Expeça-se o competente Ofício, encaminhe-se ao infrator para tomar ciência das obrigações a ele aqui determinadas.

Palhoça, 12 de junho de 2018.

AUTORIDADE JULGADORA EM 1ºGRAU

ANESTOR PEDRO DENONI
Presidente
Fundação Cambirela de Meio Ambiente

JULGAMENTO EM 1º GRAU AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL (AIA) - AUTO 265

Publicação Nº 1668321

	Prefeitura Municipal de Palhoça – Santa Catarina Fundação Cambirela de Meio Ambiente Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC CEP: 88130-600 FONES / FAX: (48) 3279-1796 - CGC 06.139.152/0001-56 www.fcama.sc.gov.br
--	--

JULGAMENTO EM 1º GRAU AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL (AIA)	DO AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 000265
---	--

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:	3806/2018	DATA:	28/02/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:	7821/2018	DATA:	06/04/2018

QUALIFICAÇÃO DO AUTUADO

NOME:	LUCIANO JOAQUIM FERNANDES	CNPJ/CPF:	004.056.179-87	RG:	3.821.304-4
ENDEREÇO CORRESP.:	Rua Jovito Donato de Souza, s/nº – Maciambú – Palhoça/SC				
COMPLEMENTO:		CEP:			

LOCALIZAÇÃO E DATA DA INFRAÇÃO AMBIENTAL

LOCAL DA INFRAÇÃO:	Rua Jovito Donato de Souza, s/nº – Maciambú – Palhoça/SC				
COMPLEMENTO:		INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:			
DATA DA LAVRATURA DO AIA:	28/03/2018	HORA DA LAVRATURA DO AIA:	14:30h		

JULGAMENTO EM 1º GRAU

Vistos e analisados os autos do processo administrativo, verificou-se que o autuado cometeu infração ambiental MÉDIA II e foi enquadrado no(s) artigo(s) e foi enquadrado no(s) artigo(s) 66 do Decreto Federal nº6.514/08.

Houve dano ambiental, qual seja, o Corte e queima de vegetação, parcelamento do solo e edificação em APP, sem o devido licenciamento ambiental. O que impossibilitou o órgão licenciador de efetuar uma análise prévia, bem como definir as condicionantes adequadas à execução da atividade onde restou o responsável autuado pela fiscalização ambiental/ FCAM. Assim, conclui-se:

Pela manutenção do auto de infração ambiental nº 00265/B, fixando o valor da multa simples em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a partir do recebimento desta notificação, ou para apresentar recurso, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, conforme estabelecido no Decreto Federal nº 6.514/08, arts.127 a 130.

Deverá a autuada ficar ciente que:

"Art. 11. O cometimento de nova infração ambiental pelo mesmo infrator, no período de cinco anos, contados da lavratura de auto de infração anterior devidamente confirmado no julgamento de que trata o art. 124, implica:

I - aplicação da multa em triplo, no caso de cometimento da mesma infração; ou

II - aplicação da multa em dobro, no caso de cometimento de infração distinta."

Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE E CONFIRMO AS PENALIDADES APLICADAS.

Expeça-se o competente Ofício, encaminhe-se ao infrator para tomar ciência das obrigações a ele aqui determinadas.

Palhoça, 11 de junho de 2018.

AUTORIDADE JULGADORA EM 1º GRAU

ANESTOR PEDRO DENONI

Presidente

Fundação Cambirela de Meio Ambiente

JULGAMENTO EM 1º GRAU AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL (AIA) - AUTO 332

Publicação Nº 1668313

**Prefeitura Municipal de Palhoça – Santa Catarina****Fundação Cambirela de Meio Ambiente**Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani –
Palhoça/SC CEP: 88130-600

FONES / FAX: (48) 3279-1796 - CGC 06.139.152/0001-56

www.fcam.sc.gov.br

JULGAMENTO EM 1º GRAU AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL (AIA)	DO AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 000332
---	--

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:	4012403/2012	DATA:	31/05/2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:	4013805/2012	DATA:	20/06/2012

QUALIFICAÇÃO DO AUTUADO			
NOME:	Rua Aristides Francisco de Melo, 389, Aririú – Palhoça/SC	CNPJ/CPF	343.705.879-72
		RG:	1/R814.112
ENDEREÇO CORRESP.:	Rua Aristides Francisco de Melo, 389, Aririú – Palhoça/SC		
COMPLEMENTO:		CEP:	88.135.146

LOCALIZAÇÃO E DATA DA INFRAÇÃO AMBIENTAL			
LOCAL DA INFRAÇÃO:	Rua Osni José Pereira, s/nº, Pacheco – Palhoça/SC		
COMPLEMENTO:		INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:	
DATA DA LAVRATURA DO AIA:	31/05/2012	HORA DA LAVRATURA DO AIA:	15h

DESCRIÇÃO SUMÁRIA CONSTANTE NO AIA
“Edificação (alicerce para muro) com 49,00 ml e aterro (barro), com A=414,00 m², em APP (olho d’água) sem licença/autorização”.

DISPOSITIVOS LEGAIS VIOLADOS CONSTANTES DO AIA
Lei Federal nº 9.605/98, art(s). 64 e 38 II; Decreto Federal nº 6.514/08, art(s). 3º, II E 43 e 74

JULGAMENTO EM 1º GRAU
<p>Vistos e analisados os autos do processo administrativo, verificou-se que o autuado cometeu infração ambiental LEVE I e foi enquadrado no(s) artigo(s) <u>e foi enquadrado no(s) artigo(s) 43 e 74 do Decreto Federal nº6.514/08.</u></p> <p>Houve dano ambiental, qual seja, o aterro e edificação em APP sem licença/autorização. O que impossibilitou o órgão licenciador de efetuar uma análise previa, bem como definir as condicionantes adequadas a execução da atividade e onde restou o responsável autuado pela fiscalização ambiental/ FCAM. Assim, conclui-se:</p> <p>Pela manutenção do auto de infração ambiental nº00332, ajustando o valor da multa simples em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a ser recolhido no prazo de 5 dias, a partir do</p>

recebimento desta notificação, sob pena de inscrição na dívida ativa do município, ou para apresentar recurso, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, conforme estabelecido no Decreto Federal nº 6.514/08, arts.127 a 130.

Deverá o autuado, apresentar, IMEDIATAMENTE, Projeto de Recuperação de Área Degradada PRAD para apreciação técnica, para tanto o(a) autuado(a) deverá protocolar o estudo ambiental adequado junto ao Setor de Protocolo da FCAM - Fundação Cambirela de Meio Ambiente.

Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE E CONFIRMO AS PENALIDADES APLICADAS.

Expeça-se o competente Ofício, encaminhe-se ao infrator para tomar ciência das obrigações a ele aqui determinadas.

Palhoça, 30 de abril de 2018.

AUTORIDADE JULGADORA EM 1º GRAU

ANESTOR PEDRO DENONI
Presidente
Fundação Cambirela de Meio Ambiente

PORTARIA 45

Publicação Nº 1667988

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 45/2018.

CRISTINA SCWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar nº. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando o Memorando nº 22.210/2018 da Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como argüida à servidora pública V.P.D.O nos termos do art. 231, 233 e 235 da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que a servidora supostamente, demonstra, ineficiência desidiosa no exercício de suas funções e atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

- A) ROSI MARIA VARELLA – mat. 800786 - Presidente
- B) RENATA ANSELMO MAFRA COELHO - mat. 129290 – Secretária
- C) JOSIANI FARIAS PEREIRA - mat. 801457 – Membro

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em 26 de junho de 2018.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 46

Publicação Nº 1667992

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 46/2018.

CRISTINA SCWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar nº. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando o Memorando nº 34.201/2018 da Fundação Municipal de Esporte e Cultura

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Sindicância Investigatória para apurar responsabilidade pelos fatos, nos termos do art. 229, 238, 239, 241 da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Presidente da Sindicância que será integrada pelo membro a seguir:

A) RENATA ANSELMO MAFRA COELHO - mat. 129290 - Presidente

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em 27 de junho de 2018.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 47

Publicação Nº 1667998

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 47/2018.

CRISTINA SCWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar nº. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Por ter surgido fatos novos ligados diretamente ao objeto apuratório e com base no art. 236, Parágrafo Único Lei Complementar 96/2010 a comissão pede ADITAMENTO da portaria inicial nº 33/2014.

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como argüida à servidora pública P.C nos termos do art. 231, 233 e 235 da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que a servidora supostamente, feriu o art. 214, inciso IV.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

- A) ROSI MARIA VARELLA – mat. 800786 - Presidente
- B) RENATA ANSELMO MAFRA COELHO - mat. 129290 – Secretária
- C) JOSIANI FARIAS PEREIRA - mat. 801457 – Membro

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em 28 de junho de 2018.
Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PREGÃO PRESENCIAL 055/2018 - ERRATA 03

Publicação Nº 1668252

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
ERRATA 03
PREGÃO PRESENCIAL Nº055/2018

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Edital do Pregão Presencial nº 055/2018, que tem como objeto a aquisição de Relógio Ponto Biométrico para atender as necessidades do Centro Administrativo, demais Secretarias, Fundos e Autarquias, através de Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas nos anexos, ficando apazado para o dia 11 de julho de 2018 às 14:00h para abertura. Informamos que as alterações encontram-se à disposição na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado à Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, no horário das 13:00 às 18:00 horas ou no site palhoca.atende.net.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

PORTARIA Nº 044/2018

Publicação Nº 1668508

PORTARIA Nº 044/2018

Concede pensão por morte, em caráter integral a Senhora Maria Antonio de Quadros dependente presumida do servidor ativo falecido, Sr. Ademar Aldo de Quadros, detentor do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, Nível: ANF-C-I, Letra: "G", nos termos do art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03, do art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 10.887/04 e do art. 34, inciso I da Lei Municipal nº 1.320/01.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art.1º Conceder, pensão por morte, conforme dispõe o art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal a senhora Maria Antonio de Quadros, inscrita no CPF nº 806.599.939-53 e portadora do RG nº 1.579.400, dependente presumida do servidor ativo Sr. Ademar Aldo de Quadros, falecido em 24/05/2018.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei Municipal nº 1.320/2001, correspondente a 100% (cem por cento) do valor do provento percebido na data do óbito, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

§ Único - A revisão dos proventos de pensão por morte obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos, eis que o falecimento ocorreu após publicação desta Emenda (31/12/2003).

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso VI do art. 85, da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 24/05/2018, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, 21 de junho de 2018.
Milton Luiz Espindola Maria Terezinha Broering Fernandes
Presidente do IPPA Assistente Administrativo
Matrícula 300054-01

Palma Sola

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 144/2018 - PAVIMAR

Publicação Nº 1667734

CONTRATO: 144/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 56/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: PAVIMAR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE C.B.U.Q – CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE E EMULSÃO ASFÁLTICA.

RECURSOS: PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA Nº. 000021065 - PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA 2018007474 – FIRMADA COM O ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE E O MUNICÍPIO DE PALMA SOLA-SC,

VALOR TOTAL: 302.225,00

VIGÊNCIA: 31/12/2018

ASSINATURA: 26/06/2018

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
PREFEITO MUNICIPAL

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 73/2018

Publicação Nº 1667126

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 015/2018

PROCESSO N.º 73/2018

OBJETO: serviços E PEÇAS para Reforma e manutenção do veículo Volkswagen MPolo Allegro gvr, Branco, Placa MDB 9009.

CONTRATADO: comércio de peças e serviços Ltda. – me, inscrita no CNPJ sob nº. 815.402.475/0001-81.

VALOR TOTAL: R\$ 4.314,40 (quatro mil e trezentos e quatorze reais e quarenta centavos).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 28/06/2018.

PALMITOS, 28 DE JUNHO DE 2018. DAIR JOCELY ENGE – PREFEITO MUNICIPAL.

Papanduva

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA 032/2018 LOGITEX

Publicação Nº 1667717

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
EXTRATO DE ata Nº 032 /2018

Objeto: A presente licitação tem por objetivo aquisição de Materiais Odontológicos de consumo e permanentes e kits de prevenção bucal, para uso nos consultórios odontológicos do Fundo Municipal da Saúde e também para o programa Saúde nas Escolas. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: LOGITEX BRASIL COMERCIAL EIRELI-ME Valor de R\$ 20.588,00 (vinte mil e quinhentos e oitenta e oito reais). Papanduva, 24 de Maio de 2018. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE ATA 074/2018 ANDRÉ L. SELINKE

Publicação Nº 1667242

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
EXTRATO DE ata Nº 074/2018

Objeto: A presente licitação tem por objetivo o Registro de Preços, para Adesivos plotados e impressos, Banners, Crachás, Faixas, Películas (insulfilm), Plaquetas, Placas de Trânsito, Toldos, Totens, Placas de Faixada e Lonas plotadas ou impressas. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: ANDRÉ LUIZ SELINKE, valor de R\$ 160.308,00 (cento e sessenta mil e trezentos e oito reais). Base Legal Lei 8666/92. Papanduva, 25 de Junho de 2018. – JOÃO JAIME IANSKOSKI- Prefeito Municipal (em exercício).

Paraíso

PREFEITURA

1 TERMO ADITIVO CT 34-2018

Publicação Nº 1667208

MUNICIPIO DE PARAISO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CT Nº 34/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018

PROCESSO LICITATORIO Nº 18/2018

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CERCA PARA FECHAMENTO DO PERÍMETRO DO TERRENO DA INDUSTRIA LETAVO ALIMENTOS LTDA E AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, EM ATENDIMENTO A CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº 45/2015.

DO VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 16.529,06 (Dezesseis mil, quinhentos e vinte e nove reais e seis centavos).

DO VALOR ACRESCIDO: 1.680,15 (Hum mil, seiscentos e oitenta reais e quinze centavos).

A CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: JONAS TARIGA ME.

DA VIGENCIA: O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC

Paraíso/SC, 23 de Maio de 2018.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC

CONVOCAÇÃO 01/2018

Publicação Nº 1667562

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2018

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

O Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, aprovados pelo CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017, o qual foi homologado em 31/01/2018, para que no prazo de 15 (quinze) dias, a contar desta data, compareçam no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paraíso, munidos dos documentos necessários, para proceder aos atos de cadastramento e registro e posterior posse no cargo público, conforme segue:

NOME DO CANDIDATO	CARGO/EMPREGO	CARGA HORÁRIA	CLASSIF
JAÍNE DEVICARI	Agente Administrativo	40 h/s	1º
GIOVANI CARNIEL	Agente Administrativo	40 h/s	2º
HILÁRIO CARLOS SCHERNER	Agente Administrativo	40 h/s	3º
LOIRI KAPPEL	Auxiliar de Serviços Gerais	40 h/s	1º
JULIA FRANCIELI VICENTINI	Merendeira	40 h/s	1º
NATALIA GENY DEGASPERIN	Monitor de Educação	40 h/s	1º
PEDRO PAULO DOS SANTOS	Monitor de Educação	40 h/s	2º
ANA PAULA DELLBRUGGER	Orientador Social	40 h/s	1º
MARCELI KAEFER BERWANGER	Professor II - Ciências	15 h/s	1º
JOSUÉ VARGAS DE JESUS	Motorista – CNH Cat. 'D'	40 h/s	1º
ADILSON BORGER	Motorista – CNH Cat. 'D'	40 h/s	2º
ALTEMIR ANTONIO FALAVIGNA	Motorista – CNH Cat. 'D'	40 h/s	3º
ADIMILSON FARENCENA	Motorista – CNH Cat. 'D'	40 h/s	4º

O candidato que no prazo acima não comparecer ou não puder assumir a vaga, favor enviar e-mail para rh@paraíso.sc.gov.br, desistindo da vaga expondo o motivo, ou solicitando sua reclassificação.

Demais informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Pessoal da Prefeitura, ou pelo telefone (49) 36270077 e (49) 984088062, em horário de expediente.

MUNICIPIO DE PARAÍSO – SC, em 07 de fevereiro de 2018.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Paraíso / SC

Divisão de Recursos Humanos

DOCUMENTOS PARA NOMEAÇÃO

01 Foto 3x4

Cópias dos documentos pessoais: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição (quitação eleitoral), Carteira de Trabalho com inscrição no PIS/PASEP, Certidão de nascimento ou de Casamento;

Cópia da CNH – Para os cargos de Motorista e Operador;

Cópia do Comprovante de Escolaridade – Diploma e Registro no Órgão de Classe, se for o caso;

Cópia da Carteira Profissional, se for o caso;

Cópia do Certificado Militar (sexo masculino)

Cópia Certidão Nascimento dos filhos

» Cópia Carteira Vacinação dos filhos até 06 anos (folha onde constam identificação e folha das vacinas)

Cópia comprovante de residência

Declaração do IR ou Declaração de Bens e Rendimentos – Listar os bens com valor aproximado e outras fontes de renda;

Declaração de não acúmulo de cargos ou funções públicas vedadas em Lei - Anexo

Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável - Anexo

Alvará de Folha Corrida - foro da Comarca de residência do candidato - Internet – Certidão criminal - www.tjsc.jus.br

Número de conta bancária no Banco do Brasil;

- Atestado Médico Admissional (Médico do Trabalho).

É proibido assumir as funções no cargo pretendido sem a apresentação de toda a documentação exigida junto ao RH.

TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER ENTREGUES ANTES DO INÍCIO DAS ATIVIDADES NO CARGO, E NÃO SERÃO ACEITAS ENTREGAS PARCIAIS (Deverão ser entregues todos juntos).

Contato:

Raimundo Maldaner

984088062 ou 36270090

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGO/FUNÇÃO/EMPREGO PÚBLICO

Eu _____, RG _____, CPF _____

DECLARO, com base no que dispõem os incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal e no Decreto Estadual nº 29.352, de 09 de julho de 2008 que, presentemente:

() Não exerço em acumulação remunerada qualquer outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente pelo poder público.

() Exerço o(s) cargo(s) público(s), função(es) ou emprego(s) abaixo:

a) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de _____ horas semanais, nos seguintes horários: das _____ às _____, das _____ às _____ e das _____ às _____.

b) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de _____ horas semanais, nos seguintes horários: das _____ às _____, das _____ às _____ e das _____ às _____.

c) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de _____ horas semanais, nos seguintes horários: das _____ às _____, das _____ às _____ e das _____ às _____.

Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas acima relacionadas e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal, durante o exercício da função para a qual fui contratado(a).

Paraíso / SC _____, de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) do RG n. _____, inscrito (a) no CPF sob o n. _____, DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Paraíso / SC, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

CONVOCAÇÃO 02/2018

Publicação Nº 1667566

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2018
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

O Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, aprovados pelo CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017, o qual foi homologado em 31/01/2018, para que no prazo de 15 (quinze) dias, a contar desta data, compareçam no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paraíso, munidos dos documentos necessários, para proceder aos atos de cadastramento e registro e posterior posse no cargo público, conforme segue:

NOME DO CANDIDATO	CARGO/EMPREGO	CARGA HORÁRIA	CLASSIF
DIRLEI GNOVATTO	Operador de Máquinas e Equipamentos	40 h/s	1º
SIDINANDO BORGMANN	Operador de Máquinas e Equipamentos	40 h/s	2º
PAULO SÉRGIO GHENO	Operador de Máquinas e Equipamentos	40 h/s	3º

O candidato que no prazo acima não comparecer ou não puder assumir a vaga, favor enviar e-mail para rh@paraíso.sc.gov.br, desistindo da vaga expondo o motivo, ou solicitando sua reclassificação.

Demais informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Pessoal da Prefeitura, ou pelo telefone (49) 36270077 e (49) 984088062, em horário de expediente.

MUNICIPIO DE PARAÍSO – SC, em 07 de fevereiro de 2018.

Valdecir Antonio Casagrande
Prefeito MunicipalPrefeitura Municipal de Paraíso / SC
Divisão de Recursos Humanos**DOCUMENTOS PARA NOMEAÇÃO**

01 Foto 3x4

Cópias dos documentos pessoais: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição (quitação eleitoral), Carteira de Trabalho com inscrição no PIS/PASEP, Certidão de nascimento ou de Casamento;

Cópia da CNH – Para os cargos de Motorista e Operador;

Cópia do Comprovante de Escolaridade – Diploma e Registro no Órgão de Classe, se for o caso;

Cópia da Carteira Profissional, se for o caso;

Cópia do Certificado Militar (sexo masculino)

Cópia Certidão Nascimento dos filhos

» Cópia Carteira Vacinação dos filhos até 06 anos (folha onde constam identificação e folha das vacinas)

Cópia comprovante de residência

Declaração do IR ou Declaração de Bens e Rendimentos – Listar os bens com valor aproximado e outras fontes de renda;

Declaração de não acúmulo de cargos ou funções públicas vedadas em Lei - Anexo

Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável - Anexo

Alvará de Folha Corrida - foro da Comarca de residência do candidato - Internet – Certidão criminal - www.tjsc.jus.br

Número de conta bancária no Banco do Brasil;

- Atestado Médico Admissional (Médico do Trabalho).

É proibido assumir as funções no cargo pretendido sem a apresentação de toda a documentação exigida junto ao RH.

TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER ENTREGES ANTES DO INÍCIO DAS ATIVIDADES NO CARGO, E NÃO SERÃO ACEITAS ENTREGAS PARCIAIS (Deverão ser entregues todos juntos).

Contato:

Raimundo Maldaner

984088062 ou 36270090

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGO/FUNÇÃO/EMPREGO PÚBLICOEu _____ RG _____
_____, CPF _____

DECLARO, com base no que dispõem os incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal e no Decreto Estadual nº 29.352, de 09 de julho de 2008 que, presentemente:

() Não exerço em acumulação remunerada qualquer outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente pelo poder público.

() Exerço o(s) cargo(s) público(s), função(es) ou emprego(s) abaixo:

a) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de ____ horas semanais, nos seguintes horários: das ____ às ____, das ____ às ____ e das ____ às ____.

b) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de ____ horas semanais, nos seguintes horários: das ____ às ____, das ____ às ____ e das ____ às ____.

c) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de ____ horas semanais, nos seguintes horários: das ____ às ____, das ____ às ____ e das ____ às ____.

Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas acima relacionadas e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal, durante o exercício da função para a qual fui contratado(a).

Paraíso / SC _____, de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) do RG n. _____, inscrito (a) no CPF sob o n. _____, DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Paraíso / SC, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

CONVOCAÇÃO 03/2018

Publicação Nº 1667568

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2018
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

O Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, aprovados pelo CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017, o qual foi homologado em 31/01/2018, para que no prazo de 15 (quinze) dias, a contar desta data, compareçam no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paraíso, munidos dos documentos necessários, para proceder aos atos de cadastramento e registro e posterior posse no cargo público, conforme segue:

NOME DO CANDIDATO	CARGO/EMPREGO	CARGA HORÁRIA	CLASSIF
ANA PAULA CECHE	Orientador Social	40 h/s	2º

O candidato que no prazo acima não comparecer ou não puder assumir a vaga, favor enviar e-mail para rh@paraíso.sc.gov.br, desistindo da vaga expondo o motivo, ou solicitando sua reclassificação.

Demais informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Pessoal da Prefeitura, ou pelo telefone (49) 36270077 e (49) 984088062, em horário de expediente.

MUNICIPIO DE PARAÍSO – SC, em 26 de fevereiro de 2018.

Valdecir Antonio Casagrande
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Paraíso / SC
Divisão de Recursos Humanos

DOCUMENTOS PARA NOMEAÇÃO

01 Foto 3x4

Cópias dos documentos pessoais: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição (quitação eleitoral), Carteira de Trabalho com inscrição no PIS/PASEP, Certidão de nascimento ou de Casamento;

Cópia da CNH – Para os cargos de Motorista e Operador;

Cópia do Comprovante de Escolaridade – Diploma e Registro no Órgão de Classe, se for o caso;

Cópia da Carteira Profissional, se for o caso;

Cópia do Certificado Militar (sexo masculino)

Cópia Certidão Nascimento dos filhos

» Cópia Carteira Vacinação dos filhos até 06 anos (folha onde constam identificação e folha das vacinas)

Cópia comprovante de residência

Declaração do IR ou Declaração de Bens e Rendimentos – Listar os bens com valor aproximado e outras fontes de renda;

Declaração de não acúmulo de cargos ou funções públicas vedadas em Lei - Anexo

Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável - Anexo

Alvará de Folha Corrida - foro da Comarca de residência do candidato - Internet – Certidão criminal - www.tjsc.jus.br

Número de conta corrente ou conta salário no Banco do Brasil;

- Atestado Médico Admissional (Médico do Trabalho).

É proibido assumir as funções no cargo pretendido sem a apresentação de toda a documentação exigida junto ao RH.

TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER ENTREGUES ANTES DO INÍCIO DAS ATIVIDADES NO CARGO, E NÃO SERÃO ACEITAS ENTREGAS PARCIAIS (Deverão ser entregues todos juntos).

Contato:

Raimundo Maldaner

984088062 ou 36270090

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGO/FUNÇÃO/EMPREGO PÚBLICO

Eu _____ RG _____
_____, CPF _____

DECLARO, com base no que dispõem os incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal e no Decreto Estadual nº 29.352, de 09 de julho de 2008 que, presentemente:

() Não exerço em acumulação remunerada qualquer outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente pelo poder público.

() Exerço o(s) cargo(s) público(s), função(es) ou emprego(s) abaixo:

a) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de _____ horas semanais, nos seguintes horários: das _____ às _____, das _____ às _____ e das _____ às _____.

b) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de _____ horas semanais, nos seguintes horários: das _____ às _____, das _____ às _____ e das _____ às _____.

c) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de _____ horas semanais, nos seguintes horários: das _____ às _____, das _____ às _____ e das _____ às _____.

Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas acima relacionadas e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal, durante o exercício da função para a qual fui contratado(a).

Paraíso / SC _____, de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) do RG n. _____, inscrito (a) no CPF sob o n. _____, DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Paraíso / SC, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

CONVOCAÇÃO 05/2018

Publicação Nº 1667574

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2018
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

O Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, aprovados pelo CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017, o qual foi homologado em 31/01/2018, para que no prazo de 15 (quinze) dias, a contar desta data, compareçam no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paraíso, munidos dos documentos necessários, para proceder aos atos de cadastramento e registro e posterior posse no cargo público, conforme segue:

NOME DO CANDIDATO	CARGO/EMPREGO	CARGA HORÁRIA	CLASSIF
DANIEL CAMILO	Agente Administrativo	40 h/s	4º
GISELE EDUARDA SCHNEIDER	Agente Administrativo	40 h/s	5º

O candidato que no prazo acima não comparecer ou não puder assumir a vaga, favor enviar e-mail para rh@paraíso.sc.gov.br, desistindo da vaga expondo o motivo, ou solicitando sua reclassificação.

Demais informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Pessoal da Prefeitura, ou pelo telefone (49) 36270077 e (49) 984088062, em horário de expediente.

MUNICIPIO DE PARAÍSO – SC, em 28 de fevereiro de 2018.

Valdecir Antonio Casagrande
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Paraíso / SC
Divisão de Recursos Humanos

DOCUMENTOS PARA NOMEAÇÃO

01 Foto 3x4

Cópias dos documentos pessoais: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição (quitação eleitoral), Carteira de Trabalho com inscrição no PIS/PASEP, Certidão de nascimento ou de Casamento;

Cópia da CNH – Para os cargos de Motorista e Operador;

Cópia do Comprovante de Escolaridade – Diploma e Registro no Órgão de Classe, se for o caso;

Cópia da Carteira Profissional, se for o caso;

Cópia do Certificado Militar (sexo masculino)

Cópia Certidão Nascimento dos filhos

» Cópia Carteira Vacinação dos filhos até 06 anos (folha onde constam identificação e folha das vacinas)

Cópia comprovante de residência

Declaração do IR ou Declaração de Bens e Rendimentos – Listar os bens com valor aproximado e outras fontes de renda;

Declaração de não acúmulo de cargos ou funções públicas vedadas em Lei - Anexo

Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável - Anexo

Alvará de Folha Corrida - foro da Comarca de residência do candidato - Internet – Certidão criminal - www.tjsc.jus.br

Número de conta corrente ou conta salário no Banco do Brasil;

- Atestado Médico Admissional (Médico do Trabalho).

É proibido assumir as funções no cargo pretendido sem a apresentação de toda a documentação exigida junto ao RH.

TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER ENTREGES ANTES DO INÍCIO DAS ATIVIDADES NO CARGO, E NÃO SERÃO ACEITAS ENTREGAS PARCIAIS (Deverão ser entregues todos juntos).

Contato:

Raimundo Maldaner

984088062 ou 36270090

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGO/FUNÇÃO/EMPREGO PÚBLICO

Eu _____ RG _____
_____, CPF _____

DECLARO, com base no que dispõem os incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal e no Decreto Estadual nº 29.352, de 09 de julho de 2008 que, presentemente:

() Não exerço em acumulação remunerada qualquer outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente pelo poder público.

() Exerço o(s) cargo(s) público(s), função(es) ou emprego(s) abaixo:

a) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de ____ horas semanais, nos seguintes horários: das ____ às _____, das ____ às _____ e das ____ às _____.

b) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de ____ horas semanais, nos seguintes horários: das ____ às _____, das ____ às _____ e das ____ às _____.

c) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de ____ horas semanais, nos seguintes horários: das ____ às _____, das ____ às _____ e das ____ às _____.

Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas acima relacionadas e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal, durante o exercício da função para a qual fui contratado(a).

Paraíso / SC _____, de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) do RG n. _____, inscrito (a) no CPF sob o n. _____, DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Paraíso / SC, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

CONVOCAÇÃO 06/2018

Publicação Nº 1667585

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2018
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

O Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, aprovados pelo CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017, o qual foi homologado em 31/01/2018, para que no prazo de 15 (quinze) dias, a contar desta data, compareçam no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paraíso, munidos dos documentos necessários, para proceder aos atos de cadastramento e registro e posterior posse no cargo público, conforme segue:

NOME DO CANDIDATO	CARGO/EMPREGO	CARGA HORÁRIA	CLASSIF
CIMARA CAVALHEIRO DE ABREU	Monitora de Educação	40 h/s	3ª
GILVANA ZANELLA	Orientador Social	40 H/S	3ª

O candidato que no prazo acima não comparecer ou não puder assumir a vaga, favor enviar e-mail para rh@paraíso.sc.gov.br, desistindo da vaga expondo o motivo, ou solicitando sua reclassificação.

Demais informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Pessoal da Prefeitura, ou pelo telefone (49) 36270077 e (49) 984088062, em horário de expediente.

MUNICIPIO DE PARAÍSO – SC, em 07 de março de 2018.

Valdecir Antonio Casagrande
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Paraíso / SC
Divisão de Recursos Humanos

DOCUMENTOS PARA NOMEAÇÃO

01 Foto 3x4

Cópias dos documentos pessoais: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição (quitação eleitoral), Carteira de Trabalho com inscrição no PIS/PASEP, Certidão de nascimento ou de Casamento;

Cópia da CNH – Para os cargos de Motorista e Operador;

Cópia do Comprovante de Escolaridade – Diploma e Registro no Órgão de Classe, se for o caso;

Cópia da Carteira Profissional, se for o caso;

Cópia do Certificado Militar (sexo masculino)

Cópia Certidão Nascimento dos filhos

» Cópia Carteira Vacinação dos filhos até 06 anos (folha onde constam identificação e folha das vacinas)

Cópia comprovante de residência

Declaração do IR ou Declaração de Bens e Rendimentos – Listar os bens com valor aproximado e outras fontes de renda;

Declaração de não acúmulo de cargos ou funções públicas vedadas em Lei - Anexo

Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável - Anexo

Alvará de Folha Corrida - foro da Comarca de residência do candidato - Internet – Certidão criminal - www.tjsc.jus.br

Número de conta corrente ou conta salário no Banco do Brasil;

- Atestado Médico Admissional (Médico do Trabalho).

É proibido assumir as funções no cargo pretendido sem a apresentação de toda a documentação exigida junto ao RH.

TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER ENTREGUES ANTES DO INÍCIO DAS ATIVIDADES NO CARGO, E NÃO SERÃO ACEITAS ENTREGAS PARCIAIS (Deverão ser entregues todos juntos).

Contato:

Raimundo Maldaner

984088062 ou 36270090

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGO/FUNÇÃO/EMPREGO PÚBLICO

Eu _____, RG _____
_____, CPF _____

DECLARO, com base no que dispõem os incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal e no Decreto Estadual nº 29.352, de 09 de julho de 2008 que, presentemente:

() Não exerço em acumulação remunerada qualquer outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente pelo poder público.

() Exerço o(s) cargo(s) público(s), função(es) ou emprego(s) abaixo:

a) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de _____ horas semanais, nos seguintes horários: das _____ às _____, das _____ às _____ e das _____ às _____.

b) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de _____ horas semanais, nos seguintes horários: das _____ às _____, das _____ às _____ e das _____ às _____.

c) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de _____ horas semanais, nos seguintes horários: das _____ às _____, das _____ às _____ e das _____ às _____.

Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas acima relacionadas e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal, durante o exercício da função para a qual fui contratado(a).

Paraíso / SC _____, de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) do RG n. _____, inscrito (a) no CPF sob o n. _____, DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Paraíso / SC, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

CONVOCAÇÃO 07/2018

Publicação Nº 1667589

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2018
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

O Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, aprovados pelo CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017, o qual foi homologado em 31/01/2018, para que no prazo de 15 (quinze) dias, a contar desta data, compareçam no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paraíso, munidos dos documentos necessários, para proceder aos atos de cadastramento e registro e posterior posse no cargo público, conforme segue:

NOME DO CANDIDATO	CARGO/EMPREGO	CARGA HORÁRIA	CLASSIF
JONATHAN GUSEN	Médico Clínico Geral	40 h/s	1ª
DOUGLAS JEAM DE ARRUDA	Motorista	40 H/S	5ª

O candidato que no prazo acima não comparecer ou não puder assumir a vaga, favor enviar e-mail para rh@paraíso.sc.gov.br, desistindo da vaga expondo o motivo, ou solicitando sua reclassificação.

Demais informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Pessoal da Prefeitura, ou pelo telefone (49) 36270077 e (49) 984088062, em horário de expediente.

MUNICIPIO DE PARAÍSO – SC, em 16 de abril de 2018.
Valdecir Antonio Casagrande
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Paraíso / SC
Divisão de Recursos Humanos

DOCUMENTOS PARA NOMEAÇÃO

01 Foto 3x4

Cópias dos documentos pessoais: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição (quitação eleitoral), Carteira de Trabalho com inscrição no PIS/PASEP, Certidão de nascimento ou de Casamento;

Cópia da CNH – Para os cargos de Motorista e Operador;

Cópia do Comprovante de Escolaridade – Diploma e Registro no Órgão de Classe, se for o caso;

Cópia da Carteira Profissional, se for o caso;

Cópia do Certificado Militar (sexo masculino)

Cópia Certidão Nascimento dos filhos

» Cópia Carteira Vacinação dos filhos até 06 anos (folha onde constam identificação e folha das vacinas)

Cópia comprovante de residência

Declaração do IR ou Declaração de Bens e Rendimentos – Listar os bens com valor aproximado e outras fontes de renda;

Declaração de não acúmulo de cargos ou funções públicas vedadas em Lei - Anexo

Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável - Anexo

Alvará de Folha Corrida - foro da Comarca de residência do candidato - Internet – Certidão criminal - www.tjsc.jus.br

Número de conta corrente ou conta salário no Banco do Brasil;

- Atestado Médico Admissional (Médico do Trabalho).

É proibido assumir as funções no cargo pretendido sem a apresentação de toda a documentação exigida junto ao RH.

TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER ENTREGES ANTES DO INÍCIO DAS ATIVIDADES NO CARGO, E NÃO SERÃO ACEITAS ENTREGAS PARCIAIS (Deverão ser entregues todos juntos).

Contato:

Raimundo Maldaner

984088062 ou 36270090

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGO/FUNÇÃO/EMPREGO PÚBLICO

Eu _____ RG _____
_____, CPF _____

DECLARO, com base no que dispõem os incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal e no Decreto Estadual nº 29.352, de 09 de julho de 2008 que, presentemente:

() Não exerço em acumulação remunerada qualquer outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente pelo poder público.

() Exerço o(s) cargo(s) público(s), função(es) ou emprego(s) abaixo:

a) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de ____ horas semanais, nos seguintes horários: das ____ às _____, das ____ às _____ e das ____ às _____.

b) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de ____ horas semanais, nos seguintes horários: das ____ às _____, das ____ às _____ e das ____ às _____.

c) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de ____ horas semanais, nos seguintes horários: das ____ às _____, das ____ às _____ e das ____ às _____.

Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas acima relacionadas e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal, durante o exercício da função para a qual fui contratado(a).

Paraíso / SC _____, de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) do RG n. _____, inscrito (a) no CPF sob o n. _____, DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Paraíso / SC, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

CONVOCAÇÃO 08/2018

Publicação Nº 1667591

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2018
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

O Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, aprovados pelo CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017, o qual foi homologado em 31/01/2018, para que no prazo de 15 (quinze) dias, a contar desta data, compareçam no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paraíso, munidos dos documentos necessários, para proceder aos atos de cadastramento e registro e posterior posse no cargo público, conforme segue:

NOME DO CANDIDATO	CARGO/EMPREGO	CARGA HORÁRIA	CLASSIF
HENRIQUE TERNUS PERREIRA	Operador de Máquinas e Equipamentos	40 h/s	7ª

O candidato que no prazo acima não comparecer ou não puder assumir a vaga, favor enviar e-mail para rh@paraíso.sc.gov.br, desistindo da vaga expondo o motivo, ou solicitando sua reclassificação.

Demais informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Pessoal da Prefeitura, ou pelo telefone (49) 36270077 e (49) 984088062, em horário de expediente.

MUNICIPIO DE PARAÍSO – SC, em 14 de maio de 2018.

Valdecir Antonio Casagrande
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Paraíso / SC
Divisão de Recursos Humanos

DOCUMENTOS PARA NOMEAÇÃO

01 Foto 3x4

Cópias dos documentos pessoais: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição (quitação eleitoral), Carteira de Trabalho com inscrição no PIS/PASEP, Certidão de nascimento ou de Casamento;

Cópia da CNH – Para os cargos de Motorista e Operador;

Cópia do Comprovante de Escolaridade – Diploma e Registro no Órgão de Classe, se for o caso;

Cópia da Carteira Profissional, se for o caso;

Cópia do Certificado Militar (sexo masculino)

Cópia Certidão Nascimento dos filhos

» Cópia Carteira Vacinação dos filhos até 06 anos (folha onde constam identificação e folha das vacinas)

Cópia comprovante de residência

Declaração do IR ou Declaração de Bens e Rendimentos – Listar os bens com valor aproximado e outras fontes de renda;

Declaração de não acúmulo de cargos ou funções públicas vedadas em Lei - Anexo

Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável - Anexo

Alvará de Folha Corrida - foro da Comarca de residência do candidato - Internet – Certidão criminal - www.tjsc.jus.br

Número de conta corrente ou conta salário no Banco do Brasil;

- Atestado Médico Admissional (Médico do Trabalho).

É proibido assumir as funções no cargo pretendido sem a apresentação de toda a documentação exigida junto ao RH.

TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER ENTREGUES ANTES DO INÍCIO DAS ATIVIDADES NO CARGO, E NÃO SERÃO ACEITAS ENTREGAS PARCIAIS (Deverão ser entregues todos juntos).

Contato:

Raimundo Maldaner

984088062 ou 36270090

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGO/FUNÇÃO/EMPREGO PÚBLICO

Eu _____, RG _____, CPF _____

DECLARO, com base no que dispõem os incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal e no Decreto Estadual nº 29.352, de 09 de julho de 2008 que, presentemente:

() Não exerço em acumulação remunerada qualquer outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente pelo poder público.

() Exerço o(s) cargo(s) público(s), função(es) ou emprego(s) abaixo:

a) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de _____ horas semanais, nos seguintes horários: das _____ às _____, das _____ às _____ e das _____ às _____.

b) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de _____ horas semanais, nos seguintes horários: das _____ às _____, das _____ às _____ e das _____ às _____.

c) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de _____ horas semanais, nos seguintes horários: das _____ às _____, das _____ às _____ e das _____ às _____.

Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas acima relacionadas e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal, durante o exercício da função para a qual fui contratado(a).

Paraíso / SC _____, de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) do RG n. _____, inscrito (a) no CPF sob o n. _____, DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Paraíso / SC, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

CONVOCAÇÃO 09/2018

Publicação Nº 1667603

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2018
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

O Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, aprovados pelo CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017, o qual foi homologado em 31/01/2018, para que no prazo de 30 (Trinta) dias, a contar desta data, compareçam no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paraíso, munidos dos documentos necessários, para proceder aos atos de cadastramento e registro e posterior posse no cargo público, conforme segue:

NOME DO CANDIDATO	CARGO/EMPREGO	CARGA HORÁRIA	CLASSIF
MARTIM KALICKI CASTILHO	Médico Clínico Geral	40 h/s	2ª

O candidato que no prazo acima não comparecer ou não puder assumir a vaga, favor enviar e-mail para rh@paraíso.sc.gov.br, desistindo da vaga expondo o motivo, ou solicitando sua reclassificação.

Caso tenha disponibilidade, assim que apresentar toda a documentação, poderá assumir o cargo.

Demais informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Pessoal da Prefeitura, ou pelo telefone (49) 36270077 e (49) 984088062, em horário de expediente.

MUNICIPIO DE PARAÍSO – SC, em 08 de junho de 2018.

Valdecir Antonio Casagrande
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Paraíso / SC
Divisão de Recursos Humanos

DOCUMENTOS PARA NOMEAÇÃO

01 Foto 3x4

Cópias dos documentos pessoais: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição (quitação eleitoral), Carteira de Trabalho com inscrição no PIS/PASEP, Certidão de nascimento ou de Casamento;

Cópia da CNH – Para os cargos de Motorista e Operador;

Cópia do Comprovante de Escolaridade – Diploma e Registro no Órgão de Classe, se for o caso;

Cópia da Carteira Profissional, se for o caso;

Cópia do Certificado Militar (sexo masculino)

Cópia Certidão Nascimento dos filhos

» Cópia Carteira Vacinação dos filhos até 06 anos (folha onde constam identificação e folha das vacinas)

Cópia comprovante de residência

Declaração do IR ou Declaração de Bens e Rendimentos – Listar os bens com valor aproximado e outras fontes de renda;

Declaração de não acúmulo de cargos ou funções públicas vedadas em Lei - Anexo

Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável - Anexo

Alvará de Folha Corrida - foro da Comarca de residência do candidato - Internet – Certidão criminal - www.tjsc.jus.br

Número de conta corrente ou conta salário no Banco do Brasil;

- Atestado Médico Admissional (Médico do Trabalho).

É proibido assumir as funções no cargo pretendido sem a apresentação de toda a documentação exigida junto ao RH.

TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER ENTREGES ANTES DO INÍCIO DAS ATIVIDADES NO CARGO, E NÃO SERÃO ACEITAS ENTREGAS PARCIAIS (Deverão ser entregues todos juntos).

Contato:

Raimundo Maldaner

984088062 ou 36270090

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGO/FUNÇÃO/EMPREGO PÚBLICO

Eu _____ RG _____
_____, CPF _____

DECLARO, com base no que dispõem os incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal e no Decreto Estadual nº 29.352, de 09 de julho de 2008 que, presentemente:

() Não exerço em acumulação remunerada qualquer outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente pelo poder público.

() Exerço o(s) cargo(s) público(s), função(es) ou emprego(s) abaixo:

a) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de ____ horas semanais, nos seguintes horários: das ____ às ____, das ____ às ____ e das ____ às ____.

b) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de ____ horas semanais, nos seguintes horários: das ____ às ____, das ____ às ____ e das ____ às ____.

c) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de ____ horas semanais, nos seguintes horários: das ____ às ____, das ____ às ____ e das ____ às ____.

Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas acima relacionadas e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal, durante o exercício da função para a qual fui contratado(a).

Paraíso / SC _____, de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) do RG n. _____, inscrito (a) no CPF sob o n. _____, DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Paraíso / SC, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

CONVOCAÇÃO 10/2018

Publicação Nº 1667608

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2018
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

O Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, aprovados pelo CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017, o qual foi homologado em 31/01/2018, para que no prazo legal de 30 (Trinta) dias, a contar desta data, compareçam no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paraíso, munidos dos documentos necessários, para proceder aos atos de cadastramento e registro e posterior posse no cargo público, conforme segue:

NOME DO CANDIDATO	CARGO/EMPREGO	CARGA HORÁRIA	CLASSIF
DIRCEU AMILTON MULLER	Médico Clínico Geral	40 h/s	3º

O candidato que no prazo acima não comparecer ou não puder assumir a vaga, favor enviar e-mail para rh@paraíso.sc.gov.br, desistindo da vaga expondo o motivo, ou solicitando sua reclassificação.

Caso tenha interesse e disponibilidade, assim que apresentar toda a documentação, poderá assumir o cargo, devido a necessidade urgente do profissional.

Demais informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Pessoal da Prefeitura, ou pelo telefone (49) 36270077 e (49) 98408-8062, em horário de expediente.

MUNICIPIO DE PARAÍSO – SC, em 28 de junho de 2018.

Valdecir Antonio Casagrande
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Paraíso / SC

Divisão de Recursos Humanos

DOCUMENTOS PARA NOMEAÇÃO

01 Foto 3x4

Cópias dos documentos pessoais: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição (quitação eleitoral), Carteira de Trabalho com inscrição no PIS/PASEP, Certidão de nascimento ou de Casamento;

Cópia da CNH – Para os cargos de Motorista e Operador;

Cópia do Comprovante de Escolaridade – Diploma e Registro no Órgão de Classe, se for o caso;

Cópia da Carteira Profissional, se for o caso;

Cópia do Certificado Militar (sexo masculino)

Cópia Certidão Nascimento dos filhos

» Cópia Carteira Vacinação dos filhos até 06 anos (folha onde constam identificação e folha das vacinas)

Cópia comprovante de residência

Declaração do IR ou Declaração de Bens e Rendimentos – Listar os bens com valor aproximado e outras fontes de renda;

Declaração de não acúmulo de cargos ou funções públicas vedadas em Lei - Anexo

Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável - Anexo

Alvará de Folha Corrida - foro da Comarca de residência do candidato - Internet – Certidão criminal - www.tjsc.jus.br

Número de conta corrente ou conta salário no Banco do Brasil;

- Atestado Médico Admissional (Médico do Trabalho).

É proibido assumir as funções no cargo pretendido sem a apresentação de toda a documentação exigida junto ao RH.

TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER ENTREGUES ANTES DO INÍCIO DAS ATIVIDADES NO CARGO, E NÃO SERÃO ACEITAS ENTREGAS PARCIAIS (Deverão ser entregues todos juntos).

Contato:

Raimundo Maldaner

984088062 ou 36270090

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGO/FUNÇÃO/EMPREGO PÚBLICO

Eu _____, RG _____, CPF _____

DECLARO, com base no que dispõem os incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal e no Decreto Estadual nº 29.352, de 09 de julho de 2008 que, presentemente:

() Não exerço em acumulação remunerada qualquer outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente pelo poder público.

() Exerço o(s) cargo(s) público(s), função(es) ou emprego(s) abaixo:

a) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de _____ horas semanais, nos seguintes horários: das _____ às _____, das _____ às _____ e das _____ às _____.

b) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de _____ horas semanais, nos seguintes horários: das _____ às _____, das _____ às _____ e das _____ às _____.

c) Local; _____ cuja jornada de trabalho é de _____ horas semanais, nos seguintes horários: das _____ às _____, das _____ às _____ e das _____ às _____.

Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas acima relacionadas e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal, durante o exercício da função para a qual fui contratado(a).

Paraíso / SC _____, de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) do RG n. _____, inscrito (a) no CPF sob o n. _____, DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Paraíso / SC, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

PR 31-2018

Publicação Nº 1667045

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2018

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 14:30 horas do dia 12 de Julho de 2018, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO PARA TODOS OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS REGULAMENTADORAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (049 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 28 de Junho de 2018.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

Passo de Torres

PREFEITURA

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – DL 09/2018

Publicação Nº 1668434

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PASSO DE TORRES/SC

Processo Licitatório nº. 055/2018

Modalidade – Dispensa de Licitação nº. 009/2018

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso I, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CHAPISCO, REBOCO E PINTURA DE MUROS E MOIRÕES COM ÁREA TOTAL DE 256,00M², A SER EXECUTADO NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE LOCALIZADO NA RUA MAMPITUBA, 512, BAIRRO PROGRESSO, NO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC. Conforme Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais determinações.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES/SC

CONTRATADO: ADEMIR BATISTA DA SILVA 02912266980

VIGÊNCIA: 28/06/2018 a 31/12/2018

VALOR GLOBAL: R\$ 11.046,40 (onze mil e quarenta e seis reais com quarenta centavos).

A presente Dispensa de Licitação está dentro dos termos estabelecidos no Art. 24, Inciso I da Lei nº 8.666/93, no caso de obras e serviços de engenharia, no qual o valor da contratação é menor ou igual a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), e se faz necessária para recomposição de um trecho da Rua da Sardinha no Município de Passo de Torres/SC. Além de conter Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária com os previstos custos atual e final e considerados os prazos de sua execução.

O Credor ADEMIR BATISTA DA SILVA 02912266980 – CNPJ: 26.820.809/0001-53, apresentou toda a documentação necessária e exigida para a presente Dispensa de Licitação, apresentou preço compatível com o de mercado dentro dos limites estabelecidos na Planilha Orçamentária e aceitou todas as cláusulas da Minuta Contratual.

Passo de Torres - SC, em 28 de junho de 2018.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Passos Maia**PREFEITURA****TERMO ADITIVO 01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0022/2018**

Publicação Nº 1667131

TERMO ADITIVO 0001 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0022/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0013/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n. 0008/2018

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Leomar Roberto Listoni, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n. 639.458.199-20 e RG n. 2.074.422, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado à empresa TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 20.235.235/0001-70, sediada à Rua Santa Maria, 184, sala 01, na cidade de Irani – Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu procurador Sr. Lidio De Oliveira Luz, brasileiro, inscrito no CPF sob o n. 032.039.669-05, domiciliando na cidade de Irani/SC, doravante denominada FORNECEDORA. De comum acordo resolvem celebrar o Presente Termo Aditivo, o que se fazem nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação prevista na cláusula quarta, da ata de registro de preço n. 0022/2018, bem como no Art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Fica alterada a quantidade do objeto do contrato, conforme tabela abaixo especificada, nos termos do art. 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e suas alterações:

ACRÉSCIMO DE ITEM						
Item 81	Quantidade dos itens			Valores dos itens		
	Atual	A ser acrescido	Total	Valor Unit.	A ser acrescido	Valor Total
Pão sovado, para cachorro-quente, peso aproximado da unidade 70 gramas. Deve possuir data de fabricação e validade. Embalados de acordo com a legislação vigente, pão deve ser bem assado, não pode vir murcho, amassado ou queimado.	1000	250	1250	R\$ 0,50	R\$ 125,00	R\$ 625,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste termo aditivo, correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas dos órgãos participantes para o exercício de 2018.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Passos Maia - SC, 28 de junho de 2018.

CONTRATADA CONTRATANTE

TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

Lidio De Oliveira Luz LEOMAR ROBERTO LISTONI

TESTEMUNHAS:

ALEX S. ZANCHET CPF: 068.152.419-71	EDSON SALVADEGO CPF: 067.004.859-32
--	--

DECRETO N. 58

Publicação Nº 1667119

DECRETO Nº 000058/18 de 22 de Junho de 2018

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Passos Maia no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Passos Maia e autorização contida na Lei Municipal nº 000800/17 de 13 de Novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 213.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

05.01 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO

05.01.12.361.1201.2.010-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

213.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

05.01 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO

05.01.12.361.1201.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

213.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de Junho de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

DECRETO N. 59

Publicação Nº 1667120

DECRETO Nº 000059/18 de 22 de Junho de 2018

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Passos Maia no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Passos Maia e autorização contida na Lei Municipal nº 000800/17 de 13 de Novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 90.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

05.01 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO

05.01.12.365.1201.2.014-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	90.000,00
--	-----------

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

05.01 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO

05.01.12.365.1201.2.014-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	80.000,00
--	-----------

05.01.12.365.1201.2.014-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
--	-----------

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de Junho de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

DECRETO N. 60

Publicação Nº 1667123

DECRETO Nº 000060/18 de 22 de Junho de 2018

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Passos Maia no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Passos Maia e autorização contida na Lei Municipal nº 000800/17 de 13 de Novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 7.415,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

05.01 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO

05.01.12.365.1201.2.014-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

7.415,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

05.01 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO

05.01.12.365.1201.2.014-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

7.415,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de Junho de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

DECRETO N. 61

Publicação Nº 1667125

DECRETO Nº 000061/18 de 22 de Junho de 2018

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Passos Maia no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Passos Maia e autorização contida na Lei Municipal nº 000800/17 de 13 de Novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 44.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

05.01 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO

05.01.12.361.1201.2.010-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

44.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação

44.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de Junho de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Paulo Lopes**PREFEITURA****174/2018**

Publicação Nº 1667218

PORTARIA Nº 174/2018

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA, Secretária de Administração do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Vigente e no Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017, e

Considerando o Comunicado Interno nº 06/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - TORNAR SEM EFEITO, a partir de 27/06/2018, a Portaria nº 098 de 02 de fevereiro de 2017 que concedeu Função Gratificada de Chefe de Departamento de Licitações, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Adriani Luzia Costa, brasileira, portadora do CPF nº 789.919.279-04, matrícula nº 658, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 017 de 06 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 27 de junho de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 29 de junho de 2018.

175/2018

Publicação Nº 1667221

PORTARIA Nº 175/2018

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 497 de 18 de fevereiro de 1991 e no Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017, e

Considerando declaração em anexo

RESOLVE:

Art. 1º - AMPLIAR A LICENÇA MATERNIDADE concedida pela Portaria 151/2018, a servidora Simoni de Souza Crescêncio, nomeada pela Portaria nº 183/2017, matrícula nº 11366, ocupante do Cargo de Provimento Temporário de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por um período de 60 dias até 02/11/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 06 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 28 de junho de 2018.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 29 de maio de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2018

Publicação Nº 1668542

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2018
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2018
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2018

ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES E A EMPRESA VOGELSANGER ENGENHARIA LTDA – ME.

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua José Pereira da Silva, centro, inscrita no CNPJ nº 82.892.365/0001-32, neste ato representada pelo Sr. Célio Machado, brasileiro, casado, denominada simplesmente CONTRATANTE e a Empresa: VOGELSANGER ENGENHARIA LTDA - ME, com sede na Cidade de Palhoça, inscrita sob o CNPJ/MF N.º 18.669.032/0001-40, neste ato representado por André Vogelsanger, CPF nº 054.167.199-58, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, considerando a homologação, objeto da licitação de que trata o Edital de Tomada de Preço Para Obras e Serviços de Engenharia nº 01/2018, Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislação em vigor, e considerandos a seguir:

- Considerando que o objeto contratado possui recurso financeiro captado por convenio deste CONTRATANTE com o Ministério das Cidades, tendo a Caixa Econômica Federal como instituição Mandatária e por isso responsável pela análise técnica das etapas relacionadas a projetos, contratação e prestação de contas final;

- Considerando que o Processo Licitatório também necessita desta Análise, juntamente com o contrato do Município e Fornecedor dos serviços/vencedor da licitação – procedimento este que identificou erro no preâmbulo a ser ajustado por meio deste Aditivo de Contrato;

RESOLVEM celebrar o presente Aditivo de Contrato, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

O preâmbulo do contrato deve ser assim considerado: CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES E A EMPRESA VOGELSANGER ENGENHARIA LTDA – ME. PARA EXECUTAR OBRA DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO DE PARTE DA RUA INÁCIO DUTRA NO BAIRRO SANTA RITA, na forma de Execução Indireta e sob o regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CLAUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL

As partes RATIFICAM neste aditivo todas as cláusulas do contrato original – sem exceção.

E, por estarem, assim ajustadas e devidamente aditados contratualmente, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo identificadas, para que produzam os necessários efeitos legais.

Paulo Lopes, 27 de junho de 2018.

CÉLIO MACHADO ANDRÉ VOGELSANGER

Secretário Mun. de Trans. Ob. e Ser. Urbanos VOGELSANGER ENGENHARIA LTDA ME

TESTEMUNHAS:

1.

2.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2018

Publicação Nº 1667145

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2018
PROCESSO LICITATÓRIO 26/2018

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com sede à Rua José Pereira da Silva, 130, Centro, Paulo Lopes/SC, torna público que, de acordo com o inciso XIII do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por dispensa de licitação:

Processo nº. 26/2018; DL nº. 05/2018; contratado: Fundação Educacional Barriga Verde - FEBEVE; CNPJ: 82975236/0001-08; Objeto: Contratação da Fundação para a formação de professores da Rede Municipal de Ensino de Paulo Lopes, com objetivo de promover ações formativas e de planejamento que valorizem o potencial criativo de gestores e docentes da Rede Municipal de Ensino de Paulo Lopes, por meio de estratégias que facilitem o acesso às bases teóricas norteadoras das Escolas Criativas, bem como o apoio à elaboração, sistematização, desenvolvimento e difusão de iniciativas transformadoras, vinculadas a um ensino transdisciplinar e ecoformador e ao desenvolvimento de cidades sustentáveis. Valor: R\$ 6.400,00 (Seis mil e quatrocentos reais).

Paulo Lopes, 28 de junho de 2018.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA

Secretaria Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO Nº. 007/2018 - FMS

Publicação Nº 1667137

1º TERMO ADITIVO Nº. 007/2018- FMS
AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 20/2017- FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2017-FMS
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2017

OBJETO: serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos e equipamentos de uso médico e odontológico com fornecimento de peças e componentes necessários à reposição, instalados em todas as unidades de saúde do Município de Penha, bem como assessoria para compra e incorporação de novas tecnologias, com a consequente expedição de relatórios mensais dos serviços realizados e com fornecimento de ferramentas, software gerenciador e profissionais especializados, conforme especificações do Anexo I – Termo de Referência, parte integrante do Processo.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede nesta cidade na Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 311, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 939.581.459-49, portadora do RG 2.862.912, residente e domiciliada à Rua Alfredo Brunetti, nº.1930, Bairro Armação, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa DEL SERVIÇOS ELETROMECÂNICOS LTDA com sede em Itajaí/SC, na Rua Lico Amaral, nº 205, Apto 45, Bairro Dom Bosco, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.816.867/0001-85, neste ato representada por seu bastante procurador Senhor Diego dos Passos Iaczak, Sócio-Diretor, inscrito no CPF sob nº 053.067.099-23, têm justo e aditivado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência constante na Cláusula Sétima do Contrato nº 20/2017-FMS, fica prorrogada para mais 7 (sete) meses, a contar de 26 de maio de 2018, conforme solicitação da Secretaria de Saúde por meio de Comunicação Interna nº 074/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA

O valor mensal correspondente ao serviço de manutenção será de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), totalizando R\$ 59.500,00 (cinquenta e nove mil e quinhentos reais). O valor estimado para o fornecimento de peças e componentes necessários à reposição na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva será de R\$ 10.000,00. (dez mil reais)

CLÁUSULA TERCEIRA

As despesas decorrentes do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 20 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.109 - PAB Fixo - Ações Básicas de Saúde
Elemento: (92) 3.3.90.00.00.00.00.0608 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas do contrato principal permanecem inalteradas.

E por estarem contratados, assinam o presente em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 23 de maio de 2018.

REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

DEL SERVIÇOS ELETROMECÂNICOS LTDA
Contratado

Contratante

TESTEMUNHAS

Nome Completo:

CPF nº:

Nome Completo:

CPF nº:

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração
De acordo:

ELISIANI IVANI JORGE EVARISTO
Controle Interno

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2018 - PMP

Publicação Nº 1667198

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2018 – PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2018 – PMP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE, DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E REPAVIMENTAÇÃO.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.494.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa NAJ EMPREITEIRA LTDA ME, estabelecida à Rua Luiz Manoel do Nascimento, nº 668, Bairro Gravatá, na cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.980.713/0001-12, CEP: 88.372-540, telefone para contato (47) 3065-7638, 99137-7579, 99107-6760, endereço eletrônico: pedrosouzams@hotmail.com, representada neste ato pelo Sr. PEDRO DE SOUZA, CPF sob o nº 824.411.119-49, Sócio Administrador, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 51/2018-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para contratação de mão de obra especializada para pavimentação e repavimentação em lajotas de diversas ruas do Município com fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários para a prestação dos serviços, conforme solicitação nº 1358/2018, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores referentes ao objeto encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser executado de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da execução não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de correção será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UND.	QUANT.	CUSTO R\$	
				UNITÁRIO	GLOBAL
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO E REPAVIMENTAÇÃO DE LAJOTAS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE: - 1 (UMA) RETROESCAVADEIRA COM OPERADOR E COMBUSTÍVEL; - 1 (UM) CAMINHÃO BASCULANTE COM OPERADOR E COMBUSTÍVEL; - DEMAIS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	M ² (metro Quadrado)	65.000	9,95	646.750,00
VALOR TOTAL					R\$646.750,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. Para a efetiva execução do objeto caberá à Contratada:

- a) Dispor de mão de obra especializada para iniciar em 10 (dez) frentes de serviço ou mais, se assim for solicitado, ou seja, se for estabelecido iniciar obra em 10 pontos diferente a empresa deverá estar devidamente preparada.
- b) Os funcionários da empresa deverão estar devidamente trajados e usando seus respectivos EPI's conforme é estabelecido na NR 06, atendendo as demais NR's que se enquadram na execução dos serviços, assim como as NBR's de cada atividade.
- c) A empresa contratada deverá apresentar a declaração de que a mesma cumpre e segue as normas de SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, comprovado através de apresentação do registro do SEESMET (Serviço Especializado em Engenharia e Medicina do Trabalho), na DRT/sc do Ministério do Trabalho e Emprego Conforme Norma Regulamentadora 04, publicada pela Portaria 3.214/78 e Alterações Posteriores. A empresa deverá ter seu Registro no SEESMET.
- d) Para controle de atividades e execução dos serviços a empresa contratada deverá dispor de 1 coordenador geral, com formação de MESTRE DE OBRAS, devidamente registrado no CREA e 1 Subcoordenador.
- a) A empresa contratada deverá confeccionar ao longo da obra, os diários de obra e os relatórios fotográficos das atividades desenvolvidas, e entregar no termino dos serviços para ser realizada as medições das atividades.
- b) A empresa contratada deverá ter os materiais (placas de sinalização, placas de desvio, cones e outros) para interdição das ruas onde as obras serão iniciadas.

4.1. Os serviços deverão ser realizados a contar do recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, conforme prazos definidos pela Secretaria de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. Os serviços, com valores registrado neste instrumento serão efetuados através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir as datas solicitadas para execução, não sendo aceitos serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta de profissionais, equipamentos e ou materiais que sejam necessários à execução dos serviços, cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer

solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser executados os serviços;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da execução dos serviços desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;

IV - Fiscalizar o fornecimento dos serviços, o qual ficará sob responsabilidade do responsável requisitante. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional por meio de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias do mês subsequente da prestação do serviço juntamente com apresentação de Nota Fiscal Eletrônica devidamente aceita e certificado seu recebimento por meio de relatório emitido pelo responsável do recebimento, juntamente com as cópias das CERTIDÕES NEGATIVAS Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista, e Declaração contendo os nomes dos funcionários que trabalharam no respectivo mês juntamente com a guia de recolhimento da GPS e da GFIP dos respectivos funcionários envolvidos no contrato, de acordo com as condições deste edital e as constantes da proposta vencedora e demais exigências administrativas em vigor.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias,

tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso no fornecimento do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria de Serviços Urbanos do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha, 28 de junho de 2018

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA NAJ EMPREITEIRA LTDA ME

Prefeito Municipal Pedro De Souza

Contratante Fornecedor

T E S T E M U N H A S

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

A presente Ata encontra-se registrada e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723
Portaria nº 01/2017

CONTRATO Nº 006/2018-FMT

Publicação Nº 1667495

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME PARA FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO.

CONTRATO Nº 006/2018-FMT de 28/06/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2018-FMT
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018
HOMOLOGADO EM 28/06/2018

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO, neste ato representada pelo seu Gestor, Senhor ARNALDO DIAS, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 022.747.458-97, Rua Possidonio da S. Marçal, 289, Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME com sede em Penha/SC, na Rua Nilo Anastacio Vieira, nº 1950, Bairro Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.417.394/0001-10, representada neste ato pelo Sr Osmar Orlandi Junior, CPF sob o nº. 630.057.351-68, proprietário doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente instrumento mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de mobiliário para atender necessidades da Secretaria de Turismo do Município, conforme solicitação nº 29/2018, anexa ao Processo, nas quantidades especificadas no Anexo I – Termo de Referência/Proposta de Preços, parte integrante do Processo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
LOTE 1					
1	Mesa reta de 120x60x74cm 15mm pé painel c/ duas gavetas bege- Marca: MSI IND COM MOVEIS.	UN	11	139,53	1.534,83
2	Mesa reta de reunião 280x100x74cm pé painel, 25mm bege- Marca: MSI IND COM MOVEIS.	UN	1	287,03	287,03
4	Mesa de canto de 50x50cm de 15mm bege- Marca: MSI IND COM MOVEIS.	UN	2	79,73	159,46
9	Estação em L 150x150x60x74 c 2 gavetas bege- Marca: MSI IND COM MOVEIS.	UN	1	279,07	279,07
10	Mesa de 120x65cm bege- Marca: MSI INDCOM MOVEIS.	UN	1	119,61	119,61
				Total do Lote:	2.380,00
LOTE 2					
3	Balcão com gavetas e portas 260x80x74 15mm bege- Marca: MSI IND COM MOVEIS.	UN	1	617,73	617,73
5	Armário com porta e prateleira 160x180x50cm com chaves- Marca: MSI IND COM MOVEIS.	UN	1	540,52	540,52
6	Armário de dispensa 110x165x35cm bege- Marca: MSI IND COM MOVEIS.	UN	1	386,08	386,08
7	Armário MDF 140x65x150cm bege- Marca: MSI IND COM MOVEIS.	UN	1	386,09	386,09
8	Arquivo Pasta Suspensa com 4 gavetas claro- Marca: MSI IND COM MOVEIS.	UN	1	289,58	289,58
				Total do Lote:	2.220,00
LOTE 3					
11	Cadeira secretária com rodízio s/ braço- Marca: MSI IND COM MOVEIS.	UN	13	113,84	1.479,92
12	Cadeira secretária fixa s/ braço- Marca: MSI IND COM MOVEIS.	UN	14	65,67	919,38
13	Cadeira interlocutor com rodinha e apoio de braço- Marca: MSI IND COM MOVEIS.	UN	4	162,88	651,52
14	Cadeira diretor fixa- Marca MSI IND.	UN	2	130,47	260,94
15	Sofá sala de espera 2 lugares courino preto- Marca: MSI IND COM MOVEIS.	UN	2	481,62	963,24
				Total do Lote:	4.275,00

VALOR TOTAL

R\$8.875,00

CLÁUSULA SEGUNDA

- 2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$8.875,00 (oito mil oitocentos e setenta e cinco reais).
- 2.1 - Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após apresentação de Nota Fiscal eletrônica, devidamente aceita e certificado seu recebimento por meio de relatório emitido pelo responsável do recebimento, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora e demais exigências administrativas em vigor.
- 2.2 - Os pagamentos serão efetuados em rede de agência bancária, em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica).
- 2.3 - A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da certidão negativa Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista.
- 2.4 - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

CLÁUSULA TERCEIRA

- 3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 3.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela CONTRATADA, e procedida na forma do § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
- 3.2 - O MUNICÍPIO responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA

- 4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 50 – Fundo Municipal de Turismo

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Turismo

Projeto/Atividade: 2.076 – Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Turismo

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (9)

CLÁUSULA QUINTA

- 5 – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

- 6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluído o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

- 7 - A CONTRATADA deverá fornecer o objeto de forma parcelada, no prazo de até 30 (trinta) dias, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, conforme a necessidade da Secretaria de Turismo.
- 7.1 – O presente contrato terá vigência até 31/12/2018, a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA

- 8 – São obrigações da CONTRATADA:

- Fornecer os materiais/produtos mencionados na Cláusula Primeira e Anexo I, segundo as especificações e normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- Cumprir a data da entrega dos materiais/produtos, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;
- Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- A falta dos materiais/produtos não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- Substituir, reparar, corrigir, em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte dos materiais/produtos recusados, no prazo de até 5

(cinco) dias, caso constatadas divergências nas especificações;

l) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA

9 - As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

9.1 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.
- c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 - O fornecimento contratado será acompanhado e fiscalizado por funcionário designado pela Secretaria de Turismo, a quem caberá fiscalizar os materiais utilizados, com poder de veto.

11.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

- a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

- a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, de acordo com o Art. 65, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

17.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

17.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DECLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 28 de junho de 2018.

ARNALDO DIAS OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME
Gestor do Fundo Municipal de Turismo Contratado
Contratante
T E S T E M U N H A S
Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretária Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:
JANILTO DOMINGOS RAULINO
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723
Portaria nº 01/2017

TERMO DE SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 042 2018 - PMP

Publicação Nº 1668371

TERMO DE SUSPENSÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2018–MULTIENTIDADE - PMP
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2018 - PMP

Objeto: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização, desratização, dedetização (controle de vetores e pragas), limpeza das caixas d'água, limpeza externa aérea, ajardinamento e pequenos reparos nas unidades de responsabilidade do município de Penha/SC, de acordo com as condições estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e demais anexos, parte integrante do presente processo.

O Pregoeiro Oficial do Município de Penha, designado por força das disposições contidas na Portaria nº. 968, de 08 de maio de 2018, torna pública a SUSPENSÃO PROVISÓRIA do Pregão Presencial nº 042/2018-PMP, tendo em vista solicitação da Secretaria de Administração para revisão técnica das cláusulas do Edital e do Termo de Referência, com consequente alteração e/ou republicação de Edital, sendo que serão divulgados novos prazos, dando-se a devida publicidade do ato convocatório. A nova data para entrega de envelopes e abertura da sessão pública será informada pelos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Outras informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, localizado na Secretaria de Administração de Penha, sita à Avenida Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, Penha - Santa Catarina, das 8 às 12 e das 13:30 as 17:30 horas, telefone: (047) 3345-0200 ou através do site penha.sc.gov.br e Diário Oficial dos Municípios - DOM - diariomunicipal.sc.gov.br.
Diante ao disposto, declara para os devidos fins a SUSPENSÃO do Pregão Presencial nº. 042/2018/PMP – Processo Licitatório nº. 063/2018/PMP.

Dê ciência às Licitantes que realizaram Retirada de Edital/Cadastro do Licitante, conforme item 1.7 do Edital.

Publique-se no Diário Oficial dos Municípios.

Publique-se no Site Oficial do Município de Penha/SC

Penha, 28 de junho de 2018.

LEANDRO DE LIMA BORBA
Pregoeiro Oficial

Pescaria Brava

PREFEITURA

DECRETO 379 /18

Publicação Nº 1667379

DECRETO Nº 379, de 28 de Junho de 2018.

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA, SUAS SECRETARIAS E DEMAIS ÓRGÃOS QUE A COMPÕE DURANTE OS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, NA FASE FINAL DA COPA DO MUNDO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 70, IX, da Lei Orgânica do Municipal e:

DECRETA:

Art. 1º O horário de expediente das Secretarias Municipais de Pescaria Brava, durante os jogos da fase final da Copa do Mundo de 2018, excepcionalmente será das 06h30min às 10h30min, nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira com início agendado para as 11h00.

Art. 2º O horário de expediente das Unidades Básicas de Saúde durante os jogos da fase final da Copa do Mundo de 2018, excepcionalmente será das 07h30min às 10h30min e das 13h30min às 17h00min, nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira com início agendado para as 11h00.

Paragrafo Único – Para os jogos do Brasil, a serem realizados em dias úteis, com início agendado para as 15h00min, o expediente das Unidades Básicas de Saúde se dará das 07h30min às 14h30min.

Art. 3º O horário de expediente da Farmácia Básica de Saúde do Município de Pescaria Brava durante os jogos da fase final da Copa do Mundo de 2018, excepcionalmente será das 13h30min às 18h30min nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira com início agendado para as 11h00.

Paragrafo Único – Para os jogos do Brasil, a serem realizados em dias úteis, com início agendado para as 15h00min, o expediente da Farmácia Básica de Saúde se dará das 07h30min às 13h30min.

Art. 4º As atividades das Escolas Municipais e Centros de Educação Infantil do Município, em observância ao calendário letivo, não sofrerão alterações por decorrência deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se os Decretos nºs 375/2018 e 378/2018 e todas as demais disposições em sentido contrário.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 28 de Junho de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Pinhalzinho

PREFEITURA

AVISO TOMADA DE PREÇOS 003-2018 - PMP - SALA ESCOLA PEDRO SIMON

Publicação Nº 1668433

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

TOMADA DE PREÇOS Nº. 003/2018 - PMP

A presente licitação tem por objetivo a Contratação de Empresa Especializada em Obras e Serviços de Engenharia, objetivando a "CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULA NA ESCOLA PEDRO SIMON". De acordo com os anexos e projetos do Edital convocatório.

Modalidade: Tomada de Preço

Tipo: Menor Preço Por Empreitada Global

Recebimento das propostas: até as 09:00 do dia 17/07/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: compras01@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras@pinhalzinho.sc.gov.br.

Pinhalzinho, SC, 28 de junho de 2018.

Fabrício Fontana

Secretário Municipal de Educação e Cultura

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO 088/2018

Publicação Nº 1667050

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 088/2018
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 20/07/2018, Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 088/2018, que visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE LEVANTAMENTO PATRIMONIAL.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 20/07/2018, até às 08:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 08:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 28 DE JUNHO DE 2018.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO 201/2018

Publicação Nº 1667219

CONTRATO ADMINISTRATIVO 201/2018

Termo de Contrato de CONFECCÃO DE CARNES DE IPTU celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa POSTMIX SOLUÇÕES GRAFICAS EIRELI, autorizado através do Processo n. 185/2018, Licitação n. 072DL2018, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:
Município de Pinheiro Preto
CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto-SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:
Empresa: POSTMIX SOLUÇÕES GRAFICAS EIRELI
CNPJ-MF nº 02.089.950/0001-60
Endereço: Rua João Pio Duarte Silva, nº42, sala 03, Bairro Córrego Grande, Florianópolis/SC
CEP: 88.037-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 072DL2018, datado de 10/04/2018, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto CONFECCÃO DE CARNES DE IPTU PARA O ANO DE 2018.

Item	Material/Serviço	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	CARNES DE IPTU	686	R\$ 2,38	R\$ 1.632,68

TOTAL CONTRATADO: R\$ 1.632,68 (um mil seiscentos e trinta e dois reais e sessenta e oito centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 – Município de Pinheiro Preto

2000 - PODER EXECUTIVO
2002 - SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
4 – Administração
122 – Administração Geral
3 – Administração Geral
2.22 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
16 – Despesa
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
100 - Recursos Ordinários

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

- 4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
- 4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- 4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- 4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
- 4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 072DL2018 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1 O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

8.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

8.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.3 A rescisão do contrato poderá ser:

8.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

8.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

9.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

9.2. As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

9.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 25 de junho de 2018.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

POSTMIX SOLUÇÕES GRAFICAS EIRELI

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO 202/2018

Publicação N° 1667215

CONTRATO ADMINISTRATIVO 202/2018

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E MATERIAIS PARA AS AULAS DE EMBELEZAMENTO celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa SILVIA COMERCIO DE COSMÉTICOS LTDA, autorizado através do Processo n. 186/2018, Licitação n. 073DL2018, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:

Município de Pinheiro Preto
CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto-SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: SILVIA COMERCIO DE COSMÉTICOS LTDA
CNPJ-MF nº 04.881.426/0001-52
Endereço: Rua XV de Novembro, 289 - Centro,
Videira - Santa Catarina – CEP 89.560-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 073DL2018, datado de 19/06/2018, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto a aquisição de produtos e materiais para as aulas de embelezamento, oferecida pelo CRAS, nas oficinas do PAIF.

Item	Material/Serviço	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Alicates para retirada de cuticula	25	R\$ 12,90	R\$ 322,50
2	Empurrador de cuticula	25	R\$ 7,00	R\$ 175,00
3	Lixa para unha	250	R\$ 0,20	R\$ 50,00
4	Talha higienica tamanho 40x50 (50 unidades)	1	R\$ 12,90	R\$ 12,90
5	Burificador de agua 500ml	25	R\$ 3,90	R\$ 97,50
6	Palitos de unha	100	R\$ 0,10	R\$ 10,00
7	Frascos de acetona 100ml	25	R\$ 4,50	R\$ 112,00
8	Rolos de algodão de 100 gramas	25	R\$ 2,50	R\$ 62,50
9	Vidros de esmalte - diversas cores	30	R\$ 2,90	R\$ 87,00
VALOR TOTAL:				R\$ 929,90

TOTAL CONTRATADO: R\$ 929,90 (novecentos e vinte e nove reais e noventa centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

Fundo Municipal da Assistencia Social Pinheiro Preto
4000 – FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
4001 – FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
8 – Assistencia social
244 – Assistencia Comunitaria
5 – Assistencia Social Geral
2.60 – MANUTENÇÃO IGD BOLSA FAMILIA
25 – Despesa
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
100 - Recursos Ordinarios

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não

estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 073DL2018 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 19 de junho de 2018.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

SILVIA COMERCIO DE COSMÉTICOS LTDA

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DECRETO 4838

Publicação Nº 1667103

DECRETO Nº 4.838, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 758, de março de 1996 e,

CONSIDERANDO a participação da seleção brasileira na Copa do Mundo de Futebol de 2018, no dia 02 de julho de 2018,

DECRETA:

Art. 1º O horário de expediente da administração pública municipal no dia 02 de julho de 2018 será das 07:30horas às 10:30horas, e das 13:30horas às 17:30 horas.

§ 1º A Secretaria Municipal da Educação, nos jogos da seleção brasileira, fará expediente próprio, a fim de não prejudicar a carga horária, podendo antecipar e ou retardar o início e término das aulas como forma de compensação da carga horária.

§ 2º A Unidade de Saúde local deverá efetuar escala de plantão para atender os casos de emergência, com afixação em local visível ao público externo e respectivo número de telefone.

§ 3º Em casos especiais poderá ocorrer convocação, troca ou compensação de horários, para atender serviços públicos essenciais, vedado pagamento de labor extraordinário.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 28 de junho de 2018
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 25, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667250

PORTARIA Nº 25, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE O HORARIO DE EXPEDIENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PINHEIRO PRETO NO DIA 02 DE JULHO DE 2018

KELVIN BROCARD, Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 49, II, da Lei Orgânica, e Art. 321 do Regimento Interno;

CONSIDERANDO a participação da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de Futebol, no dia 02 de julho de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º O horário de expediente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto no dia 02/07/2018 será das 13h:15m. até o término da Sessão Ordinária, sendo o início do jogo da Seleção Brasileira será às 11h:00 m;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser publicado no Diário Oficial dos Municípios, no site www.cm-pinheiropreto.sc.gov.br e no Mural da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto.

Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto – SC, 28 de Junho de 2018.

KELVIN BROCARD
Presidente

Piratuba

PREFEITURA

DECRETO 981/2018

Publicação Nº 1668200

DECRETO Nº 981/2018, 28 DE JUNHO DE 2018.

Homologa Resultado Processo Seletivo nº 001/2018 do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, de acordo ao inciso VI do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal e considerando a ata do resultado de classificação final por cargo/função dos candidatos inscritos ao Processo Seletivo aberto pelo Edital nº 01/2018,

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo do Fundo Municipal de Saúde, aberto pelo Edital nº 01/2018, cuja nominata dos candidatos aprovados por cargo/função são os constantes no Anexo Único, que passa a fazer parte integrante do presente Decreto.

§ 1º A íntegra do presente decreto será afixado no Mural Público Municipal, situado no átrio de acesso da Prefeitura Municipal de Piratuba, Rua Governador Jorge Lacerda, 133 – Centro, no Diário Oficial dos Municípios junto ao site www.diariomunicipal.sc.gov.br. E, o mesmo também poderá ser obtido junto ao site <http://www.aprender.sc.com.br> ou ainda junto à Unidade Mista de Saúde, estabelecida na Avenida 18 de Fevereiro, n. 279 – Centro de Piratuba-SC. Outras informações complementares também poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3553-0146.

§ 2º A contratação obedecerá à ordem rigorosa de classificação contida no presente documento e, com base neste, far-se-á a competente convocação de acordo com a necessidade e conveniência do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 28 de junho de 2018.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural Oficial Conforme Lei nº 226/93 e Lei nº 226/93 Em 28 de junho de 2018.	Giovani Gelson Meneghel Secretário Municipal de Administração e Finanças
--	---

ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 981/2018, 28 DE JUNHO DE 2018.

DIVULGA A HOMOLOGAÇÃO FINAL DOS APROVADOS DO PROCESSO SELETIVO DE Nº 01/2018 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

ASSISTENTE SOCIAL				
N.F	CANDIDATO	CARTÃO	Nº ACERTOS CE - CP - CM - CG	CLASSIFICAÇÃO
6,80	0012 - FRANIELI DAMBROS	DABBCBDAXBBBBBDBCD	CECCC-CCECC-ECCEE-ECEEC	1º LUGAR
5,40	0008 - DEONETE GASPARINI SANDI	BCABCBADXCABDCCBACD	ECECC-CECC-EECEC-CEEE	2º LUGAR
5,20	0051 - SONIA KIRSTEN GOSSENHEIMER	BCBACCABXBACBADDCBCB	ECCEC-EEEC-CECC-CEEE	3º LUGAR
5,20	0022 - ALINE ELIZABETH MINKS	DCABBCABXBADBCCBACAA	CCECE-EEEC-CECC-EECE	4º LUGAR
MÉDICO				
N.F	CANDIDATO	CARTÃO	Nº ACERTOS CE - CP - CM - CG	CLASSIFICAÇÃO
7,80	0003 - BEATRIZ RITTER KIRST	BAACBDDXBABBCCDCBD	ECECC-CCCC-CCCEC-CC-CEC	1º LUGAR
7,60	0050 - POLIANI CAMILA KARPINSKI BAZEI	DACCBDDXBDBDBCABCD	CCCC-CECC-ECCEE-CEEE	2º LUGAR
7,60	0064 - GUSTAVO LONGHINI	BACCBDBXBACBACDCBCA	ECCCC-CCECC-CECC-C-CEEE	3º LUGAR
7,60	0005 - ISABEL RUARO COLOMBO	DABCBAAXBABBBCCDCAD	CCECC-CECC-CCCEC-CCCC	4º LUGAR
7,40	0024 - BEATRIZ SIMAS SILVA	DCCCBDDXCBCBABCDDBD	CECCC-CCECC-ECCCE-C-CEEC	5º LUGAR
7,40	0040 - CAROLINE PEDROSO HORN	BCCCBADDXBABBACCDACD	EECCC-ECCCC-CCCC-C-CEEC	6º LUGAR
7,20	0055 - RENAN LUIS ERING GENERALI	CABCBADDXBABBACCDABB	ECECC-ECCCC-CCCC-C-CEEE	7º LUGAR
7,00	0013 - GUILHERME AFONSO F. C. SOARES	DAACBCCXBADBDCCDCDD	CCECC-CECC-CECC-CC-CEC	8º LUGAR
6,60	0015 - ANNA MARIA MARESCH	BACCBACDXBADBACBBCC	ECCCC-EECC-CECC-EEEE	9º LUGAR

6,60	0077 - MATHIAS ANTONIO POCZYTS	AABCBDXBBABBACADBCD	ECECC-EECCC-CCCC-ECEEC	10º LUGAR
6,40	0078 - MARIA JULIA NEVES C. BE-ZERRA	CDCCBBBAXBABBACDCBCD	EECCC-CEECC-CCCC-EEEEC	11º LUGAR
5,20	0063 - MARINA AFINOVETCH	ACACBBCDXXABBCCACBCD	EEEEC-CECCE-CCCEC-EEEEC	12º LUGAR

Piratuba, 07 de fevereiro de 2018.
OLMIR PAULINHO BENJAMINI
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 236/2018

Publicação N° 1668529

PORTARIA N° 236/2018
CONCEDE FÉRIAS

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar n° 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

FÉRIAS, aos servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	PERÍODO
Ezequiel Machado	Fiscal de Tributos, Obras e Postura	26/06/2018 a 25/07/2018
Karla Cristina Lenhardt Machado	Psicóloga	26/06/2018 a 25/07/2018

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 26 de junho de 2018.
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93
Em 26 de junho de 2018

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

Planalto Alegre

PREFEITURA

EDITAL

Publicação Nº 1667499



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2018



EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ORIGINADO PELO EDITAL Nº 01, DE 18 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a homologação das inscrições do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de pessoal no Município de Planalto Alegre/SC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 01, de 18 de maio de 2018;

Resolve:

Art. 1º Ficam homologadas, na condição de ampla concorrência, as inscrições dos candidatos regularmente inscritos para o Processo Seletivo originado pelo Edital nº 01, de 18 de maio de 2018, que estabelece normas para realização de Processo Seletivo Simplificado de Provas para formação de cadastro de reserva e contratação temporária de pessoal no âmbito da administração direta do Município de Planalto Alegre/SC, na forma do Anexo I, parte integrante deste Edital.

Parágrafo único. Não foi apresentado nenhum requerimento de inscrição em condição especial para realização das provas.

Art. 2º Fica estabelecida, na forma dos itens 6.3 e 8.1 do Edital supra, a data, local e horário para aplicação das provas, no período matutino do dia **30 de junho de 2018**, na Escola Municipal Nucleada, sito à Rua da Paz, 88 - centro.

§ 1º A abertura dos portões será às 8h45min e seu fechamento às 9h20min e as provas terão início às 9h30min e término às 12h00min.

§ 2º Fica estabelecida a distribuição dos cargos por salas, na forma do Anexo II deste Edital.

§ 3º As provas práticas para os cargos de Motorista e Operador de Máquinas serão aplicadas conforme os candidatos forem concluindo a prova escrita, onde deverão permanecer para aguardar a chamada, consoante disposições editalícias.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Planalto Alegre/SC, em 28 de junho de 2018.

JUARES BET
Prefeito Municipal



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2018



ANEXO I
RELATÓRIO GERAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICROÁREA 02)		
Inscrição	Candidato	RG (Registro Geral)
0027	ADRIELE BEDIN	5.729.555
0094	ALESSANDRO MASCHIO	8.104.345.858

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Secretarias da Saúde, Educação e Administração)		
Inscrição	Candidato	RG (Registro Geral)
0105	CAMILA TEREZINHA DOS SANTOS	5.957.387
0023	DALILA AROSI DITTADI	2.851.894
0109	JEFFERSON PEDROSO DA SILVA	4.257.335
0068	LUCIANA BARBOSA DE CHAVES	46.854.061
0069	LURDES FATIMA CHAVES	6.809.368
0086	MARCIA REGINA GASPARIN DA CAMPO	28.510.585
0067	MARI LUCI MORAWSKI DE CHAVES	6.618.545
0100	MARISTELA DOS SANTOS	6.623.056
0045	NAIR DE MELLO JUSTI	3.749.403
0041	SIMONE APARECIDA BRISOLA	4.193.642
0039	SUSANA BRAGHINI	5.117.343

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Secretaria de Transportes e Obras)		
Inscrição	Candidato	RG (Registro Geral)
0061	CLEITO DE MELLO	52.866.637
0024	DENIS DITTADI	4.614.359
0082	GELÇO DA CAMPO	2.541.528
0020	IVONE DA SILVA ROSA STAUFFER	4.257.164
0040	RAFAEL ALVES	5.372.720
0073	TULIO ARI MENDES	6.844.291

MÉDICO VETERINÁRIO		
Inscrição	Candidato	RG (Registro Geral)
0088	AMANDA CHAGAS DA SILVA	592.042-6
0031	ARTUR BRUZAMARELLO	9.093.546.571
0008	CAIANE TASCA	5.372.147
0096	CRISTINA DE FRAGAS	6.062.787.053
0080	FABIANA DESBESSEL PAVÉGLIO	1.084.674.132
0025	FELIPE PICCOLI	5.789.653
0085	FRANCIELE FANKHAUSER	123.636.902
0015	GABRIELA ELOISA SCHNEIDER	6.053.954
0083	GEAN HENRIQUE DA SILVA	5.879.424
0028	JOEL RODRIGO LOVATEL	5.333.802



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2018



0116	LIANKELLY CRISTINA RODUY	5.104.145
0042	LUAN EDUARDO MARMENTINI	4.894.896
0052	LUANA BORELLI	5.336.941
0102	SARA PATRON DA MOTTA	1.087.620.967
0017	VANESSA RAQUEL SCHAPPO	5.625.097
0076	VILSON ZANATTA JUNIOR	5.104.617.138
0115	VIVIANE ROMAN ROS	6.053.502

MOTORISTA (ÔNIBUS)		
Inscrição	Candidato	RG (Registro Geral)
0077	CLAUDETE GRIZA	3.606.773
0064	JUNIOR CAMINI	4.006.940
0099	LAURI DONIN	5.652.236
0089	NELITO ANTONIO CHIARELLO	945.540
0072	NILVAN LUCAS MISSEL	5.177.048

OPERADOR DE MÁQUINAS (MOTONIVELADORA)		
Inscrição	Candidato	RG (Registro Geral)
0084	VALDEIR GOMES	05.024.047.769

OPERADOR DE MÁQUINAS (RETROESCAVADEIRA)		
Inscrição	Candidato	RG (Registro Geral)
0065	AISSAN CHIARELLO VIVIAN	54.386.675
0097	CLEIDIMAR GEFERSSON BOETTCHER	5.839.734
0081	JOSIAS CESAR BIAZUS	5.372.032
0006	MATEUS NILSON WILLMS	6.320.052
0046	RAFAEL CHIARELLO	6.149.705

OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATOR AGRÍCOLA DE PNEUS)		
Inscrição	Candidato	RG (Registro Geral)
0070	CLAUDINEI WAGNER	5.198.017
0044	JULIANO SEZAR MIRANDA	5.839.819
0043	ROGERIO DOS SANTOS	54.386.691
0022	SILVANO SGNALIN	49.719.645

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA		
Inscrição	Candidato	RG (Registro Geral)
0112	LUAN CHIARELLO	6.618.471
0093	LUCAS ANTONIO ZANCHETTA	6.619.494
0078	MARINA FERREIRA DE MELLO	6.492.804
0003	RAQUELI CAMATTI	6.053.574
0055	SABRINA ZANON	5.957.286
0001	TAGIANE APARECIDA BET ROANI	4.910.082
0098	THALIA CORREA	6.621.488



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2018



PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL		
Inscrição	Candidato	RG (Registro Geral)
0106	ALESSANDRA MASCHIO	5.099.157.447
0103	ANGELA CLÉIA CARTERI	3.436.127
0029	CARLA ADRIANA BARON	4.378.958
0014	ELIAMARA CANSI	4.559.329
0012	ELIZIANI TELES	5.372.311
0074	LORENA FERREIRA LOPES PAVAO	3.421.929
0010	MARILETE FATIMA GURALSKI	4.686.039
0005	MARIZANE SBEGHEN	5.438.489-3

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL		
Inscrição	Candidato	RG (Registro Geral)
0049	CLESSI BERTAN BATISTON	3.288.167
0107	EDICLEA FÁTIMA CORSO DAMO	4.453.213
0035	ERICA RIBEIRO DOS SANTOS	6.053.766
0062	ILSSE CLAUDES PAVAO	615.620-7
0110	JOARA TAYNÁ DOS SANTOS	5.890.403
0060	JOSIANE DA ROCHA PACASSA	4.378.587
0019	MARCIELI FERNANDA PEROSSO	5.543.504
0075	PATRÍCIA MATTE	5.957.706
0009	TAINARA ANDRESA FOLLMANN CAPELEZZO	6.621.521

PSICÓLOGO		
Inscrição	Candidato	RG (Registro Geral)
0048	BARBARA DE OLIVEIRA	137.077.299
0113	BRUNO HENRIQUE MASCARELLO	47.907.487
0114	CAMILA ALMEIDA	125.136.346
0002	CRISTIANY MEES	3.978.004
0095	DARIANI RAVAZIO	4.078.703.107
0079	FERNANDA TOMAZI ROSSATO	3.063.491.645
0033	JACIARA LUANA DE SOUZA HIRAMA	1.097.484.214
0104	JAQUELINE ANDRESSA ROYER	5.865.962
0054	LEANDRO ZANON	2.076.926
0057	PATRICIA CARLA RISSI	54.133.289
0091	TARCILA EDUARDA ROSSONI	4.843.815
0101	VANESSA DE SOUZA	50.217.330



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2018



ANEXO II
DISTRIBUIÇÃO DOS CARGOS POR SALAS
ESCOLA MUNICIPAL NUCLEADA

SALAS	CARGOS
01	MÉDICO VETERINÁRIO
02	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL
	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL
03	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
	PSICÓLOGO
04 Auditório	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
	MOTORISTA
	OPERADOR DE MÁQUINAS

Pomerode

PREFEITURA

3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 068 / 2017 - ACRÉSCIMO

Publicação Nº 1668359

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 068 / 2017 ACRÉSCIMO

Processo Administrativo n.º 078 / 2017.

Convite para Obras e Serviços de Engenharia n.º 012 / 2017.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA SANTA MÔNICA EIRELI - ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA SEDE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM, LOCALIZADA NO PRÉDIO PRINCIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE/ SC - 2º ANDAR, COM 127,96 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA, PROJETO BÁSICO E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Acréscimo de valores unitários em 38,08% - R\$27.212,36 (vinte e sete mil, duzentos e doze reais e trinta e seis centavos).

Justificativa: Acréscimo de valores unitários em 38,08%, por tratar-se de obra de reforma, em função de adequação de itens não previstos em sua totalidade na planilha orçamentária, porém de extrema necessidade para a conclusão da obra, conforme planilha orçamentária / quantitativa anexa e de acordo com a CLÁUSULA NONA do Contrato Administrativo n.º 068 / 2017 e Artigo 65, § 1º da Lei Federal n.º 8.666/93.

Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante; Valmir de Souza, Sócio Administrador, Empreiteira de Mão de Obra Santa Mônica Eireli - ME, Contratada.

Pomerode / SC, 25 de Junho de 2018.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 004 / 2018

Publicação Nº 1668425

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 004 / 2018

Processo Administrativo n.º 049 / 2018.

Locador: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Locadores: VALMOR RAHN e LANDI RAHN.

Objeto: EXPLORAÇÃO DE JAZIDA DE MACADAME PARA A EXTRAÇÃO DE SAIBRO COM OBJETIVO DE UTILIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS, VIAS PÚBLICAS NÃO PAVIMENTADAS E BASE PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL n.º 2.983, DE 29/03/2018.

Valores unitários / mensais estabelecidos pelo Artigo 1º, Inciso I da Lei Municipal n.º 2.983, de 29/03/2018, no valor de: R\$1.720,93 (um mil, setecentos e vinte reais e noventa e três centavos).

Valor total contratado – 09 meses: R\$15.488,37 (quinze mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta e sete centavos).

Prazo de vigência: 31/12/2018.

Pomerode / SC, 28 de Junho de 2018.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007 - CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2018 - ATA DE RESULTADO FINAL

Publicação Nº 1668534

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 007
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2018**ATA DE RESULTADO FINAL**

Às catorze horas (14h00min.) do vigésimo sexto dia do mês de Junho do ano de dois mil e dezoito (26/06/2018) na sala de licitações do MUNICÍPIO DE POMERODE / SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria n.º 23.267/2018 e os membros da Comissão de Seleção e de Julgamento, nomeada pela Portaria n.º 21.751/2017. Após serem analisados os documentos da única participante e decorrido os prazos do edital, verificou-se que a OSC's apta a firmar parceria foi:

Cód. Participante

Nome

01

PEAL – Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais

Diante do resultado final do Chamamento Público nº 001/2018, a Comissão Permanente de Licitações e a Comissão Seleção e de Julgamento declara a instituição APTA A FIRMAR PARCERIA, junto a Secretaria de Educação e Formação Empreendedora do Município de Pomerode. Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

SÉRGIO RIEMER

Presidente da Comissão de Licitações

GEROLD ROLAND WETZSTEIN

WALDEMAR WILHELM

Secretário

Membro

COMISSÃO DE SELEÇÃO E DE JULGAMENTO

PAOLA NATHALIA DO LIVRAMENTO NISHIMURA

Presidente da Comissão de Seleção e de Julgamento

ANELI KLOTZ ROTHBARTH

Secretária

SABRINA SIEWERT

Membro

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 003 / 2018 - SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

Publicação Nº 1668367

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 003 / 2018 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 009 / 2018 - SAÚDE.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.

Contratada: CAROLINA BEATRIZ SCHONS.

Objeto: CONTRATAÇÃO DO CURSO DE CAPACITAÇÃO EM ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, MINISTRADA PELA ENFERMEIRA MESTRE CAROLINA BEATRIZ SCHONS AOS ENFERMEIROS DA ATENÇÃO BÁSICA INSERIDOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE.

Valor total Contratado: R\$5.280,00 (cinco mil e duzentos e oitenta reais).

Curso de Capacitação realizado nos dias 28 e 29/06/2018.

Base Legal: Artigo 25, Inciso II c/c o Artigo 13, Inciso VI, todos da Lei Federal n.º 8.666/93.

Justificativa: O "Curso de Capacitação em Acolhimento com Classificação de Risco" visa capacitar os enfermeiros da Atenção Básica inseridos

na ESF para realizar o Acolhimento com Classificação de Risco, a fim de organizar a fluxo de atendimento na Unidade Básica de Saúde, melhorando a qualidade e a eficiência dos serviços prestados, atendendo às exigências do Ministério da Saúde. Assim, justifica-se o presente processo licitatório na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o Artigo 25, Inciso II c/c o Artigo 13, Inciso VI da Lei Federal n.º 8.666/93, uma vez que, trata-se de serviço de natureza singular e complexo que o individualiza, ficando inviável a competição para contratação destes serviços de notória especialização.

Pomerode / SC, 28 de Junho de 2018.

MARCOS BÖNNMANN
Secretário Municipal de Saúde de Pomerode

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 319/2018

Publicação Nº 1667004

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL
Nº 319/2018

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EXTINGUIR CARGO DE PROVIMENTO DE PSICÓLOGO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica extinto o cargo efetivo de Psicólogo, referência 71, da Lei Complementar nº 3/1990, pertencente ao Quadro de servidores do Município de Pomerode.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 29 de junho 2018.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.998, DE 29 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1666988

LEI ORDINÁRIA Nº 2.998,
DE 29 DE JUNHO DE 2018

ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 1º E 2º DA LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 2.987/18, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica alterada a redação do Art. 1º da Lei Ordinária Municipal nº 2.987/18, de 27 de abril de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com a garantia da União, até o valor de R\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de reais), no âmbito do PROGRAMA "AVANÇAR CIDADES – MOBILIDADE URBANA 01" do MINISTÉRIO DAS CIDADES, nos termos da Instrução Normativa Nº 028/2017 de 11 de Julho de 2017, destinados à obras de qualificação viária do município de Pomerode, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Fica alterada a redação do Art. 2º da Lei Ordinária Municipal nº 2.987/18, de 27 de abril de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2.º - Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo "pro solvendo", as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea "b", complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 156, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pomerode, 29 de Junho de 2018.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

PORTARIA 24.101

Publicação Nº 1667702

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.101**EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO JOHANNA KOCH SCHMITZ GUSTMANN DA FUNÇÃO DE CIRURGIÃO DENTISTA COMUNITÁRIO.**

O Secretário de Saúde de Pomerode, MARCOS BONMANN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

De acordo com a Lei nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR por término de contrato JOHANNA KOCH SCHMITZ, da função de CIRURGIÃO DENTISTA COMUNITÁRIO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada no PSF Testa Rega, da Secretaria de Saúde, a partir de 26 de junho de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 26 de junho de 2018.

MARCOS BONMANN
Secretaria de Saúde

Ponte Serrada

PREFEITURA

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2018 TRANSPORTE

Publicação Nº 1668554

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74 /2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO 14/2018

ALCEU ALBERTO WRUBEL - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO COM O OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TERCEIRIZADO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE DE ENSINO DO PERCURSO IDA E VOLTA LINHA SÃO VALENTIN, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Valor global: R\$ 19.600,00 (Dezenove Mil e Seiscentos Reais) Informações Complementares: Demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7 às 11h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail compras@ponteserrada.sc.gov.br ou pelo telefone (0XX49) 3435600. Ponte Serrada, 29 de Junho de 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 443/2018

Publicação Nº 1667517

DECRETO Nº 443/2018, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CONSELHO FUNDEB".

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de PONTE SERRADA - SC, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no art. 24, § 1º da Lei nº 11.494/2007 e a Portaria nº. 430 de 10 de dezembro de 2008 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sanciona o seguinte Decreto:

Art. 1º Fica alterado e nomeado pelo Poder Executivo Municipal, através do presente DECRETO o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB, composta em conformidade com o Decreto nº. 281 de 12 de março de 2012.

Art. 2º O Conselho a que se refere o art. 1º é constituído por (11) onze membros titulares sendo:

a) 1 (um) representante do Poder Executivo Municipal:

Titular: JANICE DE FATIMA FARIAS

Suplente: RAQUEL FOPPA EVANGELISTA

b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação ou órgão equivalente:

Titular: ANDRESSA CALEFFI TAMANHO

Suplente: DAIANE APARECIDA BASI

c) 1 (um) representante dos Professores da Educação Básica Pública:

Titular: JESSICA MORGANA CARVALHO

Suplente: RONALDO HARMATA DOS SANTOS

d) 1 (um) representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

Titular: KARINE APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS

Suplente: ELIANE GONÇALVES DE MEIRA CASON

e) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das Escolas Básicas Públicas:

Titular: ROSANGELA PASQUALI FILIPINI

Suplente: LICIANE LAVARDA

f) 02 (dois) representantes de pais de alunos da Educação Básica Pública:

Titular: CAROLINE BRUXEL BARBIERO

Suplente: ROSANE SPESSATTO CONTI

Titular: DENISE BARBOSA

Suplente: ALICE CRISTINA FROZZA

g) 02 (dois) representante dos estudantes secundaristas da Educação Básica Pública:

Titular: EULA PAULA DA SILVA RODRIGUES DA CRUZ

Suplente: MARIVONE SANTIN ZANCHET

Titular: RUBIA MARA VIEIRA

Suplente: ARIELI DE MORAIS ARCARI

h) 1 (um) representante do Conselho municipal de Educação:

Titular: DILVANE BALBINOT

Suplente: GILVANA XAVIER

I) 1 (um) representante do Conselho Tutelar:

Titular: ROBERTO LUIZ ZANLUCHI

Suplente: ROSANE DE OLIVEIRA

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 424/2016 de 19 de maio de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE JUNHO DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

TERMO DE FOMENTO N.º 001/2018 ENTRE MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA E A APAE

Publicação Nº 1667333

TERMO DE FOMENTO N.º 001/2018

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PONTE SERRADA/SC – APAE, PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA.

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.777.236/0001-01, com sede administrativa na Rua Madre Maria Theodora, 264, Centro, nesta cidade de Ponte Serrada/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ALCEU ALBERTO WRUBEL, brasileiro, portador do CPF nº. 469.966.309-59, CI nº. 1.306.106, de acordo com a lei Orgânica do Município, doravante denominado CONCEDENTE, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PONTE SERRADA/SC – APAE, entidade de utilidade pública, através da Lei Municipal nº 884/1985, inscrita no CNPJ sob o nº 78.502.960/0001-47, com sede na Rua José Bortolaz, 790, neste ato representado por seu Presidente, Sr. VALMIR ZANCANARO, brasileiro, portador do CPF sob o nº 938.192.009-15 e CI de nº 2.876.513 doravante denominado PROPONENTE, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, inexigindo a realização de Chamamento Público, consoante previsão contida no artigo 31, inciso II e 32 da Lei nº 13.019/2014, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Federal nº 8.726/2016, Lei nº 9.394/96, Lei nº 8.742/1993, Lei Municipal nº 2.312/2017 e Decreto Municipal nº 803/2017, conforme cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto a colaboração institucional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PONTE SERRADA/SC, com a finalidade de promover ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município de Ponte Serrada e a entidade, mediante transferência de recursos financeiros para custeio na aquisição de materiais, com vistas a garantir o atendimento de qualidade aos educandos matriculados na APAE de Ponte Serrada, observando a regular aplicação e execução do Plano de Trabalho, devidamente aprovado pela Comissão de Seleção e Julgamento, constituindo parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

2.1 O presente Termo de Fomento terá como Gestor da PROPONENTE a Sr. Valmir Zancanaro, brasileiro, portador do CPF sob o nº. 938.192.009-15 e CI de nº 2.876.513, que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria.

2.2 O CONCEDENTE designará, através de Portaria o gestor da presente parceria, devendo constar expressamente na mesma os dados para a identificação do instrumento firmado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

I – SÃO OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE (Município)

3.1 Fornecer os recursos para a execução do objeto;

3.2 Acompanhar a fiscalização e a execução deste termo;

3.3 Elaborar relatório técnico de monitoramento e avaliação;

3.4 Transferir os recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso Financeiro contido no Plano de Trabalho em conta

bancária específica indicada pela PROPONENTE, até o dia 10 de cada mês, excepcionalmente para o mês de início da parceria a primeira parcela será repassada assim que decorrido o prazo de publicação do Termo de Fomento e da Justificativa de Inexigibilidade;

3.5 Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:

3.5.1 Apreciar a prestação de contas apresentada pela PROPONENTE;

3.5.2 Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da PROPONENTE pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

3.5.3 Comunicar formalmente à PROPONENTE qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

3.5.4 Dar publicidade ao presente Termo de Fomento através da publicação no Diário Oficial do Município;

3.5.5 Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à PROPONENTE quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:

a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas;

b) Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho;

c) Não cumprimento do Plano de Trabalho.

d) Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.

3.5.6 Para fins de interpretação do item 3.4.5 entende-se por:

a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.

b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a PROPONENTE, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.

c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

3.5.7 Elaborar parecer sobre a prestação de contas da proponente, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme o art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta no Plano de Trabalho apresentado e no art. 59 da Lei n. 13.019/2014.

II – SÃO OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE (APAE)

3.6 Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Fomento;

3.7 Prestar informação e esclarecimento sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;

3.8 Permitir livre acesso do gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da CONCEDENTE, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, junto às instalações da PROPONENTE;

3.9 Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

3.10 Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e o adimplemento do Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou a restituição à sua execução e manter os comprovantes arquivados.

3.11 Divulgar este Termo de Fomento em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas redes e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, com as seguintes informações: Identificação do Instrumento, do Órgão CONCEDENTE, descrição do objeto, valor total, data da assinatura, valores liberados, e situação da prestação de contas, bem como atender a Lei Federal 12.527/2011.

3.12 Fazer as prestações de contas parciais de cada parcela liberada, nos termos da Instrução Normativa do Tribunal de Contas de Santa Catarina IN TC n.14/2012 e do Decreto 57/2015, Decreto Municipal nº 803/2017, com a comprovação exata da aplicação da parcela liberada.

3.13 Fazer a prestação de contas finais nos termos da Lei 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 803/2017, para comprovar o efetivo cumprimento do objeto pactuado.

3.14 Manter cópia em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas final, dos documentos que compõem as prestações de contas.

3.15 Não praticar desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração pública nas contratações e nos demais atos praticados na execução deste Termo de Fomento e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública;

3.16 Executar o objeto e metas conforme Plano de Trabalho aprovado, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;

3.17 Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;

3.18 Comprovar todas as despesas por meio de notas fiscais, com a devida certificação do recebimento do material ou prestação do serviço, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados;

3.19 Aplicar os recursos repassados no objeto constante exclusivamente no objeto pactuado;

3.20 Comprovar a existência de Conta Bancária específica e exclusiva, em banco oficial, para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta.

3.21 Não aplicar taxa de administração ou despesas administrativas como condição para a execução do objeto;

3.22 Ressarcir os cofres públicos dos saldos remanescentes decorrentes das aplicações correspondentes até 30 dias do encerramento do presente termo;

3.23 Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;

3.24 Efetuar cotação de pesquisa de preço, conforme regulamento próprio da entidade, para aquisição de materiais e serviços;

3.25 Manter-se adimplente com a Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho;

3.26 Comunicar a CONCEDENTE a substituição dos responsáveis pelo PROPONENTE, assim como alterações em seu Estatuto;

3.27 Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do Serviço, sem nenhuma responsabilidade da CONCEDENTE.

3.28 . São compromissos da PROPONENTE:

a) Desenvolver os serviços de educação especial e serviços de assistência social destinados às pessoas com deficiência intelectual e múltipla,

conforme previsão contida no objeto pactuado, atendendo e desempenhando as ações conforme especificado no Plano de Trabalho, parte integrante do presente termo;

b) Dispor de corpo técnico necessário, assegurando os serviços da Educação Especial em Estimulação Precoce, Serviço de Atendimento Específico, Serviço Pedagógico Específico, Serviço Pedagógico Específico/TEA, Oficina, atendimentos Reabilitatórios, assim como a efetivação da Política de Assistência Social, por meio de ações de prevenção, promoção, inserção e proteção, aos alunos matriculados e atendidos previstos no Plano de Trabalho;

c) Atender às necessidades dos alunos da educação especial que frequentam os serviços oferecidos pela APAE;

d) Executar programas educacionais que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e social dos alunos;

e) Realizar serviços de atendimento à pessoa com deficiência conforme preconizado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais ao público alvo e sua família, atendendo aos objetivos propostos pelo serviço com foco para os resultados previstos;

f) Realizar de forma continuada, permanente e planejada, serviços e execução de programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos ao público alvo e família, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas às deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social;

g) Encaminhar os alunos cuja avaliação pedagógica recomende a inserção nas classes comuns da rede regular de ensino.

CLÁUSULA QUARTA – DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

4.1 Para a execução das atividades prevista neste Termo de Fomento, a CONCEDENTE transferirá a PROPONENTE, de acordo com o Cronograma de Execução, o valor total de R\$ 17.654,57 (dezesete mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), até o dia 10 de cada mês. Excepcionalmente para o mês de início da parceria a primeira parcela será repassada assim que decorrido o prazo de publicação do Termo de Fomento e da Justificativa de Inexigibilidade.

4.2 As partes reconhecem que, caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas da Lei de Responsabilidade Fiscal o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente executividade.

CLÁUSULA QUINTA– DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados a conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, AGÊNCIA 2479-1, BANCO 001, Conta Corrente 15.029-0;

5.2 Os recursos depositados na conta bancária específica, se não empregados no prazo de 30 dias deverão ser obrigatoriamente aplicados: em caderneta de poupança, em fundo de aplicação financeira a curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública.

5.3 Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado usar cheques para saques ou quaisquer pagamentos.

5.4 Os rendimentos financeiros dos valores aplicados conforme mencionado no item 5.2 poderão ser utilizados pela PROPONENTE desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste instrumento.

5.5 A PROPONENTE deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 O prazo de vigência do presente Termo de Fomento terá início em 27 de junho de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado mediante justificativa e em conformidade com o Decreto Municipal nº 803/2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência.

7.2 Constitui motivo para rescisão do presente Termo de Fomento o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constata pela CONCEDENTE a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreções de informação em qualquer documento apresentado.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 Prestar contas de forma parcial, até 60 dias, após cada parcela repassada, conforme orientações da Instrução Normativa n. 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, e Decreto Municipal nº 803/2017, incluído Relatório Circunstanciado que permita avaliar o andamento e cumprimento do objeto pactuado;

8.2 Prestação de Contas integral e final, até 60 dias do término da vigência do Termo de Fomento, segundo a Lei n. 13.019/2014 e de acordo com critérios e indicações exigidos pela CONCEDENTE, com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto;

8.3 A CONCEDENTE emitirá no prazo de 60 dias do recebimento da prestação de contas final Parecer sobre a regularidade da prestação de contas;

8.4 A CONCEDENTE ressalva o direito de solicitar informações complementares sempre que necessário, para elucidar o conteúdo das prestações de contas.

8.5 Poderá ser instaurada Tomada de Contas Especial visando à apuração de fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, no caso de irregularidade na prestação de contas do presente Termo de Fomento.

CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

9.1 A PROPONENTE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente deste a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

a) Inexecução do objeto;

b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;

c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.
9.2 A PROPONENTE compromete-se ainda a recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente aos rendimentos de aplicações no mercado financeiro, quando não comprovado o seu emprego na consecução do objeto pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes do presente Termo de Fomento correrão por conta da dotação orçamentária referente ao exercício de 2018:

05 – SECRETARIAS DA EDUCAÇÃO E CULTURA

05.01 – DEPARTAMENTOS DA EDUCAÇÃO

12.366.1201.2.2012 – Apoio a Educação Especial

3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.000000 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

Fonte de Recurso: 03.0300-167 – Recursos Ordinários.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1 O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

11.2 Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da legislação vigente, a CONCEDENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à PROPONENTE as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PROIBIÇÕES E VEDAÇÕES

12.1 A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;

12.2 A utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento, ainda que em caráter de emergência;

12.3 A realização de despesa a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

12.4 A realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência do presente Termo de Fomento;

12.5 Realizar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;

12.6 Transferir os recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;

12.7 Retirar recursos da conta bancária com fins alheios a aplicação de recursos na consecução do objeto pactua neste Termo de Fomento;

12.8 Deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida (bens ou serviços) estabelecidos no Plano de Trabalho;

12.9 Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo CONCEDENTE;

12.10 A realização de despesas com:

a) Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes ao pagamento ou recolhimentos fora dos prazos;

b) Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

c) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13.019/2014;

d) Obras que caracterizam a ampliação de área construída ou instalação de novas estruturas físicas;

e) Pagamento de despesas bancárias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

13.1 Este Termo de Fomento poderá ser alterado ou ter modificações no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO.

13.1.1 Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação da CONCEDENTE e aprovação do Gestor deste Instrumento, ficando vedada a alteração total do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal Nº 13.019/14, Decreto Federal nº 8.726/2016; Lei Municipal nº 2.312/2017 e Decreto Municipal nº 803/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO DE ELEIÇÃO

15.1 Os partícipes elegem o Foro da comarca de Ponte Serrada/SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Ponte Serrada/SC, 27 de junho de 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal	VALMIR ZANCANARO Presidente da APAE
--	--

TESTEMUNHAS:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 040/2018 - PMPB

Publicação Nº 1668429

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – nº 040/2018 - PMPB

Tipo de licitação: Menor preço Global;

Objeto: Contratação de empresa especializada em assessoria e consultoria tributária a fim de revisar a planta genérica de valores e recadastramento imobiliário do município de Porto Belo/SC.

Recebimento das Propostas: Até 15:30 horas do dia 12/07/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 16:00 horas do dia 12/07/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB, End. Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 227 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 29 de Junho de 2018.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 041/2018 - PMPB

Publicação Nº 1668431

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço - nº 041/2018 - PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por Item;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Aquisição de lubrificantes e filtros diversos, destinados à manutenção da frota mecanizada da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:30 horas do dia 13/07/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 15:00 horas do dia 13/07/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB, End. Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 227 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 29 de Junho de 2018.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 042/2018 - PMPB

Publicação Nº 1668432

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço - nº 042/2018 - PMPB

Tipo de licitação: Menor preço Global;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para a prestação de serviços, fornecimento e instalação de rádios de comunicação para a Guarda Municipal e Departamento de Trânsito do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Recebimento das Propostas: Até 16:30 horas do dia 12/07/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 17:00 horas do dia 12/07/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB, End. Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 227 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 29 de Junho de 2018.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1854, DE 25 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1668164

DECRETO Nº 1854, DE 25 DE JUNHO DE 2018

Altera os dispositivos que menciona do Decreto Municipal nº 1114/2013, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º O Decreto Municipal nº 1114, de 26 de julho de 2013, com suas alterações posteriores, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º

II - REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DA SAÚDE:

- a) Titular: Guilherme Mateus Lucero;
Suplente: Simone Poletto.
- b) Titular: Dievan Bisognin da Silva;
Suplente: Estela Viviane Motta Schutz.
- c) Titular: Alexandre Evangelista Santos;
Suplente: Natieli Ferreira Engel.
- d) Titular: Cinthia de Souza;
Suplente: Maria Fernanda de Oliveira Vianna.

III - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

- a) Secretaria de Saúde:
Titular: Jainara Soares Nordio;
Suplente: Graciele Rejane Ledur.
Titular: Elaine Lucidir Krause;
Suplente: Karim Canez Fernandes.
Titular: Vanessa Roziane Marques Toazza;
Suplente: Miqueias Manoel da Silva.

Art. 2º Os demais dispositivos do Decreto nº 1114, de 26 de julho de 2013, com suas alterações posteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 25 dias do mês de junho de 2018.
EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

DECRETO Nº 1855, DE 25 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1668169

DECRETO Nº 1855, DE 25 DE JUNHO DE 2018

Prorroga o prazo de validade do Processo Seletivo nº 001/2017-PMPB e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de validade do Processo Seletivo nº 001/2017-PMPB (Prefeitura Municipal de Porto Belo), por mais 01 (um) ano, contados a partir de 6 de julho de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 25 dias do mês de junho de 2018.
EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

DECRETO Nº 1858, DE 27 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1668598

DECRETO Nº 1858, DE 27 DE JUNHO DE 2018

Estabelece horário de expediente, no dia que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando os jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2018, DECRETA:

Art. 1º Estabelece o horário de expediente dos Órgãos, Fundações e Entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto Belo no dia 2 de julho do ano em curso, dia do jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2018, que será das 14:00 às 19:00 horas.

Art. 2º As Unidade de Pronto Atendimento funcionarão das 8:00 às 10:30 horas e das 14:00 às 17:30 horas.

Art. 3º As Escolas Municipais e os Centros de Educação Infantil funcionarão a partir das 14:00 horas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 27 dias do mês de junho de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 98, DE 27 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1668185

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 98, DE 27 DE JUNHO DE 2018

Altera e acrescenta itens na Lei Complementar nº 34/2011, Código de Obras, e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar nº 34, de 11 de março de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 28. No ato da aprovação do projeto será emitido o Alvará de Construção, Reforma, Ampliação ou Demolição, que terá prazo de validade igual a 2 (dois) anos, podendo ser renovado por igual período, através de requerimento no setor competente.

.....
Art. 29. As obras devem ser iniciadas no prazo de até 2 (dois) anos a partir da data da emissão do alvará.

Art. 2º Os demais dispositivos legais da Lei Complementar Municipal nº 34, de 11 de março de 2011, não modificados por esta Lei, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 27 dias do mês de junho de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2658, DE 27 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1668178

LEI MUNICIPAL Nº 2658, DE 27 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial até a importância de R\$ 267.560,78 (duzentos e sessenta e sete mil, quinhentos e sessenta reais e setenta e oito centavos), destinado a criar as dotações abaixo descritas no Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 17 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional Programática: 08.243.0017

Atividade: 2.102 – Manutenção e Funcionamento do Conselho Tutelar

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 214.019,06

Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 1.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 44.889,42

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 7.652,30

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes da anulação das dotações abaixo descritas na importância de R\$ 267.560,78 (duzentos e sessenta e sete mil, quinhentos e sessenta reais e setenta e oito centavos):

Órgão: 04 – Secretaria Municipal da Fazenda

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal da Fazenda

Funcional Programática: 28.843.9997

Operação Especial: 0.001 – Amortização e Encargos da Dívida Pública

Modalidade de Aplicação: 4.6.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 70.000,00

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional Programática: 08.243.0017

Atividade: 2.051 – Manutenção do Conselho Tutelar

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 144.019,06

Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 1.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 44.889,42

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 7.652,30

Art. 3º As alterações dispostas nos artigos anteriores ficam incluídas nos anexos do Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021 – Lei Municipal nº 2528/2017 e, na Lei de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2018, Lei nº 2540/2017.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 27 dias do mês de junho de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

PORTARIA Nº 173/2018

Publicação Nº 1667513

PORTARIA Nº: 173/2018

“Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente à Servidora Pública Municipal Senhora Veridiana Herondina Bazilio”.

EMERSON LUCIANO STEIN, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e por estar de acordo com o Art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal e ainda em conformidade com os artigos 53 e 54 da Lei Municipal 2.480/2017, e nos termos do processo nº 10/2018,

Resolve:

Art. 1º APOSENTAR POR INVALIDEZ PERMANENTE, a Senhora Veridiana Herondina Bazilio, ocupante do cargo de Servente, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com Proventos Proporcionais – DOENÇA COMUM, NÃO ESPECIFICADA EM LEI - Sem Paridade, Média das 80% maiores Remunerações de acordo com esta regra, tornando sem efeito todas as disposições em contrário.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, sendo seus efeitos a partir de primeiro de Julho do corrente ano, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 28 dias do mês de Junho de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

Prefeito de Porto Belo

PORTARIA Nº 174/2018

Publicação Nº 1667523

PORTARIA Nº: 174/2018

“Concede Aposentadoria Voluntária por Idade ao Servidor Público Municipal Senhor Egon Hermann Wirth”.

EMERSON LUCIANO STEIN, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e por estar de acordo com o Art. 40, § 1º, III, “b” da Constituição Federal, e ainda em conformidade com os artigos 53 e 65 da Lei Municipal 2.480/2017, e nos termos do processo nº 11/2018;

Resolve:

Art. 1º APOSENTAR POR IDADE, o Senhor Egon Hermann Wirth, ocupante do cargo Fiscal de Obras e Tributos, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, com Proventos Proporcionais ao Tempo de Contribuição – Sem Paridade, Média das 80% maiores Remunerações, de acordo com esta regra, tornando sem efeito todas as disposições em contrário.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, sendo seus efeitos a partir de primeiro de Julho do corrente ano, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 28 dias do mês de Junho de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

Prefeito de Porto Belo

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO 159/2018

Publicação Nº 1666976

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 159/2018
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 113/2015
Partes: Município de Porto União e Luiz Francisco Antunes de Lima & Cia Ltda

CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

Concede-se o reajuste financeiro de 4,27% (quatro vírgula vinte e sete por cento) ao aludido contrato superior, com base no IGP-M.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento, mediante aviso prévio de 60 (sessenta) dias ou em caso de ser realizado de novo processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 11 de junho de 2018.
Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO 161/2018

Publicação Nº 1666986

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 161/2018
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 125/2017
Partes: Município de Porto União e Laboratório de Análises Clínicas Dr. Willy Carlos Jung Ltda - EPP

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido após a conclusão do processo de credenciamento que se encontra em fase de abertura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 14 de junho de 2018.
Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO 162/2018

Publicação Nº 1666995

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 162/2018
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 127/2017
Partes: Município de Porto União e Gráfica Guaramirim Ltda - EPP

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior pelo período de 12 (doze) meses a contar do dia 16/06/2018.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 15 de junho de 2018.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO 163/2018

Publicação Nº 1666996

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 163/2018

Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 329/2017

Partes: Município de Porto União e Engemass Engenharia e Construção EIRELI

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Concede-se reequilíbrio financeiro de R\$ 5.429,01 (cinco mil, quatrocentos e vinte e nove reais e um centavo) ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 15 de junho de 2018.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO 164/2018

Publicação Nº 1666998

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 164/2018

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 126/2017

Partes: Município de Porto União e Inova Comunicação Visual Ltda – EPP

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior pelo período de 12 (doze) meses a contar do dia 16/06/2018.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 15 de junho de 2018.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO 165/2018

Publicação Nº 1667007

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 165/2018

Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 330/2017

Partes: Município de Porto União e Engemass Engenharia e Construção EIRELI

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Concede-se reequilíbrio financeiro de R\$ 5.563,19 (cinco mil, quinhentos e sessenta e três reais e dezenove centavos) ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 15 de junho de 2018.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO 166/2018

Publicação Nº 1667014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 166/2018
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 281/2017
Partes: Município de Porto União e Engemass Engenharia e Construção EIRELI

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Concede-se reequilíbrio financeiro total de R\$ 117.032,97 (cento e dezessete mil, trinta e dois reais e noventa e sete centavos) ao aludido contrato superior, considerando:

O valor de R\$ 30.642,05 (trinta mil, seiscentos e quarenta e dois reais e cinco centavos) para o item 01 e

O valor de R\$ 86.390,92 (oitenta e seis mil, trezentos e noventa reais e noventa e dois centavos) para o item 02.

Devido ao reequilíbrio financeiro considera-se novo valor de tonelada:

Para o item 01 e 02 R\$ 291,50 (duzentos e noventa e um reais e cinquenta centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 15 de junho de 2018.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO 167/2018

Publicação Nº 1667021

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 167/2018
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 128/2017
Partes: Município de Porto União e Gráfica Alta Definição Ltda – EPP

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior pelo período de 12 (doze) meses a contar do dia 16/06/2018.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 15 de junho de 2018.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO 168/2018

Publicação Nº 1667031

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 168/2018
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 129/2017
Partes: Município de Porto União e Vinicius Roncaglio – ME

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior pelo período de 12 (doze) meses a contar do dia 16/06/2018.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 15 de junho de 2018.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 160/2018

Publicação N° 1667276

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 160/2018
Partes: Município de Porto União e Elber Indústria de Refrigeração LTDA.
Objeto: Aquisição de 02 (duas) Câmaras para Conservação de Vacinas.
Valor: R\$ 20.080,00 (vinte mil e oitenta reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Eletrônico 007/2018, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 12 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Elber Indústria de Refrigeração LTDA.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 169/2018

Publicação N° 1667255

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 169/2018
Partes: Município de Porto União e Viação Ouro e Prata S.A.
Objeto: Fornecimento de passagens interestaduais para os pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS.
Valor: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Inexigibilidade de Licitação 020/2018, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 15 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Viação Ouro e Prata S.A.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATOS DO 033/2018 ATÉ O 052/2018- AMASPU

Publicação N° 1667906

Extrato de Contratos do nº 033/2018 até o nº 052/2018– AMASPU
Partes: AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União e PEDIATRAS ASSOCIADOS EPP (037/2018); CLÍNICA DO CORAÇÃO DR. LAURO JOSÉ HERNER LTDA EPP (043/2018); NATALI PIMPÃO EIRELI ME (034/2018); MERYELEN ANDREKOWICZ ME (033/2018); HASSAN ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA ME (045/2018); LOZOVVOY E VENSÃO CLÍNICA DE ENDOCRINOLOGIA E METABOLOGIA S/S (040/2018); JOSÉ HENRIQUE PINTO CASTILHO S/S (042/2018); F.Z. MÉDICOS ASSOCIADOS ME (046/2018); YARED & CIA LTDA EPP (051/2018); GERIPED SERVIÇOS MÉDICOS EPP (041/2018); OTOCLÍNICA SUL ME (047/2018); IATROS ASSISTÊNCIA MÉDICA ME (050/2018); PORTO GASTRO CLÍNICA DE GASTROENTEROLOGIA S/S (038/2018); INTEGRAL ASSISTÊNCIA A SAÚDE ME (039/2018); CLÍNICA E.S. LTDA ME (049/2018); CLÍNICA DA MULHER EPP (036/2018); DCS CLÍNICA MÉDICA EIRELI ME (048/2018); FERNANDO KLEIN (044/2018); SERVIÇOS MÉDICOS UNIÃO EPP (035/2018); FIRMINO & MÉDICOS ASSOCIADOS S/S LTDA (052/2018).
Objeto: Prestação de serviços na área médica.
Valor Total: R\$ 228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais)
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Processo de licitação nº 020/2018 - Inexigibilidade nº 016/2018, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 28 de junho de 2018.
Margareth Flissak
Presidente AMASPU

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 007/2018

Publicação N° 1667275

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 082/2018
Pregão Eletrônico 007/2018
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Elber Indústria de Refrigeração LTDA

Porto União SC, 11 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 049/2018

Publicação Nº 1667707

PORTARIA Nº 049, de 28 de junho de 2018.

Dispõe sobre o expediente na Prefeitura Municipal de Porto União durante a Copa do Mundo FIFA 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, "g" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer, em caráter excepcional, que o horário de expediente na Prefeitura Municipal de Porto União, no dia 02 de julho de 2018, ocasião da partida das Oitavas de Final da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018, será das 8 horas às 10h30min e das 14 às 18 horas, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais.

§ 1º Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades, nas respectivas áreas de competência, a integral preservação e funcionamento dos serviços considerados essenciais.

§ 2º Torna-se obrigatória a compensação de horas àquelas repartições alcançadas pelo disposto no caput deste artigo, que deverá ser efetuada com o acréscimo de 30 (trinta) minutos no final da jornada de trabalho dos servidores municipais, de acordo com as respectivas cargas horárias.

§ 3º A compensação de que trata o § 2º deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência dos respectivos jogos e será devidamente conferida através do registro de ponto pela Chefia de Recursos Humanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de junho de 2018.
ELISEU MIBACH RUAN GUILHERME WOLF
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

RETIFICAÇÃO DE HORÁRIO DO PREGÃO PRESENCIAL 086/2018 - REGISTRO DE PREÇO

Publicação Nº 1668034

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 138/2018 - REGISTRO DE PREÇO.

Alteração de Horário Pregão Presencial 086/2018

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve alterações no horário de abertura do Processo Licitatório supracitado, tendo em vista a Portaria 049 de 28/06/2018, que altera o horário de expediente na data de 02/07/2018. O recebimento dos envelopes se dará até às 14h30min do dia 02 de julho de 2018 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h45min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 28 de junho de 2018.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 011/2018

Publicação Nº 1667270

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 126/2018

Tomada de Preços 011/2018

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da lei 8.666/93, tendo em vista que deu-se deserta.

Porto União SC, 22 de junho de 2018.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 1º QUADRIMESTRE 2018

Publicação Nº 1667454

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2017 A ABRIL/2018

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	43.067.592,62	0,00
Pessoal Ativo	39.167.399,43	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	32.643.588,48	0,00
Obrigações Patronais	6.006.443,00	0,00
Benefícios Previdenciários	517.367,95	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	3.900.193,19	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.149.075,26	0,00
Pensões	751.117,93	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.684.173,77	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.684.173,77	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	39.383.418,85	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	79.341.678,47	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	79.341.678,47	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	39.383.418,85	49,64
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	42.844.506,37	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	40.702.281,05	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	38.560.055,73	48,60

¹ FONTE:

Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal.
PORTO UNIAO, 07/06/2018

ELISEU MIBACH
PREFEITO MUNICIPAL

AFONSO WASMANN NETO
CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.223.404,49	2.090.271,41	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.223.404,49	2.090.271,41	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	2.223.404,49	2.090.271,41	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	18.992.745,20	23.604.765,46	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	18.992.745,20	23.604.765,46	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	19.976.218,16	25.555.580,73	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	983.472,96	1.950.815,27	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-16.769.340,71	-21.514.494,05	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	78.818.273,61	79.341.678,47	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	2,82%	2,63%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-21,28%	-27,12%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	94.581.928,33	95.210.014,16	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	85.123.735,50	85.689.012,75	0,00	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	59.226.051,25	59.226.051,25	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	441.126,72	878.963,69	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.099.888,23	1.945.965,05	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

PORTO UNIAO. 07/06/2018

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018

Continuação 2/2

ELISEU MIBACH
PREFEITO MUNICIPAL

AFONSO WASMANN NETO
CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4

SOFIA SYDOL
SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILID

LAURECI FREISLEBEN
RESPONSÁVEL PELO CONTR INTERNO

FONTE:

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	78.818.273,61	79.341.678,47	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	17.340.020,19	17.455.169,26	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	15.606.018,17	15.709.652,33	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

PORTO UNIAO, 07/06/2018

ELISEU MIBACH
PREFEITO MUNICIPAL

AFONSO WASMANN NETO
CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4

SOFIA SYDOL
SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILID

LAURECI FREISLEBEN
RESPONSÁVEL PELO CONTR INTERNO

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹ (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹ (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	79.341.678,47	—
OPERAÇÕES VEDADAS(V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	12.694.668,56	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	11.425.201,70	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	5.553.917,49	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

PORTO UNIAO, 07/06/2018

ELISEU MIBACH
PREFEITO MUNICIPAL

AFONSO WASMANN NETO
CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4

SOFIA SYDOL
SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

LAURECI FREISLEBEN
RESPONSÁVEL PELO CONTR INTERNO

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(e)				
		De Exercícios Anteriores	Liquíd. e Não Pagos							
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	5.128.153,41	67.180,62	540.669,58	873.188,98	284.547,36	0,00	3.362.566,87	347.015,08	0,00	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB 60%	(8.738,78)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(8.738,78)	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Destinados à Educação	351.123,35	0,00	114.879,58	117.844,85	7.722,27	0,00	110.676,65	11.764,76	0,00	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação)	3.319,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.319,39	0,00	0,00	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	4.782.449,45	67.180,62	425.790,00	755.344,13	276.825,09	0,00	3.257.309,61	335.250,32	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	89.966.540,88	270.154,51	1.075.105,08	182.323,58	594.416,33	0,00	87.844.541,38	543.437,41	0,00	
Recursos Ordinários	88.966.143,65	270.154,51	1.075.105,08	182.323,58	594.416,33	0,00	86.834.144,15	543.437,41	0,00	
Outros Recursos não Vinculados	1.010.397,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.010.397,23	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	95.094.694,29	337.335,13	1.615.774,66	1.055.512,56	878.963,69	0,00	91.207.108,25	890.452,49	0,00	

FONTE:

PORTO UNIAO, 07/06/2018

ELISEU MIBACH	AFONSO WASMANN NETO	SOFIA SYDOL
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR - CRO/SC 035830/O-4	SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

LAURECI FREISLEBEN
 RESPONSÁVEL PELO CONTR. INTERNO

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2018

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente líquida	79.370.544,84	
Receita Corrente líquida Ajustada	79.370.544,84	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	40.848.745,40	51,47
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	47.622.326,90	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	45.241.210,56	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	42.860.094,21	54,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	17.461.519,86	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	12.699.287,17	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	5.555.938,14	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.030.390,31	91.468.418,17

FONTE:

PORTO UNIAO, 18/06/2018

ELISEU MIBACH
PREFEITO MUNICIPAL

AFONSO WASMANN NETO
CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4

SOFIA SYDOL
SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILID

LAURECI FREISLEBEN
RESPONSÁVEL PELO CONTR INTERNO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 1º BIMESTRE 2018

Publicação Nº 1667441

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	107.738.800,00	107.738.800,00	12.537.506,05	11,64	12.537.506,05	11,64	95.201.293,95
RECEITAS CORRENTES	94.638.145,00	94.638.145,00	12.522.506,05	13,23	12.522.506,05	13,23	82.115.638,95
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	16.978.000,00	16.978.000,00	1.785.619,73	10,52	1.785.619,73	10,52	15.192.380,27
IMPOSTOS	12.643.000,00	12.643.000,00	1.127.099,04	8,91	1.127.099,04	8,91	11.515.900,96
TAXAS	2.880.000,00	2.880.000,00	577.366,90	20,05	577.366,90	20,05	2.302.633,10
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.455.000,00	1.455.000,00	81.153,79	5,58	81.153,79	5,58	1.373.846,21
CONTRIBUIÇÕES	4.363.989,00	4.363.989,00	510.885,32	11,71	510.885,32	11,71	3.853.103,68
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.363.989,00	4.363.989,00	510.885,32	11,71	510.885,32	11,71	3.853.103,68
RECEITA PATRIMONIAL	12.828.208,00	12.828.208,00	1.845.017,39	14,38	1.845.017,39	14,38	10.983.190,61
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	1.000.000,00	1.000.000,00	2.340,56	0,23	2.340,56	0,23	997.659,44
VALORES MOBILIÁRIOS	11.828.208,00	11.828.208,00	1.842.676,83	15,58	1.842.676,83	15,58	9.985.531,17
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	59.310.000,00	59.310.000,00	8.244.263,25	13,90	8.244.263,25	13,90	51.065.736,75
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	27.338.000,00	27.338.000,00	3.886.687,11	14,14	3.886.687,11	14,14	23.471.312,89
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	14.912.000,00	14.912.000,00	2.396.319,89	16,07	2.396.319,89	16,07	12.515.680,11
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.000.000,00	17.000.000,00	1.981.256,25	11,65	1.981.256,25	11,65	15.018.743,75
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	1.157.948,00	1.157.948,00	136.720,36	11,81	136.720,36	11,81	1.021.227,64
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	190.000,00	190.000,00	4.097,31	2,16	4.097,31	2,16	185.902,69
RECEITAS DE CAPITAL	967.948,00	967.948,00	132.623,05	13,70	132.623,05	13,70	835.324,95
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	13.100.655,00	13.100.655,00	15.000,00	0,11	15.000,00	0,11	13.085.655,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
ALIEIÇÃO DE BENS	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
ALIEIÇÃO DE BENS MÓVEIS	400.655,00	400.655,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.655,00
ALIEIÇÃO DE BENS IMÓVEIS	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	230.655,00	230.655,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230.655,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	10.200.000,00	10.200.000,00	15.000,00	0,15	15.000,00	0,15	10.185.000,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	7.200.000,00	7.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.200.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	3.000.000,00	3.000.000,00	15.000,00	0,50	15.000,00	0,50	2.985.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.740.352,00	3.740.352,00	391.855,25	10,48	391.855,25	10,48	3.348.496,75
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	111.479.152,00	111.479.152,00	12.929.361,30	11,60	12.929.361,30	11,60	98.549.790,70

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	111.479,152,00	111.479,152,00	12.929,361,30	11,60	12.929,361,30	98.549,790,70
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	111.479,152,00	111.479,152,00	12.929,361,30	11,60	12.929,361,30	98.549,790,70
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	—	—	—	—	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	340.000,00	—	—	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	105.223.304,00	105.563.304,00	9.950.832,80	9.950.832,80	95.612.471,20	8.979.492,66	8.979.492,66	96.583.811,34	8.168.483,54
DESPESAS CORRENTES	79.739.896,53	79.826.396,53	9.703.389,33	9.703.389,33	70.123.007,20	8.786.422,93	8.786.422,93	71.039.973,60	8.009.676,63
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.284.720,00	49.281.220,00	6.369.111,98	6.369.111,98	42.912.108,02	6.368.928,94	6.368.928,94	42.912.291,06	6.179.337,58
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.355.176,53	30.445.176,53	3.334.277,35	3.334.277,35	27.110.899,18	2.417.493,99	2.417.493,99	28.027.682,54	1.830.339,05
DESPESAS DE CAPITAL	24.983.407,26	25.236.907,26	247.443,47	247.443,47	24.989.463,79	193.069,73	193.069,73	25.043.837,53	158.806,91
INVESTIMENTOS	23.983.407,26	24.236.907,26	214.365,00	214.365,00	24.022.542,26	159.991,26	159.991,26	24.076.916,00	125.728,44
INVERSOES FINANCEIRAS	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	600.000,00	600.000,00	33.078,47	33.078,47	566.921,53	33.078,47	33.078,47	566.921,53	33.078,47
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500.000,21	500.000,21	0,00	0,00	500.000,21	0,00	0,00	500.000,21	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	500.000,21	500.000,21	0,00	0,00	500.000,21	0,00	0,00	500.000,21	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	6.255.848,00	6.255.848,00	631.865,18	631.865,18	5.623.982,82	630.418,46	630.418,46	5.625.429,54	334.501,17

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(h)	(i) = (e-h)	(i)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	6.255.848,00	6.255.848,00	631.865,18	631.865,18	5.623.982,82	630.418,46	630.418,46	5.625.429,54	334.601,17
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	111.479.152,00	111.819.152,00	10.582.697,98	10.582.697,98	101.236.454,02	9.609.911,12	9.609.911,12	102.209.240,88	8.503.084,71
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	111.479.152,00	111.819.152,00	10.582.697,98	10.582.697,98	101.236.454,02	9.609.911,12	9.609.911,12	102.209.240,88	8.503.084,71
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	2.346.663,32	—	—	3.319.450,18	—	4.426.276,59
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	111.479.152,00	111.819.152,00	10.582.697,98	12.929.361,30	—	9.609.911,12	12.929.361,30	—	12.929.361,30
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO
			No Bimestre	% (b/a)	Até o Bimestre	% (c/a)	
	(a)	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a - c)
Receitas (Intra-Orçamentárias)	3.740.352,00	3.740.352,00	391.855,25	10,48	391.855,25	10,48	3.348.496,75
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.740.352,00	3.740.352,00	391.855,25	10,48	391.855,25	10,48	3.348.496,75
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.740.352,00	3.740.352,00	391.855,25	10,48	391.855,25	10,48	3.348.496,75
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.740.352,00	3.740.352,00	391.855,25	10,48	391.855,25	10,48	3.348.496,75

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(h)	(i) = (e-h)	(i)
Despesas Intra-Orçamentárias	6.255.848,00	6.255.848,00	631.865,18	631.865,18	5.623.982,82	630.418,46	630.418,46	5.625.429,54	334.601,17
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.255.848,00	6.255.848,00	631.865,18	631.865,18	5.623.982,82	630.418,46	630.418,46	5.625.429,54	334.601,17

Continua 3/4

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	6.255.848,00	6.255.848,00	631.865,18	631.865,18	5.623.982,82	630.418,46	630.418,46	5.625.429,54	334.601,17

FONTE:

Nota: O Déficit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 685.010,91

PORTO UNIAO, 09/05/2018

ELISEU MIBACH
PREFEITO MUNICIPAL

SOFIA SYDOL
SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

AFONSO WASMANN NETO
CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4

LAURECI FREISLEBEN
RESPONSÁVEL PELO CONTR INTERNO

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JANEIRO 2018/MÊS JANEIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)			R\$ 1,00
						SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)		400.655,00			0,00	400.655,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		230.655,00			0,00	230.655,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		170.000,00			0,00	170.000,00
DESPESAS						
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II) Despesas de Capital	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	0,00	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)
		0,00	0,00	0,00	0,00	SALDO (h)=(d-e)
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2017 (i)	Em 2018 (j) = (fb - (If + Ifg)			SALDO ATUAL (k) = (III + IIIj)
Valor(III)		7.462,70			0,00	7.462,70
FONTE:						

PORTO UNIAO, 04/05/2018

ELISEU MIBACH PREFEITO MUNICIPAL	SOFIA SYDOL SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	AFONSO WASMANN NETO CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4
LAURECI FREISLEBEN RESPONSÁVEL PELO CONTR INTERNO		

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
							Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)				0,00		0,00	0,00	0,00		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				0,00		0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II				0,00		0,00	0,00	0,00		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
							Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS				0,00		0,00	0,00	0,00		
RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE				0,00		0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				0,00		0,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
							Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES				19.805.307,50		19.805.307,50	3.233.271,32	16,33	2.893.014,40	14,61
Pessoal e Encargos Sociais				13.591.000,00		13.591.000,00	2.265.975,36	16,67	2.265.975,36	16,67
Outras Despesas Correntes				6.214.307,50		6.214.307,50	967.295,96	15,57	627.039,04	10,09
DESPESAS DE CAPITAL				520.000,00		623.500,00	49.295,95	7,91	38.058,55	6,10
Investimentos				520.000,00		623.500,00	49.295,95	7,91	38.058,55	6,10

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	520.000,00	623.500,00	49.295,95	7,91	38.058,55	6,10
Investimentos	520.000,00	623.500,00	49.295,95	7,91	38.058,55	6,10
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	20.325.307,50	20.428.807,50	3.282.567,27	16,07	2.931.072,95	14,35
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	5.614.000,00	5.614.000,00	759.096,49	23,13	685.105,20	23,37
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	5.614.000,00	5.614.000,00	759.096,49	23,13	685.105,20	23,37
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	5.614.000,00	5.614.000,00	759.096,49	23,13	685.105,20	23,37
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	14.711.307,50	14.814.807,50	2.523.470,78	76,87	2.245.967,75	76,63
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						
						2.245.967,75

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Inscritos em 2017				PAGOS			
TOTAL				128.919,02		-128.919,02	0,00
TOTAL				128.919,02		-128.919,02	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º							
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
				SALDO INICIAL			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2017				0,00		0,00	0,00
TOTAL (VIII)				0,00		0,00	0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26							
LIMITE NÃO CUMPRIDO				DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
				SALDO INICIAL			
				-		-	-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
Atenção Básica	17.431.064,24	17.531.064,24	2.601.204,24	81,59	2.601.348,04	88,27	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.994.243,26	2.994.243,26	607.430,77	18,41	345.792,65	11,73	
TOTAL	20.425.307,50	20.525.307,50	3.298.635,01	100,00	2.947.140,69	100,00	

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V(i+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

PORTO UNIAO, 04/05/2018

ELISEU MIBACH	SOFIA SYDOL	AFONSO WASMANN NETO
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	CONTADOR - CRC/SC 0368
LAURECI FREISLEBEN		
RESPONSÁVEL PELO CONTR INTERNO		

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2018		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027

NADA A DECLARAR

FONTE:

PORTO UNIAO, 04/05/2018

ELISEU MIBACH
PREFEITO MUNICIPAL

SOFIA SYDOL
SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILID

AFONSO WASMANN NETO
CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4

LAURECI FREISLEBEN
RESPONSÁVEL PELO CONTR INTERNO

Município de PORTO UNIAO - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		111.479.152,00		
Previsão Atualizada		111.479.152,00		
Receitas Realizadas		12.929.361,30		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00		
DESPESAS				
Dotação Inicial		111.479.152,00		
Créditos Adicionais		340.000,00		
Dotação Atualizada		111.819.152,00		
Despesas Empenhadas		10.582.597,75		
Despesas Liquidadas		9.610.612,92		
Despesas pagas		8.503.084,71		
Superavit Orçamentário		3.318.748,38		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		10.582.597,75		
Despesas Liquidadas		9.610.612,92		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		80.555.413,88		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		1.467,95		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		685.271,02		
Resultado Previdenciário		(683.803,07)		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	1.857.356,79	0,00
Resultado Primário		0,00	1.857.356,79	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.156.178,37	2.073,70	408.347,20	1.745.757,47
EXECUTIVO	2.156.178,37	2.073,70	408.347,20	1.745.757,47
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	994.838,71	0,00	680.784,83	314.053,88
EXECUTIVO	994.838,71	0,00	680.784,83	314.053,88
TOTAL:	3.151.017,08	2.073,70	1.089.132,03	2.059.811,35
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		363.633,33	25%	4,97
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.336.175,17	60%	67,44
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2.500.000,00	
Despesa de Capital Líquida		193.069,73	25.043.837,53	

Continua 1/2

Município de PORTO UNIAO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2018	2028	2038	2053
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	400.655,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		2.245.967,75	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PORTO UNIAO, 04/05/2018

 ELISEU MIBACH
 PREFEITO MUNICIPAL

 SOFIA SYDOL
 SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILID. CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4

 AFONSO WASMANN NETO

 LAURECI FREISLEBEN
 RESPONSÁVEL PELO CONTR INTERNO

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				(b/Total b)			(d/Total d)	
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")								R\$ 1,00
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	105.223.304,00	105.563.304,00	9.950.732,57	94,03	95.612.571,43	8.980.194,46	8.980.194,46	96.583.109,54
Legislativa	3.584.504,00	3.584.504,00	458.970,29	4,34	3.125.533,71	401.720,44	401.720,44	3.182.783,56
Ação Legislativa	3.584.504,00	3.584.504,00	458.970,29	4,34	3.125.533,71	401.720,44	401.720,44	3.182.783,56
Administração	5.060.000,00	5.210.000,00	584.481,92	5,52	4.625.518,08	557.627,96	557.627,96	4.652.372,04
Planejamento e Orçamento	600.000,00	600.000,00	78.160,56	0,74	521.839,44	78.084,56	78.084,56	521.915,44
Administração Geral	3.410.000,00	3.410.000,00	350.920,82	3,32	3.059.079,18	326.003,76	326.003,76	3.083.996,24
Administração Financeira	1.050.000,00	1.200.000,00	155.400,54	1,47	1.044.599,46	153.539,64	153.539,64	1.046.460,36
Segurança Pública	1.061.000,00	1.061.000,00	65.861,90	0,62	995.138,10	52.698,50	52.698,50	1.008.301,50
Policimento	341.000,00	341.000,00	42.357,08	0,40	298.642,92	41.407,48	41.407,48	299.592,52
Defesa Civil	720.000,00	720.000,00	23.504,82	0,22	686.485,18	11.291,02	11.291,02	708.708,98
Assistência Social	3.404.000,00	3.494.000,00	263.481,74	2,49	3.230.518,26	243.349,03	243.349,03	3.250.650,97
Assistência à Criança e ao Adolescente	160.000,00	160.000,00	3.482,72	0,03	156.517,28	3.154,82	3.154,82	156.845,18
Assistência Comunitária	3.244.000,00	3.334.000,00	259.999,02	2,46	3.074.000,98	240.194,21	240.194,21	3.093.805,79
Previdência Social	15.624.800,00	15.624.800,00	687.959,38	6,50	14.936.840,62	683.423,29	683.423,29	14.941.376,71
Previdência do Regime Estatutário	15.624.800,00	15.624.800,00	687.959,38	6,50	14.936.840,62	683.423,29	683.423,29	14.941.376,71
Saúde	23.185.659,50	23.285.659,50	3.433.691,85	32,45	19.851.967,65	3.059.601,36	3.059.601,36	20.226.058,14
Atenção Básica	16.432.064,24	16.532.064,24	2.577.627,45	24,36	13.954.436,79	2.487.771,25	2.487.771,25	14.044.292,99
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.753.595,26	6.753.595,26	866.064,40	8,09	5.887.530,86	571.830,11	571.830,11	6.181.765,15
Educação	21.856.000,00	21.856.000,00	2.423.169,27	22,90	19.432.830,73	2.257.574,32	2.257.574,32	19.598.425,68
E Ensino Fundamental	13.140.000,00	13.140.000,00	1.594.352,09	15,07	11.545.647,91	1.460.831,47	1.460.831,47	11.679.168,53
Educação Infantil	6.480.000,00	6.480.000,00	827.812,18	7,82	5.652.187,82	796.027,85	796.027,85	5.883.972,15
Educação de Jovens e Adultos	2.236.000,00	2.236.000,00	1.005,00	0,01	2.234.995,00	715,00	715,00	2.235.285,00
Cultura	644.158,13	644.158,13	37.085,73	0,35	607.072,40	35.430,67	35.430,67	608.727,46
Divulgação Cultural	644.158,13	644.158,13	37.085,73	0,35	607.072,40	35.430,67	35.430,67	608.727,46
Urbanismo	12.168.215,26	12.168.215,26	657.155,48	6,21	11.511.059,78	480.440,00	480.440,00	11.687.775,26
Infra-Estrutura Urbana	7.658.215,26	7.658.215,26	111.214,88	1,05	7.547.000,38	101.590,92	101.590,92	7.556.624,34
Serviços Urbanos	4.310.000,00	4.310.000,00	545.940,60	5,16	3.764.059,40	378.849,08	378.849,08	3.951.150,92
Lazer	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
Habituação	1.650.000,00	1.650.000,00	0,00	0,00	1.650.000,00	0,00	0,00	1.650.000,00
Habituação Urbana	1.650.000,00	1.650.000,00	0,00	0,00	1.650.000,00	0,00	0,00	1.650.000,00
Saneamento	2.351.000,00	2.351.000,00	17.409,20	0,16	2.333.590,80	9.951,20	9.951,20	2.341.048,80
Saneamento Básico Urbano	2.351.000,00	2.351.000,00	17.409,20	0,16	2.333.590,80	9.951,20	9.951,20	2.341.048,80
Gestão Ambiental	860.000,00	860.000,00	39.087,46	0,37	820.912,54	39.087,46	39.087,46	820.912,54
Preservação e Conservação Ambiental	700.000,00	700.000,00	39.087,46	0,37	660.912,54	39.087,46	39.087,46	660.912,54

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Gestão Ambiental	105.223.304,00	105.563.304,00	9.950.732,57	9.950.732,57	94,03	8.980.194,46	8.980.194,46	96.583.109,54
Recursos Hídricos	860.000,00	860.000,00	39.087,46	39.087,46	0,37	39.087,46	39.087,46	820.912,54
Agricultura	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00
Promoção da Produção Agropecuária	820.000,00	820.000,00	113.976,50	113.976,50	1,08	102.127,71	102.127,71	717.872,29
Indústria	820.000,00	820.000,00	113.976,50	113.976,50	1,08	102.127,71	102.127,71	717.872,29
Promoção Industrial	390.000,00	390.000,00	16.423,50	16.423,50	0,16	14.923,50	14.923,50	375.076,50
Produção Industrial	270.000,00	270.000,00	16.423,50	16.423,50	0,16	14.923,50	14.923,50	255.076,50
Produção Industrial	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Comércio e Serviços	145.000,00	145.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145.000,00
Turismo	145.000,00	145.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145.000,00
Energia	340.000,00	340.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.000,00
Energia Elétrica	340.000,00	340.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.000,00
Transporte	7.116.364,89	7.116.364,89	763.537,00	763.537,00	7,22	665.793,27	665.793,27	6.450.571,62
Transporte Rodoviário	7.066.364,89	7.066.364,89	763.537,00	763.537,00	7,22	665.793,27	665.793,27	6.400.571,62
Transporte Hidroviário	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Desporto e Lazer	1.167.085,12	1.167.085,12	92.176,46	92.176,46	0,87	84.255,74	84.255,74	1.082.829,38
Desporto Comunitário	1.167.085,12	1.167.085,12	92.176,46	92.176,46	0,87	84.255,74	84.255,74	1.082.829,38
Encargos Especiais	3.795.517,10	3.795.517,10	296.264,89	296.264,89	2,80	292.190,01	292.190,01	3.503.327,09
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	600.000,00	600.000,00	103.897,59	103.897,59	0,98	103.897,59	103.897,59	496.102,41
Refinanciamento da Dívida Interna	700.000,00	700.000,00	33.078,47	33.078,47	0,31	33.078,47	33.078,47	666.921,53
Outros Encargos Especiais	2.495.517,10	2.495.517,10	159.288,83	159.288,83	1,51	155.213,95	155.213,95	2.340.303,15
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	6.255.848,00	6.255.848,00	631.865,18	631.865,18	5,97	630.418,46	630.418,46	5.625.429,54
Ação Legislativa	155.848,00	155.848,00	2.156,46	2.156,46	0,02	2.156,46	2.156,46	153.691,54
Previdência Social	300.000,00	300.000,00	3.294,45	3.294,45	0,03	1.847,73	1.847,73	298.152,27
Previdência do Regime Estatutário	300.000,00	300.000,00	3.294,45	3.294,45	0,03	1.847,73	1.847,73	298.152,27
Saúde	1.130.000,00	1.130.000,00	115.521,59	115.521,59	1,09	115.521,59	115.521,59	1.014.478,41
Atenção Básica	999.000,00	999.000,00	113.576,79	113.576,79	1,07	113.576,79	113.576,79	885.423,21
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	131.000,00	131.000,00	1.944,80	1.944,80	0,02	1.944,80	1.944,80	129.055,20
Educação	3.670.000,00	3.670.000,00	249.321,49	249.321,49	2,36	249.321,49	249.321,49	3.420.678,51
E Ensino Fundamental	2.220.000,00	2.220.000,00	149.386,12	149.386,12	1,41	149.386,12	149.386,12	2.070.613,88
Educação Infantil	1.300.000,00	1.300.000,00	99.935,37	99.935,37	0,94	99.935,37	99.935,37	1.200.064,63
Educação de Jovens e Adultos	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00

Continuação 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 33

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.255.848,00	6.255.848,00	631.865,18	631.865,18	5,97	630.418,46	630.418,46	6,56
Encargos Especiais	1.000.000,00	1.000.000,00	261.571,19	261.571,19	2,47	261.571,19	261.571,19	2,72
Outros Encargos Especiais	1.000.000,00	1.000.000,00	261.571,19	261.571,19	2,47	261.571,19	261.571,19	2,72
TOTAL (III) = (I + II)	111.479.152,00	111.819.152,00	10.582.597,75	10.582.597,75	100,00	9.610.612,92	9.610.612,92	100,00

FONTE:

PORTO UNIAO, 04/05/2018

ELISEU MIBACH	SOFIA SYDOL	AFONSO WASMANN NETO
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4
LAURECI FREISLEBEN		
RESPONSÁVEL PELO CONTR. INTERNO		

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2017 A FEVEREIRO/2018

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2018
		Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017	Jul/2017	Ago/2017	Sep/2017	Out/2017	Nov/2017	Dez/2017	Jan/2018	Fev/2018	TOTAL (ULT. 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.717.332,91	8.704.004,79	6.869.177,05	6.792.055,52	8.308.120,07	6.893.845,78	6.096.470,87	6.486.537,99	6.717.330,94	9.258.187,98	6.415.942,28	6.646.194,76	86.702.200,94
	I.P.T.U.	847.997,91	3.113.826,33	944.482,27	1.046.537,00	974.507,48	1.033.897,73	1.062.558,80	958.889,29	960.942,48	1.224.003,48	854.271,24	931.740,12	13.674.149,03
	I.S.S.	225.397,36	2.206.259,85	265.950,62	228.875,89	216.014,95	229.328,37	216.490,40	181.489,37	189.765,17	197.038,51	91.104,49	64.132,04	4.327.477,02
	I.T.E.I.	299.625,34	328.767,77	271.992,23	306.694,90	307.983,44	289.423,03	290.688,90	292.806,67	314.945,68	336.004,75	272.709,56	272.709,56	3.013.000,00
	I.R.E.F.	0,00	0,00	0,00	75.683,55	45.153,46	97.266,78	121.744,75	75.355,82	94.474,26	133.107,83	58.888,19	96.956,01	1.100.000,00
	Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	137.237,05	163.743,17	98.492,20	131.985,79	157.615,14	143.897,28	145.221,60	158.788,50	155.437,27	321.468,42	90.382,11	177.970,53	1.880.339,06
	Contribuições	225.738,16	415.055,54	308.467,22	300.336,97	244.740,49	273.882,27	266.611,15	252.448,93	226.300,10	226.880,87	338.610,53	319.971,59	3.412.043,32
	Recita Patrimonial	444.331,49	470.327,27	446.759,19	480.436,90	472.508,52	483.514,82	367.963,87	471.151,04	478.357,28	502.654,04	0,00	813,94	5.048.433,16
	Rendimentos de Aplicação Financeira	938.214,25	611.523,30	361.831,32	645.776,59	1.527.096,33	848.046,26	855.756,34	373.723,24	188.038,88	1.067.610,83	1.065.488,33	586.349,57	9.070.395,26
	Outras Receitas Patrimoniais	748.571,95	407.406,41	231.840,97	479.559,93	1.346.985,14	687.147,46	703.048,49	273.938,72	129.769,29	556.334,35	1.064.283,31	585.148,23	10.325.424,00
	Recita Agropecuária	183.642,30	204.116,89	129.990,35	166.194,66	180.341,19	160.901,80	150.707,85	98.784,52	58.270,59	511.276,48	1.205,02	1.201,34	1.852.632,99
	Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências Correntes	4.211.359,93	4.157.878,77	4.573.679,50	4.390.469,57	4.893.051,44	4.241.124,44	4.150.222,75	4.445.644,15	4.133.789,95	6.047.536,18	4.441.678,30	5.085.333,63	54.741.869,61
Cota-Parte do FPM	1.194.621,17	1.439.315,39	1.632.654,90	1.594.843,70	1.942.984,91	1.318.105,24	1.105.764,43	1.254.290,00	1.290.114,81	2.482.253,46	1.572.979,67	2.056.376,38	18.795.294,06	
Cota-Parte do ICMS	1.055.588,69	1.085.300,57	1.002.105,78	1.052.514,66	1.049.910,29	1.071.646,61	1.173.085,60	1.109.276,15	1.128.163,35	1.206.600,01	1.137.885,19	1.008.084,20	13.400.000,00	
Cota-Parte do IPIVA	371.160,55	270.063,32	377.514,63	362.817,42	328.370,85	326.962,70	305.366,16	298.476,19	211.872,22	127.812,89	286.227,73	318.725,45	3.576.359,91	
Cota-Parte do ITR	321,52	488,18	686,97	514,46	787,91	1.503,65	36.540,49	105.323,85	2.709,42	1.522,36	1.272,84	938,77	178.000,00	
Outras Transferências Correntes	677.852,57	417.281,10	657.710,64	510.204,23	687.930,91	615.950,50	571.145,12	747.160,33	596.306,35	1.130.141,18	460.510,65	659.339,90	7.721.422,59	
Transferências de LC 61/1989	12.304,39	14.857,57	13.940,54	14.016,32	15.745,61	14.794,21	15.737,87	19.881,57	16.218,09	22.376,27	17.159,68	17.505,45	194.457,57	200.000,00
Transferências de LC 87/1966	3.857,10	3.857,10	3.857,10	3.857,10	3.857,10	3.857,10	3.857,10	3.857,10	3.857,10	3.857,10	3.394,88	3.394,88	45.940,76	42.000,00
Transferências do FUNDEB	885.713,94	916.705,54	885.026,94	921.701,58	883.583,86	888.451,43	934.715,98	910.406,86	894.559,61	1.072.972,11	962.247,65	1.019.008,60	11.165.065,10	17.000.000,00
Outras Receitas Correntes	275.429,33	350.449,12	342.424,77	258.835,46	441.016,30	287.183,51	267.966,31	237.130,27	901.302,35	385.886,55	52.504,41	41.857,50	3.942.071,88	1.157.948,00
DEDUÇÕES (II)	591.824,35	690.934,25	661.676,81	657.634,69	595.594,86	622.916,64	608.013,98	636.759,81	627.941,32	937.777,14	230.064,96	204.791,93	6.146.787,06	2.489.345,00
Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230.855,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	140.955,78	143.140,11	133.979,99	145.288,80	142.612,38	143.893,68	143.362,83	142.812,10	142.972,51	350.278,97	0,00	0,00	1.628.297,95	0,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	450.867,57	507.794,14	527.886,82	512.345,89	443.352,48	479.022,96	464.651,35	493.947,71	484.968,81	587.498,17	0,00	0,00	4.952.345,90	0,00
(R)Cota-Parte do ICMS - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	227.578,96	201.812,77	428.391,73	2.680.000,00
(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.431,93	3.301,08	6.933,01	40.000,00
Remuneração de Depósitos Bancários - 167	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	245,51	245,51	245,51	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários - 170	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113,21	113,21	290,11	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários - 209	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	440,96	333,21	774,17	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários - 239	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89,66	75,27	164,93	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários - 240	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23,23	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) – (II)	6.125.508,56	8.013.070,54	6.207.500,24	6.134.420,83	7.722.155,21	6.270.930,14	6.087.456,89	5.849.781,18	6.089.389,62	8.270.410,84	6.183.877,42	6.441.402,83	79.885.701,30	93.774.527,00

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2017
RECEITAS CORRENTES (I)				139.212,60
Recarga de Contribuições dos Segurados				139.212,60
Civil	0,00	0,00	1.467,95	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	139.067,45
Militar	0,00	0,00	0,00	139,21
Ativo	0,00	0,00	0,00	5,94
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais				0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial				0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	1.467,95	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas Patrimoniais	0,00	0,00	1.467,95	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)				0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	7.200.000,00	7.200.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas de Capital	7.200.000,00	7.200.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	7.200.000,00	7.200.000,00	1.467,95	139.212,60

Continua 1/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2017
ADMINISTRAÇÃO (V)	4.524.800,00	4.524.800,00	3.294,45	34.431,90	1.847,73	33.686,40	33.686,40
Despesas Correntes	300.000,00	300.000,00	3.294,45	34.431,90	1.847,73	33.686,40	33.686,40
Despesas de Capital	4.224.800,00	4.224.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	11.400.000,00	11.400.000,00	687.959,38	527.400,61	683.423,29	527.400,61	527.400,61
Benefícios - Civil	0,00	0,00	646.533,92	527.400,61	646.533,92	527.400,61	527.400,61
Aposentadorias	0,00	0,00	498.112,82	361.583,27	498.112,82	361.583,27	361.583,27
Pensões	0,00	0,00	129.837,30	93.505,94	129.837,30	93.505,94	93.505,94
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	18.583,80	72.311,40	18.583,80	72.311,40	72.311,40
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	11.400.000,00	11.400.000,00	41.425,46	0,00	36.889,37	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	11.400.000,00	11.400.000,00	41.425,46	0,00	36.889,37	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	15.924.800,00	15.924.800,00	691.253,83	561.832,51	685.271,02	561.087,01	561.087,01
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	(8.724.800,00)	(8.724.800,00)	(689.785,88)	(422.619,91)	(683.803,07)	(421.874,41)	(421.874,41)
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Valor							0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS							
Valor							0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS							
Outros Aportes para o RPPS							0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar							0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos							0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro							0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS							
Caixa e equivalentes de caixa							
			2018	2017			
			68.360.909,50	59.840.844,61			

Continuação 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2018	2017
BENS E DIREITOS DO RPPS		
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE:
PORTO UNIAO, 04/05/2018

ELISEU MIBACH	SOFIA SYDOL	AFONSO WASMANN NETO	LAURECI FREISLEBEN
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETÁRIA DE FINANÇAS E O	CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4	RESPONSÁVEL PELO CONTRIN

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2017 (A)	Em 31 Dez 2017 (B)	Em 28 Feb 2018 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.223.404,49	2.223.404,49	2.190.326,02
DEDUÇÕES (II)	18.992.745,20	18.992.745,20	20.719.382,58
Disponibilidade de Caixa	18.992.745,20	18.992.745,20	20.719.382,58
Disponibilidade de Caixa Bruta	19.976.218,16	19.976.218,16	22.299.049,64
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	983.472,96	983.472,96	1.579.667,06
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIIc - VIIb)	Jan a Feb 2018 (VIIc - VIIa)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	VALOR CORRENTE
	0,00

FONTE:

PORTO UNIAO, 04/05/2018

ELISEU MIBACH	SOFIA SYDOL	AFONSO WASMANN NETO
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABIL	CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4
LAURECI FREISLEBEN		
RESPONSÁVEL PELO CONTR INTERNO		

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2018
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	98.378.497,00	12.914.361,30
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.978.000,00	1.785.619,73
I.P.T.U.	7.075.000,00	154.918,44
I.S.S.	2.968.000,00	547.983,76
I.T.B.I.	1.100.000,00	155.844,20
I.R.R.F.	1.500.000,00	268.352,64
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.335.000,00	658.520,69
Contribuições	8.104.341,00	902.740,57
Receita Patrimonial	12.828.208,00	1.845.017,39
Aplicações Financeiras(II)	11.828.208,00	1.842.611,03
Outras Receitas Patrimoniais	1.000.000,00	2.406,36
Transferências Correntes	59.310.000,00	8.244.263,25
Cota-Parte do FPM	17.658.000,00	2.903.484,88
Cota-Parte do ICMS	10.720.000,00	1.717.567,66
Cota-Parte do IPVA	2.260.000,00	484.762,70
Cota-Parte do ITR	142.400,00	1.769,32
Transferências da LC 87/1996	33.600,00	5.415,82
Transferências da LC 61/1989	160.000,00	27.732,12
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	28.336.000,00	3.103.530,75
Demais Receitas Correntes	1.157.948,00	136.720,36
Outras Receitas Financeiras (III)	100.000,00	8.934,29
Receitas Correntes Restantes	1.057.948,00	127.786,07
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	86.450.289,00	11.062.815,98
RECEITAS DE CAPITAL (V)	13.100.655,00	15.000,00
Operação de Crédito(VI)	2.500.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	400.655,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	400.655,00	0,00
Transferências de Capital	10.200.000,00	15.000,00

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2018				
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS(a)				
Convênios	8.000.000,00				0,00	
Outras Transferências de Capital	2.200.000,00				15.000,00	
Outras Receitas de Capital	0,00				0,00	
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00				0,00	
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00				0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	10.600.655,00				15.000,00	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	97.050.944,00				11.077.815,98	

Até o Bimestre/2018						
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	82.825.545,18	10.335.154,28	9.417.543,19	8.344.277,80	316.642,21	221.720,27
Pessoal e Encargos Sociais	55.537.068,00	7.000.977,16	6.999.347,40	6.513.938,75	316.642,21	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	27.188.477,18	3.334.177,12	2.418.195,79	1.830.339,05	0,00	221.720,27
Transferências Constitucionais e Legais	155.000,00	33.387,00	33.387,00	26.000,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	27.033.477,18	3.300.790,12	2.384.808,79	1.804.339,05	0,00	221.720,27
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	82.725.545,18	10.335.154,28	9.417.543,19	8.344.277,80	316.642,21	221.720,27
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	24.836.907,26	247.443,47	193.069,73	158.806,91	25.463,54	186.626,93
Investimentos	24.236.907,26	214.365,00	159.991,26	125.728,44	25.463,54	186.626,93
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	600.000,00	33.078,47	33.078,47	33.078,47	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	24.236.907,26	214.365,00	159.991,26	125.728,44	25.463,54	186.626,93
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	24.236.907,26	214.365,00	159.991,26	125.728,44	25.463,54	186.626,93
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	500.000,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2018					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	107.462.452,65	10.549.519,28	9.577.534,45	8.470.006,24	342.105,75	568.726,69	408.347,20
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		1.857.356,79					
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00					
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2018					
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)		VALOR INCORRIDO					
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)		0,00					
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		0,00					
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		1.857.356,79					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		VALOR CORRENTE					
		0,00					
ABAIXO DA LINHA		SALDO					
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		Em 31 Dez 2017(a)		Até o Bimestre/2018(b)			
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		2.223.404,49		2.190.326,02			
DEDUÇÕES (XXIX)		18.992.745,20		20.719.382,58			
Disponibilidade de Caixa		18.992.745,20		20.719.382,58			
Disponibilidade de Caixa Bruta		19.976.218,16		22.299.049,64			
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		983.472,96		1.579.667,06			
Demais Haveres Financeiros		0,00		0,00			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-16.769.340,71		-18.529.056,56			
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		1.759.715,85					

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2018
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	-596.194,10
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXV)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)	2.355.909,95
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)	2.355.909,95
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	340.000,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	340.000,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2017 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2017 (g)		
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)									
EXECUTIVO									
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	116.802,35	758.416,04	627.907,63	-	247.310,76	36.551,59	2.119.626,78	568.726,69	408.347,20
PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIAO	116.802,35	758.416,04	627.907,63	0,00	247.310,76	36.551,59	2.119.626,78	568.726,69	408.347,20
PREFEITURA MUNICIPAL	0,00	573.637,68	464.663,46	0,00	225.776,57	27.765,02	805.549,31	477.251,16	332.398,45
AWASPUAUT MUN ASSIST SAUDE FUNPUB PORTO	116.802,35	0,00	0,00	0,00	108.974,22	0,00	805.549,31	477.251,16	332.398,45
PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.765,02	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE PORTO UNIAO	0,00	57.355,40	57.355,40	0,00	0,00	0,00	10.607,59	10.598,47	9.257,78
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PORTO UNIAO	0,00	57.355,40	57.355,40	0,00	0,00	0,00	10.607,59	10.598,47	9.257,78
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	18.636,91	5.066,39	0,00	13.570,52	0,00	87,26	87,26	87,26
FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO PORTO UNIAO	0,00	97.420,30	89.456,63	0,00	7.963,67	8.796,57	1.302.632,12	80.039,30	65.863,21
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	0,00	97.420,30	89.456,63	0,00	7.963,67	8.796,57	1.302.632,12	80.039,30	65.863,21
INST MUN DE PREV E ASSIS. SOCIAL DOS SERVIC	0,00	11.365,75	11.365,75	0,00	0,00	0,00	750,50	750,50	750,50
IMPRESS	0,00	11.365,75	11.365,75	0,00	0,00	0,00	750,50	750,50	750,50
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)									
EXECUTIVO									
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	119.620,32	52.877,20	-	66.743,12	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIAO	0,00	119.620,32	52.877,20	0,00	66.743,12	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	116.802,35	878.036,36	680.784,83	0,00	314.053,88	36.551,59	2.119.626,78	568.726,69	408.347,20
FONTE:									
PORTO UNIAO, 04/05/2018									
ELISEUIMBACH PREFEITO MUNICIPAL	SOFIA SYDOL SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	AFONSO WASMANN NETO CONTADOR - CRC/SC 0358300-4							
LAURECI FRESELEBEN RESPONSÁVEL PELO CONTR INTERNO									

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	13.408.000,00	13.408.000,00	1.127.375,87	8,41
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	7.795.000,00	7.795.000,00	155.191,72	1,99
1.1.1- IPTU	5.800.000,00	5.800.000,00	20.422,16	0,35
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	1.995.000,00	1.995.000,00	134.769,56	6,76
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.100.000,00	1.100.000,00	155.844,20	14,17
1.2.1- ITBI	1.100.000,00	1.100.000,00	155.844,20	14,17
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.013.000,00	3.013.000,00	547.987,31	18,19
1.3.1- ISS	2.600.000,00	2.600.000,00	500.235,44	19,24
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	413.000,00	413.000,00	47.751,87	11,56
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.500.000,00	1.500.000,00	268.352,64	17,89
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	37.398.000,00	37.398.000,00	6.183.534,16	16,53
2.1- Cota-Parte FPM	22.058.000,00	22.058.000,00	3.629.356,05	16,45
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	22.058.000,00	22.058.000,00	3.629.356,05	16,45
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	12.660.000,00	12.660.000,00	2.025.768,91	16,00
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	42.000,00	42.000,00	6.769,76	16,12
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	200.000,00	200.000,00	34.665,13	17,33
2.5- Cota-Parte ITR	178.000,00	178.000,00	2.211,61	1,24
2.6- Cota-Parte IPVA	2.260.000,00	2.260.000,00	484.762,70	21,45
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	50.806.000,00	50.806.000,00	7.310.910,03	14,39
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.000.000,00	2.000.000,00	248.023,96	12,40
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.300.000,00	1.300.000,00	248.023,96	19,08
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	4.165.500,00	4.165.500,00	302.216,84	7,26
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	6.165.500,00	6.165.500,00	550.240,80	8,92

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	-	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	-	0,00	0,00	0,00
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	-	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	-	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	-	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	-	0,00	0,00	0,00
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	-	17.000.000,00	1.981.256,25	11,65
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	17.000.000,00	17.000.000,00	1.981.256,25	11,65
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	17.000.000,00	17.000.000,00	1.981.256,25	11,65
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	13.826.000,00	13.826.000,00	1.336.175,17	9,66	1.336.175,17	9,66
13.1- Com Educação Infantil	5.200.000,00	5.200.000,00	668.683,08	12,86	668.683,08	12,86
13.2- Com Ensino Fundamental	8.626.000,00	8.626.000,00	667.492,09	7,74	667.492,09	7,74
14- OUTRAS DESPESAS	3.200.000,00	3.200.000,00	163.793,30	5,12	163.793,30	5,12
14.1- Com Educação Infantil	700.000,00	700.000,00	49.995,77	7,14	49.995,77	7,14
14.2- Com Ensino Fundamental	2.500.000,00	2.500.000,00	113.797,53	4,55	113.797,53	4,55
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	17.026.000,00	17.026.000,00	1.499.968,47	8,81	1.499.968,47	8,81
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						1.499.968,47
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						67,44
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						8,27
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						24,29
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2017 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2018 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	7.210.000,00	7.210.000,00	875.961,24	12,15	852.444,71	11,82
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	15.626.000,00	15.626.000,00	1.602.904,10	10,26	1.492.444,87	9,55
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	11.126.000,00	11.126.000,00	781.289,62	7,02	781.289,62	7,02
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.500.000,00	4.500.000,00	821.614,48	18,26	711.155,25	15,80
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	22.836.000,00	22.836.000,00	2.478.865,34	10,86	2.344.889,58	10,27
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						1.981.256,25
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 32 + 33 + 34 + 35)						1.981.256,25
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						363.633,33
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						4,97
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.310.000,00	1.310.000,00	144.443,52	11,03	136.175,72	10,40
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.035.000,00	1.035.000,00	30.664,49	2,96	7.313,10	0,71
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	2.345.000,00	2.345.000,00	175.108,01	7,47	143.488,82	6,12
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	25.181.000,00	25.181.000,00	2.653.973,35	10,54	2.488.378,40	9,88
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2018 (i)	
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	0,00	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.981.256,25	248.023,96
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		
48.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
48.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.981.256,25	248.023,96
51- (+) Ajustes	0,00	1.890,00
51.1. Retenções	0,00	1.890,00
51.2. Conciliação bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	1.981.256,25	249.913,96

PORTO UNIAO, 04/05/2018

ELISEU MIBACH
PREFEITO MUNICIPAL

AFONSO WASMANN NETO
CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)		R\$ 1,00			
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	25.236.907,26	247.443,47	193.069,73	0,00	24.989.463,79
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	25.236.907,26	247.443,47	193.069,73	0,00	24.989.463,79
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-22.736.907,26	-247.443,47	-	-	-22.489.463,79

FONTE:

PORTO UNIAO, 04/05/2018

ELISEU MIBACH	SOFIA SYDOL	AFONSO WASMANN NETO
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILID/	CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4
LAURECI FREISLEBEN		
RESPONSÁVEL PELO CONTR INTERNO		

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2º BIMESTRE 2018

Publicação Nº 1667449

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	107.738.800,00	107.738.800,00	16.263.993,16	15,10	28.801.499,21	26,73	78.937.300,79
RECEITAS CORRENTES	94.638.145,00	94.638.145,00	15.080.673,90	15,94	27.603.179,95	29,17	67.034.965,05
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	16.978.000,00	16.978.000,00	5.163.978,06	30,42	6.949.597,79	40,93	10.028.402,21
IMPOSTOS	12.643.000,00	12.643.000,00	3.903.162,24	30,87	5.030.261,28	39,79	7.612.738,72
TAXAS	2.880.000,00	2.880.000,00	823.541,44	28,60	1.400.908,34	48,64	1.479.091,66
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.455.000,00	1.455.000,00	437.274,38	30,05	518.428,17	35,63	936.571,83
CONTRIBUIÇÕES	4.363.989,00	4.363.989,00	284.705,84	6,52	795.591,16	18,23	3.568.397,84
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.363.989,00	4.363.989,00	284.705,84	6,52	795.591,16	18,23	3.568.397,84
RECEITA PATRIMONIAL	12.828.208,00	12.828.208,00	1.162.347,75	9,06	3.007.365,14	23,44	9.820.842,86
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	1.000.000,00	1.000.000,00	2.670,65	0,27	5.011,21	0,50	994.988,79
VALORES MOBILIÁRIOS	11.828.208,00	11.828.208,00	1.159.677,10	9,80	3.002.353,93	25,38	8.825.854,07
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	59.310.000,00	59.310.000,00	8.307.228,48	14,01	16.551.491,73	27,91	42.758.508,27
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	27.338.000,00	27.338.000,00	3.764.962,37	13,77	7.631.649,48	27,92	19.706.350,52
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	14.912.000,00	14.912.000,00	2.569.621,65	17,23	4.965.941,54	33,30	9.946.058,46
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.000.000,00	17.000.000,00	1.972.644,46	11,60	3.953.900,71	23,26	13.046.099,29
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	1.157.948,00	1.157.948,00	162.413,77	14,03	299.134,13	25,83	858.813,87
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	190.000,00	190.000,00	28.241,20	14,86	32.338,51	17,02	157.661,49
RECEITAS DE CAPITAL	967.948,00	967.948,00	134.172,57	13,86	266.795,62	27,56	701.152,38
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	13.100.655,00	13.100.655,00	1.183.319,26	9,03	1.198.319,26	9,15	11.902.335,74
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	400.655,00	400.655,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.655,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	230.655,00	230.655,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230.655,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	10.200.000,00	10.200.000,00	1.183.319,26	11,60	1.198.319,26	11,75	9.001.680,74
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	7.200.000,00	7.200.000,00	251.319,26	3,49	251.319,26	3,49	6.948.680,74
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	3.000.000,00	3.000.000,00	932.000,00	31,07	947.000,00	31,57	2.053.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.740.352,00	3.740.352,00	506.224,12	13,53	898.079,37	24,01	2.842.272,63
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	111.479.152,00	111.479.152,00	16.770.217,28	15,04	29.699.578,58	26,64	81.779.573,42

Continua 1/4

Continuação 2/4

Continua 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	105.223.304,00	106.297.940,88	11.283.474,52	21.234.313,82	85.063.627,06	11.343.985,80	20.323.274,71	85.974.666,17	18.992.015,00
DESPESAS CORRENTES	79.739.896,53	80.292.409,26	10.402.853,09	20.106.248,92	60.186.160,34	10.553.688,96	19.339.908,14	60.962.501,12	18.240.912,05
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.284.720,00	49.288.772,76	6.411.217,23	12.780.329,21	36.508.443,55	6.411.164,01	12.780.092,95	36.508.679,81	12.577.176,10
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.355.176,53	30.903.636,50	3.991.635,86	7.325.919,71	23.577.716,79	4.142.524,95	6.559.815,19	24.343.821,31	5.663.735,95
DESPESAS DE CAPITAL	24.983.407,26	25.505.531,41	880.621,43	1.128.064,90	24.377.466,51	790.296,84	983.366,57	24.522.164,84	751.102,95
INVESTIMENTOS	23.983.407,26	24.505.531,41	780.566,82	994.931,82	23.510.599,59	690.242,23	850.233,49	23.655.297,92	617.969,87
INVERSOES FINANCEIRAS	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	600.000,00	600.000,00	100.054,61	133.133,08	466.866,92	100.054,61	133.133,08	466.866,92	133.133,08
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500.000,21	500.000,21	0,00	0,00	500.000,21	0,00	0,00	500.000,21	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	500.000,21	500.000,21	0,00	0,00	500.000,21	0,00	0,00	500.000,21	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	6.255.848,00	6.255.848,00	627.459,93	1.259.325,11	4.996.522,89	628.906,65	1.259.325,11	4.996.522,89	974.810,16
	6.255.848,00								

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	6.255.848,00	6.255.848,00	627.459,93	1.259.325,11	4.996.522,89	628.906,65	1.259.325,11	4.996.522,89	974.810,16
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	111.479.152,00	112.553.788,88	11.910.934,45	22.493.638,93	90.060.149,95	11.972.892,45	21.582.599,82	90.971.189,06	19.966.825,16
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	111.479.152,00	112.553.788,88	11.910.934,45	22.493.638,93	90.060.149,95	11.972.892,45	21.582.599,82	90.971.189,06	19.966.825,16
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	7.205.939,65	—	—	8.116.978,76	—	9.732.753,42
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	111.479.152,00	112.553.788,88	11.910.934,45	29.699.578,58	—	11.972.892,45	29.699.578,58	—	29.699.578,58
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% No Bimestre (b/a)	Até o Bimestre (c)	% Até o Bimestre (c/a)	
Receitas (Intra-Orçamentárias)	3.740.352,00	3.740.352,00	506.224,12	13,53	898.079,37	24,01	2.842.272,63
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.740.352,00	3.740.352,00	506.224,12	13,53	898.079,37	24,01	2.842.272,63
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.740.352,00	3.740.352,00	506.224,12	13,53	898.079,37	24,01	2.842.272,63
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.740.352,00	3.740.352,00	506.224,12	13,53	898.079,37	24,01	2.842.272,63

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	6.255.848,00	6.255.848,00	627.459,93	1.259.325,11	4.996.522,89	628.906,65	1.259.325,11	4.996.522,89	974.810,16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.255.848,00	6.255.848,00	627.459,93	1.259.325,11	4.996.522,89	628.906,65	1.259.325,11	4.996.522,89	974.810,16

Continua 3/4

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	6.255.848,00	6.255.848,00	627.459,93	1.259.325,11	4.996.522,89	628.906,65	1.259.325,11	4.996.522,89	974.310,16

FONTE:

Nota: O Déficit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.351.181,37

PORTO UNIAO, 29/05/2018

ELISEU MIBACH
PREFEITO MUNICIPAL

SOFIA SYDOL
SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

AFONSO WASMANN NETO
CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4

LAURECI FREISLEBEN
RESPONSÁVEL PELO CONTR INTERNO

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			R\$ 1,00
						SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)		400.655,00			0,00	400.655,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		230.655,00			0,00	230.655,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		170.000,00			0,00	170.000,00
DESPESAS						
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II) Despesas de Capital	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	0,00	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)
		0,00	0,00	0,00	0,00	SALDO (h)=(d-e)
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2017 (i)	Em 2018 (j) = (fb - (If + Ifg)			SALDO ATUAL (k) = (III + IIIj)
Valor(III)		7.462,70				0,00
FONTE:						7.462,70

PORTO UNIAO, 07/06/2018

ELISEU MIBACH PREFEITO MUNICIPAL	SOFIA SYDOL SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	AFONSO WASMANN NETO CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4
LAURECI FREISLEBEN RESPONSÁVEL PELO CONTR INTERNO		

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	13.423.000,00	13.423.000,00	6.140.577,60	45,75		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	7.810.000,00	7.810.000,00	3.939.380,73	50,44		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.100.000,00	1.100.000,00	352.694,71	32,06		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.013.000,00	3.013.000,00	1.276.089,30	42,35		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.500.000,00	1.500.000,00	572.412,86	38,16		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	35.458.000,00	35.458.000,00	10.648.323,05	30,03		
Cota-Parte FPM	22.058.000,00	22.058.000,00	6.465.961,56	29,31		
Cota-Parte ICMS	13.400.000,00	13.400.000,00	4.182.361,49	31,21		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	48.881.000,00	48.881.000,00	16.788.900,65	34,35		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	19.805.307,50	19.855.307,50	6.272.989,85	31,59	5.992.812,34	30,18
Pessoal e Encargos Sociais	13.591.000,00	13.586.000,00	4.518.066,77	33,26	4.518.066,77	33,26
Outras Despesas Correntes	6.214.307,50	6.269.307,50	1.754.923,08	27,99	1.474.745,57	23,52
DESPESAS DE CAPITAL	520.000,00	813.500,00	95.168,86	11,70	72.974,36	8,97
Investimentos	520.000,00	813.500,00	95.168,86	11,70	72.974,36	8,97

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	520.000,00	813.500,00	95.188,86	11,70	72.974,36	8,97
Investimentos	520.000,00	813.500,00	95.188,86	11,70	72.974,36	8,97
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	20.325.307,50	20.668.807,50	6.368.158,71	30,81	6.065.786,70	29,35
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	5.614.000,00	5.614.000,00	1.498.530,60	23,53	1.410.655,63	23,26
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	5.614.000,00	5.614.000,00	1.498.530,60	23,53	1.410.655,63	23,26
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	5.614.000,00	5.614.000,00	1.498.530,60	23,53	1.410.655,63	23,26
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	14.711.307,50	15.054.807,50	4.869.628,11	76,47	4.655.131,07	76,74
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						
2.136.795,97						

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	INSALDADOS	INSCRITOS			
Inscritos em 2017	0,00	0,00	129.878,29	-129.878,29	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	129.878,29	-129.878,29	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)						
SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
LIMITE NÃO CUMPRIDO				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)						
SALDO INICIAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até Bimestre (l) % (l/Total l)*100	DESPESAS LIQUIDADAS Até Bimestre (m) % (m/Total m)*100		
Atenção Básica	17.431.064,24	17.721.064,24	84,30	5.266.732,57	86,37	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.994.243,26	3.044.243,26	15,70	831.189,53	13,63	
TOTAL	20.425.307,50	20.765.307,50	100,00	6.097.922,10	100,00	

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula [(i+i)-(15 x IIIb)/100]

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PORTO UNIAO, 07/06/2018

ELISEU MIBACH	SOFIA SYDOL	AFONSO WASMANN NETO
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	CONTADOR - CRC/SC 0368
LAURECI FREISLEBEN		
RESPONSÁVEL PELO CONTR INTERNO		

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2018		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027

NADA A DECLARAR

FONTE:

PORTO UNIAO, 07/06/2018

ELISEU MIBACH
PREFEITO MUNICIPAL

SOFIA SYDOL
SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILID

AFONSO WASMANN NETO
CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4

LAURECI FREISLEBEN
RESPONSÁVEL PELO CONTR INTERNO

Município de PORTO UNIAO - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		111.479.152,00		
Previsão Atualizada		111.479.152,00		
Receitas Realizadas		29.699.603,12		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		66.251,42		
DESPESAS				
Dotação Inicial		111.479.152,00		
Créditos Adicionais		1.074.636,88		
Dotação Atualizada		112.553.788,88		
Despesas Empenhadas		22.673.238,82		
Despesas Liquidadas		21.782.786,33		
Despesas pagas		20.167.011,67		
Superavit Orçamentário		7.916.816,79		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		22.673.238,82		
Despesas Liquidadas		21.782.786,33		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		79.341.678,47		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		61.860,08		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		1.413.041,45		
Resultado Previdenciário		(1.351.181,37)		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	8.241.048,09	0,00
Resultado Primário		0,00	5.429.553,54	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.099.888,23	2.944,63	1.008.632,05	1.088.311,55
EXECUTIVO	2.099.888,23	2.944,63	1.008.632,05	1.088.311,55
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	994.838,71	0,00	690.302,57	304.536,14
EXECUTIVO	994.838,71	0,00	690.302,57	304.536,14
TOTAL:	3.094.726,94	2.944,63	1.698.934,62	1.392.847,69
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.520.908,87	25%	20,54
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.913.644,78	60%	73,69
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2.500.000,00	
Despesa de Capital Líquida		987.222,27	24.518.309,14	

Continua 1/2

Município de PORTO UNIAO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2018	2028	2038	2053
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	400.655,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		4.655.131,07	15,00	27,73
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PORTO UNIAO, 07/06/2018

 ELISEU MIBACH
 PREFEITO MUNICIPAL

 SOFIA SYDOL
 SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILID. CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4

 AFONSO WASMANN NETO

 LAURECI FREISLEBEN
 RESPONSÁVEL PELO CONTR INTERNO

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					(b/Total b)		(d/Total d)	
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")								R\$ 1,00
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	105.223.304,00	106.297.940,88	11.283.474,52	21.234.313,82	94,40	11.343.985,80	20.323.274,71	85.974.666,17
Legislativa	3.584.504,00	3.584.504,00	206.393,05	665.363,34	2,96	201.757,13	603.477,57	2.981.026,43
Ação Legislativa	3.584.504,00	3.584.504,00	206.393,05	665.363,34	2,96	201.757,13	603.477,57	2.981.026,43
Administração	5.060.000,00	5.210.000,00	666.357,88	1.250.839,80	5,56	669.700,84	1.216.423,25	3.993.576,75
Planejamento e Orçamento	600.000,00	600.000,00	73.506,26	151.666,82	0,67	69.714,75	147.166,31	452.833,69
Administração Geral	3.410.000,00	3.410.000,00	400.347,73	751.268,55	3,34	396.411,59	722.415,35	2.687.584,65
Administração Financeira	1.050.000,00	1.200.000,00	192.503,89	347.904,43	1,55	193.574,50	346.841,59	853.158,41
Segurança Pública	1.061.000,00	1.061.000,00	87.740,13	153.602,03	0,68	97.398,11	150.086,61	910.903,39
Policimento	341.000,00	341.000,00	31.300,33	73.657,41	0,33	31.515,32	72.922,80	268.077,20
Defesa Civil	720.000,00	720.000,00	56.439,80	79.944,62	0,36	65.882,79	77.173,81	642.826,19
Assistência Social	3.404.000,00	3.694.000,00	379.334,44	642.816,18	2,86	374.382,70	617.731,73	3.076.268,27
Assistência à Criança e ao Adolescente	160.000,00	160.000,00	3.265,97	6.748,69	0,03	2.936,97	6.091,79	153.908,21
Assistência Comunitária	3.244.000,00	3.534.000,00	376.068,47	636.067,49	2,83	371.445,73	611.639,94	2.922.360,06
Previdência Social	15.624.800,00	15.624.800,00	723.620,61	1.411.680,22	6,28	724.006,43	1.407.429,72	14.217.370,28
Previdência do Regime Estatutário	15.624.800,00	15.624.800,00	723.620,61	1.411.680,22	6,28	724.006,43	1.407.429,72	14.217.370,28
Saúde	23.185.659,50	23.525.659,50	2.988.723,24	6.422.415,09	28,55	3.037.845,55	6.097.446,91	17.428.212,59
Atenção Básica	16.432.064,24	16.722.064,24	2.589.552,60	5.167.180,05	22,97	2.550.782,67	5.038.553,92	11.883.510,32
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.753.595,26	6.803.595,26	399.170,64	1.255.235,04	5,58	487.062,88	1.058.892,99	5.744.702,27
Educação	21.856.000,00	21.947.176,91	2.848.703,41	5.271.872,68	23,44	2.907.306,70	5.164.881,02	16.782.295,89
Ensino Fundamental	13.140.000,00	13.148.738,78	1.897.215,34	3.491.567,43	15,52	1.937.953,16	3.398.784,63	9.749.954,15
Educação Infantil	6.480.000,00	6.562.438,13	929.929,05	1.757.741,23	7,81	947.504,52	1.743.532,37	4.818.905,76
Educação de Jovens e Adultos	2.236.000,00	2.236.000,00	21.559,02	22.564,02	0,10	21.849,02	22.564,02	2.213.435,98
Cultura	644.158,13	644.158,13	44.146,98	81.232,71	0,36	42.030,95	77.461,62	566.696,51
Difusão Cultural	644.158,13	644.158,13	44.146,98	81.232,71	0,36	42.030,95	77.461,62	566.696,51
Urbanismo	12.168.215,26	12.198.215,26	1.566.331,93	2.223.487,41	9,88	1.641.771,51	2.122.151,51	10.076.063,75
Infra-Estrutura Urbana	7.658.215,26	7.658.215,26	580.271,70	691.486,58	3,07	554.612,11	656.203,03	7.002.012,23
Serviços Urbanos	4.310.000,00	4.340.000,00	986.060,23	1.532.000,83	6,81	1.087.099,40	1.465.948,48	2.874.051,52
Lazer	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Habituação	1.650.000,00	1.650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.650.000,00
Habituação Urbana	1.650.000,00	1.650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.650.000,00
Saneamento	2.351.000,00	2.351.000,00	0,00	17.409,20	0,08	7.458,00	17.409,20	2.333.590,80
Saneamento Básico Urbano	2.351.000,00	2.351.000,00	0,00	17.409,20	0,08	7.458,00	17.409,20	2.333.590,80
Gestão Ambiental	860.000,00	860.000,00	36.650,39	75.737,85	0,34	36.291,60	75.379,06	784.620,94
Preservação e Conservação Ambiental	700.000,00	700.000,00	36.650,39	75.737,85	0,34	36.291,60	75.379,06	624.620,94

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	105.223.304,00	106.297.940,88	11.234.474,52	21.234.474,82	94,40	11.343.985,80	20.323.274,71	94,17
Gestão Ambiental	860.000,00	860.000,00	36.650,39	75.737,85	0,34	36.291,60	75.379,06	0,35
Recursos Hídricos	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	820.000,00	820.000,00	114.943,44	228.919,94	1,02	116.881,16	219.008,87	1,01
Promoção da Produção Agropecuária	820.000,00	820.000,00	114.943,44	228.919,94	1,02	116.881,16	219.008,87	1,01
Indústria	390.000,00	390.000,00	10.376,52	26.800,02	0,12	10.586,52	25.510,02	0,12
Promoção Industrial	270.000,00	270.000,00	10.376,52	26.800,02	0,12	10.586,52	25.510,02	0,12
Produção Industrial	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	145.000,00	145.000,00	35.000,00	35.000,00	0,16	35.000,00	35.000,00	0,16
Turismo	145.000,00	145.000,00	35.000,00	35.000,00	0,16	35.000,00	35.000,00	0,16
Energia	340.000,00	340.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	340.000,00	340.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	7.116.364,89	7.289.824,86	1.050.256,66	1.813.793,66	8,06	927.765,28	1.593.558,55	7,38
Transporte Rodoviário	7.066.364,89	7.239.824,86	1.050.256,66	1.813.793,66	8,06	927.765,28	1.593.558,55	7,38
Transporte Hidroviário	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	1.167.085,12	1.167.085,12	145.010,74	237.187,20	1,05	149.545,37	233.801,11	1,08
Desporto Comunitário	1.167.085,12	1.167.085,12	145.010,74	237.187,20	1,05	149.545,37	233.801,11	1,08
Encargos Especiais	3.795.517,10	3.795.517,10	379.885,10	676.156,49	3,01	374.317,95	666.507,96	3,09
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	600.000,00	600.000,00	87.138,46	191.036,05	0,85	87.138,46	191.036,05	0,89
Refinanciamento da Dívida Interna	700.000,00	700.000,00	100.054,61	133.133,08	0,59	100.054,61	133.133,08	0,62
Outros Encargos Especiais	2.495.517,10	2.495.517,10	192.692,03	351.987,36	1,56	187.124,88	342.338,83	1,59
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.255.848,00	6.255.848,00	627.459,93	1.259.325,11	5,60	628.906,65	1.259.325,11	5,83
Legislativa	155.848,00	155.848,00	1.168,25	3.324,71	0,01	1.168,25	3.324,71	0,02
Ação Legislativa	155.848,00	155.848,00	1.168,25	3.324,71	0,01	1.168,25	3.324,71	0,02
Previdência Social	300.000,00	300.000,00	2.317,28	5.611,73	0,02	3.764,00	5.611,73	0,03
Previdência do Regime Estatutário	300.000,00	300.000,00	2.317,28	5.611,73	0,02	3.764,00	5.611,73	0,03
Saúde	1.130.000,00	1.130.000,00	114.601,86	230.123,45	1,02	114.601,86	230.123,45	1,07
Atenção Básica	999.000,00	999.000,00	114.601,86	228.178,65	1,01	114.601,86	228.178,65	1,06
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	131.000,00	131.000,00	0,00	1.944,80	0,01	0,00	1.944,80	0,01
Educação	3.670.000,00	3.670.000,00	246.101,74	495.423,23	2,20	246.101,74	495.423,23	2,30
E ensino Fundamental	2.220.000,00	2.220.000,00	149.135,05	298.521,17	1,33	149.135,05	298.521,17	1,38
Educação Infantil	1.300.000,00	1.300.000,00	96.966,69	196.902,06	0,88	96.966,69	196.902,06	0,91
Educação de Jovens e Adultos	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 33

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.255.848,00	6.255.848,00	627.459,93	1.259.325,11	5,60	4.996.522,89	628.906,65	1.259.325,11	5,83	4.996.522,89
Encargos Especiais	1.000.000,00	1.000.000,00	263.270,80	524.841,99	2,33	475.158,01	263.270,80	524.841,99	2,43	475.158,01
Outros Encargos Especiais	1.000.000,00	1.000.000,00	263.270,80	524.841,99	2,33	475.158,01	263.270,80	524.841,99	2,43	475.158,01
TOTAL (III) = (I + II)	111.479.152,00	112.553.788,88	11.910.934,45	22.493.638,93	100,00	90.060.149,95	11.972.892,45	21.582.599,82	100,00	90.971.189,06

FONTE:

PORTO UNIAO, 29/05/2018

ELISEU MIBACH
PREFEITO MUNICIPAL

SOFIA SYDOL
SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

AFONSO WASMANN NETO
CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4

LAURECI FREISLEBEN
RESPONSÁVEL PELO CONTR INTERNO

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de PORTO UNIÃO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2017 A ABRIL/2018

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2018	
		Mar/2017	Jun/2017	Jul/2017	Ago/2017	Sem/2017	Out/2017	Nov/2017	Dez/2017	Jan/2018	Fev/2018	Mar/2018	Abr/2018		TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.689.177,05	6.792.065,52	8.308.120,07	6.893.845,78	6.685.470,87	6.486.537,99	6.717.330,94	9.658.187,98	6.413.942,28	7.581.308,34	6.534.214,61	9.462.587,53	88.212.776,96	96.263.872,00
	I.P.T.U.	944.482,27	1.046.537,00	974.507,48	1.033.897,73	1.052.595,80	958.883,29	960.942,48	1.224.500,38	854.271,24	1.566.853,29	1.286.522,55	4.056.582,29	17.850.500,00	
	I.S.S.	265.590,82	229.875,89	219.014,95	229.328,37	218.460,40	181.488,37	192.765,17	197.038,51	91.104,49	999.245,62	227.491,24	5.679.885,80	7.802.500,00	
	I.T.B.I.	271.982,23	305.654,80	307.983,44	289.423,03	300.488,90	292.805,67	314.945,68	336.004,75	275.265,92	272.709,85	339.300,58	388.778,59	3.895.344,51	
	I.R.R.F.	0,00	75.883,55	45.153,46	97.286,78	121.744,75	75.355,82	94.474,26	133.107,83	58.888,19	96.569,01	119.803,59	77.046,92	985.461,16	
	Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	98.492,20	131.885,79	157.615,14	143.987,28	145.221,60	155.768,50	155.437,27	321.468,42	90.382,11	177.970,53	150.590,85	153.469,36	1.833.419,06	
	Contribuições	300.467,22	303.336,97	244.740,49	273.882,27	266.611,15	252.448,93	226.300,10	239.680,87	338.610,53	319.571,59	459.395,28	815.886,28	4.046.412,98	
	Recita Patrimonial	446.759,19	480.438,90	472.508,33	483.514,82	397.988,67	471.151,04	473.967,28	932.654,04	0,00	813,94	1.021,21	1.021,21	4.193.616,82	
	Rendimentos de Aplicação Financeira	361.831,32	645.776,59	1.527.098,33	946.049,28	856.756,34	373.723,24	188.038,88	1.067.610,83	1.065.488,33	596.349,57	818.607,63	339.833,24	8.678.801,58	
	Outras Receitas Patrimoniais	231.840,97	479.581,63	1.346.685,14	887.147,48	706.046,49	273.638,72	129.768,29	556.334,55	1.064.283,31	585.146,23	817.437,35	338.032,87	7.216.257,13	
	Recita Agropecuária	129.990,35	186.194,66	180.341,19	160.901,80	150.707,85	99.784,52	58.270,59	511.276,48	1.205,02	1.201,34	1.170,28	1.500,37	1.462.544,45	
	Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Recita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.280,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.280,00	
	Transferências Correntes	4.573.679,50	4.380.469,57	4.883.051,44	4.241.214,44	4.150.222,75	4.445.644,15	4.133.793,95	6.047.539,18	4.441.676,30	5.065.333,63	4.369.916,61	4.983.772,75	55.765.321,27	
	Cota-Parte do FPM	1.632.654,90	1.504.284,70	1.942.994,91	1.316.105,24	1.106.784,43	1.254.260,00	1.290.114,81	2.482.253,46	1.572.979,67	2.056.376,38	1.384.745,24	1.451.880,27	18.987.963,01	
	Cota-Parte do ICMS	1.002.105,78	1.052.514,66	1.049.910,29	1.173.649,61	1.173.065,60	1.103.275,15	1.128.163,35	1.206.600,01	1.137.875,19	1.009.094,20	981.822,48	1.053.579,62	12.972.676,94	
	Cota-Parte do LPVA	377.514,63	352.817,42	328.370,65	326.962,70	305.366,16	298.478,19	211.872,22	127.812,69	286.227,73	318.726,45	385.241,27	380.844,89	3.711.032,20	
	Cota-Parte do ITR	886,97	514,46	787,91	1.503,85	39.540,49	105.323,95	2.709,42	1.523,36	1.272,84	938,77	706,74	402,46	155.071,02	
	Outras Transferências Correntes	657.710,84	510.204,33	687.830,91	615.930,50	571.145,12	747.160,33	555.306,35	1.130.141,18	480.510,66	659.329,90	629.294,62	1.075.765,19	8.331.338,73	
	Transferências de LC 61/1989	13.940,54	14.016,32	15.745,61	15.737,87	19.881,57	16.218,09	22.376,27	17.159,68	17.159,68	17.505,45	14.614,65	15.803,06	187.515,33	
	Transferências de LC 87/1996	3.887,10	3.887,10	3.887,10	3.887,10	3.887,10	3.887,10	3.887,10	3.887,10	3.887,10	3.887,10	3.887,10	3.887,10	44.402,90	
	Transferências do FUNDEB	885.028,94	921.701,59	863.593,86	888.451,43	934.715,98	910.403,86	894.558,61	1.072.972,11	962.247,65	1.019.008,60	960.145,40	1.012.469,03	11.325.320,08	
	Outras Receitas Correntes	342.424,77	258.835,46	441.016,30	287.159,51	287.966,31	237.130,27	901.302,35	385.886,55	52.504,41	41.957,50	483.144,61	71.578,04	3.335.916,08	
DEDUÇÕES (II)	Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	661.876,81	657.634,69	585.964,86	622.916,64	608.013,98	636.759,81	627.941,32	937.777,14	0,00	0,00	0,00	0,00	5.338.885,25	
	Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	133.979,99	145.288,80	142.812,38	142.812,38	142.812,38	142.812,38	142.812,38	350.278,97	0,00	0,00	0,00	0,00	1.345.201,06	
	Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	527.896,82	512.345,89	443.352,48	479.022,65	464.651,35	493.947,71	484.968,81	597.488,17	0,00	0,00	0,00	0,00	3.993.684,19	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		6.007.300,24	6.134.430,83	7.722.155,21	6.270.929,14	6.087.456,89	5.849.776,18	6.089.389,62	8.720.410,84	6.413.942,28	7.581.308,34	6.534.214,61	9.462.587,53	82.873.883,71	
FONTE:															
PORTO UNIÃO, 29/05/2018															
EUSEU MIBACH PREFEITO MUNICIPAL	SOFIA STOL SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE														
	AFONSO WASMANN NETO CONTADOR - CRC/SC 038390/O-4														
	LAURECI FREISEBEN RESPONSÁVEL PELO CONTR. INTERNO														

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2018/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2017
RECEITAS CORRENTES (I)				
Recarga de Contribuições dos Segurados				
Civil	0,00	0,00	540,82	702.578,28
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	702.578,28
Pensionista	0,00	0,00	0,00	700.724,78
Militar	0,00	0,00	0,00	1.817,86
Ativo	0,00	0,00	0,00	35,64
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	540,82	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	540,82	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	7.200.000,00	7.200.000,00	61.319,26	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	7.200.000,00	7.200.000,00	61.319,26	702.578,28

Continua 1/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2018/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2017
ADMINISTRAÇÃO (V)	4.524.800,00	4.524.800,00	5.611,73	141.572,58	5.611,73	140.369,37
Despesas Correntes	300.000,00	300.000,00	5.611,73	141.572,58	5.611,73	140.369,37
Despesas de Capital	4.224.800,00	4.224.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	11.400.000,00	11.400.000,00	1.411.680,22	1.710.610,83	1.407.429,72	1.710.610,83
Benefícios - Civil	0,00	0,00	1.330.090,05	1.710.610,83	1.330.090,05	1.710.610,83
Aposentadorias	0,00	0,00	1.004.181,29	1.170.660,27	1.004.181,29	1.170.660,27
Pensões	0,00	0,00	280.260,26	290.178,17	280.260,26	290.178,17
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	65.648,50	249.772,39	65.648,50	249.772,39
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	11.400.000,00	11.400.000,00	81.590,17	0,00	77.339,67	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	11.400.000,00	11.400.000,00	81.590,17	0,00	77.339,67	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	15.924.800,00	15.924.800,00	1.417.291,95	1.852.183,41	1.413.041,45	1.850.980,20
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	(8.724.800,00)	(8.724.800,00)	(1.355.431,87)	(1.149.605,13)	(1.351.181,37)	(1.148.401,92)
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2018		2017	
Caixa e equivalentes de caixa			69.539.113,56		61.995.260,64	

Continuação 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2018/BIMESTRE MAIO - JUNHO

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2018	2017
BENS E DIREITOS DO RPPS		
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE:
PORTO UNIAO, 29/05/2018

ELISEU MIBACH	SOFIA SYDOL	AFONSO WASMANN NETO	LAURECI FREISLEBEN
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETÁRIA DE FINANÇAS E O	CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4	RESPONSÁVEL PELO CONTR IN

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2017 (A)	Em 28 Fev 2018 (B)	Em 30 Abr 2018 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.223.404,49	2.190.326,02	2.090.271,41
DEDUÇÕES (II)	18.992.745,20	20.720.267,39	23.583.983,85
Disponibilidade de Caixa	18.992.745,20	20.720.267,39	23.583.983,85
Disponibilidade de Caixa Bruta	19.976.218,16	22.299.049,64	25.534.799,12
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	983.472,96	1.578.782,25	1.950.815,27
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIIc - VIIb)	Jan a Abr 2018 (VIIc - VIIa)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	VALOR CORRENTE
	0,00

FONTE:

PORTO UNIAO, 29/05/2018

ELISEU MIBACH	SOFIA SYDOL	AFONSO WASMANN NETO
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILC	CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4

LAURECI FREISLEBEN
RESPONSÁVEL PELO CONTR INTERNO

Município de - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2018 RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	
RECEITAS CORRENTES (I)	94.638.145,00	27.603.179,95
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.978.000,00	6.949.597,79
I.P.T.U.	7.075.000,00	2.833.710,88
I.S.S.	2.968.000,00	1.271.442,83
I.T.B.I.	1.100.000,00	352.694,71
I.R.R.F.	1.500.000,00	572.412,86
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.335.000,00	1.919.336,51
Contribuições	4.363.989,00	795.591,16
Receita Patrimonial	12.828.208,00	3.007.365,14
Aplicações Financeiras(II)	11.828.208,00	3.002.288,13
Outras Receitas Patrimoniais	1.000.000,00	5.077,01
Transferências Correntes	59.310.000,00	16.551.491,73
Cota-Parte do FPM	17.658.000,00	5.172.769,34
Cota-Parte do ICMS	10.720.000,00	3.345.889,51
Cota-Parte do IPVA	2.260.000,00	1.105.471,78
Cota-Parte do ITR	142.400,00	2.656,69
Transferências da LC 87/1996	33.600,00	10.836,94
Transferências da LC 61/1989	160.000,00	51.906,32
Transferências do FUNDEB	17.000.000,00	3.963.900,71
Outras Transferências Correntes	11.336.000,00	2.908.060,44
Demais Receitas Correntes	1.157.948,00	299.134,13
Outras Receitas Financeiras (III)	100.000,00	20.603,10
Receitas Correntes Restantes	1.057.948,00	278.531,03
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	82.709.937,00	24.580.288,72
RECEITAS DE CAPITAL (V)	13.100.655,00	1.198.319,26
Operação de Crédito(VI)	2.500.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	400.655,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2018
		RECEITAS REALIZADAS(a)
Outras Alienações de Bens	400.655,00	0,00
Transferências de Capital	10.200.000,00	1.198.319,26
Convênios	8.000.000,00	61.319,26
Outras Transferências de Capital	2.200.000,00	1.137.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	10.600.655,00	1.198.319,26
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	93.310.592,00	25.778.607,98

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2018				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	80.292.409,26	20.106.248,92	19.339.908,14	18.240.912,05	263.765,01	251.882,05	229.751,36
Pessoal e Encargos Sociais	49.288.772,76	12.780.329,21	12.780.092,95	12.577.176,10	263.765,01	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	30.903.636,50	7.325.919,71	6.559.815,19	5.663.735,95	0,00	251.882,05	229.751,36
Transferências Constitucionais e Legais	155.000,00	56.067,00	56.067,00	33.387,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	30.748.636,50	7.269.852,71	6.503.748,19	5.630.348,95	0,00	251.882,05	229.751,36
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	80.192.409,26	20.106.248,92	19.339.908,14	18.240.912,05	263.765,01	251.882,05	229.751,36
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	25.105.531,41	1.128.064,90	983.366,57	751.102,95	25.463,54	791.142,67	780.474,37
Investimentos	24.505.531,41	994.931,82	850.233,49	617.969,87	25.463,54	791.142,67	780.474,37
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	600.000,00	133.133,08	133.133,08	133.133,08	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2018					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	24.505.531,41	994.931,82	850.233,49	617.969,87	25.463,54	791.142,67	780.474,37
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	24.505.531,41	994.931,82	850.233,49	617.969,87	25.463,54	791.142,67	780.474,37
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	500.000,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	105.197.940,88	21.101.180,74	20.190.141,63	18.858.881,92	289.228,55	1.043.024,72	1.010.225,73
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc)]							
5.620.271,78							
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO							
VALOR CORRENTE							
0,00							
Até o Bimestre/2018							
VALOR INCORRIDO							
0,00							
0,00							
5.620.271,78							
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL							
VALOR CORRENTE							
0,00							
ABAIXO DA LINHA							
SALDO							
Em 31 Dez 2017(a)							
Até o Bimestre/2018(b)							
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	2.223.404,49		2.090.271,41				
DEDUÇÕES (XXIX)	18.992.745,20		23.583.983,85				
Disponibilidade de Caixa	18.992.745,20		23.583.983,85				
Disponibilidade de Caixa Bruta	19.976.218,16		25.534.799,12				
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	983.472,96		1.950.815,27				
Demais Haveres Financeiros	0,00		0,00				
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXXI)	-16.769.340,71		-21.493.712,44				

Continua 3/4

Município de - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

ABAIXO DA LINHA			
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO		
	Em 31 Dez 2017(a)	Até o Bimestre/2018(b)	
	0,00	0,00	
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	4.724.371,73		
AJUSTE METODOLÓGICO		Até o Bimestre/2018	
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)		-967.342,31	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		0,00	
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		0,00	
OUTROS AJUSTES (XXXV)		0,00	
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)		5.691.714,04	
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)		5.691.714,04	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		714.636,88	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais:		714.636,88	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		0,00	

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RP NÃO PROCESSADOS										R\$ 1,00
PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total L=(e+h)
		Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (h+i)
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2017 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2017 (g)				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		116.802,35	758.416,04	637.425,37	-	237.793,02	36.551,59	2.063.336,64	1.041.431,04	1.008.632,05	2.944,63	1.088.311,55
EXECUTIVO		116.802,35	758.416,04	637.425,37	0,00	237.793,02	36.551,59	2.063.336,64	1.041.431,04	1.008.632,05	2.944,63	1.088.311,55
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		116.802,35	758.416,04	637.425,37	0,00	237.793,02	36.551,59	2.063.336,64	1.041.431,04	1.008.632,05	2.944,63	1.088.311,55
PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIAO		116.802,35	758.416,04	637.425,37	0,00	237.793,02	36.551,59	2.063.336,64	1.041.431,04	1.008.632,05	2.944,63	1.088.311,55
PREFEITURA MUNICIPAL		116.802,35	758.416,04	637.425,37	0,00	237.793,02	36.551,59	2.063.336,64	1.041.431,04	1.008.632,05	2.944,63	1.088.311,55
AWASPUAUT MUN ASSIST SAUDE FUN PUB PORTC		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIAO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL SOCIAL DE PORTO UNIAO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO PORTO UNIAO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INST MUN DE PREV E ASSIS. SOCIAL DOS SERVIC		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPRESS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUTIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIAO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):		116.802,35	758.416,04	637.425,37	0,00	237.793,02	36.551,59	2.063.336,64	1.041.431,04	1.008.632,05	2.944,63	1.088.311,55

FONTE:

PORTO UNIAO, 07/05/2018

ELISEUIMBACH PREFEITO MUNICIPAL	SOFIA SYDOL SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	AFONSO WASMANN NETO CONTADOR - CRC/SC 0358300-4
LAURECI FRESELEBEN RESPONSÁVEL PELO CONTR INTERNO		

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	12.710.500,00	12.710.500,00	5.030.626,95	39,58
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	7.127.500,00	7.127.500,00	2.834.074,30	39,76
1.1.1- IPTU	5.185.000,00	5.185.000,00	2.514.901,84	48,50
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	1.942.500,00	1.942.500,00	319.172,46	16,43
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.100.000,00	1.100.000,00	352.694,71	32,06
1.2.1- ITBI	1.100.000,00	1.100.000,00	352.694,71	32,06
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.983.000,00	2.983.000,00	1.271.445,08	42,62
1.3.1- ISS	2.570.000,00	2.570.000,00	1.175.616,99	45,74
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	413.000,00	413.000,00	95.828,09	23,20
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.500.000,00	1.500.000,00	572.412,86	38,16
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	38.878.000,00	38.878.000,00	12.111.912,21	31,15
2.1- Cota-Parte FPM	22.058.000,00	22.058.000,00	6.465.961,56	29,31
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	22.058.000,00	22.058.000,00	6.465.961,56	29,31
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	13.400.000,00	13.400.000,00	4.182.361,49	31,21
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	42.000,00	42.000,00	13.546,16	32,25
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	200.000,00	200.000,00	64.882,85	32,44
2.5- Cota-Parte ITR	178.000,00	178.000,00	3.320,81	1,87
2.6- Cota-Parte IPVA	3.000.000,00	3.000.000,00	1.381.839,34	46,06
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	51.588.500,00	51.588.500,00	17.142.539,16	33,23
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.000.000,00	2.000.000,00	525.519,10	26,28
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.300.000,00	1.300.000,00	421.860,74	32,45
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	600.000,00	600.000,00	85.110,40	14,19
5.4- Transferências Diretas - PNATE	100.000,00	100.000,00	18.547,96	18,55
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	6.138.000,00	6.138.000,00	1.758.470,67	28,65
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	8.138.000,00	8.138.000,00	2.283.989,77	28,07

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.904.000,00	7.904.000,00	2.422.381,63	30,65
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	4.400.000,00	4.400.000,00	1.293.192,22	29,39
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.680.000,00	2.680.000,00	836.471,98	31,21
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	8.400,00	8.400,00	2.709,22	32,25
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	40.000,00	40.000,00	12.976,53	32,44
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	35.600,00	35.600,00	664,12	1,87
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	740.000,00	740.000,00	276.367,56	37,35
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	17.000.000,00	17.000.000,00	3.953.900,71	23,26
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	17.000.000,00	17.000.000,00	3.953.900,71	23,26
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	9.096.000,00	9.096.000,00	1.531.519,08	16,84
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	13.626.000,00	13.634.738,78	2.913.644,78	21,37	2.913.644,78	21,37
13.1- Com Educação Infantil	5.000.000,00	5.000.000,00	1.425.377,92	28,51	1.425.377,92	28,51
13.2- Com Ensino Fundamental	8.626.000,00	8.634.738,78	1.488.266,86	17,24	1.488.266,86	17,24
14- OUTRAS DESPESAS	3.400.000,00	3.400.000,00	444.952,14	13,09	444.952,14	13,09
14.1- Com Educação Infantil	900.000,00	900.000,00	171.036,18	19,00	171.036,18	19,00
14.2- Com Ensino Fundamental	2.500.000,00	2.500.000,00	273.915,96	10,96	273.915,96	10,96
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	17.026.000,00	17.034.738,78	3.358.596,92	19,72	3.358.596,92	19,72
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						3.358.596,92
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						73,69
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						11,25
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						15,06
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2017 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2018 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	7.210.000,00	7.210.000,00	1.805.200,44	25,04	1.803.584,74	25,02
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	15.626.000,00	15.634.738,78	3.330.446,56	21,30	3.248.843,21	20,78
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	11.126.000,00	11.134.738,78	1.762.182,82	15,83	1.762.182,82	15,83
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.500.000,00	4.500.000,00	1.568.263,74	34,85	1.486.660,39	33,04
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	22.836.000,00	22.844.738,78	5.135.647,00	22,48	5.052.427,95	22,12
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						1.531.519,08
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO - 4						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 32 + 33 + 34 + 35)						1.531.519,08
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						3.520.908,87
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						20,54
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	82.438,13	6.986,00	8,47	6.986,00	8,47
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.310.000,00	1.310.000,00	392.992,74	30,00	381.227,98	29,10
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.035.000,00	1.035.000,00	156.177,58	15,09	144.169,73	13,93
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	2.345.000,00	2.427.438,13	556.156,32	22,91	532.383,71	21,93
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	25.181.000,00	25.272.176,91	5.691.803,32	22,52	5.584.811,66	22,10
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2018 (i)		
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00		0,00		
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino		0,00		0,00		
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB		0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	0,00	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.953.900,71	421.860,74
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		
48.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
48.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	3.953.900,71	421.860,74
51- (+) Ajustes	0,00	4.339,02
51.1. Retenções	0,00	4.339,02
51.2. Conciliação bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	3.953.900,71	426.199,76

PORTO UNIAO, 07/06/2018

ELISEU MIBACH
PREFEITO MUNICIPAL

AFONSO WASMANN NETO
CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)		R\$ 1,00			
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	25.505.531,41	1.128.210,60	987.222,27	0,00	24.377.320,81
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	25.505.531,41	1.128.210,60	987.222,27	0,00	24.377.320,81
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-23.005.531,41	-1.128.210,60	-	-	-21.877.320,81

FONTE:

PORTO UNIAO, 07/06/2018

ELISEU MIBACH	SOFIA SYDOL	AFONSO WASMANN NETO
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILID/	CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4
LAURECI FREISLEBEN		
RESPONSÁVEL PELO CONTR INTERNO		

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2018 - MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2018**

Publicação Nº 1668147

Câmara de Vereadores de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato

Processo Licitatório nº 47/2018 - Modalidade de Dispensa de Licitação nº 039/2018

Contratante: PORTO UNIÃO – CÂMARA DE VEREADORES (CNPJ SOB n.º 83.529.933/0001-06).

Contratada: BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (CNPJ sob nº 92.682.038/0001-00)

Objeto: Seguro para o veículo oficial da Câmara Municipal de Porto União.

Valores: R\$ 3.375,44 (Três mil, trezentos e setenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

Dotação Orçamentária:

Órgão 01 – Poder Legislativo de Porto União

Unidade 01- Câmara de Vereadores de Porto União

Atividade – 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade- 3.3.90.100 – Aplicações Diretas

Complemento: 3.3.90.39.69.00.00.00 – Seguros em Geral

Foro: Comarca de Porto União (SC).

Base legal: Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93

Christian Agenor Martins

Presidente

EXTRATO DE CONTRATO - MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2018

Publicação Nº 1667511

Câmara de Vereadores de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato - Modalidade de Dispensa de Licitação nº 038/2018

Contratante: PORTO UNIÃO – CÂMARA DE VEREADORES (CNPJ SOB n.º 83.529.933/0001-06).

Contratada: ALUARTE ESQUADRIAS ALUMINIO LTDA – ME (CNPJ sob nº 01.682.878/0001-17).

Objeto: Contratação de empresa para manutenção e conservação de bens imóveis.

Valores: R\$ 559,29 (quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte e nove centavos).

Dotação Orçamentária:

Órgão 01 – Poder Legislativo de Porto União

Unidade 01- Câmara de Vereadores de Porto União

Atividade – 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade- 3.3.90.100 – Aplicações Diretas

Complemento: 3.3.90.39.16.00.00.00 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Foro: Comarca de Porto União (SC).

Base legal: Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93

Christian Agenor Martins

Presidente

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2018

Publicação Nº 1668152

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2018

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

1.1. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de seguro para o veículo oficial da Câmara Municipal de Porto União.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO: Se torna importante a contratação de uma empresa para fornecer o objeto descrito no item 6, pois, é necessário a aquisição de seguro para o veículo oficial da Câmara de Vereadores.

2.2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, considerando que o parecer jurídico prevê a presente dispensa de licitação em conformidade ao disposto no artigo 24, Inciso XVII da Lei n.º 8.666/93 e atesta que foram cumpridas as exigências legais e no uso das atribuições conferidas RATIFICAMOS a presente dispensa de licitação a favor da empresa

abaixo descrita.

3. DADOS DA CONTRATANTE: BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 92.682.038/0001-00, sito na Rua Barão de Itapagipe, nº 225, Rio Comprido, Município de Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro.

4. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses, a contar da data do presente Termo.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão 01 – Poder Legislativo de Porto União

Unidade 01 – Câmara de Vereadores de Porto União

Atividades – 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade – 3.3.90.100 – Aplicações Diretas

Complemento – 3.3.90.39.69.00.00.00 – Seguros em Geral

6. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Seguro para o veículo (Fluence – QHT – 5965) oficial da Câmara Municipal de Porto União.	01		

7. VALOR TOTAL: R\$ 3.375,44 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

Porto União (SC), 28 de Junho de 2018.

Maira Teresinha Lusa

Presidente da Comissão de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2018

Publicação Nº 1667515

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2018

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

1.1. OBJETO: Contratação de empresa para manutenção e conservação de bens imóveis da Câmara Municipal de Porto União.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO: Se torna importante a contratação de uma empresa para fornecer o objeto descrito no item 6, pois, após a contratação de empresa para a transmissão das sessões ao vivo é necessário a abertura de uma janela de vidro entre a sala de TV e o Plenário, para que o funcionário possa acompanhar as sessões em tempo real. A instalação da janela de vidro fixa em alumínio é imprescindível para o bom funcionamento das transmissões ao vivo que poderão ser acompanhadas através do site da Câmara.

2.2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, considerando que o parecer jurídico prevê a presente dispensa de licitação em conformidade ao disposto no artigo 24, Inciso XVII da Lei n.º 8.666/93 e atesta que foram cumpridas as exigências legais e no uso das atribuições conferidas RATIFICAMOS a presente dispensa de licitação a favor da empresa abaixo descrita.

3. DADOS DA CONTRATANTE: ALUARTE ESQUADRIAS ALUMINIO LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.682.878/0001-17, sito na Rua Coronel Gualberto, nº 1147, Centro, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina.

4. PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 dias, a contar da data do presente Termo.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão 01 – Poder Legislativo de Porto União

Unidade 01 – Câmara de Vereadores de Porto União

Atividades – 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade – 3.3.90.100 – Aplicações Diretas

Complemento – 3.3.90.39.16.00.00.00 – Material para Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

6. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Vidro temperado 8mm já instalado e com quadro em alumínio para fixação em parede nas seguintes medidas: 120x0,54mm	01		

7. VALOR TOTAL: R\$ 559,29 (quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte e nove centavos).

Porto União (SC), 25 de Junho de 2018.

Maira Teresinha Lusa

Presidente da Comissão de Licitação

Praia Grande

PREFEITURA

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2018 - SAMAE

Publicação Nº 1667313

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE-AGUA DOS CANYONS DE PRAIA GRANDE/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO POR ÍTEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E ACESSÓRIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE ÁGUA DOS CANYONS NO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE-SC PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

ENTREGA DOS ENVELOPES: ATÉ ÀS 08:00 HORAS DO DIA 11/07/2018.

ABERTURA DOS ENVELOPES: ÀS 08:15 HORAS DO DIA 11/07/2018.

O EDITAL E ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER OBTIDOS NO SEGUINTE ENDEREÇO E HORÁRIO: RUA IRINEU BORNHAUSEN, 320, CENTRO, NOS DIAS ÚTEIS, DE SEGUNDA À SEXTA, DAS 07:00H ÀS 13:00H OU PELO TELEFONE 048 3532-0132.

PRAIA GRANDE-SC, 28 DE JUNHO DE 2018.

JOÃO LUIZ CUSTODIO

DIRETOR-PRESIDENTE DO SAMAE

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 45/2018

Publicação Nº 1667337

DECRETO Nº.45/2018, de 28 DE JUNHO DE 2018.

ALTERA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PRESIDENTE NEREU, ESTADO DE SANTA CATARINA

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal do Município de Presidente Nereu – SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, baixa o seguinte:

DECRETO

Art. 1º - Ficam alterados os membros para composição do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PRESIDENTE NEREU, conforme relacionado abaixo:

V) REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E PROFESSORES DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO:

Rose Cler Leske- Titular

Vanderléia Schwartz Kochanski- Suplente

Art. 2º - Altera-se o Artigo 3º do Decreto 56/2017 que trata da nomeação da diretoria do conselho, conforme especifica:

I– Presidente: Marcos Aurélio Junior Pinto;

II- Vice-Presidente: Gilcéli Bunn;

III- Secretário: Leusa Maria Maté Vieira;

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 28 de junho de 2018.

ISAMAR DE MELO

Prefeito Municipal

Princesa

PREFEITURA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2018 - PM, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2018-PM.

Publicação Nº 1668014

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo Licitatório: 50/2018-PM

Pregão Presencial: 29/2018-PM

Objeto: "Aquisição de RETROESCAVADEIRA/PÁ NOVA para o município de Princesa/SC".

O prefeito municipal de Princesa/SC, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA E ADJUDICA o processo em epígrafe, em favor da empresa MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.675.413/0002-84, com o valor global de R\$ 285.000,00.

Princesa/SC, 28 de junho de 2018.

Edilson Miguel Volkweis

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE SUSPENSÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 51/2018, PREGÃO PRESENCIAL 30/2018 - PNEUS E CAMARAS

Publicação Nº 1667334

Processo Licitatório N.º 51/2018

Modalidade: Pregão Presencial N.º 30/2018

Tipo De Julgamento: Menor Preço Por Item

AVISO DE SUSPENSÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Prefeitura Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, através de sua Comissão de Apoio de Licitação na Modalidade Pregão, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, a SUSPENSÃO da licitação divulgada através do edital do PREGÃO PRESENCIAL N.º 30/2018, tendo por objeto "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de PNEUS NOVOS e CÂMARAS DE AR para uso nos veículos e equipamentos que compõem a Frota Municipal", por motivos de conveniência e oportunidade, para adequações no edital que rege o processo.

A nova data da sessão pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Outras informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro - Princesa/SC, pelo telefone (49) 3641-0059, no e-mail: compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br

Michele Cristiane Kunzler	Pregoeira
Marcieli Bruder	Membro
...	
Simone Pinheiro	Membro

AVISO DE SUSPENSÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 53/2018, PREGÃO PRESENCIAL 31/2018 - RECAPAGENS

Publicação Nº 1667336

Processo Licitatório N.º 53/2018

Modalidade: Pregão Presencial N.º 31/2018

Tipo De Julgamento: Menor Preço Por Item

AVISO DE SUSPENSÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Prefeitura Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, através de sua Comissão de Apoio de Licitação na Modalidade Pregão, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, a SUSPENSÃO da licitação divulgada através do edital do PREGÃO PRESENCIAL N.º 31/2018, tendo por objeto "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de RECAPAGENS DE PNEUS para uso nos veículos e equipamentos que compõem a Frota Municipal" por motivos de conveniência e oportunidade, para adequações no edital que rege o processo.

A nova data da sessão pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Outras informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro - Princesa/SC, pelo telefone (49) 3641-0059, no e-mail: compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br

sc.gov.br

Michele Cristiane Kunzler	Pregoeira
Marcieli Bruder	Membro
...	
Simone Pinheiro	Membro

DECRETO Nº 193 DE 28.06.2018

Publicação Nº 1667057

DECRETO Nº. 193, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes:

DECRETA:

Art. 1º. EXONERAR, POR TÉRMINO DE CONTRATO, CLAUDIANE PAULI, brasileira, convivente, residente e domiciliada na Rua Ermínio Conte, nº. 562, Bairro Ipiranga, Município de São José do Cedro, portadora do CPF nº. 062.332.349-48, professora habilitada ensino infantil, Município de Princesa, 40 horas semanais, a partir de 20.07.2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 28 de Junho de 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 197, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667193

DECRETO Nº. 197, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 909, de 17 de Novembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.361.0035.2.035 – Manutenção do Ensino Fundamental

MODALIDADE:	(198) 3.1.90.00.0.3.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
FONTE DE RECURSO:	03.0001– Recurso Próprio			
TOTAL			R\$	100.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2017 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 28 de junho de 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 194 DE 28.06.2018

Publicação Nº 1667069

DECRETO Nº. 194, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos

IX e XI do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes:

DECRETA:

Art. 1º. EXONERAR, POR TÉRMINO DE CONTRATO, IVANETE DA SILVA, brasileira, convivente, residente e domiciliada na Rua Romilda Beckenkamp, nº. 175, Bairro São Luiz, Município de São José do Cedro, portadora do CPF nº. 028.293.429-41, professora habilitada ensino fundamental, Município de Princesa, 40 horas semanais, a partir de 20.07.2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 28 de Junho de 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 195 DE 28.06.2018

Publicação Nº 1667075

DECRETO Nº. 195, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes:

DECRETA:

Art. 1º. EXONERAR, POR TÉRMINO DE CONTRATO, CAROLINE MARKUS, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Linha Esquina Tobias, Interior, Município de Princesa, portadora do CPF nº. 097.465.639-98, professora habilitada em educação física ensino fundamental, Município de Princesa, 40 horas semanais, a partir de 20.07.2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 28 de Junho de 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 196 DE 28.06.2018

Publicação Nº 1667093

DECRETO Nº. 196, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes:

DECRETA:

Art. 1º. EXONERAR, POR TÉRMINO DE CONTRATO, ANA JUCELY DE SOUZA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Ceará, Centro, Município de Guarujá do Sul, portadora do CPF nº. 006.413.009-64, professora habilitada em educação física ensino infantil, Município de Princesa, 10 horas semanais, a partir de 20.07.2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 28 de Junho de 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 37.2018 DE 28.06.2018

Publicação Nº 1666991

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 37/2018

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar de 06 de Julho de 2018, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado da interessada ou de seu procurador, a Candidata aprovada no Concurso Público, Edital nº 001/2018, de 05 de Fevereiro de 2018, homologados os resultados

dos aprovados por meio do Decreto nº 161, de 29 de Maio de 2018, compareça à sede do Município de Princesa, sito a Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, Centro, Princesa/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta feira a fim de assumir o cargo a seguir discriminado:

PROFESSOR DE ARTES- 20 HORAS

MARINÊS PHILIPSEN

A nomeação/posse dos professores efetivos e sua respectiva entrada em exercício será no dia 23.07.2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina,
em 28 de Junho de 2018.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

CRONOGRAMA DE CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº. 01.2018:

DIA 23.07.2018: NOMEAÇÃO/POSSE DOS SERVIDORES EFETIVOS;

DIA 23.07.2018: MEDIANTE PRÉVIO ENCAMINHAMENTO DE REQUERIMENTO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PELA DIREÇÃO DA ESCOLA E DA CRECHE, SERÁ REALIZADA A ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DOS PROFESSORES NOMEADOS;

DIA 24.07.2018: ESCOLHA DE TURMAS;

EXTRATO CONTRATO 31.2018 - CONCESSAO MÓDULO - ASSOCIAÇÃO DNA

Publicação Nº 1668521

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: ASSOCIAÇÃO DNA GAIOLA CLUB

Contrato: 31/2018-PM

Processo Licitatório: 43/2018-PM

Concorrência: 01/2018-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e demais legislação aplicável.

Objeto: "Concessão de DIREITO DE USO de espaço físico do MÓDULO ESPORTIVO do Município de Princesa, para entidade sem fins lucrativos, de acordo com as especificações da Lei 939/2018."

Data da Assinatura: 26.06.2018

Data da Publicação: 26.06.2018

Vigência: 26.06.2018 a 26.06.2019

Forma de Pagamento: até o 10º dia do mês subsequente ao da execução do serviço.

EXTRATO CONTRATO 33.2018 - MACROMAQ

Publicação Nº 1668015

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA

Contrato: 33/2018-PM

Processo Licitatório: 50/2018-PM

Pregão Presencial: 29/2018-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e demais legislação aplicável.

Objeto: "Aquisição de RETROESCAVADEIRA/PÁ NOVA para o município de Princesa/SC"

Data da Assinatura: 29.06.2018

Data da Publicação: 29.06.2018

Vigência: 29.06.2018 a 29.06.2019

Valor total do Contrato: R\$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais)

Forma de Pagamento: até o 10º dia do mês subsequente a entrega.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 56 DE 28.06.2018

Publicação Nº 1667866

LEI COMPLEMENTAR Nº 056, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO, REDAÇÃO, ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS MUNICIPAIS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes foram

conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz que a Câmara Municipal de Vereadores, votou e ele sanciona a seguinte Lei:

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º A elaboração, redação, alteração e consolidação das Leis do município de Princesa devem observar ao disposto nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. As disposições desta Lei Complementar aplicam-se aos atos normativos referidos no art. 35 da Lei Orgânica do Município de Princesa e, ainda, no que couber, aos decretos expedidos pelo Chefe do Poder Executivo.

Capítulo II

Da Estruturação, Articulação, Redação e Alteração das Leis

Seção I

Da Estruturação das Leis

Art. 2º A Lei deve ser estruturada em três partes básicas:

I - parte preliminar, que compreende:

- a) a epígrafe;
- b) a ementa;
- c) o preâmbulo;
- d) o enunciado do objeto; e
- e) a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas;

II - parte normativa, que compreende as normas de conteúdo substantivo que regulam o objeto da lei; e

III - parte final, que compreende:

- a) as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação da parte normativa;
- b) as disposições transitórias, quando couber;
- c) a cláusula de vigência;
- d) a cláusula de revogação, quando couber;
- e) o fecho, que compreende o local e a data;
- f) a assinatura; e
- g) a referenda, quando couber.

§ 1º A epígrafe atribui identificação singular à Lei e é formada pelo título designativo da espécie normativa, pela numeração respectiva e pela data da promulgação.

§ 2º A ementa sintetiza a matéria legislada, permitindo seu imediato conhecimento, e guarda estreita correlação com o objeto da Lei.

§ 3º O preâmbulo declara o cargo da autoridade, o fundamento legal e a ordem de execução.

§ 4º O enunciado do objeto da Lei e seu âmbito de aplicação constituem o primeiro artigo do texto legal, observando-se o seguinte:

I - excetuadas as codificações, cada Lei deve tratar de um único objeto;

II - a Lei não deve conter matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

III - o âmbito de aplicação da Lei deve ser estabelecido de forma tão específica quanto possibilite o conhecimento técnico ou científico da área; e

IV - o mesmo objeto não deve ser disciplinado por mais de uma Lei, exceto quando a subsequente se destinar à complementação de Lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

§ 5º A vigência da Lei deve ser indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, para as Leis de pequena repercussão.

§ 6º Nas Leis em que for estabelecido período de vacância, deve constar a cláusula: Esta Lei entra em vigor no prazo de (número) dias a contar da data de sua publicação.

§ 7º Para as Leis de que trata o § 6º deste artigo, a contagem do prazo deve ser feita com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando a Lei em vigor no dia subsequente à consumação integral desse período.

§ 8º A cláusula de revogação deve enumerar expressamente as Leis e os dispositivos legais a serem revogados.

Art. 3º Os atos legislativos devem ser numerados observando-se o seguinte:

I - as Leis complementares têm numeração sequencial única em continuidade às iniciadas em 2007;

II - as Leis ordinárias têm numeração sequencial única em continuidade às iniciadas em 2003;

III - os decretos legislativos têm numeração sequencial única em continuidade aos iniciados em 2018;

IV - as resoluções da Câmara Municipal de Princesa têm sua numeração sequencial única em continuidade às iniciadas em 2018;

V - as emendas à Lei Orgânica Municipal têm sua numeração iniciada a partir da promulgação da Lei Orgânica.

Seção II

Da Articulação e Redação das Leis

Art. 4º A articulação e redação das Leis devem observar o seguinte:

I - o artigo, representado pela forma abreviada "Art." seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal seguido de ponto a partir do décimo, é a unidade básica de articulação textual;

II - os artigos podem ser desdobrados em parágrafos ou em incisos; os parágrafos, em incisos; os incisos, em alíneas; as alíneas, em itens;

III - os parágrafos são representados pelo símbolo § seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal seguida de ponto a partir do décimo; quando existente apenas um, usa-se a expressão: "Parágrafo único", seguido de ponto;

IV - os incisos são representados por algarismos romanos enumerados sequencialmente e seguidos de travessão simples (-);

V - as alíneas são representadas por letras minúsculas enumeradas sequencialmente e seguidas de parênteses;

VI - os itens são representados por algarismos arábicos enumerados sequencialmente e seguidos de ponto;

VII - o agrupamento de artigos pode constituir uma subseção; o de subseções, uma seção; o de seções, um capítulo; o de capítulos, um título; o de títulos, um livro; o de livros, uma parte;

VIII - as partes podem se desdobrar em parte geral e parte especial ou ser subdivididas em partes expressas por numeração ordinal, por extenso; e

IX - os agrupamentos referidos no inciso VII deste artigo podem constituir as Disposições Preliminares, Disposições Gerais, Disposições Finais e Disposições Transitórias.

Art. 5º As Leis devem ser redigidas observando-se o seguinte:

I - para a obtenção de clareza:

- a) usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que deve ser empregada a nomenclatura própria da área sobre a qual se esteja legislando;
- b) usar orações concisas e objetivas;
- c) construir orações em ordem direta, evitando preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis;
- d) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto, usando preferencialmente o tempo presente ou o futuro simples do presente do indicativo; e
- e) usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico;

II - para a obtenção de precisão:

- a) articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a possibilitar a compreensão do objetivo da lei e a permitir a clareza do conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma;
- b) evitar o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico quando necessária a repetição de ideias;
- c) evitar o emprego de palavras ou expressões ambíguas;
- d) usar termos de igual sentido e significado na maior parte do território municipal, evitando o uso de termos locais;
- e) usar apenas siglas consagradas, observando-se que na ementa e na primeira referência no texto as siglas devem ser precedidas da explicação de seu significado; e
- f) indicar expressamente o dispositivo objeto de remissão, ficando vedado o uso de expressões como anterior, seguinte ou equivalentes; e

III - para a obtenção de ordem lógica:

- a) agrupar dispositivos correlacionados em subseções, seções, capítulos, títulos, livros e partes;
- b) restringir o conteúdo de cada artigo da lei a um único assunto ou princípio;
- c) expressar por meio dos parágrafos os aspectos complementares e as exceções à norma enunciada no caput do artigo; e
- d) promover as discriminações e enumerações por meio de incisos, alíneas e itens.

Seção III

Da Alteração das Leis

Art. 6º As Leis podem ser alteradas por:

I - reprodução integral em novo texto, quando se tratar de alteração considerável;

II - revogação parcial; ou

III - substituição ou acréscimo de dispositivo no próprio texto, observando-se o seguinte:

a) é vedada a renumeração de artigos e de agrupamentos superiores ao artigo referidos no inciso VII do art. 4º desta Lei Complementar, observando-se o seguinte:

- 1. deve ser utilizado o mesmo número do artigo imediatamente anterior, seguido de hífen, letra maiúscula e ponto, em ordem alfabética, tantos quantos forem os acréscimos (exemplos: Art. 1º-A, Art. 15-B); e
- 2. deve ser utilizado o mesmo número do agrupamento superior ao artigo imediatamente anterior, seguido de hífen e letra maiúscula, em ordem alfabética, tantos quantos forem os acréscimos (exemplos: Seção I-A, Capítulo I-B);
- b) é vedado o aproveitamento do número de dispositivo revogado, vetado ou declarado inconstitucional pelo Poder Judiciário, devendo constar na lei alterada, entre parênteses e com inicial maiúscula, as expressões: Revogado, Vetado ou Declarado inconstitucional pelo (órgão julgador competente);
- c) é admissível a reordenação interna de parágrafos, incisos, alíneas e itens, desde que seja inadequado o acréscimo de dispositivo ao final da sequência, devendo constar no artigo modificado por alteração, supressão ou acréscimo redacional a forma abreviada de nova redação (NR), entre parênteses e em maiúsculas, uma única vez ao seu final, obedecido, quando for o caso, o disposto na alínea b deste inciso; e
- d) deve ser utilizada uma linha pontilhada para representar dispositivos mantidos com sua redação em vigor.

Capítulo III

Da Consolidação das Leis

Art. 7º As Leis municipais poderão ser reunidas em codificações e consolidações contendo matérias conexas ou afins, constituindo em seu todo à Consolidação das Leis de Princesa (CLP).

§ 1º A Consolidação das Leis de Princesa consistirá na integração de todas as Leis pertinentes a determinada matéria num único diploma legal, revogando-se expressamente as Leis incorporadas à Consolidação, sem modificação do alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados.

§ 2º Preservado o conteúdo normativo original dos dispositivos consolidados, poderão ser feitas as seguintes alterações nos projetos de Lei de consolidação:

I - introdução de novas divisões do texto legal base, modificado em virtude da consolidação;

II - diferente ordenação e numeração dos artigos consolidados;

III - fusão de disposições repetitivas ou de valor normativo idêntico;

IV - atualização da denominação de órgãos e entidades da administração pública;

V - atualização de termos e modos de escrita obsoletos;

VI - atualização do valor de penas pecuniárias com base em indexação padrão;

VII - eliminação de ambiguidades decorrentes do mau uso do vernáculo;

VIII - padronização terminológica do texto;

IX - supressão de dispositivos declarados inconstitucionais pelo Poder Judiciário;

X - indicação de dispositivos não recepcionados pelas Constituições da República e do Estado;

XI - declaração expressa de revogação de dispositivos implicitamente revogados por leis posteriores; e

XII - declaração expressa de revogação de dispositivos assim declarados por leis posteriores.

§ 3º As alterações a que se referem os incisos IX, X, XI, e XII do § 2º deste artigo deverão ser expressa e fundamentadamente justificadas, com indicação precisa das fontes de informação que lhes serviram de base.

§ 4º O dispositivo vetado cujo veto for rejeitado pela Câmara Municipal de Princesa será incluído no texto consolidado, com o registro da deliberação e do número da Lei original em que se achava inserido.

Art. 8º Para a consolidação de que trata o art. 7º desta Lei Complementar, deverá ser observado o seguinte:

I - o Poder Legislativo procederá ao levantamento da legislação municipal em vigor e formulará projeto de Lei de consolidação de normas que tratem da mesma matéria ou de assuntos a ela vinculados, com a indicação precisa dos diplomas legais expressa ou implicitamente revogados; e

II - a apreciação dos projetos de Lei de consolidação pela Câmara Municipal de Princesa será feita em regime de prioridade na forma prevista em seu Regimento Interno, com vistas à celeridade de sua tramitação.

§ 1º A Mesa, qualquer membro ou comissão da Câmara Municipal de Princesa pode formular projeto de Lei de consolidação.

§ 2º Observado o disposto no inciso II do caput deste artigo, será também admitido projeto de Lei de consolidação destinado exclusivamente à:

I - declaração de revogação de Leis e dispositivos implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontre-se completamente prejudicada; e

II - inclusão de dispositivos ou diplomas esparsos em Leis preexistentes, revogando-se as disposições assim consolidadas nos mesmos termos do § 1º do art. 7º desta Lei Complementar.

Art. 9º Até o final de cada Legislatura, a Mesa da Câmara Municipal de Princesa promoverá a atualização da Consolidação das Leis de Princesa (CLP), incorporando às coletâneas que a integram as Leis, os decretos legislativos, e as resoluções promulgadas durante a legislatura imediatamente anterior, ordenados e indexados sistematicamente.

Capítulo IV

Disposições Finais

Art. 10. O termo dispositivo mencionado nesta Lei Complementar refere-se a artigos, parágrafos, incisos, alíneas ou itens.

Art. 11. Eventual inexistência formal de norma elaborada mediante processo legislativo regular não constitui escusa válida para o seu descumprimento.

Art. 12. A aplicação da técnica legislativa para a elaboração das Leis será regulamentada por meio de ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 13. Para fins de publicação das leis no Diário Oficial do Município de Princesa (DOM), devem ser aplicadas as regras a serem regulamentadas pelo poder executivo.

Art. 14. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Art. 15. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC,
em 28 de Junho de 2018.
Edilson Miguel Volkweis
Prefeito

LEI Nº. 948 DE 28.06.2018

Publicação Nº 1667169

LEI Nº. 948, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL SUBSIDIAR A RECOLHA DE ANIMAIS MORTOS EM PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE PRINCESA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHES FOREM CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL VOTOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a subsidiar a recolha de animais mortos (bovinos, bubalinos, equinos e suínos) nas propriedades rurais do município.

Art. 2º. O subsídio ficará restrito aos animais cadastrados em propriedades rurais do município junto a CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário de Santa Catarina.

Art. 3º. A recolha dos animais mortos será realizada por empresa contratada pelo município, a qual deverá estar habilitada junto aos órgãos ambientais para a prestação dos serviços.

Art. 4º. O pagamento do subsídio previsto nessa lei dar-se-á obedecidos os seguintes critérios:

I - Apresentação do atestado de registro de morte do animal com baixa na CIDASC;

II - Apresentação de nota fiscal de prestação de serviços;

III - Outros documentos e ou relatórios solicitados a critério do município.

Art. 5º. O subsídio a cargo do município fica limitado em 70% (setenta por cento) do valor a ser pago por animal recolhido, ficando o saldo remanescente às expensas do produtor rural.

Art. 6º. A coordenação, fiscalização, controle e avaliação dos serviços prestados pela empresa contratada ficará a cargo da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município.

Art. 7º. As despesas desta Lei correrão a conta do Orçamento Municipal, em cada exercício financeiro.

Art. 8º. Esta Lei poderá ser regulamentada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, 28 DE JUNHO DE 2018.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

LEI Nº. 949 DE 28.06.2018

Publicação Nº 1667201

LEI Nº. 949, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

"AUTORIZA DOAR BEM MÓVEL DO PODER LEGISLATIVO PARA O MUNICÍPIO DE PRINCESA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHES FOREM CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL VOTOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica autorizado a doar, do Poder Legislativo, CNPJ sob o número 01.620.282/0001-92 para o Município de Princesa, CNPJ sob o número 01.612.836/0001-00 para realização posterior de leilão, o seguinte bem:

*01 (uma) impressora marca Canon, tombada no patrimônio, sob o número 899 (PM-0889), valor atual de 0,14 (catorze centavos);

Parágrafo Único: O bem será incorporado no patrimônio do Município pelo valor da doação e após poderá ser reavaliado pela Comissão Permanente de Avaliação de bens móveis e imóveis.

Art. 2º. Fica a Contadoria geral do Município autorizada a proceder à escrituração contábil e patrimonial na Entidade Prefeitura.

Art. 3º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, 28 DE JUNHO DE 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 74 DE 28.06.2018

Publicação Nº 1666970

PORTARIA Nº. 74, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA (A) PÚBLICA (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o que dispõe a Seção VII, Artigo 130 e 135, da Lei Complementar nº 022, de 30 de Dezembro de 2014, Lei número 575 de 10 de Novembro de 2010 e requerimento anexo;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, a pedido, 31 (trinta e um) dias de Licença Prêmio a Servidora Senhora NEIVA MARIA KLAUK, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de Princesa/SC, Rua Nossa Senhora de Fátima, portadora do CPF nº. 614.831.929-20, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, carga horária 40 (quarenta) horas semanais, referente ao período aquisitivo de 25.03.2008 a 24.03.2013, para usufruir no período de 12 de Julho de 2018 a 11 de Agosto de 2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 28 de Junho de 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 75 DE 28.06.2018

Publicação Nº 1667041

PORTARIA Nº. 75, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município, combinado com o Capítulo IV, Art. 110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 15 (quinze) dias de férias, a servidora pública abaixo relacionada, conforme período aquisitivo e período de gozo em anexo.

Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
ANNE WILMA CASAGRANDE	ASSISTENTE SOCIAL	08.07.2016 a 07.07.2017	18.07.2018 à 01.08.2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 28 de Junho de 2018.

Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal

Quilombo

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL 71/2018

Publicação Nº 1667549

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO

AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 71/2018

O MUNICÍPIO DE QUILOMBO, Estado de Santa Catarina, leva ao conhecimento dos interessados a alteração promovida no Edital de Concorrência nº 71/2018, nos seguintes termos:

1. Fica alterada a data de recebimento dos envelopes nº 01, contendo os documentos para a habilitação e do envelope nº 02 contendo os documentos para a proposta, até às 09:00 horas do dia 30 de Julho de 2018, iniciando-se a sessão pública às 09:10 horas do dia 30 de Julho de 2018, no Centro Administrativo Municipal, sito à Avenida Primo Alberto Bodanese nº 791, Quilombo - SC, ficando automaticamente alterado o preâmbulo e o item 5.1 do Edital.

Quilombo, 28 de Junho de 2018.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

LEI Nº 2696/2018 – 28 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1668493

LEI Nº 2696/2018 – 28 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO E OBJETIVOS DO PROGRAMA Nº 0029, ALTERANDO O ANEXO DE METAS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, O ANEXO DE PRIORIDADES E METAS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO DE 2018 E NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2018, ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO EXERCÍCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à alteração do anexo II que demonstra os Programas, Ações, Metas Físicas e Financeiras do Plano Plurianual 2018/2021, aprovado pela Lei Municipal nº 2.657/2017, de 17 de outubro de 2017, e alterações posteriores, a alteração da denominação do Programa nº 0029 para "PORTEIRA ADENTRO".

Art. 2º Os objetivos do Programa nº 0029 - PORTEIRA ADENTRO, são:

I - assegurar aos produtores rurais serviços essenciais ao desenvolvimento de suas atividades agropecuárias;

II - incentivar a permanência do agricultor no campo e favorecer o desenvolvimento sustentável;

III - melhorar a qualidade de vida do agricultor;

IV - contribuir para a redução do índice do êxodo rural; e

V - promover a manutenção de estradas vicinais.

Art. 3º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à alteração do anexo II que demonstra as Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, do exercício de 2018, aprovada pela Lei Municipal nº 2.661/2017, de 27 de novembro de 2017, a alteração da denominação do Programa nº 0029 para "PORTEIRA ADENTRO".

Art. 4º As ações vinculadas ao Programa nº 0029, antes "BEM ESTAR", agora "PORTEIRA ADENTRO", não sofrerão alterações, ficando as mesmas em seu formato original.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 28 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em 29/06/2018.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

LEI Nº 2697/2018 – 28 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1668494

LEI Nº 2697/2018 – 28 DE JUNHO DE 2018.

INSTITUI DENTRO DO PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO A CONCESSÃO DE INCENTIVOS À AVICULTURA, BOVINOCULTURA DE LEITE, BOVINOCULTURA DE CORTE, A SUINOCULTURA E OUTROS EMPREENDIMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVANO DE PARIZ, Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído dentro do Programa Porteira Adentro a concessão de incentivos para a realização de terraplanagem à Avicultura, Bovinocultura de Leite, Bovinocultura de Corte, Suinocultura, outros Empreendimentos Rurais no Município de Quilombo-SC, a ser realizado através de auxílio aos produtores rurais que realizarem empreendimentos de construção de aviários, salas de ordenha e de alimentação bovina, pocilgas, esterqueiras, compostagem e outros empreendimentos para a agricultura e agroindústria familiar.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado pela presente Lei a auxiliar os agricultores empreendedores do Município de Quilombo-SC, com o valor de R\$ 10,00 (dez reais) por metro quadrado de área construída que originou a terraplanagem, cujo pagamento será efetuado após a conclusão da obra, e comprovado o pleno funcionamento da atividade.

Art. 2º O valor de que trata o parágrafo único, do artigo 1º desta Lei, será depositado em conta bancária do requerente, mediante prévia verificação de que a obra já se encontra concluída e em pleno funcionamento.

Art. 3º Para obter os benefícios desta Lei, além de atender todos os requisitos previstos no artigo 1º da presente Lei associado aos requisitos da Lei Municipal 2.666/2017, de 28 de novembro de 2017, o agricultor deverá:

- I - Comprovar a condição de produtor rural, através da propriedade de imóvel rural, ou na condição de arrendatário ou de parceria agrícola, tendo emitido nota fiscal de produtor rural;
- II - Residir ou trabalhar no Município de Quilombo – SC;
- III - Declaração firmada por um Técnico Municipal vinculado a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, atestando a viabilidade do empreendimento na área indicada para fins de execução das obras, objeto dos incentivos;
- IV - Licenciamento Ambiental e demais disposições exigidas em Lei;
- V - Comprovação da conclusão da obra e do efetivo funcionamento do empreendimento/atividade;
- VI - Apresentar negativa de débito junto à tesouraria municipal;
- VII - Comprovar através da apresentação de cópia da Nota Fiscal de empresa sediada no Território do Município de Quilombo – SC, que realizou os serviços de terraplanagem com valor mínimo igual ou superior ao incentivo requerido.

Art. 4º Em razão da concessão do incentivo previsto no artigo 1º da presente Lei, não serão mais realizados pelo Município os serviços de terraplanagem, previstos na Lei Municipal n 2.666/2017, de 28 de novembro de 2017, exceto os serviços de nivelamento e compactação de conclusão da terraplanagem que necessitar de utilização de Máquina Motoniveladora e/ou Rolo compactador e desde que comprovadamente atestada a sua necessidade, por um Técnico da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 5º A presente Lei poderá ser regulamentado por Decreto do Executivo.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 28 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicado
Em 29/06/2018.
Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

LEI Nº 2698/2018 – DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1668495

LEI Nº 2698/2018 – DE 28 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO NO ANO DE 2018.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares no orçamento do Município para o ano de 2018 no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no programa e verbas abaixo discriminadas e constante dos anexos da Lei Municipal nº. 2.671/2017 de 22 de dezembro de 2017, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	CÂMARA DE VEREADORES	01
Unidade	CÂMARA DE VEREADORES	01
Função	Legislativa	1
Sub-função	Ação Legislativa	31
Programa	LEGISLATIVO ATUANTE	0001
Atividade	MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO	2.001
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
()	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recurso Ordinário
()	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 - Recurso Ordinário
Valor Total R\$		100.000,00

Art.2º O recurso para abertura do crédito adicional, de que trata o artigo anterior, decorrerá da anulação da importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº. 2.671/2017 de 22 de dezembro de 2017, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	CÂMARA DE VEREADORES	01
Unidade	CÂMARA DE VEREADORES	01
Função	Legislativa	1
Sub-função	Ação Legislativa	31
Programa	LEGISLATIVO ATUANTE	0001
Projeto	PRÉDIO/LEGISLATIVO	1.001
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
()	Aplicação Direta – 4.4.90	01.00 - Recurso Ordinário
Valor Total R\$		100.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Executivo Municipal, em 28 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicado
Em 29/06/2018.
Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

PORTARIA Nº 799/2018 - DE 27 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667469

PORTARIA Nº 799/2018 - DE 27 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com o disposto no Artigo 77, Inciso II, b, da Lei Complementar nº 032, de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA à Servidora Pública Municipal, Odete Maria David Paris, no período de 25 a 29 de junho de 2018, por motivo de falecimento de seu pai, ocorrido em 25 de junho de 2018, conforme Certidão de Óbito 107763 01 55 2018 4 00008 022 0003646 81.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de junho de 2018.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/_____
Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 757/2018 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667411

PORTARIA Nº. 757/2018 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Cleciane Maria Grazziolli Bonetti, ocupante do cargo Auxiliar de Serviços Gerais, por determinação médica e conforme atestados, por 03 (três) dias, de 20 a 22 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 758/2018 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667412

PORTARIA Nº. 758/2018 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Marisa Aparecida Libardoni de Cezaro, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, por determinação médica e conforme atestados, nos dias 20 e 21 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 759/2018 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667413

PORTARIA Nº. 759/2018 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Debora da Silva Gonçalves da Rocha, ocupante do cargo de Agente de Endemias, por determinação médica e conforme atestados, no dia 19 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 760/2018 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667414

PORTARIA Nº. 760/2018 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Juliane Colombelli, ocupante do cargo de Assistente de Promoção Social, por determinação médica e conforme atestados, no dia 19 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 761/2018 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667415

PORTARIA Nº. 761/2018 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal, Nelson de Oliveira, ocupante do cargo de Agente de Manutenção e Conservação, por determinação médica e conforme atestado, por 05 (cinco) dias, de 18 a 22 de junho de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 762/2018 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667416

PORTARIA Nº. 762/2018 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal, Vilmar Antonio Bombana, ocupante do cargo de Motorista, por determinação médica e conforme atestado, por 14 (quatorze) dias, de 20 junho a 03 de julho de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 763/2018 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667417

PORTARIA Nº. 763/2018 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Dilvete Maria Zanatto Variani, ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), por determinação médica e conforme atestados, por 05 (cinco) dias, de 18 a 22 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 764/2018 - DE 15 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667418

PORTARIA Nº. 764/2018 - DE 15 DE MAIO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Rosimari Piovezan Comachio, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 21 de junho de 2018, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3062, de 19 de junho de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 25 de junho de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 765/2018 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667419

PORTARIA Nº. 765/2018 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Elisangela Zilio Dallacqua, ocupante do cargo de Professora de Educação Física, no dia 20 de junho de 2018, no período vespertino, para acompanhar membro da família em consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3039, de 15 de junho de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 22 de junho de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 766/2017 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667420

PORTARIA Nº. 766/2017 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e em conformidade com o parágrafo 1º do Art.18 da Lei Complementar Municipal nº 032 de 05 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULAR, a Servidora Pública Municipal, Mari Lourdes Cossa, ocupante do cargo de Diretora de Departamento, do dia 18 a 22 de junho de 2018, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3048, de 18 de junho de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo, o período não trabalhado será descontado na folha de pagamento do mês de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 767/2018 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667421

PORTARIA Nº. 767/2018 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Lidiane Dalmago Zembruski, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 20 de junho de 2018, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo N° 3061, 19 de junho de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 14h31min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA N° 768/2018 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação N° 1667422

PORTARIA N° 768/2018 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001 e considerando Parecer Social da Assistente Social do CAPS, datado de 20 de fevereiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal Beatriz Pasqualotto Seraglio, ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 21 de junho de 2018, para acompanhar membro da família em consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo N° 3040, de 15 de junho de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 25 de junho de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s)(Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 769/2018 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667423

PORTARIA Nº. 769/2018 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, Everaldo Francisco Agnes, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nos dias 21 e 22 de junho de 2018, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3053, de 18 de junho de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo, o período não trabalhado será descontado na folha de pagamento do mês de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 770/2018 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667424

PORTARIA Nº. 770/2018 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Vera Gomes de Oliveira de Oliveira, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 20 de junho de 2018, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3052, de 18 de maio de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 06h04min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 771/2018 - DE 22 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667425

PORTARIA Nº. 711/2018 - DE 11 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Vânia Maria Dala Riva Dallssago, ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), por determinação médica e conforme atestados, por 03 (três) dias, de 11 a 13 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 772/2018 - DE 22 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667426

PORTARIA Nº. 772/2018 - DE 22 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Silvana Hillesheim Sachet, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços Gerais, por determinação médica e conforme atestados, nos dias 21 e 22 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 22 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 773/2018 - DE 22 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667427

PORTARIA Nº. 773/2018 - DE 22 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Mônica Zilio Erthal, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, no dia 28 de junho de 2018, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3080, de 21 de junho de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 02 de julho de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 22 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 774/2018 - DE 22 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667428

PORTARIA Nº. 774/2018 - DE 22 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Mônica Zilio Erthal, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, no dia 03 de julho de 2018, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3081, de 21 de junho de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 05 de julho de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 22 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 775/2018 - DE 22 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667429

PORTARIA Nº. 775/2018 - DE 22 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, Ivomar Panição, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, no dia 22 de junho de 2018, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3083, de 21 de junho de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas do referido servidor ficará zerado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 22 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 776/2018 - DE 22 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667431

PORTARIA Nº. 776/2018 - DE 22 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Mônica Zilio Erthal, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, no dia 03 de julho de 2018, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3081, de 21 de junho de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 05 de julho de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 22 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 777/2018 - DE 22 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667432

PORTARIA Nº. 777/2018 - DE 22 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Lidiane Dalmago Zembruski, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 25 de junho de 2018, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3089, de 22 de junho de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 27 de junho de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 22 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 778/2018 - DE 22 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667433

PORTARIA Nº. 778/2018 - DE 22 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, ao Servidor Público Municipal, Nelson de Oliveira, ocupante do cargo de Agente de Manutenção e Conservação, no dia 25 de junho de 2018, no período vespertino, para realizar procedimento odontológico, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3085, de 22 de junho de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 26 de junho de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que o Servidor tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 22 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 779/2018 - DE 22 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667434

PORTARIA Nº. 779/2018 - DE 22 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º 032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Jucelia Aparecida Agnes Prestes, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 25 de junho de 2018, no período matutino, para acompanhar membro da família em consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3090, de 22 de junho de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 27 de junho de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 22 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 780/2018 - DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667435

PORTARIA Nº. 780/2018 - DE 25 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º 032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Rosangela Basi Giroto ocupante do cargo de Engenheira Agrônoma, no dia 25 de junho de 2018, no período matutino, para acompanhar membro da família em tratamento médico, conforme Atestado Médico, datado de 25 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 25 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 781/2018 - DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667436

PORTARIA Nº. 781/2018 - DE 25 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Silvana Hillesheim Sachet, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços Gerais, por determinação médica e conforme atestados, por 05 (cinco) dias, de 25 a 29 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 25 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 782/2018 - DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667437

PORTARIA Nº. 782/2018 - DE 25 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Fabieli Rebelatto Garbin, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, por determinação médica e conforme atestados, por 07 (sete) dias, de 25 de junho a 01 de julho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 25 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/_____
Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 783/2018 - DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667438

PORTARIA Nº. 783/2018 - DE 25 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Lizandra Luci Marsaro, ocupante do cargo de Professora de Educação Física (1º ao 5º ano), do dia 25 a 29 de junho de 2018, das 19h às 21h, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3092, de 25 de junho de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 03h22min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 25 de junho de 2018.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/_____
Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 784/2018 - DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667439

PORTARIA Nº. 784/2018 - DE 25 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Maria Izabel Karasek Provensi, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 26 de junho de 2018, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3089, de 22 de junho de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 28 de junho de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 25 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 785/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667443

PORTARIA Nº. 785/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal, Edgar Doris Berlanda, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, por determinação médica e conforme atestado, por 04 (quatro) dias, de 26 a 29 junho de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 26 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 786/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667445

PORTARIA Nº. 786/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal, Nelson de Oliveira, ocupante do cargo de Agente de Manutenção e Conservação, por determinação médica e conforme atestado, por 10 (dez) dias, de 25 junho a 04 de julho de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 26 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 787/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667446

PORTARIA Nº. 787/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Marilene Loraschi Ferrari, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no dia 28 de junho de 2018, para realizar exame médico, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3102, de 26 de junho de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 02 de julho de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 26 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 788/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667448

PORTARIA Nº. 788/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Dirlei Lúcia Vilbrantz, ocupante do cargo de Professora de Artes, no dia 26 de junho de 2018, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3098, de 25 de junho de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 28 de junho de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 26 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 789/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667451

PORTARIA Nº. 789/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Noeli Tasca Pansera, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 26 de junho de 2018, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3094, de 25 de junho de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 28 de junho de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 26 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 790/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667452

PORTARIA Nº. 790/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, João Claudiomiro Nunes, ocupante do cargo de Assistente Social, no dia 29 de junho de 2018, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3091, de 25 de junho de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas do referido servidor será de 28h09min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 26 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 791/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667453

PORTARIA Nº. 791/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, , Antoninho Siviero, Professor de Ensino Fundamental (1ª a 5ª), no dia 26 de junho de 2018, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3096, de 25 de junho de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas do referido servidor será de 51h25min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 26 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 792/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667455

PORTARIA Nº. 792/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, Eider Lanzzarin, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, no dia 26 de junho de 2018, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3101, de 26 de junho de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas do referido servidor será de 67h55min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 26 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 793/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667456

PORTARIA Nº. 793/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º 032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001 e conforme Parecer Social da Assistente Social do CAPS, datado de 04 de outubro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, ao Servidor Público Municipal, Edson Savoldi, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, nos dias 28 e 29 de junho de 2018, para acompanhar membro da família em consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3107, de 26 de junho de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 03 de julho de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que o Servidor tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 26 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/___/___
Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 794/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667457

PORTARIA Nº. 794/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, ao Servidor Público Municipal, Jamal Abdel Jabbar Amer, ocupante do cargo de Bioquímico e Farmacêutico, no dia 25 de junho de 2018, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3095, de 25 de junho de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 27 de junho de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que o Servidor tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 15 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 795/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667459

PORTARIA Nº. 795/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Odete Nolasco de Campos Rigon, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 25 de junho de 2018, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3097, de 25 de junho de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora ficará zerado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 26 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 796/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667461

PORTARIA Nº. 796/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, Romualdo Rebelatto, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 28 de junho de 2018, das 13h às 15h, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3086, de 22 de junho de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo, o período não trabalhado será descontado na folha de pagamento do mês de julho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 26 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 797/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667464

PORTARIA Nº. 797/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Maria Izabel Karasek Provensi, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 29 de junho de 2018, para acompanhar membro da família em consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3103, de 26 de junho de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 03 de julho de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 26 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 798/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667467

PORTARIA Nº. 798/2018 - DE 26 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, ao Servidor Público Municipal, Rudinei Mantoani, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no dia 27 de junho de 2018, no período matutino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3111, de 26 de junho de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 29 de junho de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que o Servidor tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 26 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 800/2018 - DE 27 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667472

PORTARIA Nº. 800/2018 - DE 27 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Beatriz Gomes de Oliveira Welter, ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), por determinação médica e conforme atestados, nos dias 27 e 28 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 801/2018 - DE 27 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667475

PORTARIA Nº. 801/2018 - DE 27 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Daniela Brites de Oliveira, ocupante do cargo de Diretora de Departamento, por determinação médica e conforme atestados, nos dias 26 e 27 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 802/2018 - DE 27 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667479

PORTARIA Nº. 802/2018 - DE 27 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Rosangela Toazza, ocupante do cargo de Enfermeira, no dia 27 de junho de 2018, para acompanhar membro da família em tratamento médico, conforme Atestado Médico, datado de 27 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 804/2018 - DE 27 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667482

PORTARIA Nº. 804/2018 - DE 27 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, Gilmar Pais, ocupante do cargo de Educador de Atividades Culturais, no dia 28 de junho de 2018, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3099, de 25 de junho de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas do referido servidor ficará zerado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº.756/2018 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667410

PORTARIA Nº.756/2018 - DE 21 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal abaixo relacionado, para gozo no período de 25 de junho a 24 de julho de 2018, conforme segue:

Período Aquisitivo:

Ivomar Panição 03/05/2016 a 02/05/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº.803/2018 - DE 27 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667481

PORTARIA Nº.803/2018 - DE 27 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Art. 60, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001 e conforme Requerimento sob protocolo nº 3114, de 27 de junho de 2018,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal, Gian Douglas Both, no dia 28 de junho de 2018, em compensação aos dias que foram suprimidos devido a Portaria nº 044/2018 - de 22 de janeiro de 2018, restando a partir da execução desta, o saldo de 09 (nove) dias de férias a serem gozados posteriormente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/_____
Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

Rancho Queimado

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2018 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 1668315

EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2018 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratado: MUNDEOS TRANSPORTES LTDA

Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO

Objeto: prestação de serviços de transporte de pessoas para atividade de hidroginástica em academia por meio de veículo tipo van com capacidade mínima de 16 passageiros sentados, do Município de Rancho Queimado à Santo Amaro da Imperatriz.

Valor: R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) por viagem.

Vigência: até dezembro de 2018, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

Rancho Queimado, 27/06/2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 45/2018.

Publicação Nº 1668151

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO

CONTRATO Nº 45/2018 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS.

Pelo presente instrumento de Contrato, o Município de Rancho Queimado, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido na Praça Leonardo Sell, 40, SC, CNPJ/MF nº 82.892.357/0001-96, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Senhora Cleci Aparecida Veronezi, inscrita no CPF nº 024.434.349-74, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa INOVA BRASIL ENGENHARIA, estabelecida na Rua Dom Jaime Câmara, 66, Sl. 1101 e 1102, Edifício Dom Jaime Câmara, Centro, Florianópolis - SC, CNPJ/MF nº 29.309.355/0001-49, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato, em decorrência do Processo nº 25/2018 – Pregão Presencial nº 20/2018, homologado em 27 de junho de 2018, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

DOS DOCUMENTOS

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos e termos que compõem o processo de licitação antes nomeado, inclusive a proposta apresentada pela CONTRATADA.

DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA – Faz se necessário à abertura de Processo de Licitação para contratação de empresa para prestação de engenharia para elaboração de Projetos Executivos de um Centro de Eventos com área de 230,00 m2 e de um Centro de Convivência da Assistência Social com área de 140,00 m2, na sede do Município de Rancho Queimado, conforme detalhado no Termo de Referência (Anexo I).

DO PRAZO

CLÁUSULA TERCEIRA – O prazo para a execução dos serviços do objeto licitado será de até 30 (dias) dias a contar da assinatura do contrato.

DO CRÉDITO

CLÁUSULA QUARTA – As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão por conta dos recursos orçamentários previstos para o presente exercício em rubrica orçamentária na mesma funcional programática:

04.01.2.007.194.3.3.90.00.00.00.00.0.300 (194)

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA QUINTA – O pagamento será efetuado da seguinte maneira: 70% após a entrega inicial dos projetos e 30% no final quando os mesmos forem aprovados pela CEF – Caixa Econômica Federal para liberação dos recursos.

O valor total a ser pago será de R\$ R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais).

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA SEXTA - A empresa vencedora do presente processo deverá, na assinatura do contrato, procurar o Setor de Projetos Governamentais para orientações na elaboração dos mesmos, de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

A empresa vencedora do certame deverá, se necessário, acompanhar as reuniões na CEF – Caixa Econômica Federal, referentes aos projetos;

DA RESCISÃO

CLÁUSULA SÉTIMA – O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93 e alterações;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardando o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

§ 1º - O descumprimentos, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 2º - A rescisão, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a multa rescisória de 10% (dez por cento) sobre o seu saldo, na data da rescisão, independentemente de outras multas aplicadas à CONTRATADA por infrações anteriores.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA OITAVA – A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

- a) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido;
- b) suspensão do direito de licitar num prazo de até 02 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar nos casos de falta grave.

§ 1º - Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA NONA – O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21/06/93.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

DO PRAZO

CLÁUSULA DÉCIMA – Este contrato terá vigência de 30 (trinta) dias contadas da data de sua assinatura.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Rancho Queimado, em 27 de junho de 2018.

Cleci Aparecida Veronezi
MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO
CONTRATANTE

INOVA BRASIL ENGENHARIA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

EXTRATOS DE CONTRATOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - PL 10/2018 - PP 10/2018

Publicação Nº 1668295

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2018 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO

Objeto: aquisição de medicamentos para as Unidades Básicas de Saúde do Município.

Valor: R\$ 58.411,09 (cinquenta e oito mil, quatrocentos e onze reais e nove centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Rancho Queimado, 26/06/2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 23/2018 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratado: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO
Objeto: aquisição de medicamentos para as Unidades Básicas de Saúde do Município.
Valor: R\$ 30.983,30 (trinta mil, novecentos e oitenta e três reais e trinta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Rancho Queimado, 26/06/2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2018 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratado: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO
Objeto: aquisição de medicamentos para as Unidades Básicas de Saúde do Município.
Valor: R\$ 5.541,00 (cinco mil, quinhentos e quarenta e um reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Rancho Queimado, 26/06/2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2018 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratado: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA
Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO
Objeto: aquisição de medicamentos para as Unidades Básicas de Saúde do Município.
Valor: R\$ 4.793,00 (quatro mil, setecentos e noventa e três reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Rancho Queimado, 26/06/2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/2018 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratado: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS
Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO
Objeto: aquisição de medicamentos para as Unidades Básicas de Saúde do Município.
Valor: R\$ 11.744,65 (onze mil, setecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Rancho Queimado, 26/06/2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2018 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratado: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES
Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO
Objeto: aquisição de medicamentos para as Unidades Básicas de Saúde do Município.
Valor: R\$ 26.532,00 (vinte seis mil, quinhentos e trinta e dois reais)
Vigência: 12 (doze) meses.
Rancho Queimado, 26/06/2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 28/2018 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratado: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA
Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO
Objeto: aquisição de medicamentos para as Unidades Básicas de Saúde do Município.
Valor: R\$ 63.531,00 (sessenta e três mil, quinhentos e trinta e um reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Rancho Queimado, 26/06/2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/2018 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratado: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO
Objeto: aquisição de medicamentos para as Unidades Básicas de Saúde do Município.
Valor: R\$ 28.453,90 (vinte e oito mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e noventa centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Rancho Queimado, 26/06/2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2018 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratado: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA
Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO
Objeto: aquisição de medicamentos para as Unidades Básicas de Saúde do Município.
Valor: R\$ 3.265,00 (três mil, duzentos e sessenta e cinco reais)
Vigência: 12 (doze) meses.
Rancho Queimado, 26/06/2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 31/2018 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratado: PROMEFARMA REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA
Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO
Objeto: aquisição de medicamentos para as Unidades Básicas de Saúde do Município.
Valor: R\$ 52.616,90 (cinquenta e dois mil, seiscentos e dezesseis reais e noventa centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.

Rancho Queimado, 26/06/2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2018 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratado: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES

Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO

Objeto: aquisição de medicamentos para as Unidades Básicas de Saúde do Município.

Valor: R\$ 74.644,70 (setenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Rancho Queimado, 26/06/2018.

Data da homologação do Processo Licitatório 10/2018 do Fundo Municipal de Saúde – Pregão Presencial para Registro de Preços 10/2018: 26/06/2018.

PORTARIA 143-2018 CONCEDE LIC MÉDICA ALICIO K BOURDOT

Publicação Nº 1668068

PORTARIANº 143/2018

CONCEDE LICENÇA MÉDICA

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE CONCEDER 60 (sessenta) dias de Licença Médica a ALICIO KILIANO BOURDOT, a partir de 27 de junho a 25 de agosto de 2018, conforme atestado e resultado de perícia médica.

Rancho Queimado, 28 de junho de 2018.

CLECI APARECIDA VERONEZI

Prefeita Municipal

Rio das Antas

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2018 - PMRA

Publicação Nº 1667712

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Chamada Pública n.º 002/2018 – PMRA

Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura familiar para alimentação escolar com dispensa de licitação com base na Lei n.º 11.947, de 16/07/2009, Resolução n.º 38 do FNDE, de 16/07/2009. O Município de Rio das Antas, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua do Comércio, 780, inscrita no CNPJ sob o nº 83.074.294/0001-23, representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no Art. 21 da Lei 11.947/2009 e na Resolução FNDE/CD n.º 38/2009, através da Secretaria Municipal de Educação, vem realizar CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, “entrega parcelada para o período de agosto e setembro de 2018”, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. Os Grupos FORMAIS/INFORMAIS deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia 20/07/2018 às 09:00 horas, no setor de Licitações, com sede à Rua do Comércio 780 em Rio das Antas/SC. RETIRADA DO EDITAL COMPLETO: No site do Município ou no Setor de Licitações de Segunda a Sexta, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 Horas, ou pelo e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br DEMAIS INFORMAÇÕES: Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 28 de junho de 2018. Ronaldo Domingos Loss-Prefeito Municipal

DECRETO 58-18

Publicação Nº 1668307

DECRETO Nº 58/2018, DE 22 DE JUNHO DE 2018

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO (ÇÕES) DO ORÇAMENTO VIGENTE DA UG-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com a autorização contida na Lei nº 2019, de 22/06/2018; estando atendido o disposto no Art.42, bem como que existe recurso citado no § 1º do Art.43 e que justificamos como necessário este crédito para bem atender as necessidades públicas da coletividade na forma do caput do Art.43 da Lei nº 4.320, de 17/03/1964;

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 56.900,00 (CINQUENTA E SEIS MIL E NOVECENTOS REAIS), para a UG/dotação abaixo:

02 – PODER EXECUTIVO – UG-PREFEITURA

02.004 – SECRET.MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS-SMAF

02.004.0004.0122.0020.2004.3339000000000000.01000000-APLIC.DIRETAS (Ref.98) R\$ 20.000,00

02.005 – SECRET.MUN. DE EDUC.CULTURA E ESPORTE – SMECE

02.005.0012.0361.0180.1042.3449000000000000.01190000-APLIC. DIRETAS(Ref.167) R\$ 29.900,00

02.005.0012.0364.0200.2047.3339000000000000.01000000-APLIC. DIRETAS (Ref.95) R\$ 7.000,00

Art.2º - O crédito suplementar aberto no artigo 1º deste decreto corre no valor de R\$ 56.900,00 (CINQUENTA E SEIS MIL E NOVECENTOS REAIS), por conta de recursos de anulação das dotações do orçamento vigente da UG-PREFEITURA para o corrente exercício, conforme abaixo:

02 – PODER EXECUTIVO – UG-PREFEITURA

2.004 – SECRET.MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS-SMAF

02.004.0004.0123.0030.2009.3319000000000000.01000000-APLIC.DIRETAS (Ref.207) R\$27.000,00

02.005 – SECRET.MUN. DE EDUC.CULTURA E ESPORTE - SMECE

02.005.0012.0361.0180.1043.3449000000000000.01190000-APLIC. DIRETAS (Ref.155) R\$29.900,00

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 22 DE JUNHO DE 2018.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

NADIR BIZZOTTO

Secretário Municipal - Port. 114/2018

DECRETO 59-18

Publicação Nº 1668312

DECRETO Nº 59/2018, DE 22 DE JUNHO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA UG-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS - POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NA(S) FONTE(S) QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com a autorização contida na da Lei nº 1.990, de 16/11/2017 (LOA); estando atendido o disposto no Art.42, bem como que existe recurso citado no § 1º do Art.43 e que justificamos como necessário este crédito para bem atender as necessidades públicas da coletividade na forma do caput do Art.43 da Lei nº 4.320, de 17/03/1964;

DECRETA:

rt.1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 160.000,00 (CENTO E SESSENTA MIL REAIS) a(s) dotação (ções) do orçamento vigente da UG- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, conforme abaixo:

02 - PODER EXECUTIVO – UG – PREFEITURA

02.005 – SECRET.MUN. DE EDUC.CULTURA E ESPORTE - SMECE

02.005.0012.0361.0180.1042.3449000000000000.01320000-APLIC. DIRETAS (ref.282) R\$ 160.000,00

Art.2º - O crédito a que se refere o artigo 1º corre por conta do excesso de arrecadação em 2018, da fonte 32 (Transferência de Convênios – União/Educação), especificamente ao recurso FNDE Caminho da Escola - Ônibus Pronacampo

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 22 DE JUNHO DE 2018.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

NADIR BIZZOTTO

Secretário Municipal - Port. 114/2018

DECRETO 60-18

Publicação Nº 1668314

DECRETO Nº 60/2018, DE 25 DE JUNHO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA UG-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DAS ANTAS - FMS POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO, NA(S) FONTE(S) QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com a autorização contida na da Lei nº 1.990, de 16/11/2017 (LOA); estando atendido o disposto no Art.42, bem como que existe recurso citado no § 1º do Art.43 e que justificamos como necessário este crédito para bem atender as necessidades públicas da coletividade na forma do caput do Art.43 da Lei nº 4.320, de 17/03/1964;

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 80.977,97 (OITENTA MIL, NOVECIENTOS E SETENTA E SETE REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS) para a(s) dotação (ções) do orçamento vigente da UG- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DAS ANTAS - FMS, conforme abaixo:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DAS ANTAS - FMS

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DAS ANTAS – FMS

10.001.10.301.0150.2028.3339000000.0302.000000– Aplicações Diretas (245) R\$ 80.977,97

Art.2º - O crédito a que se refere o artigo 1º deste decreto corre no valor de R\$ 80.977,97 (OITENTA MIL, NOVECIENTOS E SETENTA E SETE REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS) por conta do SUPERAVIT FINANCEIRO do exercício anterior, na(s) seguinte(s) fonte(s): Fonte 0302 - Detalhamento 000000, da UG-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS.

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 25 DE JUNHO DE 2018.

.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

NADIR BIZZOTTO
Secretário Municipal - Port. 114/2018

DECRETO 61-18

Publicação Nº 1668316

DECRETO Nº 61/2018, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

FICA INSTITUIDA A COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA – CCO, DAS FESTIVIDADES DA SEMANA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, no uso de suas atribuições e de acordo com a autorização contida no § 1º do Art.13 da Lei Complementar nº 01, de 03/05/1991;

DECRETA:

Art.1º - Fica instituída a COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA – CCO, das festividades da Semana do Município, cujos membros abaixo ficam designados para a compor:

MEMBROS:

GREICE MORESCO – que atuará como Presidente

RICARDO ANTONIO KUNZE

BARBARA ELISA PINHEIRO

URSULA SIGLINDE VOM HEDE

MARILENA LOSS BIER

ROSANE MARIA KATH

LUCIANO FOSCHIEIRA

ISRAEL ELIAS LOSS

ROSANGELA MAURER KATH

JULIO CESAR CORREA

LEIDE KNECK

VALERIA AGUIAR

PAULO CESAR PAVARIN

KARIN SEIDEL

JOSIMAR MACULAN

Art.2º - Compete a CCO organizar, supervisionar e dirigir as festividades da Semana do Município, bem como coordenar os trabalhos dos demais voluntários, buscar e promover a realização de contatos para levantar recursos para a realização do evento, oficializar contatos com as empresas da iniciativa pública e privada, órgãos e imprensa em geral com vistas à viabilização das festividades.

Parágrafo Único – Os recursos que forem conseguidos serão geridos dentro do orçamento e demais normas vigentes, na estrutura própria da UG-PREFEITURA.

Art.3º - A participação na Comissão não será remunerada, sendo considerada serviço público relevante.

Art.4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 25 DE JUNHO DE 2018.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

NADIR BIZZOTTO
Secret.Munic. de Desenv.Ind.Com. Turismo e Planejamento
Portaria nº 114/2018

DECRETO 62-18

Publicação Nº 1668319

DECRETO Nº 062/2018, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

DELEGA TEMPORARIAMENTE ATRIBUIÇÕES ADMINISTRATIVAS/GERENCIAIS AO SERVIDOR IVAN REGIS DALLAZEN OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE ENGENHEIRO DE HORTICULTURA

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições ;

Considerando a necessidade de melhor distribuir os serviços administrativos/gerenciais na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente – SMAMA, cujo cargo de secretário está vago e as atribuições exercidas pelo Secretário Municipal de Obras e Serviços e que por iniciativa própria do servidor, o mesmo se dispõe a fazer;

DECRETA:

Art.1º - Ficam delegadas temporariamente ao ENGENHEIRO DE HORTICULTURA servidor de cargo efetivo IVAN RÉGIS DALLAZEN, as atribuições administrativas/gerenciais seguintes:

- Prestar assistência direta ao Prefeito e ao Secretário da Agricultura e Meio Ambiente no desempenho de suas atribuições;
- Gerenciar os serviços de drenagem, podaço, capinaço, pavimentação, terraplanagem e linhas d'água, objetivando a otimização dos serviços da área;
- Garantir o funcionamento dos serviços de manutenção, limpeza e conservação das ruas, praças, avenidas, parques, canais, canaletas e rios que banham o Município;
- Conservar e manter praças, calçamentos, estradas e prédios públicos em geral;
- Coletar e dispor os resíduos sólidos e orgânicos e as águas pluviais;
- Emitir pareceres nos processos administrativos de sua competência;
- Assessorar os demais órgãos, na área de competência;
- Planejar, programar, executar e controlar os serviços da Secretaria na ausência do Secretário;
- Emitir Certidões e Declarações Ambientais que forem da competência da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, relativas a localização de Empreendimentos Urbanos e Rurais;
- Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Prefeito.

Parágrafo único – As delegações cessarão quando da nomeação de novo secretário da SMAMA.

Art.2º - Pela execução das delegações temporárias contidas neste decreto não cabe retribuição financeira a qualquer título.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RIO DAS ANTAS, 26 DE JUNHO DE 2018.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

NADIR BIZZOTTO

Secret. Munic. de Desenv. Ind. Com. Turismo e Planejamento

Portaria nº 114/2018

DECRETO 63-18

Publicação Nº 1668320

DECRETO Nº 63/2018, DE 26 DE JUNHO DE 2018

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO (ÇÕES) DO ORÇAMENTO VIGENTE DA UG-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com a autorização contida na Lei nº 1.990, de 16/11/2017 (LOA); estando atendido o disposto no Art.42, bem como que existe recurso citado no § 1º do Art.43 e que justificamos como necessário este crédito para bem atender as necessidades públicas da coletividade na forma do caput do Art.43 da Lei nº 4.320, de 17/03/1964;

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS), a(s) dotação (ções) do orçamento vigente da UG- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, conforme abaixo:

02 - PODER EXECUTIVO – UG – PREFEITURA

02.001 – GABINETE DO PREFEITO

02.001.0004.0122.0020.2002.33390000000000.01000000 – APLIC. DIRETAS ref. (79) R\$ 10.000,00

02.005 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - SMECE

02.005.0012.0365.0210.2048.33190000000000.01010000 – APLIC. DIRETAS ref. (223) R\$ 13.000,00

02.005.0012.0365.0210.2048.33191000000000.01010000 – APLICAÇÕES DIRETAS DECORRENTES DE OPERAÇÕES ENTRE ÓRGÃOS ref. (189) R\$ 1.000,00

Art.2º - O crédito suplementar aberto no artigo 1º deste decreto corre no valor de R 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS), por conta de recursos de anulação da dotação do orçamento vigente da UG-PREFEITURA para o corrente exercício, conforme abaixo:

02 - PODER EXECUTIVO – UG – PREFEITURA

02.001 – GABINETE DO PREFEITO

02.001.0004.0122.0020.2002.33191000000000.01000000 – APLICAÇÕES DIRETAS DECORRENTES DE OPERAÇÕES ENTRE ÓRGÃOS ref. (233) R\$ 5.000,00

02.001.0004.0122.0020.2002.34490000000000.01000000 – APLIC. DIRETAS ref. (152) R\$ 5.000,00

02.005 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - SMECE

02.005.0012.0365.0210.2048.33390000000000.01010000 – APLIC. DIRETAS ref. (126) R\$ 14.000,00

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 26 DE JUNHO DE 2018.

RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

NADIR BIZZOTTO
Secret.Munic. de Desenv.Ind.Com. Turismo e Planejamento
Portaria nº 114/2018

DECRETO 64-18

Publicação Nº 1668322

DECRETO Nº 64/2018, DE 27 DE JUNHO DE 2018.
ATUALIZA CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS- COMAD.

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, no uso de suas atribuições e de acordo com a autorização contida no § 1º do Art.13 da Lei Complementar nº 01, de 03/05/1991;

DECRETA:

Art.1º - Ficam nomeados os membros do CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS – COMAD, para o período de 27/06/2018 a 27/06/2020, conforme abaixo:

GOVERNAMENTAL:

REPRESENTANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

TITULAR – Ceni Cristina Turke

SUPLENTE – Sandra Beatriz Willwock Lussi

REPRESENTANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TITULAR – Fernanda Blomer

SUPLENTE – Claudia Lina Farias

REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

TITULAR – Carmem Moro

SUPLENTE – Jocimar Maculan

REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR

TITULAR – Patricia Isabel da Silva

SUPLENTE – Sirlei Correia de Lima

REPRESENTANTE DA POLÍCIA MILITAR

TITULAR –Hoilkson Antonio Procópio Wonheinburg

SUPLENTE – Heitor Antonio Cofferi

REPRESENTANTE DA POLÍCIA CÍVIL

TITULAR – Claudio Sanches

SUPLENTE – Marileia Fátima Vargas

NÃO GOVERNAMENTAL

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MEU RECANTO – APAE

TITULAR – Simone da Rosa Sabadin

SUPLENTE – Hildegard Witte

REPRESENTANTE DA IGREJA CATÓLICA

TITULAR – José de Freitas

SUPLENTE - Josiane Zarzeka

REPRESENTANTE DA IGREJA LUTERANA

TITULAR – Armin Andreas Hollas

SUPLENTE – Edison Luiz Otto

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE RIO DAS ANTAS

TITULAR – Maria Antonieta Tenconi

SUPLENTE – Vilmair Tenconi Loss

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E

CULTURAL RIO DAS ANTAS – AERA

TITULAR – Claudemir Alves Machado

SUPLENTE – Revelino Kunze

REPRESENTANTE DO BOMBEIRO MILITAR DE RIO DAS ANTAS
TITULAR – Luiz Felipe de Souza
SUPLENTE – Carlos Henrique Maia Costa
Art.2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RIO DAS ANTAS, 27 DE JUNHO DE 2018.
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

NADIR BIZZOTTO
Secret.Munic. de Desenv.Ind.Com. Turismo e Planejamento
Portaria nº 114/2018

PORTARIA 123-2018

Publicação Nº 1668325

PORTARIA 123/ 2018, DE 19 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no artigo 88, da LEI COMPLEMENTAR Nº 03, de 30/09/1993, CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE, a servidora abaixo relacionada sem prejuízo da remuneração, conforme atestado médico.

Nome	Função	Período da Licença
LUANA MOREIRA DOS SANTOS DOMINGUES	PROFESSOR II – 20 HORAS	28/05/2018 A 23/11/2018- 180 DIAS

RIO DAS ANTAS, 19 DE JUNHO DE 2018.
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

NADIR BIZZOTTO
Secretário Municipal Desenv. Ind. Com. Turismo e Planejamento

PORTARIA 124-2018

Publicação Nº 1668331

PORTARIA Nº 124/2018 DE 19 DE JUNHO DE 2018.
ALTERA CARGA HORARIA SEMANAL DE CONTRATAÇÃO EM CARATER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na LEI COMPLEMENTAR Nº 05 /1993 e alterações posteriores ALTERA A CARGA HORARIA SEMANAL DE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO, ficando alterada a portaria de contratação, com a remuneração de lei e conforme abaixo especificado:

Servidor	Função	Período da alteração da carga horária
DENIZE PEKRUL BONETTI	PROFESSOR I- DE 40 PARA 20 HORAS	01/06/2018 A 30/06/2018

RIO DAS ANTAS, 19 DE JUNHO DE 2018
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

NADIR BIZZOTTO
Secretário Municipal Desenv. Ind. Com. Turismo e Planejamento

PORTARIA 125-2018

Publicação Nº 1668333

PORTARIA Nº 125/2018, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

PRORROGA PRAZO DE CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Nº 1.173 de 14/11/2001 e termo aditivo ao CONTRATO ADMINISTRATIVO ESPECIAL FIRMADO ENTRE AS PARTES, PRORROGA PRAZO DE CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE EM CARÁTER TEMPORÁRIO no ESF da Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração de lei, do/s seguinte/s servidor/es:

SERVIDOR	FUNÇÃO	PERIODO DE PRORROGAÇÃO
1. DEBORA APARECIDA RAMOS	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	02/06/2018 A 30/11/2018

Rio das Antas, 19 de junho de 2018

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

NADIR BIZZOTTO

Secretário Municipal Desenv. Ind. Com. Turismo e Planejamento

PORTARIA 126-2018

Publicação Nº 1668334

PORTARIA N 126/2018, DE 20 DE JUNHO 2018.

CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto com o disposto na LEI COMPLEMENTAR Nº 04 e 05, de 02/12/1993 e 09/12/1993 e alterações posteriores, CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO, com a remuneração de lei com carga horária semanal de 40 horas no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal:

Contratado(a):	Cargo	Período de Contratação
JANICE RIBEIRO DE OLIVEIRA	Merendeira	01/06/2018 a 15/09/2018
LUCIMARA STASIAK	Professor II- 40 horas	01/06/2018 a 25/11/2018

RIO DAS ANTAS, 20 DE JUNHO DE 2018.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

NADIR BIZZOTTO

Secretário Municipal Desenv. Ind. Com. Turismo e Planejamento

PORTARIA 127-2018

Publicação Nº 1668335

PORTARIA Nº 127/2018, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

PRORROGA PRAZO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Nº 04 de 02/12/1993 e alterações posteriores, e tendo em vista o CONTRATO ADMINISTRATIVO ESPECIAL FIRMADO ENTRE AS PARTES, PRORROGA PRAZO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços, com a remuneração de lei, dos seguintes servidores:

Servidor	Cargo	Período de prorrogação	Portaria de Contratação
LUIZ EZIQUEL ROQUE	SERVIDOR BRAÇAL	01/07/2018 A 31/12/2018	072/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018

NEUCIR OTTO JAKOCZYNSKI	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS	01/07/2018 A 31/12/2018	PORTARIA N 058/2018, DE 15 DE MARÇO DE 2018.
-------------------------	------------------------------	-------------------------	--

RIO DAS ANTAS, 20 DE MARÇO DE 2018
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

NADIR BIZZOTTO
Secretário Municipal Desenv. Ind. Com. Turismo e Planejamento

PORTARIA 128-2018

Publicação N° 1668336

PORTARIA N° 128/2018 DE 21 DE JUNHO DE 2018.
EXONERA SERVIDOR(A)

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Complementar N° 03 de 30/09/1993, exonera a pedido o/ a servidor(a) PATRICIA ALVES WEBER do cargo em caráter efetivo de PROFESSOR DE MUSICA II nomeado(a) pela portaria n° 082/2006 DE 04/04/2006 a contar de 21/06/2018.

RIO DAS ANTAS, 21 DE JUNHO DE 2018.
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

NADIR BIZZOTTO
Secretário Municipal Desenv. Ind. Com. Turismo e Planejamento

PORTARIA 129-2018

Publicação N° 1668339

PORTARIA N° 129/2018 DE 22 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS E LICENÇA PREMIO A SERVIDOR (ES).

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto nos artigos 102 e 106 da Lei Complementar n° 03, de 30/09/1993, CONCEDE GOZO DE FÉRIAS E LICENÇA PREMIO ao(s) servidor(es) municipal (is) abaixo relacionado (s), a ser gozada da seguinte forma:

NOME DO(S) SERVIDOR(ES)	PER. AQUISITIVO	GOZO DE FÉRIAS
RUBENS SEIDEL	02/07/2018 A 01/07/2017	11/07/2018 A 31/07/2018
ADILSON ANTONIO DAGNONI	22/03/2017 A 22/03/2018	01/06/2018 A 15/06/2018 – 15 DIAS
EZEQUIEL MARCELO CHINATO	29/03/2017 A 29/03/2018	01/06/2018 A 30/06/2018
LIANA GAEDKE	20/02/2017 A 20/02/2018	04/06/2018 A 23/06/2018

I) Determina que sejam feitas as anotações correspondentes na (s) ficha (s) funcional(is) do (s) referido (s) servidor (es).

NOME DO(S) SERVIDOR(ES)	PER. AQUISITIVO	GOZO DE LICENÇA PRÊMIO
1. EVANDRO DE OLIVEIRA	02/09/2008 A 01/09/2013	20/06/2018 A 17/08/2018 -60 DIAS

RIO DAS ANTAS, 22 DE JUNHO DE 2018.
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

NADIR BIZZOTTO
Secretário Municipal Desenv. Ind. Com. Turismo e Planejamento

PORTARIA 130-2018

Publicação Nº 1668342

PORTARIA Nº 130/2018 DE 22 DE JUNHO DE 2018.
EXONERA SERVIDOR COMISSIONADO

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Complementar Nº 03 de 30/09/1993, tendo em vista o término do período de afastamento por auxílio doença, exonera o servidor abaixo ocupante de cargo comissionado :

SERVIDOR (A)	CARGO COMISSIONADO	A PARTIR DE	PORTARIA DE NOMEAÇÃO
CELSO DALLAZEM	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	20/05/2018	PORTARIA Nº 117 /2016, DE 01 DE JUNHO DE 2016.

RIO DAS ANTAS, 22 DE JUNHO DE 2018
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

NADIR BIZZOTTO
Secretário Municipal Desenv. Ind. Com. Turismo e Planejamento

PORTARIA 131-2018

Publicação Nº 1668345

PORTARIA Nº 131/2018 DE 22 DE JUNHO DE 2018.
EXONERA SERVIDOR A PEDIDO

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com a LEI COMPLEMENTAR Nº 04 de 02/12/1993 EXONERA A PEDIDO o/a servidor(a) abaixo:

LUCILAINE CRISTINA BORTESE na função de AUXILIAR DE ENFERMAGEM-PPA, contratada pela PORTARIA Nº 173/2017, DE 12 DE MAIO DE 2017.

RIO DAS ANTAS, 22 DE JUNHO DE 2018.
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

NADIR BIZZOTTO
Secretário Municipal Desenv. Ind. Com. Turismo e Planejamento

Rio do Campo

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO NR 37/2018 - VIVIANE GRANEMANN RIBEIRO

Publicação Nº 1667600

Contrato Nº : 37/2018

Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO

Contratada : VIVIANE GRANEMANN RIBEIRO

Objeto : O presente instrumento tem como OBJETO o imóvel constituído de uma fração de 0,5 ha de área de terras de propriedade da ARRENDATORA, que dá a ARRENDATÁRIA com finalidade de exploração mineral, onde está situada a pedreira existente. A qual será entregue a partir do início da vigência desse contrato.

Vigência : Início: 02/07/2018 Término: 06/08/20174

Assinatura : 26/06/2018

Valor R\$: 1.000,00 (Mil Reais)

PROCESSO LICITATORIO 37 2018

Publicação Nº 1668171

PROCESSO LICITATORIO NR 37/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL NR 29/2018

A Prefeitura Municipal de Rio do Campo torna público, a quem interessar que está lançado certame licitatório na modalidade Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços, para eventual e futura contratação de serviços de máquinas retroescavadeira, escavadeira hidráulica, caminhão-caçamba e aquisição de tubos para manutenção de estradas vicinais do município de Rio do Campo. Estando marcado o prazo máximo para entrega dos envelopes de documentos e propostas para dia 12 de julho de 2018, até as 09h00min, iniciando-se o julgamento da habilitação e proposta na mesma data, às 09h05min, na sede administrativa do município, sita na Rua 29 de Dezembro, nº 70, Centro, Rio do Campo - SC, sendo o certame regido pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, e Decreto Municipal nº 1.948 de 31/01/2005. O inteiro teor deste Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: riodocampo.atende.net. Rio do Campo, 28 de junho de 2018. Rodrigo Preis – Prefeito Municipal.

Rio do Oeste

PREFEITURA

DECRETO_2337_2018

Publicação Nº 1667332

DECRETO Nº 2337 DE 28 DE JUNHO DE 2018

Suplementa dotações orçamentárias para o FMS utilizando o excesso de arrecadação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições e pelo que lhe confere o art. 5º, I, da Lei nº 2189 de 21/12/2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias constantes no Anexo I do presente decreto no valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o excesso de arrecadação, conforme Anexo II do presente decreto, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste – SC, 28 de junho de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial do Município

FLÁVIO MALIKOSKI

Secretário da Administração

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO
DECRETO Nº 2337/2018

Órgão:	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6
Unidade Orçamen- tária:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	601
Função:	SAÚDE	10
Sub-função:	ATENÇÃO BÁSICA	301
Programa:	ATENDIMENTO À SAÚDE	601
Atividade	Atenção Básica	2017

FONTE DOS RECURSOS

Código	Descrição do Vínculo	Valor
1380043	Incremento Temporário PAB	30.000,00

NATUREZA DA DESPESA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3000	DESPESAS CORRENTES	30.000,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.000,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00
1380043	Incremento Temporário PAB (Ref. 271)	30.000,00
TOTAL		30.000,00

ANEXO II

Excesso de Arrecadação por Fonte

Decreto 2337/2018

ESPECIFICAÇÃO	Acumulado de Janeiro até Junho/2018			
	Meta	Receita	Suplementado	Saldo

417180311150000 – Incremento temporário do componente de custeio do PAB. Fonte 1380043 – Incremento temporário PAB	0,00	626.261,87	345.381,87	280.880,00
--	------	------------	------------	------------

DECRETO_2338_2018

Publicação Nº 1668050

DECRETO Nº 2338 DE 28 DE JUNHO DE 2018

Suplementa dotações orçamentárias para o Poder Executivo utilizando o superávit financeiro do exercício de 2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições, e pelo que lhe confere o inciso II, cc § 2º, art. 5º da Lei nº 2189 de 21/12/2017.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias constantes no Anexo I do presente decreto no valor total de R\$ 9.587,53 (nove mil, quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta e três centavos).

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos os superávits financeiros do exercício de 2017 constantes no Anexo II do presente, no valor de R\$ 9.587,53 (nove mil, quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta e três centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 13/06/2018.

Rio do Oeste – SC, 28 de junho de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial do Município.

FLÁVIO MALIKOSKI

Chefe de Gabinete

ANEXO I – SUPLEMENTAÇÃO DECRETO Nº 2338/2018		
Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	2
Unidade Orçamentária:	GABINETE DO PREFEITO	202
Função:	SEGURANÇA PÚBLICA	6
Sub-função:	DEFESA CIVIL	182
Programa:	ATIVIDADE DE DEFESA CIVIL	202
Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA COMPDEC-RO	2004
FONTE DOS RECURSOS		
Código	Descrição do Vínculo	Valor
03340001	Transf.Convênios-União/Outros não Rel	3.748,64
03340002	Rem. Dep. Banc. Outros Conv. União	73,30
03340003	Defesa Civil – Cartão Pagamento	389,12
03340012	Rem Dep Banc Defesa Civil Recup Cenário	5.376,47
	SOMA	9.587,53
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3000	DESPESAS CORRENTES	9.587,53
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.587,53
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	9.587,53
03340001	Transf.Convênios-União/Outros não Rel	3.748,64
03340002	Rem. Dep. Banc. Outros Conv. União	73,30
03340003	Defesa Civil – Cartão Pagamento	389,12
03340012	Rem Dep Banc Defesa Civil Recup Cenário	5.376,47
TOTAL		9.587,53

ANEXO II
Superávit Financeiro de 2017
Decreto nº 2338/2018

VÍNCULO	ESPECIFICAÇÃO	Saldo 2017	(-) Suplementado em 2018	(=) Saldo
03340001	Transf.Convênios-União/Outros não Rel	3.748,64	0,00	3.748,64
03340002	Rem. Dep. Banc. Outros Conv. União	73,30	0,00	73,30
03340003	Defesa Civil – Cartão Pagamento	389,12	0,00	389,12
03340012	Rem Dep Banc Defesa Civil Recup Cenário	5.376,47	0,00	5.376,47
SOMA				9.587,53

PROCESSO 053/2018 - CHAMADA PÚBLICA

Publicação Nº 1667916

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE – PROCESSO Nº 053/2018 CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2018 – INEXIGIBILIDADE Nº 016/2018. Objeto: Cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios. Entrega da documentação: até as 09:00 horas do dia 23 de julho de 2018, na sede da Prefeitura de Rio do Oeste. Análise da documentação: após a entrega dos documentos. Os interessados poderão retirar cópia do Edital na sede da Prefeitura ou através da página na internet: www.riodooeste.com.br no link "licitações". Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito na Rua Paulo Sardagna, nº 797 – Bela Vista ou pelo Fone/Fax (47) 3543.0261.

Rio do Oeste (SC), 28 de junho de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 7253, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667733

DECRETO Nº 7253, de 15 de junho de 2018.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2018/FMAS DE 17.05.2018".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 6810, de 21 de dezembro de 2017, o resultado do Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço nº 006/2018/FMAS de 17.05.2018, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

ALFREDO COMÉRCIO VAREJISTA LTDA. - ME
PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

15 de junho de 2018.

JAMES RIDES DA SILVA

Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício

ANEXO AO DECRETO Nº 7253/2018

Pregão Presencial: Nº 006/2018/FMAS de 17.05.2018.

Objeto da Licitação:

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DE RIO DO SUL, CONFORME DISCRIMINADO NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS DESTE EDITAL – RIO DO SUL /SC.

Participantes:

MAYCON WILL EIRELI EPP
ALFREDO COMÉRCIO VAREJISTA LTDA. - ME
PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP

Decisão: Pelo critério de menor preço por item sob regime de execução global o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

ALFREDO COMÉRCIO VAREJISTA LTDA. - ME
PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP

DECRETO Nº 7260, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667729

DECRETO Nº 7260, de 18 de junho de 2018.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2018/FMS, DE 08.06.2018".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 6810, de 21 de dezembro de 2017, o resultado do Pregão Presencial nº 017/2018/FMS de 08.06.2018, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando

também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

ALINE MARTINS VARELA

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

18 de junho de 2018.

JAMES RIDES DA SILVA

Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício

ANEXO AO DECRETO Nº 7260/2018

Pregão Presencial: Nº 017/2018/FMS de 08.06.2018.

Objeto da Licitação:

À eventual A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRADUTOR INTERPRETE DE LIBRAS, de PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para atendimento das necessidades do Centro Municipal de Atenção à Saúde Mental e Unidades da Secretaria Municipal de Saúde; conforme especificações encontram-se detalhadas no Termo de Referência Anexo I deste Edital e seus Anexos.

Participantes:

ALINE MARTINS VARELA

Decisão: Pelo critério de menor preço por item, o pregoeiro declarou vencedor, o seguinte licitante:

ALINE MARTINS VARELA

DECRETO Nº 7268, DE 27 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1668219

DECRETO Nº 7268, de 27 de junho de 2018.

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 12, inciso I, da Lei Orçamentária nº 5.894, de 18 de dezembro de 2017, e com a Lei nº 5.954, de 27 de junho de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito especial, no valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), por conta do excesso de arrecadação, de acordo com o que determina o art. 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.894, de 18 de dezembro de 2017, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

87.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
87.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
1.073	Vigilância Alimentar e Nutricional - VAN		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	4.000,00
01383200	Vigilância Alimentar e Nutricional		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01383200	Vigilância Alimentar e Nutricional	R\$	35.000,00
	TOTAL	R\$	39.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

27 de junho de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7269, DE 27 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1668230

DECRETO Nº 7269, de 27 de junho de 2018.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.894, de 18 de dezembro de 2017, e com a Lei nº 5.953, de 27 de junho de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada até o limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

87.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
87.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
1.063	Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01382600	Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição (VAN)	R\$	50.000,00
	TOTAL	R\$	50.000,00

Art. 2º Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

87.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
87.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
1.063	Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01382600	Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição (VAN)	R\$	50.000,00
	TOTAL	R\$	50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

05 de junho de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

DECRETO Nº 7270, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667747

DECRETO Nº 7270, de 27 de junho de 2018.

“CESSÃO DO VEÍCULO HYUNDAI H100 GLS, ANO 2003, PLACAS MDW 0251, FROTA Nº 239, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC – PARA A SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO – SEGOV, POR TEMPO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se por tempo determinado, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, para a Secretaria de Gestão de Governo – SEGOV, para uso da Divisão de Trânsito, o veículo conforme segue: HYUNDAI H100 GLS - Placas: MDW0251 - Cor Branca - Frota 239 - Chassi KMJR-D37BP3K562226 - Ano 2003/2003 – Renavam: 822413566 – Patrimônio: 1480.

Art. 2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do referido veículo ocorrerá à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria de Gestão de Governo – SEGOV/ Divisão de Trânsito.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

27 de junho de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 7271, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667741

DECRETO Nº 7271, de 27 de junho de 2018.

"EXONERA E NOMEIA DIEGO RODRIGO LAZZAROTTO"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e suas alterações,

DECRETA:

Art.1º – Fica o servidor DIEGO RODRIGO LAZZAROTTO exonerado do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Apoio ao Empreendedor, a partir de 31/05/2018 e nomeado, a partir de 01/06/2018, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Turismo e Eventos, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, nos termos do Artigo 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/10/2010 e alterações, Art. 2º e Art. 39 § 4º, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015 e alterações.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

27 de junho de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 7271, DE 28 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1668103

DECRETO Nº 7271, de 28 de junho de 2018.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO- COMTUR."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto na Lei nº 3.195/97, de 27 de agosto de 1997, alterada pelas Leis nº 3.333/98, 3.447/99, 3.947/2003, 4.430/2006 e 5.339/2012;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, de acordo com o estabelecido no artigo 3º da Lei Municipal nº 3.195/97, os seguintes membros:

I - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, atual SEDEC:

Titular: Paulo José Fiamoncini

Suplente: Diego Rodrigo Lazzarotto

II - Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, atual SEINFRA:

Titular: Carolina Fernanda Kuhl

Suplente: Alexis Raizer Guanabens

III - 13º Batalhão de Polícia Militar:

Titular: Amarildo Cosme

Suplente: Rafael Mathias Lopes

IV - Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI:

Titular: Ariani Raquel Neckel Prux

Suplente: Ederson Mauerverk

V - Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL:

Titular: Daniel Emilio Tschumi

Suplente: Francisco José Cardoso

VI - Associação Empresarial de Rio do Sul - ACIRS:

Titular: Valcir Kempner

Suplente: Micheli Schlindwein da Costa Naschenweng

VII - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI:

Titular: Fabiana Dickmann

Suplente: Tânia Mara Rocha Moratelli

VIII - Instituto Federal Catarinense - IFC Rio do Sul:

Titular: Jonas Felácio Júnior
Suplente: Daniel Schwambach

IX - Fundação Cultural de Rio do Sul:
Titular: Angela Maria de Andrade Palhano
Suplente: Cátia Dagnoni

X - União das Associações de Bairros de Rio do Sul - UABRS:
Titular: Gilmar da Silva
Suplente: Rafael Baumann

XI - Associação de Clubes de Bolão, Bocha e Tiro:
Titular: Luciane Pereira
Suplente: Marcos Jackisch

XII - Instituto Educacional do Alto Vale do Itajaí Ltda - FAMESUL/UNIASSELVI:
Titular: Vanessa Mafra Pio
Suplente: Selma Otta Gomes

XIII - Secretaria Municipal de Agricultura, atual Diretoria Executiva de Agropecuária:
Titular: Elisandra Dias Peiker
Suplente: Robson da Silva

XIV - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC:
Titular: Alvacir Cili Comper Conte
Suplente: Joice Hermann Wirth.

XV - Associação de Micro e Pequenas Empresas do Alto Vale do Itajaí - AMPE Alto Vale:
Titular: Edson Fronza
Suplente: Luiz Alberto Costa da Silva

XVI - TREMTUR:
Titular: Carlos Ramiro da Silva
Suplente: Germano Emílio Purnhagen

XVII - Hotéis de Rio do Sul:
Titular: Roland Yuri Schreiber
Suplente: Maria Aparecida Tomaz Pereira Silva

XVIII - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, atual SEINFRA:
Titular: Romulo da Rosa Ouriques
Suplente: Elégio Luis Pessoa

Parágrafo Único - O exercício da função de Conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho é de 2 (dois) anos, permitida a recondução, por igual período, conforme o previsto no art. 4º da Lei nº 3.195/97.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 4309/2014.

GABINETE DO PREFEITO
28 de junho de 2018.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 7272, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667769

DECRETO Nº 7272, de 28 de junho de 2018.

“CONCEDE VEÍCULO DA SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO – SEGOV, PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se à Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA, Divisão de Agropecuária, o veículo conforme segue; Veículo CHEV/SPIN 1.8 – Placas MJV9827 – Cor Branca – Frota 378 – Chassi 9BGJB75Z0DB170307 – Ano 2012/2013 – Renavam 492659249 – Patrimônio 20472, da Secretaria de Gestão de Governo, por tempo determinado no dia 28 de junho de 2018, com destino a Florianópolis, para transportar a Diretoria Executiva de Agropecuária, para participar do “I Seminário Intersectorial sobre a Logística e Armazenagem Aplicada às Compras Governamentais da Agricultura Familiar”, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Retorno previsto, após o término do Seminário.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ou da cessão do servidor da Secretaria de Gestão de Governo - SEGOV, o motorista Cacildo João Furlani, matrícula nº 99392, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria beneficiada.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

28 de junho de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 7273, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1668039

DECRETO Nº 7273, de 28 de junho de 2018.

“CONCEDE VEÍCULO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS – FMD, PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se à Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA, Divisão de Agropecuária, o veículo conforme segue; Veículo: FIAT / DUCATO MULT JAEDI - Placa: MDF-0155 - Cor Branca - Frota 270 - Chassi 93W245H3362007459 - Ano 2006/2006 - Renavam 890387737 - Patrimônio 9729, da Fundação Municipal de Desportos - FMD, por tempo determinado no dia 28 de junho de 2018, com destino a Florianópolis, para transportar a Diretoria Executiva de Agropecuária, para participar do “I Seminário Intersectorial sobre a Logística e Armazenagem Aplicada às Compras Governamentais da Agricultura Familiar”, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Retorno previsto, após o término do Seminário.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ou da cessão do servidor da Secretaria de Administração e Fazenda - SEDAF, o motorista Sebastião do Amaral, matrícula nº 76139, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria beneficiada.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

28 de junho de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 7277, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1668041

DECRETO Nº 7277, de 28 de junho de 2018.

“CONCEDE VEÍCULO FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS – FMD, PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA – SEDAF, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se à Secretaria de Administração e Fazenda – SEDAF, o veículo conforme segue; FIAT / DUCATO MULT JAEDI - Placas: MDF-0155 - Cor Branca - Frota 270 – Chassi: 93W245H3362007459 - Ano 2006/2006 – Renavam: 890387737 – Patrimônio: 9729, por tempo determinado nos dias 05 e 06 de julho de 2018, com destino a Florianópolis, para transportar Servidores do Departamento de Gestão de Pessoas - DGP, para participação no CONCARH.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ou da cessão do servidor da Secretaria de Gestão de Governo - SEGOV, o motorista Cacildo João Furlani, matrícula nº 99392, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria beneficiada.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

28 de junho de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DISPENSA DE LICITAÇÃO 093/2018

Publicação Nº 1667581

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 093/2018

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal em Exercício, Sr. James Rides da Silva, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: Contratação de empresa visando o Fornecimento de Informativos Técnicos Mensais "On Line", bem como Assessoria e Consultoria nas Áreas Contábil, Gestão e Jurídica, de Interesse da Administração.

Valor: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Contratada: IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA.

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso II da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,

Rio do Sul, 28 de junho de 2018

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 095/2018

Publicação Nº 1667531

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 095/2018

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: Contratação de serviços de mão de obra e materiais para instalação de vidros incolor 4 mm, sendo 15 peças de 0,75x1,18 01 peça de 0,75x1,30 e 02 peças de 0,75x3,00 a ser instalada na Sede da Secretaria Municipal de Educação de Rio do Sul.

Valor: R\$ 1.260,00 (Um mil duzentos e sessenta reais).

Contratada: JAIR DA SILVA VIDROS ME

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso V da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações.

Razões de justificativa da dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,

Rio do Sul, 28 de junho de 2018

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 100/2018

Publicação Nº 1668003

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº100/2018

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal em Exercício, Sr. James Rides da Silva, leva ao conhecimento dos interessados, que fica inexigível a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: Contrato de cessão de uso de software compreendendo a atualização da legislação municipal, consolidação por dentro do texto, compilação e versionamento dos atos oficiais disponibilizados em sistema de pesquisa online, e acesso exclusivo a banco de dados compreendendo a legislação de Municípios e Estados brasileiros em um único ambiente de pesquisa.

R\$ 39.357,92 (trinta e nove mil trezentos e cinquenta e sete reais e noventa e dois centavos).

Contratada: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

Fundamento Legal: Art. 25, Inciso I da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de inexigibilidade: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio do Sul, 22 de junho de 2018
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

LEI Nº 5952, DE 27 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1668143

LEI Nº 5952, de 27 de junho de 2018.

“ALTERA A LEI 5.858, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017, QUE AUTORIZA A DOAÇÃO DO PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PSH DA COHAB – COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Altera o inciso IV do art. 1º da Lei nº 5.858, de 28 de setembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º ...

[...]

IV - Jocileia Gaspar Luchtenberg, brasileira, diarista, portadora da Cédula de Identidade nº 3.459.447 e do CPF nº 889.995.489-53, casada pelo regime de comunhão parcial de bens com Charles Luchtenberg, brasileiro, pintor, portador da Cédula de Identidade nº 7C 3.486.569 e do CPF nº 963.624.649-15, o imóvel situado no perímetro urbano deste município, na Rua Amadeu Pavanello, Bairro Barra do Trombudo, representado pela área 06, do desmembramento da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, com área de 247,24m², matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Sul sob o nº 49.012.

[...]” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
27 de junho de 2018.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

LEI Nº 5953, DE 27 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1668165

LEI Nº 5953, de 27 de junho de 2018.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.”

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica suplementada até o limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

87.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
87.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
1.063	Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01382600	Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição (VAN)	R\$	50.000,00
	TOTAL	R\$	50.000,00

Art. 2º Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

87.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
87.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
1.063	Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01382600	Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição (VAN)	R\$	50.000,00
	TOTAL	R\$	50.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

27 de junho de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

LEI Nº 5954, DE 27 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1668204

LEI Nº 5954, de 27 de junho de 2018.

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.”

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica aberto o crédito especial, no valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), por conta do excesso de arrecadação, de acordo com o que determina o art. 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.894, de 18 de dezembro de 2017, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

87.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
87.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
1.073	Vigilância Alimentar e Nutricional - VAN		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	4.000,00
01383200	Vigilância Alimentar e Nutricional		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01383200	Vigilância Alimentar e Nutricional	R\$	35.000,00
	TOTAL	R\$	39.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

27 de junho de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

PORTARIA 0663/DGP

Publicação Nº 1666969

PORTARIA Nº 0663/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 15/05/2018 até 13/07/2018, a servidora municipal LOIRI GALVÃO MAAS ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ANGELA MARIA DE ANDRADE PALHANO
Diretora Executiva de Cultura da Fundação Cultural de Rio do Sul
Rf

PORTARIA 0666/DGP

Publicação Nº 1666880

PORTARIA Nº 0666/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 15/06/2018 até 13/08/2018, ao servidor municipal JOSE MARCONSINI ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 0667/DGP

Publicação Nº 1666882

PORTARIA Nº 0667/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 21/05/2018 até 09/06/2018, a servidora municipal PATRICIA KOHLS VON PARASKI ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 0668/DGP

Publicação N° 1666883

PORTARIA N° 0668/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar N° 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 30/05/2018 até 18/06/2018, a servidora municipal SANDRA APARECIDA MAYERLE LAMEGO ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 0669/DGP

Publicação N° 1666884

PORTARIA N° 0669/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Promover a READEQUAÇÃO, a partir 12/06/2018 até 08/12/2018, da servidor municipal SUILENE MARIA RUDOLF RODRIGUES DE MORAES, ocupante do cargo de provimento efetivo cozinheiro, em conformidade com o Art. 33, da Lei Complementar n° 309 de 01/12/2015, devendo a servidora evitar executar atividades que deslocamento e esforços físicos conforme parecer da Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 0670/DGP

Publicação N° 1666886

PORTARIA N° 0670/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar N° 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0500/DGP, de 07/05/2018, pelo período de 24/05/2018 até 22/06/2018, a servidora municipal CAMILA BORBA ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 0671/DGP

Publicação Nº 1666888

PORTARIA Nº 0671/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0048/DGP, de 30/01/2018, pelo período de 29/05/2018 até 07/07/2018, a servidora municipal MARLENE ISRAEL FRONZA ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 0672/DGP

Publicação Nº 1666893

PORTARIA Nº 0672/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0503/DGP, de 07/05/2018, pelo período de 24/05/2018 até 22/06/2018, a servidora municipal MARLICE STUPP SALVADOR ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 0673/DGP

Publicação Nº 1666899

PORTARIA Nº 0673/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0668/DGP, de 25/06/2018, pelo período de 19/06/2018 até 18/07/2018, a servidora municipal SANDRA APARECIDA MAYERLE LAMEGO ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 0674/DGP

Publicação Nº 1666900

PORTARIA Nº 0674/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0265/DGP, de 26/03/2018, pelo período de 23/05/2018 até 11/06/2018, a servidora municipal SUILENE MARIA RUDOLF RODRIGUES DE MORAES ocupante do cargo de provimento efetivo Cozinheiro.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 0675/DGP

Publicação Nº 1666906

PORTARIA Nº 0675/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0574/DGP, de 18/05/2018, pelo período de 08/06/2018 até 07/07/2018, ao servidor municipal VLADimir LUIZ BRASIL JUNIOR ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 0676/DGP

Publicação Nº 1666910

PORTARIA Nº 0676/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 267 e 268, da Lei Complementar Nº 309/2015 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 18/06/2018 16/08/2018 a servidora BEATRIZ PETRY PFLEGER, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 0677/DGP

Publicação Nº 1666913

PORTARIA Nº 0677/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no que dispõe o Art. 11, inciso III, da Lei n. 3.796, de 26/06/2002 e alterações posteriores, de acordo com requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença à Gestante, no período de 12/02/2018 a 11/06/2018, a servidora municipal ANGELA CLAUDINO MACHADO DUARTE ocupante da função de Cargo Monitor Escolar(ACT).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 0678/DGP

Publicação Nº 1666916

PORTARIA Nº 0678/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no que dispõe o Art. 11, inciso III, da Lei n. 3.796, de 26/06/2002 e alterações posteriores, de acordo com requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença à Gestante, no período de 05/06/2018 a 02/10/2018, a servidora municipal FRANCIELE APARECIDA DE OLIVEIRA ocupante da função de Cargo Professor(ACT).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 0679/DGP

Publicação Nº 1666918

PORTARIA Nº 0679/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no que dispõe o Art. 11, inciso III, da Lei n. 3.796, de 26/06/2002 e alterações posteriores, de acordo com requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença à Gestante, no período de 24/05/2018 a 20/09/2018, a servidora municipal GISELE APARECIDA BACH ocupante da função do cargo de Monitor Escolar (ACT).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 0680/DGP

Publicação Nº 1666922

PORTARIA Nº 0680/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no que dispõe o Art. 11, inciso III, da Lei n. 3.796, de 26/06/2002 e alterações posteriores, de acordo com requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença à Gestante, no período de 01/06/2018 a 29/09/2018, a servidora municipal LUCIANA ERAT SASSE ocupante da função de Monitor Escolar(ACT).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 0681/DGP

Publicação Nº 1666924

PORTARIA Nº 0681/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no que dispõe o Art. 11, inciso III, da Lei n. 3.796, de 26/06/2002 e alterações posteriores, de acordo com requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença à Gestante, no período de 30/05/2018 a 26/09/2018, a servidora municipal MICHELE FERNANDA RASSWEILER ocupante da função de Cargo Professor(ACT).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 0682/DGP

Publicação Nº 1666926

PORTARIA Nº0682/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 263, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 24/05/2018 a 20/09/2018 a servidora ANE CAROLINE SOBOTA ocupante do cargo de provimento efetivo Cargo Psicólogo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 0683/DGP

Publicação Nº 1666928

PORTARIA Nº0683/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 263, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 05/06/2018 a 02/10/2018 a servidora EMILYN MENDES ROSA ocupante do cargo de provimento efetivo Cargo Psicólogo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 0684/DGP

Publicação Nº 1666930

PORTARIA Nº0684/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 263, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 28/05/2018 a 24/09/2018 a servidora SARA GRACIELLE KLAUBERG CHRISTEN ocupante do cargo de provimento efetivo Cargo Auxiliar de Saúde Bucal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 0653/DGP

Publicação Nº 1668019

PORTARIA N. 0653/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 14/06/2018 ao Comitê Técnico de Estágio Probatório, designado pela Portaria nº 0097/RH, de 13 de fevereiro de 2018, para a conclusão do Processo Administrativo de Estágio Probatório n. 002/2018.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 24, § 4º, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, bem como, Art. 24, do Decreto nº 1465/2010, haja vista a solicitação efetivada pelo respectivo Comitê através do Ofício nº 002/P.A. nº 002/2018, de 11 de junho de 2018, tendo em vista a instrução do referido processo administrativo estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Asfj

PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2018

Publicação Nº 1667477

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA RECUPERAÇÃO DO FORRO DE 95M² EM PVC, COM SUBSTITUIÇÃO DOS SUPORTES DE FIXAÇÃO DE MADEIRA PARA METÁLICO, NA SEDE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL, DE ACORDO COM ANEXOS DESTES EDITAIS.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até o dia 12/07/2018, às 08h00min, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações

Rio do Sul (SC), 28 de junho de 2018.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

JANARA APARECIDA MAFRA
Secretária de Educação

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2018

Publicação Nº 1668227

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE. PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE RIO DO SUL.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até o dia 13/07/2018, às 08h00min, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações

Rio do Sul (SC), 28 de junho de 2018.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário da Administração e Fazenda

TERMO DE POSSE E EXECÍCIO LUCIANE SCHMIDT

Publicação Nº 1668251

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar

supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) LUCIANE SCHMIDT, nomeado (a) pela Portaria n. 0477/DGP, de 03/05/2018, publicada no DOM na data de 10/05/2018, para exercer o cargo efetivo de PROFESSOR DE ARTES, Nível III, 20 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e/ÇÇL prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como se comprometeu a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 02/07/2018.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, com a Descrição do Cargo anexo.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXECÍCIO WAGNER LUCAS VICENZI

Publicação Nº 1668249

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "I", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) WAGNER LUCAS VICENZI nomeado (a) pela Portaria n. 00389/DGP, de 20/04/2018, publicada no DOM na data de 14/05/2018, para exercer o cargo efetivo de TÉCNICO EM RADIOLOGIA, Nível F, 20 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2017.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 02/07/2018.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 26 de junho de 2018.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E XERCÍCIO ERIKA VALENTE YOHEM

Publicação Nº 1668244

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul em exercício, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "I", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) ERIKA VALENTE YOHEM, nomeado (a) pela Portaria n. 0394/DGP, de 20/04/2018, publicada no DOM na data de 14/05/2018, para exercer o cargo efetivo de TERAPEUTA OCUPACIONAL, Nível H, 30 horas, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2017.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 02/07/2018.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 26 de junho de 2018.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇO Nº 094/2018

Publicação Nº 1667656

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 094/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO E REFORÇO ESTRUTURAL DA PONTE PÊNSIL LIGANDO OS BAIRROS NAVEGANTES/BREMER EM RIO DO SUL/SC.

REGIMENTO: Lei Federal n. 8.666 de 21 de junho de 1993.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até o dia 17/07/2018, às 08h30min, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 09h00min do dia 17/07/2018, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul (SC), 28 de junho de 2018.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALDONIR XAVIER
Secretário Municipal de Infraestrutura

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 981, DE 27 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1667966

RESOLUÇÃO No 981, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

Regulamenta o art. 276 da Lei Complementar nº 309, de 1º de dezembro de 2015 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, que autoriza a contratação de prestador de serviço de assistência à saúde para os servidores ativos, aposentados, pensionistas, bem como para seus respectivos grupos familiares, no âmbito da Câmara Municipal de Rio do Sul.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais a Câmara Municipal decreta e a Mesa Diretora promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º A assistência à saúde prevista no art. 276 da Lei Complementar nº 309, de 1º de dezembro de 2015 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, será prestada aos servidores públicos do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul, mediante a contratação de Prestadora de Plano de Saúde, nos termos da presente Resolução.

Parágrafo único. Para fins da presente Resolução, assistência à saúde compreende assistência médica ambulatorial, hospitalar e obstétrica (por faixa etária), do tipo plano apartamento individual, com banheiro privativo e direito a acompanhante e do tipo opcional plano básico em enfermaria, ambos com cobertura nacional.

Art. 2º A contratação de prestadora de plano de saúde será definida através de processo licitatório público, para empresa de prestação de serviços técnicos profissionais especializados, nos moldes da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§1º O plano de assistência à saúde da Câmara Municipal de Rio do Sul oferecido aos seus servidores deverá compreender ações preventivas e curativas necessárias a proteção e manutenção da saúde dos servidores, que serão prestadas através de serviços médico-hospitalar, laboratorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnósticos, terapia e internações, com cobertura assistencial médico-hospitalar e ambulatorial com obstetrícia, exames complementares de alta complexidade e auxiliares de diagnóstico em geral, transporte terrestre e aeromédico de urgência, fundo de extensão assistencial (FEA) aos dependentes pelo prazo de até cinco anos, atendimento de urgência e emergência, cirúrgico, internação e tratamento de doenças congênitas de forma direta ou através de terceiros credenciados pelo prestador de serviços quando for o caso, e de todo o rol de serviços prescritos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e suas posteriores atualizações, sempre em conformidade com o que preceitua a Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, e suas alterações posteriores, bem como de acordo com as normas da ANS.

§2º Não poderá ser exigida qualquer carência e/ou imposição de agravo ou cobertura parcial temporária em razão de preexistência de doença, inclusive em caso de posterior inclusão, para utilização dos benefícios do Plano de Saúde dos usuários inscritos, sendo que a portabilidade se dará de acordo com a norma de vigência perante a ANS.

Art. 3º Participam do plano de assistência à saúde oferecido pela Câmara Municipal de Rio do Sul como beneficiários, os servidores públicos

efetivos e comissionados do Poder Legislativo, bem como os membros de seus respectivos grupos familiares.

§1º A Câmara Municipal de Rio do Sul participará conjuntamente com os beneficiários para o custeio do plano de assistência à saúde, na proporção de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade.

§2º Para os fins desta Resolução, considera-se membro do grupo familiar:

I – o cônjuge ou companheiro;

II – os filhos de até 24 anos, e os enteados, tutelados e menores sob a guarda judicial, com a mesma restrição de faixa etária;

§3º O plano de saúde contratado para assistência à saúde dos beneficiários da Câmara Municipal de Rio do Sul não poderá restringir o ingresso de novo beneficiário, desde que devidamente indicado pela Câmara Municipal, não cabendo quaisquer exigências e/ou restrição quanto ao número máximo para inclusão.

§4º A adesão do servidor ao plano de assistência à saúde é facultativa.

§5º A operadora do plano de saúde contratada poderá oferecer aos beneficiários serviços adicionais não incluídos no plano básico universal, que poderão ser aceitos individualmente pelos mesmos, mediante pagamento das despesas referentes aos serviços adicionais.

§6º Aos filhos, enteados, tutelados e menores sob a guarda judicial de idade superior a 24 anos que estejam inscritos como beneficiários, fica assegurado, após atingida a idade limite, o direito de nele permanecerem, correndo por conta exclusiva do titular os custos integrais correspondentes.

§7º Fica autorizada a adesão dos pais dos titulares, correndo por conta exclusiva do titular os custos integrais correspondentes.

§8º Fica autorizada a adesão dos Vereadores ao plano de saúde contratado, mediante desconto em folha de pagamento e sem qualquer custo para a Câmara Municipal.

Art. 4º Não terá a condição de beneficiário, o servidor:

I - que, embora nomeado e empossado, ainda não tenha entrado em exercício;

II - licenciado ou afastado sem remuneração ou em gozo de licença especial, enquanto durar o afastamento;

III - que estiver impedido por força de disposição legal ou de decisão judicial.

Parágrafo único. O servidor que estiver afastado de suas funções em razão das hipóteses previstas no inciso II, poderá continuar como aderente ao plano de saúde, correndo por sua conta exclusiva os custos integrais correspondentes.

Art. 5º O cancelamento da inscrição no plano de assistência à saúde ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - a pedido do próprio servidor;

II - exoneração ou demissão;

III - falecimento;

IV - cessão a outro órgão com ônus para o cessionário;

V - outras situações previstas em lei ou em decorrência de decisão judicial.

Parágrafo único. Quando o beneficiário solicitar o cancelamento de sua inscrição no plano de assistência à saúde, será exigida a quitação de eventuais débitos de contribuição e/ou participação.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Legislativo autorizado a abrir créditos suplementares e especiais, se e quando necessários.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogadas as Resoluções nº 86/93, 94/94 e 396/2006.

Rio do Sul, 27 de junho de 2018.

JAMES RIDES DA SILVA

Presidente da Mesa

FERNANDO CESAR SOUZA

Vice-Presidente

MAICON COELHO

1º Secretário

ZELI DA SILVA

2ª Secretária

BENEFÍCIOS

9.1. As operadoras de planos de saúde contratada pela Administradora de Benefício cobrirão os custos relativos aos atendimentos ambulatoriais, internações hospitalares e atendimentos obstétricos, previstos no Rol de Procedimentos da ANS (Resolução nº 338/2013 e alterações posteriores)

9.2. O Plano Ambulatorial compreende os atendimentos realizados em consultório ou em ambulatório, definidos e listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, não incluindo internação hospitalar ou procedimentos para fins de diagnóstico ou terapia que, embora prescindam de internação, demandem o apoio de estrutura hospitalar por período superior a 12 (doze) horas, ou serviços como unidade de terapia intensiva e unidades similares, observadas as seguintes exigências: I - cobertura de consultas médicas em número ilimitado em clínicas básicas e especializadas (especialidades médicas), inclusive obstétrica para pré-natal, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina - CFM; II - cobertura de serviços de apoio diagnóstico, tratamentos e demais procedimentos ambulatoriais, incluindo procedimentos cirúrgicos ambulatoriais solicitados pelo médico ou cirurgião dentista assistente, mesmo quando realizados em ambiente hospitalar, desde que não se caracterize como internação conforme preceitua o caput deste artigo; III - cobertura de medicamentos registrados/regularizados na ANVISA, utilizados nos procedimentos diagnósticos e terapêuticos contemplados nos Anexos e nos artigos desta Resolução Normativa; IV - cobertura de consultas ou sessões com nutricionista, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e psicólogo de acordo com o estabelecido

nos Anexos da Resolução Normativa do Rol de Procedimentos da ANS; V - cobertura de psicoterapia de acordo com o número de sessões estabelecido nos Anexos da Resolução Normativa do Rol de Procedimentos da ANS, que poderá ser realizada tanto por psicólogo como por médico devidamente habilitados; VI - cobertura dos procedimentos de reeducação e reabilitação física listados nos Anexos da Resolução Normativa do Rol de Procedimentos da ANS, que podem ser realizados tanto por fisiatra como por fisioterapeuta, em número ilimitado de sessões por ano; VII - cobertura das ações de planejamento familiar, listadas no Anexo I da citada Resolução, para segmentação ambulatorial; VIII - cobertura de atendimentos caracterizados como de urgência e emergência conforme resolução específica vigente sobre o tema; 16 IX - cobertura de remoção, depois de realizados os atendimentos classificados como urgência ou emergência, quando caracterizada pelo médico assistente a falta de recursos oferecidos pela unidade para a continuidade da atenção ao paciente ou pela necessidade de internação; X - cobertura de hemodiálise e diálise peritoneal - CAPD; XI - cobertura de quimioterapia oncológica ambulatorial, entendida como aquela baseada na administração de medicamentos para tratamento do câncer, incluindo medicamentos para o controle de efeitos adversos relacionados ao tratamento e adjuvantes (medicamentos empregados de forma associada aos quimioterápicos citostáticos com a finalidade de intensificar seu desempenho ou de atuar de forma sinérgica ao tratamento) que, independentemente da via de administração e da classe terapêutica, necessitem, conforme prescrição do médico assistente, ser administrados sob intervenção ou supervisão direta de profissionais de saúde dentro de estabelecimento de Saúde; XII - cobertura de medicamentos antineoplásicos orais para uso domiciliar, assim como medicamentos para o controle de efeitos adversos e adjuvantes de uso domiciliar relacionados ao tratamento antineoplásico oral e/ou venoso, respeitando preferencialmente as seguintes características: a) medicamento genérico: medicamento similar a um produto de referência ou inovador, que se pretende ser com este intercambiável, geralmente produzido após expiração ou renúncia da proteção patentária ou de outros direitos de exclusividade, comprovada a sua eficácia, segurança e qualidade, e designado pela Denominação Comum Brasileira - DCB ou, na sua ausência, pela Denominação Comum Internacional - DCI, conforme definido pela Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999; e b) medicamento fracionado: medicamento fornecido em quantidade distinta da embalagem original, conforme necessidade do paciente e definição do órgão competente - ANVISA. XIII - cobertura dos procedimentos de radioterapia listados no Anexo I da Resolução para a segmentação ambulatorial; XIV - cobertura dos procedimentos de hemodinâmica ambulatoriais que prescindam de internação e de apoio de estrutura hospitalar por período superior a 12 (doze) horas, unidade de terapia intensiva e unidades similares e que estejam descritos no segmento ambulatorial do Anexo I da Resolução Normativa; XV - cobertura de hemoterapia ambulatorial; e XVI - cobertura das cirurgias oftalmológicas ambulatoriais listadas nos Anexos da Resolução com Rol de Procedimentos da ANS.

9.3 Para fins de aplicação do artigo 10 da Lei nº 9.656, de 1998 é permitida, para a segmentação ambulatorial, a exclusão de: I - procedimentos que exijam forma de anestesia diversa da anestesia local, sedação ou bloqueio; II - quimioterapia oncológica intra-tecal ou que demande internação; e III - embolizações.

9.4. Tratamento de transtornos psiquiátricos codificados na CID-10, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução do CONSU nº 11 de 1998 e normas complementares, 17 incluídos os procedimentos médicos necessários ao atendimento das lesões auto-infringidas, abrangendo: 9.4.1. atendimento às emergências, assim consideradas as situações que impliquem risco de morte ou de danos físicos para o próprio paciente ou para terceiros (incluindo as ameaças e tentativas de suicídio e autoagressão), e/ou em risco de danos morais e patrimoniais importantes; 9.4.2. psicoterapia de crise, entendida esta como o atendimento intensivo prestado por um ou mais profissionais da área de saúde mental, com duração máxima de 12 (doze) sessões, tendo início imediatamente após o atendimento de emergência, sendo limitadas a 12 (doze) sessões para cada ano de contrato/convênio, não cumulativas; 9.4.3. tratamento básico, que é aquele prestado por médico, com número ilimitado de consultas 18 d) as despesas com captação, transporte e preservação dos órgãos na forma de ressarcimento ao SUS; V - cobertura do atendimento por outros profissionais de saúde, de forma ilimitada durante o período de internação hospitalar, quando indicado pelo médico assistente; VI - cobertura de órteses e próteses ligadas aos atos cirúrgicos listados nos Anexos da Resolução da ANS VII - cobertura das despesas, incluindo alimentação e acomodação, relativas ao acompanhante, salvo contra-indicação do médico ou cirurgião dentista assistente, nos seguintes casos: a) crianças e adolescentes menores de 18 anos; b) idosos a partir do 60 anos de idade; e c) pessoas portadoras de deficiências. VIII - cobertura dos procedimentos cirúrgicos buco-maxilofaciais listados nos Anexos da Resolução com Rol de Procedimentos da ANS, para a segmentação hospitalar, conforme disposto no artigo 4º da referida Resolução Normativa, incluindo a solicitação de exames complementares e o fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões, assistência de enfermagem, alimentação, órteses, próteses e demais materiais ligados ao ato cirúrgico utilizados durante o período de internação hospitalar; IX - cobertura da estrutura hospitalar necessária à realização dos procedimentos odontológicos passíveis de realização ambulatorial, mas que por imperativo clínico necessitem de internação hospitalar, com equipe de saúde necessária à complexidade do caso, incluindo exames complementares e o fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões, assistência de enfermagem e alimentação utilizados durante o período de internação hospitalar; X - cobertura obrigatória para os seguintes procedimentos considerados especiais cuja necessidade esteja relacionada à continuidade da assistência prestada em nível de internação hospitalar: a) hemodiálise e diálise peritoneal - CAPD; b) quimioterapia oncológica ambulatorial, como definida no inciso XI do artigo 20 desta Resolução e os medicamentos para tratamento antineoplásico domiciliar de uso oral; (Redação dada pelo RN nº 349, de 9 de maio de 2014) c) procedimentos radioterápicos previstos no Anexo I desta Resolução para as segmentações ambulatorial e hospitalar; d) hemoterapia; e) nutrição parenteral ou enteral; f) procedimentos diagnósticos e terapêuticos em hemodinâmica descritos nos Anexos desta Resolução Normativa; g) embolizações listadas nos Anexos desta Resolução Normativa; h) radiologia intervencionista; 19 i) exames pré-anestésicos ou pré-cirúrgicos; j) procedimentos de reeducação e reabilitação física listados nos Anexos da Resolução Normativa com Rol de Procedimentos da ANS; e h) acompanhamento clínico no pós-operatório imediato, mediato e tardio dos pacientes submetidos aos transplantes listados nos Anexos da referida Resolução ANS, exceto fornecimento de medicação de manutenção. § 1º Para fins do disposto no inciso deste artigo, deve ser observado o seguinte: I - cabe ao médico ou cirurgião dentista assistente a prerrogativa de determinar as características (tipo, matéria-prima e dimensões) das órteses, próteses e materiais especiais - OPME necessários à execução dos procedimentos contidos nos Anexos da Resolução Normativa com Rol de Procedimentos da ANS; II - o profissional requisitante deve, quando assim solicitado pela operadora de plano privado de assistência à saúde, justificar clinicamente a sua indicação e oferecer pelo menos 03 (três) marcas de produtos de fabricantes diferentes, quando disponíveis, dentre aquelas regularizadas junto à ANVISA, que atendam às características especificadas; III - em caso de divergência clínica entre o profissional requisitante e a operadora, a decisão caberá a um profissional escolhido de comum acordo entre as partes, com as despesas arcadas pela operadora; e IV - o profissional requisitante pode recusar até três nomes indicados por parte da operadora para composição da junta médica. § 2º Para fins do disposto no inciso IX deste subitem, o imperativo clínico caracteriza-se pelos atos que se impõem em função das necessidades do beneficiário, com vistas à diminuição dos riscos decorrentes de uma intervenção, observadas as seguintes regras: I - em se tratando de atendimento odontológico, o cirurgião-dentista assistente e/ou o médico assistente

irá avaliar e justificar a necessidade do suporte hospitalar para a realização do procedimento odontológico, com o objetivo de garantir maior segurança ao paciente, assegurando as condições adequadas para a execução dos procedimentos, assumindo as responsabilidades técnicas e legais pelos atos praticados; e II - os honorários do cirurgião-dentista e os materiais odontológicos utilizados na execução dos procedimentos odontológicos ambulatoriais que, nas situações de imperativo clínico, necessitem ser realizados em ambiente hospitalar, não estão incluídos na cobertura da segmentação hospitalar e plano referência. 9.6 O Plano Hospitalar com Obstetrícia compreende toda a cobertura definida no artigo 21 da Resolução nº 338/2013 da ANS, acrescida dos procedimentos relativos ao pré-natal, da assistência ao parto e puerpério, observadas as seguintes exigências: I - cobertura das despesas, incluindo paramentação, acomodação e alimentação, relativas ao acompanhante indicado pela mulher durante: a) pré-parto; b) parto; e c) pós-parto imediato por 48 horas, salvo contra-indicação do médico ou até 10 dias, quando indicado pelo médico assistente; 20 II - cobertura assistencial ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do beneficiário, ou de seu dependente, durante os primeiros 30 (trinta) dias após o parto; e III - opção de inscrição assegurada ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do beneficiário, como dependente, isento do cumprimento dos períodos de carência, desde que a inscrição ocorra no prazo máximo de 30 (trinta) dias do nascimento ou adoção. 9.6.1 Para fins de cobertura do parto normal listado nos Anexos, este procedimento poderá ser realizado por enfermeiro obstétrico habilitado, conforme legislação vigente, de acordo com o artigo 4º da Resolução com Rol de Procedimentos da ANS. 9.7. Nos atendimentos psiquiátricos: 9.7.1. Nos tratamento dos transtornos psiquiátricos codificados na CID-10, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução do CONSU nº 11, de 1998 e normas complementares incluídas os procedimentos médicos necessários ao atendimento das lesões auto-infringidas, compreendendo: a) o custeio integral de até 30 (trinta) dias de internação, por ano de contrato/convênio, não cumulativos, contínuos ou não, em hospital psiquiátrico ou em unidade ou enfermaria psiquiátrica em hospital geral, para portadores de transtornos psiquiátricos em situação de crise; b) o custeio integral de até 15 (quinze) dias de internação, por ano de contrato/convênio não cumulativos, contínuos ou não, em hospital geral, para pacientes portadores de quadros de intoxicação ou abstinência provocados por alcoolismo ou outras formas de dependência química que necessitem de hospitalização; c) atendimentos clínicos ou cirúrgicos decorrentes de transtornos psiquiátricos, incluídos os procedimentos médicos necessários ao atendimento das lesões auto-infringidas; d) e todos os demais casos previstos na Resolução CONSU nº 11, de novembro de 1998; e) o custeio parcial, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de internação, por ano de contrato/convênio, não cumulativos, contínuos ou não, em hospital psiquiátrico ou em unidade ou enfermaria psiquiátrica em hospital geral, para portadores de transtornos psiquiátricos em situação de crise, com co-participação do Beneficiário Titular de 30% (trinta por cento); f) o custeio parcial, a partir do 16º (décimo sexto) dia de internação, por ano de contrato/convênio, não cumulativos, contínuos ou não, em hospital geral, para pacientes portadores de quadros de intoxicação ou abstinência provocados por alcoolismo ou outras formas de dependência química que necessitem de hospitalização, com co-participação do Beneficiário Titular de 30% (trinta por cento); g) a cobertura de 8 (oito) semanas anuais de tratamento em regime de hospital-dia para portadores de transtornos psiquiátricos em situação de crise, sendo estendida a 180 (cento e oitenta) dias, por ano, para os diagnósticos F00 a F09, F20 a F29, F70 a F79 e F90 a F98 relacionados na CID-10

Rio dos Cedros

PREFEITURA

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 187/2017 DE 07/11/2017 DATA: 14/06/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: NERA DISTRIBUIDORA DE PROD. AGROP. LTDA ME (ND MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO) OBJETO: ACRESCIMO DO ITE

Publicação Nº 1667627

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 187/2017 DE 07/11/2017
DATA: 14/06/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço
CONTRATO: NERA DISTRIBUIDORA DE PROD. AGROP. LTDA ME (ND MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO)
OBJETO: ACRESCIMO DO ITEM 10
INÍCIO: 14/06/2018 TÉRMINO: 07/11/2018
VALOR: R\$ 215,00 (duzentos e quinze reais)

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 37/2018 DE 28/02/2018 DATA: 03/05/2018 PROCESSO LICITATÓRIO CREDENCIAMENTO Nº 47/2017. CONTRATO: JAIR JOSÉ BARBOSA DOS SANTOS MEI OBJETO PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Publicação Nº 1667619

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 37/2018 DE 28/02/2018
DATA: 03/05/2018
PROCESSO LICITATÓRIO CREDENCIAMENTO Nº 47/2017.
CONTRATO: JAIR JOSÉ BARBOSA DOS SANTOS MEI
OBJETO PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA
INÍCIO: 03/05/2018
TÉRMINO: 03/05/2019
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório DE Credenciamento nº 47/2017

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 018/2017 DE 03/02/2017 DATA: 25/06/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR LOTE JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: M1 GEOTECNOLOGIA E CADASTRO IMOBILIARIO LTDA OBJETO: REVOGAÇÃO DA SUSPENSÃO CONTRATUAL E RET

Publicação Nº 1667614

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 018/2017 de 03/02/2017
DATA: 25/06/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Lote JULGAMENTO: Menor Preço
CONTRATO: M1 GEOTECNOLOGIA E CADASTRO IMOBILIARIO LTDA
OBJETO: REVOGAÇÃO DA SUSPENSÃO CONTRATUAL E RETOMADA DE SUA EXECUÇÃO
INÍCIO: 25/06/2018
TÉRMINO: 25/06/2019
VALOR: VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 013/2017

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 122/2017 DE 26/06/2017 DATA: 25/06/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: MODELO PNEUS LTDA, OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGENCIA

Publicação Nº 1667623

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 122/2017 de 26/06/2017
DATA: 25/06/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por item - JULGAMENTO: Menor Preço
CONTRATO: MODELO PNEUS LTDA,
OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGENCIA
INÍCIO: 26/06/2018
TÉRMINO: 26/06/2019
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº61/2017

2º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 181/2016 DE 17/11/2016 DATA: 08/05/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM, JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: CEK INFORMÁTICA LTDA ME OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Publicação Nº 1667671

2º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 181/2016 de 17/11/2016

DATA: 08/05/2018

Processo Licitatório Nº 91/2016. Modalidade: Pregão Presencial Tipo Comparação: Por Item, Julgamento: Menor Preço

CONTRATO: CEK INFORMÁTICA LTDA ME

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 13/05/2018

TÉRMINO: 13/10/2018

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 91/2016.

2º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 182/2016 DE 17/11/2016 DATA: 08/05/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM, JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Publicação Nº 1667681

2º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 182/2016 de 17/11/2016

DATA: 08/05/2018

Processo Licitatório Nº 91/2016. Modalidade: Pregão Presencial Tipo Comparação: Por Item, Julgamento: Menor Preço

CONTRATO: IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 13/05/2018

TÉRMINO: 13/10/2018

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 91/2016.

2º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2018 DE 02/01/2018 DATA: 04/05/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: POSTO CAMINHO DOS LAGOS OBJETO: RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS

Publicação Nº 1667685

2º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2018 de 02/01/2018

DATA: 04/05/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: POSTO CAMINHO DOS LAGOS

OBJETO: RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS

INÍCIO: 04/05/2018

TÉRMINO: 02/01/2019

VALOR: Nos termos Da cláusula Primeira deste Aditivo

3º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2018 DE 02/01/2018 DATA: 28/06/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: POSTO CAMINHO DOS LAGOS OBJETO: RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS

Publicação Nº 1667693

3º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2018 de 02/01/2018

DATA: 28/06/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: POSTO CAMINHO DOS LAGOS

OBJETO: RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS

INÍCIO: 28/06/2018

TÉRMINO: 02/01/2019

VALOR: Nos termos Da cláusula Primeira deste Aditivo.

3º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019/2018 DE 08/02/2018 DATA: 27/06/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2018 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP OBJETO: READEQUAÇÃO DE VALOR DO LEITE LONGA VIDA

Publicação Nº 1667697

3º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019/2018 de 08/02/2018

DATA: 27/06/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2018 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item - JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP

OBJETO: READEQUAÇÃO DE VALOR DO LEITE LONGA VIDA

INÍCIO: 27/06/2018

TÉRMINO: 08/02/2019

VALOR: Nos termos Da Cláusula Segunda deste Termo Aditivo.

5º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 026/2009 DE 06/07/2009 DATA: 14/06/2018 JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2009 CONTRATO: LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGENCIA ALUGUEL RODOVIÁRIA

Publicação Nº 1667700

5º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 026/2009 DE 06/07/2009

DATA: 14/06/2018

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2009

CONTRATO: LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGENCIA ALUGUEL RODOVIÁRIA

INÍCIO: 30/06/2018 TÉRMINO: 30/06/2020

VALOR: 2,9254 UFM's

MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS - EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 42/2018 - TIPO DO JULGAMENTO: MENOR PREÇO - TIPO DE COMPARAÇÃO: POR LOTE, COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM

Publicação Nº 1668311

MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 42/2018

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Lote

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 11/07/2018 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 11/07/2018 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 28 de junho de 2018.

ANTONIO VALCIR BERTELLI

Diretor de Esportes

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 046/2018

Publicação Nº 1666904

DECRETO Nº 046/2018, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.623/2018 de 19.03.2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar Especial no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Projeto/Atividade: 2.042 – MAN. DA ATENÇÃO BASICA VARIÁVEL
Modalidade de Aplicação: 3190.00 – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 70.000,00
Fonte: 1138.000000
RED: 17

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito indicado no artigo anterior serão anuladas as seguintes dotações especificadas:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Projeto/Atividade: 2.042 – MAN. DA ATENÇÃO BASICA VARIÁVEL
Modalidade de Aplicação: 3390.00 – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 70.000,00
Fonte: 1138.000000
RED: 22

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 25 de Junho de 2018.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2018

Publicação Nº 1666903

DECRETO Nº 045/2018, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.623/2018 de 19.03.2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar Especial no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.010 – MAN. DO ENSINO FUNDAMENTAL
Modalidade de Aplicação: 3190.00 – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 50.000,00
Fonte: 1119.000000
RED: 43

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito indicado no artigo anterior serão anuladas as seguintes dotações especificadas:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.010 – MAN. DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 3190.00 – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 50.000,00

Fonte: 1118.000000

RED: 42

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 25 de Junho de 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

LEI Nº 1.639, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1668135

LEI Nº 1.639, DE 28 de JUNHO de 2018.

INSTITUI CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA Prefeita do Município de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída a Contribuição de Melhoria decorrente da realização de obras públicas, tendo em vista a execução da pavimentação asfáltica de parte da "Rua Carlos Gomes" (entre a Rua João Domingos Cantú até a Rua Pedro Violo) e parte da "Rua Pedro Vígolo" (entre a Rua Papa João XXIII até a Rua Florianópolis), situadas no Bairro do Escolar, neste município.

Art. 2º. O Poder Executivo fará publicar edital com os seguintes elementos:

- I - Memorial descritivo do projeto;
- II - Orçamento do custo total ou parcial da obra;
- III - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;
- IV - Delimitação da zona beneficiada;
- V - Relação de todos os imóveis atingidos pela contribuição de melhoria;
- VI - Prazo e condições de pagamento;
- VII - Fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação;
- VIII - Percentual de participação do Município;
- IX - Parcela de contribuição de melhoria, referente a cada imóvel beneficiado, na forma do plano de rateio.

§ 1º. O edital poderá ser publicado após a realização parcial ou total da obra, porém, obrigatoriamente, antes da efetiva cobrança da contribuição de melhoria do contribuinte.

§ 2º. As impugnações deverão ser dirigidas à Administração em petição fundamentada, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 3º. A petição do parágrafo anterior, com fins de impugnar o edital, suspenderá os efeitos do mesmo sobre o requerente enquanto não for julgado o mérito, sendo vedada à cobrança da contribuição de melhoria durante a suspensão.

§ 4º. Uma vez julgada a petição nas instâncias administrativas cabíveis só poderá o interessado recorrer na esfera judicial.

§ 5º. Não será novamente atualizado o valor devido pela contribuição de melhoria, após a publicação do edital, mesmo quando a impugnação para um dos requerentes seja julgada procedente.

§ 6º. No prazo da impugnação o contribuinte poderá reclamar sobre:

- I - Erro na localização e metragem da testada do imóvel;
- II - Divergência sobre os materiais citados no memorial descritivo e os aplicados;
- III - Valor da parcela da Contribuição de Melhoria;
- IV - Divergência sobre a valorização imobiliária decorrente da obra pública;

Art. 3º. A contribuição de melhoria tem como fato gerador a valorização direta dos imóveis privados decorrentes de obras públicas executadas pelo Município, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual, o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo único. A contribuição de melhoria relativa a cada imóvel será determinada pela valorização imobiliária decorrente da execução da obra, tendo como limite o custo da obra, conforme previsto no §1º, do artigo 82 do Código Tributário Nacional.

Art. 4º. Por ocasião da obra, cada contribuinte ou responsável será notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seus pagamentos e dos elementos que integraram o respectivo cálculo.

Art. 5º. Os pagamentos da contribuição ora instituída, poderão ser realizados a partir do ano subsequente à execução da obra, conforme artigo 3º, nas seguintes condições:

- I – PLANO A: Pagamento à vista ou até 3 (três) parcelas, com o custo do metro quadrado de R\$ 12,00 (doze reais);
- II – PLANO B: Pagamento em 4 (quatro) até 6 (seis) parcelas mensais e sucessivas, com o custo do metro quadrado de R\$ 14,00 (catorze reais);
- III – PLANO C: Pagamento em 7 (sete) a 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, com o custo do metro quadrado de R\$ 16,00 (dezesesseis reais);

reais).

Art. 6º. O Município fica autorizado a suplementar crédito adicional especial se necessário, para suportar os custos da execução desta obra pública.

Art. 7. As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria constante no orçamento.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 28 de junho de 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

EDIVAR ANTONIO DONADEL

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Santa Cecília

PREFEITURA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2018

Publicação Nº 1668264

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2018

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizou DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2018 em prol do CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIM CATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32, visando entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo Município de Santa Cecília ao CIMCATARINA para atendimento do objeto do Contrato de Programa, relativo ao Rateio Fixo das Despesas para desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas - PROLICITA, previamente aprovado em Assembleia Geral do Consórcio, para o exercício de 2018, na ação: Desenvolvimento e Gestão de Contratações Compartilhadas Licitação Pública. O valor a ser pago é de R\$ 20.862,00 (vinte mil oitocentos e sessenta e dois reais). Fundamentação legal: Art.24, Inciso XXVI da Lei nº 8.666/93.

Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min as 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032.

E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br ,site: www.santacecilia.sc.gov.br.

Santa Cecília, 28 de Junho de 2018.
Alessandra Aparecida Garcia
Prefeita Municipal

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 26/2018

Publicação Nº 1667158

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PARA O PROGRAMA MERENDA ESCOLAR) E MATERIAL DE HIGIENE.

Data, Horário e Local de Abertura: 12 de julho de 2018, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000 ou pelo

e-mail licitacao@santarosadelima.sc.gov.br.

Santa Rosa de Lima, 28 de junho de 2018.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO ABERTURA PR 064/2018

Publicação Nº 1668468

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Aviso de Abertura de Edital

Licitação nº 064/2018 – PR 064/2018

Fica alterado para a entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 11h00min do dia 06 de Julho de 2018, início da sessão com credenciamento até 08h45min do dia 09 de julho de 2018 e abertura dos envelopes e julgamento até 09h00min do dia 09 de Julho de 2018. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp Nº 400, Centro, Fone: (0xx48) 534-1113 e e-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br, das 08h00min as 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Santa Rosa do Sul, 28 de Junho de 2018.
Nelson Cardoso de Oliveira.
Prefeito Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 066/2018 PR

Publicação Nº 1668485

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC
Edital de Licitação nº 066/2018 – Pregão Presencial nº 066/2018

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PESSOA FÍSICA PARA AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO AUTOMOTOR USADO, SEDAN, ANO 2010 A 2012 PARA A UNIDADE INTEGRADA DE SAÚDE. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 09h15min do dia 11 de Julho de 2018. Início com abertura dos envelopes e julgamento às 09h30min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul. Fone:(0xx48)3534-1113. E-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 28 de Junho de 2018.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N 94/2018

Publicação Nº 1668540

DECRETO Nº 084/2018

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1360/2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1360, de 05 de Dezembro de 2017, no valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Dpto de Educação				
123610018.2.012000 Manutenção do Transporte Escolar				
53	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, de que trata a Lei nº 1360, de 05 de Dezembro de 2017, no valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a seguir especificados:

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Dpto de Educação				
123610018.2.012000 Manutenção do Transporte Escolar				
52	0101	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 26 de Junho de 2018.
DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

DECRETO MUNICIPAL N 95/2018

Publicação Nº 1668543

DECRETO Nº 095/2018

ALTERA O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Derli Furtado, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso VII, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que o futebol é o principal esporte no nosso país, sendo, ainda, representativo maior do direito ao lazer (art. 6º, da CF), bem como símbolo de manifestação cultural brasileira (art. 216, da CF);

CONSIDERANDO que há uma tradição nacional para que nos dias de jogos do Brasil em Copas do Mundo ocorram alterações no expediente de órgãos públicos, de modo a compatibilizar a adequada prestação do serviço público, permitindo a todos os servidores públicos a oportunidade de assistirem as partidas da seleção brasileira;

DECRETA

Art. 1º No dia 02 de julho de 2018 jogo da oitavas de finais da seleção brasileira na Copa do Mundo - Rússia 2018, o expediente da Administração Direta e Indireta do Município de Santa Terezinha do Progresso, SC, excepcionalmente, será das 07h30min às 10h30min e das 13h30 as 17h00 (horário de Brasília);

Art. 2º No período em que perdurar o horário especial de atendimento ao público, será disponibilizado aos usuários da Secretaria Municipal de Saúde Pública, plantão, onde os pacientes com necessidades médicas serão encaminhados a hospitais da região.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 29 de Junho de 2018.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

PORTARIA MUNICIPAL N 76/2018

Publicação Nº 1668547

PORTARIA Nº 076/2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Concede licença Maternidade à funcionária ANDRÉIA RODRIGUES, Matrículas 13013/03, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental, carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, pelo período de 120 dias a contar do dia 20 de junho de 2018 até 17 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 20 de junho de 2018.

Santa Terezinha do Progresso, SC, 26 de junho de 2018.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2018

Publicação Nº 1667044

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2018

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA PARA SECRETARIAS DIVERSAS.

CONFORME TERMO DE REFERENCIA. PERÍODO DE 12 MESES.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 17/07/2018

Início da sessão: dia 17/07/2018, às 09h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e saobentodosul.atende.net. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, ou através do telefone (47) 3631 6125.

São Bento do Sul, 21 de junho de 2018.

ROSEMARI IVANE STRACK CANDIDO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

PAULO ZWIEFKA

SECRETARIO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES

SECRETARIO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

NILVA MARLI LARSEN HOLZ

CHEFE DE GABINETE

MARGARETH BAYER KEISER

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ROSILANE ZÉLIA DOS SANTOS

SECRETARIA DE FINANÇAS

ALISSON ANTONIO HASTREITER

SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

GIANCARLO GROSSI

PROCURADOR

ADELINO DENK

SECRETARIO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

PREGOEIRA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2018

Publicação Nº 1667878

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2018
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, torna público, para quem possa interessar, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, Decreto nº 0406, de 10 de julho de 2017, que receberá até às 13:30 horas do dia 20 de julho de 2018, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SECRETARIAS DIVERSAS. PARA UM PERÍODO DE 12(DOZE) MESES.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47)3631-6125 ou retirar o Edital completo através do site saobentodosul.atende.net.

São Bento do Sul, 27 de junho de 2018.

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO
Secretária de Assistência Social

NILVA MARLI LARSEN HOLZ
Chefe de Gabinete

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI
Pregoeira Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2018 - FMS

Publicação Nº 1667047

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2018 FMS
Menor preço por item

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, Decreto nº 0406, de 10 de julho de 2017, que receberá até às 13:30 horas do dia 18 de julho de 2018, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (MARMITAS E LANCHES) PARA O CAPS, PROGRAMA DE BEM COM A VIDA E CAMPANHAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6199 ou retirar o Edital completo através do site: saobentodosul.atende.net

São Bento do Sul, 26 de junho de 2018.

CARLA ELOISE MÜLBAUER
Pregoeira Municipal

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2018

Publicação Nº 1667203

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 105/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, torna público para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, RETIFICAR O EDITAL Nº 105/2018, com o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS E FILTROS COM TROCA PARA A FROTA DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL CONFORME ANEXO. Retificamos o Edital de Pregão Presencial nº 105/2018 com base no Decreto nº 0972/2018 do dia 15/06/2018, devido aos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo 2018, para que essa produza seus efeitos conforme Lei fica marcada a ABERTURA do Edital no dia 02 DE JULHO DE 2018, sendo que o recebimento dos envelopes documentação e proposta serão até as 15:30 horas e a abertura as 15:45 horas, entenda-se, portanto retificado o acima exposto.

São Bento do Sul, 28 de Junho de 2018.

ROSEMARI IVANE STRACK CANDIDO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

PAULO ZWIEFKA
SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

ALISSON ANTONIO HASTREITER
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA

NILVA MARLI LARSEN HOLZ
CHEFE DE GABINETE

ADELINO DENK
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

MARGARETH BAYERL KEISER
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
PREGOEIRO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 090/2018

Publicação Nº 1667894

EXTRATO DO CONTRATO Nº 090/2018

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SENAC – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL EM SANTA CATARINA.

DO OBJETO: Contratação de empresa para realização de curso de informática para maturidade, com o objetivo de proporcionar fundamentação em operações básicas em sistema operacional cliente e aplicativos de edição de texto, apresentação de slides e comunicação na internet através das redes sociais para uso pessoal e profissional do idoso, conforme anexos na Dispensa de Licitação nº 85/2018.

ESPECIFICAÇÃO	CARGA HORÁRIA	INVESTIMENTO
Curso de informática para maturidade – até 25 vagas.	72 horas aulas de 50 minutos	R\$ 15.755,00
TOTAL:		R\$ 15.755,00

DO VALOR: R\$ 15.755,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 15 de junho de 2018 a 14 de dezembro de 2018.

São Bento do Sul, 29 de maio de 2018.

ASS: FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

SENAC - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL EM SANTA CATARINA, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 091/2018

Publicação Nº 1667898

EXTRATO DO CONTRATO Nº 091/2018

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SENAC – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL EM SANTA CATARINA.

DO OBJETO: Contratação de empresa para curso profissionalizante para formar cuidadores de idosos, com competência para atuar e intervir em seu campo de trabalho, com foco no bem estar do idoso, conforme anexos na Dispensa de Licitação nº 91/2018.

ESPECIFICAÇÃO	CARGA HORÁRIA	INVESTIMENTO
Curso para cuidadores de idosos – até 30 vagas.	160 horas aulas de 50 minutos	R\$ 34.720,00
TOTAL:		R\$ 34.720,00

DO VALOR: R\$ 34.720,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 de junho de 2018 a 14 de dezembro de 2018.

São Bento do Sul, 29 de maio de 2018.

ASS: FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

SENAC - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL EM SANTA CATARINA, como Contratada.

PORTARIA Nº 4786/2018

Publicação Nº 1667245

PORTARIA Nº 4786, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

Opera remoção de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, nos termos do art. 51, da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

REMOVER, por acordo, a partir de 25 de junho de 2018, a servidora pública JOICE RUDNICK LINZMEYER, ocupante do cargo de Telefonista, do quadro de servidores do Gabinete do Prefeito para o quadro da Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 27 de junho de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

RESOLUÇÃO Nº 001/2018 - SEMAS

Publicação Nº 1668044

RESOLUÇÃO Nº 001/2018 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO BENTO DO SUL NOS DIAS DOS JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DE 2018.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições, considerando ainda o disposto no artigo 2º do Decreto nº 0972, de 15 de junho de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º A Secretaria Municipal de Assistência Social de São Bento do Sul, durante os jogos da Seleção Brasileira de Futebol da Copa do Mundo de 2018, permanecerá com o expediente em horário normal quando o jogo da seleção acontecer as 11:00 horas e quando o jogo acontecer as 15:00 horas o horário permanecerá o mesmo do Decreto nº 0972, ou seja, 7:30 as 13:30 horas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de junho de 2018.

FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÂMARA MUNICIPAL**CONVITE Nº 001/2018**

Publicação Nº 1667396

AVISO DE LICITAÇÃO

CONVITE Nº 001/2018

A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO BENTO DO SUL, por meio da Comissão Permanente de Licitações, comunica que realizará, sob a modalidade supramencionada, licitação com as seguintes características:

OBJETO: contratação de empresa para o fornecimento de materiais e mão de obra para a cobertura dos acessos da Câmara Municipal, conforme projeto solicitado por esta casa de leis e apresentado pela Amunesc.

TIPO: Menor Preço Global.

DATAS, LOCAL E HORÁRIOS:

> As empresas não convidadas, mas interessadas em participar do certame, poderão retirar o CONVITE até 24 horas antes da data final da entrega dos envelopes de Habilitação e Proposta Comercial, mediante cadastramento prévio da empresa nos registros da Câmara de Vereadores.

> Todas as empresas interessadas deverão entregar os envelopes de Habilitação e Proposta Comercial até às 13h30, do dia 06 de agosto de 2018, junto à Comissão Permanente de Licitações, no seguinte endereço: Rua Vigando Kock, 69 – Centro – São Bento do Sul/SC.

> A abertura dos envelopes de Habilitação dar-se-á às 14 horas, do dia 07 de agosto de 2018, no endereço supramencionado.

> O Edital estará disponível no endereço acima referido, em horário comercial, ou poderá ser obtido na página oficial da Câmara Municipal, em www.cmsbs.sc.gov.br, ou, ainda, solicitado por e-mail, em compras@cmsbs.sc.gov.br.

> Outras Informações: pelo telefone (47) 3633-4037, com a presidência da Comissão de Licitações, ou por e-mail, em compras@cmsbs.sc.gov.br.

São Bento do Sul, 21 de junho de 2018.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente da Câmara de Vereadores de São Bento do Sul

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2018

Publicação Nº 1667398

PUBLICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2018

A Câmara Municipal de São Bento do Sul, através de seu Presidente torna pública a dispensa de licitação para contratação da empresa Jair Miranda ME, com base no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO: Limpeza interna e externa do veículo oficial da Câmara Municipal.

DO VALOR: R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais) – valor total.

São Bento do Sul, 13 de junho de 2018.

EDIMAR GERALDO SALOMON—Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

JAIR MIRANDA – pela Empresa Contratada

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – OBJETO: Limpeza interna e externa do veículo oficial da Câmara Municipal.

II – CONTRATADO: Jair Miranda ME.

III – CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO QUE JUSTIFICA A INEXIGIBILIDADE/DISPENSA: A dispensa de licitação para a contratação dos referidos serviços/materiais se funda no caput do art. 24, II e do art. 26 da Lei 8.666/93.

IV – RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR/EXECUTANTE: Tendo em vista a pesquisa de mercado apresentada, trata-se da proposta mais vantajosa, com o menor valor.

V – JUSTIFICATIVA DO PREÇO: O preço contratado unitário de R\$ 40,00 (quarenta reais), totalizando R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais), é compatível com os preços praticados no mercado, comprovados através de pesquisa com outros fornecedores.

Assim submeto a presente justificativa à autoridade competente, Vereador Edimar Geraldo Salomon, Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul.

TEODOMIRO KRZESINSKI – Presidente da Comissão Permanente de Licitação

RH. Ratifico a justificativa e determina a publicação no site da Câmara Municipal e, por extrato, no mural público e no Diário Oficial dos Municípios em, no máximo, 05 dias.

EDIMAR GERALDO SALOMON – Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2018

DA ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Jair Miranda ME.

DO OBJETO: Prestação de serviços de limpeza interna e externa no veículo oficial da Câmara Municipal.

DO VALOR: R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais).

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 29 de junho de 2018, encerrando-se em 28 de junho de 2019.

EDIMAR GERALDO SALOMON – Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

JAIR MIRANDA – pela Empresa Contratada

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS**PORTARIA IPRESBS Nº143/2018**

Publicação Nº 1668386

PORTARIA IPRESBS Nº 143/2018

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 096/2018, à servidora CIRO ALVES FILHO ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 01/06/2018 em virtude de óbito.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/06/2018.

São Bento do Sul, 08/06/2018

JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº144/2018

Publicação Nº 1668391

PORTARIA IPRESBS Nº. 144/2018

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/06/2018 a 30/09/2018, concedido ao servidor EDUARDO DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, através da Portaria IPRESBS nº. 040/2018, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/06/2018.

São Bento do Sul, 07/06/2018.

JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº145/2018

Publicação Nº 1668394

PORTARIA IPRESBS Nº. 145/2018

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 10/06/2018 a 08/07/2018, concedido ao servidor ANDERSON MARTENHUK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 114/2018, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10/06/2018.

São Bento do Sul, 07/06/2018.

JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 114, DE 28 DE JUNHO DE 2018.**

Publicação Nº 1667823

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 114, de 28 de junho de 2018.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor RUBENS AUERBACH, matrícula 461, ocupante do cargo de provimento efetivo de Leiturista, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 2/7/2018.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

São Bonifácio

PREFEITURA

PORTARIA Nº 409/2018

Publicação Nº 1668472

Portaria nº 409/2018.
Concede Licença Prêmio.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 123, combinado com o § 1º, da Lei nº 1271/2011 e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 4832/2018, deferido em 27/06/2018, RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO A ARNO AFONSO EICH, brasileiro, separado, ocupante do cargo de Jardineiro, nível 6.16-B, pelo período de 3 (três) meses, referente ao período de 09/07/2012 a 27/06/2018. Sendo que 2/3 para ser convertido em numerários nos meses de junho e julho de 2018, respectivamente, e o 1/3 restante para ser folgado a partir do dia 17 de dezembro de 2018.

São Bonifácio, 28 de junho de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

São Carlos

PREFEITURA

PORTARIA 072/2018

Publicação Nº 1667506

PORTARIA Nº 072/2018, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Carlos/SC, RUDI MIGUEL SANDER, no uso das atribuições previstas no art. 138 da Lei n. 009/2013,

RESOLVE

Art. 1º Designar Bruna Antonielli Cavalheiro Vargas, Assistente Social, Lotada na Secretaria de Saúde, Matrícula Funcional 1760, como presidente da comissão.

Marciana Paula Zilio, Psicóloga, lotada no CAPS, Matrícula Funcional 2843.

Adriana Maria Thesing, assistente social, lotada no CRAS, Matrícula Funcional 2623.

Maria Dolores Feil, Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, Matrícula Funcional 179, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar destinada a apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias (art. 147, da Lei 009/2013), os fatos de que trata o Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2018, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 073/2018

Publicação Nº 1667504

PORTARIA Nº 073/2018, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Carlos/SC, RUDI MIGUEL SANDER, no uso das atribuições previstas no art. 138 da Lei n. 009/2013,

RESOLVE

Art. 1º Designar Leonardo Luis Martins, Contador, Lotado na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, Matrícula Funcional 2853, como Presidente da Comissão.

João Carlos Huppkes, Secretário da Junta do Serviço Militar, Lotado na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, Matrícula Funcional 6.

Tamires Carre Konzen, Engenheira Agrônoma, Lotada na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Matrícula Funcional 2789.

Marceli Inês Klein, Professora, Lotada na Secretaria de Educação, Matrícula Funcional 1047, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar destinada a apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias (art. 147, da Lei 009/2013), os fatos de que trata o Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2018, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 074/2018

Publicação Nº 1667503

PORTARIA Nº 074/2018, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Carlos/SC, RUDI MIGUEL SANDER, no uso das atribuições previstas no art. 138 da Lei n. 009/2013,

RESOLVE

Art. 1º Designar Elaine Maria Nicolai Eckert, Enfermeira, Lotada na Secretaria de Saúde, Matrícula Funcional 1168, como presidente da comissão.

Franciéle Regina Frohlich, Agente Administrativa, Lotada na Secretaria de Saúde, Matrícula Funcional 1764.

Fabiane Andreia Parisotto, Farmacêutica, Lotada na Secretaria de Saúde, Matrícula Funcional 1597.

Marlene Alexius Diel, Professora, Lotada na Secretaria de Educação, Matrícula Funcional 1020, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar destinada a apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias (art. 147, da Lei 009/2013), os fatos de que trata o Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2018, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO MUNICIPAL

São Cristóvão do Sul

PREFEITURA

EDITAL 30/2018

Publicação Nº 1667897

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO 30/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2018

O Município de São Cristóvão do Sul – SC torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2018, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: Aquisição de uniformes escolares para secretaria educação.

Vencimento: 12/07/2018 as 14:00 (quatorze horas)

Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 ou pelo site: www.saocristovao.sc.gov.br ou pelo e-mail: toniel@saocristovao.sc.gov.br. SISI BLIND - Prefeita Municipal

São Francisco do Sul

PREFEITURA

LEI Nº 2.031/2018

Publicação Nº 1667080

LEI Nº 2.031, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

ALTERA A LEI Nº 1.885, DE 24 DE JULHO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL PARA O QUADRIÊNIO 2018/2021.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar as disposições do Programa 03 do Anexo V - Programas e Ações por Secretaria da Lei nº 1.885 de 24 de julho de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2018/2021, conforme segue:

I – reduz a meta Financeira na Ação 2084 – Manutenção das Atividades Administrativas da Gerência de Habitação e Assuntos Fundiários, da fonte de recurso 01340000 – Transferências convênios-união o valor de R\$ 19.000,00, no exercício de 2018.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar as disposições do Programa 07 no Anexo V - Programas e Ações por Secretaria, da Lei nº 1.885 de 24 de julho de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual Para o quadriênio de 2018/2021, conforme segue:

I – reduz a meta Financeira na Ação 1012 – Infraestrutura Turística - Implantação, Revitalização das Orlas das Praias, da fonte de recurso 01340000 – Transferências convênios-união o valor de R\$ 45.000,00, no exercício de 2018;

II – reduz a meta financeira da Ação 1025 – Infraestrutura para a Pesca, na fonte de recurso 01340000 – Transferências convênios-união o valor de R\$ 70.000,00, no exercício de 2018;

III – reduz a meta financeira da Ação 1030 – Revitalização e Urbanização das Vias Vicinais, na fonte de recurso 01340000 – Transferências convênios-união o valor de R\$ 70.000,00, no exercício de 2018;

VI – reduz a meta financeira da Ação 2043 – Manutenção das Atividades da Gerencia de Turismo, na fonte de recurso 01340000 – Transferências convênios-união o valor de R\$ 140.000,00, no exercício de 2018.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar as disposições do Programa 10 no Anexo V - Programas e Ações por Secretaria, da Lei nº 1.885 de 24 de julho de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual Para o quadriênio de 2018/2021, conforme segue:

I – reduz a meta financeira da Ação 2087 – Manutenção do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, na fonte de recurso 01340000 – Transferências convênios-união o valor de R\$ 45.000,00, no exercício de 2018;

II – reduz a meta financeira da Ação 1016 – Projeto Habitacionais, na fonte de recurso 01340000 – Transferências convênios-união, o valor de R\$ 365.000,00, no exercício de 2018.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar as disposições do Programa 12 no Anexo V - Programas e Ações por Secretaria, da Lei nº 1.885 de 24 de julho de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual Para o quadriênio de 2018/2021, conforme segue:

I – inclui na Ação 1013 – Executar a Pavimentação de ruas com preferência ensaibradas ou deterioradas, o valor de R\$ 545.000,00 com a fonte de recurso 01340000 – Transferências convênios-união, no exercício de 2018.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar as disposições do Programa 13 no Anexo V - Programas e Ações por Secretaria, da Lei nº 1.885 de 24 de julho de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual Para o quadriênio de 2018/2021, conforme segue:

I – inclui na Ação 1017 – Mapeamento das áreas Ambientais o valor R\$ 258.000,00 com a fonte de recurso 01340000 – Transferências convênios-união, no exercício de 2018;

II – reduz a meta financeira da Ação 2095 – Manutenção Ambiental, na fonte de recurso 01340000 – Transferências convênios-união o valor de R\$ 49.000,00, no exercício de 2018.

Parágrafo único. As alterações constantes estão no Anexo de Programa da presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 27 de junho de 2018.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

GABRIEL DANIEL CONORATH
Secretário Municipal de Meio Ambiente

LEI Nº 2.032/2018

Publicação Nº 1667084

LEI Nº 2.032, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

ALTERA LEI Nº 1.905, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar as disposições do Programa 03, no Anexo II Metas e Prioridades da Lei nº 1.905 de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias Para o Exercício Financeiro de 2018, conforme segue:

I – reduz a meta Financeira na Ação 2084 – Manutenção das Atividades Administrativas da Gerência de Habitação e Assuntos Fundiários, da fonte de recurso 01340000 – Transferências convênios-união o valor de R\$ 19.000,00.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar as disposições do Programa 07, no Anexo II Metas e Prioridades da Lei nº 1.905 de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias Para o Exercício Financeiro de 2018, conforme segue:

I – reduz a meta Financeira na Ação 1012 – Infraestrutura Turística - Implantação, Revitalização das Orlas das Praias, da fonte de recurso 01340000 – Transferências convênios-união o valor de R\$ 45.000,00;

II – reduz a meta financeira da Ação 1025 – Infraestrutura para a Pesca, na fonte de recurso 01340000 – Transferências convênios-união o valor de R\$ 70.000,00;

III – reduz a meta financeira da Ação 1030 – Revitalização e Urbanização das Vias Vicinais, na fonte de recurso 01340000 – Transferências convênios-união o valor de R\$ 70.000,00;

VI – reduz a meta financeira da Ação 2043 – Manutenção das Atividades da Gerencia de Turismo, na fonte de recurso 01340000 – Transferências convênios-união o valor de R\$ 140.000,00.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar as disposições do Programa 10, no Anexo II Metas e Prioridades da Lei nº 1.905 de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias Para o Exercício Financeiro de 2018, conforme segue:

I – reduz a meta financeira da Ação 2087 – Manutenção do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, na fonte de recurso 01340000 – Transferências convênios-união o valor de R\$ 45.000,00;

II – reduz a meta financeira da Ação 1016 – Projeto Habitacionais, na fonte de recurso 01340000 – Transferências convênios-união o valor de R\$ 365.000,00.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar as disposições do Programa 12, no Anexo II Metas e Prioridades da Lei nº 1.905 de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias Para o Exercício Financeiro de 2018, conforme segue:

I – inclui na Ação 1013 – Executar a Pavimentação de ruas com preferência ensaiadas ou deterioradas, o valor de R\$ 545.000,00 com a fonte de recurso 01340000 – Transferências convênios-união.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar as disposições do Programa 13, no Anexo II Metas e Prioridades da Lei nº 1.905 de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias Para o Exercício Financeiro de 2018, conforme segue:

I – inclui na Ação 1017 – Mapeamento das áreas Ambientais o valor R\$ 258.000,00, com a fonte de recurso 01340000 – Transferências convênios-união;

II – reduz a meta financeira da Ação 2095 – Manutenção Ambiental, na fonte de recurso 01340000 – Transferências convênios-união o valor de R\$ 49.000,00.

Parágrafo único. As alterações constantes estão no Anexo de Programa da presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 27 de junho de 2018.
RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

GABRIEL DANIEL CONORATH
Secretário Municipal de Meio Ambiente

PORTARIA Nº 14.955/2018

Publicação Nº 1667094

PORTARIA nº 14.955, de 27 de junho de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Desenvolvimento Social e da Cidadania, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017, e com o disposto na Lei nº 1.475, de 16 de abril de 2013, com as alterações da Lei nº 1.758, de 30 de setembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - DESTITUIR, a pedido, a servidora MARINÊS TEREZINHA QUADROS MACHADO DE SOUZA, matrícula nº 7887493.00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Executivo, do exercício da função gratificada de Coordenador de Ações de Organização do SUAS/SFS, a partir de 4 de junho de 2018.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 4 de junho de 2018.

São Francisco do Sul - SC, 27 de junho de 2018.

LUIZ ARNALDO MARTINS
Secretário Municipal

PP 113-2018

Publicação Nº 1667381

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 113/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 14.927 de 08 de junho de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 09h do dia 13 de julho de 2018, na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

1. DA LICITAÇÃO

1.1 – DO OBJETO

1.1.1. Aquisição de gêneros alimentícios para a organização do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, na cidade de São Francisco do Sul, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até às 09h do dia 13 de julho de 2018.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: Será às 09h do dia 13 de julho de 2018, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por Lote, nas propostas classificadas pelo (a) Pregoeiro (a).

3.4. PRAZO e LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	1401 – Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração
Projeto Atividade	2091 - Manutenção do Convênio Corpo de Bombeiros Militar
Elemento de Despesa	33903007 – Gêneros de Alimentação
Vínculo do Recurso	1800100 – Outras esp. Conv. Bomb. militar

4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI. Minuta do Contrato

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 08h às 14h, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br, no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, qualquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: pelo e-mail licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes da data marcada para abertura dos envelopes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex ou pelo e-mail licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br, devendo esta ser entregue ao Pregoeiro (a) até 02 (dois) dias antes da data marcada para abertura dos envelopes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro (a).

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br. Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designada outra data para realização do pregão.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

- e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;
- f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;
- g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 113/2018
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 113/2018
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato e endereço eletrônico (e-mail);

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;

c) indicação individualizada das características, marca (quando houver) e descrições de que os produtos sejam compatíveis com os que estejam sendo cotados e deverão estar de acordo com as exigências constantes dos Anexos I, não se admitindo propostas alternativas.

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.5. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

10.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.7. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.8. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração, respeitando-se o valor orçado.

12.6. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, por item proposto, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

12.7 O pregoeiro convocará a(s) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, detentora(s) da(s) proposta(s) de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao(s) valor(es) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), para que apresente(m) preço(s) inferior(es) ao(s) da(s) melhor(es) classificada(s), no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

12.8 A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do item 12.7.

12.9. Não havendo a apresentação de novo(s) preço(s), inferior(es) ao(s) preço(s) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 12.7

12.10. Caso a(s) detentora(s) da(s) melhor(es) oferta(s), de acordo com a classificação de que trata o item 12.6, seja(m) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação de preço(s).

12.11. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.12. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.13. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.14. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.15. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.16. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do Pregoeiro serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

14.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo IV, deste Edital);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- g) Declaração de inexistência de trabalhadores menores, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital.

14.1.2. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.
- b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- b.2. As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD.
- b.3. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;
- b.4. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante
Passivo Circulante

- b.5. No caso de licitação para fornecimento de bens para pronta entrega, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a

apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;

14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

b. Apresentar certificado ou alvará sanitário, emitido pelo órgão competente comprovando que a empresa licitante foi vistoriada pelo Serviço de Vigilância Sanitária.

14.2. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.3 A autenticação de documentos efetuada por servidor da administração somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.4. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.5. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.6. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.7. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.9.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover

quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro(a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A incorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail ou Fax-símile, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro (a) avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados a Autoridade Competente, para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro (a), ou, quando houver recurso pela própria Autoridade Competente, que decidirá quanto à contratação.

20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pela Autoridade Competente, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

- I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;
- II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;
- III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;
- IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;
- V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

21. DO PAGAMENTO

- 21.1. O pagamento dar-se-á à CONTRATADA por empenho, 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da nota fiscal e o respectivo comprovante da entrega do objeto.
- 21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.
- 21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.
- 21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser

cumulada com a penalidade de multa.

b) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.

c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.

d) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontada de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;

f) Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.

g) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.

h) Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.

i) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;

j) As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

j.1) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento

j.2) As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

22.3. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

22.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro da CONTRATADA.

22.5. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22.7. Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

22.8. Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica este ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescer ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 28 de junho de 2018.

DANIELE TIRONI

Secretária Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2018

1.OBJETO

Fornecimento parcelado de gêneros alimentícios para consumo no ano de 2018, para a organização do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina na cidade de São Francisco do Sul.

2. FINALIDADE

Contratação de empresas específicas em fornecimento de gêneros alimentícios.

3.JUSTIFICATIVA

A contratação justifica-se pela necessidade de adquirir gêneros alimentícios para as guarnições de serviço do Corpo de Bombeiros Militar em São Francisco do Sul.

4. OBJETO

LOTE 01

ITEM	UNIDADE	QUANTI-DA-DE ANO	VALOR UNITÁ-RIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	GÊNERO ALIMENTÍCIO ESPECIFICAÇÃO
01	kg	4	28,30	113,20	Bacon com fina capa de gordura
02	kg	26	11,59	301,34	Carne suína, corte tipo carré, resfriada
03	kg	24	12,23	293,52	Lingüiça toscana resfriada.
04	kg	8	13,41	107,28	Lingüiça calabresa resfriada.
05	kg	66	22,85	1.508,10	Carne bovina de 1ª qualidade, de Coxão Mole Moída.
06	KG	66	22,94	1.514,04	Carne bovina de 1ª qualidade, de coxão mole, cortado em bifes.
07	kg	13	28,48	370,24	Carne bovina, miolo de alcatra, peça, Carne bovina alcatra resfriada.
08	kg	8	44,32	354,56	Carne defumada de tipo charque
09	kg	46	10,48	482,08	Cortes congelados de frango, coxinhas das asas congelada separadamente.
10	kg	33	8,23	271,59	Sobrecoxa de frango, congelada separadamente.
11	kg	133	8,01	1.065,33	Peito de frango congelados.
12	kg	53	23,92	1.267,76	Presunto suíno cozido fatiado, resfriado.
13	kg	53	27,42	1.453,26	Queijo tipo mussarela,fatiado, resfriado.
14	kg	32	5,11	163,52	Batata palito, congelado, embalagem contendo no máximo 500g.

Valor total Estimado: R\$ 9.265,82

LOTE 02

ITEM	UNIDADE	QUANTI-DA-DE ANO	VALOR UNITÁ-RIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	GÊNERO ALIMENTÍCIO ESPECIFICAÇÃO

01	KG	600	8,66	5.196,00	Pães de trigo, 50 g – assados.
02	KG	166	13,66	2.267,56	Bolos sabores diversos, 800g – assados.

Valor total Estimado: R\$ 7.463,56

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento da presente licitação será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preço(s) apresentada(s) pela(s) empresa(s) vencedora(s) neste pregão, observado o que consta neste Edital e seus anexos, inclusive quanto a forma e condições de pagamento.

6.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, de acordo com o art. 40, inciso XIV, letra "a", da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, a contar da data de recebimento da Nota Fiscal.

6.2.1. Efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura:

6.2.1.1. Emitida em favor da contratante, CNPJ nº 83.102.269/0001-06, conforme uma das opções:

- em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

6.2.1.2. Ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos relacionados no DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deste Edital;

6.2.1.3. Constar em seu teor o número do Empenho, do Contrato, do Processo Licitatório e o endereço da OBM onde o material, ou serviço, foi fornecido;

6.2.1.4. Se for o caso, informar ser beneficiário da isenção do ICMS, excluindo do valor a ser pago pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul a parcela do numerário referente à isenção;

6.2.1.5. A apresentação da fatura ou nota fiscal contrariando estas exigências inviabilizará o pagamento e será a mesma devolvida, isentando-se a Contratante de quaisquer prejuízos que venha sofrer a Contratada;

7. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

7.1. Do local, prazo de entrega, garantia e outras exigências:

7.1.2. No ato da entrega, os produtos perecíveis deverão estar em condições para consumo imediato, e os não perecíveis devem estar com no mínimo 2/3 (dois terços) da validade total registrada na embalagem;

7.1.4. O fornecimento dos produtos perecíveis abaixo será realizado imediatamente ou em até 24 (Vinte e quatro) horas após o pedido, exceto se solicitado na sexta-feira, caso em que deverá ser entregue na segunda-feira próxima, e de acordo com a necessidade da contratante:

a) carnes (bovina, frango e suína) e frios;

7.1.5. O fornecimento dos pães (Lote 2) deverá ser realizado diariamente.

7.1.6. A fornecedora, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seus produtos, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório credenciado pelo Ministério da Agricultura ou habilitado pelo Ministério da Saúde, correndo estes custos por conta do fornecedor;

7.1.7. Os produtos, mesmo entregues, só serão considerados aceitos após a verificação da conformidade com a especificação editalícia e nota fiscal;

7.2. Os produtos cotados deverão atender aos critérios de qualidade disposto na legislação e em vigor no tocante aos parâmetros físico-químico, microfisiológico, microscópicos, análise sensorial e microtoxinas, quando for o caso.

7.3. É facultada à comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

08. Vigência

8.1. O prazo de vigência deste instrumento é de 12 (doze) meses a partir da assinatura do Contrato.

09. VALOR DA DESPESA

9.1. O Valor da despesa estimada em R\$ 16.729,38 (Dezesseis mil, setecentos e vinte e nove reais e trinta e oito centavos) para FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.

Daniele Tironi
Secretária Municipal de Seinfra

ANEXO I-A

QUADRO DE QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS.

LOTE 01				
ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE ANO	GÊNERO ALIMENTÍCIO	ESPECIFICAÇÃO
1	KG	4	Bacon com fina capa de gordura	BACON -Corte de carne de suíno aderida a pele da barriga do suíno de raça de corte entremeada de carne e e gordura devidamente preparada em Salmoura com Conservadores: Nitrato e Nitrito de Sódio, Antioxidante: Eritorbato de Sódio. Processo de defumação suave. Produzido e embalado em conformidade com as normas estabelecidas pela legislação vigente.
2	KG	26	Carne suína, corte tipo carré, resfriada	CARNE SUINA SALGADA - TIPO CARRE, EM PEDACOS SEM OSSO, CONSERVADA EM SAL, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO.
3	KG	24	Linguiça tipo toscana	LINGUIÇA - FRESCAL, TIPO TOSCANA, PREPARADA COM CARNE NAO MISTA, TOUCINHO E CONDIMENTOS, COM ASPECTO NORMAL, FIRME, SEM UMIDADE, NAO PEGAJOSA, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, MANTIDA EM TEMPERATURA E REFRIGERACAO ADEQUADA, ACONDICIONADA EM SACO DE POLIETILENO.
4	KG	8	Linguiça suína tipo calabresa	DEFUMADA, TIPO CALABRESA, PREPARADA COM CARNE NAO MISTA, TOUCINHO E CONDIMENTOS, COM ASPECTO NORMAL, FIRME, SEM UMIDADE, NAO PEGAJOSA, ISENTA D E SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, MANTIDA EM TEMPERATURA E REFRIGERACAO ADEQUADA, ACONDICIONADA EM SACO DE POLIETILENO.

5	KG	66	Carne bovina, de coxão mole, moída	CARNE BOVINA MOÍDA – COXÃO MOLE -Corte de novilho de primeira, proveniente da parte trazeira do boi conhecido como coxão mole. Sem sebo. Moída em sacos plásticos de aproximadamente 1kg, Produzido e embalado em conformidade com as normas da legislação sanitária vigente.
6	KG	66	Carne bovina, de coxão mole, cortado em bifes	CARNE BOVINA EM BIFES – COXÃO MOLE -Corte de novilho de primeira, proveniente da parte trazeira do boi conhecido como coxão mole. Sem sebo. Em formato de bife de aproximadamente 170 gramas, Produzido e embalado em conformidade com as normas da legislação sanitária vigente.
7	KG	13	Carne bovina, miolo de alcatra, peça	CARNE BOVINA, PEÇA – MIOLO DE ALCATRA -Corte de novilho de primeira, proveniente da parte trazeira do boi conhecido como MIOLO DE ALCATRA. Sem sebo. Em peças de aproximadamente 500 gramas, Produzido e embalado em conformidade com as normas da legislação sanitária vigente.
8	KG	8	Carne defumada de tipo charque	CARNE DEFUMADA - CHARQUE. Salgado, limpo, sem osso, embalado individualmente em saco plástico transparente e atóxico, acondicionado em sacos de ráfia ou caixas lacradas, limpas, secas, não violadas, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF e atender as especificações técnicas da NTA 04 do Decreto Estadual no 12.486 de 20/10/1978. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante.

9	KG	46	Coxinha da Asa de frango, congelada separadamente	COXINHA DAS ASAS DE FRANGO CONGELADA EM BANDEJAS DE 1 KG -Coxa reduzida e embalado em conformidade com as normas da legislação sanitária vigente. Acondicionadas em embalagens de 1kg. Validade mínima a contar da data de entrega: 6 meses.
10	KG	33	Sobrecoxa de frango, congelada separadamente	SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA EM BANDEJAS DE 1 KG -sobrecoxa reduzida e embalado em conformidade com as normas da legislação sanitária vigente. Acondicionadas em embalagens de 1kg. Validade mínima a contar da data de entrega: 6 meses.
11	KG	133	Peito de Frango, congelado.	Peito de frango congelados. Os produtos devem mostrar o peso nas embalagens confirmando o pedido feito. As carnes deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, devidamente fechados, higienizados e livres de qualquer sujidade, pesando no máximo 2 Kg por pacote para facilitar o recebimento, descongelamento e a conferência da mercadoria. Cada pacote de carne deverá conter o peso confirmando o pedido feito.
12	KG	53	Presunto suíno cozido fatiado, resfriado	PRESUNTO COZIDO – 1ª Qualidade, Fatiado, A Embalagem Original Deve Ser A Vácuo Em Saco Plástico Transparente E Atóxico, Limpo, Não Violado, Resistente, Que Garanta A Integridade Do Produto Até O Momento Do Consumo, Acondicionado Em no máximo 400g. A Embalagem Deverá Conter Externamente Os Dados De Identificação, Procedência, Informações Nutricionais, Número De Lote, Quantidade Do Produto, Número Do Registro No Ministério Da Agricultura/Sif/Dipoa E Carimbo De Inspeção Do Sif. O Produto Deverá Apresentar Validade Mínima De 30 (trinta) Dias A Partir Da Data De Entrega Na Unidade Requisitante.

13	KG	53	Queijo tipo mussarela fatiado	QUEIJO MUSSARELA – 1ª Qualidade, Fatiado, A Embalagem Original Deve Ser A Vácuo Em Saco Plástico Transparente E Atóxico, Limpo, Não Violado, Resistente, Que Garanta A Integridade Do Produto Até O Momento Do Consumo, Acondicionado Em no máximo 400g. A Embalagem Deverá Conter Externamente Os Dados De Identificação, Procedência, Informações Nutricionais, Número De Lote, Quantidade Do Produto, Número Do Registro No Ministério Da Agricultura/Sif/Dipoa E Carimbo De Inspeção Do Sif. O Produto Deverá Apresentar Validade Mínima De 30 (trinta) Dias A Partir Da Data De Entrega Na Unidade Requisitante. Fatiado Em Lâminas De 30g Kg."
14	Kg	32	Batata palito, congelado, embalagem de no máximo 500g.	Batata, óleo vegetal e estabilizante: pirofosfato dissódico (INS 450i). Não Conter Glúten.

LOTE 02

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE ANO	GÊNERO ALIMENTÍCIO	ESPECIFICAÇÃO
1	KG	600	Pães de trigo, 50 g	PÃO DE TRIGO- Pão francês, ou pão de trigo, tipo hotel, peso de 50g. Deve ser produzido no dia da entrega. Com formato fusiforme e com pestana. Acondicionados em pacotes descartáveis, de materiais apropriados que devem ser transportados em monoblocos retornáveis de polietileno, fechados, em perfeitas condições de higiene, coberto com material impermeável e atender as especificações técnicas da NTA 47 do Decreto Estadual número 12.486 de 20/10/1978. O fornecedor deverá garantir a validade do produto, no prazo mínimo de 6 horas após a entrega.

2	KG	166	Bolos diversos, 800g	BOLOS DIVERSOS - Bolo, com peso de aproximadamente 500g. Deve ser produzido no dia da entrega. Sabores diversos. Acondicionados em pacotes descartáveis, o fornecedor deverá garantir a validade do produto, no prazo mínimo de 6 horas após a entrega.
---	----	-----	----------------------	---

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº e Inscrição Estadual sob nº, representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº, e CPF nº , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a), portador (a) da Cédula de Identidade RG nºe CPF nº, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2018, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2018.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) Oficial
Edital de Pregão Presencial nº 113/2018

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa(indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2018, cujo objeto é aquisição de gêneros alimentícios para a organização do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, na cidade de São Francisco do Sul, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2018.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) Oficial
Edital de Pregão Presencial nº 113/2018

Prezados Senhores,

_____, portador do RG _____, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, _____, CNPJ _____, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2018.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) Oficial
Edital de Pregão Presencial nº 113/2018

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 113/2018 que a Proponente (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº , com sede na cidade de , Estado , na Rua/Av (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2018.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO PREGÃO Nº 113/2018

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC E A EMPRESA _____.

Instrumento Particular de Contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF. Sob nº 83.102.269/0001-06, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, e de outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ. sob nº _____, estabelecida na _____, Nº _____, bairro _____, neste ato representada por _____, inscrita no CPF. sob nº _____, residente e domiciliada na _____, Nº _____, bairro _____, na cidade _____, doravante denominados respectivamente CONTRATANTE e CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2018 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, homologado em ____/____/2018, de conformidade com a Lei nº 10.520/2002, o Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, bem como, subsidiariamente as normas constantes das Leis 8.666/93, 9.784/99 e suas modificações, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CLÁUSULA 1ª – OBJETO

1.1 Aquisição de gêneros alimentícios para a organização do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, na cidade de São Francisco do Sul, conforme especificações constantes do Edital, Anexo I e proposta da vencedora, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA 2ª – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. Perfaz o presente contrato o valor total de R\$ _____, irrevogável, cujo o pagamento dar-se-á à CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da nota fiscal e o respectivo comprovante da entrega do objeto, sendo:

Lote 1 – no valor total de R\$ _____, ____.

Lote 2 – no valor total de R\$ _____, ____.

2.2. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

2.3. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

CLÁUSULA 3ª – DOS RECURSOS

3.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária	1401 – Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração
Projeto Atividade	2091 - Manutenção do Convênio Corpo de Bombeiros Militar
Elemento de Despesa	33903007 – Gêneros de Alimentação
Vínculo do Recurso	1800100 – Outras esp. Conv. Bomb. militar

CLÁUSULA 4ª - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.

b) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.

c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.

d) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontada de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;

f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;

g) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

h) Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.

i) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.

j) Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.

l) As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

4.2 As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

4.3 Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

4.4 As penalidades serão registradas no cadastro da CONTRATADA, quando for o caso.

4.5 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

4.6 Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

4.7 Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica esta ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

CLÁUSULA 5ª - RESCISÃO CONTRATUAL

5.1 O presente Contrato poderá ser rescindido amigável ou judicialmente, nos casos previstos no Capítulo III – Seção V, da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993 e suas alterações.

CLÁUSULA 6ª - ENCARGOS

6.1 A CONTRATADA assumirá integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que diz respeito às obrigações fiscais, bem como dos demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste contrato.

CLÁUSULA 7ª – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

7.1 A entrega deverá ser efetuada de forma gradativa, conforme solicitação do Corpo de Bombeiros Militar da cidade de São Francisco do Sul, mediante solicitação e especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº ____/2018, ao qual deu origem a este contrato e deverá ser entregue no quartel do respectivo Corpo de Bombeiros.

CLÁUSULA 8ª – VIGÊNCIA

8.1 O presente contrato passará a vigorar a partir da data de sua assinatura pelo prazo de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA 9ª – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA se obriga a:

- a) entregar o objeto em estrita conformidade com as disposições deste Contrato, seus anexos, e com os Termos da Proposta de Preços da CONTRATADA;
- b) responsabilizar-se pela qualidade dos materiais fornecidos, sob pena de responder pelos danos causados a Administração Municipal;
- c) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;
- d) aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;
- e) manter, durante a execução do contrato, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação;
- f) cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público;
- g) o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregado;
- h) responsabilizar-se pela entrega dos materiais conforme estabelecido neste Contrato e Termo de Proposta da Contratada, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;
- i) arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários ao fornecimento dos materiais

CLÁUSULA 10ª – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 A CONTRATANTE se obriga a:

- a) efetuar o pagamento na forma prevista neste instrumento;
- b) comunicar imediatamente à empresa qualquer irregularidade manifestada na entrega do objeto;

CLÁUSULA 11ª – FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização do contrato será exercida pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina em São Francisco do Sul, por meio de servidor designado.

11.2. A fiscalização se reserva o direito de recusar e/ou devolver os produtos que estiverem em desacordo ou que não atenderem as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

11.3. A entrega dos produtos será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da contratante, com atribuições específicas, devidamente designado em cumprimento ao disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666-93, ao qual caberá:

- a) responsabilizar-se pela supervisão do contrato, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;
- b) certificar a entrega dos produtos, encaminhando cópia desta certificação à Secretaria Municipal de Finanças;
- c) pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do contrato, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;
- d) adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul;
- e) notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula deste contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Administração, para ser anexada ao contrato;
- f) adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da CONTRATANTE;
- g) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.

Parágrafo Primeiro: A contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com este Contrato.

CLÁUSULA 12ª - BASE LEGAL

12.1 Onde este Contrato for omissivo, prevalecerão as normas da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações.

CLÁUSULA 13ª – FORO

13.1. Para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato, as partes elegem o Foro desta Comarca.

E, por estarem acordes, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

São Francisco do Sul, __ de _____ de 2018.

RENATO GAMA LOBO
PREFEITO MUNICIPAL DE
SÃO FRANCISCO DO SUL
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:

XXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

São João Batista

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2018 PROCESSO LICITATÓRIO 021/SISAM/2018

Publicação Nº 1667834

Ata de Registro de Preços Nº 008/2018

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/SISAM/2018 –

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/SISAM/2018

No dia 28 do mês de junho do ano de 2018, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 28/06/2018, RESOLVE registrar o preço da empresa vencedora do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CIMENTO E TABUAS PARA USO NAS OBRAS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço por item. A licitante registrada para a entrega dos materiais é:

JOSÉ LUIZ GONÇALVES TEDA EPP

CNPJ Nº. 02.550.678/0001-73

Itens: 1, 2.

Valor total homologado ao licitante: R\$ 16.715,00 (dezesesseis mil setecentos e quinze reais).

Este instrumento não obriga o SISAM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a execução, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os materiais deverão ser entregues em até 10 (dez) dias, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista 28 de junho de 2018 – Andréia Costa Azevedo – Diretora Geral

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/FMS/2018

Publicação Nº 1667226

Ata de Registro de Preços nº 008/2018

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2018

PROCESSO LICITATÓRIO 020/FMS/2018 –

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/FMS/2018

No dia 28 de junho de 2018, o Fundo Municipal de Saúde, com sede à Rua Gilson Geraldo Sartori, 440, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 28/08/2018, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço global. A licitante registrada para os materiais cotados é:

MAICHEL DEIVIT DEMONTI

CNPJ nº. 15.022.107/0001-08

Itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46.

Valor total homologado ao Licitante: R\$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais).

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os materiais deverão ser entregues em 10 (dez) dias, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista, 28 de junho de 2018 – Ademir José Rover - Secretário Municipal.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 03/2018

Publicação Nº 1668421

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2018

Daniel Netto Cândido, Prefeito do Município de São João Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que estarão abertas as inscrições ao Processo Seletivo Simplificado Nº 03/2018, destinado ao preenchimento de vagas de Admissão em Caráter Temporário, ao município de São João Batista.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado será regido por este Edital e sua realização, coordenação e supervisão será executado pela Comissão Especial de Processo Seletivo, instituída e nomeada pela Portaria nº 472/2018, de 29 de junho de 2018, do Poder Executivo Municipal, com Assessoria Técnica Específica da Empresa de Adelar José Tolfo - ME, CNPJ nº 17.362.821/0001-70, para elaboração e impressão das provas escritas e seu acondicionamento em envelopes lacrados, sendo disciplinadas pelas normas da Constituição Federal e pelas demais normas aplicáveis.

2. DOS CARGOS

2.1 Os cargos a serem providos, a habilitação exigida, numero de vagas para provimento do cargo, bem como o tipo de provas, estão discriminadas no quadro a seguir:

2.2 Quadro I

Código do Cargo	Cargos	Vagas (*)	Carga Horária (**)	Habilitação Necessária para a Posse	Remuneração Inicial (***)	Tipos de Provas
327	Coordenador de Regulação e Controle	1 +CR	40 h	Ensino médio Completo	R\$ 2.688,64	Teórica

(*) Nº. de Vagas – De acordo com a necessidade do município, durante a validade do Processo Seletivo.

(**) Carga Horária – De acordo com a legislação municipal em vigor

(***) Remuneração – De acordo com a legislação municipal em vigor.

3. DA DIVULGAÇÃO

3.1 A divulgação oficial das informações referentes a este Processo Seletivo Público será feita através de publicação, através do site www.sjbatista.sc.gov.br

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições serão realizadas no período de 29 de junho de 2018 a 08 de julho de 2018, devendo ser efetuada através da ficha de inscrição contida neste edital como anexo VI.

4.2 Para efetivar sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

a) Ler atentamente o edital verificando se atende a todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital;

b) Baixar o Anexo VI e preencher a ficha de inscrição;

c) Conferir os dados informados, e enviar O Anexo VI (inscrição) scaneado para o email: consultecadm@hotmail.com até o primeiro dia útil do prazo de encerramento das inscrições;

d) O candidato poderá inscrever-se somente para um cargo;

e) A comprovação da inscrição se dará mediante e-mail informado no ato do cadastro, sendo de total responsabilidade do candidato à conferência da confirmação;

f) Para efeito de inscrição será considerado documento de identificação expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei n.º 9.503/97);

4.3 Ao efetuar a inscrição, o candidato estará declarando formalmente que está ciente e preenche as condições de inscrição relacionadas neste Edital, e que arcará com as consequências de eventuais erros e/ou não preenchimento de qualquer campo da Ficha de Inscrição;

4.4 Serão considerados desistentes os candidatos que não tenham preenchido a respectiva Ficha de Inscrição com os dados solicitados, sendo o preenchimento de total responsabilidade do candidato;

4.5 Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto à identificação do candidato ou quanto ao cargo escolhido;

4.6 Não serão aceitas inscrições em qualquer outro modo que não seja o especificado neste Edital. Verificado a qualquer tempo o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos, será ela cancelada;

4.7 A Comissão do Processo Seletivo 03/2018, não se responsabiliza por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado neste Edital.

4.8 Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

4.9 A inscrição no Processo Seletivo Público implicará a aceitação tácita das normas estabelecidas neste Edital e em outros que forem publicados durante a realização do Processo Seletivo Público, cujas regras, normas, critérios e condições os candidatos obrigam-se a cumprir.

4.10 O candidato concorrerá para apenas um cargo, sendo a escolha de exclusiva responsabilidade do mesmo.

4.11 O candidato está isento de recolhimento da taxa de inscrição.

5. DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

5.1 Em face do número de vagas oferecidas para cada cargo, não haverá reserva de vagas para candidatos portadores de deficiência.

5.2 Os portadores de deficiência, antes da contratação, serão submetidos à perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de deficiência ou não e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

5.3 Os candidatos portadores de deficiência deverão comparecer a perícia médica munido de laudo que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referencia ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da doença.

5.4 Caso o resultado da perícia conclua negativamente quanto à compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo, o candidato não será admitido, por inaptidão para o exercício da função ou cargo.

5.5 Os candidatos portadores de deficiência, resguardadas as condições especiais necessárias a participação do Processo Seletivo Nº 03/2018, participarão dele em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, duração e critérios de aprovação, dia, horário e local de aplicação das provas.

5.6 Os candidatos portadores de deficiência ou com necessidades especiais que necessitem de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo no ato da inscrição preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova indicando claramente os recursos necessários para a realização das provas.

5.7 A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de deficiência na realização das provas, ou, na execução de atribuições da função ou cargo, constitui obstáculo a sua inscrição no Processo Seletivo Nº 03/2018.

5.8 A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

6. DA PROVA ESCRITA

6.1 O Processo Seletivo Público será constituído de prova escrita, composta por 10 (dez) questões sobre conhecimentos específicos, 05 (cinco) questões de Português e 05 (cinco) questões de conhecimentos gerais e raciocínio lógico de múltipla escolha, de caráter classificatório e eliminatório.

6.1.2 Serão considerados aprovados na Prova Escrita todos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

Matéria	Número de Questões	Pontos por Questão	Total de Pontos
Raciocínio lógico e Conhecimentos gerais	05	0,40	2,00
Língua Portuguesa	05	0,40	2,00
Conhecimentos Específicos	10	0,60	6,00

6.2 A prova terá duração de três (03) horas, contada a partir da autorização do fiscal para início da mesma.

6.3 O conteúdo programático encontra-se no Anexo III deste Edital.

6.4 A prova escrita será realizada no dia 15 de julho de 2018, o local da prova será divulgado juntamente com o rol de inscritos, com início às 09h00min e término às 11h00min.

6.5 O portão principal será fechado às 8h55min, portanto o candidato deverá comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima necessária do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade, e caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

6.6 O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que apresentar documento de identidade expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos, ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei nº 9.503/97, com fotografia). O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

6.7 Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o fechamento do portão.

6.8 Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

6.9 Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Organizadora e Julgadora do Processo

Seletivo Público do Município de São João Batista.

6.10 Durante a realização da prova, não será permitida consultas de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, Pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

6.11 O candidato deverá assinalar suas respostas no Cartão-Resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Será de inteira responsabilidade do candidato a correta interpretação das orientações para preenchimento do Cartão-Resposta. O Cartão-Resposta será identificado na lista de presença do certame, não havendo necessidade do candidato identificar-se no mesmo.

6.12 Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas no Cartão-Resposta, as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis;

6.13 Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento do Cartão-Resposta.

6.14 Será excluído do Processo Seletivo Público o candidato que:

6.14.1 Comunicar-se com os demais candidatos ou com pessoas estranhas ao Processo Seletivo Público.

6.14.2 Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do Processo Seletivo Público.

6.14.3 Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos.

6.14.4 O candidato que não comparecer para realização da prova.

6.15 O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorrida 1 (uma) hora do seu início.

6.16 O candidato, ao término da prova, entregará ao Fiscal da sala, o Caderno de Prova e a Cartão-Resposta.

6.17 Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Processo Seletivo Público nas dependências dos locais de aplicação da prova.

6.18 A candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial, deverá levar um acompanhante maior de idade, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará a prova. Não haverá compensação do tempo de prova em virtude do tempo gasto na amamentação.

6.19 A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento do rompimento do lacre dos envelopes na presença dos candidatos.

6.20 Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de 03 (três) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes no envelope, para fins de possíveis comprovações.

6.21 A Nota Final será composta da seguinte forma:

6.21.1 Cargos sem Prova Prática: Nota Final = Nota da Prova Escrita.

7. DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

7.1 O gabarito provisório da Prova Escrita será divulgado no site do município www.sjbatista.sc.gov.br no dia 16 de julho de 2018, a partir das 09h00min, juntamente com o caderno de provas.

7.2 Os procedimentos para a interposição de recursos, o resultado decorrente da análise dos recursos e a homologação dos resultados finais do Processo Seletivo Público serão divulgados de acordo com o disposto no item 3 deste Edital.

7.3 O candidato poderá interpor recurso, mediante exposição fundamentada e documentada, referente:

7.3.1 A discordância com o Edital;

7.3.2 Ao não deferimento do pedido de inscrição;

7.3.3 A formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

7.3.4 À pontuação atribuída na classificação provisória;

7.4 O prazo para recurso é de dois dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação dos itens supracitados.

7.5 Os recursos (modelo conforme Anexo II) deverão ser apresentados por escrito, entregues e protocolados na sede do Município de São João Batista, sito a Praça Deputado Walter Vicente Gomes, Nº 89, Centro - CEP: 88.240-000 São João Batista – SC, diretamente com a Presidente da Comissão do Processo Seletivo, ou através do mesmo formulário scaneado em PDF para o email consultecadm@hotmail.com. Os recursos deverão ser apresentados em duas vias de igual teor e forma. O candidato deverá indicar o objeto do recurso, os demais dados de identificação e o fundamento.

7.6 Os recursos relativos às questões deverão ser apresentados por escrito em duas vias de igual teor e forma e o candidato que recorrer de

mais de uma questão deverá apresentar um formulário para cada questão. Não serão considerados os recursos que não forem formulados por escrito e os que forem desprovidos de fundamentação.

7.7 Não serão considerados os recursos interpostos fora do prazo e os que não contiverem todos os elementos necessários contidos no formulário de recurso (Anexo II), ou que tiverem sido interpostos de forma diferente da prevista neste Edital.

7.8 Se da análise dos recursos resultarem anulação de questões, essas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos. Se resultar alteração de gabarito, a prova de todos os candidatos será corrigida conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.

7.9 Serão de caráter irrecorrível, na esfera administrativa, os resultados do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, após apreciação dos recursos e publicação das decisões finais.

8. DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

8.1 A prova será avaliada de zero (0) a dez (10) pontos, de caráter classificatório e eliminatório. Serão divididos os 10 (dez) pontos pelo número de questões que compõe a prova escrita, de acordo com a tabela do item 6.1.2 deste edital.

8.2 A classificação dos candidatos aprovados (com nota igual ou superior a 5,00) será realizada depois de esgotada a fase de recursos, na ordem decrescente da pontuação obtida na prova.

8.3 Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

8.4 O Município de SÃO JOÃO BATISTA publicará no portal oficial www.sjbatista.sc.gov.br a lista de classificação final.

9. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1 Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate, para fins de classificação:

- a) Tiver idade igual ou superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo, conforme o disposto no parágrafo único do art. 27, da Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);
- b) O que obtiver maior número de acertos nas questões de conhecimentos específicos;
- c) O que obtiver maior número de acertos nas questões de português;
- d) O que tiver maior idade;

9.2 Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato na data da aplicação da prova.

10. CONDIÇÕES PARA O PROVIMENTO DO CARGO (POSSE)

10.1 Após a realização do Processo Seletivo Público, no momento adequado, o Município de São João Batista convocará os candidatos classificados, obedecendo rigorosamente a ordem de classificação final, para assumirem o cargo para o qual concorreram e para o qual se classificaram no limite de vagas.

10.2 A admissão dar-se-á através de ato oficial, e os candidatos terão 05 (cinco) dias para tomarem posse do cargo junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, a contar do recebimento da convocação. O candidato que deixar de comparecer no prazo estipulado, será tido como desistente e substituído, na sequência, pelo classificado imediatamente posterior.

10.3 O candidato convocado deverá atender ao que estabelece o edital e apresentar a seguinte documentação:

10.3.1 Prova de aptidão física para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;

10.3.2 Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

10.3.3 Declaração que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;

10.3.4 Declaração de que não sofreu penalidades no Órgão público, conforme previsto no art. 205, da Lei 960/94;

10.3.5 Certidão de Quitação Eleitoral emitida por cartórios eleitorais ou pelo site www.tse.gov.br;

10.3.6 Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelos Foros das Justiças Federal ou Estadual dos locais de residência do candidato nos últimos 5 (cinco) anos;

10.3.7 Comprovante de residência;

10.3.8 Certificado de conclusão do grau de escolaridade exigido para o cargo, conforme consta no Quadro I deste Edital;

10.3.9 Cópia dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:

- Prova de identidade;
- Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino;
- CPF;
- Título de eleitor;

- Registro no órgão fiscalizador do exercício profissional;
- Comprovar idade mínima de 18 anos, no ato da posse.

10.3.10 Caso o candidato admitido para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do município de São João Batista convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

10.3.11 Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do cargo, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

11. DO REGIME JURIDICO

11.1 Os aprovados no Processo Seletivo Simplificado 03/2018, serão nomeados sobre o Regime Jurídico Estatutário – Admissão em caráter temporário.

12. DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

12.1 O regime previdenciário será o do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, disciplinado pela legislação federal pertinente.

13 DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

13.1 A validade do Processo Seletivo nº 03/2018 será de um ano, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A inscrição para o Processo Seletivo Público implicará na aceitação por parte do candidato das normas contidas neste Edital, bem como de outras que forem necessárias para seu fiel cumprimento.

14.2 Caberá à Comissão Organizadora do Processo Seletivo a anulação de questões.

14.3 Serão publicados somente os resultados dos candidatos habilitados que atingirem a nota mínima exigida para cada uma das provas.

14.4 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo Público de quaisquer membros da Comissão de Processo Seletivo. Será destituído da Comissão, se constatado em qualquer fase do Processo Seletivo, o membro que tiver qualquer parentesco com os candidatos inscritos.

14.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão nomeada pela portaria nº 472/2018 de 28 de junho de 2018.

14.6 São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Requerimento Condição Especial para Realização de Provas.
- b) Anexo II - Formulário de Recurso.
- c) Anexo III - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha e descrição dos cargos.
- d) Anexo IV – Atribuições aos Cargos
- e) Anexo V – Lista de Eventos
- f) Anexo VI – Ficha de Inscrição

São João Batista, 28 de junho de 2018.

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

ANEXO I

REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS

_____, portador do documento de identidade n.º _____, inscrito no PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 03/2018 – do Município de SÃO JOÃO BATISTA, Estado de Santa Catarina, residente e domiciliado a Rua _____, n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria condição especial para realização de provas, conforme Item 5 do presente Edital:

(Assinale a sua opção)

1) () Prova Ampliada

Fonte n.º _____ / Letra _____

2) () Sala Especial

Especificar: _____

3) () Leitura de Prova

4) () Outra Necessidade

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

SÃO JOÃO BATISTA/SC, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do (a) Candidato (a)

ANEXO II

FORMULÁRIO DE RECURSO

SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL COORDENADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 03/2018 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA.

Nome do Candidato(a)	
N.º de inscrição:	

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

- ☐ CONTRA o indeferimento da inscrição.
☐ CONTRA a formulação das questões e quesitos.
☐ CONTRA o resultado do gabarito provisório.
☐ CONTRA a pontuação atribuída na classificação provisória.

REFERENTE PROVA:

N.º da Questão:		Gabarito Provisório:		Resposta do Candidato:	
-----------------	--	----------------------	--	------------------------	--

Fundamentação do Recurso:

Obs.: Preencher a máquina ou digitar. Não serão aceitos recursos preenchidos a mão livre.

SÃO JOÃO BATISTA/SC, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do (a) Candidato (a)	Assinatura do Recebedor/Responsável
---------------------------------	-------------------------------------

ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

Conteúdo Programático é meramente sugestivo, não se restringindo a aplicação das questões ao conteúdo da mesma. Desta forma, o candidato poderá se preparar para as provas utilizando, além das indicações do conteúdo programático, de qualquer bibliografia que trate de forma sistematizada dos assuntos selecionados.

1. ESCOLARIDADE: ENSINO FUNDAMENTAL MÉDIO

1.1 - Português (provas de acordo com o grau de complexidade e escolaridade)

- Fonologia: encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafos, divisão silábica, prosódia, ortografia, acentuação;
- Morfologia: estrutura e formação das palavras, classes de palavras;
- Síntaxe: termos da oração, período composto, conceito e classificação das orações, concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal, pontuação;
- Semântica: significação das palavras no texto;

1.2 - Raciocínio lógico e Conhecimentos gerais (provas de acordo com o grau de complexidade e escolaridade)

- Conjunto dos números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão;
- Propriedades, comparação;
- Expressões numéricas;
- Teoria dos números: pares, ímpares, múltiplos, divisores, primos, compostos, fatoração, divisibilidade, MMC/MDC;
- Conjunto de números racionais: frações ordinárias e decimais, adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação; simplificação e ordem;
- Conjunto de números inteiros relativos; propriedades/comparação; adição, subtração, multiplicação e divisão.
- Matemática Financeira: razão/proporção; regra de três simples; porcentagem e juros.
- Fatos históricos, geográficos econômicos e políticos do Município de São João Batista, tais como: limites, ocupação, exploração, população, produção agrícola, comercial e industrial, composição dos poderes Executivo e Legislativo.
- Fatos históricos, geográficos econômicos e políticos do Estado e País;
- Atualidades envolvendo questões sobre meio ambiente, campanhas preventivas e educativas, arte e cultura.
- Tópicos atuais, relevantes e amplamente divulgados, em áreas diversificadas, tais como: Ciências, Política, Economia, Geografia e História;

PARTE II – ESPECÍFICAS:

CARGO: Coordenador de Regulação e Controle

A evolução da Administração Pública e a reforma do Estado. Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada. Excelência nos serviços públicos. Excelência na gestão dos serviços públicos. Gestão de Pessoas. Conceitos e práticas de RH relativas ao servidor público. Gestão de desempenho. Comportamento, clima e cultura organizacional. Gestão por competências e gestão do conhecimento. Qualidade de vida no trabalho. Liderança, motivação e satisfação no trabalho. Arquivística: princípios e conceitos. Gestão de documentos. Protocolo: recebimento, registro, distribuição, tramitação e expedição de documentos. Classificação de documentos de arquivo. Arquivamento e ordenação de documentos de arquivo. Acondicionamento e armazenamento de documentos de arquivo. Preservação e conservação de documentos de arquivo. Conceitos e modos de utilização de aplicativos para edição de textos, planilhas e apresentações. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet. Conceitos e modos de utilização de ferramentas e aplicativos de navegação de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa e sistemas governamentais específicos. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet e Intranet. Conceitos de tecnologia de informação: sistemas de informações e conceitos básicos de Segurança da Informação.

ANEXO IV**ATRIBUIÇÕES AO CARGO****Coordenador de Regulação e Controle**

Coordenar as atividades de regulação do sistema de saúde municipal por meio da criação de mecanismos que monitorem o acesso e o grau de satisfação dos usuários do sistema único de saúde; estabelecer indicadores de avaliação de desempenho das ações, serviços e sistemas de saúde; avaliar os resultados e o impacto das ações e serviços no perfil epidemiológico da população; programar e acompanhar o serviço de controle, avaliação e auditoria nas unidades próprias; controlar e avaliar a eficiência, eficácia e efetividade das ações de controle e avaliação, quanto a objetivos, técnicas, organização, recursos e procedimento, inclusive os de alto custo; avaliar a satisfação dos usuários do sistema através de indicadores objetivos, baseados em critérios técnicos, como acessibilidade, resolutividade e qualidade dos serviços; estabelecer normas para a contratação, cadastramento e funcionamento dos serviços de saúde, organizando a relação entre o sistema único de saúde e os prestadores, próprios ou contratados; definir estratégias, diretrizes e procedimentos de controle e avaliação, referentes à prestação dos serviços ofertados à rede de saúde; realizar auditorias e vistorias técnicas junto aos serviços de saúde relacionados ao sistema único de saúde; desempenhar outras atribuições correlatas.

ANEXO V**CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2018
(SUJEITO A ALTERAÇÕES)**

DATA PREVISTA	ATO
29/06/2018	Publicação do Edital.
29/06/2018 a 08/07/2018	Período das inscrições.
10/07/2018	Publicação das inscrições.
11/07/2018 e 12/07/2018	Prazo para recurso contra indeferimento das inscrições.
13/07/2018	Publicação definitiva das inscrições.
15/07/2018	Data da Prova escrita.
16/07/2018	Publicação do gabarito provisório.
17/07/2018 e 18/07/2018	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita.
19/07/2018	Publicação do gabarito definitivo .
19/07/2018	Publicação das notas e classificação provisória.
20/07/2018 e 23/07/2018	Prazo de Recurso contra a classificação provisória
25/07/2018	Publicação das notas e classificação definitiva.
25/07/2018	Homologação do resultado final do Processo Seletivo n 03/2018.

ANEXO VI**FICHA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 03/2018**

FICHA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE PÚBLICO Nº 03/2018		Nº de Inscrição= CPF	
Nome do Candidato:			
Cargo Pretendido:			
Pai:			
Mãe:			
Data de Nascimento:			
Naturalidade:		Estado:	
N.º filhos	Sexo:	Estado Civil:	
Endereço Residencial:			Nº
Cidade:	CEP:	Estado:	
CPF:		Fone:	

Carteira de Identidade:

Órgão Expedidor:

E-mail:

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta ficha, bem como, pelos dados declarados nesta Ficha de Inscrição, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital de Processo Seletivo Público Nº 03/2018 e todas as disposições nele contidas.

SJBatista/ SC, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do (a) Candidato (a)

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2018

Publicação Nº 1667293

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA – ESTADO DE SANTA CATARINA

REDEH BENEFICÊNCIA CRISTÃ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1794/2018 – DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2018

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 01/2018

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de uma pareceria com a REDEH BENEFICÊNCIA CRISTÃ, entidade sem fins lucrativos e de assistência social, inscrita no CNPJ 86.324.860/0001-04, com sede na Rua 04 de outubro, nº 115, cidade de Taio-SC, neste ato representada pelo Presidente, Sr. Rogério de Abreu, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob o n. 800.160.149-87, residente e domiciliado na Rua Mirador, nº 806, Bairro Ponto Chic, Município de Ibirama, Santa Catarina, nos termos de seu estatuto social, por meio da formalização de Termo de Fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolva a transferência de recursos financeiros à referida entidades sem fins lucrativos, conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento.

RESUMO: Termo de Fomento com a Redeh Beneficência Cristã.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, “resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada.” Presente este pensamento verificamos que para proporcionar tal fim, necessário se faz que a Administração Municipal possa através de seus departamentos e secretarias, atender ao cidadão, proporcionando o bem estar coletivo. Todavia nem todos os serviços de interesse público, podem ser realizados pelo Município, necessitando para atingir o “bem comum”, estabelecer parcerias com Instituições sem fins lucrativos da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a Redeh Beneficência Cristã, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado, é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos.

Nesta ótica a Redeh Beneficência Cristã, desenvolve há mais de 50 (cinquenta) anos a atividades assistenciais, no âmbito da saúde, de natureza médico-hospitalar, diagnóstica e/ou ambulatorial, a todas as pessoas que delas necessitem, sem distinção de nacionalidade, cor, sexo ou religião, no âmbito do Sistema Único de saúde, gratuitamente ou não, estando credenciada pelos órgãos gestores aonde atua atendendo respectivas políticas públicas.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com a Redeh Beneficência Cristã, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público.

Assim, diante do Tudo Exposto, esta Comissão de Seleção e Julgamento para o Chamamento Público, constituída pelo Decreto Municipal nº 3.118/2017, recebeu toda a documentação juntada pela REDH BENEFICÊNCIA CRITÃ, com exceção das Certidões Negativas Municipais, Estaduais e Federal, do qual, deverão ser analisadas antes da assinatura do convênio, para assim, atender inteiramente os preceitos do art. 30 da Lei 13.019/2014, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com Dispensa do Chamamento e assinatura do Termo de Fomento, após análise das referidas certidões supra mencionadas.

São João Batista-SC, 12, de junho de 2018.

COMISSÃO TÉCNICA

ASSESSORIA JURÍDICA: A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 30 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações. Ressalto ainda, que cabe salientar que o presente parecer não isenta a prévia aprovação e minuta do Contrato de Convênio por esta Procuradoria Geral.

São João Batista-SC, 12 de junho de 2018.

JEYSON PUEL – Procurador Geral – OAB/SC 20.243

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Fomento.

São João Batista-SC, 28 de junho de 2018.

DANIEL NETTO CANDIDO

Prefeito Municipal

Publicada o presente extrato de Dispensa de Chamamento Público 001/2018, aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

PORTARIA Nº 472/2018

Publicação Nº 1668063

PORTARIA Nº 472/2018

Nomeação comissão

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Ficam nomeados MARCIANA LUIZA TOMASINI, ALINE MARIA PAULISTA e EDUARDA CIPRIANI para juntos comporem a comissão para acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado 03/2018 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 28 de junho de 2018.

Rosane Sartori Rosa

Assessora de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO 024/SISAM/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/SISAM/2018

Publicação Nº 1667565

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 024/SISAM/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/SISAM/2018

O SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 07.585.406/0001-22, com sede à Rua José Antônio Soares nº 2533, Ribanceira do Sul, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO 024/SISAM/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/SISAM/2018, REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE CALCETEIRO PARA SERVIÇOS DIÁRIOS DE MANUTENÇÕES REALIZADOS PELO SISAM DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 25/07/2018. Abertura dos envelopes: 09h do dia 25/07/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis. São João Batista, 28 de junho de 2018. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 104/PMSJB/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/PMSJB/2018

Publicação Nº 1666914

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/PMSJB/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 085/PMSJB/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/PMSJB/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 085/PMSJB/2018, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA CONserto e MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 20/07/2018. Abertura dos envelopes: 09h do dia 20/07/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br, licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis. São João Batista, 28 de junho de 2018. Augusto Correia Junior - Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 105/PMSJB/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/PMSJB/2018

Publicação Nº 1667309

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/PMSJB/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 086/PMSJB/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/PMSJB/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 086/PMSJB/2018, para a AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO ZERO KM, ANO/MODELO 2018/2018, DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 24/07/2018. Abertura dos envelopes: 09h do dia 24/07/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado,

pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br, licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis. São João Batista, 28 de junho de 2018. Augusto Correia Junior - Pregoeiro Municipal

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 79/2018

Publicação Nº 1667147

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 223/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Léo ToillierME

ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 17/2017

CONTRATO Nº 79/2018

OBJETO: "Prestar os serviços de até 10.000 horas de máquinas e caminhões, com pagamento de subsídio, nos termos da Lei Municipal nº 1.464/2013."

VALOR: R\$ 50.000,00

PRAZO: 27.06.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 28 de junho de 2018

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 121/2018

Publicação Nº 1667326

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2018

Partes: Município de São João do Oeste e A. E M. Oeste Comercial Ltda ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 76/2018

OBJETO: "Aquisição de utensílios para as cozinhas das escolas públicas municipais de São João do Oeste"

VALOR: R\$ 1.036,85

PRAZO: 29.06.2018 até 31.07.2018

São João do Oeste –28 de junho de 2018

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2018

Partes: Município de São João do Oeste e Adelmo Halmenschlager ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 76/2018

OBJETO: "Aquisição de utensílios para as cozinhas das escolas públicas municipais de São João do Oeste"

VALOR: R\$ 387,00

PRAZO: 29.06.2018 até 31.07.2018

São João do Oeste –28 de junho de 2018

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2018

Partes: Município de São João do Oeste e Lotérica e Comércio SL Ltda ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 76/2018

OBJETO: "Aquisição de utensílios para as cozinhas das escolas públicas municipais de São João do Oeste"

VALOR: R\$ 2.043,25

PRAZO: 29.06.2018 até 31.07.2018

São João do Oeste –28 de junho de 2018

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

CONT. 007_2018_PREF-ERRATA

Publicação Nº 1666972

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

ERRATA EXTRATO DE CONTRATO Nº 007/2018

Na página nº 1171 da Edição nº 2664 do dia 28/02/2018.

ONDE SE LÊ:

OBJETO: contratação de empresa jornalística, para através de jornal de circulação diária local e regional divulgar atos oficiais de interesse do município de São João do Sul/SC, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

LEIA-SE:

OBJETO: O presente procedimento licitatório tem por objetivo selecionar a melhor proposta para futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos advocatícios, obedecendo às especificações e condições constantes no edital e anexos, em especial as descrições e preços máximos constantes no Termo de Referência (Anexo I).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: DE CASTRO, PELEGRIM E PEREIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS.

VIGÊNCIA: 02/01/2018 à 30/06/2018.

VALOR: R\$ 42.840,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Licitação nº 64/2017, Pregão Presencial p/ registro de preços, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 02.01 – 2.002 – 3.3.90.35.01.00 (02). R\$ 14.280,00; 03.01 – 2.003 – 3.3.90.35.01.00 (07). R\$ 21.420,00; 04.01 – 2.004 – 3.3.90.35.01.00 (16). R\$ 7.140,00.

São João do Sul, 02 de Janeiro de 2018.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

CONT. 044_2018_PREF

Publicação Nº 1666955

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 044/2018/PREF

OBJETO: O presente procedimento licitatório tem por objetivo selecionar a melhor proposta para futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos advocatícios, obedecendo às especificações e condições constantes no edital e anexos, em especial as descrições e preços máximos constantes no Termo de Referência (Anexo I).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: DE CASTRO, PELEGRIM E PEREIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS.

VIGÊNCIA: 01/07/2018 à 31/12/2018.

VALOR: R\$ 42.840,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Licitação nº 64/2017, Pregão Presencial p/ registro de preços, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 02.01 – 2.002 – 3.3.90.35.01.00.3080 (198).

São João do Sul/SC, 28 de junho de 2018.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 233/2018

Publicação Nº 1667112

DECRET O Nº 233/2018

“QUE CONCEDE EXONERAÇÃO AO FUNCIONÁRIO
MAGNUM MACHADO FERNANDES”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido ao senhor: - MAGNUM MACHADO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Orientador Social, para a qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 088/2017, de 23/02/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de Junho de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 327/2018

Publicação Nº 1667101

PORTARIANº 327/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 03 (três) dias, por Falecimento de sua Irmã, conforme apresentação de Certidão de óbito à funcionária: - NEURA CANDIDA DE LIMA BORGES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 17/06/2018 até o dia 19/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 17 de Junho de 2018, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Junho de 2018.
GIOVANI NUNES
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 328/2018

Publicação Nº 1667105

PORTARIANº 328/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – SEBASTIÃO ALEQUES MACEDO WALTRICK, ocupante do Cargo de Técnico em Atividades Agropecuárias, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 12/06/2018, para tratamento de saúde de seu filho. – ANDREIA RODRIGUES DA S. WALTRICK, ocupante do Cargo de Professora – 30 horas, por 19 (dezenove) dias, a contar do dia 13/06/2018, para tratamento de saúde de seu filho. – PATRICIA DA SILVA, ocupante da Função de Professora – 20 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 20/06/2018. – ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo de Supervisora Escolar, por 01 (um) dia, no dia 21/06/2018. – DEYSE MERY COSTA DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 21/06/2018. – ANDREIA APARECIDA SANTOS DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 21/06/2018. – AMANDA OLIVÉRIO DE LIMA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 21/06/2018.

21/06/2018. – ELZA PEREIRA DE OLIVEIRA LEMOS, ocupante do Cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 21/06/2018. – LARA APARECIDA SCHMIDT, ocupante do Cargo Comissionado de Secretária Municipal da Fazenda, por 02 (dois) dias, a contar do dia 21/06/2018. – MARIELA TAINA DE JESUS, ocupante da Função de Professora – 40 horas, por 01 (um) dia, no dia 22/06/2018. – RITA DE CASSIA JESUS, ocupante da Função de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 22/06/2018. – MARIANA DA SILVA BORGES, ocupante da Função de Agente Comunitário de Saúde, por 03 (três) dias, a contar do dia 25/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de Junho de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA N° 329/2018

Publicação N° 1667109

PORTARIANº 329/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – LUCIENE CRUZ DE LIZ, ocupante do Cargo de Professora, por 08 (oito) dias, a contar do dia 19/06/2018. – ADRIANA CORADINI ZANETTE, ocupante da Função de Odontóloga, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 19/06/2018. – TEREZINHA RIBEIRO DE JESUS, ocupante do Cargo de Professora – 40 horas, por 60 (sessenta) dias, a contar do dia 21/06/2018, para tratamento de saúde de sua mãe. – VANESCA A. DE LIMA AQUES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 25/06/2018. – VERONICA RODRIGUES BORGES, ocupante da Função Cargo de Professora – 20 horas, por ½ (meio) dia, no período matutino do dia 25/06/2018. – MARLENE AMARAL, ocupante da Função de Professora – 40 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 25/06/2018. – EROZITA PLACIDINA ROSA VELHO, ocupante da Função de Agente Comunitário de Saúde, por 02 (dois) dias, a contar do dia 25/06/2018. – STEFANI SILVA BARBOSA, ocupante da Função de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 25/06/2018. – FERNANDA MAURICIO COSTA, ocupante do Cargo de Professora – 40 horas, por 01 (um) dia, no dia 25/06/2018. – VALERIA DA SILVA BATISTA, ocupante do Cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 25/06/2018. – REGINA CORREA GONÇALVES, ocupante do Cargo de Professora – 40 horas, por 01 (um) dia, no dia 25/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de Junho de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA N° 330/2018

Publicação N° 1667488

PORTARIANº 330/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Público N° 02/2018, datado de 01/06/2018 e Leis N° 4.323/2015, Lei N° 4.324/2015, Lei N° 4.183/2013 e Lei N° 4.398/2016; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA ao senhor: - LUIZ CARLOS BARBOSA DA ROSA, para exercer a função de Educador Social, na Secretaria Municipal de Assistência Social – no Abrigo Municipal, Bairro Centro, período matutino, com 30 horas semanais, a contar do dia 27/06/2018, vaga excedente.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo o mesmo ser exonerado em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de Junho de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 331/2018

Publicação Nº 1667489

PORTARIANº 331/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 07/2018, realizada em 25/06/2018, Leis Nº 4.183/2013 e Lei Nº 4.324/2015; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - DAIANE PORTO DA ROSA ROTTA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, período matutino, Profª. 2º Grau, na área de 2º Professor, com 20 horas semanais, a contar do dia 27/06/2018, vaga excedente. – PATRICIA CASSÃO DA ROSA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, período matutino, Profª. 2º Grau, na área de Matemática, com 10 horas semanais, a contar do dia 27/06/2018, vaga excedente.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de Junho de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 332/2018

Publicação Nº 1667492

PORTARIANº 332/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Conforme C.I. nº 079/2018, datada de 26/06/2018; Fica TRANSFERIDO TEMPORARIAMENTE o funcionário: - ANDRIGO SOUZA GOULART, ocupante do Cargo de Motorista, na Secretaria Municipal de Agricultura e do Meio Ambiente, para a partir desta data desempenhar suas funções na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de Junho de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PP 16/2018 FMS

Publicação Nº 1667071

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Nº22/2018
Pregão Presencial 16/2018

Objeto: Aquisição de Ambulâncias tipo furgão ou pick-up referente ao Termo de Compromisso nº 4216501712291353417 e veículos tipo passeio para atender as necessidades da Secretaria da Saúde pelas emendas paramentares nº 17932.766000/1180-03 e nº 17932.766000/1177-06

Entrega dos Envelopes e abertura do certame: 23/07/2018 às 13:30 horas

O Processo será regido pela lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6457.

São Joaquim, 28 de junho de 2018

Departamento de Compras

PROCESSO 56/2018 PMSJ

Publicação Nº 1668437

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 56/2018

Pregão Presencial Nº 30/2018

Objeto: Aquisição de ferramentas para diversas Secretarias Municipais.

Tipo: Menor preço por item

Abertura: 17/07/2018 – 13h30min

Valor estimado: R\$ 50.421,90

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400 R-6456

São Joaquim, 28 de junho de 2018

Raquel Moreira Henrique Fernandes

Diretora de Compras

RELATÓRIO DE ANÁLISE CREDENCIAMENTO 001/2018

Publicação Nº 1667223

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

ANÁLISE DE PROPOSTA DE COOPERAÇÃO

Processo Nº 38/2018

Dispensa de Licitação Nº 09/2018

Edital de CREDENCIAMENTO Nº 001/2018

Proponente: JESSICA BARBOSA DE SOUZA – IMPÉRIO DA PIZZA

CNPJ 30.250.577/0001-12

Assunto: Relatório de Análise de Proposta de Cooperação

Este relatório trata da análise preliminar da proposta apresentada pela proponente Império da Pizza em atendimento ao item 7.4 do Edital de Credenciamento acima citado.

De acordo com o Edital de Credenciamento nº001/2018 – Processo nº38/2018 referente ao item 34, o comitê organizador do programa "A Praça é Sua – Cidade Bonita" de acordo com o Art. 7º do Decreto nº 100/2018 DEFERIMOS a solicitação do proponente.

Considerando que a Administração não tem objeções a fazer com relação ao objeto, após deliberação, foi decidido que o proponente seja aceito pela municipalidade.

São Joaquim, de 26 de junho 2018.

Comitê Organizador:

MILENA MITIE SATO

Secretária de Planejamento

VOLNEY BECKHAUSER JUNIOR

Secretário de Agricultura e meio Ambiente

SARA DUTRA CORRÊA

Secretária de Turismo

MARILDA DOS SANTOS RODRIGUES

Secretária de Assistência Social.

São José

PREFEITURA

ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2018

Publicação Nº 1667528

ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1230/2018 - PROCESSO DE COMPRAS Nº 087/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE PASSEIOS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas abaixo, habilitadas no processo em epígrafe.

EMPRESAS HABILITADAS

- ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA EIRELI ME;
- BIANCA JANAINA DE ABREU EIRELI ME;
- CONSTRUFORMAS CONSTRUÇÃO, REPAROS E REFORMAS LTDA EPP;
- CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI EPP;
- MAURICIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA EPP;
- PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA;
- RODRIGUES E RODRIGUES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME.

É o relatório.

ANÁLISE DA COMISSÃO

Em relação à proposta apresentada pela empresa Mauricio Empreiteira de Mão de Obra Ltda EPP (fls. 432 a 436) dos autos, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) solicitou que a mesma comprovasse a viabilidade da proposta apresentada. A empresa apresentou então documento (fls. 449 a 465) dos autos para a comprovação solicitada pela Comissão Permanente de Licitações. Pertinente salientar também que o documento apresentado pela empresa, para comprovar a viabilidade da proposta, foi encaminhado a Secretaria de Infraestrutura para análise e parecer, o que foi prontamente atendido conforme (fls. 467 a 474) dos autos, e que concluiu que a proposta apresentada está de acordo com o edital, opinando pelo prosseguimento do certame.

Já em relação às demais empresas a Comissão Permanente de Licitações concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações foram plenamente observadas, decidindo assim:

CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS

- ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA EIRELI ME;
- BIANCA JANAINA DE ABREU EIRELI ME;
- CONSTRUFORMAS CONSTRUÇÃO, REPAROS E REFORMAS LTDA EPP;
- CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI EPP;
- MAURICIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA EPP;
- PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA;
- RODRIGUES E RODRIGUES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME.

Assim sendo, após análise das propostas apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL as empresas:

1ª Classificada: MAURICIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA EPP: R\$ 79.698,20 (setenta e nove mil, seiscentos e noventa e oito reais e vinte centavos).

2ª Classificada: CONSTRUFORMAS CONSTRUÇÃO, REPAROS E REFORMAS LTDA EPP: R\$ 111.895,60 (cento e onze mil, oitocentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos).

3ª Classificada: ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA EIRELI ME: R\$ 115.170,00 (cento e quinze mil e cento e setenta reais).

4ª Classificada: RODRIGUES E RODRIGUES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME: R\$ 122.349,88 (cento e vinte e dois mil, trezentos e quarenta e nove reais e oitenta e oito centavos).

5ª Classificada: BIANCA JANAINA DE ABREU EIRELI ME: R\$ 128.340,00 (cento e vinte e oito mil e trezentos e quarenta reais).

6ª Classificada: CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI EPP: R\$ 134.287,12 (cento e trinta e quatro mil, duzentos e oitenta e sete reais e doze

centavos).

7ª Classificada: PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA: R\$ 149.134,00 (cento e quarenta e nove mil e cento e trinta e quatro reais).

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para fins de Homologação, Anulação ou Revogação.

São José, 26 de junho de 2018.

Claudia Schweitzer	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	
Iriberto Antônio M. Júnior	Humberto Alcino da Silva	
Membro da CPL	Membro da CPL	

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS - CONCORRÊNCIA Nº 008/2017

Publicação Nº 1668362

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5651/2017 - PROCESSO DE COMPRA Nº 352/2017 - CONCORRÊNCIA Nº 008/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE VILA FORMOSA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS.

A Comissão Permanente de Licitações, reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas abaixo, habilitadas no processo em epígrafe.

EMPRESAS HABILITADAS

ALINE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELI EPP;
NICOL - NAKAZIMA INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA.

É o relatório.

ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações analisou atentamente as propostas de preços apresentadas pelas empresas habilitadas no certame e concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, decidindo assim:

CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS

ALINE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELI EPP no valor de R\$ 1.251.513,65;
NICOL - NAKAZIMA INCORP. E CONSTRUTORA LTDA no valor de R\$ 1.148.888,10.

Entretanto, a empresa ALINE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELI EPP, pelo fato de ser Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme Certidão Simplificada acostada as folhas 242 dos autos, faz jus aos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte). Dessa forma, obteve o benefício de apresentar até as 19:00 hs do dia 22/06/2018, uma nova proposta de valor abaixo ao apresentado pela empresa NICOL - NAKAZIMA INCORP. E CONSTRUTORA LTDA, primeira classificada. Assim sendo, após análise das propostas apresentadas, bem como da NOVA PROPOSTA apresentada pela empresa ALINE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELI EPP, ficam de tal modo classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL as empresas:

- 1ª Classificada: ALINE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELI EPP R\$ 1.148.625,02
- 2ª Classificada: NICOL - NAKAZIMA INCORP. E CONSTRUTORA LTDA R\$ 1.148.888,10

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir de então 05 (cinco) dias úteis de prazo recursal. Não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para fins de Homologação, Anulação ou Revogação.

São José, 28 de junho de 2018.

Claudia Schweitzer	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	
Iriberto Antônio M. Júnior	Humberto Alcino da Silva	
Membro da CPL	Membro da CPL	

COMUNICADO - TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2018

Publicação Nº 1667533

COMUNICADO

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1004/2018 - PROCESSO DE COMPRAS Nº 074/2018 - TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2018.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL INTEGRADO DE SANEAMENTO BÁSICO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Secretaria de Administração, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações (CPL), leva ao conhecimento dos licitantes e demais interessados que, fica SUSPENSA SINE DIE a abertura dos envelopes de Habilitação e Proposta referente ao certame em epígrafe, para que seja analisada a IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa Cerne Ambiental Eireli EPP.

A impugnação está disponível no sítio wbc.pmsj.sc.gov.br, no link editais, TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2018.

Maiores informações, na Comissão Permanente de Licitações, sito à Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, 3º andar, Praia Comprida, São José/SC, das 13 às 19 horas.

São José, 28 de junho de 2018.

Claudia Schweitzer
Presidente da CPL

CONTRATO/CT: Nº 069/2018

Publicação Nº 1668442

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 069/2018 – PR 001/2018 – Processo 001/2018 – Proc. Adm. 435/2018 - Contratado: ME INFORMÁTICA LTDA. ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA CENTRAL DE SERVICE DESK, COM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE SERVICE DESK COM 0800 INTEGRADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSIS DE ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E GERENCIAMENTO DE REDE, SERVIDORES, ESTAÇÕES DE TRABALHO E DEMAIS ATIVOS DE REDE COM BASE NAS MELHORES PRÁTICAS DO ITIL®. SUPORTE TÉCNICO MENSAL PARA CERCA DE 2500 USUÁRIOS (HELP-DESK) DE NÍVEL 1 MEDIANTE CENTRAL DE ATENDIMENTO DE SERVIÇOS, BEM COMO PARA OS NÍVEIS 2 E 3, COM ALOCAÇÃO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, ATENDIMENTO 24 X 7, COM EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO DA REDE LOCAL BASEADO EM AMBIENTE MICROSOFT WINDOWS SERVER, SERVIÇO DE DIRETÓRIOS ACTIVE DIRECTORY E LINUX, GERENCIAMENTO E MONITORAMENTO DE SERVIÇOS DE REDE, SUPORTE TÉCNICO (HELP-DESK) REMOTO, MANUTENÇÃO NOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, RECUPERAÇÃO DE IMAGEM DE SOFTWARE, DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DE COMPONENTES, TROCA DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E DISPOSITIVOS, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO FÍSICA DE REDE LÓGICA E ELÉTRICA, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ E EM TODAS AS SUAS UNIDADES DISTRIBUÍDAS NO MUNICÍPIO, IMPLANTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SOLUÇÃO CORPORATIVA DE GERENCIAMENTO, MONITORAMENTO E AUDITORIA PERMANENTE DE ATIVOS DE TI E GERENCIAMENTO DE PROCESSOS (SERVICE-DESK) BASEADO NAS PRÁTICAS PRECONIZADAS PELO PADRÃO ITIL® (INFORMATION TECHNOLOGY INFRASTRUCTURE LIBRARY), CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES, REQUISITOS, CONDIÇÕES E DESCRIÇÕES DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS CONSTANTES NESTE EDITAL, INSTALAÇÃO DE ATÉ 1.000 (MIL) PONTOS DE REDE LÓGICA E 1.000 (MIL) PONTOS DE REDE ELÉTRICA PARA USO DOS COMPUTADORES. Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, mediante aditamento, conforme previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993, até o limite de 60 (sessenta) meses. Valor: R\$519.999,52 (quinhentos e dezenove mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos). Data da Assinatura do Contrato: 18 de junho de 2018.

EDITAL 006-018 - FUNDESJ

Publicação Nº 1668448

EDITAL EXTERNO Nº 006/2018/FUNDESJ/USJ

A Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ, Profa. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann, no uso de suas atribuições regimentais, e

CONSIDERANDO a ausência de profissionais, no quadro atual, qualificados e com formação específica nas áreas exigidas com disponibilidade para os horários de aulas já designados;

CONSIDERANDO a desistência de docentes do USJ inscritos na oferta interna, por meio dos Editais Internos nº 033, 035, 038 e 040/2018/USJ, das disciplinas contempladas no presente edital; e

CONSIDERANDO o início das aulas referentes ao segundo semestre de 2018, previsto para 23/07/2018, e por disponibilizarmos de pouco tempo hábil para realização do referido Processo Seletivo Simplificado, atribuindo-se ao mesmo o caráter de emergência,

RESOLVE:

Determinar a abertura do Segundo Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor de Ensino Superior Substituto, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária do Centro Universitário Municipal de São José – USJ.

São José, 28 de junho de 2018.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann
Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ

EDITAL EXTERNO Nº 006/2018/FUNDESJ/USJ

ABRE INSCRIÇÕES PARA O SEGUNDO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, COM VISTA À CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES POR PRAZO DETERMINADO (SUBSTITUTO) PARA CURSOS DE GRADUAÇÃO DO USJ.

A Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ, Profa. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann, no uso de suas atribuições regimentais, torna pública a abertura de inscrições com vista ao Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professores de Ensino Superior, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária do Centro Universitário Municipal de São José – USJ, nos termos das Leis nº 4.955 de 26 de abril de 2010 e nº 5.388 de 30 de abril de 2014.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

0.1 O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital e executado sob a responsabilidade da FUNDESJ – Fundação Educacional de São José, destinado à contratação de Professores de Ensino Superior Substitutos, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e demais leis e normas municipais aplicáveis à espécie.

0.2 O edital do Processo Seletivo Simplificado, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, as listas de classificação, os resultados de recursos, convocações e todos os demais atos do Processo Seletivo Simplificado, serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e/ou no site www.usj.edu.br.

0.3 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo Simplificado, tais como se acham estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

0.4 Fica designado como local de atendimento deste Processo Seletivo Simplificado:

Posto de Atendimento ao Candidato:

Local: Sede Administrativa do Centro Universitário Municipal de São José – Setor de Protocolos – Rua Jair Vieira, nº 76, Kobrasol – São José - SC

Horário de atendimento: Nos dias úteis, das 14h00min às 21h00min.

0.5 A interposição de recursos deverá ser realizada em até 24 (vinte e quatro) horas após a publicação da homologação de inscritos e do resultado final, podendo ser feita presencialmente, na sede administrativa do USJ, no endereço e horário previstos no item 1.4, ou ainda por e-mail endereçado a gestaopessoasusj@pmsj.sc.gov.br

0.6 Não são admitidas, após o término das inscrições, a complementação, a inclusão, ou a substituição de quaisquer documentos entregues.

2. DAS INSCRIÇÕES:**2.1. Da Taxa de Inscrição**

2.1.1. A taxa de inscrição, no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) por disciplina de 5 h/a, e de R\$ 20,00 (vinte reais) por disciplina de 2h/a, deverá ser creditada através de depósito/DOC/transferência bancária na conta da Fundação Educacional de São José – CNPJ: 07.159.202/0001-20 - Banco do Brasil, Agência 2638-7, conta corrente 505.145-2.

2.1.2. O candidato que efetuar o pagamento da taxa em cheque, somente terá sua inscrição efetivada após a compensação deste, sem prescindir do cumprimento das demais exigências.

2.1.3. O valor da taxa de inscrição, uma vez pago, não será restituído, em hipótese alguma, por destinar-se a cobrir custos com todo o Processo Seletivo Simplificado.

2.2. Dos procedimentos para realizar a inscrição

2.2.1. A inscrição poderá ser feita, presencialmente, na sede administrativa do USJ, no endereço e horário previstos no item 1.4, ou ainda por correspondência via SEDEX endereçado à sede administrativa do USJ, situada à Rua Jair Vieira, nº 76, Kobrasol – São José – SC, CEP: 88.102-130.

2.2.2. No caso de inscrição presencial, o(a) candidato(a) deverá entregar na sede administrativa do USJ, no endereço e horário previstos no item 1.4, a Ficha de Inscrição (ANEXO I) devidamente preenchida, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Fotocópia da Carteira de Identidade, e

b) Comprovante de recolhimento da taxa de inscrição, e

c) Fotocópia do Currículo da Plataforma Lattes, e

d) A cópia autenticada ou o original dos documentos que comprovam as informações constantes do Currículo Lattes referentes à experiência profissional e docente, e à titulação exigida (Graduação: Diploma ou Certificado de Colação de Grau; Especialização: Diploma ou Certificado de Conclusão; Mestrado ou Doutorado: Diploma ou Certificado de Conclusão, ou ainda, ata de defesa de cursos recomendados pela CAPES, autenticado por cartório competente).

2.2.3. No caso de inscrição via SEDEX, o(a) candidato(a) deverá enviar a cópia da Ficha de Inscrição (ANEXO I) devidamente preenchida, a cópia do comprovante das titulações (graduação e de pós-graduação), o número de acesso ao Currículo Lattes, e a cópia do Comprovante de recolhimento da taxa de inscrição para o e-mail gestaopessoasusj@pmsj.sc.gov.br, e remeter via SEDEX, para o endereço previsto no item 1.4, a Ficha de Inscrição (ANEXO I) devidamente preenchida, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Fotocópia da Carteira de Identidade, e

b) Comprovante de recolhimento da taxa de inscrição, e

c) Fotocópia do Currículo da Plataforma Lattes, e

d) A cópia autenticada dos documentos que comprovam as informações constantes do Currículo Lattes, referentes à: experiência profissional e docente, e à titulação exigida (Graduação: Diploma ou Certificado de Colação de Grau; Especialização: Diploma ou Certificado de Conclusão; Mestrado ou Doutorado: Diploma ou Certificado de Conclusão, ou ainda, ata de defesa de cursos recomendados pela CAPES, autenticado por cartório competente).

2.2.4. A inscrição deverá ser realizada no período compreendido entre o dia 29 de junho de 2018 até o dia 09 de julho de 2018.

2.2.5. O horário de atendimento para as inscrições feitas presencialmente na sede administrativa do USJ, localizada no endereço citado no item 2.2.1 deste edital, é das 14h00min às 21h00min.

2.2.6. Serão aceitas inscrições por procuração com firma reconhecida em cartório e apresentação da Carteira de Identidade do requerente legal.

2.3 Da isenção de pagamento da taxa de inscrição

2.3.1. Para os candidatos amparados pela Lei Municipal nº 4.438/2006 (isenção da taxa de inscrição para doadores de sangue) entregar pessoalmente ou encaminhar via SEDEX à sede do USJ, situada à Rua Jair Vieira, nº 76, Kobrasol – São José – SC, CEP:88.102-130, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 15h00min às 19h30min até o dia 04 de julho de 2018 (data de protocolo de entrega no USJ ou data de postagem dos correios), cópia do Requerimento de Inscrição e do documento que comprove sua condição de doador de sangue de acordo com os requisitos exigidos na Lei Municipal nº 4.438/2006.

2.3.2. O documento para comprovação da condição de doador de sangue deverá ser expedido por órgão oficial ou entidade credenciada coletora, discriminando o número e as correspondentes datas em que foram realizadas as doações, em número não inferior a 3 (três), considerando o período de 12 meses anteriores à data de 04 de julho de 2018.

2.3.3 Os candidatos amparados pela Lei Municipal nº 5.006/2010 (isenção da taxa de inscrição para candidatos desempregados) entregar pessoalmente ou encaminhar via SEDEX à sede do USJ, situada à Rua Jair Vieira, nº 76, Kobrasol – São José – SC, CEP:88.102-130, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 15h00min às 19h30min até o dia 04 de julho de 2018 (data de protocolo de entrega no USJ ou data de postagem dos correios), cópia do Requerimento de Inscrição, cópia dos documentos para comprovação desta condição:

a) Apresentar Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

b) Declaração firmada de que não é detentor de cargo público;

c) Declaração firmada de que não possui outra fonte de renda;

d) Comprovante de inscrição no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

2.3.4. A relação dos candidatos contemplados com a isenção de pagamento da taxa de inscrição será divulgada no dia 05 de julho de 2018, pelo site www.usj.edu.br e na sede administrativa do USJ.

2.3.5. O candidato não contemplado com a isenção do pagamento da inscrição, caso seja de seu interesse, poderá proceder conforme o item 2.1.1 deste edital, até o dia 09 de julho de 2018, último dia previsto para pagamento da inscrição.

2.3.6. O não cumprimento pelo candidato ou pelo seu representante legal de qualquer um dos itens referentes à isenção de pagamento da inscrição implicará, automaticamente, no cancelamento de sua inscrição.

2.4. Da homologação das inscrições

2.4.1. A homologação das inscrições será divulgada no dia 10 de julho de 2018, pelo site www.usj.edu.br

2.4.2. Caso o nome do candidato não conste do relatório das inscrições deferidas, o mesmo deverá encaminhar, até às 23h59min do dia 11 de julho de 2018, e-mail para o endereço eletrônico gestaopessoasusj@pmsj.sc.gov.br, com requerimento solicitando a regularização da inscrição informando, obrigatoriamente, nome completo, número de telefone e endereço eletrônico para contato. O candidato ainda deverá anexar ao requerimento a cópia do Requerimento de Inscrição devidamente autenticado pela Agência Bancária ou cópia da autenticação impressa pelo terminal de autoatendimento, ou ainda cópia da autenticação gerada pelo pagamento via internet, para comprovação do pagamento da taxa de inscrição.

2.4.3. A FUNDESJ irá verificar a regularidade da inscrição e, se esta for comprovada, procederá à inclusão do candidato, comunicando-lhe via telefone, no dia 12 de julho de 2018, quando será publicada a homologação final no site da instituição.

3. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

3.1 O presente processo seletivo avaliará os conhecimentos e habilidades dos candidatos através dos seguintes instrumentos:

Primeira etapa: Prova de Títulos, de caráter classificatório e eliminatório;

Segunda etapa: Prova Didática, de caráter classificatório.

3.2 A primeira e a segunda etapas serão de responsabilidade da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ.

4. DA PROVA DE TÍTULOS:

4.1 A prova de títulos é a primeira etapa do presente processo seletivo, sendo que só serão admitidos à segunda etapa, os 3 (três) primeiros classificados, em cada disciplina, nesta primeira etapa.

4.2 A pontuação desta etapa será atribuída conforme critérios constantes na Ficha de Pontuação do Candidato (Anexo II) deste Edital.

4.3 Para fins de pontuação neste Processo Seletivo, apenas o Diploma de pós-graduação stricto sensu poderá ser substituído por certidão/declaração de conclusão do curso da respectiva Instituição de Ensino, acompanhada do histórico oficial de disciplinas, com respectivos conceitos, desde que sejam atendidos também os seguintes critérios:

a) a certidão/declaração ter sido expedido há menos de um ano, a contar da data de publicação deste Edital; e

b) o documento informar que o candidato defendeu e obteve aprovação de sua dissertação/tese; e

c) o documento informar que o Diploma está em processo de confecção.

4.4 Somente serão aceitos diplomas de Graduação e Pós-Graduação validados pelos órgãos de educação. Os diplomas de Graduação e Pós-Graduação obtidos em instituição estrangeira serão aceitos mediante sua revalidação no Brasil. A revalidação do diploma estrangeiro deverá ser comprovada no ato da inscrição.

4.5 Os comprovantes de tempo de docência no magistério superior serão validados quando se tratar de:

a) declaração em papel timbrado, devidamente carimbada e assinada por autoridade institucional competente (área de Recursos Humanos), de Instituição de Ensino Superior, discriminando o tempo de serviço e as disciplinas ministradas, por semestre, e/ou;

b) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), seção Contrato de Trabalho, desde que seja possível identificar a empresa empregadora, cargo desempenhado e período de atuação;

c) não será computado como tempo de docência: estágio docência, professor voluntário, monitoria, tutoria, extensão, bem como docência em qualquer outro nível ou modalidade de ensino;

d) para o caso de experiência no exterior, os documentos somente serão considerados quando traduzidos para a língua portuguesa por tradutor juramentado.

4.6 Os comprovantes de experiência profissional (excluída a docência) na área da disciplina pleiteada, poderão ser:

a) declaração em papel timbrado, devidamente carimbada e assinada por autoridade institucional competente (Recursos Humanos), de órgão ou empresa, discriminando a área de atuação e tempo de serviço;

b) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), seção Contrato de Trabalho, desde que seja possível identificar a empresa empregadora, cargo desempenhado e período de atuação;

b.1 caso não conste do registro a data de saída, este não será considerado, sendo obrigatória a apresentação da declaração mencionada na alínea anterior;

b.2 compete ao candidato comprovar que o cargo desempenhado está relacionado à disciplina, por isso em determinados casos, a apresentação da cópia da CTPS não será suficiente, devendo o candidato apresentar a declaração mencionada na alínea anterior;

c) contrato de prestação de serviços, devidamente firmado entre as partes, ou de Recibo de Pagamento a Autônomo (RPA), acrescido de declaração emitida pela organização tomadora de serviços, que informe detalhadamente o período e o serviço realizado;

d) contrato social em que conste claramente a participação do candidato no quadro societário da organização, que deverá necessariamente vir acompanhado de declaração de responsável, em papel timbrado, devidamente carimbada e assinada, em que constem a descrição do serviço e o nível de atuação como profissional;

e) nos casos de advogados autônomos, certidões expedidas pelo Poder Judiciário, não sendo admitidas impressões de páginas da internet que tratam da consulta processual;

f) para o caso de experiência profissional no exterior, os documentos somente serão considerados quando traduzidos para a língua portuguesa por tradutor juramentado.

4.7 Na análise desta comprovação, a área da disciplina será entendida como a aderência da formação acadêmica e/ou experiência profissional do candidato à ementa da disciplina por este pleiteada, ficando a critério da Comissão constituída aprovar ou não o candidato, respeitando-se o princípio da equidade.

4.8 Os documentos desse processo poderão ser retirados do Setor de Protocolos da sede administrativa do USJ, sita à Rua Jair Vieira, nº 76, Kobrasol – São José – SC, no horário de 15h00m às 20h00m, a partir de 48 horas após a publicação da homologação do resultado final do processo seletivo e ficará à disposição do responsável até 30 dias após esta data. Após esse período, o material será incinerado.

4.9 O resultado da Prova de Títulos deverá ser divulgado na data de 13 de julho de 2018, no site do USJ e no mural da sede administrativa do USJ.

4.10 O candidato que desejar solicitar recurso deverá, até às 23h59min do dia 16 de julho de 2018, encaminhar um e-mail para o endereço eletrônico gestaopessoasusj@pmsj.sc.gov.br, ou por meio de requerimento entregue junto ao Setor de Protocolos na sede administrativa do USJ.

5. DA PROVA DIDÁTICA

5.1 Desta etapa do processo seletivo, só poderão participar os 3 (três) primeiros classificados na primeira etapa (Prova de Títulos).

5.2 Os candidatos que não obtiverem a classificação requerida para a convocação para a Prova Didática, serão desclassificados do presente processo seletivo.

5.3 A Prova Didática tem por objetivo avaliar as competências técnicas e comportamentais do candidato para o exercício das atividades inerentes ao cargo de Professor de Ensino Superior para o qual se inscreveu.

5.4 A Prova Didática será aplicada no dia 19 de julho de 2018, em horários e locais que serão informados no site www.usj.edu.br, no dia 17 de julho de 2018.

5.5 É de responsabilidade do candidato tomar conhecimento da convocação e da data, horário e local da realização da prova didática.

5.6 Os candidatos deverão comparecer ao local e horário da respectiva prova didática, munidos de documento de identificação.

5.7 O tema da prova didática será único para todos os candidatos de cada disciplina, e será correspondente ao primeiro item das ementas do Anexo IV deste Edital.

5.8 A ordem de prestação da prova didática será determinada pela Comissão Organizadora, de acordo com o número de inscrição de cada candidato no concurso público.

5.9 A avaliação da prova didática por parte da Banca Examinadora obedecerá aos critérios expostos no quadro do Anexo III deste Edital.

5.10 A Banca Examinadora do Concurso Público deverá ser constituída por 3 (três) membros, com titulação mínima de Mestre. A composição da Banca Examinadora será divulgada quando da convocação para a Prova Didática.

5.11 O parecer final da Banca Examinadora somente é passível de recurso à vista de manifestação estrita de ilegalidade.

5.12 A Prova Didática será realizada na presença do candidato e da Banca Examinadora, ficando vedada a presença de outros candidatos ou de outras pessoas, e qualquer tipo de registro pelos concorrentes. A Banca Examinadora poderá, a seu critério e para orientar a avaliação dos candidatos, fotografar, filmar ou gravar em áudio e vídeo a Prova Didática, com o que os candidatos concordam e expressamente autorizam no momento que se inscreverem no presente processo seletivo.

5.13 Os sons e imagens eventualmente gravados não poderão ser copiados, cedidos ou transmitidos por qualquer meio.

5.14 Poderão estar presentes à Prova Didática, além do candidato a ser avaliado e os membros da Banca Examinadora, os membros da Comissão Organizadora do presente processo seletivo.

5.15 A Prova Didática consistirá na apresentação de 1 (uma) aula com a duração mínima de 15 (quinze) minutos e a duração máxima de 20 (vinte) minutos. Caberá unicamente ao candidato o controle da duração da aula, que será interrompida pela Banca Examinadora ao final do tempo previsto, permitindo-se unicamente o tempo suplementar de 2 minutos para as considerações finais.

5.16 Antes do início da Prova Didática, o candidato deverá apresentar à Banca Examinadora, um plano de aula impresso em 3 (três) vias de igual teor que deverá indicar a duração da aula.

5.17 O candidato poderá utilizar os recursos didáticos que julgar adequados, sendo de sua única responsabilidade a aquisição, instalação e operação de qualquer equipamento e/ou recurso que desejar utilizar, não podendo ter auxílio de outra pessoa nem usar qualquer equipamento de rádio/transmissão/recepção ou telefonia durante a prestação da prova.

5.18 Caberá à Fundação Educacional de São José o fornecimento de um ponto de energia elétrica para eventual ligação do equipamento,

não sendo responsável pelo fornecimento de quaisquer outros materiais, bem como pela queda ou qualquer problema de fornecimento de energia elétrica.

5.19 Será disponibilizado quadro e equipamento multimídia de projeção, não sendo responsabilidade da organização do Concurso a incompatibilidade de equipamento ou sistema operacional ou não funcionamento de cabos ou quaisquer outros materiais.

5.20 A Banca Examinadora não se manifestará no decorrer da prova e não prestará informações sobre a avaliação aos candidatos. Os resultados da avaliação serão publicados nos termos do Edital.

5.21 A Banca Examinadora poderá se manifestar ao final da apresentação do candidato por um período de até quinze (15) minutos para questionamentos.

5.22 Serão desclassificados da Prova Didática, e consequentemente do presente processo seletivo, os candidatos que:

1. Não comparecerem ou chegarem com atraso, por qualquer motivo, à Prova Didática; e/ou
2. Obtiverem nota inferior a 6,0 (seis vírgula zero); e/ou
3. Deixarem de atender a qualquer das normas do Edital e do presente instrumento de convocação.

6. DA MÉDIA FINAL E CLASSIFICAÇÃO

6.1 A Média Final dos candidatos, expressa com duas casas decimais após a vírgula, sem arredondamento, será calculada com base na fórmula abaixo:

$$MF = [(NPT \times 4) + (NPD \times 6)] / 10$$

Sendo:

MF – Média final

NPT – Nota da prova de títulos

NPD – Nota da prova didática

6.2 A classificação será por ordem decrescente de pontos, conforme a nota obtida na média final.

6.3 Ocorrendo empate na pontuação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº 10.741/03.

6.4 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem de preferência:

- a) Maior nota na prova didática;
- b) Maior nota na prova de títulos;
- c) Maior titulação;
- d) Maior tempo de docência no magistério superior.

7. DO RESULTADO FINAL:

7.1 O resultado final será publicado em Edital, no dia 20 de julho de 2018, no endereço www.usj.edu.br, contendo apenas a relação dos classificados, em ordem decrescente da pontuação final.

7.2 Será selecionado apenas o primeiro classificado de cada vaga/disciplina do Anexo IV do Edital. Em caso de desistência de candidato selecionado, será chamado o seguinte na ordem de classificação, até o preenchimento das vagas.

7.3 O candidato selecionado para mais de uma vaga terá que optar entre disciplinas se constatada incompatibilidade de horários entre as disciplinas.

7.4 Ao declinar de uma disciplina em que tenha sido selecionado, pelas razões indicadas no item anterior ou motivo particular, o candidato perderá o direito à vaga e o USJ convocará o candidato seguinte na ordem de classificação. Todavia, esse tipo de desistência não impedirá o candidato de participar de processos seletivos futuros.

7.5 A seleção e a classificação dos candidatos será feita por portaria designando Comissão própria, expedida pela FUNDESJ, e divulgada no site da USJ, na mesma data de divulgação deste edital.

8. DA HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS ETAPAS DO PROCESSO

8.1. Da Publicação dos Editais da Homologação das Inscrições Deferidas e Indeferidas e do Edital do Resultado da Prova de Títulos, cabe pedido de revisão à Comissão de Avaliação, desde que solicitado presencialmente na sede administrativa do USJ, em endereço e horário previstos no item 1.4 deste edital, ou ainda, encaminhado para o endereço eletrônico gestaopessoasusj@pmsj.sc.gov.br, desde que respeitado o prazo de 24 horas após a data da publicação.

8.2. O Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado, após julgados os possíveis recursos impetrados, será homologado pela Superintendente da FUNDESJ e pelo Reitor do USJ, sendo publicado no dia 24 de julho de 2018, no Mural da Sede Administrativa da Reitoria e no site do USJ (www.usj.edu.br), obedecendo à ordem de classificação dos(as) candidatos(as) aprovados(as).

9. Cronograma das atividades

Data	Atividades
De 29/06 a 09/07/2018	Período de Inscrições.
Dia 04/07/2018	Prazo final para os pedidos de isenção de taxa de inscrição.
Dia 05/07/2018	Resultado da relação de isentos.
Dia 10/07/2018	Homologação das Inscrições Deferidas e Indeferidas do Processo Seletivo Simplificado.
Dia 11/07/2018	Período de Recursos da homologação das inscrições.
Dia 12/07/2018	Divulgação da homologação final das inscrições.
Dia 13/07/2018	Resultado da Avaliação da Prova de Títulos.
Dia 16/07/2018	Data Final para Pedidos de Recursos sobre o Resultado da Prova de Títulos.
Dia 17/07/2018	Divulgação dos horários das Provas Didáticas.
Dia 17/07/2018	Resultado da Classificação final da Prova de Títulos, pós recursos.
Dia 19/07/2018	Realização das Provas Didáticas.
Dia 20/07/2018	Divulgação do Resultado Final.
Dia 23/07/2018	Período de Recursos sobre a Prova Didática e o Resultado Final.

Dia 24/07/2018

Homologação do Resultado Final.

10. Das Vagas do Processo Seletivo Simplificado:

10.1 As vagas do Processo Seletivo Simplificado estão relacionadas no Anexo IV.

10.2 As disciplinas e os dias da semana previstos para cada vaga poderão ser alterados de acordo com a necessidade do Centro Universitário Municipal de São José – USJ.

11. Carga Horária Semanal / Titulação / Remuneração Mensal

11.1 O professor selecionado perceberá uma remuneração mensal, de acordo com a carga horária das disciplinas, já acrescido do Descanso Semanal Remunerado, da seguinte forma:

a) Para disciplina de 05 (cinco) horas-aula semanais, e conforme a titulação: Especialização R\$ 553,71/ Mestrado: R\$ 649,98/ Doutorado: R\$ 948,05;

b) Para disciplina de 02 (duas) horas-aula semanais, e conforme a titulação: Especialização R\$ 221,48/ Mestrado: R\$ 259,99/ Doutorado: R\$ 379,22.

12. Da contratação:

12.1.O(A) candidato(a) aprovado(a) será contratado(a) nos termos das Leis nº 4.955/2010 e 5.388/2014, e perceberá remuneração de acordo com a titulação apresentada no ato da contratação e conforme os valores estabelecidos no presente edital, e na legislação em vigor.

12.2.O(A) candidato(a) selecionado(a) será contratado(a) imediatamente e por tempo determinado, pelo período de até 06 (seis) meses, sendo admitida a prorrogação de contrato desde que o prazo total não exceda 02(dois) anos.

12.3.O(A) candidato(a) que ocupar cargo público, que não o de Magistério, poderá ser contratado(a) desde que ocupe cargo técnico científico e que tenha compatibilidade de horário comprovada.

12.4.Os(as) candidatas(as) estrangeiros(as) deverão comprovar no ato da inscrição o visto temporário ou visto permanente, de acordo com a legislação vigente.

12.5. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 01 (um) ano, a contar da data da homologação do resultado final deste certame. Os candidatos classificados além das vagas previstas poderão ser chamados ou não à critério da Fundação Educacional de São José e Centro Universitário Municipal de São José – USJ.

12.6.Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 28 de junho de 2018.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann

Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ

ANEXO I**FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO**

Edital nº 006/2018/FUNDESJ – Processo Seletivo Simplificado Contratação de Professor Substituto Por Tempo Determinado

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome Completo:

Identidade: Órgão Emissor: Uf: Data de Emissão:

Cpf: Data de Nascimento: Sexo: () Masc. ()Fem.

Nacionalidade: Visto Permanente: () Sim () Não

Endereço Residencial (Rua / Av.):

Bairro: CEP: Cidade: UF:

País: DDD: Tel: Cel:

E-mail:

ÁREA DE INSCRIÇÃO

Código Vaga: ()

Disciplina de Inscrição: _____

São José, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) Candidato(a) _____

ANEXO II**FICHA DE PONTUAÇÃO DO CANDIDATO**

Candidato: _____

Disciplina: _____

Curso: _____

Itens de Análise	Referência	Resultado
1. PÓS-GRADUAÇÃO / TITULAÇÃO *poderá pontuar apenas a titulação mais alta.	Máximo: 3,0	
1.1 Doutorado, recomendado pela CAPES/MEC, na área do curso ou da disciplina	3,0	
1.2 Mestrado, recomendado pela CAPES/MEC, na área do curso ou da disciplina	2,0	
1.3 Mestrado ou Doutorado, recomendado pela CAPES/MEC, em área distinta do curso ou disciplina	1,5	
1.4 Especialização na área da disciplina	1,0	
1.5 Especialização em área distinta da disciplina	0,5	
2. TEMPO DE DOCÊNCIA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR NA DISCIPLINA	Máximo: 3,0	
2.1 0,30 pontos por semestre completo		
3. TEMPO DE DOCÊNCIA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR EM OUTRAS DISCIPLINAS	Máximo: 2,0	
3.1 0,20 pontos por semestre completo		
4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NÃO ACADÊMICA NA ÁREA DA DISCIPLINA	Máximo: 2,0	
4.1 0,2 ponto por ano completo		
PONTUAÇÃO TOTAL	10,0	

ANEXO III

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DA PROVA DIDÁTICA

CANDIDATO(A)	
CURSO	
DISCIPLINA	
TEMA DA AULA	
DATA E HORÁRIO	

ITENS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DIDÁTICA	
Habilidades na abordagem do conteúdo, profundidade, relação do tema da aula com a unidade e atualização	<ul style="list-style-type: none"> • Demonstrou domínio sobre os conceitos e princípios do tema exposto; • Apresentou plano de aula com coerência e clareza, em conformidade com o tema da aula; • Apresentou habilidades de análise e de síntese; • Relacionou o tema da aula com o todo da unidade de conteúdo (disciplina) da qual faz parte; • Situou o conteúdo no contexto no qual foi produzido; • Estabeleceu a relação entre o tema e o conhecimento atual; • Utilizou de maneira correta, a terminologia científica; • Adequou a bibliografia ao tema abordado.
0 a 3 pontos	Sub-total:
Sequência lógica e coerência do conteúdo	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciou a partir de uma tese ou conceituação; • Desenvolveu a aula com base em fundamentos teóricos e/ou teórico-práticos; • Apresentou argumentos convergentes e divergentes; • Propiciou a elaboração de conclusões; • Expôs o conteúdo baseado nos itens e na sequência estabelecida no plano.
0 a 2 pontos	Sub-total:
Correção na linguagem, clareza da comunicação, habilidade didática	<ul style="list-style-type: none"> • Correção na linguagem; • Clareza da comunicação; • Demonstrou habilidade didática, conseguindo transmitir com objetividade e plenitude, o conteúdo proposto; • Demonstrou capacidade de empatia e de bom relacionamento interpessoal.
0 a 3 pontos	Sub-total:
Emprego apropriado dos recursos didáticos	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizou adequadamente os recursos e métodos como meios auxiliares na abordagem do conteúdo; • Usou recursos e métodos como formas de facilitar a compreensão do conteúdo abordado.
0 a 2 pontos	Sub-total:
TOTAL DAS NOTAS ATRIBUÍDAS AOS ITENS:	

OBS:

1. Antes de iniciar a prova, o candidato deverá entregar uma cópia do plano de aula para cada um dos membros da banca;
2. A nota do candidato será a média aritmética simples das notas dadas pelos 3 (três) membros da banca examinadora. ANEXO IV – QUADRO DE DISCIPLINAS – 2018-2

CÓDIGO DA VAGA	CURSO	DISCIPLINA	FASE	DIA DA SEMANA E HORÁRIO	EMENTA	REQUISITOS	CARGA HORÁRIA
101	ADS	Legislação em Informática e Ética Empresarial	3º	Sexta-feira / 18h30min às 22h00min	O direito e a sociedade de informação. Direitos fundamentais e informática. Caracterização das leis de software. Caracterização e análise da política nacional de informática. Conceituação do tratamento e sigilo de dados. Conceituação de propriedade intelectual. Conceituação das noções de direitos autorais. Proteção jurídica do software. Conceituação da responsabilidade civil e penal sobre a tutela da informação. Conceituação da legislação relativa aos direitos de defesa do consumidor. Contratos eletrônicos. Tratados e convenções internacionais sobre comércio eletrônico e regulação do ciberespaço. Estudo crítico dos princípios da moral, da ética e legislação profissional, competências e atribuições do profissional. Crimes tecnológicos. Penalidade e punições. Relação da Ética com outras ciências. A Ética como doutrina. Ética nos negócios. Ética e a profissão de analista de sistemas.	Graduação em Direito; ou Graduação na Área de TI, com pós-graduação na área da disciplina.	5 h/a
102	ADS	Segurança da Informação	4º	Quinta-feira / 18h30min às 22h00min	Segurança de sistemas. Análise de riscos em sistemas de informação. Aspectos de controle e segurança. Planos de segurança e de contingência. Políticas de segurança. Criptografia. Firewalls. Vulnerabilidades e principais tecnologias de segurança. Visão geral sobre auditoria de sistemas. Metodologias de auditoria. Técnicas de avaliação de sistemas; Aspectos especiais: vírus, fraudes, criptografia, acesso não autorizado. Controles e auditoria em hardware e software.	Graduação na Área de TI ou correlata, com pós-graduação.	5 h/a
103	ADS	Banco de Dados II	5ª	Terça-feira / 18h30min às 22h00min	Diferenciar as arquiteturas de banco de dados. Desenvolver aplicações de banco de dados nas diferentes arquiteturas. Compreender e implementar técnicas de processamento de transações e recuperação de banco de dados. Compreender problemas de concorrência em banco de dados. Aplicar regras para garantir a segurança e integridade dos dados em banco de dados cliente/servidor e distribuído. Realizar auditoria e segurança de sistemas de banco de dados. Mineração de Dados	Graduação na Área de TI ou correlata, com pós-graduação.	5 h/a
104	ADS	Qualidade e Teste de Software	5ª	Segunda-feira / 18h30min às 22h00min	Fundamentos de Teste de Software, tipos de teste, especificação de testes; estratégias, níveis e técnicas de Testes; Ferramentas para testes.	Graduação na Área de TI ou correlata, com pós-graduação.	5 h/a
105	ADS	Algoritmo	1ª	Segunda-feira / 18h30min às 22h00min	Introdução à lógica e princípios de resolução de problemas. Estruturas básicas de programação (tipos de dados, instruções primitivas, estruturas de controle condicional e repetição). Estruturas de dados homogêneas (vetores e matrizes). Estruturas de dados heterogêneas (registros). Conceitos de programação modular.	Graduação em Administração, ou em Engenharia, ou em Áreas de TI (Tecnologia da Informação), ou área correlata; com pós-graduação.	5 h/a
106	ADS	Linguagem de Programação II	3ª	Terça-feira / 18h30min às 22h00min	Projetos de Sistemas para Web: modelo cliente-servidor, padrão MVC, arquitetura em camadas, protocolo http. Linguagens de marcação para Interface com o usuário. Servidores: web, web dinâmico e de aplicação. Linguagens de programação para Internet Java. Tecnologias de apoio à programação para Internet. Frameworks de programação para Internet.	Graduação na Área de Tecnologia da Informação (TI), ou em área correlata; com pós-graduação	5 h/a

107	ADS	Linguagem de Programação III	5ª	Quarta-feira / 18h30min às 22h00min	Padrões de programação para telefones celulares e PDA. Interface com o usuário em telefones celulares e PDA. Acesso à rede de dados em telefones celulares e PDA. Armazenamento interno de dados em telefones celulares e PDA. Entrega e instalação de programas em telefones celulares e PDA.	Graduação na Área de Tecnologia da Informação (TI), ou em área correlata; com pós-graduação.	5 h/a
-----	-----	------------------------------	----	-------------------------------------	--	--	-------

PORTARIA SA Nº 0590/2018

Publicação Nº 1667510

P O R T A R I A- SA - N.º 0590/2018

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) JUCIMARA MARGARIDA HENRIQUE, matrícula n.35732-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 04.04.2018 a 03.05.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2018

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA Nº 0591/2018

Publicação Nº 1667514

P O R T A R I A- SA - N.º 0591/2018

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) CLAUDIA MARIA BARBATO VIEIRA, matrícula n.13149-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Orientador Educacional, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 12.04.2018 a 11.05.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2018

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA Nº 0592/2018

Publicação Nº 1667520

P O R T A R I A- SA - N.º 0592/2018

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) CRISTIANE TRAPP INACIO DE SOUZA, matrícula n.33349-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 16 (dezesesseis) dias de 16.04.2018 a 08.05.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2018

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA Nº 0593/2018

Publicação Nº 1667524

P O R T A R I A- SA - N.º0593/2018

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) DAGMAR LUCIA REINALDO DE MELO, matrícula n. 21676-3, lotado(a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 23.04.2018 à 21.06.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA Nº 0594/2018

Publicação Nº 1667529

P O R T A R I A- SA - N.º0594/2018

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) ELIANA LUISA WEIS, matrícula n. 24503-8, lotado(a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias de 24.04.2018 à 07.06.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0595/2018

Publicação N° 1667532

P O R T A R I A- SA - N.º 0595/2018

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) CLAUDIA FABIANI SANTOS DO ESPIRITO SANTO DA SILVA, matrícula n.35725-1, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, Licença Saúde por 20 (vinte) dias de 23.04.2018 a 12.05.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2018

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0596/2018

Publicação N° 1667535

P O R T A R I A- SA - N.º 0596/2018

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) EMANUELA FERREIRA, matrícula n.428891-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 24.04.2018 a 23.05.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2018

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0597/2018

Publicação N° 1667538

P O R T A R I A- SA - N.º 0597/2018

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) MARIA FRANCISCA RODRIGUES GIRON, matrícula n.22809-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 19.04.2018 a 18.05.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2018

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0598/2018

Publicação N° 1667543

P O R T A R I A- SA - N.º 0598/2018

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) CRISTIANE TRAPP INACIO DE SOUZA, matrícula n.33349-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 23 (vinte e três) dias de 16.04.2018 a 08.05.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2018

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0599/2018

Publicação N° 1667550

P O R T A R I A- SA - N.º 0599/2018

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) LUCIANA APARECIDA VIEIRA SCHMIDT, matrícula n.35700-6, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 19.04.2018 a 11.05.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2018

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0600/2018

Publicação N° 1667561

P O R T A R I A- SA - N.º 0600/2018

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) RITA DE CASSIA CORREA, matrícula n.35832-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 90 (noventa) dias de 06.05.2018 a 03.08.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de maio de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2018

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0601/2018

Publicação N° 1667570

P O R T A R I A- SA - N.º 0601/2018

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) ROSANGELA SILVA HAMES, matrícula n.13730-8, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 60 (sessenta) dias de 17.04.2018 a 15.06.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2018

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0602/2018

Publicação N° 1667575

P O R T A R I A- SA - N.º 0602/2018

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) STELA MARIS RIOS, matrícula n.13729-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Orientador Educacional, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 13.04.2018 a 12.05.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2018

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0603/2018

Publicação N° 1667580

P O R T A R I A- SA - N.º 0603/2018

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) MIRIAM HORST DO NASCIMENTO, matrícula n.35698-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 18.04.2018 a 17.05.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2018

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0604/2018

Publicação N° 1667611

P O R T A R I A- SA - N.º 0604/2018

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) MARILDA VALERIA RIOS DE SOUZA , matrícula n.18855-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 60 (sessenta) dias de 19.04.2018 a 17.06.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2018

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0605/2018

Publicação N° 1667618

P O R T A R I A- SA - N.º 0605/2018

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) MARILDA VALERIA RIOS DE SOUZA , matrícula n.24512-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 60 (sessenta) dias de 19.04.2018 a 17.06.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2018

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0606/2018

Publicação N° 1667630

P O R T A R I A- SA - N.º 0606/2018

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) ANTONIO DE ASSIS POLEZA , matrícula n.35982-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 90 (noventa) dias de 22.04.2018 a 20.07.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2018

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0607/2018

Publicação N° 1667634

P O R T A R I A- SA - N.º 0607/2018

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) MARLI PRIM BUCHELE , matrícula n.13830-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 12.04.2018 a 11.05.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2018

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0608/2018

Publicação N° 1667640

P O R T A R I A- SA - N.º 0608/2018

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). TANELI SCHVEITZER VIEIRA, matrícula n.º 2754-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família, por 30 (trinta) dias, de 06.05.2018 a 04.06.2018.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de maio de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0609/2018

Publicação N° 1667649

P O R T A R I A- SA - N.º 0609/2018

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ZELIDIA OLIVEIRA DE SOUZA, matrícula n.º 21693-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família, por 30 (trinta) dias, de 06.05.2018 a 04.06.2018.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de maio de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0610/2018

Publicação N° 1667659

P O R T A R I A- SA - N.º 0610/2018

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). DEISE XAVIER MEINCHEIN, matrícula n.º 13986-6, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família, por 60 (sessenta) dias, de 04.05.2018 a 02.07.2018.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de maio de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0611/2018

Publicação N° 1667669

P O R T A R I A- SA - N.º 0611/2018

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CAMILA CRISTINA SANTOS, matrícula n.º 40466-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família, por 30 (trinta) dias, de 11.04.2018 a 10.05.2018.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0612/2018

Publicação N° 1667683

P O R T A R I A- SA - N.º 0612/2018

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). VANDA LUCIA DE OLIVEIRA DO VALE, matrícula n.º 1412-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Agente Operacional, licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família, por 90 (noventa) dias, de 31.03.2018 a 28.06.2018.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de março de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA Nº 0615/2018

Publicação Nº 1667694

P O R T A R I A- SA - N.º 0615/2018

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) DAIANE PERETTI, matrícula n.35802-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 23.04.2018 a 22.05.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2018

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA Nº 0617/2018

Publicação Nº 1667703

P O R T A R I A- SA - N.º 0617/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ADRIANA BRANDO DE SOUZA, matrícula n.º 13504-6, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias de 07.05.2018 a 05.07.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de maio de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA Nº 0618/2018

Publicação Nº 1667706

P O R T A R I A- SA - N.º 0618/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). SILVIO LUIZ INDRUSIAK WEISS, matrícula n.º 1517-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias de 26.04.2018 a 24.06.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0619/2018

Publicação N° 1667710

P O R T A R I A- SA - N.º 0619/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ADILIA SCHLICHTING DA SILVA, matrícula n.º 13690-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias de 09.05.2018 a 05.07.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de maio de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0620/2018

Publicação N° 1667719

P O R T A R I A- SA - N.º 0620/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARIA ELIANE HAMMES CLASEN, matrícula n.º 42153-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino, readaptação funcional por 90 (noventa) dias de 06.04.2018 a 04.07.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0621/2018

Publicação N° 1667723

P O R T A R I A- SA - N.º 0621/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei n° 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). IRAJA BARÃO FILHO, matrícula n.º 15490-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias de 18.05.2018 a 16.07.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de maio de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0622/2018

Publicação N° 1667727

P O R T A R I A- SA - N.º 0622/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei n° 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MAYSA MARTINS RAIMUNDO, matrícula n.º 1924-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias de 17.05.2018 a 15.07.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de maio de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0623/2018

Publicação N° 1667732

P O R T A R I A- SA - N.º 0623/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei n° 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ROGERIO MARQUES LEITE, matrícula n.º 21597-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias de 27.04.2018 a 25.06.2018. Ficam abonadas as faltas existentes.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0624/2018

Publicação N° 1667740

P O R T A R I A- SA - N.º 0624/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei n° 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CARMEM LUCIA MEDEIROS LAUREANO, matrícula n.º 10785-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 30 (trinta) dias de 06.04.2018 a 04.06.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0625/2018

Publicação N° 1667753

P O R T A R I A- SA - N.º 0625/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei n° 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). EDNA MARA ANDRADE SOUZA, matrícula n.º 13712-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, readaptação funcional por 90 (noventa) dias de 06.04.2018 a 04.07.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0626/2018

Publicação N° 1667756

P O R T A R I A- SA - N.º 0626/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). TATIANE CAROLINE WALTRICK GOETEN, matrícula n.º 13831-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias de 15.04.2018 a 13.06.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0627/2018

Publicação N° 1667764

P O R T A R I A- SA - N.º 0627/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARIA LEOPOLDINA DA SILVA COUTINHO, matrícula n.º 16523-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Orientador Educacional, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias de 27.04.2018 a 25.06.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0628/2018

Publicação N° 1667770

P O R T A R I A- SA - N.º 0628/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ALINE MARIA LIMA VENERO, matrícula n.º 42103-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias de 04.05.2018 a 02.07.2018. Ficam abonadas as faltas existentes.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de maio de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0629/2018

Publicação N° 1667774

P O R T A R I A- SA - N.º 0629/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei n° 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). LEANDRA VIEIRA VIDAL PEREIRA, matrícula n.º 13607-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias de 06.05.2018 a 04.07.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de maio de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0630/2018

Publicação N° 1667778

P O R T A R I A- SA - N.º 0630/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei n° 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARIA MARGARETE ANTERO, matrícula n.º 15205-6, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias de 08.05.2018 a 06.07.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de maio de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0631/2018

Publicação N° 1667790

P O R T A R I A- SA - N.º 0631/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei n° 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). LUCINETE VENTURA DA SILVA, matrícula n.º 21619-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 30 (trinta) dias de 30.04.2018 a 29.05.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de abril de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0632/2018

Publicação N° 1667796

P O R T A R I A- SA - N.º 0632/2018

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sr. (a) ESTELA CORREA DE MACEDO PRETULA, matrícula n.º 39849-7, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 02.05.2018 a 28.10.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de maio de 2018.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0634/2018

Publicação N° 1667808

PORTARIA- SA – N° 0634/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei n° 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) ROSE MERI HILDA MELO, matrícula n° 17564-1, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2010/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18 de junho de 2018.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de junho de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA Nº 0635/2018

Publicação Nº 1667813

PORTARIA– SA – Nº 0635/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) MARILENE SAVARIS, matrícula nº 30599-5, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2011/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de junho de 2018.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de junho de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA Nº 0636/2018

Publicação Nº 1667820

PORTARIA– SA – Nº 0636/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) ALICE TEREZINHA ALVES ROSA, matrícula nº 39070-4, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2012/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de junho de 2018.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de junho de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA Nº 0637/2018

Publicação Nº 1667827

PORTARIA– SA – Nº 0637/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) CENIRIA LUCIA LORENZETTO, matrícula nº 39526-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2012/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de junho de 2018.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de junho de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA Nº 0638/2018

Publicação Nº 1667832

PORTARIA– SA – Nº 0638/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) CRISTIANA FRIGO DA SILVA, matrícula nº 31747-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Farmacêutico Farmácia Popular, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2012/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de junho de 2018.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de junho de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA Nº 0639/2018

Publicação Nº 1667845

PORTARIA– SA – Nº 0639/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) JOSE PAULO DA SILVA, matrícula nº 2684-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2005/2010.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de junho de 2018.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de junho de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA Nº 0640/2018

Publicação Nº 1667849

PORTARIA– SA – Nº 0640/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) MICHELLY PATRICIA MAFRA DA LUZ, matrícula nº 33964-4, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Assistente Social 40hs, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2013/2018.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de junho de 2018.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de junho de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0641/2018

Publicação N° 1667854

PORTARIA– SA – N° 0641/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) ALESSANDRA REGIS DA SILVA, matrícula nº 30741-6, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Psicólogo 40hs, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2011/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de junho de 2018.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de junho de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0642/2018

Publicação N° 1667860

PORTARIA– SA – N° 0642/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) YARA CONCEIÇÃO OLIVEIRA DA SILVA, matrícula nº 30841-2, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2011/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de junho de 2018.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de junho de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0643/2018

Publicação N° 1667869

PORTARIA– SA – N° 0643/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) NAIANA EDIANE ANTUNES TESSER, matrícula nº 32747-6, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2012/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de junho de 2018.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de junho de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0644/2018

Publicação N° 1667875

PORTARIA– SA – N° 0644/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) JOSIANI AZEVEDO, matrícula nº 1866-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Atendente Saúde Pública, referente ao período aquisitivo compreendido entre 1995/2000.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de junho de 2018.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de junho de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0645/2018

Publicação N° 1667893

PORTARIA– SA – N° 0645/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) VIVIANE ABRANCHES CERQUEIRA, matrícula nº 32263-6, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2012/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de junho de 2018.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de junho de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0646/2018

Publicação N° 1667907

PORTARIA– SA – N° 0646/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) KAROLINE SANTOS DE ABREU, matrícula nº 30610-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Enfermeiro, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2011/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de junho de 2018.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de junho de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0647/2018

Publicação N° 1667914

PORTARIA– SA – N° 0647/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) NARA BEATRIZ MACHADO PEREIRA, matrícula nº 32815-4, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2012/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de junho de 2018.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de junho de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0648/2018

Publicação N° 1667924

PORTARIA– SA – N° 0648/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) MARISTELA BACK NIENKOTTER, matrícula nº 39535-8, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2012/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de junho de 2018.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de junho de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0649/2018

Publicação N° 1667928

PORTARIA- SA – N° 0649/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei n° 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) EDNA MARISA ALVES A. DE ANDRADE, matrícula n° 39465-3, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2012/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de junho de 2018.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de junho de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0650/2018

Publicação N° 1667938

PORTARIA- SA – N° 0650/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei n° 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) CLARICE AMARAL, matrícula n° 39383-5, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2012/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de junho de 2018.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de junho de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0651/2018

Publicação N° 1667964

PORTARIA- SA – N° 0651/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei n° 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) ELIANE IZABEL NUNES, matrícula n° 10400-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2006/2011.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de junho de 2018.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de junho de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0652/2018

Publicação N° 1667968

PORTARIA- SA – N° 0652/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) ARITIANO DE ALEXANDRINO, matrícula nº 23228-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente de Combates As Endemias, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2012/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de junho de 2018.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de junho de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0653/2018

Publicação N° 1667971

PORTARIA- SA – N° 0653/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) LETÍCIA ZIMMERMANN, matrícula nº 15464-4, lotado (a) na Secretaria de Assistência Social, no cargo de Assistente Social 40hs, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2009/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02 de julho de 2018.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de junho de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA N° 0654/2018

Publicação N° 1667974

PORTARIA- SA – N° 0654/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) VALBIA CAMPOS PEREIRA, matrícula nº 13488-0, lotado (a) na Secretaria de Assistência Social, no cargo de Assistente Social 40hs, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2009/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2018.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de junho de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA Nº 0655/2018

Publicação Nº 1667977

PORTARIA– SA – Nº 0655/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) PATRICIA CRISTINA DA SILVA, matrícula nº 32243-1, lotado (a) na Secretaria de Assistência Social, no cargo de Atendente Saúde Pública, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2012/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02 de julho de 2018.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de junho de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA Nº 0656/2018

Publicação Nº 1667980

PORTARIA– SA – Nº 0656/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) FLÁVIA MARTINS BARRETO, matrícula nº 22712-9, lotado (a) na Secretaria de Assistência Social, no cargo de Psicólogo 40hs, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2013/2018.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 15 de agosto de 2018.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de junho de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA Nº 0657/2018

Publicação Nº 1667981

PORTARIA– SA – Nº 0657/2018

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) VALDIR JOAQUIM MARTINS, matrícula nº 1720-5, lotado (a) na Secretaria de Assistência Social, no cargo de Agente Operacional, referente aos períodos aquisitivos compreendido entre os anos: 1990/1995, 1995/2000, 2000/2005 e 2005/2010.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de junho de 2018.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de junho de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 070/2018/SF

Publicação Nº 1666932

DECRETO Nº 070/2018 – SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.662/2017/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

04 DEPTO DE ATENÇÃO BÁSICA

2.127 PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE DO ADOLESCENTE EM REGIME DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA

"14"3.1.90.00.00.1.0716(0038) Aplicações Diretas R\$40.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), Recursos Programa de Atenção Integral da Saúde do Adolescente em Regime de Internação Provisória, Fonte 1.716, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

04 DEPTO DE ATENÇÃO BÁSICA

2.127 PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE DO ADOLESCENTE EM REGIME DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA

"15"3.3.90.00.00.1.0716(0038) Aplicações Diretas R\$40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de junho de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 071/2018/SF

Publicação Nº 1666933

DECRETO Nº 071/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.662/2017/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 31.198,44 (trinta e um mil cento e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

04 DEPTO DE ATENÇÃO BÁSICA

2.125 NASF – NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA

"36"3.1.90.00.00.1.0002(0002) Aplicações Diretas R\$20.946,68

05 DEPTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

2.129 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES DE COMBATES A ENDEMIAS – ACE

"44"3.1.90.00.00.1.0002(0002) Aplicações Diretas R\$10.251,76

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 31.198,44 (trinta e um mil cento e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos), Recursos Impostos e Transferências de Impostos da Saúde, Fonte 1.0002, das verbas a

seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

04 DEPTO DE ATENÇÃO BÁSICA

2.125 NASF – NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA

“38”3.3.90.00.00.1.0002(0002) Aplicações Diretas R\$12.948,68

“39”4.4.90.00.00.1.0002(0002) Aplicações Diretas R\$8.000,00

05 DEPTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

2.129 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES DE COMBATES A ENDEMIAS – ACE

“46”3.3.90.00.00.1.0002(0002) Aplicações Diretas R\$10.251,76

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de junho de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 072/2018/SF

Publicação Nº 1666937

DECRETO Nº 072/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º da Lei Municipal nº 4.662/2017/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 2.380,21 (dois mil trezentos e oitenta reais e vinte e um centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

0.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS – PAGTO DE PRECATÓRIOS

“41”3.3.90.00.01.0000 Aplicações Diretas R\$2.380,21

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao excesso de arrecadação, no valor de R\$ 2.380,21 (dois mil trezentos e oitenta reais e vinte e um centavos), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de junho de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 073/2018/SF

Publicação Nº 1666938

DECRETO Nº 073/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, e Art. 11 da Lei Municipal nº 4.662/2017/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 88.062,62

(oitenta e oito mil e sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

1.016 AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIP AGRÍCOLAS

"227"4.4.90.00.00.1.0024 Aplicações Diretas R\$88.062,62

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao excesso de arrecadação, no valor de R\$ 88.062,62 (oitenta e oito mil e sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos), Recursos oriundos de transferências convênios – OGU - União, Fonte 1.0024.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de junho de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 074/2018/SF

Publicação Nº 1666940

DECRETO Nº 074/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.662/2017/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

17 SECRETARIA DO PLANEJ E DESENV ECONÔMICO

03 DEPTO DE PATRIMONIO, PROJETOS E EDIFICAÇÕES

2.039 MANUTENÇÃO DEPTO DE PROJETOS E EDIFICAÇÕES

"172"3.3.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

17 SECRETARIA DO PLANEJ E DESENV ECONÔMICO

03 DEPTO DE PATRIMONIO, PROJETOS E EDIFICAÇÕES

2.039 MANUTENÇÃO DEPTO DE PROJETOS E EDIFICAÇÕES

"171"3.1.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de junho de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 075/2018/SF

Publicação Nº 1666942

DECRETO Nº. 075/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal nº 4.731/2018;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde do Município de São José do Cedro, no valor de R\$35.608,26 (trinta e cinco mil seiscientos e oito reais e vinte e seis centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.087 MANUTENÇÃO DO CIS AMEOSC – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

"8"3.1.71.00.00.1.0002(0002) Transf a Consórcios Públicos R\$9.391,74

"9"3.3.71.00.00.1.0002(0002) Transferências a Consórcios Públicos R\$1.216,52

05 DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

2.129 MANUTENÇÃO DO PROGRAM DE AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS – ACE

"44"3.1.90.00.00.1.0002(0002) Aplicações Diretas R\$25.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$35.608,26 (trinta e cinco mil seiscientos e oito reais e vinte e seis centavos), Recursos das Transferências de Impostos da Saúde, Fonte 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

1.051 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PACIENTES

"11"4.4.90.00.00.1.0002(0002) Aplicações Diretas R\$35.608,26

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de junho de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 076/2018/SF

Publicação Nº 1666943

DECRETO Nº 076/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso III do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.662/2017/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS

2.040 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS

"228"3.3.90.00.00.3.0000 Aplicações Diretas R\$85.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 3. 0000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de junho de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6296/2018

Publicação Nº 1666952

DECRETO Nº 6.296, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

"INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias do funcionário público municipal LEONARDO PICON, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo SAU, Nível 05, Matrícula nº 3.366, a partir de 25 de junho de 2018, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 DE JUNHO DE 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.105/2018

Publicação Nº 1667128

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº105/2018
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº105/2018, Edital de Pregão Nº105/2018, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA VIATURAS DO 1º GRUPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 11/07/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no www.precfedro.sc.gov.br, maiores informações pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.106/2018

Publicação Nº 1667214

EDITAL DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 106/2018
PREGÃO PRESENCIAL No 106/2018

01. PREÂMBULO

1.1 - O Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pelo Decreto n. 6.137/2017, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de nº. 106/2018, na Modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por ITEM e Presencial, para REGISTRO DE PREÇO, SOB REGIME DE ENTREGA PARCELADA, cujo setor interessado é a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, conforme dispõe a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº123/2006, Decreto Municipal nº 4.399/2007, Decreto Municipal Nº4.579/2009, Decreto Municipal nº 5.253/2013, Decreto Municipal nº 5.286/2013, Decreto Municipal nº 5.398/2014 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro,

no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Jorge Lacerda, nº 1049, Centro – São José do Cedro - SC, CEP 89930-000, até às 09:00 horas do dia 12 de Julho de 2018, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 horas do mesmo dia e local.

02. OBJETO

2.1 – REGISTRO DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORA PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte do presente processo licitatório.

2.2 - As quantidades constantes do Anexo I são estimativas de consumo, não se obrigando a Administração à aquisição total.

2.3 – A detentora da Ata de Registro de Preços, quando da solicitação pela Administração deverá atender as seguintes exigências:

2.3.2 Fornecer os produtos quando solicitados mediante Autorização de Fornecimento emitida pelo Município.

2.4.4 – A empresa vencedora deverá fornecer qualquer quantidade solicitada pelo Município, não podendo portanto estipular em sua proposta de preços, cota mínima ou máxima, para fornecimento do produto.

03. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

3.2 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) Concorratórias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- c) Que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição;
- d) Estrangeiras que não funcionem no País.

04 - DA REPRESENTAÇÃO

04.1 - O representante da licitante, munido de documentos que o habilitem a participar deste processo licitatório, deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro antes do início da sessão pública.

04.2 - Cada empresa licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

04.3 - A empresa licitante poderá ser representada na sessão pública de licitação por seus administradores, munido de documento de identidade e do ato constitutivo da empresa (estatuto, contrato social ou alterações vigentes, declaração de firma individual, ou, ainda, do documento de eleição de seus administradores), devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

04.4 - Na ausência do administrador, a empresa licitante poderá ser representada por um outorgado, que deverá apresentar conjuntamente os seguintes documentos:

I - documento de identidade;

II - procuração ou carta de credenciamento (modelo Anexo II), que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame licitatório em nome da licitante, com firma reconhecida em cartório.

III – Ato constitutivo da empresa, conforme descrito no item 04.2 deste Edital.

04.5 - A ausência de representante, a falta de apresentação ou incorreção de quaisquer documentos de credenciamento não impedirá a participação da licitante no presente certame, impedirá, porém, a manifestação ou apresentação de lances verbais no momento oportuno.

04.6 - A não apresentação ou incorreção dos documentos para o credenciamento poderá ser suprida até a abertura da sessão pública.

04.7 - O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

04.8 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de um interessado.

04.9 - Os documentos mencionados nos Itens anteriores deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas ou fotocópias simples, acompanhadas dos respectivos originais, para a devida autenticação pela Equipe do Pregão, ou ainda pela apresentação da publicação original em órgão de imprensa oficial, ou reconhecido firma em Cartório.

05 - DO CREDENCIAMENTO

05.1 - Os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (modelo sugestivo no Anexo III deste Edital), juntamente com os envelopes n. 1 e 2, porém fora deles.

05.2 - Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, os representantes de ME/EPP deverão credenciar-se apresentando Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa, emitida dentro do ano corrente, e Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei

Complementar nº 123/2006. A referida Declaração somente será válida, se for apresentada com data superior ao lançamento do presente Processo Licitatório e com assinatura do administrador e contador responsável da empresa.

05.3 - O presente processo licitatório irá conceder os benefícios constantes no Art. 47 e Art. 48 da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, que estabelece a exclusiva participação de MEI, ME e EPP nos ITENS ou LOTES, cujo valor orçado seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

05.3.1 - Caso não tenha o mínimo de três propostas válidas, de empresas enquadradas como MEI, ME ou EPP, será aberto para participação das empresas normais, a fim de evitar a repetição do certame.

05.4 - Será dado o privilégio de contratação/aquisição do proponente classificado como MEI/ME/EPP, do comércio local, que tiver itens ou lotes com valores até 10% (dez por cento) acima do melhor preço válido, conforme estabelece Art. 48, III, § 3º da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.

05.4.1 - Justifica-se a delimitação da região, com base no Decreto 8.538/15, bem como na Lei 123/2006 e alterações, que estabelece o tratamento diferenciado, visando à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, à ampliação da eficiência.

06 – RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

06.1 - No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, a seguinte identificação:

1) PROCESSO LICITATÓRIO N. 106/2018
PREGÃO PRESENCIAL N. 106/2018
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:
ENVELOPE N. 01 – Proposta de Preços

2) PROCESSO LICITATÓRIO N. 106/2018
PREGÃO PRESENCIAL N. 106/2018
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO
IDENTIFICAÇÃO DO INTERESSADO:
ENVELOPE N. 02 - Documentação

06.2 - Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

07. DA PROPOSTA DE PREÇOS

07.1 - A Proposta de Preços contida no Envelope n. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos sub-itens a seguir:

07.1.1 - Emitida, de preferência por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa, em todas as páginas e anexos.

07.1.2 - Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

07.1.3 - Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do Anexo I, constando a marca, o valor unitário e total em algarismos, e total da proposta por extenso, em moeda corrente nacional. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e, no caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos. No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes deverão observar o uso de somente duas casas após a vírgula, nos valores unitários e totais propostos, caso contrário o item será automaticamente desclassificado.

07.1.4 - Apresentar declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas neste Edital, (conforme modelo Anexo IV deste Edital)

07.1.5 - Conter prazo de validade da proposta de no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data limite para a entrega dos envelopes. Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

07.2- Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

07.3 - O (a) Pregoeiro (a) considerará como formal, erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não implique nulidade do procedimento.

07.4 — A proposta deverá ser preenchida em formulário padrão, sob pena de desclassificação, que será fornecido ao proponente pelo Departamento de Compras, Contratos e Licitações do Município de São José do Cedro através de meio físico ou magnético, sendo este o Anexo I.

08. HABILITAÇÃO

08.1 - No envelope n. 02 – Documentação, deverá constar os seguintes documentos:

08.1.1 - Habilitação Jurídica

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Registro do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da administração em exercício, com as alterações;
- d) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

08.1.2 - Regularidade Fiscal

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão de quitação de tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente; ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- f) Prova de Inexistência de Débitos Trabalhistas: A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso consistirá em: prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943." (NR).

08.2 - OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PODERÃO SER APRESENTADOS EM:

- a) via original ou;
- b) cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor público do município de São José do Cedro – SC, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial ou;
- c) documento com autenticação digital ou assinatura digital, sendo a validade conforme período disponível para conferência do mesmo.

08.2.1 - O Pregoeiro e a equipe de apoio farão consulta ao serviço de verificação de autenticidade dos documentos emitidos pela INTERNET e documentos com AUTENTICAÇÃO/ASSINTURA DIGITAL, ficando a licitante dispensada de autenticá-las.

08.2.2 - Caso a validade não conste no edital ou nos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

08.3 – A apresentação do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Município de São José do Cedro devidamente atualizado, substituirá a documentação de habilitação referida nos itens n. 08.1.1 até 08.1.2, no caso de algumas das certidões negativas constantes no Certificado de Registro Cadastral vierem a vencer até a data da realização da Sessão Pública, a licitante deverá apresentá-las juntamente com o Certificado de Registro Cadastral.

8.4 - Os licitantes cadastrados e os não cadastrados deverão apresentar declaração conjunta, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, sob as penalidades cabíveis, de que:

8.4.2 - Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para o fornecimento dos materiais, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório,

8.4.3 - Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.

8.4.4 - Declara inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2o, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993..

8.4.5 - Declara que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

8.4.6 - Declara que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

09. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

09.1 – Aberta a Sessão Pública, os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados em atendimento aos itens 04.3 ou 04.4, apresentarão a documentação constante no item 05.1 e entregarão os envelopes n. 01 e 02.

09.2 - Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste PREGÃO PRESENCIAL será o MENOR PREÇO POR ITEM. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital.

09.3 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas de Preços, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço de cada item e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições

definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empataadas, independentemente do número de licitantes.

09.4 – Preços propostos de valor inferior a 65 % (sessenta e cinco por cento) dos valores máximos definidos por este edital, obrigatoriamente, deverão estar acompanhadas de demonstrativos de custos e despesas específicos e de coeficientes de produtividade, inclusive notas explicativas, comprovando a viabilidade das propostas, firmadas por administrador e contabilista do proponente, sob pena de serem considerados inexeqüíveis, conforme inciso II, do artigo 48, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1.993, atualizada, e/ ou declaração formal, sob as penas da lei, firmada pelo(s) administrador(es) e contabilista no sentido de que os custos e despesas do proponente viabilizam os fornecimentos conforme proposto, a ser apresentada com a proposta ou, mediante compromisso lavrado em ata do credenciado, até a data do recebimento da autorização de fornecimento.

09.5 - No curso da Sessão Pública, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

09.6 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada à oferta de lance com vista ao empate, ou o uso de mais de duas casas após a vírgula. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

09.7 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

09.8 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, de acordo com as especificações do Anexo I, a este edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

09.9 - Ocorrendo empate previsto no Art.44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06 não será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta inicial tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

09.9.1 - Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

09.9.2 - Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 09.9.2 – I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 09.9.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no item 09.9.1, será realizado sorteio, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

09.9.3 – Para as situações previstas nos item 09.9 a microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

09.10 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa ao interesse público.

09.11 - Em caso do licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

09.12 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

09.13 - Da Sessão Pública do Pregão Presencial será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a

continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

09.14 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que este apresente alguma restrição.

09.14.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

09.14.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para entrega dos itens, ou revogar a licitação.

09.15 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

09.16 - Da Sessão Pública do Pregão Presencial será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 - Tendo o licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão Presencial, terá ele o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.2 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.3 - A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

10.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

10.5 - O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6 - O (s) recurso (s) será (ão) dirigido(s) à Prefeitura Municipal – Departamento de Compras e Licitações, e, por intermédio do Pregoeiro, será (ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

11. CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DOS PRAZOS

11.1 - Das Condições de Entrega – Os proponentes vencedores terão o prazo máximo de 24 horas para efetuar a manutenção ou substituição do equipamento.

11.2 - O proponente vencedor deverá deixar no local um toner reserva.

11.3 - No caso da necessidade de levar a impressora para conserto, o proponente vencedor deverá disponibilizar outra impressora para deixar no local.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

12.1 - Da Forma de Pagamento

12.1.1 - O pagamento será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, em até 10 dias após a entrega dos produtos e apresentação da Nota Fiscal, e de acordo com a liberação do recurso, quando for relativo a repasse do Governo Federal ou Estadual, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados, a nota fiscal deverá estar devidamente atestada pela pessoa indicada pela Secretaria.

12.1.2 - A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

12.2 - Do controle dos Preços Registrados

12.2.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.2.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

12.2.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

12.2.4 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2.5 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

12.2.6 - O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

12.2.7 - O Município realizará durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens da presente licitação.

12.2.8 – Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado (conforme pesquisa realizada), o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.

12.2.9 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13. RECURSOS FINANCEIROS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1 - Recursos provenientes do Município.

13.2 - As despesas decorrentes na execução do presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2018 e 2019.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 – Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor e, não havendo a interposição de recursos, o Pregoeiro adjudicará a proposta de menor preço, seguindo o processo para homologação do resultado pela Autoridade Superior.

14.2 - Havendo interposição de recurso o processo será encaminhado, após o julgamento, a Autoridade Superior que, após apreciação do recurso adjudicará o objeto e homologará o procedimento.

14.3 - Após a homologação do resultado da licitação e adjudicação do objeto pela autoridade competente, será efetuado o registro dos preços e do fornecedor correspondente mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços, pelo responsável pelo Órgão Gerenciador e pela(s) licitante(s) vencedora(s) do certame, ficando vedada à transferência ou cessão da Ata de Registro de Preços a terceiros.

14.3.1. É facultado à Administração, quando a(s) proponente(s) vencedora(s) não atender(em) à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, a ser realizada até 5 (cinco) dias após a homologação da licitação, nos termos supra referidos, convocar outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para após aprovado o respectivo laudo, comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas no edital e demais cominações legais.

14.3.2 – O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação enviada pelo Município (correspondência com aviso de recebimento), podendo ser prorrogado por igual período, desde que solicitado por escrito, durante o seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração. Pela recusa em assinar a ATA, dentro do prazo estabelecido, será imputada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor proposto, ao licitante vencedor.

15. DA VENCEDORA

15.1 - RESPONSABILIDADE DA VENCEDORA

15.1.1 – A VENCEDORA assumirá responsabilidade pelo fornecimento dos itens vencedores, nos quantitativos solicitados, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

16. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

16.1 - O Município ficará obrigado a:

- a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos produtos entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro, próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da VENCEDORA.
- b) efetuar o pagamento à VENCEDORA, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

17 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

17.1.1 - Automaticamente:

17.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

- 17.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;
- 17.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

17.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

17.2.1 - A pedido, quando:

- 17.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- 17.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.
- 17.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 18 deste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

17.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- 17.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 8 do Edital;
- 17.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- 17.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- 17.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- 17.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- 17.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

17.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

18. PENALIDADES

18.1 - À vencedora que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,

18.2 - Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

19.2 - As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento de sua abertura, respectivamente, no final de cada Sessão Pública, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer licitante observações ou reclamações posteriores, a este respeito.

19.3 - A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.4 - Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 4.238/2005.

19.5 - No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

19.6 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- § ANEXO I – Proposta;
§ ANEXO II – Modelo de Carta de Credenciamento;
§ ANEXO III – Modelo de Declaração firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação;
§ ANEXO IV – Modelo de Declaração firmando que os objetos atendem ao Edital;
§ ANEXO V – Modelo de Declaração conjunta.

19.7 - Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrado na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

19.8 – Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.

19.9 - Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

19.9.1 – Toda impugnação deverá ser protocolada no Departamento de Licitações.

19.10 - Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

19.11 - É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

19.12 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

19.13 - Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, deverão ser dirigidas à Administração Municipal no endereço anteriormente citado, ou pelo telefone (49) 3643-0247.

São José do Cedro, 28 de Julho de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

CARINE KAISER WOLFART
OAB - 30905

FAVOR UTILIZAR O BETHA AUTO COTAÇÃO PARA ABRIR E PREENCHER A PROPOSTA

ANEXO I PROPOSTA DE PREÇOS -

1º - Baixar e instalar o programa Betha AUTOCOTAÇÃO que se encontra no link LICITAÇÕES ou endereço: <http://download.betha.com.br/versoesdisp.jsp?s=33&rdn=120315132103>

2º - Baixar o arquivo anexo "AC-LICITAÇÃO..." em uma pasta no seu computador ou pen drive.

3º - Após instalar o Betha, abra o programa, abra o combo "Arquivo" "dados do fornecedor" cadastre sua empresa e grave.

4º - Após cadastro, abra a "Pasta Amarela" no programa Betha, e localize o arquivo "AC-LICITAÇÃO..." na pasta onde foi salvo.

5º - Preencha com a marca e preço unitário, que a soma será automática.

6º - Após preenchimento, grave e imprima a proposta.

7º - Finalizado, feche o programa, localize o arquivo "AC-LICITAÇÃO...", copie o mesmo para um CD, e anexe no envelope da proposta.

ANEXO II

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 106/2018
PREGÃO PRESENCIAL N 106/2018

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n. _____ e CPF sob n. _____, a participar da licitação instaurada, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ 2018.

Carimbo e Assinatura do Credenciante

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação

PROCESSO LICITATÓRIO N. 106/2018
PREGÃO PRESENCIAL N. 106/2018

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 08 do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 2018.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO firmando QUE OS OBJETOS ATENDEM AO EDITAL.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 106/2018.
PREGÃO PRESENCIAL N 106/2018.

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ N. _____, declara, sob as penas da lei, que os objetos ofertados atendem todas as especificações descritas neste Edital.

_____, em ____ de _____ 2018.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA
PROCESSO LICITATÓRIO N. 106/2018
PREGÃO PRESENCIAL N 106/2018

..... inscrita no CNPJ n., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a)
....., DECLARA que:

- os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para o fornecimento dos materiais, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório,
- não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.
- não existe fatos supervenientes impeditivos de habilitação, na forma do Art. 32, § 2o, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993..
- não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.
- não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

_____, em ____ de _____ 2018.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

LEI Nº 4731/2018

Publicação Nº 1666947

LEI Nº 4.731, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde do Município de São José do Cedro, no valor de R\$35.608,26 (trinta e cinco mil seiscientos e oito reais e vinte e seis centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.087 MANUTENÇÃO DO CIS AMEOSC – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

"8"3.1.71.00.00.1.0002(0002) Transf a Consórcios Públicos R\$9.391,74

"9"3.3.71.00.00.1.0002(0002) Transferências a Consórcios Públicos R\$1.216,52

05 DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE**2.129 MANUTENÇÃO DO PROGRAM DE AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS – ACE**

"44"3.1.90.00.00.1.0002(0002) Aplicações Diretas R\$25.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$35.608,26 (trinta e cinco mil seiscientos e oito reais e vinte e seis centavos), Recursos das Transferências de Impostos da Saúde, Fonte 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA****1.051 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PACIENTES**

"11"4.4.90.00.00.1.0002(0002) Aplicações Diretas R\$35.608,26

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de junho de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,

Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,

Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,

Secretária Municipal da Educação e Cultura.

PEDRINHO CASARIN,

Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,

Secretário Municipal de Esportes.

ALEXANDRE VOGT,

Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,

Secretário Municipal de Administração.

ANDERSON LUIZ TREMEA,

Secretário Municipal de Transportes e Obras

VERA REGINA CERIOLI COSTA,

Secretária Municipal da Fazenda.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 419/2018

Publicação Nº 1667750

PORTARIA Nº 419/2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999, Art.º 22, da Lei Complementar nº 005/2003, de 29 de agosto de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar nº 060, de 13 de junho de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora pública municipal Andréia Aparecida Canova Land, ocupante do cargo efetivo de Professor, Nível 3, Classe B, Matrícula 2732, o 02º (segundo) triênio, referente ao período de 28/06/2015 a 27/06/2018, junto à Prefeitura Municipal de São José do

Cedro – SC, no percentual de 03% (três por cento), perfazendo um total de 06% (seis por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de julho de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de julho de 2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 28 de junho de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 420/2018

Publicação Nº 1667751

PORTARIA Nº 420/2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 15, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a partir de 02 de julho de 2018, o servidor público municipal, Osmar Luiz Cunha, ocupante do cargo efetivo de Motorista, Grupo TSG, Nível 08, Matrícula 1715, para ter exercício junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de julho de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 28 de junho de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 421/2018

Publicação Nº 1667754

PORTARIA Nº 421/2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o Inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº 3.457, de 13 de novembro de 2007, alterada pela Lei Municipal 4.186, de 21 de dezembro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º Suspender a partir de 02 de julho de 2018 os efeitos da Portaria nº 226/2014, de 09 de maio de 2014, que concedeu adicional de insalubridade em grau médio ao servidor público municipal, Osmar Luiz Cunha, ocupante do cargo efetivo de Motorista, Grupo TSG, Nível 08, Matrícula 1715, devido não estar mais atuando junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de julho de 2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 28 de junho de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 422/2018

Publicação Nº 1667757

PORTARIA Nº 422/2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 15, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a partir de 02 de julho de 2018, o servidor público municipal, Cleberson Kovalski, ocupante do cargo efetivo de Motorista, Grupo TSG, Nível 08, Matrícula 3024, para ter exercício junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de julho de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 28 de junho de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 423/2018

Publicação Nº 1667761

PORTARIA Nº 423/2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 15, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a partir de 02 de julho de 2018, o servidor público municipal, André Ferreira Gomes, ocupante do cargo efetivo de Motorista, Grupo TSG, Nível 08, Matrícula 3713, para ter exercício junto à Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de julho de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 28 de junho de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 424/2018

Publicação Nº 1667767

PORTARIA Nº 424/2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o Inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº 3.457, de 13 de novembro de 2007, alterada pela Lei Municipal 4.186, de 21 de dezembro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal André Ferreira Gomes, ocupante do cargo efetivo de Motorista, Grupo TSG, Nível 08, Matrícula 3713, Adicional de Insalubridade em Grau Médio que fica estabelecido em valor correspondente a 1,74 (um vírgula setenta e quatro) UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), conforme laudos elaborados pelos técnicos em saúde e segurança no trabalho do Serviço Social da Indústria – SESI, devido à exposição aos níveis de ruído acima do limite de tolerância.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de julho de 2018.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 28 de junho de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

ANEXO I MENSAL - MAIO 2018

Publicação Nº 1666975

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JUNHO/2017 A MAIO/2018

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	706.259,57	0,00
Pessoal Ativo	706.259,57	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	584.414,97	0,00
Obrigações Patronais	121.844,60	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	706.259,57	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	40.921.959,07	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	40.921.959,07	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	706.259,57	1,73
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.455.317,54	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.332.551,66	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.209.785,79	5,40

FONTE:

São José do Cedro, 28/06/2018

Cláudio Arcídio Wartha
 Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges
 Contadora CRC-SC 036.404/O-7

Paulo Isidoro Lorencini
 Controle Interno



São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2018 - SRP - PR Nº 012/2018 - ICSL

Publicação Nº 1668549

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, ATRAVÉS DO INSTITUTO CULTURAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 11/07/2018, às 14h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2018. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2018. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, MONTAGEM, MONITORAMENTO E DESMONTAGEM DE BRINQUEDOS RECREATIVOS INFLÁVEIS, MÁQUINA DE ALGODÃO DOCE E PIPOQUEIRA PARA ATENDER AOS EVENTOS ORGANIZADOS PELO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de Junho de 2018.
RENNÂ HIGOR FEDRIGO
Presidente da Autarquia do ICSL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2018 - SRP - PR Nº 081/2018

Publicação Nº 1668537

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 11/07/2018, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO 113/2018. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2018. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, MONTAGEM, MONITORAMENTO E DESMONTAGEM DE BRINQUEDOS RECREATIVOS INFLÁVEIS PARA OS EVENTOS ALUSIVOS AO "DIA DA CRIANÇA" ORGANIZADOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 28 de Junho de 2018.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.945, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667544

DECRETO Nº 5.945, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Fixa, em caráter excepcional, horário de expediente para os órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo - FIFA 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a realização dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018, no período de 14 de junho a 15 de julho;

CONSIDERANDO tratar-se de um evento que por sua tradição possui significativa importância para o povo brasileiro;

CONSIDERANDO minimizar os transtornos para a população, agilizar o deslocamento e garantir a segurança das pessoas; e

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de estabelecer critérios que permitam, sem prejuízo dos serviços públicos, a efetiva audiência dos servidores públicos municipais, nas datas e horários dos jogos da Seleção Brasileira;

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado, em caráter excepcional, horário de expediente para os órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta no dia

02 de julho de 2018, das 07:30 às 10:30 e das 14:30 às 17:30, em razão do jogo, da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo - FIFA 2018, Brasil x México, as 11:00, em Samara, na Rússia.

§ 1º Excetua-se do previsto no caput, deste artigo, o Serviço Público Municipal de Saúde 24 horas e o Conselho Tutelar, considerados essenciais para a comunidade.

§ 2º Fica também excetuado do caput, deste artigo, os Plantões dos Motoristas da Secretaria Municipal de Saúde, os quais executarão os serviços no regime de plantão de 24 horas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2018, DE 27 DE JUNHO DE 2018 - CDM.

Publicação Nº 1665989

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2018, DE 27 DE JUNHO DE 2018 - CDM.

Origem: Art. 24, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

Contratante: Comitê Desportivo Municipal de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.026/0001-33.

Contratada: Betha Sistemas Ltda., CNPJ nº 00.456.865/0007-52.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE CONTRACHEQUE VIA INTERNET.

Valor: R\$ 1.227,00 (um mil e duzentos e vinte e sete reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2018 estabelecida pelo Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que poderá ser de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Dotação Orçamentária: As despesas, decorrentes da execução deste Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Comitê Desportivo Municipal, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2018.

Recursos Financeiros: D - 2/2018 - 18.01.27.812.4517.2.035 - 3.3.90.00.00.00.00.1000.

Data de assinatura: 27/06/2018.

Vigência: de 1º/07/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Paulo César Pedro Alves (Presidente da Autarquia) - pelo Contratante e Ernesto Muniz de Souza Júnior - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2018, DE 27 DE JUNHO DE 2018 - ICSL.

Publicação Nº 1665924

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2018, DE 27 DE JUNHO DE 2018 - ICSL.

Origem: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: Jorge Luiz Feix ME, CNPJ nº 11.478.640/0001-28.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SONORIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA, PARA O EVENTO GINCANA RURAL, A SER REALIZADA NA DATA DE 22 DE JULHO DE 2018, COM INÍCIO AS 09:00 HORAS, NO GINÁSIO DO DISTRITO DE PRESIDENTE JUSCELINO, NESTE MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC.

Valor: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Pagamento: O pagamento será realizado mediante depósito bancário na conta corrente de titularidade da Contratada, em até 2 (dois) dias úteis após a execução da prestação de serviços e mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas, decorrentes da execução do Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do exercício financeiro de 2018.

Dotação Orçamentária: D - 2/2018 - 7.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC.

Data de Assinatura: 27/06/2018.

Vigência: de 27/06/2018 a 31/07/2018.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Jorge Luiz Feix - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2018, DE 27 DE JUNHO DE 2018 - ICSL.

Publicação Nº 1665929

EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2018, DE 27 DE JUNHO DE 2018 - ICSL.

Origem: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: Associação dos Músicos Profissionais de Pomerode - AMUSPE, CNPJ nº 07.453.253/0001-60.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA, COM ATRAÇÃO PRINCIPAL DA BANDA K'NECUS, PARA O EVENTO DA 15ª FESTA ALEMÃ, A SER REALIZADA NA DATA DE 15 DE JULHO DE 2018, COM INÍCIO AS 15:30 HORAS, NO DISTRITO DE LAGEADO ANTUNES, NESTE MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC.

Valor: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Pagamento: O pagamento será realizado mediante depósito bancário na conta corrente de titularidade da Contratada, em até 2 (dois) dias úteis após a execução da prestação de serviços e mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas, decorrentes da execução do Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do exercício financeiro de 2018.

Dotação Orçamentária: D - 2/2018 - 7.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC.

Data de Assinatura: 27/06/2018.

Vigência: de 27/06/2018 a 31/07/2018.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Vendelino Konell - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2018, DE 28 DE JUNHO DE 2018 - ICSL.

Publicação Nº 1667159

EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2018, DE 28 DE JUNHO DE 2018 - ICSL.

Origem: Processo Licitatório nº 017/2018, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 003/2018.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: Daniela Tartari Brusco - ME, CNPJ nº 14.023.350/0001-88.

Objeto: CONTRATAÇÃO DO MÚSICO "DIEGO GUERRO", PARA COMPOR A MESA DE JURADOS TÉCNICOS DO 46º FLIC (FESTIVAL LOURENCIANO DE INTERPRETAÇÃO DA CANÇÃO), NOS DIAS 26 E 27 DE JULHO DE 2018, NO CENTRO DE EVENTOS GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais).

Pagamento: O valor pactuado será pago mediante transferência bancária à Contratada até o segundo dia útil após a prestação do objeto deste Contrato, com a devida emissão da nota fiscal cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2018.

Dotação Orçamentária: D - 002/2018 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção do Instituto Cultural de São Lourenço.

Data de Assinatura: 28/06/2018.

Vigência: de 28/06/2018 a 31/08/2018.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Daniela Tartari Brusco - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2018, DE 28 DE JUNHO DE 2018 - ICSL.

Publicação Nº 1668097

EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2018, DE 28 DE JUNHO DE 2018 - ICSL.

Origem: Art. 24, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: Betha Sistemas Ltda., CNPJ nº 00.456.865/0007-52.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE CONTRACHEQUE VIA INTERNET.

Valor: R\$ 1.227,00 (um mil e duzentos e vinte e sete reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2018 estabelecida pelo Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que poderá ser de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas, decorrentes da execução deste Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Instituto Cultural de São Lourenço, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2018.

Dotação Orçamentária: D - 002/2018 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção do Instituto Cultural de São Lourenço.

Data de Assinatura: 28/06/2018.

Vigência: de 1º/07/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Ernesto Muniz de Souza Júnior - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2018, DE 27 DE JUNHO DE 2018 - FMS.

Publicação Nº 1666135

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2018, DE 27 DE JUNHO DE 2018 - FMS.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 028/2018.

Origem: Processo Licitatório nº 029/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 026/2017.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: LS Mercado Ltda. ME, CNPJ nº 07.841.640/0001-73.

Objeto: Reequilíbrio econômico e financeiro, ao valor unitário do item nº 01 "LEITE INTEGRAL UHT Homogeneizado e embalado em caixa de 01 (UM) litro multilaminada, cartonada, asséptica, impermeável ao ar, luz e microorganismos, tipo Tetra Pack" do Contrato nº 028/2018,

de 15/06/2018, eis que o preço de aquisição do item supramencionado sofreu reajuste.

Valor: O valor unitário do item nº 01 "LEITE INTEGRAL UHT Homogeneizado e embalado em caixa de 01 (UM) litro multilaminada, cartonada, asséptica, impermeável ao ar, luz e microorganismos, tipo Tetra Pack" do Contrato nº 028/2018, de 15/06/2018, com a incidência de R\$ 1,76 (um real e setenta e seis centavos) o litro, oriundo do reequilíbrio econômico e financeiro, de que trata a Cláusula Primeira, deste termo aditivo, de R\$ 2,6098 passa a ser de R\$ 4,37 (quatro reais e trinta e sete centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente termo aditivo serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta do exercício financeiro de 2018.

Dotação Orçamentária: D - 8/2018 - 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública.

Data de Assinatura: 27/06/2018.

Vigência: de 27/06/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pelo Contratante e Neusa Ana Gabriel - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 204/2018, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1663788

EXTRATO DO CONTRATO Nº 204/2018, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 099/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 071/2018.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Wagner Furlanetto 03075020907, CNPJ nº 19.824.258/0001-30.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EVENTOS PARA SONORIZAÇÃO E IMAGEM, DESTINADOS AOS EVENTOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO ANO DE 2018.

Valor: R\$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2018 estabelecida pelo Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que poderá ser de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato serão custeadas através de recursos Próprios do Município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 52/2018 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção do Ensino Fundamental - Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 25/06/2018.

Vigência: de 25/06/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Wagner Furlanetto - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 205/2018, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1663790

EXTRATO DO CONTRATO Nº 205/2018, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 045/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 029/2018.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Dieckson Leonir Teske 05620670945, CNPJ nº 14.933.678/0001-27.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, MONTAGEM, MONITORAMENTO E DESMONTAGEM DE BRINQUEDOS RECREATIVOS INFLÁVEIS, MÁQUINA DE ALGODÃO DOCE E PIPOQUEIRA PARA ATENDER O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 1.198,36 (um mil, cento e noventa e oito reais e trinta e seis centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2018 estabelecida pelo Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que poderá ser de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: - As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 122/2018 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - Secretaria Municipal de Assistência Social; e D - 120/2018 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0005 - 2 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - Secretaria Municipal de Assistência Social.

Data de Assinatura: 25/06/2018.

Vigência: de 25/06/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Dieckson Leonir Teske - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 206/2018, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1663791

EXTRATO DO CONTRATO Nº 206/2018, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 014/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 007/2018.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: R.M. Pneus e Recapagens Ltda. ME, CNPJ nº 04.223.949/0001-01.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA OS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA FROTA PERTENCENTE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2018.

Valor: R\$ 229,77 (duzentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados com recursos próprios do Município, e de acordo com a ordem cronológica do exercício 2018 estabelecida pelo Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que poderá ser de no máximo trinta dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta do orçamentos do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 48/2018 - 08.01.12.361.4505.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção da Secretaria de Educação - Secretaria Municipal de Educação; e D - 72/2018 - 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção do Transporte Escolar - Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 25/06/2018.

Vigência: de 25/06/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ilinir Weschenfelder Klein - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 207/2018, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1664621

EXTRATO DO CONTRATO Nº 207/2018, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 037/2017.

Origem:

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Orbenk Administração e Serviços Ltda., CNPJ nº 79.283.065/0001-41.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 037/2017, de 06/03/2017, até a data de 31/12/2018, em razão da necessidade de continuidade de prestação dos serviços contratados para este exercício.

Valor: R\$ 232.584,36 (duzentos e trinta e dois mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e trinta e seis centavos) mensais, totalizando o montante de R\$ 1.395.506,16 (um milhão, trezentos e noventa e cinco mil, quinhentos e seis reais e dezesseis centavos) no período de 30/06 a 31/12/2018.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente neste exercício de 2018.

Rubrica Orçamentária: a) D - 17/2018 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento; b) D - 27/2018 - 13.01.10.301.4506.2.047.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0038 - Bloco Atenção Básica - Secretaria Municipal de Saúde; c) D - 48/2018 - 08.01.12.361.4505.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação; d) D - 52/2018 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0019 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - Secretaria Municipal de Educação; e) D - 61/2018 - 08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0019 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Secretaria Municipal de Educação; f) D - 122/2018 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social; g) D - 114/2018 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura; h) D - 97/2018 - 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano; i) D - 002/2018 - 18.01.27.812.4517.2.035.3.3.90.00.00.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Comitê Desportivo Municipal; j) D - 002/2018 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste.

Data de Assinatura: 26/06/2018.

Vigência: de 30/06/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ronaldo Benkendorf - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 208/2018, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1666935

EXTRATO DO CONTRATO Nº 208/2018, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

Origem: Art. 24, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Manoel Gustavo Gomes dos Santos ME, CNPJ nº 02.901.251/0001-72.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE SONDAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE SOLOS COMSPT (STANDARD PENETRATION TEST) NA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SANTA MARIA GORETTI, DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC.

Valor: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2018 estabelecida pelo Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que poderá ser de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas, decorrentes da execução deste Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 97/2018 - 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria do Desenvolvimento Urbano.

Data de Assinatura: 27/06/2018.

Vigência: 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua assinatura, ou seja, de 27/06/2018 a 27/08/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Manoel Gustavo Gomes dos Santos - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 209/2018, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1666939

EXTRATO DO CONTRATO Nº 209/2018, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 132/2018.

Origem: Processo Licitatório nº 165/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 126/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Construtora R.S.R. Ltda. ME, CNPJ nº 02.445.944/0001-06.

Objeto: Aditar a quantidade do item 12 do Contrato nº 132/2018, de 25/04/2018, em 313,00 m² (trezentos e treze metros quadrados), a fim de atender a Escola Básica Municipal Santa Maria Goretti (SENAI), vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

Valor Aditado: R\$ 16.492,00 (dezesseis mil e quatrocentos e noventa e dois reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente termo aditivo serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 34/2018 - 08.01.12.361.4505.1.085.3.3.90.00.00.00.00.00.

Data de Assinatura: 27/06/2018.

Vigência: de 27/06/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Roque Sadi Ribeiro - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 210/2018, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667583

EXTRATO DO CONTRATO Nº 210/2018, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 109/2018, Modalidade Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 005/2018.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA - SEBRAE/SC, CNPJ nº 85.515.859/0001-06.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO LÓGICO PARA O NOVO SISTEMA SIGAT PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA QUE PASSARÁ A SER CHAMADO DE SAFE (SISTEMA AUTOMATIZADO DE FISCALIZAÇÃO DE EDIFIC SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC).

Valor: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

Pagamento: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor devido de acordo com a ordem cronológica do exercício 2018 estabelecida pelo Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que poderá ser de no máximo trinta dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 178/2018 - 06.01.06.181.4503.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0000 - Manutenção dos Serviços de Segurança Pública - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Data de Assinatura: 28/06/2018.

Vigência: de 720 (setecentos e vinte) dias, ou seja, de 28/06/2018 a 17/06/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Carlos Guilherme Zigelli (Diretor Superintendente) e Anacleto Ângelo Ortigara (Diretor Técnico) - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 211/2018, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1668010

EXTRATO DO CONTRATO Nº 211/2018, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 124/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 095/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Trans Maestri Ltda. ME, CNPJ nº 09.367.994/0001-53.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESMONTE DE ROCHAS COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E ROMPEDOR HIDRÁULICO ACOPLADO A SER REALIZADO NOS LOCAIS PÚBLICOS INDICADOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 6.840,00 (seis mil e oitocentos e quarenta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município por conta do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 97/2018 - 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria do Desenvolvimento Urbano.

Data de Assinatura: 28/06/2018.

Vigência: de 28/06/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Valdir Maestri - pela Contratada.

LEI COMPLEMENTAR Nº 218, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667508

LEI COMPLEMENTAR Nº 218, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Material e Imaterial que constituem patrimônio cultural municipal, cria o Programa Municipal do Patrimônio Material e Imaterial e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Esta Lei Complementar cria o Registro de Bens Culturais de Natureza Material e Imaterial que constituem patrimônio cultural municipal de São Lourenço do Oeste - SC.

Art. 2º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Material e Imaterial que constituem patrimônio cultural e histórico do município de São Lourenço do Oeste - SC.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

- I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
- III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e re-produzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância municipal para a memória, a identidade e a formação da sociedade lourenciana.

§ 3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial e material que constituam patrimônio cultural municipal e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo.

§ 4º As propostas para abertura de novos livros de registro, acompanhadas de justificação, serão dirigidas ao Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste, que as submeterá a uma Comissão de Avaliação constituída nos termos expostos ao §1º do artigo 4º desta Lei Complementar.

Art. 3º São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro:

- I - Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste;
- II - Associações civis;
- III - Câmara de Vereadores;
- IV - Poder Executivo Municipal.

§ 1º O tempo de existência do "Bem Cultural Material/Imaterial" para proceder ao registro de Patrimônio Cultural Material/Imaterial Municipal deverá ser de, no mínimo, dez anos, devidamente documentado.

Art. 4º As propostas para registro, acompanhadas de sua documentação técnica, serão dirigidas ao Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste, que as submeterá a uma Comissão de Avaliação constituída para o fim específico de análise da proposta para o registro em questão.

§ 1º A Comissão de Avaliação será composta por representantes do Instituto Cultural, do Conselho Deliberativo da autarquia, da Câmara de Vereadores, do Poder Executivo, da sociedade civil com formação na área afim.

§ 2º A comissão deverá ser composta por número ímpar de membros, não inferior a cinco e não excedente a sete membros.

§ 3º O executivo municipal será representado por um servidor efetivo, da Secretaria do Desenvolvimento Urbano, preferencialmente, Arquiteto Urbanista.

§ 4º A comissão será instituída através de portaria do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste.

§ 5º A instrução dos processos de registro será supervisionada pelo Instituto Cultural São Lourenço do Oeste.

§ 6º A instrução constará de descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes.

a) denominação do bem proposto para Registro e sua justificativa;

b) descrição do bem: indicação geral do que consiste, protagonistas e grupos sociais envolvidos, forma de ocorrência no espaço e no tempo;

c) declaração formal de representantes da comunidade produtora do bem ou de seus membros, demonstrando interesse e anuência com a instauração do processo de Registro.

§ 7º Ultimada a instrução, a Comissão de Avaliação emitirá parecer acerca da proposta de registro e enviará o processo à presidência do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste para deliberação.

§ 8º O parecer de que trata o parágrafo anterior será publicado no Diário Oficial dos Municípios e a cópia fará parte dos anexos do Processo de Registro.

§ 9º O registro também poderá ser confeccionado de forma digital.

Art. 5º Em caso de decisão favorável da Comissão Avaliadora, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título de "Patrimônio Cultural Material/Imaterial de São Lourenço do Oeste - SC".

Parágrafo único. Caberá ao Instituto Cultural São Lourenço do Oeste determinar a abertura, quando for o caso, de novo Livro de Registro, em atendimento ao disposto nos termos do § 4º do art. 2º desta Lei Complementar.

Art. 6º Ao Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste cabe assegurar ao bem registrado:

- I - Documentação por todos os meios técnicos admitidos, cabendo ao Instituto Cultural de São Lourenço manter banco de dados com o material produzido durante a instrução do processo;

II - Ampla divulgação e promoção.

Art. 7º O Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos uma vez a cada dez anos, por meio de uma Comissão de Avaliação instituída para este fim, conforme estabelecido no §1º do art. 4º, para decidir sobre a revalidação do título de "Patrimônio Cultural Municipal de São Lourenço do Oeste" e encaminhará ao Presidente do Instituto Cultural São Lourenço para registro da revalidação do título de "Patrimônio Cultural de São Lourenço do Oeste".

Parágrafo único. Negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo.

Art. 8º Fica instituído, no âmbito do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste, o "Programa Municipal do Patrimônio Material e Imaterial", visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 641, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667689

PORTARIA Nº 641, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal NOEMI WOLOSZYN CHAVES, ocupante do cargo de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, matrícula nº 1609/12, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 25 à 28 de junho de 2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de junho de 2018.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 642, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667691

PORTARIA Nº 642, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 109 da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e o Decreto nº 4.167, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença por motivo de doença em pessoa da família, a servidora municipal, GUERTA SALETE BECK, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, matrícula nº 1585/08, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 21 à 26 de junho de 2018, sem prejuízo de seus vencimentos.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de junho de 2018.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 643, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667696

PORTARIA Nº 643, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

Altera a Portaria nº 636, de 21 de junho de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos V e IX, da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 58 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com o artigo 119 da Lei Complementar nº 154, de 09 de Setembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria nº 636, de 21 de junho de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º Exonerar a pedido, a partir de 30 de junho de 2018, a servidora pública municipal MARIA LURDES SCHNEIDER, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, matrícula nº 429/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de aposentadoria.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 644, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1667699

PORTARIA Nº 644, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal MARIA TERESA CORATO SANTIAN, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL, matrícula nº 3236/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 26 de junho à 10 de julho de 2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de junho de 2018.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

EXTRATO FINAL DE PROCESSO 04/2018 FMAS

Publicação Nº 1667212

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 04/2018 FMAS
Modalidade: Pregão Presencial
Registro de Preço

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foi considerado vencedor para aquisições de gêneros alimentícios para a Assistência Social, ALINE FATIMA KOCH ME, inscrita no CNPJ sob nº. 19.376.012/0001-43, no valor total de R\$ 7.132,00, e a empresa, GRAZIELE PRISSILLA SCHOROTER, inscrita no CNPJ sob nº. 13.031.594/0001-40, no valor total de R\$ 12.407,60.

São Miguel da Boa Vista/SC, em 28 de junho de 2018.
VILMAR SCHMAEDECKE
Prefeito Municipal

TERMO DE CREDENCIAMENTO 13/2018 FMS

Publicação Nº 1667281

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 13/2018 FMS
TERMO DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FORNECIMENTO DE EXAMES LABORATORIAIS.

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua São Luiz, 210, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.912.124/0001-82 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. VILMAR SCHMAEDECKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF nº 938.411.089-20, RG nº. 3.299.783, doravante denominado CREDENCIANTE, e a empresa, BIO ANÁLISES LABORATORIO DE ANÁLISES CLINICAS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na A.V Sul Brasil, 583, Sala 02 POLICLINICA CENTRAL, Centro - na cidade de Maravilha - SC, inscrita no CNPJ sob nº. 08.700.931/0001-04, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Sra. KARINA ZAGO, brasileira, inscrita no CPF nº 007.982.779-98, portador da Cédula de Identidade nº 3.826.301 SSP/SC, doravante denominado CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e processo de credenciamento 02/2018, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Contrato tem por objeto o Credenciamento de Pessoas Jurídicas para serviços de exames laboratoriais para munícipes Miguel Boa-Vis-tenses, conforme descrição e valores máximos descrito abaixo:

Item	Código/Objeto	Und	Valor unit.
13	2801006 ACIDO FOLICO	Und.	R\$ 23,80
15	2815004 ACIDO HIPURICO	Und.	R\$ 15,12
22	2815006 ACIDO METILHIPURICO	Und.	R\$ 15,12
27	2801017 ACIDO URICO	Und.	R\$ 1,85
38	2805003 ALDOSTERONA	Und.	R\$ 35,00
45	2801149 ALUMINIO	Und.	R\$ 42,00
47	2801025 AMILASE	Und.	R\$ 2,25
54	1111152 ANCA ANTI, NEUTROFILOS	Und.	R\$ 65,24
58	2806018 ANTI-ESTREPTOLISINA	Und.	R\$ 2,83
63	2806165 ANTI-HCV	Und.	R\$ 56,00
66	2810067 ANTIBIOGRAMA	Und.	R\$ 4,98
74	4521 ANTICORPO ANTI CCP	Und.	R\$ 177,80
75	1111558 ANTICORPO ANTI JO1	Und.	R\$ 33,60
81	2806015 ANTICORPO ANTI-TIREOGLOBULINA	Und.	R\$ 29,40
84	1111151 ANTICORPOS ANTI CENTROMERO	Und.	R\$ 18,76
93	2806112 ANTICORPOS ANTI MUSCULO ESTRIADO	Und.	R\$ 22,40
95	2806013 ANTICORPOS ANTI MUSCULO LISO	Und.	R\$ 11,20
105	1111122 ANTICORPOS ANTI-TRANSGLUTAMINASE TECIDUAL - IgA (TTG)	Und.	R\$ 100,80
126	2810009 BACTERIOSCOPIA	Und.	R\$ 2,80

130	2806127 BETA 2 MICROGLOBULINA	Und.	R\$ 84,00
132	1111114 BETA-HCG QUANTITATIVO	Und.	R\$ 18,20
133	2805034 BHCG - HORMONIO GONADOTROFINA CORIONICA	Und.	R\$ 7,85
134	2801029 BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	Und.	R\$ 2,01
138	2806027 BRUCELOSE IGG	Und.	R\$ 110,60
139	52697 BRUCELOSE IGM	Und.	R\$ 110,60
140	2806166 CA - 15 - 3	Und.	R\$ 70,00
141	2806160 CA 125	Und.	R\$ 70,00
142	2806159 CA 19/9	Und.	R\$ 70,00
143	2806174 CA 72-4	Und.	R\$ 70,00
169	2810013 CHLAMYDIA TRACHOMATIS IgG, ANTICORPO	Und.	R\$ 25,20
170	2806034 CHLAMYDIA TRACHOMATIS IgM, ANTICORPO	Und.	R\$ 25,20
196	2804013 COAGULOGRAMA	Und.	R\$ 16,80
199	2801050 COLESTEROL TOTAL	Und.	R\$ 1,85
200	2801152 COLESTEROL VLDL	Und.	R\$ 8,40
201	2801049 COLESTEROL-HDL	Und.	R\$ 3,51
205	2806038 COMPLEMENTO C3	Und.	R\$ 17,60
206	2806039 COMPLEMENTO C4	Und.	R\$ 17,16
207	2806040 COMPLEMENTO CH50	Und.	R\$ 11,20
208	85961 COMPLEMENTO TOTAL CH100	Und.	R\$ 42,00
210	2804056 CONTAGEM DE PLAQUETAS	Und.	R\$ 6,48
219	2805081 CORTISOLÚRIA (Cortisol livre)	Und.	R\$ 42,00
224	2801054 CREATININA	Und.	R\$ 3,92
237	2810059 CULTURA DE FEZES	Und.	R\$ 14,00
240	2810054 CULTURA DE URINA	Und.	R\$ 14,00
280	4 DST - PCR DIVERSOS MATERIAIS	Und.	R\$ 173,60
282	2804043 ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	Und.	R\$ 11,20
285	28130170 ELETROFORESE DE PROTEINAS URINARIAS	Und.	R\$ 14,00
287	1111150 ENDOMISIO IGA ANTICORPO	Und.	R\$ 61,88
288	89745 ENDOMISIO IgG ANTICORPO	Und.	R\$ 66,92
295	28061357 EPSTEIN BARR IGM - ANTICORPO	Und.	R\$ 40,00
306	2805024 ESTRADIOL	Und.	R\$ 28,00
309	2805025 ESTRIOL (RIE)	Und.	R\$ 30,80
313	2805030 ESTRONA	Und.	R\$ 28,00
315	857412 ESTUDO GENETICO DAS TROMBOFILIAS PLUS	Und.	R\$ 1.213,24
319	2810001 EXAME A FRESCO	Und.	R\$ 3,92
327	2806014 FAN - ANTICORPOS ANTI-NUCLEO	Und.	R\$ 8,40
332	2806050 FATOR REUMATOIDE	Und.	R\$ 2,83
333	2804031 FATOR Rh	Und.	R\$ 1,37
346	2801076 FENOBARBITAL	Und.	R\$ 42,00
358	2801085 FOSFATASE ALCALINA	Und.	R\$ 2,01
376	2801095 GAMA - GLUTAMIL TRANSFERASE	Und.	R\$ 3,51
386	2801097 GLICOSE	Und.	R\$ 1,85
388	111122 GLICOSE POS-PRANDIAL	Und.	R\$ 3,92
389	8565 GLICOSE PÓS PRANDIAL 17hs	Und.	R\$ 3,92
394	1111146 GRAM DE URINA	Und.	R\$ 4,20
396	2804035 GRUPO SANGUINEO DETERMINAÇÃO DIRETA E REVERSO GRUPO ABO	Und.	R\$ 1,37
401	300 HBV PCR QUANTITATIVA EM TEMPO REAL	Und.	R\$ 330,40
402	2806021 HBsAg - ANTIGENO AUSTRALIA	Und.	R\$ 18,55
423	2804048 HEMOGRAMA COMPLETO	Und.	R\$4,11
430	2806137 HERPES SIMPLES I e II PESQUISA DE ANTICORPOS IGG	Und.	R\$ 28,00
431	2806138 HERPES SIMPLES I e II PESQUISA DE ANTICORPOS IGM	Und.	R\$ 33,60
440	12574 HLA - B27	Und.	R\$ 70,00
442	9654 HOMOCISTEINA	Und.	R\$ 64,40
445	2805016 HORMONIO DO CRESCIMENTO - GH	Und.	R\$ 25,20
451	28060636 IMUNOELET. DE PROTEINAS EM URINA 24hs - imunofixação	Und.	R\$ 168,00
453	2806059 IMUNOGLOBULINA IgA	Und.	R\$ 14,00
456	2806061 IMUNOGLOBULINA IgG	Und.	R\$ 14,00
457	2806062 IMUNOGLOBULINA IgM	Und.	R\$ 14,00
458	28011384 INDICE DE SATURAÇÃO TRANSFERRINA - IST	Und.	R\$ 28,00
465	632598 IgE ESPECIFICO PARA CACAU	Und.	R\$ 42,00
470	206 IgE Especifico CLARA DE OVO F1	Und.	R\$ 25,76

471	1111112 IgE Especifico DERMATOFAGÓIDES ácaros D2	Und.	R\$ 45,36
473	210 IgE Especifico do LEITE F2	Und.	R\$ 25,76
474	2806060 IgE Especifico para F19	Und.	R\$ 25,76
475	23589 IgE Especifico para F245 OVO 01/01/2016	Und.	R\$ 42,00
477	1111123 IgE Especifico para LATEX (K82)	Und.	R\$ 25,76
478	2806060 IgE Especifico para PELO DE CAO (E5)	Und.	R\$ 25,76
480	28060601 IgE Especifico para TRIGO F4	Und.	R\$ 25,76
481	2345 IgE Especifico para fungos Mx2	Und.	R\$ 22,40
491	1111126 IgE MULTIPLO GRAMINEAS (GX2)	Und.	R\$ 28,00
492	2806240 IgE MULTIPLO PENAS(EX71)	Und.	R\$ 25,76
496	2801157 LACTOSE, TESTE DE TOLERANCIA	Und.	R\$ 22,40
498	986556 LAMOTRIGINA Dosagem	Und.	R\$ 102,48
501	2801065 LDH - DESIDROGENASE LACTICA	Und.	R\$ 8,40
526	2815027 MANGANES	Und.	R\$ 50,40
534	28130456 MICROALBUMINURIA 24Hs	Und.	R\$ 22,40
563	2803014 PARASITOLOGICO DE FEZES	Und.	R\$ 1,65
564	2803014 PARASITOLOGICO DE FEZES 2 AMOSTRA	Und.	R\$ 3,30
565	2803014 PARASITOLOGICO DE FEZES 3 AMOSTRA	Und.	R\$ 4,95
585	2803011 PESQUISA DE LEUCOCITOS FECAIS	Und.	R\$ 2,80
610	12367 PROLACTINA - MACROPROLACTINA	Und.	R\$ 23,80
614	2806086 PROTEINA C REATIVA ULTRASENSIVEL	Und.	R\$ 23,24
616	PROTEINA C REATIVA	Und.	R\$ 2,85
617	698574 PROTEINA S FUNCIONAL	Und.	R\$ 448,00
618	28041100 PROTEINA S LIVRE	Und.	R\$ 153,72
639	2806162 PSA - ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO	Und.	R\$ 42,00
657	2813036 ROTINA DE URINA	Und.	R\$ 5,60
670	2805022 SDHEA - SULFATO DE DEHIDROEPIANDROSTERONA	Und.	R\$ 30,80
672	1111157 SELENIO SERICO	Und.	R\$ 140,00
674	2805098 SHBG - GLOBULINA LIGADORA DE HORMONIOS SEXUAIS	Und.	R\$ 72,80
698	2805082 T3 LIVRE	Und.	R\$ 23,80
706	2804073 TAP - TEMPO DE PROTROMBINA	Und.	R\$ 2,73
727	TESTE DE TOLERANCIA A GLICOSE PARA GESTANTE 2801132	Und.	R\$ 25,20
733	2801136 TGO - ASPARTATO AMINO TRANSFERASE	Und.	R\$ 2,01
734	2801137 TGP - ALANINA AMINO TRANSFERASE	Und.	R\$ 2,01
737	2805080 TIREOGLOBULINA	Und.	R\$ 39,20
739	1111161 TOXO AVIDEZ - IgG	Und.	R\$ 70,00
752	2801139 TRIGLICERIDES	Und.	R\$ 3,51
760	2804079 TTP - TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA	Und.	R\$ 5,77
763	2801141 UREIA	Und.	R\$ 1,85
763	2806100 VDRL	Und.	R\$ 2,83
764	2804049 VHS-VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO	Und.	R\$ 2,73
765	28011724 VITAMINA A	Und.	R\$ 78,40
766	1111129 VITAMINA B-1 - TIAMINA	Und.	R\$ 77,00
769	2806179 VITAMINA C	Und.	R\$ 77,00
771	4030283 VITAMINA D 25 HIDROXI	Und.	R\$ 79,80
775	2815026 ZINCO	Und.	R\$ 15,65

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Os valores máximos que serão pagos pelo Município ao Credenciado(a) por exame laboratorial realizado ,conforme informado no Anexo I do edital de credenciamento 02/2018, conforme disponibilidade dos recursos financeiros, sendo que este deverão serem consultados pelo secretario da Saúde antes do encaminhamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO

Os Serviços serão prestados em sede própria da Empresa Credenciada, conforme necessidade do município, e mediante Autorização da Secretaria Municipal de Saúde, sendo que para isso a empresa deverá disponibilizar de um ambiente estruturado, além de profissionais, equipamentos e materiais adequados para o fim que se destina. A credenciada deverá mensalmente emitir nota fiscal e relatório com o nome, CPF, indicação do exame realizado, data e assinatura do paciente.

Além da documentação exigida, os credenciados poderão ser vistoriados a qualquer tempo, pela equipe designada pela administração municipal, a qual analisará e avaliará a documentação e realizará vistoria.

Fica reservada, ao município a faculdade de cancelar, no todo ou em parte, adiar, revogar, prorrogar ou anular o presente Credenciamento, de acordo com seus interesses sem direito, às entidades, a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação, recebendo tão somente o valor dos serviços já prestados.

CLAUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA:

O presente objetivo é a celebração de termo de credenciamento de natureza continuada, para realização dos serviços citados no anexo I do edital de credenciamento 02/2018, tendo como vigência, da assinatura do termo de credenciamento podendo ser renovado por até 60 meses quando do comum acordo entre as partes, podendo ser corrigido ao final de 12 meses conforme correção da tabela SUS.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

Os valores máximos que serão pagos pelo Município ao Credenciado(a) por exame, será aquele informado no Anexo I do edital de credenciamento 02/2018, proveniente da tabela SUS, conforme disponibilidade dos recursos financeiros, sendo que este deverão serem consultados pelo secretário da pasta antes da utilização dos serviços.

As autorizações para os exames e seus respectivos pagamentos somente serão realizados conforme disponibilidade dos recursos financeiros, sob responsabilidade do Secretário(a) Municipal de Saúde do Município de São Miguel da Boa Vista mediante:

a) Para que seja realizado o pagamento dos exames, a Credenciada deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, o relatório com documento de identificação do usuário, nome, assinatura e descritivo dos exames executados.

b) Emissão de Nota Fiscal de Prestação de Serviço.

c) - Os valores serão pagos a CREDENCIADA mensalmente até o décimo segundo dia do mês subsequente a emissão da nota fiscal acompanhada das planilhas de controle, em conta corrente em nome do Credenciado, conforme a realização dos serviços, sendo que a emissão da nota fiscal deve ser efetuada até o último dia útil do mês em curso;

d) - O preço dos serviços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 meses após o credenciamento, portanto durante a vigência do termo de credenciamento não haverá nenhum tipo de reajuste ou reequilíbrio, podendo ser prorrogado por até 60 meses quando do comum acordo entre as partes e ser corrigido ao final de 12 meses quando do comum acordo conforme correção da tabela SUS.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA E CREDENCIANTE

I - O credenciamento caracteriza uma relação de credenciamento com expectativa/possibilidade de aquisição/contratação de Serviço;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo às condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço serão de exclusiva responsabilidade da Credenciada.

IV - É vedado:

a) O credenciamento de pessoa ou empresa que possua em seu quadro social ou de empregados, prestador de serviços ou servidor público contratado sob qualquer título no município CREDENCIANTE, além de pessoa(s) ocupante(s) de cargo eletivo ou com registro oficial de candidatura a cargos políticos no município CREDENCIANTE sob pena de rescisão do termo de credenciamento;

b) A transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

Incumbe à administração municipal por intermédio do Secretário(a) Municipal de Saúde, ora nominado fiscal do contrato:

I – Fiscalizar o fornecimento do objeto contratado e o estabelecimento comercial, bem como atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste contrato.

II – efetuar os pagamentos à Contratada.

III – aplicar à Contratada as penalidades regulamentares em caso de necessidade.

Incumbe à Contratada, além de outras incluídas neste contrato:

I - realizar a prestação dos serviços, objeto do presente contrato, nos prazos e condições previstos conforme edital de credenciamento 02/2018;

II - pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos;

III – franquear a entrada de servidores do Município para verificação/fiscalização do estabelecimento e, principalmente, a fiscalização da parte higiênica e de regularização junto aos órgãos competentes do estabelecimento;

IV - atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto do credenciamento;

V - manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

VI - assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o fornecimento do objeto lícito.

VII - fornecer exames confiáveis, sob sua responsabilidade, conforme padrões usuais de mercado.

VIII – Responsabilizar-se civil e criminalmente por qualquer tipo de vazamento de informações e incompatibilidade dos resultados dos exames.

IX – emitir laudo com os resultados dos exames, com identificação completa do paciente e da empresa executora, respeitando e presando pelo sigilo dos resultados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS

A fiscalização e controle de termos de credenciamento ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, ora nominado fiscal do credenciamento, a qual deve aferir as quantidades executadas, qualidade dos serviços prestados e a existência de recurso antes do encaminhamento dos usuários.

CLÁUSULA OITAVA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias.

10.301.0009.2.035 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública.

CLÁUSULA NONA - DA VINCULAÇÃO

Este Termo de Credenciamento está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 002/2018 e os valores fixados para cada exame são os contidos no Anexo I do referido edital de credenciamento, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLAUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

A credenciada que deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar/credenciar com a Administração Pública, pelo prazo de até dois anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento infração a qualquer cláusula deste termo de credenciamento, ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - descredenciamento;

No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para

apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

As sanções previstas no inciso I da clausula nona poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DO DESCREDENCIAMENTO

O credenciamento poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

- a) pela ocorrência de seu termo final;
- b) por solicitação do CREDENCIADO;
- c) por acordo entre as partes;
- d) unilateral, pelo CREDENCIANTE, por conveniência administrativa, ou após o devido processo legal, no caso de descumprimento de condição estabelecida no edital ou no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Maravilha - SC, para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solvidas administrativamente.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor e forma.

São Miguel da Boa Vista (SC), 15 de junho de 2018.

VILMAR SCHMAEDECKE BIO ANALISES LABORATORIO DE ANÁLISES CLINICAS EIRELI

PREFEITO MUNICIPAL REPRESENTANTE LEGAL

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROC 148/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1667873

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2018

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Material de Proteção Individual – EPI e Uniformes para utilização pelos servidores municipais, de acordo com o anexo I do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 12 de julho de 2018.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 28 de junho de 2018

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração e Finanças

PROC 23/2018 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 1666909

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2018

O Fundo Municipal de Assistência Social através de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e ferramentas em geral destinados para o CRAS I e II, CRE-AS, Abrigo e Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 13 de julho de 2018.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na integra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 27 de junho de 2018.

MARTA REGINA SOTILLI

Secretaria Municipal de Assistência Social

REVOGAR

Publicação Nº 1667765

EDITAL DE REVOGAÇÃO 39/2018 – REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Processo Licitatório nº 39/2018

Pregão Presencial nº 20/2018

O Secretário Municipal de Saúde de São Miguel do Oeste, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na forma da legislação vigente, e conforme memorando informando sobre erro no quantitativo, decido revogar o Processo Licitatório, com base no Art.49 da Lei 8.666/93.

São Miguel do Oeste-SC, 28 de junho de 2018.

Leonir Caron
Secretário Municipal de Saúde de
São Miguel do Oeste

CÂMARA MUNICIPAL

PREGÃO 016/2018 - MOBILIÁRIO

Publicação Nº 1667695

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2018

A Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, a partir de seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DEVIDAMENTE MONTADO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 11 de julho de 2018.

ABERTURA: as 14h10min horas do mesmo dia.

Mais informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Câmara, sito à Rua Pedro Julian, nº 858, Bairro Agostini, fone (0xx49) 3621-1400 e o edital na íntegra no site:
www.saomigueldoeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste/SC, 29 de junho de 2018.
CLÁUDIO JOSÉ BARP
Presidente da Câmara de Vereadores

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO N.º 082/2018

Publicação Nº 1668519

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 082/2018

INSTITUI HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE, TENDO EM VISTA A REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL - 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 45, inciso IV, da Lei Orgânica, e tendo em vista a Copa do Mundo de Futebol – 2018, que se inicia em 14 de junho de 2018, e com o objetivo de propiciar condições para que os servidores municipais possam assistir aos jogos da Seleção Brasileira de Futebol,

DECRETA:

Art. 1º No dia 02/07/2018 (segunda-feira) jogo das oitavas de finais da Seleção Brasileira de Futebol, o expediente será o seguinte:

- Administração Municipal, Secretaria de Transportes Obras, Secretaria de Saúde e Unidades de Saúde - 08:00 às 10:30 e das 13:30 às 17:00 horas;
- Escolas Municipais - 07:00 às 10:00 e das 14:00 às 17:00 horas;
- Centro de Educação Infantil – Horário normal.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 28 de junho de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2018.

Saudades

PREFEITURA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 009/2018 FMS

Publicação N° 1667560

MUNICÍPIO DE SAUDADES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO N° 1169/2018
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 009/2018

O Município de Saudades, Estado de Santa Catarina, torna público a abertura do processo, de Credenciamento de prestadores de serviços odontológicos para confecção de próteses dentárias sob medida para atender a demanda da população de Saudades em atendimento ao Programa Brasil Sorridente. O presente Edital e seus anexos estão disponíveis no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Saudades e por meio eletrônico no site www.saudades.sc.gov.br; Os Credenciamentos serão recebidos a partir do dia 16 de julho de 2018, em horário comercial das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Castro Alves, 279, centro, Saudades, SC.

Saudades, SC, 28 de junho de 2018.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 49/2018-PMS

Publicação Nº 1667204

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 49/2018-PMS

PROCESSO Nº. 103/2018-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de mesa digital interativa para execução do Projeto "Interagir Ludicamente" nas Escolas da Rede Municipal da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 24 de julho de 2018 às 08h45min.

Abertura do Processo: 24 de julho de 2018 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 29 de junho de 2018.

Adriano Kath

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 7.505/2018, DE 28 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1668545

PORTARIA Nº7.505/2018, DE 28 DE JUNHO DE 2018

AUTORIZA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCESSO DE SINDICÂNCIA Nº003/2017.

ADRIANO KATH, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Autorizar a prorrogação em até 60 (sessenta) dias, contados a partir do dia 26 de junho de 2018, para o prazo de conclusão dos trabalhos concernentes ao Processo de Sindicância nº003/2017, instaurado através da Portaria nº7.010/2017, de 15 de fevereiro de 2017, de acordo com o Ofício nº023/2018-PS 003/2017, de 27 de junho de 2018, devido à complexidade dos autos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 28 de junho de 2018.

ADRIANO KATH

Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 28/2018-PMS

Publicação Nº 1667013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 35/2018

Página: 1/6

Número do Registro de Preços: 35/2018		Data do Registro: 28/06/2018		Válido até: 28/06/2019		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de camisetas para a Secretaria de Assistência Social e Fundo da Infância e do Adolescente - FIA do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Camiseta, com degote em "U", em meia malha, na cor mescla, fio 30/1 penteado, 100% algodão, com gola ribana e debrum na cor mescla, bolso do lado esquerdo, na altura do peito. Layout: deverá ser elaborado pela empresa conforme solicitação da Secretaria de Assistência Social. Frente: Bordado no bolso do SISTEMA UNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com 10 cores. Ombros/costas: Brásão da Prefeitura de Schroeder no tamanho 10 cm. Tamanhos: P adulto, M adulto, G adulto, EXG adulto.	UN	DICS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES E EPIS LTDA (13952)	DELTA	0	28,0000	1
2	Camiseta, com degote em "U", em meia malha, na cor verde bebê, fio 30/1 penteado, 100% algodão, com gola ribana e debrum na cor verde bebê, bolso do lado esquerdo, na altura do peito. Layout: deverá ser elaborado pela empresa conforme solicitação da Secretaria de Assistência Social. Frente: Bordado no bolso do SISTEMA UNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com 10 cores. Ombros/costas: Brásão da Prefeitura de Schroeder no tamanho 10 cm. Tamanhos: P adulto, M adulto, G adulto, EXG adulto.	UN	DICS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES E EPIS LTDA (13952)	DELTA	0	28,0000	1
3	Camiseta, com degote em "U", em meia malha, na cor verde bebê, fio 30/1 penteado, 100% algodão, com gola ribana e debrum na cor verde bebê, bolso do lado esquerdo, na altura do peito. Layout: deverá ser elaborado pela empresa conforme solicitação da Secretaria de Assistência Social. Frente: Bordado no bolso do CRAS, com 10 cores. Ombros/costas: Brásão da Prefeitura de Schroeder no tamanho 10 cm. Tamanhos: P adulto, M adulto, G adulto, EXG adulto.	UN	DICS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES E EPIS LTDA (13952)	DELTA	0	28,0000	1
4	Camiseta, com degote em "U", em meia malha, na cor mescla, fio 30/1 penteado, 100% algodão, com gola ribana e debrum na cor mescla, bolso do lado esquerdo, na altura do peito. Layout: deverá ser elaborado pela empresa conforme solicitação da Secretaria de Assistência Social. Frente: Bordado no bolso do CRAS, com 10 cores. Ombros/costas: Brásão da Prefeitura de Schroeder no tamanho 10 cm. Tamanhos: P adulto, M adulto, G adulto, EXG adulto.	UN	DICS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES E EPIS LTDA (13952)	DELTA	0	28,0000	1

Página: 2/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 35/2018

Número do Registro de Preços: 35/2018		Data do Registro: 28/06/2018		Válido até: 28/06/2019		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de camisetas para a Secretaria de Assistência Social e Fundo da Infância e do Adolescente - FIA do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Camiseta, com decote em "u", em meia malha, na cor mescla, fio 30/1 penteado, 100% algodão, com gola ribana e debum na cor mescla, bolso do lado esquerdo, na altura do peito. Layout: deverá ser elaborado pela empresa conforme solicitação da Secretaria de Assistência Social. Frente: Bordado no bolso do CREAS, com 10 cores. Ombros/costas: Brásão da Prefeitura de Schroeder no tamanho 10 cm. Tamanhos: P adulto, M adulto, G adulto, GG adulto, EXG adulto.	UN	DICS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES E EPIS LTDA (13952)	DELTA	0	28.0000	1
6	Camiseta, com decote em "u", em meia malha, na cor verde bebê, fio 30/1 penteado, 100% algodão, com gola ribana e debum na cor verde bebê, bolso do lado esquerdo, na altura do peito. Layout: deverá ser elaborado pela empresa conforme solicitação da Secretaria de Assistência Social. Frente: Bordado no bolso do CREAS, com 10 cores. Ombros/costas: Brásão da Prefeitura de Schroeder no tamanho 10 cm. Tamanhos: P adulto, M adulto, G adulto, GG adulto, EXG adulto.	UN	DICS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES E EPIS LTDA (13952)	DELTA	0	28.0000	1
7	Camiseta em meia malha, na cor branco, fio 30/1 penteado, 100% algodão, com gola ribana e debum na cor branco estampas em siliker. Frente: Estampa do CRAS na altura do peito, tamanho 15cm, quadro com 10 cores. Layout: deverá ser elaborado pela empresa conforme solicitação da Secretaria de Assistência Social. Ombros/costas: Brásão da Prefeitura de Schroeder no tamanho 10 cm. Com as escritas Secretaria de Assistência Social. Tamanhos: 4, 6, 8, 10, 12 infantil, P, M, G, GG, EXG adulto.	UN	DICS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES E EPIS LTDA (13952)	DELTA	0	28.9000	1
8	Camiseta em meia malha, na cor branco, fio 30/1 penteado, 100% algodão, com gola ribana e debum na cor branco estampas em siliker. Frente: Estampa do FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE SCHROEDER na altura do peito, tamanho 20cm, quadro com 10 cores. Layout: deverá ser elaborado pela empresa conforme solicitação da Secretaria de Assistência Social. Ombros/costas: Brásão da Prefeitura de Schroeder no tamanho 10 cm. Com as escritas Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e logo no tamanho 10cm. Tamanhos: P adulto, M adulto, G adulto, GG adulto, EXG adulto.	UN	DICS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES E EPIS LTDA (13952)	DELTA	0	21.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 35/2018

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 35/2018		Data do Registro: 28/06/2018		Válido até: 28/06/2019		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de camisetas para a Secretaria de Assistência Social e Fundo da Infância e do Adolescente - FIA do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
9	Camiseta em meia malha, na cor branco, fio 30/1 penteado, 100% algodão, com gola ribana e debrum na cor branco estampas em silkier. Frente: Estampa da Campanha CONTEUDO INAPROPRIADO na altura do peito, tamanho 20cm quadro com 10 cores. Layout: deverá ser elaborado pela empresa conforme solicitação da Secretaria de Assistência Social. Ombros/costas: Brásão da Prefeitura de Schroeder no tamanho 10 cm. Com as escritas Secretaria de Assistência Social e logo do CREAS no tamanho 10cm. Tamanhos: P adulto, M adulto, G adulto, GG adulto, EXG adulto.	UN	DICS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES E EPIS LTDA (13952)	DELTA	0	22,9000	1		
10	Camiseta em meia malha, na cor mescla, fio 30/1 penteado, 100% algodão, com gola ribana e debrum na cor mescla, estampas em silkier. Frente: Estampa da Campanha VIOLENCIA CONTRA IDOSO na altura do peito, tamanho 20cm, quadro com 10 cores. Layout: deverá ser elaborado pela empresa conforme solicitação da Secretaria de Assistência Social. Ombros/costas: Brásão da Prefeitura de Schroeder no tamanho 10 cm. Com as escritas Secretaria de Assistência Social e logo do CREAS no tamanho 10cm. Tamanhos: P adulto, M adulto, G adulto, GG adulto, EXG adulto.	UN	DICS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES E EPIS LTDA (13952)	DELTA	0	22,9000	1		
11	Camiseta em meia malha, na cor branco, fio 30/1 penteado, 100% algodão, com gola ribana e debrum na cor branco estampas em silkier. Frente: Estampa da Campanha NEGLIGENCIA na altura do peito, tamanho 20cm, quadro com 10 cores. Layout: deverá ser elaborado pela empresa conforme solicitação da Secretaria de Assistência Social. Ombros/costas: Brásão da Prefeitura de Schroeder no tamanho 10 cm. Com as escritas Secretaria de Assistência Social e logo do CREAS no tamanho 10cm. Tamanhos: P adulto, M adulto, G adulto, GG adulto, EXG adulto.	UN	DICS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES E EPIS LTDA (13952)	DELTA	0	22,9000	1		
12	Camiseta em meia malha, na cor branco, fio 30/1 penteado, 100% algodão, com gola ribana e debrum na cor amarelo estampas em silkier. Frente: Estampa da Campanha Dia 18 de Maio, tamanho 20cm, quadro com 10 cores. Layout: deverá ser elaborado pela empresa conforme solicitação da Secretaria de Assistência Social. Ombros/costas: Brásão da Prefeitura de Schroeder no tamanho 10 cm. Com as escritas Secretaria de Assistência Social e logo do CREAS no tamanho 10cm. Tamanhos: P adulto, M adulto, G adulto, GG adulto, EXG adulto.	UN	DICS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES E EPIS LTDA (13952)	DELTA	0	22,9000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 35/2018

Página: 4/6

Número do Registro de Preços: 35/2018		Data do Registro: 28/06/2018		Válido até: 28/06/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de camisetas para a Secretaria de Assistência Social e Fundo da Infância e do Adolescente - FIA do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Camiseta em meia malha, na cor rosa, fio 30/1 penteado, 100% algodão, com gola ribana e debum na cor rosa estampas em silkser. Frente: Campanha VIOLENCIA CONTRA A MULHER, tamanho 20cm, quadro com 10 cores. Layout: deverá ser elaborado pela empresa conforme solicitação da Secretaria de Assistência Social. Ombros/costas: Brásão da Prefeitura de Schroeder no tamanho 10 cm. Com as escritas Secretaria de Assistência Social e logo do CREAS tamanho de 10cm. Tamanhos: P adulto, M adulto, G adulto, GG adulto, EXG adulto.	UN	DICS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES E EPIS LTDA (13952)	DELTA	0	22,9000	1
14	Camiseta em meia malha, na cor lilaz, fio 30/1 penteado, 100% algodão, com gola ribana e debum na cor lilaz estampas em silkser. Frente: Campanha VALORIZAÇÃO DA MULHER, tamanho 20cm, quadro com 10 cores. Layout: deverá ser elaborado pela empresa conforme solicitação da Secretaria de Assistência Social. Ombros/costas: Brásão da Prefeitura de Schroeder no tamanho 10 cm. Com as escritas Secretaria de Assistência Social e logo do CREAS tamanho 10cm. Tamanhos: P adulto, M adulto, G adulto, GG adulto, EXG adulto.	UN	DICS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES E EPIS LTDA (13952)	DELTA	0	22,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 35/2018

Número do Registro de Preços: 35/2018		Data do Registro: 28/06/2018		Válido até: 28/06/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de camisetas para a Secretaria de Assistência Social e Fundo da Infância e do Adolescente - FIA do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Camiseta em meia malha, na cor branco, fio 30/1 penteado, 100% algodão, com gola ribana e debum na cor branco estampas em silkser. Frente: Estampa do GRUPO DE IDOSOS DE SCHROEDER I tamanho 20cm, quadro com 10 cores. Layout: deverá ser elaborado pela empresa conforme solicitação da Secretaria de Assistência Social. Ombros/costas: Brásão da Prefeitura de Schroeder no tamanho 10 cm. Com as escritas Secretaria de Assistência Social. Tamanhos: P adulto, M adulto, G adulto, EXG adulto.	UN	DICS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES E EPIS LTDA (13952)	DELTA	0	23.9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 35/2018

Número do Registro de Preços: 35/2018		Data do Registro: 28/06/2018		Válido até: 28/06/2019		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de camisetas para a Secretaria de Assistência Social e Fundo da Infância e do Adolescente - FIA do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2018
PROCESSO Nº 63/2018
(13952) - DICS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES E EPIS LTDA

Schroeder, 28 de Junho de 2018.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 44/2018-PMS

Publicação Nº 1667672

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2018

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 36/2018 Data do Registro: 28/06/2018 Válido até: 28/06/2019

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em transporte de passageiros para viagens especiais para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	CONTRATAÇÃO DE VAN COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 LUGARES, com sistema de refrigeração (ar condicionado) para transporte dentro do município e dentro do Estado de Santa Catarina. Tendo que a vencedora do certame disponibilizar no ato da contratação, veículos Van, ano e modelo a partir de 2012, com assentos de passageiros reclináveis para o referido transporte. Em caso de quebra, a empresa vencedora do certame, terá que efetuar a reposição imediata do veículo.	KM	TRANSPANTANAL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA (7257)		0	2,9000	1
2	CONTRATAÇÃO DE MICRO ÔNIBUS COM NO MÍNIMO 28 LUGARES, com banheiro e com sistema de refrigeração (ar condicionado) para transporte dentro do município e dentro do Estado de Santa Catarina. Tendo que a vencedora do certame disponibilizar no ato da contratação, veículos Ônibus, para o referido transporte. Em caso de quebra, a empresa vencedora do certame, terá que efetuar a reposição imediata do veículo. É vedado à contratada substituir qualquer veículo (ônibus) por de outra empresa, bem como terceirizar os serviços contratados para outra empresa, que não seja a citada e homologada em contrato.	KM	TRANSPANTANAL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA (7257)		0	6,0000	1
3	CONTRATAÇÃO DE ÔNIBUS COM NO MÍNIMO 43 LUGARES, com banheiro e com sistema de refrigeração (ar condicionado) para transporte dentro do município e dentro do Estado de Santa Catarina. Tendo que a vencedora do certame disponibilizar no ato da contratação, veículos Ônibus, para o referido transporte para facilitar o acesso imediato. Em caso de quebra, a empresa vencedora do certame, terá que efetuar a reposição imediata do veículo. É vedado à contratada substituir qualquer veículo (ônibus) por de outra empresa, bem como terceirizar os serviços contratados para outra empresa, que não seja a citada e homologada em contrato.	KM	TRANSPANTANAL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA (7257)		0	6,0500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2018

Número do Registro de Preços: 36/2018		Data do Registro: 28/06/2018		Válido até: 28/06/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em transporte de passageiros para viagens especiais para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indust							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	CONTRATAÇÃO DE ÔNIBUS COM NO MÍNIMO 45 LUGARES, para transporte dentro do município e dentro do Estado de Santa Catarina. Tendo que a vencedora do certame disponibilizar no ato da contratação, veículos ônibus, para o referido transporte para facilitar o acesso imediato. Em caso de quebra, a empresa vencedora do certame, terá que efetuar a reposição imediata do veículo. E vedado a contratada substituir qualquer veículo (ônibus) por de outra empresa, bem como terceirizar os serviços contratos para outra empresa, que não seja a citada e homologada em contrato.	UN	TRANSPANTANAL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA (7257)		0	6,1000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2018

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 36/2018		Data do Registro: 28/06/2018		Válido até: 28/06/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em transporte de passageiros para viagens especiais para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indust							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2018

PROCESSO Nº 88/2018

(7257) - TRANSPANTANAL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA

Schroeder, 28 de Junho de 2018.

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1453

Publicação Nº 1668037

DECRETO Nº 1453, de 28 de junho de 2018.

Fixa horário especial nas repartições públicas municipais, durante o jogo do Brasil na Copa do Mundo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado horário especial nas repartições públicas municipais por ocasião de jogo da seleção brasileira na Copa do Mundo, no dia 02 de julho – segunda feira, em que o jogo se realizará às 11 horas, sendo que o expediente matutino será cumprido das 07 às 10:30 horas e o expediente vespertino será cumprido das 13:30 às 18 horas.

Art. 2º Excetuam-se do horário especial fixado nos parágrafos do art. 1º, os estabelecimentos de ensino municipal e de gestão compartilhada, que praticarão expediente normal.

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 28 de junho de 2018.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 28 de junho de 2018

Neri Cosmann
Secretário de Administração

Serra Alta

PREFEITURA

ATA Nº 011- REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018-FMS

Publicação Nº 1666482

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011 DE 29/06/2018

No dia 29 de junho de 2018, O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) Rua Almirante Barroso, nº525, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 11.583.359/0001-55, neste ato representada por seu gestor PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, Senhor RAFAEL SENHOR, portador do RG sob o nº 3818788 e CPF nº 033.003.379-41, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 007/2018, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa DENTAL OESTE EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ nº 05.412.147/0001-02, com endereço na Rua das Flores, nº 549, Bairro Centro, Município de Iporã do Oeste - SC, CEP:89899-000, representada neste ato pelo Sr. Jackson Luiz Berti, portador do CPF nº 726.179.939-49 e RG 1.851.582, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

1.1– A presente ATA tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Serra Alta/SC através do Fundo Municipal de Saúde e a empresa DENTAL OESTE EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ nº05.412.147/0001-02, aqui representada por seu representante legal, Sr. Jackson Luiz Berti vencedora do certame licitatório, cujo objeto é a possível Aquisição de MATERIAIS DE USO ODONTOLÓGICO para uso no Pronto Atendimento e na Manutenção Qualificada dos Serviços prestados na Unidade de Saúde Municipal, buscando garantir o melhoramento da saúde bucal dos munícipes Serraltenses. Conforme especificações constantes no anexo D do Edital em comento e constantes na proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos materiais odontológicos é o especificado abaixo:

Item	Quantidade estimada/ Und. Medida	Especificação	Marca	Valor Unitário	Valor Total
19	05 Und.	RESINA COMPOSTA MICROHÍBRIDA COR A3. ESMALTE - SERINGA COM 4 GRAMAS - COMPOSIÇÃO: BISFENOL - A GLICEDILMETACRILATO (BIS-GMA), TRIETILENOGLICOLDIMETACRILATO (TEDMA) ZIRCÔNIA/SÍLICA.	KERR HERCULITE	R\$ 31,00	R\$ 155,00
20	05 Und.	RESINA COMPOSTA MICROHÍBRIDA COR A3. DENTINA - SERINGA COM 4 GRAMAS - COMPOSIÇÃO: BISFENOL - A GLICEDILMETACRILATO (BIS-GMA), TRIETILENOGLICOLDIMETACRILATO (TEDMA) ZIRCÔNIA/SÍLICA.	KERR HERCULITE	R\$ 31,00	R\$ 155,00
21	05 Und.	RESINA COMPOSTA MICROHÍBRIDA COR A2. ESMALTE - SERINGA COM 4 GRAMAS - COMPOSIÇÃO: BISFENOL - A GLICEDILMETACRILATO (BIS-GMA), TRIETILENOGLICOLDIMETACRILATO (TEDMA) ZIRCÔNIA/SÍLICA.	KERR HERCULITE	R\$ 31,00	R\$ 155,00
25	40 Pacote	ESTOJO COLORIDOS DE PLÁSTICO PARA PRÓTESES DENTÁRIA. Pacote com 10 unidades.	MAQUIRA	R\$ 9,84	R\$ 393,60
27	10 Frascos	PASTILHAS EVIDENCIADORAS DE PLACA BACTERIANA À BASE DE FUCSINA - FRASCO COM 60 UND.	BIODINÂMICA	R\$ 5,50	R\$ 55,00
28	04 Und.	ALICATE DE CORTE DISTAL ESTERELIZÁVEL NÚMERO 700.	ZATTY	R\$ 290,88	R\$ 1.163,52
32	50 Pacote	SUGADORES DESCARTÁVEIS COLORIDOS, (PACOTE COM 40 UNIDADES)	WA	R\$ 3,48	R\$ 174,00
34	10 Frascos	KIT VERNIZ COM FLÚOR (1 FRASCO LÍQUIDO COM 10ML DE VERNIZ, 1 FRASCO DE PÓ PRO-FILÁTICO/PEDRA POMES COM 10G).	SSWHITE	R\$ 25,80	R\$ 258,00

41	10 Und.	KITS COMPOSTO DE: COMPOSIÇÃO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO RADIOPACA (01 TUBO DE PASTA BASE 13G, 01 TUBO DE PASTA CATALISADORA 11G, 01 BLOCO DE MISTURA).	TECHNEW	R\$ 14,83	R\$ 148,30
49	10 Frascos	ADESIVO FOTOPOLIMERIZÁVEL PASSO ÚNICO (UNIVERSAL) CONTENDO 10% DE SÍLICA COLLOIDAL (TAMANHO DA PARTÍCULA DE 5NM).	KERR	R\$ 59,80	R\$ 598,00
55	05 Und.	FORCEPS N. 69	GOLGRAN	R\$ 54,60	R\$ 273,00
57	10 Und.	CARIOSTÁTICO 30% FRASCO COM 5ML	BIODINÂMICA	R\$ 14,45	R\$ 144,50
64	05 Frascos	TRICRESOLFORMALINA FRASCO DE 10ML	MAQUIRA	R\$ 4,00	R\$ 20,00
			TOTAL REGISTRADO	(Três mil, seiscentos e noventa e dois reais e noventa e dois centavos)	R\$ 3.692,92

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade e vigência de 12 (doze) meses consecutivos contados a partir da assinatura da ata.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Serra Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os materiais, objeto desta licitação deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde desta cidade, sem quaisquer acréscimos, de forma parcelada ou integral, conforme a necessidade, em até no máximo dez dias após cada solicitação.

2.4 Caso ocorra alguma divergência na entrega dos materiais odontológicos, a troca ou substituição imediata será de total responsabilidade da empresa detentora da ata.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES NA ATA

3.1 – A ATA poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

3.2- Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

I - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata de Registro de Preço e iniciar outro processo licitatório.

II - Optado pela recomposição dos valores, aplicar-se-á na forma que segue:

a) Pelos índices de aumento aplicado pelos fornecedores da empresa contratante, nos termos do Inciso XI do artigo 40 e Alínea "d", do inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 8.883/94, desde que observado o que segue:

a.1- A comprovação do aumento, obrigatoriamente, dar-se-á através de apresentação de documentação tais como: folhas de pagamento dos trabalhadores comprovando o aumento dos encargos financeiros e salários ou outras despesas, na proposta e serem emitidas com data anterior ao aumento e outras com data posterior, para levantamento do índice.

a.2- Só serão aceitas folhas de pagamento e outras despesas, conforme previsto na alínea anterior, cuja data de emissão seja superior a apresentação da proposta no certame licitatório e inferior a data de vigência da presente ata de registro de preços.

a.3 - O valor verificado após a aplicação do índice de reajuste não poderá ser superior ao praticado pela empresa no mercado geral, devendo-se, neste caso, aplicar a redução no respectivo índice de modo a manter a compatibilidade dos preços.

III - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro ou definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

3.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Órgão Gerenciador da ATA deverá:

3.3.1 - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.3.2 - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

3.3.3 - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.4- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado,

não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5- A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

3.6- Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1- Será usuário do Registro de Preços o Fundo Municipal de Saúde de Serra Alta, vinculado ao Município de Serra Alta/SC.

4.2- Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexo Encarte D do Edital de Registro de Preços nº 007/2018-FMS, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

4.3- Para cada material odontológico de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado ao preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4- O preço unitário a ser pago pelos materiais odontológicos será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUINTA – DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1 - Os materiais odontológicos serão requisitados pelo Órgão Central de Compras de forma parcial ou integral, através de nota de empenho de despesa, autorização de fornecimento, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93.

5.2- A empresa detentora deverá fornecer os materiais odontológicos, conforme necessidade da Unidade de Saúde, apenas mediante solicitação, durante a vigência da ATA, no endereço Rua Almirante Barroso, nº 525, centro de Serra Alta.

5.3– A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá fornecer obrigatoriamente NOTA ELETRÔNICA, não sendo aceito CUPOM FISCAL, de acordo com o Decreto Estadual 413 de 03/08/2011 anexo 11 Artigo 23-A.

5.4- Não serão aceitos, no momento da entrega, material de fabricante e/ou marca diferentes daqueles constantes na proposta vencedora. No caso de propostas que apresentam mais de um fabricante e/ou marca, o Município reserva-se o direito de escolher o que melhor lhe convier;

5.5- Todos os materiais, insumos, nacionais ou importados, deverão ser ofertados, apresentados e entregues contendo todas as informações, ou seja, número do lote, a data de fabricação, data de validade, nome do responsável técnico e o número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia ou órgão equivalente, número de registro no Ministério da Saúde ou órgão equivalente, nome ético, genérico ou similar e concentração, de acordo com a Legislação Sanitária e em língua portuguesa.

5.6– Todos os materiais e insumos deverão ter na embalagem data de fabricação e data de validade de no mínimo 80% da vida útil do produto.

5.7 - O Contratado é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

5.8 - A fiscalização e o recebimento dos materiais e insumos objeto desta licitação ficarão a cargo dos dentistas Responsáveis da Unidade Central de Saúde.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

6.1 - A entrega dos materiais só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do objeto.

6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Os materiais deverão ser entregues na Unidade de Saúde sempre acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

6.4- O fornecedor deverá permitir a fiscalização e informar a Secretaria de Saúde de qualquer ocorrência na entrega dos materiais no prazo estipulado nesta ATA, prestando os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.5- O fornecedor deverá arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.

6.6- O fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da ATA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1- O pagamento dar-se-á partir da entrega do objeto com a respectiva nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Fornecedor, da qual deverá constar o número desta licitação, sendo certificada pelo órgão solicitante, atestando que os bens/serviços foram prestados e que atendiam as especificações deste edital, conforme ordem cronológica da tesouraria.

7.2 - Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores dos municípios.

7.3- O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.4 - Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.5 - As despesas decorrentes da prestação de serviços correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente 2018 e 2019 conforme informadas na Autorização de Fornecimento:

Projeto/Atividade	Descrição	Item Orçamentário	Valor Previsto Registrado
10.01.2.600.3.3.90.00	Atenção à Saúde Preventiva	3.3.90.30.10	R\$ 3.692,92

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão da ATA e às perdas e danos, ficando garantida a prévia e ampla defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pelo Município de Serra Alta/SC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da municipalidade. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

8.5. A aplicação das multas aqui referidas independe de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

8.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

8.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

8.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta/SC poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

8.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1- O cancelamento da Ata de Registro de Preços será realizado na forma do item 16 do Processo de Licitação nº 007/2018 e Edital de Pregão Presencial de nº007/2018-FMS independente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1- Nos termos do Art. 55, XIII da Lei 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1 - Caberá à CONTRATANTE:

- a) Emitir a Autorização de Fornecimento, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA;
- b) Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato/Ata de Registro de Preços, com base nas disposições estabelecidas neste Termo de Referência, e ainda, em consonância com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
- c) Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a compra dos materiais;
- d) Atestar as faturas correspondentes à entrega dos itens, por intermédio do servidor competente;
- e) Efetuar, em favor da empresa CONTRATADA, o pagamento, nas condições estabelecidas no edital e seus anexos.

11.2 - Caberá à CONTRATADA:

- a) Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto deste Termo de Referência;
- b) Manter, durante o período de vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços, todas as condições e qualificações exigidas na licitação;
- c) Promover o fornecimento dos materiais dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.
- d) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;
- e) Adotar medidas para a execução do objeto solicitado, observando todas as condições e especificações aprovadas pela CONTRATANTE;
- f) Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar as datas, horários e locais de entrega dos itens solicitados.
- g) Providenciar a imediata troca do item julgado inadequado ou que não atenda as especificações.
- h) Responder e responsabilizar-se por quaisquer danos causados direta ou indiretamente a bens de propriedade da CONTRATANTE ou de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregadores/profissionais por ocasião das entregas efetuadas.
- i) Responsabilizar-se pelo transporte/entrega dos materiais (itens) solicitados.
- j) Encaminhar à CONTRATANTE a Nota Fiscal Eletrônica correspondente aos itens juntamente com a mercadoria entregue.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

12.1- A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

12.2 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 007/2018-FMS e a proposta da Detentora da Ata, independentemente de sua transcrição.

12.3- O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

12.4- Os casos omissos para a execução da referida Ata de Registro de Preços serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 15/12/2006 Lei Complementar nº 147/2014 de 07/08/2014 Decreto Municipal nº 64/2009 de 27/03/2009 e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

12.5- Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

SERRA ALTA/SC, 29 de junho 2018.
RAFAEL SENHOR
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO
CONTRATANTE

DENTAL OESTE EIRELI - EPP
JACKSON LUIZ BERTI
RESPONSÁVEL
DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
Assessor Jurídico
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI	JEFERSON MARTINI
CPF: 029.867.439-43	CPF: 044.414.139-12
Sec. de Administração	Sec. de Saúde

ATA Nº 012- REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018-FMS

Publicação Nº 1666487

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012 DE 29/06/2018

No dia 29 de junho de 2018, O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) Rua Almirante Barroso, nº525, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 11.583.359/0001-55, neste ato representada por seu gestor PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, Senhor RAFAEL SENHOR, portador do RG sob o nº 3818788 e CPF nº 033.003.379-41, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 007/2018, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa POSSATTO & POSSATTO LTDA ME inscrita no CNPJ 72.150.550/0001-06, com endereço na Rua Pará, nº490, Bairro Centro, Município de Francisco Beltrão – PR, CEP 85.601-290, representada neste ato pelo Sr. Rogério Possatto, portador do CPF nº. 605.159.539-20 e RG 1.855.326 SSP/SC, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

1.1- A presente ATA tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Serra Alta/SC através do Fundo Municipal de Saúde e a empresa POSSATTO & POSSATTO LTDA ME, inscrita no CNPJ Nº 72.150.550/0001-06, aqui representada por seu representante legal, Sr. Rogério Possatto vencedora do certame licitatório, cujo objeto é a possível Aquisição de MATERIAIS DE USO ODONTOLÓGICO para uso no Pronto Atendimento e na Manutenção Qualificada dos Serviços prestados na Unidade de Saúde Municipal, buscando garantir o melhoramento da saúde bucal dos munícipes Serraltenses. Conforme especificações constantes no anexo D do Edital em comento e constantes na proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos materiais odontológicos é o especificado abaixo:

Item	Quantidade estimada/ Und. Medida	Especificação	Marca	Valor Unitário	Valor Total
17	60 Und.	ESPELHO NUMERO 5 ROSQUEÁVEL	CICARELLI	R\$ 1,30	R\$ 78,00
18	05 Caixa	SELANTE RESINOSO PARA FOSSULAS E FISSURAS MATIZADO FOTOPOLIMERIZÁVEL- SERINGA COM 2 GRAMAS (KIT com 6 und)	MAQUIRA	R\$ 133,44	R\$ 667,20
38	20 Caixa.	ESPONJA HEMOSTÁTICA DE COLÁGENO HIDROLIZADO (caixa com 20 unidades)	MAQUIRA	R\$ 45,99	R\$ 919,80
45	15 Unid.	MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO PÓ 38G E LÍQUIDO DE 15ML COMPOSIÇÃO REFORÇADA À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL, COM BLOCO PARA ESPATULAÇÃO. (KIT)	BIODINÂMICA	R\$ 24,20	R\$ 363,00
47	50 Kg	GESSO ESPECIAL DE ALTA QUALIDADE TIPO IV SALMÃO	ASFER	R\$ 19,18	R\$ 959,00
			TOTAL REGISTRADO	(Dois mil, novecentos e oitenta e sete reais)	R\$ 2.987,00

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade e vigência de 12 (doze) meses consecutivos contados a partir da assinatura da ata.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Serra Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os materiais, objeto desta licitação deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde desta cidade, sem quaisquer acréscimos, de forma parcelada ou integral, conforme a necessidade, em até no máximo dez dias após cada solicitação.

2.4 Caso ocorra alguma divergência na entrega dos materiais odontológicos, a troca ou substituição imediata será de total responsabilidade da empresa detentora da ata.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES NA ATA

3.1 – A ATA poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

3.2- Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

I - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata de Registro de Preço e iniciar outro processo licitatório.

II - Optado pela recomposição dos valores, aplicar-se-á na forma que segue:

a) Pelos índices de aumento aplicado pelos fornecedores da empresa contratante, nos termos do Inciso XI do artigo 40 e Alínea "d", do inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 8.883/94, desde que observado o que segue:

a.1- A comprovação do aumento, obrigatoriamente, dar-se-á através de apresentação de documentação tais como: folhas de pagamento dos trabalhadores comprovando o aumento dos encargos financeiros e salários ou outras despesas, na proposta e serem emitidas com data anterior ao aumento e outras com data posterior, para levantamento do índice.

a.2- Só serão aceitas folhas de pagamento e outras despesas, conforme previsto na alínea anterior, cuja data de emissão seja superior a apresentação da proposta no certame licitatório e inferior a data de vigência da presente ata de registro de preços.

a.3 - O valor verificado após a aplicação do índice de reajuste não poderá ser superior ao praticado pela empresa no mercado geral, devendo-se, neste caso, aplicar a redução no respectivo índice de modo a manter a compatibilidade dos preços.

III - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro ou definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

3.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Órgão Gerenciador da ATA deverá:

3.3.1 - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.3.2 - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

3.3.3 - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.4- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5- A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

3.6- Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1- Será usuário do Registro de Preços o Fundo Municipal de Saúde de Serra Alta, vinculado ao Município de Serra Alta/SC.

4.2- Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexo Encarte D do Edital de Registro de Preços nº 007/2018-FMS, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

4.3- Para cada material odontológico de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado ao preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4- O preço unitário a ser pago pelos materiais odontológicos será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUINTA – DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1 - Os materiais odontológicos serão requisitados pelo Órgão Central de Compras de forma parcial ou integral, através de nota de empenho de despesa, autorização de fornecimento, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93.

5.2- A empresa detentora deverá fornecer os materiais odontológicos, conforme necessidade da Unidade de Saúde, apenas mediante solicitação, durante a vigência da ATA, no endereço Rua Almirante Barroso, nº 525, centro de Serra Alta.

5.3- A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá fornecer obrigatoriamente NOTA ELETRÔNICA, não sendo aceito CUPOM FISCAL, de acordo com o Decreto Estadual 413 de 03/08/2011 anexo 11 Artigo 23-A.

5.4- Não serão aceitos, no momento da entrega, material de fabricante e/ou marca diferentes daqueles constantes na proposta vencedora. No caso de propostas que apresentam mais de um fabricante e/ou marca, o Município reserva-se o direito de escolher o que melhor lhe convier;

5.5- Todos os materiais, insumos, nacionais ou importados, deverão ser ofertados, apresentados e entregues contendo todas as informações, ou seja, número do lote, a data de fabricação, data de validade, nome do responsável técnico e o número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia ou órgão equivalente, número de registro no Ministério da Saúde ou órgão equivalente, nome ético, genérico ou similar e concentração, de acordo com a Legislação Sanitária e em língua portuguesa.

5.6- Todos os materiais e insumos deverão ter na embalagem data de fabricação e data de validade de no mínimo 80% da vida útil do produto.

5.7 - O Contratado é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

5.8 - A fiscalização e o recebimento dos materiais e insumos objeto desta licitação ficarão a cargo dos dentistas Responsáveis da Unidade Central de Saúde.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

6.1 - A entrega dos materiais só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do objeto.

6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Os materiais deverão ser entregues na Unidade de Saúde sempre acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

6.4- O fornecedor deverá permitir a fiscalização e informar a Secretaria de Saúde de qualquer ocorrência na entrega dos materiais no prazo

estipulado nesta ATA, prestando os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.5- O fornecedor deverá arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.

6.6- O fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da ATA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1- O pagamento dar-se-á partir da entrega do objeto com a respectiva nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Fornecedor, da qual deverá constar o número desta licitação, sendo certificada pelo órgão solicitante, atestando que os bens/serviços foram prestados e que atendiam as especificações deste edital, conforme ordem cronológica da tesouraria.

7.2 - Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores dos municípios.

7.3- O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.4 - Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.5 - As despesas decorrentes da prestação de serviços correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente 2018 e 2019 conforme informadas na Autorização de Fornecimento:

Projeto/Atividade	Descrição	Item Orçamentário	Valor Previsto Registrado
10.01.2.600.3.3.90.00	Atenção à Saúde Preventiva	3.3.90.30.10	R\$ 2.987,00

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão da ATA e às perdas e danos, ficando garantida a prévia e ampla defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pelo Município de Serra Alta/SC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da municipalidade. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

8.5. A aplicação das multas aqui referidas independe de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

8.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

8.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

8.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta/SC poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado ao pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

8.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1- O cancelamento da Ata de Registro de Preços será realizado na forma do item 16 do Processo de Licitação nº 007/2018 e Edital de Pregão Presencial de nº007/2018-FMS independente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1- Nos termos do Art. 55, XIII da Lei 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1 - Caberá à CONTRATANTE:

- a) Emitir a Autorização de Fornecimento, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA;
- b) Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato/Ata de Registro de Preços, com base nas disposições estabelecidas neste Termo de Referência, e ainda, em consonância com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
- c) Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a compra dos materiais;
- d) Atestar as faturas correspondentes à entrega dos itens, por intermédio do servidor competente;
- e) Efetuar, em favor da empresa CONTRATADA, o pagamento, nas condições estabelecidas no edital e seus anexos.

11.2 - Caberá à CONTRATADA:

- a) Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto deste Termo de Referência;
- b) Manter, durante o período de vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços, todas as condições e qualificações exigidas na licitação;
- c) Promover o fornecimento dos materiais dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.
- d) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;
- e) Adotar medidas para a execução do objeto solicitado, observando todas as condições e especificações aprovadas pela CONTRATANTE;
- f) Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar as datas, horários e locais de entrega dos itens solicitados.
- g) Providenciar a imediata troca do item julgado inadequado ou que não atenda as especificações.
- h) Responder e responsabilizar-se por quaisquer danos causados direta ou indiretamente a bens de propriedade da CONTRATANTE ou de

terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregadores/profissionais por ocasião das entregas efetuadas.

i) Responsabilizar-se pelo transporte/entrega dos materiais (itens) solicitados.

j) Encaminhar à CONTRATANTE a Nota Fiscal Eletrônica correspondente aos itens juntamente com a mercadoria entregue.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

12.1- A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

12.2 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 007/2018-FMS e a proposta da Detentora da Ata, independentemente de sua transcrição.

12.3- O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

12.4- Os casos omissos para a execução da referida Ata de Registro de Preços serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 15/12/2006 Lei Complementar nº 147/2014 de 07/08/2014 Decreto Municipal nº 64/2009 de 27/03/2009 e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

12.5- Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

SERRA ALTA/SC, 29 de junho 2018.
RAFAEL SENHOR
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO
CONTRATANTE

POSSATTO & POSSATTO LTDA ME
ROGÉRIO POSSATTO
RESPONSÁVEL
DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
Assessor Jurídico
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI	JEFERSON MARTINI
CPF: 029.867.439-43	CPF: 044.414.139-12
Sec. de Administração	Sec. de Saúde

ATA Nº 013- REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018-FMS

Publicação Nº 1666491

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013 DE 29/06/2018

No dia 29 de junho de 2018, O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) Rua Almirante Barroso, nº525, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 11.583.359/0001-55, neste ato representada por seu gestor PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, Senhor RAFAEL SENHOR, portador do RG sob o nº 3818788 e CPF nº 033.003.379-41, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 007/2018, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa DENTAL SHOW – COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES EIRELI, com endereço na Av. Luiz Antônio Faedo, 1810, Bairro: Centro, Município de Francisco Beltrão/PR, CEP: 85601-275, inscrita no CNPJ 11.776.334/0001-78, representada neste ato pela Sra. Juliana Paula Guimarães, portadora do CPF nº. 030.364.169-00 e RG 8.120.345-8 SSP/PR, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

1.1- A presente ATA tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Serra Alta/SC através do Fundo Municipal de Saúde e a empresa DENTAL SHOW – COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 11.776.334/0001-78, aqui representada por sua representante legal, Sra. Juliana Paula Guimarães, vencedora do certame licitatório,

cujo objeto é a possível Aquisição de MATERIAIS DE USO ODONTOLÓGICO para uso no Pronto Atendimento e na Manutenção Qualificada dos Serviços prestados na Unidade de Saúde Municipal, buscando garantir o melhoramento da saúde bucal dos munícipes Serraltenses. Conforme especificações constantes no anexo D do Edital em comento e constantes na proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos materiais odontológicos é o especificado abaixo:

Item	Quantidade estimada/ Und. Medida	Especificação	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	10 Und.	REMOVEDOR DE MANCHAS POR MICRO-ABRASÃO (KIT CONTENDO 1 SERINGA DE 2 GRAMAS, 10 PONTEIRAS DESCARTÁVEIS E UMA ESPÁTULA).	FGM	R\$ 36,77	R\$ 367,70
22	05 Und.	RESINA COMPOSTA MICROHÍBRIDA COR A2 DENTINA - SERINGA COM 4 GRAMAS - COMPOSIÇÃO: BISFENOL - A GLICE-DILMETACRILATO (BIS-GMA), TRIETI-LENOGLICOLDIMETACRILATO (TEDMA) ZIRCÔNIA/SÍLICA.	FGM/OPALLIS	R\$ 31,00	R\$ 155,00
23	05 Und.	RESINA COMPOSTA MICROHÍBRIDA COR A3.5 ESMALTE - SERINGA COM 4 GRAMAS - COMPOSIÇÃO: BISFENOL - A GLICE-DILMETACRILATO (BIS-GMA), TRIETI-LENOGLICOLDIMETACRILATO (TEDMA) ZIRCÔNIA/SÍLICA.	FGM/OPALLIS	R\$ 31,00	R\$ 155,00
24	05 Und.	RESINA COMPOSTA MICROHÍBRIDA COR A3.5 DENTINA - SERINGA COM 4 GRAMAS - COMPOSIÇÃO: BISFENOL - A GLICE-DILMETACRILATO (BIS-GMA), TRIETI-LENOGLICOLDIMETACRILATO (TEDMA) ZIRCÔNIA/SÍLICA.	FGM/OPALLIS	R\$ 31,00	R\$ 155,00
30	60 Frasco	DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA À 0,12% - FRASCO 250 ML SEM ÁLCOOL.	REYMER 300ML	R\$ 15,00	R\$ 900,00
31	20 Caixa	AGULHA GENGIVAL EXTRA CURTA ESTERILIZADA DESCARTÁVEL 27G CAIXA COM 100 UNIDADES.	PROCARE 30G	R\$ 24,86	R\$ 497,20
33	400 Und.	AMÁLGAMA DE 2 PORÇÕES LIGA DE LIMALHA DE PRATA ESFÉRICA.	SDI	R\$ 2,04	R\$ 816,00
42	15 Und.	IONOMERO DE VIDRO RESTAURADOR COR A2 (PÓ 10G, LÍQUIDO 8G) COM BLOCO DE ESPATULAÇÃO E DOSADOR DE PÓ.	FGM	R\$ 17,60	R\$ 264,00
43	20 Und.	MICRO APLICADOR DESCARTÁVEL AZUL (FRASCO COM 100 UNID)	FGM	R\$ 7,26	R\$ 145,20
44	20 Und.	MICRO APLICADOR DESCARTÁVEL AMARELO (FRASCO COM 100 UNID)	FGM	R\$ 7,26	R\$ 145,20
58	05 Frasco	CURATIVO ALVEOLAR COM PRÓPOLIS - FRASCO COM 10 GRAMAS.	BIODINÂMICA	R\$ 18,17	R\$ 90,85
60	30 Caixa	AGULHA GENGIVAL EXTRA CURTA ESTERILIZADA DESCARTÁVEL 27G CAIXA COM 100 UNIDADES.	PROCARE 30G	R\$ 24,86	R\$ 745,80
62	40 Caixa	AGULHA GENGIVAL CURTA ESTERILIZADA DESCARTÁVEL 30G CAIXA COM 100 UNIDADES.	PROCARE	R\$ 24,65	R\$ 986,00
65	20 Und.	BLOCO DE ESPATULAÇÃO DE MATERIAIS COM UM LADO IMPERMEÁVEL COR: BRANCO - BLOCO COM 50 FOLHAS.	PREVEN	R\$ 3,61	R\$ 72,20
67	20 Pacote	MOLDEIRAS DESCARTÁVEIS PARA APLICAÇÃO DE FLUOR, TAMANHO GRANDE, COR: AZUL. Pacote com 100und.	BIODINÂMICA	R\$ 28,60	R\$ 572,00
			TOTAL REGISTRADO	(Seis mil, sessenta e sete reais e quinze centavos)	R\$ 6.067,15

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade e vigência de 12 (doze) meses consecutivos contados a partir da assinatura da ata.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Serra Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os materiais, objeto desta licitação deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde desta cidade, sem quaisquer acréscimos, de forma parcelada ou integral, conforme a necessidade, em até no máximo dez dias após cada solicitação.

2.4 Caso ocorra alguma divergência na entrega dos materiais odontológicos, a troca ou substituição imediata será de total responsabilidade da empresa detentora da ata.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES NA ATA

3.1 – A ATA poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

3.2- Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

I - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata de Registro de Preço e iniciar outro processo licitatório.

II - Optado pela recomposição dos valores, aplicar-se-á na forma que segue:

a) Pelos índices de aumento aplicado pelos fornecedores da empresa contratante, nos termos do Inciso XI do artigo 40 e Alínea "d", do inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 8.883/94, desde que observado o que segue:

a.1- A comprovação do aumento, obrigatoriamente, dar-se-á através de apresentação de documentação tais como: folhas de pagamento dos trabalhadores comprovando o aumento dos encargos financeiros e salários ou outras despesas, na proposta e serem emitidas com data anterior ao aumento e outras com data posterior, para levantamento do índice.

a.2- Só serão aceitas folhas de pagamento e outras despesas, conforme previsto na alínea anterior, cuja data de emissão seja superior a apresentação da proposta no certame licitatório e inferior a data de vigência da presente ata de registro de preços.

a.3 - O valor verificado após a aplicação do índice de reajuste não poderá ser superior ao praticado pela empresa no mercado geral, devendo-se, neste caso, aplicar a redução no respectivo índice de modo a manter a compatibilidade dos preços.

III - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro ou definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

3.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Órgão Gerenciador da ATA deverá:

3.3.1 - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.3.2 - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

3.3.3 - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.4- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5- A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

3.6- Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1- Será usuário do Registro de Preços o Fundo Municipal de Saúde de Serra Alta, vinculado ao Município de Serra Alta/SC.

4.2- Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexo Encarte D do Edital de Registro de Preços nº 007/2018-FMS, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

4.3- Para cada material odontológico de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado ao preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4- O preço unitário a ser pago pelos materiais odontológicos será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUINTA – DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1 - Os materiais odontológicos serão requisitados pelo Órgão Central de Compras de forma parcial ou integral, através de nota de empenho de despesa, autorização de fornecimento, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93.

5.2- A empresa detentora deverá fornecer os materiais odontológicos, conforme necessidade da Unidade de Saúde, apenas mediante solicitação, durante a vigência da ATA, no endereço Rua Almirante Barroso, nº 525, centro de Serra Alta.

5.3- A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá fornecer obrigatoriamente NOTA ELETRÔNICA, não sendo aceito CUPOM FISCAL, de acordo com o Decreto Estadual 413 de 03/08/2011 anexo 11 Artigo 23-A.

5.4- Não serão aceitos, no momento da entrega, material de fabricante e/ou marca diferentes daqueles constantes na proposta vencedora. No caso de propostas que apresentam mais de um fabricante e/ou marca, o Município reserva-se o direito de escolher o que melhor lhe convier;

5.5- Todos os materiais, insumos, nacionais ou importados, deverão ser ofertados, apresentados e entregues contendo todas as informações, ou seja, número do lote, a data de fabricação, data de validade, nome do responsável técnico e o número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia ou órgão equivalente, número de registro no Ministério da Saúde ou órgão equivalente, nome ético, genérico ou similar e concentração, de acordo com a Legislação Sanitária e em língua portuguesa.

5.6- Todos os materiais e insumos deverão ter na embalagem data de fabricação e data de validade de no mínimo 80% da vida útil do produto.

5.7 - O Contratado é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

5.8 - A fiscalização e o recebimento dos materiais e insumos objeto desta licitação ficarão a cargo dos dentistas Responsáveis da Unidade Central de Saúde.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

6.1 - A entrega dos materiais só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do objeto.

6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Os materiais deverão ser entregues na Unidade de Saúde sempre acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

6.4- O fornecedor deverá permitir a fiscalização e informar a Secretaria de Saúde de qualquer ocorrência na entrega dos materiais no prazo estipulado nesta ATA, prestando os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.5- O fornecedor deverá arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.

6.6- O fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da ATA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1- O pagamento dar-se-á partir da entrega do objeto com a respectiva nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Fornecedor, da qual deverá constar o número desta licitação, sendo certificada pelo órgão solicitante, atestando que os bens/serviços foram prestados e que atendiam as especificações deste edital, conforme ordem cronológica da tesouraria.

7.2 - Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores dos municípios.

7.3- O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.4 - Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.5 - As despesas decorrentes da prestação de serviços correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente 2018 e 2019 conforme informadas na Autorização de Fornecimento:

Projeto/Atividade	Descrição	Item Orçamentário	Valor Previsto Registrado
10.01.2.600.3.3.90.00	Atenção à Saúde Preventiva	3.3.90.30.10	R\$ 6.067,15

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão da ATA e às perdas e danos, ficando garantida a prévia e ampla defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pelo Município de Serra Alta/SC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da municipalidade. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

8.5. A aplicação das multas aqui referidas independe de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

8.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

8.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

8.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta/SC poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

8.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1- O cancelamento da Ata de Registro de Preços será realizado na forma do item 16 do Processo de Licitação nº 007/2018 e Edital de Pregão Presencial de nº007/2018-FMS independente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1- Nos termos do Art. 55, XIII da Lei 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**11.1 - Caberá à CONTRATANTE:**

- a) Emitir a Autorização de Fornecimento, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA;
- b) Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato/Ata de Registro de Preços, com base nas disposições estabelecidas neste Termo de Referência, e ainda, em consonância com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
- c) Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a compra dos materiais;
- d) Atestar as faturas correspondentes à entrega dos itens, por intermédio do servidor competente;
- e) Efetuar, em favor da empresa CONTRATADA, o pagamento, nas condições estabelecidas no edital e seus anexos.

11.2 - Caberá à CONTRATADA:

- a) Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto deste Termo de Referência;
- b) Manter, durante o período de vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços, todas as condições e qualificações exigidas na licitação;
- c) Promover o fornecimento dos materiais dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.
- d) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;
- e) Adotar medidas para a execução do objeto solicitado, observando todas as condições e especificações aprovadas pela CONTRATANTE;
- f) Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar as datas, horários e locais de entrega dos itens solicitados.
- g) Providenciar a imediata troca do item julgado inadequado ou que não atenda as especificações.
- h) Responder e responsabilizar-se por quaisquer danos causados direta ou indiretamente a bens de propriedade da CONTRATANTE ou de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregadores/profissionais por ocasião das entregas efetuadas.
- i) Responsabilizar-se pelo transporte/entrega dos materiais (itens) solicitados.
- j) Encaminhar à CONTRATANTE a Nota Fiscal Eletrônica correspondente aos itens juntamente com a mercadoria entregue.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

12.1- A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

12.2 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 007/2018-FMS e a proposta da Detentora da Ata, independentemente de sua transcrição.

12.3– O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

12.4- Os casos omissos para a execução da referida Ata de Registro de Preços serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº123, de 15/12/2006 Lei Complementar nº 147/2014 de 07/08/2014 Decreto Municipal nº 64/2009 de 27/03/2009 e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

12.5- Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

SERRA ALTA/SC, 29 de junho 2018.
RAFAEL SENHOR
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO
CONTRATANTE

DENTAL SHOW – COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS E HOSP. EIRELI
JULIANA PAULA GUIMARÃES
RESPONSÁVEL
DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
Assessor Jurídico
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI	JEFERSON MARTINI
CPF: 029.867.439-43	CPF: 044.414.139-12
Sec. de Administração	Sec. de Saúde

DECRETO 236/2018

Publicação Nº 1666879

DECRETO N.º 236/2018, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE HORÁRIO ESPECIAL DE ATENDIMENTO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS NOS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA NA COPA DO MUNDO FIFA 2018, PARA O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RAFAEL SENHOR, Prefeito Municipal de Serra Alta em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido Horário Especial de expediente nas repartições públicas municipais, exceto na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, nos dias de jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo FIFA 2018, sendo que o atendimento será das 07h30min às 10h50min, nos dias em que os jogos acontecerão às 11h00min, retornando ao expediente normal no período da tarde.

Art. 2º Para os jogos em horários distintos do contido no artigo 1º, deverá ser respeitado o Decreto nº. 226/2018 de 11 de junho de 2018.

Art. 3º O Prefeito Municipal e os Secretários Municipais poderão, eventualmente, designar servidores para execução de serviços de apoio técnico e administrativo e/ou de caráter emergencial ou de interesse público, além do horário estabelecido por este Decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, ficando revogado se às demais disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 28 de junho de 2018.
RAFAEL SENHOR
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

DECRETO 237/2018

Publicação Nº 1667184

DECRETO N.º 237/2018, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE URBANISMO E INFRAESTRUTURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RAFAEL SENHOR, Prefeito Municipal de Serra Alta em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 40 da Lei Orgânica do Município, em especial na Seção V, da Lei Municipal nº 934/2012,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes membros para compor a Comissão de Urbanismo e Infraestrutura Municipal, conforme segue:

I – Representante do Poder Executivo (Presidente da Comissão):

- LOIVO BERTOLDI

II – Representante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina:

- ALAN EDUARDO PIZZINATO SANTOS

III – Representante da CDL:

- JAIRO MARTINI;

IV – Representante do Serviço Público Municipal ou Estadual na área ambiental:

- ELIZABETH CRISTINA SCHLATTER;

V – Representantes da Sociedade Civil:

- ENRIQUE MARTINI

- DANIELA DA SILVA

- DANIEL CERIZOLLI

Art. 2º. A Comissão de Urbanismo e Infraestrutura Municipal é órgão integrante do Sistema de Gestão Urbana e tem como atribuições:

I – realizar análise prévia de loteamentos;

II – promover estudos para revisão do Plano Diretor;

III – emitir parecer sobre o Plano Diretor, sobre o urbanismo e desenvolvimento urbano; sobre o uso e ocupação do solo urbano; sobre habitação, infraestrutura e saneamento básico; sobre transportes coletivos; sobre integração e plano regional; sobre o sistema municipal de estradas de rodagem e transporte em geral; sobre tráfego e trânsito; sobre a produção pastoril agrícola, mineral e industrial; sobre os serviços públicos; sobre obras públicas e particulares; sobre comunicações e energia elétrica; sobre recursos hídricos; sobre a política e atividade industrial, comercial, agrícola e de serviços; sobre a política e sistema Municipal de Turismo.

Art. 3º. A comissão deverá elaborar o seu regimento interno, que deve prever suas responsabilidades, organização e atribuições dos membros.

Art. 4º. O mandato dos membros da presente Comissão será de 4 (quatro) anos, ou seja, até o dia 31 de dezembro de 2022.

Art. 5º. O serviço da comissão será considerado de caráter relevante, não lhe sendo atribuída qualquer remuneração, e não caracteriza qualquer vínculo empregatício.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 28 de junho de 2018.

RAFAEL SENHOR

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado em data supra.

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018- SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1666595

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Registro de Preços para a eventual Contratação da Prestação de Serviços de Recauchutagens, Recapagens e Vulcanizações de Pneus, e Aquisição de Aro da Roda da Motoniveladora Case, objetivando a reposição e manutenção da Frota de Veículos e Equipamentos Rodoviários oficiais pertencentes a esta municipalidade.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 16 de julho de 2018.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 16 de julho de 2018.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30

e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA/SC, 29 de Junho de 2018.
RAFAEL SENHOR
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

LEI COMPLEMENTAR 41/2018

Publicação Nº 1667070

LEI COMPLEMENTAR Nº 41, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 17, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL SENHOR, Prefeito Municipal de Serra Alta em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte lei:

Art. 1º. O artigo 76 da Lei Complementar Municipal nº 17, de 17 de setembro de 2014, passa a vigorar acrescido dos incisos XXI, XXII e XXIII e dos parágrafos 3º, 4º e 5º:

Art. 76. (...)

XXI – do domicílio do tomar dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXII – do domicílio do tomar do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXIII – do domicílio do tomar dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

(...)

§ 3º - No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista de serviço, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 4º - Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

§ 5º - Na hipótese de descumprimento do disposto no caput ou no § 1º, ambos do art. 84-B desta Lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomar ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

Art. 2º. O artigo 80 da Lei Complementar Municipal nº 17, de 17 de setembro de 2014, passa a vigorar acrescido do inciso X e dos parágrafos 10 e 11:

Art. 80. (...)

X – a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 5º do art. 76 desta Lei Complementar.

(...)

§ 10 – No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 11 – No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, tendo vigência somente após o 90º dia da publicação.

Serra Alta (SC), 28 de junho de 2018.
RAFAEL SENHOR
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

ANEXO III

TABELA – LISTA DE SERVIÇOS

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

Nº	Descrição dos serviços	Valor FIXO POR MÊS (UFRM)	ALÍQUOTA (%)
1	Serviços de informática e congêneres.		
1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas.	-	4
1.02	Programação.	20	4
1.03	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	20	4
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	20	4
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	20	4
1.06	Assessoria e consultoria em informática.	20	4
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	20	4
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	20	4
1.09	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	-	4
2	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.		
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	-	4
3	Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.		
3.01	Vetado (Lei 116/2003)	-	-
3.02	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	-	4
3.03	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	-	4
3.04	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	-	4
3.05	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	-	4
4	Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.		
4.01	Medicina e biomedicina	130	4
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	-	4

4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	-	4
4.04	Instrumentação cirúrgica.	-	4
4.05	Acupuntura.	130	4
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	20	4
4.07	Serviços farmacêuticos.	-	4
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	50	4
4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	-	4
4.10	Nutrição.	50	4
4.11	Obstetrícia.	130	4
4.12	Odontologia.	70	4
4.13	Ortótica.	130	4
4.14	Próteses sob encomenda.	20	4
4.15	Psicanálise.	130	4
4.16	Psicologia.	40	4
4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	-	2
4.18	Inseminação artificial, fertilização "in vitro" e congêneres.	-	4
4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	-	2
4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	-	2
4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	-	4
4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica hospitalar, odontológica e congêneres.	-	4
4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	-	4
5	Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.		
5.01	Medicina veterinária e zootecnia.	30	2
5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	-	4
5.03	Laboratórios de análise na área veterinária.	-	4
5.04	Inseminação artificial, fertilização "in vitro" e congêneres.	-	2
5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	-	2
5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	-	2
5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	-	4
5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	-	4
5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	-	4
6	Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.		
6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	10	2

6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	10	2
6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	10	2
6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	10	2
6.05	Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	-	4
6.06	Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	-	4
7	Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.		
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	40	4
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	-	2
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	-	2
7.04	Demolição	-	2
7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	-	2
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	-	2
7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	-	2
7.08	Calafetação.	-	2
7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	-	4
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	-	2
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	-	2
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	-	2
7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	-	4
7.14	Vetado (Lei 116/2003)	-	-
7.15	Vetado (Lei 116/2003)	-	-
7.16	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	-	2
7.17	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	-	2
7.18	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	-	2
7.19	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	25	4
7.20	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	20	4

7.21	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretização, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	-	4
7.22	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	-	4
8	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.		
8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	-	2
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	-	2
9	Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.		
9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suíte service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	-	4
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	-	4
9.03	Guias de turismo.	-	2
10	Serviços de intermediação e congêneres.		
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	-	5
10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	-	5
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	-	5
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	-	5
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	-	4
10.06	Agenciamento marítimo.	-	4
10.07	Agenciamento de notícias.	-	4
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	-	4
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	-	2
10.10	Distribuição de bens de terceiros.	-	2
11	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.		
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	-	2
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	-	4
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas.	-	4
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	-	4

12	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.		
12.01	Espetáculos teatrais.	-	2
12.02	Exibições cinematográficas.	-	2
12.03	Espetáculos circenses.	-	2
12.04	Programas de auditório.	-	2
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	-	2
12.06	Boates, taxi-dancing e congêneres.	-	5
12.07	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	-	5
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres.	-	5
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	-	5
12.10	Corridas e competições de animais.	-	5
12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	-	5
12.12	Execução de música.	-	2
12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	-	5
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	-	3
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	-	3
12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	-	4
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	-	3
13	Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.		
13.01	Vetado (Lei 116/2003)	-	-
13.02	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	-	4
13.03	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	-	4
13.04	Reprografia, microfilmagem e digitalização.	-	4
13.05	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichêria, zinco-grafia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarem sujeitos ao ICMS.	-	4
14	Serviços relativos a bens de terceiros.		
14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	-	4
14.02	Assistência técnica.	-	4
14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	-	4
14.04	Recauchutagem ou regeneração de pneus.	-	3

14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	-	4
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	-	4
14.07	Colocação de molduras e congêneres.	-	4
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	-	4
14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	-	2
14.10	Tinturaria e lavanderia.	-	4
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	-	4
14.12	Funilaria e lanternagem.	-	4
14.13	Carpintaria e serralheria.	-	2
14.14	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	-	4
15	Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.		
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	-	5
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	-	5
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, e terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	-	5
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	-	5
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	-	5
15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	-	5
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	-	5
15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	-	5

15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	-	5
15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	-	5
15.11	Devolução de títulos, protestos de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	-	5
15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	-	5
15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	-	5
15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	-	5
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	-	5
15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	-	5
15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	-	5
15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	-	5
16	Serviços de transporte de natureza municipal.		
16.01	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	25	3
16.02	Outros serviços de transporte de natureza municipal.	25	3
17	Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.		
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	25	4
17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres.	-	2
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	25	4
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	-	4

17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	-	4
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	-	4
17.07	Vetado (Lei 116/2003)	-	-
17.08	Franquia (franchising)	-	4
17.09	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	-	4
17.10	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	-	4
17.11	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	-	4
17.12	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	-	4
17.13	Leilão e congêneres.	-	5
17.14	Advocacia.	70	4
17.15	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	-	4
17.16	Auditoria.	25	5
17.17	Análise de Organização e Métodos.	-	4
17.18	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	-	4
17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	25	3
17.20	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	25	5
17.21	Estatística.	-	4
17.22	Cobrança em geral.	-	5
17.23	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	-	5
17.24	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	-	2
17.25	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre gratuita).	-	4
18	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.		
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	-	5
19	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.		
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	-	5
20	Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.		

20.01	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	-	4
20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	-	4
20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	-	4
21	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.		
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	-	5
22	Serviços de exploração de rodovia.		
22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	-	4
23	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.		
23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	-	4
24	24 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.		
24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	-	3
25	Serviços funerários.		
25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	-	2
25.02	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	-	4
25.03	Planos ou convênios funerários.	-	4
25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	-	4
25.05	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento	-	4
26	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas, courier e congêneres.		
26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas, courier e congêneres.	-	4
27	Serviços de assistência social.		
27.01	Serviços de assistência social.	25	2

28	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.		
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	-	4
29	Serviços de biblioteconomia.		
29.01	Serviços de biblioteconomia.	-	2
30	Serviços de biologia, biotecnologia e química.		
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	-	4
31	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.		
31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	-	4
32	Serviços de desenhos técnicos.		
32.01	Serviços de desenhos técnicos.	20	4
33	Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.		
33.01	Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	25	4
34	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.		
34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	-	4
35	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.		
35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	-	4
36	Serviços de meteorologia.		
36.01	Serviços de meteorologia.	-	2
37	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.		
37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	-	4
38	Serviços de museologia.		
38.01	Serviços de museologia.	-	2
39	Serviços de ourivesaria e lapidação.		
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	-	4
40	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.		
40.01	Obras de arte sob encomenda.	-	2

PORTARIA 073/2018

Publicação Nº 1666891

PORTARIA Nº. 073/2018 DE 29 DE JUNHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RAFAEL SENHOR, Prefeito Municipal de Serra Alta em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal da Ata de Registro de Preços titular e substituto referente ao Processo Licitatório nº. 007/2018- Fundo Municipal de Saúde, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL/SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS para acompanhar e fiscalizar a execução das referidas Atas

na forma e condições abaixo relacionadas:

ATAS REGISTRO DE PREÇOS Nº:	011/2018- 012/2018 e 013/2018		
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE USO ODONTOLÓGICO PARA USO NO PRONTO ATENDIMENTO E NA MANUTENÇÃO QUALIFICADA DOS SERVIÇOS PRESTADOS NA UNIDADE DE SAÚDE MUNICIPAL.		
EMPRESA:	POSSATTO & POSSATTO LTDA ME		
CNPJ Nº:	72.150.550/0001-06		
EMPRESA:	DENTAL OESTE EIRELI - EPP		
CNPJ Nº:	05.412.147/0001-02		
EMPRESA:	DENTAL SHOW COM. DE PROD. ODONT. E HOSPITALARES EIRELI		
CNPJ Nº:	11.776.334/0001-78		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	ALINE GHIDINI		
CARGO:	Dentista		
CPF:	058.369.109-95	MATRÍCULA:	777
LOTAÇÃO:	Secretaria de Saúde		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	NEI ZANCHETT		
CARGO:	Dentista		
CPF:	360.432.300-20	MATRÍCULA:	55
LOTAÇÃO:	Secretaria de Saúde		

Art. 2º O serviço de fiscal da Ata titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 29 de junho de 2018.

RAFAEL SENHOR

Prefeito Municipal de em Exercício

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018-FMS

Publicação Nº 1666510

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 7/2018 - PR
CNPJ: 11.583.359/0001-55 RUA ALMIRANTE BARROSO, 525 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	Processo Administrativo: 7/2018 Processo de Licitação: 7/2018 Data do Processo: 04/06/2018
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal Em Exercício, RAFAEL SENHOR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 7/2018
b) Licitação Nr.: 7/2018-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 29/06/2018
e) Data da Adjudicação: 29/06/2018 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação REGISTRO DE PREÇOS para a possível Aquisição de MATERIAIS DE USO ODONTOLÓGICO para uso no Pronto Atendimento e na Manutenção Qualificada dos Serviços prestados na Unidade de Saúde Municipal, buscando garantir o melhoramento da saúde bucal dos munícipes Serraltenses

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>(em Reais R\$)</u> <u>Total dos Itens</u>
- 002909 - DENTAL OESTE EIRELI EPP	13	0,0000	3.692,92
- 006261 - DENTAL SHOW-COM. DE PRODUTOS ODONT. E	15	0,0000	6.067,15
- 006257 - POSSATTO & POSSATO LTDA EPP	5	0,0000	2.987,00
	33		12.747,07

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Serra Alta, 29 de Junho de 2018.

CLAIR FÁTIMA ANDREIS
Pregoeiro(a)

RAFAEL SENHOR
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 098/2018

Publicação Nº 1668451

DECRETO Nº 098, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, em exercício, Senhora Gislane Dias da Cunha, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2346 de 05 de dezembro de 2017, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SOMBRIO

2.013 – Gestão da Política de Assistência Social

4.4.90.00.00.00.00.0080(281) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá à conta do provável excesso de arrecadação da fonte 80 (Recursos Próprios)

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 19 de junho de 2018.

Gislane Dias da Cunha

Prefeito Municipal e.e

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

Sul Brasil

PREFEITURA

CANCELAMENTO PREGÃO 43/2018

Publicação Nº 1667111

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SUL BRASIL
CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL
Processo Administrativo nº 052/2018
Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 043/2018
Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA VAN FURGÃO PASSAGEIRO, TIPO MINIBUS, COM ACESSIBILIDADE.
Proposta de Trabalho Nº 12320.017000/1180-02 MS.
JUSTIFICATIVA: o presente cancelamento se deu devido a falta de previsibilidade orçamentaria.
SUL BRASIL – SC, 28 de junho de 2018.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

DECRETO 0129/2018

Publicação Nº 1667282

DECRETO Nº. 0129, DE 28 DE JUNHO DE 2018
DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nº s. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Processo Seletivo em caráter de urgência 001/2018.
Considerando o Decreto nº 0128/2018, de afastamento da servidora SIMONE STEIN, por motivo de licença tratamento saúde de 30 dias a partir de 25.06.2018 a 24.07.2018.
Considerando a necessidade de outro servidor para desempenhar as atividades por ela antes desempenhada.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, por tempo determinado, atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: PAULA BOURSCHIED
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.
PERÍODO: DE 25.06.2018 A 24.07.2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios, com efeitos a partir de 17.02.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário
Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 28 de junho de 2018.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO 0130/2018

Publicação Nº 1667216

DECRETO Nº 130 DE 28 DE JUNHO DE 2018.

“ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS NO DIA 02 DE JULHO DE 2018 JOGO DA SELEÇÃO BRASILEIRA NA COPA DO MUNDO 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica estabelecido horário especial nas repartições públicas municipais de Sul Brasil/SC no dia 02.07.2018 jogo da Seleção Brasileira na copa do mundo de 2018.

Art. 2º Fica determinado que no dia 02.07.2018 jogo da seleção brasileira, as repartições públicas municipais funcionarão no horário das 7:30 h às 10:45 horas, e a tarde horário normal, exceto as escolas municipais que farão horário das 7:30 h às 11h30min, e a creche CI Apreender Brincando, que atenderá horário normal. Sendo que no setor da Saúde deverá permanecer o plantonista e o telefone de plantão a disposição dos que necessitarem.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sul Brasil, 28 de junho de 2018.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Registrado e publicado em data supra:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

DECRETO 131/2018

Publicação Nº 1667317

DECRETO Nº. 0131, DE 28 DE JUNHO DE 2018

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR MUNICIPAL JOÃO MARIA BUENO DE QUADRO OCUPANTE DO CARGO DE OPERADOR DE MAQUINAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nº. 384 de 01 de junho de 2001e 385 de 01 de junho de 2001 e artigo 41 VII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada em função de Aposentadoria por invalidez JOÃO MARIA BUENO DE QUADRO, conforme documento em anexo portador do CPF nº 639.601.2094-44, servidor público municipal de Sul Brasil-SC, ocupante do cargo de Operador de Maquinas, com Lotação na Secretaria de Agricultura, Obras e Transportes.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 28 de abril de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2018

Publicação Nº 1667117

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 048/2018

Edital: DISPENSA nº 003/2018

Tipo: DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA USO EM REFORMA DA VIA EMSB10.

DISPOSITIVO LEGAL: Artigo 24, Inciso XXVI da Lei 8.666/93.

VALOR DA AQUISIÇÃO: R\$ 37.800,00

Entrega dos envelopes: 10:30 horas do dia 28 de junho de 2018

Abertura dos envelopes: 10:30 horas do dia 28 de junho de 2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 28 de junho de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

MINUTA PREGÃO PRESENCIAL 44/2018

Publicação Nº 1668410

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo nº 053/2018

Edital: PREGÃO PRESENCIAL MENOR PREÇO POR LOTE nº 044/2018

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO MECANICO PARA CONserto e RECUPE-RAÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA MKL-9653

Recebimento dos envelopes: 09:00 horas do dia 12 de julho de 2018

Abertura dos envelopes: 09:15 horas do dia 12 de julho de 2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 28 de junho de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Tangará

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 358, DE 25 DE JUNHO DE 2.018.

Publicação Nº 1668347

PORTARIA Nº. 358, DE 25 DE JUNHO DE 2.018.

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

Considerando: que a servidora requereu exoneração do cargo por motivos particulares;

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a servidora CRISTIANE CORDEIRO DE MORAIS, ocupante do cargo de ORIENTADOR SOCIAL – NIVEL 09 – CLASSE A, a partir de 29/06/2018.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 29/06/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, EM 25 DE JUNHO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2018

Publicação Nº 1667296

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº068/2018

Aos vinte e oito dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezoito, as dez horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 017/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 068/2018, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS HORIZONTAL E VERTICAL PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONSELHO TUTELAR DO MUNICIPIO DE TANGARÁ. Participam deste certame as seguintes empresas:

1) SINOÇO COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE MATERIAS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME, representada neste ato por Claudir Martello Junior;

2) SINOIR ANA PARAVIZI CERON ME, representada neste ato Sinoir Ana Paravizi Ceron;

Iniciado o certame, passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, analisado o credenciamento das empresas que estavam de acordo com o edital, sendo habilitadas para o certame, após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que as empresas participantes encontram-se habilitadas para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor dos itens 1, 2 e 3 a empresa SINOÇO COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE MATERIAS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME com o valor total dos itens de R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais) e sagrou-se vencedor do item 4 a empresa SINOIR ANA PARAVIZI CERON ME com o valor total do item de R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais). Após aberto o envelope da documentação constatou-se que a empresa SINOIR ANA PARAVIZI CERON ME não apresentou o atestado de capacidade técnica exigido no item 5.3.2.1, sendo assim desclassificada, sagrando-se vencedor do item 4 a empresa SINOÇO COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE MATERIAS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME com o valor total do item de R\$ 795,00 (setecentos e noventa e cinco reais), as demais documentações estavam de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Não teve manifestação de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site www.tangara.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 28/06/2018. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 28 de Junho de 2018.

Paula Aline Taffarel Motter
Presidente da Comissão de Licitações

Camila Bruns Willian José Zen
Membro da Comissão de Licitações Membro da Comissão de Licitações

SINOIR ANA PARAVIZI CERON ME

SINOÇO COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE MATERIAS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME

PORTARIA Nº. 364 DE 28 DE JUNHO DE 2.018.

Publicação Nº 1668348

PORTARIA Nº. 364 DE 28 DE JUNHO DE 2.018.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo;

RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias ao servidor MARCELO SIMIONATO, ocupante do cargo de MOTORISTA – NÍVEL 08 – CLASSE D, no período de 02/07/2018 a 31/07/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 02/07/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, DE 28 DE JUNHO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL**PORTARIA Nº. 365 DE 28 DE JUNHO DE 2.018.**

Publicação Nº 1668349

PORTARIA Nº. 365 DE 28 DE JUNHO DE 2.018.

CONCEDE FÉRIAS AOS SEGUINTE SERVIDORES LOTADOS NO ÓRGÃO DA SECRETARIA SAÚDE, SERVIÇO SOCIAL E HABITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas, no inciso VII, do Artigo 74, da Lei Orgânica do Município, c/c com Artigo 90 da Lei Complementar 057/2012;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias, pelo período de (30) trinta dias, aos seguintes servidores, lotados no Órgão da Secretaria Municipal de Saúde, Serviço Social e Habitação, a partir de 02/07/2018 a 31/07/2018;

NOME CARGO

Maria Ivanir Zaccaron De Oliveira Agente De Saúde
Nadielli Pirolli Dos Anjos Agente De Saúde
Elizangela Pazzan Agente De Saúde
Marcia Regina Tragancin Thome Agente de Saúde

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 02/07/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, EM 28 DE JUNHO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL**PORTARIA Nº. 366 DE 28 DE JUNHO DE 2.018.**

Publicação Nº 1668350

PORTARIA Nº. 366 DE 28 DE JUNHO DE 2.018.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas, no inciso VII, do Artigo 74, da Lei Orgânica do Município, c/c com Artigo 90 da Lei Complementar 057/2012 e Lei Complementar 060/2012;

RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias ao servidor ADEMAR BONIATTI, ocupante do cargo de AGENTE DE DEFESA CIVIL MUNICIPAL – NÍVEL 07 – CLASSE A, no período de 01/07/2018 a 20/07/2018.

Parágrafo Único. Fica concedido 1/3 de ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 11/06/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, DE 28 DE JUNHO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO Nº 57/18

Publicação Nº 1667509

DECRETO Nº. 057/17, DE 30 DE MAIO DE 2017.

REGULAMENTA A JORNADA DE TRABALHO DOS MOTORISTAS LOTADOS À SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentada a jornada de trabalho dos motoristas lotados à secretaria da educação do município de Tigrinhos.

Art. 2º. Os horários estão previamente determinados nos Anexo I, II, III e IV.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o decreto nº 047/2017 de 19 de maio de 2017.

Tigrinhos/SC, 30 de maio de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

ANEXO I

MOTORISTA I	MOTORISTA II	MOTORISTA III	MOTORISTA IV	MOTORISTA V	MOTORISTA VI
Jaci de Oliveira	Vanir Stieler	Daniel Lapazzini	José Alair da Rosa Lucatelli	Cleiton da Silva	Elton Stray

ANEXO II

MOTORISTA I	MOTORISTA II	MOTORISTA III
Itinerário: Centro e Linha Lowis	Itinerário: Linha Neu, parte da Linha São João e Linha Irajá	Itinerário: Linha Boa Esperança e parte da Linha São João
Jornada de Trabalho: 6:30 às 11:00 11:30 as 13:00 16:00 as 18:00	Jornada de Trabalho: 6:30 às 11:00 11:30 as 13:00 16:00 as 18:00	Jornada de Trabalho: 6:30 às 11:00 11:30 as 13:00 16:00 as 18:00
MOTORISTA IV	MOTORISTA V	MOTORISTA VI
Itinerário: Linha Coroa da Serra e parte da Linha Trindade	Itinerário: Linha Cabeceira do Tigrinhos e Linha Três Voltas	Itinerário: Linha Nova, Linha Boa Esperança e parte da Linha Trindade
Jornada de Trabalho: 6:30 às 11:00 11:30 as 13:00 16:00 as 18:00	Jornada de Trabalho: 6:30 às 11:00 11:30 as 13:00 16:00 as 18:00	Jornada de Trabalho: 6:30 às 11:00 11:30 as 13:00 16:00 as 18:00

ANEXO III

1º EQUIPE	2ª EQUIPE	3º EQUIPE
Motoristas I e VI	Motoristas III e V	Motoristas IV e II

ANEXO IV

ESCALA DE SOBREAVISO

CONSELHO TUTELAR

1º fim de semana do mês	2º fim de semana do mês	3º fim de semana do mês	4º fim de semana do mês
Motorista I	Motorista V	Motorista III	Motorista IV

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO PROCESSO 010-2018 FMS

Publicação Nº 1667140

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
Fundo Municipal de Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 010/2018.
Pregão nº. 009/2018

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que no referido processo licitatório, foi considerada vencedora do item nº. 1, a empresa DOUGLAS AUTO CAR EIRELI ME – CNPJ: 22.855.370/0001-43, no valor total de R\$ 1.500,00, sob o regime de menor lance.

TIGRINHOS/SC, em 28 de junho de 2018.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO 022-22018

Publicação Nº 1667637

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo para prorrogação de prazo contratual, referente contrato 022/2018, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de materiais e mão de obra para execução do projeto de Reforma da Quadra e Piso do Centro Esportivo Municipal.

TIGRINHOS/SC, em 28 de junho de 2018.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Tijucas

PREFEITURA

DECRETO Nº 1334-2018

Publicação Nº 1666999

DECRETO Nº 1334, 28 DE JUNHO DE 2018.

Homologa o resultado final da classificação do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2018.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere os incisos I e VIII, do art. 82 e na forma da alínea "o", do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, todos da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 2.325, de 15 de dezembro de 2010, e demais disposições legais, e ainda,

Considerando os pareceres emitidos pela Banca Examinadora dos recursos impetrados pelos candidatos, que esclareceu e resolveu na sua totalidade os recursos impetrados,

DECRETA:

Art. 1º Depois de transcorridos os prazos estabelecidos para o exercício do direito de recurso contra as listagens das inscrições e das classificações de todos os cargos referentes ao Processo Seletivo Simplificado nº 003/2018, publicada em 27 de maio de 2018, no site www.tijucas.sc.gov.br, fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2018, à vista da relação apresentada pela Banca Examinadora.

§ 1º O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2018 é de 01 (um) ano, contado da data de publicação do presente Decreto de Homologação, podendo ser prorrogado por igual período, conforme possibilita o inciso III, do artigo 37, da Constituição Federal.

§ 2º Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2018 deverão atender à convocação para anuência de maneira expressa, para confirmar ou não o seu interesse na nomeação, posse e exercício do cargo público.

§ 3º. O não comparecimento do candidato convocado para a anuência no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a publicação do edital de chamada que ocorrerá no site oficial da Prefeitura do Município de Tijucas (www.tijucas.sc.gov.br), onde constará o local de apresentação, implicará reconhecimento de sua desistência pela vaga oferecida, revertendo o direito de nomeação em favor do aprovado que o suceder, na ordem de classificação, se for o caso.

Art. 2º A aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2018, não geram direitos de nomeação, mas esta, quando se der, respeitará rigorosamente a ordem de classificação final dos candidatos, sob pena de nulidade.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 28 de junho de 2018.

ELOI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

DECRETO Nº 1335-2018

Publicação Nº 1667344

DECRETO Nº 1335, 29 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre o horário de expediente nas repartições Públicas Municipais da Administração Direta e Indireta no dia de jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA de 2018

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 82 inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, e demais disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º Considerando o Jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA de 2018, no dia 02 de julho de 2018 às 11 horas o expediente nas repartições Públicas Municipais da Administração Direta e Indireta será das 07 horas às 10 horas.

Art. 2º Os serviços essenciais não serão paralisados em função deste Decreto, devendo funcionar normalmente ou em regime de plantão, a critério de cada órgão, conforme a necessidade e a conveniência, não se aplicando o disposto no artigo anterior deste decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 29 de Junho de 2018.

ELÓI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO QUINTO CONGRESSO DO MUNICÍPIO

Publicação Nº 1667172

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO QUINTO CONGRESSO DO MUNICÍPIO.

ELÓI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, considerando os instrumentos de Gestão Democrática das ações da Administração Pública e a necessidade de efetivar normas legais, em sintonia com o Decreto nº 1331, de 25 de junho de 2018, torna público a realização do QUINTO CONGRESSO DO MUNICÍPIO, com o objetivo de nele eleger, compor e empossar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, Rural e do Meio Ambiente do Município de Tijucas, e outras medidas decorrentes, em Audiência Pública, que ocorrerá no dia 24 de julho de 2018, terça-feira, com início às 19 horas, na Sede da ACIT (Associação Comercial e Industrial de Tijucas), Rua Minervino Miguel Ferreira, 354, centro, Tijucas, SC, ficando convocados todos os habitantes do Município de Tijucas, assim como as entidades e segmentos interessados, que poderão obter informações e esclarecimentos através do telefone: (48) 3263-8119 ou no E-mail: gabinete@tijucas.sc.gov.br.

Tijucas, 29 de junho de 2018.
ELÓI MARIANO ROCHA
Prefeito do Município de Tijucas

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 064/PMT/18 - PROCESSO 121/PMT/18 - DISPENSA 039/PMT/18

Publicação Nº 1667029

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 064/PMT/18 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/PMT/18 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/PMT/18
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADA: CASA DA AMIZADE DE TIJUCAS

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$. 18.099,96 (DEZOITO MIL NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS)

TIJUCAS/SC, 26 DE JUNHO DE 2018.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 065/PMT/2018

Publicação Nº 1667233

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 065/PMT/18 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/PMT/18 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/PMT/18
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS.

CONTRATADA: STEIL COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CORTADOR DE GRAMA, MOTOSSERRA, ROÇADEIRA E FIO DE NAYLON PARA A MANUTENÇÃO DOS GRAMADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$. 5.817,00 (CINCO MIL, OITOCENTOS E DEZESSETE REAIS).

Amparo Legal: Art. 24, II e Art. 23, I, "a" e II, "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 233/2018/PGM.

TIJUCAS/SC, 26 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA 694/2018

Publicação Nº 1667402

PORTARIA Nº 694, 02 DE ABRIL DE 2018

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere, o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de Outubro de 2005, c/c Art. 23 da Lei complementar nº41/2015,

RESOLVE:

Art. 1º READAPTAR o(a) Sr(a), DORALICE CELENE PALOCHI PEDRINI, Professor Nível III (Anos Iniciais), matrícula nº168, em atividades

extraclasse, na secretária e biblioteca da E.E.F. Ondina Maria Dias, no período de 01/04/2018 a 16/03/2019, conforme o laudo médico expedido pela perícia médico do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Tijucas- PREVISERTI.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 01/04/2018, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 697/2018

Publicação Nº 1666982

PORTARIA Nº 697, 02 DE ABRIL DE 2018

NEIDEMARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, c/c Decreto Municipal nº 81 de Outubro de 2005, e na forma da Lei Municipal nº 2323, de 15 de Novembro de 2010, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a, Licença Maternidade a servidora Sra, MAIARA DA VEIGA, matrícula nº 9708, no cargo Professor Nível I (Pré Escola), lotada na Secretaria Municipal de Educação (SED), no período de 01/04/2018 a 29/07/2018

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 01/04/2018, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 698/2018

Publicação Nº 1667018

PORTARIA Nº 698, 02 DE ABRIL DE 2018

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere, de acordo com a Lei Orgânica do Município c/c Decreto nº 81/2005 e o Decreto nº 679/2012, considerando a alinea b do Art. 32 da Lei complementar nº 41/2015,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir do mês de Abril/2018, Promoção por aperfeiçoamento, ao(a) Sr(a), LUCIANA MELZZI MESCHKE, matrícula nº 1619, cargo de Professor Nível III (Pré Escola), correspondente a 2% (dois por cento) de seus vencimentos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 699/2018

Publicação Nº 1667026

PORTARIA Nº 699, 02 DE ABRIL DE 2018.

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81 de Outubro de 2005, e na forma Lei Complementar 041/2015, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a carga horária de trabalho do(a) Sr(a). ADRIANA REGINA FURTADO, matrícula nº 294, do cargo de Professor Nível III (Anos Iniciais), alterar de 20(vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços no NAES (SED).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária Municipall

PORTARIA 700/2018

Publicação Nº 1667036

PORTARIA Nº 700, 02 DE ABRIL DE 2018

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso VIII do art.82. e inciso I, do art 93. Todos da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido do(a) Sr(a). JOSE OLAVO RICO SOARES, matrícula nº 10318, do cargo de Vigia, lotada na Secretaria Municipal de Educação (SED), conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 703/2018

Publicação Nº 1667073

PORTARIA Nº 703, 02 DE ABRIL DE 2018.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2016 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 067/Edital 002/2016,

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a). LILIANI DE AMORIM FAGUNDES, matrícula nº 10.739, no cargo de Professor Nível I (Creche), com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para prestar serviços no C.E.I. Mauri Afonso da Silva (SED), em razão de não haver professor remanescente do concurso público, no período de 02/04/2018 a 19/12/2018.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 704/2018

Publicação Nº 1667074

PORTARIA Nº 704, 02 DE ABRIL DE 2018.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2017 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 035/Edital 001/2017,

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a). VALDA KRUSCINSKI, matrícula nº 10741, no cargo de Professor Nível I (Anos Iniciais), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para prestar serviços no C.E.I. Profº Manoel dos Anjos (SED), em substituição a servidora Roseli Ferreira Bertotti em licença premio, no período de 02/04/2018 a 02/07/2018.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 705/2018

Publicação Nº 1667078

PORTARIA Nº 705, 03 DE ABRIL DE 2018.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso o § 1º, do art. 14-A e inciso VIII do art. 82, e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o(a) Sr(a). ELI JOSÉ CESCNETTOI, matrícula nº 10289, do cargo de Odontólogo Endodontista do Centro Especializado Odontológico (CEO), lotada na Secretaria Municipal de Saúde (FMS), por termino de contrato..

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições contraria.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 706/2018

Publicação Nº 1667083

PORTARIA Nº 706, 03 DE ABRIL DE 2018

VILSON JOSE PORCINCULA, Secretário Municipal de Saúde de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, c/c Decreto Municipal nº 81 de Outubro de 2005, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a, Licença Maternidade a servidora Sra, DANIELI LUCHTEMBERG WALKER, matricula nº 9023, no cargo de Odontologo da Equipe de Saúde Bucal (ESF), lotada na Secretaria Municipal de Saúde (FMS), no período de 03/04/2018 a 31/07/2018

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrario.

VILSON JOSE PORCINCULA
Secretário de Saúde

PORTARIA 707/2018

Publicação Nº 1667089

PORTARIA Nº 707, 03 DE ABRIL DE 2018.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2016 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 049/Edital 002/2016,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o contrato de trabalho do(a) Sr(a). DAVID SILVA FERREIRA, matricula nº 10403, no cargo de Professor Nível II (Português), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para prestar serviços na E.E.F. Profª Ondina Maria Dias (SED), em substituição a servidora Lucilene Simas Machado em licença tratamento de saúde, no período de 03/04/2018 a 02/05/2018.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 708/2018

Publicação Nº 1667098

PORTARIA Nº 708, 03 DE ABRIL DE 2018.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2017 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 014/Edital 002/2017,

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a). RENATO BIGOLIN, no cargo de Técnico em Enfermagem com a matricula nº 10750 , com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para prestar serviços no Centro de Saúde Orlando Barreto (CSOB) da Secretaria Municipal de Saúde (FMS), no período de 03/04/2018 a 02/04/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 709/2018

Publicação N° 1667108

PORTARIA N° 709, 04 DE ABRIL DE 2018

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso VIII do art.82. e inciso I, do art 93. Todos da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido do(a) Sr(a). VIVIANE VIEIRA NATIVIDADE, matrícula nº 10030, do cargo de Monitor de Creche, lotada na Secretaria Municipal de Educação (SED), conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 711/2018

Publicação N° 1667114

PORTARIA N° 711, 04 DE ABRIL DE 2018.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2017 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 014/Edital 002/2017,

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a). MARCO AURÉLIO MARTINI, no cargo de Fisioterapeuta do Núcleo de Apoio a Saúde da Família com a matrícula nº 10754 , com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para prestar serviços no Centro Municipal de Promoção a Saúde (CEMPS) da Secretária Municipal de Saúde (FMS), no período de 04/04/2018 a 03/04/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 712/2018

Publicação N° 1667124

PORTARIA N° 712, 04 DE ABRIL DE 2018.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2017 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 014/Edital 002/2017,

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a). PAOLLA CONSUELO COSTA, no cargo de Enfermeiro com a matrícula nº 10752 , com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para prestar serviços no Pronto Atendimento 24 horas (PA) da Secretária Municipal de Saúde (FMS), no período de 04/04/2018 a 03/04/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 714/2018

Publicação N° 1667132

PORTARIA N° 714, 09 DE ABRIL DE 2018.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2015 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 006/Edital 002/2015,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o(a) Sr(a). DANUSA ELIAS FERREIRA, matrícula nº 9388, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Estratégia Saúde da Família (ESF), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Secretária de Saúde (FMS), no período de 06/04/2018 a 05/04/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 06/04/2018, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 715/2018

Publicação Nº 1667138

PORTARIA Nº 715, 09 DE ABRIL DE 2018.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2015 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 006/Edital 002/2015,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o(a) Sr(a). ELIANA PIRES MAIA, matrícula nº 9377, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Estratégia Saúde da Família (ESF), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Secretária de Saúde (FMS), no período de 06/04/2018 a 05/04/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 06/04/2018, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 716/2018

Publicação Nº 1667142

PORTARIA Nº 716, 09 DE ABRIL DE 2018.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2015 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 006/Edital 002/2015,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o(a) Sr(a). TANIA REGINA TEIXEIRA FERREIRA, matrícula nº 9381, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Estratégia Saúde da Família (ESF), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Secretária de Saúde (FMS), no período de 07/04/2018 a 06/04/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 07/04/2018, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 718/2018

Publicação Nº 1667150

PORTARIA Nº 718, 09 DE ABRIL DE 2018.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2015 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 006/Edital 002/2015,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o(a) Sr(a). GABRIELA STEIL ANDRIANI, matrícula nº 9380, no cargo de Agente de Saúde Multiplicador do programa de Ações e Metas (PAM), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Secretária de Saúde (FMS), no período de 08/04/2018 a 07/04/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 08/04/2018, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 719/2018

Publicação Nº 1667195

PORTARIA Nº 719, 09 DE ABRIL DE 2018.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2015 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 002/Edital 002/2015,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o(a) Sr(a). DIEGO RAFAEL OLIVEIRA, matrícula nº 9373, no cargo de Médico Urologista, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para prestar serviços na Secretária de Saúde (FMS), no período de 06/04/2018 a 06/04/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 06/04/2018, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 720/2018

Publicação Nº 1667206

PORTARIA Nº 720, 09 DE ABRIL DE 2018

VILSON JOSE PORCINCULA, Secretário Municipal de Saúde de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, c/c Decreto Municipal nº 81 de Outubro de 2005, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a, Licença Maternidade a servidora Sra, JULIANA ARGOLLO KLEIN, matrícula nº 7323, no cargo de Fisioterapeuta do Núcleo de Apoio a Saúde a Família (ESF), lotada na Secretaria Municipal de Saúde (FMS), no período de 09/04/2018 a 06/08/2018

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

VILSON JOSE PORCINCULA
Secretário de Saúde

PORTARIA 721/2018

Publicação Nº 1667209

PORTARIA Nº 721, 09 DE ABRIL DE 2018

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso VIII do art.82. e inciso I, do art 93. Todos da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido do(a) Sr(a). VANESSA DUTRA, matrícula nº 10722, do cargo de Auxiliar de Vida Escolar (AVE), lotada na Secretaria Municipal de Educação (SED), conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 722/2018

Publicação Nº 1667217

PORTARIA Nº 722, 11 DE ABRIL DE 2018.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2018 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 005 Edital 001/2018

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a). VERÔNICA VENIER, matrícula nº 10.748 no cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para prestar serviços na E.E.F.Dep. Walter Vicente Gomes, E.E.F. Mercedes Julia Adão e C.E.I. Profª Maria Helena Machado (SED), em razão de não haver servidores efetivos a serem chamados, foi realizado processo seletivo para preenchimento das vagas existentes, no período de 09/04/2018 a 19/12/2018.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 723/2018

Publicação Nº 1667222

PORTARIA Nº 723, 11 DE ABRIL DE 2018.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2015 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 006/Edital 002/2015,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o(a) Sr(a). RENATA FRANCINE ARAUJO, matrícula nº 9378, no cargo de Agente Comunitário de Saúde (ESF), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Secretária de Saúde (FMS), no período de 11/04/2018 a 10/04/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 724/2018

Publicação Nº 1667224

PORTARIA Nº 724, 11 DE ABRIL DE 2018.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2017 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 037/Edital 001/2017,

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a). ELISANGELA DOS SANTOS, matrícula nº 10737, no cargo de Professor Nível I (Anos Iniciais), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para prestar serviços na E.E.F. Profª Ondina Maria Dias (SED), em substituição a servidora Regiane de Fatima Franzoi Lemos em licença premio, no período de 11/04/2018 a 03/07/2018.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 725/2018

Publicação Nº 1667227

PORTARIA Nº 725, 11 DE ABRIL DE 2018

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOL VE:

Art. 1º NOMEAR, o senhor, MAÉRCIO LAUS, CPF nº 692.586.949-53, para ocupar o cargo Comissionado de Diretor de Tributos, para prestar serviços na Secretária Municipal de Finanças (SFI), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 726/2018

Publicação Nº 1667404

PORTARIA Nº 726, 12 DE ABRIL DE 2018.

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art.93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a alteração de carga horária de trabalho do(a) Sr(a). MARCIA REGINA DA SILVA DIAS, matrícula nº 1637, do cargo de Professor Nível III (Anos Iniciais), prorrogar de 20 (vinte) horas semanais para 40(quarenta) horas semanais, para prestar serviços na E.E.F. Mercedes Julia Adão, em substituição a servidora Dulcineia Pereira Peixer em licença tratamento de saúde, no período de 12/04/2018 a 11/05/2018..

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 727/2018

Publicação Nº 1667230

PORTARIA Nº 727, 13 DE ABRIL DE 2018

VILSON JOSE PORCINCULA, Secretário Municipal de Saúde de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso VIII do art.82, e inciso I, do art 93. Todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido do(a) Sr(a). ANA PAULA PADILHA ROSAENATO DE ABREU RIBEIRO, matrícula nº 9042, do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (FMS), conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

VILSON JOSE PORCINCULA
Secretário de Saúde

PORTARIA 728/2018

Publicação Nº 1667263

PORTARIA Nº 728, 16 DE ABRIL DE 2018.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2017 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 038/Edital 001/2017,

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a). VICTOR BRUNO PRUDENTE, matrícula nº 10746, no cargo de Professor Nível II (Ciências), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para prestar serviços na E.E.F. Dep. Walter Vicente Gomes e E.E.F Santa Terezinha (SED), em razão de não haver professor remanescente do concurso público, no período de 16/04/2018 a 19/12/2018.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 729/2018

Publicação Nº 1667289

PORTARIA Nº 729, 17 DE ABRIL DE 2018.

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art.93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a alteração de carga horária de trabalho do(a) Sr(a). CARLA ELOYSA GARCIA, matrícula nº 10634, do cargo de Professor Nível I (Matemática), prorrogar de 10 (dez) horas semanais para 20(vinte) horas semanais, para prestar serviços na E.E.F..Dep. Walter Vicente Gomes, em substituição a servidora Eliete dos Reis em licença tratamento de saúde, no período de 17/04/2018 a 23/05/2018..

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 730/2018

Publicação Nº 1667292

PORTARIA Nº 730, 17 DE ABRIL DE 2018.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2017 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 001/Edital 002/2017,

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a). MARLENE DE OLIVEIRA, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais com a matrícula nº 10747 , com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Unidade Básica de Saúde Davi Vieira (UBSDV) da Secretária Municipal de Saúde (FMS), no período de 17/04/2018 a 16/04/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 731/2018

Publicação Nº 1667295

PORTARIA Nº 731, 17 DE ABRIL DE 2018.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2017 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 001/Edital 002/2017,

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a). ANA PAULA PADILHA ROSA, no cargo de Técnico em Enfermagem com a matrícula nº 10738 , com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para prestar serviços no Centro de Saúde Orlando Barreto (CSOB) da Secretária Municipal de Saúde (FMS), no período de 16/04/2018 a 15/04/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 16/04/2018, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 732/2018

Publicação Nº 1667299

PORTARIA Nº 732, 17 DE ABRIL DE 2018

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso VIII do art.82. e inciso I, do art 93. Todos da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido do(a) Sr(a). SARA CRISTINA STREBE SANTOS, matrícula nº 10647, do cargo de Auxiliar de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação (SED), conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 733/2018

Publicação Nº 1667327

PORTARIA Nº 733, 17 DE ABRIL DE 2018.

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art.93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a alteração de carga horária de trabalho do(a) Sr(a). ADRIANA CAVALCANTI DE AZEVEDO FONSECA, matrícula nº 10552, do cargo de Professor Nível I (Português),prorrogar de 20 (vinte) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais, para prestar serviços na E.E.F.Dep. Walter Vicente Gomes, em substituição a servidora Eliete dos Reis em licença tratamento de saúde, no período de 17/04/2018 a 23/05/2018..

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 734/2018

Publicação Nº 1667328

PORTARIA Nº 734, 18 DE ABRIL DE 2018.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2016 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 065/Edital 002/2016,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o contrato de trabalho do(a) Sr(a). GABRIEL MARCELO ROVER DA SILVA, matrícula nº 10742, no cargo de Professor Nível I (Geografia), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para prestar serviços na E.E.F. Santa Terezinha (SED), em substituição a servidora Roselene Teixeira Dias em licença tratamento de saúde, no período de 18/04/2018 a 02/05/2018.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 735/2018

Publicação Nº 1667340

PORTARIA Nº 735, 18 DE ABRIL DE 2018.

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art.93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a alteração de carga horária de trabalho do(a) Sr(a). BRUNA ESTEVAM, matrícula nº 7375, do cargo de Professor Nível II (Anos Iniciais), prorrogar de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na E.E.F. Dep. Walter Vicente Gomes, em substituição a servidora Roselene Teixeira Dias em licença tratamento de saúde, no período de 18/04/2018 a 02/05/2018..

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 736/2018

Publicação Nº 1667331

PORTARIA n. 736, de 19 de abril de 2018.

NEIDE MARIA REIS, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições que lhe confere o parágrafo único, do art. 31-A da Lei Orgânica do Município de Tijucas, na forma do Decreto n. 81, de 18 de setembro de 2005, alterado pelo Decreto n. 679, de 02 de março de 2012 e art. 67 da Lei 8.666/93, tal qual demais disposições legais pertinentes e,

CONSIDERANDO a necessidade de promover o acompanhamento e a fiscalização dos contratos celebrados entre a Prefeitura Municipal de Tijucas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e os fornecedores;

CONSIDERANDO que tal acompanhamento e fiscalização vem expressamente determinado no comando legal do art. 67 da Lei n. 8.666/93;

CONSIDERANDO que essa fiscalização obriga o representante da Administração promover em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar a Comissão de Avaliação e Fiscalização dos Contratos celebrados pela Prefeitura Municipal de Tijucas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e os fornecedores, a fim de possibilitar a avaliação e fiscalização dos contratos firmados pela Secretaria Municipal de Educação na forma do art. 67 da Lei n. 8.666/93.

Art. 2º - A Comissão será composta respeitando-se as peculiaridades dos contratos, com a seguinte composição:

- a) Aquisição de gêneros alimentícios e correlatos para o programa de alimentação escolar, da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Tijucas/SC: Graziely Motter.
- b) Gêneros alimentícios a serem adquiridos pela Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural: Vanessa Carvalho da Silva.
- c) Transporte Escolar Municipal de segunda a sexta feira para o ano de 2018, no período matutino, vespertino e noturno, da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Tijucas/SC: Tatiani de Souza.
- d) Sistema estruturado em ensino para professores e alunos do Ensino Fundamental I e II: Ivânia Lemos Freitas.
- e) Contratação de empresa prestadora de serviço de reprodução xerográfica para uso da administração municipal: Andreza Andrade.
- f) Assessoria técnica e formação continuada para atender os profissionais da rede municipal de ensino do município de Tijucas: Ivânia Lemos Freitas.
- g) Contratos de locação: Andreza Andrade.
- h) Aquisição de gêneros alimentícios, material de limpeza, higiene e utensílios para as unidades escolares: Patrícia Eufrásio.
- i) Material de expediente para as escolas da Secretaria Municipal de Educação: Patrícia Eufrásio.

Art. 3º - Caso necessário a comissão poderá se valer de auxílio técnico para melhor desempenho de suas funções.

Art. 4º Registre-se e Publique-se.

Tijucas, em 19 de abril de 2018.

Neide Maria Reis
Secretária de Educação

PORTARIA 737/2018

Publicação Nº 1667342

PORTARIA Nº 737, 20 DE ABRIL DE 2018

VILSON JOSE PORCINCULA, Secretário Municipal de Saúde de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, c/c Decreto Municipal nº 81 de Outubro de 2005, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a, Licença Maternidade a servidora Sra, ANA PAULA PADILHA ROSA, matrícula nº 10738, no cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (FMS), no período de 20/04/2018 a 17/08/2018

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrario.

VILSON JOSE PORCINCULA
Secretário de Saúde

PORTARIA 738/2018

Publicação Nº 1667345

PORTARIA Nº 738, 23 DE ABRIL DE 2018.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2017 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 001/Edital 001/2017,

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a). POLIANA SILVINO, matrícula nº 10753, no cargo de Recepcionista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Secretária Municipal de Ação Social (FMAS), em substituição a servidora Rafaela Coelho que esta em licença maternidade, no período de 23/04/2018 a 28/01//10/2018.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 739/2018

Publicação Nº 1667347

PORTARIA Nº 739, 26 DE ABRIL DE 2018.

ROSENILDO DE AMORIM, Secretário Municipal de Administração de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, c/c Decreto Municipal nº 81 de Outubro de 2009, e demais disposições legais

RESOLVE:

Art 1º CONCEDER a licença maternidade a servidora Sra: GABRIELLI DA SILVA CAMARGO, matrícula nº 10235, cargo comissionado Chefe de Divisão de Administração de Pessoal, lotada na Secretário de Administração (SAD), no período de 26/04/2018 a 23/08/2018.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 13/04/2018, revogadas as disposições em contrário.

ROSENILDO DE AMORIM
Secretário de Administração

PORTARIA 740/2018

Publicação Nº 1667350

PORTARIA Nº 740, 26 DE ABRIL DE 2018.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2016 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 049/Edital 002/2016,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o contrato de trabalho do(a) Sr(a). BEATRIZ TEIXEIRA DE SOUZA, matrícula nº 10541, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços no C.E.I. Nair Ferreira (SED), em substituição a servidora Ana Paula de Souza em licença tratamento de saúde, no período de 13/04/2018 a 14/05/2018.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 13/04/2018, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 744/2018

Publicação Nº 1667354

PORTARIA Nº 744, 27 DE ABRIL DE 2018

VILSON JOSE PORCINCULA, Secretário Municipal de Saúde do Município de Tijucas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, licença tratamento de saúde, ao(a) servidor(a) Sr(a). JULITA SILVEIRA SOUZA, matrícula nº 1537, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotado na Secretaria de Saúde, no período de 01/04/2018 a 24/04/2018, conforme resultado de perícia médica do instituto de previdência social dos servidores públicos do município de Tijucas apresentada (PREVISERT).

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 01/04/2018 revogada as disposições em contrário.

VILSON JOSE PORCINCULA
Secretário de Saúde

PORTARIA 745/2018

Publicação Nº 1667364

PORTARIA Nº 1025, 27 DE ABRIL DE 2018

VILSON JOSE PORCINCULA, Secretário Municipal de Saúde do Município de Tijucas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, licença tratamento de saúde, ao(a) servidor(a) Sr(a). LUZINETE CRUZ SANTOS, matrícula nº 8284, no cargo de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria de Saúde, no período de 18/04/2018 a 16/06/2018, conforme resultado de perícia médica do instituto de previdência social dos servidores públicos do município de Tijucas apresentada (PREVISERT).

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 18/04/2018 revogada as disposições em contrário.

VILSON JOSE PORCINCULA
Secretário de Saúde

PORTARIA 746/2018

Publicação Nº 1667405

PORTARIA Nº 746, 27 DE ABRIL DE 2018

ADALTO GOMES Secretário Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos do Município de Tijucas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e na forma da Lei Municipal nº 2323, de 15 de Novembro de 2010, e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) Sr(a). JORGE ROBERTO DE CAMARGO, matrícula nº 274, no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, lotado na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos, no período de 25/04/2018 a 23/07/2018, conforme resultado de perícia médica do instituto de previdência social dos servidores públicos do município de Tijucas apresentada (PREVISERT).

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 25/04/2018, revogadas as disposições em contrário.

ADALTO GOMES
Secretário de Obras, Transportes e Serviços Públicos

PORTARIA 747/2018

Publicação Nº 1667368

PORTARIA Nº 747, 27 DE ABRIL DE 2018

NEIDE MARIA REIS Secretária Municipal de Educação do Município de Tijucas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) Sr(a). LUCILENE SIMAS MACHADO CAMPOS, matrícula nº 318, no cargo de Professor Nível II (Língua Portuguesa), lotado na Secretaria de Educação, no período de 22/03/2018 a 20/04/2018, conforme resultado de perícia médica do instituto de previdência social dos servidores públicos do município de Tijucas apresentada (PREVISERT).

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 22/03/2018, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 749/2018

Publicação Nº 1667371

PORTARIA Nº 749, 27 DE ABRIL DE 2018

NEIDE MARIA REIS Secretária Municipal de Educação do Município de Tijucas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) Sr(a). ELIETE DOS REIS, matrícula nº 7453, no cargo de Professor Nível II (Educação Artística), lotado na Secretaria de Educação, no período de 14/04/2018 a 23/05/2018, conforme resultado de perícia médica do instituto de previdência social dos servidores públicos do município de Tijucas apresentada (PREVISERT).

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 14/04/2018, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 750/2018

Publicação Nº 1667375

PORTARIA Nº 750, 27 DE ABRIL DE 2018

NEIDE MARIA REIS Secretária Municipal de Educação do Município de Tijucas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) Sr(a). EMILY LAUS CARSTENS, matrícula nº 7378, no cargo de Professor Nível II (Anos Iniciais), lotado na Secretaria de Educação, no período de 12/04/2018 a 26/04/2018, conforme resultado de perícia médica do instituto de previdência social dos servidores públicos do município de Tijucas apresentada (PREVISERT).

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 12/04/2018, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 751/2018

Publicação Nº 1667376

PORTARIA Nº 751, 27 DE ABRIL DE 2018

ELOI MARIA ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Abril/2018, ao(a) Sr(a). CLEUSA APARECIDA MANOEL, matrícula nº 123, do cargo de Auxiliar de Administrativo I E II (Suplementar), lotado na Secretaria Municipal de Administração (SAD), admitido(a) em 01/04/1988, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 752/2018

Publicação Nº 1667380

PORTARIA Nº 752, 27 DE ABRIL DE 2018

ELOI MARIAO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Abril/2018, ao(a) Sr(a). GISELE BATTISTI PIVA, matrícula nº 1761, do cargo de Técnico em Contabilidade, lotado na Secretaria Municipal de Finanças (SFI), admitido(a) em 02/04/2003, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 753/2018

Publicação Nº 1667383

PORTARIA Nº 753, 27 DE ABRIL DE 2018

ELOI MARIAO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Abril/2018, ao(a) Sr(a). LUIZ CARLOS MELZZI, matrícula nº 1752, do cargo de Operador de Maquinas Leves, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente (FMDR), admitido(a) em 01/04/2003, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 754/2018

Publicação Nº 1667384

PORTARIA Nº 754, 27 DE ABRIL DE 2018

ELOI MARIAO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Abril/2018, ao(a) Sr(a). MARI LUCIA DE SOUZA, matrícula nº 258, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Administração (SAD), admitido(a) em 02/05/1995, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 755/2018

Publicação Nº 1667385

PORTARIA Nº 755, 27 DE ABRIL DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Abril/2018, ao(a) Sr(a). MARIA DAS NEVES SILVA, matrícula nº 214, do cargo de Atendente de Saúde Pública (Suplementar), lotado na Secretaria Municipal de Saúde (FMS), admitido(a) em 13/04/1995, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 756/2018

Publicação Nº 1667386

PORTARIA Nº 756, 27 DE ABRIL DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Abril/2018, ao(a) Sr(a). ZENIR CAETANO, matrícula nº 71, do cargo de Auxiliar Administrativo I E II (Suplementar), lotado na Secretaria Municipal de Administração (SAD), admitido(a) em 01/04/1985, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 757/2018

Publicação Nº 1667389

PORTARIA Nº 757, 27 DE ABRIL DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Abril/2018, ao(a) Sr(a). ALINY MANES, matrícula nº 7886, do cargo de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (FMS), admitido(a) em 16/04/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 758/2018

Publicação Nº 1667390

PORTARIA Nº 758, 27 DE ABRIL DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Abril/2018, ao(a) Sr(a). CRISTIANO DA SILVA, matrícula nº 7891, do cargo de Motorista III, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (FMS), admitido(a) em 16/04/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 759/2018

Publicação Nº 1667391

PORTARIA Nº 759, 27 DE ABRIL DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Abril/2018, ao(a) Sr(a). HELENITA MACHADO, matrícula nº 7887, do cargo de Merendeira, lotado na Secretaria Municipal de Educação (SED), admitido(a) em 16/04/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 760/2018

Publicação Nº 1667392

PORTARIA Nº 760, 27 DE ABRIL DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Abril/2018, ao(a) Sr(a). IDARLENI DAROCI, matrícula nº 7892, do cargo de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (FMS), admitido(a) em 16/04/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 761/2018

Publicação Nº 1667393

PORTARIA Nº 761, 27 DE ABRIL DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Abril/2018, ao(a) Sr(a). JOSE MANOEL MARTINS, matricula nº 7895, do cargo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (FMS), admitido(a) em 16/04/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 762/2018

Publicação Nº 1667394

PORTARIA Nº 762, 27 DE ABRIL DE 2018

ELOI MARIAO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Abril/2018, ao(a) Sr(a). LEONARDO MULLER SEVERO, matricula nº 7893, do cargo de Médico Otorrinolaringologista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (FMS), admitido(a) em 16/04/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 763/2018

Publicação Nº 1667395

PORTARIA Nº 763, 27 DE ABRIL DE 2018

ELOI MARIAO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Abril/2018, ao(a) Sr(a). MARCIA NUNES SCHIESTL, matricula nº 7876, do cargo de Merendeira, lotado na Secretaria Municipal de Educação (SED), admitido(a) em 16/04/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 764/2018

Publicação Nº 1667397

PORTARIA Nº 764, 27 DE ABRIL DE 2018

ELOI MARIAO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Abril/2018, ao(a) Sr(a). MARIZIA PALMIRA AMARAL LIMA, matricula nº 7877, do cargo de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (FMS), admitido(a) em 16/04/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 765/2018

Publicação Nº 1667399

PORTARIA Nº 765, 27 DE ABRIL DE 2018

ELOI MARIAO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Abril/2018, ao(a) Sr(a). NERI LOPES, matrícula nº 7884, do cargo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos (SCJDH), admitido(a) em 16/04/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 766/2018

Publicação Nº 1667401

PORTARIA Nº 766, 27 DE ABRIL DE 2018

ELOI MARIAO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Abril/2018, ao(a) Sr(a). PATRICIA DUARTE SOUZA DA SILVA, matrícula nº 7888, do cargo de Merendeira, lotado na Secretaria Municipal de Educação (SED), admitido(a) em 16/04/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 767/2018

Publicação Nº 1668522

PORTARIA Nº 767, 27 DE ABRIL DE 2018

ELOI MARIAO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Abril/2018, ao(a) Sr(a). ROSANE FERNANDES, matrícula nº 7889, do cargo de Merendeira, lotado na Secretaria Municipal de Educação (SED), admitido(a) em 16/04/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 768/2018

Publicação Nº 1668541

PORTARIA Nº 768, 27 DE ABRIL DE 2018

ELOI MARIAO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Abril/2018, ao(a) Sr(a). ROSIMERI VENÂNCIO COELHO, matrícula nº 7879, do cargo de Merendeira, lotado na Secretaria Municipal de Educação (SED), admitido(a) em 16/04/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 769/2018

Publicação Nº 1668548

PORTARIA Nº 769, 27 DE ABRIL DE 2018

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art.82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 37 da Lei Complementar 41/2015 (Estatuto dos Membros do Magistério Municipal),

RESOLVE:

Art 1º CONCEDER a partir do mês de Abril/2018, ao(a) Sr(a), ANDREA DE SOUZA, matrícula nº 164, no cargo de Professor Nível III (Anos Iniciais), admitido (a) em 01/03/1995, progressão funcional horizontal por tempo de serviço, da Letra "M/21" para a letra "M/22", com percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento).

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 770/2018

Publicação Nº 1668560

PORTARIA Nº 770, 27 DE ABRIL DE 2018

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art.82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 37 da Lei Complementar 41/2015 (Estatuto dos Membros do Magistério Municipal),

RESOLVE:

Art 1º CONCEDER a partir do mês de Abril/2018, ao(a) Sr(a), BENTA MARIA MACHADO, matrícula nº 165, no cargo de Professor Nível III (Anos Iniciais), admitido (a) em 01/03/1995, progressão funcional horizontal por tempo de serviço, da Letra "M/22" para a letra "M/23", com percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento).

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 771/2018

Publicação Nº 1668571

PORTARIA Nº 771, 27 DE ABRIL DE 2018

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art.82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 37 da Lei Complementar 41/2015 (Estatuto dos Membros do Magistério Municipal),

RESOLVE:

Art 1º CONCEDER a partir do mês de Abril/2018, ao(a) Sr(a), CARLA MAGDA DA SILVA VENZON, matrícula nº 440, no cargo de Professor Nível III (Anos Iniciais), admitido (a) em 03/02/1992, progressão funcional horizontal por tempo de serviço, da Letra "M/23" para a letra "M/24", com percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento).

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

,

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 772/2018

Publicação Nº 1668575

PORTARIA Nº 772, 27 DE ABRIL DE 2018

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art.82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 37 da Lei Complementar 41/2015 (Estatuto dos Membros do Magistério Municipal),

RESOLVE:

Art 1º CONCEDER a partir do mês de Abril/2018, ao(a) Sr(a), CLAUDIA MARIA SOUZA, matrícula nº 166, no cargo de Professor Nível III (Anos Iniciais), admitido (a) em 01/03/1995, progressão funcional horizontal por tempo de serviço, da Letra "M/21" para a letra "M/22", com percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento).

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

,

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 773/2018

Publicação Nº 1668584

PORTARIA Nº 773, 27 DE ABRIL DE 2018

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art.82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 37 da Lei Complementar 41/2015 (Estatuto dos Membros do Magistério Municipal),

RESOLVE:

Art 1º CONCEDER a partir do mês de Abril/2018, ao(a) Sr(a), DEISE JULIANA SILVEIRA, matrícula nº 167, no cargo de Professor Nível III (Anos Iniciais), admitido (a) em 01/03/1995, progressão funcional horizontal por tempo de serviço, da Letra "M/21" para a letra "M/22", com percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento).

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

,

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 774/2018

Publicação Nº 1668592

PORTARIA Nº 774, 27 DE ABRIL DE 2018

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art.82 da Lei Orgânica do

Município, de acordo com o Artigo 37 da Lei Complementar 41/2015 (Estatuto dos Membros do Magistério Municipal),

RESOLVE:

Art 1º CONCEDER a partir do mês de Abril/2018, ao(a) Sr(a), DIGILAINI MACHADO DOS SANTOS, matrícula nº 2984, no cargo de Professor Nível III (Creche), admitido (a) em 13/02/2006, progressão funcional horizontal por tempo de serviço, da Letra "M/12" para a letra "M/13", com percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento).

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/FME/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 002/FME/2018

Publicação Nº 1668513

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/FME/2018
PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO Nº 002/FME/2018

Objeto: Aquisição de coffe break para eventos da Fundação Municipal de Esportes, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Lote .

Data de Abertura: 11 de julho de 2018, às 09h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/FME/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 003/FME/2018

Publicação Nº 1668520

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/FME/2018
PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO Nº 003/FME/2018

Objeto: Aquisição de material de construção para reformas nos Estádios Municipais de Tijucas (Alexandre Ternes Neto, Miguel Ezequiel de Simas, Artur Tomazoni e Raul Silva) para os anos de 2018/2019, da Fundação Municipal de Esportes, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por item .

Data de Abertura: 11 de julho de 2018, às 10h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/FME/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/FME/2018

Publicação Nº 1667351

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 007/FME/2018

Dispensa de Licitação nº 003/FME/18

Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviço de mão de obra para lavagem, reparos nas paredes e pintura do Estádio Municipal Alexandre Ternes Neto, da Fundação Municipal de Esportes, do município de Tijucas/SC.

Contratado: ELETRO VIP COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EIRELI ME.

Valor: R\$. 6.800,00 (Seis mil e oitocentos reais).

Amparo Legal: Art. 24, II e Art. 23, I, "a" e II, "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 243/2018/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/SAMAE/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/SAMAE/2018

Publicação Nº 1667377

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 028/SAMAE/2018

Dispensa de Licitação nº 008/SAMAE/18

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de 1.000 (um mil) exemplares de mudas jovens, (tamanho entre 0,7 cm a 1,00 mts), espécies de árvores nativas, para atender a determinação da FATMA, referente Processo SAN/20661/CRF que trata do cumprimento da Lei 14.675 artigo 163, do código Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina. Considerando o compromisso entre o Instituto de Meio Ambiente e o Município de Tijucas, para emissão de Licença Ambiental da ETE – Estação de Tratamento de Esgoto do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, do Município de Tijucas/SC.

Contratado: MAURO JOSÉ MACHADO.

Valor: R\$. 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais).

Amparo Legal: Art. 24, II e Art. 23, I, "a" e II, "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 242/2018/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/PMT/2018

Publicação Nº 1667388

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/PMT/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/PMT/2018

Objeto: Contratação de empresa de pequeno porte especializada para execução do projeto de ampliação de muro e construção de muro de contenção e alvenaria da E.E.F. Márcio Marcos da Silva, no bairro Morretes do município de Tijucas, da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item

Data de Abertura: 11 de julho de 2018, as 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

PÓRTARIA 702/2018

Publicação Nº 1667048

PORTARIA Nº 702, 02 DE ABRIL DE 2018.

VILSON JOSE PORCINCULA, Secretário Municipal de Saúde de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art.93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a carga horária de trabalho do(a) Sr(a). JAQUELINE RUBIA DA SILVA, matrícula nº 10344, do cargo de Fisioterapeuta do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (ESF), alterar de 30 (trinta) horas semanais para 40(quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Secretaria Municipal de Saúde (FMS).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

VILSON JOSE PORCINCULA
Secretário de Saúde

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 133/2018 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 1668474

DECRETO Nº 133, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

A Prefeita Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.875/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 2.500,00(dois mil e quinhentos reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

05.02 – SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES/DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

2.022 – Manutenção do Corpo de Bombeiros

44-3.3.90.00.00.00.00.0062 – Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

45-4.4.90.00.00.00.00.0062 – Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

137-3.3.90.00.00.00.00.00487 – Aplicações Diretas R\$ 1.220,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes:

I - da anulação de dotação que especificamos abaixo:

05.02 – SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES/DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

2.022 – Manutenção do Corpo de Bombeiros

138-4.4.90.00.00.00.00.00487 – Aplicações Diretas R\$ 1.220,00

II – do excesso de arrecadação verificado na Fonte de Recursos 0062; Convenio Corpo de Bombeiros no valor de R\$ 5.000,00(cinco mil reais).

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 20 de junho de 2018.

Maria de Fátima Lodetti Alexandre

Prefeita Municipal e/e

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 134/2018 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 1668475

DECRETO Nº 134, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.875/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 355.750,61,00(trezentos e cinquenta e cinco mil e setecentos e cinquenta reais e sessenta e um centavos), na seguinte dotação do orçamento vigente:

05.01 – SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES

1.007 – Pavimentação de Ruas, Passeios, Praças e Parques

168-4.4.90.00.00.00.00.0069 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

2.018 – Manutenção das Rodovias Municipais

169-3.3.90.00.00.00.00.0098 – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

2.019 – Coleta e Destino Final de Resíduos Sólidos

30-4.4.90.00.00.00.00.00080 – Aplicações Diretas R\$ 5.750,61

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes:

I - da anulação de dotação que especificamos abaixo:

05.01 – SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES

2.019 – Coleta e Destino Final de Resíduos Sólidos

29-3.3.90.00.00.00.00.00080 – Aplicações Diretas R\$ 5.750,61

II – do provável excesso de arrecadação:

1. Fonte de Recursos 0069; Transferência de Convenio Estado/Construção de Praça/Parque, no valor de R\$ 100.000,00(cent mil reais)
2. Fonte de Recursos 0098; Transferência de Convenio Estado/Recuperação Viária, no valor de R\$ 250.000,00(duzentos e cinquenta mil reais)

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 25 de junho de 2018.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 135/2018 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 1668477

DECRETO Nº 135, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.907/2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor de R\$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

08.01 – SECRETARIA DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.014 – Atendimento da Saúde Hospitalar e Ambulatorial

16 – 3.3.50.00.00.00.00.00.0101 ; Transf. à Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos....R\$ 204.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial da dotação abaixo descrita:

08.01 – SECRETARIA DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.013 – Atendimento da Saúde Básica

7 – 3.1.90.00.00.00.00.00.0101 ; Aplicações Diretas R\$ 204.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 26 de junho de 2018.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 1.907 AUTORIZA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL

Publicação Nº 1668479

LEI Nº 1.907 DE 26 DE JUNHO DE 2018.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado à abrir crédito adicional suplementar ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor de R\$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

08.01 – SECRETARIA DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.014 – Atendimento da Saúde Hospitalar e Ambulatorial

16 – 3.3.50.00.00.00.00.00.0101 ; Transf. à Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos....R\$ 204.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial da dotação abaixo descrita:

08.01 – SECRETARIA DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.013 – Atendimento da Saúde Básica
7 – 3.1.90.00.00.00.00.00.0101 ; Aplicações Diretas R\$ 204.000,00

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 26 de junho de 2018.

Roberto Biava
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 1.908/2018 DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE GUARDA SUBSIDIADA PROVISÓRIA NO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1668483

LEI Nº 1.908 DE 26 DE JUNHO DE 2018

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE GUARDA SUBSIDIADA PROVISÓRIA NO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

CAPÍTULO I ESPECIFICAÇÕES E OBJETIVOS

Art. 1º. Fica instituído no âmbito Municipal de Timbé do Sul, o Programa de Guarda Subsidiada Provisória destinado a crianças e a adolescentes que estejam com seus direitos violados e em situação de risco pessoal e social, necessitando de afastamento do convívio familiar imediato, porém, acolhidos por suas famílias extensas e/ou ampliadas, evitando, assim, o acolhimento nos serviços institucional ou familiar e o não desmembramento do grupo de irmãos.

Art. 2º. O Programa de Guarda Subsidiada Provisória é instrumento de garantia de convivência familiar e comunitária e visa a auxiliar no custeio de despesas geradas com os cuidados de crianças e adolescentes inseridas em famílias que não disponham de recursos financeiros suficientes para o provimento de suas necessidades básicas.

§ 1º Entende-se por beneficiários desse Programa, crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, cujos pais são falecidos, desconhecidos ou que tenham sido suspensos ou destituídos do poder familiar.

§ 2º Para efeitos desta lei considera-se:

I - família extensa ou ampliada: aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança e o adolescente convivem e mantêm vínculos de afinidade e afetividade;

II - convivência familiar e comunitária: o direito assegurado às crianças e aos adolescentes de terem condições protegidas e saudáveis para o seu desenvolvimento e estabilidade nas dimensões do indivíduo e da sociedade: físico, psíquico e social. Pressupõe a existência da família e da comunidade, como espaços capazes de propiciar à criança e ao adolescente a proteção e a efetivação dos direitos próprios à condição da pessoa em desenvolvimento e, tendo como matriz o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que impõe à família, à sociedade e ao Estado, o dever de assegurar o direito à vida, à saúde e à convivência familiar e comunitária.

§ 3º Excepcionalmente, em casos avaliados judicialmente, a criança e o adolescente poderão ser acolhidos por famílias unidos por laços naturais, por afinidade, ou por vontade expressa, com base no melhor interesse da pessoa em desenvolvimento.

CAPÍTULO II CRITÉRIOS PARA INCLUSÃO NO PROGRAMA

Art. 3º. São requisitos para a inclusão do beneficiário neste Programa:

I - a existência da situação de vulnerabilidade e risco da criança e do adolescente, necessitando de afastamento imediato do convívio familiar, sendo, porém, acolhidos por suas famílias extensa ou ampliada;

II - a realização de estudo socioeconômico por profissional técnico devidamente habilitado pela Assistência Social do Município, a fim de analisar as condições da família guardiã;

III - o recebimento de renda mensal, pela família guardiã, no máximo de 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo, per capita;

IV - a inscrição da família guardiã no CAD ÚNICO;

V - Possuir domicílio civil no município de Timbé do Sul;

VI - O beneficiário não receber benefício previdenciário;

VI - a existência de determinação judicial requisitando a concessão do benefício da guarda subsidiada.

Art. 4º. São condições impostas para o recebimento do subsídio:

I - a devida matrícula e frequência da criança e do adolescente beneficiários na rede de ensino;

II - a atualização da vacinação da criança e do adolescente beneficiário;

III - a utilização do benefício exclusivamente para suprir as necessidades básicas da criança e do adolescente, garantindo-lhes, assim, o seu pleno desenvolvimento.

Parágrafo único. Para fins desta lei, entendem-se como beneficiários a criança e o adolescente, sendo que a concessão do subsídio será pago ao mantenedor da guarda e por ele gerido.

CAPÍTULO III

DO SUBSÍDIO

SEÇÃO I

DO VALOR

Art. 5º. O subsídio previsto nesta lei tem como teto o valor correspondente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente, a ser pago mensalmente por beneficiário.

Parágrafo único. Na hipótese de grupo de irmãos, a concessão não ultrapassará o valor de 01 (um) salário mínimo mensal.

SEÇÃO II

DO RECEBIMENTO

Art. 6º. O mantenedor titular da guarda deverá receber o subsídio na tesouraria da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul até o 15º dia útil de cada mês, mediante apresentação de documentos de identificação (RG e CPF) e comprovante de residência atualizado.

Art. 7º. O subsídio poderá ser concedido durante o tempo máximo de até 02 (dois) anos.

Parágrafo único. Excepcionalmente, o prazo a que se refere o caput poderá ser prorrogado ou revogado, após estudo socioeconômico realizado por equipe técnica devidamente habilitada pela Assistência Social do Município de Timbé do Sul e, por conseguinte, mediante determinação judicial.

SEÇÃO III

DO BLOQUEIO OU SUSPENSÃO

Art. 8º. O subsídio será bloqueado automaticamente na hipótese de descumprimento das condicionantes previstas na presente lei, até que sejam apurados os fatos que motivaram o bloqueio.

Art. 9º. O não comparecimento do titular da guarda, para fins do art. 6º desta lei, por 02 (dois) meses consecutivos, gerará a suspensão do subsídio, a qual poderá ser revista após estudo socioeconômico realizado por profissional técnico devidamente habilitado pela Assistência Social do Município de Rodeio.

CAPÍTULO IV

DA EXCLUSÃO DO PROGRAMA

Art. 10. A exclusão do Programa ocorrerá mediante as seguintes circunstâncias, alternativamente:

I - restabelecimento do núcleo familiar natural;

II - óbito do beneficiário;

III - melhora na reorganização da dinâmica socioeconômica da família;

IV - quando alcançada a maioridade civil e/ou emancipação do beneficiário.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. O Programa de Guarda Subsidiada Provisória será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social executado e acompanhado pela equipe técnica vinculada ao órgão gestor que executa os serviços de média complexidade da Assistência Social.

Art. 12. Os recursos financeiros para a concessão do Subsídio a que se refere esse Programa serão advindos do orçamento municipal (LOA).

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, com parecer prévio do Departamento Jurídico.

Art. 14. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar, por Decreto, a presente Lei.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul, 26 de junho de 2018

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

AVISO CONCORRÊNCIA N.º 66 2018 PMT - RECAPEAMENTO ASFÁLTICO

Publicação N° 1668208

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N° 66/2018 PMT

OBJETO: contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra) de recapeamento asfáltico das Ruas: Marechal Deodoro, Belém, Bolívia, Aristiliano Ramos e Avenida Nereu Ramos, que compreende os projetos relacionados à operação de crédito entre a Agência de Fomento de Santa Catarina S.A e a Prefeitura Municipal de Timbó - GERON-0222/18, 0224/18, 0225/18, 0226/18 e 0228/18. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 01 de agosto de 2018. ABERTURA: dia 01 de agosto de 2018 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br, e telefone (47) 3382-3655.

Timbó, 28 de junho de 2018

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 13 2018 FCT - BANDA BASE FESCATI

Publicação N° 1668212

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 13/2018 FCT

OBJETO: contratação de empresa da área de produção musical para a produção musical do FESCATI 2018 - Festival da Canção de Timbó, que acontecerá no dia 11 de agosto de 2018 junto ao evento Feira do Livro de Timbó 2018. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 12 de julho de 2018. ABERTURA: dia 12 de julho de 2018 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br, e telefone (47) 3382-3655.

Timbó, 28 de junho de 2018

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente Fundação Cultural de Timbó

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 63 2018 PMT

Publicação N° 1668214

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 63/2018 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal das licitantes MODELO PNEUS LTDA, CNPJ nº 94.510.682/0001-26; CP COMERCIAL S/A, CNPJ nº 08.888.040/0009-80; GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 93.894.954/0005-08; COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP, CNPJ nº 03.725.261/0001-67; NACIONAL PNEUS EIRELI EPP, CNPJ nº 27.879.590/0001-20 e BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI, CNPJ nº 17.450.564/0001-29 a comparecer para assinatura das respectivas atas de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 06/07/2018

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 28 de junho de 2018.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

DECRETO NO 4861, DE 28 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1667635

DECRETO No 4861, DE 28 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre o horário de expediente no dia 02 de julho de 2018 junto aos Órgãos e Entidades da Administração Municipal.

O Prefeito de Timbó/SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50, incisos V e VII, c/c art. 70, I da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar Municipal nº 01, de 22/10/1993 (Estatuto dos servidores) e Leis Complementares nº 137 e 138, de 02/07/1998 (Planos de Carreira dos servidores); e

Considerando que o Decreto nº 4846 de 08/06/2018 "Dispõe sobre o horário de expediente junto aos Órgãos e Entidades da Administração Municipal nos dias dos jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo 2018."

Considerando a classificação da Seleção Brasileira para as oitavas de final da Copa do Mundo de Futebol 2018, cujo jogo ocorrerá às 11h do dia 02 de julho de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Na data de 02 de julho de 2018, excepcionalmente, o expediente para atendimento ao público junto aos Órgãos e Entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal será das 8h às 10h30min e das 14h30min às 18h30min, salvo Escolas e Unidade Pré-Escolares, que será das 7h30min às 10h e das 14h30min às 17h15min. e da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas que será das 7h às 10h30min e das 14h30min às 18h30min.

Art. 2º. Não se aplica o horário especial fixado no Art. 1º deste decreto aos Núcleos de Educação Infantil – NEI's.

Art. 3º Os servidores que, por qualquer motivo, estejam impedidos de cumprir os horários especiais fixados neste Decreto deverão seguir o expediente normal.

Art. 4º Caberá às autoridades competentes de cada órgão fiscalizar o cumprimento das disposições deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de Junho de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

LEI COMPLEMENTAR Nº 504, DE 29 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1668066

LEI COMPLEMENTAR Nº 504, DE 29 DE JUNHO DE 2018

Institui e dispõe sobre as taxas municipais por serviços ambientais executados pelo órgão ambiental do Município.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituída a Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais.

§ 1º Serão cobradas taxas para cada licenciamento, visando cobrir os custos e despesas de análise das licenças ambientais, bem como a manutenção da estrutura física-operacional do órgão ambiental municipal para a realização de tal fim, na forma desta Lei Complementar.

§ 2º Poderão ser estabelecidas outras formas de cobrança para os licenciamentos de baixo potencial de degradação ambiental, com anuência do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º A Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais tem como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a prestação de serviços pelo órgão ambiental municipal, e será devida para:

- I - Análise prévia com vistoria para concessão de autorizações ambientais (terraplanagem) e/ou licenças ambientais (licença prévia, licença de instalação e licença de operação);
- II - Análise prévia para concessão de licenças simplificadas;
- III - Autorização de corte de vegetação - AuC e reposição florestal;
- IV - Autorização municipal simplificada de cortes de árvore;
- V - Averbção de reserva legal;
- VI - Licença ambiental para terraplanagem urbana e rural;
- VII - Certidão de conformidade ambiental, mediante vistoria ou não;
- VIII - Autorização ambiental.

§ 1º Os valores referentes à taxa que trata o presente artigo serão calculados e cobrados na forma estabelecida no Anexo Único.

§ 2º Os critérios do porte do empreendimento em relação ao potencial poluidor degradador serão estabelecidos pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, que definirá por listagem as atividades potencialmente poluidoras.

§ 3º A determinação do valor da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais, quantificação do serviço e cronograma de execução serão definidos quando da solicitação por parte do interessado.

§ 4º A cobrança dos serviços solicitados será realizada na hora do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado pelo responsável sem o comprovante do respectivo pagamento.

Art. 3º Na análise de licenças ambientais de que tratam os incisos I e II do artigo anterior será observado o seguinte:

I - A taxa exigida para as referidas atividades será graduada em função do porte e do potencial poluidor degradador, conforme Tabela 01 do Anexo Único da presente lei;

II - As Licenças Ambientais terão prazo de validade em conformidade com o que dispuser a legislação federal, estadual e/ou regulamentação. Caberá ao CIMVI e/ou ao órgão responsável a regulamentação dos procedimentos de licenciamento ambiental e de mitigação dos prazos das licenças ambientais, inclusive simplificadas e das certidões de conformidade ambiental; e

III - A cobrança da análise dos pedidos de licenças ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento, conforme determina a legislação em vigor.

Art. 4º O sujeito passivo da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais é a pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita às leis ambientais e que requerer serviço submetido à sua incidência ou for o destinatário do exercício do poder de polícia.

§1º Estão dispensados do pagamento das taxas de serviços ambientais previstos na presente lei, exceto quando o serviço prestado demandar análise técnica do CIMVI:

I - Os órgãos e entidades integrantes da União e o Estado, inclusive suas fundações e autarquias;

II - Os órgãos da Administração Direta, fundações e autarquias municipais;

III - As associações de pais e professores - APP, associações de moradores de bairro, associações classe, centros comunitários e associações de pais e funcionários - APF, devidamente constituídos e sem fins lucrativos;

IV - Os clubes de caça e tiro e as associações culturais, sociedades desportivas, recreativas e demais clubes, devidamente constituídos, reconhecidos de utilidade pública por lei municipal e sem fins lucrativos;

V - As instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos.

§ 2º Para usufruir da dispensa prevista neste artigo as pessoas jurídicas acima deverão comprovar documentalmente tal condição no momento do pedido. Além disso, as pessoas jurídicas descritas nos incisos III, IV e V do parágrafo anterior deverão preencher os seguintes requisitos:

I - Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a qualquer título;

II - Aplicar integralmente os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - Manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 3º O pagamento da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais não será exigido dos Microempreendedores individuais no primeiro ano de funcionamento e pela metade no segundo ano, retornando ao valor total nos anos seguintes.

Art. 5º A Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais será recolhida até a data do requerimento do serviço ou atividade.

Art. 6º No que couber, aplica-se subsidiariamente à Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais o disposto no Código Tributário Municipal e suas alterações.

Parágrafo único Fica criada a Taxa de Fiscalização e Vistoria do Serviço de Inspeção Municipal, que tem como pressuposto o exercício do poder de polícia pela Municipalidade, no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal, devida na importância de Unidade Monetária Ambiental - UMA s 0,00036 por quilo de produção, a ser recolhida mensalmente até o dia 10 de cada mês subsequente ao ato de fiscalização e vistoria, tendo como contribuintes os estabelecimentos produtores e que de qualquer forma comercializem produtos sujeitos a vistoria e fiscalização do Serviço de Inspeção Municipal, na forma da lei de regência.

Art. 7º Os valores recolhidos à União, Estado, a outro Município e Distrito Federal, a qualquer outro título, tais como taxas ou preços públicos de licenciamento ou fiscalização, não constituem crédito para compensação com a Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais de que trata esta lei.

Art. 8º Os valores constantes do Anexo Único estão expressos em Unidade Monetária Ambiental (UMA) e serão atualizados anualmente por Decreto do Chefe do Poder Executivo, segundo a variação acumulada do INPC/IBGE ou outro indexador que vier a substituí-lo, medida entre os meses de janeiro a dezembro de cada exercício imediatamente anterior, na forma da legislação municipal de regência.

Art. 9º As disposições constantes desta lei poderão ser regulamentadas por Decreto Municipal.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, observado quanto aos seus efeitos o disposto no art. 150, inciso III, alíneas "b" e "c", da Constituição Federal.

Art. 11. Fica revogada a LC nº 453, de 17 de dezembro de 2014, a partir de 01 de janeiro de 2019.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de junho de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC
Anexo único

Taxa de Prestação de Serviços Ambientais

1. NORMAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO:

1.1 - A cobrança dos serviços será realizada no momento do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado/realizado sem a comprovação do pagamento.

1.2 - Os valores arrecadados serão integralmente destinados ao órgão ambiental municipal.

1.3 - As Licenças Ambientais de Operação terão prazo de validade em conformidade com o que dispuser a legislação federal, estadual e/ou regulamentação. Caberá ao CIMVI a regulamentação dos procedimentos de licenciamento ambiental e de mitigação dos prazos das licenças ambientais, inclusive simplificadas, e das certidões de conformidade ambiental.

1.4 - A cobrança pela Análise dos Pedidos de Licenças Ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento ou de forma simultânea em caso de licenciamento de regularização.

1.5 - Nos casos de pedidos de renovação de Licenças será cobrado o valor referente à classificação da atividade.

2. APURAÇÃO DO VALOR PELA ANÁLISE DE LICENÇAS AMBIENTAIS:

Para a apuração do valor a ser cobrado pelas análises dos pedidos de Licenças Ambientais de que trata a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e alterações, Resoluções do CONSEMA nº 98/2017, nº 99/2017 e suas alterações, as atividades são enquadradas nos níveis I, II, III, em função do porte e do potencial poluidor/degradador, conforme Tabela nº 01.

Tabela nº 01

Enquadramentos das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental

POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL							
P		M		G			
PORTE DO EMPREENDIMENTO		P	P,P		P,M		P,G
		M	M,P		M,M		M,G
		G	G,P		G,M		G,G

2.1 - O potencial poluidor/degradador da atividade é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função dos efeitos causados sobre o solo, ar e água. O potencial poluidor/degradador geral é o maior dentre os potenciais considerados sobre cada um dos recursos ambientais analisados.

2.2 - O porte do empreendimento também é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função de critérios estabelecidos na Resolução CONSEMA nº 98/2017, Resolução CONSEMA nº 99/2017 e suas alterações, que define por listagem as atividades potencialmente causadoras de Degradação Ambiental.

2.3 - O potencial poluidor/degradador e o porte do empreendimento estão definidos nas Resoluções acima mencionadas.

2.4. Licença Ambiental de Operação de Regularização

Remuneração do processo correspondente aos três níveis de licenciamento correspondentes (LAP, LAI e LAO), conforme tabelas anteriores.

Tabela nº 02

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais em UMA

LICENÇAS	NÍVEL								
	P,P	M,P	P,M	M,M	G,P	P,G	M,G	G,M	G,G
LAP	1,7516	3,0801	5,3607	9,3813	14,0954	16,4114	23,4767	28,7199	50,2216
LAI	4,3262	7,6296	13,3666	23,3239	35,0211	40,8403	58,3450	71,4177	124,9428
LAO	8,6642	15,3063	26,7449	46,6831	70,0070	81,6689	116,6901	142,8354	249,8738
Total	14,7420	26,0160	45,4722	79,3883	119,1235	138,9206	198,5118	242,9730	425,0382

Tabela nº 03

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais anual em UMA para as atividades agrícola e pecuária.

LICENÇAS	NÍVEL						
	P,P ou M,P	P,M	M,M ou G,P	P,G	M,G ou G,M	G,G	
LAP	1,7046	1,9750	3,1506	3,7972	6,3482	7,5944	
LAI	4,7494	5,7017	9,4988	11,4386	8,6642	22,8302	
LAO	3,1506	3,7972	6,3482	7,5944	12,6847	15,2358	
Total	9,6046	11,4739	18,9976	22,8302	27,6971	45,6604	

3. DETERMINAÇÃO DA ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA E RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA:

Quando o licenciamento se fizer mediante apresentação de Estudos de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, conforme determina a legislação ambiental em vigor, a determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados, conforme fórmula abaixo:

3.1. Custo total das análises

$CT = TT + VT + CE + CA$, onde:

a) Trabalho Técnico

$TT = T \times H$ (UMA 0,6078/hora)

b) Vistoria Técnica

$VT = T \times D$ (UMA 1,4055/dia) + $V \times R$ (UMA0,0083/Km)

c) Consultoria Externa

$CE = Cc \times H$

d) Custo Administrativo

$CA = (TT + VT + CE) \times 0,0015UMA$

Legenda:

CT	Custo Total
TT	Trabalho Técnico
VT	Vistoria Técnica
CE	Consultoria Externa
CA	Custo Administrativo
H	Número de Horas Trabalhadas
D	Número de Dias Trabalhados
R	Total de Km Rodados
T	Número de Técnicos
V	Número de Veículos
Cc	Custo de Consultoria por Hora (UMA 1,4055)
Q(I)	Vazão de bombeamento (m³/h)

4. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL SIMPLIFICADA DE CORTE DE ÁRVORES, INCLUSIVE ÁRVORES DE RISCO; AUTORIZAÇÃO DE CORTE/SUPRESSÃO OU EXPLORAÇÃO DE VEGETAÇÃO; E REPOSIÇÃO FLORESTAL:

UMA 0,8357 para corte isolado de até 10 árvores em zona urbana ou rural.

UMA 0,8357 para corte isolado de até 30 árvores em zona urbana ou rural + apresentação de projeto e doação de mudas quando necessário.

UMA 1,7474 + 0,0003 x AM para corte/supressão de vegetação em zona urbana, com área de corte.

UMA 1,7474 + 0,0006 x U para manejo de Palmito limitado em 2.000 unidades.

UMA 0,9876 para aproveitamento de árvores mortas ou caídas em propriedades rurais.

UMA 1,7474 para análise de projeto de corte de vegetação – AUC para florestas plantadas em áreas protegidas (Área de Preservação Permanente - APP, Unidade de Conservação - UC, etc.), com recomposição vegetal.

UMA 0,9876 para corte eventual em zona rural (20m³ ou 20 unidades).

UMA 1,7474 para supressão ou exploração de vegetação secundária em estágio inicial cujo proprietário se caracterize como pequeno produtor rural, para fins agrosilvopastoris no limite de até 2,0ha/ano.

UMA 1,7474 para supressão ou exploração de vegetação secundária em estágio inicial cujo proprietário não se caracterize como pequeno produtor rural, no limite de até 3,0ha, uma única vez.

Isento = autorização municipal para transporte de produtos e subprodutos florestais no caso de pequenos produtores rurais ou posse rural familiar.

5. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE TERRAPLENAGEM EM ÁREA URBANA:

UMA 0,8357 para AM ≤ 500

UMA 0,8357 + 0,0010 x AM para AM > 500 e ≤ 2.000

UMA 0,8357 + 0,0010 x AM para AM > 2.000 e ≤ 5.000

UMA 0,8357 + 0,0013 x AM para AM > 5.000

6. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE TERRAPLENAGEM EM ÁREA RURAL:

UMA 0,8357 para AM ≤ 500

UMA 0,8357 + 0,0003 x AM para AM > 500 e ≤ 2.000

UMA 0,8357 + 0,0003 x AM para AM > 2.000 e ≤ 5.000

UMA 0,8357 + 0,0006 x AM para AM > 5.000

7. CERTIDÕES e DECLARAÇÕES DIVERSAS:

Pr = UMA 0,8357

7.1. Certidão de Conformidade Ambiental

UMA 1,0

7.2. Declaração de atividade não constante

UMA 1,0

8. AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL – AuA

TAXA DE VISTORIA NO VALOR DE 1,0 UMA +:

POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL						
P	Valor (UMA)	M	Valor (UMA)			
PORTE DO EMPREENDIMENTO	inferior a P	P,P	3,00	P,M	3,50	
	inferior a M	M,P	4,00	M,M	5,00	
	Porte Único	3,50 UMA				

9. PARECER TÉCNICO EM GERAL, EXCLUINDO-SE A ANÁLISE DO EIA/RIMA:

Pr = UMA 1,9374

10. Listagem de valores para A ATIVIDADE DA SUINOCULTURA:

Granja de suínos - terminação

UMA 0,3039 + 0,0010 x NC

Unidade de Produção de Leitão - UPL

UMA 0,3039 + 0,0016 x NM

Granja de suínos - Creche

UMA 0,3039 + 0,0003 x NC

Granja de suínos - Ciclo Completo

UMA 0,3039 + 0,0052 x NM

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 0,0380 UMA para Licença Ambiental Prévia - LAP, de 0,0570 UMA para Licença Ambiental de Instalação - LAI e de 0,0475 UMA para Licença Ambiental de Operação - LAO.

Legenda:

Pr	Preço Básico da Licença
AU	Área Útil em Hectare
AM	Área em m²
NC	Nº de Cabeças
NM	Nº de Matrizes
LAP	Licença Ambiental Prévia
LAI	Licença Ambiental de Instalação
LAO	Licença Ambiental de Operação
AuA	Autorização Ambiental
AuC	Autorização de Corte de Vegetação
U	Unidades

11. Análise de Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) (quando não licenciável por AuA, situação na qual recolherá o valor correspondente a esta):

UMA's 1,5

12. Licença de Adesão ou Compromisso - LAC

POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL				
M	Valor (UMA)			
PORTE DO EMPREENDIMENTO	P	P,M	3,00	
	M	M,M	4,00	
	G	G/M	5,00	

13. Alteração da Razão Social (ALRS)

UMA's 1,0

14. Transferência de Titularidade

UMA's 1,0

15. Emissão 2º via do certificado da licença ambiental, certidão de conformidade ambiental ou AuA

UMA 1,0

16. Análise de revisão ou prorrogação de prazo de validade de condicionante

UMA 1,0

17. Prorrogação de prazo de validade de licença ou AuA

30% (trinta por cento) da remuneração básica da respectiva licença ou autorização

18. Renovação da licença ou autorização ambiental
Remuneração do processo correspondente

19. Programa de educação ambiental
UMA 01,00 por hora.

LEI Nº 2982, DE 29 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1667986

LEI Nº 2982, DE 29 DE JUNHO DE 2018

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias no Orçamento-Programa 2018, da Administração Direta e Indireta.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder a anulação, no valor de até R\$ 1.005.000,00 (um milhão e cinco mil reais) do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação, Crédito Especial e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2018 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.933 de 08/12/2017):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA PMT

REFERÊNCIA	03.005.028.0846.0211.0010.	GESTÃO DAS SENTENÇAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS DA PREFEITURA	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
97	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.10000	VINCULO LIVRE	996.000,00
		TOTAL	996.000,00

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA FUNDAÇÕES - FME

REFERÊNCIA	19.02.027.812.0341.2664.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
270	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.10000	VINCULO LIVRE	9.000,00
		TOTAL	9.000,00

Art. 2º O Prefeito fica autorizado a abrir crédito suplementar, no valor de até R\$ 1.005.000,00 (um milhão e cinco mil reais), à conta da anulação prevista no artigo 1º, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2018 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.933 de 08/12/2017):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA PMT

REFERÊNCIA	03.001.004.0122.0210.2520.	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE MUNICIPAL	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
167	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.10000	VINCULO LIVRE	100.000,00
		TOTAL	100.000,00
REFERÊNCIA	08.002.026.0451.0261.1565.	VIAS PÚBLICAS COM PAVIMENTAÇÕES, DRENAGENS, CALÇADAS E CICLOVIAS	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
53	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.10000	VINCULO LIVRE	500.000,00
		TOTAL	500.000,00

ADMINISTRAÇÃO DIRETA FMS

REFERÊNCIA	15.02.0010.0302.0311.2626	MANUTENÇÃO DA PARCERIA COM HOSPITAL OASE	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
641	445000.00	TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
	0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	396.000,00
		total	396.000,00

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA FUNDAÇÕES - FME

REFERÊNCIA	19.01.027.813.0340.2660.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	

273	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.10000	VINCULO LIVRE	9.000,00
		TOTAL	9.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de junho de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO SEMFA-E0559, DE 30 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1667915

PORTARIA No SEMFA-E0559, de 30 de maio de 2018

Concede Promoção por Desempenho aos servidores da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 15 à 17 da Lei Complementar nº 137, de 02 de Julho de 1998, e Considerando-se o total de pontos atribuídos na Avaliação de Desempenho efetivada pelos superiores hierárquicos dos servidores.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER PROMOÇÃO POR DESEMPENHO, - aos Servidores ocupantes de cargos efetivos / estáveis, lotados(a) na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, a contar de 1º de Maio do corrente, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO				
Nome do(a) servidor(a)	Cargo	Referência salarial anterior	Referência salarial promoção	Processo nº
Adriana Milena Giovannella Frankenberger	Auxiliar de Serv. Administrativos	39	40	RH12-0055
Bruna de Andrade	Auxiliar de Serv. Administrativos	39	40	RH12-0077
Graciela Inês Uber Gomes	Auxiliar de Serv. Administrativos	44	45	RH12-0057
Jorge Mateus Marchetti Junior	Auxiliar de Serv. Administrativos	30	31	RH18-0082
Karine Kaspereit	Auxiliar de Serv. Administrativos	35	36	RH18-0127
Valmor Pasold Junior	Auxiliar de Serv. Administrativos	44	45	RH12-0056

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-E0560, DE 30 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1667918

PORTARIA No SEMFA-E0560, de 30 de maio de 2018

Concede Promoção por Desempenho aos servidores da Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria e Comércio "Fundo Municipal de Trânsito".

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 15 à 17 da Lei Complementar nº 137, de 02 de Julho de 1998, e Considerando-se o total de pontos atribuídos na Avaliação de Desempenho efetivada pelos superiores hierárquicos dos servidores.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER PROMOÇÃO POR DESEMPENHO, - aos Servidores ocupantes do cargos efetivos / estáveis, lotados(a) na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria e Comércio "Fundo Municipal de Trânsito", a contar de 1º de Maio do corrente, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA E COMÉRCIO – "FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO"				
Nome dos(a) servidor(a)	Cargo	Referência salarial anterior	Referência salarial promoção	Processo nº

Chantelli Thayna Ritter Izeppi	Auxiliar de Serv. Administrativos	39	40	RH13-0066
Claudia Rodrigues de Melo Schneider	Auxiliar Operacional	08	09	RH18-0131
Cledir Ferrari	Fiscal de Obras	52	53	RH18-0130
Marcos Alberto Lunardi	Fiscal de Obras	47	48	RH18-0132

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-E0561, DE 30 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1667921

PORTARIA No SEMFA-E0561, de 30 de maio de 2018
Concede Promoção por Desempenho à servidora da Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 15 à 17 da Lei Complementar nº 137, de 02 de Julho de 1998, e Considerando-se o total de pontos atribuídos na Avaliação de Desempenho efetivada pelos superiores hierárquicos dos servidores.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER PROMOÇÃO POR DESEMPENHO, - à Servidora ocupante de cargo efetivo / estável, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 1º de maio do corrente, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Nome do(a) servidor(a)	Cargo	Referência salarial anterior	Referência salarial promoção	Processo nº
Rafaela Alessandra Schneider Hinsching	Professor	D17	D18	RH12.0069

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-E0562, DE 30 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1667925

PORTARIA No SEMFA-E0562, de 30 de maio de 2018
Concede Promoção por Desempenho aos servidores da Secretaria Municipal de Educação.

A SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 15 à 17 da Lei Complementar nº 137, de 02 de Julho de 1998, e nos artigos 22 à 25 da Lei Complementar nº 138, de 02 de Julho de 1998. Considerando-se o total de pontos atribuídos na Avaliação de Desempenho efetivada pelos superiores hierárquicos dos servidores.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER PROMOÇÃO POR DESEMPENHO, - aos Servidores ocupantes de cargo efetivo / estável, lotados(as) na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 1º de Maio do corrente, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Nome do(a) servidor(a)	Cargo	Referência salarial anterior	Referência salarial promoção	Processo nº
Carmelita Maria Correia Roeder	Auxiliar de Recreação Infantil	17	18	RH18-0080
Maria Heck Manske	Auxiliar Operacional	08	09	RH18-0081
Marli da Silva Alonço dos Reis	Auxiliar de Recreação Infantil	17	18	RH18-0079
Zelinda Kinder	Auxiliar Operacional	08	09	RH18-0077

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo

Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de maio de 2018; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-E0563, DE 30 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1667926

PORTARIA No SEMFA-E0563, de 30 de maio de 2018

Concede Promoção por Desempenho à servidora da Procuradoria Geral do Município.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 15 à 17 da Lei Complementar nº 137, de 02 de Julho de 1998, e Considerando-se o total de pontos atribuídos na Avaliação de Desempenho efetivada pelos superiores hierárquicos dos servidores.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER PROMOÇÃO POR DESEMPENHO, - à Servidora ocupante do cargo efetivo / estável, lotado (a) na Procuradoria Geral do Município, a contar de 01 de maio do corrente, como segue:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO				
Nome do(a) servidor(a)	Cargo	Referência salarial anterior	Referência salarial promoção	Processo nº
Carmelinde Brandt	Auxiliar de Serv. Administrativos	40	41	RH12-0108

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-E0564, DE 30 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1667982

PORTARIA No SEMFA-E0564, de 30 de maio de 2018

Concede Promoção por Desempenho às servidoras da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 15 à 17 da Lei Complementar nº 137, de 02 de Julho de 1998, e Considerando-se o total de pontos atribuídos na Avaliação de Desempenho efetivada pelos superiores hierárquicos dos servidores.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER PROMOÇÃO POR DESEMPENHO, - às Servidoras ocupantes de cargos efetivos, lotadas na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a contar de 1º de Maio do corrente, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Nome do(a) servidor(a)	Cargo	Referência salarial anterior	Referência salarial promoção	Processo nº
Elisete Gadotti	Auxiliar de Serv. Administrativos	35	36	RH18-0078
Lúcia Lada Andrezza	Téc. Em Enfermagem	37	38	RH13-0018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-E0567, DE 30 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1667941

PORTARIA No SEMFA-E0567, de 30 de Maio de 2018

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Timbó, com remuneração proporcional de 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal de Saúde e Assist. Social – Fundo Municipal de Saúde				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Antonieta Carolina Ramos Andrade	Auxiliar de Enfermagem	Meio (1/2)	07.02.2018	RH08-0368
Candida Maria de Souza Fernandes	Auxiliar de Enfermagem	Meio (1/2)	07.02.2018	RH08-0185
Candida Maria de Souza Fernandes	Auxiliar de Enfermagem	Meio (1/2)	08.02.2018	RH08-0185
João Alberto Mergen	Médico	Meio (1/2)	03.04.2018	RH13-0038
Luciana Butzke Marconcini	Enfermeira	Quatro horas (4h)	20.04.2018	RH15-0042
Luzia Aparecida Gaulke Felippi	Auxiliar Operacional	Hum (01)	23.04.2018	RH16-0093
Margot Friedmann Zetzsche	Enfemeira	Hum (01)	11.05.2018	RH15-0035
Patricia Holler Martin	Atendente de Odontologia	Hum (01)	19.02.2018	RH13-0087
Simone Soares e Silva	Médica	Três (03)	20.04.2018	RH18-0124
Sueli Thrun	Auxiliar de Enfermagem	Hum (01)	16.05.2018	RH11-0394
Vanessa Luana Jost Ludovico	Enfermeira	Dois (02)	05.04.2018	RH11-0386

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Março de 2018; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-E0568, DE 30 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1667944

PORTARIA No SEMFA-E0568, de 30 de Maio de 2018

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, à servidora abaixo listada, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, com remuneração proporcional de 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal de Saúde e Assist. Social – Fundo Municipal de Assist. Social				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Airton Dalpiaz	Motorista	Três (03)	24.04.2018	RH18-0121
Kátia Regina Lazarini Vilvert	Assistente Social	Hum (01)	17.05.2018	RH04-0180
Kátia Regina Lazarini Vilvert	Assistente Social	Meio (1/2)	11.05.2018	RH04-0180
Silvia Fernanda Brandt Dalagnolo	Psicólogo	Hum (01)	25.04.2018	RH17-0075

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo

Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Março de 2018; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-E0569, DE 30 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1667945

PORTARIA No SEMFA-E0569, DE 30 de Maio de 2018

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados na Secretaria Municipal de Educação do Município de Timbó - SEMED, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal de Educação - SEMED				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Adriana Regina Mafra Persuhn	Educadora Infantil	Hum (01)	19.04.2018	RH11-0175
Adriana Regina Mafra Persuhn	Educadora Infantil	Dois (02)	23.04.2018	RH11-0175
Alessandra dos Santos Fernandes	Professora	Hum (01)	07.05.2018	RH17-0073
Alvacir Berlanda	Educadora Infantil	Dois (2h)	26.03.2018	RH08-0053
Alvacir Berlanda	Educadora Infantil	Hum (01)	18.05.2018	RH08-0053
Ana Claudia Schuster Araujo	Professor D	Oito (08)	03.04.2018	RH18-0119
Ana Claudia Schuster Araujo	Professor D	Cinco (05)	25.04.2018	RH18-0119
Ana Paula da Silva Agostini	Educadora Infantil	Hum (01)	20.04.2018	RH17-0212
Ana Paula da Silva Agostini	Educadora Infantil	Dois (02)	15.05.2018	RH17-0212
Beate Elisabeth Kruger	Auxiliar Operacional	Três (03)	23.04.2018	RH17-0244
Carina Imme	Auxiliar de Recreação Infantil	Dois (02)	19.04.2018	RH18-0210
Carina Imme	Auxiliar de Recreação Infantil	Dois (02)	16.05.2018	RH18-0210
Carina Imme	Auxiliar de Recreação Infantil	Hum (01)	18.05.2018	RH18-0210
Caroline Paixão Costa	Auxiliar de Recreação Infantil	Dois (02)	21.03.2018	RH17-0209
Cleide Regina Ewald	Educadora Infantil	Hum (01)	22.05.2018	RH15-0131
Cristiane Hardt Strey	Auxiliar Operacional	Quatro horas (4h)	22.02.2018	RH12-0078
Cristiane Henkels Hartmann	Professora	Meio (1/2)	13.03.2018	RH02-933
Dayse Fabiana Borchardt	Educadora Infantil	Cinco (05)	02.04.2018	RH11-0396
Débora Mariane Peyerl Florêncio	Educadora Infantil	Hum (01)	09.04.2018	RH18-0120
Débora Mariane Peyerl Florêncio	Educadora Infantil	Hum (01)	14.03.2018	RH18-0120
Denise de Fatima Costa Peroza	Educadora Infantil	Hum (01)	25.05.2018	RH17-0263
Denise de Fatima Costa Peroza	Educadora Infantil	Hum (01)	30.04.2018	RH17-0263
Diangela Danubia Maas Nones	Auxiliar de Recreação Infantil	Três (03)	18.04.2018	RH17-0310
Edelberto Hartmann Júnior	Professor	Hum (01)	14.05.2018	RH17-0071
Editte Putka	Auxiliar de Recreação Infantil	Hum (01)	22.03.2018	RH14-0180
Editte Putka	Auxiliar de Recreação Infantil	Hum (01)	10.05.2018	RH14-0180
Editte Putka	Auxiliar de Recreação Infantil	Hum (01)	18.05.2018	RH14-0180
Edla Janice Perini Nones	Professora	Meio (1/2)	04.04.2018	RH10-0052
Eliseth Bucher Franz	Educadora Infantil	Hum (01)	05.04.2018	RH06-0016
Eliseth Bucher Franz	Educadora Infantil	Hum (01)	06.04.2018	RH06-0016
Elizete de Almeida	Auxiliar de Recreação Infantil	Quatorze (14)	18.04.2018	RH18-0126

Elizete de Almeida	Auxiliar de Recreação Infantil	Hum (01)	16.04.2018	RH18-0126
Elizete de Almeida	Auxiliar de Recreação Infantil	Quatorze (14)	10.05.2018	RH18-0126
Fabiana Sasse Ludwig	Educadora Infantil	Três (03)	07.05.2018	RH06-0279
Fabiana Sasse Ludwig	Educadora Infantil	Hum (01)	17.05.2018	RH06-0279
Fabiane Aline Ewald	Professora	Dois (02)	13.04.2018	RH18-0118
Giseli Adriana Floriani	Educadora Infantil	Cinco (05)	16.04.2018	RH13-0047
Inês Ivete Ferrari	Auxiliar Operacional	Hum (01)	26.04.2018	RH18-0134
Iraneia Kopsch Gessner	Auxiliar Operacional	Cinco (05)	14.05.2018	RH18-0135
Isolane Petersen Valcanaia	Educadora Infantil	Hum (01)	17.05.2018	RH18-0010
Jeane Vera Raduenz	Educadora Infantil	Hum (01)	04.05.2018	RH18-0133
Karina Wisnieski Lemke	Auxiliar Operacional	Hum (01)	24.04.2018	RH17-0261
Karina Wisnieski Lemke	Auxiliar Operacional	Duas horas (2h)	28.05.2018	RH17-0261
Luana de Borba	Auxiliar Operacional	Dois (02)	03.05.2018	RH17-0237
Luciana Aparecida Wersdorfer	Auxiliar de Recreação Infantil	Hum (01)	03.04.2018	RH16-0088
Luciana Aparecida Wersdorfer	Auxiliar de Recreação Infantil	Hum (01)	03.04.2018	RH16-0088
Luciana Aparecida Wersdorfer	Auxiliar de Recreação Infantil	Hum (01)	12.04.2018	RH16-0088
Luciana Aparecida Wersdorfer	Auxiliar de Recreação Infantil	Hum (01)	13.04.2018	RH16-0088
Luciana Aparecida Wersdorfer	Auxiliar de Recreação Infantil	Hum (01)	24.05.2018	RH16-0088
Luciana Aparecida Wersdorfer	Auxiliar de Recreação Infantil	Hum (01)	25.05.2018	RH16-0088
Luciane Perin Fiamoncini	Educadora Infantil	Hum (01)	21.03.2018	RH13-0083
Marcia Kapulka Vieira	Auxiliar de Recreação Infantil	Hum (01)	28.03.2018	RH18-0116
Marcia Kapulka Vieira	Auxiliar de Recreação Infantil	Hum (01)	27.04.2018	RH18-0116
Maria Cristina Steinbach	Professora	Hum (01)	08.05.2018	RH18-0129
Maria de Lourdes Ochner	Educadora Infantil	Hum (01)	05.04.2018	RH07-0334
Maria Lili Stolf	Auxiliar Operacional	Hum (01)	07.02.2018	RH14-0143
Maria Lili Stolf	Auxiliar Operacional	Hum (01)	09.02.2018	RH14-0143
Maria Lili Stolf	Auxiliar Operacional	Meio (1/2)	07.03.2018	RH14-0143
Maria Lili Stolf	Auxiliar Operacional	Meio (1/2)	09.03.2018	RH14-0143
Maria Lili Stolf	Auxiliar Operacional	Hum (01)	21.03.2018	RH14-0143
Maria Lili Stolf	Auxiliar Operacional	Meio (1/2)	23.03.2018	RH14-0143
Maria Lili Stolf	Auxiliar Operacional	Hum (01)	04.04.2018	RH14-0143
Maria Lili Stolf	Auxiliar Operacional	Hum (01)	06.04.2018	RH14-0143
Maria Lili Stolf	Auxiliar Operacional	Hum (01)	18.04.2018	RH14-0143
Maria Lili Stolf	Auxiliar Operacional	Hum (01)	02.05.2018	RH14-0143
Maria Lili Stolf	Auxiliar Operacional	Hum (01)	23.05.2018	RH14-0143
Maristela Doroteia Schroeder Willrich	Educadora Infantil	Hum (01)	23.03.2018	RH05-0387
Maristela Doroteia Schroeder Willrich	Educadora Infantil	Hum (01)	10.05.2018	RH05-0387
Marli da Silva Alongo dos Reis	Auxiliar de Recreação Infantil	Hum (01)	30.04.2018	RH18-0125
Neusa Maria Bock Horst	Educadora Infantil	Hum (01)	13.02.2018	RH14-0135
Neusa Maria Bock Horst	Educadora Infantil	Hum (01)	13.03.2018	RH14-0135
Neusa Maria Bock Horst	Educadora Infantil	Hum (01)	27.03.2018	RH14-0135
Neusa Maria Bock Horst	Educadora Infantil	Hum (01)	10.04.2018	RH14-0135
Neusa Maria Bock Horst	Educadora Infantil	Hum (01)	08.05.2018	RH14-0135
Neusa Maria Bock Horst	Educadora Infantil	Hum (01)	22.05.2018	RH14-0135
Patrícia Mattiello Andreazza	Auxiliar Operacional	Hum (01)	04.04.2018	RH17-0265
Patrícia Mattiello Andreazza	Auxiliar Operacional	Hum (01)	13.04.2018	RH17-0265
Patrícia Mattiello Andreazza	Auxiliar Operacional	Hum (01)	04.05.2018	RH17-0265
Rita Janaina Tristão	Professora	Hum (01)	13.04.2018	RH18-0123
Rosimar Bizello Muller	Professora	Hum (01)	27.04.2018	RH17-0264
Ruth Piske	Auxiliar Operacional	Hum (01)	21.05.2018	RH14-0179
Sandra Mônica Ewers Mohr	Auxiliar Operacional	Três (03)	03.04.2018	RH17-0314

Shere Cristiane Zuchi Barreto	Auxiliar de Recreação Infantil	Hum (01)	29.03.2018	RH17-0067
Shirlei Manske Taruhn	Auxiliar de Recreação Infantil	Vinte (20)	18.05.2018	RH18-0150
Siliane Maria Erban	Educadora Infantil	Hum (01)	09.04.2018	RH16-0059
Simone Budtinger	Auxiliar de Recreação Infantil	Três (03)	15.05.2018	RH18-0072
Simone Budtinger	Auxiliar de Recreação Infantil	Hum (01)	18.05.2018	RH18-0072
Taiza Anesi Carlini Mendes Cardoso	Professora	Hum (01)	02.05.2018	RH18-0128
Tatiana Estefania Dreger	Auxiliar de Recreação Infantil	Sete (07)	14.04.2018	RH14-0193
Tatiana Estefania Dreger	Auxiliar de Recreação Infantil	Hum (01)	04.05.2018	RH14-0193
Tereza Cristina Longo Lenzi	Educadora Infantil	Hum (01)	09.04.2018	RH15-0185
Tereza Cristina Longo Lenzi	Educadora Infantil	Hum (01)	23.04.2018	RH15-0185
Tereza Cristina Longo Lenzi	Educadora Infantil	Hum (01)	22.05.2018	RH15-0185
Tereza Cristina Longo Lenzi	Educadora Infantil	Hum (01)	29.05.2018	RH15-0185
Vanessa Carla Cristofolini Raduenz	Professora	Meio (1/2)	21.03.2018	RH10-0125
Vanessa Martoffel Godinho	Auxiliar de Recreação Infantil	Três (03)	30.05.2018	RH18-0075
Wania de Oliveira Rossi	Educadora Infantil	Dois (02)	09.05.2018	RH08-0237
Weruska Karine Metzker Hartmann	Professora	Meio (1/2)	04.05.2018	RH13-0247
Yana Batista Bertoldi	Professor	Três (03)	09.04.2018	RH17-0225
Zelinda Kinder	Auxiliar Operacional	Hum (01)	21.03.2018	RH14-0165

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Março de 2018; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-E0570, DE 30 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1667946

PORTARIA No SEMFA-E0570, de 30 de Maio de 2018

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

A SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, à servidora abaixo listada, lotada na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola, com remuneração proporcional de 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Darcio Riola	Operador de Máquina	Três horas (3h)	21.05.2018	RH07-0269
Joel Sobieranski	Motorista	Dois (02)	17.04.2018	RH18-0117
Joel Sobieranski	Motorista	Dois (02)	15.04.2018	RH18-0117
Joel Sobieranski	Motorista	Quatro (04)	21.05.2018	RH18-0117

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Março de 2018; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-E0571, DE 30 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1667947

PORTARIA No SEMFA-E0571, de 30 de Maio de 2018

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, à servidora abaixo listada, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal da Fazenda e Administração				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Larissa Taiane Bayer	Auxiliar Operacional	Hum (01)	02.05.2018	RH17-0220
Murilo Faria Grisolia	Auxiliar de Serviços Administrativos	Hum (01)	24.04.2018	RH18-0122
Murilo Faria Grisolia	Auxiliar de Serviços Administrativos	Hum (01)	30.05.2018	RH18-0122
Schirley Suely Hochleitner Kremer	Auxiliar de Serviços Administrativos	Dois (02)	09.04.2018	RH05-0409

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Março de 2018; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-E0572, DE 30 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1667955

PORTARIA No SEMFA-E0572, de 30 de Maio de 2018

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, à servidora abaixo listada, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, com remuneração proporcional de 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Amb., Ind., Com. e Serviços – Fundo Municipal de Trânsito				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Djanildo Amorin de Moura	Agente de Trânsito	09 min Nove minutos	23.04.2018	RH16-0061
Djanildo Amorin de Moura	Agente de Trânsito	2h Duas Horas	26.04.2018	RH16-0061
Djanildo Amorin de Moura	Agente de Trânsito	1h23min Uma hora e Vinte e três minutos	25.04.2018	RH16-0061
Djanildo Amorin de Moura	Agente de Trânsito	Hum (01)	16.05.2018	RH16-0061
Djanildo Amorin de Moura	Agente de Trânsito	Hum (01)	25.05.2018	RH16-0061
Lorivan de Mello	Agente de Trânsito	Meio (1/2) dia	03.04.2018	RH16-0062
Lorivan de Mello	Agente de Trânsito	Meio (1/2) dia	11.04.2018	RH16-0062
Lorivan de Mello	Agente de Trânsito	Meio (1/2) dia	15.05.2018	RH16-0062

Samara Cristiane Lazarini Kurth	Aux. Serv, Administrativos	3h19min Três horas e dezenove minutos	13.02.2018	RH16-0135
Samara Cristiane Lazarini Kurth	Aux. Serv, Administrativos	Meio (1/2) dia	26.04.2018	RH16-0135
Samara Cristiane Lazarini Kurth	Aux. Serv, Administrativos	Dois (02)	03.05.2018	RH16-0135
Sidinei de Vargas Girard	Agente de Trânsito	20 min Vinte Minutos	25.01.2018	RH15-0178

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Março de 2018; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-E0530, DE 02 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1667718

PORTARIA Nº SEMFA-E0530, de 02 de maio de 2018

Concede Licença Prêmio ao servidor da Secretaria Municipal Saúde e Assistência Social.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença-Prêmio Convertida em Pecúnia Total, ao servidor ELOI PRETTI JUNIOR, ocupante do cargo de Bioquímico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 01/10/2008 à 30/09/2013, conforme Processo RH08-0356, a ser pago junto à Rescisão Maio/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-E0532, DE 03 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1667739

PORTARIA Nº SEMFA-E0532, de 03 de maio de 2018

Concede Licença Prêmio à servidora da Secretaria Municipal Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença-Prêmio Convertida em Pecúnia Total, à servidora VALMIRA BELLARMINO DE BRITO, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 06/02/2013 à 05/02/2018, conforme Processo RH18-0142, a ser pago junto à Rescisão Maio/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-E0533, DE 03 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667742

PORTARIA Nº SEMFA-E0533, de 03 de maio de 2018.
Concede Licença Prêmio à servidora Macilde Martins Cunha.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora MACILDE MARTINS CUNHA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 01/09/2011 a 31/08/2016, por trinta dias (01/06/2018 à 30/06/2018), conforme Processo RH02-0234.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-E0534, DE 03 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667744

PORTARIA Nº SEMFA-E0534, de 03 de maio de 2018.
Concede Licença Prêmio à servidora Jackie Hasse.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora JACKIE HASSE, ocupante do cargo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 02/05/2011 a 01/05/2016, por trinta dias (23/04/2018 à 22/05/2018), conforme Processo RH18-0086.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-E0535, DE 08 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667749

PORTARIA Nº SEMFA-E0535, de 08 de maio de 2018.
Concede Licença Prêmio à servidora Armelinda Simeoni Agostini.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora ARMELINDA SIMEONI AGOSTINI, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 16/01/2011 a 15/01/2016, por trinta dias (04/06/2018 à 03/07/2018), conforme Processo RH11-0055.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-E0538, DE 10 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667822

PORTARIA Nº SEMFA-E0538, de 10 de maio de 2018.
Concede Licença Adotante à servidora Márcia Witthoeft Mellies.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 196, de 19 de Dezembro de 2000 e Decreto n. 1478, de 02 de Janeiro de 2009, e com fundamento no art. 26, §1º, alínea 'a' da Lei Complementar n. 411, de 26 de Dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Adotante prevista no artigo 26, §1º, alínea 'a' da Lei Complementar n. 411, de 26 de Dezembro de 2011 à servidora MÁRCIA WITTHOEFT MELLIES, ocupante do cargo de provimento efetivo/comissionado de Diretor de Departamento de Ensino – CC2, por sessenta (60) dias, a contar de 07 de maio do corrente (período de 07/05/2018 a 05/07/2018).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-E0539, DE 10 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667826

PORTARIA Nº SEMFA-E0539, de 10 de maio de 2018.
Concede prorrogação da Licença Adotante à servidora Márcia Witthoeft Mellies.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 196, de 19 de Dezembro de 2000 e Decreto n. 1478, de 02 de Janeiro de 2009, e com fundamento na Lei 2559, de 09 de março de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação da Licença Adotante à servidora MÁRCIA WITTHOEFT MELLIES, ocupante do cargo de provimento efetivo/comissionado de Diretor de Departamento de Ensino – CC2, por sessenta (60) dias, a contar de 06 de julho do corrente (período de 06/07/2018 a 03/09/2018).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-E0542, DE 14 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667840

PORTARIA Nº SEMFA-E0542, de 14 de maio de 2018.
Concede Licença Prêmio à servidora Sueli Pianezzer Stedile.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora SUELI PIANEZER STEDILE, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 13/03/2013 a 12/03/2018, por trinta dias (02/07/2018 à 31/07/2018), conforme Processo RH98-288.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-E0543, DE 14 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667842

PORTARIA Nº SEMFA-E0543, de 14 de maio de 2018.
Concede Licença Prêmio ao servidor Airton Dalpiaz.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo ao servidor AIRTON DALPIAZ, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, "Fundo Municipal de Assistência Social", referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 11/02/2009 a 10/02/2014, por trinta dias (04/06/2018 à 03/07/2018), conforme Processo RH09-0049.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-E0544, DE 15 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667844

PORTARIA Nº SEMFA-E0544, de 15 de maio de 2018.
Concede Licença Prêmio à servidora Simone Soares e Silva.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora SIMONE SOARES E SILVA, ocupante do cargo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 04/06/2008 a 03/06/2013, por trinta dias (14/05/2018 à 12/06/2018), conforme Processo RH18-0145.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-E0545, DE 16 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1667846

PORTARIA Nº SEMFA-E0545, de 16 de maio de 2018
Concede Licença Prêmio ao servidor da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196,

de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença-Prêmio Convertida em Pecúnia Total, ao servidor ANTONIO LUIZ DALLABONA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola, referente aos quinquênios compreendendo os períodos aquisitivos de 01/03/2005 à 28/02/2010 e 01/03/2010 à 28/02/2015, conforme Processo RH05-0031, a ser pago junto à Rescisão Maio/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-E0547, DE 21 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667848

PORTARIA Nº SEMFA-E0547, de 21 de maio de 2018.

Concede Licença Prêmio à servidora Scheila Heloisa Berndt Zickuhr.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora SCHEILA HELOISA BERNDT ZICKUHR, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 04/03/2012 a 03/03/2017, por trinta dias (23/05/2018 à 21/06/2018), conforme Processo RH07-0107.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-E0548 DE 21 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667851

PORTARIA Nº SEMFA-E0548 de 21 de maio de 2018.

Concede Licença a Gestante à servidora Mara Regina Borchardt Klemz.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 176 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, e artigos 26 e 27 da Lei Complementar nº 411, de 23 de dezembro de 2.011;

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Licença a Gestante à servidora MARA REGINA BORCHARDT KLEMZ, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, por cento e vinte (120) dias, a contar de 21 de maio de 2018 (período 21/05/2018 a 17/09/2018), conforme Processo RH18-0146.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração.

PORTARIA Nº SEMFA-E0549 DE 21 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667852

PORTARIA Nº SEMFA-E0549 de 21 de maio de 2018.

Concede Prorrogação da Licença Maternidade à servidora Mara Regina Borchardt Klemz.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 2º da Lei nº 2559, de 09 de março de 2012:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Prorrogação de 60 dias da Licença Maternidade à servidora, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Nº Portaria que concedeu Licença à gestante	Data de término
Mara Regina Borchardt Klemz	SEMFA-E0548 de 21/05/2018	16/11/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-E0551, DE 22 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667867

PORTARIA Nº SEMFA-E0551, de 22 de maio de 2018.

Concede Licença Prêmio à servidora Elenir Monteiro da Cunha.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora ELENIR MONTEIRO DA CUNHA, ocupante do cargo de Atendente de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 02/04/2007 a 01/04/2012, por trinta dias (23/07/2018 à 21/08/2018), conforme Processo RH07-0183.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-E0554, DE 25 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1667880

PORTARIA Nº SEMFA-E0554, de 25 de maio de 2018

Concede Licença Prêmio ao servidor da Secretaria Municipal Saúde e Assistência Social.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença-Prêmio Convertida em Pecúnia Total, ao servidor MICHELANGELO ANTUNES FERREIRA, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 10/05/2011 à 09/05/2016, conforme Processo RH17-0248, a ser pago junto à Rescisão Maio/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-E0556, DE 24 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667899

PORTARIA Nº SEMFA-E0556, de 24 de maio de 2018.
Concede Licença Prêmio à servidora Eliseth Bucher.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora ELISETH BUCHER, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 16/01/2011 a 15/01/2016, por trinta dias (02/08/2018 à 31/08/2018), conforme Processo RH11-0056.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-E0557, DE 30 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667903

PORTARIA Nº SEMFA-E0557, de 30 de maio de 2018.
Concede Licença Prêmio ao servidor Airton Natal Sestari.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo ao servidor AIRTON NATAL SESTARI, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 06/02/2013 a 05/02/2018, por trinta dias (04/06/2018 à 03/07/2018), conforme Processo RH18-0147.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-E0565, DE 30 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1667933

PORTARIA Nº SEMFA-E0565, de 30 de maio de 2018
Concede Licença Prêmio ao servidor da Secretaria Municipal Saúde e Assistência Social.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença-Prêmio Convertida em Pecúnia Total, ao servidor JEFERSON CARLOS SIEGA, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 02/02/2011 à 01/02/2016, conforme Processo RH11-0061, a ser pago junto à Rescisão Maio/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-E0566, DE 30 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667936

PORTARIA Nº SEMFA-E0566, de 30 de maio de 2018.
Concede Licença Prêmio ao servidor Edgar Pontes Tenchena.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo ao servidor EDGAR PONTES TENCHENA, ocupante do cargo de Motorista de Ambulância, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 15/07/2008 a 14/07/2013, por trinta dias (02/08/2018 à 31/08/2018), conforme Processo RH18-0151.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-E0531, DE 02 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667721

PORTARIA NºSEMFA-E0531, de 02 de maio de 2018.
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Celoir das Graças Martins Ribeiro.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora CELOIR DAS GRAÇAS MARTINS RIBEIRO, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/05/2018 à 02/05/2018, por dois (02) dias, conforme Processo RH10-0115;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-E0536, DE 09 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667755

PORTARIA NºSEMFA-E0536, de 09 de maio de 2018.
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Maria de Lurdes Linhares.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora MARIA DE LURDES LINHARES, ocupante do cargo de

Técnico em enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a contar de 20/03/2018 à 11/06/2018, por oitenta e quatro (84) dias, conforme Processo RH10-0155;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-E0537, DE 09 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667817

PORTARIA NºSEMFA-E0537, de 09 de maio de 2018.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Noeli Henkes.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora NOELI HENKES, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 06/04/2018 à 11/06/2018, por sessenta e sete (67) dias, conforme Processo RH14-0188;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-E0540 DE 10 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667828

PORTARIA NºSEMFA-E0540 de 10 de maio de 2018.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Fabiana Salvador Buzzi.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora FABIANA SALVADOR BUZZI, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH06-0033;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 07/05/2018 à 21/05/2018 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 22/05/2018 à 03/06/2018 (13 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-E0541 DE 11 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667838

PORTARIA NºSEMFA-E0541 de 11 de maio de 2018.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Fabiana Salvador Buzzi.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora SONIA MARIA PETROSKI, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH18-0144;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 25/04/2018 à 09/05/2018 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 10/05/2018 à 30/07/2018 (82 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-E0546, DE 16 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667847

PORTARIA NºSEMFA-E0546, de 16 de maio de 2018.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Marluce Francisca da Silva Arruda.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora MARLUCE FRANCISCA DA SILVA ARRUDA, ocupante do cargo de Atendente de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a contar de 16/05/2018 à 18/06/2018, por trinta e quatro (34) dias, conforme Processo RH12-0050;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-E0550, DE 21 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667853

PORTARIA NºSEMFA-E0550, de 21 de maio de 2018.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Ella Bertram.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora ELLA BERTRAM, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a contar de 22/05/2018 à 18/06/2018, por vinte e oito (28) dias, conforme Processo RH11-0321;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo

Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-E0552, DE 23 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667872

PORTARIA NºSEMFA-E0552, de 23 de maio de 2018.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Ingelore Andreatta.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora INGELORE ANDREATTA, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 23/05/2018 à 25/06/2018, por trinta e quatro (34) dias, conforme Processo RH09-0152;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-E0553 DE 24 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667876

PORTARIA NºSEMFA-E0553 de 24 de maio de 2018.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Adriana Cristina Oliveira Samulewski.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora ADRIANA CRISTINA OLIVEIRA SAMULEWSKI, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por quarenta e cinco (45) dias, a contar de 01/06/2018 a 15/07/2018, conforme Processo RH08-0342;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 17/05/2018 à 31/05/2018 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 01/06/2018 à 15/07/2018 (45 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-E0555, DE 28 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667884

PORTARIA NºSEMFA-E0555, de 28 de maio de 2018.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Carmelita Maria Bona.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora CARMELITA MARIA BONA, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/06/2018 à 03/06/2018, por três (03) dias, conforme Processo RH17-0327;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-E0558 DE 30 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1667910

PORTARIA NºSEMFA-E0558 de 30 de maio de 2018.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Iloá Dias Hilário Brandão.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora ILOÁ DIAS HILÁRIO BRANDÃO, ocupante do cargo de Aux. Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por sessenta e seis (66) dias, a contar de 26/05/2018 a 30/07/2018, conforme Processo RH16-0139;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 11/05/2018 à 25/05/2018 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 26/05/2018 à 30/07/2018 (66 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de maio de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 05 2018 PMT

Publicação Nº 1643848

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2018 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para prestação de serviços de recargas e testes hidrostáticos de extintores de incêndio existentes, fornecimento e instalação de extintores de incêndio novos e material de segurança e emergência para atender as necessidades da administração direta e indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Stop Fire Projetos e Soluções Contra Incêndio Eireli - Epp e Paulo da Silva Duarte Extintores Epp.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 327.630,33 (trezentos e vinte e sete mil, seiscentos e trinta reais e trinta e três centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 28/03/2019

Timbó, 28/032018
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 64 2018 PMT - MATERIAIS DE SEGURANÇA

Publicação Nº 1668216

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 64/2018 PMT
AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola; da Secretaria Municipal de Educação; da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio; do Fundo Municipal de Saúde; da Fundação Cultural de Timbó; do Fundo Municipal de Reequipamento da Polícia Militar; do Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil e do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, informa aos interessados que no Edital de Pregão Presencial n.º 64/2018, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, considerando questionamento recebido e parecer do departamento técnico, houve alteração do descritivo dos itens 01, 02, 03 e 42, 04, 27, 28, passando à redação ao seguinte:

ITEM 01: CALÇADO DE SEGURANÇA MASCULINO/UNISEX - PRETO - (SAPATO BLATT):

- Confeccionado em couro vaqueta hidrofugado, cabedal resistente a penetração de água (WRU) sem componentes metálicos, calce rápido com fechamento lateral em elástico,
- Palmilha de montagem e forro em material sintético não tecido, costurada no sistema strobrel.
- Palmilha removível confeccionada de material expandido à base de Etileno Acetado de Vinil (EVA) de baixa densidade, com tecido 100% poliéster com tratamento antimicrobicos.
- Solado injetado em PU bi densidade, injetado diretamente no cabedal, antiderrapante, com barra de rolagem, sistema antipronação, canais de escoamento mais espaçados, ranhuras de aderência na região frontal e traseira, desenho plantar rebaixado com sistema shock absorber e amortecedor em gel ou elastômero termoplastico no interior do calcanhar, resistente ao óleo combustível , com resistência ao escorregamento em piso cerâmico contaminado com lauril sulfato de sódio (detergente) e piso de aço com glicerol.
- Disponibilidade de numeração 34 ao 46.
- Com Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho, com prazo mínimo de vencimento 12 meses.

ITEM 02: CALÇADO DE SEGURANÇA FEMININO/UNISEX - BRANCO - (SAPATO BLATT):

- Confeccionado em microfibra, cabedal resistente a penetração de água (WRU), sem componentes metálicos, calce rápido com fechamento lateral em elástico.
- Palmilha de montagem e forro em material sintético não tecido, costurada no sistema strobrel.
- Palmilha removível confeccionada de material expandido à base de Etileno Acetado de Vinil (EVA) de baixa densidade, com tecido 100% poliéster com tratamento antimicrobicos.
- Solado injetado em PU bi densidade, injetado diretamente no cabedal, antiderrapante, com barra de rolagem, sistema antipronação, canais de escoamento mais espaçados, ranhuras de aderência na região frontal e traseira, desenho plantar rebaixado com sistema shock absorber e amortecedor em gel ou elastômero termoplastico no interior do calcanhar, resistente ao óleo combustível , com resistência ao escorregamento em piso cerâmico contaminado com lauril sulfato de sódio (detergente).
- Disponibilidade de numeração 34 ao 46.
- Com selo conforto, do Instituto Brasileiro de Tecnologia do Couro, Calçados e Artefatos (IBTEC) e Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho, com prazo mínimo de vencimento 12 meses.

ITENS 03 E 42: CALÇADO DE SEGURANÇA MASCULINO - (BOTINA BLATT):

- Confeccionado em couro vaqueta hidrofugado, cabedal resistente a penetração de água (WRU), sem componentes metálicos, calce rápido com fechamento lateral em elástico.
- Palmilha de montagem e forro em material sintético não tecido, costurada no sistema strobrel.
- Palmilha removível confeccionada de material expandido à base de Etileno Acetado de Vinil (EVA) de baixa densidade, com tecido 100% poliéster com tratamento antimicrobicos.
- Solado injetado em PU bi densidade, injetado diretamente no cabedal, antiderrapante, com barra de rolagem, sistema antipronação, canais de escoamento mais espaçados, ranhuras de aderência na região frontal e traseira, desenho plantar rebaixado com sistema shock absorber e amortecedor em gel ou elastômero termoplastico no interior do calcanhar, resistente ao óleo combustível , com resistência ao escorregamento em piso cerâmico contaminado com lauril sulfato de sódio (detergente) e piso de aço com glicerol.
- Disponibilidade de numeração 34 ao 46.
- Com Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho, com prazo mínimo de vencimento 12 meses.

ITEM 4: CALÇADO DE SEGURANÇA MASCULINO - (BOTINA BLATT COM METATARSO):

- Confeccionado em couro vaqueta curtido ao cromo, sem componentes metálicos, calce com fechamento lateral em elástico, com proteção do metatarso (M) externo e biqueira de composite sem componentes metálicos.
- Palmilha de montagem e forro em material sintético não tecido, costurada no sistema strobrel;
- Palmilha removível confeccionada de material expandido à base de Etileno Acetado de Vinil (EVA) de baixa densidade, com tecido 100% poliéster com tratamento antimicrobicos.
- Solado injetado em PU bi densidade, injetado diretamente no cabedal, antiderrapante, com barra de rolagem, sistema antipronação, canais de escoamento mais espaçados, ranhuras de aderência na região frontal e traseira, desenho plantar rebaixado com sistema shock absorber e amortecedor em gel ou elastômero termoplastico no interior do calcanhar, resistente ao óleo combustível , com resistência ao escorregamento em piso cerâmico contaminado com lauril sulfato de sódio (detergente) e piso de aço com glicerol.

- Disponibilidade de numeração 34 ao 46.
- Com Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho, com prazo mínimo de vencimento 12 meses.

ITEM 27: CONE DE BORRACHA FLEXÍVEL:

- Cone de borracha flexível para sinalização, altura mínima de 40cm e máxima de 60 cm, base com tamanho equivalente à altura, disponibilidade nas cores laranja x branco e preto x amarelo em faixas refletivas, com orifício para encaixe de sinalização noturna, passagem de cordas, fitas de isolamento e fixação de placas;
- Com proteção contra raios ultravioleta UV.

ITEM 28: CONE DE BORRACHA FLEXÍVEL:

- Cone de borracha para sinalização, altura mínima de 70cm e máxima 75cm, base com no mínimo 40cm, contendo 8 sapatas para escoamento de água, peso mínimo de 3kg e máximo 4kg, deverá possuir rebaixo no local onde é aplicada a faixa refletiva para preservar a integridade da faixa durante o empilhamento, disponibilidade nas cores laranja x branco e preto x amarelo em faixas refletivas com 10cm de altura, com no mínimo 360 candelas de refletividade, com orifício para encaixe de sinalização noturna, passagem de cordas, fitas de isolamento e fixação de placa;
- Com proteção contra raios ultravioleta UV.

Em atenção às alterações, a sessão pública fica agendada para o dia 12/07/2018 as 14h30min a entrega dos envelopes de proposta e habilitação. A abertura da sessão fica marcada para as 14h35min da mesma data da entrega dos documentos.

Permanecem inalteradas as demais condições.

TIMBÓ/SC, 28/06/2018

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola

ALFROH POSTAI

Secretário de Educação

MOACYR CRISTOFOLINI JÚNIOR

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Secretária de Saúde

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente Fundação Cultural de Timbó

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração, representando o Fundo Municipal de Reequipamento da Polícia Militar

FÁBIO MELERE

Coordenador da Defesa Civil

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Diretor Presidente Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

CÂMARA MUNICIPAL

Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei nº 38/2018

Publicação Nº 1667720

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Projeto de Lei n.º 38/2018 – Altera o art. 2º da Lei nº 2967, de 14 de maio de 2018.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger

Relator: Vereador John Adriano Schwartz

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo que pretende alterar a Lei n.º 2.967, de 14 de maio de 2018.

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa 8 de junho corrente, tendo sido despachado a esta comissão pelo Presidente da Mesa Diretora, no dia 21 de junho após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Nos dias 21 e 28 de junho esta Comissão teve como pauta o presente em suas reuniões, exarando parecer que ora segue. Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Analisando a proposição, dentro dos limites de competência desta Comissão, verifica-se que o Poder Executivo pretende alterar o art. 2.º da Lei n.º 2967/2018, no que diz respeito ao custo total orçado da obra. Pretende tal alteração posto que, segundo o que afirma em sede de exposição de motivos, fora desconsiderada, na apresentação do custo total orçado, o valor da contrapartida pertinente ao Município de

Timbó. Assim, se faz necessária a alteração pretendida, tendo em vista que, levando-se em consideração os valores alcançados pela Administração Pública à título de contrapartida, o valor total orçado pela obra será maior.

Assim, entende esse Relator ser legítima a pretensão do Poder Executivo, não havendo óbices a aprovação da proposição em questão.

III - CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei n.º 38/2018.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votou com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Carlos Adriano Krüger

Vereador Adilson Mesch

Sala das Comissões, em 28 de junho de 2018

Carlos Adriano Krüger

Presidente

John Adriano Schwartz

Relator

Adilson Mesch

Membro

Portaria nº 018/2018

Publicação Nº 1668123

Portaria Nº 018/2018

Dispõe sobre o expediente na Câmara Municipal de Timbó nos dias dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo da FIFA de 2018.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso de suas atribuições legais, considerando a participação da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de Futebol nos meses de Junho e Julho de 2018 e para proporcionar aos servidores do Poder Legislativo Municipal a possibilidade de acompanhar os respectivos jogos, resolve:

Art. 1º Durante a Copa do Mundo da FIFA 2018, havendo jogo da Seleção Brasileira de Futebol as 11 horas, o expediente na Câmara Municipal de Timbó será das 8h às 10h e das 14h às 18h.

Parágrafo único. O servidor impedido por qualquer motivo de cumprir os horários fixados no caput deste artigo deverá cumprir o horário normal de expediente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 27 de junho de 2018.

Douglas Emanuel Marchetti

Presidente

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 32/2018

Publicação Nº 1666905

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 32/2018 - Edital Pregão nº. 26/2018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 13 de julho de 2018, Propostas para REGISTRO DE PREÇOS DE LANCHES E SALGADINHOS destinados aos encontros da melhor idade, reuniões e eventos organizadas pelo município entre outros.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 13 de julho de 2018.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 27 de junho de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 33/2018

Publicação Nº 1666908

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 33/2018 - Edital Pregão nº. 27/2018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 16 de julho de 2018, Propostas para "Registro de Preço de Materiais de Limpeza", destinados as Escolas Municipais, CMEI's, Unidades de Saúde e demais órgãos da Prefeitura Municipal.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 16 de julho de 2018.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 27 de junho de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 34/2018.

Publicação Nº 1667527

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 34/2018 - Edital Pregão nº. 28/2018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 14 h e 00 min. do dia 13 de junho de 2018, Propostas para "Registro de Preço para mudas de flores (diversificadas)", destinadas a plantios em diversos locais do município.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas bem como dos locais onde serão plantadas.

Validade da Ata de Registro de Preço: 01 (um) ano.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 13 de julho de 2018.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 27 de junho de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 35/2018.

Publicação Nº 1667530

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".**PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.**

Procedimento Licitatório nº. 35/2018 - Edital Pregão nº. 29/2018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera até as 09 h e 00 min. do dia 17 de julho de 2018, Propostas para REGISTRO DE PREÇOS de TUBOS DE CONCRETO, BLOCOS DE CONCRETO, PAVER VIBRO PRENSADOS, LAJOTAS VIBRO PRENSADAS, MEIO FIOS E PALANQUES DE CONCRETO, de acordo com as disposições contidas no edital.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 17 de julho de 2018.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 27 de junho de 2018.

LUÍZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N. 616/L/2018**

Publicação Nº 1667039

Portaria n. 616, de 28 de Junho de 2018.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR.

CERIVAL DA CRUZ, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

CONCEDER a servidora, ELI MARGARETE STREIT ABUDA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula 4804-1, do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Três Barras, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente período de aquisição de 2017/2018, de acordo com o requerimento, protocolado sob o n. 249/2018, sendo 20 (vinte) dias para serem gozados e 10 (dez) dias convertidos em abono pecuniário e abono de férias de 1/3 (um terço) com base na legislação vigente, prevista no art. 7º, inciso XVII da Constituição Federal, § 3º do artigo 19 da Lei Orgânica Municipal e do § 1º do artigo 70 da Lei Complementar n.138/2009, com o período de gozo a contar do dia 2 de Julho de 2018.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 28 de Junho de 2018.

CERIVAL DA CRUZ

Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 29 de Junho de 2018.

Joel Antonio Voigt

Gestor Legislativo e Contábil

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 13/2018 FMS

Publicação Nº 1667286

ESTADO DE SANTA CATARINA □ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 13/2018 FMS – Pregão Presencial

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de um veículo novo, tipo furgão, com transformação em ambulância de remoção básica tipo A, destinado para a Secretaria de Saúde do Município de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do anexo I do edital, e NBR 14561, através de recursos financeiros provenientes do convênio nº 2018 TR000779 com o Estado de Santa Catarina.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 11/08/2018, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, na Praça Ministro Andreas Thaler nº 25, Centro, Treze Tílias, SC, CEP 89650-000. O edital pode ser obtido no site www.trezetiliassc.gov.br. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

ALCIR DE RÓS
GESTOR DO FUNDO

DECRETO 2395

Publicação Nº 1668517

DECRETO Nº 2.395/2018 DE 28 DE JUNHO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL E NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e autorizado conforme Lei Orçamentária Anual n.º 1962/2017 de 17/11/2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do Município de Treze Tílias, um crédito suplementar no valor de R\$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais), a fim de suplementar as dotações orçamentárias abaixo, anulando os valores das dotações respectivamente e utilizando recursos dos excessos de arrecadação verificados no período:

ÓRGÃO 02– GABINETE DO PREFEITO

Unidade 01- MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

Projeto/Atividade: 2.002– Manutenção do Gabinete

Suplementa (2) 3.3.90.00.00.00.00.0105 R\$ 50.000,00

Anula (1) 3.1.90.00.00.00.00.0105 R\$ 50.000,00

ÓRGÃO 03– SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade 03- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto/Atividade: 0.001 – Precatórios e ações de pequenas causas

Suplementa (5) 3.3.90.00.00.00.00.0105 R\$ 8.000,00

Anula (4) 3.1.90.00.00.00.00.0105 R\$ 8.000,00

ÓRGÃO 05– SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Unidade 03- SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Projeto/Atividade: 2.006 – Manutenção da Segurança e Trânsito

Suplementa (32) 3.3.90.00.00.00.00.0056 R\$ 50.000,00

Utiliza: Recursos do Excesso de Arrecadação R\$ 50.000,00

04– SECRETARIA DE SAÚDE

01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2105- Bloco Saúde Estado

(19) 4.4.90.00.00.00.00.01.0636 R\$ 100.000,00

Utiliza: Recursos do convênio do Estado de Santa Catarina n.º 2018TR0000779.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
aos 28 dias do mês de junho de 2018.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

ADITIVO 107/2018

Publicação Nº 1667163

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 107/2018 - Contrato Nº: 074/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: DIEGO AMORIM 08219837926
Valor : 6.030,00 (seis mil e trinta reais)
Vigência : Início: 20/06/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2018
Objeto : AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL.
Trombudo Central, 28 de Junho de 2018

ADITIVO 108/2018

Publicação Nº 1667165

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 108/2018 - Contrato Nº: 002/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: LOCH & HASSE LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 01/06/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 69/2017
Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S500 E ÓLEO S10) DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE PETROLÉO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, PARA FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO DIRETAMENTE DA BOMBA PARA A FROTA MECANIZADA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL-SC, CONFORME A DEMANDA, POR UM PERÍODO DE 12 MESES.
Trombudo Central, 28 de Junho de 2018

ADITIVO 109/2018

Publicação Nº 1667168

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 109/2018 - Contrato Nº: 002/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: LOCH & HASSE LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 06/06/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 69/2017
Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S500 E ÓLEO S10) DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE PETROLÉO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, PARA FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO DIRETAMENTE DA BOMBA PARA A FROTA MECANIZADA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL-SC, CONFORME A DEMANDA, POR UM PERÍODO DE 12 MESES.
Trombudo Central, 28 de Junho de 2018

ADITIVO 110/2018

Publicação Nº 1667170

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 110/2018 - Contrato Nº: 002/2018
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: LOCH & HASSE LTDA Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 15/06/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 69/2017
Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S500 E ÓLEO S10) DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE PETROLÉO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, PARA FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO DIRETAMENTE DA BOMBA PARA A FROTA MECANIZADA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL-SC, CONFORME A DEMANDA, POR UM PERÍODO DE 12 MESES.
Trombudo Central, 28 de Junho de 2018

ATA DE REGISTRO 105/2018 PMTC

Publicação Nº 1667155

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
EXTRATO CONTRATUAL

Ata de Registro Nº.: 105/2018
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA
Valor : 99.000,00 (noventa e nove mil reais)
Vigência : Início: 04/06/2018 Término: 04/06/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2018 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE ELÉTRICA NOS PRÉDIOS E SECRETARIAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO E DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS.
Trombudo Central, 28 de Junho de 2018

ATA DE REGISTRO 106/2018 PMTC

Publicação Nº 1667157

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
EXTRATO CONTRATUAL

Ata de Registro Nº.: 106/2018
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: QUARK ENGENHARIA EIRELI
Valor : 148.189,18 (cento e quarenta e oito mil cento e oitenta e nove reais e dezoito centavos)
Vigência : Início: 04/06/2018 Término: 04/06/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2018
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE ELÉTRICA NOS PRÉDIOS E SECRETARIAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO E DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS.
Trombudo Central, 28 de Junho de 2018

ATA DE REGISTRO 111/2018 PMTC

Publicação Nº 1667171

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
EXTRATO CONTRATUAL

Ata de Registro Nº.: 111/2018
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI
Valor : 177.634,00 (cento e setenta e sete mil seiscentos e trinta e quatro reais)
Vigência : Início: 15/06/2018 Término: 15/06/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2018
Objeto : SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.
Trombudo Central, 28 de Junho de 2018

ATA DE REGISTRO 112/2018 PMTC

Publicação Nº 1667173

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
EXTRATO CONTRATUAL

Ata de Registro Nº.: 112/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA
Valor : 26.647,00 (vinte e seis mil seiscentos e quarenta e sete reais)
Vigência : Início: 15/06/2018 Término: 15/06/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2018
Objeto : SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.
Trombudo Central, 28 de Junho de 2018

ATA DE REGISTRO 113/2018 PMTC

Publicação Nº 1667175

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
EXTRATO CONTRATUAL

Ata de Registro Nº.: 113/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA
Valor : 30.164,00 (trinta mil cento e sessenta e quatro reais)
Vigência : Início: 15/06/2018 Término: 15/06/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2018
Objeto : SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.
Trombudo Central, 28 de Junho de 2018

ATA DE REGISTRO 114/2018 PMTC

Publicação Nº 1667176

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
EXTRATO CONTRATUAL

Ata de Registro Nº.: 114/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: NACIONAL PNEUS EIRELI
Valor : 62.192,00 (sessenta e dois mil cento e noventa e dois reais)
Vigência : Início: 15/06/2018 Término: 15/06/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2018
Objeto : SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.
Trombudo Central, 28 de Junho de 2018

ATA DE REGISTRO 115/2018 PMTC

Publicação Nº 1667178

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
EXTRATO CONTRATUAL

Ata de Registro Nº.: 115/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada.: R. K. KASCZUK & CIA LTDA

Valor : 15.000,00 (quinze mil reais)

Vigência : Início: 15/06/2018 Término: 15/06/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2018

Objeto : SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Trombudo Central, 28 de Junho de 2018

ATA DE REGISTRO 116/2018 PMTC

Publicação Nº 1667180

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
EXTRATO CONTRATUAL

Ata de Registro Nº.: 116/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada.: PNEUS COMERCIO DE PNEUS EIRELI

Valor : 2.744,00 (dois mil setecentos e quarenta e quatro reais)

Vigência : Início: 15/06/2018 Término: 15/06/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2018

Objeto : SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Trombudo Central, 28 de Junho de 2018

ATA DE REGISTRO 117/2018 PMTC

Publicação Nº 1667182

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
EXTRATO CONTRATUAL

Ata de Registro Nº.: 117/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada.: E.J.C. VEICULOS LTDA

Valor : 91.100,00 (noventa e um mil e cem reais)

Vigência : Início: 15/06/2018 Término: 15/06/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2018

Objeto : SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Trombudo Central, 28 de Junho de 2018

ATA DE REGISTRO 118/2018 PMTC

Publicação Nº 1667183

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
EXTRATO CONTRATUAL

Ata de Registro Nº.: 118/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada.: TCA TRANSFORMACOES VEICULARES LTDA

Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)

Vigência : Início: 15/06/2018 Término: 15/06/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2018

Objeto : SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Trombudo Central, 28 de Junho de 2018

CONTRATO 104/2018 PMTC

Publicação Nº 1667151

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 104/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: LIZ SERVICOS ONLINE LTDA

Valor : 6.200,00 (seis mil e duzentos reais)

Vigência : Início: 30/05/2018 Término: 30/05/2019

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2018

Objeto : CESSÃO DE USO DE SOFTWARE COMPREENDENDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA SISTEMATIZAÇÃO DIGITAL, IMPLANTAÇÃO, INDEXAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO, COMPILAÇÃO, VERSIONAMENTO, PUBLICAÇÃO E GERENCIAMENTO ON-LINE DA LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 95/1998.

Trombudo Central, 28 de Junho de 2018

CONTRATO 119/2018 PMTC

Publicação Nº 1667185

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 119/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: JULIO RAMOS LUZ

Valor : 00,00

Vigência : Início: 19/06/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 13/2018

Objeto : A PRESENTE LICITAÇÃO DESTINA-SE A CREDENCIAR LEILOEIROS OFICIAIS QUE APRESENTEM CONDIÇÕES, NOS TERMOS DO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, PARA ATUAREM NOS LEILÕES DE BENS INSERVÍVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL/SC.

Trombudo Central, 28 de Junho de 2018

CONTRATO 120/2018 PMTC

Publicação Nº 1667186

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 120/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: MICHELE PACHECO DA ROSA SANDOR

Valor : 00,00

Vigência : Início: 19/06/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 13/2018

Objeto : A PRESENTE LICITAÇÃO DESTINA-SE A CREDENCIAR LEILOEIROS OFICIAIS QUE APRESENTEM CONDIÇÕES, NOS TERMOS DO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, PARA ATUAREM NOS LEILÕES DE BENS INSERVÍVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL/SC.

Trombudo Central, 28 de Junho de 2018

CONTRATO 121/2018 PMTC

Publicação Nº 1667187

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 121/2018
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada.: SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC
Valor : 19.990,00 (dezenove mil novecentos e noventa reais)
Vigência : Início: 19/06/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2018
Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS PARA APLICAÇÃO DO CURSO DE CONFECCÃO DE PEÇAS DE VESTUÁRIO PARA DUAS TURMAS, CONFORME PROJETO APRESENTADO, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO DE DISPENSA.
Trombudo Central, 28 de Junho de 2018

CONTRATO 122/2018 PMTC

Publicação Nº 1667189

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 122/2018
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada.: CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA
Valor : 201.467,52 (duzentos e um mil quatrocentos e sessenta e sete reais e cinquenta e dois centavos)
Vigência : Início: 26/06/2018 Término: 26/10/2018
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2018
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DA CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE PÊNSIL PARA PEDESTRES COM 42M DE COMPRIMENTO E 3 M DE LARGURA, A SER EXECUTADA NO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL - SC, LIGANDO A RUA ITAJAI BAIRRO VILA NOVA A RUA MÉXICO - BAIRRO CIDADE ALTA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.
Trombudo Central, 28 de Junho de 2018

PORTARIA 242/18

Publicação Nº 1666915

PORTARIA 242/18 DE 25 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado junto ao Departamento de Pessoal na data de 25 de junho de 2018.
RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. NERECY SIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, licença para tratamento de saúde pelo prazo de 15 (quinze) dias, a partir de 25 de junho de 2018.

Art. 2º - O afastamento de que trata o Artigo Primeiro, a partir do 16º (décimo sexto) dia será custeado pelo Regime Geral da Previdência.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 25 de junho de 2018.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2018 TOMADA DE PREÇO Nº 08/2018 CONTRATO Nº 106/2018

Publicação Nº 1668155

Processo licitatório Nº 109/2018
TOMADA DE PREÇO Nº 08/2018
CONTRATO nº 106/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa E.B INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ n.º 00.212.337/0001-62, com sede na Rodovia SC 386, KM 26, Área, Industrial no Município de Descanso/SC denominada doravante CONTRATADA resolvem celebrar o presente termo aditivo de prazo em conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 109/2018 e Tomada de Preço nº 08/2018, e Contrato nº 106/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO PRAZO E PRORROGAÇÃO:

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o prazo referente AMPLIAÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NA RUA SANTA CRUZ, PRÓXIMO AO RESIDENCIAL VIVER BEM.

2.2 O presente contrato fica prorrogado por mais 40(quarenta dias), a partir de 06 de junho de 2018 até o dia 16 de julho de 2018, em conformidade com a CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS "

6.1.1 - Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art. 57, da Lei 8.666 de 21/06/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 06 de junho de 2018

RENATO PAULATA	E.B INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA
PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA
CONTRATANTE	

ALCIDES LUIS HOFER
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 33.683

Volmir Pedro Lawisch
Fiscal deste Contrato/Termo aditivo

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff	Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34	CPF: 020.226.259.60

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 159/2016 TOMADA DE PREÇO Nº 07/2016 CONTRATO Nº 05/2017

Publicação Nº 1668203

Processo licitatório Nº 159/2016
TOMADA DE PREÇO Nº 07/2016
CONTRATO nº 05/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO – ALTERAÇÃO DO MEMORIAL DESCRITIVO DA COLETA E TRANSPORTE DE LIXO

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.1980001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa TRANSPORTES SERNI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.026.402/0001-89, estabelecida a Rua Teotônia Nº 104 na cidade de Iporã do Oeste-SC, representada pelo sócio-gerente Sr. Sérgio Osvino Mallmann, portador do CPF nº 347.581.519-20 e Identidade nº 714.683, residente no endereço anteriormente mencionado, denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DO MEMORIAL DESCRITIVO DA COLETA E TRANSPORTE DE LIXO em conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 159/2016, Tomada de Preço nº 07/2016, e contrato nº 05/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA –ALTERAÇÃO DE TRAJETO:

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar alteração do memorial descritivo da coleta e transporte de lixo referente a prestação de serviços de coleta, transporte , triagem e disposição final dos resíduos domiciliares, comerciais conforme segue abaixo:

CIDADE (SEDE) E INTERIOR DO MUNICÍPIO		
LOCAIS DE COLETA	FREQÜÊNCIA	DIAS
Sede do Município – Cidade (Centro e Bairros)	Uma (01) vez por semana (Reciclado)	Quarta-Feira (Turno Vespertino)
	Três vezes por semana (orgânico)	Segunda, Quarta e Sexta Feira (Turno matutino)
Linha Pitangueira até a Divisa com Itapiranga, Linha Real e Linha São Pedro (incluindo as Ruas Cristovão Colombo, do Comercio, São Fellippe e Caxias)	Uma (01) vez por semana	Quarta-Feira (Turno Matutino)
Linha Baumgratz e Linha Mayer	Uma (01) vez a cada quinze dias (Quinzenal)	Quarta-Feira (Turno Matutino)
Linha São Sebastião, Linha Sete Tombos, Linha Peperi, Linha Corinthians Linha Bonita, Linha Raigão Baixo, Linha Raigão Alto, Linha Felipe Schmidt, Linha Canaleta e Linha São Jorge	Uma (01) vez por mês (mensal)	Terça-Feira (primeira terça-feira do mês) (Turno Vespertino)
Linha São José e Linha Fátima	Uma vez por semana	Quarta- Feira (Turno Matutino)

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC., 22 de junho de 2018.
Renato Paulata Transportes Serni Ltda
Prefeito Municipal Sérgio Osvino Mallmann
Sócio Gerente

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

VOLMIR PEDRO LAWISCH
Secretário da Indústria, Comércio e Urbanismo
Fiscal do Contrato

Testemunhas: _____

Cleverson Inácio Kerkhoff

Sheila Inês Bieger

CPF: 918.368.409-34

CPF: 020.226.259.60

DECRETO Nº 1990/2018

Publicação Nº 1667519

Decreto nº 1.990/2018, de 28 de Junho de 2018.

Homologação das inscrições do Edital de Concurso Público nº. 001/2018 e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições do Concurso Público nº 001/2018 da Prefeitura Municipal de Tunápolis – SC, conforme segue:

AGENTE ADMINISTRATIVO			
Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	137	Adelaide Reinehr	Homologada
2	363	Alerson Körbes	Homologada
3	722	Alessandra Kavalek Peretto	Homologada
4	25	Aline Andressa Soares Veiga	Homologada
5	1132	Aline Schmitz Kirchhof	Homologada
6	1026	André Kuhn	Homologada
7	616	Cristian Fabiano Fontoura	Homologada
8	1155	Cristian Fernando Thomaz	Homologada
9	141	Cristina Liliane Thums Oberger	Homologada
10	1176	Cristina Walter Meotti	Homologada
11	313	Daiane Kraemer	Homologada
12	734	Daieli Araujo Maciel	Homologada
13	909	Dalvana Schaefer	Homologada
14	1082	Dayane Bieger	Homologada
15	367	Eduarda Da Costa	Homologada
16	882	Eduarda Engroff	Homologada
17	776	Elaine Da Silva Souza	Homologada
18	233	Eliane Lúcia Schaefer	Homologada
19	8	Elias Souza Custódia	Homologada
20	185	Elise Beatriz Rabuske	Homologada
21	494	Everton Henn	Homologada
22	678	Fabiana De Marchi	Homologada
23	607	Fábio Schuster	Homologada
24	446	Fabiola Rafaela Foltz	Homologada
25	1029	Fernanda De Marchi Dal Bem	Homologada
26	923	Fernanda Staub	Homologada
27	33	Francieli Alves Dos Santos	Homologada
28	85	Franklin Antônio Mezzomo	Homologada
29	496	Ines Gluitz	Homologada
30	1102	Ivanise Fidelis	Homologada
31	719	Ivonei Alexandre Lazarotto	Homologada
32	408	Jaíne Griebeler	Homologada
33	780	Janete Casanova	Homologada

34	568	Jaqueline Schwengber	Homologada
35	575	João Marcelo Souza Do Amaral E Silva	Homologada
36	1131	Jonilto Godois	Homologada
37	1168	Kamille Hammerschmitt	Homologada
38	165	Kátia Schröder Polis	Homologada
39	1064	Letícia Larsen Bonett	Homologada
40	1112	Lilian Domingues Banach	Homologada
41	906	Lizandra Garmus	Homologada
42	1173	Lucas Vinicius Bueno	Homologada
43	946	Luciane Odete Tumelero Guerra	Homologada
44	1001	Luis Henrique Saurin Bieger	Homologada
45	81	Marcelo Henrique Bordignon	Homologada
46	893	Marcelo Matte Rodrigues	Homologada
47	582	Marcele Wilbert	Homologada
48	628	Mariane Baumgratz	Homologada
49	522	Mayara Luíza Weber	Homologada
50	778	Michele Aline Pedrozo	Homologada
51	704	Mônica Hochscheidt	Homologada
52	561	Natácia Nicknig Fabi	Homologada
53	121	Pâmela Teloeken Wagner	Homologada
54	700	Patrícia Raquel Meotti	Homologada
55	319	Poliana Venturini Della Flora	Homologada
56	518	Priscila Pisoni	Homologada
57	827	Roberto Ligorio Reichert	Homologada
58	919	Rosangela Sigulin Pelissari	Homologada
59	1130	Rosemeiry Baraba	Homologada
60	370	Rosillette I. O. Kautzmann De Castro	Homologada
61	652	Solange Beatris Melz	Homologada
62	1089	Solange Schneider	Homologada
63	1161	Suelen Concatto	Homologada
64	595	Tatiane Rother	Homologada
65	1087	Vanda Maria Michels	Homologada
66	600	Vanessa Weber	Homologada
67	849	Willian Kowalczuk Ferst	Homologada

AGENTE DA DEFESA CIVIL

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	863	Adriane Garbin	Homologada
2	84	Alan Marcos Steffen	Homologada
3	458	Alexandro Fernandes	Homologada
4	1037	Aurélio De Sousa Feliciano	Homologada
5	740	Batista Reinehr	Homologada
6	635	Carlos Eduardo Wolhuth	Homologada
7	665	Christian Neiss	Homologada
8	564	Cleison Adiel Ritter	Homologada
9	1167	Cristiane Alles	Homologada
10	705	Cristiano Muller Rodrigues	Homologada
11	984	Deocir Rhoden	Homologada

12	890	Eduardo Dauernheimer	Homologada
13	531	Eduardo Giehl	Homologada
14	399	Eloi Roque Andriotti	Homologada
15	484	Franciele Carla De Valle	Homologada
16	117	Franciele Deters	Homologada
17	619	Geovan Meurer	Homologada
18	66	Gustavo Marangon	Homologada
19	969	Gustavo Mayer	Homologada
20	796	Hérica Ângela Dalmonte	Homologada
21	354	Janaína Letícia Vargas De Araújo Brasil	Homologada
22	1077	Janete Wuitschick	Homologada
23	651	Janice Andreia Paludo Weirich	Homologada
24	987	Joana Inês Reichert	Homologada
25	445	José Augusto Buss	Homologada
26	1095	José Pereira	Homologada
27	1083	Josieli Pietro Biasi	Homologada
28	812	Júlia Cristina Taffarel Gralha Dos Santos	Homologada
29	37	Junior Felicete	Homologada
30	432	Jussara Kreisig	Homologada
31	396	Kátia Mileni Melz	Homologada
32	1057	Lais Paula Trevizan	Homologada
33	581	Linara Gossler	Homologada
34	132	Lucas Lamb Koelln	Homologada
35	679	Luiz Ricardo Baptista De La Vega Silva	Homologada
36	412	Luviane Pavan	Homologada
37	995	Maikon Paulata	Homologada
38	576	Marcelo André Hoffmann	Homologada
39	10	Marciane Grezele	Homologada
40	892	Micheli Specht	Homologada
41	1058	Naor Da Silva Ferreira	Homologada
42	1063	Nicolau Klock	Homologada
43	583	Raquel Cristina Lazarotto	Homologada
44	433	Renan Paulo Ludwig	Homologada
45	794	Roberto Luiz Schmeling	Homologada
46	588	Simone Rockenbach	Homologada
47	373	Tailine Winkelmann	Homologada
48	1104	Tamires Guerra	Homologada
49	208	Thalia Formagini Dos Santos	Homologada
50	608	Valdir Vier	Homologada
51	675	Valmor Vogt	Homologada
52	708	Vanderlei Weber	Homologada
53	730	Vanessa Ribeiro Dos Santos	Homologada
54	1149	Vilmar Antonio Kaefer	Homologada
55	1073	Vinicius Rother Heck	Homologada
56	709	Vitor Afonso Pauli	Homologada
57	605	William Witt	Homologada

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	1061	Adriano Junior Anschau	Homologada
2	789	Ana Lúcia Scantamburlo	Homologada
3	940	Carlise Back Baumgratz	Homologada
4	423	César Roger Urnau	Homologada
5	585	Cibele Ott	Homologada
6	229	Cleiton Hanzen	Homologada
7	961	Débora Carla Revers	Homologada
8	688	Edilaine Carla Marina	Homologada
9	346	Elaine Melz	Homologada
10	1125	Elizângela Geremia	Homologada
11	963	Eloisa Thomas	Homologada
12	944	Evelyn Caroline Torres	Homologada
13	1070	Fernanda De Oliveira Candeia Vier	Homologada
14	125	Gabriel Oliveira	Homologada
15	49	Gabriela Bisolo	Homologada
16	1163	Gisele Welter Bertollo	Homologada
17	883	Glaci Weis Engroff	Homologada
18	901	Ivanice Schaefer	Homologada
19	970	Jane Erhart	Homologada
20	1011	Jaqueline Maria Schmitz Hanauer	Homologada
21	453	Kristy Flach	Homologada
22	1062	Larissa Iara Andres Hauschild	Homologada
23	977	Luana Clem	Homologada
24	1154	Lucas Stoffel Eidt	Homologada
25	429	Luís Eduardo Zanin	Homologada
26	424	Marisete Radke	Homologada
27	181	Maritanya Pietro Biasi	Homologada
28	1030	Marlei Gihel Bieger	Homologada
29	808	Marlene Schoenberger Gava	Homologada
30	891	Olavo José Wink	Homologada
31	674	Oscar Valter Schmidt	Homologada
32	441	Pamela Bianca Bussiol	Homologada
33	214	Patricia Carina Schoenberger	Homologada
34	630	Patrícia Sehn	Homologada
35	152	Pietra Emanueli Cé	Homologada
36	542	Ruan Fernandes Varela	Homologada
37	265	Sabrina Pollo	Homologada
38	345	Simone Pinto	Homologada
39	389	Vanderlei Rossa	Homologada

AGENTE DE MANUTENÇÃO DE HIDRÁULICA

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	856	Daniel Epping	Homologada
2	9	Edemar José Epping	Homologada
3	505	Edson Spohr	Homologada
4	663	Jean Júnior Teloecken	Homologada
5	1101	Narciso Luiz Sturm	Homologada

6	753	Valdinei Roger Kunz	Homologada
7	936	Valmir Rossa	Homologada

ATENDENTE DE FARMÁCIA

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	1117	Adriana Hoeffel	Homologada
2	799	Marilei Horn	Homologada

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE HIDRÁULICA

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	472	Gilberto Epping	Homologada
2	491	Laerte Hofmann	Homologada
3	954	Leandro Welchen	Homologada
4	1006	Marcio Rother	Homologada

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	486	Adriana Da Rosa Ferreira	Homologada
2	775	Brayan Ewerton Rodigheri	Homologada
3	612	Bruna Roberta Schwantes Hachmann	Homologada
4	260	Carine Luiza Nicodem	Homologada
5	543	Carla Cristina Ulrich	Homologada
6	1007	Cleusa Maria Giordani	Homologada
7	772	Daniele Klein	Homologada
8	380	Denise Konrad	Homologada
9	215	Diane Konrad	Homologada
10	739	Diego Luan Immig	Homologada
11	694	Eliziane Da Rosa De Oliveira	Homologada
12	451	Felipe Kessler Toillier	Homologada
13	894	Francisco Nicolau Dill	Homologada
14	444	Gilmar Petzold	Homologada
15	1150	Giovani Sturmer	Homologada
16	601	Janete Maria Andres Pauli	Homologada
17	720	Janice Eidt Lazarotto	Homologada
18	985	Janice Maria Wuitschick Do Nascimento	Homologada
19	417	Joel Christ	Homologada
20	525	Joel Godois	Homologada
21	693	Juliane Klein	Homologada
22	991	Julita Ana Stulp Rossa	Homologada
23	210	Liane Nos	Homologada
24	960	Lovani Hammes	Homologada
25	1106	Luan Daniel Hickmann Goetz	Homologada
26	1023	Luis Carlos Do Nascimento	Homologada
27	777	Marilei Correia Dos Santos	Homologada
28	41	Marise Correia De Alencar	Homologada
29	264	Michel Odenir Strack	Homologada
30	945	Neli Bohnen Mayer	Homologada
31	683	Ofrásio Vicente Tavares	Homologada

32	403	Rafaele Dietz	Homologada
33	1160	Raquel Luíza Schoeninger Kunst	Homologada
34	352	Raquel Minozzo	Homologada
35	667	Rosilei Casanova	Homologada
36	1024	Sandra Verissimo	Homologada
37	323	Silvani Maria Do Nascimento	Homologada
38	1129	Tatiana Godois	Homologada

ENFERMEIRA

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	1019	Adriane Karal	Homologada
2	1124	Aionny Pikua	Homologada
3	787	Alana Camila Schneider	Homologada
4	46	Aline Loebens	Homologada
5	482	Alini Amabil Balbinot	Homologada
6	654	Alyne Mendes Correia	Homologada
7	307	Ana Flavia Bresolin Librelotto	Homologada
8	937	Ana Julia Provin	Homologada
9	1017	Angela Maria Gomes	Homologada
10	810	Angelo Zangalli	Homologada
11	115	Bernadete Bueno De Camargo	Homologada
12	90	Bruna Carla Villa	Homologada
13	241	Camila Alessio	Homologada
14	138	Carine Berwig	Homologada
15	868	Carla Diana Reichert	Homologada
16	1134	Carline Cristina Riffel	Homologada
17	234	Cecília Rauta	Homologada
18	760	Cíntia Camila Meurer	Homologada
19	87	Cladiane Dos Santos	Homologada
20	614	Claudete Maria Kuhn	Homologada
21	999	Claudia De Medeiros	Homologada
22	148	Daiana Aparecida Walker Nascimento Rintzel	Homologada
23	1051	Daniela Graczyk	Homologada
24	65	Daniele Guerra	Homologada
25	744	Daniele Schoeninger	Homologada
26	620	Danieli Covalski	Homologada
27	55	Danielle Araújo Dantas	Homologada
28	170	Danilusi Trindade	Homologada
29	147	Debora Calza	Homologada
30	1180	Débora Cristina Fávero	Homologada
31	202	Deisi Flach Follmann	Homologada
32	920	Deisi Graczyk	Homologada
33	526	Denize Patrícia Lamb	Homologada
34	761	Denner Regis Urel	Homologada
35	627	Diana Simon	Homologada
36	843	Edilaura Gaspar Da Silva Kowalczuk Ferst	Homologada
37	63	Eliana Hahn	Homologada
38	976	Elisandra Cristina Martins	Homologada

39	523	Elisangela Costa Lima	Homologada
40	153	Elisete Teresinha De Moura	Homologada
41	1079	Enize Ereno	Homologada
42	48	Fabiane Storck	Homologada
43	879	Fernanda Engroff	Homologada
44	415	Franciele Rasch	Homologada
45	247	Franciele Schwaab Simon	Homologada
46	388	Francieli Hollas	Homologada
47	316	Francieli Luana Nielsson	Homologada
48	1045	Giovana Dallemole Paloschi	Homologada
49	1018	Greici Kelli Tolotti	Homologada
50	1015	Iracema Cherobin Massing	Homologada
51	690	Jairo Luiz Anschau	Homologada
52	238	Jaqueline Griebeler Preuss	Homologada
53	1074	Jaqueline Pasini	Homologada
54	64	Jéssica Schaurich	Homologada
55	273	Jonas Kummer	Homologada
56	528	Jose Sebastiao Guimaraes Ferreira	Homologada
57	292	Joselaine Gomes Da Silva	Homologada
58	237	Juliana Ribeiro	Homologada
59	382	Juliane Scherer	Homologada
60	658	Kleberton Ricardo Tesser	Homologada
61	1116	Laysa Cristina Dreyer	Homologada
62	15	Lethielle Vanessa Goulart	Homologada
63	978	Leticia Rinaldi	Homologada
64	974	Liane Teresinha Schroeder	Homologada
65	436	Lidiane Klement	Homologada
66	22	Lilian Berger De Oliveira	Homologada
67	416	Liliane Pereira Kummer	Homologada
68	975	Luiz Fernando Gonçalves De Moraes	Homologada
69	718	Maiara Ariane Nichel	Homologada
70	503	Maiara Dais Schoeninger	Homologada
71	98	Maikeli Andresa Kosloski	Homologada
72	866	Mariane Schlickmann	Homologada
73	296	Marilene Carteri	Homologada
74	840	Marlene Stefanon Paganini	Homologada
75	512	Marli Lazarotto	Homologada
76	860	Milena Djesica Bevilaqua	Homologada
77	1043	Mirian Vauza Welter	Homologada
78	163	Moíse Ruth Angnes	Homologada
79	464	Mônica Bernardi	Homologada
80	701	Noeli Fatima Pereira	Homologada
81	383	Patrícia Barbieri	Homologada
82	825	Patricia Tatiane Kuttner	Homologada
83	1013	Paulo Jose Massing	Homologada
84	219	Priscila Finatto	Homologada
85	1166	Rafaela Fátima De Godoi	Homologada
86	39	Raquel Taís Lintener	Homologada

87	45	Renata Balensiefer	Homologada
88	837	Rodolfo Artur Picolotto Grevetti	Homologada
89	404	Samantha Samile Toillier	Homologada
90	406	Scheila Eidt	Homologada
91	283	Sidiani Terezinha Carossi	Homologada
92	907	Simone Bisigo	Homologada
93	569	Simone Orth	Homologada
94	118	Solange Tareli	Homologada
95	713	Tailine Cristina De Lucca	Homologada
96	13	Taise Aparecida Berwanger	Homologada
97	697	Taissana Dezanetti	Homologada
98	306	Thainá Monção Gasperin	Homologada
99	419	Thays Carolina Alves Bukowski	Homologada
100	356	Vanderleia Kretschmer Maestri	Homologada
101	1039	Vanessa Brugnerotto	Homologada
102	225	Vitelio Luis De Lima	Homologada

FISIOTERAPEUTA

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	1091	Alessandra Paula Salerno	Homologada
2	545	Alexandre Dalmina	Homologada
3	1081	Aline Spironello	Homologada
4	859	Anderson Dos Santos Brazilio	Homologada
5	877	Betina Becker Flach	Homologada
6	504	Bruna Marcon	Homologada
7	1034	Claire Mari De Souza Tomé Feliciano	Homologada
8	197	Cristine Dalmagro	Homologada
9	198	Diany Lunardi	Homologada
10	174	Elizangela Ballestreri Hetzel	Homologada
11	209	Ellen Cristina Reis	Homologada
12	12	Erasmus Grings	Homologada
13	781	Fabio Ambrosio Perotto	Homologada
14	365	Ianca Sturmer	Homologada
15	341	Irene Lucia Schroeder	Homologada
16	1158	Janaina Santos Da Silva	Homologada
17	1138	Joana Gabriella Bianchi	Homologada
18	203	Julia Grasel	Homologada
19	191	Manuela Lazaretti Pereira	Homologada
20	217	Mariana Spies	Homologada
21	224	Paula Maiara Pereira	Homologada
22	332	Sinara Gabriel	Homologada
23	299	Tamires Carolo	Homologada
24	1055	Vanessa Benetti	Homologada

MECÂNICO GERAL

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	836	Adilson Oreuss	Homologada
2	1050	Anderson Luis Loeblein	Homologada

3	989	Cleber Cesar Favero	Homologada
4	498	Cleiton Rempel Wagner	Homologada
5	599	Eliseu Kothe	Homologada
6	727	Eriton Hammerschmidt	Homologada
7	671	Gilnei Thome Bourscheidt	Homologada
8	943	Jean Rizzotto Kraemer	Homologada
9	278	Mauricio Carbonara	Homologada
10	664	Pedro Canisio Deters	Homologada
11	279	Rodrigo Afonso Meurer Kraemer	Homologada
12	1148	Rodrigo Seidel	Homologada
13	1059	Vitor Hugo Meneguzzi	Homologada

MÉDICO

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	793	Aliny Reberte	Homologada
2	800	Almir José Miguel Junior	Homologada
3	80	Ana Helena Schwarz	Homologada
4	1156	André Javier Lemos	Homologada
5	113	Antônia Célia Moura Martins	Homologada
6	834	Bruna Batistone Bertachi	Homologada
7	1135	Caren Pasini Lucca	Homologada
8	377	Cássio Kadri Monteiro	Homologada
9	994	Danillo Dos Santos Francisco	Homologada
10	474	Deneb Borrego Arbella	Homologada
11	372	Dionísio Gobbi De Mello Córdova	Homologada
12	102	Eliane Albarello	Homologada
13	527	Eridson Posttal Marques	Homologada
14	187	Erika Vanessa Rocha Falconi	Homologada
15	861	Felipe Pininga Pessoa De Asevedo	Homologada
16	1068	Gabriel Calixto Barbosa Alves	Homologada
17	733	Geisson Toseto Zanotto	Homologada
18	291	Giovanni Boccaccio Anacleto Cavalcante	Homologada
19	120	Gustavo Torres Barros	Homologada
20	1009	Jeferson de Souza Tavares Nunes	Homologada
21	747	Jefferson Fernandes Carvalho Mota	Homologada
22	841	Jefferson Silveira	Homologada
23	642	Júlia Geller Eidt	Homologada
24	402	Karina Baggio Wrubel	Homologada
25	872	Lucas Natale Cardoso	Homologada
26	625	Luis Enrique Dominguez Pupo	Homologada
27	854	Magalys Cuza Puig	Homologada
28	287	Melania Karol Anacleto Cavalcante	Homologada
29	578	Rafael Barros Alves De Carvalho	Homologada
30	1127	Rafael Caetano Do Amaral	Homologada
31	244	Rafaela Da Silva Bottin	Homologada
32	438	Renato Fontes Gomes	Homologada
33	114	Roberta Goldmeier	Homologada
34	3	Vitor Bastos Brandalise	Homologada

35	514	Wagner De Cesare	Homologada
36	510	Yusleidy Moreno Pinero	Homologada

MESTRE EM EDIFICAÇÕES

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	1033	Diego Augusto Scherer	Homologada
2	1075	Evandro Rubens Drumm	Homologada
3	488	Genesio Francener	Homologada
4	485	Gilson Bonho	Homologada
5	762	Helmut Schmidt	Homologada
6	728	Marcelo Heinrich Lehnhoff	Homologada
7	988	Mario Gaspar Scheren	Homologada
8	516	Rodinei Toillier	Homologada

MOTORISTA DE VEÍCULO DE PASSAGEIRO (CNH CATEGORIA "D")

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	1093	Alexandre Seger	Homologada
2	162	Álvaro Klein	Homologada
3	880	Calixto Habacuc Wolfart	Homologada
4	562	Cladir Becker	Homologada
5	1076	Claudenir Bortolini	Homologada
6	309	Cleiton Fritzen	Homologada
7	842	Diego Werberich	Homologada
8	1141	Douglas Miguel Flach	Homologada
9	1010	Eder Ternus	Homologada
10	175	Edmar Jose De Sousa	Homologada
11	311	Elionei Tiago Formagin	Homologada
12	164	Eliseu Kuhn	Homologada
13	1041	Everton Luiz Grapski	Homologada
14	703	Joao Jocemar Waiss Dos Santos	Homologada
15	1047	Joel Antônio Lauschner	Homologada
16	844	Joel Marcos Belloli	Homologada
17	1172	John Lenon Steffen	Homologada
18	1072	Johnes Gralha Santos	Homologada
19	649	Josué Vargas De Jesus	Homologada
20	806	Lauri Felipe Welter	Homologada
21	1175	Lauri Walter	Homologada
22	116	Leandro Ficher Machado	Homologada
23	626	Maicon Joel Mosena	Homologada
24	1164	Marcelo Garbini	Homologada
25	428	Odair Luis Ulrich	Homologada
26	924	Otinir Wagner	Homologada
27	1084	Ricardo Betu	Homologada
28	1090	Vanderlei Voltz	Homologada
29	748	Volmir Jose Frozza	Homologada
30	847	Volmir Luís Bieger	Homologada
31	456	Zelmiro Casanova	Homologada

MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO (CNH CATEGORIA "C")

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	918	Aloisio Toillier	Homologada
2	1097	Ariel Orlandi	Homologada
3	258	Aurelio Wagner	Homologada
4	95	Cristian Reckziegel Kaufmann	Homologada
5	1145	Dionircir Portela	Homologada
6	350	Elizandro Dala Picola	Homologada
7	676	Felipe Diego Melz	Homologada
8	647	Ivan Antônio Eidt	Homologada
9	938	Ivanildo Costaneski	Homologada
10	557	Jakson Paulo Weigel	Homologada
11	779	Joel Frizon	Homologada
12	655	Jose Paulo Medeiros	Homologada
13	917	Lair Jose De Oliveira Borges	Homologada
14	271	Leandro Merlo	Homologada
15	536	Leomar Flach	Homologada
16	548	Leonir Rohling	Homologada
17	290	Luan Douglas Dreyer Francener	Homologada
18	434	Luiz Eidt	Homologada
19	27	Marcelo Rhoden	Homologada
20	1053	Marcos Da Silva Viana	Homologada
21	1153	Mauri Frizon	Homologada
22	986	Mauro Andre Do Nascimento	Homologada
23	1178	Michel Frizon	Homologada
24	1065	Monica Cristina Sora	Homologada
25	1146	Nedio Dalla Picola	Homologada
26	178	Odirlei Rigon	Homologada
27	876	Ricardo Hochscheidt	Homologada
28	611	Richard Andrey Follmann Rauch	Homologada
29	326	Sergio Back	Homologada
30	913	Sérgio Fernando Braun Genz	Homologada
31	179	Vanderlei Inacio Kuhn	Homologada
32	59	William Matheus Rhoden	Homologada

ODONTÓLOGO

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	240	Alejandro Vargas Neto	Homologada
2	767	Alencar Cezar Benvenuto	Homologada
3	862	Aline Pemp	Homologada
4	875	Ana Yêda Mendes Gonçalves	Homologada
5	69	Andreia Sutil Da Trindade	Homologada
6	742	Aneliz Dos Anjos Iarto	Homologada
7	670	Angela Aiolfi	Homologada
8	320	Bárbara Koch	Homologada
9	691	Bruna Crusaro	Homologada
10	552	Bruna Marca Mattei	Homologada
11	157	Camila Pohlmann	Homologada

12	687	Daiane Bruna Forgiarini	Homologada
13	1027	Daniela Walker Varella	Homologada
14	300	Eloise Royer	Homologada
15	93	Fabiele Zeni	Homologada
16	996	Fernando Bonora	Homologada
17	1000	Franciele Roberta Luchese	Homologada
18	850	Gabriel Fernandes	Homologada
19	685	Grasieli Pietro Biasi	Homologada
20	1165	Guilherme Schreiner	Homologada
21	853	Helen Patricia Fernandes	Homologada
22	96	Helena Roth	Homologada
23	129	Jefferson Giovani Da Veiga	Homologada
24	62	Juciane Hoff	Homologada
25	956	Julia Mundel	Homologada
26	11	Karoline Markoski	Homologada
27	520	Larissa Ferronato	Homologada
28	348	Larissa Luane Soder Hentz	Homologada
29	1022	Leonardo Mantelli Reis	Homologada
30	511	Letícia Back	Homologada
31	336	Letieli Magda Figueiro	Homologada
32	873	Maguidieli Dallabrida	Homologada
33	212	Márcia Chineli	Homologada
34	17	Marina Thais Tosin	Homologada
35	497	Marine Ferro	Homologada
36	1111	Mayanne Magalhães Oliveira	Homologada
37	262	Mayara Buratti	Homologada
38	50	Michele Cristina Rama	Homologada
39	475	Murilo Felisberto Dordete	Homologada
40	586	Nathaly Black	Homologada
41	199	Pamela Giulia Schoeler	Homologada
42	644	Patricia Edina Reisdorfer	Homologada
43	765	Rafaela Backes	Homologada
44	190	Rafaela Lasta	Homologada
45	151	Renato Magalhães Vargas	Homologada
46	304	Ruy Bisognin Neto	Homologada
47	590	Samira Da Silva Carvalho	Homologada
48	449	Stephanie Daltoé	Homologada
49	899	Tayná Eliz Bortoluzzi	Homologada
50	435	Thaís Azzolini	Homologada
51	560	Thais Maiely Barichello	Homologada
52	851	Thais Regina Ferrari	Homologada
53	967	Valeria Campagnolo	Homologada
54	791	William Pierry Schwengber	Homologada

OPERADOR DE EQUIPAMENTO LEVE (CNH CATEGORIA "C")

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	156	Edson Luis Juvenardi Martins	Homologada
2	921	Marciano Wuitschick	Homologada

3	1005	Marcos Roberto Baumgratz	Homologada
4	804	Renan Cipriani	Homologada
5	925	Valdir Beckenkamp	Homologada

OPERADOR DE EQUIPAMENTO PESADO (CNH CATEGORIA "C")

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	763	Alexandre Burg	Homologada
2	672	Diego De Lima	Homologada
3	1080	Felipe Junior Spies	Homologada
4	959	Fernando Werle	Homologada
5	538	Jeferson Zimmer	Homologada
6	144	Lucas Dalmolin	Homologada
7	487	Maicon Dill	Homologada
8	725	Marcelinho Júnior Garlet	Homologada
9	790	Marcio Braun	Homologada
10	1008	Marcio Schweickert	Homologada
11	888	Mario Luiz Beckenkamp	Homologada
12	633	Matheus Beckenkamp	Homologada
13	792	Rafael Franzen	Homologada
14	213	Rodinei Kautzmann	Homologada
15	333	Valderi Moras	Homologada

PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	795	Alessandra Kerber	Homologada
2	517	Aline Elisa Schneider Weber	Homologada
3	1136	Aline Nunes	Homologada
4	915	Ana Beatriz Follmann Wermuth	Homologada
5	371	Ana Maria Petry	Homologada
6	811	Ana Paula Pohren Rempel	Homologada
7	1137	Andréia De Andrade Moraz	Homologada
8	935	Andréia Neiss	Homologada
9	939	Andreia Wantz	Homologada
10	489	Andressa Eidt	Homologada
11	828	Andressa Ferronato	Homologada
12	109	Ani Beatriz Ostgen Kipper	Homologada
13	870	Beatriz Rasch	Homologada
14	211	Camila Anschau	Homologada
15	193	Camila Luiza Schmidt	Homologada
16	829	Camila Majolo	Homologada
17	83	Camila Sueli Manfe	Homologada
18	315	Camila Tibola	Homologada
19	351	Cândida Fabiana De Moura	Homologada
20	990	Carine Eva Dalmonte Sartori	Homologada
21	729	Carolina Hofer	Homologada
22	553	Caroline Ines Baumgratz	Homologada
23	466	Cristiana Schröder	Homologada
24	631	Cristiane Walter Meotti	Homologada

25	133	Cristiane Welchen	Homologada
26	895	Daiana Lucia Villa Basso	Homologada
27	643	Daiana Melz Link	Homologada
28	407	Daiane Cristine Anschau	Homologada
29	462	Daiane Garbin	Homologada
30	716	Dalvana Franzon	Homologada
31	1031	Daniela Geremia	Homologada
32	648	Daniele Schneider	Homologada
33	858	Daniely Rambo	Homologada
34	322	Dayane Cristina Martinotto Maziero	Homologada
35	621	Debora Adriana De Brum Meurer	Homologada
36	188	Débora Alana Flach	Homologada
37	145	Debora Rasch	Homologada
38	714	Denise Scherer	Homologada
39	832	Denize Ferrari	Homologada
40	669	Dirce Maria Bevilaqua Carolo	Homologada
41	465	Ediane Ripplinger Melz	Homologada
42	845	Eliane Marta Degenhart	Homologada
43	773	Elizandra Girardi Dotti	Homologada
44	201	Eliziane Aparecida Pereira Frantz	Homologada
45	479	Fabiana Heinrich Tibola	Homologada
46	774	Fernanda Luiza Schoenberger	Homologada
47	29	Fernanda Maria Finger	Homologada
48	390	Fernanda Paparella Viapiana	Homologada
49	602	Flaviani Claudia Carboni	Homologada
50	666	Franciele Cristina Bracht Reichert	Homologada
51	657	Francieli Bottega Schneider	Homologada
52	353	Gabriela Caspers	Homologada
53	91	Graciele Klein	Homologada
54	439	Graciely Kuhn	Homologada
55	301	Greissi Marcia Flach	Homologada
56	596	Iliane Dall Agnol	Homologada
57	756	Ionara Assmann	Homologada
58	506	Ivania Ott	Homologada
59	579	Ivanice Cecconet	Homologada
60	823	Janaina Dewes	Homologada
61	731	Janaína Giehl Deters	Homologada
62	418	Janete Beilke	Homologada
63	555	Janice Bassorici Philippsen	Homologada
64	609	Jaqueline Bettio	Homologada
65	953	Jaqueline Chiesa	Homologada
66	1128	Jéssica Valquiria Hertez	Homologada
67	448	Jocilene Juliana Nievinski Pasini	Homologada
68	395	Josenara Tais Heck	Homologada
69	911	Josiani Pauli	Homologada
70	347	Jucelene Thums	Homologada
71	645	Juliana Carollo	Homologada
72	914	Juliana Ferreira De Lima Brocco	Homologada

73	788	Kely Roberta Schmidt	Homologada
74	537	Ketlin Paula Mileski	Homologada
75	785	Laine Lorenski	Homologada
76	897	Leane Flach Kuhn	Homologada
77	236	Leidiana Kátia Konflanz	Homologada
78	680	Leoni Scheren Mombach	Homologada
79	19	Leonice Maria Wille Catto	Homologada
80	898	Liane Jacinta Finger Heck	Homologada
81	255	Luana Heberle	Homologada
82	835	Luciana Camargo	Homologada
83	770	Luciane Dewes	Homologada
84	997	Luciane Dresch Hendges	Homologada
85	570	Luciane Finger	Homologada
86	867	Luciane Schlickmann	Homologada
87	752	Maira Cristina Lazarotto	Homologada
88	632	Marciane Morás Immig	Homologada
89	327	Marciane Rohden Toillier	Homologada
90	992	Marciele Luize Kessler	Homologada
91	94	Marciele Schaefer	Homologada
92	305	Maria Elisabete Sigolin	Homologada
93	805	Marilei Christ Lehnhoff	Homologada
94	947	Marilete Staub	Homologada
95	930	Marizete Fatima Basso Trevizan	Homologada
96	515	Marli Terezinha Lisot Bertoletti	Homologada
97	889	Marlise Scherer Trevizan	Homologada
98	706	Marlize Regines Moras	Homologada
99	140	Micheli Bedin	Homologada
100	656	Michelli Rodrigues Oliveira	Homologada
101	500	Milena Paulata	Homologada
102	533	Nadia Wassmuth	Homologada
103	587	Naiana Constante De Oliveira	Homologada
104	749	Núbia Naue	Homologada
105	717	Odete Hammes	Homologada
106	981	Patrícia Fernanda Gomes	Homologada
107	68	Patrícia Maldaner	Homologada
108	926	Rafaela Thums Ebeling	Homologada
109	613	Roque Francisco Ribeiro	Homologada
110	294	Rosemeri Matte	Homologada
111	638	Rosenilda Bertol	Homologada
112	958	Siamara Meier	Homologada
113	983	Sirlei Marafon	Homologada
114	757	Sirlei Maria Antunes Schneiders	Homologada
115	44	Sirlei Schafer Seger	Homologada
116	1016	Sirlene Stuelp Giehl	Homologada
117	23	Suelyn Caroline Reis	Homologada
118	567	Susana Michels	Homologada
119	629	Tânia Berenice Schwengber Biolcki	Homologada
120	973	Tatiana Mees	Homologada

121	751	Tatiane Aparecida Goergen	Homologada
122	885	Tatiane Müller	Homologada
123	122	Tatiane Staub	Homologada
124	216	Tatiane Teresinha Orth Becker	Homologada
125	421	Tatiane Thomas	Homologada
126	821	Tatiane Weiss Justen	Homologada
127	450	Thaise Marcia Gotz	Homologada
128	932	Vanessa Inelva Previdi	Homologada
129	437	Vânia Inês Wegner	Homologada
130	1046	Vânia Schneiders Voltz	Homologada

PSICÓLOGO

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	218	Adriana Maschio Escher	Homologada
2	597	Adriano Schaefer	Homologada
3	24	Alexandre Rigoni Gonçalves	Homologada
4	550	Aline Canonica	Homologada
5	420	Ana Gabriela Ferreira Brito	Homologada
6	431	Ana Paula De Oliveira	Homologada
7	508	Andréia Leila Yess Heberle	Homologada
8	771	Arnaldo Rasche Júnior	Homologada
9	172	Bruna Antunes	Homologada
10	92	Bruna Caroline Schoeninger	Homologada
11	246	Bruna Dreyer	Homologada
12	195	Cacieli Fernanda Ribeiro De Oliveira	Homologada
13	381	Camila Vier	Homologada
14	357	Carine Bruneto	Homologada
15	4	Carolina Poletti	Homologada
16	16	Chéuri Simonetti	Homologada
17	871	Cristiéli Teresinha Bringhenti	Homologada
18	1003	Daniela Regina Bellato	Homologada
19	256	Daniela Zeppe	Homologada
20	20	Dayanna Basso Perozzo	Homologada
21	559	Delciana Bianchi	Homologada
22	1036	Dimitria Dahmer Santos	Homologada
23	922	Diulia Freiburger	Homologada
24	1004	Ediane Buratti	Homologada
25	47	Eduarda Da Silva	Homologada
26	965	Evandro Radaeli	Homologada
27	558	Fernanda Pilatti De Moraes	Homologada
28	1	Francieli Cristina Wingert	Homologada
29	1066	Graciane Dallemole	Homologada
30	289	Graciela Ritter	Homologada
31	105	Gustavo Pivatto Dos Santos	Homologada
32	507	Henrique Manorov Mohr	Homologada
33	721	Itamara Scariot Brutscher	Homologada
34	551	Janaina De Fatima Haas	Homologada
35	426	Jane Maria Andretta	Homologada

36	366	Jessica Luíza Tonial Turra	Homologada
37	21	Joscelaine Cristiane Cardoso Lima	Homologada
38	266	Joziane Kuhn	Homologada
39	957	Karine Zambiasi	Homologada
40	622	Katuza Carbonara	Homologada
41	282	Laura Schmidt	Homologada
42	200	Lisiane Do Amaral Cerneski	Homologada
43	391	Loridane Meotti	Homologada
44	735	Luana Yamila Bento Bittancourt	Homologada
45	358	Luciana Kayser	Homologada
46	468	Maiara Carvalho Trentin	Homologada
47	166	Maiara Lurdes Leite	Homologada
48	1071	Mariane Ozelame	Homologada
49	724	Michele Zanin	Homologada
50	235	Micheli Casia Piccinini	Homologada
51	530	Neide Wassmuth	Homologada
52	324	Paula Andressa Lopes Miri	Homologada
53	1103	Paula Ane Canssi	Homologada
54	111	Priscila Jaroskeski Giron	Homologada
55	807	Renata Lais Solivo	Homologada
56	839	Scárlet Rosa De Moura	Homologada
57	1056	Tiago Da Silva	Homologada
58	106	Valquiria Jung Rosa	Homologada
59	297	Vanessa Bruneto	Homologada
60	696	Viviane Rost	Homologada

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	108	Ademir Da Luz	Homologada
2	88	Angela Coletto	Homologada
3	204	Daiane Sehnem	Homologada
4	1012	Daniel Flach Vogt	Homologada
5	1169	Dilnei Airton Finger	Homologada
6	149	Maísa Isabela Pivatto	Homologada
7	816	Marciane Rosane Braun	Homologada
8	173	Marco Antonio Vieira	Homologada
9	745	Marisa Ludvig	Homologada
10	993	Matiéli Da Silva Borba	Homologada
11	634	Thaís Sehnem Wirth	Homologada
12	972	Valmir Klagenberg	Homologada

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	1133	Adelise Maria Feyh	Homologada
2	686	Cassiane Roth	Homologada
3	584	Claudia Dewes	Homologada
4	160	Daiane Lottermann Gouvea	Homologada
5	1098	Daniela Mallmann	Homologada

6	1123	Fernanda Volpato	Homologada
7	998	Gicelda Mendes	Homologada
8	544	Janaína Aparecida Kochhann Dos Santos	Homologada
9	650	Ketlin Lauer	Homologada
10	826	Marcia Petry	Homologada
11	362	Marilze Formagini	Homologada
12	1021	Neusa De Lourdes Wesoloski	Homologada
13	1144	Raquel Wawrzyniak Lucas	Homologada
14	1100	Rosenilda De Sousa	Homologada

TÉCNICO TRIBUTÁRIO

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	295	Adriana Cristina Pezzuol	Homologada
2	896	Adriani Orth	Homologada
3	820	Aline Schneider	Homologada
4	277	Anderson Basso	Homologada
5	750	Anderson Luis Aimi	Homologada
6	425	Anderson Rafael Webler	Homologada
7	275	Andreia Rohden	Homologada
8	754	Aneia Baumgarten Feldhaus	Homologada
9	1109	Ariane Naue Schneider	Homologada
10	1184	Beatriz Inê Wink	Homologada
11	1182	Beatriz Pradella	Homologada
12	723	Candida O Valcarenghi	Homologada
13	809	Carla Wolter Rauch	Homologada
14	886	Carlete Rempel	Homologada
15	398	Carlos Therence Fernandes Monteiro	Homologada
16	410	Catiane Tonsak	Homologada
17	325	Christian Eidt	Homologada
18	802	Cristiane Barbosa	Homologada
19	378	Daniel Lorenzetti	Homologada
20	254	Daniela Alves Righi	Homologada
21	910	Daniela Paula Foletto	Homologada
22	563	Deizy Haag Pedrassani	Homologada
23	123	Diego Rohr	Homologada
24	618	Djeyson Henrique Ertel	Homologada
25	1113	Djoni Emanuel Ludwig	Homologada
26	1152	Elizabete Sima	Homologada
27	736	Elizandra Bertuzzi	Homologada
28	1177	Emerson Andre Wolf	Homologada
29	182	Ezequiel Pedro Pacini	Homologada
30	934	Fabiane Rother Klein	Homologada
31	539	Fábio Maluche	Homologada
32	1078	Fernanda Jungbluth	Homologada
33	604	Fernanda Thomas	Homologada
34	593	Francine Ribeiro Borba	Homologada
35	334	Giana Dieiniffer Eschembach	Homologada
36	126	Graciela Konzen	Homologada

37	743	Iedo Adaltro Zortea	Homologada
38	1094	Ivan Carlos Rauch	Homologada
39	1159	Jair Alberti Meotti	Homologada
40	1014	Janisse Teresinha Wendling Mallmann	Homologada
41	57	Jones Schlickmann	Homologada
42	689	Joséli Teresinha Becker Hofmann	Homologada
43	176	Juliane Drebel	Homologada
44	360	Kalinka Suelyn Casanova	Homologada
45	1186	Karin Maria Lunardi Ribeiro	Homologada
46	454	Karine Epping	Homologada
47	1114	Kelly Hammes	Homologada
48	902	Leandro Mateus Fell	Homologada
49	668	Leiri Maico Rosalem	Homologada
50	194	Lilian Maria Ritter Eidt	Homologada
51	230	Lisandre Drebel	Homologada
52	249	Lucas Matheus Lanius	Homologada
53	815	Lucas Zembruzki	Homologada
54	318	Luciano Marx	Homologada
55	615	Maicon Roberto Mahl	Homologada
56	6	Marcelo Huning	Homologada
57	280	Marcieli Wendling	Homologada
58	1054	Marcilei Wagner	Homologada
59	715	Marcos Aurelio Machado	Homologada
60	242	Mariana Santos Da Silva	Homologada
61	949	Marianna Annoni	Homologada
62	887	Mauri Klein	Homologada
63	942	Michelle Kessler Kummer	Homologada
64	1085	Nadia Franciscon	Homologada
65	732	Naissa Carmine Schaurich	Homologada
66	100	Nayara Alves Mota	Homologada
67	971	Nelson Jair Martins	Homologada
68	1170	Paulinne Lenz Rohden	Homologada
69	221	Rafael Augusto Batistella	Homologada
70	980	Rafaela Matte	Homologada
71	574	Rejani Wagner	Homologada
72	573	Robson Haubricht	Homologada
73	2	Sabrina Soder Matte	Homologada
74	1020	Sibele Luize Hartmann	Homologada
75	1052	Simone Inês Hennicka Loeblein	Homologada
76	321	Sinara Bieger	Homologada
77	1028	Tatiane Fabiola Rosa	Homologada
78	677	Tatiane Locatelli	Homologada
79	1096	Thais Strieder	Homologada
80	1183	Thiago Ferreira Pontes	Homologada
81	196	Tiago Bracht Follmann	Homologada
82	941	Valdemir Piroca	Homologada
83	1140	Vinícius De Oliveira Andrade	Homologada
84	501	Volmir Zambiasi	Homologada

Art. 2º - Por este instrumento permanecem indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Concurso Público nº 001/2018, do Município de Tunápolis/SC, as seguintes inscrições:

AGENTE ADMINISTRATIVO			
Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	183	Andressa Mallmann	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	1002	Angélica Brancalione	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	127	Anna Theresa Dutra	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	463	Carlete Ripplinger	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	192	Cleide Maria Dietrich	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	167	Crislaine Martins Machado	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	368	Daiane Colella Meotti	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	1049	Egídio Carlos Pohlmann	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	541	Erico Jose Stein	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	248	Franciele Dopke	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	411	Isabel Cristina De Jesus Oliveira	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	161	Ivonei Michels	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	70	Janice Seibert	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	1118	Jaqueline Eidt	Cancelada pelo candidato
15	1120	Jaqueline Eidt	Cancelada pelo candidato
16	26	Jessica Chieli Dos Santos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	572	Jessica Fon	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
18	34	Letícia Palaver	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
19	881	Marceane Rohr	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
20	67	Márcia Machado	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
21	565	Márcia Maria Soares Da Silva	Cancelada pelo candidato
22	566	Márcia Maria Soares Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
23	874	Marcos Vinícius Dos Santos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
24	207	Mariele Zoz	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
25	355	Raquel Fatima Lemos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
26	393	Raquel Klein	Cancelada pelo candidato
27	476	Regiane Prasniski	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
28	158	Sabrina Amanda Tosin	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
29	74	Sandra Heinrichs	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
30	905	Sheila Knop Giordano	Cancelada pelo candidato
31	223	Thalia Gonçalves	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

32	1126	Tiare Lara Guth	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
AGENTE DA DEFESA CIVIL			
Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	493	Aelcio De Farias Soares	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	637	Ana Paula Bianchin	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	135	Daniel Rodrigo Wagner	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	461	Fabiano Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	110	Fabiano Werberich	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	298	Fabio Junior Coser	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	803	Fabricio Balzan	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	168	Felipe De Andrade Alves	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	344	Fernanda De Oliveira Candeia Vier	Cancelada pelo candidato
10	206	Greyci Both Corradi	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	490	Huana Cristina Staub	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	261	Juliana Tais Fon	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	817	Luiz Marcelo Ramalho	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	624	Maicon Jacoski	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	447	Maicon Klagenberg	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
16	40	Marcos Buzatta	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	529	Marlene Schoenberger Gava	Cancelada pelo candidato
18	532	Marlene Schoenberger Gava	Cancelada pelo candidato
19	369	Marliane Lurdes De Andrade Lugarezi	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
20	79	Michele Maiara De Lima Haack	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
21	768	Neiva Specht Jacoby	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
22	413	Robson Rodrigo Rodrigues Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
23	252	Rodolfo Dutra De Campos Mazutti	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
24	904	Vanderleia Lourdes Garbim	Cancelada pelo candidato
25	1038	Vanderson Paulo Garbim	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS			
Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	1181	Clacir Gomes	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	443	Gilmar Petzold	Cancelada pelo candidato
3	549	Kalynca Vaider	Cancelada pelo candidato
4	186	Keli Mocelin	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

5	927	Lís Andréia Mucha Mikulski	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	864	Luciane Schlickmann	Cancelada pelo candidato
7	342	Marciani Do Nascimento	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	819	Michele Schwertz	Cancelada pelo candidato
9	263	Sabrina Pollo	Cancelada pelo candidato
10	878	Simone Gawski	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	1108	Sirlei Zangalli	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	814	Vanessa Mueller	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	857	Wyllan Barp Barcellos Dos Santos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

AGENTE DE MANUTENÇÃO DE HIDRÁULICA

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	251	Bruno Lengert	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	1179	Edson Carlos Correa	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	869	Melania Rosin Parmeggiani	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

ATENDENTE DE FARMÁCIA

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	589	Laura Costa Curta	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	577	Patrícia Raquel Meotti	Cancelada pelo candidato

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE HIDRÁULICA

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	51	André Carlo Finger Toillier	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	1105	Douglas Fogaca	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	813	Leandro Welchen	Cancelada pelo candidato

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	502	Adriana Mônica Thomaz	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	1044	Adriani Teresinha Do Nascimento	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	328	Aline Baumann	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	89	Andreia Pazini	Cancelada pelo candidato
5	228	Cleiton Hanzen	Cancelada pelo candidato
6	1035	Cristiano Silveira	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	1032	Daiana De Azevedo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	865	Gabriele Santos Do Nascimento	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	481	Ivonei Alexandre Lazarotto	Cancelada pelo candidato
10	784	Jaqueline Maria Ruhoff	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

11	337	Leonice Luza	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	681	Lúcia Ortiz Meotti	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	908	Mayara Aline Stahler	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	226	Monalise Dos Santos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	257	Oscar Valter Schmidt	Cancelada pelo candidato
16	641	Paula Fernanda Lopes De Oliveira	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	746	Raquel Luíza Schoeninger Kunst	Cancelada pelo candidato
18	492	Silvia Nazare Romera Soares	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
19	303	Vanessa Henrich	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

ENFERMEIRA

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	966	Adriane Cristina Kottwitz	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	471	Adriane Girelli Berwanger	Cancelada pelo candidato
3	467	Adriano Pereira	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	414	Aline Masera De Souza	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	364	Andréia Luiza Finger	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	554	Bárbara Baroni Da Silva Rosso	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	540	Beatriz Campos Garcia	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	1092	Bruna Cristina Buffet	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	361	Bruna Pereira Dolberth Caramori	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	592	Bruna Theis	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	53	Carla Regina Basso	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	661	Carolyn Diehl Stuani	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	801	Cirlândia Raquel Da Cruz Dalbosco	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	28	Cirlene Schein	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	499	Claci Chiele Baptistella	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
16	682	Danielly Ferrari Dos Santos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	931	Dayane Battaglin Eidt	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
18	1088	Deisi Giovana Pasqualon	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
19	1099	Diana Fatima De Brazil	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
20	852	Eduarda Helena Steinhorst	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
21	150	Elisandra Balbinot	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
22	286	Elisangela Schmitt	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
23	822	Elizane Aparecida Dos Santos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

24	1048	Elizete Completo Bieniek	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
25	422	Franciele Strieder Rodrigues	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
26	239	Gabriela Hahn	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
27	594	Geisiane Mesquita De Matos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
28	405	Jane Maira Joris	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
29	222	Jennyfer Andreia Bruxel	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
30	107	Jessika Roberta Molinet	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
31	340	Juliane Freitag Beling	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
32	617	Jussara Fatima Rech	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
33	267	Karine Viccari	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
34	400	Karinny Paula Tramontina	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
35	32	Kemoli Spinello	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
36	948	Lediane Nicloti Ludwig	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
37	707	Leilane Pavan Weis	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
38	1115	Lucineide De Souza Xavier	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
39	387	Marzeli Pauletti	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
40	964	Mayara Regina Hann	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
41	35	Micheli Cristina Schmitt	Cancelada pelo candidato
42	36	Micheli Cristina Schmitt	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
43	31	Miriane Pereira Drews	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
44	374	Nelson Brandt	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
45	737	Pamela Karin Lazzaroto	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
46	97	Pâmela Vitória Frantz	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
47	1069	Saionara Aparecida De Campos Kreiner	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
48	375	Silvana Brandt	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
49	833	Simone Prunsel	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
50	243	Tais Carbonara	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
51	154	Vanessa Mairi Pandolfo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
52	82	Vanessa Nicodem	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
53	1060	Vanessa Schorr	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
54	72	Vanilla Eloa Franceschi	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

FISIOTERAPEUTA

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
----	-----------	-----------	--------------------

1	288	Daniele Santos Oliveira	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	699	Paloma Christine Dos Santos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	104	Rutiana S. Patias	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	329	Sinara Gabriel	Cancelada pelo candidato

MECÂNICO GERAL

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	128	Douglas Ezequiel Brol	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	52	Jayr Antonio Massoni Filho	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	58	Juliano Nei Turatti	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	606	Marcos Antonio Ribeiro	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

MÉDICO

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	695	Bernardo Augusto Alves Da Motta Meneses	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	455	Evelyn Arla Sobrinho Favalessa	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	982	Fabiana Yukiko Tsuchiya	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	726	Fernando Carpentieri Ferrarezi	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	220	Hugo Vladimir Noal Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	979	Ingrid Eidt	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	702	Izabela Prado Fernandes	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	952	Joao Luiz Salomao Da Cunha Peixoto	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	598	Lucas Dellazari	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	227	Sandra Cristina Haas	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	912	Saulo Camacho Rojas	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	30	Vitor Stolar	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

MESTRE EM EDIFICAÇÕES

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	470	Danilo Augusto Dos Santos Martinez Garcia	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

MOTORISTA DE VEÍCULO DE PASSAGEIRO (CNH CATEGORIA "D")

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	610	Alessandro Rohden	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	509	Davi Ciconi	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	312	Elionei Tiago Formagin	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	1040	Everton Luiz Grapski	Cancelada pelo candidato

5	653	Ivanor Guerra	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	14	Leomir Thums	Cancelada pelo candidato
7	338	Marcio Buzatta	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	171	Sirio Gabriel Welter Moesch	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO (CNH CATEGORIA "C")

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	56	Davi Ciconi	Cancelada pelo candidato
2	430	Gilvano Pazini	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	330	Ireno Sebastiao Dos Santos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	339	Juliomar Zarpelon	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	547	Leonir Rohling	Cancelada pelo candidato
6	302	Luciano Bourscheidt	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	495	Márcio Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	130	Marino Kessler	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	285	Odair José Pauli	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	379	Ricardo Buche	Cancelada pelo candidato

ODONTÓLOGO

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	838	Adriana Naue Stuelp	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	1121	Alessandra Aparecida Da Silva Schiavo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	385	Aline Cappoani	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	86	Ana Paula Rodrigues Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	1025	Andra Eduarda Sassett Donati	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	846	Angélica Munzlinger	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	155	Antonio Cesar Wille	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	1157	Ayumi Batista Kodama	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	134	Bianca Monique Royer	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	855	Bruna De Lima Rigo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	1174	Bruna Kamila Rottini	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	335	Brunah De Oliveira Buche	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	205	Camila Daga	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	513	Caroline Brancher	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	469	Catiéllys Níobe Mattiello	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
16	477	Cristiano Pessoa Borges	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

17	830	Fabio Rocha	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
18	712	Gabriel Fernandes	Cancelada pelo candidato
19	75	Glaziella Wisoski Dal Santo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
20	293	Ianca Melo De Oliveira	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
21	521	Igor Sandro Santos De Oliveira	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
22	409	Janicielli Prestes Da Silva Onuka	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
23	962	Laiane Carla Pawlak	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
24	483	Laura Kirsch	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
25	146	Letícia Canal	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
26	1162	Luan Carlos Henn	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
27	442	Luísa Lapenta Da Cunha	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
28	231	Mauricio Ranckel Junior	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
29	5	Natalia Bruna Zanellato	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
30	457	Pâmela Campagna	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
31	639	Paula Elandia Dos Santos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
32	401	Renata Hubner	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
33	343	Rodrigo Maia Rodrigues	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
34	741	Sabrina Fachin	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
35	848	Sabrina Helen Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
36	1185	Tarlei Renk	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
37	571	Waldir Gualberto De Brito	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

OPERADOR DE EQUIPAMENTO LEVE (CNH CATEGORIA "C")

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	623	Helio Bruno Wink	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	1110	John Lenon Steffen	Cancelada pelo candidato
3	473	Rafael Beckenkamp	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

OPERADOR DE EQUIPAMENTO PESADO (CNH CATEGORIA "C")

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	766	Ademir De Faveri	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	903	Nestor Rauber	Cancelada pelo candidato
3	54	Odair José Pauli	Cancelada pelo candidato
4	310	Tiago Rodrigues	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
----	-----------	-----------	--------------------

1	684	Barbara Vitoria Dos Santos Mello	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	1042	Carin Werhmann Watthier	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	269	Elaine Lucia Pereira Picollo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	929	Elizangela Melo Araujo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	711	Fabiane Carla Carboni	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	662	Fernando Diehl	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	253	Franciele Weizemann	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	232	Francieli Bottega Schneider	Cancelada pelo candidato
9	60	Geovana Cristina Schafer	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	738	Grazieli Loff Piola	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	71	Janete Cavalheiro	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	440	Jaqueline Meier	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	272	Katiana Camargo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	386	Liane Schwengber Körbes	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	284	Mônica Tais Korbes Schneider	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
16	797	Simone Maria Bracht	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	782	Sirleni Dill Bazzo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
18	933	Solange Pauli	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

PSICÓLOGO

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	276	Aline Da Silva	Cancelada pelo candidato
2	331	Bruna Luiza Dalpasquale	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	798	Caroline Gomes Petry	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	349	Claudineia Weber	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	78	Daiana Denize Nicloti	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	259	Dânela Carla Schmitz	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	783	Edilaine Bertuzzi Bonamigo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	77	Eduarda Caroline Cerioli	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	950	Eduardo Ramiro Born De Moraes	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	384	Gisele Aparecida Colussi	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	755	Greici Zanella	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	101	Iara Zimmermann	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	177	Jaqueline Lipreri	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

14	955	Jussara Consoladora Colle	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	660	Keli Cristina Barth	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
16	169	Lauren Mezzomo Alba	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	308	Leticia Lucia Morin Konzen	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
18	928	Lígia Macêdo Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
19	281	Lucieli Fatima Ramos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
20	1139	Maria Angelica Toledo Groth	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
21	42	Maria Aparecida Dávila	Cancelada pelo candidato
22	61	Maria Aparecida Dávila	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
23	769	Mariane Dallastra Godarth	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
24	591	Mauricio Afonso Dorneles Gonçalves	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
25	580	Pablo Francisco Nascimento Antunes	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
26	18	Pâmela Koch	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
27	159	Rivânia Cássia Campos Lima Ribeiro	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
28	524	Thaiana Narrira Bertencelo Broetto	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
29	534	Valéria Viera De Figueiredo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	758	Beatriz Inê Wink	Cancelada pelo candidato
2	452	Bianca Stein	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	659	Daniela Regina Jantsch	Cancelada pelo candidato
4	99	Deisy De Godoy	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	119	Diego Rohr	Cancelada pelo candidato
6	640	Gustavo Henrique Spaniol	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	460	Silvane Hauschild Loebens	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	1067	Aline Cristiane Müller Moresco	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	73	Arilson Diego Da Rocha	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	131	Carlise Wagner	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	139	Cheila Buche	Cancelada pelo candidato
5	143	Cheila Buche	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	786	Cleiton Jendryczkowski	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	519	Fabiana Klaus	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

8	124	Fabiane Somera	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	1151	Giseli Hertes	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	180	Ivani Teresinha Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	76	Jackson De Souza	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	968	Joice Celina Ferreira De Matos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	397	Lucia Gorete Hanauer	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	7	Maiara Turcato	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	480	Marina Luisa Tomazelli	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
16	1107	Marisa Paulata	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	1147	Marlene Carteri	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
18	818	Michele Schwertz	Cancelada pelo candidato
19	1171	Salete Brunetto Kosmann	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
20	636	Simone Hochscheidt Mallmann	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
21	376	Veridiane Paula Schneider	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

TÉCNICO TRIBUTÁRIO

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	900	Adilson Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	1122	Adriano Karal	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	184	Alan Henrique Signor	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	136	Annelise Bussolotto	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	274	Antonio Paulo S. Padilha	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	710	Camila Niederauer	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	692	Carla Roberta Carnette	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	38	Carmen Maria Fiorini Goulart	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	103	Cristiane Frey	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	646	Dayana Beatriz Pauli	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	546	Denise Angela Rigon	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	314	Denize Tareli	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	270	Edina Cristina Gasperin	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	603	Fernanda Fath	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	43	Fernanda Paula Costa	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
16	1086	Franciele Prado Pereira	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	189	Gabriela Dilkin	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

18	359	Giane Sundermann	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
19	884	Glauber Luiz De Souza	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
20	317	Greisieli Wagner Zappani	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
21	1143	Jandir Groth	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
22	1119	Jaqueline Eidt	Cancelada pelo candidato
23	535	Jean Alex Petry	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
24	112	Julia Gabriela Oestreich Maciel Garcia	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
25	698	Laila Da Silva Prado Motta Meneses	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
26	764	Marcia Wickert Colling	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
27	759	Marciana Miotto	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
28	268	Márcio Picollo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
29	556	Marco Antonio Garcia	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
30	250	Maria Eduarda Pedersetti Santin	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
31	478	Marina Luisa Tomazelli	Cancelada pelo candidato
32	245	Maristela Schein	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
33	427	Marizete Bonamigo	Cancelada pelo candidato
34	459	Neri Bogorni	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
35	1142	Patricia Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
36	951	Paulo Roberto Bourscheid	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
37	392	Raquel Klein	Cancelada pelo candidato
38	394	Raquel Klein	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
39	824	Scheila Schneiders Anschau	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
40	673	Sidmar Zanette	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
41	142	Tamara Silvestri	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
42	916	Thiago Terhorst Rauber	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
43	831	Vagner Padilha Silveira	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

Art. 3º - Foram homologadas todas as inscrições que atenderam as instruções contidas no Edital de Concurso Público nº 001/2018 da Prefeitura Municipal de Tunápolis – SC.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis – SC, 28 de junho de 2018.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

DECRETO Nº 1991/2018

Publicação Nº 1668567

DECRETO Nº 1991/2018, de 29 de Junho de 2018.

DISPÕE SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RENATO PAULATA, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e especialmente a Lei 1336/2017,

DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal determina a abertura de Créditos Adicionais Suplementares na Lei de Meios vigente, no valor de até R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), o qual será onerado à conta das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Órgão:	10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ.	10.302.0012.2.045	Manutenção do Bloco de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
3.3.90.00.00.00.00.1119	Aplicações Diretas – (81)	200.000,00

TOTAL R\$ 200.000,00

Art. 2º Servirá de recursos para o que trata o artigo anterior, o excesso de arrecadação, causado na fonte de recursos (1119), no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,

29 de junho de 2018.

RENATO PAULATA

PREFEITO MUNICIPAL

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff

Técnico de Controladoria Interna.

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 157/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 114/2018

Publicação Nº 1667091

Processo de Compra Nº.: 157/2018

Pregão Presencial nº: 114/2018

Registro de Preços

Data Emissão: 28/06/2018

Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por Item

01 – PREÂMBULO:

- O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por Item, para REGISTRO DE PREÇOS sob regime de entrega parcelada conforme dispõe o Decreto Municipal nº 1.247, de 28 de outubro de 2009, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 9h do dia 11 de julho de 2018 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

02 – DO OBJETO:

2.1 – Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando aquisição de Materiais de Construção, e demais materiais destinados a manutenção e conservação das Escolas e Secretaria Municipal da Educação e ampliação do depósito do lodo na ETA, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até as 9h do dia 11 de julho de 2018. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 158/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 115/2018 DATA EMISSÃO: 28/06/2018

Publicação Nº 1668563

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS
RUA JOÃO CASTILHO Nº 111
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras
Processo de Compra Nº.: 158/2018
Pregão Presencial nº: 115/2018
Data Emissão: 28/06/2018
Forma de Julgamento: Menor Preço POR ITEM

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 1.247, de 28 de outubro de 2009, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 9h30min do dia 12 de julho de 2018, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

O Objeto do presente pregão consiste na contratação DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR PALESTRAS PARA ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

2.2 O descritivo completo do objeto ora licitado encontra-se no Termo de Referência, identificado como anexo I, deste Edital.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até as 9h30min do dia 12 de julho de 2018.
Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

União do Oeste

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS N. 44/2018

Publicação Nº 1668017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2018

PROCESSO Nº 45/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2018

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2018, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de 2018 o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz n. 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Celso Matiello., no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 45/2018, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa SUPERMERCADO WILLIAN LTDA ME, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1 - A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE KIT CESTA BÁSICA, PARA ATENDIMENTO AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme item descrito no quadro abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	MARCA	Preço Unit.	Total
1	30	UNI	KIT CESTA BÁSICA, EMBALADO EM FARDO TRANSPARENTE E RESISTENTE. COMPOSTO POR: 01 PACOTE DE ARROZ BENEFICIADO, TIPO 1, EMBALAGEM DE 5KG; 01 PACOTE DE AÇUCAR CRISTAL, NÃO REFINADO, EMBALAGEM DE 5KG; 02 PACOTES DE FEIJÃO CARIOCA, TIPO 1, EMBALAGEM DE 1 KG; 02 UNIDADES DE ÓLEO DE SOJA, EMBALAGEM DE 900 ML; 01 PACOTE DE FARINHA DE TRIGO, EMBALAGEM DE 5KG; 01 PACOTE DE FARINHA DE MILHO, EMBALAGEM DE 5 KG, 02 PACOTES DE MACARRÃO DE SÊMOLA, PARAFUSO, EMBALAGEM DE 1 KG; 06 UNIDADES DE LEITE INTEGRAL, EMBALAGEM DE 1 LITRO; 01 PACOTE DE SAL REFINADO IODADO, EMBALAGEM DE 1 KG; 02 DUZIAS DE OVOS; 01 UNIDADE DE CAFÉ SOLUVEL, EMBALAGEM COM 200 GR; 01 PACOTE DE BISCOITO DOCE, EMBALAGEM DE 400 GR; 01 PACOTE DE BISCOITO ÀGUA E SAL, EMBALAGEM DE 400 GR.		130,92	3.927,60
			DESCRIÇÃO DA MARCA DOS ITENS ABAIXO RELACIONADOS QUE COMPOEM A CESTA ACIMA DESCRITA	MARCA		
		1	PACOTE DE ARROZ BENEFICIADO, TIPO 1, EMBALAGEM DE 5KG;	DALO		
		1	PACOTE DE AÇUCAR CRISTAL, NÃO REFINADO, EMBALAGEM DE 5KG;	DAJU		
		2	PACOTES DE FEIJÃO CARIOCA, TIPO 1, EMBALAGEM DE 1 KG;	TOZZO		
		2	UNIDADES DE ÓLEO DE SOJA, EMBALAGEM DE 900 ML	SOYA		
		1	PACOTE DE FARINHA DE TRIGO, EMBALAGEM DE 5KG	DAJU		
		1	PACOTE DE FARINHA DE MILHO, EMBALAGEM DE 5 KG,	DAJU		
		2	PACOTES DE MACARRÃO DE SÊMOLA, PARAFUSO, EMBALAGEM DE 1 KG;	SORELLE		
		6	LEITE INTEGRAL, EMBALAGEM DE 1 LITRO	REALTA		
		1	SAL REFINADO IODADO, EMBALAGEM DE 1 KG;	SOSAL		

		2	DUZIAS DE OVOS	TAINA		
		1	CAFÉ SOLUVEL, EMBALAGEM COM 200 GR	PELE		
		1	PACOTE DE BISCOITO DOCE, EMBALAGEM DE 400 GR	CASAREDO		
		1	PACOTE DE BISCOITO ÀGUA E SAL, EMBALAGEM DE 400 GR	CASAREDO		

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá a Sra. KACIANA FIORESE, Gestora de Assistência Social do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

2.2 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa SUPERMERCADO WILLIAN LTDA ME, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os materiais, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Após o recebimento da autorização de fornecimento a CONTRATADA deverá entregar os materiais em até 05 (cinco) dias.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado na tesouraria da Prefeitura Municipal ou através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos materiais e apresentação da nota fiscal devidamente recebida e aceita pelo órgão responsável da Prefeitura.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 06 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Projeto Atividade – 2.018 – MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL

Cód. Red. 152 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições

de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. entregar os materiais quando requeridos pela Administração Municipal;

7.2. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.3. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 45/2018.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 45/2018 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

8.2.1. Advertência;

8.2.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso na entrega dos bens ou atraso injustificado na execução do contrato, respeitados os prazos da cláusula 7.1., independentemente de notificação prévia.

8.2.3. Multa de 10% sobre o valor contratado;

8.2.4. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

8.2.5. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

8.2.6. Rescisão do instrumento contratual unilateralmente pela administração sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à licitante.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 45/2018 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

Celso Matiello
Prefeito Municipal

SUPERMERCADO WILLIAN LTDA ME
Elizandra Giovanoni Rigo
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____	02. _____
Daniela Paula Foletto	Giane Smaniotto
CPF 040.267.159-73	CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

AVISO DE LICITAÇÃO N. 50/2018

Publicação Nº 1667505

Estado de Santa Catarina
MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 50/2018
Edital: Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº.: 50/2018
Tipo: Menor Preço/Preço Global
Objeto: REGISTRO PREÇOS DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS.
Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 13 de julho de 2018.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 13 de julho de 2018.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, fone (049) 3348 1202 ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br
União do Oeste - SC, 28 de junho de 2018.
CELSO MATIELLO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.849, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1666902

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.849, de 28 de junho de 2018.

“CRIA O CONSELHO DE CONTRIBUINTES, CONFORME LC 89/2015, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CELSO MATIELLO Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a LC 89/2015 que determina que a segunda instância dos processos de execução de penalidade da vigilância sanitária é constituída pelo conselho de contribuintes.

CONSIDERANDO que a LC 89/2015 não dispõe especificamente sobre a criação e composição do conselho.

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação do conselho de contribuintes para seu efetivo funcionamento.

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Conselho de Contribuintes do Município de União do Oeste, para julgar em 2ª instância os processos administrativos de execução de penalidades impostas pela vigilância sanitária Municipal.

Art. 2º Compete ao Conselho processar e julgar os recursos interpostos contra imposições de penalidades realizadas pela vigilância sanitária municipal.

Art. 3º O conselho será composto de 07 (sete) membros, com mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução por igual período.

Art. 4º O conselho terá um presidente e um secretário, escolhidos por meio de votação entre os membros nomeados.

Art. 5º Ficam nomeados para integrar o conselho de contribuintes os seguintes membros:

- I. Vitório Gubert – gestor do Fundo Municipal da Saúde;
- II. Josei Éder Corbari – Técnico administrativo em saúde
- III. Ediane de Almeida – Técnica de enfermagem
- IV. Dalcione Fábio Luzi – Agente comunitário de saúde
- V. Igor Furraer – Engenheiro
- VI. Daniela Paula Foletto – Fiscal de Tributos
- VII. Valdecir Roque Filipini – Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

Art. 6º Os serviços prestados pelos membros do Conselho ora nomeados, serão considerados de caráter público relevante sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 7º As despesas decorrentes com a execução deste Decreto correrão por conta das Dotações Orçamentarias vigentes.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 28 de junho de 2018.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

Urubici

PREFEITURA

DECRETO Nº 2245/2018

Publicação Nº 1668376

DECRETO Nº 2245/2018

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 1977/2017, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0701 – Secretaria da Assistência Social

2019 – ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL MUNICIPIO

3390.00.00.00.00.00.0080– Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

0901 – Secretaria Indústria Comércio e Turismo

2049 – OPERACIONALIZAÇÃO MANUT. SECRETARIA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO

3390.00.00.00.00.00.0080– Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

2323 – Fundo Municipal de Transito

2054 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE TRANSITO

3390.00.00.00.00.00.0177– Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 30.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso dos Recursos 0080 e 0177, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0080 R\$ 20.000,00

TOTAL EXCESSO RECURSO 0177 R\$ 10.000,00

TOTALR\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 27 de Junho de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 042/2018

Publicação Nº 1668379

LEI COMPLEMENTAR Nº 042/2018

INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE URUBICI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR:

TÍTULO I

DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

CAPÍTULO I

DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Art. 1º. - Fica criado o Sistema Municipal de Ensino de Urubici, no Estado de Santa Catarina, observadas as disposições da legislação que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o disposto no artigo 107 da Lei Orgânica do Município.

Art. 2º. - O Sistema Municipal de Ensino de Urubici compreende ações político-administrativas, legislação de ensino, educandos, orientador educacional, supervisor escolar, administrador escolar, pedagogo, psicopedagogo, professores, coordenador de ensino, motorista, servente/merendeira, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de creche, auxiliar de transporte escolar, processos pedagógicos, proposta curricular municipal, órgãos normativo e executivo e unidades educacionais públicas e privadas.

Parágrafo único. Esta Lei disciplina a educação escolar que se desenvolve por meio do ensino, conforme estabeleceu o artigo 8º, da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em unidades educacionais próprias, vinculando-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Art. 3º. - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e a permanência nas unidades educacionais;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em unidades educacionais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, em Lei específica;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - respeito à diversidade étnico-racial;
- XII - valorização da história sociocultural do município.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Art. 4º. - Para a efetivação do direito do educando a uma educação com qualidade social, são objetivos do Sistema Municipal de Ensino de Urubici:

- I - assegurar uma educação de qualidade que desenvolva no educando os aspectos biopsicossociais, com vistas a instrumentalizá-lo para o efetivo exercício da cidadania e para um convívio social harmonioso;
- II - formar cidadãos críticos capazes de compreender a realidade social, conscientes de direitos e responsabilidades, por meio de práticas educativas;
- III - promover a educação ambiental, com a preocupação agrária e a preservação do meio ambiente;
- IV - oportunizar inovações no processo educativo escolar;
- V - valorização e promoção da vida;
- VI - incentivar a participação comunitária na gestão do Sistema Municipal de Ensino.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO DO SISTEMA

Art. 5º. - O Sistema Municipal de Ensino possui os seguintes órgãos e unidades educacionais:

- I - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto: formada pela Secretária de Educação, Equipe Técnica e Equipe Multidisciplinar;
- II - Conselho Municipal de Educação: órgão normativo, consultivo, propositivo e deliberativo;
- III - Unidades Educacionais de Educação Infantil e Ensino Fundamental, criadas e mantidas pelo Poder Público Municipal;
- IV - Unidades Educacionais de Educação Infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- V - Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE);
- VI - Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Parágrafo único. A Equipe Técnica da Secretaria de Educação será formada por profissionais que exercem o suporte técnico-pedagógico para o Sistema Municipal de Ensino. A Equipe Multidisciplinar será constituída por fonoaudiólogo, nutricionista, pedagogo, psicólogo e psicopedagogo na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Urubici.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Art. 6º. - O Sistema Municipal de Ensino, por intermédio dos órgãos executivo e normativo, incumbir-se-á de:

- I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e as unidades educacionais do Sistema Municipal de Ensino;
- II - buscar formas de colaboração no Governo Estadual para Ensino Fundamental e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, assegurando a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma das ofertas do Poder Público;
- III - elaborar e executar o Plano Municipal de Educação, em consonância com as diretrizes do Ministério da Educação (MEC), do Plano Estadual de Educação (PEE) e do Plano Nacional de Educação (PNE);
- IV - supervisionar e avaliar as unidades educacionais do próprio sistema de acordo com normatização específica do Conselho Municipal de Educação;
- V - oferecer gratuitamente Educação Infantil e Ensino Fundamental e as modalidades de Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos;
- VI - ampliar, progressivamente, o tempo de permanência do educando na unidade educacional, considerando as condições de infraestrutura e a disponibilidade de recursos financeiros para o transporte de pessoal e a contratação ou a ampliação da carga horária dos profissionais da educação;
- VII - aprovar e implementar a proposta curricular municipal, segundo as orientações do MEC e do Conselho Nacional da Educação;
- VIII - elaborar e aprovar o calendário escolar de acordo com a legislação vigente e as atividades necessárias para a consecução dos objetivos escolares;

IX - criar e ampliar gradativamente o Atendimento Educacional Especializado (AEE) gratuito em sala de recursos multifuncionais, com profissionais especializados, para os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino;

X - realizar, anualmente, levantamento da demanda por matrículas nas unidades educacionais do Sistema Municipal de Ensino;

XI - definir formas de atendimento ao educando com distorção idade/ano;

XII - monitorar e divulgar, bienalmente, os resultados dos indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), relativos às unidades educacionais, para a elaboração de novas estratégias que assegurem a melhoria da qualidade social do ensino público municipal;

XIII - assegurar a valorização dos profissionais da educação escolar básica, por meio de plano de carreira e programa de formação continuada específicos;

XIV - assumir o transporte escolar dos educandos da rede municipal.

§1º O município de Urubici poderá estabelecer convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina para a oferta de Educação de Jovens e Adultos e a realização de transporte escolar dos educandos da escola estadual;

§2º O Poder Público Municipal poderá estabelecer diferentes formas de colaboração com outros municípios da Serra Catarinense, por meio do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense (CISAMA), segundo as ações definidas em plano de trabalho aprovado pelo Prefeito Municipal;

§3º A comunidade escolar é constituída por educandos, pais ou responsáveis, profissionais da educação escolar básica, serventes/merendeiras, auxiliares de serviços gerais, auxiliares de creche e motoristas escolares.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

CAPÍTULO I

DA ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA

Art. 7º. - A administração geral do Sistema Municipal de Ensino de Urubici será exercida:

I - pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto: órgão executivo, com atribuições de planejamento, coordenação, execução, administração, supervisão, avaliação e as demais definidas nesta Lei;

II - pelo Conselho Municipal de Educação: órgão normativo, consultivo, propositivo e deliberativo, com atribuições previstas em Lei e no seu Regimento Interno.

§1º As unidades educacionais deverão seguir as determinações do Regimento Escolar Unificado Municipal;

§2º O Regimento Escolar Unificado Municipal será elaborado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com a participação de representantes das unidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental, e homologado pelo Prefeito Municipal.

Art. 8º. - Fica assegurada a gestão democrática do Sistema Municipal de Ensino de Urubici pela participação direta da comunidade escolar na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação, do projeto político-pedagógico, da conferência municipal de educação e dos conselhos escolares das unidades educacionais, segundo o disposto em Lei específica.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DAS UNIDADES EDUCACIONAIS

Art. 9º. - As unidades educacionais, respeitadas as normas deste Sistema, terão incumbência de:

I - participar da elaboração, da implementação, do monitoramento e da avaliação do Plano Municipal de Educação;

II - administrar pessoal, recursos materiais e financeiros, de acordo com as definições desta Lei e as orientações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas estabelecidas para a Educação Básica na forma da Lei;

IV - zelar pelo cumprimento do plano de ensino de cada docente e a execução do plano gestor dos diretores das unidades educacionais;

V - prover os meios para recuperação dos educandos com aproveitamento insuficiente;

VI - desenvolver conselho de classe participativo, envolvendo os professores e a Equipe da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, cabendo-lhes definir encaminhamentos e alternativas;

VII - elaborar coletivamente o projeto político-pedagógico da unidade educacional, segundo normatização da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

VIII - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a unidade educacional;

IX - informar os pais ou responsáveis legais sobre a frequência e rendimento dos educandos, bem como sobre a execução do projeto político-pedagógico da unidade educacional;

X - implementar o conselho escolar nas unidades educacionais;

XI - consolidar a atuação da Associação de Pais e Professores (APP), divulgando a aplicação e prestação de contas dos recursos e serviços dessa;

XII - disponibilizar informações e dados estatísticos atualizados sobre a unidade educacional à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e demais órgãos competentes.

§1 A criação de conselho escolar dependerá do número de educandos matriculados na unidade educacional, segundo regulamentação do Conselho Municipal de Educação;

§2 Para os casos de educandos que faltarem cinco dias consecutivos ou sete alternados durante o mês, o professor deverá comunicar o fato à direção das unidades educacionais, em documento específico e, após a verificação junto ao responsável legal, a direção da unidade escolar irá registrar no Sistema Apóia Online a ausência dele para as devidas providências pelo Conselho Tutelar de Urubici, caso o educando não retorne às unidades educacionais;

§3 O chefe do Poder Executivo autorizará, por meio de Decreto Municipal o funcionamento de unidades educacionais, bem como a paralisação por tempo determinado ou indeterminado, mediante parecer do Conselho Municipal de Educação de Urubici.

Art. 10. - A Educação Básica poderá organizar-se em anos, períodos semestrais, ciclos e alternância regular de períodos de estudos, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, dependendo da necessidade do processo de aprendizagem.

Art. 11. - As unidades educacionais do Sistema Municipal de Ensino deverão ser instaladas em prédios com a seguinte infraestrutura:

I - prédios e salas de aulas e demais ambientes adequados ao desenvolvimento do processo educativo;

II - móveis escolares adequados para educandos e professores;

III - ambientes próprios para a realização de práticas recreativas e de Educação Física;

IV - laboratórios e oficinas devidamente equipados;

V - bibliotecas adequadas às necessidades dos educandos e dos docentes.

TÍTULO III

DOS NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO

Art. 12. - O Sistema Municipal de Ensino de Urubici compreende os seguintes níveis/etapas e modalidades da Educação Básica:

I - Educação Infantil, até 5 (cinco) anos de idade;

II - Ensino Fundamental, de 6 (anos) até 14 (quatorze) anos;

III - Educação Especial, para os educandos com laudo médico que estejam matriculados em instituições administradas pelo Poder Público Municipal;

IV - Educação de Jovens e Adultos, para os educandos que devem cursar e concluir o Ensino Fundamental da Educação Básica.

Art. 13. - As unidades educacionais do Sistema Municipal de Ensino denominar-se-ão:

I - CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (Creche e Pré-Escola): unidades educacionais que atendem criança de 4 (quatro) meses até 5 (cinco) anos e onze meses de idade;

II - ESCOLA MUNICIPAL: unidades educacionais para educandos que tenham idade entre 6 (seis) a 14 (quatorze) anos;

III - ESCOLA MULTISSERIADA: unidades educacionais para educandos que tenham idade entre 6 (seis) a 14 (quatorze) anos.

Parágrafo único. Fica automaticamente ajustada, quanto à nomenclatura, a denominação das unidades educacionais existentes em data anterior à vigência da presente Lei.

Art. 14. - Para o caso de haver educando com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, mediante apresentação de Laudo Médico que recomende o acompanhamento permanente, será garantido um auxiliar de creche e professor auxiliar respectivamente.

§1 O professor auxiliar deverá frequentar curso de capacitação em Educação Especial a ser oferecido, indicado ou validado pela Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto de Urubici;

§2 O Poder Público Municipal organizará atividades de formação para todos os membros da comunidade escolar sobre temas e questões relacionados com a inclusão social.

CAPÍTULO I

DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 15. - A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica até 5 (cinco) anos de idade, será oferecida em unidades educacionais mantidas pelo Poder Público Municipal ou pela iniciativa privada, tendo os objetivos:

I - proporcionar condições para o pleno desenvolvimento da criança nos aspectos físico, psicológico, intelectual, social e afetivo, em complementação à ação da família;

II - promover a ampliação de suas experiências e conhecimentos, estimulando o seu interesse pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade;

III - desenvolver habilidades básicas para a continuidade dos estudos no Ensino Fundamental.

Art. 16. - A Educação Infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental;

II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

III - atendimento à criança de no mínimo 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Parágrafo único. No caso de crianças atendidas em jornada de tempo integral, tendo a necessidade comprovada de maior permanência na unidade educacional, poderá ser estendido por mais 3 (três) horas, de acordo com o Regimento Escolar Unificado de Urubici.

Art. 17. - A expedição de autorização e funcionamento das unidades de Educação Infantil privadas é de competência da Secretaria Municipal de Educação, após parecer favorável do Conselho Municipal de Educação de Urubici.

Parágrafo único. O registro e a autorização para o funcionamento de unidades educacionais privadas, vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino, poderá ser suspenso ou cassado pela autoridade competente, após comprovação de irregularidade, mediante processo administrativo, preservando-se os direitos dos educandos e a ampla defesa das unidades educacionais.

CAPÍTULO II

DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 18. - O Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, tem por objetivos específicos:

I - o domínio progressivo da leitura, da escrita e do cálculo, a partir do 1º ano do Ensino Fundamental, enquanto instrumentos para a compreensão e solução dos problemas humanos e o acesso sistemático ao conhecimento;

II - a compreensão das leis que regem a natureza e as relações sociais na sociedade contemporânea;

III - o desenvolvimento da capacidade de reflexão e criação, em busca de uma participação consciente e transformadora do meio físico, político e social.

Art. 19. - A matrícula no 1º ano do Ensino Fundamental deverá ser realizada para os educandos que completarem 6 (seis) anos até o dia 31 de março do ano letivo.

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Art. 20. - A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental na idade própria, cabendo ao Poder Público Municipal estimular o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares com outros sistemas de ensino.

Art. 21. - O Sistema Municipal de Ensino manterá cursos e exames supletivos, contemplando a Base Nacional Comum do Currículo, habilitando os educandos ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão no nível de conclusão do Ensino Fundamental, para os maiores de quatorze anos;

§2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames e avaliações contínuas e progressivas;

§3º No Ensino Fundamental (nivelamento e alfabetização), o número de educandos em sala de aula será de acordo com a demanda e o espaço físico da unidade educacional.

TÍTULO IV DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR BÁSICA

Art. 22. - Integram o magistério da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino, os profissionais que estão em efetivo exercício de docência e aqueles que exercem o apoio e o suporte pedagógico direto às unidades educacionais.

Art. 23. - Os profissionais da educação, docentes e especialistas em assuntos educacionais, incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração do projeto político-pedagógico da unidade educacional;

II - elaborar e cumprir o plano de ensino e o plano de trabalho pedagógico;

III - zelar pela aprendizagem dos educandos e pela qualidade do ensino;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os educandos de menor rendimento escolar;

V - cumprir os dias letivos e ministrar horas de efetivo trabalho escolar estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação das unidades educacionais com a família e comunidade em geral;

VII - submeter-se às avaliações periódicas de desempenho na forma da Lei do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.

Art. 24. - O Poder Público Municipal promoverá a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive, nos termos do plano de carreira do magistério público municipal:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga horária de trabalho, a ser cumprido na unidade escolar;

III - acesso ao aperfeiçoamento profissional continuado, previsto no calendário escolar;

IV - valorização decorrente da titulação e/ou cursos de aperfeiçoamento ou capacitação;

V - condições adequadas de trabalho;

VI - remuneração condigna e justa para o seu bom desempenho como educador;

VII - regime de trabalho de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) e 40 (quarenta) horas semanais.

TÍTULO V DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 25. - A educação pública será financiada com recursos provenientes das seguintes fontes:

I - receita decorrente de impostos próprios da União, do Estado e do Município,

II - receita decorrente de transferências constitucionais;

III - receita de programas e/ou convênios governamentais específicos;

IV - receita decorrente da contribuição social do salário-educação;

V - receita decorrente de incentivos fiscais;

VI - doações e legados;

VII - operações de crédito internas e externas;

VIII - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);

IX - demais receitas previstas em Lei.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26. - As unidades educacionais do Sistema Municipal de Ensino deverão elaborar e manter atualizado o seu projeto político-pedagógico com base nas definições do Plano Municipal de Educação, na Proposta Curricular e nas orientações da Secretaria Municipal de Educação,

Cultura e Desporto de Urubici.

Art. 27. - As unidades educacionais de Educação Especial de outras redes de ensino poderão receber apoio técnico e financeiro do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 28. - É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula de crianças que completem 4 (quatro) anos de idade até 31 (trinta e um) de março, nas unidades educacionais.

Parágrafo Único. Em caso de o pai ou responsável não efetuar a matrícula das crianças, o Conselho Tutelar deverá ser informado para as providências necessárias.

Art. 29. - As unidades educacionais, utilizando-se do seu quadro de pessoal qualificado e dos equipamentos disponíveis, mediante aprovação do Conselho Municipal de Educação, sem prejuízo do ensino regular, poderão oferecer cursos de extensão abertos à comunidade, oportunizando a ampliação e a atualização dos conhecimentos e a sua integração com a comunidade extraescolar.

Art. 30. - Cabe à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto após consulta ao Conselho Municipal de Educação de Urubici, fixar os critérios de aproveitamento de estudos realizados em regimes diversos e a equivalência e a revalidação dos estudos realizados em unidades educacionais estrangeiras.

Art. 31. - O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das unidades educacionais de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

I - nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o Ensino Religioso será ministrado pelos professores regentes;

II - os professores serão orientados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e o conteúdo definido de acordo com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Urubici.

Art. 32. - O ensino de Arte e Educação Física são componentes curriculares obrigatórios e serão ministrados em todos os níveis da Educação Básica por profissionais com formação específica em curso de graduação de licenciatura plena.

Parágrafo Único. Para o caso das escolas multisseriadas, os professores de turma poderão ministrar aulas de Arte e Educação Física.

Art. 33. - A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e o Conselho Municipal de Educação deverão participar da elaboração do Plano Plurianual, das leis de diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias anuais, cabendo-lhes definir a destinação dos recursos vinculados e outros que forem reservados para a manutenção e desenvolvimento do ensino público municipal.

Art. 34. - O Regimento Escolar Unificado do Sistema Municipal de Ensino deverá ser elaborado em um prazo máximo de seis meses a contar da data da publicação desta Lei.

Art. 35. - A formação dos docentes para atuar na Educação Básica se fará em nível superior, em cursos de licenciatura plena, sendo admitido, em caráter temporário, professores com a formação em nível médio, para suprir necessidades emergenciais de contratação e atuar na Educação Infantil e nos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental, segundo o disposto na Lei do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Urubici.

Art. 36. - A Secretaria Municipal de Educação deverá desenvolver programas permanentes sobre obesidade infantil, sexualidade, alimentação saudável, violência na escola e saúde bucal, em parcerias com instituições públicas e privadas e as secretarias de saúde e de assistência social de Urubici.

Art. 37. - O estágio curricular de estudantes de cursos de formação de professores e a realização de pesquisas acadêmicas em unidades educacionais deverão ser regulamentados pelo Conselho Municipal de Educação, segundo os objetivos escolares de cada unidade educacional.

Art. 38. - O número máximo de educandos por professor em efetivo exercício, nas unidades educacionais, será de:

I - 20 (vinte) crianças para o Berçário, a partir de 4 meses até 1 ano e onze meses de idade;

II - 25 (vinte e cinco) crianças para o Maternal, de 2 a 3 anos e onze meses de idade;

III - 25 (vinte e cinco) crianças para o Pré I, de 4 anos a 4 anos e onze meses de idade;

IV - 25 (vinte e cinco) crianças para o Pré II, de 5 anos a 5 anos e onze meses de idade;

V - 25 (vinte e cinco) crianças no 1º ano do Ensino Fundamental;

VI - 30 (trinta) crianças do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

§1º Para as turmas de Berçário e Maternal haverá o Auxiliar de Creche;

§2º Em caso de exceder o número máximo de educandos em turma das unidades educacionais, caberá à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto avaliar a necessidade de desdobramento de turma;

§3º No caso de o espaço físico da sala de aula não ser suficiente para comportar adequadamente os educandos, poderá ser feito o desdobramento de turmas, segundo orientações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 39. - A falta de material ou de uniforme escolar, quando este for exigido, não constituirá impedimento para que o educando possa participar das atividades escolares nas unidades educacionais públicas do município.

Art. 40. - Os procedimentos e a forma de classificação, reclassificação e registro da avaliação de desempenho do educando das unidades educacionais mantidas pelo Poder Público Municipal serão disciplinados no Regimento Escolar Unificado de Urubici.

Art. 41. - As questões suscitadas na transição entre o regime anterior e o que institui nesta Lei serão analisadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e pelo Conselho Municipal de Educação de Urubici.

Art. 42. - Fica o Poder Executivo autorizado a editar normas à execução desta Lei.

Art. 43. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei Complementar Municipal nº. 3 de 27 de dezembro de 2011, Lei Complementar Municipal nº. 33 de 25 de abril de 2017 e as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Urubici, 27 de Junho de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Urubici, 27 de junho de 2018

Urupema

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 02/2018

Publicação N° 1667278

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 02/2018

EVANDRO FRIGO PEREIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE URUPEMA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO as ISENÇÕES DA TAXA DE INSCRIÇÃO DEFERIDAS E INDEFERIDAS do Edital de Processo seletivo 02/2018, conforme segue:

ISENÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS

DOADOR DE SANGUE/MEDULA

ADVOGADO

Inscrição	Candidato	Situação
000041	DOUGLAS FONTANA SIRTOLI	DEFERIDO(A)
000051	ERNANI GROSSKLAGS	DEFERIDO(A)
000005	UESLEI JOSÉ MACHADO	DEFERIDO(A)

SERVIÇOS GERAIS - GARI

Inscrição	Candidato	Situação
000024	POLIANA MENDES DOS SANTOS	INDEFERIDO(A)

Prefeitura Municipal de URUPEMA, 28 de junho de 2018.

EVANDRO FRIGO PEREIRA

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 33/2018 - PMU

Publicação N° 1667546

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPEMA/

SETOR DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N° 33/2018

A Prefeitura Municipal de Urupema, SC, torna público para conhecimento de quem interessar que fará realizar no dia 11/07/2018, às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal, à Av.: Manoel Pereira de Medeiros, 155, pregão presencial pelo Menor Preço por Lote, objetivando o registro de preços para o fornecimento parcelado de pedra brita, pedrisco, pó de brita e lascão, destinados exclusivamente à manutenção de estradas e obras à serem realizadas no Município de Urupema - SC, em conformidade com as especificações prescritas no anexo I, que passa a fazer parte integrante deste edital. Cópia do Edital e/ou maiores informações no endereço acima citado ou pelo fone (49) 3236-3014 ou kekopc@gmail.com, das 08h00min as 12h00min e 13h30min as 17h30min ou pelo site <http://urupema.sc.gov.br/>

Urupema, 29 de Junho de 2018.

EVANDRO FRIGO PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Urussanga

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N° 02/34/2017

Publicação N° 1667302

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO: 02/34/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 79/2016

DATA DE ASSINATURA: 28/06/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ/CPF: 00.456.865/0001-67

OBJETO: LOCAÇÃO DE SISTEMAS PARA GESTÃO PÚBLICA, REFERENTE A SISTEMAS DA EDUCAÇÃO.

VALOR GLOBAL DO ADT: R\$ 8.475,00

EXTRATO DE CONTRATO N° 02/64/2018

Publicação N° 1668270

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO: 02/64/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 01/2018

DATA DE ASSINATURA: 28/06/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

CONTRATADO: TRANSPORTE E BORRACHARIA ALEXSANDRO E ELISANDRO LTDA ME

CNPJ/CPF: 08.177.797/0001-13

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAINTERMUNICIPAL DE ESTUDANTES

VALOR GLOBAL DO ADT: R\$ 7.996,80 (ACRÉSCIMO DE 28KM NO ITEM 01)

RELAÇÃO PROFISSIONAIS PARA SORTEIO E COMPOSIÇÃO SUBCOMISSÃO TÉCNICA PL 53 2018 PMU TP 06 2018

Publicação N° 1668093

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA - Comissão Permanente de Licitação

PL 53 2018 PMU TP 06 2017

Objeto: contratação de serviços de agência de publicidade para divulgação de atos institucionais.

Relação de profissionais para sorteio a fim de composição da subcomissão técnica, de acordo com o exigido na Lei Federal nº 12.232/2010.

- 1) Bibiana Pignatel Baesso/ CPF: 057.860.929-09
- 2) Jéssica Pereira / CPF: 047.041.959-88
- 3) Camila Duminelli Marini/CPF: 062.556.969-52
- 4) Bruna Borges Santos / CPF: 077.935.999/26
- 5) José Adílio da Silveira / CPF: 572.749.249-15
- 6) Marciano Garcia Bortolin / CPF: 037.558.979-11
- 7) Willians Silva Rocha / CPF: 006.530.429-22
- 8) Alexandra Ariati Piatí / CPF: 068.270.339-70
- 9) Graziela Pacheco Gislon / CPF: 048.372.509-98

Data do sorteio: 13/07/2018, às 09h40 na sala de licitações desta Prefeitura, sito a Praça da Bandeira, 12, Centro.

Outras informações na Prefeitura Municipal no horário das 08h às 11h30 e das 13h às 17h ou através do e-mail urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br.

Luis Gustavo Cancellier. 29/06/2018

Vargeão

PREFEITURA

EDITAL DE LEILÃO Nº 02/2018

Publicação Nº 1668428

EDITAL DE LEILÃO Nº 02/2018

MUNICÍPIO DE VARGEÃO, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO, que no dia 27 de Julho de 2018, a Comissão Permanente de Licitações de Bens e Avaliações da Prefeitura Municipal, estará realizando LEILÃO para alienação de bens inservíveis do Município de Vargeão SC, de forma ONLINE e Presencial. Mais informações serão prestadas pela Secretaria Geral da Administração da Prefeitura Municipal de Vargeão, localizada no Paço Municipal, sita na Rua 7 de setembro, nº 477, Centro, na cidade de Vargeão, SC, ou pelo fone (49)3434-0148. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão, no link <http://e-gov.betha.com.br/transparencia/> Vargeão, SC, 28 de Junho 2018. VOLMIR FELIPE Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 180/2018 E 181/2018

Publicação Nº 1668430

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: SIDENIR WAESS - ME

OBJETO: Aquisição parcelada de óleo diesel S10.

VALOR: R\$ 426.400,00 (quatrocentos e vinte seis mil e quatrocentos reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 43/2018, Processo Licitatório 50/2018 e Contrato nº 180/2018. Vargeão, SC, 28 de Junho de 2018.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: AUTO POSTO VARGEÃO LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de Gasolina Comum.

VALOR: R\$ 129.000,00 (Cento e vinte nove mil reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 43/2018, Processo Licitatório 50/2018 e Contrato nº 181/2018. Vargeão, SC, 28 de Junho de 2018.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

TERMO DE ADESÃO 2018 - PROGRAMA FEDERAL DE FORTALECIMENTO DAS OUVIDORIAS

Publicação Nº 1667956

Programa Federal de Fortalecimento das Ouvidorias

Termo de Adesão – Municípios

O ente parceiro, Prefeitura de Vargeão SC, inscrito no CNPJ nº 83.009.928/0001-64, localizado na Rua 7 de setembro, 477, no município de Vargeão SC, representado por Volmir Felipe, Prefeito, portador do CPF nº 550.948.139-00, Carteira de Identidade nº 1.510.038 (SSP-SC), resolve aderir ao Programa Federal de Fortalecimento das Ouvidorias, coordenado e implementado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), por meio do presente Termo, sujeitando-se às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Nos termos do Programa Federal de Fortalecimento das Ouvidorias, instituído pela Portaria CGU nº 50.253, de 15 de dezembro de 2015.

I – Incumbe ao ente parceiro em conjunto com a CGU:

- cumprir os objetivos do Programa, com zelo, tempestividade e boa qualidade dos resultados apresentados, com a observância dos demais princípios da Administração Pública, buscando alcançar eficiência e êxito em suas atividades;
- elaborar indicadores e, quando possível, divulgar os resultados dos estudos realizados sobre o Programa;
- adotar as ações necessárias para a realização dos seminários, cursos e treinamentos;
- realizar as ações necessárias à promoção de atividades de formação para as ouvidorias.

II – Incumbe ao ente parceiro:

- a) Prestar informações à Ouvidoria-Geral da União a respeito dos seus dirigentes, ouvidores e outros agentes públicos responsáveis pelas atividades de ouvidoria no ente, bem como atualizar tais informações, quando necessário;
- b) promover ampla divulgação do e-Ouv nas suas dependências e ambientes virtuais, dando conhecimento aos cidadãos a respeito dos procedimentos para registro de manifestações;
- c) integrar, quando necessário, o Sistema e-Ouv aos softwares que utiliza;
- d) zelar pelo uso adequado do Sistema e-Ouv, comprometendo-se a utilizar os dados que lhe forem disponibilizados somente nas atividades que, em virtude de lei, lhe compete exercer;
- e) não vender, ceder ou transferir, a qualquer título, o direito de uso do código-fonte do Sistema e-Ouv e seus conexos;
- f) apurar o fato, no caso de uso indevido do Sistema e-Ouv, com vistas a eventual responsabilização administrativa e criminal;
- g) reportar à CGU eventuais falhas identificadas no Sistema e-Ouv;
- h) incluir, obrigatoriamente, a logomarca da CGU e a expressão "desenvolvido pela Controladoria-Geral da União-CGU" em qualquer ação promocional relacionada ao Sistema e-Ouv; e
- i) adotar as ações necessárias para a realização dos seminários, cursos e treinamentos para uso do Sistema e-Ouv.

Subcláusula Primeira – O ente parceiro fica autorizado a promover as modificações, totais ou parciais, que julgar necessárias no Sistema e-Ouv, visando sua melhoria e desenvolvimento de novas funcionalidades, cabendo-lhe disponibilizá-las à CGU e ficando assegurada à CGU a propriedade do sistema cedido e das alterações implementadas.

Subcláusula Segunda – Independentemente da efetivação ou não, pela CGU, do registro do Sistema e-Ouv perante os órgãos competentes, o ente parceiro compromete-se a não registrar a solução e a não buscar qualquer forma equivalente de proteção ou apropriação com o fim de permitir a transferência da solução a terceiros.

Subcláusula Terceira – O ente parceiro se compromete a não ceder, locar ou comercializar, no todo ou em parte, a qualquer título, o sistema que ora lhe é cedido, inclusive versão que tenha sido modificada.

Subcláusula Quarta – O ente parceiro se responsabiliza pela correta utilização e guarda de dados, de informações e do código-fonte recebido em decorrência deste Termo de Adesão.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA INEXISTÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESPECÍFICA

O presente Termo de Adesão, celebrado a título gratuito, não acarretará a transferência ou a disponibilização de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por qualquer dos partícipes nas atividades inerentes ao presente Termo de Adesão não sofrerão alterações na sua vinculação funcional com as instituições de origem, às quais cabe responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária decorrentes.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Este Termo de Adesão terá prazo de vigência indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO

O disposto neste Termo de Adesão poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, de comum acordo entre os partícipes, mediante Termo Aditivo devidamente justificado.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE ADESÃO

O presente Termo de Adesão poderá ser denunciado a qualquer tempo, sem ônus para os partícipes, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou, de imediato, na hipótese de descumprimento de qualquer das suas cláusulas e resilição por mútuo acordo ou pela superveniência de norma legal ou administrativa que o torne inexecutável.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O ente parceiro providenciará a publicação integral ou resumida deste Termo de Adesão e seus termos aditivos, se houver, no Diário Oficial ou outro instrumento legítimo de publicação, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Justiça Federal do Distrito Federal para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente Termo de Adesão.

Vargeão, 28 de junho de 2018.

Volmir Felipe
Prefeito

Vargem

PREFEITURA

DECRETO N º 907/2018

Publicação Nº 1668406

DECRETO MUNICIPAL Nº 907/2018, DE 28 DE JUNHO DE 2018
Abre Crédito Adicional Suplementar.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo na Lei Municipal nº 779/2017...

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto: 1.015 – Aquisição de Veículos, Equipos e Mat. Permanente - Saúde

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.01.0038.8 R\$ 2.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0038.8 – PAB Fixo, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64.

Art 2nd. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 28 de junho de 2018.

Milena Andersen Lopes Becher,

Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra

Danielly Cavalli,

Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Videira

PREFEITURA

ATA 250/2018- CMAS

Publicação Nº 1667300

ATA 250/2018-CMAS – Aos quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às 13h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS com a seguinte pauta: 1. Parecer nº 001/2018-CPNR; 2. Ofício nº 322/2018; 3. Assuntos gerais. Registre-se a presença da Coordenadora do CIEE de Videira Jaqueline Brocardo. Instalado o quórum, a Presidente do CMAS, Jussara Zambom iniciou a reunião e cumprimentou todos os presentes. Em sequência, a Presidente apresentou o Parecer nº 001/2018 da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação, acerca da avaliação anual de inscrição das Entidades Não Governamentais de Assistência Social, o qual foi aprovado em unanimidade pela plenária. Em sequência, a Coordenadora do CIEE de Videira Jaqueline Brocardo informou sobre a dificuldade dos adolescentes atendidos pela Rede Socioassistencial em ser inseridos no mercado de trabalho, devido que as empresas estabelecem os critérios para a contratação. Dessa forma, foi sugerido que os encaminhamentos da Rede Socioassistencial ao CIEE sejam realizados através de ofício padronizado com os dados de identificação dos adolescentes. Após, a Presidente informou que na última reunião ficou definido para o Conselho solicitar parecer jurídico à Procuradoria do município acerca do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Sendo assim, apresentou o ofício nº 322/2018 da Procuradoria Jurídica da Prefeitura, o qual opina pela possibilidade de implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) mediante assinatura do termo de cooperação com a COPAVIDI para o repasse dos donativos às entidades indicadas pelo Conselho, bem como o controle social exercido pelo Conselho Municipal de Assistência Social através de um comitê fiscalizador. Neste tocante, os Conselheiros deliberaram para solicitar à COPAVIDI a apresentação do projeto constando o cronograma, relação de alimentos, quantidade e transporte e o Conselho realizará o levantamento das entidades interessadas e ainda, oficial ao chefe do Poder Executivo Municipal a sugestão para a criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como a celebração da parceria com a COPAVIDI, nos termos do parecer jurídico n. 097/2018 e ofício n. 022/2018 do CMAS. No tocante aos assuntos gerais, a Presidente explanou sobre o fórum próprio de eleição de Entidades Não Governamentais, usuários e trabalhadores do SUAS, o qual será realizado na data de 04/07/2018 no Centro de Eventos Vitória (CEVI), cuja programação será definida pela comissão e posteriormente repassada aos Conselheiros. Reiterou-se que a próxima reunião ordinária do CMAS está designada para a data de 12/07/2018. Encerradas as discussões, às 15h10min, nada mais havendo a tratar, a Presidente do CMAS agradeceu a presença de todos. Eu, Jussara Zambom, _____ Presidente do CMAS, após a leitura e a aprovação da redação, assim como os demais presentes em lista própria, assino esta Ata.

ATA 251/2018- CMAS

Publicação Nº 1667303

ATA 251/2018-CMAS – Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às 08h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se extraordinariamente os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS com a seguinte pauta: 1. Avaliação das Entidades Associação Sorria Criança (ASCRI) e Rede Videirense de Combate ao Câncer (RVCC); 2. Organização da Audiência Pública e Fórum de Eleição de Entidades e Usuários do SUAS; 3. Assuntos gerais. Registra-se a presença da Diretora do Departamento de Ação Social Rosemari Pinto da Silva Neto. Instalado o quórum, a Presidente do CMAS Jussara Zambom iniciou a reunião e cumprimentou todos os presentes. Em sequência, a Presidente explanou que conforme aprovado o Parecer nº 001/2018 da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação, acerca da avaliação anual de inscrição das Entidades Não Governamentais de Assistência Social, o qual solicita à Associação Sorria Criança (ASCRI) e Rede Videirense de Combate ao Câncer (RVCC) no prazo de 10 (dez) dias a readequação de seus projetos. Dessa forma, foram apresentados os projetos das referidas entidades e, após análise, a inscrição do projeto das duas entidades supracitadas foram aprovadas. Após, a Presidente apresentou o edital da Audiência Pública e do fórum próprio de eleição de Entidades Não Governamentais e usuários do SUAS, o qual será realizado na data de 04/07/2018 das 13h00 às 17h00 no Centro de Eventos Vitória (CEVI). Em sequência, foram definidas a escala de trabalho, ficando estabelecido para as Conselheiras Maria Campos Maccari, Franciele Souza, Tereza Kerber Martins a responsabilidade pela recepção, e os Conselheiros Estiver Domer da Silva e Juliana Rostirola a organização das perguntas em relação as entidades. E ainda, houve a definição da formação da mesa da honra. Quanto à organização do fórum de eleição, ficou estabelecida para as Conselheiras Marizete De Bortoli Zinni e Cristyane Fiorelli Mendes a organização do grupo de usuários do SUAS e para a Conselheira Caroline Rocha de Paula a organização das entidades. Ao final, a Conselheira Caroline Rocha de Paula informou que ocorrerá fórum próprio de eleição dos Trabalhadores do SUAS na mesma data e local no período matutino. Reiterou-se que a próxima reunião ordinária do CMAS está designada para a data de 12/07/2018. Encerradas as discussões, às 09h10min, nada mais havendo a tratar, a Presidente do CMAS agradeceu a presença de todos. Eu, Jussara Zambom, _____ Presidente do CMAS, após a leitura e a aprovação da redação, assim como os demais presentes em lista própria, assino esta Ata.

ATA 275/2018- CMDCA

Publicação Nº 1667305

ATA 275/2018-CMDCA – Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às 08h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se ordinariamente os Conselheiros, conforme a lista de presença, com a seguinte pauta: 1. Resultado da eleição do Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares Suplentes - Edital CMDCA Nº 001/2018; 2. Liberação de ponto eletrônico Conselheiros Tutelares; 3. Reunião da Comissão Organizadora da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; 4. Ofícios recebidos; 4.1 Ofício nº 0381/2018/01PJ/VID; 4.2 Ofício da Secretaria Municipal de Saúde; 4.3 Ofício nº 23/2018; 5. Assuntos gerais. Registra-se a presença do Conselheiro Tutelar Luiz Carlos Spanholi

e da Assistente Social do CIEE de Videira Ana Rita Vargas. Iniciou-se a abertura da reunião, a Presidente do Conselho informou que foi realizada a eleição para o Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares Suplentes do município de Videira na data de 10/06/2018 no Centro de Eventos Vitória (CEVI), a qual ocorreu dentro da normalidade e obteve a seguinte classificação: 1º Lourdes Aparecida Surdi Bocca - 229 votos; 2º João Paulo Borsatti Moreira dos Santos - 199 votos; 3º Inês Maria De Bortoli - 159 votos; 4º Samara de Freitas - 151 votos; 5º Andréa Corrêa Melo - 142 votos; 6º Franciane Zager - 141 votos; 7º Mariana Bonaldo Feyh - 91 votos; 8º Camila Drager Fossati - 67 votos; 9º Rosilene Aparecida Ribeiro - 64 votos. Após, a Presidente explanou sobre a necessidade de realizar a capacitação aos candidatos eleitos com a participação de representante da Secretaria Municipal de Educação, Saúde, Departamento de Ação Social e Conselho Tutelar. Sugerido pelo Conselheiro Renato Cesa, para que seja abordado o Estatuto da Criança e do Adolescente. Estabelecido para a Presidente do Conselho definir a data com os candidatos para ser realizada no período vespertino e noturno. Em sequência, a Presidente explanou que o Poder Executivo irá instalar ponto eletrônico nos setores da Prefeitura e, ficando a cargo da decisão ao CMDCA sobre a possibilidade de instalação no Conselho Tutelar. Dessa forma, o Conselho deliberou pela instalação de ponto eletrônico no Conselho Tutelar, ficando estabelecido para a servidora Vivian Briniak Moreira repassar esclarecimentos aos Conselheiros Tutelares sobre o funcionamento acerca do plantão/sobreaviso e compensação. Após, a Presidente informou que a reunião da Comissão Organizadora da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada ao término desta reunião. Dando continuidade, quanto aos ofícios recebidos, foram apresentados os seguintes: 1) Ofício nº 0381/2018/01PJ/VID, o qual informa o arquivamento do Inquérito Civil n. 06.2018.00000124-7 de Conselheiro Tutelar; 2) Ofício da Secretaria Municipal de Saúde, a qual dispõe de informação acerca do planejamento familiar do município. Diante da informação, o Conselho deliberou por convidar a Coordenadora de Atenção Básica na próxima reunião do Conselho para maiores esclarecimentos. Em sequência, os Conselheiros definiram a data de 03/07/2018 às 08h30min para a realização de reunião com o Prefeito e demais Secretários e Diretores Municipais para esclarecimentos acerca do CMDCA. 3) Ofício nº 120/2018/CT, o qual informa os registros pendentes no sistema SIPIA referente a 01/01/2011 à 31/12/2015 onde constavam 2.079 fatos registrados e destes foram encerrados 1.708 e ainda faltam 371 fatos, sendo dados relativos até o mês de maio/2018; 4) Ofício nº 121/2018/CT, o qual informa a escala de plantão/sobreaviso dos Conselheiros Tutelares no mês de junho/2018; 5) Ofício nº 23/2018 do Departamento de Ação Social, o qual solicita ao Conselho a indicação de um Conselheiro para compor a Comissão de Elaboração do Projeto de Lei para implantação do serviço de Família Acolhedora, o qual foi deliberado para o Conselheiro Rodolfo Pires Filho compor esta comissão; 6) Ofício n. 077/2018 da Secretaria Municipal de Educação, o qual informa sobre a central de vagas dos CEMEIS do município. Neste tocante, o Conselheiro Tutelar Luiz Carlos Spanholi informou que a Secretaria Municipal de Educação repassou a informação por meio de ofício ao Conselho Tutelar no início deste ano que não havia fila de espera em vaga para CEMEIS para crianças a partir de 04 anos de idade. Dessa forma, o Conselho deliberou por oficiar a Secretaria Municipal de Educação com cópia ao Ministério Público para as devidas providências diante da violação de direito. Sugerido para o Conselho realizar uma ação de conscientização com as famílias que possuem crianças em CEMEIS. Reiterou-se a data de 10/07/2018 para a realização da próxima reunião. Encerradas as discussões, às 09h40min, nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente do CMDCA agradeceu a presença de todos. Esta Ata foi lida e aprovada nesta data. Eu, Viviane de Fátima e Silva Spörr _____, Presidente do CMDCA, após a leitura e a aprovação da redação, assino esta Ata.

DECRETO 15.277/18

Publicação Nº 1667011

DECRETO Nº 15.277/18, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Revoga o Decreto nº 15.227/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar o Decreto nº 15.227/18, que nomeia, FERNANDA SCHULTZ PRONHOW, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Almoxarifado, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 25 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO 15.278/18

Publicação Nº 1667010

DECRETO Nº 15.278/18, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, FERNANDA SCHULTZ PRONHOW, para exercer o cargo comissionado de Assessor Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 25 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO 15.279/18

Publicação Nº 1667006

DECRETO Nº 15.279/18, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Declara a vacância de cargo que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, bem como, no art. 100, VI da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de Pintor Letrista, em virtude do falecimento de seu titular JOACIR RODRIGUES, ocorrido em 19 de junho de 2018, conforme Certidão de Óbito registrada no Cartório de Registro Civil, sob a matrícula nº 107946 01 55 2018 4 00022 006 0007750 98.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 19 de junho de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO 15.280/18

Publicação Nº 1667032

DECRETO Nº 15.280/18, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.518/17 de 13 de dezembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 99.996,89 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e seis reais e oitenta e nove centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

17 – Fundação Municipal de Esportes - FMEV		
01 – Fundação Municipal de Esportes		
2.070 – Gestão da FMEV		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.006511.000000 Aplicações Diretas	99.996,89	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	99.996,89	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação proveniente de convênio firmado com o Estado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO 15.281/18

Publicação Nº 1667000

DECRETO Nº 15.281/18, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Exonera, a pedido, Secretário Municipal de Gestão Pública

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 30 de junho de 2018, SILVINO DANIELLI, do cargo comissionado de Secretário Municipal de Gestão Pública, símbolo DAS-1, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Pública, nomeado pelo Decreto nº 15.274/18.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de junho de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO 15.282/18

Publicação Nº 1667033

DECRETO Nº 15.282/18, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

Institui a MALHA FISCAL e seus procedimentos no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Videira-SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 72, incisos VI e IX da Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a necessidade de controle e monitoração quanto a regularidade no recolhimento dos tributos municipais, por meio de sistema eletrônico de cruzamento de dados;

Considerando a necessidade de estabelecer procedimentos visando o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias principais e acessórias;

DECRETA

Art. 1º Instituir, no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda através do Departamento de Tributação, a Malha Fiscal, que consiste na verificação dos recolhimentos e das declarações prestadas pelo contribuinte, bem como no cruzamento com os registros armazenados por sistemas administrados pelo Departamento de Tributação ou fornecida por terceiros, para identificação de divergências ou inconsistências a serem sanadas pelo sujeito passivo, visando o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias principais e acessórias.

Art. 2º O Departamento de Tributação praticará atos de controle e monitoramento, para compor a Malha Fiscal, que resultarão no Alerta Fiscal, visando o cumprimento espontâneo da legislação tributária.

Parágrafo único - Estes atos de controle e monitoramento:

I – compreendem a verificação periódica dos níveis de arrecadação dos tributos administrados pela Secretaria da Fazenda, em função do potencial econômico-tributário dos contribuintes, assim como das variáveis macroeconômicas de influência;

II – serão realizados por meio do acompanhamento da arrecadação e do tratamento de quaisquer informações relacionadas com o crédito tributário, utilizando-se os dados disponíveis nos sistemas informatizados da Secretaria da Fazenda e das informações coletadas junto a fontes externas.

Art. 3º O Alerta Fiscal de que trata o caput do artigo anterior consiste em notificação ao contribuinte, na área de serviços online do Portal Tributário do Município com acesso mediante senha, no e-mail confirmado pelo contribuinte ou através de outro meio, discriminando os motivos de sua inclusão em Malha Fiscal.

Art. 4º Não se considera como início de procedimento fiscal a notificação emitida pelo Departamento de Tributação sobre divergências ou inconsistências a serem sanadas pelo sujeito passivo mediante a emissão do Alerta Fiscal.

Art. 5º O contribuinte incluído em Malha Fiscal terá 30 (trinta) dias, contados da notificação do Alerta Fiscal, para sanar e corrigir as inconsistências apontadas.

Parágrafo único - O recolhimento integral, parcelamento do débito ou a regularização da inconsistência apontada resultará na exclusão do contribuinte da Malha Fiscal.

Art. 6º Em discordando das inconsistências apontadas na Malha Fiscal, o contribuinte deverá apresentar requerimento ao Departamento de Tributação, com a contestação integral ou parcial, fundamentada em documentação comprobatória.

Art. 7º Decorrido o prazo de que trata o artigo 5º deste Decreto, sem a regularização da inconsistência apontada, ou quando o contribuinte deixar de atender ao pedido de esclarecimentos que lhe for dirigido, recusar-se a prestá-los ou não os prestar satisfatoriamente, a pendência constatada na Malha Fiscal estará sujeita a abertura de procedimento fiscal.

Art. 8º Integra este decreto o Anexo I: Alerta Fiscal - Comunicado de Divergência ou Inconsistência em Malha Fiscal.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO 15.283/18

Publicação Nº 1667179

DECRETO Nº 15.283/18, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.518/17 de 13 de dezembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 132.500,00 (cento e trinta e dois mil e quinhentos reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
-------------------------------------	--

01 – Fundo Municipal da Saúde	
1.018 – Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	50.000,00
15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.060 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.1.71.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	2.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0003.0 – Aplicações Diretas	70.000,00
15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.061 – Vigilância em Saúde	
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	10.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	132.500,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2017 e excesso de arrecadação de 2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO 15.284/18

Publicação Nº 1667164

DECRETO Nº 15.284/18, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Determina horário especial de expediente nas Repartições Públicas do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, usando das atribuições que lhe confere o art. 72, incisos IX e XII da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a realização da Copa do Mundo de Futebol 2018 - FIFA,

DECRETA

Art. 1º Fica estabelecido horário especial de expediente nos órgãos e entidades da Administração Municipal, direta, indireta, autárquica e fundacional, ressalvados os serviços essenciais, em virtude do jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo, na seguinte data:

I - Das 08:00h às 10:00h, no dia 2 de julho de 2018;

Parágrafo Único – O horário de expediente permanece normal no período vespertino, das 13h30min às 17h45min.

Art. 2º São considerados serviços essenciais os seguintes:

I – Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social:

- a) Pronto Atendimento Médico Emergencial - PAME 24 Horas;
- b) Postos de Saúde localizados nos bairros.

II – Secretaria Municipal de Educação:

- a) Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil.

Art. 3º Fica o Secretário de Administração, em casos excepcionais, autorizado a ajustar o horário de expediente previsto no art. 1º, objetivando assegurar a adequada prestação dos serviços públicos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

EDITAL CMAS N° 001/2018

Publicação N° 1667297

EDITAL CMAS N° 001/2018

CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 162/1996, Decreto Municipal nº 13.147/16 também em conformidade com a Resolução CNAS nº 14/2014 CONVOCA as entidades e organizações de assistência social de direito privado (devidamente inscritas no CMAS), usuários e ou organizações de usuários da assistência social, para AUDIÊNCIA PÚBLICA que será realizado no dia 04 de julho de 2018.

Art. 1º. ESTABELECE, conforme o Decreto 13.147/16, e do art. 14, da Resolução 014/2014-CNAS, a organização da AUDIÊNCIA PÚBLICA com as entidades de assistência social inscritas no CMAS de Videira - SC, com os seguintes objetivos:

- I - Apresentar as entidades de assistência social inscritas no CMAS de Videira - SC à comunidade e promover maior integração entre os serviços ofertados pela rede socioassistencial para o fortalecimento do SUAS;
- II - Permitir a troca de experiências entre entidades, Conselho e sociedade e debater questões relacionadas à política de assistência social no tocante à atenção realizada no Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- III - Garantir a efetividade do controle social por meio do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira - SC;
- IV - Dar publicidade à oferta de serviços oferecidos pelo SUAS no município de Videira.

Art. 2º. Deverão ser convocados para a Audiência Pública:

- I - Os conselheiros do CMAS de Videira - SC;
- II - As entidades de assistência social inscritas no CMAS de Videira - SC; e,
- III - Os usuário do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Parágrafo único: As entidades de assistência social inscritas no CMAS de Videira - SC deverão auxiliar na promoção da participação de seus usuários na Audiência.

Art. 3º. Deverão ser convidados para a Audiência Pública:

- I - O Poder Público;
- II - Os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); e,
- III - A sociedade civil.

Art. 4º. A Audiência Pública será realizada na data de 04 de julho de 2018, às 13h30min, nas dependências do Centro de Eventos Vitória - CEVI, situado à Avenida XV de Novembro, 115 - Centro - Videira - SC.

Art. 5º. A convocação e o convite para a Audiência Pública serão realizados por meio de correio eletrônico, do site da Prefeitura Municipal de Videira - SC e do Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo único. A programação e o conteúdo da Audiência Pública deverão estar disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Videira - SC e junto à Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais, situada à Rua Lauro Muller, 288 - Centro - Videira - SC.

Art. 6º. A realização da Audiência Pública obedecerá ao seguinte formato:

- I - A sessão terá início, no horário as 13h30min, com a formação da Mesa;
- II - O Presidente da Mesa fará a leitura deste Edital, o qual conduzirá a Audiência Pública;
- III - Os participantes interessados em contribuir para as apresentações das entidades inscritas no CMAS de Videira - SC deverão fazer suas inscrições até 05 (cinco) minutos após a abertura dos trabalhos de cada entidade;
- IV - A Mesa receberá inscrições, de até de 2 (duas) pessoas, garantindo-se ao inscrito conhecer a ordem do seu pronunciamento.
- IV - A manifestação será oral e não deverá ultrapassar 05 (cinco) minutos por inscrição.

Art. 7º. A Audiência Pública contará com programação mediante controle do tempo, com o objetivo de que o exercício da democracia participativa ocorra de forma a equacionar a expressão do maior número de participantes, conforme o Anexo I deste edital.

Art. 8º. A Audiência Pública será registrada em Ata do CMAS de Videira - SC, a qual será apresentada ao Conselho na próxima reunião ordinária e, as manifestações da plenária ocorrerão mediante inscrição.

Parágrafo único. As deliberações, opiniões, críticas ou informações emitidas na audiência pública ou em decorrência desta terão caráter consultivo, destinando-se a subsidiar a atuação do Conselho e do gestor da política de assistência, zelar pelo princípio da eficiência e assegurar

a participação popular na condução dos interesses públicos.

Art. 9º. A organização da Audiência Pública é de responsabilidade do CMAS de Videira - SC.

Art. 10. A Audiência Pública será presidida pelo Presidente do CMAS de Videira - SC e, na sua ausência ou impedimento eventual, pelo Vice-Presidente e subsequentes membros da Mesa Diretora.

Art. 11. As despesas com a organização da Audiência Pública correrão por conta do Departamento de Ação Social.

Art. 12. Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Organizadora da Audiência Pública do CMAS de Videira - SC.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 21 de junho de 2018.

Jussara Zambom

Presidente do CMAS de Videira - SC

ANEXO I

PROGRAMAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 04/07/2018 COM AS ENTIDADES INSCRITAS NO CMAS DE VIDEIRA - SC

PROGRAMAÇÃO	
13h00min	Recepção
13h30min	Formação da Mesa
Das 13h30min às 14h00	Exposição da organização da Audiência Pública entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira - SC, pelo Presidente do Conselho.
Das 14h00 às 14h10min	Apresentação de Entidade Inscrita - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)
5 minutos	Manifestação dos 2 (dois) inscritos para contribuir para a apresentação da entidade
Das 14h15min às 14h25min	Apresentação de Entidade Inscrita - Associação Sorria Criança (ASCRI)
5 minutos	Manifestação dos 2 (dois) inscritos para contribuir para a apresentação da entidade
Das 14h30min às 14h40min	Apresentação de Entidade Inscrita - Centro de Integração Empresa Escola (CIEE)
5 minutos	Manifestação dos 2 (dois) inscritos para contribuir para a apresentação da entidade
Das 14h45min às 14h55min	Apresentação de Entidade Inscrita - Escola de Pais do Brasil (EPB)
5 minutos	Manifestação dos 2 (dois) inscritos para contribuir para a apresentação da entidade
Das 15h00 às 15h10min	Apresentação de Entidade Inscrita - Lar O Bom Samaritano
5 minutos	Manifestação dos 2 (dois) inscritos para contribuir para a apresentação da entidade
Das 15h15min às 15h25min	Apresentação de Entidade Inscrita - Rede Videirense de Combate ao Câncer
5 minutos	Manifestação dos 2 (dois) inscritos para contribuir para a apresentação da entidade
15h30min	Encerramento

EDITAL CMAS N° 002/2018

Publicação N° 1667298

EDITAL CMAS N° 002/2018

FÓRUM PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS E USUÁRIOS DO SUAS PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- Biênio 2018/2020

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 162/1996, de 20 de novembro de 1996, e do Decreto Municipal nº 13.147/2016, CONVOCA as entidades e organizações de assistência social de direito privado (devidamente inscritas no CMAS), usuários e ou organizações de usuários da assistência social, para o Fórum de Eleição para compor o CMAS – Biênio 2018/2020.

Art. 1º - A eleição das entidades e organizações de assistência social de direito privado (devidamente inscritas no CMAS), usuários e ou organizações de usuários da assistência social, que integrarão o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Videira, Biênio 2018/2020, conforme previsto no art. 5, II, da Lei Municipal 162/1996 e do art. 4º, II, do Decreto Municipal nº 13.147/2016, se dará através de Fórum próprio, que será realizado no dia 04 de julho de 2018, das 15h30 às 17h00min, no Centro de Eventos Vitória (CEVI), situado na Rua XV de novembro, nº 115 - Centro, no município de Videira/SC.

§ 1º - A publicação do presente edital será feita no Diário Oficial dos Municípios e no Portal da Transparência do município.

§ 2º - As representantes das entidades e organizações de assistência social de direito privado (devidamente inscritas no CMAS), usuários e ou organizações de usuários da assistência social, eleitas exercerão mandato de 02 (dois) anos no Conselho Municipal de Assistência Social de Videira, admitindo-se apenas uma recondução.

Das Vagas

Art. 2º - Poderão concorrer à eleição para compor o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, para o biênio 2018/2020, entidades e organizações de assistência social de direito privado (devidamente inscritas no CMAS), usuários e ou organizações de usuários da assistência social e trabalhadores do SUAS do município de Videira, distribuídos na seguinte classificação:

- a) 02 (dois) representantes de entidades e organizações de assistência social de direito privado, devidamente inscritas no CMAS.
- As entidades e organizações de assistência social podem ser consideradas isoladas ou cumulativamente:
I. de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigido às famílias e aos indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993, e Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014;
II. de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742 de 1993 e Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014;
III. de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos sócio-assistenciais, construção de novos direitos, promoção de cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei 8.742 de 1993 e Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014;
• As entidades e organizações de assistência social deverão estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para seu regular funcionamento, nos termos do art. 9º da Lei nº 8.742 de 1993, ao qual caberá a fiscalização destas entidades e organizações, independentemente do recebimento ou não de recursos públicos.

b) 02 (dois) representantes dos usuários e ou organizações de usuários da assistência social.

- Serão considerados representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política Municipal de Assistência Social, organizada sob diversas formas, em grupos que têm como objetivo a luta por direitos, reconhecendo-se como legítimos os movimentos sociais, as associações, fóruns, redes e outras denominações, sob diferentes formas de constituição jurídica, política ou social. Os movimentos sociais deverão comprovar sua existência de, no mínimo 02 (dois) anos, por meio de: a) um instrumento de comunicação e informação de circulação nacional, estadual ou municipal; b) relatório de atividades ou de reuniões do movimento; e c) documento de órgãos públicos que atestem sua existência.
- Serão considerados organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos, a defesa dos direitos dos indivíduos e grupos vinculados à Política Municipal de Assistência Social, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso.

c) 02 (dois) representantes de entidades de trabalhadores da área (realizado em fórum próprio dos Trabalhadores do SUAS).

- Serão consideradas entidades de trabalhadores do setor o Fórum municipal dos trabalhadores do SUAS, as associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica, Recursos Humanos e no Sistema Único de Assistência Social, mediante os critérios estabelecidos no Regimento Interno do CMAS.

Art.4º - Após a realização do Fórum os segmentos eleitos deverão encaminhar através de ofício o nome do titular e suplente, contendo os dados solicitados na ficha cadastral fornecida pelo CMAS, até o dia 13/07/2018 à Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais, situada à Rua Lauro Muller, nº 288 - Centro.

Art. 5º - Se houver somente uma entidade e/ou organização inscrita para duas vagas, a mais votada assume a segunda vaga.

Da realização do Fórum de Eleição

Art. 6º - O Fórum para eleição de Entidades Não Governamentais e Usuários do SUAS para compor o Conselho Municipal de Assistência Social será coordenada pela Comissão Organizadora, composta por 04 (quatro) membros designados em reunião deste Conselho, conforme Ata nº 249/2018-CMAS e Resolução nº 007/2018-CMAS.

Parágrafo Único - Cabe à Comissão Organizadora dar ciência dos termos deste Edital às Entidades Não Governamentais habilitadas a participarem do presente pleito.

Art. 7º - A Comissão Organizadora responsabilizar-se-á por:

- I- Registrar a ata da abertura ao término do Fórum de Eleição, contendo local, data, horário, bem como eventuais ocorrências;

II- Colher as assinaturas dos participantes.

Art. 8º – Cabe ao Presidente da Comissão Organizadora coordenar os trabalhos para a referida eleição.

Art. 9º - O Fórum de Eleição terá início com a apresentação pela Comissão Organizadora do procedimento de escolha dos segmentos que comporão o CMAS para o biênio 2018/2020.

Da Proclamação dos Eleitos

Art. 10 - Após a apuração dos votos, o Presidente da Comissão Organizadora apresentará aos presentes o nome das entidades/associações que irão compor o CMAS no biênio 2018/2020 eleitas pelo Fórum, sendo o resultado registrado em ata, a qual será apresentada ao Conselho na próxima reunião ordinária.

Das Disposições Finais

Art. 11 - A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não remunerado.

Art. 12 - Os conselheiros que representam as entidades/associações no CMAS terão as seguintes responsabilidades:

- I. Participar de reuniões ordinárias mensalmente, segundo o cronograma fixado pela plenária no início de cada exercício;
- II. Conhecer e cumprir o regimento interno e demais legislações em vigor.

Art. 13 - Em caso de omissão deste Edital, as questões serão resolvidas pela Comissão Organizadora, assim como, pelos participantes votantes do Fórum de Eleição.

Videira, 21 de junho de 2018.

Jussara Zambom

Presidente do CMAS de Videira/SC

ANEXO I
PROGRAMAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO FÓRUM DE ELEIÇÃO DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS, TRABALHADORES E USUÁRIOS DO SUAS PARA COMPOR O BIÊNIO 2018/2020

PROGRAMAÇÃO	
15h30min	Exposição da organização eleição dos representantes das entidades inscritas no Conselho e de usuários para a composição do CMAS de Videira - SC, mandato 2018-2020, pelo Presidente do Conselho.
15h45min	Organização dos Grupos: indicações
16h15min	Recebimento das indicações e apresentação dos novos conselheiros
16h30min	Encerramento com Coffee Break

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 034/18

Publicação Nº 1667498

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 034/18

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o emprego público para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público - Edital nº 002/2018, conforme previsto na Lei Municipal nº 1942/07 e alterações e na Lei Federal nº 11.350/2006:

CONVOCADO	EMPREGO PÚBLICO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. LUANA APARECIDA CERON ALABORA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	15.250/18, DE 14/06/2018

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Comprovante que reside na área em que irá atuar, desde da data da publicação do edital do processo seletivo e outro atual.
- e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso);

j) Certificado de conclusão, com aproveitamento, do curso introdutório de formação inicial e continuada.

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;
- b) Avaliação Neurológica;
- c) RX Tórax;
- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;
- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 27 de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 035/18

Publicação Nº 1667500

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 035/18

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeado em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 002/2014:

CONVOCADOS	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. ALAN CASSIO BORSUK	ENGENHEIRO SANITARISTA E AMBIENTAL	15.260/18, DE 18/06/2018

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Comprovante de Residência;
- e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;
- b) Avaliação Neurológica;
- c) RX Tórax;
- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;
- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 27 de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 036/18

Publicação Nº 1667501

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 036/18

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para os quais foram nomeados, em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 003/2014:

CONVOCADA	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. JANETE GUEL	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL	15.262/18, DE 20/06/2018
2. MARCIA DALLA PICCOLA LEONANDO GAIO	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL	15.263/18, DE 20/06/2018
3. KATIA GOTTSSELIG	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL	15.264/18, DE 20/06/2018
4. MARIZETE FATIAM GAIO	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL	15.265/18, DE 20/06/2018
5. MARINA CORNELLI	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL	15.266/18, DE 20/06/2018
6. ADRIANA ANTUNES DA SILVA	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL	15.267/18, DE 20/06/2018
7. EUNICE APARECIDA GUARNIERI	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL	15.268/18, DE 20/06/2018
8. LEIA REGINA BEHREND	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL	15.269/18, DE 20/06/2018
9. GISELE PONTES BOEIRA	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL	15.270/18, DE 20/06/2018
10. IVANIR BRIDI LANDSTEINER	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL	15.271/18, DE 20/06/2018
11. REGINA MARIA ZANON LARA	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL	15.272/18, DE 20/06/2018

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;

- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 27 de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 037/18

Publicação Nº 1667502

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 037/18
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. KLEYMAR KOEHLER	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
2. ALYCXANDRA DUARTE ANDRADE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
3. JUCELIA TERESINHA ZANOL	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
4. DULCI GREPPNER	AUXILIAR EDUCACIONAL
5. CAROLINA FIORELLI	AUXILIAR EDUCACIONAL
6. TATIANA ELISABETH VANZ PERETTI	AUXILIAR EDUCACIONAL
7. SUELEN FERNANDA CENDRON ELEUTERIO	AUXILIAR EDUCACIONAL
8. JAQUELINE CHAVES DE LIMA	AUXILIAR EDUCACIONAL
9. MARISTELA MARTINES DE AVILA	AUXILIAR EDUCACIONAL
10. LETICIA APARECIDA CERON ALABORA	AUXILIAR EDUCACIONAL
11. LUCIANA ZUBELDIA	AUXILIAR EDUCACIONAL
12. KESCY DE PAULA DIAS	AUXILIAR EDUCACIONAL
13. JANETE APARECIDA GRANDO	AUXILIAR EDUCACIONAL
14. CRISTIANE BRANCALEONI	AUXILIAR EDUCACIONAL
15. JULIA SOPPELSA	AUXILIAR EDUCACIONAL
16. EDIMARINA REOLON	AUXILIAR EDUCACIONAL
17. CLAUDINEIA APARECIDA DE OLIVEIRA	AUXILIAR EDUCACIONAL
18. DIENIFER PONTES	AUXILIAR EDUCACIONAL
19. LUANA CRISTINA BAIRO BAIRO	AUXILIAR EDUCACIONAL
20. MARCOS VINICIUS DE MORAES BEGOT	AUXILIAR EDUCACIONAL
21. TAINÁ DIAS GOMES DA SILVA	AUXILIAR EDUCACIONAL
22. BRUNA OSORIO MOREIRA	AUXILIAR EDUCACIONAL
23. ANGELA SOARES ZANIN	AUXILIAR EDUCACIONAL
24. VILCEMARA BETTEGA GOMES	AUXILIAR EDUCACIONAL
25. SARA DE MEIRA	AUXILIAR EDUCACIONAL
26. ZANETE ALVES DE SOUZA SILVA	AUXILIAR EDUCACIONAL
27. IVANILDE DE CASTILHO	AUXILIAR EDUCACIONAL
28. LUCILENE ZAGER BONETTI	ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO
29. JOCIANE DE FATIMA DE MORAES CACHOEIRA	ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO
30. JAINE PATRICIO	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

31. FERNANDA CRISTINA POZZAN	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS
32. MARCIA FERREIRA LOSS	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: ARTES ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL
33. MARLENE WEISS PEREIRA DE JESUS	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS: GEOGRAFIA

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 27 de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2018

Publicação Nº 1668337

ATA Nº.: ATA 90/2018

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: FRAYSUL AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI-ME

Valor : 181.680,00 (cento e oitenta e um mil seiscentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 25/06/2018 Término: 25/06/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 56/2018 - PMV

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE PESSOAS EM VIAGENS INTERMUNICIPAIS E MUNICIPAIS (PERÍMETRO URBANO/RURAL), PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2018

Publicação Nº 1668340

ATA Nº.: ATA 91/2018

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: RHODENTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA – ME.

Valor : 17.820,00 (dezesete mil oitocentos e vinte reais),

Vigência : Início: 25/06/2018 Término: 25/06/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 56/2018 - PMV

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE PESSOAS EM VIAGENS INTERMUNICIPAIS E MUNICIPAIS (PERÍMETRO URBANO/RURAL), PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2018

Publicação Nº 1668341

ATA Nº.: ATA 92/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: TRANSPORTES PBRANDT LTDA – EPP.

Valor : R\$ 97.580,00 (noventa e sete mil quinhentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 25/06/2018 Término: 25/06/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 56/2018 - PMV

Objeto : registro DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE PESSOAS EM VIAGENS INTERMUNICIPAIS E MUNICIPAIS (PERÍMETRO URBANO/RURAL), PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2018

Publicação Nº 1668343

ATA Nº.: ATA 93/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: PIATA COMÉRCIO DE PEÇAS EIRELI – ME.

Valor : R\$ 4.860,00 (quatro mil oitocentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 26/06/2018 Término: 26/06/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 55/2018 - PMV

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MATERIAIS PARA CONFECÇÃO DE MÓVEIS PARA OS CENTROS MUNICIPAIS DE ENSINO INFANTIL VEREADOR JORGE MARTINS E WELLESLEY ANTÔNIO GAIO DO ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO) E PARA O DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL, ABRIGOS INSTITUCIONAIS MENINO JESUS I E II, CRAS DE CARLI E AMARANTE E SCFV DO ÓRGÃO PARTICIPANTE - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 94/2018

Publicação Nº 1668344

ATA Nº.: ATA 94/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA – ME

Valor : R\$ 57.139,00 (cinquenta e sete mil cento e trinta e nove reais)

Vigência : Início: 26/06/2018 Término: 26/06/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 55/2018 - PMV

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MATERIAIS PARA CONFECÇÃO DE MÓVEIS PARA OS CENTROS MUNICIPAIS DE ENSINO INFANTIL VEREADOR JORGE MARTINS E WELLESLEY ANTÔNIO GAIO DO ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO) E PARA O DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL, ABRIGOS INSTITUCIONAIS MENINO JESUS I E II, CRAS DE CARLI E AMARANTE E SCFV DO ÓRGÃO PARTICIPANTE - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 95/2018

Publicação Nº 1668346

ATA Nº.: ATA 95/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: RODENIR CORREA

Valor : 1.920,00 (um mil novecentos e vinte reais)

Vigência : Início: 26/06/2018 Término: 26/06/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 55/2018 - PMV

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MATERIAIS PARA CONFECÇÃO DE MÓVEIS PARA OS CENTROS MUNICIPAIS DE ENSINO INFANTIL VEREADOR JORGE MARTINS E WELLESLEY ANTÔNIO GAIO DO ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO) E PARA O DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL, ABRIGOS INSTITUCIONAIS MENINO JESUS I E II, CRAS DE CARLI E AMARANTE E SCFV DO ÓRGÃO PARTICIPANTE - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

EXTRATO CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO N° 2018TR0623

Publicação N° 1667973

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO N. 2018TR0623

CONTRATANTE: Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esportes.

CONTRATADO: Prefeitura Municipal de Videira

OBJETO: Celebração em regime de mútua cooperação de parceria destinada à realização dos Jogos Escolares de Santa Catarina – JESC 15 a 17 anos.

VALOR DO REPASSE DO ESTADO: 99.996,89 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e seis reais e oitenta e nove centavos).

VIGÊNCIA: A partir da data da publicação do extrato, no Diário Oficial do Estado, até 31/12/2018.

DATA: Florianópolis, 13 de junho de 2018.

SIGNATÁRIOS: Sr. TUFI MICHREFF NETO – Secretário de Estado do Turismo, Cultura e Esporte e DORIVAL CARLOS BORGA – Prefeito Municipal de Videira.

EXTRATO DE CONTRATO N° 115/2018

Publicação N° 1668260

Contrato N°.: CT 115/2018

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA

Contratada.: BANXAP - BANHEIROS MOVEIS LTDA

Valor : 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)

Vigência : Início: 19/06/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 07/2018 - FMEV

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA LOCAÇÃO DE ARQUIBANCADAS, BANHEIROS QUÍMICOS PORTÁTEIS E TENDAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO EVENTO JESC 15 À 17 ANOS, FASE ESTADUAL, A SER REALIZADO DE 22 À 30 DE JUNHO DE 2018, NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, POR MEIO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

EXTRATO DE CONTRATO N° 116/2018

Publicação N° 1668324

Contrato N°.: CT 116/2018

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA

Contratada.: OK EVENTOS E MONTAGEM LTDA

Valor : 10.250,00 (dez mil duzentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 19/06/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 07/2018-FMEV

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA LOCAÇÃO DE ARQUIBANCADAS, BANHEIROS QUÍMICOS PORTÁTEIS E TENDAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO EVENTO JESC 15 À 17 ANOS, FASE ESTADUAL, A SER REALIZADO DE 22 À 30 DE JUNHO DE 2018, NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, POR MEIO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

EXTRATO DE CONTRATO N° 117/2018

Publicação N° 1668326

Contrato N°.: CT 117/2018

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA

Contratada.: LENOIR POMPEO 02840845903

Valor : 5.291,00 (cinco mil duzentos e noventa e um reais)

Vigência : Início: 20/06/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 08/2018-FMEV

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA SEREM UTILIZADOS NA HIGIENIZAÇÃO DOS LOCAIS DAS COMPETIÇÕES DO EVENTO JESC 15 À 17 ANOS, FASE ESTADUAL, A SER REALIZADO DE 22 À 30 DE JUNHO DE 2018, NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, POR MEIO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

EXTRATO DE CONTRATO N° 118/2018

Publicação N° 1668329

Contrato N°.: CT 118/2018

Contratante.: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Contratada.: NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - ME

Valor : 700.000,05 (setecentos mil reais e cinco centavos)

Vigência : Início: 22/06/2018 Término: 22/06/2019

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia N°.: 02/2018 - PMV

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM C.B.U.Q. DO PÁTIO DE MANOBRAS E

ESTACIONAMENTO DA NOVA RODOVIÁRIA E DO ACESSO DO C.E.M.E.I. WELLESLEY ANTÔNIO GAIO (ITEM 01), INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

EXTRATO DE CONTRATO N° 119/2018

Publicação N° 1668330

Contrato N°.: CT 119/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: TALASKA ENERGIA EIRELI

Valor : 94.127,20 (noventa e quatro mil cento e vinte e sete reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 22/06/2018 Término: 22/06/2019

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia N°.: 02/2018 - PMV

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A ILUMINAÇÃO EXTERNA DA NOVA RODOVIÁRIA (ITEM 02), INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

EXTRATO DE CONTRATO N° 120/2018

Publicação N° 1668332

Contrato N°.: CT 120/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA.

Valor : 45.744,94 (quarenta e cinco mil setecentos e quarenta e quatro reais e noventa e quatro centavos)

Vigência : Início: 25/06/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 52/2018 - PMV

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DE REDE DE BAIXA TENSÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO LOTEAMENTO MENEGOLLA (CONTORNO SUL LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA) E LOTEAMENTO LIRA (RUA FRANCISCO LUIZ LIRA).

HOMOLOGAÇÕES FME - MÊS 06/2018

Publicação N° 1668419

O Município de Videira, através da Fundação Municipal de Esportes, no mês 06/2018, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 03/2018 - FMEV

PROCESSO N° 4/2018

HOMOLOGAÇÃO: 14/06/2018

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA AQUISIÇÃO DE CAMISETAS, E SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE MATERIAIS PUBLICITÁRIOS PARA IDENTIFICAÇÃO DAS EQUIPES DE TRABALHO E DIVULGAÇÃO DO EVENTO JESC 15 À 17 ANOS, FASE ESTADUAL, A SER REALIZADO DE 22 À 30 DE JUNHO DE 2018, NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, POR MEIO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

CONTRATADO: FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais)

CONTRATADO: VISUAL CN MATERIAIS PUBLICITARIOS EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.788,56 (quatro mil setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e seis centavos)

PREGÃO PRESENCIAL N° 04/2018 - FMEV

PROCESSO N° 5/2018

HOMOLOGAÇÃO: 15/06/2018

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS E DE PINTURA PARA SEREM UTILIZADOS NOS LOCAIS ONDE ACONTECERÃO AS COMPETIÇÕES DO EVENTO JESC 15 À 17 ANOS, FASE ESTADUAL, A SER REALIZADO DE 22 À 30 DE JUNHO DE 2018, NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, POR MEIO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

CONTRATADO: PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 18.600,00 (dezoito mil seiscentos reais)

CONTRATADO: SINOACO COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE MATERIAIS

VALOR DA DESPESA: R\$ 36.550,00 (trinta e seis mil quinhentos e cinquenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL N° 05/2018 - FMEV

PROCESSO N° 6/2018

HOMOLOGAÇÃO: 15/06/2018

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAR SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA ATENDER O EVENTO JESC 15 À 17 ANOS, FASE ESTADUAL, A SER REALIZADO DE 22 À 30 DE JUNHO DE 2018, NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, POR MEIO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

CONTRATADO: MARCELO ZANON

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.600,00 (quatorze mil seiscentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2018 - FMEV

PROCESSO Nº 7/2018

HOMOLOGAÇÃO: 18/06/2018

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO E COLOCAÇÃO DE REDES DE PROTEÇÃO LATERAL PARA SEREM INSTALADAS NOS GINÁSIOS: MUNICIPAL, ANTA GORDA E SANTA GEMA, ONDE ACONTECERÃO OS JOGOS DO EVENTO JESC 15 À 17 ANOS, FASE ESTADUAL, A SER REALIZADO DE 22 À 30 DE JUNHO DE 2018, NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, POR MEIO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

CONTRATADO: TOTAL SPORTS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.426,64 (dezesete mil quatrocentos e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2018 - FMEV

PROCESSO Nº 8/2018

HOMOLOGAÇÃO: 19/06/2018

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA LOCAÇÃO DE ARQUIBANCADAS, BANHEIROS QUÍMICOS PORTÁTEIS E TENDAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO EVENTO JESC 15 À 17 ANOS, FASE ESTADUAL, A SER REALIZADO DE 22 À 30 DE JUNHO DE 2018, NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, POR MEIO DA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

CONTRATADO: BANXAP - BANHEIROS MOVEIS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)

CONTRATADO: OK EVENTOS E MONTAGEM LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.250,00 (dez mil duzentos e cinquenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2018 - FMEV

PROCESSO Nº 9/2018

HOMOLOGAÇÃO: 20/06/2018

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA SEREM UTILIZADOS NA HIGIENIZAÇÃO DOS LOCAIS DAS COMPETIÇÕES DO EVENTO JESC 15 À 17 ANOS, FASE ESTADUAL, A SER REALIZADO DE 22 À 30 DE JUNHO DE 2018, NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, POR MEIO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

CONTRATADO: LENOIR POMPEO 02840845903

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.291,00 (cinco mil duzentos e noventa e um reais)

Videira, 28/06/2018

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÕES PMV - MÊS 06/2018

Publicação Nº 1668418

O Município de Videira no mês 06/2018, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2018 - PMV

PROCESSO Nº 94/2018

HOMOLOGAÇÃO: 04/06/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS PARA SEREM UTILIZADOS NAS AÇÕES INTEGRADAS PROMOVIDAS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: GIGA1.COM EIRELI - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.780,00 (um mil setecentos e oitenta reais)

CONTRATADO: FABIANE GONSCHOROVSKI DE SOUZA

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.280,00 (quinze mil duzentos e oitenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2018 - PMV

PROCESSO Nº 95/2018

HOMOLOGAÇÃO: 04/06/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS, DE FORMA PARCELADA, DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, GRAVAÇÃO DO ROTEIRO DO AUTO DE NATAL E CARRO DE SOM E LOCAÇÃO DE PALCO E TRELIÇAS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR – MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E TURISMO E CULTURA) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES E FUNDO MUN. DE DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE).

CONTRATADO: EMUVI ESCOLA DE MUSICA DE VIDEIRA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.385,00 (quinze mil trezentos e oitenta e cinco reais)

CONTRATADO: MARCELO ZANON - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 330.415,00 (trezentos e trinta mil quatrocentos e quinze reais)

CONTRATADO: VIVIANE RUPP REDANTE 04953256948

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.770,00 (dez mil setecentos e setenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2018 - PMV

PROCESSO Nº 107/2018

HOMOLOGAÇÃO: 25/06/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DE REDE DE BAIXA TENSÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO LOTEAMENTO MENÉGOLLA (CONTORNO SUL LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA) E LOTEAMENTO LIRA (RUA FRANCISCO LUIZ LIRA).

CONTRATADO: CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 45.744,94 (quarenta e cinco mil setecentos e quarenta e quatro reais e noventa e quatro centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2018 - PMV

PROCESSO Nº 110/2018

HOMOLOGAÇÃO: 15/06/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA USO EM PREMIAÇÕES DE EVENTOS REALIZADOS PELO ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E TURISMO E CULTURA) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

CONTRATADO: TOTAL SPORTS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 22.273,00 (vinte e dois mil duzentos e setenta e três reais)

CONTRATADO: GREGO FABRICACAO E COMERCIO DE ARTIGOS E ACESSORIO

VALOR DA DESPESA: R\$ 18.170,00 (dezoito mil cento e setenta reais)

CONTRATADO: GRAVAR ARTES COMERCIO DE ARTIGOS PUBLICITARIOS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.340,00 (quatorze mil trezentos e quarenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2018 - PMV

PROCESSO Nº 114/2018

HOMOLOGAÇÃO: 26/06/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MATERIAIS PARA CONFECÇÃO DE MÓVEIS PARA OS CENTROS MUNICIPAIS DE ENSINO INFANTIL VEREADOR JORGE MARTINS E WELLESLEY ANTÔNIO GAIO DO ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO) E PARA O DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL, ABRIGOS INSTITUCIONAIS MENINO JESUS I E II, CRAS DE CARLI E AMARANTE E SCFV DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

CONTRATADO: PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.860,00 (quatro mil oitocentos e sessenta reais)

CONTRATADO: VW COMERCIO ATACADISTA EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 57.139,00 (cinquenta e sete mil cento e trinta e nove reais)

CONTRATADO: RODENIR CORREIA

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.920,00 (um mil novecentos e vinte reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2018 - PMV

PROCESSO Nº 115/2018

HOMOLOGAÇÃO: 25/06/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE PESSOAS EM VIAGENS INTERMUNICIPAIS E MUNICIPAIS (PERÍMETRO URBANO/RURAL), PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

CONTRATADO: TRANSPORTES PBRANDT LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 97.580,00 (noventa e sete mil quinhentos e oitenta reais)

CONTRATADO: RHODENTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.820,00 (dezessete mil oitocentos e vinte reais)

CONTRATADO: FRAYSUL AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 181.680,00 (cento e oitenta e um mil seiscentos e oitenta reais)

TOMADA DE PREÇO Nº 04/2018 - PMV

PROCESSO Nº 74/2018

HOMOLOGAÇÃO: 06/06/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q. DA ESTRADA MUNICIPAL, COM EXTENSÃO DE 360,00 METROS (ITEM 01) E RUA DOS EUCALIPTOS, COM EXTENSÃO DE 45,00 METROS (ITEM 02), LOCALIZADAS NO BAIRRO PORTAL DAS VIDEIRAS, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

CONTRATADO: GAIA RODOVIAS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 49.635,37 (quarenta e nove mil seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e sete centavos)

CONTRATADO: NOSSA PAVIMENTACAO E OBRAS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 346.500,00 (trezentos e quarenta e seis mil e quinhentos reais)

TOMADA DE PREÇO Nº 05/2018 - PMV

PROCESSO Nº 77/2018
HOMOLOGAÇÃO: 06/06/2018
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ALVARO BUENO DE OLIVEIRA, NO BAIRRO AMARANTE, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 1.964,70m², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.
CONTRATADO: NOSSA PAVIMENTACAO E OBRAS LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil e reais)

TOMADA DE PREÇO Nº 06/2018 - PMV
PROCESSO Nº 80/2018
HOMOLOGAÇÃO: 05/06/2018
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA, LOCALIZADA NA RUA ERNESTO LAZAROTO, NO BAIRRO VILA VERDE, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA COM ÁREA DE 200,00M², CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO BÁSICO.
CONTRATADO: RENATO DALMOLIN DAL BOSCO
VALOR DA DESPESA: R\$ 328.000,54 (trezentos e vinte e oito mil reais e cinquenta e quatro centavos)

CONCORRÊNCIA Nº 2/2018 - PMV
PROCESSO Nº 65/2018
HOMOLOGAÇÃO: 22/06/2018
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM C.B.U.Q. DO PÁTIO DE MANOBRAS E ESTACIONAMENTO DA NOVA RODOVIÁRIA E DO ACESSO DO C.E.M.E.I. WELLESLEY ANTÔNIO GAIO (ITEM 01) E ILUMINAÇÃO EXTERNA DA NOVA RODOVIÁRIA (ITEM 02), INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.
CONTRATADO: NOSSA PAVIMENTACAO E OBRAS LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 700.000,05 (setecentos mil reais e cinco centavos)
CONTRATADO: TALASKA ENERGIA EIRELI
VALOR DA DESPESA: R\$ 94.127,20 (noventa e quatro mil cento e vinte e sete reais e vinte centavos)

Videira-SC, 28 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0761/18

Publicação Nº 1667028

PORTARIA nº 0761/18
Autoriza o Uso de Espaço Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 11978/2018;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço das vias públicas do centro da cidade, por Karyn Izabela Granemann Balardin, no dia 11 de agosto de 2018, das 8h00min às 15h00min, para a realização de pedágio beneficente, com a finalidade de arrecadar recursos para a Campanha "Anda logo Karyn".

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º Fica proibida a obstrução da passagem de pedestres, em razão da utilização das calçadas e passeios, quando da realização do evento.

§3º A requerente, deve responsabilizar-se pela sinalização adequada no local das atividades, a fim de alertar os condutores e pedestres que estejam transitando nas proximidades do evento, devendo as abordagens contar com o apoio da Polícia Militar, a ser requerido pelo requerente, para garantir a segurança dos participantes.

§4º Fica proibida a utilização do Largo da Estação Ferroviária e outras praças, bem como abordagem nos entroncamentos de vias, por serem zonas de conflito onde não há segurança.

§5º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre o referido evento, ficando a requerente, inteiramente responsável pelo mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0833/18

Publicação Nº 1667022

PORTARIA nº 0833/18

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contratos Administrativos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE

Art. 1º Designar Guilherme Piccoli, inscrito no CPF sob o nº 082.860.649-84, nomeado no cargo de provimento em comissão de Assessor do Departamento de Engenharia, matrícula nº 17.413, para acompanhamento e fiscalização das obras decorrentes do Processo Licitatório Concorrência nº 02/2018-PMV, contratos administrativos nos CT 118/2018 e 119/2018, cujo objeto é a EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM C.B.U.Q. DO PÁTIO DE MANOBRAS E ESTACIONAMENTO DA NOVA RODOVIÁRIA E DO ACESSO DO C.E.M.E.I. WELLESLEY ANTÔNIO GAIO (ITEM 01) E ILUMINAÇÃO EXTERNA DA NOVA RODOVIÁRIA (ITEM 02), INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução das obras acima referidas, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 25 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0834/18

Publicação Nº 1667025

PORTARIA nº 0834/18

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 2 de julho de 2018 a 11 de julho de 2018, o gozo de férias da servidora CARINE TEREZINHA ROSA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, referente ao período aquisitivo de 18 de abril de 2017 a 17 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir 2 de julho de 2018.

Videira, 25 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0835/18

Publicação Nº 1667015

PORTARIA nº 0835/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar NEREIDE GUARNIERI, Auxiliar de Serviços Gerais, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe do Setor de Limpeza e de Cozinha, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 25 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0836/18

Publicação Nº 1667110

PORTARIA nº 0836/18

Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 2177/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora CERES MIDDING, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação

lato sensu (especialização) em "Práticas Pedagógicas Interdisciplinares em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de fevereiro de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0837/18

Publicação Nº 1667107

PORTARIA nº 0837/18
Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 2341/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora SIRLEI LEONILDE TURCO VIECELI, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Educação com ênfase nos anos iniciais do Ensino Fundamental".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 6 de fevereiro de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0838/18

Publicação Nº 1667106

PORTARIA nº 0838/18
Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6647/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora SILMARA REGINA CAMARGO PIASSON, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Práticas Pedagógicas Interdisciplinares em Educação Infantil e Séries Iniciais".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 4 de abril de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0839/18

Publicação Nº 1667102

PORTARIA nº 0839/18

Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6642/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora KATIA ZICKUHR PERAZZOLI, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Ensino de Ciência".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 4 de abril de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0840/18

Publicação Nº 1667097

PORTARIA nº 0840/18

Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6601/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora ANDRÉIA GEMELLI SIMIONI, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Práticas Pedagógicas Interdisciplinares: Educação Infantil, Séries do Ensino Fundamental e Médio".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 3 de abril de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0841/18

Publicação Nº 1667096

PORTARIA nº 0841/18

Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6428/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora SANDRA ROSILENE STOEKLE TRANCOZO, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 29 de março de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0842/18

Publicação Nº 1667095

PORTARIA nº 0842/18
Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 7431/2018
RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora PATRÍCIA GONÇALVES DIAS, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Práticas Pedagógicas Interdisciplinares: ênfase em Educação infantil e Séries Iniciais".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 12 de abril de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0843/18

Publicação Nº 1667092

PORTARIA nº 0843/18
Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6765/2018
RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora GIOVANA CARDOSO PATRÍCIO, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Psicopedagogia".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 5 de abril de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0844/18

Publicação Nº 1667090

PORTARIA nº 0844/18

Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 7369/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, ao servidor NILSON HEINECK, Professor, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Psicopedagogia".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 11 de abril de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0845/18

Publicação Nº 1667088

PORTARIA nº 0845/18

Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 7307/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora VERIDIANA ZANETTI, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Prática Pedagógica Interdisciplinar e Gestão Escolar na Educação Básica".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 10 de abril de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0847/18

Publicação Nº 1667087

PORTARIA nº 0847/18

Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 2350/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora TATIANE OGLIARI, Professora, por ter concluído curso de

pós-graduação lato sensu (especialização) em "Prática Psicopedagógica Interdisciplinar e Gestão Escolar na Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 6 de fevereiro de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0848/18

Publicação Nº 1667077

PORTARIA nº 0848/18
Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 11665/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora LUCIMAR APARECIDA THIBES, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Gestão Escolar – Área de Conhecimento: Educação".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 11 de junho de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0849/18

Publicação Nº 1667085

PORTARIA nº 0849/18
Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6513/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora VANUSA APARECIDA CORREA, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Psicopedagogia".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 2 de abril de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0850/18

Publicação Nº 1667082

PORTARIA nº 0850/18
Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6514/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora RITCHELE PIRES DE BRITO, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Práticas Pedagógicas Interdisciplinares em Educação Física Escolar".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 2 de abril de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0851/18

Publicação Nº 1667081

PORTARIA nº 0851/18
Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6515/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora JULIANA MOREIRA DOS SANTOS, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Metodologia de Ensino de História".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 2 de abril de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0852/18

Publicação Nº 1667079

PORTARIA nº 0852/18
Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 9968/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora MIRIAN TEREZINHA DELLANI, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e Estrangeira".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 16 de maio de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0853/18

Publicação Nº 1667076

PORTARIA nº 0853/18
Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6655/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora SUZAMARA MARIA STACHELSKI, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Séries Iniciais, Educação Infantil e Gestão Escolar".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 4 de abril de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0854/18

Publicação Nº 1667072

PORTARIA nº 0854/18
Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6462/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora ALINE MEZARROBA, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Práticas Pedagógicas Interdisciplinares em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 2 de abril de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0855/18

Publicação Nº 1667068

PORTARIA nº 0855/18
Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 8429/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora CAMILA DALMOLIN, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Estrangeira".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 25 de abril de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0856/18

Publicação Nº 1667067

PORTARIA nº 0856/18
Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 10026/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora DANIELA DE BAIRROS CERON DE MERA, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Educação com Ênfase em Práticas Pedagógicas".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 17 de maio de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0857/18

Publicação Nº 1667066

PORTARIA nº 0857/18

Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 8740/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora ELIANE RIBEIRO, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Educação com Ênfase nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 30 de abril de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0858/18

Publicação Nº 1667030

PORTARIA nº 858/18

Concede Adicional de Pós-Graduação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 118/11, de 21 de dezembro de 2011, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 9267/2018,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Adicional de Pós-Graduação Lato Sensu, à servidora GISELE CRISTINA RASTIROLLA, ocupante do cargo de Analista de Nível Superior, a partir 9 de maio de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 9 de maio de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0859/18

Publicação Nº 1667065

PORTARIA nº 0859/18

Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 9618/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora JOCEANE FURCKEL, Professora, por ter concluído curso de

pós-graduação lato sensu (especialização) em "Práticas Pedagógicas Interdisciplinares em Educação Especial e Práticas Inclusivas".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 14 de maio de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0860/18

Publicação Nº 1667063

PORTARIA nº 0860/18
Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6766/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora LEONICE PIMEL SALGADO, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Práticas Pedagógicas Interdisciplinares em Educação Especial e Práticas Inclusivas".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 5 de abril de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0861/18

Publicação Nº 1667062

PORTARIA nº 0861/18
Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6493/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora PATRÍCIA FAQUIN, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Educação Especial e Inclusiva".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 2 de abril de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0862/18

Publicação Nº 1667060

PORTARIA nº 0862/18
Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 7676/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora VÂNIA REGINA FRIZON DOS SANTOS, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Linguística, Letras e Artes".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 16 de abril de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0863/18

Publicação Nº 1667058

PORTARIA nº 0863/18
Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6236/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora ENIZA COSTA MOREIRA, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Educação – Área de concentração em Educação Infantil e Séries Iniciais".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 28 de março de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0864/18

Publicação Nº 1667055

PORTARIA nº 0864/18

Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6526/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora DANIELA GEMELLI PIACENTINI, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Práticas Pedagógicas Interdisciplinares: Educação Infantil, Séries do Ensino Fundamental e Médio".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 3 de abril de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0865/18

Publicação Nº 1667100

PORTARIA nº 0865/18

Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6546/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora CLACIR STIEVEN, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Letras, Linguística e Artes – Área de concentração em Arte e Ensino da Arte".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 3 de abril de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0866/18

Publicação Nº 1667099

PORTARIA nº 0866/18

Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6540/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora LARESSA PAZIN, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Psicomotricidade".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 3 de abril de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0867/18

Publicação Nº 1667054

PORTARIA nº 0867/18
Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6532/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora ELEANE TERESINHA KOEFFER BOESING, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Alfabetização e Letramento".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 3 de abril de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0868/18

Publicação Nº 1667053

PORTARIA nº 0868/18
Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6516/2018,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, ao servidor ENOQUE DA SILVA SOBRAL, Professor, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Alfabetização Matemática e em Neuropedagogia".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 2 de abril de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0869/18

Publicação Nº 1667027

PORTARIA nº 0869/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar MARCELO PERIN, Auxiliar Operacional, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível V, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 26 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0870/18

Publicação Nº 1667181

PORTARIA nº 0870/18

Nomeia Comissão de Avaliação de Bem Imóvel

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 19 e 20 do Decreto Federal nº 99.658/90, que regulamenta no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material;

CONSIDERANDO o disposto na alínea "c" do artigo 7º da Lei Federal nº 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, bem como a alínea "c" do artigo 1º da Resolução do CONFEA nº 345/90, que dispõe quanto o exercício por profissional de Nível Superior das Atividades de Engenharia de Avaliações e Perícias de Engenharia;

CONSIDERANDO, ainda, NBR 14653-1 – Avaliação de Bens da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

RESOLVE

Art. 1º Designar LAURI PIGOZZO, RAFAEL LIMA, LUIZ GABRIEL FIANCO e ISRAEL RIBEIRO ALVES, para comporem a Comissão de Avaliação, a fim de avaliarem, no prazo de 5 (cinco) dias, uma cascalheira com volume estimado de 68.000,00 m³, localizada e instalada em uma área de 12.630,00 m², parte de uma área maior com 104.059,00 m², de propriedade de Afonso Baldissera e Esposa, matriculada no Registro de Imóveis da Comarca de Videira sob o nº 22.924, para fins de britagem e posterior uso nas estradas vicinais do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 645/18.

Videira, 28 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

RESOLUÇÃO 008/2018- CMAS

Publicação Nº 1667311

RESOLUÇÃO 008/2018-CMAS

Dispõe sobre a alteração de membro da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Videira - SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira-SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei Municipal 162, de 20 de novembro de 1996, com suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Ata 247/2018-CMAS, a Conselheira Cristyane Fiorelli Mendes em substituição da Conselheira Vânia Urbano dos Santos para compor a Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Videira - SC.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 07 de junho de 2018.

Jussara Zambom

Presidente do CMAS de Videira - SC

RESOLUÇÃO Nº 009/2018- CMAS

Publicação Nº 1667312

RESOLUÇÃO Nº 009/2018-CMAS

Dispõe sobre a aprovação do Parecer 001/2018 - Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do CMAS de Videira - SC, o qual trata da avaliação anual das inscrições de entidades no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira - SC

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei Municipal 162, de 20 de novembro de 1996, com suas alterações,

Considerando a redação do art. 2º, VII, da Lei Municipal 162/1996, o qual trata da competência do Conselho de acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no Município;

Considerando a redação do art. 2º, VII, do Decreto Municipal 13.147/16, com suas alterações, o qual dispõe que "respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social: [...] VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência, prestadas à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas inscritas no CMAS";

Considerando a Resolução 021/2016-CMAS, a qual "dispõe sobre os parâmetros de inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira - SC";

Considerando a redação do art. 30, I, do Decreto Municipal 13.147/16, com suas alterações; o qual reza que "competem à Comissão Permanente de Normas e Regulamentação: I - analisar os pedidos de inscrição, atestado de funcionamento e renovação de atestado de funcionamento das entidades não governamentais com sede no Município, em conformidade com a legislação vigente, emitindo parecer ao CMAS; e,

Considerando, ainda, a apresentação ao Conselho, em 14/06/2018, do Parecer 001/2018 da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do CMAS de Videira - SC, acerca da avaliação anual das inscrições de entidades do Conselho.

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, nos termos da Ata 250/2018-CMAS, da Reunião Ordinária realizada na data de 14/06/2018 em sua integralidade, o Parecer 001/2018, da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do CMAS de Videira - SC, o qual trata da avaliação anual das inscrições de entidades do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira - SC.

Art. 2º - Proceda-se com as recomendações da Comissão.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 14 de junho de 2018.

Jussara Zambom

Presidente do CMAS de Videira - SC

PARECER 001/2018 - COMISSÃO PERMANENTE DE NORMAS E REGULAMENTAÇÃO DO CMAS DE VIDEIRA/SC

AVALIAÇÃO ANUAL DAS INSCRIÇÕES DE ENTIDADES NO CONSELHO

A Comissão Permanente de Normas e Regulamentação - CPNR, do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC, no uso de suas atribuições legais, conforme o Regimento Interno do Conselho e as Resoluções 008/2017-CMAS, 008/2018-CMAS, apresenta seu Parecer, conforme a reunião realizada em 07/06/2018, em relação à avaliação anual da inscrição das entidades:

- I - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;
- II - Associação Sorria Criança - ASCRI;
- III - Centro de Integração Empresa Escola - CIEE;
- IV - Escola de Pais do Brasil - EPB;
- V - Lar O Bom Samaritano;
- VI - Pastoral da Criança; e,
- VII - Rede Videirense de Combate ao Câncer - RVCC.

Vale salientar primeiramente, os critérios elencados no art. 6º da Resolução 021/2016-CMAS para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social:

Art. 6º Os critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais são, cumulativamente:

- I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;
- II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;
- III - garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- IV - garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

De igual forma, o art. 2º da Resolução 021/2016-CMAS, o qual elenca as modalidades de atendimento das Entidades ou Organizações da Assistência Social:

Art. 2º As entidades ou organizações de Assistência Social podem ser, isolada ou cumulativamente:

- I - de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos das normas vigentes.
- II - de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes.
- III - de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes.

Por sua vez, o art. 8º da Resolução 021/2016-CMAS estabelece o rol de documentos para a obtenção da inscrição:

Art. 8º As entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar os seguintes documentos para obtenção da inscrição:

- I - requerimento, conforme anexo I;
- II - cópia do estatuto social (atos constitutivos) registrado em cartório;
- III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;
- IV - plano de ação, com assinatura de profissional de serviço social;
- V - cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- VI - relatório Financeiro do Exercício anterior;
- VII - parecer do Conselho Fiscal da Entidade com assinatura dos responsáveis, caso houver.

Neste sentido, a fim de se possibilitar a avaliação anual das inscrições das entidades inscritas no Conselho, nos termos do art. 13, da Resolução 021/2016-CMAS, é necessária a apresentação de:

Art. 13. As entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar anualmente, até 30 de abril, ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS):

- I - plano de ação do corrente ano, com assinatura de profissional de serviço social, nos termos do inciso III, do artigo 3º, desta Resolução;
- II - relatório de atividades do ano anterior, com assinatura de profissional de serviço social, que evidencie o cumprimento do Plano de ação, destacando informações sobre o público atendido e os recursos utilizados, nos termos do inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução.

Nessa esteira, o art. 3º, incisos III e IV, também da Resolução 021/2016-CMAS, estabelecem que:

Art. 3º As entidades ou organizações de Assistência Social, no ato da inscrição, demonstrarão:
[...]

III - elaborar plano de ação anual, com assinatura de profissional de serviço social, contendo:

- a) finalidades estatutárias;
- b) objetivos;
- c) origem dos recursos;

- d) infraestrutura;
- e) identificação de cada serviço, programa, projetos e benefícios socioassistenciais, informando respectivamente:
 - 1) público alvo;
 - 2) capacidade de atendimento;
 - 3) recursos financeiros a serem utilizados;
 - 4) recursos humanos envolvidos;
 - 5) abrangência territorial;
 - 6) demonstração da forma de como a entidade ou organização de Assistência Social fomentará, incentivará e qualificará a participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do seu plano: elaboração, execução, monitoramento e avaliação.

IV - ter expresso em seu relatório de atividades, com assinatura de profissional de serviço social:

- a) finalidades estatutárias;
- b) objetivos;
- c) origem dos recursos;
- d) infraestrutura;
- e) identificação de cada serviço, programa, projetos e benefícios socioassistenciais executado, informando respectivamente:
 - 1) público alvo;
 - 2) capacidade de atendimento;
 - 3) recurso financeiro utilizado;
 - 4) recursos humanos envolvidos;
 - 5) abrangência territorial;
 - 6) demonstração da forma de como a entidade ou organização de Assistência Social fomentou, incentivou e qualificou a participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas de execução de suas atividades, monitoramento e avaliação.

Dessa forma, recebida a documentação protocolada pelas entidades inscritas no Conselho, e diante do prazo estabelecido nos termos da Resolução 021/2016-CMAS a comissão constata e sugere ao CMAS que:

I - Quanto à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, diante da análise da documentação apresentada, a comissão sugere a manutenção da inscrição da entidade, sob a modalidade de defesa e garantia de direitos, de acordo com a Resolução 021/2016-CMAS.

II - Quanto à Associação Sorria Criança - ASCRI, diante da análise da documentação apresentada, a comissão sugere a readequação do projeto da entidade no prazo de 10 (dez) dias, para ser voltado a atividades socioeducativas e fortalecimento de vínculos familiares.

III - Quanto ao Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, diante da análise da documentação e relatório apresentado pela Entidade, a Comissão sugere a manutenção da inscrição, porém a comissão orientará acerca da necessidade da Entidade apresentar na Audiência Pública os dados dos adolescentes da Rede Socioassistencial inseridos no mercado de trabalho neste ano, bem como a continuação da apresentação de relatório trimestral ao Conselho.

IV - Quanto à Escola de Pais do Brasil - EPB, diante da documentação e do projeto apresentado, a Comissão sugere a manutenção da inscrição de acordo com a Resolução 021/2016-CMAS.

V - Quanto ao Lar O Bom Samaritano, diante da análise da documentação apresentada, a comissão sugere a manutenção da inscrição da entidade sob o enquadramento na modalidade de atendimento, de acordo com a Resolução 021/2016-CMAS. Entretanto, solicita a alteração da nomenclatura onde consta atendimento psicossocial.

VI - Quanto à Pastoral da Criança, a comissão recebeu resposta da Entidade solicitando o cancelamento da inscrição, justificando que a Entidade não desenvolve projetos locais, pois o trabalho desenvolvido é executado através das diretrizes definidas pela Pastoral Nacional.

VII - Quanto à Rede Videirense de Combate ao Câncer - RVCC, a comissão sugere a readequação do projeto social da Entidade no prazo de 10 (dez) dias e a comissão fará visita para verificação e orientações.

Esse é o Parecer da Comissão de Normas e Regulamentação do CMAS no tocante à avaliação anual da inscrição das entidades Associação dos Pais e Amigos do Excepcionais - APAE, Associação Sorria Criança - ASCRI, Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, Escola de Pais do Brasil - EPB, Lar O Bom Samaritano, Pastoral da Criança e Rede Videirense de Combate ao Câncer - RVCC.

Encaminha-se ao Conselho para deliberação.

JUSSARA ZAMBOM
Presidente do CMAS

PATRICK FERRÃO CUSTÓDIO
Membro da Comissão

ROSANA DE FÁTIMA SOMENSI
Membro da Comissão

CAROLINE ROCHA DE PAULA
Assessoria

ROSA MARIA DOS SANTOS
Membro da Comissão

CRISTYANE FIORELLI MENDES
Membro da Comissão

Videira, 07 de junho de 2018.

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2018-PMV

Publicação Nº 1667113

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2018-PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A IMPLANTAÇÃO DA ACADEMIA AO AR LIVRE DO AMARANTE, LOCALIZADA A AVENIDA PROF. JOAQUIM AMARANTE, BAIRRO AMARANTE, COM ÁREA DE 850,00M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO BÁSICO, restando vencedora a empresa Mendes e Suckow Engenharia e Construções Ltda por apresentar o menor preço de R\$ 97.721,00 (noventa e sete mil setecentos e vinte e um reais). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 28 de junho de 2018.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TERMO ADITIVO 51/2018 - PMV

Publicação Nº 1668310

Termo Aditivo nº 51/2018

Contrato/Ata nº: CT nº 44/2018

Processo: Dispensa de Licitação nº 11/2018 – PMV

Contratada: Viação Petrópolis Ltda.

Objeto: Prorrogação do Contrato de Prestação de Serviço nº 44/2018 – PMV por 30 (trinta) dias, com efeitos a partir de 01/07/2018 até 31/07/2018, conforme parecer jurídico e despacho do Sr. Prefeito Municipal.

Data: 28/06/2018

TERMO ADITIVO 52/2018 - PMV

Publicação Nº 1668366

Termo Aditivo nº 52/2018

Contrato/Ata nº: CT nº 197/2016

Processo: DL nº 10/2016- PMV

Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato de prestação de serviço nº 197/2016, com efeitos a partir de 01/07/2018 até 31/12/2018.

Data: 28/06/2018.

TERMO ADITIVO 53/2018 - FMAS

Publicação Nº 1668417

Termo Aditivo nº 53/2018

Contrato/Ata nº: CT nº 04/2018

Processo: DL nº 01/2018-FMAS

Contratado: PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Prorrogar o Contrato de Prestação de Serviço nº 04/2018, com efeitos a partir de 01/07/2018 até 31/07/2018.

Valor: R\$ 2.644,77 (dois mil seiscentos e quarenta e quatro reais e setenta e sete centavos).

Data: 29/06/2018.

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2018 - FMS

Publicação Nº 1667704

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2018 – FMS

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta a Tomada de Preços nº 02/2018 – FMS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE LOURDES, LOCALIZADO NO DISTRITO DE LOURDES, EM VIDEIRA - SC, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 132,57M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO E MEMORIAL DESCRITIVO. As propostas e documentos serão recebidos até as 14:00:00h do dia 23 de julho de 2018. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados no site www.videira.sc.gov.br, link "Transparência", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Compras/Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 28 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

RELAÇÕES DE AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO MÊS 06/FIA

Publicação Nº 1668354

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA ADOLESCENCIA DE VIDEIRA
Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS											LIQUIDAÇÃO			
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq.	Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho

3/2018	08/06/2018	3/2018		1/2018	1				6/2018	5.400,00	ANDRE VIANA CUSTODIO 89382536949		5 - 08/06/2018	
--------	------------	--------	--	--------	---	--	--	--	--------	----------	----------------------------------	--	----------------	--

RELAÇÕES DE AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO MÊS 06/FMAS

Publicação Nº 1668355

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA
Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO			
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq. Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
18/2018	28/06/2018		2/2018	12/2018				11/2018	1.459,00	MUGNOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA			
19/2018	28/06/2018		3/2018	12/2018				11/2018	98,24	LUMIPLAST LTDA ME			
20/2018	28/06/2018		4/2018	12/2018				11/2018	238,00	CONDUVALE ELETRIFICACAO LTDA			
21/2018	28/06/2018	3/2018			4		1914	27/2018	4.670,42	HARMONIZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO TEXTIL LTDA			

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA
Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

Página: 1/1

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO		
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq. Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho Subempenho
15/2018	04/06/2018	9/2017		5			1897	33/2018	9.054,01	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD		368 - 04/06/2018
16/2018	04/06/2018	9/2017		6			1897	33/2018	9.054,01	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD		369 - 04/06/2018

RELATÓRIOS DE AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO MÊS 06/FMEV

Publicação Nº 1668357

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA Relatório das Autorizações de Compra e Liquidações

Página: 1/1

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO			
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq. Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
21/2018	06/06/2018	10/2018			1			5/2018	7.900,00	FEDERACAO CATARINENSE DE ATLETISMO	14/06/2018	109 - 06/06/2018	
22/2018	08/06/2018	11/2018			1		2405	5/2018	44.240,00	TRANSPORTES PBRANDT LTDA		110 - 08/06/2018	
23/2018	14/06/2018		8/2018					5/2018	2.193,00	FEDERACAO CATARINENSE DE BASKETBALL		113 - 14/06/2018	
24/2018	14/06/2018	4/2018			1		2406	5/2018	5.300,00	FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LT		114 - 14/06/2018	
25/2018	14/06/2018	4/2018			1		2407	5/2018	4.788,56	VISUAL CN MATERIAIS PUBLICITARIOS EIRELI		115 - 14/06/2018	
26/2018	15/06/2018	5/2018			1		2408	5/2018	18.600,00	PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI - ME		116 - 15/06/2018	
27/2018	15/06/2018	5/2018			1		2409	5/2018	36.550,00	SINAOÇO COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE MATERIA		117 - 15/06/2018	
28/2018	15/06/2018	6/2018			1		2410	5/2018	14.600,00	MARCELO ZANON		118 - 15/06/2018	
29/2018	20/06/2018		9/2018	1/2018				5/2018	3.600,00	FEDERAÇÃO CATARINENSE DE KARATÉ		124 - 20/06/2018	
30/2018	18/06/2018	7/2018			1		2414	5/2018	17.426,64	TOTAL SPORTS LTDA ME		119 - 18/06/2018	
31/2018	21/06/2018		10/2018	1/2018				5/2018	450,00	FEDERACAO CATARINENSE DE BOCHAS E BOLA		127 - 21/06/2018	
32/2018	19/06/2018	8/2018			1		2415	5/2018	1.400,00	BANXAP - BANHEIROS MOVEIS LTDA		122 - 19/06/2018	
33/2018	19/06/2018	8/2018			1		2416	5/2018	10.250,00	OK EVENTOS E MONTAGEM LTDA		123 - 19/06/2018	
34/2018	20/06/2018	9/2018			1		2417	5/2018	5.291,00	LENOIR POMPEO 02840845903		128 - 21/06/2018	

RELAÇÕES DE AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO MÊS 06/FMS

Publicação Nº 1668356

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA
Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS									
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq	Contrato	Despesa
LIQUIDAÇÃO									
Nº e Data do Empenho Subempenho									
Entrega									
Valor AF Nome do Fornecedor									

36/2018	06/06/2018								98/2018	872,70	LUMIPLAST LTDA ME	27/06/2018	976 - 06/06/2018
---------	------------	--	--	--	--	--	--	--	---------	--------	-------------------	------------	------------------

RELAÇÕES DE AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO MÊS 06/PMV

Publicação Nº 1668353

Página: 1/9

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO			
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq. Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
1832/2018	04/06/2018	119/2017		3			8045	211/2018	1.745,00	IVALDO MARTIN SCHULZE & CIA LTDA - ME		3152 - 04/06/2018	
1833/2018	04/06/2018	236/2017		16			8252	188/2018	968,98	FLORKAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.	20/06/2018	3153 - 04/06/2018	
1834/2018	04/06/2018	236/2017		17			8252	245/2018	2.252,45	FLORKAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.	20/06/2018	3154 - 04/06/2018	
1835/2018	04/06/2018	236/2017		18			8252	245/2018	726,75	FLORKAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.	20/06/2018	3155 - 04/06/2018	
1836/2018	04/06/2018	236/2017		19			8252	188/2018	2.694,14	FLORKAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.	20/06/2018	3158 - 04/06/2018	
1837/2018	04/06/2018	132/2017		12			8090	245/2018	32.564,70	GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS S/A	18/06/2018	3156 - 04/06/2018	
1838/2018	04/06/2018	235/2017		11			8234	188/2018	8.570,00	BRITAGEM GASPAR LTDA		3157 - 04/06/2018	
1839/2018	04/06/2018	198/2017		73/2017	45		8186	245/2018	1.343,75	LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA-ME	25/06/2018	3159 - 04/06/2018	
1840/2018	04/06/2018	78/2017		73/2017	31		8024	245/2018	556,00	PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA EPP.		3160 - 04/06/2018	
1841/2018	04/06/2018	195/2017		73/2017	86		8171	245/2018	875,72	BALDO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME	20/06/2018	3161 - 04/06/2018	
1842/2018	04/06/2018	195/2017		73/2017	87		8169	245/2018	499,75	JOINIX COMERCIO CASA E CONSTRUCAO LTDA - ME	20/06/2018	3162 - 04/06/2018	
1843/2018	04/06/2018	232/2017		60/2017	15		8231	188/2018	1.168,00	VALESAN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA (VIDEIRA)	18/06/2018	3163 - 04/06/2018	
1844/2018	04/06/2018	183/2017		32			8146	118/2018	9.105,35	COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA ME		3164 - 04/06/2018	
1845/2018	04/06/2018	21/2018		22/2018	11		8325	118/2018	14.250,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	19/06/2018	3165 - 04/06/2018	
1846/2018	04/06/2018	21/2018		22/2018	12		8325	108/2018	6.350,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	19/06/2018	3166 - 04/06/2018	
1847/2018	04/06/2018	13/2018		20			3560	45/2018	405,12	LIDER COSMETICOS E MEDICAMENTOS LTDA - EPP	15/06/2018	934 - 04/06/2018	
1848/2018	04/06/2018	123/2017		73/2017	350		8065	245/2018	34.400,00	POSTO DOIS PINHEIROS PERDIZES LTDA		3167 - 04/06/2018	
1849/2018	04/06/2018	123/2017		60/2017	351		8065	188/2018	17.200,00	POSTO DOIS PINHEIROS PERDIZES LTDA		3168 - 04/06/2018	
1852/2018	05/06/2018	123/2017		73/2017	354		8224	245/2018	4.310,00	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		3169 - 05/06/2018	
1853/2018	05/06/2018	123/2017		60/2017	355		8224	188/2018	3.448,00	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		3170 - 05/06/2018	
1854/2018	05/06/2018	123/2017		14/2017	356		1898	27/2018	862,00	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		370 - 05/06/2018	
1855/2018	05/06/2018	123/2017		14/2017	357		1898	33/2018	1.077,50	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		371 - 05/06/2018	
1856/2018	05/06/2018	123/2017		14/2017	358		1898	11/2018	862,00	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		372 - 05/06/2018	
1857/2018	05/06/2018	123/2017		14/2017	359		1898	18/2018	431,00	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		373 - 05/06/2018	
1858/2018	05/06/2018	123/2017		14/2017	360		1898	27/2018	862,00	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		374 - 05/06/2018	
1859/2018	05/06/2018	123/2017		14/2017	361		1898	11/2018	862,00	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		375 - 05/06/2018	
1860/2018	05/06/2018	123/2017		42/2017	362		8224	148/2018	862,00	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		3171 - 05/06/2018	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO		
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud. Padron.	Seq.Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
1861/2018	05/06/2018	123/2017		42/2017	363	8224	148/2018	862,00	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		3172 - 05/06/2018	
1862/2018	05/06/2018	123/2017		14/2017	364	1898	18/2018	431,00	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		376 - 05/06/2018	
1863/2018	05/06/2018	123/2017		14/2017	365	1898	33/2018	1.077,50	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		377 - 05/06/2018	
1864/2018	05/06/2018	123/2017		11/2017	368	8224	76/2018	172,40	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		3173 - 05/06/2018	
1865/2018	05/06/2018	123/2017		8/2017	369	8224	28/2018	1.551,60	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		3174 - 05/06/2018	
1866/2018	05/06/2018	123/2017		1/2017	370	8224	4/2018	431,00	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		3175 - 05/06/2018	
1867/2018	05/06/2018	123/2017		9/2017	371	3548	98/2018	8.620,00	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		935 - 05/06/2018	
1868/2018	05/06/2018	123/2017		9/2017	372	3548	89/2018	431,00	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		936 - 05/06/2018	
1869/2018	05/06/2018	123/2017		9/2017	373	3548	97/2018	3.017,00	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		937 - 05/06/2018	
1870/2018	05/06/2018	123/2017		9/2017	374	3548	97/2018	3.017,00	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		938 - 05/06/2018	
1871/2018	05/06/2018	123/2017		9/2017	375	3548	49/2018	862,00	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		939 - 05/06/2018	
1872/2018	05/06/2018	123/2017		21/2017	376	8224	81/2018	1.293,00	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		3176 - 05/06/2018	
1873/2018	05/06/2018	123/2017		9/2017	377	3548	98/2018	8.620,00	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		940 - 05/06/2018	
1874/2018	05/06/2018	123/2017		22/2017	378	8224	108/2018	1.724,00	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		3177 - 05/06/2018	
1876/2018	05/06/2018		28/2018				36/2018	1.190,00	VIDEGRAF ARTES GRAFICAS LTDA - EPP	20/06/2018	3178 - 05/06/2018	
1877/2018	05/06/2018		29/2018				236/2018	2.195,00	GRÁFICA E EDITORA BLUMEN LTDA	26/06/2018	3179 - 05/06/2018	
1878/2018	04/06/2018	94/2018		1		8441	126/2018	15.280,00	FABIANE GONSCHOROVSKI DE SOUZA		3146 - 04/06/2018	
1879/2018	04/06/2018	94/2018		1		8440	126/2018	1.780,00	GIGA1.COM EIRELI - ME		3147 - 04/06/2018	
1881/2018	05/06/2018	123/2017		74/2017	380	8224	201/2018	1.293,00	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		3191 - 05/06/2018	
1882/2018	05/06/2018	123/2017		58/2017	381	8224	199/2018	431,00	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		3192 - 05/06/2018	
1883/2018	06/06/2018	235/2017			12	8236	245/2018	14.190,40	BRITAGEM VANZ LTDA	20/06/2018	3209 - 06/06/2018	
1884/2018	06/06/2018	195/2017		73/2017	88	8169	167/2018	600,00	JOINIX COMERCIO CASA E CONSTRUCAO LTDA - ME		3208 - 06/06/2018	
1885/2018	06/06/2018	123/2017		9/2017	382	3472	98/2018	6.192,00	POSTO DOIS PINHEIROS PERDIZES LTDA		977 - 06/06/2018	
1886/2018	06/06/2018	87/2018		12/2018	5	1929	11/2018	1.729,20	TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME	21/06/2018	381 - 06/06/2018	
1887/2018	06/06/2018	213/2017			379	8261	89/2018	2.801,20	GIGA1.COM EIRELI - ME	21/06/2018	3211 - 06/06/2018	
1889/2018	06/06/2018	189/2017		8/2017	19	8182	28/2018	194,00	COMERCIO DE BATERIAS MULTI MARCAS LTDA ME	20/06/2018	3207 - 06/06/2018	
1890/2018	06/06/2018	239/2017			3	8255	201/2018	3.097,95	WOOLUÉ CONFECÇÕES LTDA		3212 - 06/06/2018	

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO			
Seq. Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq. Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
1891/2018	06/06/2018	81/2018		73/2018	7			8405	245/2018	36.100,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		3204 - 06/06/2018
1892/2018	06/06/2018	81/2018		22/2018	8			8405	108/2018	1.805,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		3205 - 06/06/2018
1894/2018	06/06/2018	78/2017		73/2017	33			8023	245/2018	520,00	PREVEMAX CONFECOES PLASTICAS LTDA	28/06/2018	3201 - 06/06/2018
1895/2018	06/06/2018	78/2017		60/2017	34			8028	188/2018	539,00	RG EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL LTDA EPP	25/06/2018	3202 - 06/06/2018
1896/2018	06/06/2018	78/2017		73/2017	35			8029	245/2018	78,00	CENCI EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - ME		3203 - 06/06/2018
1897/2018	06/06/2018	232/2017		73/2017	17			8231	245/2018	1.022,00	VALESAN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA (VIDEIRA)	20/06/2018	3210 - 06/06/2018
1900/2018	08/06/2018	87/2018		12/2018	7			1929	27/2018	2.701,55	TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME	21/06/2018	383 - 08/06/2018
1902/2018	08/06/2018	89/2017		12/2017	30			1853	33/2018	28,51	RENATO PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA	21/06/2018	384 - 08/06/2018
1904/2018	08/06/2018	84/2017			10			7974	245/2018	51.450,00	CONSTRUTORA FETZ LTDA		3407 - 11/06/2018
1906/2018	08/06/2018	237/2017		20/2017	16			8282	211/2018	5.250,00	VANDERLEI CLIMACO VARELA	20/06/2018	3213 - 08/06/2018
1907/2018	08/06/2018	85/2017			535			3456	98/2018	73,07	ADO AUTO PEÇAS LTDA	27/06/2018	978 - 08/06/2018
1908/2018	08/06/2018	85/2017			536			3456	97/2018	741,58	ADO AUTO PEÇAS LTDA	27/06/2018	979 - 08/06/2018
1909/2018	08/06/2018	85/2017			537			3456	98/2018	6,16	ADO AUTO PEÇAS LTDA	27/06/2018	980 - 08/06/2018
1910/2018	08/06/2018	85/2017			538			3456	98/2018	251,73	ADO AUTO PEÇAS LTDA	27/06/2018	981 - 08/06/2018
1911/2018	08/06/2018	85/2017			539			3456	97/2018	526,17	ADO AUTO PEÇAS LTDA	27/06/2018	982 - 08/06/2018
1912/2018	08/06/2018	85/2017			540			3456	97/2018	35,60	ADO AUTO PEÇAS LTDA	27/06/2018	983 - 08/06/2018
1913/2018	08/06/2018	85/2017			541			3456	98/2018	11,66	ADO AUTO PEÇAS LTDA		984 - 08/06/2018
1914/2018	08/06/2018	85/2017			542			3456	97/2018	137,33	ADO AUTO PEÇAS LTDA	27/06/2018	985 - 08/06/2018
1915/2018	08/06/2018	85/2017			543			3456	98/2018	85,39	ADO AUTO PEÇAS LTDA	27/06/2018	986 - 08/06/2018
1916/2018	08/06/2018	85/2017			544			3455	98/2018	364,69	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	27/06/2018	987 - 08/06/2018
1917/2018	08/06/2018	85/2017			545			3455	98/2018	760,52	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	27/06/2018	988 - 08/06/2018
1918/2018	08/06/2018	85/2017			546			3455	98/2018	208,90	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	27/06/2018	993 - 08/06/2018
1919/2018	08/06/2018	85/2017			547			3455	98/2018	1.958,86	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	27/06/2018	989 - 08/06/2018
1920/2018	08/06/2018	85/2017			548			3455	98/2018	2.278,57	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	27/06/2018	990 - 08/06/2018
1921/2018	08/06/2018	85/2017			549			3455	97/2018	1.604,04	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	27/06/2018	994 - 08/06/2018
1922/2018	08/06/2018	85/2017			550			3455	98/2018	1.828,89	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	27/06/2018	991 - 08/06/2018
1923/2018	08/06/2018	85/2017			551			3455	98/2018	706,02	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	27/06/2018	995 - 08/06/2018
1924/2018	08/06/2018	85/2017			552			3455	98/2018	1.997,17	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	27/06/2018	992 - 08/06/2018
1925/2018	06/06/2018	77/2018			1			8446	152/2018	170.000,00	NOSSA PAVIMENTACAO E OBRAS LTDA - ME		3193 - 06/06/2018
1926/2018	06/06/2018	74/2018			1			8447	152/2018	49.635,37	GAIA RODOVIAS LTDA.		3195 - 06/06/2018
1927/2018	06/06/2018	74/2018			1			8448	152/2018	346.500,00	NOSSA PAVIMENTACAO E OBRAS LTDA - ME		3196 - 06/06/2018
1928/2018	06/06/2018	113/2018			1			8449	173/2018	583.727,07	VT ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA		3197 - 06/06/2018
1929/2018	06/06/2018	113/2018			1			8449	173/2018	314.489,43	VT ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA		3198 - 06/06/2018

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS											LIQUIDAÇÃO	
Seq. Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud. Padron.	Seq. Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
1930/2018	11/06/2018	81/2018		22/2018	9		8405	126/2018	1.805,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME	3406 - 06/06/2018	
1931/2018	14/06/2018	81/2018		8/2018	10		8405	28/2018	1.308,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME	3475 - 14/06/2018	
1932/2018	14/06/2018	21/2018		8/2018	13		8325	28/2018	165,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3442 - 14/06/2018	
1933/2018	14/06/2018	81/2018		1/2018	11		8405	4/2018	654,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME	3476 - 14/06/2018	
1934/2018	14/06/2018	81/2018		17/2018	12		8405	236/2018	872,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME	3477 - 14/06/2018	
1935/2018	14/06/2018	42/2018			6		8344	28/2018	34.306,10	SEGMETRE ASSESSORIA S/S LTDA - EPP	3474 - 14/06/2018	
1936/2018	14/06/2018	183/2017			34		3497	97/2018	1.703,38	COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA ME	1051 - 14/06/2018	
1937/2018	14/06/2018	183/2017			35		3497	97/2018	1.331,74	COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA ME	1052 - 14/06/2018	
1938/2018	14/06/2018	198/2017		73/2017	48		8185	167/2018	2.347,10	VALESAN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA (VIDEIRA)	26/06/2018	
1939/2018	14/06/2018	239/2017			4		8254	201/2018	888,21	BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA -ME	3441 - 14/06/2018	
1940/2018	14/06/2018	141/2017		74/2017	5		8107	201/2018	211,60	PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI - ME	3433 - 14/06/2018	
1941/2018	14/06/2018	87/2018		12/2018	11		1925	27/2018	552,60	GIGA1.COM EIRELI - ME	411 - 14/06/2018	
1942/2018	14/06/2018	87/2018		12/2018	12		1925	11/2018	552,60	GIGA1.COM EIRELI - ME	412 - 14/06/2018	
1943/2018	14/06/2018	87/2018		12/2018	13		1933	27/2018	1.655,25	FRINORA FRIGORIFICO EIRELI - ME	413 - 14/06/2018	
1944/2018	14/06/2018	166/2017		14/2017	32		1889	33/2018	396,00	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA	414 - 14/06/2018	
1945/2018	14/06/2018	166/2017		9/2017	33		8201	56/2018	606,00	LUBRE MAIS COMERCIO E SERVICOS DE LUBRIFICANTES LT	28/06/2018	
1946/2018	14/06/2018	189/2017		22/2017	20		8182	118/2018	349,00	COMÉRCIO DE BATERIAS MULTI MARCAS LTDA ME	3438 - 14/06/2018	
1947/2018	14/06/2018	85/2017			553		8018	118/2018	659,10	ADO AUTO PEÇAS LTDA	3428 - 14/06/2018	
1948/2018	14/06/2018	195/2017		22/2017	90		8171	126/2018	7.200,00	BALDO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -ME	3439 - 14/06/2018	
1949/2018	14/06/2018	89/2017		22/2017	31		7979	108/2018	222,40	FM PNEUS LTDA - FILIAL	3427 - 14/06/2018	
1950/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	14		8325	108/2018	630,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3443 - 14/06/2018	
1951/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	15		8325	108/2018	630,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3444 - 14/06/2018	
1952/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	16		8325	108/2018	165,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3445 - 14/06/2018	
1953/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	17		8325	108/2018	110,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3446 - 14/06/2018	
1954/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	18		8325	108/2018	110,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3447 - 14/06/2018	
1955/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	19		8325	108/2018	55,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3448 - 14/06/2018	
1956/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	20		8325	108/2018	630,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3449 - 14/06/2018	
1957/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	21		8325	108/2018	630,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3450 - 14/06/2018	
1958/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	22		8325	108/2018	165,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3451 - 14/06/2018	
1959/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	23		8325	108/2018	630,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3452 - 14/06/2018	
1960/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	24		8325	126/2018	165,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3453 - 14/06/2018	
1961/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	25		8325	108/2018	630,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3454 - 14/06/2018	
1962/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	26		8325	126/2018	630,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3473 - 14/06/2018	
1963/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	27		8325	126/2018	630,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3455 - 14/06/2018	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

Página: 5/9

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO			
Seq. Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq. Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
1964/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	28			8325	126/2018	630,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3456 - 14/06/2018	
1965/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	29			8325	126/2018	630,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3457 - 14/06/2018	
1966/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	30			8325	126/2018	540,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3458 - 14/06/2018	
1967/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	31			8325	126/2018	685,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3459 - 14/06/2018	
1968/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	32			8325	126/2018	630,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3460 - 14/06/2018	
1969/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	33			8325	126/2018	630,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3461 - 14/06/2018	
1970/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	34			8325	126/2018	630,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3462 - 14/06/2018	
1971/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	35			8325	126/2018	630,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3463 - 14/06/2018	
1972/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	36			8325	126/2018	630,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3464 - 14/06/2018	
1973/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	37			8325	126/2018	630,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3465 - 14/06/2018	
1974/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	38			8325	108/2018	330,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3466 - 14/06/2018	
1975/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	39			8325	126/2018	630,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3467 - 14/06/2018	
1976/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	40			8325	126/2018	530,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3468 - 14/06/2018	
1977/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	41			8325	126/2018	630,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3469 - 14/06/2018	
1978/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	42			8325	126/2018	165,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3470 - 14/06/2018	
1979/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	43			8325	126/2018	530,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3471 - 14/06/2018	
1980/2018	14/06/2018	21/2018		22/2018	44			8325	126/2018	630,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME	3472 - 14/06/2018	
1981/2018	14/06/2018	166/2017		22/2017	34			8197	108/2018	534,00	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	3437 - 14/06/2018	
1982/2018	14/06/2018	166/2017		9/2017	35			8201	126/2018	362,40	LUBRE MAIS COMERCIO E SERVICOS DE LUBRIFICANTES LT	3436 - 14/06/2018	
1983/2018	14/06/2018	87/2018		9/2018	14			3593	97/2018	2.450,00	VW COMERCIO ATACADISTA EIRELI	1053 - 14/06/2018	
1984/2018	14/06/2018	189/2017		9/2017	21			3516	97/2018	194,00	COMÉRCIO DE BATERIAS MULTIMARCAS LTDA ME	1054 - 14/06/2018	
1985/2018	14/06/2018	85/2017			554			8017	245/2018	803,41	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	26/06/2018	3429 - 14/06/2018
1986/2018	14/06/2018	85/2017			555			8017	245/2018	784,69	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	26/06/2018	3430 - 14/06/2018
1987/2018	14/06/2018	85/2017			556			8017	245/2018	347,85	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	26/06/2018	3431 - 14/06/2018
1988/2018	14/06/2018	85/2017			557			8017	245/2018	395,59	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	28/06/2018	3432 - 14/06/2018
1989/2018	14/06/2018	132/2017			13			8091	245/2018	12.000,00	PEDREIRA TRIANGULO LTDA - ME	26/06/2018	3434 - 14/06/2018
1990/2018	14/06/2018	116/2018		42/2018	1				222/2018	700,00	FRAYSUL AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI	22/06/2018	3421 - 14/06/2018
1991/2018	15/06/2018	95/2018		58/2018	6			8443	210/2018	1.580,00	MARCELO ZANON - ME	3478 - 15/06/2018	
1992/2018	15/06/2018	123/2017		74/2017	383			8065	201/2018	3.456,64	POSTO DOIS PINHEIROS PERDIZES LTDA	3479 - 15/06/2018	
1993/2018	18/06/2018	132/2017			14			8091	245/2018	10.687,20	PEDREIRA TRIANGULO LTDA - ME	3490 - 18/06/2018	
1994/2018	18/06/2018	85/2017			558			8017	245/2018	581,05	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	3491 - 18/06/2018	
1995/2018	18/06/2018	85/2017			559			8017	245/2018	1.003,34	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	3492 - 18/06/2018	
1996/2018	18/06/2018	240/2017			10			8258	245/2018	455,73	AUTO ELETRICA R7 & ACESSORIOS LTDA - ME	3493 - 18/06/2018	
1997/2018	18/06/2018	240/2017			11			8258	245/2018	402,71	AUTO ELETRICA R7 & ACESSORIOS LTDA - ME	3494 - 18/06/2018	
1998/2018	18/06/2018	183/2017			36			8146	28/2018	789,76	COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA ME	3495 - 18/06/2018	

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO			
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq.Contracto	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
1999/2018	18/06/2018	198/2017		22/2017	49		8186	108/2018	7.382,70	LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA-ME		3496 - 18/06/2018	
2000/2018	18/06/2018	198/2017		22/2017	50		8186	126/2018	18.046,60	LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA-ME		3497 - 18/06/2018	
2001/2018	18/06/2018	85/2017			560		8017	126/2018	3.341,96	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP		3498 - 18/06/2018	
2002/2018	18/06/2018	89/2017		22/2017	32		7979	126/2018	88,96	FM PNEUS LTDA - FILIAL		3499 - 18/06/2018	
2003/2018	18/06/2018	85/2017			561		8017	126/2018	389,74	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP		3500 - 18/06/2018	
2004/2018	18/06/2018	85/2017			562		8017	126/2018	130,93	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP		3501 - 18/06/2018	
2005/2018	18/06/2018	85/2017			563		8017	126/2018	327,92	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP		3502 - 18/06/2018	
2006/2018	18/06/2018	85/2017			564		3455	98/2018	2.270,30	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP		1058 - 18/06/2018	
2007/2018	18/06/2018	85/2017			565		3455	97/2018	1.755,65	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP		1059 - 18/06/2018	
2008/2018	18/06/2018	85/2017			566		3455	98/2018	240,28	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP		1060 - 18/06/2018	
2009/2018	18/06/2018	85/2017			567		3455	98/2018	289,68	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP		1061 - 18/06/2018	
2010/2018	18/06/2018	85/2017			568		3456	97/2018	13,30	ADO AUTO PEÇAS LTDA		1062 - 18/06/2018	
2011/2018	18/06/2018	85/2017			569		3456	97/2018	58,51	ADO AUTO PEÇAS LTDA		1063 - 18/06/2018	
2012/2018	18/06/2018	85/2017			570		3456	97/2018	13,30	ADO AUTO PEÇAS LTDA		1064 - 18/06/2018	
2013/2018	18/06/2018	85/2017			571		3456	98/2018	50,26	ADO AUTO PEÇAS LTDA		1065 - 18/06/2018	
2014/2018	18/06/2018	195/2017		1/2017	91		2370	5/2018	570,80	PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI - ME		120 - 18/06/2018	
2015/2018	18/06/2018	85/2017			572		3456	98/2018	493,14	ADO AUTO PEÇAS LTDA		1066 - 18/06/2018	
2016/2018	18/06/2018	198/2017		1/2017	47		2377	5/2018	2.970,00	PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI - ME	28/06/2018	121 - 18/06/2018	
2017/2018	19/06/2018	235/2017			13		8236	245/2018	25.193,40	BRITAGEM VANZ LTDA		3503 - 19/06/2018	
2018/2018	19/06/2018	240/2017			12		8259	245/2018	2.861,91	AUTO ELETRICA VANDESIL LTDA - ME		3541 - 19/06/2018	
2019/2018	19/06/2018	240/2017			13		8259	245/2018	776,12	AUTO ELETRICA VANDESIL LTDA - ME		3542 - 19/06/2018	
2020/2018	19/06/2018	89/2017		73/2017	33		7979	245/2018	18.764,32	FM PNEUS LTDA - FILIAL		3543 - 19/06/2018	
2021/2018	19/06/2018		30/2018	51/2018				176/2018	1.636,40	INOVA PROJETOS ELETRICOS LTDA		3504 - 19/06/2018	
2022/2018	19/06/2018		31/2018	51/2018				176/2018	2.100,00	INOVA PROJETOS ELETRICOS LTDA		3505 - 19/06/2018	
2023/2018	19/06/2018	85/2017			573		3456	98/2018	571,88	ADO AUTO PEÇAS LTDA		1068 - 19/06/2018	
2024/2018	05/06/2018	80/2018			1		8445	223/2018	328.000,54	RENATO DALMOLIN DAL BOSCO		3480 - 15/06/2018	
2025/2018	20/06/2018	85/2017			574		8017	126/2018	130,93	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP		3544 - 20/06/2018	
2026/2018	20/06/2018		32/2018					28/2018	264,32	IMPRENSA NACIONAL		3545 - 20/06/2018	
2027/2018	20/06/2018	202/2017			64		8196	110/2018	2.300,00	COPAVIDI - COOP. DE PEQ. AGRIC. DE VDA E IOMERÉ		3546 - 20/06/2018	
2028/2018	20/06/2018	202/2017			65		8196	89/2018	1.725,00	COPAVIDI - COOP. DE PEQ. AGRIC. DE VDA E IOMERÉ		3547 - 20/06/2018	
2029/2018	20/06/2018	202/2017			66		8196	110/2018	14.435,93	COPAVIDI - COOP. DE PEQ. AGRIC. DE VDA E IOMERÉ		3548 - 20/06/2018	
2030/2018	20/06/2018	202/2017			67		8196	110/2018	14.688,77	COPAVIDI - COOP. DE PEQ. AGRIC. DE VDA E IOMERÉ		3549 - 20/06/2018	
2031/2018	20/06/2018	78/2017		60/2017	36		8023	188/2018	367,50	PREVEMAX CONFECÇÕES PLASTICAS LTDA		3550 - 20/06/2018	
2032/2018	20/06/2018	85/2017			575		8017	245/2018	1.042,01	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP		3551 - 20/06/2018	
2033/2018	20/06/2018	85/2017			576		8017	188/2018	698,61	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP		3552 - 20/06/2018	

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO		
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq.Contracto	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho Subempenho
2034/2018	20/06/2018	85/2017		577			8017	188/2018	388,40	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP		3553 - 20/06/2018
2035/2018	20/06/2018	85/2017		578			8017	245/2018	420,02	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP		3554 - 20/06/2018
2036/2018	20/06/2018	85/2017		579			8017	188/2018	518,62	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP		3555 - 20/06/2018
2037/2018	20/06/2018	78/2017		73/2017	37		8029	245/2018	232,40	CENCI EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - ME		3556 - 20/06/2018
2038/2018	20/06/2018	78/2017		73/2017	38		8024	245/2018	770,66	PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA EPP.		3557 - 20/06/2018
2039/2018	20/06/2018	78/2017		60/2017	39		8024	188/2018	241,00	PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA EPP.		3558 - 20/06/2018
2041/2018	20/06/2018	87/2018		1/2018	15		8421	4/2018	90,00	CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		3559 - 20/06/2018
2042/2018	20/06/2018	87/2018		1/2018	16		2401	5/2018	1.350,00	CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		125 - 20/06/2018
2043/2018	20/06/2018	87/2018		1/2018	17		8418	4/2018	100,00	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		3560 - 20/06/2018
2044/2018	20/06/2018	87/2018		1/2018	18		2399	5/2018	350,00	PIATTO PRONTO ALIMENTOS LTDA - ME		126 - 20/06/2018
2045/2018	20/06/2018	87/2018		12/2018	21		1922	11/2018	201,12	AGN FRIOS LTDA		419 - 20/06/2018
2046/2018	20/06/2018	87/2018		12/2018	22		1922	27/2018	2.536,24	AGN FRIOS LTDA		420 - 20/06/2018
2047/2018	20/06/2018	21/2018		12/2018	45		1913	18/2018	55,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME		421 - 20/06/2018
2048/2018	20/06/2018	21/2018		12/2018	46		1913	18/2018	55,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME		422 - 20/06/2018
2049/2018	20/06/2018	21/2018		12/2018	47		1913	11/2018	55,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME		423 - 20/06/2018
2050/2018	20/06/2018	21/2018		12/2018	48		1913	11/2018	55,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME		424 - 20/06/2018
2051/2018	20/06/2018	21/2018		12/2018	49		1913	33/2018	55,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME		425 - 20/06/2018
2052/2018	20/06/2018	21/2018		12/2018	50		1913	33/2018	55,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME		426 - 20/06/2018
2053/2018	20/06/2018	21/2018		12/2018	51		1913	27/2018	55,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME		427 - 20/06/2018
2054/2018	20/06/2018	189/2017		14/2017	22		1881	27/2018	194,00	COMÉRCIO DE BATERIAS MULTI MARCAS LTDA ME		430 - 20/06/2018
2055/2018	20/06/2018	87/2018		42/2018	23		8418	222/2018	662,50	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		3561 - 20/06/2018
2056/2018	20/06/2018	87/2018		12/2018	24		1927	11/2018	1.313,25	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		431 - 20/06/2018
2057/2018	20/06/2018	87/2018		12/2018	25		1927	27/2018	2.668,50	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		432 - 20/06/2018
2058/2018	20/06/2018	85/2017			580		1855	33/2018	1.223,01	ADO AUTO PEÇAS LTDA		433 - 20/06/2018
2059/2018	20/06/2018	21/2018		12/2018	52		1913	27/2018	55,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME		428 - 20/06/2018
2060/2018	20/06/2018	21/2018		12/2018	53		1913	27/2018	55,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME		429 - 20/06/2018
2061/2018	20/06/2018	21/2018		42/2018	54		8325	222/2018	55,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME		3562 - 20/06/2018
2062/2018	20/06/2018	21/2018		42/2018	55		8325	222/2018	55,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME		3563 - 20/06/2018
2063/2018	20/06/2018	87/2018		42/2018	27		8423	222/2018	480,00	MARCIO JOSE DECKER - ME		3564 - 20/06/2018
2064/2018	20/06/2018	87/2018		42/2018	28		8423	222/2018	480,00	MARCIO JOSE DECKER - ME		3565 - 20/06/2018
2065/2018	20/06/2018	87/2018		42/2018	29		8423	222/2018	480,00	MARCIO JOSE DECKER - ME		3566 - 20/06/2018
2066/2018	20/06/2018	123/2017		58/2017	384		8224	199/2018	431,00	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		3567 - 20/06/2018
2067/2018	20/06/2018	95/2018		58/2018	7		8443	210/2018	615,00	MARCELO ZANON - ME		3568 - 20/06/2018
2068/2018	20/06/2018	85/2017			581		8017	245/2018	2.942,42	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP		3569 - 20/06/2018
2069/2018	20/06/2018	85/2017			582		8017	245/2018	7.551,47	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP		3570 - 20/06/2018

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO			
Seq. Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq. Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
2070/2018	20/06/2018	85/2017		583				8017	245/2018	388,91	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP		3571 - 20/06/2018
2071/2018	20/06/2018	116/2017		73/2017	54			8035	245/2018	779,00	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP		3572 - 20/06/2018
2072/2018	20/06/2018	243/2017		73/2017	17			8295	245/2018	617,25	MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI		3573 - 20/06/2018
2073/2018	20/06/2018		33/2018	2/2018					21/2018	1.820,00	INFODIGI INFORMACOES DIGITAIS LTDA	27/06/2018	3574 - 20/06/2018
2074/2018	20/06/2018	243/2017		73/2017	18			8296	245/2018	114,40	VALESAN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA (VIDEIRA)		3575 - 20/06/2018
2075/2018	20/06/2018	243/2017		73/2017	19			8297	245/2018	889,55	PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI - ME		3576 - 20/06/2018
2076/2018	21/06/2018	112/2017			14			8148	118/2018	12.640,00	EPISTEMICA EIRELI - EPP		3581 - 21/06/2018
2077/2018	21/06/2018	93/2017			16			7989	210/2018	3.700,00	CLARISSE GELINSKI RICCI DECORACOES		3577 - 21/06/2018
2078/2018	21/06/2018	93/2017			17			7989	210/2018	1.350,00	CLARISSE GELINSKI RICCI DECORACOES		3578 - 21/06/2018
2079/2018	25/06/2018	123/2017		73/2017	385			8224	245/2018	4.310,00	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.		3595 - 25/06/2018
2080/2018	25/06/2018	194/2017		73/2017	12			8163	202/2018	3.374,06	NT SERVICOS E TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME		3596 - 25/06/2018
2081/2018	25/06/2018	195/2017		73/2017	92			8168	245/2018	360,00	PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI - ME		3597 - 25/06/2018
2082/2018	25/06/2018	183/2017			37			3497	97/2018	1.703,38	COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA ME		1074 - 25/06/2018
2083/2018	25/06/2018		34/2018	9/2018					56/2018	536,00	M & A COMERCIO DE CARIMBOS LTDA		3598 - 25/06/2018
2084/2018	25/06/2018	85/2017			584			8018	28/2018	168,60	ADO AUTO PEÇAS LTDA		3599 - 25/06/2018
2085/2018	25/06/2018	124/2018		8/2018	1				28/2018	321,69	AUTO MECANICA GERAL LTDA		3634 - 26/06/2018
2086/2018	27/06/2018	81/2018		1/2018	13			8405	4/2018	1.308,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		3691 - 27/06/2018
2087/2018	27/06/2018	116/2017		60/2017	55			8034	188/2018	560,00	MECANICA AUTOPECAS TRENTIN LTDA - EPP		3692 - 27/06/2018
2088/2018	27/06/2018	116/2017		60/2017	56			8034	188/2018	1.772,00	MECANICA AUTOPECAS TRENTIN LTDA - EPP		3693 - 27/06/2018
2089/2018	27/06/2018	116/2017		73/2017	57			8034	245/2018	1.400,00	MECANICA AUTOPECAS TRENTIN LTDA - EPP		3694 - 27/06/2018
2090/2018	27/06/2018	116/2017		73/2017	58			8034	245/2018	2.692,00	MECANICA AUTOPECAS TRENTIN LTDA - EPP		3695 - 27/06/2018
2091/2018	27/06/2018	116/2017		73/2017	59			8034	245/2018	320,00	MECANICA AUTOPECAS TRENTIN LTDA - EPP		3696 - 27/06/2018
2092/2018	27/06/2018	85/2017			585			8017	245/2018	248,65	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP		3697 - 27/06/2018
2093/2018	27/06/2018	85/2017			586			8017	245/2018	639,16	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP		3698 - 27/06/2018
2094/2018	27/06/2018	85/2017			587			8017	245/2018	256,90	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP		3699 - 27/06/2018
2095/2018	27/06/2018	85/2017			588			8017	188/2018	639,16	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP		3700 - 27/06/2018
2096/2018	27/06/2018	85/2017			589			8017	188/2018	2.860,89	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP		3701 - 27/06/2018
2097/2018	27/06/2018	85/2017			590			8017	245/2018	594,53	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP		3702 - 27/06/2018
2098/2018	27/06/2018	85/2017			591			8018	245/2018	465,07	ADO AUTO PEÇAS LTDA		3703 - 27/06/2018
2099/2018	27/06/2018	85/2017			592			8018	245/2018	125,97	ADO AUTO PEÇAS LTDA		3704 - 27/06/2018
2100/2018	27/06/2018	162/2017			15			8124	245/2018	1.033,95	DEL CIR BOESING - ME		3705 - 27/06/2018
2101/2018	27/06/2018	50/2018			7			8361	245/2018	8.334,51	DEON TERRAPLANAGENS E CONSTRUÇOES EIRELI		3706 - 27/06/2018

Página: 9/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO			
Seq. Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq. Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
2102/2018	27/06/2018	189/2017		9/2017	23		3516	89/2018	140,00	COMÉRCIO DE BATERIAS MULTI MARCAS LTDA ME		1090 - 27/06/2018	
2103/2018	27/06/2018	90/2018			5		3585	97/2018	180,00	ELIANE FENILI LINS		1092 - 27/06/2018	
2104/2018	27/06/2018	90/2018			6		3584	97/2018	2.740,00	VIDE BOX LTDA		1093 - 27/06/2018	
2105/2018	27/06/2018	92/2018		9/2018	3		3604	98/2018	12.950,00	ALTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA		1094 - 27/06/2018	
2106/2018	27/06/2018	189/2017		9/2017	24		3516	98/2018	194,00	COMÉRCIO DE BATERIAS MULTI MARCAS LTDA ME		1091 - 27/06/2018	
2107/2018	27/06/2018	92/2018		9/2018	4		3602	98/2018	18.280,00	OXIGENIO JOACABA COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS E		1095 - 27/06/2018	
2108/2018	27/06/2018	166/2017		14/2017	36		1888	33/2018	88,40	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA		438 - 27/06/2018	
2109/2018	27/06/2018	87/2018		12/2018	31		1930	27/2018	729,00	CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		439 - 27/06/2018	
2110/2018	27/06/2018	87/2018		12/2018	32		1930	11/2018	609,00	CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		440 - 27/06/2018	
2111/2018	22/06/2018	65/2018			1		8456	160/2018	94.127,20	TALASKA ENERGIA EIRELI		3630 - 26/06/2018	
2112/2018	22/06/2018	65/2018			1		8455	160/2018	700.000,05	NOSSA PAVIMENTACAO E OBRAS LTDA - ME		3631 - 26/06/2018	
2113/2018	25/06/2018	107/2018			1		8457	174/2018	19.665,00	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA.		3632 - 26/06/2018	
2114/2018	25/06/2018	107/2018			1		8457	174/2018	26.079,94	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA.		3633 - 26/06/2018	

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO				
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq.	Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
1875/2018	05/06/2018	123/2017		22/2017	379			8224	126/2018	1.724,00	AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ELLO LTDA.			
1888/2018	06/06/2018	195/2017		22/2017	89			8171	126/2018	7.200,00	BALDO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME			
1898/2018	06/06/2018	198/2017		73/2017	46			8185	167/2018	2.347,10	VAESAN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA (VIDEIRA)			
1899/2018	08/06/2018	183/2017			33			8146	199/2018	371,65	COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA ME			
1901/2018	08/06/2018	87/2018		12/2018	8			1925	27/2018	552,60	GIGA1.COM EIRELI - ME			
1903/2018	08/06/2018	87/2018		12/2018	10			1925	11/2018	552,60	GIGA1.COM EIRELI - ME			
1905/2018	08/06/2018	42/2018			5			8344	28/2018	34.306,10	SEGIMETRE ASSESSORIA S/S LTDA - EPP			
2040/2018	20/06/2018	238/2017			4			8257	188/2018	9.692,75	MIL PLANTAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME			
2115/2018	28/06/2018	87/2018		12/2018	33			1928	27/2018	191,47	VW COMERCIO ATACADISTA EIRELI			
2116/2018	28/06/2018	87/2018		12/2018	34			1928	11/2018	1.225,00	VW COMERCIO ATACADISTA EIRELI			
2117/2018	28/06/2018	87/2018		74/2018	35			8413	201/2018	1.768,46	AGN FRIOS LTDA			
2118/2018	28/06/2018	87/2018		74/2018	36			8421	201/2018	142,00	CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA			
2119/2018	28/06/2018	87/2018		74/2018	37			8418	201/2018	563,65	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA			
2120/2018	28/06/2018	87/2018		74/2018	38			8414	201/2018	673,60	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD			
2121/2018	28/06/2018	87/2018		74/2018	39			8422	201/2018	98,70	COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI - ME			
2122/2018	28/06/2018	85/2017			593			8017	201/2018	702,83	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP			
2123/2018	28/06/2018	85/2017			594			3455	98/2018	254,11	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP			
2124/2018	28/06/2018	85/2017			595			3455	97/2018	3.114,90	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP			
2125/2018	28/06/2018	85/2017			596			3455	98/2018	3.064,52	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP			
2126/2018	28/06/2018	85/2017			597			3455	98/2018	668,43	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP			
2127/2018	28/06/2018	85/2017			598			3455	98/2018	1.208,68	MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP			
2128/2018	28/06/2018	85/2017			599			3456	98/2018	95,26	AUTO PEÇAS LTDA			
2129/2018	28/06/2018	85/2017			600			3456	98/2018	1.085,21	ADO AUTO PEÇAS LTDA			
2130/2018	28/06/2018	87/2018		22/2018	40			8417	127/2018	420,00	PIATTO PRONTO ALIMENTOS LTDA - ME			
2131/2018	28/06/2018	95/2018		22/2018	9			8443	108/2018	730,00	MARCELO ZANON - ME			
2132/2018	28/06/2018	95/2018		22/2018	10			8443	108/2018	730,00	MARCELO ZANON - ME			
2133/2018	28/06/2018	232/2017		73/2017	18			8231	245/2018	1.168,00	VAESAN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA (VIDEIRA)			
2134/2018	28/06/2018		35/2018	42/2018					222/2018	1.400,00	FRAYSUL AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI			
2135/2018	28/06/2018	213/2017			380			8261	89/2018	4.681,20	GIGA1.COM EIRELI - ME			
2136/2018	28/06/2018	213/2017			381			8261	110/2018	4.681,20	GIGA1.COM EIRELI - ME			

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2018 - CMV**

Publicação Nº 1667772

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2018 - CMV

A Câmara Municipal de Vereadores de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2018 - CMV

HOMOLOGAÇÃO: 28/06/2018

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APÓLICE DE SEGURO PARA VEÍCULO OFICIAL DA CÂMARA DE VEREADORES, VW GOL, PLACA MJN 6843.

VIGÊNCIA: A apólice do seguro terá vigência de 12 meses após a contratação.

VALOR: R\$ 1.549,28 (um mil quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e oito centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 28 de junho de 2018.

Edinei Antonio Menegon - Presidente

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 0076/2018

Publicação Nº 1667362

AVISO DE LICITAÇÃO.

EXCLUSIVO PARA ME'S E EPP'S,

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0118/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0076/18

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0076/2018, Menor Preço Por Item, tendo como objeto a Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a suprir as necessidades de serviços da Assistência Social e programa Pão da vida, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 8:45h, do dia 17 de julho de 2018, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 28 de junho de 2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATO ATAS RP PREGÃO 0065/2018

Publicação Nº 1667283

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0096/2018

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê

Detentor da Ata: DENTAL-XAN COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de Higiene e Limpeza, Materiais de Escritório, Expediente, Utensílios, Repelentes, Bloqueadores Solar e Fraldas Geriátricas para manutenção e prestação dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Xanxerê - SC.

Valor total: R\$ 38.197,71

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 22 de junho de 2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0097/2018

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê

Detentor da Ata: JP EQUIPAMENTOS LTDA ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de Higiene e Limpeza, Materiais de Escritório, Expediente, Utensílios, Repelentes, Bloqueadores Solar e Fraldas Geriátricas para manutenção e prestação dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Xanxerê - SC.

Valor total: R\$ 3.850,10

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 22 de junho de 2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0098/2018

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê

Detentor da Ata: MERCADO KA & KA LTDA - ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de Higiene e Limpeza, Materiais de Escritório, Expediente, Utensílios, Repelentes, Bloqueadores Solar e Fraldas Geriátricas para manutenção e prestação dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Xanxerê - SC.

Valor total: R\$ 9.530,15

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 22 de junho de 2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0099/2018

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê

Detentor da Ata: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de Higiene e Limpeza, Materiais de Escritório, Expediente, Utensílios, Repelentes, Bloqueadores Solar e Fraldas Geriátricas para manutenção e prestação dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Xanxerê - SC.

Valor total: R\$ 7.340,50

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 22 de junho de 2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0100/2018

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê

Detentor da Ata: SCS COMÉRCIO LTDA EPP

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de Higiene e Limpeza, Materiais de Escritório, Expediente, Utensílios, Repelentes, Bloqueadores Solar e Fraldas Geriátricas para manutenção e prestação dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Xanxerê - SC.

de Xanxerê - SC.
Valor total: R\$ 22.344,90
Vigência: 12 meses.
Xanxerê-SC, 22 de junho de 2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0101/2018
Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê
Detentor da Ata: ICOFA INDUSTRIA E COMERCIO DE FRALDAS E ABSORVENTES LTDA EPP
Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de Higiene e Limpeza, Materiais de Escritório, Expediente, Utensílios, Repelentes, Bloqueadores Solar e Fraldas Geriátricas para manutenção e prestação dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Xanxerê - SC.
Valor total: R\$ 37.510,00
Vigência: 12 meses.
Xanxerê-SC, 22 de junho de 2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0102/2018
Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê
Detentor da Ata: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de Higiene e Limpeza, Materiais de Escritório, Expediente, Utensílios, Repelentes, Bloqueadores Solar e Fraldas Geriátricas para manutenção e prestação dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Xanxerê - SC.
Valor total: R\$ 17.003,80
Vigência: 12 meses.
Xanxerê-SC, 22 de junho de 2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0103/2018
Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê
Detentor da Ata: CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de Higiene e Limpeza, Materiais de Escritório, Expediente, Utensílios, Repelentes, Bloqueadores Solar e Fraldas Geriátricas para manutenção e prestação dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Xanxerê - SC.
Valor total: R\$ 6.849,50
Vigência: 12 meses.
Xanxerê-SC, 22 de junho de 2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0104/2018
Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê
Detentor da Ata: PEGASUS ATACADISTA LTDA EPP
Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de Higiene e Limpeza, Materiais de Escritório, Expediente, Utensílios, Repelentes, Bloqueadores Solar e Fraldas Geriátricas para manutenção e prestação dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Xanxerê - SC.
Valor total: R\$ 14.619,88
Vigência: 12 meses.
Xanxerê-SC, 22 de junho de 2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO 0068/2018

Publicação Nº 1666887

Extrato de Contrato nº 0068/2018
Contratante: Município de Xanxerê
Contratado: TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA.
Objeto: Contratação de empresa, para execução de lombadas físicas (reformas) de acordo com especificações em anexo através de dispensa de licitação fundamentada no art 24 inciso I da LEI 8.666/93.
Valor Total: R\$ 4.815,69
Prazo de vigência: 31/12/2018.
Xanxerê-SC, 24 de maio de 2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Xavantina

PREFEITURA

ATA PL 036.2018 PMXV

Publicação Nº 1667762

ATA 001 - RESUMO

Processo Licitatório nº. 036/2018 – Pregão Presencial nº 027/2018

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível contratação de empresa para o fornecimento de peças e acessórios, para a manutenção da frota de caminhões e ônibus do município de Xavantina, sendo peças genuínas ou primeira linha da marca dos veículos ou originais de fábrica ou peças homologadas pelas montadoras, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/122813>

Xavantina, 28 de junho de 2018.

Pregoeiro – CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH
Equipe de Apoio: VANIA SALETE MIRANDOLLI
JOSELINO LUIZ NAISSINGER

Zortéa

PREFEITURA

DECRETO Nº 061/2018 - DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE NOS TERMOS DO ARTIGO 43, PARÁGRAFO 1º, INCISO I E II, DA LEI FEDERAL Nº 4.320 DE 17/03/1964 E LEI MUNICIPAL Nº 0574/2017 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1667190

DECRETO Nº 061/2018 DE 25 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE NOS TERMOS DO ARTIGO 43, PARÁGRAFO 1º, INCISO I e II, DA LEI FEDERAL Nº 4.320 DE 17/03/1964 E LEI MUNICIPAL Nº 0574/2017 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA – ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA

1º - Ficam suplementadas nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, inciso I e II, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Municipal nº. 0574/2017, de 06 de dezembro de 2017, Art. 6 inc. II, a importância de R\$ 28.964,00 (Vinte e oito mil novecentos e sessenta e quatro reais), na seguinte dotação orçamentária:

Projeto Red Despesa Fonte Valor
1007 Pavimentação e Recuperação de Vias Públicas e Passeios.
93 4.4.90.00.00 – Despesas de Capital 00.34 28.964,00

Artigo 2º - Para cobertura do presente crédito suplementar será utilizado os recursos provenientes do Superávit Financeiro na fonte de recursos 00.34 - Recursos Vinculados, verificados no Balanço Financeiro do Exercício de 2017.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 25 de junho de 2018.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 25 de junho de 2018.

BIRAJARA CESAR DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO Nº 062/2018 - DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 43, PARÁGRAFO 1º, INCISO I E II, DA LEI FEDERAL Nº 4.320 DE 17/03/1964 E LEI MUNICIPAL Nº 0574/2017 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1667191

DECRETO Nº 062/2018 DE 25 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 43, PARÁGRAFO 1º, INCISO I e II, DA LEI FEDERAL Nº 4.320 DE 17/03/1964 E LEI MUNICIPAL Nº 0574/2017 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito Municipal de Zortéa - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA

Artigo 1º - Fica suplementado nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, inciso I e II, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Municipal nº. 0574/2017, de 06 de dezembro de 2017, Art. 6 inc. I e II, a importância de R\$ 7.105,91 (Sete mil cento e cinco reais e noventa e um centavos), na seguinte dotação orçamentária:

Projeto Red Despesa Fonte Valor
1007 Pavimentação e Recuperação de Vias e Passeios
093 4.4.90.00.00 – Despesas de Capital 00.34 7.105,91

Artigo 2º - Para cobertura do presente crédito suplementar será utilizado os recursos provenientes do Excesso de Arrecadação nas Fontes de recursos acima identificadas – PCASP/2018.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 25 de junho de 2018.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 25 de junho de 2018.

BIRAJARA CESAR DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO Nº 063/2018 - ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E SUPLEMENTA VERBAS DO MESMO PROJETO/ATIVIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ZORTÉA.

Publicação Nº 1667284

DECRETO Nº 063/2018 DE 25 DE JUNHO DE 2018.

ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E SUPLEMENTA VERBAS DO MESMO PROJETO/ATIVIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ZORTÉA.

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito Municipal de Zortéa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Artigo 6º da Lei nº 0574/2017 de 06 de dezembro de 2017:

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a anular parcialmente a seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Zortéa:

Proj/Ativ	Rubrica	Descrição	Fonte	Valor
2007	3.1.90.00.00	Despesas Correntes	00.00	10.00,00
Total				10.000,00

Art. 2º - Com anulação objeto do Art. 1º, fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, dentro dos mesmo projeto/atividade:

Proj/Ativ	Rubrica	Descrição	Fonte	Valor
2007	3.3.93.00.00	Despesas Correntes	00.00	10.000,00
Total				10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 25 de junho de 2018.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 25 de junho de 2018.

BIRAJARA CESAR DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO Nº 064/2018 - DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 43, PARÁGRAFO 1º, INCISO I E II, DA LEI FEDERAL Nº 4.320 DE 17/03/1964 E LEI MUNICIPAL Nº 0574/2017 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1667779

DECRETO Nº 064/2018 DE 25 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 43, PARÁGRAFO 1º, INCISO I E II, DA LEI FEDERAL Nº 4.320 DE 17/03/1964 E LEI MUNICIPAL Nº 0574/2017 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito Municipal de Zortéa - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA

Artigo 1º - Fica suplementado nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, inciso I e II, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei

Municipal nº. 0574/2017, de 06 de dezembro de 2017, Art. 6 inc. I e II, a importância de R\$ 7.121,65 (Sete mil cento e vinte e um reais e sessenta e cinco centavos), na seguinte dotação orçamentária:

Projeto Red Despesa Fonte Valor
1007 Pavimentação e Recuperação de Vias e Passeios
093 4.4.90.00.00 – Despesas de Capital 00.34 7.121,65

Artigo 2º - Para cobertura do presente crédito suplementar será utilizado os recursos provenientes do Excesso de Arrecadação nas Fontes de recursos acima identificadas – PCASP/2018.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 25 de junho de 2018.
ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 25 de junho de 2018.

BIRAJARA CESAR DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Associações

AMAI

RESOLUÇÃO Nº 08/2018 - CRIA PROGRAMA MAIS MEMÓRIA NA ESCOLA

Publicação Nº 1667319

Estado de Santa Catarina
Associação dos Municípios do Alto Irani - AMAI
RESOLUÇÃO Nº 008/2018

CRIA O PROGRAMA ITINERANTE "MAIS MEMÓRIA DA ESCOLA", DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI).

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema e Presidente da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), no uso de suas atribuições estatutárias, que lhe são conferidas pelo art. 26, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Atendendo a deliberação da Assembleia Ordinária de Prefeitos, realizada no dia 22 de junho de 2018, cria-se o Programa itinerante "Mais Memória na Escola".

Art. 2º - O "Mais Memória na Escola" têm por objetivo oportunizar aos alunos da rede municipal de ensino o contato com a história da região e o conhecimento sobre as atividades da AMAI e do movimento municipalista.

Art. 3º - A AMAI disponibilizará um 1 (um) kit contendo ações pedagógicas, o qual percorrerá toda a região, ficando a cargo da Assessoria de comunicação o agendamento dos municípios.

Art. 4º - Serão priorizados atendimentos as crianças do 4º e 5º ano escolar, com idades entre 10 e 11 anos, residentes nos municípios da AMAI, os quais frequentem a rede pública municipal de ensino.

Art. 5º - A contrapartida do município será:

- Espaço de no mínimo 100m²;
- Fornecer 1 (um) data-show, 1 (um) computador e equipamento de som para serem utilizados durante a exposição;
- Professor e tutor para atender aos alunos;
- Responsabilizar-se em devolver o kit em bom estado na data agendada;

Art. 6º - O projeto pedagógico, bem como, a supervisão do Programa ficará sob a responsabilidade da secretaria executiva da AMAI.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê, SC, 22 de junho de 2018.
Adilson Barella
Presidente da AMAI
Prefeito Municipal de Marema

AMAVI

CREDENCIAMENTO 01/2018

Publicação Nº 1667061

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS AMAVI
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital de Credenciamento Nº 01/2018
Inexigibilidade de Licitação 01/2018
Processo Administrativo 03/2018

Objeto: Credenciamento de prestadores de serviços de saúde para atendimento aos usuários referenciados pela rede básica de saúde dos municípios consorciados ao CIS-AMAVI, nos procedimentos da Tabela SIASUS, sendo: Grupo 02 e seus Subgrupos; Grupo 03 – Subgrupos 01, 02, 03 e 09; Grupo 04 – Subgrupos 01 e 05, remunerados pela Tabela Unificada SUS e seus complementos.

Acolhimento das Inscrições: a partir de 02 de julho 2018, na sede do Consórcio.

O Edital, em sua íntegra, poderá ser examinado e retirado, na sede do Consórcio, junto à Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI, sito à Rua XV de Novembro, 737, Bairro Centro, Município de Rio do Sul/SC, ou pelo endereço eletrônico www.amavi.org.br.

Rio do Sul, 26 de junho de 2018.

Cesar Luiz Cunha
Presidente do CIS AMAVI

AMERIOS**RESOLUÇÃO 019/2018 - FÉRIAS EMPREGADO**

Publicação Nº 1667148

Resolução nº 019/2018 Maravilha/SC, 28 de junho de 2018.
CONCEDE FÉRIAS A EMPREGADA DA AMERIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sr. RENALDO MUELLER, Presidente da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, usando da competência que lhe confere o art. 20, §2º, III c/c com o §1º do art. 24 do Estatuto Social.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 20 (vinte) dias de férias com abono de 1/3, a empregada Srta. KARINE SIMONY MULLER, relativo ao período aquisitivo 07/10/2016 a 06/10/2017, a contar de 12/07/2018 a 31/07/2018, ficando regularizado esse período aquisitivo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Maravilha (SC), 28 de junho de 2018.

RENALDO MUELLER

Presidente da AMERIOS

Prefeito de Riqueza

RESOLUÇÃO N. 020/2018 - FERIAS EMPREGADO

Publicação Nº 1667154

Resolução nº 020/2018 Maravilha/SC, 28 de junho de 2018.
CONCEDE FÉRIAS A EMPREGADA DA AMERIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sr. RENALDO MUELLER, Presidente da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, usando da competência que lhe confere o art. 20, §2º, III c/c com o §1º do art. 24 do Estatuto Social.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de férias com abono de 1/3, a empregada Sra. CLARICE VANETE TUMELERO NIEDERMAIER, relativo ao período aquisitivo 01/01/2017 a 31/12/2017, a contar do dia 23/07/2018 a 01/08/018, ficando regularizado esse período aquisitivo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Maravilha (SC), 28 de junho de 2018.

RENALDO MUELLER

Presidente da AMERIOS

Prefeito de Riqueza

RESOLUÇÃO N. 021/2018 - FERIAS EMPREGADO

Publicação Nº 1667156

Resolução nº 021/2018 Maravilha/SC, 28 de junho de 2018.
CONCEDE FÉRIAS A EMPREGADA DA AMERIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sr. RENALDO MUELLER, Presidente da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, usando da competência que lhe confere o art. 20, §2º, III c/c com o §1º do art. 24 do Estatuto Social.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de férias com abono de 1/3, a empregada Sra. CRISTIANE MARTIM, relativo ao período aquisitivo 01/01/2017 a 31/12/2017, a contar do dia 23/07/2018 a 01/08/018, ficando regularizado esse período aquisitivo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Maravilha (SC), 28 de junho de 2018.
RENALDO MUELLER
Presidente da AMERIOS
Prefeito de Riqueza

RESOLUÇÃO N. 022/2018 - FERIAS EMPREGADO

Publicação Nº 1667160

Resolução nº 022/2018 Maravilha/SC, 28 de junho de 2018.
CONCEDE FÉRIAS AO EMPREGADO DA AMERIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sr. RENALDO MUELLER, Presidente da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, usando da competência que lhe confere o art. 20, §2º, III c/c com o §1º do art. 24 do Estatuto Social.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de férias com abono de 1/3, ao empregado Sr. VINICIUS LUAN SCHNEIDER, relativo ao período aquisitivo 01/02/2017 a 31/01/2018, a contar do dia 23/07/2018 a 01/08/018, ficando regularizado esse período aquisitivo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Maravilha (SC), 28 de junho de 2018.
RENALDO MUELLER
Presidente da AMERIOS
Prefeito de Riqueza

RESOLUÇÃO N. 023/2018 - FERIAS EMPREGADO

Publicação Nº 1667161

Resolução nº 023/2018 Maravilha/SC, 28 de junho de 2018.
CONCEDE FÉRIAS AO EMPREGADO DA AMERIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sr. RENALDO MUELLER, Presidente da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, usando da competência que lhe confere o art. 20, §2º, III c/c com o §1º do art. 24 do Estatuto Social.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 5 (cinco) dias de férias com abono de 1/3, a empregado Srta. DAIANE KARINE SCHERER, relativo ao período aquisitivo 08/04/2017 a 07/04/2018, a contar do dia 23/07/2018 a 27/07/2018, ficando regularizado esse período aquisitivo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Maravilha (SC), 28 de junho de 2018.
RENALDO MUELLER
Presidente da AMERIOS
Prefeito de Riqueza

Consórcios

CIGA

Extrato de Contrato n. 201 - Câmara Municipal de Paraíso

Publicação Nº 1667348

EXTRATO DE CONTRATO Nº 201/2018
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Paraíso
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Paraíso
CNPJ: 10.568.101/0001-17
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 06/2018
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 0,00 (zero)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 20 de junho de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

PORTARIA N.º 11, DE 29 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1668352

Portaria n.º 11, de 29 de junho de 2018.

Dispõe sobre a prorrogação da vigência de nomeação de empregado para o exercício da função de Controlador Interno do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, e dá outras providências.

Considerando a regulamentação e a instituição da Unidade de Controle Interno do CIGA, por meio da Resolução n.º 115, de 27 de junho de 2017;

Considerando que as atribuições dos demais empregos públicos permanentes ocupados e pertencentes ao quadro de pessoal do CIGA conflitam com as atribuições de Controlador Interno, desrespeitando o princípio básico dos sistemas de controle interno denominado princípio da segregação de funções, segundo o qual as atividades potencialmente conflitantes devem ser exercidas por pessoas diferentes, ou seja, quem controla não executa, quem executa não controla;

Considerando que permanece vago o emprego público permanente de Controlador Interno do CIGA, cuja homologação do Concurso Público n.º 01/2017, realizado para o preenchimento da vaga, ocorreu no dia 07 de março de 2018;

Considerando que, embora homologado o referido certame público, o CIGA não dispõe de espaço físico e de equipamentos para efetuar a admissão e contratação do Controlador Interno;

Considerando que o CIGA já adquiriu novo espaço físico, para complementar e abrigar sua sede administrativa, nos termos do Processo Administrativo n.º 19/2017;

Considerando que o novo espaço físico adquirido pelo CIGA está em fase de adequação e adaptação, para o recebimento de sua estrutura física e de pessoal;

Considerando que, ao final desse processo de transferência (alteração) de sua sede administrativa, o qual inclui a compra de bens materiais e imateriais, como equipamentos eletrônicos, o CIGA admitirá e contratará, para ocupar o emprego público permanente de Controlador Interno do CIGA, o candidato aprovado, respeitada a ordem de classificação, no Concurso Público supramencionado;

Considerando que a Portaria n.º 01, de 15 de fevereiro de 2018, a qual prorrogou a vigência da nomeação da Senhora Morgana Arent Michels Bagini, para exercer a função de Controlador Interno do CIGA, responsável por sua Unidade de Controle Interno, vigorará até 30 de junho de 2018;

Considerando a necessidade de manter em seu quadro de pessoal empregado nomeado para exercer a função de Controlador Interno do CIGA, haja vista a importância e indispensabilidade da função na Administração Pública, sem a qual não há como este Consórcio Público ficar desabrigado;

Considerando, então, a necessidade de prorrogar, mais uma vez, por tempo determinado, a nomeação da Senhora Morgana Arent Michels Bagini para exercer a função de Controlador Interno do CIGA;

Considerando que a Diretoria Executiva é o órgão executivo e de gestão administrativa do CIGA, a quem compete promover a execução das atividades e gestão do Consórcio, consoante disposto nos artigos 25 e 26 do Contrato de Consórcio Público do CIGA, bem como nos artigos 16 e 36 de seu Estatuto;

O DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no

uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1.º. Prorrogar, pelo período de 3 (três) meses, a vigência da nomeação da Senhora MORGANA ARENT MICHELS BAGINI, matrícula n.º 4, inscrita no CPF sob o n.º 039.143.739-97, ocupante do emprego comissionado 'Gerente Administrativo', para exercer a função de Controlador Interno do CIGA, responsável por sua Unidade de Controle Interno.

Art. 2.º. A presente prorrogação vigorará pelo período de 3 (três) meses, a partir do dia 1º de julho de 2018, podendo ser prorrogada por igual período, tendo seus efeitos cessados com a admissão e contratação do candidato classificado no Concurso Público para ocupar a vaga do emprego público permanente de Controlador Interno do quadro de pessoal do CIGA.

Art. 3.º. Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2018, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Art. 4.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 29 de junho de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0018/2018 - UNIFORMES CORPO DE BOMBEIRO

Publicação Nº 1668484

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0018/2018

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0018/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0020/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de uniformes para profissionais do Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina, para uso dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ou referendados ao Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, na condição de Órgão participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados no Anexo VI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços. VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 de agosto de 2018 à 15 de maio de 2019. JULGAMENTO: Menor Preço POR LOTE. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 29/06/2018 até às 09:00 horas do dia 11/07/2018. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 11/07/2018. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 11/07/2018. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo/SC, CEP: 89.580-000. Fone (49) 3246 1206.

Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Florianópolis (SC), 28 de junho de 2018.

Elói Rönna – Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS/AMMVI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO 14/2018 - MEDICAMENTOS

Publicação Nº 1668040

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - GERAL

PREGÃO ELETRÔNICO 14/2018

(Vigência de 29/06/2018 até 19/01/2019)

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, RESOLVE, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 14/2018, registrar os preços das empresas indicadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas, nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e sujeitando-se as partes às normas constantes, conforme Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de medicamentos, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 14/2018.

1.2 Os produtos deverão ser entregues nos endereços indicados pelas 14 (quatorze) Secretarias de Saúde das cidades catarinenses da região do Médio Vale do Itajaí, consorciadas junto ao CISAMVI, conforme endereços discriminados no Anexo II do Edital de Pregão Eletrônico nº 14/2018.

1.3 As solicitações de fornecimento serão realizadas diretamente pelas Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de sistema

informatizado disponibilizado pelo CISAMVI, conforme a necessidade de cada município, e a entrega deverá obedecer ao prazo estabelecido, sob pena de multa pelo atraso registrado.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelos fornecedores vencedores da menor proposta são os que seguem:

Ágil Distribuidora de Medicamentos LTDA. - CNPJ 20.590.555/0001-48					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
23	Diclofenaco, Sal Potássico, 50 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	CIMED	138.924 CPR	R\$ 0,042	R\$ 5.834,808
57	Orfenadrina Citrato associada com Dipriona e Cafeína, 35 mg + 300 mg + 50 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	CIMED	30.000 CPR	R\$ 0,095	R\$ 2.850,000
Total					R\$ 8.684,808

Altermed Material Médico Hospitalar LTDA. - CNPJ 00.802.002/0001-02					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
7	Amoxicilina associada com Clavulanato de Potássio, 500 mg + 125 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	GSK	366.792 CPR	R\$ 1,030	R\$ 377.795,760
13	Cefalexina (Cloridrato ou Sal Sódico), suspensão oral, 50 mg/ml, frasco com 50 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos	TEUTO	1.665.048 ML	R\$ 0,088	R\$ 146.524,224
21	Dexametasona, 4 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	TEUTO	52.632 CPR	R\$ 0,180	R\$ 9.473,760
27	Enoxaparina, 40 mg/0,4ml, injetável, subcutânea, seringa pré-enchida, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 seringas	EUROFARMA	23.613 SRG	R\$ 25,000	R\$ 590.325,000
34	Extrato Medicinal, Guaco (Mikania Glomerata Spreng.), 0,1 ml/ml, xarope, frasco com 100 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos	TAUENS	601.800 ML	R\$ 0,018	R\$ 10.832,400
45	Isossorbida, Sal Dintrato, 5 mg, comprimido sub-lingual, embalagem com no máximo 600 comprimidos	EMS	147.308 CPR	R\$ 0,220	R\$ 32.407,76
62	Retinol, associada com colecalciferol, 50.000UI + 10.000 UI, solução oral, frasco com no máximo 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 frascos	NATULAB	74.000 ML	R\$ 0,660	R\$ 48.840,000
Total					R\$ 1.216.198,904

Angeomed Comércio de Produtos Médicos Hospitalares Eireli - CNPJ 02.607.956/0001-81					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
36	Fenofibrato, 200 mg, micronizado, cápsula, embalagem com no máximo 600 cápsulas	EMS	6.000 CPS	R\$ 1,109	R\$ 6.654,000
Total					R\$ 6.654,000

Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares LTDA. - CNPJ 03.652.030/0001-70					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
5	Aminofilina, 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	BRAINFARMA	456.144 CPR	R\$ 0,060	R\$ 27.368,640
63	Secnidazol, 1.000 mg, comprimido, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2016, ou blister com no máximo 2 comprimidos	PHARLAB	12.200 CPR	R\$ 0,530	R\$ 6.466,000
Total					R\$ 33.834,640

Comercial Cirúrgica Rioclarense LTDA. - CNPJ 67.729.178/0004-91					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
15	Cianocobalamina, 0,5 mg/ml, solução injetável, ampola, embalagem com no máximo 100 ampolas	CITOPHARMA	400 AMP	R\$ 2,900	R\$ 1.160,000
31	Espironolactona, 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	HIPOLABOR	658.920 CPR	R\$ 0,330	R\$ 217.443,600
Total					R\$ 218.603,600

Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos LTDA. - CNPJ 44.734.671/0001-51					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total

22	Diazepam, 5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	CRISTÁLIA	210.120 CPR	R\$ 0,069	R\$ 14.498,280
35	Fenobarbital Sódico, 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	CRISTÁLIA	604.452 CPR	R\$ 0,079	R\$ 47.751,708
Total					R\$ 62.249,988

Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares LTDA. - CNPJ 02.520.829/0001-40

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
14	Cetoconazol, 200 mg, comprimido, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2006, embalagem com no máximo 600 comprimidos	PRATI DONADUZZI	17.850 CPR	R\$ 0,350	R\$ 6.247,500
Total					R\$ 6.247,500

FF Distribuidora de Medicamentos LTDA. - CNPJ 28.093.678/0001-85

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
11	Bromazepam, 3 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	GERMED	1.071.000 CPR	R\$ 0,115	R\$ 123.165,000
16	Claritromicina, 500 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	MEDLEY	6.200 CPR	R\$ 3,285	R\$ 20.367,000
Total					R\$ 143.532,000

Inovamed Comércio de Medicamentos LTDA. - CNPJ 12.889.035/0001-02

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
28	Epinefrina, 1 mg/ml, solução injetável, ampola com 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas	BLAU	6.508 AMP	R\$ 1,704	R\$ 11.089,632
54	Nimesulida, 50 mg/ml, solução oral - gotas, frasco com 15 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 frascos	VITAMEDIC	4.200 FR	R\$ 1,320	R\$ 5.544,000
Total					R\$ 16.633,632

Licimed Distribuidora de Medicamentos, Correlatos e Produtos Médicos e Hospitalares LTDA. - CNPJ 04.071.245/0001-60

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
8	Beclometasona Dipropionato, spray oral, 200 mg, frasco doseador com bocal aerogador, embalagem individual em cartucho	CHIESI	500 FR	R\$ 0,155	R\$ 77,500
9	Benzilpenicilina, Benzatina, 1.200.000 UI, suspensão injetável, diluída, frasco-ampola 4 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 frascos	EUROFARMA	14.076 FAM	R\$ 8,750	R\$ 123.165,000
26	Enoxaparina, 20 mg/0,2ml, injetável, subcutânea, seringa pré-enchida, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 seringas	EUROFARMA	4.250 SRG	R\$ 19,080	R\$ 81.090,000
58	Paroxetina Cloridrato, 20 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	EUROFARMA	236.640 CPR	R\$ 0,195	R\$ 46.144,800
Total					R\$ 250.477,300

Medilar Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos e Hospitalares S/A - CNPJ 07.752.236/0001-23

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
17	Clonazepam, 2,5 mg/ml, solução oral - gotas, frasco com 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 frascos	GEOLAB	13.260 FR	R\$ 1,671	R\$ 22.157,460
18	Cumarina associada com Troxerrutina, 15 mg + 90 mg, drágea, embalagem com no máximo 600 drágeas	CIFARMA	678.504 DRG	R\$ 0,109	R\$ 73.956,936
32	Estradiol, Valerato associado com Noretisterona Enantato, 50 mg + 50 mg/1 ml, injetável, ampola com 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas	MABRA	3.950 AMP	R\$ 6,800	R\$ 26.860,000
33	Estrogênios Conjugados, 0,625 mg, embalagem individual com blister de 28 comprimidos	MABRA	185.048 CPR	R\$ 0,794	R\$ 146.928,112
46	Lidocaína Cloridrato, 2%, com vasoconstritor, frasco-ampola de 20ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos-ampola	HYPOFARMA	2.625 FAM	R\$ 2,488	R\$ 6.531,000
59	Permetrina, 50 mg/ml, loção, frasco com 60 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos	NATIVITA	385.764 ML	R\$ 0,031	R\$ 11.958,68

65	Verapamil Cloridrato, 80 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	PRATI DONADUZZI	60.180 CPR	R\$ 0,080	R\$ 4.814,400
Total					R\$ 293.206,59

NDS Distribuidora de Medicamentos LTDA. - CNPJ 11.034.934/0001-60

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
42	Ibuprofeno, 600 mg, comprimido ou drágea, embalagem com no máximo 600 unidades	PRATI DONADUZZI	2.744.004 UN	R\$ 0,100	R\$ 274.400,400
51	Miconazol (Nitrato) 2% (20mg/g), creme vaginal, bisnaga com 80 g, com 7 (sete) aplicadores, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas	PRATI DONADUZZI	27.650 BNG	R\$ 4,440	R\$ 122.766,000
52	Miconazol Nitrato, 20 mg/g, creme dermatológico, bisnaga com 20 g ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 bisnagas	PRATI DONADUZZI	65.000 G	R\$ 0,045	R\$ 2.925,000
Total					R\$ 400.091,400

Promefarma Representações Comerciais LTDA. - CNPJ 81.706.251/0001-98

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Ácido Fólico, 0,2 mg/ml, solução oral - gotas, frasco de 30 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 frascos	NATULAB	16.830 FR	R\$ 4,990	R\$ 83.981,700
19	Deslanosídeo, 0,2 mg/ml, solução injetável, ampola com 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas	UNIÃO QUÍMICA	300 AMP	R\$ 1,369	R\$ 410,700
39	Hidróxido de Ferro III, solução injetável, equivalente a 20 mg/ml de ferro III, uso endovenoso, na forma de complexo coloidal, ampola com 5 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas	UNIÃO QUÍMICA	100 AMP	R\$ 5,569	R\$ 556,900
41	Ibuprofeno 50 mg/ml, suspensão oral - gotas, frasco com 30 ml, embalagem individual ou com no máximo 100 frascos	NATULAB	34.068 FR	R\$ 1,049	R\$ 35.737,332
Total					R\$ 120.686,632

Soma/SC Produtos Hospitalares LTDA. - CNPJ 05.531.725/0001-20

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
6	Aminofilina, 24 mg/ml, solução injetável, ampola com 10 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas	FARMACE	1.450 AMP	R\$ 0,700	R\$ 1.015,000
12	Bromazepam, 6 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	TEUTO	102.000 CPR	R\$ 0,129	R\$ 13.158,000
20	Dexametasona, 0,1%, creme, bisnaga com 10 g, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 bisnagas	SOBRAL	73.236 BNG	R\$ 0,720	R\$ 52.729,920
37	Fluoxetina, 20 mg, cápsula ou comprimido, embalagem com no máximo 600 unidades	TEUTO	3.947.400 UN	R\$ 0,040	R\$ 157.896,000
47	Lidocaína Cloridrato, 2%, injetável, sem vasoconstritor, frasco-ampola de 20 ml, embalagem individual ou com no máximo 25 frascos	HIPOLABOR	4.550 FAM	R\$ 2,018	R\$ 9.181,900
50	Metoclopramida Cloridrato, 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	HIPOLABOR	537.336 CPR	R\$ 0,087	R\$ 46.748,232
53	Nifedipino, 20 mg, retard, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	MEDQUÍMICA	116.280 CPR	R\$ 0,068	R\$ 7.907,040
55	Nortriptilina Cloridrato, 50 mg, cápsula, embalagem com no máximo 600 cápsulas	RANBAXY	123.420 CPS	R\$ 0,499	R\$ 61.586,580
56	Ondansetrona Cloridrato, 2 mg/ml, injetável, ampola com 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas	HYPOFARMA	950 AMP	R\$ 0,674	R\$ 640,300
61	Prednisolona Fosfato Sódico, 3 mg/ml, solução oral, frasco com 60 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos	HIPOLABOR	2.390.268 ML	R\$ 0,044	R\$ 105.171,792
Total					R\$ 456.034,764

3. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será da data da sua publicação até 19/01/2019 (29/06/2018 até 19/01/2019).

4. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, ressalvado o limite que trata o §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

4.2 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CISAMVI promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o CISAMVI deverá:

4.3.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

4.3.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

4.3.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CISAMVI poderá:

4.4.1 Consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado;

4.4.1.1 Obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

4.4.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento;

4.4.2 Cancelar o item cujo valor foi comprovado como inexequível, a fim de inseri-lo em novo processo licitatório.

4.5 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando estas medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.6 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme artigo 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega, acondicionamento e transporte do objeto, recebimento provisório e definitivo, as obrigações do CISAMVI e do(s) fornecedor(es) registrado(s), penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital.

5.2 O CISAMVI não se obriga a adquirir dos fornecedores vencedores os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, §4º, da Lei nº 8.666/93.

5.3 A quantidade relacionada no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 14/2018 serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade, o preço unitário permanecerá inalterado.

5.4 Caso a empresa fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado, o(s) fornecedor(es) vencedor(es) deverá(ão) substituir o produto, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação para o produto substituto proposto.

5.5 Todas as obrigações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 14/2018 em relação aos fornecedores vencedores ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

5.6 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar nº 123/06, e da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente.

Blumenau/SC, 29 de junho de 2018.

Cleones Hostins

Diretor Executivo do CISAMVI

CONTRATO ADMINISTRATIVO 029/2018 - HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO

Publicação Nº 1668049

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029 /2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro lado, HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 85.461.093/0005-38, com sede na Rua Hermann Weege, 2727 – Centro – Pomerode – SC – CEP: 89.107.000, neste ato representado pelo Sr. Heinz Guenther, inscrito no CPF nº 258.640.259-68 e portador da Carteira de Identidade RG nº 522.648 SSP/SC, doravante denominado CREDENCIADO, tem entre si justo acordado o presente Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, na melhor forma de direito e de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O CREDENCIADO prestará aos usuários da rede municipal de saúde dos Municípios consorciados ao CISAMVI, serviços de SAÚDE PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA ou cirurgica, Ambulatorial, DE MÉDIA ou ALTA COMPLEXIDADE, conforme descrito na Declaração de Capacidade de Instalação e Disponibilidade ao SUS, do edital de Credenciamento nº 04/2018, destacado no quadro a seguir:

Classificação	Descrição	Valor Pago pelo Procedimento	Quantidade Proposta para Atendimento ao CISAMVI
02.04.03.018	MAMOGRAFIA BILATERAL PARA RASTREAMENTO	45,00	100
90.01.01.063	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – CIRURGIA GERAL	50,00	10
90.01.01.072	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - ANESTESIOLOGIA	50,00	15
Classificação	Descrição	Valor Pago pelo Procedimento	Quantidade Proposta para Atendimento ao CISAMVI
90.01.01.075	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – UROLOGIA GERAL	50,00	10

1.2 - Os procedimentos solicitados serão prestados na seguinte instalação: Rua Hermann Weege, 2727, Centro - Pomerode – SC – CEP: 89.107-000. Telefone: (47) 3395-3852.

1.3 - Este contrato possui um teto financeiro de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO CREDENCIAMENTO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1 – Este contrato terá sua vigência a contar da data de publicação do mesmo, pelo período de 12 (doze) meses, e poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, por ato do CISAMVI, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57 §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E QUANTITATIVO

3.1 - Os serviços de saúde prestados pelo CREDENCIADO serão remunerados por cada procedimento realizado.

3.2 - O preço ajustado entre as partes são os constantes no “Termo de Referência - Anexo I” do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, estando inclusas taxas de administração, taxas de sala, custos diretos e indiretos, mão-de-obra, impostos, tarifas, encargos e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços.

3.3 A demanda de consumo dependerá única e exclusivamente da procura dos municípios pelas especialidades oferecidas, e a forma de distribuição escolhida pelos municípios.

3.4 Por se tratar de uma quantidade estimativa não está a Administração obrigada a adquirir toda ou qualquer quantidade indicada no presente credenciamento.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 – O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega da documentação necessária (item 4.2), mediante apuração e comprovação dos serviços que foram prestados, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, solicitada após auditoria dos procedimentos faturados.

4.2 – A comprovação da realização dos serviços será feita mediante:

4.2.1 – Faturamento da requisição, por parte do credenciado, executada em sistema “on-line”, disponibilizado pelo CISAMVI, por meio do código de barras impresso na requisição (substitui o preenchimento de informações da produção BPA, SAI/SUS e BPA-I).

4.2.2 – Apresentação da Requisição emitida pelo município, a qual autoriza o seu atendimento devidamente assinada pelo paciente ou responsável devidamente identificado, e já faturada no sistema indicado pelo CISAMVI, juntamente com a prescrição médica dos procedimentos (encaminhada pelo município, junto com a autorização).

4.2.2.1 – As requisições de autorização, deverão ser encaminhadas ao CISAMVI, após o período de produção (1º à 30 ou 31 de cada mês), agrupado por município, em ordem alfabética, sempre com a requisição do CISAMVI fixada na frente de todos os documentos adicionais.

4.3 – Após receber a aprovação do faturamento realizado no sistema “on-line” (item 4.2.1), o Credenciado poderá encaminhar a nota fiscal para cobrança.

4.4 – Havendo divergência ou erros entre serviços contratados e os serviços prestados, fica assegurado ao CISAMVI a realização de auditoria para aferição correta dos serviços executados, devendo o credenciado emitir nota fiscal conforme o valor aferido.

4.5 – Em caso de atraso na entrega das informações pelo credenciado, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

4.6 – O CISAMVI fará a retenção de tributos na fonte quando a lei assim o determinar.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CISAMVI

5.1 – Compete ao CISAMVI:

- Efetuar o pagamento ao CREDENCIADO em função dos serviços prestados de acordo com os valores constantes no “Termo de Referência” – Anexo –I do Edital;
- Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;
- Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Contrato e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;
- Fornecer requisições para execução dos serviços.
- Fornecer os formulários padrões para a prescrição de remédios, referencia, contra-referência e procedimentos, necessários para continuidade do atendimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

6.1 – Compete ao Credenciado:

- Executar os serviços nas condições estipuladas, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;

- b) Prestar os serviços apenas mediante apresentação da "requisição", autorizada pelo órgão municipal responsável pelos encaminhamentos;
- c) Prestar atendimento adequado aos usuários e fornecer as informações ao CISAMVI sobre os serviços prestados de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste Edital;
- d) Faturar a requisição em sistema "on-line", disponibilizado pelo CISAMVI, por meio do código de barras impresso no documento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a execução do serviço prestado.
- e) Apresentar laudo técnico juntamente com os resultados do exame, quando necessário;
- f) Após aprovação do faturamento, apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior;
- g) Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento durante todo o período em que se mantiver credenciado;
- h) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;
- i) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- j) Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade;
- k) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- l) Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre os serviços realizados e/ou necessárias ao cumprimento do objeto do credenciamento;
- m) Comunicar ao CISAMVI, por escrito e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;
- n) O Credenciado deverá afixar aviso, em local visível, sobre sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados pela mesma em razão do vínculo junto ao SUS/CISAMVI;
- o) Utilizar formulário padrão, quando disponibilizado pelo CISAMVI, para a prescrição de remédios, referencia, contra-referência e procedimentos, necessários para continuidade do atendimento (a fim de que este paciente seja facilmente identificado na rede municipal de saúde).

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESCREDENCIAMENTO

7.1 - Constituem motivo para o descredenciamento:

- a) Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;
- b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do Credenciado;
- c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;
- d) As hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

7.2 - O Credenciado poderá descredenciar-se voluntariamente, mediante requerimento por escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e desde que não prejudique os atendimentos já agendados, ou que venham a ser agendados antes de decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias. Decorrido o prazo mencionado, será lavrado o termo de descredenciamento e/ou rescisão contratual, quando cessará as obrigações para ambas as partes.

7.3 - O descredenciamento não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 Quando o Credenciado não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativas ou não, conforme o caso:

8.1.1 Advertência.

8.1.2 Multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor contratual quando:

- a) Os serviços estiverem em desacordo com as especificações contidas no contrato ou em descumprimento com uma das cláusulas;
- b) Se houver rescisão por culpa ou requerimento da Contratada sem causa justificada ou amparo legal;
- c) Pela descontinuidade dos serviços, a ser cobrada por dia parado, até o limite de 10 (dez) dias;

8.2 Sem prejuízo da multa estabelecida pela Contratante, a Contratada responderá pelas perdas e danos causados, os quais serão mensurados caso a caso.

8.3 Caso a Contratada não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vindendas, garantindo a esta o pleno direito de defesa;

8.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o CISAMVI, que ocorrerá sempre que o faltoso ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

8.5 Impedimento de participar de licitações e contratar com o CISAMVI, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

8.6 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores do CISAMVI e, no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 - Em caso de atraso na entrega das faturas pelo CREDENCIADO, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

9.2 - É vedado ao CREDENCIADO cobrar ou receber qualquer outra importância a título de honorários pelos serviços prestados, além da prevista na Cláusula Terceira deste contrato, seja do CISAMVI, do usuário, paciente ou terceiro.

9.3 - O CISAMVI reserva-se ao direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados e solicitação de perícias e informações adicionais, glosar despesas e procedimentos das faturas apresentadas.

9.4 - A remuneração recebida pelo CREDENCIADO não gerará nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária de seus profissionais com o CISAMVI.

9.5 - O credenciamento de que trata o Processo de Inexigibilidade nº. 04/2018 será de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade do CISAMVI.

9.6 - Aplica-se a este contrato, as condições e preceitos contidos no Processo de Inexigibilidade nº 04/2018 e na Ficha de Credenciamento firmada pelo CREDENCIADO, independentemente de transcrição.

9.7 - Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CISAMVI, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

9.8 - As despesas decorrentes das contratações realizadas a partir deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária própria consignada no Orçamento Programa Anual do CISAMVI (3390 – Manutenção das Atividades de Procedimento Médico Hospitalar).

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau/SC para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Blumenau, 28 de junho de 2018.

Cleones Hostins
CISAMVI

Heinz Guenther
Hospital e Maternidade Rio do Teste

CIS/AMURC

INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS SELETIVO CISAMURC 01 2018

Publicação Nº 1668250

PROCESSO SELETIVO N º 01/2018

CARGO: CONTADOR

INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

Número Inscrição	Candidato
01	Claudia Bay
02	Adolar Vieira
03	Elaine Thais Lessak Woidella
04	Silvana Ratochinski

Local da Prova:

Sala de Reuniões do Hospital Santa Cruz de Canoinhas.

Endereço: Rua João da Cruz Kreiling, - Centro.

Dia: 30/06/2018 - Das 9h as 12h.

Canoinhas, 28 de junho de 2018.

ADELMO ALBERTI
PRESIDENTE

CIS/AMURES

PORTARIA Nº 01/2018 - CIS/AMURES

Publicação Nº 1666925

Portaria nº 01/2018.

Dispõe acerca da exoneração de empregado público a pedido, e dá outras providências.

A Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, FERNANDA DE SOUZA CORDOVA , no uso de suas atribuições legais, constantes da Cláusula Vigésima Sexta, inciso XX, do Contrato de Consorcio Público, demais disposições legais aplicáveis a espécie,

RESOLVE:

Art. 1o. Exonerar a pedido, a empregada pública, THAYS BRANCO GIOVANELLA, do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, admitida através da Portaria no. 04/2015, de 26 de Fevereiro de 2015.

Art. 2o. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Lages, 29 de junho de 2018.
FERNANDA DE SOUZA CORDOVA
Presidente do CIS/AMURES

CISAM

RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 18/2018

Publicação Nº 1667688

RESOLUÇÃO No 18/2018

"Dispõe sobre horário especial de funcionamento no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental CISAM Meio Oeste, por ocasião da Copa do Mundo de 2018, na forma que especifica"

A Superintendente do CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observância ao que dispõe no Art. 30, Inciso VI, alínea "d" do Estatuto do CISAM Meio Oeste,

RESOLVE:

Art. 1o Fica estabelecido horário especial de funcionamento no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental CISAM Meio Oeste, no dia 02 de julho (segunda-feira), por ocasião do jogo da Seleção Brasileira de Futebol que será às 11:00h, o expediente será das 07:30h às 10:45h e das 13:45h às 17:00h.

I - CONSIDERANDO que a modificação do horário de expediente especial, com pequena variação da respectiva carga horária diária, não acarretará prejuízos aos municípios consorciados, fica dispensada a compensação de horário.

Art. 2o Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 28 de junho de 2018.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Superintendente CISAM Meio Oeste

CIAPS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2018/004

Publicação Nº 1668286

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2018/004

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO, TREINAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS.

As partes, de um lado do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.568.943/0001-95 com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 542, Centro, CEP. 89135-000, Apiúna — SC, neste ato representado pelo seu Presidente, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro HELOISA HELENA VENTURI LUZ, micro empresária individual (MEI), inscrito no CNPJ: 25.122.190/0001-40, neste ato representado pela sua única sócia Sra. Heloisa Helena Venturi Luz, com CPF: 532.878.199-68, email: hlsaudemental@gmail.com, estabelecida na Rua Bigua, 523, Itacolumi, CEP: 88.380-000, Balneário Piçarras/SC, telefone: (47) 99992-3060, denominada CONTRATADA, que, ao final este subscreve, têm entre si justo e convencionado o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO, TREINAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, com fundamento no artigo 24, inciso II e § 1º, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, em consonância com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e do valor contratual.

0.1. O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ATUALIZAÇÃO, TREINAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DA CONTRATANTE;

0.2. Como contraprestação pelos serviços prestados pela CONTRATADA, a CONTRATANTE paga neste ato a importância de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), sendo estes, pagos em 04 (quatro) parcelas mensais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com pagamento mensal após a apresentação de cada etapa do trabalho, conforme cronograma de trabalho;

0.3. Valores com alimentação, transporte e demais despesas já estão inclusos no valor global do contrato, não sendo pago pela CONTRATANTE nada além do valor estipulado neste contrato;

0.4. O evento estabelecido no item 1.1 terá o seguinte Conteúdo Programático:

	Conteúdo	Período	Carga horária
1.1	A Reforma Psiquiátrica e a atual Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras drogas; Relações de trabalho em equipe: a saúde do trabalhador; Apoio Matricial e Clínica Ampliada na Rede de Atenção Psicossocial - RAPS.	Julho 03 encontros	16 horas
1.2	Organização e Estruturação dos Serviços (atenção básica, serviços especializados, urgência e emergência, leitos em Hospital Geral, Rede Intersetorial (escolas, assistência social, esportes, cultura e outros recursos comunitários). Discussão de casos e fluxos para o cuidado em rede.	Agosto 04 encontros	16 horas
1.3	Conceitos de crise, agitação psicomotora, "surto", agressividade. Cuidados às situações de Crise e Urgência em Saúde Mental e Atenção Psicossocial. O Cuidado integral – articulação com a Rede de Atenção às Urgências – RUE, Rede de Atenção Básica e Rede Intersetorial. Atenção às situações de crise na Rede de Atenção à Saúde – CAPS, Atenção Básica (ESF, NASF), UPA, Pronto Socorro, Hospital Geral. Discussão de casos e fluxos para o cuidado em rede.	Setembro 04 encontros	16 horas
1.4	Política Nacional para Álcool e outras drogas. Abordagens Terapêuticas e Metodologia de Redução de Danos. Sinais, sintomas e diferentes estágios do consumo de SPA. Avaliação e Emergência. Atenção e cuidados à Família. Discussão de casos e fluxos para o cuidado em rede.	Outubro 02 encontros	16 horas
Total		13 encontros	64 horas

0.5. O objeto deste contrato será executado na forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, conforme determina o art. 6º, inciso VIII, alínea "a" e o art. 10, inciso II, alínea "a" da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – Das obrigações do Contratado.

1.1 O CONTRATADO se responsabiliza pela boa qualidade dos serviços entregues, se comprometendo de imediato restituir ou substituir aqueles fora da qualidade exigida;

1.2 O CONTRATADO fica única, exclusiva e totalmente responsável pelo recolhimento nos prazos legais de todos os encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, fundiários, fiscais e outros decorrentes da presente contratação e sua execução, em quaisquer esferas: privada, federal, estadual e municipal;

1.3 O CONTRATADO se obriga a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei Federal n.º 8.666/93 e pela Constituição Federal;

1.4 A CONTRATANTE, por si ou por seus prepostos, se obriga a cumprir todas as cláusulas e condições previstas neste contrato, fornecendo todas as informações necessárias à entrega do objeto;

1.5 O CONTRATADO se obriga a entregar o serviço em conformidade com o especificado na cláusula primeira deste Contrato, bem como atender às requisições e determinações da CONTRATANTE;

1.6 O CONTRATADO deverá indenizar qualquer prejuízo causado ao CONTRATANTE, na decorrência da execução do objeto.

1.7 O CONTRATADO deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE, qualquer fato anormal que porventura venha a ocorrer durante a entrega do objeto, principalmente os fatos que dependam de orientação técnica da CONTRATANTE ou de seus prepostos;

1.8 Não delegar ou transferir a execução do contrato a terceiros, sem prévia anuência da Administração;

1.9 Comunicar ao CONTRATANTE quando verificar condições inadequadas para a prestação dos serviços ou a iminência de fatos possam prejudicar a sua execução;

1.10 Responsabilizar-se integralmente por prejuízos decorrentes de atrasos no fornecimento, por erros seus ou de terceiros na execução do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Dotação Orçamentária.

3.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas das seguintes dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CIAPS:

Código Dotação	Descrição
06	CIAPS
06.001	Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial
08.301.0011.2001	Manutenção de Atividades de Saúde Mental

3339000000

Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – Da Vigência.

I. O presente contrato terá vigência a partir da data de assinatura até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado caso haja interesse entre as partes;

II. O fornecimento ocorrerá imediatamente após a assinatura deste contrato.

III. O presente contrato poderá ser prorrogado mediante Termo Aditivo, na forma da lei, se houver interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA QUINTA – Das Condições de Pagamento

5.1. As despesas decorrentes deste contrato serão pagas, a partir do 10º (décimo) dia do mês subsequente ao do fornecimento do objeto, através do Departamento Financeiro/Contábil do CIAPS (CONTRATANTE) após a apresentação pela contratada dos documentos comprobatórios do fornecimento de que trata a cláusula quarta deste contrato e respectiva Nota Fiscal, devidamente atestados e entregues no máximo até 05 (cinco) dias após o fornecimento do objeto.

5.2. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

5.3. O pagamento pelos serviços efetivamente prestados, será efetuado em moeda nacional, mediante depósito em qualquer agência da rede bancária, desde que vinculada ao sistema de compensação de cheques e outros papéis do Banco do Brasil S/A, no dia 10 do mês subsequente aos serviços prestados, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou documento de cobrança correspondente, e aceite da mesma, por parte CONTRATANTE;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica obrigada a emitir Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), quando obrigatório no Estado (ICMS) ou Município (ISS) sede.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Nota Fiscal deverá ser preenchida, já constando todos os tributos incidentes que serão retidos, conforme IN SRF nº 480 de 12/12/2004 e alterações, salvo se enquadrada em condição tributária que dispense tal retenção.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O CONTRATANTE poderá solicitar a qualquer tempo e sempre que a lei exigir, os documentos pertinentes à regularidade fiscal perante a Seguridade Social, FGTS e SRF.

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de sanção ou inadimplemento contratual.

PARÁGRAFO QUINTO - O não pagamento de quaisquer valores devidos pela CONTRATANTE, nas datas de seus respectivos vencimentos, serão corrigidos pela Taxa Referencial Diária - TR, calculada "pro-rata tempore", até a data do efetivo pagamento, desde que o atraso tenha sido provocado pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições da Microempresa e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES/SUPER SIMPLES deverá apresentar a devida comprovação, juntamente com a nota fiscal, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

CLÁUSULA SEXTA – Obrigações do contratante

I. Cumprir pontualmente com todas as obrigações financeiras para com a CONTRATADA;

II. Prestar à CONTRATADA todas as informações e os esclarecimentos necessários para a realização do objeto contratual;

III. Designar servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

IV. Fiscalizar e inspecionar o fornecimento do objeto deste instrumento, podendo sustar, recusar ou desfazer, no todo ou em parte, qualquer entrega em desacordo com o contrato. Caso isso ocorra, o pagamento ficará suspenso até que seja atendido o objeto solicitado, não havendo prejuízo das sanções aplicáveis.

V. A execução do contrato será fiscalizada por representante do CIAPS, na pessoa da Coordenadora Executiva, Sra. Etinéia Berkembrock Ceruti, inscrita no CPF sob nº 049.066.219-61;

VI. Aplicar à CONTRATADA penalidade, quando for o caso;

VII. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Rescisão

7.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.
- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante a prestação de serviços.
- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA.
- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa da CONTRATANTE.
- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em prestar os serviços a que se obrigou por força deste instrumento.
- f) Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA – Das Penalidades

8.1. Pela inexecução total ou parcial do presente contrato, a CONTRATANTE, poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as penalidades de advertência e multa, além da responsabilidade civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto nos arts. 86 a 88, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, os Princípios do Direito Administrativo e Constitucional e os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as Disposições do Direito Privado;

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do serviço contratado ou inexecução total ou parcial do ajuste, multa de 10% (dez por cento), do valor do contrato;

8.1.2. Da aplicação das penas definidas, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação;

8.1.3. O recurso ou o pedido de reconsideração será dirigido à Supervisora da unidade requisitante, que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis;

8.2. Em caso algum a CONTRATANTE pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social, oriundos de contrato entre as mesmas e seus empregados, prepostos ou terceiros.

8.3. A CONTRATADA se responsabiliza a indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados a pessoas, bens ou equipamentos, desde que comprovados, pela execução inadequada dos serviços, ficando a CONTRATANTE autorizado a descontar o valor correspondente dos pagamentos devidos.

8.4. O CONTRATANTE poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento Judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do serviço deste contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências.

8.5. O CONTRATANTE poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA NONA – Das disposições finais

9.1. É expressamente proibida, por parte da CONTRATADA, durante a execução do objeto deste contrato, a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE.

9.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais, em face da superveniência de normas federais, estaduais ou municipais, bem como em razão da conveniência e oportunidade da Administração, devidamente justificados.

9.3. A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA, que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrarie.

CLÁUSULA DÉCIMA – Do Foro

As partes elegem o foro da Comarca de Acurra (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes abaixo.

Apiuna (SC), 28 de junho de 2018.

CONTRATANTE Presidente do CIAPS	CONTRATADA HELOISA HELENA VENTURI LUZ
FISCAL DO CONTRATO Etinéia Berkembrock Ceruti	

CIS/AMERIOS

RESOLUÇÃO N. 04/2018 - FERIAS FABIANE

Publicação Nº 1667141

RESOLUÇÃO nº 004/18, de 28 de junho de 2018.

CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE FÉRIAS PARA A EMPREGADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RENALDO MUELLER, Presidente do CIS/AMERIOS, usando da competência que lhe confere o Contrato de Consórcio Público, Cláusula 7ª, § 4º, c/c art. 8º, 23 e 27 do Estatuto Social ambos do CIS-AMERIOS.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 (quinze) dias de férias com abono de 1/3, a Servidora Sra. FABIANE GALERA, relativo ao período aquisitivo de 14/08/2016 a 13/08/2017, no período de 16/07/2018 a 30/07/2018, ficando regularizando esse período.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Maravilha, SC, em 28 de junho de 2018.

RENALDO MUELLER

Presidente do CIS/AMERIOS

Prefeito de Riqueza

CIRSURES

ATA DA 2º ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIO CIRSURES - 2018

Publicação Nº 1667232

Ata da 2ª Assembleia Geral Extraordinária CIRSURES 2018

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às 14:30 horas, reuniram-se nas dependências da sede operacional do CIRSURES, Auditório Luiz Mafiolleti, localizada na Rodovia UR 06, s/n, Bairro Rio Carvão, Urussanga/SC, os representantes dos municípios que integram Consórcio, juntamente com sua equipe técnica. Estiveram presentes os senhores Agenor Coral, presidente do CIRSURES e prefeito de Morro da Fumaça, Luiz Gustavo Cancelier, vice-presidente do CIRSURES e prefeito de Urussanga, Helio Roberto Cesa, prefeito de Siderópolis, Jaimir Comin, prefeito de Treviso, Ademir Magagnin, prefeito de Cocal do Sul, Jorge Luiz Koch, prefeito de Orleans, Valdir Fontanella, prefeito de Lauro Müller, Thiago Maragno Biava, diretor e engenheiro ambiental do CIRSURES e Lindomar Caciatorre Junior, gerente de projetos e engenheiro químico do CIRSURES. Dando início aos trabalhos, o presidente saudou a todos e fez a leitura da pauta, iniciando as discussões sobre os valores para a operacionalização da usina de asfalto adquirida pelo Consórcio. A equipe técnica então apresentou planilha, indicando os valores mensais a serem dispendidos com a mão de obra necessária à operacionalização do aterro. Foi prevista despesa de R\$ 29.785,00 (vinte e nove mil e setecentos e oitenta e cinco reais) por mês a este título, a qual, por decisão acordada entre os presentes, será rateada em valores iguais por todos os municípios, tabela em anexo. Assim, cada ente consorciado pagará, por mês, a importância de R\$ 4.225,00 (quatro duzentos e vinte e cinco reais), a partir de julho, totalizando R\$ 25.350,00 (vinte e cinco mil e trezentos e cinquenta reais) até o fim do corrente ano. Em seguida, foi apresentada pela equipe técnica outra planilha, esta informando o custo dos insumos, das horas de uso do maquinário e da energia necessária ao funcionamento da usina. Totalizaram-se R\$ 2.547.887,85 (dois milhões e quinhentos e quarenta e sete mil e oitocentos e oitenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) para a produção de massa asfáltica até o fim de 2018, ao custo unitário de R\$ 228,06 (duzentos e vinte e oito reais e seis centavos) por tonelada de asfalto aplicado. Para que se chegasse ao valor acima mencionado, cada um dos municípios fez seu provisionamento para o ano de 2018, conforme tabela em anexo. Ainda sobre a usina, decidiu-se que o rolo compactador será adquirido com recursos antecipados pelo CIRSURES, os quais serão, todavia, posteriormente repostos em caixa pelos municípios. Superado o assunto da usina de asfalto, passou-se ao segundo item da pauta, a visita a ser realizada, por membros do Consórcio, à unidade da empresa EKT localizada na Argentina. A empresa EKT tem interesse de instalar no aterro sanitário do CIRSURES uma usina de beneficiamento de resíduos sólidos, por meio de parceria público-privada, e uma visita anterior à Argentina foi cancelada em razão da recente greve dos caminhoneiros. Os prefeitos, todavia, reiteraram o interesse no assunto e decidiram que uma nova viagem ao país vizinho deve ser programada para o final de junho ou começo de julho deste ano. Ingressando nos "Assuntos Gerais", o diretor Thiago Maragno Biava uma vez mais alertou a todos os prefeitos para o curto período de vida útil do aterro, hoje estimado em aproximadamente 12 (doze) meses, solicitando o empenho na busca de soluções de curto prazo para resolver esta questão

de suma importância e também solicitou autorização para contratação do projeto de ampliação do aterro sanitário em uma área 2,5 hectares, adjacente a área atual de operação. Os prefeitos acordaram em deliberar sobre o referido assunto após a visita na empresa EKT na Argentina. A equipe técnica alertou que a demora na tomada desta decisão poderá acarretar sérios problemas futuros para a disposição dos resíduos. Em seguida, o Diretor realizou explanação acerca do "Relatório Operacional" entregue pela equipe técnica à FATMA, dando conta das atividades e procedimentos adotados no aterro sanitário, no período de maio de 2017 a abril de 2018, os prefeitos solicitaram também uma via do relatório para cada Fundação do Meio Ambiente do seus municípios. O último assunto da pauta foi a ordem judicial proferida no Agravo de Instrumento nº 4028076-30.2017.8.24.0000, determinando a contratação da engenheira Graziela Apolinário Bolan, aprovada no Concurso Público 002/2014. A equipe técnica explicou a situação aos prefeitos, discorrendo sobre o histórico do processo judicial e os motivos da decisão proferida. Ponderou, contudo, que a referida profissional não possui o título de "engenheira sanitaria e ambiental", conforme exigido no Edital do Concurso Público, mas somente o de "engenheira ambiental". Diante de tal informação, decidiu-se, por unanimidade, não dar posse à pretendente, apresentando-se manifestação dos autos do Agravo de Instrumento sobre os motivos que levaram a tal decisão. Esgotada a pauta, o presidente retomou para si a palavra e, não havendo mais quem quisesse se manifestar, agradeceu a presença de todos, declarou encerrada a reunião e determinou fosse lavrada esta ata, a qual segue assinada por todos os presentes e pelo assessor jurídico do Consórcio.

Agenor Coral Presidente do CIRSURES Prefeito de Morro da Fumaça	Luiz Gustavo Cancelier Vice-presidente do CIRSURES Prefeito de Urussanga
Ademir Magagnin Prefeito de Cocal do Sul	Helio Roberto Cesa Prefeito de Siderópolis
Jorge Luiz Koch Prefeito de Orleans	Jaimir Comin Prefeito de Treviso
Valdir Fontanela Prefeito de Lauro Müller	Thiago Maragno Biava Diretor do CIRSURES
Lindomar Caciatorre Junior Gerente de Projetos do CIRSURES	Luciano Giordani Schimidtz Assessor Jurídico

Funcionários	Quantidade	Valor		
Responsável Técnico***	1	R\$ 1.764,90	/mês	
Encarregado Aplicação Asfalto	1	R\$ 4.625,00	/mês	
Operador Vibroacabadora	1	R\$ 2.960,00	/mês	
Operador Aspargidor*	0	R\$ 0,00	/mês	
Auxiliar de operador Usina	1	R\$ 2.960,00	/mês	
Operador Usina	1	R\$ 7.400,00	/mês	
Operador de Rolo Compactador	1	R\$ 4.070,00	/mês	
Operador Retro	1	R\$ 4.070,00	/mês	
Serviços internos***	1	R\$ 3.700,00	/mês	
TOTAL		R\$ 29.785,00	/mês	
TOTAL PARCIAL**		R\$ 4.255,00	/município	
* - operador cedido pela Prefeitura				
** - de forma igualitária a todos (dividido por 7)				
*** - cedidos pelo Cirsures interno				
CONTRATO DE RATEIO				
Município	Valor mensal	2018*		
Cocal do Sul	R\$ 4.255,00	R\$ 25.530,00		

Lauro Müller	R\$ 4.255,00	R\$ 25.530,00			
Morro da Fumaça	R\$ 4.255,00	R\$ 25.530,00			
Orleans	R\$ 4.255,00	R\$ 25.530,00			
Siderópolis	R\$ 4.255,00	R\$ 25.530,00			
Treviso	R\$ 4.255,00	R\$ 25.530,00			
Urussanga	R\$ 4.255,00	R\$ 25.530,00			
TOTAL MENSAL	R\$ 29.785,00				
* JULHO A DEZEMBRO					
	PRODUÇÃO MENSAL				
	Produção Mensal				
	Produção:	32	ton/h		
	Horas trabalhadas:	5	h/dia		
	Dias:	70	dias		
	Produção Mensal:	11172	ton/mês		
	Densidade asfalto:	2,4	ton/m3		
	Produção Mensal:	4655	m3/mês		
	Considerando:				
	Espessura de camada:	0,05	m		
	Ruas com:	7	m		
	Custo da massa asfáltica:	R\$ 228,06	/ton.		
	Tem-se:				
	Área coberta:	93100	m2		
	Comprimento de rua:	13,300	km		
	Custos				
QT.	Insumo/Item	unitário	total		
320	Horas de retro-escavadeira	R\$ 65,00	R\$ 20.800,00		
3,0	Energia elétrica	R\$ 10.000,00	R\$ 30.000,00		
72458	Litros de óleo Usina	R\$ 3,20	R\$ 231.866,88		
559	Ton. de CAP	R\$ 2,583	R\$ 1.442.863,80		
10613	Ton. de pedrisco, pó de pedra	R\$ 55,00	R\$ 583.737,00		
93100	Kg de emulsão	R\$ 2,10	R\$ 195.510,00		
1117	Litros de óleo vibrocabro	R\$ 3,20	R\$ 3.575,04		

70	Horas de Rolo Compactador	R\$ 85,00	R\$ 5.935,13				
24	Transporte de Equipamentos	R\$ 400,00	R\$ 9.600,00				
6	Manutenção máquinas	R\$ 1.500,00	R\$ 9.000,00				
6	Manutenção usina	R\$ 2.500,00	R\$ 15.000,00				
	SUBTOTAL CONTRATO DE SERVIÇO:		R\$ 2.547.887,85				
		Custo (/ton) =	R\$ 228,06				

RATEIO PRODUÇÃO			
Município	Quantidade Requerida (km)*	Quantidade Requerida (ton.)	Valor Total
Cocal do Sul	1,80	1512	R\$ 344.826,93
Lauro Müller	2,00	1680	R\$ 383.141,03
Morro da Fumaça	2,00	1680	R\$ 383.141,03
Orleans	3,00	2520	R\$ 574.711,54
Siderópolis	1,50	1260	R\$ 287.355,77
Treviso	1,00	840	R\$ 191.570,51
Urussanga	2,00	1680	R\$ 383.141,03
TOTAL	13,30	11172,00	R\$ 2.547.887,85
* para ruas de 7,0 m de largura e aplicação de 5 cm de espessura da massa asfáltica			

EDITAL 008-2018 CIRSURES

Publicação Nº 1667236

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL

CIRSURES

URUSSANGA - SC

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 008/CIRSURES/2018

Objeto: Para aquisição de 01 (um) Rolo Compactador Vibratório para asfalto, novo, hidrostático, ano de fabricação 2018, equipado com toldo, peso operacional mínimo de 8.000 kg, cilindro liso usinado para compactação de asfalto, com diâmetro mínimo de 1.200 mm, largura mínima de 1.650 mm, e espessura mínima de 15 mm, capacidade mínima de subida em rampa 30%, motor potência mínima de 120 hp com 4 cilindros, tanque de água com capacidade mínima de 500 litros, equipado com 4 pneus traseiros de banda lisa de 11x20, garantia mínima de 01 (um) ano emitida pelo fabricante do equipamento, sem limite de horas.

Recebimento dos envelopes: até às 09:00 horas do dia 12 de julho de 2018, na sede do CIRSURES de Urussanga/SC, sito à Rua Vidal Ramos, 170, sala 11 - Centro - Urussanga/SC.

Abertura dos envelopes: às 09:30 horas do dia 12 de julho de 2018.

Edital: O edital estará à disposição aos interessados das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 17 horas, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, somente no CIRSURES de Urussanga/SC, na Rua Vidal Ramos, 170, sala 11 - Centro - Urussanga/SC ou no site www.cirsures.sc.gov.br. Maiores informações pelo telefone: (0**48) 3465-0306 ou pelo e-mail: contabilidade@cirsures.sc.gov.br

Urussanga (SC), 28 de junho de 2018.

Agenor Coral

Presidente do Cirsures